

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO.
VERSÃO SUBMETIDA À AVALIAÇÃO.
PNLD 2026 - ENSINO MÉDIO
Código da coleção:
0018 P26 01 01 204 816

MARIA [illegible] ARRUDA ARANHA

MODERNA PLUS

FILOSOFIA



MANUAL DO PROFESSOR

VOLUME ÚNICO

ENSINO MÉDIO

Área de conhecimento:
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Componente curricular:
Filosofia

MODERNA

MARIA LÚCIA DE ARRUDA ARANHA
Bacharela e licenciada em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
Foi professora de Filosofia por mais de três décadas.

MODERNA PLUS

FILOSOFIA

VOLUME ÚNICO

ENSINO MÉDIO

Área de conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Componente curricular: Filosofia

MANUAL DO PROFESSOR

1ª edição
São Paulo, 2024

MODERNA

Edição executiva: Cesar Brumini Dellore, Maria Clara Antonelli
Edição de texto: Kandy Saraiva, Leonardo Canuto, Roberta Vaiano, Yuri Bileski
Assessoria pedagógica: Amanda de Paula, Anna Barreto, Helena Morita, Maira Fernandes, Pedro Paulo da Silva
Preparação de texto: Denise Ceron
Gerência de planejamento editorial e revisão: Maria de Lourdes Rodrigues
Coordenação de revisão: Elaine C. del Nero, Mônica Rodrigues de Lima
Revisão: Ana Cortazzo, Sirlene Prignolato, Tatiana Malheiro, Maycon Silva Aguiar
Gerência de *design*, produção gráfica e digital: Patricia Costa
Coordenação de *design* e projetos visuais: Marta Cerqueira Leite
Projeto gráfico: Mariza de Souza Porto, Bruno Tonel, Ana Carolina Orsolin
Capa: Everson de Paula, Paula Miranda Santos
Colagem digital: Everson de Paula
Fotos: Lane Oatey/Blue Jean Images/Getty Images, mbbirdy/E+/Getty Images, Daniel Haug/Moment/Getty Images, Jure Divich/Shutterstock, mapman/Shutterstock, UMB-O/Shutterstock
Coordenação de produção gráfica: Aderson Oliveira
Coordenação de arte: Alexandre Lugó, Wilson Gazzoni Agostinho
Edição de arte: Alexandre Silva
Editoração eletrônica: Fórmula Produções Editoriais
Coordenação de pesquisa iconográfica: Sônia Oddi
Pesquisa iconográfica: Angelita Cardoso, Mariana Alencar
Coordenação de *bureau*: Rubens M. Rodrigues
Tratamento de imagens: Ademir Baptista, Ana Isabela Pithan Maraschin, Denise Feitosa, Vânia Maia
Pré-impressão: Alexandre Petreca, Marcio H. Kamoto
Coordenação de produção industrial: Wendell Monteiro
Impressão e acabamento:

Organização dos objetos digitais: Maria Clara Antonelli
Elaboração dos objetos digitais: André dos Santos Araújo, Cesar Brumini Dellore

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Aranha, Maria Lúcia de Arruda
Moderna plus filosofia / Maria Lúcia de Arruda Aranha. -- 1. ed. -- São Paulo : Moderna, 2024.

Obra em volume único do 1º, 2º e 3º anos do ensino médio.
Componente curricular: Filosofia.
Área de conhecimento: Ciências humanas e sociais aplicadas
ISBN 978-85-16-14003-8 (aluno)
ISBN 978-85-16-14004-5 (professor)

1. Filosofia (Ensino médio) I. Título.

24-226344 CDD-107

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia : Ensino médio 107

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
Todos os direitos reservados.

EDITORA MODERNA LTDA.
Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho
São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904
Canal de atendimento: 0303 663 3762
www.moderna.com.br
2024
Impresso no Brasil

1 3 5 7 9 10 8 6 4 2

APRESENTAÇÃO

Olá, estudante!

Desde o Ensino Fundamental, você teve contato com assuntos ligados, por exemplo, à organização das sociedades, às suas transformações ao longo do tempo e às dinâmicas que envolvem o espaço produzido por elas. Agora, no Ensino Médio, esses saberes ganham novas dimensões e desafios.

As contradições do mundo contemporâneo têm provocado debates que envolvem temáticas fundamentais às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, como a ética, a política, o desenvolvimento sustentável e a conservação do meio ambiente, entre outras, para os quais o convidamos a participar.

Esta coleção vai ajudá-lo a explorar, por meio da análise crítica, o mundo ao seu redor. E, além de transmitir conhecimentos, ela tem como objetivo formar estudantes capazes de atuar como cidadãos conscientes. Dessa forma, mais do que oferecer respostas prontas, a coleção se apresenta como instrumento para que juntos possamos formular questões importantes para nossa sociedade e estabelecer os critérios para criar soluções possíveis, sempre amparados pelo campo científico das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Composta por quatro livros — de história, geografia, sociologia e filosofia —, a coleção dá suporte para o desenvolvimento de competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Cada livro traz as mesmas 6 unidades temáticas, que permitem um estudo integrado, levando a uma ampla compreensão dos assuntos abordados. Desse modo, alguns conceitos estruturantes da área serão revisitados com base em perspectivas históricas, geográficas, sociológicas e filosóficas.

Bons estudos!

Os autores

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Você já ouviu falar da **Agenda 2030**? Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, com metas desafiadoras para acabar com a pobreza até 2030 e buscar um futuro sustentável para todos. Esses objetivos formam a base da chamada Agenda 2030.

Os 193 países que assinaram o documento, incluindo o Brasil, comprometeram-se a implementar esse plano de ação global, que envolve governos, empresas, instituições e sociedade civil. O monitoramento e a avaliação da agenda são fundamentais nos níveis global, nacional e regional, exigindo cooperação e engajamento de todos os setores da sociedade.

A seguir, apresentamos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



ODS 1

ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as formas e em todos os lugares.



ODS 2

FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.



ODS 3

SAÚDE E BEM-ESTAR

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.



ODS 4

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Garantir educação inclusiva, de qualidade e equitativa, promovendo aprendizado contínuo para todos.



ODS 5

IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



ODS 6

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.



ODS 7

ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir o acesso a fontes de energia confiáveis, sustentáveis e modernas para todos.



ODS 8

TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Promover crescimento econômico inclusivo e sustentável, com emprego pleno e trabalho digno para todos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

RELEITURA DOS ÍCONES DA ONU POR VINICIUS ROSSIGNOL FELIPE

ODS 9



INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

ODS 10



REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.

ODS 11



CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

ODS 12



CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.

ODS 13



AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.

ODS 14



VIDA NA ÁGUA

Conservar e usar de forma responsável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

ODS 15



VIDA TERRESTRE

Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerindo florestas, combatendo a desertificação, revertendo a degradação dos solos e preservando a biodiversidade.

ODS 16



PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, garantindo o acesso à justiça e construindo instituições eficazes e responsáveis em todos os níveis.

ODS 17



PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 22 set. 2024.

Neste livro, você encontrará indicações dos ODS quando houver propostas, temas ou conceitos com os quais eles podem estar relacionados.

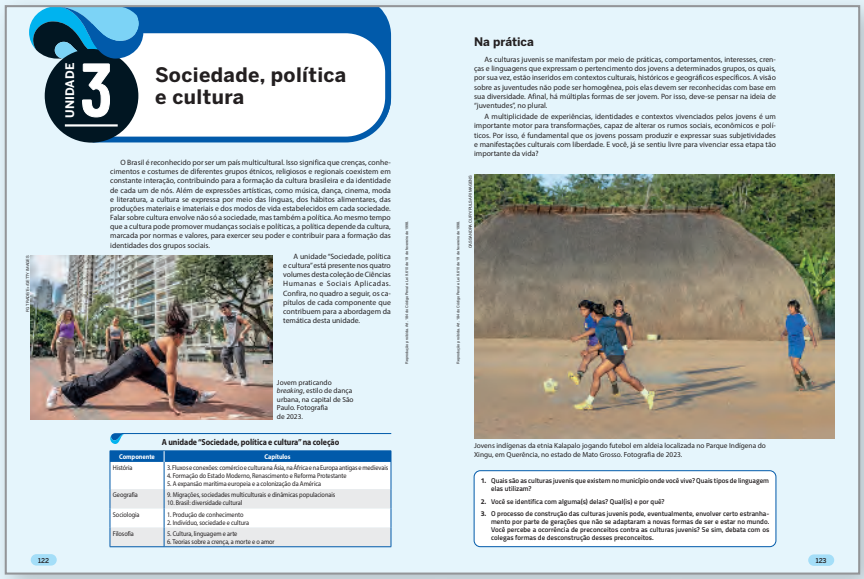
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ILUSTRAÇÃO DOS ÍCONES DA ONU POR VINICIUS ROSSIGNOL FELIPE

CONHEÇA SEU LIVRO

Este livro faz parte de uma coleção de quatro volumes, um para cada componente da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Ele está organizado em 6 unidades compostas de capítulos que trazem textos, imagens diversificadas, atividades e seções que contribuem para seu aprendizado.

Conheça as características de cada um de seus recursos.



UNIDADE 3

Sociedade, política e cultura

O Brasil é reconhecido por ser um país multicultural. Isso significa que crenças, conhecimentos e costumes de diferentes grupos étnicos, religiosos e regionais coexistem em constante interação, contribuindo para a formação da cultura brasileira e da identidade de cada um de nós. Além de expressões artísticas, como música, dança, cinema, moda e literatura, a cultura se expressa por meio das línguas, dos hábitos alimentares, das produções materiais e imateriais e dos modos de vida estabelecidos em cada sociedade. Falar sobre cultura envolve não só a sociedade, mas também a política. Ao mesmo tempo que a cultura pode promover mudanças sociais e políticas, a política depende da cultura, marcada por normas e valores, para exercer seu poder e contribuir para a formação das identidades dos grupos sociais.

A unidade "Sociedade, política e cultura" está presente nos quatro volumes desta coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Confira, no quadro a seguir, os capítulos de cada componente que contribuem para a abordagem da temática desta unidade.

Jovem praticando *breaking*, estilo de dança urbana, na capital de São Paulo. Fotografia de 2023.

A unidade "Sociedade, política e cultura" na coleção

Componente	Capítulos
História	3. Fluxos e conexões: comércio e cultura na Ásia, na África e na Europa antigas e medievais 4. Formação do Estado Moderno, Renascimento e Reforma Protestante 5. A expansão marítima europeia e a colonização da América
Geografia	9. Migrações, sociedades multiculturais e dinâmicas populacionais 10. Brasil: diversidade cultural
Sociologia	1. Produção de conhecimento 2. Indivíduo, sociedade e cultura
Filosofia	5. Cultura, linguagem e arte 6. Teorias sobre a crença, a morte e o amor

122

Na prática

As culturas juvenis se manifestam por meio de práticas, comportamentos, interesses, crenças e linguagens que expressam o pertencimento dos jovens a determinados grupos, os quais, por sua vez, estão inseridos em contextos culturais, históricos e geográficos específicos. A visão sobre as juventudes não pode ser homogênea, pois elas devem ser reconhecidas com base em sua diversidade. Afinal, há múltiplas formas de ser jovem. Por isso, deve-se pensar na ideia de "juventudes", no plural.

A multiplicidade de experiências, identidades e contextos vivenciados pelos jovens é um importante motor para transformações, capaz de alterar os rumos sociais, econômicos e políticos. Por isso, é fundamental que os jovens possam produzir e expressar suas subjetividades e manifestações culturais com liberdade. E você, já se sentiu livre para vivenciar essa etapa tão importante da vida?

Jovens indígenas da etnia Kalapalo jogando futebol em aldeia localizada no Parque Indígena do Xingu, em Querência, no estado de Mato Grosso. Fotografia de 2023.

1. Quais são as culturas juvenis que existem no município onde você vive? Quais tipos de linguagem elas utilizam?
2. Você se identifica com alguma(s) delas? Qual(is) e por quê?
3. O processo de construção das culturas juvenis pode, eventualmente, envolver certo estranhamento por parte de gerações que não se adaptaram a novas formas de ser e estar no mundo. Você percebe a ocorrência de preconceitos contra as culturas juvenis? Se sim, debata com os colegas formas de desconstrução desses preconceitos.

123

Abertura de unidade

Com base em uma situação-problema, apresenta textos, imagens e questionamentos para a reflexão inicial que articula o tema da unidade com questões da atualidade.

Abertura de capítulo

Na lateral da primeira página do capítulo, um texto apresenta e justifica a pertinência dos conteúdos propostos. Ao longo do capítulo, os conteúdos são desenvolvidos por meio de diversas linguagens que contribuem para o seu aprendizado: textos organizados, mapas, fotografias, tabelas, gráficos, ilustrações, esquemas e quadros.



CAPÍTULO 9

Teorias sobre o sujeito

Neste capítulo, serão abordadas desde a crise da subjetividade, que marcou o século XIX, até questões prementes, como o lugar da mulher e do negro nas sociedades globalizadas. Em um primeiro momento, serão tratados os três "mestres da suspeita", responsáveis por desconstruir a noção moderna de subjetividade. Em seguida, serão analisados a fenomenologia e o existencialismo, essenciais para a compreensão da noção de sujeito constituída no século XX.

A crise da razão e da subjetividade

No turbulento século XX, conhecido como a "era da catástrofe", vivemos duas guerras mundiais e numerosos conflitos, embora o período também tenha sido marcado por reivindicações de muitos movimentos – do feminismo, do poder jovem, das minorias silenciadas por séculos –, o que revolucionou ideias e atitudes. Nesse panorama foi ampliada a chamada **crise da razão**, que havia sido iniciada no final do século XIX com os chamados "mestres da suspeita": Karl Marx, Friedrich Nietzsche e Sigmund Freud. Como, diante de tanta barbárie e injustiça, confiar na racionalidade humana?

O que denominamos "crise da razão" consiste em um colapso da ideia de **subjetividade**, que é a herança mais relevante da modernidade. René Descartes, um dos principais pensadores da Idade Moderna, fundou o conhecimento na subjetividade, isto é, mostrou que o conhecimento nasce do uso da razão pelo sujeito. Entretanto, séculos mais tarde, Marx, Nietzsche e Freud argumentaram que o sujeito não é uma fonte segura para o conhecimento, pois desconfiaram da capacidade racional humana de conhecer a realidade exterior e de ter acesso transparente ao próprio "eu". Por isso, instauraram-se duas crises: a da razão e a da subjetividade.

Houve uma crise daquilo que costumamos denominar "consciência". Para Marx, fatores materiais (isto é, econômicos e técnicos) determinam a consciência, e não o contrário. Já para Nietzsche, o conhecimento que temos das coisas não passa de interpretação. O filósofo crítica, ainda, a pretensão da racionalidade de controlar os instintos. Por fim, Freud mostra a limitação do poder da consciência diante do inconsciente.

Imagens em contexto

A pintura de John William Waterhouse faz referência a Narciso, figura mitológica conhecida pela beleza e pela vaidade. De acordo com o mito de Narciso, relatado pelo poeta romano Ovídio, o belo jovem – também arrogante e orgulhoso – iludia todos os seus pretendentes, fossem ninfas ou rapazes. Responsabilizado pela morte de Eco, uma ninfa por ele apaixonada e que se suicidou após ser desdenhada, Narciso foi condenado a apaixonar-se pela própria imagem refletida nas águas. Ao tentar beijar seu próprio reflexo, o belo jovem, então, se afogou. Narciso pode ser interpretado como uma espécie de exacerbação do sujeito focado em sua própria subjetividade.

Detalhe de *Eco e Narciso*, pintura de John William Waterhouse, 1903.

Marx: materialismo e dialética

Em 1844, os alemães Karl Marx e Friedrich Engels escreveram juntos *A sagrada família*, que deu origem a outras importantes parcerias intelectuais e a uma amizade que os reuniu em torno das mesmas convicções.

Atentos ao seu tempo, observaram que o avanço técnico havia aumentado o poder humano sobre a natureza e sido responsável por riquezas e progresso, mas, contraditoriamente, tinha contribuído para a exploração crescente da classe operária, cada vez mais empobrecida. Marx e Engels destacaram-se também por aproveitar o conceito de dialética elaborado pelo filósofo alemão Friedrich Hegel, que a descreveu como um movimento em que a contradição é a oposição a uma realidade anterior são expedientes responsáveis pelo surgimento de outra realidade. Marx e Engels utilizaram esse conceito para explicar a história por meio da **luta de classes**.

Idealismo: do ponto de vista do conhecimento, nome genérico de diversos sistemas segundo os quais o ser ou a realidade são determinados pela consciência.

Dando sequência às críticas ao **idealismo**, eles realizaram uma inversão. De acordo com o **materialismo**, o movimento é a propriedade fundamental da matéria e existe independentemente da consciência. A matéria, como dado primário, é a fonte da consciência, e esta é um dado secundário, derivado, uma vez que é reflexo da matéria. Porém, a consciência humana, mesmo historicamente situada, não é passiva: ao tomar conhecimento das relações que o determinam, o ser humano pode agir sobre o mundo, até mesmo no sentido de uma ação revolucionária, exercida contra o que lhe parece determinante.

O materialismo é **dialético** por reconhecer a estrutura contraditória do real, que, em seu movimento constitutivo, passa por três fases: a da tese (afirmação), a da antítese (negação) e a da síntese. O movimento da realidade é explicado, portanto, pelo antagonismo entre o momento da tese e o da antítese, cuja contradição deve ser superada pela síntese. Desse modo, todos os fenômenos da natureza ou do pensamento encontram-se em constante relação recíproca, não podendo ser compreendidos isoladamente, isto é, de maneira dissociada dos fenômenos que os rodeiam. Os fatos pertencem a um todo dialético e, portanto, fazem parte de uma estrutura.

Imagens em contexto

No mural de Diego Rivera, Karl Marx aparece no topo segurando trecho do Manifesto comunista, escrito por ele e Engels, segundo o qual "A história de todas as sociedades até hoje é a história da luta de classes". As palavras de Marx parecem guiar um grupo de trabalhadores rebelados, representados à direita do mural. À esquerda, é representada a elite dona das fábricas, com sua ganância e seus vícios.

Detalhe de *A epopeia do povo mexicano*, mural de Diego Rivera, 1925-1930.

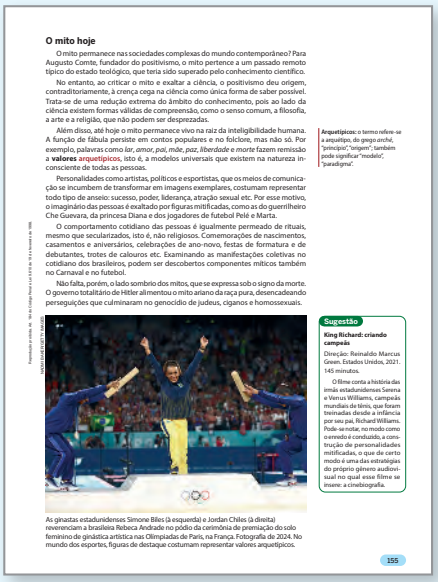
240 241

Glossário

Traz o significado de palavras e conceitos que talvez você desconheça.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



O mito hoje

O mito permanece nas sociedades complexas do mundo contemporâneo? Para Augusto Comte, fundador do positivismo, o mito pertence a um passado remoto típico do estado teológico, que teria sido superado pelo conhecimento científico.

No entanto, ao criticar o mito e exaltar a ciência, o positivismo deu origem, contraditoriamente, à crença cega na ciência como única forma de saber possível. Trata-se de uma redução extrema do âmbito do conhecimento, pois ao lado da ciência existem formas válidas de compreensão, como o senso comum, a filosofia, a arte e a religião, que não podem ser desprezadas.

Além disso, até hoje o mito permanece vivo na raiz da inteligibilidade humana. A função de fábula persiste em contos populares e no folclore, mas não só. Por exemplo, palavras como *lar*, *amor*, *pai*, *mãe*, *paz*, *liberdade* e *morte* fazem remissão a **valores arquetípicos**, isto é, a modelos universais que existem na natureza inconsciente de todas as pessoas.

Personalidades como artistas, políticos e esportistas, que os meios de comunicação se incumbem de transformar em imagens exemplares, costumam representar todo tipo de anseio: sucesso, poder, liderança, atração sexual etc. Por esse motivo, o imaginário das pessoas é exaltado por figuras mitificadas, como as do guerrilheiro Che Guevara, da princesa Diana e dos jogadores de futebol Pelé e Marta.

O comportamento cotidiano das pessoas é igualmente permeado de rituais, mesmo que secularizados, isto é, não religiosos. Comemorações de nascimentos, casamentos e aniversários, celebrações de ano-novo, festas de formatura e de debutantes, trotes de calouros etc. Examinando as manifestações coletivas no cotidiano dos brasileiros, podem ser descobertos componentes míticos também no Carnaval e no futebol.

Não falta, porém, o lado sombrio dos mitos, que se expressa sob o signo da morte. O governo totalitário de Hitler alimentou o mito ariano da raça pura, desencadeando perseguições que culminaram no genocídio de judeus, ciganos e homossexuais.

Arquetípicos: o termo refere-se a arquétipo, do grego *archê*, "princípio"; "origem"; também pode significar "modelo"; "paradigma".

Sugestão

King Richard: criando campeãs

Direção: Reinaldo Marcus Green. Estados Unidos, 2021. 145 minutos.

O filme conta a história das irmãs estadunidenses Serena e Venus Williams, campeãs mundiais de tênis, que foram treinadas desde a infância por seu pai, Richard Williams. Pode-se notar, no modo como o enredo é conduzido, a construção de personalidades mitificadas, o que de certo modo é uma das estratégias do próprio gênero audiovisual no qual esse filme se insere: a cinebiografia.

As ginastas estadunidenses Simone Biles (à esquerda) e Jordan Chiles (à direita) reverenciam a brasileira Rebeca Andrade no pódio da cerimônia de premiação do solo feminino de ginástica artística nas Olimpíadas de Paris, na França. Fotografia de 2024. No mundo dos esportes, figuras de destaque costumam representar valores arquetípicos.

155

Sugestão

Traz indicações de livros, *sites*, *podcasts*, filmes e vídeos que complementam ou aprofundam assuntos estudados.

Cuide bem deste livro para que outros colegas possam estudar com ele. Lembre-se de fazer anotações e escrever as respostas no caderno.



Tradição e ruptura

Os seres humanos se constroem como pessoas por meio da herança cultural do ambiente em que vivem, o qual exerce um efeito modelador sobre eles, ao mesmo tempo que cada um elabora e interpreta a herança recebida conforme sua perspectiva. Não há como separar estes dois polos, o pessoal e o social.

Vale a pena salientar o fato de que o teor das mudanças varia conforme o tipo de sociedade. No mundo contemporâneo urbanizado e globalizado, as alterações são muito mais velozes do que em comunidades tradicionais. Mesmo assim, não há sociedade estática: em maior ou menor grau, todas passam por transformações, de acordo com uma dinâmica que resulta do embate entre social e pessoal, tradição e ruptura, herança e renovação. Não há como separar essas dicotomias nem estabelecer a anterioridade de uma em relação à outra.

Mesmo quando admitimos que a sociedade resulta da criação de normas que definem o que pode ser feito e de instituições que garantem a organização da convivência, não deixamos de reconhecer a possibilidade de transgressão. Entendemos transgressão não como mera desobediência comum, pela qual descumprimos regras consideradas válidas, mas, de forma mais radical, como a rejeição de fórmulas que se tornaram inadequadas para resolver problemas em novas circunstâncias. Ela decorre da capacidade humana de aceitar, rejeitar ou transformar suas obras e seus pensamentos, fazendo com que tradição e ruptura coexistam.

Ilustração gerada por inteligência artificial.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Que elementos foram inseridos na ilustração para provocar uma espécie de ruptura com a representação tradicional da Antiguidade grega?
2. Que crítica podemos extrair da mescla irônica entre Antiguidade e contemporaneidade nessa ilustração gerada por inteligência artificial?

Ruptura e emancipação feminina

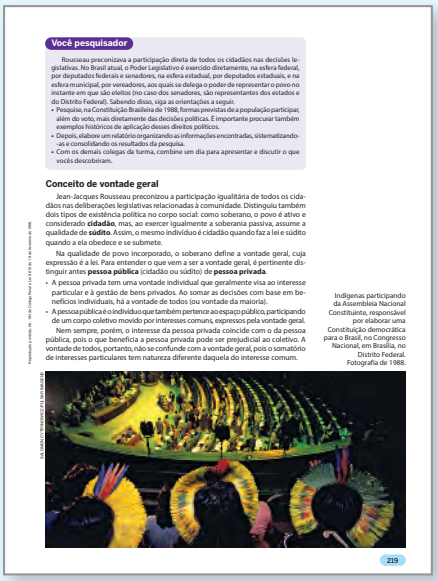
A capacidade inventiva do ser humano tende a desalojá-lo do "já feito" em direção ao que "ainda não é". As transformações caracterizam-se como atos de liberdade, entendendo-se por liberdade a capacidade humana de compreender o mundo, planejar mudanças e realizar projetos de vida. Esse movimento resulta da recriação permanente da cultura, de acordo com os fenômenos históricos.

ODS 5

130

Explore

O boxe apresenta atividades de análise de texto ou imagem que conectam assuntos abordados com seus conhecimentos e vivências.



Você pesquisador

Rousseau preconizava a participação direta de todos os cidadãos nas decisões legislativas. No Brasil atual, o Poder Legislativo é exercido diretamente, na esfera federal, por deputados federais e senadores, na esfera estadual, por deputados estaduais, e na esfera municipal, por vereadores, aos quais se delega o poder de representar o povo no instante em que são eleitos (no caso dos senadores, são representantes dos estados e do Distrito Federal). Sabendo disso, siga as orientações a seguir.

- Pesquise, na Constituição Brasileira de 1988, formas previstas da população participar, além do voto, mais diretamente das decisões políticas. É importante procurar também exemplos históricos de aplicação desses direitos políticos.
- Depois, elabore um relatório organizando as informações encontradas, sistematizando-as e consolidando os resultados da pesquisa.
- Com os demais colegas da turma, combine um dia para apresentar e discutir o que vocês descobriram.

Conceito de vontade geral

Jean-Jacques Rousseau preconizou a participação igualitária de todos os cidadãos nas deliberações legislativas relacionadas à comunidade. Distinguiu também dois tipos de existência política no corpo social: como soberano, o povo é ativo e considerado **cidadão**, mas, ao exercer igualmente a soberania passiva, assume a qualidade de **súdito**. Assim, o mesmo indivíduo é cidadão quando faz a lei e súdito quando a ela obedece e se submete.

Na qualidade de povo incorporado, o soberano define a vontade geral, cuja expressão é a lei. Para entender o que vem a ser a vontade geral, é pertinente distinguir antes **pessoa pública** (cidadão ou súdito) de **pessoa privada**.

- A pessoa privada tem uma vontade individual que geralmente visa ao interesse particular e à gestão de bens privados. Ao somar as decisões com base em benefícios individuais, há a vontade de todos (ou vontade da maioria).
- A pessoa pública é o indivíduo que também pertence ao espaço público, participando de um corpo coletivo movido por interesses comuns, expressos pela vontade geral.

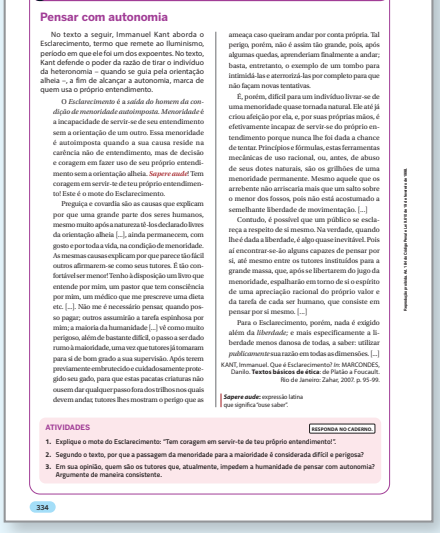
Nem sempre, porém, o interesse da pessoa privada coincide com o da pessoa pública, pois o que beneficia a pessoa privada pode ser prejudicial ao coletivo. A vontade de todos, portanto, não se confunde com a vontade geral, pois o somatório de interesses particulares tem natureza diferente daquela do interesse comum.

Indígenas participando da Assembleia Nacional Constituinte, responsável por elaborar uma Constituição democrática para o Brasil, no Congresso Nacional, em Brasília, no Distrito Federal. Fotografia de 1988.

219

Você pesquisador

Propõe pesquisas orientadas, que se articulam a um assunto abordado no capítulo, para você participar ativamente da construção do conhecimento.



TRABALHO COM FONTES

Pensar com autonomia

No texto a seguir, Immanuel Kant aborda o Esclarecimento, termo que remete ao Iluminismo, período em que ele foi um dos expoentes. No texto, Kant defende o poder da razão de tirar o indivíduo da heteronomia – quando se guia pela orientação alheia –, a fim de alcançar a autonomia, marca de quem usa o próprio entendimento.

O Esclarecimento é a saída do homem da condição de menoridade autoimposta. Menoridade é a incapacidade de servir-se de seu entendimento sem a orientação de um outro. Essa menoridade é autoimposta quando a sua causa reside na carência não de entendimento, mas de decisão e coragem em fazer uso de seu próprio entendimento sem a orientação alheia. *Sapere aude!* Tem coragem em servir-te de teu próprio entendimento! Este é o mote do Esclarecimento.

Preguiça e covardia são as causas que explicam por que uma grande parte dos seres humanos, mesmo muito após a natureza tê-los declarado livres da orientação alheia [...], ainda permanecem, com gosto e por toda a vida, na condição de menoridade. As mesmas causas explicam por que parece tão fácil outros afirmarem-se como seus tutores. É tão confortável ser menor! Tenho à disposição um livro que entende por mim, um pastor que tem consciência por mim, um médico que me prescreve uma dieta etc. [...]. Não me é necessário pensar, quando posso pagar; outros assumirão a tarefa espinhosa por mim; a maioria da humanidade [...] vê como muito perigoso, além de bastante difícil, o passo a ser dado rumo à maioridade, uma vez que tutores já tomaram para si de bom grado a sua supervisão. Após terem previamente embrutecido e cuidadosamente protegido seu gado, para que estas pacatas criaturas não ousem dar qualquer passo fora dos trilhos nos quais devem andar, tutores lhes mostram o perigo que as ameaça caso queiram andar por conta própria. Tal perigo, porém, não é assim tão grande, pois, após algumas quedas, aprenderiam finalmente a andar; basta, entretanto, o exemplo de um tombo para intimidá-las e atemorizá-las por completo para que não façam novas tentativas.

É, porém, difícil para um indivíduo livrar-se de uma menoridade quase tornada natural. Ele até já criou afeição por ela, e, por suas próprias mães, é efetivamente incapaz de servir-se do próprio entendimento porque nunca lhe foi dada a chance de tentar. Princípios e fórmulas, estas ferramentas mecânicas de uso racional, ou, antes, de abuso de seus dotes naturais, são os grilhões de uma menoridade permanente. Mesmo aquele que os arrebente não arriscaria mais que um salto sobre o menor dos fossos, pois não está acostumado a semelhante liberdade de movimentação. [...]

Contudo, é possível que um público se esclareça a respeito de si mesmo. Na verdade, quando lhe é dada a liberdade, é algo quase inevitável. Pois aí encontrar-se-ão alguns capazes de pensar por si, até mesmo entre os tutores instituídos para a grande massa, que, após se libertarem do jugo da menoridade, espalharão em torno de si o espírito de uma apreciação racional do próprio valor e da tarefa de cada ser humano, que consiste em pensar por si mesmo. [...]

Para o Esclarecimento, porém, nada é exigido além da *liberdade*; e mais especificamente a liberdade menos danosa de todas, a saber: utilizar *publicamente* sua razão em todas as dimensões. [...]

KANT, Immanuel. Que é Esclarecimento? *In*: MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de ética**: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 95-99.

***Sapere aude*:** expressão latina que significa "ouse saber".

ATIVIDADES RESPONDA NO CADERNO.

1. Explique o mote do Esclarecimento: "Tem coragem em servir-te de teu próprio entendimento!".
2. Segundo o texto, por que a passagem da menoridade para a maioridade é considerada difícil e perigosa?
3. Em sua opinião, quem são os tutores que, atualmente, impedem a humanidade de pensar com autonomia? Argumente de maneira consistente.

334

Trabalho com fontes

A seção apresenta diversos tipos de documento para análise crítica, sendo uma oportunidade para a investigação.



Violência ou tradição?

Em alguns rituais de passagem indígenas, os jovens permitem incisões em seu corpo e sofrem privações intensas durante determinado período. Essas práticas não são julgadas violentas, mesmo que dolorosas, por decorrerem de rituais para a admissão ao mundo dos adultos.

A situação se configura problemática quando condutas desse tipo permanecem ao longo do tempo, mesmo que o grupo já tenha sido inserido em outros contextos. Como exemplo, lembramos o costume da infibulação, realizada com diferentes tipos de mutilação genital feminina e que subsiste em diversas regiões do continente africano como forma de controle social sobre as mulheres.

Certas religiões não admitem a transfusão de sangue, e seus adeptos consideram violência um médico tentar o procedimento à revelia do paciente ou do responsável por ele, ao mesmo tempo que uma decisão fundada em princípios religiosos pode ser condenada pela medicina. Como se vê, o conceito de violência depende muito de tradições, circunstâncias e imperativos religiosos.

Por outra perspectiva, ninguém acusa o cirurgião de cometer violência quando abre o ventre do paciente para extirpar um tumor, pois sua intenção não é ferir, mas salvar, além de contar com o consentimento do doente ou de seus familiares. Do mesmo modo, é o tatuado que decide voluntariamente suportar a dor, seja para pertencer a um grupo, seja simplesmente porque deseja um ornamento para o corpo.

Esportes agressivos, como boxe e corrida de automóveis, colocam em risco a integridade dos praticantes. Nesses casos, porém, a exposição ao perigo faz parte do jogo, desde que obedecidas certas regras. Mesmo assim, o assunto gera polêmicas, pois há casos de morte e de lesões definitivas em razão de acidentes ou da brutalidade explícita, no caso das lutas.

Imagens em contexto

No filme *Menina de ouro*, a personagem Maggie Fitzgerald e uma boxeadora amadora determinada a se tornar profissional, contando com o apoio relutante de Frankie Dunn, um treinador experiente e reservado. Ao longo de sua jornada, Maggie enfrenta desafios pessoais e profissionais, desenvolvendo uma forte ligação com Frankie.

O filme aborda questões relacionadas à perseverança, à busca por propósito e às complexas escolhas éticas envolvendo os limites do apoio e do cuidado na relação entre treinador e atleta.

Fotograma do filme *Menina de ouro*, dirigido por Clint Eastwood, 2004. Apesar de em todo esporte haver regras para preservar a integridade física, as modalidades de combate – como o boxe – podem ser consideradas agressivas. Julgar essas práticas violentas ou não é uma questão cultural.

298

Imagens em contexto

O boxe traz informações que contribuem para melhorar a compreensão do contexto e uma análise das imagens apresentadas.



EM PAUTA

Consumo individualizado e comércio eletrônico

O texto a seguir, publicado pelo filósofo francês Gilles Lipovetsky em 2015, apresenta uma nova configuração do consumo que é reforçada pelo comércio eletrônico (*e-commerce*). Essa configuração produz um novo tipo de consumidor designado pelo autor como "neoconsumidor". Vale mencionar o fato de que, quatro anos após a publicação do texto de Lipovetsky, o mundo teve de se reorganizar em razão da pandemia de covid-19, sendo adotadas medidas como o aperfeiçoamento do comércio eletrônico, que, nesse período, entrou em franca expansão.

OBJETO DIGITAL
Vídeo:
Smartphones: produção e descarte

Para a maioria, os gostos de necessidade recuam em prol dos gostos da moda, do mais atual, dos prazeres efêmeros, da sede de renovação permanente. Em média, os consumidores renovam seu celular a cada dezoito meses, ao passo que a duração real da vida deles é bem superior. Nesse contexto, o neoconsumidor aparece como um "colecionador de experiências", um consumidor menos obcecado pela ostentação social do que pelos prazeres inéditos. É dessa forma que se manifesta um consumo mais volátil que "estético", menos ostentatório que emocional, menos voltado para o ter do que para os prazeres sempre renovados. Com o capitalismo de sedução triunfa uma estética do consumo inseparável de um consumidor frágil, em perpétuo movimento, que parece mais deslizar no mundo do que estar preso a ele.

Essa dinâmica é ainda reforçada pelas novas ferramentas digitais que libertam o consumidor da obrigação de se deslocar aos pontos de venda. Com o *e-commerce*, o consumidor pode usar a rede para fazer seus pedidos a qualquer hora do dia e da noite, em sua casa diante de seu computador ou na rua, graças a seu *smartphone*. Liberto dos limites espaço-temporais do universo mercantil, o consumo ganha leveza e fluidez sem precedentes.

Além do mais, estamos no momento em que os comportamentos de consumo libertaram-se dos contextos coletivos, das normas religiosas, dos hábitos e das regras de classe que prevaleciam até então. A profusão de escolhas de mercado e a dinâmica de individualização provocaram a dissolução das imposições coletivas e, dessa forma, um novo tipo de consumidor que, livre do peso das convenções e dos conformismos de classe, se impõe como um comprador zapeador e volátil, infiel e descoordenado. Com a mobilidade dos indivíduos na cultura de classes, o consumo é marcado pela individualização das escolhas, pela latitude dos antes em relação às normas coletivas e aos *habitus*. Ao passo que se desfazem os sentimentos de pertencimento de classe, as escolhas dos compradores são cada vez menos determinadas unilateralmente pelo *habitus* de classe e se mostram largamente imprevisíveis, desunificadas, "transfronteiras". O consumo registra, por isso, a vitória hipermoderna da leveza destracionalizada sobre o peso dos controles coletivos. A mobilidade que caracteriza o consumidor contemporâneo é filha do processo de dessegulação, destradicionalização e individualização hipermoderna.

Signos distintivos: no contexto, referem-se a elementos que marcam uma posição social na lógica do consumo por ostentação.

Nesse novo contexto, as estratégias antagonistas e as lutas pela apropriação dos **signos distintivos** que, desde sempre, estruturam o campo do consumo passam muitas vezes para o segundo plano. Estamos no momento em que este tende a se esvaziar de sua antiga dimensão conflitante: agora é um consumo mais intimista e hedonista que domina, largamente esvaziado das lógicas de desafio inter-humano, de rivalidade estamtária, de enfrentamento simbólico. Livre do imperativo de exibir uma posição social, menos concorrencial, menos dramatúrgica, o consumo registra uma forte corrente de alívio de seu sentido social honorífico tradicional.

Finalmente, o neoconsumidor quer menos exibir um "peso" social aos olhos dos outros do que ser colocado em movimento e esquecer o peso do presente: as lutas simbólicas de classe sucedem as ambições de tornar mais leve a experiência individual. Agora, o consumo funciona amplamente como paliativo dos desejos frustrados, meio para se "levantar o moral", meio de consolação, pequena embriaguez capaz de fazer esquecer, por um breve instante, as misérias, decepções e frustrações de cada um. Sobre as mudanças incessantes dos bens de consumo, esperamos que elas nos desviem do peso dos dias ao dinamizar, mais ou menos, o cotidiano. O consumo de nossos dias se assemelha a uma viagem: ele aparece como um *trip* [viagem] leve que tem uma função de oxigenação ou de animação do presente. Permitindo combater os tempos mortos da vida, suspender o pesado das rotinas, intensificar ou "rejuvenescer" o presente vívido, o consumo hipermoderno deve ser pensado como instrumento de alívio pontual mais cotidiano da existência.

LIPOVETSKY, Gilles. **Da leveza**: rumo a uma civilização sem peso. Barueri: Manole, 2016. p. 51-53.

Permitida a venda, em todo o território nacional, pela Editora Moderna Ltda. CNPJ 47.640.982/0001-40 – Rua Padre Adelino, 758 – Belenzinho – São Paulo – SP – CEP 03303-904 – Vendas e atendimento: Tel. (0__11) 2602-5510 – Fax (0__11) 2790-1501 – www.moderna.com.br – 2022 – Impresso no Brasil

Centro de distribuição de rede varejista de *e-commerce*, em Cajamar, no estado de São Paulo. Fotografia de 2021.

Imagens em contexto

Conforme dados divulgados em 2023 pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o comércio eletrônico brasileiro movimentou cerca de 450 bilhões de reais entre 2019 e 2022, tendo sido impulsionado durante o período da pandemia de covid-19.

ATIVIDADES — RESPONDA NO CADERNO

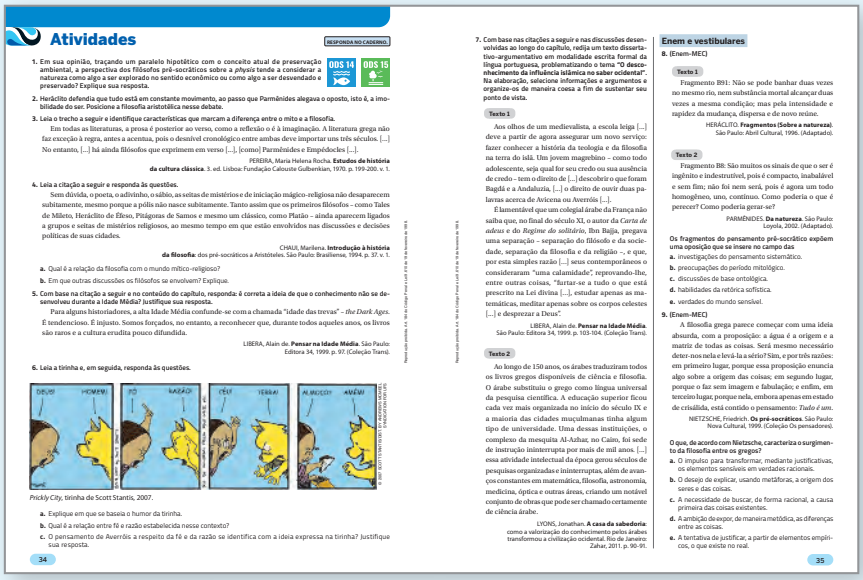
1. Explique como o comércio eletrônico ajuda a reforçar o novo perfil de consumidor.
2. Você concorda que, nas dinâmicas de consumo atuais, o hiperindividualismo se sobrepõe aos desejos cultivados coletivamente?
3. Reúna-se a três colegas e pesquisem dados sobre as categorias de produtos que – sobretudo depois de 2019 – tiveram a maior expansão no comércio eletrônico no Brasil. Elaborem um relatório que sintetize o resultado da pesquisa e sustente uma hipótese para o desenvolvimento de formas mais individualizadas de consumo. Compartilhem o relatório com os colegas e discutam-no.

Em pauta

Apresenta leituras relacionadas a temas contemporâneos por meio de notícias, reportagens, artigos jornalísticos e outros tipos textuais, relacionando-os ao cotidiano e a algum assunto estudado no capítulo.

Atividades

Nesta seção, você vai desenvolver de maneira autônoma habilidades como sistematização de dados e de informações, análise, interpretação, associação, pesquisa e argumentação enquanto aplica os conhecimentos adquiridos ao longo do estudo do capítulo. Também vai se familiarizar e treinar com questões do Enem e de vestibulares.



Atividades — RESPONDA NO CADERNO

1. **Em sua opinião, traçando um paralelo hipotético com o conceito atual de preservação ambiental, a perspectiva dos filósofos pré-socráticos sobre a *physis* tende a considerar a natureza como algo a ser explorado no sentido econômico ou como algo a ser desvendado e preservado? Explique sua resposta.**

ODS 14 ODS 15

2. **Heráclito defendia que tudo está em constante movimento, ao passo que Parmênides alegava o oposto, isto é, a imobilidade do ser. Posicione a filosofia aristotélica nesse debate.**
3. **Leia o trecho a seguir e identifique características que marcam a diferença entre o mito e a filosofia.**

Em todas as literaturas, a prosa é posterior ao verso, como a reflexão o é à imaginação. A literatura grega não faz exceção à regra, antes a acentua, pois o desnível cronológico entre ambas deve importar uns três séculos. [...] No entanto, [...] há ainda filósofos que exprimem em verso [...], [como] Parmênides e Empédocles [...].

PEREIRA, Maria Helena Rocha. **Estudos de história da cultura clássica**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970. p. 199-200. v. 1.

4. **Leia a citação a seguir e responda às questões.**

Sem dúvida, o poeta, o adivinho, o sábio, as seitas de mistérios e de iniciação mágico-religiosa não desaparecem subitamente, mesmo porque a pólis não nasce subitamente. Tanto assim que os primeiros filósofos – como Tales de Mileto, Heráclito de Éfeso, Pitágoras de Samos e mesmo um clássico, como Platão – ainda aparecem ligados a grupos e seitas de mistérios religiosos, ao mesmo tempo em que estão envolvidos nas discussões e decisões políticas de suas cidades.

CHAUI, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 37. v. 1.

a. Qual é a relação da filosofia com o mundo mítico-religioso?
b. Em que outras discussões os filósofos se envolvem? Explique.

5. **Com base na citação a seguir e no conteúdo do capítulo, responda: é correta a ideia de que o conhecimento não se desenvolveu durante a Idade Média? Justifique sua resposta.**

Para alguns historiadores, a alta Idade Média confunde-se com a chamada "idade das trevas" – *the Dark Ages*. É tendenciosa. É injusto. Somos forçados, no entanto, a reconhecer que, durante todos aqueles anos, os livros são raros e a cultura erudita pouco difundida.

LIBERA, Alain de. **Pensar na Idade Média**. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 97. (Coleção Trans).

6. **Leia a tirinha e, em seguida, responda às questões.**

Prickly City, tirinha de Scott Stantis, 2007.

a. Explique em que se baseia o humor da tirinha.
b. Qual é a relação entre fé e razão estabelecida nesse contexto?
c. O pensamento de Averróis a respeito da fé e da razão se identifica com a ideia expressa na tirinha? Justifique sua resposta.

7. **Com base nas citações a seguir e nas discussões desenvolvidas ao longo do capítulo, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa, problematizando o tema "O desconhecimento da influência islâmica no saber ocidental". Na elaboração, selecione informações e argumentos e organize-os de maneira coesa a fim de sustentar seu ponto de vista.**

Texto 1

Aos olhos de um medievalista, a escola leiga [...] deve a partir de agora assegurar um novo serviço: fazer conhecer a história da teologia e da filosofia na terra do Islã. Um jovem magrebino – como todo adolescente, seja qual for seu credo ou sua ausência de credo – tem o direito de [...] descobrir o que foram Bagdá e a Andaluzia, [...] o direito de ouvir duas palavras acerca de Avicena ou Averróis [...].

É lamentável que um colegial árabe da França não saiba que, no final do século XI, o autor da *Carta de adeus* e do *Regime do solitário*, Ibn Bajja, pregava uma separação – separação do filósofo e da sociedade, separação da filosofia e da religião –, e que, por esta simples razão [...] seus contemporâneos o consideraram "uma calamidade", reprovando-lhe, entre outras coisas, "furtar-se a tudo o que está prescrito na Lei divina [...], estudar apenas as matemáticas, meditar apenas sobre os corpos celestes [...] e desprezar a Deus".

LIBERA, Alain de. **Pensar na Idade Média**. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 103-104. (Coleção Trans).

Texto 2

Ao longo de 150 anos, os árabes traduziram todos os livros gregos disponíveis de ciência e filosofia. O árabe substituiu o grego como língua universal da pesquisa científica. A educação superior ficou cada vez mais organizada no início do século IX e a maioria das cidades muçulmanas tinha algum tipo de universidade. Uma dessas instituições, o complexo da mesquita Al-Azhar, no Cairo, foi sede de instrução ininterrupta por mais de mil anos. [...] essa atividade intelectual da época gerou séculos de pesquisas organizadas e ininterruptas, além de avanços constantes em matemática, filosofia, astronomia, medicina, óptica e outras áreas, criando um notável conjunto de obras que pode ser chamado certamente de ciência árabe.

LYONS, Jonathan. **A casa da sabedoria**: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 90-91.

Enem e vestibulares

8. (Enem-MEC)

Texto 1

Fragmento B91: Não se pode banhar duas vezes no mesmo rio, nem substância mortal alcançar duas vezes a mesma condição; mas pela intensidade e rapidez da mudança, dispersa e de novo reúne.

HERÁCLITO. **Fragmentos (Sobre a natureza)**. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Adaptado).

Texto 2

Fragmento B8: São muitos os sinais de que o ser é ingênito e indestrutível, pois é compacto, inabalável e sem fim; não foi nem será, pois é agora um todo homogêneo, uno, contínuo. Como poderia o que é perecer? Como poderia gerar-se?

PARMÊNIDES. **Da natureza**. São Paulo: Loyola, 2002. (Adaptado).

Os fragmentos do pensamento pré-socrático expõem uma oposição que se insere no campo das

a. investigações do pensamento sistemático.
b. preocupações do período mitológico.
c. discussões de base ontológica.
d. habilidades da retórica sofística.
e. verdades do mundo sensível.

9. (Enem-MEC)

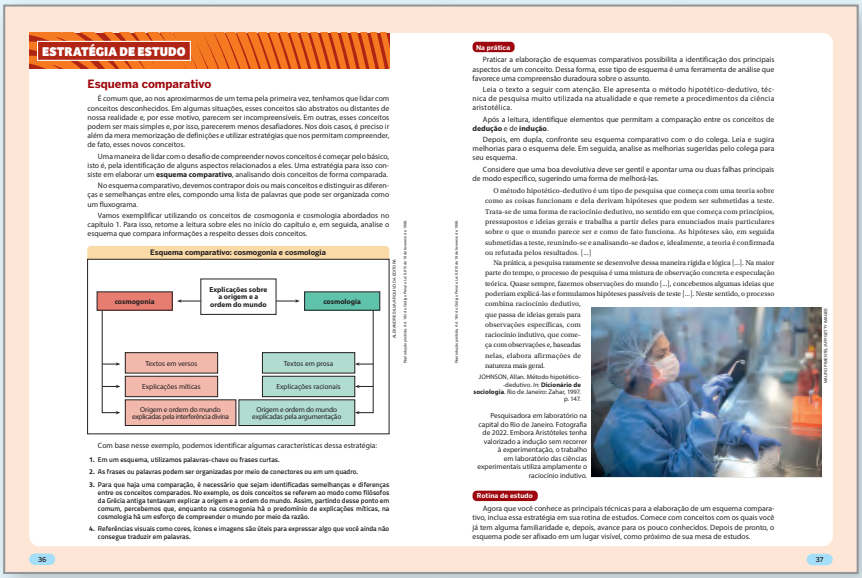
A filosofia grega parece começar com uma ideia absurda, com a proposição: a água é a origem e a matriz de todas as coisas. Será mesmo necessário deter-nos nela e levá-la a sério? Sim, e por três razões: em primeiro lugar, porque essa proposição enuncia algo sobre a origem das coisas; em segundo lugar, porque o faz sem imagem e fabulação; e enfim, em terceiro lugar, porque nela, embora apenas em estado de crisálida, está contido o pensamento: *Tudo é um*.

NIETZSCHE, Friedrich. **Os pré-socráticos**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os pensadores).

O que, de acordo com Nietzsche, caracteriza o surgimento da filosofia entre os gregos?

a. O impulso para transformar, mediante justificativas, os elementos sensíveis em verdades racionais.
b. O desejo de explicar, usando metáforas, a origem dos seres e das coisas.
c. A necessidade de buscar, de forma racional, a causa primeira das coisas existentes.
d. A ambição de expor, de maneira metódica, as diferenças entre as coisas.
e. A tentativa de justificar, a partir de elementos empíricos, o que existe no real.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



ESTRATÉGIA DE ESTUDO

Esquema comparativo

É comum que, ao nos aproximarmos de um tema pela primeira vez, tenhamos que lidar com conceitos desconhecidos. Em algumas situações, esses conceitos são abstratos ou distantes de nossa realidade e, por esse motivo, parecem ser incompreensíveis. Em outras, esses conceitos podem ser mais simples e, por isso, parecerem menos desafiadores. Nos dois casos, é preciso ir além da mera memorização de definições e utilizar estratégias que nos permitam compreender, de fato, esses novos conceitos.

Uma maneira de lidar com o desafio de compreender novos conceitos é começar pelo básico, isto é, pela identificação de alguns aspectos relacionados a eles. Uma estratégia para isso consiste em elaborar um **esquema comparativo**, analisando dois conceitos de forma comparada.

No esquema comparativo, devemos contrapor dois ou mais conceitos e distinguir as diferenças e semelhanças entre eles, compondo uma lista de palavras que pode ser organizada como um fluxograma.

Vamos exemplificar utilizando os conceitos de cosmogonia e cosmologia abordados no capítulo 1. Para isso, retome a leitura sobre eles no início do capítulo e, em seguida, analise o esquema que compara informações a respeito desses dois conceitos.

Esquema comparativo: cosmogonia e cosmologia

Com base nesse exemplo, podemos identificar algumas características dessa estratégia:

1. **Em um esquema, utilizamos palavras-chave ou frases curtas.**
2. **As frases ou palavras podem ser organizadas por meio de conectores ou em um quadro.**
3. **Para que haja uma comparação, é necessário que sejam identificadas semelhanças e diferenças entre os conceitos comparados. No exemplo, os dois conceitos se referem ao modo como filósofos da Grécia antiga tentavam explicar a origem e a ordem do mundo. Assim, partindo dessa ponto em comum, percebemos que, enquanto na cosmogonia há o predomínio de explicações míticas, na cosmologia há um esforço de compreender o mundo por meio da razão.**
4. **Referências visuais como cores, ícones e imagens são úteis para expressar algo que você ainda não consegue traduzir em palavras.**

Na prática

Praticar a elaboração de esquemas comparativos possibilita a identificação dos principais aspectos de um conceito. Dessa forma, esse tipo de esquema é uma ferramenta de análise que favorece uma compreensão duradoura sobre o assunto.

Leia o texto a seguir com atenção. Ele apresenta o método hipotético-dedutivo, técnica de pesquisa muito utilizada na atualidade e que remete a procedimentos da ciência aristotélica.

Após a leitura, identifique elementos que permitam a comparação entre os conceitos de **dedução** e de **indução**.

Depois, em dupla, confronte seu esquema comparativo com o do colega. Leia e sugira melhorias para o esquema dele. Em seguida, analise as melhorias sugeridas pelo colega para seu esquema.

Considere que uma boa devolutiva deve ser gentil e apontar uma ou duas falhas principais de modo específico, sugerindo uma forma de melhorá-las.

O método hipotético-dedutivo é um tipo de pesquisa que começa com uma teoria sobre como as coisas funcionam e dela derivam hipóteses que podem ser submetidas a teste. Trata-se de uma forma de raciocínio dedutivo, no sentido em que começa com princípios, pressupostos e ideias gerais e trabalha a partir deles para enunciados mais particulares sobre o que o mundo parece ser e como de fato funciona. As hipóteses são, em seguida submetidas a teste, reunindo-se e analisando-se dados e, idealmente, a teoria é confirmada ou refutada pelos resultados. [...]

Na prática, a pesquisa raramente se desenvolve dessa maneira rígida e lógica [...]. Na maior parte do tempo, o processo de pesquisa é uma mistura de observação concreta e especulação teórica. Quase sempre, fazemos observações do mundo [...], concebemos algumas ideias que poderiam explicá-las e formulamos hipóteses passíveis de teste [...]. Neste sentido, o processo combina raciocínio dedutivo, que passa de ideias gerais para observações específicas, com raciocínio indutivo, que começa com observações e, baseadas nelas, elabora afirmações de natureza mais geral.

JOHNSON, Allan. Método hipotético-dedutivo. In: **Dicionário de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 142.

Pesquisadora em laboratório na capital do Rio de Janeiro. Fotografia de 2022. Embora Aristóteles tenha valorizado a indução sem recorrer à experimentação, o trabalho em laboratório das ciências experimentais utiliza amplamente o raciocínio indutivo.

Rotina de estudo

Agora que você conhece as principais técnicas para a elaboração de um esquema comparativo, inclua essa estratégia em sua rotina de estudos. Comece com conceitos com os quais você já tem alguma familiaridade e, depois, avance para os pouco conhecidos. Depois de pronto, o esquema pode ser afixado em um lugar visível, como próximo de sua mesa de estudos.

Estratégia de estudo

Nesta seção, você vai conhecer uma estratégia para sistematizar e organizar o conhecimento adquirido, desenvolvendo mais autonomia para aprender.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



EDUCAÇÃO MIDIÁTICA

Influenciadores digitais

Ao longo deste volume, discutimos as diversas transformações no mundo do trabalho relacionadas à emergência de novas tecnologias e vimos, também, como os momentos de lazer foram influenciados por elas.

Hoje, muitas pessoas passam a maior parte de seu tempo livre usando celulares, fazendo das redes sociais um espaço de entretenimento, e, também, de busca e contato com a informação. Uma pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais constatou que, entre 2016 e 2021, houve aumento do uso de *smartphones*, computadores e *tablets* nas capitais brasileiras. Ao menos 25% dos usuários acessaram a internet por mais de três horas por dia – e o aumento foi mais significativo entre jovens de 18 a 34 anos. Nesse cenário, diversos usuários passaram a ser produtores de conteúdos, veiculando *posts* escritos e vídeos em que falam de seu estilo de vida e dos mais diversos assuntos. Os **streamers** e **influenciadores digitais** se tornaram populares, inspirando pessoas e ao mesmo tempo exercendo um significativo poder sobre o comportamento e o pensamento de muitos indivíduos. Por isso mesmo eles precisam ser objeto de análise crítica.

O que é?

Streamers e influenciadores digitais publicam conteúdos e posicionamentos em canais de transmissão, como *sites*, plataformas de *streaming* de vídeo e áudio, além de redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas, procurando influenciar as pessoas para obter benefícios comerciais ou não.

Streamer é quem cria conteúdos em eventos ao vivo na internet – jogando *videogames*, conversando com pessoas específicas, relatando experiências e propondo debates.

REPRODUÇÃO

Influencer é quem possui muitos seguidores, de alguma maneira influenciados por ele, e promove produtos, hábitos e atitudes. *Influencers* costumam falar de um tema específico em suas redes, como beleza, moda, cultura *pop*, vida saudável, culinária, viagens, entre outros. Um *influencer* pode ser um *streamer*, e vice-versa. Pode-se dizer que a diferença central, contudo, é que, em geral, *influencers* publicam conteúdos pré-gravados, nos quais há uma intencionalidade definida previamente.

Contextualizando...

Influencers e streamers alcançam um público amplo, gerando tendências de consumo e influenciando, inclusive, as opiniões políticas de seus seguidores. Uma boa parte deles publica conteúdos em plataformas de vídeos e em redes sociais conhecidas por veicular vídeos curtos. Esse contexto de circulação exige a criação de vídeos dinâmicos, que sejam capazes de comunicar uma mensagem de forma rápida e que possam ser compartilhados facilmente pelos usuários das redes.

É importante analisar de forma crítica alguns aspectos dos conteúdos divulgados por *influencers* e *streamers*, para distinguir o que é positivo e o que é negativo.

- **Diversidade e credibilidade dos conteúdos**. Vídeos curtos podem facilitar o acesso a uma diversidade de informações. É possível encontrar desde receitas até tutoriais, notícias e entretenimento. Entretanto, essa mesma característica tem um lado negativo, uma vez que nem todo conteúdo é apropriado para todas as idades. Além disso, nem todas as informações são necessariamente confiáveis, o que aumenta a probabilidade de disseminação de notícias falsas e dados imprecisos.
- **Criatividade e busca pelo sucesso pessoal**. Plataformas de vídeos curtos podem ser um espaço para que diferentes pessoas mostrem seus talentos e suas habilidades, o que, de certo modo, representa uma democratização na maneira de distribuir produções *on-line* sem precisar de intermediários (gravadoras, emissoras, grandes jornais etc.). No entanto, o esforço excessivo na busca por seguidores pode provocar efeitos negativos para a saúde mental. Desse modo, a necessidade de pertencer a determinado grupo pode gerar não aceitação de si mesmo, baixa autoestima e atitudes ou comportamentos distantes ou fora do contexto da realidade de cada indivíduo.
- **Responsabilidade pelo que se diz no ambiente digital**. Produtores de conteúdo são porta-vozes de marcas e também de costumes, o que pode gerar o aumento de hábitos consumistas. Por isso, é importante atentar para a responsabilidade pelo que se veicula e se compartilha no ambiente digital, levando em conta aspectos como a legislação, a privacidade dos usuários e o respeito aos direitos humanos.

Mão na massa

Embora muitos vídeos de *influencers* que circulam nas plataformas da internet sugiram naturalidade e espontaneidade, eles passam por diferentes etapas. O autor pode redigir um roteiro detalhado do que será apresentado e determinar como o vídeo será editado após ser gravado. Por exemplo, um roteiro pode indicar em que momento do vídeo haverá a inserção de letreiros, legendas, transições, esquemas visuais, imagens e vídeos de outros criadores e de que forma esses conteúdos devem ser distribuídos ao longo do vídeo.

Um dos formatos de roteiro utilizados para a produção de vídeos da internet é o roteiro de página dividida. Nele, as informações que vão constar no vídeo são distribuídas em duas colunas – uma que descreve os áudios e outra que descreve as imagens que deverão ser sincronizadas com cada um deles. Verifique o exemplo a seguir.

CENA	IMAGEM	ÁUDIO
1	[tutoriais com o título do vídeo] *Influenciadores digitais*	[trecho de música como vinheta do vídeo]
2	[imagens de pessoas utilizando celulares em um parque]	[narração] Hoje, muitas pessoas passam a maior parte de seu tempo livre usando celulares, o que faz das redes sociais um espaço de entretenimento e, também, de busca e contato com a informação.
3	[imagem de uma pessoa gravando um vídeo com um celular]	Os *streamers* e influencers se tornaram extremamente populares, inspirando pessoas e ao mesmo tempo exercendo um significativo poder sobre o comportamento e o pensamento de muitos indivíduos.

REPRODUÇÃO

Agora forme um grupo com três colegas de turma e, pensando nos temas trabalhados ao longo deste volume, escolham um que gostariam de transformar em roteiro de vídeo curto. Vocês poderão usar o modelo já apresentado para redigir o que idealizaram. Sigam as indicações a seguir.

1. Definam o tema e o objetivo do vídeo. O vídeo pretende apenas informar sobre um tema ou também terá como finalidade o entretenimento?
2. Considerem para quem o vídeo será apresentado – assim, a linguagem e os aspectos visuais podem ser adequados à idade, aos interesses e ao nível de conhecimento sobre o tema do público-alvo.
3. Pensem na estrutura do vídeo. Como vão introduzir o tema escolhido? Quais tópicos serão desenvolvidos? Como será a conclusão?
4. Redijam a primeira versão do texto. Pensem em uma abordagem criativa, lançando uma pergunta instigante ou contando uma história que possa ser associada ao tema.
5. Reflitam sobre as imagens e os recursos sonoros. Como vocês apresentarão visualmente o tema escolhido? Serão usadas ilustrações, gráficos e trilha sonora? Haverá um apresentador ou apenas uma voz sobreposta às imagens (voz em off)?
6. Criem as cenas. Sigam o modelo de roteiro e distribuam o texto e as informações sobre aspectos visuais e sonoros que deverão ser executados no momento de gravar o vídeo.
7. Revisem e façam ajustes. Leiam o roteiro várias vezes, fazendo revisões e ajustes necessários. Certifiquem-se de que o roteiro esteja fluído, com informações precisas e coerentes.

Se desejarem, vocês poderão verificar com o professor a possibilidade de produzir o vídeo e fazê-lo circular entre as turmas da escola.

Educação midiática

A seção traz conhecimentos para que você utilize tecnologias digitais de forma reflexiva, crítica e ética.



TRABALHO E JUVENTUDES

Técnico em finanças, gestão financeira e economia

No século XVII, o filósofo John Locke defendeu o que podemos designar como **liberalismo político**, ao questionar o alcance da autoridade do Estado sobre a vida dos indivíduos. Mais tarde, esse questionamento inspiraria economistas, que o estenderiam para as relações econômicas, levando à criação do chamado **liberalismo econômico**. Os adeptos dessa vertente teórica entendem que as relações de compra e venda de mercadorias variadas, incluindo o trabalho, tendem a se equilibrar por si mesmas, sem a interferência do Estado. Contudo, de acordo com outras correntes teóricas que se desenvolveram nos séculos XIX e XX, sem a regulamentação estatal, a economia acaba controlada por grupos econômicos poderosos que atuam em benefício próprio. Além disso, sempre que crises econômicas se instalam em economias liberais, o que ocorre ciclicamente, os limites de atuação do Estado voltam a ser discutidos visando conter os efeitos sociais dessas crises.

Nesse contexto, o papel dos especialistas em mercado, finanças e economia ganhou relevância, e a análise desses profissionais passou a exercer muita influência nas decisões dos investidores e na política econômica dos governos contemporâneos. Por essa razão, eles estão presentes em indústrias, estabelecimentos comerciais, bancos, seguradoras, instituições financeiras, empresas de planejamento e de consultoria, órgãos públicos e centros de estudo e pesquisa. Conheça algumas funções dos trabalhadores desse campo de atuação.

- **Curso técnico em finanças**. O técnico em finanças recebe formação para, entre outras funções, realizar operações relativas a serviços e produtos financeiros de empréstimos, financiamentos, investimentos etc.; elaborar e analisar fluxos de caixa e demais relatórios financeiros; efetuar lançamentos contábeis, ordens de pagamento e de contas a receber; analisar mercado de capitais, contratos bancários e legislações contábil, tributária, trabalhista e do consumidor; coletar informações e elaborar orçamento empresarial; e confeccionar relatórios de controle de custos, gastos e despesas gerais.
- **Curso superior de tecnologia em gestão financeira**. O profissional formado nesse curso tem como função elaborar relatórios analíticos e indicadores quantitativos para acompanhamento dos resultados financeiros das empresas e tomada de decisões; coletar, organizar e analisar informações gerenciais para construção de orçamento empresarial; qualificar os diversos indicadores econômicos e financeiros para a gestão do negócio; avaliar os custos das fontes de financiamento e de produção a curto e longo prazos; articular soluções de fluxo de caixa; avaliar potenciais de captação e aplicação de recursos; e gerenciar processos financeiros.
- **Curso superior de economia**. Ao se formar em economia, o profissional estará habilitado para analisar dados econômicos e sociais, fazer projeções e orientar decisões de empresas, investidores e governos em vários nichos do mercado. Ele pode atuar examinando setores específicos de negócio, fazendo orçamentos, acompanhando fluxo de caixa, avaliando perfis de clientes e de empresas concorrentes, ponderando riscos e panejando investimentos. Pode também fazer análises de conjuntura econômica mais ampla, considerando dados macroeconômicos como Produto Interno Bruto, inflação e taxa de juros. O economista está habilitado, ainda, para proceder a auditorias, com o objetivo de avaliar a saúde financeira de uma empresa ou de um órgão do governo.

Embora costumem ser associadas a interesses privados, as profissões ligadas aos campos econômico e financeiro têm muita importância no desenvolvimento e na execução de políticas de combate à pobreza, como as relacionadas a estratégias de barateamento da cesta básica, concessão de crédito para pequenos produtores e definição de alíquotas de imposto mais justas.

Profissional monitora dados financeiros em Londres, no Reino Unido. Fotografia de 2019. A negociação de ações na bolsa de valores envolve riscos. Por isso, especialistas na análise do mercado financeiro elaboram previsões e, assim, evitam perdas de capital.

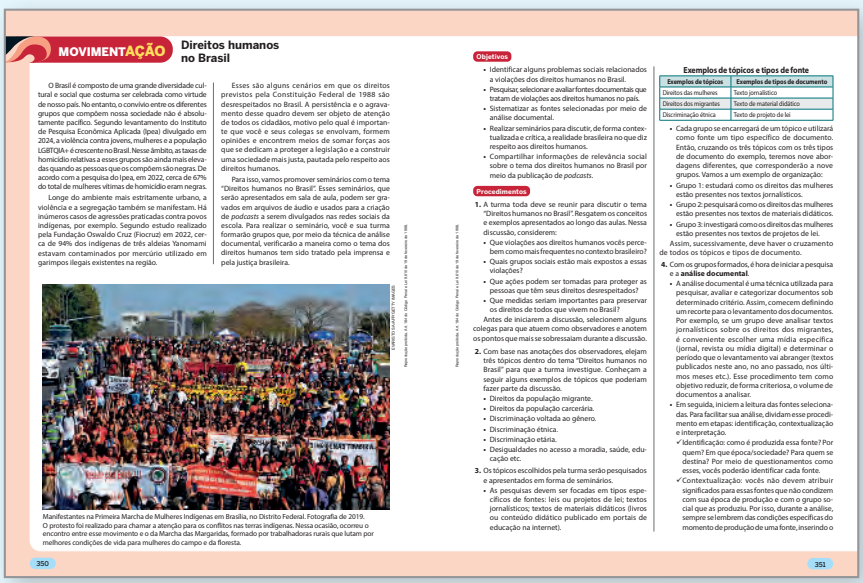
Trabalho e juventudes

Apresenta campos de atuação profissional relacionados aos assuntos estudados nos capítulos, ampliando seu conhecimento sobre o mundo do trabalho.

OBJETO DIGITAL Vídeo: Estatuto da Pessoa Idosa

Ícone Objeto Digital

Indica um objeto educacional digital para ampliar possibilidades de aprendizagem.



MOVIMENTAÇÃO

Direitos humanos no Brasil

O Brasil é composto de uma grande diversidade cultural e social que costuma ser celebrada como virtude de nosso país. No entanto, o convívio entre os diferentes grupos que compõem nossa sociedade não é absolutamente pacífico. Segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgado em 2024, a violência contra jovens, mulheres e a população LGBTQIA+ é crescente no Brasil. Nesse âmbito, as taxas de homicídio relativas a esses grupos são ainda mais elevadas quando as pessoas que os compõem são negras. De acordo com a pesquisa do Ipea, em 2022, cerca de 67% do total de mulheres vítimas de homicídio eram negras.

Longe do ambiente mais estritamente urbano, a violência e a segregação também se manifestam. Há inúmeros casos de agressões praticadas contra povos indígenas, por exemplo. Segundo estudo realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2022, cerca de 94% dos indígenas de três aldeias Yanomami estavam contaminados por mercúrio utilizado em garimpos ilegais existentes na região.

Esses são alguns cenários em que os direitos previstos pela Constituição Federal de 1988 são desrespeitados no Brasil. A persistência e o agravamento desse quadro devem ser objeto de atenção de todos os cidadãos, motivo pelo qual é importante que você e seus colegas se envolvam, formem opiniões e encontrem meios de somar forças aos que se dedicam a proteger a legislação e a construir uma sociedade mais justa, pautada pelo respeito aos direitos humanos.

Para isso, vamos promover seminários com o tema "Direitos humanos no Brasil". Esses seminários, que serão apresentados em sala de aula, podem ser gravados em arquivos de áudio e usados para a criação de *podcasts* a serem divulgados nas redes sociais da escola. Para realizar o seminário, você e sua turma formarão grupos que, por meio da técnica de análise documental, verificarão a maneira como o tema dos direitos humanos tem sido tratado pela imprensa e pela justiça brasileira.

Manifestantes na Primeira Marcha de Mulheres Indígenas em Brasília, no Distrito Federal. Fotografia de 2019. O protesto foi realizado para chamar a atenção para os conflitos nas terras indígenas. Nessa ocasião, ocorreu o encontro entre esse movimento e o da Marcha das Margaridas, formado por trabalhadoras rurais que lutam por melhores condições de vida para mulheres do campo e da floresta.

Objetivos

- Identificar alguns problemas sociais relacionados a violações dos direitos humanos no Brasil.
- Pesquisar, selecionar e avaliar fontes documentais que tratam de violações aos direitos humanos no país.
- Sistematizar as fontes selecionadas por meio de análise documental.
- Realizar seminários para discutir, de forma contextualizada e crítica, a realidade brasileira no que diz respeito aos direitos humanos.
- Compartilhar informações de relevância social sobre o tema dos direitos humanos no Brasil por meio da publicação de *podcasts*.

Procedimentos

1. A turma toda deve se reunir para discutir o tema "Direitos humanos no Brasil". Resgatem os conceitos e exemplos apresentados ao longo das aulas. Nessa discussão, considerem:
   - Que violações aos direitos humanos vocês percebem como mais frequentes no contexto brasileiro?
   - Quais grupos sociais estão mais expostos a essas violações?
   - Que ações podem ser tomadas para proteger as pessoas que têm seus direitos desrespeitados?
   - Que medidas seriam importantes para preservar os direitos de todos que vivem no Brasil?

   Antes de iniciarem a discussão, selecionem alguns colegas para que atuem como observadores e anotem os pontos que mais se sobressaíam durante a discussão.
2. Com base nas anotações dos observadores, elejam três tópicos dentro do tema "Direitos humanos no Brasil" para que a turma investigue. Conheçam a seguir alguns exemplos de tópicos que poderiam fazer parte da discussão.
   - Direitos da população migrante.
   - Direitos da população carcerária.
   - Discriminação voltada ao gênero.
   - Discriminação étnica.
   - Discriminação etária.
   - Desigualdades no acesso a moradia, saúde, educação etc.
3. Os tópicos escolhidos pela turma serão pesquisados e apresentados em forma de seminários.
   - As pesquisas devem ser focadas em tipos específicos de fontes: leis ou projetos de lei; textos jornalísticos; textos de materiais didáticos (livros ou conteúdo didático publicado em portais de educação na internet).

Exemplos de tópicos e tipos de fonte

Exemplos de tópicos	Exemplos de tipos de documento
Direitos das mulheres	Texto jornalístico
Direitos dos migrantes	Texto de material didático
Discriminação étnica	Texto de projeto de lei

   - Cada grupo se encarregará de um tópico e utilizará como fonte um tipo específico de documento. Então, cruzando os três tópicos com os três tipos de documento do exemplo, teremos nove abordagens diferentes, que corresponderão a nove grupos. Vamos a um exemplo de organização:
   - Grupo 1: estudará como os direitos das mulheres estão presentes nos textos jornalísticos.
   - Grupo 2: pesquisará como os direitos das mulheres estão presentes nos textos de materiais didáticos.
   - Grupo 3: investigará como os direitos das mulheres estão presentes nos textos de projetos de lei.

   Assim, sucessivamente, deve haver o cruzamento de todos os tópicos e tipos de documento.
4. Com os grupos formados, é hora de iniciar a pesquisa e a **análise documental**.
   - A análise documental é uma técnica utilizada para pesquisar, avaliar e categorizar documentos sob determinado critério. Assim, comecem definindo um recorte para o levantamento dos documentos. Por exemplo, se um grupo deve analisar textos jornalísticos sobre os direitos dos migrantes, é conveniente escolher uma mídia específica (jornal, revista ou mídia digital) e determinar o período que o levantamento vai abranger (textos publicados neste ano, no ano passado, nos últimos meses etc.). Esse procedimento tem como objetivo reduzir, de forma criteriosa, o volume de documentos a analisar.
   - Em seguida, iniciem a leitura das fontes selecionadas. Para facilitar sua análise, dividam esse procedimento em etapas: identificação, contextualização e interpretação.
     - ✓Identificação: como é produzida essa fonte? Por quem? Em que época/sociedade? Para quem se destina? Por meio de questionamentos como esses, vocês poderão identificar cada fonte.
     - ✓Contextualização: vocês não devem atribuir significados para essas fontes que não condizem com sua época de produção e com o grupo social que as produziu. Por isso, durante a análise, sempre se lembrem das condições específicas do momento de produção de uma fonte, inserindo o

MovimentAção

A seção propõe um trabalho colaborativo voltado à intervenção cidadã e à participação ativa, na qual você e seus colegas terão a oportunidade de desenvolver atividades e um produto, geralmente com uso de tecnologia digital de informação e de comunicação.

SUMÁRIO

UNIDADE 1 Natureza em transformação 12

CAPÍTULO 1 O estudo da natureza na Antiguidade e na Idade Média 14
O estudo da natureza na Grécia antiga 14
O estudo da natureza na Idade Média 24
▪ TRABALHO COM FONTES A importância da experiência para Guilherme de Ockham 28
▪ Atividades 34

ESTRATÉGIA DE ESTUDO
Esquema comparativo 36

CAPÍTULO 2 O estudo da natureza a partir da Idade Moderna 38
O estudo da natureza na modernidade 38
O estudo da natureza na contemporaneidade 55
TRABALHO COM FONTES O planeta vivo e a potência de agir humana 64
▪ Atividades 66

UNIDADE 2 Trabalho, ciência e tecnologia 68

CAPÍTULO 3 Trabalho e lazer 70
O saber e a ação humana no mundo 70
Trabalho e humanização 72
Teorias da modernidade 75
As transformações do trabalho na contemporaneidade 80
▪ TRABALHO E JUVENTUDES Recursos humanos e administração 85
Uma civilização do lazer? 88
▪ Em pauta O trabalho de cuidados e a opressão da mulher negra 90
▪ Atividades 92

CAPÍTULO 4 Ciências 94
Trabalho e ciência 94
O nascimento das ciências humanas 104
Psicologia 108
Ciências cognitivas 113
▪ EM PAUTA Inteligência artificial e relações de trabalho 115
Ciência e valores 117
▪ Atividades 120

UNIDADE 3 Sociedade, política e cultura 122

CAPÍTULO 5 Cultura, linguagem e arte 124
O conceito de cultura 124
Quem é você? 125
Cultura e transgressão 129
▪ EM PAUTA Mulheres na filosofia 139
Diversidade cultural: o eu e o outro 140
Paternalismo e autoritarismo na cultura brasileira 142
Arte: um tipo de conhecimento? 143
Rupturas artísticas 145
Reprodutibilidade técnica e indústria cultural 147
▪ Atividades 150

CAPÍTULO 6 Teorias sobre a crença, a morte e o amor 152
A crença 152
A morte 166
O amor 174
▪ TRABALHO COM FONTES O amor-próprio e o amor pelos outros 178
▪ Atividades 180

UNIDADE 4 Poder e política 182

CAPÍTULO 7 Teorias políticas: Antiguidade 184
Política para quê? 184
Poder e força 185
Institucionalização do poder do Estado 186
A filosofia política na Antiguidade: o cidadão da pólis 189
▪ EM PAUTA Cidadania indígena na Constituição 202
▪ Atividades 206

CAPÍTULO 8 Teorias políticas: Idade Moderna e contemporaneidade 208
Concepções políticas na modernidade 208

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

▪ **TRABALHO E JUVENTUDES** Técnico em finanças, gestão financeira e economia 214
O projeto democrático contemporâneo 223
▪ **TRABALHO COM FONTES** Ódio à democracia e sentimento antidemocrático 226
▪ **Atividades** 235

UNIDADE 5 Globalização, emancipação e cidadania 238

CAPÍTULO 9 Teorias sobre o sujeito 240
A crise da razão e da subjetividade 240
▪ **TRABALHO E JUVENTUDES** *Marketing* e publicidade e propaganda 251
Fenomenologia: a reabilitação da consciência 252
Sartre e o existencialismo 256
Beauvoir: a mulher e o existencialismo 259
▪ **TRABALHO COM FONTES** A velhice 260
Merleau-Ponty: a experiência vivida 262
▪ **Atividades** 264

CAPÍTULO 10 A filosofia no mundo globalizado e a pós-modernidade 266
Globalização e pós-modernidade 266
Foucault: verdade e poder 268
Derrida: desconstrucionismo 272
Deleuze: a criação de conceitos 274
Haraway: feminismo e ambientalismo 276
Mbembe: a razão negra 280
Spivak: o pensamento pós-colonial 282
Baudrillard: a violência do global 285
Mutações contemporâneas 286
▪ **EM PAUTA** Consumo individualizado e comércio eletrônico 290
▪ **Atividades** 292

UNIDADE 6 Conflitos e desigualdades 294

CAPÍTULO 11 Teorias sobre a violência 296
A violência que salta aos olhos 296
O que é violência? 297
Tipos de violência 299
▪ **TRABALHO COM FONTES** Escravidão e sistema penitenciário nos Estados Unidos 306
A violência ilegítima do Estado: totalitarismo e autoritarismo 311
▪ **EM PAUTA** A condição de refugiado 314
Paz como concórdia 318
Filosofia da não violência 320
▪ **Atividades** 322

CAPÍTULO 12 Direitos humanos 324
Direitos humanos: entre a vigência e a eficácia 324
▪ **EM PAUTA** Educação para a não violência 328
Histórico da noção de direitos humanos 330
▪ **TRABALHO COM FONTES** Pensar com autonomia 334
Declaração Universal dos Direitos Humanos 339
▪ **TRABALHO E JUVENTUDES** Serviços jurídicos, investigação e perícia judicial e direito 340
Retomando a polêmica 344
▪ **Atividades** 346

EDUCAÇÃO MIDIÁTICA Influenciadores digitais 348

MOVIMENTAÇÃO Direitos humanos no Brasil 350

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS 354

SUMÁRIO DOS OBJETOS DIGITAIS

***Podcast*:** O que é um afeto? 47
Carrossel de imagens: Práticas sustentáveis 59
Infográfico clicável: A emergência climática nas artes 62
Carrossel de imagens: Robôs em diferentes setores 71
***Podcast*:** Impactos da Revolução Industrial 77
Infográfico clicável: Dimensões do lazer nas metrópoles 89
Vídeo: Entrevista 106
Infográfico clicável: Dimensões da indústria cultural 149
Carrossel de imagens: Ativismo nas redes 230
Mapa clicável: A dispersão da covid-19 no Brasil 234
***Podcast*:** O combate à desinformação 237
Vídeo: Estatuto da Pessoa Idosa 261
Vídeo: *Smartphones*: produção e consumo 290
***Podcast*:** Violência escolar 300
Infográfico clicável: *Cyberbullying* 301
Vídeo: O Estatuto da Pessoa com Deficiência 331
Mapa clicável: Africanos escravizados 336

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 1

Natureza em transformação

A comunidade científica vem alertando sobre a urgente necessidade de reduzir as emissões de gases do efeito estufa, entre eles o dióxido de carbono, a fim de evitar que limites críticos do sistema climático sejam atingidos. A queima de combustíveis fósseis e o desmatamento estão entre as principais atividades humanas responsáveis pelo lançamento de dióxido de carbono na atmosfera.

Os habitantes das cidades, onde vive a maior parte da população mundial, estão particularmente vulneráveis às consequências de eventos climáticos extremos, como enchentes, inundações e ondas de calor.

Diante desse cenário, refletir a respeito dos efeitos da ação humana sobre a natureza se torna cada vez mais urgente à medida que as intervenções antrópicas se intensificam, produzindo impactos potencialmente irreversíveis.



ANDRE DIB/PULSAR IMAGENS

Aldeia Piyulaga dos Waurá, no Parque Indígena do Xingu, em Gaúcha do Norte, no estado de Mato Grosso. Fotografia de 2024. A preservação da floresta é essencial para a sobrevivência dessa comunidade.

A unidade "Natureza em transformação" está presente nos quatro volumes desta coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Confira, no quadro a seguir, os capítulos de cada componente que contribuem para a abordagem da temática desta unidade.

A unidade "Natureza em transformação" na coleção

Componente	Capítulos
História	1. A origem da humanidade e as transformações da natureza 2. O povoamento do continente americano e os recursos naturais
Geografia	1. Tempos da natureza e ação humana 2. Os desafios da sustentabilidade e a agenda ambiental
Sociologia	9. Sociedade e meio ambiente 10. Críticas à colonialidade
Filosofia	1. O estudo da natureza na Antiguidade e na Idade Média 2. O estudo da natureza a partir da Idade Moderna

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Na prática

Muitos especialistas consideram que os povos indígenas são os guardiões das florestas e que o conhecimento que possuem sobre as dinâmicas da natureza pode ser fundamental para enfrentar a crise ambiental. Ailton Krenak, filósofo e líder indígena brasileiro, aborda essa temática em seus livros. Em uma de suas obras, Krenak explora a concepção de natureza com base no modo de vida dos povos indígenas que habitam a floresta. Vamos conhecer essa visão?

> Na floresta não há essa substituição da vida, ela flui, e você, no fluxo, sente a sua pressão. Isso que chamam de natureza deveria ser a interação do nosso corpo com o entorno, em que a gente soubesse de onde vem o que comemos, para onde vai o ar que expiramos. Para além da ideia de "eu sou a natureza", a consciência de estar vivo deveria nos atravessar de modo que fôssemos capazes de sentir que o rio, a floresta, o vento, as nuvens são nosso espelho na vida.
>
> KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 54.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS



Indígenas Xavante realizam ritual de passagem da adolescência para a vida adulta na Terra Indígena Parabubure, em Campinápolis, no estado de Mato Grosso. Fotografia de 2022.

1. **Com base na perspectiva de Ailton Krenak, compare a concepção de natureza dos povos indígenas com a das sociedades ocidentais contemporâneas.**
2. **Coletivamente, analisem a importância de as comunidades tradicionais, como os povos indígenas, protagonizarem os debates que buscam soluções para conter a crise ambiental.**

CAPÍTULO 1

O estudo da natureza na Antiguidade e na Idade Média

Neste capítulo, você conhecerá a trajetória percorrida por vários pensadores para compreender o significado filosófico de *natureza*. Começará pelos que viveram na Grécia antiga e estudará, em seguida, as ideias dos filósofos medievais. Na Antiguidade, os pensadores gregos conhecidos como pré-socráticos investigavam a natureza buscando o princípio de todas as coisas. Aristóteles, já no período socrático, preocupou-se com o tema, considerando problemas da física e da astronomia. Séculos mais tarde, na Idade Média, seu pensamento foi retomado, e seus intérpretes estavam entre os filósofos cristãos e islâmicos.

O estudo da natureza na Grécia antiga

No século VI a.C., a natureza foi o centro das investigações dos primeiros filósofos gregos, também chamados de **naturalistas**.

O principal questionamento desses pensadores era sobre o movimento. Para os gregos, o conceito de movimento tinha um sentido amplo: podia significar mudança de lugar, aumento, diminuição, enfim, qualquer alteração substancial quando alguma coisa era gerada ou se deteriorava. Então, alguns se perguntavam: "Por que, apesar de toda mudança, há algo na realidade que sempre permanece igual?". Assim, na multiplicidade das coisas, eles buscavam a identidade, ou seja, um princípio original e racional (em grego, ***arkhé***). Nesse contexto, o termo *princípio* pode ser entendido como "origem" ou "fundamento".

Note como a filosofia nasceu de um problema, de uma indagação nova, com base na qual os pensadores procuraram ultrapassar o já sabido. Por isso, ela promoveu uma ruptura com o mito, narrativa cujo conteúdo não se questionava, ao passo que a filosofia problematiza e convida à discussão, pois rejeita explicações fundamentadas no sobrenatural. Por outro lado, busca a coerência interna e a definição rigorosa de conceitos, organizando-os em um pensamento abstrato.

Para estudar a natureza na Grécia antiga, é imprescindível tratar também do pensamento de Aristóteles, que viveu no período clássico da filosofia, posterior ao dos primeiros filósofos.

Imagens em contexto

O artista indígena Jaider Esbell, da etnia Macuxi, teve uma produção destacada pela conexão com os valores de seu povo. Na tela *Arikba*, por exemplo, a manifestação de força e multiplicidade da natureza e a representação humana imersa nessa multiplicidade denotam uma perspectiva que integra o ser humano ao meio ambiente.



Arikba, a mulher de Makunaimî, pintura de Jaider Esbell, 2020.

JAIDER ESBELL - GALERIA JAIDER ESBELL, BOA VISTA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A filosofia grega nos períodos pré-socrático e clássico – séculos VI a.C.-IV a.C.



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

No mapa, são indicados os locais onde nasceram ou se estabeleceram os filósofos da Grécia antiga mencionados neste capítulo.

Fonte: ABRÃO, Bernadete Siqueira *et al.* **História da Filosofia**: da Antiguidade aos pensadores do século XXI. São Paulo: Moderna, 2008. p. 17.

Pré-socráticos

A filosofia grega antiga corresponde a um longo período, que começou por volta do século VI a.C. e se estendeu até o século II d.C. Os primeiros filósofos foram chamados de pré-socráticos por conta de uma classificação posterior da filosofia antiga, que destacou a figura de Sócrates, representante do pensamento clássico, o qual antecedeu e influenciou dois grandes filósofos: Platão e Aristóteles.

Perdeu-se grande parte das obras dos primeiros filósofos, restando apenas fragmentos e comentários feitos por pensadores posteriores, ou seja, pela **doxografia**. O foco de suas reflexões era a natureza, por isso são conhecidos como naturalistas, ou filósofos da ***physis*** (termo grego para "mundo físico", "natureza"). Sabemos também que geralmente escreviam em prosa, abandonando a forma poética característica das epopeias, dos relatos míticos.

Quais foram as novidades apresentadas pelos primeiros filósofos? Até então, as explicações sobre a origem e a ordem do mundo tinham como base narrativas transmitidas pelos poemas atribuídos a Homero e a Hesíodo, que constituíam **cosmogonias** (mitos criados para explicar a origem do universo). Nesse novo momento, em vez de explicar a ordem cósmica pela interferência divina, os primeiros filósofos buscavam respostas por meio da razão. Portanto, as respostas às questões tornaram-se **cosmológicas** – palavra que deriva do termo grego *lógos*, "razão", denotando o predomínio da explicação argumentativa. Dissemos que os pré-socráticos buscavam o princípio de todas as coisas, mas que, por pensarem de modo autônomo, divergiam entre si a respeito do que seria tal princípio. Os mais antigos filósofos viveram na Jônia e, posteriormente, na Magna Grécia. Costuma-se classificá-los como monistas ou pluralistas, conforme o número de elementos constitutivos das coisas definido por eles.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Consulte o mapa e identifique onde nasceram os filósofos Tales, Anaximandro, Anaxímenes, Pitágoras, Heráclito e Parmênides.
2. Esses filósofos fazem parte de que período da filosofia grega antiga?
3. Em que as investigações deles coincidiam e em que divergiam?

Doxografia: do grego *dóxa*, "opinião", e *gráphein*, "escrever"; compilação de doutrinas, princípios e ideias de pensadores. Doxógrafos são aqueles que coletam, compilam e comentam textos filosóficos gregos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Filósofos monistas

Os primeiros filósofos pré-socráticos, como Tales, Anaximandro, Anaxímenes, Pitágoras, Heráclito e Parmênides, que viveram entre os séculos VI a.C. e V a.C., ficaram conhecidos como **monistas**, porque identificaram apenas um elemento constitutivo de todas as coisas.

Tales: o princípio é a água

Tales de Mileto é considerado o primeiro filósofo e um dos "sete sábios da Grécia". Foi também o matemático responsável por transformar em conhecimento científico o saber empírico da geometria prática dos egípcios, além de ter calculado a altura de uma pirâmide comparando a sombra dela com a sombra de uma estaca de madeira. Como astrônomo, teria previsto um eclipse solar.

Talvez por ter conhecido as cheias do Rio Nilo, intuiu que a água devia ser o princípio de tudo, por estar ligada à vida e à germinação, mas também à decomposição e à putrefação. Por considerar a água um "deus inteligente", concluiu que "todas as coisas estão cheias de deuses". Como não restou nada do que escreveu, nem todos os relatos a respeito dele são confiáveis.

Anaximandro: o princípio é o indeterminado

As ideias de Anaximandro representaram um avanço em relação às de seu contemporâneo Tales, por não se relacionarem a um princípio material como a água, mas ao *ápeiron* (termo grego que significa "indeterminado", "ilimitado"), o qual teria dado origem a todos os seres materiais. Desse modo, Anaximandro concluiu que esse princípio indeterminado não poderia ser conhecido pelos sentidos, mas pelo pensamento. Para explicar a mudança, ele recorreu à luta dos contrários.

A respeito disso, comentou a professora Marilena Chaui:

> Como surge o mundo? Por um movimento circular turbilhonante que irrompe em diversos pontos do *ápeiron*. Nesse movimento, separam-se do ilimitado-indeterminado as duas primeiras determinações ou qualidades: o quente e o frio, dando origem ao fogo e ao ar; em seguida, separam-se o seco e o úmido, dando origem à terra e à água. Essas determinações combinam-se ao lutar entre si e os seres vão sendo formados como resultado dessa luta, quando um dos contrários domina os outros. O **devir** é esse movimento ininterrupto da luta entre os contrários e terminará quando forem todos reabsorvidos no *ápeiron*.

CHAUI, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 52. v. 1.

Anaxímenes: o princípio é o ar

De acordo com Anaxímenes, o princípio é o ar, o qual, por meio da rarefação e da condensação, faz nascer e transforma todas as coisas. Para o filósofo, o ar é mais do que o aspecto físico de um elemento. O termo grego para designá-lo é *pneuma*, que também significa "respiração", "sopro de vida", "espírito". Segundo um fragmento atribuído ao filósofo, "Como nossa alma, que é ar, nos governa e sustém, assim também o sopro e o ar abraçam todo o cosmo".

Devir: conceito filosófico que indica o fluxo contínuo que transforma a realidade.

Os fragmentos dos filósofos pré-socráticos foram extraídos de: BORHEIM, Gerd. **Os filósofos pré-socráticos**. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1977.



PIKE-28/SHUTTERSTOCK

Composição produzida pela Nasa mostrando as constelações Ursa Maior (na parte inferior da imagem) e Ursa Menor (na parte superior da imagem). Esta última foi incorporada à cultura grega como apoio à navegação graças aos estudos de Tales.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Pitágoras: o número é harmonia

Para Pitágoras, filósofo que se estabeleceu na Magna Grécia e foi contemporâneo de Anaxímenes, o número, entendido como harmonia e proporção, seria o princípio de tudo. Portanto, o número representaria uma estrutura racional.

Quase nada se sabe sobre Pitágoras e suas obras, mas há documentos sobre a Escola Pitagórica, a qual, além de estudos de matemática e música, mantinha uma doutrina de cunho filosófico-religioso restrita a adeptos.

Herdeira do **orfismo**, essa escola representou uma sensível mudança na religiosidade grega, até então centrada na tradição homérica e no culto aos deuses do Olimpo. A diferença ocorreu na passagem para um culto voltado para a interioridade, que admitia a imortalidade das almas, a transmigração destas e sua superioridade em relação aos corpos, o que exigia um conjunto de práticas de austeridade, autocontrole e purificação. Desse modo, a Escola Pitagórica não tratou apenas dos aspectos físicos dos princípios do cosmo, mas construiu uma filosofia para orientar determinado modo de vida.

Orfismo: religião fundamentada nos mistérios relacionados ao poeta Orfeu – que, de acordo com a mitologia grega, desceu ao mundo dos mortos – e no culto a Dioniso – um dos mais importantes deuses gregos.

Heráclito e Parmênides

Vários dos pré-socráticos citados, como Tales e Pitágoras, foram fundamentais para a história da filosofia e ainda despertam o interesse de estudiosos e leigos. No entanto, optamos por destacar Heráclito e Parmênides em razão da influência que exerceram nos pensadores posteriores, principalmente em Platão e Aristóteles. Essa importância decorre da maneira rigorosa com a qual eles propuseram e discutiram algumas questões, como a que envolve o movimento ou a imobilidade e a que se relaciona à multiplicidade ou à unidade do ser.

Heráclito: tudo flui

Heráclito procurou compreender a multiplicidade do real. Diferentemente de seus contemporâneos – como Parmênides –, ele não rejeitava as contradições e queria apreender a realidade em sua mudança, em seu devir. Todas as coisas mudam sem cessar, e o que temos diante de nós em dado momento é diferente do que foi há pouco e do que será depois.

Para Heráclito, o ser é o múltiplo, não apenas no sentido de que há uma multiplicidade de coisas, mas por ser constituído de oposições. O que mantém o fluxo do movimento não é o simples aparecer de novos seres, mas a luta dos contrários, pois, como afirma em um de seus conhecidos fragmentos, "A guerra é pai de todos, rei de todos". É da luta que nasce a harmonia, como síntese dos contrários.

Para ele, o dinamismo de todas as coisas pode ser explicado pelo fogo primordial, expressão visível da instabilidade e símbolo da eterna agitação do devir, identificado como um fogo eterno e vivo que ora se acende, ora se apaga.



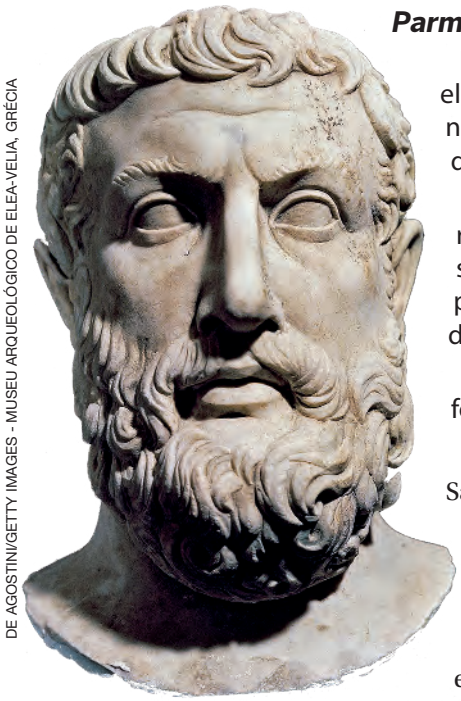
ANDRE DIB/PULSAR IMAGENS

Rio Formoso em Chapadão do Céu, no estado de Goiás. Fotografia de 2022.

Imagens em contexto

Segundo Heráclito, nunca nos banhamos duas vezes no mesmo rio, pois suas águas estão em constante fluxo e nós, em contínua mudança.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



DE AGOSTINI/GETTY IMAGES - MUSEU ARQUEOLÓGICO DE ELEA-VELIA, GRÉCIA

Busto de Parmênides datado do século I d.C. A escultura foi descoberta na década de 1960 em Velia, no sul da Itália, região da antiga Eleia.

Parmênides: a imobilidade do ser

Parmênides atuou na cidade de Eleia; por isso, ficou conhecido como filósofo eleata. Porém, de acordo com alguns estudiosos, foi Xenófanes, contemporâneo de Parmênides, o fundador da Escola Eleática, caracterizada pela teoria da imobilidade do ser.

Além de suas críticas à religião pública e às convenções, Xenófanes era reconhecido pelo ceticismo, posição filosófica que coloca em questão a possibilidade do conhecimento. De passagem por Eleia, teria dado impulso ao pensamento de Parmênides. Sua importância decorre da guinada em busca do princípio de todas as coisas: para ele, as coisas são entes – elas *são*.

O filósofo espanhol Julián Marías explicou esse pensamento da seguinte forma:

> As coisas [...] mostram aos sentidos múltiplos atributos ou propriedades. São coloridas, quentes ou frias, duras ou moles, grandes ou pequenas, animais, árvores, rochas, estrelas, fogo, barcos feitos pelo homem. Mas consideradas com outro órgão, com o pensamento (*noûs*), apresentam uma propriedade sumamente importante e comum a todas: antes de ser brancas ou vermelhas, ou quentes, *são*. São, simplesmente. Aparece o ser como uma propriedade essencial das coisas, [...] que só se manifesta para o *noûs*.
>
> MARÍAS, Julián. **História da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 26.

Com esse pressuposto, Parmênides criticou a filosofia de Heráclito, pois concluiu ser absurdo e impensável afirmar que uma coisa pode ser e não ser ao mesmo tempo. Conforme Parmênides, o ser é único, imutável, infinito e imóvel. À contradição, ele opôs o princípio segundo o qual "o ser é" e o "não ser não é".

Não há como negar, entretanto, a existência do movimento no mundo. Segundo Parmênides, porém, o movimento existe apenas no mundo sensível, e a percepção pelos sentidos é ilusória, porque se apoia na opinião (em grego, *dóxa*) e, por isso, não é confiável. De acordo com ele, só o mundo inteligível é o caminho da verdade (em grego, *alétheia*).

Uma das consequências da teoria de Parmênides foi a concepção da ideia de identidade entre o ser e o pensar: ao pensarmos, pensamos em algo que é, e não conseguimos pensar em algo que não é. Desse modo, os eleatas abriram caminho para a ontologia (do grego *óntos*, "ser", e *lógos*, "saber" – "o estudo do ser"), área da filosofia que se tornou objeto de estudo dos filósofos do período clássico.



© ANDRÉ DAHMER

Quadrinhos dos anos 10, tirinha de André Dahmer, 2016.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Qual é o humor produzido pela tirinha de André Dahmer ao contrapor o primeiro e o terceiro quadrinhos?
2. Interprete a noção de opinião apresentada pela tirinha com base nas noções de *dóxa* e *alétheia* do filósofo Parmênides.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Filósofos pluralistas

Para os pré-socráticos **pluralistas**, o princípio não é único, como afirmavam os monistas, mas múltiplo. Os representantes mais significativos dessa tendência foram Empédocles, Anaxágoras, Leucipo e Demócrito. Todos eles viveram no século V a.C.

Empédocles: os quatro elementos

Terra, água, ar e fogo constituem os quatro elementos da teoria de Empédocles. De acordo com o filósofo, tudo o que existe deriva da mistura desses quatro elementos, que ele chama de "raízes" (*rizómata*), movidos pela força interna do amor e do ódio: enquanto o amor une, o ódio separa, num ciclo eterno de repetição.

Empédocles discorda, portanto, de Parmênides, para quem o ser é imóvel, e também critica a crença de conhecer algo apenas pelo pensamento, desprezando os sentidos. A teoria dos quatro elementos perdurou por muito tempo, até que, no século XVIII, Antoine Lavoisier (fundador da química moderna) mostrou que a água é formada por oxigênio e hidrogênio e que, portanto, trata-se de uma substância composta, e não de um elemento.

Anaxágoras: as sementes e o noûs

Anaxágoras foi mestre de Péricles, um dos mais notáveis políticos atenienses. Sustentava que o princípio de todas as coisas não é único, nem quádruplo, como dizia Empédocles, mas que elas são formadas por minúsculas partículas – as "sementes" (homeomerias ou *spérmata*) –, que foram ordenadas por um princípio inteligente, uma inteligência cósmica (*noûs*, em grego).

Por motivos controversos, talvez por ter sido o primeiro a defender a ideia da existência de um espírito superior que teria ordenado o cosmo e por se recusar a cultuar os deuses gregos, Anaxágoras foi preso e expulso de Atenas, sendo obrigado a abandonar a escola que fundou nessa cidade.

Como a teoria de Anaxágoras acrescentou às demais a concepção de um espírito ordenador, alguns teóricos contemporâneos identificam nela as origens do monoteísmo grego. Aristóteles afirmou em *Metafísica* (livro I, capítulo III) que, entre todos os pré-socráticos, Anaxágoras se destacou por apresentar a concepção de uma inteligência ordenadora, em comparação aos que anteriormente "afirmaram coisas vãs".



NICOLAS GUY BRENET - MUSEU DE ARTE DA UNIVERSIDADE DE PRINCETON, NEW JERSEY

Péricles e Anaxágoras, pintura de Nicolas Guy Brenet, século XVIII.

Imagens em contexto

Na tela *Péricles e Anaxágoras*, Péricles aparece em pé, vestindo trajes militares e levantando o braço esquerdo, enquanto Anaxágoras está reclinado se descobrindo com a mão esquerda e, com a outra, aponta para uma lâmpada. Interpreta-se que Péricles, fazendo gestos que denotam seu poder político, tenta dissuadir o filósofo da decisão resignada de morrer após ter sido condenado.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



FRANÇOIS-ANDRÉ VINCENT. FOTO: BRIDGEMAN IMAGES/FOTOARENA - MUSEU DE ARTE DO CONDADO DE LOS ANGELES, LOS ANGELES

Demócrito entre os abderitanos, pintura de François-André Vincent, cerca de 1790. Demócrito é representado meditando, na parte esquerda da tela.

Leucipo e Demócrito: os átomos

Leucipo, fundador da Escola de Abdera, e Demócrito, seu principal seguidor, representam a corrente dos atomistas, para os quais o elemento primordial seria constituído por átomos – partículas indivisíveis, não criadas, indestrutíveis e imutáveis. De acordo com eles, os átomos são dotados naturalmente de movimento e, desse modo, as coisas são geradas e se corrompem em uma alternância sem fim, dependendo das diferentes maneiras de se agregarem. Conforme esses filósofos, a explicação de tudo depende, portanto, dos átomos, do vazio e do movimento. Não existe uma causa inteligente que organize o mundo, que resulte do encontro mecânico, "ao sabor do acaso".

Leucipo limitou-se a tratar dos problemas cosmológicos, enquanto Demócrito se envolveu também com questões éticas, temática que adquiriu grande importância durante o período socrático, e por isso muitos estudiosos o consideram um filósofo de transição.

A cosmologia aristotélica

No período **socrático** ou **clássico** (séculos V e IV a.C.), o centro cultural grego deslocou-se das colônias da Jônia e da Magna Grécia para a cidade de Atenas, onde atuaram, além dos **sofistas**, Sócrates e seu discípulo Platão, que, por sua vez, foi mestre de Aristóteles. Esses filósofos continuaram os questionamentos sobre a natureza das coisas, ampliando os estudos de física e astronomia, e também estenderam suas indagações a outras áreas, como a moral e a política.

Sofistas: do grego *sophistés*, que significa "sábio", "professor de sabedoria". Posteriormente, o termo adquiriu sentido pejorativo ao denominar aqueles que usam suas habilidades argumentativas para enganar.

Agora, você vai conhecer um pouco do pensamento de Aristóteles, que nasceu em Estagira, na Macedônia, sendo, por isso, chamado de *estagirita*. Em Atenas, ele frequentou a Academia de Platão desde os 17 anos. Em 335 a.C., fundou sua própria escola, o Liceu, na mesma cidade. No século IV a.C., a reflexão filosófica já se encontrava amadurecida e sistematizada, em suas diversas áreas, com a contribuição de Aristóteles.

O estagirita criticou os filósofos que o antecederam – entre eles, Heráclito e Parmênides. Heráclito afirmava que tudo estaria em constante movimento. Aristóteles contestou essa ideia ao argumentar que em toda transformação há algo que muda e algo que permanece. Além disso, formulou o princípio lógico da não contradição, segundo o qual duas afirmações contraditórias não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo. Por exemplo: as afirmações "A é B" e "A não é B" são mutuamente excludentes. Assim, contrariando Heráclito, defendeu a ideia de que um ser não pode ser e não ser ao mesmo tempo. Do mesmo modo, criticou Parmênides, por ter afirmado que o ser é imóvel, reduzindo o movimento ao mundo sensível.

Aristóteles valorizou a observação, habilidade que desenvolveu ao estudar zoologia, e aperfeiçoou a lógica, instrumento intelectual para garantir rigor na argumentação. Além disso, construiu as bases da metafísica, campo da filosofia que trata do ser absoluto e dos primeiros princípios. Você estudará a seguir as concepções desse filósofo sobre a física e a astronomia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Teoria do lugar natural

Ao tratar de metafísica, Aristóteles recorreu à teoria dos quatro elementos de Empédocles (terra, água, ar e fogo) para demonstrar que os corpos estariam em constante movimento retilíneo em direção ao centro da Terra ou em sentido contrário. Para isso, ele explicou que o movimento seria a transição do corpo em busca do estado de repouso em seu lugar natural. Esse lugar seria determinado pela essência de cada objeto: o lugar natural da água seria sobre a terra; o do ar, sobre a água; e o das chamas, acima do ar.

Aristóteles distinguiu características intrínsecas aos **corpos pesados** e aos **corpos leves**:

- corpos pesados (graves), como terra e água, tenderiam para baixo, pois esse seria seu lugar natural;
- corpos leves, como ar e fogo, tenderiam para cima.

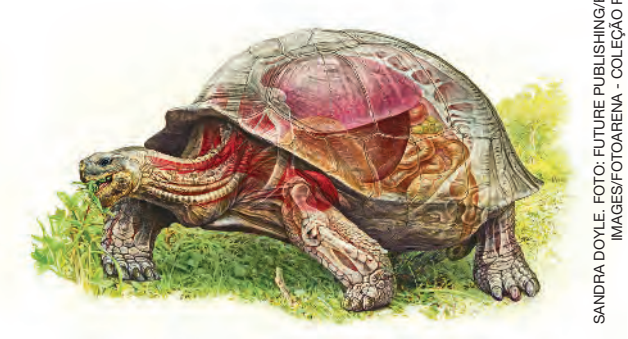
Com base nessa teoria, o filósofo explicou a queda dos corpos. Segundo ele, um corpo cai porque sua essência é tender para baixo e seu movimento só é interrompido se algo impedir seu deslocamento. Enquanto o movimento natural é o da pedra que cai e o do fogo que sobe, o movimento violento (ou forçado) é o da pedra lançada para cima e o da flecha arremessada pelo arco, movimentos que dependem, durante sua duração, de algo que gere a ação, já que, suprimido o que produziu o movimento, este cessará.

Para os gregos, não haveria necessidade de explicar o repouso, pois a própria natureza do corpo o justificaria. O que precisaria ser explicado seria o movimento violento, porque, nesse caso, a ordem natural – de tudo tender ao repouso – seria alterada pela aplicação de uma força exterior.



SANDRA DOYLE. FOTO: FUTURE PUBLISHING/BRIDGEMAN IMAGES/FOTOARENA - COLEÇÃO PARTICULAR

Ilustração em corte da anatomia do caribu de solo estéril, criada para revista científica em 2018. Aristóteles estudou a anatomia de mais de quinhentas espécies. Empregando o método de dissecação, descreveu os órgãos internos dos vertebrados investigados.



SANDRA DOYLE. FOTO: FUTURE PUBLISHING/BRIDGEMAN IMAGES/FOTOARENA - COLEÇÃO PARTICULAR

Ilustração em corte da anatomia da tartaruga-gigante de Galápagos, criada para revista científica em 2018. Na zoologia, Aristóteles é considerado o "pai" da anatomia comparada, que estuda as diferenças anatômicas dos animais ao contrastá-las.

Sugestão

***Podcast* do PPGLM – Filosofia de Aristóteles (episódio 58)**

Produção: PPGLM/UFRJ. Brasil, 2022. 85 minutos.

O *podcast* traz uma entrevista com o professor de filosofia Marco Zingano, que explica a questão do ser tal como ela foi abordada por Aristóteles. Para Aristóteles, haveria substâncias no mundo com propriedades inerentes, como a cor, o tamanho etc. Seu projeto consistia em repensar o problema do ser sob a forma de uma doutrina geral da substância.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Astronomia aristotélica

A observação do movimento dos astros é muito antiga. Povos como os babilônios já manifestavam interesse pelo assunto 2 ou 3 mil anos antes de Cristo, mas foram os gregos que, pela primeira vez, explicaram racionalmente o movimento dos astros e procuraram entender a natureza do cosmo.

Apesar de se enfatizar a razão, persistia ainda certa mística nas explicações, porque, ao associar a perfeição ao repouso, a cosmologia grega desenvolveu uma concepção estática do mundo. Diferentemente da física, na qual prevalecia a noção de movimento como imperfeição, essas explicações baseavam-se na ideia de que os corpos celestes seriam perfeitos e imóveis.

Os gregos definiam o círculo como forma perfeita, pois o movimento circular não tem início nem fim, volta sobre si mesmo e continua sempre, configurando um movimento sem mudança, diferente do movimento retilíneo dos corpos terrestres, considerados imperfeitos. Além disso, eles acreditavam que o universo era finito, limitado pela esfera do céu. Para eles, fora dessa esfera, não haveria lugar nem vácuo nem tempo.

Para Aristóteles, todo ser em movimento precisaria de uma força que o pusesse em ação, com exceção de Deus, que não se moveria, por ser eterno e separado do mundo. Como Primeiro Motor Imóvel, Deus determinaria o movimento da última esfera externa, a das estrelas fixas, transmitido por atrito às esferas contíguas, até a Lua, na última esfera interna. No centro estaria a Terra, imóvel.

Modelo geocêntrico e hierarquização do cosmo

Nas teorias astronômicas da Antiguidade e da Idade Média, prevaleceu o geocentrismo, modelo que concebe a Terra (em grego, *gé*; daí o prefixo geo-) como imóvel no centro do universo, tradição que teve início com Eudoxo, no século IV a.C., um dos discípulos de Platão. Tal teoria foi confirmada por Aristóteles e, mais tarde, por Cláudio Ptolomeu, já no século II d.C.

Outra característica importante na cosmologia aristotélica é a hierarquização do cosmo. Nela, a natureza do céu, por exemplo, é superior à da Terra. De acordo com essa perspectiva, o universo está dividido em mundo supralunar e mundo sublunar.

- **Mundo supralunar**. Constituído pelos céus, que incluem, nesta ordem, Lua, Mercúrio, Vênus, Sol, Marte, Júpiter, Saturno e, finalmente, a esfera das estrelas fixas. Os corpos celestes são constituídos pelo éter (que não corresponde à substância química conhecida hoje), cuja natureza é cristalina, inalterável, imperecível, transparente e imponderável; por isso, é também chamado de "quinta-essência", em contraposição aos quatro elementos. Os corpos celestes são incorruptíveis, perfeitos e não se transformam. O movimento das esferas é circular e, portanto, perfeito.
- **Mundo sublunar**. Corresponde à região da Terra. Embora imóvel, é o local dos corpos em constante mudança e, portanto, perecíveis, corruptíveis e sujeitos a movimentos imperfeitos, como o retilíneo para baixo e para cima. Os elementos constitutivos desse mundo são terra, água, ar e fogo.

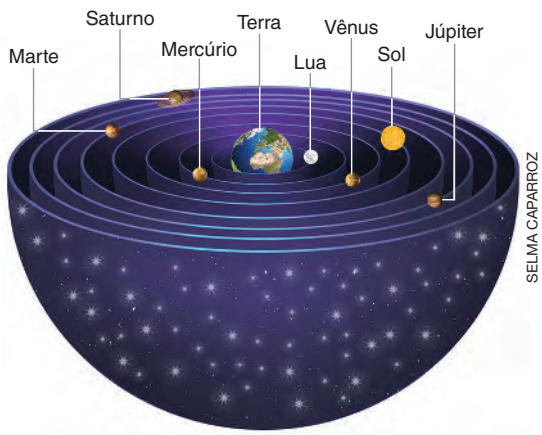


Ilustração artística para fins didáticos representando o modelo geocêntrico de Aristóteles.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. De acordo com a ilustração que representa o modelo geocêntrico de Aristóteles, como o universo pode ser descrito?
2. No modelo geocêntrico aristotélico, em que posição estão a Terra e a esfera do Sol? Elas estão estáticas ou em movimento?
3. Na astronomia de Aristóteles, o que determina o movimento das esferas?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Considerações sobre a ciência aristotélica

Existem, no entanto, limitações na ciência aristotélica. Por um lado, em suas observações biológicas, Aristóteles alcançou resultados pertinentes por valorizar a **indução**. Por outro lado, em outras áreas de investigação, não recorreu à experimentação – procedimento para testar e provar teorias. Essa recusa da experimentação pode ser explicada pela resistência em utilizar técnicas manuais e pela valorização do saber puramente teórico por parte dos gregos.

A física aristotélica era qualitativa por ser construída sobre princípios que definiam as coisas, e dessas definições eram **deduzidas** as consequências. Apesar disso, os gregos não explicavam a física por meio da matemática. A única exceção foi Arquimedes, considerado o introdutor do método experimental rigoroso.

Ao procurar as causas, a ciência antiga desembocou na discussão sobre a essência dos corpos; por isso, é considerada filosófica, apoiada em princípios metafísicos e centrada na argumentação. Tal característica persistiria até a Revolução Científica, no século XVII.

Indução: procedimento utilizado para, com base em constatações particulares, chegar a proposições gerais.

Deduzidas: que resultam de dedução, análise lógica utilizada para construir argumentos com premissas – proposições que antecedem e conduzem a uma conclusão.

A ordem teleológica da natureza

Aristóteles define a ciência como conhecimento verdadeiro ou conhecimento pelas causas, por meio do qual é possível superar os enganos da opinião e compreender a natureza da mudança, do movimento. Ele explica o movimento (devir) pelo **princípio da causalidade**; desse modo, tudo o que se move é necessariamente movido por outro.

Para o filósofo, existem quatro causas: material, eficiente, formal e final. A causa material de uma escultura, por exemplo, é aquilo de que ela é feita (o mármore); a causa eficiente é o que dá impulso ao movimento (o escultor que a modela); a causa formal é aquilo que a escultura tende a ser (a forma que adquire); e a causa final é o propósito para o qual a escultura é feita (demonstrar a beleza, a devoção religiosa etc.).

Apesar de as quatro causas serem importantes, a causa final é preponderante nos tratados da física aristotélica, em decorrência da concepção metafísica que a fundamenta. A ordem da natureza é **teleológica**, ou seja, todos os seres têm um fim, um desígnio. Por exemplo, os seres vivos tendem a atingir a forma que lhes é própria e o fim a que se destinam, do mesmo modo que a semente tem em potência a árvore que vai se tornar, e as raízes adentram o solo com o fim de nutrir a planta.

Assim explica o professor Marco Zingano:

> A teleologia, ou explicação por fins, é particularmente visível na biologia aristotélica. Pertence aos patos essencialmente a função de nadar. Por que eles têm os pés membranosos? Porque têm como fim nadar. O fim explica o meio. Em uma passagem premonitória, que se encontra no tratado *Das partes dos animais*, Aristóteles critica Anaxágoras (*c.* 498-428 a.C.), pois este afirmava que o homem era o animal mais inteligente porque tinha mãos. A explicação é inversa, retruca Aristóteles: nós temos mãos porque somos os mais inteligentes. É porque somos racionais que a natureza nos deu as mãos. O fim é dado antes e determina o meio. [...] No entanto, Anaxágoras estava certo; Aristóteles, errado.
>
> ZINGANO, Marco. **Platão e Aristóteles**: o fascínio da filosofia. São Paulo: Odysseus, 2002. p. 96. (Coleção Imortais da ciência).

A concepção teleológica permaneceu aceita até o século XIX, quando foi descartada em razão das descobertas da teoria evolucionista de Charles Darwin, fundamentada nas variações das espécies por meio do acaso e da seleção natural. De acordo com a noção de seleção natural proposta por Darwin, em uma mesma espécie, indivíduos com características hereditárias mais favoráveis à adaptação ao ambiente tornam-se mais comuns em gerações sucessivas da população.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O estudo da natureza na Idade Média

A Grécia foi conquistada pelos macedônios em 338 a.C. Teve início, então, o período *helenista* (palavra derivada de *heleno*, nome pelo qual os gregos eram identificados), em que a cultura grega foi levada para pontos distantes, ao mesmo tempo que recebia influências orientais no Ocidente.

Nesse período, no norte do Egito, em Alexandria, foi fundado um avançado centro de estudos constituído por escolas de diversas ciências, com destaque para matemática, mecânica e astronomia. As principais referências nessas áreas foram os gregos Euclides, Arquimedes e Ptolomeu, em diferentes momentos, até o século III d.C.

Com a queda do Império Romano do Ocidente em 476 – acontecimento que convencionalmente demarca o início da Idade Média –, a cultura greco-romana foi preservada nos mosteiros por monges cristãos. Foi, porém, adaptada a critérios religiosos, pois a fé católica se impôs como elemento agregador nos numerosos reinos formados após sucessivas invasões de povos não romanos.

Destacou-se a influência de Aristóteles, que, convém lembrar, reforçou a concepção qualitativa da física, não alcançando o nível da experimentação, a qual consiste em testar e provar hipóteses. Em caminho similar, a ciência medieval, por valorizar o conhecimento teórico em detrimento das atividades práticas, continuou voltada para a discussão racional e permaneceu desligada da técnica e da pesquisa empírica, apesar de raras exceções, pouco aproveitando a herança helenista de Alexandria. Além disso, vale destacar que a astronomia geocêntrica defendida por Aristóteles permaneceu como a última palavra durante toda a Idade Média.

Houve, assim, pouca disposição para incorporar a experimentação e a matemática nas ciências da natureza, mesmo porque os recursos disponíveis ainda eram incipientes para que se procedesse à matematização do mundo físico.

Os instrumentos disponíveis eram rudimentares. Não havia sido inventado qualquer aparato para determinar a temperatura ou ampliar a visibilidade, e os dispositivos utilizados para medir o tempo não eram rigorosos, restringindo-se a ampulhetas, clepsidras (relógios de água) e relógios de Sol.

Classificação indicativa do filme *Alexandria*: não recomendado para menores de 14 anos.

Sugestão

Alexandria

Direção: Alejandro Amenábar. Espanha, 2009. 126 minutos.

Alexandria conta a história da filósofa Hipátia, que lecionou filosofia, matemática e astronomia em Alexandria, entre os séculos IV e V. O filme destaca o importante papel ocupado por uma mulher em um ambiente fortemente marcado pela presença masculina.



BIBLIOTECA APOSTÓLICA VATICANA, ROMA

Página de manuscrito medieval da obra *Física*, de Aristóteles. A página destaca o texto em latim no centro com o texto em grego nas margens. O selo no topo da página indica que o exemplar pertence à Biblioteca Apostólica Vaticana.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Exceção à tradição medieval: a Escola de Oxford

As questões religiosas afastavam filósofos de indagações sobre a natureza, mas algumas posições divergentes indicam pontos de ruptura que prepararam, de certo modo, a crise do modelo científico da tradição greco-medieval. Essas divergências podem ser compreendidas pela revitalização dos centros urbanos e pela expansão do comércio: a economia capitalista emergente iria necessitar de outro saber, mais prático e menos contemplativo. De importância notável foram as universidades, que começaram a despontar no século XII, como a de Paris, na França, e a de Oxford, na Inglaterra.

A Escola de Oxford era constituída por frades franciscanos que eram acadêmicos da Universidade de Oxford; entre eles, Robert Grosseteste, Roger Bacon e, mais tarde, Guilherme de Ockham, os quais representaram a renovação da filosofia e das ciências medievais.

Grosseteste: a mentalidade científica

De acordo com alguns autores, a reintrodução das obras de Aristóteles – traduzidas pelos árabes – e de muitas outras no Ocidente deveu-se a Robert Grosseteste e a seus seguidores.

Grosseteste viveu na Inglaterra e estimulou a mentalidade científica experimental na primeira metade do século XIII. Como professor em diversas universidades, ensinou matemática e ciência natural e escreveu textos sobre astronomia, som e óptica, campo em que desenvolveu uma teoria original sobre a luz. É interessante observar a questão do intercâmbio com cientistas árabes, como ocorreu ao consultar trabalhos do iraquiano Al-Haytham, que vivera no século XI, para discutir detalhes do comportamento de raios luminosos. Ele também estimulou a pesquisa, classificou as ciências e esboçou os passos do procedimento científico, como observação, levantamento de hipóteses e sua confirmação.

Analise uma breve descrição de Grosseteste sobre lentes de aumento e de diminuição:

> Essa parte da óptica, quando bem entendida, nos mostra como podemos fazer com que coisas situadas a grandes distâncias pareçam estar muito perto e coisas grandes e próximas pareçam muito pequenas, e como podemos fazer pequenas coisas colocadas a distância parecerem tão grandes quanto quisermos, de tal forma que nos é possível ler as menores letras a uma distância incrível, ou contar areia, grãos ou sementes ou qualquer espécie de objetos diminutos.

GROSSETESTE, Robert. Sobre o arco-íris ou sobre refração e reflexo. *In*: RONAN, Colin. **História ilustrada da ciência da Universidade de Cambridge**: Oriente, Roma e Idade Média. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 140. v. 2.



BETOFOTO/SHUTTERSTOCK

Universidade de Oxford, Reino Unido. Fotografia de 2022. Essa universidade, fundada entre o fim do século XI e o início do século XII, foi berço da chamada Escola de Oxford.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Na citação de Grosseteste, as lentes de aumento auxiliam em que situações concretas?
2. Explique como essa citação está de acordo com a mentalidade científica.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Bacon: a importância da experimentação

Roger Bacon, principal discípulo de Grosseteste em Oxford, lecionou para frades franciscanos e foi seguidor entusiasmado do mestre. Aplicou o método matemático à ciência da natureza e realizou diversas tentativas para torná-la experimental, sobretudo no campo da óptica.

Bacon foi crítico severo daqueles que colocavam obstáculos às experiências que começavam a ser realizadas, acusando-os de autoridade fraca, apoiada em hábitos antigos, de falta de instrução e de encobrirem a ignorância ao aparecerem como sábios. Nessas ocasiões, explicitou que, além da experiência mística, que é interior, existe a experiência realizada com o auxílio de instrumentos e voltada à busca de precisão, que depende do uso da matemática.

Esse reconhecimento da experimentação não se concretizou de fato na época de Bacon, pois apenas faria sentido no século XVII, quando ocorreu a Revolução Científica. Do mesmo modo, é pouco provável que suas experiências com lentes o tivessem levado a criar o telescópio, em razão da inadequação das lentes disponíveis naquele período.

Bacon travou diversos conflitos com o frei Boaventura, superior de sua ordem, em virtude de suas pesquisas em alquimia e astrologia, tidas como "novidades perigosas". Temia-se também a influência grega sobre suas teorias, porque, além de a cultura da Grécia antiga ser considerada pagã, o pensamento de Aristóteles e a adequação dele à fé realizada por Tomás de Aquino ainda não haviam sido divulgados. Com crescente impopularidade entre os frades, Bacon acabou preso por alguns anos.

Apesar de argumentar que "ver com seus próprios olhos" não seria incompatível com a fé, não conseguiu demover os medievais da desconfiança gerada por qualquer tipo de experimentação.

Ockham: a separação entre fé e razão

Quanto a Guilherme de Ockham, os aspectos principais de seu pensamento consistiam na valorização da experiência e do conhecimento dos seres individuais, na recusa de abstrações metafísicas e na defesa da separação entre fé e razão. Segundo o filósofo:

> Os artigos de fé não são princípios de demonstração nem conclusões, e nem mesmo prováveis, já que parecem falsos para todos, ou para a maioria ou para os sábios, entendendo por sábios os que se entregam à razão natural, já que só de tal modo se entende o sábio na ciência e na filosofia.

OCKHAM, Guilherme de. *In*: REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**: patrística e escolástica. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2005. p. 299. v. 2.

Sugestão

O nome da rosa

Umberto Eco. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

O enredo desse romance, ambientado em um mosteiro italiano em 1327, narra as investigações conduzidas pelo frade Guilherme de Baskerville e pelo noviço Adso de Melk. Para efetuar essas investigações, ambos utilizam princípios racionais e evidências retiradas da experiência.

Imagens em contexto

O filme de Jean-Jacques Annaud é uma adaptação do romance homônimo de Umberto Eco, em que o personagem Guilherme de Baskerville (na imagem, com a vestimenta cinza) é inspirado no filósofo Guilherme de Ockham.



NEUE CONSTANTIN/ZDF/KOBAL/SHUTTERSTOCK

Fotograma do filme *O nome da rosa*, dirigido por Jean-Jacques Annaud, 1986.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Separar o plano da razão e o da fé não significava desprezar a existência de Deus, mas recusar a pretensão da razão de demonstrar verdades que só devem ser acessíveis pela fé. Ockham opunha-se tanto às abstrações metafísicas de Aristóteles quanto às adequações cristãs levadas a cabo por Tomás de Aquino.

Ao recusar abstrações metafísicas, por serem dispensáveis, o filósofo tornou-se conhecido pela expressão "navalha de Ockham" ou "princípio da economia". De acordo com esse princípio, devem ser eliminados, em virtude de sua inutilidade, pressupostos ou postulados admitidos sem necessidade. Ao repelir abstrações inúteis, o pensamento de Ockham estava de acordo com a nova visão de ciência, primando pela experiência.

Do ponto de vista político, Guilherme de Ockham era contra a interferência da Igreja em assuntos seculares e defendia a autonomia do poder civil em relação ao poder religioso. Acusado de heresia, Ockham refugiou-se no palácio do imperador Ludovico da Baviera, que, segundo consta, teria dito a ele: "Tu defendes minha espada, eu defendo tua pena [de escrever]", em que a espada representa o poder secular e a pena, a liberdade de expressão.

Alquimistas: o prelúdio da química

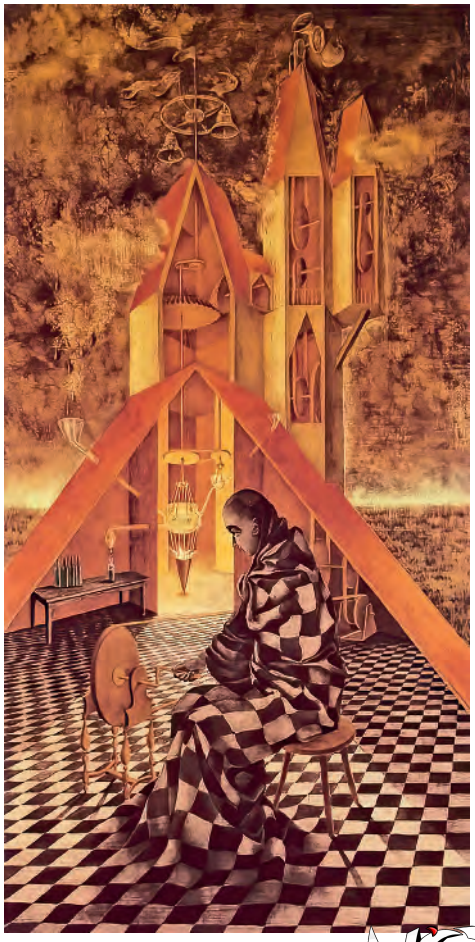
A alquimia surgiu de especulações de artesãos metalúrgicos. Sua origem remonta tanto à China quanto ao Egito. Na Escola de Alexandria, ela teria surgido por volta do século III. No entanto, a denominação de alquimia e alambique – um de seus instrumentos – tem origem árabe, até porque eles foram seus grandes divulgadores, como será explicado no próximo tópico.

Apesar da intolerância religiosa contra essa prática, ela se tornou muito conhecida no Ocidente cristão no século XIII. A alquimia foi responsável pelo desenvolvimento de noções sobre ácidos e seus derivados, pela descoberta de novas substâncias químicas, pelo processo para a extração de mercúrio e pelas fórmulas para preparar vidro e esmalte, procedimentos que mais tarde fariam parte da química.

Contudo, o saber oficial sempre desdenhou essa atividade, por estar vinculada às práticas manuais, além de seus aspectos misteriosos. As técnicas descobertas eram guardadas em segredo, e os documentos, de difícil leitura, envoltos em aura mística. Muitas vezes as explicações teóricas antropomórficas conferiam às substâncias inorgânicas características de seres humanos, como se fossem compostos de corpo e alma.

Os alquimistas acreditavam na transmutação, isto é, na transferência do espírito de um metal nobre para a matéria de metais comuns. Surgiu daí a busca da "pedra filosofal", que permitiria transformar qualquer substância em ouro. A procura do "elixir da longa vida" foi outro projeto da alquimia medieval. Para a Igreja, essas práticas tinham um caráter herético e foram proibidas pelo papa João XXII, em 1317. A Inquisição perseguia os infratores com rigor e muitas vezes os condenava à fogueira sob acusação de bruxaria.

Mesmo com os aspectos místicos e as proibições da Igreja, não se pode negar a importância da alquimia na descoberta de substâncias químicas e no desenvolvimento de técnicas de laboratório que exigiam instrumentos experimentais úteis, como a bomba de água e o aperfeiçoamento de métodos de destilação.



© AUTVIS, BRASIL, 2024 - REMEDIOS VARO.
LOCALIZAÇÃO: COLEÇÃO PARTICULAR

Ciência inútil ou o alquimista, pintura de Remedios Varo, 1958. Nessa tela surrealista, o piso do laboratório se transforma em vestimenta, em referência ao trabalho dos alquimistas medievais, que acreditavam na transmutação da matéria.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A importância da experiência para Guilherme de Ockham

Os textos a seguir se referem a aspectos da teoria do conhecimento de Guilherme de Ockham. No primeiro, extraído do romance *O nome da rosa*, de Umberto Eco, lemos algumas falas do protagonista, um frade franciscano chamado Guilherme de Baskerville, com seu pupilo Adso de Melk (o narrador) sobre um tipo de observação semelhante àquela que se tornou relevante para a noção de ciência experimental. No segundo texto, a professora italiana Paola Müller explica a importância da experiência direta para a construção do conhecimento, segundo a teoria de Ockham.

Texto 1

"Diante de alguns fatos inexplicáveis, deves tentar imaginar muitas leis gerais, em que não vês ainda a conexão com os fatos de que estás te ocupando: e de repente, na conexão imprevista de um resultado, um caso e uma lei, esboça-se um raciocínio que te parece mais convincente do que os outros. Experimentas aplicá-lo em todos os casos similares, usá-lo para daí obter previsões, e descobres que adivinhaste. Mas até o fim não ficarás nunca sabendo quais **predicados** introduzir no teu raciocínio e quais deixar de fora. E assim faço eu agora. Alinho muitos elementos desconexos e imagino as hipóteses. Mas preciso imaginar muitas delas, e numerosas delas são tão absurdas que me envergonharia de contá-las. Vê, no caso do cavalo Brunello, quando vi as pegadas, eu imaginei muitas hipóteses complementares e contraditórias: podia ser um cavalo em fuga, podia ser que montado naquele belo cavalo o abade tivesse descido pelo declive, podia ser que um cavalo Brunello tivesse deixado os sinais sobre a neve e um outro, cavalo Favello, no dia anterior, as crinas na moita, e que os ramos tivessem sido partidos por homens. Eu não sabia qual era a hipótese correta até que vi o despenseiro e os servos que procuravam ansiosamente. Então compreendi que a hipótese de Brunello era a única boa, e tentei provar se era verdadeira, **apostrofando** os monges como fiz. Venci, mas também poderia ter perdido. Os outros consideraram-me sábio porque venci, mas não conheciam os muitos casos em que fui tolo porque perdi, e não sabiam que poucos segundos antes de vencer, eu não estava certo de não ter perdido. Agora, nos casos da abadia, tenho muitas belas hipóteses, mas não há nenhum ato evidente que me permita dizer qual seja a melhor. E então, para não parecer tolo mais tarde, renuncio a ser astuto agora. Deixa-me pensar mais, até amanhã, pelo menos."

Entendi naquele momento qual era o modo de raciocinar do meu mestre, e pareceu-me demasiado diferente daquele do filósofo que raciocina sobre os princípios primeiros, tanto que o seu intelecto assume quase os modos do intelecto divino. Compreendi que, quando não tinha uma resposta, Guilherme se propunha muitas delas e muito diferentes entre si. Fiquei perplexo.

"Mas então", ousei comentar, "estais ainda longe da solução..."

"Estou pertíssimo", disse Guilherme, "mas não sei de qual."

"Então não tendes uma única resposta para vossas perguntas?"

"Adso, se a tivesse ensinaria teologia em Paris."

"Em Paris eles têm sempre a resposta verdadeira?"

"Nunca", disse Guilherme, "mas são muito seguros de seus erros."

"E vós", disse eu com impertinência infantil, "nunca cometeis erros?"

"Frequentemente", respondeu. "Mas ao invés de conceber um único erro, imagino muitos, assim não me torno escravo de nenhum."

ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. p. 350-351.

Predicados: no contexto, refere-se a elementos que podem fortalecer ou enfraquecer o raciocínio e que devem ser ou considerados ou deixados de lado.

Apostrofando: interpelando, dirigindo a palavra a alguém com o intuito de obter alguma explicação.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Texto 2

A rigorosa defesa da singularidade do real, do indivíduo como única realidade concreta, a tendência a fundamentar a validade do conhecimento sobre a experiência direta, a formulação e aplicação do princípio de economia, e ainda a separação entre o âmbito da experiência religiosa e o âmbito do saber racional, isto é, entre a fé e a razão, levaram Ockham a afirmar a autonomia e a independência do poder civil ante o espiritual e a exigir uma profunda transformação dentro da Igreja. [...]

Partindo do *Comentário às sentenças*, a primeira e fundamental obra de Ockham, podem ser encontradas as suas principais doutrinas filosóficas e teológicas. A primeira questão do "Prólogo" – "se a inteligência do homem, ainda não admitido à visão beatífica, pode ter um conhecimento evidente da verdade teológica" – permite enfrentar o problema do conhecimento.

O conhecimento humano, que tem origem no contato, direto ou indireto, com um dado da experiência, pode ser intuitivo ou abstrativo. O conhecimento intuitivo, segundo Ockham, indica o ato da intuição intelectiva, graças ao qual o intelecto se põe em contato com a realidade, referindo-se imediatamente à existência de um ser concreto. Tal conhecimento permite formular juízos de existência relativamente aos objetos conhecidos; é a apreensão imediata de um existente concreto e singular. Por exemplo, eu apanho intuitivamente um livro da escrivaninha e posso afirmar: "O livro existe". Isso implica que o conhecimento intuitivo precede qualquer outra forma de conhecimento e constitui inclusive a sua fonte. De fato, [...] não é possível ter ulteriores conhecimentos com respeito a um objeto, se antes não se teve conhecimento dele. O conhecimento intuitivo, que se refere tanto à realidade extramental quanto aos atos psíquicos, pode ser perfeito, quando tem por objeto uma realidade atual e presente, ou imperfeito, quando examina uma proposição ou objeto em relação ao passado, não implicando, pois, a presença atual do objeto conhecido. Além disso, o conhecimento pode ser sensível ou intelectual: o intelecto pode conhecer intuitivamente, sejam as realidades singulares que são objeto do conhecimento sensível – visto que, se não as conhecesse, não poderia formular nenhum juízo determinado –; sejam os próprios atos e todos os movimentos imediatos do espírito, como o prazer e a dor. [...]

Qual é, porém, o objeto primeiro do intelecto?

Ockham afirma que o *primum cognitum* pode ser entendido de três maneiras: relativamente à prioridade de origem, com respeito à prioridade da adequação e em relação à prioridade de perfeição.

O objeto primeiro do intelecto quanto à origem é o singular, que é primariamente captado através da intuição. O conhecimento intuitivo, que precede de qualquer outro conhecimento, inicia com uma intuição do particular. [...]

O objeto primeiro com respeito à adequação, isto é, à capacidade de um conceito de ser comum ao conjunto dos inteligíveis, é o ente, como conceito unívoco generalíssimo. A noção de ente permite ao intelecto entrar em contato com os demais objetos conhecíveis, sem que isso implique o necessário conhecimento de cada inteligível por parte do intelecto. [...]

O objeto primeiro do intelecto quanto à perfeição é Deus. [...]

MÜLLER, Paola. Introdução. *In*: OCKHAM, Guilherme de. **Lógica dos termos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 17-19. (Coleção Pensamento franciscano).

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. Na obra ficcional do escritor Umberto Eco, qual seria a orientação de Guilherme de Baskerville no que diz respeito à ciência, tendo em vista o que estudamos no capítulo? Aponte semelhanças entre o pensamento do personagem e as teorias do filósofo Guilherme de Ockham expressas no segundo texto.
2. Guilherme de Baskerville responde a seu discípulo Adso de Melk que, se tivesse certezas, lecionaria teologia em Paris. Trata-se de uma ironia do franciscano. Explique por quê.
3. Como a noção de experiência aparece no texto de Paola Müller sobre o conceito de conhecimento intuitivo? Explique.
4. Em sua opinião, os modos de pensar de Guilherme de Baskerville e de Guilherme de Ockham estão mais próximos do que hoje se entende por ciência? Argumente para justificar sua resposta.

As contribuições árabes e islâmicas

Árabes: no contexto, o termo pode se referir tanto aos povos que habitaram a Península Arábica quanto à cultura muçulmana constituída em torno da língua árabe.

Os **árabes** exerceram longa e fecunda influência na Europa, e seu legado cultural, que teve início com a conquista de vastos territórios europeus a partir do século VIII, até hoje pode ser constatado. No entanto, vale a pena examinar como, anteriormente, os europeus que estiveram no Oriente conseguiram disseminar a cultura grega.

A difusão da cultura grega no Oriente ocorreu em virtude da expansão do Império de Alexandre Magno no século IV a.C., pelo fato de seus exércitos terem chegado até a Índia. Após a morte precoce de Alexandre, seus sucessores criaram reinos no Egito, na Síria e na Pérsia, que constituíram polos de difusão da língua e da cultura gregas.

Posteriormente, já no período do fortalecimento do cristianismo na Europa, a perseguição aos hereges – por discordarem da ortodoxia cristã – fez com que muitos deles se refugiassem na Síria e na Mesopotâmia, o que ocorreu cerca de mil anos depois do reinado de Alexandre. Alguns criaram núcleos de estudo de filosofia e ciência gregas, bem como difundiram a língua grega, o que foi importante para muitos intelectuais árabes.

Até aqui abordamos a presença europeia no mundo árabe; passemos, agora, a tratar da influência árabe na Europa – para tanto, é importante mencionar o islamismo e sua cultura.

Islâmicos na Europa

A religião islâmica foi fundada no século VII, na Península Arábica, pelo profeta Maomé. Os califas, seus seguidores, expandiram o islamismo por diversas regiões do Oriente Médio e, depois, em todo o Norte da África, para então alcançar Portugal e Espanha, na Península Ibérica, no início do século VIII.



MANUEL ASCANIO/SHUTTERSTOCK

Teto do Salão dos Embaixadores, com adornos arabescos, no Real Alcázar de Sevilha, Espanha. Fotografia de 2023. O legado cultural islâmico está representado na arquitetura de alguns edifícios na Península Ibérica.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Naquele período, a Espanha era um reino dominado pelos visigodos, grupo de origem germânica que se encontrava enfraquecido internamente e não contava com o apreço da população nativa, circunstância que favoreceu a conquista islâmica do novo território. Do Norte da África, os muçulmanos entraram pelo Estreito de Gibraltar e foram conquistando o território com relativa rapidez, até se estabelecerem em Córdoba, escolhida em 756 como capital do Império hispano-muçulmano de Al-Andaluz – hoje, Andaluzia.

Assim explica o professor José Silveira da Costa:

> O saneamento financeiro e a integração sociocultural de cristãos, árabes e judeus promoveram um desenvolvimento extraordinário tanto da economia quanto da cultura. O dirham cordobês tornou-se a moeda mais forte da Europa medieval, e a indústria artesanal e de construção foi totalmente dominada pelos árabes de Al-Andaluz. Tal fato é comprovado pelos vocábulos de origem árabe ainda hoje presentes no português e no espanhol designando ofícios e partes das habitações como, por exemplo, alfaiate, almoxarife, alcova, saguão etc.
>
> COSTA, José Silveira da. **Averróis**: o aristotelismo radical. São Paulo: Moderna, 1994. p. 8. (Coleção Logos).

Vale dizer que o saneamento financeiro e a integração sociocultural entre cristãos, árabes e judeus ocorreram em razão da reforma monetária e da política de tolerância religiosa no convívio das três religiões: cristianismo, islamismo e judaísmo.

A chamada reconquista cristã se deu no período entre o século XI e o século XV, na medida em que os reis cristãos do norte da Península Ibérica pressionaram pouco a pouco os islâmicos até expulsá-los de seu último reduto, o Reino de Granada, em 1492.

Ciência islâmica

Antes de os árabes se instalarem na Europa, ocorreu em Bagdá, na Mesopotâmia, um renascimento cultural no século VIII, intensificado no século seguinte com a criação da Casa da Sabedoria, centro de estudos que agregou um corpo de sábios e tradutores de obras científicas vindas da China e da Índia. Esses literatos árabes também entraram em contato com os já referidos núcleos de cultura de origem grega e cristã instalados no Oriente, sobretudo na Pérsia, e que mantinham a herança de Alexandria e da Grécia clássica. Os árabes traduziram ainda Platão, Aristóteles e Plotino, criaram observatórios astronômicos, além de intensificarem os estudos de óptica, geografia, geologia, agronomia, matemática e meteorologia.



AL-MUTADIBIH. FOTO: GRANGER/SHUTTERSTOCK - BIBLIOTECA NACIONAL DO CAIRO, EGITO

Detalhe do manuscrito *Os dez tratados sobre o olho*, de Hunayn ibn Ishaq, século XIII. Além da astronomia e da álgebra, os estudiosos islâmicos se destacaram na medicina. Esse manuscrito, por exemplo, é considerado uma das obras inaugurais da oftalmologia.

Na astronomia, aperfeiçoaram métodos trigonométricos para o cálculo das órbitas dos planetas, chegando a desenvolver o conceito de seno. Eles introduziram no Ocidente os algarismos arábicos – adaptados dos algarismos hindus – e criaram a álgebra. Na medicina, divulgaram obras de Hipócrates e de Galeno, realizando um trabalho original de organização desses conhecimentos. Na alquimia, aceleraram a passagem do ocultismo para o estudo racional de minerais e metais por meio da sistematização de fatos observados durante várias gerações e de trabalhos de observação e experiência.

Entre os islâmicos que se dedicaram à alquimia, um dos maiores estudiosos foi Jabir Ibn Hayyan, nascido no século VIII na Pérsia, atual Irã, leitor de obras do período alexandrino, com elementos místicos do pitagorismo e alegorias persas. Esse amálgama de crenças sofreu críticas de alguns, que preferiam apenas admirar os resultados práticos dessas pesquisas, indicativas do que seria posteriormente a química.

Classificação indicativa do documentário *A ciência e o islã*: livre.

Sugestão

A ciência e o islã

Produção: BBC. Reino Unido, 2022. 179 minutos.

No documentário em três episódios, o físico Jim Al-Khalili, nascido em Bagdá, no Iraque, explica o desenvolvimento do conhecimento científico ocorrido no mundo islâmico entre os séculos VIII e XIV.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Filosofia islâmica

Além da influência na ciência, sábios islâmicos traduziram os clássicos da filosofia grega e tornaram-se responsáveis por despertar o interesse por Aristóteles, cuja filosofia foi incorporada ao pensamento cristão, sobretudo pelo monge Tomás de Aquino, no século XIII. Aceito pela Igreja Católica, o novo aristotelismo, resguardado de interpretações contra a fé cristã, manteve-se até o período em que sofreu críticas severas de Galileu Galilei e de outros cientistas do século XVII.

Pertencente à Casa da Sabedoria, o chamado "primeiro filósofo islâmico", Abu Yusuf Al-Kindi, debruçou-se no século XIX sobre a filosofia grega, além de se ocupar com investigações científicas. Enquanto os cristãos medievais dispunham da obra de Platão e tinham pouco acesso à de Aristóteles, os pensadores islâmicos já haviam traduzido a maioria dos textos deste, o que permitiu que fossem interpretados por diversos comentadores.

Explore **RESPONDA NO CADERNO.**

1. Como Danilo Marcondes compara o conhecimento dos cristãos medievais da Europa Ocidental ao conhecimento dos árabes?
2. A que o autor atribui o desenvolvimento da filosofia escolástica?

O interesse por Aristóteles manteve-se no século XI com o persa Ibn Sina (Avicena), cujas obras, que tratavam de lógica, ciências naturais, matemática, medicina, metafísica e teologia, foram recebidas com entusiasmo pelos filósofos cristãos. Nesse sentido, os pensadores islâmicos, durante a Idade Média, levaram à Europa uma cultura mais refinada do que a vigente nesse continente, como explica o professor Danilo Marcondes:

> Naquele momento seu conhecimento da filosofia e da ciência gregas, traduzidas para o siríaco e o árabe, era muito superior ao do mundo cristão latino da Europa Ocidental, que permanecia ainda fragmentado desde as invasões bárbaras. [...] ao se estabelecerem na Europa Ocidental, os árabes possuíam e desenvolveram uma cultura indiscutivelmente superior à que lá encontraram. Não só superior, mas em grande parte herdeira da mesma tradição grega, ou helenística, de que se considerava herdeiro o mundo cristão ocidental. Na verdade, o grande desenvolvimento da filosofia **escolástica** a partir do século XIII é devido à influência do pensamento árabe.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 121.

Escolástica: filosofia cristã medieval em que persistia a aliança entre fé e razão, sendo a filosofia "serva" da teologia. Um dos maiores expoentes da escolástica é Tomás de Aquino.



PICTURES FROM HISTORY/UNIVERSAL IMAGES GROUP/GETTY IMAGES

Ilustração indicando o tratamento da varíola para o livro *O cânone da medicina*, de Avicena, século XVIII.

Averroísmo latino

No século XII, o foco cultural deslocou-se do Oriente para o mundo muçulmano ocidental, no Marrocos e na Espanha, onde despontou a figura de Abu Al-Walid Muhammad Ibn Ruchd, ou Averróis, como ficou conhecido na língua latina. Nasceu em Córdoba, mas também viveu em Sevilha e Marrocos. Em Córdoba, recebeu educação religiosa tradicional do *Alcorão*, seguida pela formação jurídica e médica. Ao frequentar a corte de Abu Yaqub, conhecedor de Platão e Aristóteles – já traduzidos para o árabe –, Averróis foi incumbido pelo sultão de tornar aqueles textos mais compreensíveis. Esse desafio o transformou no principal comentador de Aristóteles na época, permitindo aos teólogos do Ocidente cristão entrarem em contato com mais obras do filósofo grego, entre elas, o *Organon*, que tratava de lógica.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Averróis admitia a eternidade do mundo – diferentemente da crença cristã na criação divina – e negava a imortalidade da alma. Além disso, sua confiança na razão era total e ilimitada, o que contrariava a concepção vigente de subordinação da razão às verdades da fé. De acordo com sua "doutrina da dupla verdade", a verdade filosófica não precisa coincidir com a verdade teológica:

> [...] para Averróis, o filósofo, enquanto tal, não deve subordinar sua atividade científica aos dados da fé, pois só a razão e a experiência podem interferir para fundamentar as conclusões da filosofia. Por mais sublime, sincera e autêntica que seja a fé subjetiva do filósofo, este, em se tratando de fazer ciência, deve prescindir dela.

COSTA, José Silveira da. **Averróis**: o aristotelismo radical. São Paulo: Moderna, 1994. p. 55. (Coleção Logos).

Quando a Guerra Santa contra os cristãos foi intensificada, Averróis, que não havia demonstrado entusiasmo pela empreitada, foi condenado por impiedade religiosa, o que deu início a uma fase de perseguição e exílio, que atingiu a ele e a outros sábios. Os novos tempos indicavam uma mudança de orientação em que se restringiu a liberdade de pensamento, até então em vigor entre os islâmicos.

No século XIII, o chamado averroísmo latino conquistou adeptos liderados por Siger de Brabant. No entanto, os seguidores dessa orientação foram duramente criticados pelos cristãos, por causa de divergências de interpretação, sobretudo do ponto de vista religioso, por defenderem uma filosofia voltada para o pensamento laico e uma sociedade separada da Igreja, como também passaram a admitir filósofos como Guilherme de Ockham. O próprio Siger de Brabant foi condenado como herege pela Inquisição.

Assim, apesar de o averroísmo ter sido recusado pela Igreja e ter seus seguidores perseguidos, sua contribuição foi decisiva para o pensamento de filósofos cristãos, como Tomás de Aquino. A cultura islâmica exerceu indiscutível influência no desenvolvimento da ciência e da filosofia, inclusive no Ocidente, entre os séculos VIII e XII. Depois disso, a tensão que sempre existira entre pensamento racional e fé religiosa acabou pendendo para esta última, o que prejudicaria a pesquisa científica independente, retraindo a valiosa contribuição árabe.



GIOVANNI DI PAOLO - MUSEU DE ARTE DE SAINT LOUIS, MISSOURI

Tomás de Aquino confundindo Averróis, pintura de Giovanni di Paolo, cerca de 1450.

Imagens em contexto

A pintura *Tomás de Aquino confundindo Averróis* apresenta, no topo, o filósofo Tomás de Aquino, cercado de filósofos cristãos. Fiel aos valores medievais da tradição cristã, o pintor italiano representa, na parte inferior da pintura, Averróis deitado e de olhos fechados, o que sugere a elevação dos pensamentos de Aquino em relação aos do filósofo islâmico. Embora Averróis tenha exercido influência sobre as reflexões de Aquino, o monge dominicano se resguardou das interpretações contra a fé cristã, mantendo a crença nas revelações, ainda que seu pensamento tivesse exigências racionais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

1. Em sua opinião, traçando um paralelo hipotético com o conceito atual de preservação ambiental, a perspectiva dos filósofos pré-socráticos sobre a *physis* tende a considerar a natureza como algo a ser explorado no sentido econômico ou como algo a ser desvendado e preservado? Explique sua resposta.

ODS 14 ODS 15

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

2. Heráclito defendia que tudo está em constante movimento, ao passo que Parmênides alegava o oposto, isto é, a imobilidade do ser. Posicione a filosofia aristotélica nesse debate.

3. Leia o trecho a seguir e identifique características que marcam a diferença entre o mito e a filosofia.

> Em todas as literaturas, a prosa é posterior ao verso, como a reflexão o é à imaginação. A literatura grega não faz exceção à regra, antes a acentua, pois o desnível cronológico entre ambas deve importar uns três séculos. [...] No entanto, [...] há ainda filósofos que exprimem em verso [...], [como] Parmênides e Empédocles [...].

PEREIRA, Maria Helena Rocha. **Estudos de história da cultura clássica**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970. p. 199-200. v. 1.

4. Leia a citação a seguir e responda às questões.

> Sem dúvida, o poeta, o adivinho, o sábio, as seitas de mistérios e de iniciação mágico-religiosa não desaparecem subitamente, mesmo porque a pólis não nasce subitamente. Tanto assim que os primeiros filósofos – como Tales de Mileto, Heráclito de Éfeso, Pitágoras de Samos e mesmo um clássico, como Platão – ainda aparecem ligados a grupos e seitas de mistérios religiosos, ao mesmo tempo em que estão envolvidos nas discussões e decisões políticas de suas cidades.

CHAUI, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 37. v. 1.

a. Qual é a relação da filosofia com o mundo mítico-religioso?

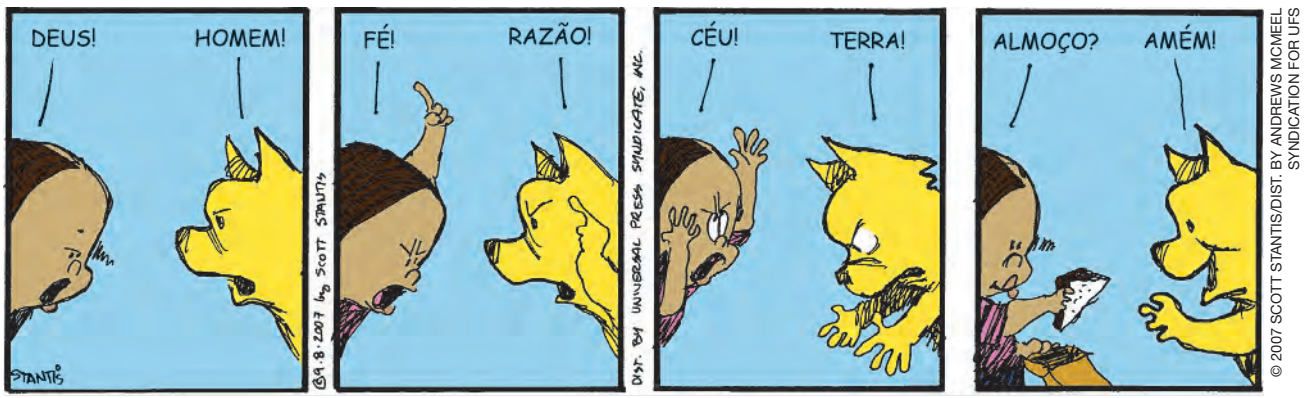
b. Em que outras discussões os filósofos se envolvem? Explique.

5. Com base na citação a seguir e no conteúdo do capítulo, responda: é correta a ideia de que o conhecimento não se desenvolveu durante a Idade Média? Justifique sua resposta.

> Para alguns historiadores, a alta Idade Média confunde-se com a chamada "idade das trevas" – *the Dark Ages*. É tendencioso. É injusto. Somos forçados, no entanto, a reconhecer que, durante todos aqueles anos, os livros são raros e a cultura erudita pouco difundida.

LIBERA, Alain de. **Pensar na Idade Média**. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 97. (Coleção Trans).

6. Leia a tirinha e, em seguida, responda às questões.



Prickly City, tirinha de Scott Stantis, 2007.

a. Explique em que se baseia o humor da tirinha.

b. Qual é a relação entre fé e razão estabelecida nesse contexto?

c. O pensamento de Averróis a respeito da fé e da razão se identifica com a ideia expressa na tirinha? Justifique sua resposta.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

7. **Com base nas citações a seguir e nas discussões desenvolvidas ao longo do capítulo, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa, problematizando o tema "O desconhecimento da influência islâmica no saber ocidental". Na elaboração, selecione informações e argumentos e organize-os de maneira coesa a fim de sustentar seu ponto de vista.**

Texto 1

Aos olhos de um medievalista, a escola leiga [...] deve a partir de agora assegurar um novo serviço: fazer conhecer a história da teologia e da filosofia na terra do islã. Um jovem magrebino – como todo adolescente, seja qual for seu credo ou sua ausência de credo – tem o direito de [...] descobrir o que foram Bagdá e a Andaluzia, [...] o direito de ouvir duas palavras acerca de Avicena ou Averróis [...].

É lamentável que um colegial árabe da França não saiba que, no final do século XI, o autor da *Carta de adeus* e do *Regime do solitário*, Ibn Bajja, pregava uma separação – separação do filósofo e da sociedade, separação da filosofia e da religião –, e que, por esta simples razão [...] seus contemporâneos o consideraram "uma calamidade", reprovando-lhe, entre outras coisas, "furtar-se a tudo o que está prescrito na Lei divina [...], estudar apenas as matemáticas, meditar apenas sobre os corpos celestes [...] e desprezar a Deus".

LIBERA, Alain de. **Pensar na Idade Média**. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 103-104. (Coleção Trans).

Texto 2

Ao longo de 150 anos, os árabes traduziram todos os livros gregos disponíveis de ciência e filosofia. O árabe substituiu o grego como língua universal da pesquisa científica. A educação superior ficou cada vez mais organizada no início do século IX e a maioria das cidades muçulmanas tinha algum tipo de universidade. Uma dessas instituições, o complexo da mesquita Al-Azhar, no Cairo, foi sede de instrução ininterrupta por mais de mil anos. [...] essa atividade intelectual da época gerou séculos de pesquisas organizadas e ininterruptas, além de avanços constantes em matemática, filosofia, astronomia, medicina, óptica e outras áreas, criando um notável conjunto de obras que pode ser chamado certamente de ciência árabe.

LYONS, Jonathan. **A casa da sabedoria**: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 90-91.

Enem e vestibulares

8. **(Enem-MEC)**

Texto 1

Fragmento B91: Não se pode banhar duas vezes no mesmo rio, nem substância mortal alcançar duas vezes a mesma condição; mas pela intensidade e rapidez da mudança, dispersa e de novo reúne.

HERÁCLITO. **Fragmentos (Sobre a natureza)**. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Adaptado).

Texto 2

Fragmento B8: São muitos os sinais de que o ser é ingênito e indestrutível, pois é compacto, inabalável e sem fim; não foi nem será, pois é agora um todo homogêneo, uno, contínuo. Como poderia o que é perecer? Como poderia gerar-se?

PARMÊNIDES. **Da natureza**. São Paulo: Loyola, 2002. (Adaptado).

Os fragmentos do pensamento pré-socrático expõem uma oposição que se insere no campo das

a. investigações do pensamento sistemático.

b. preocupações do período mitológico.

c. discussões de base ontológica.

d. habilidades da retórica sofística.

e. verdades do mundo sensível.

9. **(Enem-MEC)**

A filosofia grega parece começar com uma ideia absurda, com a proposição: a água é a origem e a matriz de todas as coisas. Será mesmo necessário deter-nos nela e levá-la a sério? Sim, e por três razões: em primeiro lugar, porque essa proposição enuncia algo sobre a origem das coisas; em segundo lugar, porque o faz sem imagem e fabulação; e enfim, em terceiro lugar, porque nela, embora apenas em estado de crisálida, está contido o pensamento: *Tudo é um*.

NIETZSCHE, Friedrich. **Os pré-socráticos**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os pensadores).

O que, de acordo com Nietzsche, caracteriza o surgimento da filosofia entre os gregos?

a. O impulso para transformar, mediante justificativas, os elementos sensíveis em verdades racionais.

b. O desejo de explicar, usando metáforas, a origem dos seres e das coisas.

c. A necessidade de buscar, de forma racional, a causa primeira das coisas existentes.

d. A ambição de expor, de maneira metódica, as diferenças entre as coisas.

e. A tentativa de justificar, a partir de elementos empíricos, o que existe no real.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Esquema comparativo

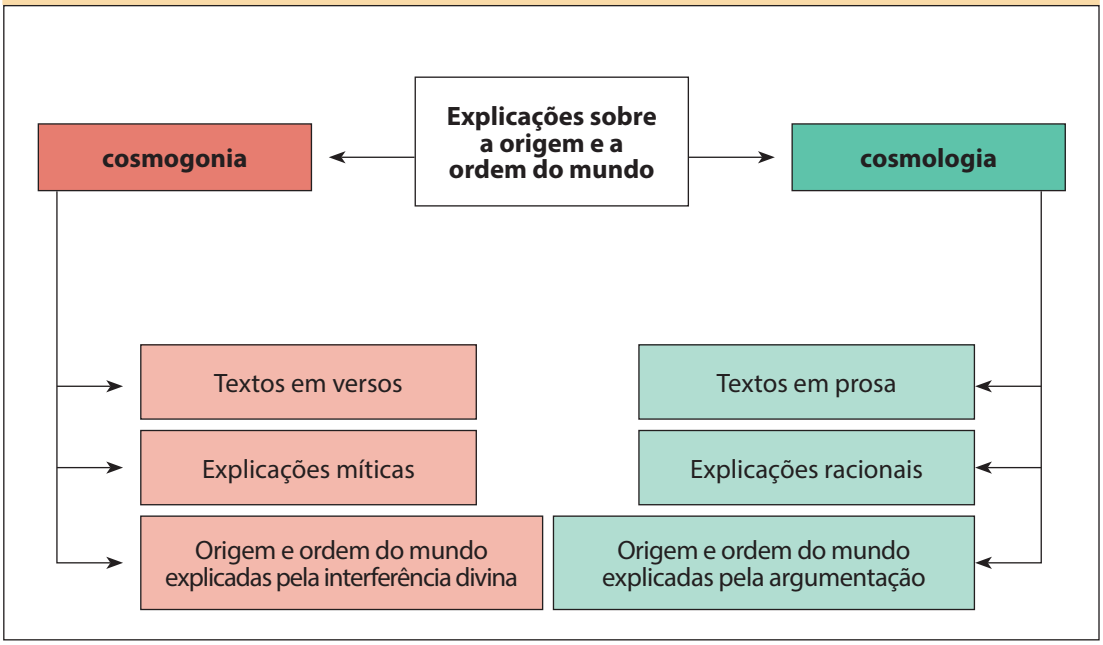
É comum que, ao nos aproximarmos de um tema pela primeira vez, tenhamos que lidar com conceitos desconhecidos. Em algumas situações, esses conceitos são abstratos ou distantes de nossa realidade e, por esse motivo, parecem ser incompreensíveis. Em outras, esses conceitos podem ser mais simples e, por isso, parecerem menos desafiadores. Nos dois casos, é preciso ir além da mera memorização de definições e utilizar estratégias que nos permitam compreender, de fato, esses novos conceitos.

Uma maneira de lidar com o desafio de compreender novos conceitos é começar pelo básico, isto é, pela identificação de alguns aspectos relacionados a eles. Uma estratégia para isso consiste em elaborar um **esquema comparativo**, analisando dois conceitos de forma comparada.

No esquema comparativo, devemos contrapor dois ou mais conceitos e distinguir as diferenças e semelhanças entre eles, compondo uma lista de palavras que pode ser organizada como um fluxograma.

Vamos exemplificar utilizando os conceitos de cosmogonia e cosmologia abordados no capítulo 1. Para isso, retome a leitura sobre eles no início do capítulo e, em seguida, analise o esquema que compara informações a respeito desses dois conceitos.

Esquema comparativo: cosmogonia e cosmologia



ALEXANDRE SILVA/ARQUIVO DA EDITORA
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Com base nesse exemplo, podemos identificar algumas características dessa estratégia:

1. **Em um esquema, utilizamos palavras-chave ou frases curtas.**
2. **As frases ou palavras podem ser organizadas por meio de conectores ou em um quadro.**
3. **Para que haja uma comparação, é necessário que sejam identificadas semelhanças e diferenças entre os conceitos comparados. No exemplo, os dois conceitos se referem ao modo como filósofos da Grécia antiga tentavam explicar a origem e a ordem do mundo. Assim, partindo desse ponto em comum, percebemos que, enquanto na cosmogonia há o predomínio de explicações míticas, na cosmologia há um esforço de compreender o mundo por meio da razão.**
4. **Referências visuais como cores, ícones e imagens são úteis para expressar algo que você ainda não consegue traduzir em palavras.**

Na prática

Praticar a elaboração de esquemas comparativos possibilita a identificação dos principais aspectos de um conceito. Dessa forma, esse tipo de esquema é uma ferramenta de análise que favorece uma compreensão duradoura sobre o assunto.

Leia o texto a seguir com atenção. Ele apresenta o método hipotético-dedutivo, técnica de pesquisa muito utilizada na atualidade e que remete a procedimentos da ciência aristotélica.

Após a leitura, identifique elementos que permitam a comparação entre os conceitos de **dedução** e de **indução**.

Depois, em dupla, confronte seu esquema comparativo com o do colega. Leia e sugira melhorias para o esquema dele. Em seguida, analise as melhorias sugeridas pelo colega para seu esquema.

Considere que uma boa devolutiva deve ser gentil e apontar uma ou duas falhas principais de modo específico, sugerindo uma forma de melhorá-las.

> O método hipotético-dedutivo é um tipo de pesquisa que começa com uma teoria sobre como as coisas funcionam e dela derivam hipóteses que podem ser submetidas a teste. Trata-se de uma forma de raciocínio dedutivo, no sentido em que começa com princípios, pressupostos e ideias gerais e trabalha a partir deles para enunciados mais particulares sobre o que o mundo parece ser e como de fato funciona. As hipóteses são, em seguida submetidas a teste, reunindo-se e analisando-se dados e, idealmente, a teoria é confirmada ou refutada pelos resultados. [...]
>
> Na prática, a pesquisa raramente se desenvolve dessa maneira rígida e lógica [...]. Na maior parte do tempo, o processo de pesquisa é uma mistura de observação concreta e especulação teórica. Quase sempre, fazemos observações do mundo [...], concebemos algumas ideias que poderiam explicá-las e formulamos hipóteses passíveis de teste [...]. Neste sentido, o processo combina raciocínio dedutivo, que passa de ideias gerais para observações específicas, com raciocínio indutivo, que começa com observações e, baseadas nelas, elabora afirmações de natureza mais geral.

JOHNSON, Allan. Método hipotético-dedutivo. *In*: **Dicionário de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 147.



MAURO PIMENTEL/AFP/GETTY IMAGES

Pesquisadora em laboratório na capital do Rio de Janeiro. Fotografia de 2022. Embora Aristóteles tenha valorizado a indução sem recorrer à experimentação, o trabalho em laboratório das ciências experimentais utiliza amplamente o raciocínio indutivo.

Rotina de estudo

Agora que você conhece as principais técnicas para a elaboração de um esquema comparativo, inclua essa estratégia em sua rotina de estudos. Comece com conceitos com os quais você já tem alguma familiaridade e, depois, avance para os pouco conhecidos. Depois de pronto, o esquema pode ser afixado em um lugar visível, como próximo de sua mesa de estudos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 2

O estudo da natureza a partir da Idade Moderna

Neste capítulo, você estudará as concepções sobre a natureza construídas ao longo da Idade Moderna e que atravessaram o imaginário das sociedades ocidentais contemporâneas, segundo as quais a utilidade da natureza se reduziria à oferta de recursos. Entretanto, há cada vez mais críticos a essa perspectiva exploratória, defendendo a necessidade da promoção de um desenvolvimento sustentável comprometido com uma visão de ser humano integrado à natureza e responsável com as futuras gerações. Na última parte deste capítulo, você conhecerá as ideias de alguns desses críticos.

O estudo da natureza na modernidade

O modelo de racionalidade que se delineava na Idade Moderna, entre os séculos XV e XVIII, era caracterizado pela busca da libertação de crenças e superstições, fundando-se na própria subjetividade, e não mais na autoridade, fosse ela política ou religiosa. Nesse período, houve, portanto, um processo de modificação da imagem que o ser humano tinha de si e da concepção de universo, em razão da substituição da **teoria geocêntrica** – aceita durante mais de vinte séculos – pela **teoria heliocêntrica** (de acordo com a qual o Sol, e não a Terra, era o centro do universo).

A questão, no entanto, não era apenas científica. Ao examinar seu contexto histórico, percebemos que essas transformações radicais não se desligavam de outros processos igualmente marcantes: o crescimento das atividades comerciais, que propiciou o aumento da circulação de valores e informações; a constituição de novos centros urbanos e o fortalecimento da burguesia; a formação das monarquias nacionais na Europa Ocidental, criando condições para movimentos reformistas questionadores do poder centralizador da Igreja Católica; os aperfeiçoamentos técnicos e as inovações tecnológicas, que modificavam aos poucos a relação do ser humano com a natureza. Desse modo, formava-se um novo indivíduo, confiante na razão e no próprio poder de transformar o mundo.

O antropocentrismo – concepção de mundo presente no pensamento moderno, de acordo com a qual as ideias e teorias estão centradas no ser humano – causou forte impacto no modo como as pessoas interagiam com o ambiente. A definição do indivíduo como centro de interesses e decisões em sua relação com o mundo está presente, por exemplo, no **ideal baconiano** de controle da natureza, como você vai estudar.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



JOSEPH-NICOLAS ROBERT-FLEURY - MUSEU DO LOUVRE, PARIS

Galileu diante do Santo Ofício no Vaticano, pintura de Joseph-Nicolas Robert-Fleury, 1847.

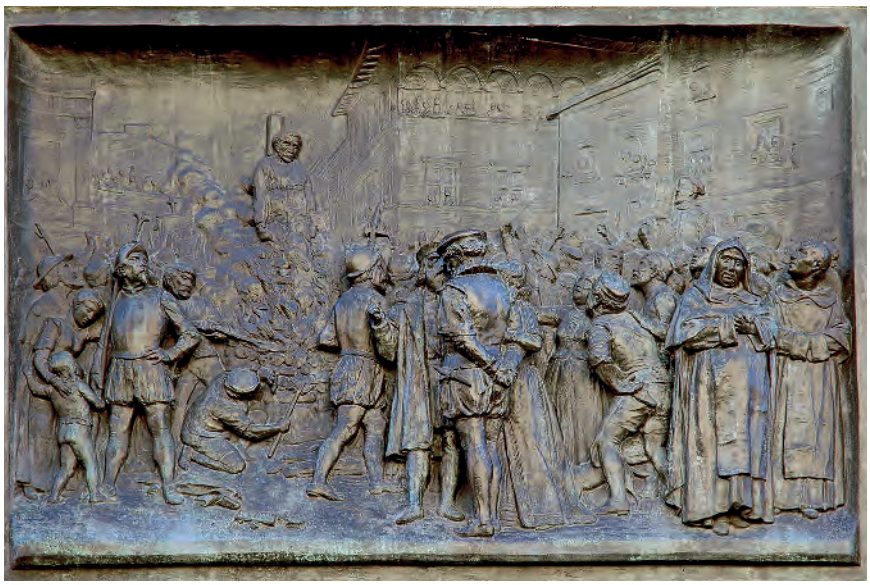
Imagens em contexto

O cientista Galileu Galilei representou, na modernidade, a ruptura com um sistema de crenças e superstições. Na tela, produzida 200 anos após sua morte, Robert-Fleury compõe a cena do julgamento diante do afresco *A disputa do Santíssimo Sacramento* (cerca de 1510), do pintor renascentista Rafael. Além da relação intertextual entre as obras, chama a atenção o olhar de Galileu. Em vez do juiz, ele encara o espectador do quadro, como se o julgamento de fato acontecesse em um lugar e em um tempo fora da cena retratada.

A Revolução Científica

No século XVI, dois nomes destacaram-se nos estudos de astronomia: o monge polonês Nicolau Copérnico, que propôs o heliocentrismo, e o italiano Giordano Bruno, acusado pela **Inquisição** e condenado à morte na fogueira por defender a teoria da infinitude do universo, contrária à concepção católica de universo finito, esférico e hierarquizado. Nicolau Copérnico e Giordano Bruno abriram caminho para os estudos de outro grande astrônomo: Galileu Galilei.

Inquisição: em virtude do aumento das heresias, a partir do século XII, os tribunais da Inquisição ou Santo Ofício se espalharam pela Europa para apurar os "desvios da fé". Ordens religiosas, sobretudo a dos dominicanos, assumiram o controle, aplicando a censura a livros e determinando a punição dos dissidentes, até mesmo com a morte.



ETTORE FERRARI. FOTO: MIMMO FRASSINETI/AGF/ BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL - PRAÇA DO CAMPO DAS FLORES, ROMA

Alto-relevo de Ettore Ferrari representando a morte de Giordano Bruno, 1887.

Galileu e o método

Uma das expressões mais significativas do racionalismo que vigorou na Idade Moderna foi o interesse pelo método experimental como instrumento capaz de proporcionar conhecimento mais seguro. Destacaram-se as reflexões de René Descartes, Francis Bacon e John Locke, no âmbito da filosofia, e de Galileu Galilei, Johannes Kepler e Isaac Newton, no campo das ciências.

A aplicação do método experimental na prática científica por Galileu representou uma verdadeira revolução: a ciência rompia com a filosofia aristotélica, que havia prevalecido no período medieval, e buscava novos caminhos, implicando outra concepção de saber.

Galileu relacionou a hipótese copernicana do heliocentrismo às leis da mecânica, associando a ciência astronômica à física. Ao fazer isso, deu lugar a uma nova concepção da astronomia e concebeu a física moderna. Não foi fácil o reconhecimento dessa novidade, tendo em vista a rigorosa censura da Igreja Católica, que identificava sinais de heresia na teoria de Galileu. Ele foi, por isso, submetido a julgamento pela Inquisição e condenado à prisão domiciliar.

A fim de apurar a observação e facilitar a experiência, recorreu a técnicas e instrumentos que pudessem auxiliá-lo, dispondo, em sua oficina, de recursos como plano inclinado, termômetro, telescópio e relógio de água (clepsidra). Embora fossem mecanismos simples, mostraram-se suficientes para Galileu abandonar a ciência especulativa e caminhar em direção à construção de uma ciência ativa.

Por meio do método experimental, Galileu elaborou a descrição quantitativa dos fenômenos. Desprezando aspectos de cor, odor e sabor, que são qualidades subjetivas, investigou os aspectos objetivos do espaço físico, ou seja, aqueles aos quais se pode aplicar um tratamento matemático. Assim, o físico apoiou-se em situações experimentais, como a da conhecida experiência dos planos inclinados para provar a lei da queda dos corpos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Astronomia e geometrização do espaço

A teoria geocêntrica foi tratada nas obras de Aristóteles, posteriormente completadas por Ptolomeu, no século II. De acordo com essa concepção, que perdurou durante toda a Antiguidade e a Idade Média, o universo era finito, esférico e hierarquizado.

O geocentrismo era, de certo modo, confirmado pelo senso comum: as pessoas percebiam a Terra imóvel e o Sol girando à sua volta. No texto bíblico, há uma passagem em que Deus faz parar o Sol para que o povo hebreu possa lutar com seus inimigos enquanto há luz. Isso sugere as ideias de que o Sol se movimenta e de que a Terra permanece fixa.

No século XVI, Nicolau Copérnico publicou *Das revoluções dos corpos celestes*, obra em que expôs o heliocentrismo, mas que permaneceu praticamente ignorada até o início do século XVII, quando a hipótese foi retomada por Galileu e Johannes Kepler.

Um modelo simples de luneta havia sido inventado fazia pouco tempo e foi aperfeiçoado por Galileu, que o transformou em um telescópio e o usou para observar os astros, obtendo descobertas valiosas: para além das estrelas fixas, haveria infindáveis mundos; a superfície da Lua é rugosa e irregular; o Sol tem manchas; em torno de Júpiter, existem quatro luas. Como isso seria possível? O que os aristotélicos reconheciam e era aceito até então era o universo finito, a Lua e o Sol, compostos de substância incorruptível e perfeita, e Júpiter, engastado em uma esfera de cristal (que não poderia ser perfurada por luas).



WEBBY WEBBY/SHUTTERSTOCK

Superfície lunar observada de Banjarbaru, na Indonésia. Fotografia de 2024. A descoberta da superfície rugosa e irregular da Lua contrariou as ideias aristotélicas de perfeição do universo.

Os fenômenos da física e da astronomia, antes explicados de acordo com as diferenças de natureza de corpos perfeitos e imperfeitos, tornaram-se homogêneos, uma vez que não havia mais como reconhecer a perfeição do mundo supralunar: foi desfeita, portanto, a diferença entre a Terra e os céus. Além disso, a concepção moderna de universo infinito se contrapôs à consciência medieval de um mundo fechado.

Podemos afirmar que houve uma "democratização" dos espaços, pois todos se tornaram equivalentes, nenhum era superior ao outro. Negada a diferença entre a qualidade dos espaços celestes e terrestres, foi possível admitir que as leis da física se aplicavam igualmente a todos os corpos do universo.

Em 1638, quando Galileu, já cego, permanecia em prisão domiciliar, um discípulo conseguiu que a obra *Discursos e demonstrações matemáticas sobre duas novas ciências* fosse publicada na Holanda, contrariando a Inquisição. Após esse último e importante trabalho, em que Galileu relacionou a ciência astronômica à física, podemos dizer que nascia a física moderna, e passou a vigorar uma nova concepção de astronomia.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Qual concepção de universo prevaleceu durante a Idade Média?
2. Por que houve uma espécie de democratização do espaço com a concepção moderna de universo? Explique.

Novas ciências, novo mundo

Os resultados obtidos por Galileu Galilei e René Descartes na física e na astronomia, bem como os dados acumulados por Tycho Brahe e as leis das órbitas celestes de Johannes Kepler, possibilitaram a elaboração, por Isaac Newton, da teoria da gravitação universal. As leis formuladas anteriormente se referiam apenas a aspectos particulares dos fenômenos considerados. O sistema newtoniano abrangia certo setor da realidade e, portanto, apresentava a principal síntese científica sobre a natureza do mundo físico.

Newton nasceu um ano após a morte de Galileu. Em 1687, publicou *Princípios matemáticos de filosofia natural* (obra conhecida pelo título latino *Principia*), que apresentava investigações no ramo da física denominado mecânica, até chegar à demonstração de todo o Sistema Solar.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As teorias de Newton estimularam o desenvolvimento da ciência e permaneceram como parâmetros indiscutíveis durante duzentos anos, até que, na primeira metade do século XX, o **paradigma** newtoniano foi suplantado pela teoria da relatividade geral, de Albert Einstein, e pela física quântica, fruto do estudo de cientistas como Einstein e Werner Heisenberg.

É interessante observar o contraste entre a condenação de Galileu, em 1633, e o fato de Newton ter sido sagrado cavaleiro pelo governo inglês, em 1705, honraria que nunca havia sido concedida a um estudioso das ciências. Que revolução teria ocorrido em tão pouco tempo para se exaltar um cientista de tal maneira?

Um dos fatores que contribuíram para isso foi a revisão da visão religiosa do mundo pela nova ciência, na qual não havia lugar para a causalidade divina. Ao separar a razão da fé, Galileu buscava a verdade científica independentemente das **verdades reveladas**, o que não significava pregar o ateísmo, mas reconhecer que a fé não era um elemento a se considerar na ciência.

Outro impacto decorreu da descentralização do cosmo. Essa subversão da ordem provocou inevitável ansiedade: reconheceu-se que a Terra era um simples planeta na imensidão do espaço infinito. Dessa forma, o lugar do ser humano no mundo também foi questionado.

Além disso, a ciência passou a comparar a natureza e o ser humano a uma máquina, um conjunto de mecanismos cujas leis precisavam ser descobertas. Foram, então, excluídas da ciência todas as considerações a respeito do valor, da perfeição, do sentido e do fim. Em outras palavras, as causas formais e finais (ou teleológicas), tão caras à filosofia antiga, não serviam mais para explicar os fenômenos, pois apenas as causas eficientes interessavam à nova ciência.

Paradigma: no contexto, visão de mundo assumida pela comunidade científica em determinado momento.

Verdades reveladas: verdades oriundas de revelações feitas por Deus e aceitas sem contestação.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

RASID NECATI ASLIM/ANADOLU AGENCY/GETTY IMAGES



Observatório de Greenwich, no Reino Unido. Fotografia de 2022.

Imagens em contexto

Os observatórios de Paris, na França, e de Greenwich foram fundados, respectivamente, em 1667 e 1675, com a intenção prática de ajudar a navegação e o comércio ultramarino. No mesmo período, proliferaram na Itália, na Inglaterra, na França e na Alemanha as academias de ciências voltadas para o estudo teórico, evidenciando a configuração de um "novo mundo", pautado na ciência moderna.

A aceitação das novas ciências também foi fruto dos interesses da nascente classe burguesa, em ascensão econômica e política. Diante de inúmeras conquistas no campo das ciências e de surpreendentes resultados da tecnologia aplicada, interessava a governos e homens de negócios investir na atividade científica. Ampliaram-se as conferências e a publicação de revistas científicas, ao mesmo tempo que surgiam organizações importantes, como a Associação Britânica para o Progresso da Ciência (1831), protagonista de encontros anuais para a discussão de descobertas. Em 1840, foi criada a palavra "cientista".

O problema do conhecimento: racionalismo e empirismo

Ao introduzir um método científico responsável por colocar em xeque a física aristotélica, Galileu rompeu com o modelo de compreensão do mundo que tinha prevalecido até então. O receio de novos enganos levou os filósofos a levantar o problema do conhecimento, o que os obrigou a uma revisão da metafísica aristotélica e a uma releitura dos acontecimentos da Idade Média.

Vale lembrar que, na Antiguidade e na Idade Média, não havia propriamente uma teoria do conhecimento, pois os filósofos antigos e medievais ocuparam-se, sobretudo, com o problema do ser, perguntando-se: "Existe alguma coisa?"; "Isto que existe, o que é?". Com exceção dos céticos, não questionavam a capacidade humana de conhecer – tema que se tornaria principal para os filósofos da modernidade, ao se fazerem perguntas como: "O que é possível conhecer?"; "Qual é a origem do conhecimento?";"Qual é o critério de certeza do conhecimento verdadeiro?".

Essas questões epistemológicas, isto é, relativas ao conhecimento, deram origem a duas correntes filosóficas, uma com ênfase na razão e outra, nos sentidos: o **racionalismo** e o **empirismo** (do grego *empeiría*, "experiência").

- O racionalismo engloba as doutrinas que enfatizam o papel da razão no processo do conhecimento. Na Idade Moderna, destacaram-se como racionalistas René Descartes (seu principal representante) e Baruch Espinosa, entre outros.
- O empirismo é a corrente filosófica que enfatiza o papel da experiência sensível no processo do conhecimento. Destacaram-se no período moderno os empiristas Francis Bacon, John Locke e David Hume, entre outros.

René Descartes: a dúvida metódica

O filósofo francês René Descartes, considerado o precursor da filosofia moderna, abriu caminho para a discussão sobre ciência e ética no século XVII, sobretudo ao enfatizar a capacidade humana de conhecer.

O propósito inicial de Descartes era encontrar um método tão seguro que o conduzisse à verdade indubitável. Procurou-o, então, no ideal matemático, o que não significou aplicar a matemática ao conhecimento do mundo, mas usar o tipo de conhecimento peculiar à matemática, caracterizado pela evidência, pelo pensamento dedutivo expresso por longas correntes de raciocínio.

O conhecimento da matemática é inteiramente dominado pela razão – e não pelos sentidos – e apoiado na ordem e na medida. Com base nele, portanto, é possível estabelecer cadeias de razões para deduzir uma coisa de outra.

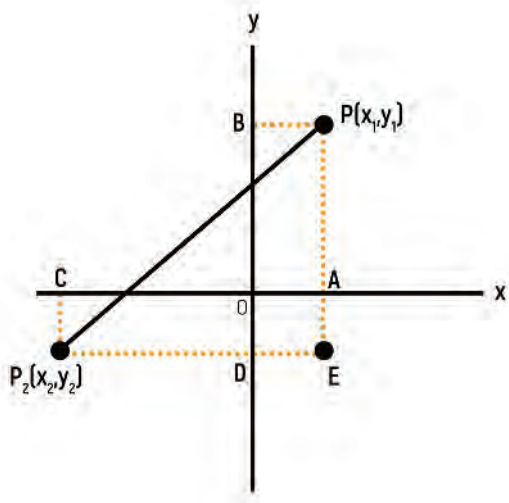
As quatro regras e a dúvida metódica

Para alcançar o objetivo de encontrar um método seguro, René Descartes estabeleceu quatro regras em seu raciocínio filosófico:

- **da evidência** – acolher apenas o que aparece ao espírito como ideia clara e distinta;
- **da análise** – dividir cada dificuldade em parcelas menores para resolvê-las por partes;
- **da ordem** – conduzir por ordem os pensamentos, começando pelos objetos mais fáceis de conhecer para depois lançar-se aos mais complexos;
- **da enumeração** – fazer revisões gerais para ter certeza de que nada foi omitido.

Ao fundamentar sua filosofia, Descartes partiu em busca de uma verdade primeira que não pudesse ser colocada em dúvida. Começou duvidando de tudo: do testemunho dos sentidos, das afirmações do senso comum, dos argumentos de autoridade, das informações da consciência, das verdades deduzidas pelo raciocínio, da realidade do mundo exterior e da realidade de seu próprio corpo.

Trata-se da **dúvida metódica**, porque o impeliu a indagar se não restaria algo que fosse inteiramente indubitável. Por isso, Descartes não foi um filósofo cético: ele buscava alguma verdade.



MARCOSRONY/SHUTTERSTOCK

O método de conhecimento encontrado por Descartes baseava-se no ideal matemático. Vale mencionar que o plano cartesiano é assim chamado porque foi desenvolvido por Descartes, que atuou também como matemático.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Cogito, ergo sum

René Descartes interrompeu a cadeia de dúvidas diante de seu próprio ser que duvidava somente quando alcançou sua primeira intuição: *cogito, ergo sum*. Essa expressão é uma frase latina traduzida comumente como "penso, logo existo". Não se deve interpretar, porém, a conjunção "logo" como conclusão de um raciocínio dedutivo. Para Descartes, tratava-se de uma intuição pura, que designava a apreensão imediata de algo sem a mediação do raciocínio.

> [...] enquanto eu queria assim pensar que tudo era falso, cumpria necessariamente que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade eu *penso, logo existo* era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de a abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da filosofia que procurava.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 54. (Coleção Os pensadores).

Esse "eu" é puro pensamento, uma *res cogitans* (coisa pensante). Portanto, é como se o filósofo dissesse: "Existo enquanto penso". Com essa primeira intuição, Descartes julgava estar diante de uma ideia clara e distinta com base na qual seria reconstruído todo o saber.

Embora o conceito de ideias claras e distintas resolvesse alguns problemas relacionados à verdade de parte de nosso conhecimento, não dava garantia de que o objeto pensado correspondia a uma realidade fora do pensamento. Como sair do próprio pensamento e se instaurar no mundo do qual se tinha duvidado? Considerando as regras do método, Descartes devia passar gradativamente de noções já encontradas para outras igualmente indubitáveis. Para ir além dessa primeira intuição do *cogito*, o filósofo examinou se havia no espírito outras ideias igualmente claras e distintas. Distinguiu, então, três tipos de ideias:

- as que "parecem ter nascido comigo" (**inatas**);
- as que "vieram de fora" (**adventícias** – do latim *adventicius*, com sentido de "aquilo que vem de fora");
- as que foram "feitas e inventadas por mim" (**factícias** – do latim *facticius*, "artificial").

Ora, o *cogito* é uma ideia que não deriva do particular – não é do tipo das ideias que "vêm de fora", formadas pela ação dos sentidos –, tampouco é semelhante às que criamos pela imaginação. Pelo contrário, ideias semelhantes já se encontram no espírito, como fundamento para a apreensão de outras verdades. Portanto, são inatas, verdadeiras, não sujeitas a erro, pois vêm da razão. Haveria outras ideias desse tipo além do *cogito*?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



Rascunho de ideias, tirinha de Marcos Bruno, 2017.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Em sua opinião, é possível afirmar que o último quadrinho responde satisfatoriamente à pergunta feita no primeiro quadrinho? Justifique sua resposta.
2. Por que o último quadrinho é incompatível com a teoria cartesiana do *cogito*?

Deus e o mundo

Para provar a existência divina, Descartes formulou o que ele designou como prova ontológica: o pensamento desse objeto – Deus – é a ideia de um ser perfeito; se um ser é perfeito, deve ter a perfeição da existência, caso contrário lhe faltaria algo para ser perfeito; portanto, ele existe. Uma vez estabelecida, por dedução, a ideia inata de Deus como ser perfeito, o passo seguinte seria indagar sobre a realidade das coisas materiais.

A existência de Deus é garantia de que os objetos pensados por ideias claras e distintas são reais; portanto, o mundo existe de fato. E, entre as coisas do mundo, meu próprio corpo existe.

Os objetos do mundo externo, porém, chegariam à consciência como ideias adventícias (que têm uma realidade externa), e Descartes aplicou seu método para verificar quais dessas ideias eram claras e distintas. Encontrou a ideia de extensão, uma propriedade essencial do mundo material. Desse modo, as propriedades como cor, sabor, peso e som são secundárias por serem subjetivas, e delas não podemos ter ideias claras e distintas.

Ao intuir o *cogito*, Descartes identificou a *res cogitans* (coisa pensante) e a ela uniu a *res extensa* (coisa extensa), o corpo, também atributo das coisas do mundo. À extensão, acrescentou a ideia de movimento, que Deus teria injetado no mundo quando o criou.

Sugestão

Corpo e mente

Silvana de Souza Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 2010. (Coleção Filosofias: o prazer do pensar).

Nesse livro introdutório, a professora Silvana de Souza Ramos, partindo das considerações do filósofo René Descartes sobre o dualismo corpo-consciência, chega à relação que se estabelece na contemporaneidade entre corpo e mente.

Dualismo corpo-consciência

Uma consequência do *cogito* é o dualismo corpo-consciência, ou seja, o ser humano é um ser duplo, composto de duas substâncias: a extensa e a pensante. De fato, o corpo é uma realidade física e fisiológica – e, como tal, possui massa, extensão no espaço e movimento, bem como desenvolve atividades de alimentação, digestão etc.; por isso, está sujeito às leis deterministas da natureza. Em contrapartida, as principais atividades da mente, como recordar, raciocinar, conhecer e querer, não têm extensão no espaço nem localização e, assim, não se submetem às leis físicas, pois são a expressão da liberdade. São estabelecidos, portanto, dois domínios diferentes: o do corpo, objeto de estudo da ciência, e o da mente, objeto da reflexão filosófica.



ISSOUF SANOGO/AFP/GETTY IMAGES

Apresentação do grupo de dança congolês Danseincolor em Abidjan, na Costa do Marfim. Fotografia de 2024. A perspectiva cartesiana dualista de corpo-consciência tende a ser superada por fenômenos artísticos como a dança, que conjuga essas duas instâncias por meio da consciência corporal, isto é, do autoconhecimento das leis que operam no corpo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Baruch Espinosa: conhecimento e liberdade

O racionalista Baruch Espinosa, filósofo holandês de origem judaica que viveu no século XVII, sofreu muitos reveses em sua vida. Foi, por exemplo, acusado de heresia e expulso da sinagoga da qual era membro. Trabalhou como polidor de lentes, o que garantiu sua sobrevivência, e dedicou-se à reflexão, tornando-se autor de uma teoria original que privilegiou a ética na construção do pensamento. Para entender como conhecemos e agimos, Espinosa analisou os afetos e apetites humanos "como se tratasse de linhas, de superfícies ou de volumes", construindo assim uma "geometria da afetividade humana". Desse modo, estruturou sua obra com definições, axiomas e demonstrações; e também formulou corolários – proposições deduzidas de uma asserção precedente, acrescentando um conhecimento que não estava antes explicitado – e teoremas.

Para ele, o conhecimento humano dependia dos tipos de afetos que prevaleciam no indivíduo, como você compreenderá adiante. Antes, porém, entenderá que, ao elaborar sua teoria, esse filósofo partiu de uma concepção inusitada das relações entre Deus e a natureza.

Imagens em contexto

Na tela de Richard Lindner, Baruch Espinosa é representado entre linhas e formas geométricas, em uma interpretação do título do livro espinosano *Ética demonstrada à maneira dos geômetras*. Assim, o pintor simboliza a seu modo a geometria da afetividade humana presente no trabalho do filósofo holandês.



Baruch Espinosa, Ética, 1677, pintura de Richard Lindner, 1956.

© LINDNER, RICHARD/ AUTVIS, BRASIL, 2024. FOTO: BRIDGEMAN IMAGES/FOTOARENA. LOCALIZAÇÃO: MUSEU DE ARTE AMERICANA SMITHSONIAN, WASHINGTON

Deus, ou seja, natureza

Para Espinosa, Deus é a substância que constitui o universo e não se separa de tudo aquilo que produz: todas as coisas são modos da substância infinita. Por isso, Deus é causa **imanente** – e não **transcendente** – de seus modos, entre os quais se encontra o ser humano. Dessa ideia, deriva a expressão latina referente ao pensamento espinosista: *Deus sive natura* ("Deus ou natureza").

Por construir uma espécie de geometria da afetividade, a teoria de Espinosa é com frequência interpretada como determinista, isto é, como negadora da liberdade humana. No entanto, as consequências que extraiu de sua ética seguem, inversamente, na direção de uma concepção inovadora da relação corpo-mente e de uma ética da alegria e da liberdade, bem como de uma política de crítica à servidão.

Imanente: de acordo com a teologia, significa que Deus faz parte do mundo, ou seja, não é exterior à natureza.

Transcendente: em teologia, significa que Deus está separado do mundo que criou e é superior a ele.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Determinismo e liberdade

Espinosa não negava a causalidade interna (o determinismo), considerando-a adequada para que o ser humano atingisse a própria essência. Como, então, entender a defesa pelo filósofo da liberdade como autodeterminação? Para explicar esse processo, Espinosa usou o conceito de *conatus*, termo latino que significa "esforço físico ou moral", no sentido de uma tendência natural e espontânea de autoconservação. Em sua obra *Ética*, publicada em 1677, Espinosa escreveu: "Toda a coisa se esforça, enquanto está em si, por perseverar no seu ser".

Se é natural que toda coisa tem por objetivo "perseverar no seu ser", isso significa que queremos existir de acordo com a natureza, e não contra ela. É por meio do conhecimento racional que podemos distinguir os desejos verdadeiros – próprios de nossa natureza – daqueles que nos afastam dela. Apenas se tivermos um conhecimento adequado de nós mesmos, poderemos nos tornar livres.

Já os falsos desejos decorrem de um conhecimento inadequado, por serem estimulados exteriormente e constituírem fontes de fantasias e ilusões. Os afetos que nos escravizam são aqueles que nos tornam "estranhos a nós mesmos" e, dessa maneira, impedem a expressão plena de nossa natureza.

Quando a potência de existir – que é o desejo – realiza-se conforme nossa natureza, sentimos alegria; entretanto, quando é contrariada, sentimos tristeza. Os sentimentos alegria e tristeza são dimensões de nossa afetividade. Ao sentir tristeza, quando nos orientamos por valores exteriores a nós mesmos, tornamo-nos *heterônomos* (do grego *hetero*, "diferente", e *nomos*, "lei"), ou seja, passamos a ser comandados por outros, perdendo, portanto, nossa autonomia. A satisfação do desejo, atendendo a uma necessidade positiva, por sua vez, possibilita-nos agir para realizar nosso ser, o que nos traz alegria e libertação, porque aumenta nossa potência de ser.

Classificação indicativa do filme *Frans Krajcberg: manifesto*: livre.

Sugestão

Frans Krajcberg: manifesto

Direção: Regina Jehá. Brasil, 2018. 96 minutos.

O documentário trata da história do pintor e escultor polonês naturalizado brasileiro Frans Krajcberg, que faleceu em 2017. Ativista engajado na luta pela preservação ambiental, Krajcberg se dizia revoltado com a destruição do planeta e, em particular, da Floresta Amazônica. O documentário destaca esse lado do artista e busca fundi-lo a suas obras, apresentando uma perspectiva da relação imanente do ser humano com a natureza.



JOA SOUZA/SHUTTERSTOCK

O artista plástico Frans Krajcberg em frente à casa na árvore onde residia, em Nova Viçosa, no estado da Bahia. Fotografia de 2008. É possível mobilizar o conceito de imanência para tratar de uma perspectiva de acordo com a qual o ser humano é parte integrante da natureza, e não elemento exterior a ela. Essa concepção de natureza imanente permeava a vida e a obra de Frans Krajcberg, que se preocupava em preservar a fauna e a flora brasileiras.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os afetos: a alegria e a tristeza

Na história da filosofia, a inovação de Espinosa consistiu em tentar superar a dicotomia corpo-consciência, uma vez que foi um dos primeiros pensadores a restabelecer a unidade humana. Ao analisar as possibilidades de expressão da liberdade, desafiou a tradição vinda dos gregos, pois negou a relação de hierarquia entre corpo e espírito: nem o espírito é superior ao corpo, nem o corpo determina a consciência.

Note como Espinosa concebia as paixões da **alegria** e da **tristeza** e as distinguia.

- A alegria é a passagem do ser humano de uma perfeição menor para uma maior.
- A tristeza é a passagem do ser humano de uma perfeição maior para uma menor.

A alegria, ao aumentar nosso ser e nossa potência de agir (nosso *conatus*), aproxima-nos do ponto em que vamos nos tornar senhores dela e, portanto, dignos de ação. Expressões da alegria são o contentamento, a admiração, a estima, a misericórdia etc.

A tristeza afasta-nos cada vez mais de nossa potência de agir, por ser geradora de ódio, aversão, temor, desespero, indignação, inveja, ressentimento, remorso, vingança etc.

Quanto à alma, quais são sua força e sua fraqueza? A virtude da alma, no sentido primitivo de força, de poder, consiste na atividade de pensar, de conhecer. Portanto, sua fraqueza é a ignorância. Quando a alma se reconhece capaz de produzir ideias, passa a uma perfeição maior e é afetada pela alegria. Mas, se em alguma situação a alma não alcança esse entendimento, a descoberta de sua impotência provoca o sentimento de diminuição do ser e, portanto, a tristeza. Nesse caso, a alma está passiva.

O que fazer para evitar a paixão triste e obter a paixão alegre? Para Espinosa, a alma não determina o movimento ou o repouso do corpo, nem o corpo leva a alma a pensar; por isso, não cabe ao espírito combater as paixões tristes.

Apenas uma paixão alegre pode destruí-las, nas situações em que somos senhores de nossos afetos, e não reféns deles. Dessa forma, um afeto jamais é vencido por uma ideia, mas um afeto forte é capaz de destruir um afeto fraco.

As paixões alegres são as que permitem o desenvolvimento humano, facilitam o encontro das pessoas e nos tornam ativos, senhores de nossas ações. As paixões tristes impedem o crescimento, corrompem as relações e as orientam para as formas de exploração e destruição.

OBJETO DIGITAL
***Podcast*: O que é afeto?**

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Em que sentido a reflexão de Espinosa sobre a relação corpo-consciência foi inovadora?
2. Quando somos obrigados a realizar um trabalho que não escolhemos, quando sofremos sob um governo autoritário que nos obriga a agir e a pensar de modo diferente do que gostaríamos, quando sucumbimos aos apelos consumistas, sentimos a "diminuição de nosso ser". Como a teoria de Espinosa explicaria esse fato?



CHICO FERREIRA/PULSAR IMAGENS

Grupo cultural Caxambu do Salgueiro na capital do Rio de Janeiro. Fotografia de 2023. Para Espinosa, as paixões alegres aumentam nossa potência de agir.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Empirismo britânico

A tendência empirista disseminou-se principalmente na Grã-Bretanha, cuja tradição remontava às pesquisas realizadas na Universidade de Oxford, no século XIII. Você estudará a seguir as principais ideias de Francis Bacon, John Locke e David Hume, expoentes do pensamento empirista nos séculos XVII e XVIII.

Francis Bacon: saber é poder

O nobre inglês Francis Bacon fez carreira política e chegou ao cargo de chanceler em 1618, durante o governo do rei Jaime I. Como filósofo, planejou uma grande obra, *Instauratio magna* ("Grande instauração"), da qual faz parte o *Novum organum* ("Novo órgão"), cujo subtítulo é "Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza".

De acordo com o espírito da nova ciência moderna, Bacon aspirava a um saber instrumental que possibilitasse o controle da natureza e, por isso, foi um crítico severo da filosofia medieval, por considerá-la excessivamente contemplativa e abstrata, distante do mundo físico.



ALAN CHAVES/AFP/GETTY IMAGES

Impacto do garimpo ilegal na terra indígena Yanomami, no estado de Roraima. Fotografia de 2023. O ideal baconiano, segundo o qual "saber é poder", representava a esperança desmedida nos benefícios da ciência e do progresso, que subjugariam a natureza. De certo modo, esse ideal persiste na contemporaneidade, causando a degradação do meio ambiente.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Quatro gêneros de ídolos

Ídolos: do latim *idolum* e do grego *eídolon*, que significam "imagem".

Francis Bacon iniciou sua reflexão pela denúncia de preconceitos e noções falsas que dificultavam a apreensão da realidade, que chamou de ídolos. Há **ídolos** de quatro tipos, segundo Bacon.

- Os **ídolos da tribo** são os preconceitos que circulam na comunidade em que se vive como verdades dadas e não questionadas, postura que contraria o espírito científico, cujas hipóteses devem ser confirmadas pelos fatos.
- Os **ídolos da caverna** são os provenientes de cada pessoa. Alguns indivíduos observam as diferenças entre as coisas, enquanto outros analisam as semelhanças; uns são mais contemplativos, e outros, mais práticos. Bacon concordava com o filósofo pré-socrático Heráclito, que criticava as pessoas por procurarem a ciência em seus pequenos mundos, e não no mundo maior, que seria o mesmo para todos.

Grafia dos nomes dos povos indígenas brasileiros

Nos livros desta coleção, os nomes dos povos indígenas que vivem no Brasil foram grafados de acordo com a Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais, aprovada em 1953 na Primeira Reunião Brasileira de Antropologia:

- com inicial maiúscula, quando usados como substantivo, e opcional, quando usados como adjetivo.
- sem flexão de número ou de gênero.

Não estendemos esse padrão aos demais povos indígenas americanos e povos africanos.

- Os **ídolos do mercado** são os que decorrem das relações comerciais, nas quais as pessoas se comunicam por meio das palavras sem perceber o efeito perturbador da linguagem, que distorce a realidade e as arrasta para controvérsias e fantasias inúteis.
- Os **ídolos do teatro** são os que imigraram para o espírito dos indivíduos por meio das diversas doutrinas filosóficas e também por meio de regras viciosas de demonstração. Por isso, Bacon comparava os sistemas filosóficos a fábulas que podiam ser representadas no palco. Muitas vezes essas doutrinas mesclavam-se com a teologia, o saber comum ou as superstições arraigadas. Por esse motivo, mais do que teorias, valeria pesquisar as leis da natureza.

De formigas, aranhas e abelhas

Para Francis Bacon, o método indutivo pode ser aplicado com rigor somente após a depuração do pensamento desses ídolos que o corrompem. Não se trata, porém, da indução aristotélica, pela qual, com base em diversos dados singulares constatados, chegamos a proposições universais. A **indução baconiana** visa estabelecer leis científicas, por isso deve proceder à enumeração exaustiva de manifestações de um fenômeno, registrar suas variações, para só então testar os resultados por meio de experiências.

Nesse sentido, Bacon criticava tanto os racionalistas quanto os empiristas, mostrando-se como alguém que parte partia dos sentidos e da experiência, mas os ultrapassava.

> Os que se dedicaram às ciências foram ou empíricos ou dogmáticos. Os empíricos, à maneira das formigas, acumulam e usam as provisões; os racionalistas, à maneira das aranhas, de si mesmos extraem o que lhes serve para a teia. A abelha representa a posição intermediária: recolhe a matéria-prima das flores do jardim e do campo e com seus próprios recursos a transforma e digere.
>
> BACON, Francis. **Novum organum**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 69. (Coleção Os pensadores).

A importância de Bacon decorre da valorização da experiência, fundamental para o desenvolvimento da ciência.



ANDRE DIB/PULSAR IMAGENS

Detalhe de abelhas em melgueira, em apicultura no município de Barra do Garças, no estado de Mato Grosso. Fotografia de 2022.

Imagens em contexto

Na metáfora de Francis Bacon, o processo de conhecer deve partir da experiência e a ultrapassar por meio da razão, bem como as abelhas recolhem a matéria-prima da natureza (o néctar das flores) e a transformam por meio de suas enzimas digestivas, produzindo o mel, que armazenam em favos para a sua alimentação.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

John Locke: a *tabula rasa*

O filósofo inglês John Locke, no século XVII, explicou e desenvolveu sua teoria do conhecimento na obra *Ensaio sobre o entendimento humano*, que tem por objetivo saber "qual é a essência, qual a origem, qual o alcance do conhecimento humano".

Locke criticava a doutrina das ideias inatas de Descartes, afirmando que a alma é como uma ***tabula rasa***, como um pedaço de cera em que não há qualquer inscrição, como um papel em branco. Por isso, o conhecimento começa apenas com a experiência sensível. De acordo com o filósofo, se houvesse ideias inatas, as crianças já as teriam. Outro argumento contra o inatismo consistia em verificar que a ideia de Deus não se encontrava em toda parte, pois havia povos sem essa representação ou, pelo menos, sem a representação de Deus como ser perfeito.



DIEGO VELÁZQUEZ - MUSEU MEADOWS, DALLAS

Sibila com tabula rasa, pintura de Diego Velázquez, cerca de 1648. Locke comparou a consciência sem conhecimento inato à *tabula rasa*.

Tabula rasa: do latim, "tábua sem inscrição"; é metáfora para uma consciência sem conhecimento inato.

A origem das ideias

Diferentemente dos filósofos racionalistas, que privilegiavam as verdades da razão – típicas da lógica e da matemática –, John Locke preferiu indagar como se processa o conhecimento. Distinguiu duas fontes possíveis para as ideias: a **sensação** e a **reflexão**.

- A sensação, cujo estímulo é externo, resulta da modificação provocada na mente por meio dos sentidos. Essas percepções podem ser de dois tipos: primárias ou secundárias.

  As qualidades primárias são objetivas por existirem realmente nas coisas – a solidez, a extensão, a configuração, o movimento, o repouso e o número –, ao passo que as qualidades secundárias são, em parte, relativas e subjetivas, variando de sujeito para sujeito – calor, cor, som, odor, sabor etc.
- A reflexão, que se processa internamente, é a percepção que a alma tem daquilo que nela ocorre. Portanto, a reflexão fica reduzida à experiência interna como resultado da experiência externa, produzida pela sensação.
- A razão reúne as ideias, coordena-as, compara-as, distingue-as e compõe-nas, isto é, as ideias se conectam por meio da racionalidade. Desse modo, as ideias simples, vindas da sensação, combinam-se formando ideias complexas, como as de identidade, existência, substância e causalidade.
- Locke concluiu que não podemos ter ideias inatas, como havia pensado Descartes. Por serem formadas pelo intelecto, as ideias complexas não têm validade objetiva; são apenas nomes de que nos servimos para ordenar as coisas, ou seja, elas têm valor prático em vez de cognitivo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

David Hume: o hábito e a crença

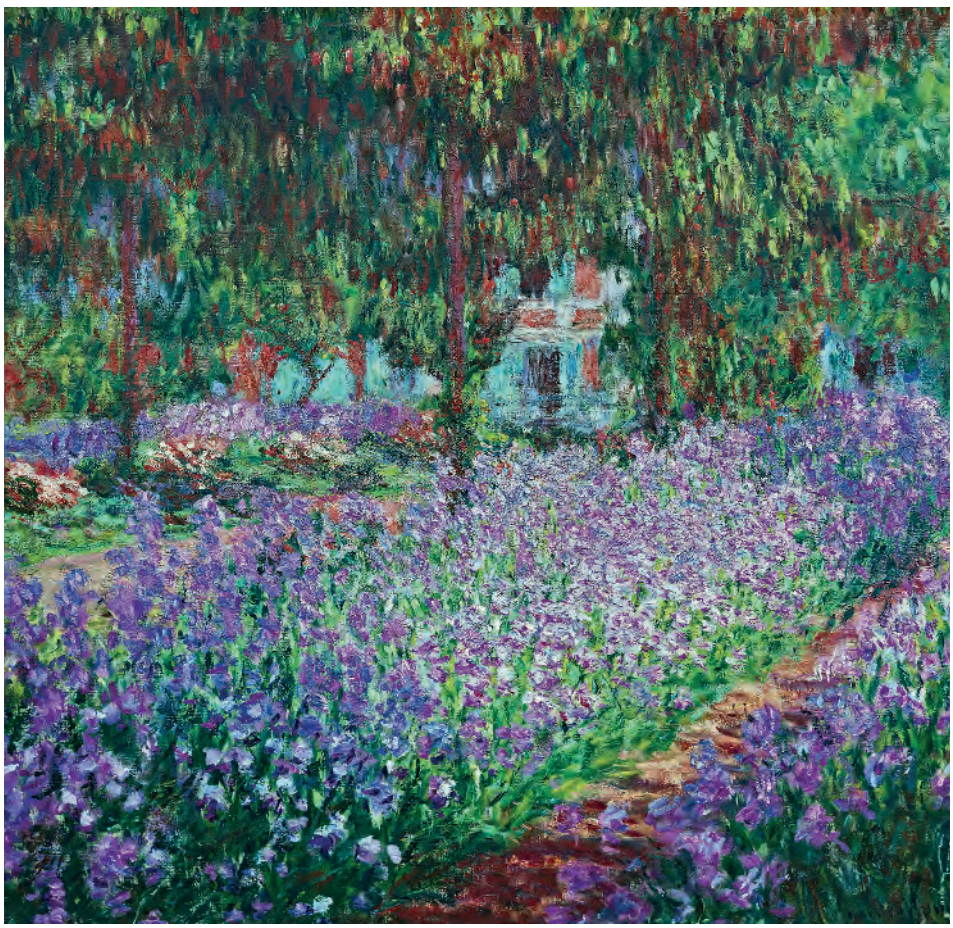
David Hume, no século XVIII, levou mais adiante o empirismo de Francis Bacon e John Locke. Na obra *Tratado da natureza humana*, conforme a tradição empirista, Hume preconizou o método de investigação apoiado na observação e na generalização. Para ele, o conhecimento se inicia com as percepções individuais, que podem ser **impressões** ou **ideias**.

- As impressões são as percepções originárias que se apresentam à consciência com mais vivacidade, como as sensações (ouvir, ver, sentir dor ou prazer etc.).
- As ideias são as percepções derivadas, cópias tênues das impressões.

O sentir (impressão) distingue-se do pensar (ideia) apenas pelo grau de intensidade. Além disso, as impressões são sempre anteriores às ideias, e estas são dependentes daquelas. Desse modo, Hume, assim como Locke, rejeitou as ideias inatas.

As ideias podem ser complexas quando as combinamos entre si pela imaginação, fazendo uso de associações. Hume deu o exemplo de uma montanha de ouro e de um centauro, que unem as ideias de montanha e ouro, no primeiro caso, e de homem e cavalo, no segundo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



CLAUDE MONET. FOTO: DE AGOSTINI/GETTY IMAGES - MUSEU D'ORSAY, PARIS

O jardim do artista em Giverny, pintura de Claude Monet, 1900.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. No fim do século XIX e no início do século XX, o pintor impressionista francês Claude Monet rompeu com a arte tradicional ao pintar ao ar livre, exprimindo a sensação visual da transparência do ar e da água. Relacione a técnica de Monet ao empirismo.
2. Um artista impressionista, como Monet, preocupa-se mais em representar qualidades objetivas ou subjetivas? Explique.

Sugestão

As ninfeias, de Claude Monet

Disponível em: https://www.musee-orangerie.fr/fr/collection/les-nympheas-de-claude-monet. Acesso em: 28 maio 2024.

Página do Museu da Orangerie, em Paris, na França, onde se encontram painéis de Claude Monet com pinturas de ninfeias. No final da página, há uma imagem em 360º de uma das salas do museu com várias dessas pinturas.

Relações de causalidade

De acordo com David Hume, a imaginação é um feixe de percepções unidas por associação com base na semelhança, na contiguidade (no espaço ou no tempo) e na relação de causa e efeito. No entanto, essas relações não podem ser observadas, uma vez que não pertencem aos objetos. As relações são apenas modos pelos quais passamos de um objeto a outro, de um termo a outro, de uma ideia particular a outra, simples passagens externas que nos permitem associar os termos usando os princípios de causalidade, semelhança e contiguidade.

Por exemplo, quando uma bola de bilhar se choca contra outra, que então se põe em movimento, não há nada na experiência que justifique atribuirmos à primeira bola a *causa* do movimento da segunda. Do mesmo modo, ao associarmos calor e fogo, peso e solidez, ou concluirmos que o Sol surgirá amanhã porque apareceu ontem e hoje, não há como efetuarmos uma associação **necessária**.

Hume negava, portanto, a validade universal do princípio da causalidade e da noção de necessidade a ele associada. O que observamos é a sucessão de fatos ou a sequência de eventos, e não o nexo causal entre esses fatos ou eventos. É o hábito criado pela observação de casos semelhantes que nos faz ultrapassar aquilo que é dado aos sentidos e afirmar mais do que a simples experiência pode alcançar. Considerando esses casos, supomos que o fato atual vai se comportar de forma análoga a fatos anteriores.

HM DESIGN/SHUTTERSTOCK



Hume dá o exemplo da gradação contínua de tonalidades de azul para explicar a noção de contiguidade. Se uma das tonalidades for subtraída na escala de azuis, perceberemos uma maior distância entre as cores adjacentes e conseguiremos reconhecer, por contiguidade, a existência de um vazio representado pela tonalidade faltante.

Ceticismo

David Hume admitiu seu ceticismo ao reconhecer os limites muito estreitos do entendimento humano. Mais do que isso, ponderou que estamos subjugados pelos sentidos e pelos hábitos, o que reduz nossas certezas a simples probabilidades. Ele recusou a metafísica e, portanto, os princípios ***a priori*** a que alguns filósofos recorreram para justificar o conhecimento.

Dizia-se, porém, adepto de um ceticismo atenuado, e não de um ceticismo extremado. Para Hume, bastaria reconhecer "a limitação de nossas pesquisas aos assuntos que mais se adaptam à estreita capacidade do entendimento humano".

Nesse sentido, referiu-se às crenças que nos orientam no cotidiano. Para David Hume, a crença é o conhecimento que não se pode comprovar racionalmente, mas é aceito com base na probabilidade. Não se confunde, no entanto, com a crença religiosa, que depende de uma verdade revelada.

Necessária: nesse contexto, o que não pode ser de outro modo nem deixar de ser. Chama-se condição necessária aquela sem a qual o condicionado não se realiza. Nesse sentido, o termo oposto seria "contingente", ou seja, tudo que é concebido como podendo *ser* ou *não ser*.

A priori: expressão latina que designa algo estabelecido sem o auxílio da experiência; é o oposto de *a posteriori*, expressão latina que designa aquilo que é estabelecido posteriormente à experiência.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O problema do conhecimento: criticismo kantiano

Vimos que, nos séculos XVII e XVIII, a questão epistemológica (ou da teoria do conhecimento) adquiriu interesse central no pensamento dos filósofos Descartes, Espinosa, Bacon, Locke e Hume, que estabeleceram métodos para investigar o alcance e os limites do conhecimento humano.

Por meio dessas reflexões deu-se o confronto entre as tendências opostas do racionalismo e do empirismo, o que levou a concepções diferentes da metafísica aceita na Antiguidade e na Idade Média, ainda que algumas de suas características tenham se mantido. Repercussões dessas filosofias foram sentidas no século XVIII, sobretudo pela crítica de Immanuel Kant à metafísica.

Naquele período, a ciência newtoniana já estava plenamente constituída e as questões relativas ao conhecimento ainda giravam em torno da controvérsia entre racionalistas e empiristas. Atento à natureza de nosso conhecimento, Kant debruçou-se sobre o assunto na obra *Crítica da razão pura*, mudando o rumo dessa discussão. Sua filosofia é chamada *criticismo* porque, diante da pergunta "Qual é o verdadeiro valor de nossos conhecimentos e o que é conhecimento?", Kant coloca a razão em um tribunal para julgar o que pode ser conhecido legitimamente e que tipo de conhecimento é infundado. Segundo o próprio Kant, a leitura da obra de Hume o despertou do "sono dogmático" em que estavam mergulhados os filósofos que não questionavam se as ideias da razão correspondem mesmo à realidade.

Kant pretendia superar a dicotomia racionalismo-empirismo: condenou os empiristas (tudo que conhecemos vem dos sentidos) e não concordou com os racionalistas (tudo quanto pensamos vem de nossa reflexão interior). Do mesmo modo, não aceitava o ceticismo de Hume.



STEFANO BIANCHETTI / BRIDGEMAN IMAGES/FOTOARENA

Gravura de F. Birck representando o filósofo Immanuel Kant, século XVIII.



BRIDGEMAN IMAGES/FOTOARENA

Liberdade armada com o cetro da razão golpeia a ignorância e o fanatismo, gravura de Simon Louis Boizot, 1793. A confiança no poder da razão de conhecer é questionada por Kant, que faz dela ao mesmo tempo juíza e ré no tribunal proposto pela *Crítica da razão pura*.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sensibilidade e entendimento

Para superar a contradição entre racionalistas e empiristas, Kant explicava que o conhecimento é constituído de algo que recebemos de fora, da experiência (*a posteriori*), e de algo que já existe em nós mesmos (*a priori*) e, portanto, anterior a qualquer experiência.

- O que vem de fora é a matéria do conhecimento: nisso concorda com os empiristas.
- O que vem de nós é a forma do conhecimento: em conformidade com os racionalistas, admite que a razão não é uma "folha de papel em branco".

Qual é, então, a diferença entre Kant e os filósofos que o antecederam? É o fato de que a matéria e a forma atuam ao mesmo tempo. Para conhecer as coisas, precisamos da experiência sensível (matéria). Mas essa experiência não será nada se não for organizada por formas da **sensibilidade** e do **entendimento**, que, por sua vez, são *a priori* e condições da própria experiência.

A sensibilidade é a faculdade receptiva pela qual obtemos as representações exteriores, enquanto o entendimento é a faculdade de pensar ou produzir conceitos. Em cada uma dessas faculdades, Kant identifica formas *a priori*.

- As formas *a priori* da sensibilidade ou intuições puras são o **espaço** e o **tempo**. Ou seja, o espaço e o tempo não existem como realidade externa, mas são formas *a priori* que já existem no sujeito e servem para organizar as coisas. Explicando de outra maneira, fora de nós estão as coisas, mas, quando as percebemos "em cima", "embaixo", "do lado" ou então "antes", "depois", "durante", é porque temos a intuição apriorística do espaço e do tempo. Caso contrário, não poderíamos percebê-las.
- As formas *a priori* do entendimento são as **categorias**. Como o entendimento é a faculdade de julgar, de unificar as múltiplas impressões dos sentidos, as categorias funcionam como conceitos puros, sem conteúdo, porque, antes de tudo, constituem a condição do conhecimento.

Kant identificou doze categorias, entre as quais destacaremos três: **substância**, **causalidade** e **existência**. Quando observamos a natureza e afirmamos que uma coisa "é isto", "tal coisa é causa de outra" ou "isto existe", temos, de um lado, coisas que percebemos pelos sentidos, mas, de outro, algo lhes escapa, como as categorias de substância, de causalidade e de existência. Essas categorias não vêm da experiência, mas são colocadas pelo próprio sujeito cognoscente (que conhece). Portanto, para Kant:

> Nenhum conhecimento em nós precede a experiência, e todo o conhecimento começa com ela. Mas embora todo o nosso conhecimento comece *com* a experiência, nem por isso todo ele se origina justamente *da* experiência. Pois poderia bem acontecer que mesmo o nosso conhecimento de experiência seja um composto daquilo que recebemos por impressões e daquilo que nossa própria faculdade de conhecimento [...] fornece de si mesma. [...] Tais conhecimentos denominam-se *a priori* e distinguem-se dos empíricos, que possuem suas fontes *a posteriori*, ou seja, na experiência.
>
> KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 23. (Coleção Os pensadores).

As ideias da razão e a metafísica

Com sua teoria, Kant pretendia garantir a possibilidade do conhecimento científico como universal e necessário. No entanto, até aqui o filósofo abordou o conhecimento dos **fenômenos**, percebidos pelos sentidos e pelo entendimento. Poderíamos, porém, conhecer a "coisa em si" (o ***noumenon***)?

Mas o que seria a coisa em si? São as ideias da razão para as quais a experiência não nos fornece o conteúdo necessário, por exemplo, as ideias de alma, liberdade, mundo e Deus. Nesse sentido, o *noumenon* pode ser pensado, mas não pode ser conhecido efetivamente, porque o conhecimento humano se limita ao campo da experiência. Como o ser humano deseja ir além da experiência, Kant examinou racionalmente cada uma das ideias metafísicas, chegando sempre a um impasse, o qual denominou de **antinomia**.

Ao examinar as ideias metafísicas, Kant se deparou com as antinomias da razão pura, isto é, com argumentos contraditórios que se opõem em tese e antítese. Verifique alguns exemplos:

- Há argumentos a favor e contra a liberdade humana.
- Pode-se argumentar que o mundo tem um início e é limitado; mas também é possível afirmar que é eterno e ilimitado.
- Tanto se argumenta que o mundo existe fundamentado em uma causa necessária, que é Deus, como não se pode afirmar uma causa necessária para sua existência.

Após essas argumentações, Kant concluiu não ser possível conhecer as coisas tais como são em si. Dessa constatação decorre a impossibilidade do conhecimento metafísico. Por isso, devemos nos abster de afirmar ou negar qualquer coisa a respeito dessas realidades.

Fenômenos: do grego *phainómenon*, "aparência", "o que aparece para nós".

Noumenon: do grego, "o que é pensado"; particípio de *noeîn*, "pensar". Kant usa o termo para designar "a coisa em si", em oposição ao "fenômeno".

Antinomia: do grego *antinomía*, "contradição das leis", "conflito de leis".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O estudo da natureza na contemporaneidade

Neste tópico, você vai estudar a compreensão contemporânea da natureza como meio no qual a humanidade está inserida. Vai saber como a filosofia responde às tentativas humanas de colocar a natureza a serviço de seus interesses, muitas vezes causando danos irreversíveis que comprometem toda a vida – atual e futura – que dela depende.

Escola de Frankfurt: teoria crítica

A Escola de Frankfurt teve como principais representantes Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin, Erich Fromm e Jürgen Habermas, este pertencente à "segunda geração" da Escola. Os temas mais importantes abordados por eles eram de natureza sociológico-filosófica, como autoridade, autoritarismo, totalitarismo, família, cultura de massa, liberdade e o papel da ciência e da técnica. Essa vertente filosófica ficou conhecida como Escola de Frankfurt pelo fato de que seus principais pensadores eram associados ao Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, na Alemanha, fundado em 1923. O nome *Escola*, portanto, é utilizado de maneira informal.

A filosofia dos frankfurtianos é conhecida como **teoria crítica**, por se opor à **teoria tradicional**. Esses autores privilegiaram a filosofia de Immanuel Kant, Georg W. F. Hegel e, sobretudo, Karl Marx, mesmo fazendo críticas a diversos representantes do marxismo, ora pelo dogmatismo, ora por sustentarem teorias deterministas e evolucionistas, posição típica da teoria positivista criada por Auguste Comte e que se tornou predominante no final do século XIX. Criticaram a visão determinista segundo a qual o capitalismo, em dado momento, produziria de maneira irreversível a alienação e a pauperização crescente da classe operária, até que explodiria a revolução, seguida da vitória inevitável do socialismo. Nesse contexto, a violência seria elemento necessário e constitutivo do progresso, com a qual passaríamos de um estágio "inferior" para outro necessariamente "melhor".

No entanto, os frankfurtianos criticaram essa noção de progresso e condenaram a violência. Analisando as sociedades tecnocráticas, eles denunciaram a perda de autonomia do sujeito, docilizado tanto pela sociedade industrial totalmente administrada como pela extrema regressão à barbárie representada pelos Estados totalitários na Alemanha e na então União Soviética. Sobre esse aspecto, vale destacar que essa pressão era vivida pelos próprios frankfurtianos, que precisaram se exilar para escapar do totalitarismo nazista.



JORDAN PETTITT/PA IMAGES/GETTY IMAGES

Câmeras de reconhecimento facial instaladas em rua de Londres, no Reino Unido. Fotografia de 2024. Nas sociedades administradas atuais, a tecnologia é utilizada para administrar racionalmente a vida e o comportamento das pessoas, controlando-as e dissimulando conflitos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Razão cognitiva × razão instrumental

No processo de recuperação da razão, os frankfurtianos reformularam o conceito de indivíduo e reivindicaram a autonomia e o direito à felicidade. Nesse sentido, recusaram o martírio individual das gerações presentes, que seriam sacrificadas em vista de um benefício futuro, e criticaram o revolucionário que exaltava o sofrimento do povo ao mesmo tempo que o submetia à mais cruel opressão. Por tudo isso, o indivíduo autônomo, consciente de seus fins propriamente humanos, devia ser recuperado.

Na obra *Eclipse da razão*, publicada em 1947, Max Horkheimer retomou o conceito de sociedade administrada, que se expressa na força integradora da sociedade dominada pela razão instrumental, e distinguiu dois tipos de razão: a **cognitiva** e a **instrumental**.

- A razão cognitiva busca conhecer a verdade. Diz respeito ao saber viver, aos fins propriamente humanos, à sabedoria. Essa razão regula as relações entre as pessoas e entre elas e a natureza.
- A razão instrumental propõe agir sobre a natureza e transformá-la; por isso, visa à eficácia, à produtividade e à competitividade.

Para Horkheimer, os dois tipos de racionalidade coexistem, embora o desenvolvimento das ciências e sua aplicação à técnica tenha levado o progresso da tecnologia a patamares jamais alcançados, de maneira que a razão instrumental tomou tal importância que se sobrepôs à razão cognitiva.

Para os frankfurtianos, a origem do irracional deve-se ao predomínio da razão instrumental e ao descaso pela razão cognitiva. Em última análise, a proposta desse tipo de racionalidade é a dominação da natureza para fins lucrativos, colocando a ciência e a técnica a serviço do capital.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Uma mentalidade em que predomina a razão instrumental é compatível com a preservação do meio ambiente? Justifique sua resposta.
2. Na realidade ao seu redor, qual tipo de razão (cognitiva ou instrumental) você acha que predomina? Explique.

Habermas: racionalidade e ação comunicativas

Jürgen Habermas é um dos principais representantes daquela que ficou conhecida como segunda geração da Escola de Frankfurt. Assistente de Theodor Adorno antes de trilhar os próprios caminhos de investigação filosófica, escreveu *Conhecimento e interesse*, *A teoria do agir comunicativo* e *O discurso filosófico da modernidade*, entre outras obras.

Habermas deu continuidade à discussão a respeito da razão instrumental, iniciada pelos frankfurtianos que o antecederam. Vivendo em época posterior a eles, encontrou-se diante de uma realidade diferente, representada pela sociedade industrial do capitalismo tardio – o capitalismo contemporâneo de tecnologia avançada, produção em escala e consumo em massa. Diante desse contexto, ele elaborou uma teoria social baseada no conceito de racionalidade comunicativa, que se contrapõe à razão instrumental.



RALPH ROZEMA/SHUTTERSTOCK

Fábrica de aço em IJmuiden, nos Países Baixos. Fotografia de 2024. Segundo Habermas, a racionalidade por trás das atividades industriais que provocam impactos danosos ao meio ambiente, como a poluição do ar, é de tipo instrumental.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O agir comunicativo

De acordo com Jürgen Habermas, o **agir instrumental** é dirigido pela razão instrumental e diz respeito ao mundo do trabalho. Nesse setor, aprendemos a desenvolver habilidades com base em regras segundo o que Habermas chama de "agir racional-com-respeito-a-fins", ou seja, um saber empírico empregado para atingir objetivos específicos e bem definidos, orientados para o sucesso e a eficácia da ação. Desse modo, na economia, o valor é o dinheiro; na política, o poder; na técnica, a eficácia.

O **agir comunicativo**, por sua vez, é guiado pela racionalidade comunicativa. Diz respeito ao mundo da vida e se baseia nas regras de sociabilidade. As tarefas e as habilidades repousam principalmente sobre regras morais de interação. Por meio da comunicação isenta de dominação, as pessoas buscam o consenso, o entendimento mútuo (diálogo), visam ao bem-estar de cada uma, expressando sentimentos, expectativas, concordâncias e discordâncias. É o modo que deve reger as relações em esferas como a da família, a das comunidades, a das organizações artísticas, científicas, culturais etc.

Essa "pluralidade de vozes" não paralisa a razão em uma atitude relativista, uma vez que, por meio do procedimento argumentativo, o grupo busca o consenso em princípios que almejam assegurar sua validade. Portanto, a verdade não resulta da reflexão isolada, no interior de uma consciência solitária, mas é exercida por meio do diálogo orientado por regras estabelecidas pelos membros do grupo. A situação ideal de fala consiste em evitar a coerção e oferecer condições para que todos os participantes do discurso exerçam os atos de fala.

Conforme Habermas, o critério da verdade não se fundamenta na correspondência do enunciado com os fatos, mas no consenso discursivo. Com essa postura, ele elaborou a **ética do discurso**, tendência seguida também pelos filósofos alemães Karl-Otto Apel e Ernst Tugendhat.

Para Habermas, é problemática a situação em que a racionalidade instrumental se estende para domínios da vida pessoal nos quais deveria prevalecer a ação comunicativa. Nesses casos, ocorre uma "colonização" do agir comunicativo, da qual resulta o empobrecimento da subjetividade humana e das relações afetivas, pois, por meio da razão instrumental, não é possível avaliar as ações por serem justas ou injustas, mas por sua eficácia. As ações orientam-se pela competição, pelo individualismo e pela obtenção de rendimento máximo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS

Cacique José Urutau Guajajara em debate na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na capital do estado, sobre ampliação do acesso de estudantes indígenas ao ensino superior. Fotografia de 2023. Segundo Habermas, as pessoas buscam o consenso por meio do diálogo isento de dominação.

Emancipação e participação

A saída da problemática situação em que há o domínio da racionalidade instrumental, porém, não está na recusa da ciência e da técnica, mas na tentativa de recuperar o agir comunicativo nos espaços em que ele foi "colonizado" pelo agir instrumental. Do ponto de vista político, isso significa, para Habermas, que a emancipação não depende de violência, como muitos haviam pensado, mas do aperfeiçoamento dos instrumentos de participação na sociedade, respeitando-se os direitos e os interesses dos cidadãos.

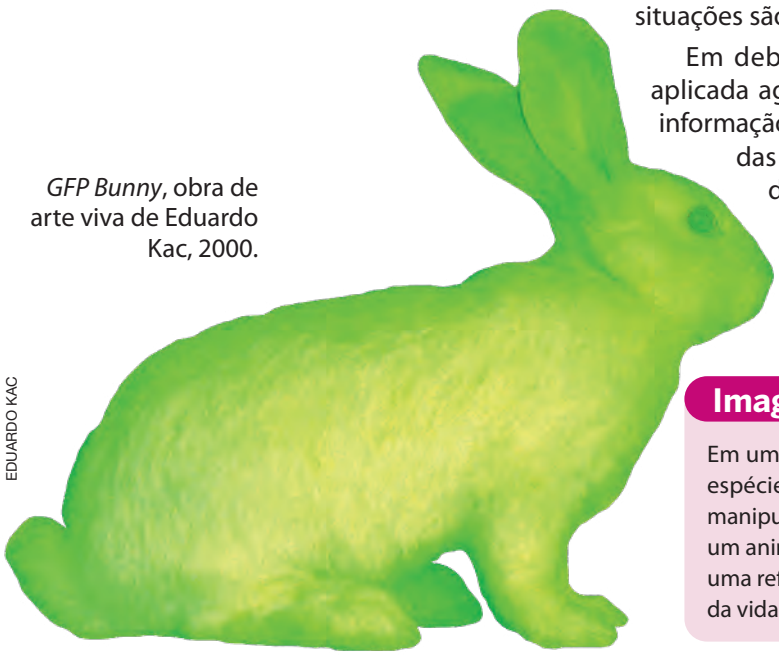
Os oponentes dessa teoria criticam a impossibilidade de alcançar esse ideal, apesar de tê-lo como horizonte do discurso. Se pensarmos nas discussões atuais sobre a ética aplicada diante dos problemas comuns a todos os que habitam o planeta, podemos compreender que se torna cada vez mais necessário rever comportamentos buscando soluções, ainda que as conclusões sejam reavaliadas com frequência.

Ética aplicada

A **ética aplicada** é um ramo contemporâneo da filosofia que tem por objetivo deliberar sobre problemas práticos para os quais é necessária justificação racional tendo em vista decisões morais. Trata-se de um tipo de reflexão ligada à ação, decorrente de acontecimentos que marcaram o século XX: as duas guerras mundiais e os totalitarismos trouxeram o espectro do uso de armas de destruição em massa, de massacres e genocídios; as transformações culturais na década de 1960 (manifestações de maio de 1968 iniciadas em Paris, na França, e expandidas para outros locais, movimento *hippie*, mudanças nas concepções sobre a família etc.) estimularam discussões sobre a extensão dos direitos civis a minorias excluídas da sociedade (mulheres, negros, indígenas, homossexuais etc.), além de reivindicações de uma nova ética sexual. A possibilidade da manipulação genética, propiciada pelos avanços da biotecnologia e da engenharia genética, apresenta questões éticas inéditas. Além disso, problemas como degradação do ambiente, pobreza, injustiça social e exploração do trabalho também estimularam o debate público e as polêmicas entre conservadores e radicais.

Questões dessa natureza exigem o diálogo multidisciplinar, que inclui o posicionamento de profissionais de áreas diversas – como medicina, biologia, direito, teologia, filosofia, economia, sociologia, antropologia, política e psicologia –, além de pessoas leigas, não especialistas, mas que sofrem o impacto desses problemas ou que simplesmente admitem que determinadas situações são intoleráveis.

Em debates contemporâneos, os teóricos da ética aplicada agruparam-se em vários ramos, como ética da informação, ética do direito, bioética (questões éticas ligadas à vida), ética dos negócios etc. Neste livro, será destacada a **ética ambiental**, que corresponde a um dos principais desafios da sociedade contemporânea, decorrente da preocupação com o equilíbrio do planeta.



GFP Bunny, obra de arte viva de Eduardo Kac, 2000.

EDUARDO KAC

Imagens em contexto

Em um mistura de arte e ciência, Eduardo Kac criou uma espécie de arte viva: um coelho que brilha no escuro por manipulação genética utilizando genes de fluorescência de um animal marinho. Diante de obras como essa, propõe-se uma reflexão bioética: é correta a manipulação transgênica da vida para atender a interesses exclusivamente artísticos?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ética ambiental: ecoética

OBJETO DIGITAL
Carrossel de imagens: Práticas sustentáveis

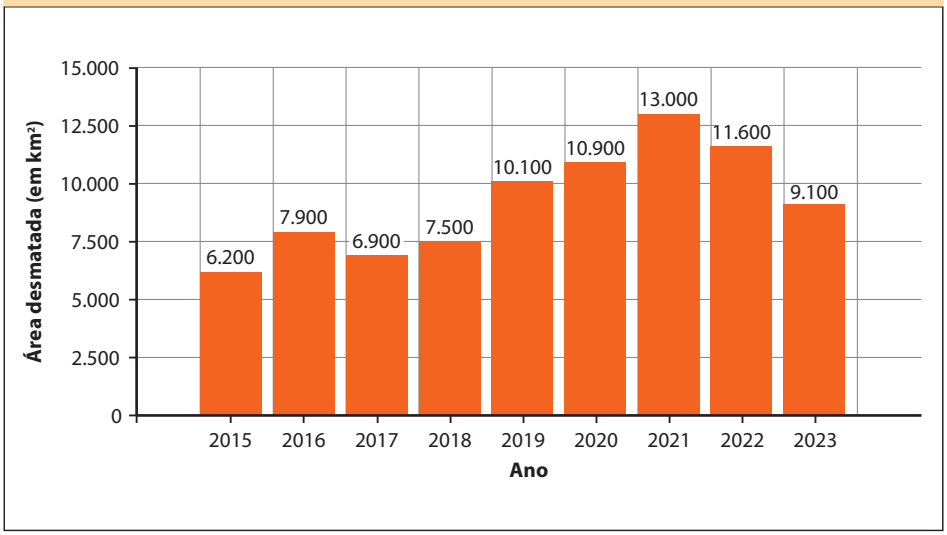
A ética ambiental – ou ecoética – é o ramo da ética aplicada que trata das relações do ser humano com a natureza. Ocupa-se de questões ligadas à **sustentabilidade** e das consequências da exploração predatória de recursos naturais, como a poluição industrial e agrícola, o esgotamento de recursos e as agressões que provocam o desequilíbrio do ecossistema (agravamento do efeito estufa, ilhas de calor, chuva ácida etc.), colocando em risco o destino do planeta. Há muito tempo, as ameaças climáticas parecem sinalizar esse desequilíbrio, com situações extremas como o aumento do volume de chuvas e as consequentes inundações, as secas severas, as grandes nevascas no hemisfério Norte e os verões escaldantes em todo o globo.

Vale notar que o desenvolvimento sustentável – expressão de ordem da ética ambiental – requer orientação para os cuidados com a conservação do meio ambiente. O termo passou a ser usado no fim da década de 1980, durante reunião da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas. Nas discussões sobre sustentabilidade, são propostas formas de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das gerações futuras.

Também fazem parte da ecoética questões sociais, como a desigualdade na distribuição de renda, que obriga grande parcela da população mundial a viver em estado de fome e miséria. Em muitos casos, essas pessoas são forçadas a abandonar seu lugar de origem, em busca de melhores oportunidades para atender a suas necessidades mais básicas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Amazônia Legal: área desmatada (em km²) – 2015-2023



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Análise: Amazônia Legal. **TerraBrasilis**, 2024. Disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 28 maio 2024.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. A Amazônia Legal engloba toda a área de oito estados brasileiros (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Maranhão. Analise os dados de desmatamento nessa área referentes aos anos de 2015 e 2021.
2. De acordo com os dados do gráfico, o que é possível inferir sobre a política de preservação do meio ambiente que o Brasil adotou para aquela área entre 2015 e 2021?

ODS 15

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Ecoética e cosmopolítica

O assunto *ética ambiental* não é novo na história da filosofia. Na obra *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, publicada em 1755, Jean-Jacques Rousseau defendeu de maneira contundente a relação harmônica entre o ser humano e a natureza. Para Rousseau, de acordo com sua hipótese de um estado de natureza originário dos seres humanos, a natureza serve como uma espécie de paradigma para medir o grau de corrupção das sociedades de seu tempo.

Para o filósofo suíço, a boa vida do ser humano em estado de natureza está conjugada à experiência de integração com o meio ambiente, aproveitando seus recursos conforme os limites das necessidades naturais. Já o indivíduo corrompido, segundo Rousseau, não percebe a natureza como uma aliada, mas como um objeto a ser explorado segundo seus interesses particulares e suas necessidades sociais artificialmente tramadas (vaidade, riqueza, ambição etc.). Consuma-se, com Rousseau, a grande divisão, na Idade Moderna, entre a natureza, elogiada pelo filósofo, e a cultura e a sociedade, duramente criticadas por ele.

Apesar de iniciada por Rousseau, foi na contemporaneidade que essa discussão ganhou fôlego e passou a pautar o debate público. O filósofo francês Bruno Latour, por exemplo, levou a questão da ecologia para o centro de suas reflexões, dando a ela contornos acentuadamente políticos. Na obra *Políticas da natureza: como associar as ciências à democracia*, publicada em 2019, em contraposição à divisão tradicional entre sociedade e natureza, Latour usa a palavra *coletivo* em vez do termo *sociedade* para destacar o fato de que o coletivo abarca grupos humanos e não humanos.

O filósofo rompe, dessa maneira, a cisão entre humanos, políticos, e não humanos, apolíticos, com o intuito de construir uma articulação em que atores humanos e não humanos compõem o mesmo **coletivo cosmopolítico**. Define, então, uma espécie de ecologização das práticas, que envolve a intersecção entre os diferentes mundos, sejam eles humanos, sejam eles extra-humanos.

Vale notar que o termo *cosmopolítica*, utilizado por Bruno Latour, foi cunhado pela filósofa belga Isabelle Stengers no primeiro volume da obra *Cosmopolítica*, publicada em 2010. Nesse livro, elaborado em um contexto de crise ambiental e de crescimento dos movimentos ambientalistas, a autora explica que sua proposta cosmopolítica é um esforço para desestabilizar o que usualmente entendemos por política. Para ela, a política não é apenas aquilo que se faz com soluções de autoridade, uso de poder coercitivo, Estados e partidos políticos, mas também o que se constrói na coexistência de diferentes espécies, seres e agentes da natureza, envolvendo, portanto, uma multiplicidade de mundos em torno de um **mundo comum**.



LEONARDO CENDAMO/GETTY IMAGES

A filósofa Isabelle Stengers. Fotografia de 2008. Stengers é a criadora do conceito de cosmopolítica.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O mundo comum

Com essa concepção de mundo comum, abalam-se os pilares da grande divisão estabelecida na Idade Moderna entre os seres de cultura – supostamente os únicos capazes de agir politicamente – e os seres de natureza. O antigo imaginário passa a ser substituído por uma cosmovisão alargada que comporta, no plano político, agentes extra-humanos que possibilitam novas configurações de mundo e novos pleitos de existência.

O entendimento de que o campo do político é ocupado exclusivamente por atores humanos é questionado por diversos pensadores, muitas vezes atrelados a cosmovisões indígenas. No livro *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*, o xamã Davi Kopenawa denuncia a fragilidade da concepção de política produzida historicamente pelo Ocidente.

> Quando eu era mais jovem, costumava me perguntar: "Será que os brancos possuem palavras de verdade? Será que podem se tornar nossos amigos?". Desde então, viajei muito para defender a floresta e aprendi a conhecer um pouco o que eles chamam de política. Isso me faz ficar mais desconfiado! Essa política não passa de falas emaranhadas. São só palavras retorcidas daqueles que querem nossa morte para se apossar de nossas terras. Em muitas ocasiões, as pessoas que as proferem tentaram me enganar [...]. Eu nunca lhes dei ouvidos. Não quero me perder entre os brancos. Meu espírito só fica mesmo tranquilo quando estou rodeado pela beleza da floresta, junto dos meus.
>
> KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 390.

Assim, o pensamento filosófico sobre a ética ambiental está atrelado ao desenvolvimento de uma perspectiva política de acordo com a qual a natureza é um sistema integrado – um mundo comum – de que o ser humano é apenas um fragmento, rodeado por uma beleza maior.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Segundo Davi Kopenawa, qual é a ligação entre os conceitos de política e de verdade no Ocidente?
2. Com base na citação e em seus conhecimentos prévios, em que se baseia esse ponto de vista do xamã Yanomami? Justifique sua resposta.

Sugestão

A última floresta

Classificação indicativa do documentário *A última floresta*: não recomendado para menores de 10 anos.

Direção: Luiz Bolognesi. Brasil, 2021. 76 minutos.

O documentário retrata a vida e os costumes do povo Yanomami, que vive no norte da Floresta Amazônica, além de denunciar a exploração ilegal do ouro, que coloca em risco a vida dos indígenas e o ecossistema. Uma das pessoas ouvidas nesse documentário é Davi Kopenawa, que assina o roteiro com o diretor Luiz Bolognesi.



MARCO RAVAGLI/FUTURE PUBLISHING/GETTY IMAGES

No centro, Davi Kopenawa em evento na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. Fotografia de 2023. Nesse evento, o xamã explicou como a ação dos garimpos ilegais na Amazônia levou o povo Yanomami a uma crise sanitária.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OBJETO DIGITAL Infográfico clicável: A emergência climática nas artes

Ética da responsabilidade

Apesar de numerosos sinais de alerta, há pessoas, como as que aderem à tendência frequentemente chamada de ceticismo ou negacionismo climático, que duvidam de um desastre ambiental sem retorno. Essas pessoas, muitas vezes atreladas a interesses econômicos, acreditam que os impactos da ação humana sobre a natureza não causam mudanças climáticas nem aquecimento global. Ocorre que a recorrência das tragédias climáticas que acompanhamos em todo o mundo tem mostrado exatamente o contrário, deixando cada vez menos questionável o impacto nocivo da humanidade sobre o meio ambiente. No combate às posturas céticas e na tentativa de salvar vidas colocadas em risco por tais desastres, a ideia de precaução tem sido cada vez mais difundida.

No resgate histórico do **princípio da precaução**, vale mencionar que, no final da década de 1960, a Alemanha já o havia adotado, transmitindo-o posteriormente para outros países com a finalidade de incorporá-lo ao direito internacional.

> O princípio da precaução é um princípio de ação pública que autoriza os poderes públicos a tomar as medidas necessárias para enfrentar riscos eventuais, mesmo que não se disponha ainda dos conhecimentos científicos necessários para estabelecer a existência desses riscos.

LARRÈRE, Catherine. Precaução. *In*: CANTO-SPERBER, Monique. **Dicionário de ética e filosofia moral**. São Leopoldo: Unisinos, 2003. v. 2, p. 388.

Esse princípio da precaução carrega consigo outro princípio: o de responsabilidade. Antes restrita às relações entre pessoas, a responsabilidade passa a estender-se às relações entre agentes coletivos – comunidades, empresas, administrações e governos –, dos quais é exigido comprometimento com a sustentabilidade.

O **princípio responsabilidade** foi cunhado pelo filósofo alemão Hans Jonas, o qual empregou o conceito como título de uma obra que publicou em 1979. Nesse livro, o filósofo desenvolveu uma ética para a civilização tecnológica, levando em conta o poder de destruição das inovações proporcionadas pelos avanços da tecnologia: perigo nuclear, consumo desenfreado, engenharia genética etc.

Para enfrentar essas ameaças, Jonas sustenta a tese de que a coletividade, na civilização técnica, que se crê todo-poderosa, precisa se responsabilizar pelo futuro da humanidade. É condição indispensável para isso a preocupação com o futuro da natureza. Como o ser humano se tornou perigoso não apenas para sua espécie, mas também para toda a biosfera, Jonas defende a necessidade de desenvolver uma solidariedade de interesse com o mundo orgânico.

Por fim, vale destacar que tendências atuais entre as filosofias africanas impõem resistência ao pensamento hegemônico de exploração dos recursos naturais, postulado desde a modernidade com vistas ao desenvolvimento. À racionalidade ocidental exploratória, os teóricos da filosofia **Ubuntu**, tendo como um dos expoentes o filósofo congolês Jean-Bosco Kakozi Kashindi, opõem estratégias que enlaçam um sujeito ao outro e a humanidade à natureza por meio de conceitos includentes, entendendo a constituição de um ser como dependente do conjunto em seu entorno.



MAX PEIXOTO/GETTY IMAGES

Vista aérea do estádio Beira-Rio alagado após inundação em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Fotografia de 2024. Adotando o princípio da precaução, os poderes públicos podem traçar medidas para evitar os danos causados por desastres ambientais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Responsabilidade individual

Nas ações individuais do cotidiano, a responsabilidade implica a consideração, por exemplo, dos problemas decorrentes do descarte de resíduos, que podem ser minimizados se não consumirmos mais do que o necessário e se contribuirmos com a reciclagem e o reaproveitamento.

Além disso, o consumidor responsável pode levar em conta a origem dos produtos que adquire, priorizando aqueles que causam menos impacto ambiental. Ao comprar um alimento, por exemplo, podemos escolher os oriundos do agroextrativismo – muito praticado por sociedades tradicionais, como indígenas e quilombolas –, que consiste na extração de produtos nativos aliada a técnicas de cultivo com uso de métodos sustentáveis, respeitando o ambiente natural.



RICARDO AZOURY/PULSAR IMAGENS

Extração de látex na Reserva Extrativista Chico Mendes, Xapuri, no estado do Acre. Fotografia de 2022. O agroextrativismo praticado por sociedades tradicionais, incorporado a um modo de vida sustentável, é exemplo de como conciliar atividades econômicas com o compromisso socioambiental.

Você pesquisador

ODS 11

A **pesquisa-ação** é uma estratégia de investigação científica empregada com as finalidades de produzir conhecimento e de interferir na realidade analisada para transformá-la. Uma de suas vantagens é oferecer a possibilidade de ação de acordo com os interesses das pessoas envolvidas. Dessa maneira, a pesquisa-ação pode ser uma importante aliada na implementação de práticas sustentáveis, adotadas com base nos princípios da ética ambiental. Para que isso ocorra, é fundamental que os participantes atuem de maneira engajada e colaborativa. Que tal envolver-se em uma pesquisa desse tipo realizando os procedimentos indicados a seguir?

- Discuta com os colegas e o professor os problemas ambientais que afetam a comunidade em que vivem ou a escola. Juntos, elejam um que possa ser alvo de intervenção de toda a turma. É importante que, entre os critérios de escolha, esteja a possibilidade de uma solução local para o problema.
- Após identificarem o problema, criem coletivamente uma pergunta para ser o ponto de partida da pesquisa, por exemplo: "Como reduzir o lixo produzido na escola?".
- Com a pergunta elaborada, dividam-se em equipes e discutam o problema. Saiam a campo para entender os detalhes, identificar os principais envolvidos e pensar em formas de aprimorar práticas do cotidiano que atenuem o problema destacado pela turma. O registro das informações colhidas é muito importante nessa etapa; por isso, anotem, gravem depoimentos, fotografem e criem um dossiê.
- Com base nas informações obtidas, reúnam-se novamente para pensar em possíveis soluções. Elejam coletivamente a solução mais factível, isto é, a que possa ser posta em prática com os recursos disponíveis no momento.
- Criem uma lista de tarefas e um cronograma para a implementação da solução. Em seguida, efetivem esse planejamento.
- Após alguns dias, discutam os resultados positivos e negativos e avaliem se há necessidade de ajustar ou aprimorar as práticas estabelecidas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O planeta vivo e a potência de agir humana

Os dois trechos a seguir foram extraídos do livro *No tempo das catástrofes*, da filósofa da ciência Isabelle Stengers, redigido sob o impacto dos debates a respeito de organismos geneticamente modificados e das polêmicas envolvendo questões climáticas e ambientais. Stengers usa o termo *Gaia* para designar a Terra, um planeta vivo que responde às agressões de seus habitantes.

Texto 1

De fato, o que chamo de Gaia foi assim batizado por James Lovelock e Lynn Margulis no início dos anos 1970. Eles incorporavam pesquisas que contribuem para esclarecer o denso conjunto de relações, articulando o que as disciplinas científicas tinham o hábito de tratar separadamente: os seres vivos, os oceanos, a atmosfera, o clima, os solos mais ou menos férteis. Dar um nome, Gaia, a esse agenciamento de relações era insistir sobre duas consequências dessas pesquisas. Aquilo de que dependemos e que foi com frequência definido como "dado", o enquadramento globalmente estável de nossas histórias e de nossos cálculos, é produto de uma história de coevolução, cujos primeiros artesãos e verdadeiros autores permanentes foram as inúmeras populações de micro-organismos. E Gaia, "planeta vivo", deve ser reconhecida como um "ser", e não assimilada a uma soma de processos, no mesmo sentido em que reconhecemos que um rato, por exemplo, é um ser: ela é dotada não apenas de uma história, mas também de um regime de atividades próprio, oriundo das múltiplas e emaranhadas maneiras pelas quais os processos que a constituem são articulados uns aos outros, a variação de um tendo múltiplas repercussões que afetam os outros. Interrogar Gaia é, então, interrogar algo coeso, e as questões dirigidas a um processo particular podem pôr em jogo uma resposta, às vezes inesperada, do conjunto.

Talvez Lovelock tenha ido longe demais ao afirmar que essa articulação assegurava o tipo de estabilidade que se atribui a um organismo vivo saudável, as repercussões entre processos tendo, então, como efeito diminuir as consequências de uma variação. Gaia parecia assim ser uma boa mãe, provedora, cuja saúde devia ser protegida. Hoje nossa compreensão da maneira pela qual Gaia "se mantém coesa" é bem menos tranquilizadora. A questão colocada pelo aumento da concentração dos gases chamados de "efeito estufa" na atmosfera suscita um conjunto de respostas em cascata que os cientistas estão começando a identificar. [...]

Imprudentemente, uma margem de tolerância foi de fato ultrapassada, é o que os modelos dizem cada vez com mais precisão, é o que os satélites observam [...]. E a resposta de Gaia seria possivelmente desmesurada em relação ao que nós fizemos, um pouco como um dar de ombros provocado pelo leve toque de um mosquito. Gaia é suscetível, e por isso deve ser nomeada como um ser. Já não estamos lidando com uma natureza selvagem e ameaçadora, nem com uma natureza frágil, que deve ser protegida, nem com uma natureza que pode ser explorada à vontade. A hipótese é nova. [...] Ofendida, Gaia é indiferente à pergunta "quem é responsável?" e não age como justiceira – parece que as primeiras regiões da Terra a serem atingidas serão as mais pobres do planeta, sem falar de todos esses viventes que não têm nada a ver com a questão. O que não justifica, de modo

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

algum uma indiferença qualquer em relação às ameaças que pesam sobre os viventes que habitam conosco essa Terra. Simplesmente, não é da conta de Gaia.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: Cosac Naify, 2015. p. 38-40.

Texto 2

A alegria, escreveu Espinosa, é o que traduz um aumento da potência de agir, ou seja, também de pensar e de imaginar, e ela tem algo a ver com um saber, mas um saber que não é de ordem teórica, pois não designa a princípio um objeto, mas o próprio modo de existência daquele que se torna capaz de sentir alegria. A alegria, poderíamos dizer, é a assinatura do acontecimento por excelência, a produção-descoberta de um novo grau de liberdade, conferindo à vida uma dimensão complementar, modificando assim as relações entre as dimensões já habitadas. Alegria do primeiro passo, mesmo inquieto. E a alegria, por outro lado, tem uma potência epidêmica. [...] A alegria é transmitida não de alguém que sabe a alguém que é ignorante, mas de um modo em si mesmo produtor de igualdade, alegria de pensar e de imaginar juntos, com os outros, graças aos outros. Ela é o que me faz apostar em um futuro em que a resposta a Gaia não seria o triste **decrescimento**, e sim o que os objetores de decrescimento já inventam quando descobrem juntos as dimensões da vida que foram anestesiadas, massacradas, desonradas em nome de um progresso hoje reduzido ao imperativo de crescimento. Talvez, finalmente, ela seja o que pode desmoralizar nossos responsáveis, levá-los a abandonar sua triste pose heroica e a trair o que os aprisionou.

Não se está dizendo que tudo, então, acabará bem, pois Gaia ofendida é cega para nossas histórias. Talvez não possamos evitar terríveis provações. Mas depende de nós, e é aí que nossa resposta a Gaia pode se situar, aprender a experimentar os dispositivos que nos tornam capazes de viver tais provações sem cair na barbárie, de criar o que alimenta a confiança onde a impotência assustadora ameaça. Tal resposta, que ela não ouvirá, confere à sua intrusão a força de um apelo a vidas que valem ser vividas.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: Cosac Naify, 2015. p. 152-153.

Decrescimento: no contexto, o termo refere-se às doutrinas que apregoam o contrário de crescimento e progresso a todo custo, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista científico. Em geral, nas teorias de decrescimento, sustenta-se a ideia de que há um limite de recursos no mundo, e, por isso, não se pode esperar um crescimento contínuo e ilimitado das riquezas.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. Explique o conceito apresentado pela autora de Gaia como um ser vivo.
2. Segundo estudos da Universidade de Oxford, os Estados Unidos e a Europa lideram as emissões históricas de CO_2, o que quer dizer que o país americano e o continente europeu foram os maiores responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa ao longo da história. Com base nessa informação, interprete a nova hipótese apresentada no final do primeiro trecho.
3. No segundo trecho, com base em Espinosa, Stengers associa o "imperativo de crescimento" a que tipo de afeto: alegria ou tristeza? Justifique sua resposta.
4. Em outro livro, *Feitiçaria e capitalismo*, Stengers afirma que somos enfeitiçados pela lógica de crescimento a todo custo própria do sistema capitalista, em uma equação que acarreta ônus para o meio ambiente. De acordo com esse argumento, é preciso pensar em formas de resistência e de desenfeitiçamento. Você concorda com a autora? Justifique sua resposta se baseando também nos textos apresentados.

Na atividade 2, as informações sobre as emissões históricas de CO_2 foram extraídas de: RITCHIE, Hannah; ROSER, Max. CO_2 emissions. **Our World in Data**. Disponível em: https://ourworldindata.org/co2-emissions. Acesso em: 28 maio 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

1. Sabe-se que ceticismo é a postura filosófica que questiona a possibilidade de conhecer e que há duas posturas céticas: a radical, de acordo com a qual é impossível atingir o conhecimento seguro, e a moderada, por meio da qual se suspende provisoriamente qualquer juízo e se professa o relativismo. Com base nessas informações, pode-se afirmar que a dúvida de Descartes o transforma em um filósofo cético? Justifique sua resposta.

2. O ideal baconiano mostrou-se, no século XX, uma experiência danosa em razão da busca pelo progresso a qualquer custo. Liste exemplos de maneiras como o desenvolvimento tecnológico pode, ao mesmo tempo, trazer benefícios e causar riscos e danos às pessoas e ao meio ambiente.

- Em grupo, elaborem uma apresentação com os exemplos pensados por vocês, incluindo textos e imagens. Essa apresentação pode ser feita por meio de cartazes ou por meio de uma apresentação digital.
- Depois de concluída, a apresentação deve ser exibida e explicada à turma.
- Por fim, debatam se há discordâncias em relação aos exemplos mencionados.

3. O antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro cunhou a expressão *perspectivismo ameríndio* para designar o modo como os indígenas percebem os outros seres da natureza, atribuindo-lhes uma alma essencialmente semelhante à humana. De acordo com essa perspectiva, os seres humanos também podem adquirir características animalescas. Note no trecho a seguir que essa concepção se manifesta nas metáforas criadas para denominar os "Brancos".

> Os Yanomami, como outros povos próximos, associam as atividades garimpeiras (ouro, cassiterita) em seus territórios – às quais se vêm somando, em outras regiões da Amazônia, a exploração industrial de petróleo e gás (em breve, do nióbio e de terras raras) – ao enfraquecimento e apodrecimento da camada terrestre, bem como à liberação de eflúvios patogênicos que disseminam epidemias e extinções biológicas [...]. Eles entendem que a ignorância dos Brancos (apelidados de tatus-gigantes ou queixadas-monstruosos, por sua incessante atividade de escavação e remeximento da terra) relativamente à agência dos espíritos e dos xamãs que sustentam o *status quo* cosmológico já começou a desencadear uma vingança sobrenatural, que vem provocando secas e inundações em diversos pontos do planeta. Em breve, com a morte dos últimos xamãs Yanomami, os espíritos maléficos tomarão o cosmos, o céu desmoronará e todos seremos aniquilados. Kopenawa ainda admite ser possível que, daqui a muito tempo, outra humanidade sobrevenha, mas os atuais "Brancos comedores de terra" irão desaparecer junto com os indígenas [...].
>
> CASTRO, Eduardo Viveiros de; DANOWSKI, Déborah. **Há mundo por vir?**: ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2014. p. 104.

Com base no texto citado e na ideia de perspectivismo ameríndio, pode-se dizer que, para os Yanomami, o ser humano é parte imanente da natureza ou ele a transcende (isto é, o ser humano é exterior à natureza)? Explique.

4. Leia o texto a seguir e responda às questões.

> O programa da sociedade de crescimento não é outro senão o da modernidade, ou seja, a maior felicidade para o maior número. Ele foi formulado quase simultaneamente por toda uma série de pensadores da Europa iluminista, de Cesare Beccaria a Jeremy Bentham. Com efeito, como assinala o filósofo e teólogo protestante Jacques Ellul nos anos 1970: "A ideologia da felicidade exige um crescimento de consumo de bem-estar, criando o terreno favorável para a eclosão de novas necessidades. [...] Mas quanto mais aumenta o consumo, mais a ideologia da felicidade deve ser poderosa para preencher o vazio do absurdo do ciclo iniciado. A via de acesso à felicidade é a do bem-estar, e somente a dele". Ora, estamos assistindo à falência dessa felicidade quantificada e, portanto, ao desmoronamento de um dos pilares imaginários da sociedade ocidental hoje globalizada.
>
> LATOUCHE, Serge. Convivialidade e decrescimento. **Cadernos IHU ideias**, São Leopoldo, n. 166, p. 3, 2012.

a. O que significa nesse texto a expressão "felicidade quantificada"?

b. Para você, é necessário colocar em xeque os fundamentos da "sociedade de crescimento" para inventar outras concepções de felicidade? Justifique.

5. Com base no texto a seguir, responda: é possível conciliar consumo e hábitos sustentáveis?

ODS 12

> Também o consumo muda de figura ao longo do tempo. [...] atualmente, as empresas hegemônicas produzem o consumidor antes mesmo de produzir os produtos. Um dado essencial do entendimento do consumo é que a produção do consumidor, hoje, precede à produção dos bens e dos serviços. Então, [...] a chamada autonomia da produção cede lugar ao despotismo do consumo. Daí, o império da informação e da publicidade. Tal remédio teria 1% de medicina e 99% de publicidade, mas todas as coisas no comércio acabam por ter essa composição: publicidade + materialidade;

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

publicidade + serviços, e esse é o caso de tantas mercadorias cuja circulação é fundada numa propaganda insistente e frequentemente enganosa.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

6. Observe a pintura a seguir e leia o texto que contém uma breve análise dela. Depois, responda às questões.



LEONARDO DA VINCI - MUSEU DO LOUVRE, PARIS

Virgem dos rochedos, pintura de Leonardo da Vinci, cerca de 1491.

Quem olhar atentamente para a *Virgem dos rochedos* de Leonardo da Vinci se sentirá atraído pela estranha paisagem que se estende sobre o fundo da tela.

Sob penhascos bojudos e terrosos ladeados por uma folhagem castanho-ouro o artista pintou uma caverna cujas bocas irregulares deixam ver estalagmites alvas como geleiras. [...]

Leonardo artista quer ver o que se oculta nas entranhas da caverna, para descrever e desenhar os subterrâneos da existência, assim como Leonardo cientista quer entender a fundo os processos que resultaram naquelas formas, naqueles traços que velam milênios de metamorfoses. Olhar para saber, saber para desenhar, desenhar para pintar, pintar para criar.

BOSI, Alfredo. **Arte e conhecimento em Leonardo da Vinci**. São Paulo: Edusp, 2017. p. 15, 23.

a. Leonardo da Vinci é o mais conhecido dos artistas do Renascimento, período que forneceu as bases da noção de ciência moderna. Explique isso com base na pintura e no texto.

b. Observe a centralidade da figura humana na tela. O que ela revela sobre a relação do ser humano com a natureza durante a modernidade?

Enem e vestibulares

7. (Enem-MEC)

A filosofia é como uma árvore, cujas raízes são a metafísica; o tronco, a física, e os ramos que saem do tronco são todas as outras ciências, que se reduzem a três principais: a medicina, a mecânica e a moral, entendendo por moral a mais elevada e a mais perfeita porque pressupõe um saber integral das outras ciências, e é o último grau da sabedoria.

DESCARTES, René. **Princípios da filosofia**. Lisboa: Edições 70, 1997. (Adaptado).

Essa construção alegórica de Descartes, acerca da condição epistemológica da filosofia, tem como objetivo

a. sustentar a unidade essencial do conhecimento.

b. refutar o elemento fundamental das crenças.

c. impulsionar o pensamento especulativo.

d. recepcionar o método experimental.

e. incentivar a suspensão dos juízos.

8. (Enem-MEC)

Texto 1

Os segredos da natureza se revelam mais sob a tortura dos experimentos do que no seu curso natural.

BACON, Francis. Novum organum, 1620. *In*: HADOT, Pierre. **O véu de Ísis**: ensaio sobre a história da ideia de natureza. São Paulo: Loyola, 2006.

Texto 2

O ser humano, totalmente desintegrado do todo, não percebe mais as relações de equilíbrio da natureza. Age de forma totalmente desarmônica sobre o ambiente, causando grandes desequilíbrios ambientais.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papirus, 1995.

Os textos indicam uma relação da sociedade diante da natureza caracterizada pela

a. objetificação do espaço físico.

b. retomada do modelo criacionista.

c. recuperação do legado ancestral.

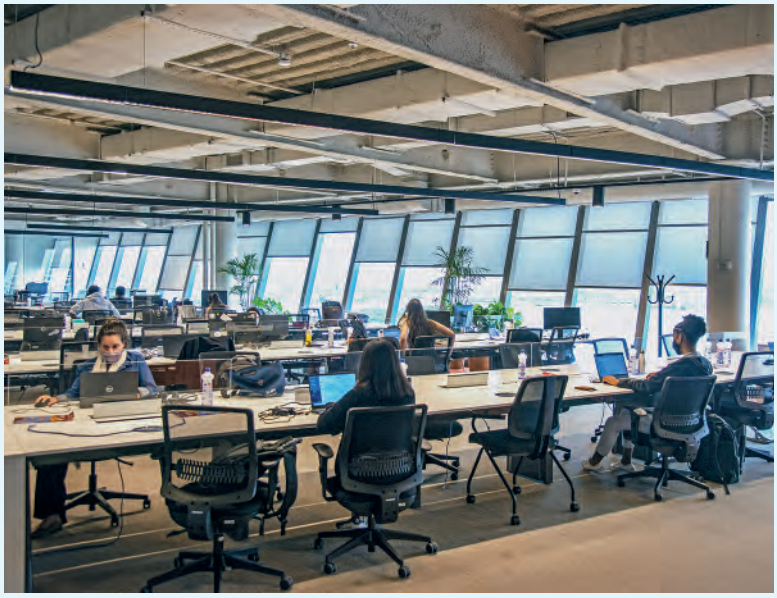
d. infalibilidade do método científico.

e. formação da cosmovisão holística.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 2

Trabalho, ciência e tecnologia



CHICO FERREIRA/PULSAR IMAGENS

Espaço compartilhado de trabalho (*coworking*) na capital do Rio de Janeiro. Fotografia de 2022. Esse tipo de espaço reúne pessoas que não trabalham necessariamente para as mesmas empresas ou para os mesmos empregadores.

O trabalho desempenha função central na vida social, não apenas como fonte de sustento para as necessidades diárias, mas também por colaborar na construção da identidade e de laços e relações que produzem sentimentos de pertencimento.

Influenciadas por mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais ocorridas em diferentes períodos históricos, as relações de trabalho têm se transformado ao longo do tempo. Antigas formas de trabalho, como a escravização e o trabalho compulsório, foram proibidas, embora persistam ilegalmente em algumas regiões do mundo. Outras formas emergiram e ocuparam uma posição central, como o assalariamento e o trabalho regulamentado, resultado de lutas por direitos trabalhistas. Atualmente, a precarização e o trabalho plataformizado ganham espaço e trazem impactos para os trabalhadores ao redor do mundo.

Além disso, hoje, as estruturas de organização do trabalho, construídas principalmente a partir das revoluções industriais, são atravessadas por avanços científicos e tecnológicos que impõem desafios e exigem novas habilidades e capacidades de adaptação às transformações em curso, como a automação de processos e o uso recorrente da inteligência artificial nas tarefas e nas linhas de produção.

A unidade "Trabalho, ciência e tecnologia" está presente nos quatro volumes desta coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Confira, no quadro a seguir, os capítulos de cada componente que contribuem para a abordagem da temática desta unidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A unidade "Trabalho, ciência e tecnologia" na coleção

Componente	Capítulos
História	6. Formas de trabalho na América 7. Revolução Industrial e transformações no mundo do trabalho
Geografia	5. Indústria, tecnologia e trabalho 6. Inovação tecnológica e transformações espaciais no Brasil nos séculos XX e XXI
Sociologia	3. Trabalho e desigualdades 4. Estratificação social
Filosofia	3. Trabalho e lazer 4. Ciências

Na prática

Em 2022, foi realizada uma pesquisa no município de Fortaleza, no estado do Ceará, com jovens de 18 a 24 anos de idade para analisar seus anseios, suas expectativas e suas visões sobre o mundo do trabalho. Segundo o relatório da pesquisa, conduzida pelo Observatório de Juventude de Fortaleza, 54,1% dos participantes relataram ter dúvidas sobre as oportunidades de trabalho que terão no futuro, embora 35,3% dos jovens encarassem o cenário com otimismo. A maioria afirmou que são necessárias políticas públicas voltadas para a inserção das juventudes no mercado de trabalho, e muitos sugeriram que as empresas deveriam contratar mais jovens e qualificá-los. Aproximadamente 60% dos entrevistados acharam imprescindível concluir alguma graduação ou especialização para conquistar o trabalho que almejam. Você concorda com as opiniões desses participantes? Como você e seus amigos encaram a vida profissional?

Os dados sobre as expectativas dos jovens sobre o mundo do trabalho foram extraídos de: OBSERVATÓRIO DE JUVENTUDE DE FORTALEZA. **Pesquisa Juventudes e o Mercado de Trabalho**. Fortaleza: Instituto Publix, 2022.

DANILO VERPA/FOLHAPRESS



Candidatos reunidos para disputar vagas de emprego em mutirão organizado na capital de São Paulo. Fotografia de 2019.

1. **Debata com os colegas sobre as perspectivas das juventudes na comunidade em que vocês vivem em relação ao futuro do mercado de trabalho.**
2. **Juntos, levantem medidas que possam ajudar a ampliar e a melhorar as oportunidades de trabalho destinadas aos jovens.**
3. **Analisem coletivamente a importância dos estudos e da educação formal para o futuro profissional.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 3

Trabalho e lazer

Quando pensamos na ação humana no mundo, logo nos vêm à mente as noções de técnica, trabalho e lazer, que serão os principais tópicos deste capítulo. Vamos iniciar com a noção de técnica, essencial para que você possa compreender a capacidade humana de aperfeiçoar suas ações. Em seguida, vamos abordar a dimensão do trabalho, considerando os processos de humanização e de desumanização envolvidos. O lazer também vai ser discutido, destacando-o como momento imprescindível para a promoção de bem-estar.

O saber e a ação humana no mundo

As designações *Homo sapiens* ("homem que sabe") e *homo faber* ("homem que faz") são usadas em diversas teorias científicas e filosóficas para tratar do ser humano. Como *Homo sapiens*, o homem cria a linguagem, reflete sobre sua existência e desenvolve teorias. Como *homo faber*, transforma a natureza, movido pela necessidade de sobrevivência ou para satisfazer aspirações e realizar projetos. Apesar de distintos, pensamento e ação constituem dois aspectos inseparáveis da mesma realidade humana. Referente à vida ativa, a filósofa contemporânea alemã Hannah Arendt destaca uma das atividades humanas fundamentais: o trabalho, que tem a ver com o *homo faber*, na medida em que se refere à produção de coisas artificiais. Segundo ela,

> O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie [...]. O trabalho produz um mundo "artificial" de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e transcender todas as vidas individuais.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. p. 15.

Um breve histórico de como o trabalho tece relações humanas e é por elas tecido nos ajuda a entender os impactos positivos e negativos dessa atividade. Como elemento contrastante ao trabalho, ainda que complementar a ele, temos o lazer. Contudo, com o surgimento de ferramentas e recursos antes não imaginados, a contemporaneidade traz a possibilidade de modificar as fronteiras entre trabalho e lazer – uma questão desafiadora que deve ser cuidadosamente pensada.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Imagens em contexto

Uma das definições possíveis de trabalho é: ação humana sobre o mundo natural, produzindo um mundo artificial. Já o termo *artificial*, em oposição a *natural*, pode ser definido como: característica daquilo que é produzido pelo ser humano. Vale notar que a raiz de *artificial* é a mesma de *arte*, o que pode oferecer outras perspectivas sobre como compreendemos o trabalho.



PIRATÁ WAURA/PULSAR IMAGENS

Mulher indígena Waurá trabalha na confecção de um banco de madeira em formato de tamanduá no parque Indígena do Xingu, no estado de Mato Grosso. Fotografia de 2024.

Estágios da técnica

OBJETO DIGITAL Carrossel de imagens: Robôs em diferentes setores

A ação humana distingue-se da ação animal em vários aspectos, entre os quais a linguagem simbólica, a capacidade de projetar a ação (antecipá-la pelo pensamento) e a de aperfeiçoá-la. Além disso, a aprendizagem compartilhada na comunidade e a acumulação do saber tornam possível o desenvolvimento de culturas diferenciadas conforme o tempo e o espaço.

Nesse ambiente sempre modificado pelo fazer humano, vale destacar o momento em que nos tornamos bípedes. Conforme o filósofo contemporâneo Georges Gusdorf:

> A invenção da mão corresponde ao momento em que a adoção da posição reta libera definitivamente duas das patas do novo bípede. [...] O polegar ganha a possibilidade de se opor aos outros dedos e completar sua intervenção por uma ação independente, que permite toda espécie de movimentos cada vez mais diferenciados. Assim constituída, a mão domina o real; ela é um instrumento de ataque e de defesa, um instrumento de trabalho [...].
>
> GUSDORF, Georges. **A agonia da nossa civilização**. São Paulo: Convívio, 1978. p. 42.

A partir desse momento crucial, podemos distinguir três etapas do desenvolvimento da **técnica** pelos seres humanos: a do **utensílio**, a da **máquina** e a da **automação**.

Na fase inicial, o utensílio figura como um prolongamento do corpo humano e amplia sua capacidade de trabalho: o martelo aumenta a potência do braço, e o arado funciona como uma mão mais eficiente para escavar o solo. No estágio das máquinas, criam-se as possibilidades de armazenar e de aplicar com mais eficiência as energias mecânica, hidráulica, elétrica e atômica. Na etapa mais recente, a automação incrementa as máquinas para imitar o agir humano, possibilitando a autorregulação. O desenvolvimento da programação computacional das máquinas as aproximou do trabalho intelectual humano, tornando-as capazes de provocar, regular e controlar os próprios movimentos. O robô substitui o operário na fábrica e até em nosso cotidiano, ao passo que o médico consegue realizar uma cirurgia a distância com uso de braços robóticos.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. O prolongamento do corpo no caso de um médico que opera um paciente por meio de um braço robótico se insere na etapa do utensílio? Justifique sua resposta.
2. A invenção da inteligência artificial se insere em que etapa do desenvolvimento da técnica?



STAN HONDA/AFP/GETTY IMAGES

Na tela à direita, o campeão mundial de xadrez Garry Kasparov no momento em que perdeu uma partida contra um computador, em Nova York, nos Estados Unidos. Fotografia de 1997. O episódio nos faz refletir sobre o fato de, por meio da técnica, termos desenvolvido uma inteligência artificial capaz de superar o raciocínio humano.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Trabalho e humanização

A natureza é transformada mediante os esforços coletivos de arar a terra, colher os frutos, domesticar animais, modificar paisagens e construir cidades. Além disso, do trabalho humano resultam instituições como a família, a escola e o Estado, além de obras de pensamento como o mito, a ciência, a arte e a filosofia.

Ao mesmo tempo que produz mercadorias por meio do trabalho, o ser humano desenvolve a imaginação, relaciona-se com os demais, enfrenta conflitos e supera dificuldades. Graças ao trabalho, ninguém permanece igual, porque essa atividade modifica e enriquece a percepção do mundo que cerca os indivíduos, construindo sua subjetividade.

Nem sempre, porém, o trabalho corresponde a essa concepção otimista, sobretudo quando pessoas não têm a chance de escolhê-lo conforme suas preferências e habilidades por estarem submetidas a relações de exploração. Nesse sentido, enfrentamos um impasse: o trabalho contribui para a emancipação ou impõe-se como sofrimento?

A famosa cena do operário que cai do alto de um prédio e morre "atrapalhando o tráfego", narrada na canção "Construção", de Chico Buarque, remete à condição dos operários da construção civil, vítimas frequentes de acidentes de trabalho. Poderia, também, referir-se a qualquer tipo de morte – real ou simbólica – para o qual outras pessoas, envolvidas somente com os próprios interesses, permanecem indiferentes. É nesse sentido que se percebe o acidente apenas como um evento que atrapalha o trânsito.

Ampliando esse sentido negativo, a palavra *trabalhar* deriva do termo em latim *tripalium* ("tripálio"), um instrumento usado para tortura durante a Idade Média.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Lembrando a canção de Chico Buarque, sob que aspectos podemos dizer que a morte do operário é real, ao mesmo tempo que é simbólica?
2. O que isso nos diz sobre a realidade vivida por esse tipo de trabalhador?



EDUARDO KNAPP/FOLHAPRESS

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Operários da construção civil trabalham em obra na capital de São Paulo. Fotografia de 2020. Em um sentido de humanização, de preocupação com a vida humana, trabalhos arriscados como o de operários da construção civil exigem o uso de equipamentos de proteção individual.

LES FILMS DU FLEUVE/WHY NOT PR/COLLECTION CHRISTOPHEL/AFP



Fotograma do filme britânico *Eu, Daniel Blake*, dirigido por Ken Loach, 2016.

Imagens em contexto

No filme *Eu, Daniel Blake*, o personagem Daniel Blake, adoentado e sem condições de trabalhar, não encontra amparo do Estado nem por meio de auxílio nem por meio de aposentadoria. Enquanto isso, sua amiga Katie, mãe solo de dois filhos, está desempregada e igualmente sem amparo. O filme aborda, de maneira crítica e questionadora, a relação entre trabalho e humanização.

O trabalho nas sociedades tradicionais

É possível entender melhor a contradição entre trabalho como humanização e trabalho como prisão voltando a atenção para a história humana. Em algumas sociedades tradicionais, os homens caçam e derrubam árvores, preparando o terreno para as plantações, ao passo que as mulheres semeiam e fazem a coleta. Por serem atividades fundadas em cooperação e complementação, em vez de terem como base a exploração, tanto a terra como os frutos do trabalho pertencem a toda a comunidade.

O antropólogo estadunidense Marshall Sahlins, que estudou sociedades tradicionais nas ilhas do Pacífico, explica que o trabalho ali exercido tem consciência dos instrumentos e dos recursos necessários à produção, bem como do produto e do interesse das pessoas envolvidas no processo. Para Marshall, o trabalho nessas circunstâncias é organizado por relações não econômicas e é expressão de relações preexistentes de parentesco e de comunidade.

Como salienta o antropólogo francês Pierre Clastres, nessas sociedades não existe uma noção de economia para orientar a produção, o que se deve em parte ao fato de a atividade produtiva ser restrita à subsistência. Clastres explica que, em razão disso, os europeus construíram a imagem preconceituosa de que os indígenas seriam preguiçosos e questiona:

> O bom senso pergunta então: por que é que os homens dessas sociedades [tradicionais] quereriam trabalhar e produzir mais, quando três ou quatro horas cotidianas de atividade pacífica bastam para assegurar as necessidades do grupo? Para que lhes serviria isso? Para que serviriam os excedentes acumulados? Qual seria o seu destino? [...] Doravante podemos admitir, para qualificar a organização econômica dessas sociedades, a expressão de economia de subsistência, desde que se entenda por isso não a implicação de uma carência, de uma incapacidade, inerentes a esse tipo de sociedade e à sua tecnologia, mas pelo contrário a recusa de um excesso inútil, a vontade de adequar a atividade produtiva à satisfação de suas necessidades. E nada mais.
>
> CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Porto: Afrontamento, 1975. p. 189.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ócio e negócio

Por que esse estado de coisas, em que o resultado do trabalho de subsistência pertencia a toda a comunidade, alterou-se? Para Jean-Jacques Rousseau, filósofo que viveu no século XVIII, a desigualdade começou quando alguém, ao cercar um terreno, lembrou-se de dizer "Isto é meu", criando assim a propriedade privada. Nesse momento, abriu-se o caminho para a divisão social, as relações de dominação e a desigual apropriação dos frutos do trabalho, conforme o filósofo afirma na obra *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*.

A divisão entre aqueles que mandam e os que obedecem e executam existe desde as mais antigas civilizações e caracteriza a ruptura entre a concepção e a execução do trabalho. A divisão de funções pode parecer natural para quem pensa que a atividade de mando é um atributo do talento pessoal, ao passo que outros só têm competência para atividades braçais. Por meio de análise mais crítica, no entanto, pode-se concluir que não se trata da natureza dos indivíduos, mas de mecanismos que definem as funções de acordo com a camada social a que eles pertencem.

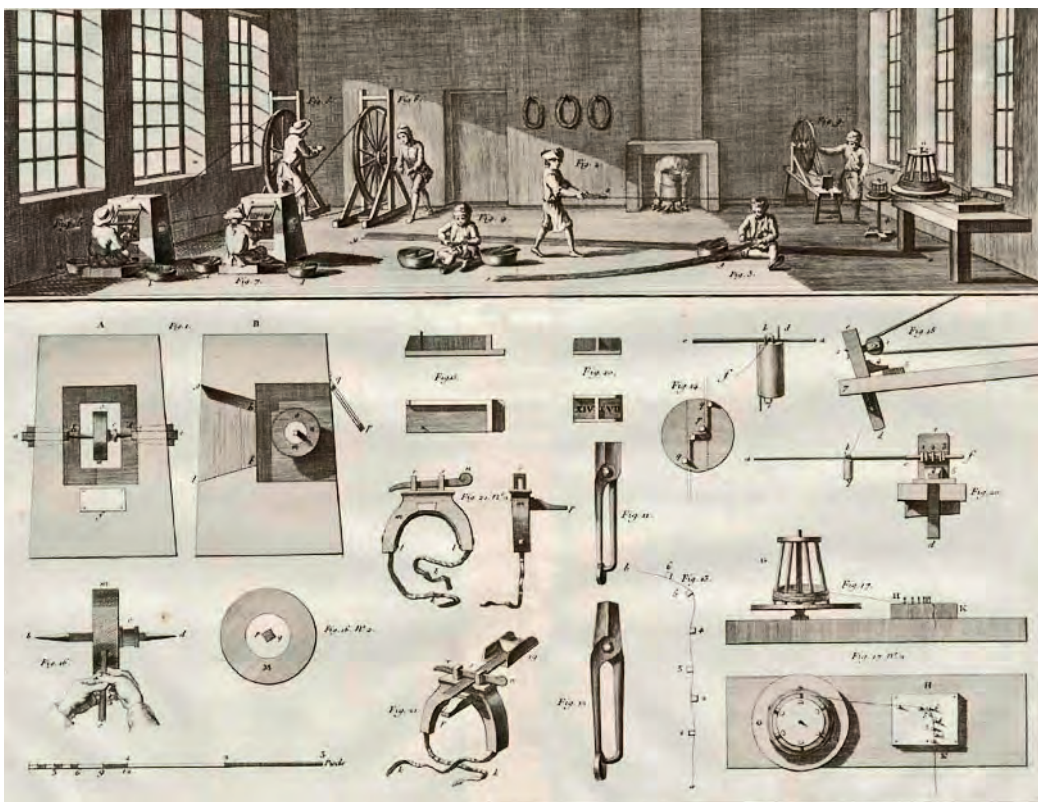
Entre os gregos da Antiguidade, que viveram em sociedades escravagistas, a educação era uma instância que demarcava a divisão de papéis a desempenhar. Não por acaso, a palavra *escola* (do grego *skolé*) significava, literalmente, o "lugar do ócio", onde as crianças e os jovens dedicavam-se à ginástica, aos jogos, à música e à retórica (a arte de bem falar). Preparavam-se, assim, para o "ócio digno", o tempo livre para se dedicar às funções nobres de pensar, decidir, guerrear e fazer política. Entre os romanos, a palavra *ócio* (do latim *otium*) manteve o sentido original grego, tanto que a atividade de trabalho para sustentar a vida era identificada pelo termo *negócio* (*nec-otium*, "não ócio").

Sugestão

O trabalho e a técnica

Ivan Domingues. São Paulo: Martins Fontes, 2016. (Coleção Filosofias: o prazer do pensar).

No livro, o professor Ivan Domingues constrói um quadro histórico-filosófico da técnica e da tecnologia. O autor trata do assunto no período entre o início da relação do ser humano com a técnica, no Paleolítico, e os dias de hoje, em que problematiza o avanço da tecnologia. Para ele, apesar de contribuir para a ampliação do tempo livre, que pode ser ocupado com ciência, filosofia, arte ou religião, a tecnologia aplicada ao mundo do trabalho passou também a dominar e preencher os momentos de lazer.



Gravura do trabalho em uma fábrica de alfinetes publicada na *Enciclopédia*, de Denis Diderot e Jean Le Rond D'Alembert, 1762.

GOUSSIER. FOTO: THE PICTURE ART COLLECTION/ALAMY/FOTOARENA - COLEÇÃO PARTICULAR

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Imagens em contexto

Na parte superior da gravura que ilustra a *Enciclopédia* de Diderot e D'Alembert, é mostrada a divisão de tarefas dentro de uma fábrica de alfinetes. O tema foi abordado pelo filósofo Adam Smith para tratar do aumento da produtividade com a divisão do trabalho.

Teorias da modernidade

A modernidade (ou Idade Moderna) formou-se com a base cultural criada no Renascimento, consolidando importantes teorias científicas ao longo dos séculos XVII e XVIII. Os principais representantes que valorizavam o espírito crítico e a racionalidade da ciência nessa época foram Francis Bacon, Galileu Galilei, René Descartes e John Locke.

Imbuído do espírito científico de sua época, o inglês Francis Bacon, na obra *Novum organum*, rejeitou as concepções tradicionais de ciência de pensadores gregos, segundo ele "sempre prontos para tagarelar", porém "incapazes de gerar, pois a sua sabedoria é farta de palavras, mas estéril em obras". Com seu lema "saber é poder", criticou a base metafísica da física grega e medieval, realçando o papel histórico da ciência e do saber instrumental, com o qual, segundo ele, seria possível dominar a natureza.

Citações referentes à compreensão de Bacon sobre a concepção de ciência dos gregos retiradas de: BACON, Francis. **Novum organum**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. p. 57. (Coleção Os pensadores).

De maneira semelhante, René Descartes, contemporâneo de Bacon, afirmou:

> Pois elas [as noções gerais da física] me fizeram ver que é possível chegar a conhecimentos que sejam muito úteis à vida, e que, em vez dessa filosofia especulativa que se ensina nas escolas, se pode encontrar uma outra prática, pela qual [...] poderíamos empregá-los da mesma maneira em todos os usos para os quais são próprios, e assim nos tornar como que senhores e possuidores da natureza.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 71. (Coleção Os pensadores).

Examinando os parágrafos anteriores, percebe-se que a afirmação de Bacon "saber é poder" e a menção por Descartes dos "senhores e possuidores da natureza" apresentam uma ideia comum: os dois pensadores esperavam que, por meio da ciência e da técnica, a natureza fosse dominada, configurando o que chamamos de **ideal prometeico**. Essa expressão remete a Prometeu, personagem da mitologia grega que roubou o fogo dos deuses para entregá-lo aos seres humanos e, em razão disso, foi condenado ao suplício eterno de, acorrentado, ter seu fígado devorado persistentemente por um abutre, pois o órgão, por sua natureza, seria sempre regenerado. O fogo simboliza a técnica e o trabalho humano; por isso, representa o mito do progresso como um bem em si mesmo.

Sabemos que, nos tempos atuais, a promessa de felicidade vinculada à ideia de progresso se cumpre em parte, pois traz consigo os desastres do desequilíbrio ecológico, entre outros problemas.

Sugestão

Prometeu, os homens e outros mitos

Menelaos Stephanides. São Paulo: Odysseus, 2014. (Coleção Mitologia grega).

O livro apresenta a narrativa mítica de Prometeu recontada, de modo fiel aos textos da Antiguidade, pelo escritor grego contemporâneo Menelaos Stephanides.



BRUNO KELLY/REUTERS/FOTOARENA

Usina Hidrelétrica Belo Monte, em Vitória do Xingu, no Pará. Fotografia de 2021. A construção de usinas tem forte impacto ambiental, por causar o desvio do curso natural de rios e a perda de biodiversidade. De certo modo, está presente nesse tipo de empreendimento a ideia moderna de controle da natureza por meio da técnica.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Reconhecimento jurídico do trabalho no século XVII

Se na Idade Média era privilegiado o saber contemplativo, puramente retórico, em detrimento da prática, no Renascimento e na Idade Moderna ocorreu a valorização da técnica e do conhecimento alcançados por meio da prática. Nos campos político e econômico, foram elaborados os princípios do liberalismo e do capitalismo, que se refletiriam em todos os domínios da vida humana.

Quais foram as consequências das ideias liberais para o trabalho? Depois de superadas as relações de dominação entre senhores feudais e servos, instituiu-se o contrato de trabalho entre indivíduos livres, o que significou o posterior reconhecimento do trabalhador no campo jurídico. Uma das novidades das ideias liberais foi, portanto, a valorização do trabalho. Assim escreveu o filósofo inglês John Locke em obra publicada em 1689:

> Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho do seu corpo e a obra de suas mãos, pode-se dizer, são propriamente dele. [...] Desde que esse trabalho é propriedade exclusiva do trabalhador, nenhum outro homem pode ter direito ao que se juntou, pelo menos quando houver bastante e igualmente de boa qualidade em comum para **terceiros**.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 51-52. (Coleção Os pensadores).

Terceiros: juridicamente, são os indivíduos estranhos a uma relação processual que, em princípio, não têm poder para interferir nessa relação. No contexto, significa simplesmente "outras pessoas".

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Na citação de John Locke, explique como aparece a ideia de valorização do trabalho.
2. Como as noções de corpo e propriedade são conjugadas nessa citação?

Um aspecto importante a notar está no fato de que na maior parte da Idade Média a riqueza significava posse de terras, cujos proprietários pertenciam à nobreza ou ao alto clero, ao passo que na Idade Moderna consolidou-se a monetarização da economia com as atividades mercantis e manufatureiras, de modo que a riqueza passou a significar também posse de dinheiro. Ocorreu, nesse processo, a ascensão da burguesia enriquecida. Os burgueses constituíam um grupo não subordinado aos senhores feudais, que emancipou as cidades, antes controladas por estes.



QUENTIN METSYS - MUSEU DO LOUVRE, PARIS

O cambista e sua esposa, pintura de Quentin Metsys, 1514. Na Idade Moderna, atividades como a dos cambistas, predecessores dos banqueiros, refletem o processo de monetarização da economia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Revolução Industrial

Com a Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, houve um grande deslocamento de camponeses em direção às cidades, onde se tornaram trabalhadores nas fábricas que começavam a ser instaladas, aumentando significativamente a concentração urbana. Com o passar do tempo, ao refletir sobre sua situação, os trabalhadores se organizaram para defender seus interesses. O impacto da mobilização dos proletários apontou os caminhos e os princípios do pensamento político do século XIX. Vivia-se o apogeu da Revolução Industrial, responsável por uma ordem propriamente contemporânea, com outros parâmetros econômicos e sociais.

Com o florescimento do capitalismo industrial, prometia-se a era do conforto e do bem-estar. No entanto, as discrepâncias entre riqueza e pobreza estavam longe de ser superadas, fatores que explicam as discussões controversas a respeito de **reforma social**, entre liberais, e de **revolução**, entre socialistas.

OBJETO DIGITAL
Podcast:
Impactos da Revolução Industrial

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ISAAK ISRAILEVICH BRODSKY - GALERIA NARODNI, PRAGA



Discurso de Lênin em fábrica em maio de 1917, pintura de Isaak Brodsky, 1929.

Imagens em contexto

Em 1917, foi iniciada a Revolução Russa, que se valeu da crescente classe operária, moldada pelas condições de vida impostas pela indústria moderna, como força motriz para a mudança política e social. O discurso de Lênin, nesse contexto, representa a voz que canalizou o descontentamento dos trabalhadores industriais para a ação revolucionária, culminando na queda do regime czarista.

Liberalismo democrático

No contexto do século XIX, o liberalismo democrático configurou-se diante das novas exigências de igualdade, que consistiam em estender a liberdade a um número cada vez maior de pessoas por meio da legislação e de garantias jurídicas, ao passo que os proletários, organizados em sindicatos, reivindicavam melhores condições de trabalho e moradia, sendo muitas vezes influenciados por ideias socialistas e anarquistas.

Destacaram-se, nesse contexto, os filósofos do liberalismo britânico Jeremy Bentham e John Stuart Mill. Defensores do **utilitarismo**, eles consideravam justo levar a todas as pessoas os benefícios de conforto e bem-estar resultantes da riqueza gerada na lógica do capitalismo industrial.

Utilitarismo: doutrina filosófica baseada no princípio de utilidade, segundo o qual as ações são corretas na proporção em que causam felicidade conjunta.

Stuart Mill, atento ao sofrimento das massas oprimidas, defendeu a coparticipação de trabalhadores nos lucros da indústria e a representação proporcional na política a fim de possibilitar a expressão de opiniões minoritárias, como as das participantes dos movimentos reivindicatórios dos direitos das mulheres.

Crítica ao trabalho como mercadoria

Embora compreendesse o trabalho como condição de liberdade, o economista e filósofo alemão Karl Marx criticou a visão otimista predominante do capitalismo liberal no século XIX por entender que a nova ordem econômica do liberalismo seria incapaz de possibilitar a igualdade entre as partes nos novos contratos. Isso acontece porque, nas relações de trabalho estabelecidas, o trabalhador perde mais do que ganha, uma vez que produz para outro, e não para si.

Segundo Marx, ao deixar de ser o centro de si mesmo, o operário industrial, diferentemente do artesão, não escolhe o salário, o horário e o ritmo de seu trabalho. Comandado de fora por forças que não controla, torna-se "estranho", "alheio" a si próprio, fenômeno que o filósofo denominou **alienação**.

Com a colaboração de seu amigo Friedrich Engels, Marx sustentou a ideia de que a alienação se manifesta na vida real quando, ao vender sua força de trabalho mediante pagamento de salário, o proletário se transforma em **mercadoria**. Ocorre, então, o processo de **fetichismo** da mercadoria e de **reificação** do trabalhador.

- Fetichismo é o processo pelo qual a mercadoria ganha prioridade: os valores de troca tornam-se superiores aos valores de uso e determinam as relações humanas. Desse modo, não se estabelece uma relação entre os produtores, mas entre os produtos de seu trabalho. Por exemplo, as relações não são entre alfaiate e carpinteiro, mas entre casaco e mesa, equiparados conforme uma medida comum de valor.
- Reificação é um termo oriundo do latim *res*, "coisa"; no contexto, significa "coisificação", isto é, a transformação de seres humanos em coisas. Em outras palavras, a priorização da mercadoria leva à desumanização da pessoa, à coisificação, uma vez que o indivíduo é transformado em mercadoria.

A alienação do proletário é acompanhada de sua desumanização porque, ao vender sua força de trabalho em troca de salário, ele se transforma em mercadoria. As mercadorias, por sua vez, tornam-se mais valiosas que o trabalhador. De imediato, o operário não é capaz de perceber e reverter esse quadro por estar alienado, dependente da ideologia.

Portanto, o que faz com que a alienação não seja percebida é a ideologia. De acordo com Marx, as ideias, as condutas e os valores que permeiam a concepção de mundo de determinada sociedade representam os interesses da classe dominante. Por exemplo, por meio da ideologia, estendem-se para o proletariado as concepções filosóficas, éticas, políticas, estéticas e religiosas da burguesia, perpetuando os valores dessa classe.

Essas concepções e esses valores, ao serem estendidos às classes dominadas, como se fossem universais, ajudam a manter a submissão e o ***status quo***. Desse modo, a ideologia camufla o conflito entre as classes quando representa a sociedade de forma ilusória, mostrando-a como una, harmônica, sem conflitos, o que dificulta que a classe submetida lute por sua autonomia.

Sugestão

O jovem Karl Marx

Direção: Raoul Peck. França, Bélgica e Alemanha, 2017. 118 minutos.

O filme conta a história de juventude de Karl Marx, apresentando os esforços do filósofo para defender suas ideias inovadoras e a amizade com Friedrich Engels.

Classificação indicativa do filme *O jovem Karl Marx*: não recomendado para menores de 14 anos.

Status quo: expressão latina que significa "estado atual das coisas", "o que se encontra na mesma situação vigente".



LUDWIG ENGELHARDT. FOTO: FELIX LIPOV/ALAMY/FOTOARENA - PARQUE PÚBLICO DE MITTE, BERLIM

Esculturas de Karl Marx e Friedrich Engels no parque central de Berlim, na Alemanha. Fotografia de 2023. Marx e Engels escreveram obras importantes para a compreensão da situação dos trabalhadores nas sociedades capitalistas, como *O manifesto do Partido Comunista* e *A ideologia alemã*.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Materialismo histórico

O materialismo histórico, como o próprio nome indica, é a explicação da história por meio de fatores materiais, ou seja, econômicos e técnicos. A história não se explica pela ação dos indivíduos, como até então era admitido. Por exemplo, costuma-se explicar a história pela atuação de grandes figuras, como César, Carlos Magno, Luís XIV, ou de grandes ideias, como o helenismo, o positivismo, o cristianismo, ou, ainda, pela intervenção divina. Marx inverte esse processo: no lugar das ideias, estão os **fatos materiais**; no lugar dos heróis, a **luta de classes**.

Em razão disso, para Marx, a sociedade estrutura-se em dois níveis: a **infraestrutura** e a **superestrutura**.

- A infraestrutura constitui a base econômica e engloba as relações do ser humano com a natureza no esforço de produzir a própria existência. Assim, de acordo com o clima (árido ou chuvoso) e os instrumentos de trabalho (pedra, madeira, metal ou eletrônicos), desenvolvem-se certas técnicas que influenciam as relações de produção, ou seja, o modo pelo qual os seres humanos se organizam na divisão do trabalho social. É nesse sentido que, na história, encontramos relações de senhores e servos e de capitalistas e proletários.
- A superestrutura constitui o caráter político-ideológico de uma sociedade, isto é, a forma como os indivíduos se organizam por meio de crenças religiosas, leis, literatura, artes, filosofia, concepções de ciência etc. Para Marx, essas expressões culturais refletem as ideias e os valores da classe dominante e, desse modo, tornam-se instrumentos de dominação.

Se o marxismo explica a realidade se valendo da estrutura material, a ideia é algo secundário; não no sentido de ser menos importante, mas por derivar de condições materiais. Em outras palavras, as ideias do direito, da literatura, da filosofia, das artes ou da moral estão diretamente ligadas ao modo de produção econômico.

Por exemplo, a moral medieval valorizava a coragem e a ociosidade da nobreza ocupada com a guerra, bem como a fidelidade, base do sistema de suserania e vassalagem. Do ponto de vista do direito, o empréstimo a juros era considerado ilegal e imoral em um mundo cuja riqueza era calculada conforme a posse de terras. Já na Idade Moderna, com a ascensão da burguesia, o trabalho foi valorizado, e, consequentemente, criticava-se a ociosidade. A legalização do sistema bancário, por sua vez, exigiu a revisão das restrições morais aos empréstimos.

Os exemplos dados dizem respeito à passagem do sistema feudal para o sistema mercantilista e, em seguida, para o sistema capitalista, que determinou transformações da moral, do direito e das concepções religiosas. Portanto, para estudar a sociedade não se deve, segundo Marx, partir do que os indivíduos dizem, imaginam ou pensam, mas, sim, do modo como produzem os bens materiais necessários à vida.

Esquema superestrutura × infraestrutura



ALEXANDRE SILVA/ARQUIVO DA EDITORA

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Como Karl Marx explica o curso da história?
2. De que modo a infraestrutura determina a superestrutura?
3. De que modo a superestrutura mantém a infraestrutura?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A ideologia

O termo *ideologia* é comumente definido como um conjunto de ideias, crenças ou opiniões sobre algum ponto sujeito a discussão; por exemplo, a ideologia de uma escola ou de um partido político.

Para Karl Marx e Friedrich Engels, porém, a ideologia é justamente o que impede a classe dominada de tomar consciência da dominação, como mostram no texto *A ideologia alemã*, de publicação póstuma. Nesse aspecto, eles entendem a ideologia como um conjunto de representações, ideias e normas de conduta, por meio do qual os indivíduos de determinada sociedade são levados a pensar, sentir e agir de maneira conveniente à classe que detém o poder.

Mais precisamente, nas representações ideológicas de uma sociedade dividida em classes com interesses antagônicos, é transmitido um conhecimento ilusório de que há unidade e harmonia, mascarando os conflitos nela existentes.

Ao analisar o conceito de Estado, Marx argumenta que a ideologia esconde o fato de que a instituição estatal, por ser burguesa, expressa os interesses da classe dominante e só aparentemente visa ao bem comum. Trata-se, conforme o filósofo, de uma concepção negativa de Estado, pela qual são perpetuadas as contradições sociais. Portanto, a proposta marxista era radical por estimular a luta pela revolução a fim de instalar a ditadura do proletariado – período de fortalecimento da classe operária e enfraquecimento da burguesia –, até o desaparecimento do Estado.

Essas ideias estimularam diversos movimentos proletários de reivindicação de melhores condições de trabalho, culminando, em 1917, na revolução socialista da Rússia, que resultou na formação da União Soviética. Em 1989, a queda do Muro de Berlim prenunciou o fim do socialismo como alternativa de modelo econômico naquele contexto.

Imagens em contexto

Construído em 1961 pelo governo socialista da Alemanha Oriental e batizado oficialmente de Muro de Proteção Antifascista, o Muro de Berlim era parte da fronteira interna alemã estabelecida entre os Aliados após o fim da Segunda Guerra. Um marco da Guerra Fria, o muro simbolizou por décadas a divisão do mundo entre os blocos capitalista e socialista. Em 9 de novembro de 1989, após semanas de protestos antigovernamentais no lado oriental, o muro, enfim, foi derrubado.



STEPHEN JAFFE/GETTY IMAGES

Alemães comemorando a queda do Muro de Berlim, na Alemanha. Fotografia de 1989.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As transformações do trabalho na contemporaneidade

A partir da Revolução Industrial, as dificuldades dos operários tornaram-se explícitas: extensas jornadas de trabalho, péssimas instalações das fábricas, baixos salários, arregimentação de mulheres e crianças como mão de obra barata. Com frequência, greves operárias nos Estados Unidos reivindicavam melhores condições de trabalho ao mesmo tempo que buscavam fortalecer o movimento operário por meio da organização de diversos grupos trabalhistas de alcance nacional.

Em 1886, foi fundada a Federação Americana do Trabalho, que mais tarde seria o maior agrupamento de sindicatos, com força para reivindicar o aumento de salários e a melhoria das condições de trabalho, além de outros benefícios. Dessa maneira, podemos dizer que, no início do século XX, atenuaram-se as condições precárias das fábricas em razão da organização de sindicatos.

A disciplina nas fábricas

Pensadores contemporâneos investigaram o surgimento das fábricas e as mudanças decorrentes do capitalismo, analisando-as sob o ângulo da instauração da era da disciplina. Para o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), a dominação do operário se exerceu mediante um novo tipo de disciplina que facilitou a "docilização" do corpo.

Para exemplificar, vamos recuar à França do século XVIII. A historiadora francesa contemporânea Michelle Perrot retoma o relato de um inspetor de manufaturas, no qual é descrita uma oficina têxtil com cerca de 100 metros de comprimento, pavimentada por lajes e iluminada por 50 janelas com tela branca:

> No meio dessa sala [em] um canal coberto com lajes entreabertas cada fiandeira [vai], *em silêncio*, tirar a água de que precisa [para a fiação]. Essa oficina, à primeira vista, surpreende o visitante pela quantidade de pessoas aí empregadas, *pela ordem*, pela limpeza e *pela extrema subordinação* que aí reina... Contamos 50 rocas duplas [...] ocupadas por 100 fiandeiras e o mesmo tanto de dobradeiras, tão *disciplinadas como tropas*.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 57-58.

A historiadora destaca em itálico a nova maneira de trabalhar, representada por dois modelos disciplinares: o *religioso* (silêncio) e o *militar* (hierarquia, disposição em fileiras). A disciplina é mantida pelos supervisores, que avaliam a qualidade do serviço, evitam brigas e fazem cumprir os severos regulamentos por meio de proibições (não falar alto, não dizer palavrões, não cantar), de regras de horários (começa a "tirania" do relógio para a entrada, a saída e os intervalos) e de penalidades, como multas, advertências, suspensões e demissões, de acordo com a gravidade da falta.

Seguindo essa estrutura, o olhar vigilante sobressaía de maneira decisiva. A organização do tempo e do espaço imposta na fábrica não era, porém, um fenômeno isolado. Nos séculos XVII e XVIII, formou-se a chamada "sociedade disciplinar" com a criação de instituições fechadas, voltadas para o controle social, como prisões, orfanatos, reformatórios, asilos de miseráveis e "vagabundos", hospícios, quartéis e escolas.

Para explicar os métodos de controle minuciosos, que sujeitam os corpos e os tornam obedientes, Foucault aproveita o exemplo do pan-óptico (literalmente, "ver tudo"), um projeto em que o filósofo e jurista britânico Jeremy Bentham imaginava uma construção de vidro, em anel, para alojar loucos, doentes, prisioneiros, estudantes ou operários. De uma torre no centro, com absoluta visibilidade, os vigilantes não só controlariam cada indivíduo, como possibilitariam que eles mesmos interiorizassem o olhar que os vigiava, sem perceberem a própria sujeição.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



UNDERWOOD ARCHIVES/GETTY IMAGES

Penitenciária em formato pan-óptico construída de acordo com o projeto de Jeremy Bentham, em Illinois, nos Estados Unidos. Fotografia de 1928.

Das fábricas para os escritórios

Na segunda metade do século XX, acentuou-se o deslocamento da mão de obra para o setor de serviços, aumentando o número de trabalhadores no comércio, no transporte e nos escritórios, ao mesmo tempo que diminuíam postos de trabalho no campo e nas indústrias. As atividades agrícolas e industriais, por sua vez, tornaram-se igualmente dependentes do desenvolvimento das técnicas de informação e de comunicação, típicas do setor de serviços.

De fato, o consumo de serviços de comércio, finanças, saúde, educação, lazer, turismo e publicidade tornava a comunicação cada vez mais ágil no cotidiano, e, quase instantaneamente, a informação era veiculada em âmbito mundial pelas redes de telefonia e infovias.

A partir da década de 1980, mudanças radicais no modo de trabalhar repercutiram tanto nas cidades como no campo, o que levou ao enfraquecimento dos sindicatos, fato que, sem dúvida, afetou o poder de manutenção das conquistas trabalhistas já alcançadas e diminuiu a força de reivindicação de novos direitos.

Aos poucos, ocorreu uma descentralização dos locais de trabalho, em virtude da terceirização das economias, abrindo a possibilidade de deslocar indústrias e prestação de serviços para qualquer lugar, o que levou à procura de países com menor custo de trabalho, com baixa tributação e com afrouxamento de exigências trabalhistas e de cuidados com o meio ambiente.

Além disso, outros padrões de produtividade definiram-se em decorrência de tecnologias de automação, robótica e microeletrônica. Um desses padrões é a polivalência da mão de obra, uma vez que o trabalhador precisa controlar diversas máquinas e processos ao mesmo tempo, descentralizando sua iniciativa, o que pode demandar a colaboração de outros profissionais e o trabalho em equipe. Vale destacar o fato de que a automação da produção nos países economicamente mais desenvolvidos tem substituído o trabalho humano por robôs que desempenham sozinhos funções programadas.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Explique o movimento da fábrica para os escritórios, apontado no título do tópico.
2. Por que atualmente se discute muito a polivalência do trabalhador?



ZHU HAIPENG/VCG/GETTY IMAGES

Braços robóticos operam em linha de montagem de veículos elétricos em Ganzhou, na China. Fotografia de 2024. A automação da produção nas indústrias é um dos fatores que reforça o deslocamento da mão de obra para o setor de serviços.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A era informacional e a precarização do trabalho

ODS 8

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

A expansão do uso de internet, cujo advento data da década de 1960, ganhou impulso com a publicação da primeira página aberta da rede mundial de computadores (*world wide web*, ou "www", popularmente chamada de *web*), em 1991. Desde então, a dinâmica da circulação de informações entre pessoas, empresas e instituições alcançou outro patamar de velocidade, eficiência e forma.

Na segunda década do século XXI, entramos na era dos aplicativos, que promoveu a transição do uso de computadores pessoais para a utilização mais frequente de *tablets* e *smartphones*. As novas plataformas digitais facilitaram ações como solicitar serviços de transporte, reservar quartos de hotéis, comprar refeições e ingressos de cinema e até marcar encontros.

No entanto, para além das vantagens do uso desses aplicativos e da facilitação da vida contemporânea, especialmente nas grandes cidades, interessa avaliar os prejuízos sociais causados pelo uso dessas ferramentas. Por exemplo, empresas que oferecem serviços por aplicativos costumam estabelecer relações de trabalho à margem da legislação. Esse quadro se agrava em países que apresentam elevada desigualdade social e têm grande número de desempregados, que veem nos serviços por aplicativos uma possibilidade de sobrevivência.

Na verdade, às vezes iludidos pela esperança de autonomia, esses trabalhadores são submetidos a longas jornadas de trabalho e estão perdendo os direitos duramente conquistados ao longo do tempo, como atendimento médico, incluindo cobertura em caso de acidente, seguro-desemprego, auxílio-maternidade, aposentadoria etc. Diante da necessidade, o trabalhador desempregado, mesmo quando bem qualificado, há tempos vem aceitando qualquer tipo de ocupação, principalmente depois do recurso ao trabalho mediado por aplicativos, seja em transporte privado urbano, seja em entregas por moto ou bicicleta.

Em relação à precarização do trabalho, deve-se mencionar, ainda, a existência do trabalho análogo à escravidão, que afeta trabalhadores rurais e urbanos, seja em fazendas, seja na indústria têxtil, praticado contra grupos mais vulneráveis, como imigrantes, refugiados e sem-terra.

Tudo isso mostra que vivemos na **era técnico-científico-informacional**, que se manifesta notadamente no mundo do trabalho, mas alcança outros aspectos da vida, repercutindo até mesmo na saúde mental das pessoas, como vamos analisar a seguir.

Era técnico-científico-informacional: conceito criado pelo geógrafo brasileiro Milton Santos, refere-se à era marcada por inovações tecnológicas na área de telecomunicações, em que é desenvolvida a indústria de computadores e de programas de processamento de dados.



MARLENE BERGAMO/FOLHAPRESS

Manifestação de entregadores por aplicativos na capital de São Paulo. Fotografia de 2021. Na era informacional, a precarização do trabalho atinge, por exemplo, esses profissionais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ODS 3

A sociedade do cansaço

O filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, radicado na Alemanha, propõe em seu livro *Sociedade do cansaço*, publicado em 2010, um diagnóstico do impacto dos sistemas produtivos atuais na saúde mental das pessoas, em uma análise que não se restringe ao Ocidente, podendo abarcar o contexto das grandes cidades orientais.

De acordo com Han, a lógica da superprodução vigente no mundo contemporâneo está atrelada a um mecanismo interiorizado pelos indivíduos em vários domínios da vida: o do superdesempenho. O filósofo sustenta a ideia de que, para elevar a produtividade, foi necessário substituir o modelo ou **paradigma da disciplina**, calcado em um esquema de poder proibitivo, que, por consequência, gera bloqueio e impede o crescimento, pelo **paradigma do desempenho**, um esquema de poder pautado na iniciativa. Han afirma que o sujeito do desempenho é bem mais rápido e produtivo do que o sujeito da obediência.

Para o filósofo sul-coreano, esse paradigma permeia a vida em suas múltiplas dimensões e pode ser encontrado em academias *fitness*, edifícios com grandes escritórios, bancos, *shopping centers*, aeroportos etc. Ocorre que a sociedade do desempenho, embora não esteja fundada na negatividade do controle e da vigilância, tem efeitos nocivos, produzindo depressivos e fracassados. Isso acontece porque a pressão do desempenho e da iniciativa, que não parte apenas do exterior – isto é, da sociedade sobre o sujeito –, mas também do interior – isto é, do sujeito sobre si mesmo –, cria um sistema de autoexploração em que muitos se frustram diante da impossibilidade de execução de seus projetos.

A sociedade do desempenho, pela dinâmica da hiperatividade, provoca esgotamento e exaustão; por isso, o filósofo afirma que vivemos em uma época caracterizada pela violência neuronal. Essa violência se traduz em distúrbios ou sofrimentos psíquicos, como a síndrome de *burnout*, a depressão e o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, que são cada vez mais comuns na sociedade do cansaço.

Imagens em contexto

Esse tipo de exoesqueleto de alta tecnologia foi desenvolvido para prevenir lesões no corpo do trabalhador e aliviar sua fadiga muscular, ao mesmo tempo que amplia seu desempenho. Além do uso em aeroportos, também é utilizado na linha de produção de montadoras.



DANIEL KARMANN/PICTURE ALLIANCE/GETTY IMAGES

Trabalhador utilizando exoesqueleto para levantar uma mala no Aeroporto de Nuremberg, na Alemanha. Fotografia de 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A informação sobre a pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Recursos Humanos em 2023 foi retirada de: ABRH-SP revela número médio de profissionais de RH em pesquisa realizada com empresas de médio e grande portes no Brasil. **ABRH-SP**, 8 maio 2023. Disponível em: https://abrhsp.org.br/conteudo/noticias/abrh-sp-revela-o-numero-medio-de-profissionais-de-rh-em-pesquisa-realizada-com-empresas-de-medio-e-grande-portes-no-brasil/. Acesso em: 5 ago. 2024.

Recursos humanos e administração

O mundo do trabalho passou por muitas mudanças a partir da Revolução Industrial e principalmente depois do advento dos computadores e da internet. Desde então, diversas indústrias automatizaram parte expressiva de sua produção, reduzindo o número de operários e ampliando a contratação de serviços tecnológicos. Ao mesmo tempo, as empresas se informatizaram, terceirizaram parte de suas tarefas e adotaram modalidades variadas de trabalho. Desse modo, a gerência da mão de obra e a administração dos negócios tornaram-se mais complexas e dinâmicas, aumentando a importância dos profissionais das áreas administrativa e de recursos humanos.

Profissionais com especialização em recursos humanos e administração podem atuar em qualquer empresa na qual haja trabalhadores contratados, como bancos, indústrias, estabelecimentos comerciais, instituições de ensino e pesquisa, empresas públicas e hospitais. Conheça alguns cursos de formação em administração e recursos humanos.

- **Curso técnico em recursos humanos**. O curso técnico forma profissionais para organizar a documentação relativa à rotina dos trabalhadores das empresas; processar cálculos da folha de pagamento; registrar e organizar informações relacionadas à fiscalização do trabalho por auditores internos e pelo poder público; organizar e colocar em prática ações de seleção, recrutamento e qualificação dos trabalhadores; desenvolver estratégias de diversidade e de inclusão de grupos minorizados no ambiente de trabalho; organizar rotinas relativas às políticas de remuneração e cargos e à concessão de benefícios; acompanhar e organizar processos administrativos de higiene, saúde e segurança do trabalho.
- **Curso superior de tecnologia em gestão de recursos humanos**. Habilita o profissional para planejar e gerenciar sistemas de gestão de pessoas, como recrutamento e seleção, cargos e salários, treinamento e desenvolvimento, rotinas de pessoal e benefícios; desenvolver planos de carreira; promover o desenvolvimento do comportamento individual (motivação), de grupo (negociação, liderança, poder e mediação de conflitos) e organizacionais (cultura, estrutura e tecnologias); planejar programas de qualidade de vida no trabalho; gerenciar sistemas de avaliação de desempenho dos funcionários da organização; avaliar a necessidade de novas contratações.
- **Curso superior de administração**. Ao se graduar em administração, o profissional está qualificado para planejar e gerenciar os recursos humanos, materiais ou financeiros de uma empresa. Entre outras funções, o administrador será responsável por negociar condições de compra e venda com fornecedores e clientes; analisar resultados da empresa e planejar estratégias para solucionar problemas e promover o crescimento da empresa; tratar da relação da empresa com os trabalhadores e gerenciar planos de contratação e demissão, concessão de benefícios, planos de carreira, programas de qualificação etc.; definir métodos de controle de qualidade e atendimento ao cliente; elaborar o projeto de logística; assegurar o cumprimento da legislação e das obrigações tributárias da empresa.

Com a pandemia de covid-19 (doença provocada pelo vírus SARS-coV-2) – que teve início em 2019, gerando alto impacto humano, pois causou a morte de milhões de pessoas, e econômico, pois prejudicou diversos setores, sobretudo o de serviços, em razão do fechamento de estabelecimentos durante períodos de isolamento –, as empresas precisaram redefinir estratégias de negócios e reestruturar suas equipes de funcionários. Nesse cenário de recuperação econômica, a atuação de profissionais de recursos humanos e de administração tornou-se decisiva.

De acordo com uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Recursos Humanos em 2023, envolvendo 41 empresas brasileiras de médio e grande portes, há um profissional de recursos humanos para cada grupo de 141 colaboradores. Isso demonstra a importância da função dos profissionais dessa área.



JASMIN MERDAN/GETTY IMAGES

Profissionais em escritório em Saraj, na Bósnia-Herzegovina. Fotografia de 2022. Uma das tarefas da área de recursos humanos é garantir a diversidade no quadro de funcionários de uma empresa.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ODS 3

ODS 8

A sociedade 24/7

O crítico de arte e professor da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, Jonathan Crary dedicou-se a estudar os efeitos do sistema de produção capitalista no sono das pessoas. O autor inicia seu livro intitulado *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*, publicado em 2013, comentando uma pesquisa que parece extraída de uma história de ficção científica.

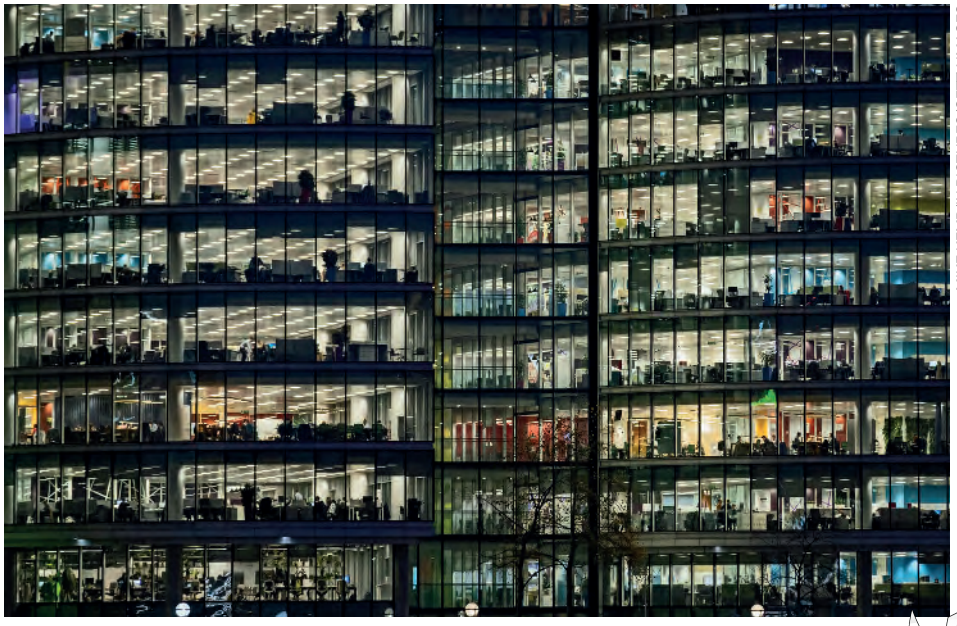
> Quem já viveu na costa oeste da América do Norte deve saber que, em função das estações, todo ano centenas de espécies de pássaros migram para o Norte e para o Sul [...]. O pardal-de-coroa-branca é uma dessas espécies. [...] Diferentemente da maioria dos outros pássaros, esse pardal tem a capacidade extraordinária de permanecer acordado por até sete dias durante as migrações, o que lhe permite voar e navegar de noite, e procurar por alimento de dia, sem descansar. Nos últimos cinco anos, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos gastou uma expressiva soma de dinheiro para estudar essas criaturas. Com recursos do governo, pesquisadores de diversas universidades, notadamente em Madison, no estado de Wisconsin, têm investigado a atividade cerebral desses pássaros durante os longos períodos de vigília, com a esperança de obter conhecimentos aplicáveis aos seres humanos e descobrir como as pessoas poderiam ficar sem dormir e funcionar produtiva e eficientemente.
>
> CRARY, Jonathan. **24/7**: capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Ubu, 2016. p. 11.

De acordo com Crary, em outro trecho do livro, a finalidade inicial dessa pesquisa, financiada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, seria obter certo domínio sobre o sono humano a fim de criar soldados que não dormissem e não tivessem, em decorrência da insônia, déficit cognitivo ou psíquico (por exemplo, redução da atenção e alucinações). Como explica Crary, no decorrer da história, muitas inovações relacionadas às guerras foram, posteriormente, aplicadas em uma esfera social mais ampla. Com base nisso, pode-se inferir, seguindo a argumentação do crítico, que o soldado sem sono seria o precursor do trabalhador sem sono.

Para Crary, o modelo capitalista impõe uma sociedade 24/7, isto é, uma sociedade que funcione em vigília, 24 horas ao longo dos sete dias da semana. A tática de redução do sono revela, então, o interesse de criar um expediente de trabalho ininterrupto, sem pausa, em um processo de desumanização que aproxima os indivíduos da máquina.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Como a falta de sono está associada à produtividade no texto de Jonathan Crary?
2. Você concorda com essa associação proposta por Crary? Defenda seu ponto de vista com base em argumentos.



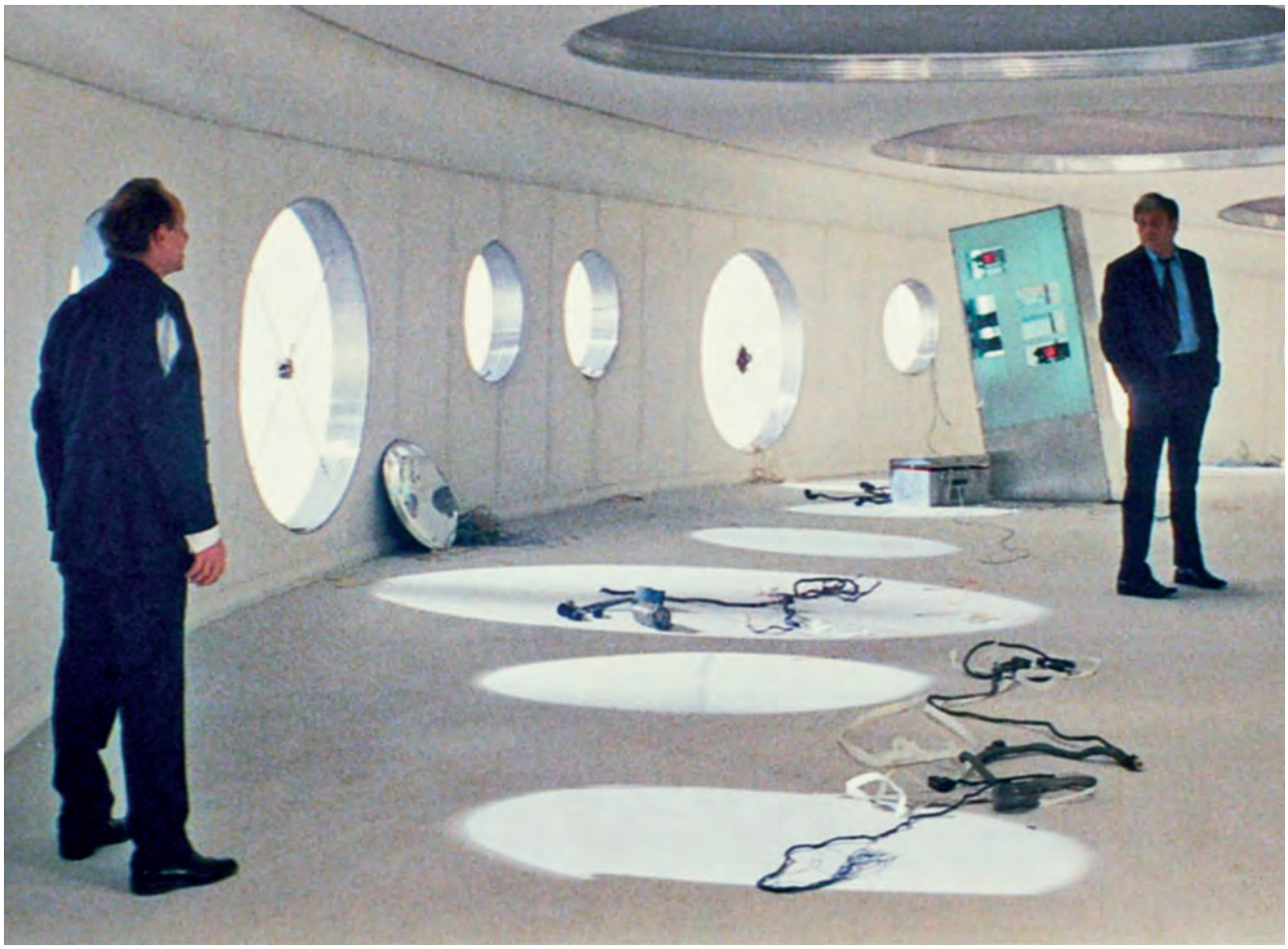
MIKE KEMP/IN PICTURES/GETTY IMAGES

Prédios de escritórios funcionando à noite em Londres, no Reino Unido. Foto de 2022. Na sociedade 24/7, não há períodos de interrupção do trabalho.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A necessidade de dormir, analisa Crary, será a última colonizada pelo mecanismo da lucratividade, uma vez que a maioria das demais já foi transformada em mercadoria ou investimento, como a fome, a sede, o desejo sexual e até mesmo a necessidade de amizade. No começo do século XX, comenta o crítico, o adulto estadunidense médio dormia cerca de oito horas por noite, mas, no final desse mesmo século, passou a dormir aproximadamente seis horas e meia por noite, o que reflete as estratégias de degradação do sono.

Assim, o escândalo do sono, afirma Crary, consiste no enraizamento em nossas vidas das oscilações rítmicas de luz solar e escuridão, de trabalho e recuperação, de atividade e descanso, oscilações que o capitalismo tenta erradicar ou neutralizar no mundo do trabalho. A fábrica, constantemente iluminada pela luz elétrica e operando 24 horas por dia sem pausa, é um reflexo disso.



JANUS FILMS/EVERETT COLLECTION/SHUTTERSTOCK

Fotograma do filme *Solaris*, dirigido por Andrei Tarkovski, 1972.

Sugestão

Você não estava aqui

Direção: Ken Loach. Reino Unido, Bélgica e França, 2019. 101 minutos.

No contexto de crise econômica, desemprego crescente e precarização das relações de trabalho, Ken Loach retrata as condições de vida dos entregadores por aplicativos, submetidos a jornadas extenuantes e sem garantia de direitos trabalhistas. A narrativa desse filme ficcional tem como base a rotina de uma família comum, cujo pai, entregador autônomo, é absorvido pelo trabalho exaustivo, enquanto sua esposa cuida de idosos, tendo ambos poucas interações com os filhos, o que compromete a relação familiar. O filme ajuda a promover uma discussão sobre a necessidade de a sociedade lutar continuamente por condições dignas de trabalho.

Imagens em contexto

No filme *Solaris*, um grupo de cientistas vive no ambiente intensa e artificialmente iluminado de uma estação espacial, sem dia nem noite, e, por isso, sofre com a insônia e com alucinações decorrentes da privação de sono.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ODS 3

Uma civilização do lazer?

O lazer é uma criação da civilização industrial, um contraponto explícito ao período de trabalho e uma necessidade humana imprescindível de atividades livres, não obrigatórias. As lutas contra as extensas jornadas de trabalho promoveram lentamente resultados significativos, e o tempo livre destinado ao lazer foi um deles. Com a garantia legal de uma jornada máxima de trabalho, o descanso semanal remunerado e o direito a férias, os trabalhadores conquistaram mais tempo para repousar e se entreter.

Após o dia de trabalho, o **tempo liberado** é aquele que se gasta com transporte, obrigações familiares, sociais, políticas ou religiosas, ao passo que o **tempo livre** é o que sobra após a realização de todas as funções que exigem obrigatoriedade e que pode ser aproveitado para o lazer.

Características do lazer

O que é lazer? Segundo o sociólogo francês Joffre Dumazedier,

> [...] lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.
>
> DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 34.

Podemos identificar três funções interligadas no lazer:

- descanso e, em decorrência, liberação da fadiga;
- equilíbrio psicológico – para compensar o esforço no trabalho – e o genuíno direito à diversão, à recreação e ao entretenimento. O lazer oferece a oportunidade de expansão de nossa imaginação por meio da mudança de espaço, de ambiente e de ritmo;
- participação social mais livre e, com isso, desenvolvimento pessoal, procura desinteressada de amigos e de aprendizagem voluntária.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Podemos dizer que o lazer está associado ao conceito de tempo liberado? Explique.
2. Você considera o lazer uma necessidade humana imprescindível? Justifique sua resposta.

O lazer ativo não é o do simples "deixar passar o tempo livre", mas aquele no qual a pessoa pode dedicar-se a algo prazeroso e que ao mesmo tempo a modifique como ser humano. Não se pretende com essa definição de lazer ativo prescrever o que seria uma boa ou uma má ocupação do tempo livre: qualquer tipo de lazer é ativo quando somos seletivos e sensíveis aos estímulos recebidos e quando compreendemos de modo crítico o que vemos, sentimos e apreciamos.



DJANIRA DA MOTTA E SILVA - COLEÇÃO PARTICULAR

Meninos com pipa, pintura de Djanira da Motta e Silva, 1966. A diversão é uma das formas admitidas pelo lazer.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Obstáculos do lazer

O tempo de lazer tem adquirido importância cada vez maior, configurando-se como um dos principais desafios do terceiro milênio. Essa é a aposta do sociólogo italiano Domenico de Masi ao abordar a questão do lazer e afirmar que, em contraponto com o ritmo de trabalho estabelecido pela Revolução Industrial, a sociedade atual, pós-industrial, tem todas as condições de promover mais tempo livre para as pessoas. Ele discute a importância de haver mais tempo para o ócio criativo, isto é, para que as pessoas possam dedicar-se a atividades que promovam a produção de ideias e o que ele designa elevação do espírito. Mas será esse um sonho possível?

A questão apresenta muitos desafios. Que alternativas a indústria cultural nos propicia? Que estímulos são dados para a produção e a fruição artísticas? De que infraestrutura pública – locais para ouvir música, praças, clubes populares, espaços para prática de esportes e integração social – dispomos para usufruir de nosso tempo livre em atividades diversas?

Sabemos que a conquista plena do tempo de lazer sofre muitas ameaças. Analisemos algumas delas:

- reestruturações de empresas, que envolvem terceirização de tarefas e, consequentemente, perda de benefícios pelos trabalhadores;
- programas de diminuição do quadro de pessoal, que sobrecarregam os funcionários restantes, obrigados a cumprir jornadas extensas para atingir as metas de produtividade estabelecidas pelas empresas;
- *home office* (teletrabalho ou trabalho remoto), que, apesar do aparente conforto de trabalhar em casa, pode gerar confusão entre os horários de trabalho e de lazer, provocando estresse e frustração;
- flexibilização do contrato de trabalho, que provoca a redução da renda e obriga o trabalhador a assumir vários empregos;
- enfraquecimento dos sindicatos, que perdem a capacidade de defender os interesses dos trabalhadores.

Esses tópicos referem-se aos problemas enfrentados por pessoas que trabalham sob a vigência de contratos formais, deixando de abarcar a enorme massa de trabalhadores informais sem acesso a direitos trabalhistas, muitos dos quais moram na periferia das grandes cidades e sofrem com a pobreza. Essas pessoas não dispõem de recursos para o acesso a variadas formas de lazer, e seus lugares de vivência são pouco contemplados pelas iniciativas governamentais, como a reserva de espaços para a prática de esportes. O pouco que desfrutam de lazer decorre da oferta de organizações não governamentais ou resulta de iniciativas da comunidade, empenhada na criação de coletivos voltados para diversos tipos de atividades culturais.

Seria possível reverter esse quadro, uma vez que a mecanização e a robotização até agora não cumpriram a função de ampliar o tempo livre de lazer das pessoas?



ULISBERG ALVES/GETTY IMAGES

Espaço de lazer em empresa na capital de São Paulo. Fotografia de 2023.

OBJETO DIGITAL
Infográfico clicável: Dimensões do lazer nas metrópoles

Imagens em contexto

Algumas empresas, como a retratada na fotografia, oferecem aos funcionários espaços de lazer que podem ser usufruídos durante a jornada de trabalho para reduzir o estresse e melhorar a produtividade dos funcionários. Isso, porém, não substitui o lazer autônomo, que requer independência de escolha.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O trabalho de cuidados e a opressão da mulher negra





No primeiro dos textos a seguir, é abordado o tema da divisão do trabalho de cuidados, salientando que o cuidado é um direito de todos, ao mesmo tempo que é uma tarefa que impõe barreiras para a igualdade de gênero e de raça. No segundo texto, a filósofa estadunidense Audre Lorde discute a desumanização imposta por grupos dominantes a grupos oprimidos, como o de mulheres negras.

Texto 1

O cuidado é uma necessidade e um direito inerente à vida humana. Todas as pessoas, ao longo do seu ciclo de vida, ofertam e demandam cuidados, sendo este, portanto, um bem público essencial para o funcionamento da sociedade, das famílias, das empresas e das economias. A atual forma de provisão de cuidados no Brasil está baseada em uma divisão de trabalho que atribui às famílias e, nestas, às mulheres, a responsabilidade principal ou exclusiva por estas atividades. Assim, a imensa carga de atividades cotidianas de gestão, sustentação e reprodução da vida, como a preparação de alimentos, a manutenção da limpeza e organização dos domicílios, o apoio às mais diversas atividades do cotidiano a pessoas com diversos graus de autonomia ou dependência, tem sido historicamente realizada pelas mulheres no interior de seus próprios domicílios. Esta forma de organização social dos cuidados sobrecarrega extremamente as mulheres, em especial as mais pobres e com menores rendimentos [...], colocando fortes barreiras à conclusão das suas trajetórias educacionais e à sua inserção no mercado de trabalho e na vida pública em igualdade de condições com os homens, comprometendo suas possibilidades de geração de renda e a sua autonomia econômica, e contribuindo, assim, para a reprodução da pobreza e da desigualdade. [...]

A divisão do trabalho de cuidados no Brasil não se caracteriza apenas pelas desigualdades de gênero e de classe. Ela está profundamente marcada também pelas desigualdades raciais. Boa parte da provisão de cuidados no Brasil é de responsabilidade de mulheres negras, tanto no que se refere ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerados exercido no interior de seus domicílios quanto ao trabalho remunerado.

Com efeito, segundo os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c) do IBGE, em 2019, as mulheres dedicavam, na média, 21,7 horas semanais ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado enquanto os homens dedicavam 11 horas. Para as mulheres brancas essa cifra era de 21 horas semanais e para as mulheres negras, 22,3 horas por semana. Ainda que essa diferença pareça pouca, ao final de um ano ela significa que as mulheres negras realizam quase 68 horas a mais de trabalho de cuidados não remunerado que as mulheres brancas, o que equivale a uma semana e meia adicional de trabalho por ano, considerando a jornada legal de 44 horas semanais de trabalho.

SECRETARIA NACIONAL DE CUIDADOS E FAMÍLIA. **Nota informativa n. 1/2023**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023. p. 2-4.

Texto 2

Grande parte da história da Europa Ocidental nos condiciona a ver diferenças segundo uma oposição simplista: dominante/subordinado, bom/mau, no alto/embaixo, superior/inferior. Em uma sociedade onde o bom é definido em termos de lucro e não em termos de necessidade humana, há sempre um grupo de pessoas que, por meio de uma opressão sistematizada, é obrigado a se sentir supérfluo, a ocupar o lugar do inferior desumanizado. Dentro dessa sociedade, esse grupo é composto por negros e pessoas do Terceiro Mundo, trabalhadores, idosos e mulheres. [...]

A rejeição institucionalizada da diferença é uma necessidade absoluta em uma economia baseada no lucro que precisa de forasteiros como superávit. Como membros dessa economia, todos nós fomos programados para reagir com medo e ódio às diferenças humanas e a lidar com essas diferenças de determinada maneira, dentre três:

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ignorá-las e, se isso não for possível, imitá-las se acharmos que são dominantes, ou destruí-las se acharmos que são subordinadas. Mas não temos modelos para conviver com nossas diferenças como iguais. Em consequência disso, essas diferenças têm sido mal interpretadas e mal utilizadas a serviço da separação e da confusão.

Sem dúvida, entre nós existem diferenças bem reais de raça, idade e gênero. Mas não são elas que estão nos separando e sim nossa recusa em reconhecer essas diferenças e em examinar as distorções que resultam do fato de nomeá-las de forma incorreta e aos seus efeitos sobre o comportamento e a expectativa humana.

Racismo, a crença na superioridade inata de uma raça sobre todas as outras e, assim, o direito à predominância. Sexismo, a crença na superioridade inata de um sexo sobre o outro e, assim, o direito à predominância. Discriminação etária. Heterossexismo. Elitismo. Classismo.

É tarefa da vida inteira para cada um de nós retirar essas distorções de nossa vida ao mesmo tempo que reconhecemos, reivindicamos e definimos essas diferenças com base nas quais elas são impostas. Pois todos nós fomos criados em uma sociedade na qual essas distorções faziam parte de nossa vida. Com muita frequência usamos a energia necessária para reconhecer e explorar as diferenças, para fingir que essas diferenças são barreiras insuperáveis, ou que elas simplesmente não existem. [...]

Como Paulo Freire mostra tão bem em *Pedagogia do oprimido*, o verdadeiro foco da mudança revolucionária nunca está simplesmente nas situações opressivas das quais buscamos fugir, mas sim naquele pedaço do opressor que está plantado no fundo de cada um de nós, e que só conhece as táticas do opressor, as relações do opressor.

Mudar significa crescer, e crescer pode ser doloroso. Mas aperfeiçoamos nossa identidade expondo o eu no trabalho e na luta ao lado daqueles que definimos como diferentes de nós, embora compartilhando os mesmos objetivos. Tanto para mulheres negras quanto para brancas, velhas e jovens, lésbicas e heterossexuais, isso pode significar novos caminhos para a nossa sobrevivência.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 239, 240, 248.



JACK MITCHELL/GETTY IMAGES

A filósofa estadunidense Audre Lorde. Fotografia de 1983. Lorde atuou ao longo de sua vida na defesa dos direitos civis de grupos subalternizados, em especial de mulheres negras e lésbicas.

ATIVIDADES

1. De acordo com o texto 1, de que modo o trabalho de cuidados é visto na sociedade brasileira?
2. No Brasil, como se dá a divisão do trabalho de cuidados e qual grupo social é sobrecarregado?
3. O texto 2 fala sobre um "pedaço do opressor que está plantado no fundo de cada um de nós". Que conceito de Karl Marx ajuda a entender esse tipo de situação? Explique sua resposta.
4. Reúna-se com dois colegas. Em grupo, façam um levantamento de atividades de cuidados (preparar refeições, limpar e organizar a casa, cuidar de crianças e idosos etc.). Discutam por quem essas atividades são executadas na casa ou no contexto social de seus familiares e amigos. Com base nos textos desta seção, elaborem hipóteses para a realidade constatada, considerando se há possíveis opressões ideológicas. Registrem essas hipóteses em uma breve redação ou, se possível, em formato de uma discussão (roda de conversa) gravada como *podcast*. Compartilhem o resultado com os demais grupos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

1. Sísifo, personagem da mitologia grega, foi condenado pelos deuses a empurrar uma pedra até o alto de uma montanha, de onde ela tornava a cair sem cessar. Compare esse mito ao trabalho alienado.

2. Faça um levantamento de tipos de lazer que mais atraem os jovens. Em seguida, explique por que a mesma atividade pode ser alienante para uns, mas significativa e enriquecedora para outros.

3. Leia o texto abaixo e responda às questões.

O *site* norte-americano Magnify, especializado no tratamento e armazenamento *on-line* de vídeos, divulgou em abril [de 2011] os resultados de uma pesquisa feita anualmente sobre os hábitos dos internautas. Do total de entrevistados, 76,7% responderam que leem *e-mails* e os respondem à noite ou no fim de semana, enquanto 57,4% disseram nunca desligar os telefones celulares. [...] E outros 35,2% costumam responder a demandas do trabalho quando estão com os filhos. Uma das conclusões dos autores é que "o tempo pessoal e o período de trabalho se misturaram, tanto que nem o meio da noite ficou de fora dos limites".

SIQUEIRA, André. Jornada sem-fim. **Carta Capital**, São Paulo, n. 646, p. 52, 18 maio 2011.

a. De acordo com o artigo, estudos recentes equiparam os trabalhadores da era tecnológica aos proletários dos séculos XIX e XX. Em que sentido é possível fazer essa comparação?

b. Quais são os prejuízos dessa nova situação para os trabalhadores?

4. Com base no texto a seguir, de Byung-Chul Han, e no conteúdo do capítulo, explique como o paradigma do desempenho causa sofrimentos psíquicos e comente a sua relação com o sentimento de liberdade.

O que causa a depressão do esgotamento não é o imperativo de obedecer apenas a si mesmo, mas a pressão do desempenho. [...] O que torna doente, na realidade, não é o excesso de responsabilidade e iniciativa, mas o imperativo do desempenho como um novo mandato da sociedade pós-moderna do trabalho.

[...] O excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração. Essa é mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. O explorador é ao mesmo tempo o explorado. Agressor e vítima não podem mais ser distinguidos. Essa autorreferencialidade gera uma liberdade paradoxal que, em virtude das estruturas coercitivas que lhe são inerentes, se transforma em violência. Os adoecimentos psíquicos da sociedade de desempenho são precisamente as manifestações patológicas dessa liberdade paradoxal.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 27, 30.

5. Com base no texto a seguir, de Friedrich Engels, contraponha o trabalho do operário ao trabalho de subsistência exercido em sociedades tradicionais indígenas.

Consideramos até aqui a alienação, a espoliação do operário, só sob um único aspecto, o de sua relação com os produtos de seu trabalho. Ora, a alienação não aparece somente no resultado, mas também no ato da produção, no interior da própria atividade produtora. Como o operário não seria estranho ao produto de sua atividade se, no próprio ato da produção, não se tornasse estranho a si mesmo? Com efeito, o produto é só o resumo da atividade da produção. Se o produto do trabalho é espoliação, a própria produção deve ser espoliação em ato, espoliação da atividade, da atividade que espolia. A alienação do objeto do trabalho é só o resumo da alienação, da espoliação, na própria atividade do trabalho.

ENGELS, Friedrich. Esboço de uma crítica da economia política. *In*: OS FILÓSOFOS através dos textos: de Platão a Sartre. São Paulo: Paulus, 1997. p. 250.

6. Leia o texto a seguir e identifique os desafios enfrentados pelo trabalhador com o advento do mundo digital.

[...] de um lado deve existir a disponibilidade perpétua para o labor, facilitada pela expansão do trabalho *on-line* e dos "aplicativos", que tornam invisíveis as grandes corporações globais que comandam o mundo financeiro e dos negócios. De outro, expande-se a praga da precariedade total, que surrupia ainda mais os direitos vigentes.

[...] exemplo mais do que emblemático: trabalhadores e trabalhadoras com seus automóveis, isto é, com seus instrumentos de trabalho, arcam com suas despesas de seguridade, com os gastos de manutenção dos veículos, de alimentação, limpeza etc., enquanto o "aplicativo" – na verdade, uma empresa privada global de assalariamento disfarçado sob a forma de trabalho desregulamentado – apropria-se do mais valor gerado pelo serviço dos motoristas, sem preocupações com

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

deveres trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 34.

7. Com base nas citações a seguir e nos conhecimentos construídos ao longo deste capítulo, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade formal da língua portuguesa sobre o tema "Capital humano e coisificação". Na elaboração, selecione informações e argumentos e organize-os de maneira coesa a fim de sustentar seu ponto de vista.

ODS 8

Texto 1

O uso do conceito de "capital humano" [...] é com certeza uma iniciativa enriquecedora. Mas necessita realmente de suplementação. Pois os seres humanos não são meramente meios de produção, mas também a finalidade de todo o processo.

[...] Importa ressaltar também o papel instrumental da expansão de capacidades na geração da mudança *social* (indo muito além da mudança *econômica*). De fato, o papel dos seres humanos, mesmo como instrumentos de mudança, pode ir muito além da produção econômica (para a qual comumente aponta a perspectiva do "capital humano") e incluir o desenvolvimento social e político. Por exemplo, [...] a expansão da educação para as mulheres pode reduzir a desigualdade entre os sexos na distribuição intrafamiliar e também contribuir para a redução das taxas de fecundidade e de mortalidade infantil. A expansão da educação básica pode ainda melhorar a qualidade dos debates públicos. Essas realizações instrumentais podem ser, em última análise, importantíssimas – levando-nos muito além da produção de mercadorias convencionalmente definidas.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 334-335.

Texto 2

O preço da dominação não é meramente a alienação dos homens com relação aos objetos dominados; com a coisificação do espírito, as próprias relações dos homens foram enfeitiçadas, inclusive as relações de cada indivíduo consigo mesmo. Ele se reduz a um ponto nodal das reações e funções convencionais que se esperam dele como algo objetivo. O animismo havia dotado as coisas de uma alma, o industrialismo coisifica as almas.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 40.

8. Analise a pintura a seguir, do artista norueguês Edvard Munch, e depois faça o que se pede.



EDVARD MUNCH - MUSEU MUNCH, OSLO

Trabalhadores voltando para casa, pintura de Edvard Munch, 1913-1914.

a. Descreva a imagem, comentando quais sentimentos o estilo do traço usado para representar as pessoas e as escolhas das cores empregadas na pintura despertam em você.

b. O modo como o artista representou os trabalhadores voltando para casa está mais relacionado à ideia de humanização ou de desumanização causada pelo trabalho? Justifique sua resposta citando elementos da pintura.

Enem e vestibulares

9. (Enem-MEC)

A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre a sua felicidade, ela determina tão profundamente a fabricação das mercadorias destinadas à diversão que essa pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

No texto, o tempo livre é concebido como

a. consumo de produtos culturais elaborados no mesmo sistema produtivo do capitalismo.

b. forma de realizar as diversas potencialidades da natureza humana.

c. alternativa para equilibrar tensões psicológicas do dia a dia.

d. promoção da satisfação de necessidades artificiais.

e. mecanismo de organização do ócio e do prazer.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 4

Ciências

Neste capítulo, vamos abordar aspectos da ciência, tendo em vista o trabalho do cientista, isto é, os métodos, os desafios e os valores que estão vinculados ao desenvolvimento das pesquisas e suas implicações na vida humana. Vamos conhecer as especificidades e dificuldades relacionadas ao desenvolvimento das ciências humanas. Por fim, vamos estudar as ciências cognitivas, que mesclam aspectos das ciências humanas e das ciências da natureza e cujos avanços suscitam diversos dilemas éticos.

Trabalho e ciência

Na Antiguidade grega, a ciência e a filosofia estavam vinculadas àquilo que denominamos **filosofia natural**. Sua dissociação ocorreu apenas no século XVII, com a Revolução Científica iniciada por Galileu Galilei, que traçou os contornos do que concebemos hoje como conhecimento científico.

Desde a modernidade, as ciências vêm-se multiplicando em busca do próprio caminho, ou seja, de seu método. Cada uma delas tornou-se uma ciência particular a partir da delimitação de seu campo de pesquisa e do estabelecimento de procedimentos específicos a setores distintos do mundo natural: a física trata do movimento dos corpos; a química, da transformação desses corpos; a biologia, dos seres vivos etc.

No final do século XIX, foi a vez de as ciências humanas buscarem seu método. A partir desse período, o trabalho científico foi ganhando cada vez maior magnitude e hoje soma os esforços de uma infinidade de pesquisadores espalhados por todos os continentes, constituindo a comunidade científica internacional, que compartilha informações e descobertas. Vamos conhecer a relação entre trabalho e ciência, alertando, por exemplo, para os desafios enfrentados pelos cientistas na construção de teorias rigorosas.

Imagens em contexto

Alguns dos documentos científicos de autoria de Galileu foram ditados a seu assistente Viviani, físico e matemático. Na Idade Moderna, a ciência geralmente era desenvolvida em parceria por mestres e discípulos. Hoje, há uma série de publicações internacionais que contribuem para a comunicação entre toda a comunidade científica.



Galileu e Viviani, pintura de Tito Lessi, 1892.

TITO LESSI. FOTO: MONDADORI PORTFOLIO/GETTY IMAGES - MUSEU GALILEU, FLORENÇA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Comunidade científica

Uma comunidade científica pode ser entendida como o conjunto de indivíduos que se reconhecem e são reconhecidos como possuidores de conhecimentos específicos na área da investigação científica. Membros dessa comunidade avaliam os resultados das pesquisas uns dos outros, utilizando diversos canais de comunicação, como congressos, revistas especializadas e conferências, além de constituírem sociedades científicas.

Até pouco tempo, as grandes realizações científicas eram frutos de investigações individuais, ao passo que, atualmente, a ciência tem sido resultado de trabalho em equipe, o que é relevante para estabelecer ou alterar o método científico e a produção da ciência.

É nesse sentido que o filósofo belga Gérard Fourez comenta:

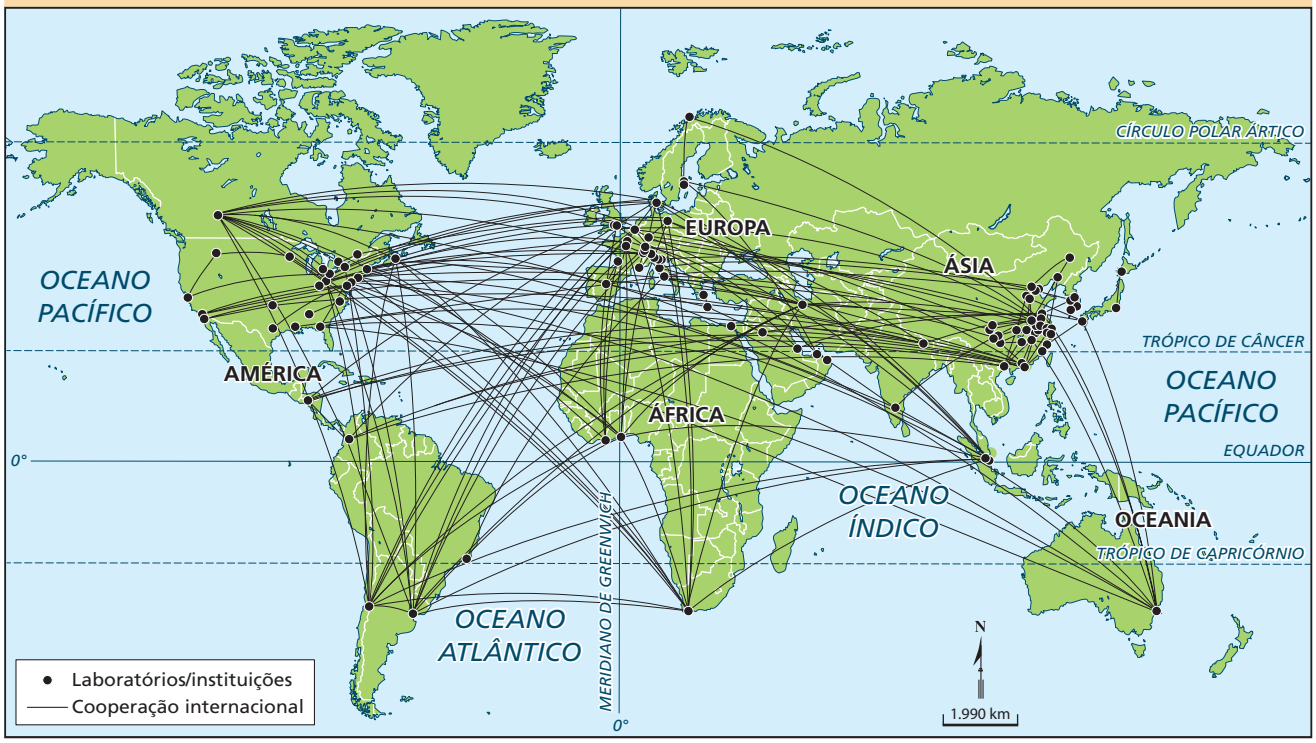
> Afinal, um laboratório terá uma boa *performance* tanto por seu pessoal ser bem organizado e ter acesso a aparelhos precisos como por raciocinar corretamente. A fim de produzir resultados científicos, é preciso também possuir recursos, acesso às revistas, às bibliotecas, a congressos etc. É preciso também que, nas unidades de pesquisa, a comunicação, o diálogo e a crítica circulem. O método de produção da ciência passa, portanto, pelos processos sociais que permitem a constituição de equipes estáveis e eficazes; subsídios, contratos, alianças sociopolíticas, gestão de equipes etc. Mais uma vez, a ciência aparece como um processo humano, feito por humanos, para humanos e com humanos.
>
> FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Editora Unesp, 1995. p. 94-95.

Mesmo com todo o cuidado empregado na realização da pesquisa científica, não é possível admitir suas conclusões como definitivas. Em vez disso, é necessário superar a falsa ideia de **modelos científicos** "certos" e "infalíveis", pois a ciência está em constante evolução, e suas teorias são, de certo modo, provisórias, ainda que comprovadas pelos recursos disponíveis no momento em que são elaboradas.

Explore — RESPONDA NO CADERNO.

1. Interprete os elementos do mapa. O que significa a cooperação internacional indicada na legenda? Qual foi sua importância durante a pandemia de covid-19?
2. Qual é o papel e a importância da comunidade científica?
3. Explique como a comunidade científica ajuda a superar a ideia de conhecimento infalível.

Mundo: cooperação científica na pesquisa de covid-19 – 2020



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: WORLD ECONOMIC FORUM. Covid-19: collaboration is the engine of global science – especially for developing countries. **The Agenda Weekly**, 15 maio 2020. Disponível em: https://www.weforum.org/agenda/2020/05/global-science-collaboration-open-source-covid-19/. Acesso em: 19 jun. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O rigor do método científico

Rigor: precisão, assertividade, exatidão na aplicação de critérios e conceitos.

A **ciência moderna** nasceu ao determinar seu objeto específico de investigação com métodos confiáveis, com base nos quais era possível controlar melhor o conhecimento científico. O **rigor** dos métodos possibilita demarcar um conhecimento sistemático, preciso e objetivo que viabilize, entre outras coisas, a descoberta de relações universais entre os fenômenos, a previsão de acontecimentos e a ação transformadora sobre a natureza de maneira segura.

As ciências avançam de acordo com os problemas que desafiam a compreensão dos cientistas. Mesmo quando os primeiros problemas são solucionados, outros surgem derivados deles, sendo necessário realizar novas pesquisas, o que revela o caráter histórico e provisório, como já foi mencionado, das conclusões científicas.

O movimento da ciência evidencia o caráter dinâmico das conclusões. Mas como ocorre esse processo? Em um primeiro momento, o que nos interessa é indagar sobre os procedimentos dos cientistas diante dos problemas, ou seja, o método (ou os métodos) que eles empregam.

Para alcançar um objetivo determinado, seja uma ação, seja a explicação de um fenômeno, é necessário agir com método, um conjunto de procedimentos racionais, ordenados e que possam ser reproduzíveis, em direção à resposta procurada ou à ação desejada.

Questões metodológicas recebiam atenção desde a Antiguidade, mas foi somente a partir do século XVII que se intensificou o interesse por elas, com destaque para pensadores como René Descartes, Francis Bacon, John Locke, David Hume e Baruch Espinosa. Um pouco antes deles, Galileu Galilei havia provocado uma revolução na ciência, ao desenvolver o método da física, com recursos de matematização, observação e experimentação.

A definição rigorosa do método científico aproximou a possibilidade de conhecer segredos da natureza com base na profunda confiança, na ordem e na racionalidade do conhecimento do mundo. Inicialmente restrito à física e à astronomia, o método científico universalizou-se, servindo de modelo e inspiração para outras ciências particulares, que se destacavam, aos poucos, do corpo da filosofia natural.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Como os dois laboratórios são representados na charge de Sidney Harris?
2. Qual é a crítica presente na charge?



O antigo método científico e o novo método científico, charge de Sidney Harris, 2014.

© S.HARRIS/CARTOONSTOCK
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Classificação das ciências

À medida que as ciências se tornavam autônomas, passava a ser necessário classificá-las. Atualmente, a classificação considera:

- **ciências formais** – matemática e lógica;
- **ciências da natureza** (ou **ciências naturais**) – física, química, biologia, geologia, geografia, física etc.;
- **ciências humanas** (ou **ciências culturais**) – psicologia, sociologia, antropologia, economia, história, geografia humana, linguística, etnologia etc.

As classificações, embora ajudem a sistematizar e organizar, são sempre provisórias e insuficientes, tanto que existe o conceito de **ciências híbridas** – assim chamadas por constituírem áreas de pesquisa interdisciplinar, rompendo os limites da classificação tradicional ao reunirem, simultaneamente, especialistas de engenharia, informática, medicina, biologia etc.

Assim, o pesquisador e engenheiro brasileiro Isaac Epstein definiu a ciência híbrida chamada de bioengenharia:

> A bioengenharia no seu sentido bioquímico estuda métodos para conseguir biossínteses de produtos animais e vegetais. No seu sentido médico, a bioengenharia provê meio artificial para corrigir funções morfológicas ou fisiológicas defeituosas. Os bioengenheiros são cientistas e técnicos interdisciplinares que usam a engenharia, a física e a química para desenvolver instrumentos ou engenhos que imitam as ações de seres vivos, próteses, órgãos artificiais etc.
>
> EPSTEIN, Isaac. **Divulgação científica**: 96 verbetes. Campinas: Pontes, 2002. p. 43.

Você conhecerá, a seguir, o método das ciências da natureza implantado desde o início da modernidade.



SERGI REBOREDO/ALAMY/FOTOARENA

Jogadores de mancala em Zanzibar, na Tanzânia. Fotografia de 2019.

Imagens em contexto

Mancala é um jogo de raciocínio matemático que surgiu há mais de 7 mil anos na África, provavelmente na região onde hoje é o Egito. Esse jogo é estudado pela etnomatemática, ciência híbrida que mescla etnologia (ou antropologia cultural) e matemática.

Classificação indicativa do filme *Particle fever*: livre.

Sugestão

Particle fever: (Febre das partículas)

Direção: Mark Levinson. Estados Unidos, 2013. 99 minutos.

O documentário acompanha uma equipe de cientistas durante os preparativos finais para o acionamento do maior colisor de partículas já construído, localizado em Genebra, na Suíça, e que envolveu o trabalho de mais de 11 mil cientistas de 80 países.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Método experimental

Hipótese: do grego *hypó*, "debaixo de", "sob", e *thésis*, "proposição". Hipótese é o que "está sob a tese": o que está suposto, o ponto de partida de uma demonstração.

Em tese, o método experimental das ciências da natureza seria constituído pelas etapas de observação, **hipótese**, experimentação, generalização (lei) e teoria. Porém, nem sempre essa ordem é cumprida, porque podem ocorrer variações no procedimento, dependendo da intuição do pesquisador ou do acaso.

Um exemplo clássico que pode ser considerado para identificar as etapas do método científico é o realizado, no século XIX, por Claude Bernard, médico e fisiólogo francês conhecido por suas experiências em biologia e por suas reflexões sobre o método experimental. Bernard desenvolveu um experimento com coelhos que envolveu um método com várias etapas, as quais são descritas a seguir.

a. Observação: o cientista percebeu que coelhos trazidos do mercado tinham a urina clara e ácida, característica de animais carnívoros.

b. Hipótese: como sabia que a urina de coelhos era turva e alcalina, por serem herbívoros, supôs que aqueles coelhos não se alimentavam havia muito tempo e se transformaram, pela abstinência, em carnívoros, vivendo do próprio sangue.

c. Controle experimental: Bernard variou o regime alimentar dos coelhos, dando alimentação herbívora a alguns e carnívora a outros. Ele repetiu a experiência com um cavalo.

d. Generalização: no final, enunciou que, "em jejum, todos os animais se alimentam de carne".

Vamos, agora, passar à explicação de cada etapa da experiência de Bernard.

Observação

A observação comum que fazemos no cotidiano é com frequência fortuita, isto é, feita ao acaso, sem ser orientada por propósitos específicos. A observação científica, por sua vez, é rigorosa, precisa, metódica, realizada com a intenção de explicar os fatos e, mais do que isso, orientada por uma teoria. No exemplo dos coelhos, o fato de a urina deles estar clara e ácida chamou a atenção de Claude Bernard, porque ele já sabia que os animais herbívoros tinham urina turva e alcalina.

Podemos perguntar: será que a observação sempre tem por base um fato conhecido? Que fato seria esse? Ao observar alguma coisa, privilegiamos alguns aspectos das numerosas informações caoticamente recebidas. Pessoas que se posicionam diante da mesma paisagem tendem a destacar certos pontos, e não outros, justamente porque o olhar humano é dirigido por uma **intenção**.

Para um cientista, os fatos nunca constituem o dado primeiro, uma vez que ele se encontra inicialmente diante de um problema que se impõe e exige a **observação interpretativa**, realizada com base em teorias que já conhece e que orientam a interpretação daquilo que é observado. Em outras palavras, a observação científica está impregnada de teoria.

Por fim, quando seus sentidos não são suficientes para a observação, o cientista recorre a instrumentos que garantem mais precisão e menos subjetividade. Por exemplo, é mais preciso medir a temperatura pelo termômetro do que pelo tato.



PEDRO VILELA/GETTY IMAGES

Cientistas extraindo material genético do Sars-Cov-2, causador da covid-19, em laboratório de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. Fotografia de 2020.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Hipótese

A hipótese é a explicação provisória dos fenômenos observados, uma interpretação antecipada que pode ou não ser confirmada. Diante da interrogação sugerida pelo problema, a hipótese propõe uma solução; por isso, ao apresentá-la, o cientista reorganiza os fatos de acordo com uma ordem e busca meios para resolver o "problema" levantado na fase de observação.

Qual é a fonte da hipótese? Para formulá-la, não são necessários procedimentos mecânicos, mas criatividade. Em razão disso, nessa etapa do método científico, o cientista pode ser comparado a um artista que, inspirado, descobre uma nova maneira de expressar o fenômeno investigado. Muitas vezes, a construção da hipótese resulta de uma iluminação súbita, em um processo simultâneo de invenção e descoberta.

Para mostrar que a hipótese não é algo evidente que "salta aos olhos", pode-se citar o exemplo da descoberta do fenômeno da pressão atmosférica por meio de um problema cotidiano de uma cidade. Em 1643, ao limpar os poços de água de Florença, na Itália, percebeu-se que a água não ultrapassava uma coluna de aproximadamente 10 metros de altura. Evangelista Torricelli, físico e matemático discípulo de Galileu Galilei, elucidou o problema pela hipótese da pressão atmosférica.

Para testar a hipótese, realizou o seguinte experimento (verifique a ilustração da página): ao nível do mar, encheu um tubo com mercúrio (A) – que é cerca de catorze vezes mais denso que a água –, mergulhou-o em um recipiente contendo também mercúrio (B) e viu que o líquido do tubo desceu apenas até a altura de 76 centímetros (C). Assim, constatou que a parte livre do tubo era o vácuo.

Além dessa descoberta, Torricelli estabeleceu a lei do escoamento dos líquidos e inventou o barômetro – aparelho utilizado para medir a pressão atmosférica e as variações do clima. Podemos, portanto, saber por que atletas que moram no litoral precisam se adaptar à altitude de uma cidade como La Paz, na Bolívia, situada a mais de 3,6 mil metros acima do nível do mar, onde o ar é rarefeito.

Não convém, entretanto, mistificar a formulação da hipótese, apresentando-a como algo misterioso, pois a intuição adivinhadora depende de um conjunto de conhecimentos prévios, dos quais a descoberta representa apenas o momento culminante. Como afirmou Isaac Newton, por ocasião da concepção das leis básicas da mecânica: "Mantive o tema [movimento dos corpos celestes] constantemente diante de mim e esperei até que as primeiras centelhas se abrissem pouco a pouco até a luz total" (NEWTON, Isaac. *In*: BRODY, David Eliot; BRODY, Arnold. **As sete maiores descobertas científicas da história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 74).

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

SELMA CAPARROZ/ARQUIVO DA EDITORA

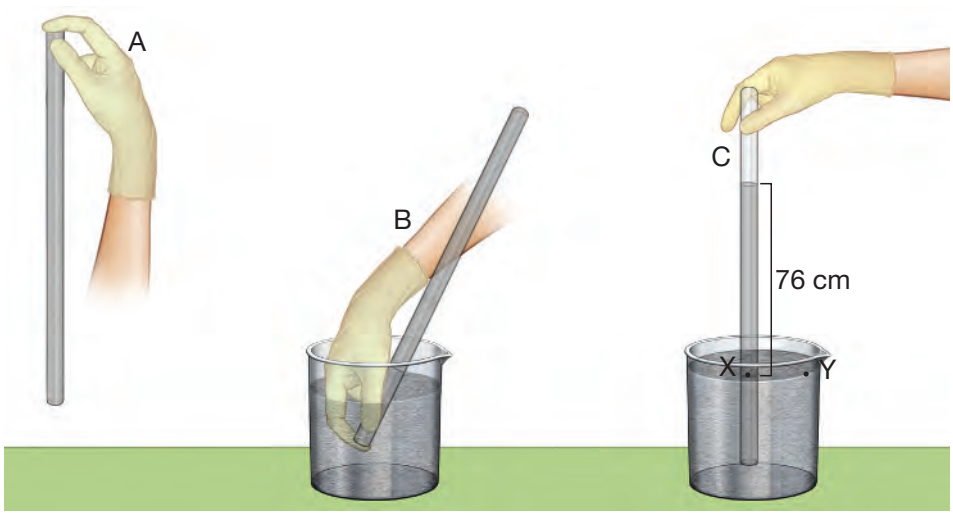


Ilustração representando o experimento de Torricelli. Considerando que a pressão nos pontos *X* e *Y* é a mesma, a pressão da coluna de 76 centímetros de mercúrio dentro do tubo corresponde à pressão atmosférica no nível do mar.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Com a ajuda do(a) professor(a) de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, explique por que, no exemplo dos poços de Florença, a coluna de água não ultrapassava uma altura de aproximadamente 10 metros.
2. Explique por que a hipótese não é algo evidente que "salta aos olhos", mas também não é um processo misterioso, fruto apenas de uma intuição adivinhadora.

Critérios de valor da hipótese

A fim de examinar os critérios usados para julgar o valor ou a aceitabilidade das hipóteses, adaptamos alguns deles apresentados na obra *Introdução à lógica*, de Irving Copi.

- **Relevância**. Podemos inventar as mais mirabolantes hipóteses para explicar um fenômeno, mas apenas algumas serão relevantes, por apresentarem maior poder explicativo e de previsão que outras, por sua abrangência e precisão.
- **Possibilidade de ser submetida a testes**. A hipótese deve ser passível de teste empírico, o que pode dificultar sua realização. Como observar radiações, elétrons, partículas e ondas, por exemplo? No início do século XIX, o astrônomo Urbain Le Verrier, ao observar o percurso de Urano, percebeu uma anomalia que somente poderia ser explicada pela existência de um planeta ainda desconhecido. Com base nas leis de Newton, pôde calcular a massa do planeta hipotético e também a distância entre ele e a Terra. Em 1846, outro astrônomo, Johann Galle, confirmou a hipótese de Le Verrier, ao identificar Netuno.
- **Compatibilidade com hipóteses já confirmadas**. Uma característica da ciência é a abrangência de diversas hipóteses compatíveis umas com as outras, compondo um todo coerente, que exclui enunciados contraditórios. O exemplo de Le Verrier confirma essa coerência buscada pela ciência. No entanto, não convém superestimar esse terceiro critério, porque, às vezes, a incompatibilidade com teorias anteriores pode indicar que há outro caminho válido a ser investigado. Esse foi o caso da teoria da relatividade, que, ao entrar em conflito com a teoria newtoniana, revelou uma nova abordagem para a física.

Experimentação

A experimentação consiste em uma observação provocada para controle da hipótese. Se a observação é o estudo dos fenômenos como se apresentam naturalmente, a experimentação é o estudo dos fenômenos em condições determinadas pelo experimentador.

Um exemplo clássico de controle experimental – além do já citado de Claude Bernard e os coelhos – foi realizado por Louis Pasteur com ovelhas, na França, no século XIX, ocasião em que criadores estavam sofrendo perdas no rebanho em razão do bacilo do carbúnculo (antraz), agente causador de doença infecciosa e letal. Pasteur preparou uma vacina com bactérias enfraquecidas de carbúnculo e levantou a hipótese da imunização. Para testá-la, preparou 60 ovelhas da seguinte maneira:

a. em 10 delas, não aplicou tratamento algum;

b. vacinou outras 25 e, após alguns dias, inoculou nelas uma cultura contaminada pelo bacilo do carbúnculo;

c. não vacinou as 25 restantes e inoculou nelas a cultura contaminada.



FERES, J.C., PORFIRIO-SOUSA, A.L., RIBEIRO, G.M., ROCHA, G.M., STERZA, J.M., SOUZA, M.B.G., SOARES, C.E.A. AND LAHR, D.J., 2016.

Imagens geradas por microscópio da ameba *Arcella gandalfi*. O animal unicelular mede cerca de 81 micrômetros e vive em água doce.

Imagens em contexto

Em 2016, cientistas brasileiros identificaram uma nova espécie de ameba, cujo nome, *Arcella gandalfi*, foi escolhido por sua carapaça similar ao chapéu do mago Gandalf, da série *O senhor dos anéis*. A real função da carapaça ainda não é conhecida, porém há diversas hipóteses: uma delas é de que a carapaça serviria para manter a umidade no entorno da célula; outra hipótese é de que seria uma proteção contra a radiação ultravioleta.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Depois de algum tempo, Louis Pasteur verificou que as 25 ovelhas não vacinadas morreram e que as 25 vacinadas sobreviveram. Ao compará-las às 10 que não tinham sido submetidas a tratamento, constatou que não sofreram alteração de saúde.

A experimentação proporciona condições privilegiadas de observação porque, por meio dela, é possível:

- replicar os fenômenos;
- variar as condições de experiência;
- tornar mais lentos os fenômenos muito rápidos;
- simplificar os fenômenos – por exemplo, para estudar a variação de volume, mantém-se constante a pressão dos gases.

Toda observação, portanto, está impregnada de teoria, o que é igualmente verdadeiro para a experimentação. Há teorias, no entanto, para as quais, apesar da impossibilidade de observação direta, é possível elaborar hipóteses válidas, uma vez que unificam e tornam inteligível um grande número de dados. Uma delas é a teoria da evolução darwiniana, de acordo com a qual a evolução das espécies se processou ao longo de muitas gerações, no decorrer de milhões de anos, o que é impossível observar diretamente.

Contudo, quando a experimentação refuta a hipótese – o que acontece muitas vezes –, o cientista deve recomeçar com outra hipótese, e outra, e mais outra...

Generalização

Na fase de experimentação, são analisadas as variações dos fenômenos: ao observar as relações constantes nos diversos experimentos, torna-se possível generalizar a fim de formular **leis** (enunciados que descrevem regularidades ou normas).

Por exemplo, se a temperatura de um gás aumentar, mantida a mesma pressão, será possível descobrir uma relação constante entre os fenômenos: sempre que a temperatura do gás aumentar, seu volume aumentará e não poderá deixar de aumentar.

As generalizações podem ser de dois tipos: **leis empíricas** e **leis teóricas**.



GIUSEPPE BEZZUOLI. FOTO: DE AGOSTINI/GETTY IMAGES - MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL, FLORENÇA

Detalhe de *Galileu realizando a experiência do plano inclinado*, pintura de Giuseppe Bezzuoli, 1841.

Imagens em contexto

O experimento do plano inclinado realizado por Galileu em 1604 possibilitou a observação precisa do movimento dos corpos. Assim, Galileu introduziu a medida e a experimentação na física nascente. Os objetivos do experimento eram medir o tempo gasto por diversos objetos para rolarem em um plano inclinado sem atrito (ou de atrito desprezível) e testar a hipótese de que não há relação alguma entre o tempo de rolamento e a massa dos objetos. Foram soltas esferas de massas diferentes, mas não foi verificada nenhuma variação no tempo de rolamento até o final do plano, constatação fundamental para a confirmação da hipótese de Galileu.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Leis empíricas

As leis empíricas (ou leis particulares) são inferidas de casos particulares; por exemplo, "O calor dilata os corpos". Como nem sempre é possível alcançar a universalidade rigorosa, leis estatísticas são criadas com base em probabilidades, procedimentos especialmente valiosos nos casos em que ocorre um grau acentuado de repetições – por exemplo, em biologia, questões sobre mutação; em estudos sociais, o poder de compra de determinado segmento ou a escolha de candidatos em eleições.

Leis teóricas

Heurístico: relativo ao verbo grego *heurísko*, "descobrir". É a mesma raiz da expressão *Heureca*!, "Descobri!".

As leis teóricas (ou teorias propriamente ditas) são as mais gerais e abrangentes, caracterizadas por seu **caráter unificador** e **heurístico**. Portanto, a teoria não só unifica o saber adquirido, articulando leis isoladas, como também é fecunda ao possibilitar novas investigações.

- **Caráter unificador:** consiste na abrangência da teoria ao reunir diversas leis particulares por uma perspectiva mais ampla. Por exemplo, a teoria da gravitação universal de Newton engloba leis referentes a domínios distintos, como as leis planetárias de Kepler e a lei da queda dos corpos de Galileu.
- **Caráter heurístico:** consiste no poder de gerar novas descobertas. Por exemplo, com base na teoria da gravitação universal, é possível calcular a massa do Sol e dos planetas.

Imagens em contexto

Com a teoria da gravitação universal de Newton, foi possível explicar o fenômeno das marés, o que revela seu caráter heurístico. As marés são percebidas pela oscilação da altura da superfície do mar e pelo avanço ou recuo do oceano sobre a costa. Elas decorrem tanto da atração gravitacional exercida pelo Sol e pela Lua como da rotação da Terra.



NANI ROSSETTI/GETTY IMAGES

Pôr do sol em Barra do Cunhau, no estado do Rio Grande do Norte. Fotografia de 2023. A Lua influencia as marés.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ciência como construção

Até aqui, distinguimos os passos da construção da ciência por meio das fases de hipótese, lei e teoria, mas todos esses passos são hipotéticos, por admitirem diferentes graus de comprovação, uma vez que dependem dos testes a que foram submetidos. Ainda que haja grande diferença entre uma primeira hipótese não comprovada pelos fatos e outra suficientemente testada, esta poderá ser contestada em algum aspecto, como aconteceu com a teoria da gravitação universal, proposta por Isaac Newton no século XVII, diante da teoria de Albert Einstein, proposta no século passado.

Para elaborar a teoria da relatividade, Einstein partiu de pressupostos diferentes daqueles utilizados por Newton e, por isso, chegou a conclusões distintas das anteriores. Isso não significa que a teoria newtoniana tenha sido abandonada totalmente. Foram apenas reconhecidos seus limites, já que ela se aplica a um setor da realidade restrito, ao passo que a teoria da relatividade se mostra mais eficaz do que a teoria newtoniana por abranger tanto o macrocosmo (universo) quanto o microcosmo (interior do átomo).

Retomando o exemplo da teoria da luz, Newton admitia a emissão corpuscular da luz, ao passo que Augustin-Jean Fresnel, no século XIX, desenvolveu a teoria ondulatória. Embora incompatíveis, as duas teorias explicam diversos fenômenos ópticos, como a refração, a reflexão e a interferência.

Afinal, o que podemos esperar de uma lei? O físico e filósofo Pierre Duhem afirma:

> Os termos simbólicos que ligam uma lei da física não são mais essas abstrações que brotam espontaneamente da realidade concreta; são abstrações produzidas por um trabalho de análise lento, complicado, consciente, o trabalho secular que elaborou as teorias físicas. É impossível compreender a lei, impossível aplicá-la, se não se fizer esse trabalho, se não se conhecer as teorias físicas. Segundo a adoção de uma ou outra teoria, a lei muda de sentido, de sorte que ela pode ser aceita por um físico que admite tal teoria e rejeitada por um outro físico que admite outra teoria. [...] uma lei da física é uma relação simbólica cuja aplicação à realidade concreta exige que se conheça e que se aceite todo um conjunto de teorias.

DUHEM, Pierre. Algumas reflexões acerca da Física Experimental. **Ciência e Filosofia**, São Paulo, n. 4, p. 109-110, 1989.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. De acordo com Pierre Duhem, como é caracterizado o trabalho envolvido na elaboração de teorias físicas?
2. Para Duhem, as leis da física são consideradas verdades inabaláveis ou provisórias? Explique.

O sucessivo alternar de teorias que se completam, contradizem-se ou são abandonadas indica que o conhecimento científico não é definitivo, tampouco as teorias são "reflexos" fiéis do mundo natural. Em discussões de filósofos das ciências, a teoria científica é mencionada como construção da mente, hipótese de trabalho, modelo, função **pragmática** que facilita a previsão e a ação ou descrição de relações entre elementos, embora nunca garanta certeza definitiva. Entende-se, porém, que não se trata de construção subjetiva, individual, mas de uma elaboração social, convencional, que depende de critérios aceitos pela comunidade científica.

Pragmática: do grego *pragmatikós*, "que concerne à ação", "próprio da ação", "eficaz". Designa algo voltado para objetivos práticos ou que contenha considerações de ordem prática.



BETTMANN/GETTY IMAGES

O cientista Albert Einstein observa ocular de telescópio newtoniano em Princeton, nos Estados Unidos. Fotografia de 1954. A ciência é construção: na foto, o criador da teoria da relatividade utiliza um instrumento inventado pelo criador da teoria da gravitação universal.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O nascimento das ciências humanas

Desde a Antiguidade, assuntos referentes ao comportamento humano foram objetos de estudo da filosofia. No entanto, apenas no século XIX pesquisadores começaram a desenvolver campos próprios de estudos para a constituição das ciências humanas, tais como a psicologia, a sociologia, a antropologia, a economia, a geografia humana e a história. Para isso, seria necessário definir com rigor o método e o objeto específico de cada uma delas.

As dificuldades eram muitas: seria possível abordar como objeto de estudo o ser humano e suas práticas de maneira objetiva? Isso poderia ser feito testando hipóteses pela experimentação ou generalizando observações até descobrir leis gerais? Não é necessário muito esforço para perceber quais seriam os desafios diante da especificidade desse objeto das ciências.

Sabemos que as ciências da natureza têm como objeto algo que se encontra fora do sujeito que conhece, mas as ciências humanas voltam-se para o sujeito do conhecimento, o próprio ser humano. Portanto, é possível imaginar as dificuldades enfrentadas por cientistas dessa área para pesquisar o objeto de estudo sem que a subjetividade deles interfira nesse processo, como vamos estudar adiante.

Imagens em contexto

Entre 1935 e 1939, Claude Lévi-Strauss, renomado antropólogo francês, viveu no Brasil e lecionou na Universidade de São Paulo. Durante esse período, realizou diversas expedições etnográficas no país, estudando etnias indígenas, como os Bororo e os Nambiquara. Essas experiências foram fundamentais para o desenvolvimento de sua carreira, influenciando sua visão sobre as estruturas sociais e culturais, e contribuindo significativamente para a consolidação do estruturalismo na antropologia.



APIC/GETTY IMAGES

Claude Lévi-Strauss na Amazônia, Brasil. Fotografia de 1936.

Dificuldades metodológicas das ciências humanas

Examinemos algumas das dificuldades enfrentadas para estabelecer o método das ciências humanas: **complexidade**, **experimentação**, **matematização**, **subjetividade** e **liberdade**.

Complexidade

Não é possível prever e/ou controlar todas as variáveis dos fenômenos humanos – sejam eles psíquicos, sociais ou econômicos –, como nos estudos das ciências da natureza. Em física, por exemplo, ao analisar as condições de pressão, volume e temperatura, é possível estudar um fenômeno determinando constantes para um desses fatores. O comportamento humano, entretanto, resulta de múltiplas influências – hereditariedade, meio, impulsos, desejos e memórias, bem como a ação da consciência e da vontade –, o que o torna extremamente complexo.

Pode-se, com isso, considerar a complexidade de estudar objetivamente, por exemplo, a motivação do voto de cidadãos em uma eleição, o fenômeno do linchamento e da vaia ou a escolha da profissão, questões que, em última análise, dependem da escolha humana.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Experimentação

É difícil identificar e controlar, por meio de experimentos, os diversos fatores que influenciam os atos humanos, por vários motivos: a natureza artificial dos experimentos pode falsear os resultados; a motivação varia conforme os sujeitos e as instruções dos experimentadores, que podem sugerir interpretações diferentes; a repetição do experimento talvez altere os efeitos, uma vez que o indivíduo, como ser afetivo e consciente, nunca vive uma segunda situação de maneira idêntica à primeira.

Além disso, há restrições éticas a certos experimentos. Não é lícito, por exemplo, submeter pessoas a situações que coloquem em risco sua integridade física, psíquica ou moral. Assim, reações de pânico em um prédio em chamas só podem ser objeto de observação eventual após a ocorrência do acidente. Pela mesma razão, a avaliação do sofrimento de pessoas afligidas por atrocidades praticadas em guerra ou por governos tirânicos implica a discussão de normas éticas.

Matematização

A passagem da física aristotélica para a física clássica de Galileu Galilei ocorreu pela transformação das **qualidades** em **quantidades**, ou seja, a ciência tornou-se mais rigorosa por utilizar a matemática em suas medidas. Contudo, esse ideal não pode ser atingido em estudos das ciências humanas, que abordam fenômenos predominantemente qualitativos, embora seja possível recorrer à matemática ao empregar técnicas estatísticas, sempre com resultados apenas aproximados e sujeitos à interpretação.

Subjetividade

A subjetividade refere-se às características do sujeito, àquilo que o torna pessoal e singular. Do ponto de vista do conhecimento, o subjetivismo é a projeção da visão de mundo de uma pessoa na interpretação dos fatos; por isso, os pesquisadores aspiram à objetividade, à avaliação aceita por todos os membros da comunidade científica.

No caso das ciências humanas, como o pesquisador é, ao mesmo tempo, o sujeito e o objeto de estudo, torna-se mais difícil alcançar a neutralidade, embora seja uma meta sempre desejada. Como exemplo de risco de subjetivismo pode-se destacar o esforço do historiador para interpretar eventos históricos no momento em que os vivencia, ou o de um sociólogo que analisa a instituição da família considerando que, como todos, pertence a uma.

ERICBERY/SHUTTERSTOCK



Pêndulo de Foucault no Panteão de Paris, na França. Fotografia de 2023.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

Os gregos antigos não tinham consciência de viverem o período que hoje chamamos de Antiguidade. Do mesmo modo, os medievais não sabiam que o processo histórico pelo qual passavam seria posteriormente conhecido como Idade Média.

1. É possível ter consciência da época histórica em que vivemos? Por quê?
2. Discuta com os colegas exemplos de eventos que vivemos hoje e que talvez só possamos compreender efetivamente no futuro.

Imagens em contexto

O pêndulo de Foucault é um experimento concebido pelo físico francês Léon Foucault, em 1851, para demonstrar a rotação da Terra. Diferentemente dos experimentos das ciências da natureza, os das ciências humanas encontram diversas barreiras, como restrições éticas e riscos à objetividade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Você pesquisador

OBJETO DIGITAL
Vídeo: Entrevista

Uma das práticas de pesquisa amplamente utilizadas na metodologia de diversos campos das ciências humanas é a **entrevista**. Em se tratando de um método cujo objeto de investigação é o ser humano, a entrevista é um modo direto de acesso do cientista a seu objeto de estudo (isto é, outro sujeito), o que traz as dificuldades impostas pelo aspecto da subjetividade associada à produção de conhecimento em ciências humanas. A entrevista consiste nos atos de abordar e questionar adequada e respeitosamente os entrevistados e também de compilar, organizar e sistematizar as informações e discursos coletados. Agora, siga os procedimentos a seguir para o desenvolvimento de uma entrevista.

- Em um grupo de quatro pessoas, elejam um tema que pode ser algo sobre o dia a dia da turma ou algo de interesse comum entre vocês, desde que não invada a privacidade dos colegas.
- Dividam-se em duas duplas. Com base no tema escolhido, uma delas deve elaborar um roteiro de perguntas abertas para conhecer as opiniões ou experiências dos entrevistados. A outra dupla deve ser entrevistada.
- Procurem ser cordiais e imparciais durante a entrevista. Se possível, gravem o áudio da conversa, desde que com o consentimento dos colegas.
- Não deixem, porém, de anotar outros aspectos da entrevista, como as reações dos entrevistados às perguntas.
- Após as entrevistas, transcrevam o material e selecionem os trechos mais importantes para elaborar uma breve análise das informações coletadas.
- Por fim, avaliem a atividade como um todo, refletindo a respeito das dificuldades de interação entre as subjetividades de quem entrevista e de quem é entrevistado. Respondam às perguntas a seguir.
  - **a.** Como foi a experiência? Foi fácil a interação entre entrevistadores e entrevistados?
  - **b.** Vocês acreditam que alguma dificuldade de interação interferiu nos resultados das entrevistas?
  - **c.** Como foi a seleção que fizeram do material? Algo surpreendeu? Ou os resultados apenas confirmaram o que já se esperava?

Liberdade

Determinismo: princípio filosófico de acordo com o qual os fenômenos naturais estão ligados por relações de causalidade e leis universais.

Nas leis das ciências da natureza, as experimentações buscam simplificar um fenômeno no enunciado da lei e da teoria, além de validar conclusões para todos os casos. De certo modo, pressupõem o **determinismo**, segundo o qual podemos encontrar uma causa na raiz de qualquer objeto analisado. Com base nas regularidades na natureza, é possível estabelecer leis e, por meio delas, prever a incidência de um fenômeno. Como aceitar, porém, a previsão de comportamentos ao admitir a **liberdade humana**? Mesmo se reconhecermos os condicionamentos sofridos pelo ser humano, seriam eles da mesma natureza e intensidade dos que ocorrem com os demais seres vivos e com os seres inertes?

Ao relatar algumas dificuldades das ciências humanas para constituir seus métodos, não se pretende provar a inviabilidade das disciplinas humanas como ciências, pois elas estão aí, algumas consolidadas, outras procurando seu espaço. É preciso destacar, no entanto, o fato de que existem diferenças entre as ciências da natureza e as ciências humanas, sendo necessário estabelecer o tipo de metodologia adequado à área investigada. Além disso, o método escolhido depende, de certa maneira, de pressupostos filosóficos que embasam a visão de mundo de determinado cientista.

Diversidade de métodos

Diante de tais dificuldades para a constituição das ciências humanas, é compreensível encontrar um número maior de métodos, em relação às ciências da natureza. Os primeiros estudiosos propuseram, inicialmente, a seguinte questão sobre o fundamento epistemológico: "O que é esse objeto que se pretende conhecer?". Em seguida, perguntaram: "Que método usar para alcançar esse objetivo?". De modo geral, conforme as respostas dadas a essas questões, podem ser identificadas duas tendências mais marcantes: a **naturalista** e a **humanista**.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Tendência naturalista

De início, as ciências humanas sofreram influência da **teoria positivista**, elaborada na primeira metade do século XIX por Auguste Comte, responsável pela tentativa de adequar o método das ciências humanas ao modelo das ciências da natureza. Essa primeira orientação, chamada "tendência naturalista", enfatizou a experimentação e a medida, bem como rejeitou os aspectos qualitativos.

Como expressões da tendência naturalista destacaram-se, na sociologia então nascente, o francês Émile Durkheim e, na psicologia, o estadunidense Burrhus Skinner, responsável por criar o método da ciência do comportamento, também conhecida como **behaviorismo**.

FRANCK LEGROS/SHUTTERSTOCK



Monumento dedicado a Auguste Comte em Paris, na França. Fotografia de 2024. Os escritos de Comte influenciaram a tendência naturalista das ciências humanas.

Tendência humanista

Outros estudiosos argumentavam que, em razão da especificidade, para estudar as ciências humanas era necessário empregar um método diferente daquele utilizado nas ciências da natureza; daí seu caráter humanista e **hermenêutico**. O filósofo contemporâneo alemão Wilhelm Dilthey afirmava que podemos **explicar** a natureza, mas a vida psíquica deve ser **compreendida**.

Em grande parte, com a explicação buscam-se as causas do fenômeno para estabelecer leis, como fez Galileu Galilei com a lei da queda dos corpos e Isaac Newton com a teoria da gravitação universal. A **compreensão**, por sua vez, depende da **interpretação** e encontra-se vinculada à **intencionalidade** dos atos humanos, sempre voltados para motivações diversas, valores e finalidades.

Assim, os estudiosos das ciências humanas recorrem à interpretação a fim de decifrar o sentido oculto no sentido aparente. Para os representantes da tendência humanista, o estudo desse objeto – o ser humano – pressupõe o reconhecimento de sua complexa individualidade, liberdade e consciência moral. Tal tendência, porém, não é homogênea, por abrigar pensadores de diferentes linhas teóricas.

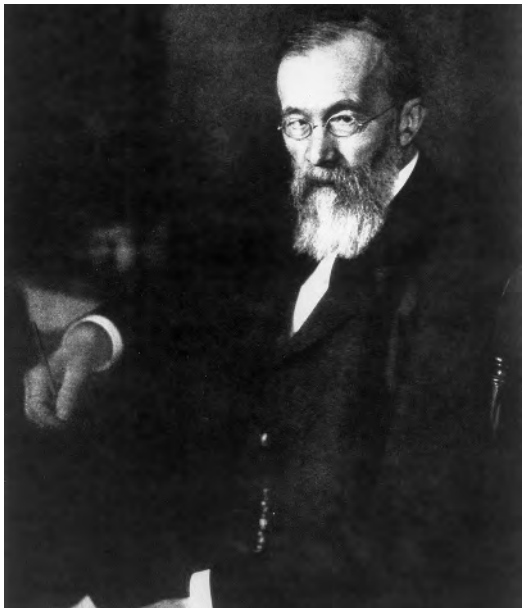
A fim de exemplificar, trataremos da psicologia comportamentalista estadunidense, de orientação naturalista. Em seguida, abordaremos os métodos da psicanálise, representante da tendência humanista, na qual, de certo modo, pode-se incluir a teoria de Sigmund Freud. Depois, apresentaremos os movimentos contemporâneos das ciências cognitivas, que se consolidaram com o avanço tecnológico.

Teoria positivista: segundo essa teoria, a humanidade teria atingido sua maioridade com as chamadas "ciências positivas", caracterizadas pela precisão do método e pela objetividade conceitual.

Behaviorismo: do inglês *behavior*, "comportamento"; teoria e método de investigação psicológica empregados para examinar objetivamente o comportamento humano e o dos animais, com ênfase nos fatos objetivos (estímulos e reações), sem recorrer à introspecção.

Hermenêutico: relativo à hermenêutica, teoria da interpretação; estudo da interpretação de textos escritos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



ARCHIV GERSTENBERG/ULLSTEIN BILD/GETTY IMAGES

O psicólogo Wilhelm Wundt. Fotografia de cerca de 1910.

Psicologia

Para exemplificar tendências naturalistas e humanistas de cientistas desde o século XIX, começando pelas naturalistas, foi escolhida a psicologia.

A psicologia com *status* de ciência surgiu, como as demais ciências humanas, no final do século XIX, na Alemanha, com o trabalho de diversos médicos empenhados em investigar o fenômeno da percepção. Os métodos dessa ciência configuraram-se de acordo com a influência positivista, predominante naquele período. Tratava-se mais propriamente de uma psicofísica, cujo método era usado para quantificar e generalizar a relação entre mudanças de estímulo a fim de verificar os efeitos sensoriais correspondentes.

Entre os pesquisadores destacou-se Wilhelm Wundt, que fundou, em 1879, o primeiro laboratório de psicologia, onde realizou processos de controle experimental. No livro *Elementos de psicologia fisiológica*, Wundt expôs o conceito de método, empregando na psicologia os mesmos princípios usados para o estudo da fisiologia; por isso, não se aventurou a investigar processos mais complexos do pensamento, considerados inacessíveis ao controle experimental. Voltou-se, portanto, para a observação da percepção sensorial, principalmente a visão, estabelecendo relações entre fenômenos psíquicos e seu substrato orgânico, sobretudo cerebral.

De maneira diferente, mas com resultado semelhante, o médico russo Ivan Pavlov estava interessado no funcionamento dos fenômenos de digestão e salivação quando suas experiências com cães o levaram à descoberta de um fenômeno psicológico que ele reconheceu posteriormente como **reflexo condicionado**.



HENRI ROUSSEAU - MUSEU DE ARTE MODERNA, NOVA YORk

A cigana adormecida, pintura de Henri Rousseau, 1897. A tendência humanista se baseia na interpretação, mecanismo indispensável para desvendar, por exemplo, os sonhos e a vida psíquica, como mostrará a psicanálise.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Pavlov sabia que a visão ou o aroma do alimento provocava salivação, do mesmo modo que o som de uma campainha fazia o cão ficar com as orelhas em pé: em ambos os casos, tratava-se de **reflexo simples e incondicionado**, porque não foi aprendido. Por acaso, percebeu que a salivação também ocorria em outras situações, o que o levou a realizar experimentos controlados em laboratório.

Associou, então, o alimento ao som de uma campainha sempre que o cão fosse alimentado e, após algumas repetições, observou que bastava soar a campainha para o cão salivar. Isso significou que o som, antes um estímulo neutro para a salivação, tornou-se um estímulo eficaz: criou-se o **reflexo condicionado clássico**, depois denominado **respondente**, por resultar da associação entre um estímulo externo seguido de uma resposta.

O estímulo do alimento é chamado **reforço positivo**, pois é ele que torna a reação mais frequente, garantindo a manutenção da resposta. Se o reforço não for mais apresentado, a tendência será a extinção da resposta, isto é, será desfeito o reflexo condicionado.

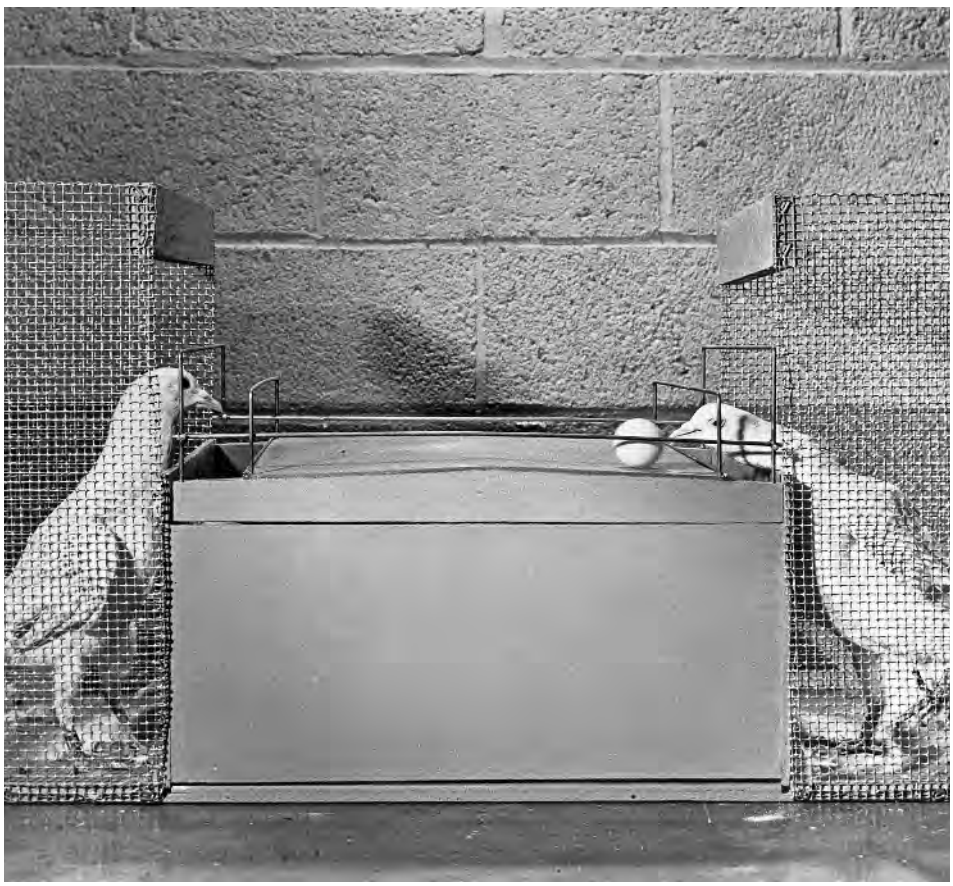
Psicologia comportamental

No início do século XX, ampliaram-se os estudos de psicologia nos Estados Unidos, sobretudo com a psicologia comportamental ou behaviorismo, nome escolhido pelo precursor John Broadus Watson. A fim de atingir o ideal positivista de objetividade focado no comportamento, Watson abandonou discussões a respeito da **consciência**, conceito filosófico impróprio para uso científico, por se tratar de fenômeno inatingível mediante observação e experimento.

A teoria behaviorista alcançou novo impulso com Burrhus Frederic Skinner, cientista que aceitava apenas dados comportamentais como objeto de investigação.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

BETTMANN/GETTY IMAGES



Laboratório do psicólogo Burrhus Frederic Skinner em Cambridge, nos Estados Unidos. Fotografia de 1950.

Imagens em contexto

Idealizador do chamado behaviorismo radical, Skinner acreditava que não há livre-arbítrio, e, tal como os animais, o comportamento humano pode ser modificado por meio de condicionamentos e reforços positivos. Na fotografia, o psicólogo realiza um de seus experimentos comportamentais com pombos. A capacidade de aprendizagem dos pombos é testada em um jogo com bola. Quando um dos pássaros erra o jogo, o adversário é recompensado com comida.

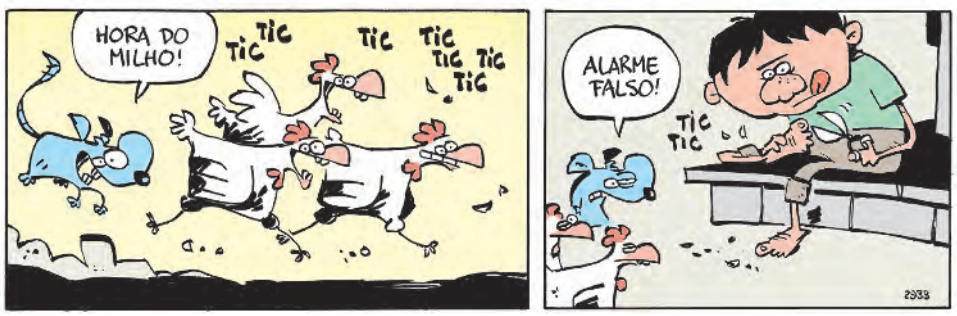
Skinner e o condicionamento operante

Skinner, inicialmente, apoiou-se na experiência sobre o reflexo condicionado realizada por Ivan Pavlov, mas ampliou essa técnica com pesquisas sobre o **reflexo condicionado operante**, mais complexo que o respondente. Trata-se do condicionamento instrumental, também chamado skinneriano ou operante, por ser determinado por suas consequências, e não por um estímulo que o precede.

Por exemplo, um animal faminto é colocado na "caixa de Skinner". Após esbarrar casualmente em uma alavanca diversas vezes, percebe que o alimento aparece sempre que a aciona; assim, realiza a associação entre alavanca e alimento. Apertar a alavanca é a resposta dada *antes* do estímulo, que é o alimento. Skinner criou muitas variantes dessas caixas, até mesmo aquelas em que o animal agia para evitar uma punição, como saltar para outro local antes que um choque elétrico fosse acionado, o que "havia aprendido" mediante um sinal luminoso ou sonoro que antecedia o choque.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Qual é a quebra de expectativa do primeiro para o segundo quadrinho?
2. Explique o efeito de humor da tirinha com base na noção de condicionamento. Trata-se de um reflexo condicionado clássico ou de um reflexo condicionado operante?



Níquel Náusea, tirinha de Fernando Gonsales, 2002.

© FERNANDO GONSALES

Campos de aplicação

As descobertas de Burrhus Frederic Skinner foram amplamente utilizadas, nos Estados Unidos, em diversos campos da atividade humana. Na instrução programada, por exemplo, o estudante recebe um texto com uma série de espaços em branco para preencher em nível crescente de dificuldade. Partindo do princípio de que o reforço deve ser dado a cada passo do processo e imediatamente após o ato, o estudante pode conferir o erro ou o acerto de sua resposta passo a passo. O processo foi aperfeiçoado na "máquina de ensinar", com a qual Skinner pensava substituir o professor em várias etapas da aprendizagem.

Técnicas skinnerianas também podem ser utilizadas na Educação Infantil, visando criar bons hábitos e corrigir comportamentos inadequados. Exemplificando, no tratamento psicológico de certos comportamentos, a terapia comportamental ou reflexologia é empregada para descondicionar maus hábitos.

Processos semelhantes podem ajudar pessoas que têm medo de viajar de avião ou dirigir veículos. Em empresas, tais métodos são usados para estimular o aumento da produção ao atribuir pontos ao funcionário a cada meta atingida, de modo que os pontos acumulados sejam trocados por benefícios.

Assim afirma Skinner:

> Treinar um soldado é em parte condicionar respostas emocionais. Se retratos do inimigo, sua bandeira etc. forem associados a histórias ou fotografias de atrocidades, uma reação agressiva semelhante provavelmente ocorrerá quando o inimigo for encontrado. As razões favoráveis são obtidas em geral da mesma maneira. Respostas a alimentos apetecíveis são facilmente transferidas para outros objetos. [...] O vendedor bem-sucedido é aquele que convida [seu cliente] para jantar. O vendedor não está apenas interessado nas reações gástricas, mas sim na predisposição favorável do cliente a seu respeito e com relação ao seu produto.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 1985. p. 62.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Skinner cita dois contextos para tratar do condicionamento a respostas emocionais. Quais são eles?
2. O texto foi escrito em 1953. Em sua opinião, essas questões ainda são atuais?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Defensores da tendência humanista em geral criticam a psicologia comportamentalista de Skinner pelo fato de ela ser usada para estudar o comportamento humano predominantemente por meio de reflexos condicionados operantes, deixando de se ocupar com os comportamentos mais complexos.

Em oposição a eles, os teóricos e terapeutas do comportamentalismo argumentam que geralmente usam o condicionamento operante por ser mais complexo que o respondente (pavloviano) de estímulo-resposta, além de oferecer uma base experimental que possibilita a verificabilidade, como no caso da "caixa de Skinner". Quanto aos tratamentos, afirmam preferir soluções pragmáticas e de resultados em curto prazo e criticam as teorias hermenêuticas (como as psicanalíticas), enredadas em conceitos metafísicos e teorias abstratas.

Tendência humanista na psicologia

Conforme você estudou, os primeiros pesquisadores da psicologia se restringiram a fenômenos concretos – como a percepção visual – por serem mensuráveis. Os adeptos da corrente humanista seguiram em outra direção, sobretudo aqueles influenciados pelos pensadores da teoria fenomenológica (como Edmund Husserl), para os quais não há fatos objetivos, pois não percebemos o mundo como um dado bruto, desprovido de significados. Em vez disso, o que cada um percebe é um mundo para ele. Daí a importância do sentido, da rede de significações que envolve os objetos percebidos: a consciência "vive" imediatamente como doadora de sentido.

Para a fenomenologia, não há pura consciência, separada do mundo, porque toda consciência é intencional, isto é, visa ao mundo. Do mesmo modo, não há objeto em si, independente da consciência que o percebe, porque o **objeto** é um **fenômeno** – etimologicamente, "algo que aparece" para uma consciência.

Por exemplo, os fenomenólogos criticam o uso da terapia reflexológica das teorias comportamentais na reeducação de uma criança manhosa, porque a manha *não é*, ela *significa*, ou seja, é pela emoção que a criança se exprime na totalidade de seu ser. Ela quer dizer coisas com o choro, e esse choro precisa ser interpretado. Do mesmo modo, certos estímulos externos produzem respostas que nem sempre são as mesmas para todas as pessoas; em cada uma exercem influência de maneira singular.

A fenomenologia contrapõe a relação mecânica estímulo-resposta, estabelecida pelo comportamentalismo, ao sinal e o símbolo. Enquanto o sinal faz parte do mundo físico do ser, o símbolo é parte do mundo humano do sentido.



WESTEND61/GETTY IMAGES

Formação de nuvens na Alemanha. Fotografia de 2014. Segundo os fenomenólogos, nós percebemos os objetos como fenômenos. Ao olharmos para uma nuvem, por exemplo, temos a percepção dela conforme aparece para nossa consciência.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Freud e a psicanálise

Entre as expressões da tendência humanista, vamos destacar a psicanálise, teoria (e também método clínico) criada pelo médico austríaco Sigmund Freud, que, ao se interessar pelo tratamento de doenças psíquicas, elaborou a **hipótese do inconsciente**.

Ao abordar a contribuição freudiana para a psicologia neste tópico, que trata da metodologia das ciências humanas e, mais especificamente, da tendência humanista, é necessário fazer algumas ressalvas. Em razão da formação médica, em suas primeiras obras, Freud apresentou elementos que denotavam influência das tendências naturalistas na constituição da psicanálise. Por exemplo, o conceito de aparelho psíquico foi inspirado no de aparelho fisiológico, extraído da biologia e da fisiologia, e as ideias de força, atração e repulsão foram inspiradas no princípio da conservação da energia. Além disso, a busca por causas que comprovassem certas reações psíquicas eram elementos indicativos do alinhamento às ciências naturais, como ocorria em outros estudos da psicologia.

Do mesmo modo, Freud cercou-se de estudiosos de outras áreas, como cientistas da natureza e neurologistas, cujas teorias estavam permeadas de ideias positivistas, comuns ao ambiente intelectual do final do século XIX. Essa proximidade acabou por orientar a adequação da psicanálise à metodologia das ciências da natureza, condição várias vezes explicitada – e desejada – por Freud como maneira de aceitação da cientificidade de sua teoria.

Sugestão

Classificação indicativa do filme *Um método perigoso*: não recomendado para menores de 14 anos.

Um método perigoso

Direção: David Cronenberg. Canadá, Reino Unido, Alemanha e Suíça, 2011. 99 minutos.

O filme, uma ficção baseada em fatos, tem como protagonistas Sigmund Freud e seu discípulo Carl Jung. O enredo trata da parceria entre eles nas pesquisas envolvendo a mente humana. Seus estudos os levaram a ter divergências que, no filme, são acentuadas pelo atendimento de ambos à paciente Sabina Spielrein. Como dados biográficos a respeito de Sabina, vale mencionar que, mais tarde, ela se tornou uma das primeiras mulheres psicanalistas e, em 1942, sendo russa e filha de mercadores judeus, foi assassinada pelo regime nazista.

Imagens em contexto

No centro do grupo, o psicanalista alemão Sigmund Freud e o suíço Carl Jung, que presidia a Associação Psicanalítica Internacional. Na primeira fileira, aparecem outros importantes nomes da psicanálise, como a holandesa Maria Moltzer, a russa Lou Andreas-Salomé e a estadunidense Beatrice Moses Hinkle.



PHOTO12/UNIVERSAL IMAGES GROUP/GETTY IMAGES

Congresso Internacional de Psicanálise em Weimar, na Alemanha. Fotografia de 1911.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A interpretação dos sonhos

Um elemento destoante da orientação naturalista de Sigmund Freud foi a publicação, em 1900, de *A interpretação dos sonhos*. Nesse livro, percebe-se uma aproximação entre a teoria de Freud e a tendência humanista. Na obra citada, o termo **interpretação** configura o elemento hermenêutico da psicanálise, centrada na busca do "sentido" do sonho, considerado por Freud o caminho para o conhecimento do inconsciente. Para ele, portanto, o sonho lembrado contém um "conteúdo manifesto", que deve ser interpretado para que se descubra seu "conteúdo latente", o que é realizado por meio da **associação livre** feita pelo sujeito que sonha, sob a orientação do método psicanalítico.

Isso também ocorreu quando Freud desenvolveu o conceito de **sintoma neurótico**, cujo sentido será necessário interpretar, bem como quando se referiu à sexualidade, que em nenhum momento foi entendida como puramente biológica.

Sintoma neurótico: sintoma da neurose, um sofrimento mental decorrente de desejos inconscientes reprimidos que procuram uma "válvula de escape" para acessar a consciência.

A obra de Freud despertou o interesse do então psiquiatra francês Jacques Lacan, que se dedicou à prática psicanalítica transformando-a com base na linguística estruturalista de Ferdinand de Saussure. Conforme Lacan, o inconsciente não representa uma instância do indivíduo, porque o sujeito está inserido em uma estrutura social que precisa ser considerada. Para o psiquiatra francês, são as estruturas da linguagem – e não o sujeito – que "falam" por meio dos sintomas da neurose, o que resumiu em sua célebre formulação "O inconsciente é estruturado como uma linguagem".



STRAND RELEASING/EVERETT/SHUTTERSTOCK

Fotograma do filme *Nise: o coração da loucura*, dirigido por Roberto Berliner, 2015.

Imagens em contexto

O fotograma representa o trabalho da médica Nise da Silveira (interpretada pela atriz Glória Pires), responsável pela criação, em 1946, no município do Rio de Janeiro, do Ateliê do Engenho de Dentro, onde pacientes psiquiátricos utilizavam a linguagem artística para a expressão do inconsciente. A técnica terapêutica da pintura revolucionou o tratamento psiquiátrico em uma época marcada por tratamentos agressivos, como eletrochoques e lobotomias.

Ciências cognitivas

As ciências cognitivas começaram a ser estudadas na década de 1950, embora houvesse pesquisas anteriores sobre o tema. Constituíram-se de modo multidisciplinar, de início com a participação da psicologia, da linguística e de estudos sobre a inteligência artificial. Depois, outras áreas contribuíram para a explicação de como ocorre o conhecimento: a etologia, com o estudo sobre o pensamento animal; a antropologia, pela comparação de diversas culturas; a psiquiatria, com o estudo de transtornos mentais; as neurociências, com o mapeamento do cérebro.

O ramo das ciências cognitivas não está propriamente enquadrado nem nas ciências humanas nem nas ciências da natureza, pois reúne aspectos da biologia, da física, da química, da matemática, da comunicação, da filosofia, das artes etc.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Inteligência artificial

A invenção do computador, na década de 1940, provocou uma revolução ao estimular a comparação da mente humana com tarefas que a máquina podia realizar, levantando a hipótese de que talvez nós pensássemos como um computador ou a de que o computador pudesse vir a pensar como um ser humano. De fato, com variados programas, computadores podem calcular, classificar, memorizar dados e resolver problemas, ou seja, desempenhar atividades "inteligentes". Mas quais seriam os limites de um computador?

Para o filósofo estadunidense Daniel Dennett, defensor da inteligência artificial, os computadores poderão ser dotados de consciência, apenas dependendo de tempo e de desenvolvimento da técnica para que se crie na máquina o equivalente ao pensamento humano.

Há os que contra-argumentam recorrendo ao conceito de **intencionalidade**, caro à fenomenologia, tendência que atribui ao ser humano a capacidade de agir de maneira intencional. Além disso, todo ser humano é um agente moral, capaz de deliberar e escolher, o que não ocorre com a máquina.

John Searle, outro filósofo estadunidense, é um dos que refutam as teses daqueles que defendem a inteligência artificial. Searle utiliza as noções de *software* (o programa) e *hardware* (o sistema físico que executa o programa) para concluir que a mente está para o cérebro como o programa está para o *hardware*. Ele completa:

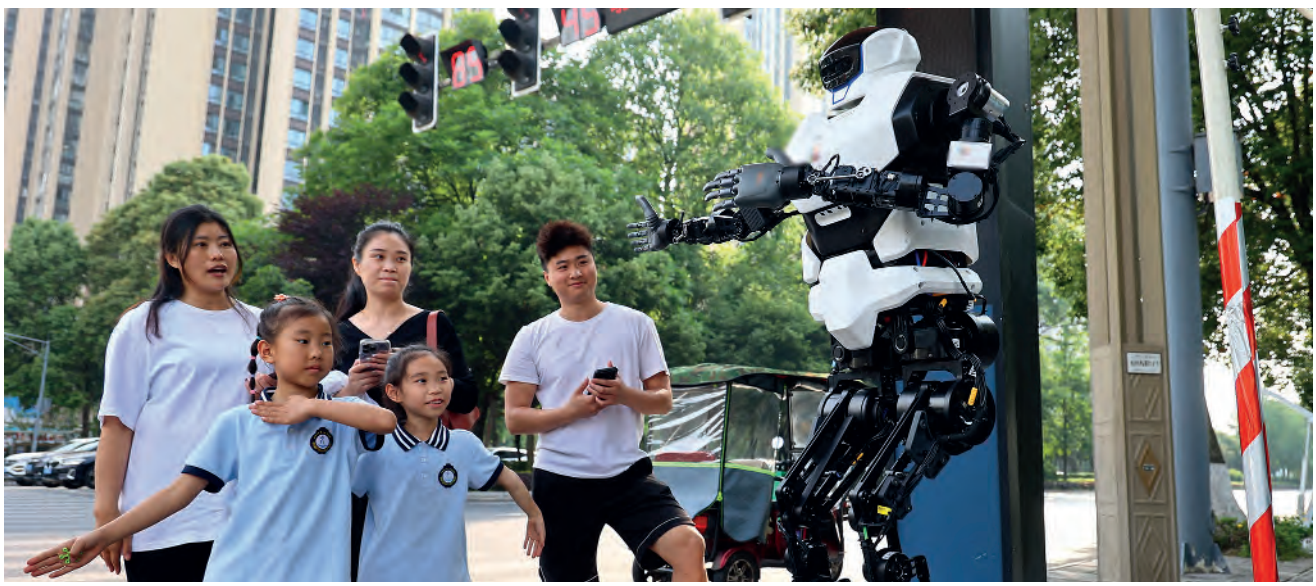
> Mentes não podem ser equivalentes a programas, porque programas são definidos de maneira puramente formal ou sintática, enquanto as mentes possuem conteúdos mentais. A maneira mais fácil de perceber a força dessa refutação é examinar se um sistema, digamos o nosso próprio, poderia aprender a manipular os símbolos formais para decifrar uma linguagem natural sem de fato compreender essa linguagem. Posso ter um programa que me capacite a responder questões em chinês simplesmente comparando os símbolos que me são enviados com auxílio do processamento apropriado, e desse modo produzir outros símbolos, mas ainda assim não teria compreendido chinês.

SEARLE, John Rogers. Filosofia contemporânea nos Estados Unidos. *In*: BUNNIN, Nicholas; TSUI-JAMES, E. P. (org.). **Compêndio de filosofia**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2007. p. 14.

O tema foi reavivado com o aperfeiçoamento e a difusão do acesso a programas de inteligência artificial gerativa, sistemas capazes de responder de diferentes formas a todo tipo de perguntas que lhes são feitas, das mais simples às mais complexas. As respostas incluem soluções originais e criativas que, quando requeridas pelo usuário, podem ser expressas na forma de poemas e até de canções, interferindo em áreas como o ensino, o jornalismo e a arte.

Ainda que inteligência artificial possa ser usada em benefício da humanidade, vale refletir, contudo, sobre seus riscos. Por exemplo, quando associada ao uso da imagem e da voz de pessoas, com a manipulação de rostos e a sincronização de movimentos labiais, ela cria cenas de grande verossimilhança, mas que na realidade nunca ocorreram. Pode-se, assim, utilizar a imagem de autoridades em determinados assuntos para enganar seu público e propagar desinformação. Outro perigo da inteligência artificial, em especial da generativa, é o de, ao operar sobre uma base de dados que reflete preconceitos e desigualdades sociais, reproduzir e perpetuar esses mesmos preconceitos e desigualdades.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



CHEN DONGDONG/VCG/GETTY IMAGES

Robô com inteligência artificial serve como guia de trânsito em um cruzamento na cidade de Mianyang, na China. Fotografia de 2024.

Inteligência artificial e relações de trabalho

No texto a seguir, o filósofo Vladimir Safatle reflete sobre os limites necessários ao uso de inteligência artificial, sobretudo no campo das relações trabalhistas. Em um dos casos usados como exemplo, a imagem, a voz e os movimentos característicos de uma celebridade falecida foram recriados artificialmente e utilizados em uma peça publicitária, suscitando o debate a respeito da transformação de uma personalidade em um bem econômico. No outro exemplo, atores de Hollywood, nos Estados Unidos, entraram em greve, em 2023, protestando contra o uso abusivo da inteligência artificial em sua profissão.

Há semanas, o Brasil descobriu uma peça publicitária de automóvel na qual aquilo que alguns chamam de "inteligência artificial" havia ressuscitado [a cantora] Elis Regina. [...] seria o caso de lembrar de uma coincidência não exatamente feliz, embora bastante paradigmática. No mesmo momento [...], atores e atrizes norte-americanos entravam em greve pela primeira vez em quarenta anos. A greve visava impedir que tais profissionais fossem obrigados a aceitar contratos nos quais a indústria do entretenimento teria direito a explorar suas "imagens" em produções múltiplas, graças às montagens da mesma inteligência artificial. Ou seja, você assina um contrato para fazer uma série e a inteligência artificial faz algo parecido com você continuar a trabalhar em outras séries e publicidades, por tempo indefinido, na vida e na morte. Assim, realiza-se o milagre de mais rendimento, menos empregos e menos custos.

Quando a peça publicitária de automóvel apareceu não faltou quem, com um ar grave e profundo, falasse que estávamos diante de um "dilema moral" insolúvel. Só que, nesse caso, não havia dilema moral algum. Dilema existe quando temos duas proposições contrárias aceitáveis, sob perspectivas distintas. O dilema serve para discutir qual perspectiva deve prevalecer. Mas, nesse caso, não há dilema moral, há simplesmente os efeitos de uma **patologia social**, o que é algo totalmente diferente. [...] A patologia social que tal caso explicita consiste em confundir o direito que herdeiros teriam sobre os bens produzidos por um parente com o direito que essas mesmas pessoas teriam de dispor da personalidade desse outro. A patologia está em compreender a personalidade como um bem entre outros, como uma mercadoria entre outras. [...]

[...]

[...] O caso da publicidade em questão mostra a verdadeira função do desenvolvimento tecnológico sob o capitalismo atual, a saber, aprofundar a **espoliação** do trabalho humano. Por isso, a greve das atrizes e atores norte-americanos é algo que explicita o verdadeiro "dilema moral" que o caso da publicidade [...] nos coloca. Da mesma forma como profissionais do espetáculo podem ser obrigados a se sujeitar a contratos que lhes fazem ser fornecedores imortais de trabalho e lucro para a indústria cinematográfica, podemos imaginar que tal procedimento será generalizado para outros setores. Assim, professoras e professores poderão ser obrigados a assinar contratos nos quais eles continuam a dar aulas depois de mortos, interagindo com alunas e alunos através da dita inteligência artificial.

SAFATLE, Vladimir. Sobre vampiros e capital. **Cult**, 17 jul. 2023. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/sobre-vampiros-e-capital/. Acesso em: 11 ago. 2024.

Patologia social: no contexto, mal-estar social que afeta a sociedade como se fosse uma disfunção ou um distúrbio.

Espoliação: subtração de algo que pertence a outra pessoa; saque.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. De acordo com Vladimir Safatle, quais são os riscos para os trabalhadores provocados pelo uso abusivo da inteligência artificial? Explique.
2. Você concorda com o ponto de vista defendido por Vladimir Safatle? Justifique sua resposta.
3. Em grupo, discutam como o uso de *softwares* de inteligência artificial pode interferir de maneira negativa no contexto escolar. Proponham um conjunto de condutas éticas que possam limitar o uso abusivo dessas ferramentas.

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

ODS 4

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Neurociências

Ainda no final do século XIX, pesquisas de diversos cientistas levaram à descoberta dos neurônios e à descrição de seu funcionamento, o que descortinou a dinâmica do sistema nervoso. Muitos estudos sobre visão e localização de áreas cerebrais específicas foram realizados ao longo do século seguinte.

Na década de 1980, o avanço tecnológico na área médica, sobretudo o desenvolvimento de técnicas de diagnóstico por imagem (como ressonância magnética e tomografia), tornou possível conhecer melhor o funcionamento cerebral por meio de estudos interdisciplinares de áreas como psicologia, filosofia, física, química, engenharia, antropologia e ciências da computação.

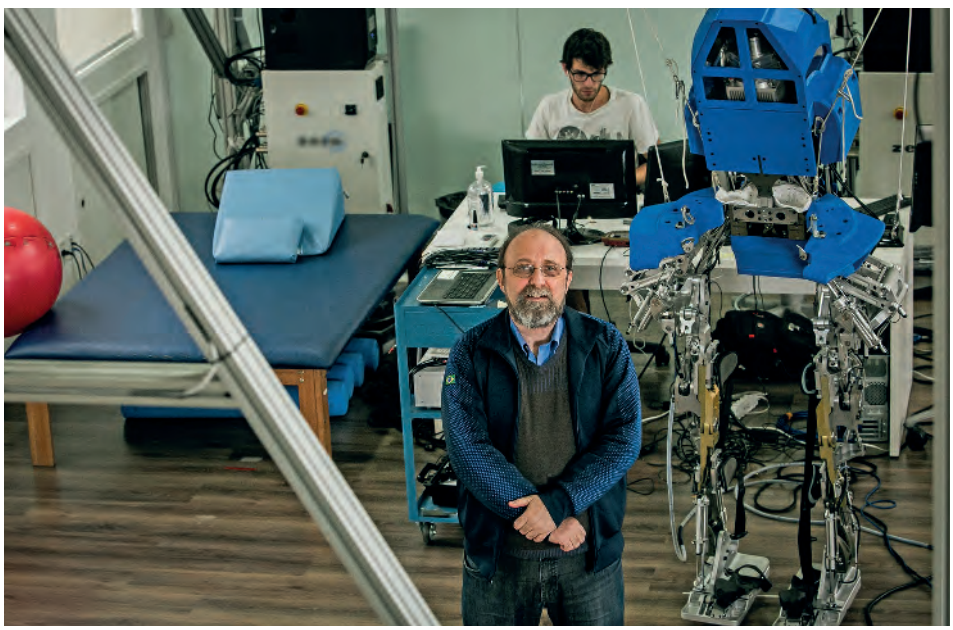
Com esses estudos, teorias antigas foram consideradas reducionistas por relacionarem fenômenos mentais exclusivamente a processos neurológicos, pois constatou-se que o funcionamento do psiquismo é mais plástico e flexível do que se havia pensado. Em outras palavras, não há como negar o suporte cerebral da atividade intelectual, mas ela depende da aprendizagem e, consequentemente, de fatores culturais e sociais.

Vários neurocientistas têm realizado experiências a fim de controlar membros artificiais com a atividade cerebral. Algumas delas foram conduzidas pela equipe do cientista brasileiro Miguel Nicolelis, responsável por fundar um centro de referência em neurociência em Natal, no Rio Grande do Norte, além de realizar pesquisas na Universidade de Duke, nos Estados Unidos.

Em uma entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em 2022, Miguel Nicolelis explica o impacto em nosso cérebro do uso contínuo de aparelhos com conexão digital:

> As pessoas falam que tem *apps* para isso e para aquilo, mas o problema é que você, sem saber, está abrindo mão do controle da sua vida para quem programou o *app*. A sensação que eu tenho é que nós estamos dilapidando os atributos analógicos da mente humana: a criatividade, espontaneidade, pensamento fora da caixa, a própria inteligência. Estamos homogeneizando o comportamento humano e isso é um grande drama.

NICOLELIS, Miguel. "Não há fórmula para estimular produtividade". [Entrevista cedida a] Ludimila Honorato. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 143, n. 47.051, p. 42, 13 ago. 2022.



BRUNO SANTOS/FOLHAPRESS

À frente, o cientista Miguel Nicolelis em seu laboratório; ao lado dele, exoesqueleto de sua criação. Fotografia de 2016. A tecnologia desenvolvida por Nicolelis permite utilizar a leitura de sinais cerebrais para executar comandos em membros robóticos.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

Em livros ou filmes, a ficção científica tem explorado o tema dos robôs humanizados. Desde a obra *Frankenstein* (1818), da escritora inglesa Mary Shelley, aos filmes da série *Blade Runner* (1982 e 2017), a relação entre criador e criatura desafia a imaginação – e os temores – do ser humano.

1. Em sua opinião, os produtos que criamos com auxílio da tecnologia seriam maravilhas ou artefatos perigosos? Justifique sua resposta.
2. Como você interpreta a presença dos aplicativos na vida das pessoas? Justifique sua resposta.

Sugestão Classificação indicativa do documentário *AlphaGo*: livre.

AlphaGo

Direção: Greg Kohs. Estados Unidos, 2017. 90 minutos.

O documentário registra o lançamento de um *software* de inteligência artificial desenvolvido para um jogo de tabuleiro popular há milênios na Ásia. No documentário, a inteligência artificial disputa com o sul-coreano Lee Sedol, 18 vezes campeão mundial desse jogo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ciência e valores

Que valores são importantes para o cientista? Podemos afirmar que a ciência visa ao **valor cognitivo**, isto é, o cientista quer conhecer sem se preocupar com a aplicação prática do conhecimento, o que não significa que ele não possa estar interessado na utilidade de suas investigações. Por exemplo, diante do problema das ovelhas infectadas com o bacilo do carbúnculo, Louis Pasteur realizou uma pesquisa estritamente cognitiva, no sentido de que pretendia descobrir as causas da doença, porém sua pesquisa deu origem a uma vacina para prevenir a doença nos animais.

Valores cognitivos

Vamos examinar as três características relativas aos valores cognitivos da ciência: **imparcialidade**, **autonomia** e **neutralidade**.

Imparcialidade

A imparcialidade consiste na aceitação como científicas das teorias que passarem pelo crivo de rigorosos padrões de avaliação. O método utilizado deve ser explicitado, e a série de dados empíricos que sustentam a conclusão deve poder ser verificada por qualquer membro da comunidade científica, para só então a teoria ser aceita ou rejeitada.

Desse modo, podem ser evitadas situações em que a teoria derivou de fraude. Um exemplo de parcialidade é atribuído ao arqueólogo Charles Dawson, no Reino Unido, em 1911, que alegou ter descoberto um crânio e uma mandíbula de um ancestral hominídeo. Na verdade, ele juntou um crânio humano relativamente recente à mandíbula de um símio, escureceu as peças para parecerem antigas e limou os dentes. O artifício foi aceito por quarenta anos, quando a fraude foi constatada por meio de novas técnicas de datação. Não se sabem os motivos da parcialidade do arqueólogo, que certamente feriu normas éticas, mas seu interesse certamente não foi cognitivo.



ARTHUR CLAUDE COOKE - SOCIEDADE GEOLÓGICA, LONDRES

Descoberta do Homem de Piltdown em 1911, pintura de Arthur Claude Cooke, 1915. Nessa tela, é representada a suposta descoberta do arqueólogo Charles Dawson, que só foi declarada fraude em 1953.

Classificação indicativa do filme *O jogo da imitação*: não recomendado para menores de 12 anos.

Sugestão

O jogo da imitação

Direção: Morten Tyldum. Reino Unido e Estados Unidos, 2014. 114 minutos.

O filme narra a história do matemático britânico Alan Turing, considerado o criador da inteligência artificial por desenvolver uma máquina para decodificar mensagens secretas dos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Junto à sua equipe, o matemático percebe que o desenvolvimento do projeto envolve não apenas conhecimento técnico e valores cognitivos, mas uma série de complexas decisões éticas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Autonomia

A autonomia depende da possibilidade de independência das investigações, de modo que instituições científicas fiquem livres de pressões externas e definam agendas voltadas para a produção de teorias imparciais e neutras.

Um exemplo de perda de autonomia foi o caso de Galileu Galilei, julgado e condenado por motivos religiosos pela Inquisição porque levantou a hipótese heliocêntrica, em oposição ao geocentrismo vigente. Outro exemplo foi o ocorrido na primeira metade do século XX, na então União Soviética, quando Josef Stálin apoiou o biólogo Trofim Lysenko – que contestava as leis de Gregor Mendel, até hoje considerado o fundador da genética –, e, por isso, cientistas mendelianos foram perseguidos e presos.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Na charge, o conhecimento científico é representado de maneira autônoma?
2. Explique o conteúdo da charge, com base em seus conhecimentos.



Frazz, tirinha de Jef Mallett, 2009.

© 2009 JEF MALLETT / DIST. BY ANDREWS MCMEEL SYNDICATI

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Neutralidade

O conhecimento científico deve ser neutro e não pode atender a nenhum outro valor, a não ser o cognitivo. Características e convicções pessoais nos campos da economia, da moral e da política não devem interferir no andamento do processo de investigação propriamente dito e nas conclusões científicas. No entanto, se um desses fatores subjetivos e extrínsecos ao conhecimento científico interfere na pesquisa, ela perde a objetividade.

Valores éticos e políticos

Além de valores cognitivos, o trabalho científico também envolve **valores éticos** e **políticos**.

Você já sabe que o conhecimento científico deve ser neutro, para garantir racionalidade e objetividade nas observações e pesquisas; no entanto, em determinados aspectos, a neutralidade científica pode tornar-se ilusão. Não se trata de incoerência, mas do reconhecimento de que o poder da ciência e da tecnologia é ambíguo, uma vez que pode estar a serviço de toda a humanidade ou apenas de uma parte dela. Por isso, ao realizar qualquer atividade técnica e científica, deve-se indagar quais são os fins que orientam os meios utilizados, o que exige reflexões de caráter moral e político, envolvendo a comunidade interessada.

Como exemplo vale citar as altas cifras destinadas às pesquisas que dependem do apoio financeiro de instituições públicas e privadas, desejosas de subvencionar trabalhos que mais lhes interessem, nem sempre focados na saúde e no bem-estar da maioria das pessoas. É o caso da "indústria da guerra", a qual, há muito, alimenta a corrida armamentista e exige constante avanço da ciência e da tecnologia no campo militar.

O risco de excessiva interferência econômica no desenvolvimento científico pode ser ilustrado pelas conquistas obtidas na engenharia genética. Grandes corporações buscam justificativas legais para patentear, por exemplo, as descobertas realizadas com a manipulação do código genético de sementes, a fim de produzir alimentos transgênicos.

Na mesma área de genética, o sucesso decorrente de possibilidades de clonagem de animais aumentou o temor de cientistas se encaminharem para a clonagem humana, o que por algum tempo desviou – e confundiu – as discussões sobre pesquisas com células-tronco, sobretudo aquelas que não são extraídas do embrião propriamente dito, mas da medula óssea ou do cordão umbilical. As vantagens dessas pesquisas estariam na prevenção e na cura das mais diversas doenças.

Responsabilidade social do cientista

Não há como aceitar a ideia de que a exigência de neutralidade da ciência se resume à procura do "saber pelo saber", porque a construção científica é permeada de indagações éticas e políticas, em razão da responsabilidade social, da qual o cientista não pode abdicar.

Essa constatação nos obriga a refletir sobre a formação do cientista, que não se restringe ao aprendizado de conteúdos, metodologias e práticas de pesquisa. Mais do que isso, o futuro cientista adquire condições de examinar pressupostos de seu conhecimento e de sua atividade quando se descobre pertencente a uma comunidade e é capaz de identificar valores subjacentes à sua prática.

É papel do filósofo investigar os fins e as prioridades a que a ciência se propõe, analisar as condições de realização das pesquisas e as consequências das técnicas utilizadas.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. As instituições mencionadas no quadro são públicas ou privadas? Se necessário, faça uma pesquisa para responder a essa questão.
2. Com base na resposta anterior, avalie de que modo o fato de essas instituições serem públicas ou privadas pode interferir nos valores cognitivos, políticos e econômicos de sua atividade científica. Justifique sua resposta com base nos conteúdos do capítulo.

Brasil: as quinze instituições que mais produzem artigos científicos – 2013-2018

Estas 15 instituições produzem **60%** da ciência brasileira

	Ciências da saúde	Ciências biológicas	Exatas e geociências	Ciências agrícolas	Engenharia	Todas as pesquisas
Universidade de São Paulo	21.912	17.025	14.536	6.476	6.819	**58.899**
Universidade Estadual Paulista	5.283	6.948	5.336	5.908	2.914	**22.868**
Universidade Estadual de Campinas	5.719	4.416	6.571	1.989	3.941	**19.317**
Universidade Federal do Rio de Janeiro	4.672	5.351	5.503	981	3.038	**17.484**
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	5.199	4.009	3.960	2.168	2.599	**15.860**
Universidade Federal de Minas Gerais	5.233	4.349	3.293	1.809	2.108	**14.904**
Universidade Federal de São Paulo	7.372	3.186	1.212	358	724	**11.228**
Universidade Federal do Paraná	2.133	3.333	2.486	2.190	1.628	**9.995**
Universidade Federal de Santa Catarina	2.473	1.974	2.468	1.358	2.284	**9.162**
Universidade Federal de Pernambuco	1.778	2.302	2.391	662	1.082	**7.098**
Universidade Federal de Brasília	1.756	2.039	2.023	895	892	**7.056**
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2.110	1.315	3.046	281	1.030	**7.039**
Universidade Federal de São Carlos	977	1.727	2.643	670	2.072	**6.980**
Universidade Federal de Viçosa	602	2.726	940	3.064	441	**6.893**
Universidade Federal de Santa Maria	1.247	1.809	1.425	2.522	782	**6.670**

Fonte: WEB OF SCIENCE GROUP. **Research in Brazil**: funding excellence. [*S. l.*]: Clarivate Analytics, 2019. p. 24.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ALEXANDRE SILVA/ARQUIVO DA EDITORA

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

1. Após a invenção do computador, levantou-se a hipótese de que o aperfeiçoamento dessa máquina poderia levá-la a pensar como um ser humano. Explique como John Searle refutou essa possibilidade.

2. Sigmund Freud define a psicanálise como um procedimento de investigação científica dos processos psíquicos. Outros pensadores discordam dessa visão, preferindo não associar a psicanálise à ciência, utilizando a justificativa de que a hipótese do inconsciente não apresenta condições de ser comprovada, o que é imprescindível em qualquer teoria que se pretenda científica.

Essas posições expressam duas tendências de configuração dos métodos das ciências humanas. Quais são essas tendências? Explique cada uma delas.

3. Leia a citação a seguir. Em seguida, identifique no trecho as características da pesquisa científica contemporânea.

A descoberta de [Francis] Crick e [James] Watson [sobre a estrutura da molécula do DNA, em 1953] foi o ponto culminante de 80 anos de pesquisas realizadas por numerosos cientistas. Durante seu trabalho conjunto de dezoito meses, Crick e Watson avançaram por trinta ou quarenta etapas discerníveis, umas bem-sucedidas, outras malogradas, no caminho para a solução decisiva, cada etapa derivando ou dependendo de um fato ou teoria científica existente, e cada qual atribuível a um predecessor ou contemporâneo – pessoas como Bragg, Chargaff, Pauling, Donohue, Wilkins e Franklin.

BRODY, David Eliot; BRODY, Arnold. **As sete maiores descobertas científicas da história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 373.

4. Leia o texto a seguir e atenda às questões.

A ciência [...] procura remover tudo o que for único no cientista, individualmente considerado: recordações, emoções e sentimentos estéticos despertados pelas disposições de átomos, as cores e os hábitos de pássaros, ou a imensidão da Via Láctea [...]. Poentes e cascatas são descritos em termos de frequências de raios luminosos, coeficientes de refração e forças gravitacionais ou hidrodinâmicas. Evidentemente, essa descrição, por mais elucidativa que seja, não é uma explicação completa daquilo que realmente experienciamos.

KNELLER, George. **A ciência como atividade humana**. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 149.

a. Com base na citação de George Kneller, identifique as vantagens e as limitações da ciência em relação a outros tipos de conhecimento.

b. Identifique no texto elementos que indiquem o caráter objetivo da ciência.

5. Leia a citação e faça o que se pede.

Aqueles que pensam que a ciência é neutra do ponto de vista ético confundem as descobertas da ciência, que o são, com a atividade da ciência, que o não é.

BRONOWSKI, Jacob. **Ciência e valores humanos**. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. p. 69. (Coleção O homem e a ciência).

a. Reescreva o texto de modo a deixá-lo mais compreensível.

b. Explique qual é o sentido de neutralidade a que o texto se refere.

6. O modo como hoje concebemos as ciências e o fazer científico é muito tributário do desenvolvimento dos métodos científicos durante a Idade Moderna, especialmente em culturas do Ocidente. Entretanto, sabemos que as ciências são praticadas há milênios em diferentes sociedades. No período pré-colombiano, por exemplo, os incas detinham amplos conhecimentos de hidráulica e de cultivo de vegetais. Nos círculos concêntricos de Moray, no Peru, pesquisadores encontraram inúmeros tipos de semente, o que tende a confirmar a hipótese de ter havido ali uma espécie de laboratório agrícola inca para testar o cultivo de cereais e legumes.

- Reúna-se com três colegas e pesquisem informações (imagens, dados numéricos, contextos históricos etc.) sobre saberes científicos desenvolvidos pelos povos que viviam no continente americano antes da chegada de Cristóvão Colombo.
- Sistematizem as informações coletadas em um texto dividido em tópicos.
- Por último, debatam com o restante da turma a importância de compreender que as ciências não são um conhecimento exclusivo de sociedades do Ocidente da Idade Moderna em diante.



ENZO DATO/GETTY IMAGES

Círculos concêntricos no sítio arqueológico de Moray, em Maras, no Peru. Fotografia de 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

7. Leia a citação a seguir. Em seguida, relacione o papel do filósofo ao trabalho com o método científico.

O filósofo reconhece-se pela posse inseparável do gosto da evidência e do sentido da ambiguidade. Quando se limita a suportar a ambiguidade, esta se chama equívoco. Sempre aconteceu que, mesmo aqueles que pretenderam construir uma filosofia absolutamente positiva, só conseguiram ser filósofos na medida em que, simultaneamente, se recusaram o direito de se instalar no saber absoluto. O que caracteriza o filósofo é o movimento que leva incessantemente do saber à ignorância, da ignorância ao saber, e um certo repouso neste movimento.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Elogio da filosofia**. Lisboa: Guimarães, 1998. (Adaptado).

8. Leia o texto a seguir, apresentado pela Fiocruz, e responda às questões.

ODS 3

As doenças negligenciadas são aquelas causadas por agentes infecciosos ou parasitas e são consideradas **endêmicas** em populações de baixa renda. Essas enfermidades também apresentam indicadores inaceitáveis e investimentos reduzidos em pesquisas, produção de medicamentos e em seu controle. [...]

Endêmicas: restritas a determinada região geográfica; oposto de *pandêmicas*, que são amplamente disseminadas.

[...]

Um estudo recente sobre o financiamento mundial de inovação para doenças negligenciadas (G-Finder2, na sigla em inglês) revelou que menos de 5% deste financiamento foram investidos no grupo das doenças extremamente negligenciadas, ou seja, doença do sono, leishmaniose visceral e doença de Chagas, ainda que mais de 500 milhões de pessoas sejam ameaçadas por estas três doenças parasitárias. As doenças negligenciadas são um problema global de saúde pública, mas a P&D [pesquisa e desenvolvimento] das indústrias farmacêuticas é orientada quase sempre pelo lucro, estando o setor industrial privado focado nas doenças globais para as quais medicamentos podem ser produzidos e comercializados com geração de lucros. Com baixo poder aquisitivo e sem influência política, os pacientes e sistemas de saúde mais pobres não conseguem gerar o retorno financeiro exigido pela maior parte das empresas voltadas ao lucro.

VALVERDE, Ricardo. Doenças negligenciadas. **Agência Fiocruz de Notícias**, [2013]. Disponível em: https://agencia.fiocruz.br/doen%C3%A7as-negligenciadas. Acesso em: 19 jun. 2024.

a. Sabendo que várias doenças negligenciadas afetam sobretudo as populações pobres da África, da Ásia e da América Latina, explique o desinteresse no desenvolvimento de tratamentos para essas doenças.

b. Com base nos dados apresentados pela Fiocruz, analise as consequências sociais e econômicas para os países emergentes ou para os de extrema pobreza.

Enem e vestibulares

9. (Enem-MEC)

O conhecimento é sempre aproximado, falível e, por isso mesmo, suscetível de contínuas correções. Uma justificação pode parecer boa, num certo momento, até aparecer um conhecimento melhor. O que define a ciência não será então a ilusória obtenção de verdades definitivas. Ela será antes definível pela prevalência da utilização, por parte dos seus praticantes, de instrumentalidades que o campo científico forjou e tornou disponíveis. Ou seja, cada progressão no conhecimento que mostre o caráter errôneo ou insuficiente de conhecimentos anteriores não remete estes últimos para as trevas exteriores da não ciência, mas apenas para o estágio de conhecimentos científicos historicamente ultrapassados.

ALMEIDA, João Ferreira de. Velhos e novos aspectos da epistemologia das ciências sociais. **Sociologia**: problemas e práticas, n. 55, 2007. (Adaptado).

O texto desmistifica uma visão do senso comum segundo a qual a ciência consiste no(a)

a. conjunto de teorias imutáveis.

b. consenso de áreas diferentes.

c. coexistência de teses antagônicas.

d. avanço das pesquisas interdisciplinares.

e. preeminência dos saberes empíricos.

10. (UEM-PR) O positivismo, tal como formulado em meados do século XIX, estabeleceu critérios rígidos para o domínio da ciência, mesmo para as chamadas ciências humanas, as quais compartilhavam nessa época o pressuposto metodológico de que os fatos humanos deviam ser observados como coisas. A respeito do positivismo nas ciências humanas, especialmente no campo da psicologia, indique o que for correto.

01. A psicologia surgiu como ciência no final do século XIX, relacionada com problemas da psicofísica.

02. A psicologia, em seus primórdios, principalmente com Wilhelm Wundt, desenvolveu um método no qual imita a fisiologia.

04. A fenomenologia representou, nos campos da filosofia e da psicologia, uma reação crítica ao positivismo.

08. A psicologia behaviorista, entendida como comportamentalista, adota o princípio do positivismo para ser considerada uma ciência.

16. A psicologia do tipo comportamental reconhece como fundamental o papel dos instintos e da inteligência inata para a compreensão do ser humano.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 3

Sociedade, política e cultura

O Brasil é reconhecido por ser um país multicultural. Isso significa que crenças, conhecimentos e costumes de diferentes grupos étnicos, religiosos e regionais coexistem em constante interação, contribuindo para a formação da cultura brasileira e da identidade de cada um de nós. Além de expressões artísticas, como música, dança, cinema, moda e literatura, a cultura se expressa por meio das línguas, dos hábitos alimentares, das produções materiais e imateriais e dos modos de vida estabelecidos em cada sociedade. Falar sobre cultura envolve não só a sociedade, mas também a política. Ao mesmo tempo que a cultura pode promover mudanças sociais e políticas, a política depende da cultura, marcada por normas e valores, para exercer seu poder e contribuir para a formação das identidades dos grupos sociais.



FG TRADE/E+/GETTY IMAGES

Jovem praticando *breaking*, estilo de dança urbana, na capital de São Paulo. Fotografia de 2023.

A unidade "Sociedade, política e cultura" está presente nos quatro volumes desta coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Confira, no quadro a seguir, os capítulos de cada componente que contribuem para a abordagem da temática desta unidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A unidade "Sociedade, política e cultura" na coleção

Componente	Capítulos
História	3. Fluxos e conexões: comércio e cultura na Ásia, na África e na Europa antigas e medievais 4. Formação do Estado Moderno, Renascimento e Reforma Protestante 5. A expansão marítima europeia e a colonização da América
Geografia	9. Migrações, sociedades multiculturais e dinâmicas populacionais 10. Brasil: diversidade cultural
Sociologia	1. Produção de conhecimento 2. Indivíduo, sociedade e cultura
Filosofia	5. Cultura, linguagem e arte 6. Teorias sobre a crença, a morte e o amor

Na prática

As culturas juvenis se manifestam por meio de práticas, comportamentos, interesses, crenças e linguagens que expressam o pertencimento dos jovens a determinados grupos, os quais, por sua vez, estão inseridos em contextos culturais, históricos e geográficos específicos. A visão sobre as juventudes não pode ser homogênea, pois elas devem ser reconhecidas com base em sua diversidade. Afinal, há múltiplas formas de ser jovem. Por isso, deve-se pensar na ideia de "juventudes", no plural.

A multiplicidade de experiências, identidades e contextos vivenciados pelos jovens é um importante motor para transformações, capaz de alterar os rumos sociais, econômicos e políticos. Por isso, é fundamental que os jovens possam produzir e expressar suas subjetividades e manifestações culturais com liberdade. E você, já se sentiu livre para vivenciar essa etapa tão importante da vida?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CASSANDRA CURY/PULSAR IMAGENS



Jovens indígenas da etnia Kalapalo jogando futebol em aldeia localizada no Parque Indígena do Xingu, em Querência, no estado de Mato Grosso. Fotografia de 2023.

1. **Quais são as culturas juvenis que existem no município onde você vive? Quais tipos de linguagem elas utilizam?**
2. **Você se identifica com alguma(s) delas? Qual(is) e por quê?**
3. **O processo de construção das culturas juvenis pode, eventualmente, envolver certo estranhamento por parte de gerações que não se adaptaram a novas formas de ser e estar no mundo. Você percebe a ocorrência de preconceitos contra as culturas juvenis? Se sim, debata com os colegas formas de desconstrução desses preconceitos.**

CAPÍTULO 5

Cultura, linguagem e arte

Costuma-se definir a cultura como um conjunto de tradições e costumes, mas seu significado é mais abrangente, uma vez que compreende a produção de todos os objetos e pensamentos por meio dos quais o ser humano se relaciona com a natureza e com os demais indivíduos, incluindo a linguagem simbólica. Neste capítulo, vamos abordar o conceito de cultura e problematizá-lo considerando temas como o feminismo, a diversidade e a arte.

O conceito de cultura

O conceito de cultura comportou numerosas interpretações ao longo do tempo. Aqui, vamos considerar um sentido amplo (antropológico) e um restrito desse termo. No **sentido antropológico**, somos todos seres culturais, produtores de obras materiais e de pensamento. No **sentido restrito**, o conceito diz respeito especificamente à produção das artes, das letras e de outras manifestações intelectuais.

Vale ressaltar que o termo *antropologia* origina-se da fusão das palavras gregas *anthropos* ("homem") e *lógos* ("teoria","ciência"), e esse conceito refere-se tanto à ciência como à filosofia. A ciência da antropologia trata do estudo de diferentes culturas sob os mais diversos aspectos, como tipos físicos e biológicos, organizações sociais e políticas, o comportamento humano em sociedade, além de investigar culturas de diferentes épocas e locais. A antropologia filosófica, por sua vez, aborda temáticas como a possibilidade da definição de ser humano, as características que o distinguem de outras espécies e a maneira como ocorre o processo de tornar-se um ser cultural em suas variadas expressões. Algumas dessas temáticas serão abordadas neste capítulo.

A cultura exprime, de maneira ampla, as formas pelas quais se estabelecem relações de indivíduos e grupos uns com os outros e com a natureza; por exemplo, o modo como as pessoas constroem abrigos para se proteger das intempéries, inventam utensílios e instrumentos, organizam leis e instituições, definem o modo de se alimentar, casar-se e ter filhos, criam – e transformam – a língua, a moral, a política e a arte, concebem o **sagrado** ou se comportam diante da morte.

Sagrado: relativo à divindade; originariamente, refere-se ao "local onde a divindade se manifesta".

Imagens em contexto

O conceito de cultura abarca, em sentido amplo, fenômenos como a construção da linguagem e, em sentido restrito, danças, festas e manifestações populares.



CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

Apresentação do grupo Maracatu Baque Alagoano no Memorial Quilombo dos Palmares, em União dos Palmares, no estado de Alagoas. Fotografia de 2022.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Quem é você?

O existir humano não é apenas natural. É certo que recebemos uma herança genética e, nesse aspecto, temos características inatas (que estão presentes em nós desde que nascemos). Por essa razão, não há como negar as semelhanças físicas e de temperamento entre membros da mesma família biológica. A esse substrato biológico herdado, e não escolhido, sobrepõe-se a cultura como construção de outra realidade que contribui para a formação de nossa identidade como seres culturais.

Por mais que nos consideremos **indivíduos** isolados ou plenamente autônomos, nossa existência depende da de outras pessoas, uma vez que nossa vida se entrelaça com a delas, com quem convivemos, e nos orientamos conforme os valores estabelecidos por quem nos antecedeu.

Indivíduos: do latim *individuus*, que diz respeito àquilo que não pode ser dividido. O significado do termo está associado a um organismo indivisível, uno e separado de todos os demais.

A autodescoberta não ocorre à parte, portanto, da descoberta do outro como "outro eu": esse é o movimento pelo qual cada um de nós toma consciência de si e do mundo ao perceber que é separado dos outros, embora aconteça por meio deles. Quando pensamos no conjunto de nossas necessidades, considerando até as mais básicas, como a alimentação, descobrimos que elas não se expressam de modo estritamente biológico, mas por meio de condutas culturais herdadas da comunidade – ou reinventadas pela imaginação humana de acordo com as variações do contexto vivido. Sobre esse assunto, concluiu o filósofo contemporâneo Maurice Merleau-Ponty:

> É impossível sobrepor, no homem, uma primeira camada de comportamentos que chamaríamos de "naturais" e um mundo cultural ou espiritual fabricado. No homem, tudo é natural e tudo é fabricado, como se quiser, no sentido em que não há uma só palavra, uma só conduta que não deva algo ao ser simplesmente biológico – e que ao mesmo tempo não se furte à simplicidade da vida animal.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 257.

Sugestão

Classificação indicativa do filme *O enigma de Kaspar Hauser*: não recomendado para menores de 12 anos.

O enigma de Kaspar Hauser

Direção: Werner Herzog. Alemanha, 1974. 109 minutos.

O filme baseia-se em um fato verídico ocorrido em 1828, na cidade alemã de Nuremberg. Na praça da cidade, surgiu um jovem que tinha vivido afastado da convivência humana, provavelmente desde a infância. O jovem não sabia sequer falar e portava apenas uma carta explicando sua história. O enredo nos leva a pensar em todo o aparato cultural que assimilamos simplesmente ao nos socializarmos com outras pessoas e do qual muitas vezes não nos damos conta.



INARA PRUSAKOVA/SHUTTERSTOCK

Mãe segura filho recém-nascido. Fotografia de 2022. Quando nascemos, somos integrados a um mundo cultural que nos precede, o que mostra o entrelaçamento de nossa existência com a de outras pessoas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Com a ajuda do(a) professor(a) de biologia, explique como a evolução biológica concebe a particularidade da história humana em relação à existência das demais espécies.
2. Explique a diferença entre a humanidade e a animalidade com base nos conceitos de natureza e cultura.
3. Pode-se afirmar que a diversidade étnica e cultural humana é um dos indícios de que as condutas humanas escapam das determinações biológicas? Justifique sua resposta.

O comportamento animal

Diferentemente das práticas humanas, a atividade dos animais de outras espécies é determinada por condições biológicas que lhes permitem adaptar-se ao meio em que vivem de acordo com sua natureza. Por exemplo, passarinhos filhotes, quando se tornam capazes de voar, fazem isso sem muita hesitação; gatinhos, quando nascem, não esboçam reação alguma diante de um rato, mas após o segundo mês de vida apresentam condutas típicas da espécie, como perseguição, captura, brincadeira com a presa, ronco, predação etc. Por essa razão, o comportamento de cada espécie animal segue um padrão, descontando-se as variações comprovadas pela teoria da evolução, elaborada pelo cientista Charles Darwin, no século XIX.

Sabe-se que animais de níveis mais altos na escala zoológica, como macacos e cães, são menos dependentes que os demais de reflexos e instintos e, portanto, capazes de emitir respostas criativas e improvisadas. Trata-se, porém, de um tipo de inteligência concreta, prática, voltada para soluções imediatas. A atividade de um chimpanzé ao usar uma vara para alcançar uma banana, por exemplo, não se compara à técnica humana, mesmo que a experiência seja repetida e repassada para os outros animais do grupo. Isso acontece porque o ser humano é, por excelência, consciente da finalidade de determinada ação, ou seja, concebe-a antes como pensamento, como possibilidade, e sua execução resulta da escolha – ou invenção – de meios necessários para atingir os fins propostos.

As diferenças entre os humanos e os outros animais não são apenas de grau, uma vez que somos capazes de transformar a natureza em cultura. Nesse processo, a linguagem simbólica produz a cultura e é constituída por ela.

A linguagem

A linguagem é um sistema de **signos**. Segundo a semiótica – ciência que estuda os sistemas simbólicos (entre eles, a linguagem) –, o signo é qualquer coisa que está no lugar de outra e a representa. Em uma gradação do mais concreto para o mais abstrato, os signos podem ser de três tipos: **ícones**, **índices** ou **símbolos**.

- Ícones são signos que guardam uma relação de semelhança com a coisa representada, como fotos, desenhos e esculturas. Costumamos, por exemplo, identificar portas de banheiros com representações icônicas para distinguir o masculino do feminino.



WAGNER CAMPELO/SHUTTERSTOCK

Placa de trânsito em Ribeirão Preto, no estado de São Paulo. Fotografia de 2023. Em uma placa como essa, o desenho de uma colher e um garfo cruzados é um ícone que indica a proximidade de algum restaurante.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

- Índices mantêm uma relação de contiguidade (proximidade) com a coisa representada, funcionando como indícios de algo, uma forma de indicar aquilo que representam: se há fumaça, deve haver fogo; se as nuvens estão escuras, pode ser que chova.
- Símbolos são muito mais complexos do que ícones e índices por não se restringirem a aspectos de semelhança e contiguidade. Definidos por convenções arbitrárias, variam na medida em que resultam da criatividade humana, e seus significados precisam ser interpretados, embora alguns deles sejam mantidos por tradição.



RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS

Dunas do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, em Barreirinhas, no estado do Maranhão. Fotografia de 2023. Pegadas na areia são índices de que alguém acabou de passar pelo local.

A linguagem dos animais

Com o objetivo de compreender a maneira como a linguagem dos animais se distingue da humana, vamos considerar os seguintes exemplos: por meio de volteios parecidos com os de uma dança, as abelhas se comunicam com outras para transmitir informações sobre o local onde encontraram pólen; os golfinhos não só emitem sons instintivos para se comunicar, como também revelam alto grau de compreensão da linguagem humana; experiências com chimpanzés realizadas por psicólogos demonstraram que eles aprendem a reconhecer ícones e índices, e alguns constroem "frases" com esses signos.

Esses casos indicam que a linguagem animal também se caracteriza por um sistema de signos: a dança das abelhas, os sons dos golfinhos e os sinais aprendidos pelos chimpanzés. Nos dois primeiros, as ações são instintivas, programadas biologicamente – embora a ação dos golfinhos desperte nossa atenção pela semelhança com a de humanos –, ao passo que, no caso dos chimpanzés, existem várias experiências que demonstram êxito em sua aprendizagem. De modo semelhante, adestramos um cachorro com a repetição de frases que funcionam como índices e ícones por indicarem alguma coisa específica, seja a ordem de dar uma pata, seja um convite para passear.

Parece, então, que os animais não adentram no mundo simbólico, exclusivo da condição humana.

Sugestão

Hiperconectado – Domesticação de cães

Produção: TV Cultura. Brasil, 2023. 25 minutos.

Nesse episódio do programa *Hiperconectado*, o biólogo Atila Iamarino explica o processo de domesticação de cães. Umas das principais habilidades desenvolvidas pelos cães nesse processo é a da comunicação visual.

Classificação indicativa do episódio *Hiperconectado – Domesticação de cães*: livre.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A linguagem simbólica

Consideremos um objeto denominado *cadeira* em português, *chair* em inglês e, em alemão, *sthul*. A diferença de termos para indicar a mesma coisa decorre de estrita convenção social cuja origem se perde no tempo, lembrando que também existem línguas escritas em alfabetos distintos do latino, como o grego e o russo. Outros vocábulos mantêm a origem comum em diversas línguas; por exemplo, a palavra latina *crux*, *crucis*, tornou-se *cruz* em português, *croix* em francês e *cross* em inglês. A língua tem rigor em sua gramática, mas se transforma com o tempo e pode até tornar-se "língua morta", ou seja, deixar de ser utilizada, como aconteceu com o latim.

Mito: do grego *mythos*, "palavra", "o que se diz", "narrativa".

Religião: de origem incerta, para alguns, o termo deriva do latim *religare*, que significa "religar", "unir de novo"; para outros, provém de *relegere*, "recolher" ou "reler" ("ler com recolhimento").

Para salientar quão flexível é a escrita simbólica, tomemos novamente a palavra *cruz*, cujo sentido não é único e inequívoco. Desde a Antiguidade, o termo partilha numerosos significados: símbolo de orientação, indicando pontos cardeais; objeto, feito com troncos transversais, usado para executar condenados à morte; por influência do cristianismo, ícone associado à morte de Cristo; insígnia dos nazistas, que se apropriaram da cruz gamada, a suástica. Assim explicou o filósofo contemporâneo Ernst Cassirer:

> Um símbolo não é apenas universal, porém extremamente variável. Posso expressar o mesmo significado em vários idiomas; e, até dentro dos limites de uma única língua, o mesmo pensamento ou ideia pode ser expresso em termos muito diferentes. Um sinal está relacionado com a coisa a que se refere, de forma fixa e única. Qualquer sinal concreto e individual se refere a certa coisa individual. [...] Um símbolo humano genuíno não se caracteriza pela uniformidade, mas pela versatilidade. Não é rígido nem inflexível, é móvel.
>
> CASSIRER, Ernst. **Antropologia filosófica**. São Paulo: Mestre Jou, 1972. p. 67.

Diferentemente da **linguagem animal**, restrita às situações concretas, a **linguagem humana** é empregada para intervir como expressão abstrata capaz de distanciar o indivíduo da experiência vivida, tornando-o apto a reorganizá-la e a emprestar-lhe um novo sentido. Pela palavra, as pessoas se situam no tempo, lembram o passado e antecipam o futuro pelo pensamento, ao passo que os animais vivem sempre no presente.

Ao distanciar-se da realidade imediata por meio da linguagem, o ser humano pode retornar ao mundo para transformá-lo. É por meio da linguagem, como um instrumento fundante, que recebemos e transmitimos os saberes e os ofícios, criamos o **mito**, a **religião**, a ciência e a arte, estabelecemos regras e constituímos sociedades.



JOSÉ FERRAZ DE ALMEIDA JÚNIOR - PINACOTECA DE SÃO PAULO, SÃO PAULO

Saudade, pintura de José Ferraz de Almeida Júnior, 1899. Nessa tela, a mulher representada se comove durante a leitura de uma carta. A linguagem humana é expressão abstrata, capaz de transmitir sentimentos como a saudade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Cultura e transgressão

Até o momento, destacamos a maneira pela qual nossa subjetividade é individualizada com o acesso ao mundo simbólico, mesma condição que possibilita a construção da cultura humana. Assim explicou o sociólogo francês Émile Durkheim:

> Se [o indivíduo] conseguiu superar o estágio em que os animais se detiveram, deve-se, primeiro, a que ele não é o fruto apenas de seus esforços pessoais, mas que coopera regularmente com seus semelhantes [...]. Em segundo lugar, e sobretudo, deve-se a que os produtos do trabalho de uma geração não se perdem para aquela que virá em seguida. De tudo que o animal pode aprender durante sua existência individual, quase nada sobrevive a ele. Ao contrário, os resultados da experiência humana conservam-se quase integralmente, até mesmo nos detalhes, graças a livros, monumentos, utensílios, instrumentos de toda espécie transmitidos de geração em geração [...]. Em vez de se dissipar toda vez que uma geração é substituída por outra, a sabedoria humana se acumula sem fim, e é essa acumulação que eleva o ser humano acima do animal e além de si mesmo.

DURKHEIM, Émile. Éducation. *In*: BUISSON, Ferdinand. **Nouveau dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire (édition de 1911)**: l'édition electronique. Disponível em: http://www.inrp.fr/edition-electronique/lodel/dictionnaire-ferdinand-buisson/document.php?id=2630. Acesso em: 21 ago. 2024. (Tradução nossa).

Os saberes acumulados são transmitidos de uma geração a outra de diversas maneiras, seja de modo informal no ambiente familiar e na convivência de lazer e trabalho, seja pela educação formal escolarizada. É a **educação** que mantém viva a memória de um povo, garantindo sua sobrevivência material e espiritual ao funcionar como instância mediadora da relação entre indivíduo e sociedade. Ela não pode ser compreendida fora de um contexto histórico-social concreto, pois variam as respostas dadas socialmente aos desafios colocados à existência, o que pressupõe a **diversidade** como motor de uma cultura em constante transformação.



PIRATÁ WAURÁ/PULSAR IMAGENS

Professora da etnia Waurá ensinando a língua materna em escola do Parque Indígena do Xingu, em Gaúcha do Norte, no estado de Mato Grosso. Fotografia de 2023.
A educação mantém viva a memória e a cultura de um povo.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. De acordo com o sociólogo Émile Durkheim, de que modo a experiência humana supera a existência individual?
2. A que Durkheim se refere quando trata da sabedoria humana acumulada?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Tradição e ruptura

Os seres humanos se constroem como pessoas por meio da herança cultural do ambiente em que vivem, o qual exerce um efeito modelador sobre eles, ao mesmo tempo que cada um elabora e interpreta a herança recebida conforme sua perspectiva. Não há como separar estes dois polos, o pessoal e o social.

Vale a pena salientar o fato de que o teor das mudanças varia conforme o tipo de sociedade. No mundo contemporâneo urbanizado e globalizado, as alterações são muito mais velozes do que em comunidades tradicionais. Mesmo assim, não há sociedade estática: em maior ou menor grau, todas passam por transformações, de acordo com uma dinâmica que resulta do embate entre social e pessoal, tradição e ruptura, herança e renovação. Não há como separar essas dicotomias nem estabelecer a anterioridade de uma em relação à outra.

Mesmo quando admitimos que a sociedade resulta da criação de normas que definem o que pode ser feito e de instituições que garantem a organização da convivência, não deixamos de reconhecer a possibilidade de transgressão. Entendemos transgressão não como mera desobediência comum, pela qual descumprimos regras consideradas válidas, mas, de forma mais radical, como a rejeição de fórmulas que se tornaram inadequadas para resolver problemas em novas circunstâncias. Ela decorre da capacidade humana de aceitar, rejeitar ou transformar suas obras e seus pensamentos, fazendo com que tradição e ruptura coexistam.



SHUTTERSTOCK AI GENERATOR/SHUTTERSTOCK

Ilustração gerada por inteligência artificial.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Que elementos foram inseridos na ilustração para provocar uma espécie de ruptura com a representação tradicional da Antiguidade grega?
2. Que crítica podemos extrair da mescla irônica entre Antiguidade e contemporaneidade nessa ilustração gerada por inteligência artificial?

Ruptura e emancipação feminina

ODS 5

A capacidade inventiva do ser humano tende a desalojá-lo do "já feito" em direção ao que "ainda não é". As transformações caracterizam-se como atos de liberdade, entendendo-se por liberdade a capacidade humana de compreender o mundo, planejar mudanças e realizar projetos de vida. Esse movimento resulta da recriação permanente da cultura, de acordo com os fenômenos históricos.

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste liv

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Nesse sentido, afirmou Cassirer:

> Em todas as atividades humanas encontramos uma polaridade fundamental que pode ser descrita de várias formas. Podemos falar de uma tensão entre a estabilização e a evolução, entre uma tendência que leva a formas fixas e estáveis de vida e outra para romper esse plano rígido. O homem é dilacerado entre as duas, uma das quais procura preservar as velhas formas, ao passo que a outra forceja por produzir novas. Há uma luta que não cessa entre a tradição e a inovação, entre as forças reprodutoras e criadoras.
>
> CASSIRER, Ernst. **Antropologia filosófica**. São Paulo: Mestre Jou, 1972. p. 350-351.

Mas nem sempre as mudanças ocorrem de maneira tranquila, sobretudo quando certos comportamentos se mantêm por séculos e resistem a tentativas de renovação. Isso aconteceu, por exemplo, no processo de **emancipação feminina**.

Desde as reivindicações das sufragistas no final do século XIX, os movimentos feministas se intensificaram. Em alguns momentos, isso ocorreu de modo turbulento: na década de 1920, trabalhadoras de lavanderias londrinas recorreram a atos de violência, como quebrar vitrines e estourar caixas de correio, para reivindicar a participação nas eleições como votantes e candidatas. Houve também movimentos pacíficos, porém recorrentes, que resultaram na legalização do voto das mulheres em diversos países durante a primeira metade do século XX.

Nas décadas de 1960 e 1970, as conquistas que tinham por objetivo libertar as mulheres da tradição patriarcal se ampliaram, tornando-se mais expressivas. Apesar disso, se antes elas tinham como opção apenas as funções de mãe e dona de casa, ainda hoje muitas delas continuam lutando pelo acesso ao estudo e a condições igualitárias no mercado de trabalho. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres recebiam, em 2022, em média 21,1% a menos que os homens no país.

Vale mencionar que, além da luta por garantias fundamentais para sua autonomia, as mulheres combatem cotidianamente o **sexismo** e a **misoginia**, responsáveis por práticas de violência nos mais diversos ambientes.

Mundo: participação de mulheres no parlamento, por países selecionados – 2023

Classificação	País	Porcentagem de mulheres nas câmaras baixas ou únicas
1	Ruanda	61,3%
2	Cuba	53,4%
3	Nicarágua	51,7%
4	México	50,0%
4	Nova Zelândia	50,0%
4	Emirados Árabes Unidos	50,0%
7	Islândia	47,6%
8	Costa Rica	47,4%
9	Andorra	46,4%
9	Suécia	46,4%
116	Arábia Saudita	19,9%
129	Brasil	17,7%

Fonte: UN WOMEN. **Women in Politics**: 2023. Disponível em: https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2023/03/women-in-politics-map-2023. Acesso em: 21 ago. 2024.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. A tabela apresenta a classificação de alguns países em relação à porcentagem de mulheres nas câmaras baixas ou únicas. No caso do Brasil, os dados se baseiam no número de deputadas federais em exercício em 1º de janeiro de 2023. Compare a situação do Brasil à da Arábia Saudita, onde o direito de mulheres votarem e se candidatarem foi conquistado apenas em 2015.
2. Segundo a tabela, em quantos países a porcentagem de mulheres nas câmaras baixas ou únicas supera a de homens? O que essa informação revela?
3. Em sua opinião, como os países poderiam tornar mais igualitária a participação da mulher na política? Justifique sua resposta com base em argumentos.

Os dados referentes à desigualdade salarial entre homens e mulheres foram extraídos de: IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Brasília, DF: IBGE, 2022. Tabela 1.13.

Sexismo: preconceito com base no gênero que tem como alvo majoritariamente as mulheres.

Misoginia: ódio ou aversão às mulheres.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O feminismo nos Estados Unidos

ODS 5

Nos Estados Unidos, bem como em outros países ocidentais, o século XX foi palco de muitas mobilizações feministas, tanto no campo da prática quanto no campo da teoria. As integrantes desses movimentos reivindicavam a participação da mulher, de modo mais amplo e igualitário, nas deliberações democráticas e na realidade social como um todo (na política, na economia, na ciência, na educação etc.). Das sufragistas às feministas negras, o século foi marcado pela crítica aos papéis subalternos atribuídos historicamente às mulheres que, no capitalismo, significavam sua dependência econômica dos homens e/ou sua pauperização.

Entretanto, apesar de o embate político das mulheres nesse período ter em vista o horizonte comum da autonomia, as frentes de luta assumiram diferentes contornos, evidenciando a necessidade de refletir sobre a heterogeneidade e a assimetria do largo espectro que comporta o feminino. Vamos analisar como essas diferenças ecoaram na teoria de importantes filósofas estadunidenses, como Iris Young e Nancy Fraser. Antes disso, porém, é necessário entender melhor as diferentes correntes do feminismo que se formaram nos Estados Unidos na segunda metade do século XX.



FPG/ARCHIVE PHOTOS/GETTY IMAGES

Manifestação de sufragistas nos Estados Unidos. Fotografia de 1913. Na faixa, lê-se "Eu gostaria que mamãe pudesse votar". As mulheres conquistaram o direito ao voto nos Estados Unidos em 1920.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Feministas pela igualdade × feministas pela diferença

Segundo explica a professora Nathalie Bressiani no texto intitulado "Nancy Fraser e o feminismo", no final da década de 1960, participantes das principais correntes do feminismo estadunidense discutiam a igualdade e a diferença entre homens e mulheres. Nesse debate, havia correntes **feministas pela igualdade**, cujas ativistas defendiam o vínculo direto entre opressão da mulher e diferença de gênero. Segundo elas, a distinção entre o masculino e o feminino fundava toda a construção no imaginário coletivo da ideia de que as mulheres eram frágeis e inclinadas ao cuidado da casa, a fim de distanciá-las da vida pública e julgá-las incapazes para o comando e para a discussão de assuntos relativos à política e à economia.

Nesse sentido, conforme as feministas pela igualdade, a emancipação da mulher viria acompanhada do fim das diferenças de gênero. Tal posição prevaleceu no debate feminista nos Estados Unidos até a década de 1970, quando foi colocada em xeque pelas **feministas pela diferença**, que recusavam a ideia de igualdade entre os gêneros, acusando-a de reforçar a desvalorização dos aspectos associados à feminilidade.

Portanto, de acordo com as feministas pela diferença, o processo de emancipação das mulheres passaria necessariamente pelo reconhecimento das diferenças entre os gêneros, servindo-se de políticas identitárias que valorizassem as atividades e características tradicionalmente atribuídas ao feminino. Essa visão, contudo, para outras pensadoras, acabaria por reproduzir um estereótipo essencialista de gênero, cujo resultado prático seria a manutenção da hegemonia masculina.

A partir dos anos 1980, ainda no contexto estadunidense, a discussão adquiriu outros contornos, motivada por questões propostas por mulheres negras, que sempre trabalharam para sustentar seus filhos sozinhas e não se sentiam representadas nos debates sobre igualdade e diferença entre os gêneros. Para elas, esses debates teriam universalizado o feminino pela perspectiva da mulher branca, heterossexual e de classe média. Tal universalidade seria, portanto, reducionista.

Os argumentos das correntes feministas reducionistas teriam negligenciado, então, as diferenças existentes entres as próprias mulheres, o que, por consequência, deixou à margem as mais excluídas da sociedade: negras, latinas, indígenas, lésbicas e transexuais. Visando superar tal reducionismo, no final da década de 1980, as feministas passaram a debater o reconhecimento das diferenças. As reflexões das filósofas Iris Young e Nancy Fraser evidenciam essa questão.

Sugestão

Classificação indicativa do documentário *Feministas: o que elas estavam pensando?*: não recomendado para menores de 14 anos.

Feministas: o que elas estavam pensando?

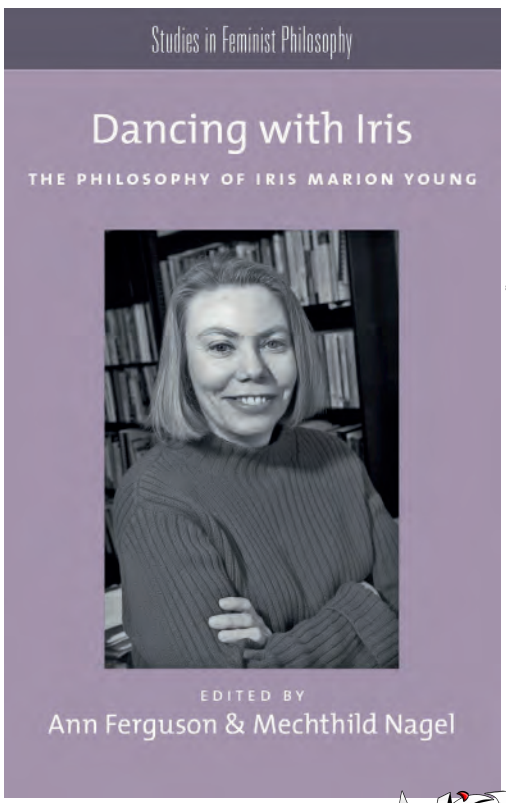
Direção: Johanna Demetrakas. Estados Unidos, 2018. 86 minutos.

O documentário parte de um álbum de fotografias de mulheres estadunidenses na década de 1970 que se engajaram em defender os direitos de seu gênero sustentando uma imagem de poder. Essas mulheres empoderadas são revisitadas pela cineasta Johanna Demetrekas, discutindo mudanças culturais conquistadas desde aquela época e a necessidade de continuar lutando pela igualdade de gênero.

Iris Young: o reconhecimento das diferenças

Na obra *Justiça e as políticas da diferença*, publicada em 1990, Iris Young estabeleceu como cerne de sua investigação a questão do **reconhecimento das diferenças** como modo de sanar injustiças. Para a filósofa, **políticas de identidade** expressas nas reivindicações de movimentos sociais, como os de mulheres, os de pessoas negras e os de homossexuais, devem ser implementadas para combater opressões por meio de **revoluções culturais** que tragam em si **políticas de afirmação das diferenças**. Nesse quadro, as diferenças, consideradas até então desvios em relação ao conjunto de normas dominantes, passam a alimentar um sistema fundado no **pluralismo**.

Segundo Young, por muito tempo um ideal de imparcialidade nas teorias de justiça serviu para universalizar a perspectiva de grupos dominantes e justificar as estruturas hierárquicas que privilegiavam segmentos hegemônicos. A filósofa mostrou que essa suposta ideia de imparcialidade e universalidade abstrai as particularidades, reduzindo a pluralidade a apenas uma subjetividade: a dominante.



Capa do livro *Dancing with Iris: The Philosophy of Iris Marion Young* (Dançando com Iris: a filosofia de Iris Marion Young), organizado por Ann Ferguson e Mechthild Nagel, 2009. Na capa, fotografia da filósofa Iris Young.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
REPRODUÇÃO/EDITORA UNIVERSIDADE DE OXFORD

Rejeitando ideais universais, que perpetuam a opressão e cumprem funções ideológicas, Young legitimou uma teoria de justiça pautada nas demandas de movimentos sociais e de grupos marginalizados. Por isso, a filósofa concordou com **políticas afirmativas** de reparação social que estabelecessem um tratamento jurídico diferenciado a integrantes desses grupos. Conforme o pensamento da filósofa, leis iguais para todos são insensíveis à diferença e, consequentemente, desfavorecem grupos oprimidos, reforçando a desigualdade. Desse modo, os grupos oprimidos devem ter suas diferenças levadas em conta até mesmo para receberem um tratamento jurídico adequado a sua situação.

Sugestão

Cotas: o desafio de manter alunos nas universidades

Produção: O Assunto. Brasil, 2023. 27 minutos.

O episódio do *podcast O Assunto* trata da importância da Lei de Cotas, vigente desde 2012, como política afirmativa para a inclusão de pessoas negras, indígenas, quilombolas e de baixa renda nas universidades públicas. No *podcast*, a apresentadora Natuza Nery conversa com o sociólogo Luiz Augusto Campos e a cardiologista Ludhmila Hajjar, que explicam detalhes das novas regras dessa lei que entraram em vigor em 2023, além de destacarem a necessidade de os estudantes cotistas terem acesso a políticas de permanência dentro das universidades, garantindo-lhes alimentação, transporte, moradia, material didático etc.

Nancy Fraser: reconhecimento e redistribuição

Partindo de um ponto de vista complementar, a filósofa Nancy Fraser, no artigo intitulado "Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era 'pós-socialista'", publicado em 2001, defendeu a ideia de que as políticas de reconhecimento baseadas em diferenças identitárias são insuficientes para combater as contradições e tensões sociais. Conforme a filósofa, para a efetivação de uma política emancipatória concreta, seria preciso, além do reconhecimento como meio de transformação cultural e de valorização de grupos sociais excluídos, uma **economia política de redistribuição** que eliminasse as desigualdades materiais.

De acordo com Fraser, para que de fato haja justiça social, é necessário compatibilizar o princípio de reconhecimento com o de redistribuição, pois é fundamental a garantia de igualdade material. Em outras palavras, em sua teoria, ao conciliar políticas de reconhecimento e políticas de redistribuição, Fraser entende que as primeiras devem ser implementadas para corrigir padrões sociais de representação da ordem da valoração cultural, ao passo que as segundas precisam ser concretizadas para corrigir desigualdades materiais presentes na estrutura político-econômica da sociedade. Por isso, para promover a reparação eficaz das injustiças, é preciso agir sobre origens distintas de desigualdade com recursos de combate também distintos, mesmo que, na prática, as duas formas de injustiça – cultural e econômica – estejam interligadas.



MORITZ VENNEMANN/DPA PICTURE-ALLIANCE/AFP

A filósofa estadunidense Nancy Fraser. Fotografia de 2012.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Injustiças bidimensionais

Para Fraser, na dinâmica da realidade social, a desigualdade material sempre aparece, com maior ou menor intensidade, acompanhada de falta de reconhecimento, o que fica muito acentuado naquilo que a filósofa designou **injustiças bidimensionais**, isto é, as injustiças derivadas tanto da estrutura político-econômica da sociedade quanto de padrões culturais nela replicados, que incluem o racismo e o machismo ou sexismo. Portanto, medidas de reparação dessas injustiças implicariam conjuntamente políticas de redistribuição e de reconhecimento.

ODS 10

Há, por exemplo, uma divisão interna na estrutura do trabalho remunerado em que se explicita a discriminação de gênero: de um lado, estão ocupações profissionais de comando e remuneração mais alta, nas quais predomina a mão de obra masculina; de outro, estão serviços de subordinação e remuneração mais baixa, nos quais predomina o trabalho feminino. Tem-se, assim, uma estrutura econômico-política marcada pelo gênero que produz modos de exploração, marginalização e privação. Para demolir essa estrutura, são necessárias compensações redistributivas, abolindo, assim, a divisão sexista de trabalho.

Mas há também, na dimensão cultural, a construção de normas que valorizam aspectos ligados à masculinidade, em detrimento da feminilidade, além do sexismo cultural que desqualifica generalizadamente características e atividades codificadas como femininas. Essa desvalorização se manifesta culturalmente, por exemplo, na exploração banalizada dos corpos femininos, assediados e objetificados em representações midiáticas, o que tem sido combatido cada vez mais, embora ainda encontre ressonâncias em programas televisivos e peças publicitárias.

A fim de confrontar essas injustiças de reconhecimento, relativamente independentes da superestrutura da economia política, é preciso repelir o machismo por meio da mudança de valores culturais que favorecem os homens e desrespeitam as mulheres, em direção a valores que concedam reconhecimento positivo à esfera do feminino.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Nos últimos anos, vários estados e municípios têm adotado leis que proíbem a divulgação de publicidade com conteúdo machista em *outdoors*, folhetos, redes sociais, no rádio, na televisão etc. Essa medida diz respeito a uma política de reconhecimento ou a uma política de redistribuição? Explique sua resposta.
2. Em sua opinião, para que haja uma redução efetiva das desigualdades, é possível separar políticas de redistribuição e políticas de reconhecimento? Justifique sua resposta.



© BRUNO FIGUEIREDO/ÁREA DE SERVIÇO

Salve Mãe do Rio Menino, mural de Daiara Tukano em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. Fotografia de 2023. Esse mural é uma homenagem às mulheres indígenas brasileiras, concedendo reconhecimento cultural positivo à esfera do feminino.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O feminismo no Brasil

ODS 5

Assim como nos Estados Unidos, as discussões sobre o feminismo, no Brasil, estão profundamente atreladas à questão racial. Historicamente, as mulheres negras (pretas e pardas) foram as maiores vítimas de opressão no Brasil, o que se perpetua na realidade social mais recente. Segundo dados do IBGE, as mulheres negras, em 2022, eram 28,3% da população brasileira – isto é, 60,6 milhões de pessoas –, o maior grupo populacional do país, mas, embora represente uma maioria numérica, esse grupo é o mais desassistido.

No mercado de trabalho, por exemplo, parcela significativa das mulheres pretas e pardas tem ocupações informais, sem a garantia de direitos trabalhistas, em atividades muitas vezes ligadas a serviços domésticos e de cuidados. Essa inserção precária resulta em menores rendimentos e em maior vulnerabilidade social. Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas, a remuneração média das mulheres negras, em 2023, equivalia a 80% da remuneração de homens negros, a 62% da de mulheres brancas e a 48% da de homens brancos. Dados como esse demonstram que tal grupo está mais exposto à pobreza.

Se considerarmos os indicadores de saúde, notaremos que as mulheres pretas e pardas também são as mais prejudicadas. Estudos revelam que, em 2019, 68% das mulheres negras tiveram acesso a pré-natal adequado, ao passo que esse índice superou 81% para mulheres brancas. Nesse grupo são, ainda, prevalentes problemas de saúde como hipertensão arterial, diabetes e sífilis.

Quando o assunto é segurança pública, as mulheres pretas e pardas são as maiores vítimas de feminicídio, assassinato de mulheres envolvendo violência doméstica e familiar. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, as mulheres negras foram, em 2022, 61,1% das vítimas de feminicídio, ao passo que para mulheres brancas a porcentagem foi de 38,4%.

Todo esse panorama mostra a dificuldade em se separar, no Brasil, a questão de raça da questão de gênero. Por isso, ao tratarmos do feminismo brasileiro, vamos recorrer a duas pensadoras que entrelaçaram esses temas: Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro.



MAURICIO SIMONETTI/PULSAR IMAGENS

Manifestação no Dia Internacional da Mulher na capital de São Paulo. Fotografia de 2019. Apesar das conquistas que as mulheres vêm alcançando desde o século XX, é necessária vigilância constante para que seus direitos conquistados não retrocedam.

Os dados utilizados no tópico "O feminismo no Brasil" foram extraídos de: BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. **Informe MIR** – Monitoramento e avaliação – n. 2 – Edição mulheres negras. Brasília, DF: MIR, 2023; CAMPOS, Ana Cristina. Mulheres negras recebem 48% do que ganham homens brancos. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/mulheres-negras-recebem-48-do-que-ganham-homens-brancos. Acesso em: 13 jun. 2024.

Sugestão

Quarto de despejo: diário de uma favelada

Carolina Maria de Jesus. São Paulo: Ática, 2014.

Diário da escritora Carolina Maria de Jesus narrando seu cotidiano em uma favela na capital de São Paulo na década de 1950. O livro é um importante relato da condição da mulher negra periférica naquela época e conduz, ainda hoje, reflexões sobre problemas como o machismo, o classismo e o racismo estrutural no Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Lélia Gonzalez: o resgate da africanidade

Lélia Gonzalez foi uma filósofa, antropóloga e ativista brasileira, tendo participado da fundação do Movimento Negro Unificado na década de 1970. Seus escritos trazem como tema principal o feminismo negro e promovem uma investigação crítica da sociedade brasileira. À perspectiva de gênero, Lélia une as perspectivas de raça e classe:

> [...] para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região – e também para as ameríndias –, a consciência da opressão ocorre antes de tudo por causa da raça. A exploração de classe e a discriminação racial constituem as referências básicas da luta comum de homens e mulheres pertencentes a um grupo étnico subordinado. A experiência histórica da escravidão negra, por exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres, sejam crianças, adultos ou idosos. E foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular pela libertação. O mesmo reflexo é válido para as comunidades indígenas.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 147.

Segundo a autora, a forma de pensar colonial e escravista se enraizou na mentalidade do brasileiro de tal forma que, mesmo depois de séculos, continua orientando práticas contemporâneas racistas e sexistas. É essa forma de pensar que está por trás de condutas preconceituosas como atravessar a rua para evitar proximidade com um homem negro ao supô-lo suspeito, objetificar e hipersexualizar os corpos das mulheres negras, abordar pessoas pretas e pardas como se fossem subordinadas prontas para servir. Nas palavras da filósofa, em *Por um feminismo afro-latino-americano*, essas condutas racistas sustentam a "**neurose** cultural brasileira".

Conforme Lélia, para combater o racismo, é importante proceder a um resgate da memória de um passado de violência contra mulheres e homens negros. Nos textos dela, podemos encontrar termos e expressões que reforçam a ancestralidade africana de nosso país, muitas vezes apagada dos registros da chamada "história oficial" – a versão da história narrada e ensinada pelo opressor (no contexto, por homens brancos). Esses termos e expressões da ancestralidade africana se manifestam explicitamente em nosso idioma, na cadência musical de nossa fala. Assim, a filósofa diz que, na verdade, somos falantes da **língua pretuguesa**, marca de nossa **amefricanidade**.

Lélia Gonzalez explica a amefricanidade como uma categoria político-cultural em substituição ao termo *afro-americano*. Para ela, o termo *afro-americano* expressa a ideia de que só existiriam negros nos Estados Unidos – país equivocadamente chamado de "América". Por isso, propõe o uso do termo *amefricanidade*, eliminando a restrição de compreensão a respeito da palavra *América*, que designa um todo continental, e não um país.



ALBERTO JACOB/AGÊNCIA O GLOBO

A antropóloga e filósofa brasileira Lélia Gonzalez. Fotografia de 1977.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. O termo *interseccionalidade* é usado hoje para designar o intercruzamento de desigualdades, isto é, a sobreposição de fatores sociais que geram exclusão e discriminação. Em que medida podemos dizer que o pensamento de Lélia Gonzalez é interseccional?
2. Segundo Lélia, qual é a origem da luta atual de mulheres e homens negros em defesa de seus direitos na sociedade brasileira?

Neurose: termo herdado da psicologia e que, no contexto, refere-se à tentativa de ocultar a figura do negro na sociedade, escondendo o violento processo escravagista e suas consequências para a posteridade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os dados referentes à mortalidade materna foram extraídos de: SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E AMBIENTE. **Painel de monitoramento da mortalidade materna**. Disponível em: http://plataforma.saude.gov.br/mortalidade/materna/. Acesso em: 14 jun. 2024.

Sueli Carneiro: das mortes preveníveis e evitáveis

ODS 2

Sueli Carneiro é uma filósofa e ativista brasileira cujos estudos são centrais para a luta antirracista no país. É uma das fundadoras, na década de 1980, do Geledés – Instituto da Mulher Negra, uma das maiores organizações não governamentais de feminismo negro no Basil.

Em sua obra *Dispositivo de racialidade*, Sueli tratou das mortes preveníveis e evitáveis das mulheres negras, ou seja, das mortes que não teriam ocorrido caso tivessem sido aplicadas medidas de saúde adequadas e preventivas. A morte de mães durante a gravidez, no parto ou no pós-parto é um exemplo de morte evitável.

No Brasil, em 2021, houve 107 mortes maternas a cada 100 mil nascimentos, muito acima do limite de 70 mil mortes estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Naquele ano, foram registrados 94.826 óbitos em razão de gravidez ou parto, situação agravada pela pandemia de covid-19. Em 2023, houve uma redução do número de mortes maternas para 66.248, das quais 26.291 foram de mulheres brancas, o que revela a maior vulnerabilidade dos grupos não brancos (mulheres autodeclaradas pretas, pardas, amarelas e indígenas).

Sueli Carneiro denuncia a desqualificação da importância da vida baseada em critérios étnico-raciais, o que determina o descaso e a desatenção dos serviços de saúde em relação às mulheres não brancas. Em outras palavras, a filósofa denuncia o racismo na atenção ou desatenção à saúde como prática institucional.

> O descaso em relação à proteção ao parto é parte de uma dinâmica negativa em relação à racialidade negra que enreda essas mulheres num círculo vicioso de violação sistemática de seus direitos reprodutivos. Pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a prefeitura do Rio de Janeiro identificou discriminação racial em hospitais e maternidades, públicos e privados, da cidade do Rio de Janeiro. O estudo ouviu 10 mil mulheres imediatamente após o parto, entre julho de 1999 e março de 2001, e controlou escolaridade e classe social. A conclusão do estudo é que existe tratamento diferenciado para gestantes negras e brancas expresso na menor atenção às primeiras. Essa desigualdade se manifesta numa variedade de procedimentos médicos, tais como: uso de analgesia de parto, ausculta de batimentos cardíacos do feto, medida do tamanho do útero durante o pré-natal, respostas às dúvidas durante o pré-natal, permissão de acompanhante antes e depois do parto.
>
> CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. p. 71.

Sugestão

Portal Geledés

Disponível em: https://www.geledes.org.br/ Acesso em: 21 ago. 2024.

Portal virtual do Geledés – Instituto da Mulher Negra, com diversos textos envolvendo questões raciais e de gênero. O Geledés é definido, na página principal do *site*, como "uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigente na sociedade brasileira".



GABRIEL CABRAL/FOLHAPRESS

A filósofa brasileira Sueli Carneiro. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

EM PAUTA

Mulheres na filosofia

O texto a seguir trata da luta das pesquisadoras brasileiras para a ampliação do conjunto de autores(as) e temas trabalhados na filosofia – o chamado "cânone filosófico" –, considerando a existência de filósofas ao longo da história e de assuntos como os feminismos.

ODS 5

"Elas são as novas 'Guerrilla Girls'. Amanda, Natasha, Carla, Halina, Silvana, Rita, Carolina, Yara e Susana, todas doutoras pós-graduadas e decididas a revolucionar a história da filosofia, ainda vista na academia como um panteão onde só cabem homens solitários e reclusos. Como as 'Guerrilla Girls' do grupo [...] que partiu para a briga com o mercado de arte e botou no centro do quadro as mulheres artistas, as pensadoras brasileiras estão dinamitando o cânone para resgatar as suas antecessoras, silenciadas em séculos passados, e forçar o reconhecimento dos temas dos feminismos como filosofia, o mais nobre segmento das ciências humanas. [...]

[...]

'Qual é a contribuição dos homens na exclusão intencional das mulheres na história da filosofia? É um trabalho coletivo trazer a voz das mulheres para que não seja reproduzida a narrativa hegemônica e falsa de que filosofia é uma disciplina feita por homens para homens', diz Nastassja, pesquisadora dos séculos XVII e XVIII na Europa e do século XIX, no Brasil.

O compromisso de rever as práticas acadêmicas une as filósofas. Elas defendem a valorização da voz das mulheres nos cursos e a inclusão delas em conferências e debates. A grande iniciativa para popularizar a filosofia no Brasil, a coleção 'Os Pensadores' (com 56 livros cujas primeiras edições datam de 1970) não inclui uma única mulher – apenas um texto de Hannah Arendt. As bibliografias recomendadas seguem a mesma linha, são formadas por homens. 'Por exemplo, ao estudar Platão, podemos ler vários livros escritos por homens e mulheres sobre ele. Mas as mulheres comentadoras não aparecem nas bibliografias. No departamento de filosofia da USP, o mais importante do país, são 34 professores e só duas mulheres', lembra Silvana [Ramos, professora de filosofia política da Universidade de São Paulo].

As 'Guerrilla Girls' estão envolvidas em uma outra frente de batalha: a luta por direitos para as alunas e professoras. Uma pesquisa quantitativa feita pela doutora Carolina Araujo, da UFRJ, mostrou que as mulheres são 28% na graduação, mas no topo da carreira não passam de 18%, são apenas cerca de 300 dando aula na pós-graduação – o levantamento constatou que elas têm 2,5 menos chances de chegar aos postos de maior prestígio. [...]

Todas têm histórias de discriminação e machismo para relembrar. Elas contam que suas alunas sempre começam as falas pedindo desculpas, como se não tivessem certeza de que mulheres podem ter pensamento abstrato e serem filósofas. 'Esse estereótipo pesa nas mulheres de uma maneira muda e silenciosa. É como se tivéssemos despertado para a ideia de que a desigualdade é crônica na filosofia, como se estivéssemos vivendo episódios de discriminação que as outras viveram nos anos 70 e 80. A gente sempre viveu e agora está denunciando', diz Carla."

CELESTINO, Helena. Em luta por igualdade na academia, filósofas vivem sua primavera. **Valor Econômico**, 14 ago. 2020. Disponível em: https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2020/08/14/em-luta-por-igualdade-na-academia-filosofas-vivem-sua-primavera.ghtml. Acesso em: 21 ago. 2024.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. De acordo com o texto, que crítica deve ser feita ao cânone filosófico que prevaleceu nas universidades brasileiras?
2. Que relação é estabelecida no texto entre a inserção de mulheres no cânone filosófico e a luta por direitos para alunas e professoras? Explique sua resposta.
3. Em grupos, pesquisem biografias e teorias de filósofas que representem cada período histórico (Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e contemporaneidade), sendo que cada grupo deverá escolher um período. Elaborem um texto que apresente as informações encontradas na forma de seminário. Após a apresentação dos seminários, reformulem os textos com base nas discussões suscitadas na sala de aula e confeccionem uma revista com as produções finais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Diversidade cultural: o eu e o outro

Considerando a capacidade humana de "construir" seu hábitat, pode-se admitir que a diversidade das sociedades decorre das múltiplas possibilidades de convivência no esforço civilizatório. Será, porém, que somos capazes de aceitar a diversidade cultural? As respostas a esse questionamento variam bastante e têm início na própria cultura em que se nasce. Há os que manifestam dificuldade em se defrontar com o diferente: estranham certas **idiossincrasias** dos vizinhos, não convivem bem com pessoas de outra classe social ou condenam crenças religiosas diferentes das que professam. Há ainda os que não aceitam os próprios filhos quando eles pensam ou agem fora dos padrões em que foram educados, como se devessem repetir a vida inteira os hábitos das gerações anteriores.

Idiossincrasias: características peculiares de uma pessoa ou de um grupo.

Etnocentrismo: visão de mundo daqueles que consideram seu grupo étnico, nação ou costumes mais importantes do que os demais.

O estranhamento do diferente, o outro, não representa por si só um empecilho para as relações humanas cordiais, a não ser quando se torna fonte de preconceitos que impedem a integração de todos os seres humanos como pertencentes à mesma humanidade.

A recusa da pluralidade e a posterior exclusão do diferente geralmente derivam do temor que o estrangeiro, o "estranho à minha cultura", provoca. Na Grécia antiga, o termo "bárbaro" designava os que pertenciam a outros povos e que, por falarem uma língua incompreensível para os gregos, eram ridicularizados em razão de seu idioma supostamente confuso e desorientado, que soava como "bar, bar, bar". Não por acaso, o significado dessa palavra em grego estava atrelado a "estrangeiro" e "cruel", justamente pelo fato de os "bárbaros" terem sido considerados pelos nativos como rudes, ignorantes, não civilizados e, portanto, ameaçadores.

Percebe-se, então, que desconhecer o outro leva a posições preconceituosas, no sentido de negar o valor da cultura alheia antes mesmo de compreendê-la melhor, ou, ainda, de desprezar o outro por ter costumes diferentes, tidos como "exóticos" ou até mesmo "atrasados". A história do neocolonialismo do século XIX, quando várias potências europeias se apossaram de territórios africanos e asiáticos a fim de, entre outras coisas, obter matéria-prima para expandir o comércio, explica – embora não justifique – o fato de os nativos das colônias terem sido vistos como "selvagens" que deveriam se adequar aos costumes "avançados" das sociedades "evoluídas". As aspas em alguns termos indicam o **etnocentrismo** do olhar europeu sobre o colonizado, o que denota o não reconhecimento do diferente.



HAMAD I MOHAMMED/REUTERS/FOTOARENA

Papa Francisco (na cadeira de rodas) e o líder islâmico Ahmed el-Tayeb (de preto ao lado do papa), no Fórum do Barein para o Diálogo: Oriente e Ocidente para a Coexistência Humana, em Manama, no Barein. Fotografia de 2022. O respeito ao outro implica respeitar sua cultura, incluindo os valores e a religião que ele professa.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Exclusão e inclusão

O medo do diferente tem consequências até mesmo na definição dos critérios, aparentemente irrelevantes, de beleza e feiura, pois tais padrões costumam ser avaliados com base na própria etnia ou em costumes particulares. Por exemplo, o movimento negro estadunidense do início da segunda metade do século XX lutou pelos direitos civis e pelo reconhecimento de sua etnia, destacando também a beleza da negritude. *Slogans* como "*Black is beautiful*" e o estilo *blackpower* para os cabelos não alisados representavam o desejo de afirmação da própria identidade, o que resulta em aumento de autoestima.

Ainda hoje, podem ser notados comportamentos de recusa e exclusão. Por exemplo, em decorrência dos atos terroristas comandados por facções muçulmanas radicais, o medo de que isso se repetisse levou à indevida identificação de qualquer árabe como um possível terrorista. Com as ondas migratórias que chegam à Europa e a outras regiões do planeta, recrudesceram reações **xenófobas**, desde a construção de muros em alguns países para impedir a entrada de refugiados até a proibição de vestimentas típicas das culturas dos imigrantes, o que tem causado discussões acaloradas.

Xenófobas: diz respeito à xenofobia, comportamento caracterizado pela aversão, pela hostilidade ou pelo ódio direcionado a estrangeiros.

Mas o encontro com a diferença representada pelo outro não está apenas no contato entre diferentes culturas de diferentes países. Em uma mesma comunidade, podem conviver pessoas que, apesar de terem sido criadas ali e de compartilharem alguns traços culturais, distinguem-se em relação a outros aspectos da cultura. Por exemplo, enquanto um indivíduo utiliza a língua portuguesa para se comunicar com os demais, outro pode utilizar a língua brasileira de sinais. Essas diferentes línguas indicam diferentes inserções culturais.

O reconhecimento e a valorização do outro envolvem também o respeito à sua singularidade, o que abarca suas potencialidades e limitações. Vale mencionar que movimentos emancipatórios em defesa de pessoas com deficiência atingiram maior visibilidade nos últimos tempos, embora nem sempre de maneira eficaz e universal. Pessoas com restrições físicas, sensoriais ou intelectuais não deixam de ser capazes de, em todos os aspectos, integrar e participar da vida em sociedade.

A universalização da inclusão de pessoas com deficiência deve ser acompanhada de educação que possibilite identificá-las como sujeitos potentes, mesmo que apresentando algumas necessidades particulares. A infância e a velhice podem, igualmente, ser citadas como exemplos de fases naturais da vida em que há necessidades específicas.

Don't touch, fotografia de Mauricio Igor, 2020.



MAURICIO IGOR - ACERVO DO ARTISTA

Imagens em contexto

A fotografia de Mauricio Igor resgata uma frase comumente dita em museus para os visitantes que tentam tocar as obras: "Não toque, isso é arte" (*Don't touch, it's art*). No autorretrato do artista, essa frase é colocada sobre seu *blackpower*, o que sugere a valorização da beleza identitária negra.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Violência simbólica: conceito forjado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu para designar um tipo de violência que não se manifesta por agressão física, uma vez que é exercido nas relações do indivíduo com a sociedade por meio da imposição de padrões dominantes, causando prejuízos emocionais e psicológicos em quem não corresponde a esses modelos.

Clientelismo: prática exercida por políticos que privilegiam um grupo (uma clientela) em troca de votos, como em uma relação comercial em que há permuta de favores.

Imagens em contexto

Getúlio Vargas governou o Brasil por um longo período. Entre 1930 e 1934, foi chefe do governo provisório constituído após a destituição do presidente Washington Luís. Entre 1934 e 1937, governou como presidente eleito. Em 1937, por meio de um golpe de Estado, instituiu o Estado Novo, determinando o fechamento do Congresso e assumindo o controle total do exercício do Poder Executivo. O Estado Novo caracterizou-se pela centralização do poder e pelo autoritarismo, tendo vigorado politicamente até 1945, quando, diante de pressões por redemocratização, foi realizado o pleito presidencial em que Eurico Gaspar Dutra foi eleito. Em 1951, Vargas voltou a governar o país na condição de presidente eleito, posto que ocupou até 1954, quando se suicidou.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. De acordo com Marilena Chaui, como as noções de paternalismo e de autoritarismo se associam na cultura brasileira?
2. Interprete a propaganda do governo de Getúlio Vargas com base no assunto discutido nesta página.

Paternalismo e autoritarismo na cultura brasileira

Para a filósofa Marilena Chaui, a sociedade brasileira é autoritária. Dentre as razões para esse autoritarismo, a filósofa argumentou que no país não se concretizaram os princípios mais elementares do liberalismo e do republicanismo, não se conseguindo sequer distinguir o público do privado. Consequentemente, a sociedade tornou-se incapaz de suportar o princípio formal e abstrato de igualdade perante a lei.

Além de conviver com uma profunda discriminação étnica, sexual e de classe impregnada na estrutura da sociedade (nas famílias, nas escolas, nas universidades etc.), o brasileiro lida com uma forte hierarquia que configura as relações sociais na forma de tutela. Na relação entre o governante e o povo, a tutela se manifesta em cidadãos dependentes de uma espécie de pai benevolente que os oriente a conduzir a própria vida. Daí a noção de paternalismo, que se coaduna com a de autoritarismo, uma vez que um governante que adota essas práticas retira a autonomia e a liberdade dos cidadãos em troca de favores. Marilena questiona:

> O que é a sociedade brasileira enquanto sociedade autoritária? [...] É uma sociedade na qual as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas, em relações de hierarquia, mando e obediência (situação que vai da família ao Estado, atravessa as instituições públicas e privadas, permeia a cultura e as relações interpessoais). [...] Todas as relações tomam a forma da dependência, da tutela, da concessão, da autoridade e do favor, fazendo da **violência simbólica** a regra da vida social e cultural. Violência tanto maior porque invisível sob o paternalismo e o **clientelismo**, considerados naturais e, por vezes, exaltados como qualidades positivas do "caráter nacional".

CHAUI, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014. p. 262.

Fundada sobre a noção de autoridade, essa cultura gera vínculos de dependência e obediência cristalizados em uma rígida hierarquia, a qual demanda dos cidadãos a invenção de formas de resistência.



Propaganda do governo de Getúlio Vargas na cartilha *A juventude no Estado Novo*, cerca de 1940. O governo de Getúlio Vargas durante o chamado Estado Novo foi marcado pelo paternalismo e pelo autoritarismo.

CPDOC - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, RIO DE JANEIRO

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Arte: um tipo de conhecimento?

Prosseguindo o estudo a respeito da cultura, falta abordar um importante domínio de expressão cultural: a arte.

Entre as múltiplas formas possíveis de se conceber o que é arte, uma delas considera-a um tipo de conhecimento do mundo e de nós mesmos. Contudo, trata-se de um saber diferente da abordagem filosófica e da científica, que apreendem a realidade pela razão, pelo pensamento discursivo, ao passo que a arte organiza o mundo por meio de elementos simbólicos.

Ao percebermos que a obra de arte é fruto da imaginação, da ficção e que se oferece aos sentidos, poderíamos nos perguntar como então ela pode buscar o verdadeiro. Talvez nos lembremos de que à arte agradam as metáforas, embora nem por isso essas a distanciem da realidade. Ao contrário, criam condições para entendê-la de outra maneira. Analisemos um exemplo.

O escritor tcheco Franz Kafka, na novela *A metamorfose*, publicada em 1915, conta a história de Gregor Samsa, um sujeito como outro qualquer que, certo dia, ao acordar, viu-se transformado em um inseto. Absurdo? Inverossímil? Não, desde que possamos imaginar o que simboliza o processo de desumanização do indivíduo – transformado metaforicamente em animal –, seja pelo trabalho sem prazer e sem sentido, seja pela alienação e pelo conformismo, seja pela insensibilidade das relações afetivas ou por qualquer outro motivo.

Cabe ao leitor interpretar por que a obra de arte não é **unívoca**, por que ela não permite apenas uma leitura, e sim está aberta a múltiplas interpretações. Basta lembrar como as tragédias gregas, escritas há mais de vinte e seis séculos, ainda são lidas e encenadas, lançando nova luz sobre problemas de nosso tempo.

Convém não entender de modo inadequado o que representa essa busca do verdadeiro. A arte não visa reproduzir a realidade como ela é nem tem por objetivo a conscientização política ou moral. Para esclarecer melhor, veremos a seguir três possíveis funções da obra artística, de acordo com as concepções da história da arte: **naturalista**, **pragmática** e **formalista**.

Sugestão

O que é arte

Jorge Coli. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros passos).

Esse livro introdutório do professor de história da arte Jorge Coli apresenta, em linguagem acessível, as principais características da arte, além de várias tentativas de conceituá-la por parte de teóricos e críticos. A referência a artistas de todas as épocas é recorrente ao longo da obra.

Função naturalista

Desde os gregos antigos, a arte aparece como imitação da realidade. Esse caráter de imitação que o filósofo Platão criticava por estimular a ilusão e as paixões, por desviar o ser humano da contemplação das ideias verdadeiras e da sobriedade necessária ao viver. Já Aristóteles considerava a arte uma invenção que idealiza a representação da realidade ao mostrá-la de modo mais nobre. Não por acaso, basta olhar as esculturas gregas para encontrar nelas proporções tidas como ideais do corpo humano, segundo um suposto padrão de "perfeição".

No final do século XIX, alguns movimentos artísticos provocaram a crise do naturalismo, entre outros motivos, em razão do desenvolvimento da técnica fotográfica, muito mais fiel à realidade, como veremos adiante. Desse modo, as obras de arte puderam se desligar da tirania da imitação fidedigna do real.

Ainda hoje, pessoas que não estão habituadas a contatos com a arte contemporânea ressentem-se diante daquilo que atribuem ao malfeito, ao incompreensível, sem tentar desligar-se de convicções arraigadas e também de preconceitos.



MICHELANGELO MERISI DA CARAVAGGIO. FOTO: VCG WILSON/CORBIS/GETTY IMAGES - GALERIA NACIONAL, LONDRES

A ceia em Emaús, pintura de Michelangelo Caravaggio, 1601. Nessa tela, o artista busca representar com fidelidade figuras humanas, alimentos e objetos, o que expressa a função naturalista da arte.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Função pragmática

É comum as pessoas buscarem uma aplicação prática para a arte: um quadro para enfeitar a sala, um filme para entretenimento, um romance ficcional para defender uma ideia. Ao longo da história, pinturas com temática religiosa instruíram os fiéis, templos criaram ambientes que favoreceram o recolhimento para a oração, e a música adequada inspirou a espiritualidade. Os governos construíram monumentos e esculturas para rememorar guerras vitoriosas; palácios e túmulos foram erguidos para tornar o poder mais visível aos olhos do povo. Igualmente, artistas politizados recorreram à arte para envolver pessoas pelo que se chamou **engajamento**.

Engajamento: ato de voltar-se para a análise da situação concreta em que se vive, com o objetivo de interferir em acontecimentos sociais e políticos.



STEPAN KARPOV. FOTO: AKG-IMAGES/ALBUM/FOTOARENA - MUSEU HISTÓRICO DO ESTADO DA RÚSSIA

Amizade dos povos, pintura de Stepan Karpov, cerca de 1923.

O pragmatismo na arte não é criticável, com a condição de não a desviar de sua característica principal, que é a apreciação estética e, portanto, desinteressada. Assim comenta o historiador da arte Harold Osborne:

> Podemos apreciar as obras de arte como veículos de valores não estéticos – morais, sociais, religiosos, intelectuais e outros; a experiência será ainda mais rica por isso. Mas se respondermos diretamente a esses outros valores [...], não estaremos apreciando o objeto esteticamente como obra de arte.

OSBORNE, Harold. **Estética e teoria da arte**. São Paulo: Cultrix, 1970. p. 145.

Imagens em contexto

A tela de Stepan Karpov é expressão do realismo socialista, movimento artístico vigente durante o regime stalinista na União Soviética. O realismo socialista destacava o papel pragmático da arte, na medida em que deveria estar comprometido com a exaltação dos ideais revolucionários. Repare também na pincelada superficial, precisa e sem volume do artista, que parece ter buscado reproduzir a superfície lisa de um registro fotográfico. Esse movimento artístico assumiu, ainda, a função naturalista, na medida em que tentou imitar a realidade.

Função formalista: a autonomia da arte

No final do século XVIII, Immanuel Kant já havia notado que a arte tem como característica a apreciação desinteressada, mas foi preciso esperar o final do século XIX para que a função formalista se tornasse predominante nas obras dos artistas. Ao mesmo tempo, a autonomia da arte foi vinculada à valorização dos aspectos estéticos e formais da obra.

A função formalista, portanto, parte do critério pelo qual a obra de arte não depende de ser "fiel à realidade" nem do questionamento sobre "para o que ela serve". Os interesses naturalistas e pragmáticos caíram em desuso, e o que passou a valer foram os aspectos formais: o modo de apresentação, a composição dos elementos e como eles se organizam internamente. Assim, mais do que dizer algo, interessa saber como o poeta dispõe das palavras de modo criativo e provocante ou como o escritor de narrativas se vale de escolhas gramaticais para transmitir as características que deseja. Ao pintor, mais do que a representação fiel da realidade, interessa o arranjo inovador de cores, formas, volumes. Ao músico, o jogo que faz com sons, ritmos e harmonia.

Sem dúvida, as transformações de cada época, incluindo os novos recursos disponíveis, estimulam a invenção e suscitam leituras surpreendentes. Assim como a tinta a óleo no Renascimento revolucionou a técnica pictórica, na época contemporânea os meios digitais desafiam a criação artística.

Nunca é demais reforçar que o processo de apreciação da arte supõe a educação da percepção tanto do artista como do fruidor que a contempla, o que ocorre pela convivência frequente com os objetos artísticos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Rupturas artísticas

Na Antiguidade e na Idade Média, o conceito de arte se encontrava estreitamente ligado ao do fazer artesanal. Tanto é que, em grego, o termo que designa a arte é *techné*, cujo significado é "técnica". Em latim, a palavra *ars*, da qual foi derivada a palavra *arte*, remete à noção do "saber fazer". Nesse contexto, os artistas eram pouco mais do que artesãos, e, com raras exceções, suas obras permaneciam anônimas.

No Renascimento, as amarras e restrições ao fazer artístico se romperam, e os artistas ganharam renome, individualidade, autonomia, além de receberem o apoio dos **mecenas**. A burguesia enriquecida favoreceu a ampliação do mercado de arte, constatada pelo esplendor renascentista nos mais diversos campos: arquitetura, escultura, pintura, teatro, literatura.

Criaram-se conservatórios e **academias** para o aprimoramento do fazer artístico, enquanto uma nova concepção de arte se delineava, inicialmente pelo reconhecimento do talento especial do artista, capaz da atividade criadora. O artista passava a ser também reconhecido por sua capacidade de produzir algo que estimulava a apreciação da beleza e que atendia, ao mesmo tempo, aos desejos de reis e burgueses.

Se na Idade Média os temas predominantes eram de caráter religioso, na Idade Moderna foram retomados os assuntos míticos da Antiguidade, ao lado de cenas de ambientes da nobreza e da burguesia, até se voltarem, no século XIX, para o cotidiano das classes populares. Não só os temas eram outros, mas também se alteravam o significado da arte e a maneira de expressá-la.

Movimentos desse tipo não eram aleatórios, mas decorriam de mudanças sociais e econômicas, como a ascensão do sistema capitalista e depois o confronto ideológico entre burgueses e proletários. Os artistas refletiam o contexto histórico e expressavam, de maneiras diferentes e inventivas, as experiências vividas nos novos tempos, muitas vezes rompendo com o passado.

No século XVIII, a pintura, a escultura e a arquitetura sofreram um impulso significativo. O interesse pelas artes estimulou a criação de academias, nas quais os artistas conquistavam apuro técnico e aprendiam a contemplar as obras-primas do passado. Exposições frequentes atraíam o público burguês, segmento capaz de adquirir as obras de pintores e escultores.

Com o tempo, a rigidez dos padrões acadêmicos passou a impedir a criatividade artística, ao produzir uma "arte oficial", o que levou aos poucos à contestação dessas normas que "legislavam" sobre o fazer artístico. Sobre essa questão, o historiador da arte Ernst Gombrich forneceu o exemplo da tela *Bom dia, monsieur*, do pintor francês Gustave Courbet, na qual o artista, em 1854, contestava as convenções então vigentes:

> [Courbet] representou-se a si mesmo caminhando pelo campo com a mochila de pintor às costas, num momento em que era respeitosamente saudado por seu amigo e patrocinador. [...] Para quem estava habituado aos quadros espetaculares da arte acadêmica, essa tela deve ter parecido sobretudo pueril. Não há poses graciosas, linhas fluentes, cores impressionantes. [...] A ideia de um pintor representar-se em mangas de camisa e como uma espécie de andarilho deve ter parecido um ultraje aos artistas "respeitáveis" e seus admiradores. De qualquer modo, era essa a impressão que Courbet queria causar. Pretendia que seus quadros fossem um protesto contra as convenções aceitas do seu tempo, "chocassem a burguesia" para obrigá-la a sair da sua complacência e proclamassem o valor da intransigente sinceridade artística contra a manipulação hábil de clichês tradicionais.
>
> GOMBRICH, Ernst. **A história da arte**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993. p. 403.

Mecenas: pessoas ricas que patrocinam artistas. A origem da palavra deve-se a Mecenas, um político romano do século I a.C. conhecido por proteger e financiar artistas.

Academias: o termo surgiu com a escola de Platão, que reunia seus discípulos nos jardins do ateniense Academo. Academia é o local onde se ensina ou se discute um tema específico. Existem academias científicas, artísticas, esportivas, filosóficas etc.



GUSTAVE COURBET. FOTO: DEAGOSTINI/GETTY IMAGES - MUSEU FABRE, MONTPELLIER

Bom dia, monsieur, pintura de Gustave Courbet, 1854. No século XIX, Courbet provocou uma revolução na arte ao apresentar temas prosaicos do cotidiano.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A caminho da arte contemporânea

No final do século XIX, depois de várias experiências similares, um grupo de artistas também se opôs às convenções da arte acadêmica, após as obras de Édouard Manet não serem aceitas no tradicional Salão de Paris. A recusa levou diversos pintores da mesma tendência, com destaque para Claude Monet, Pierre-Auguste Renoir e Georges Seurat, a se reunirem no Salão dos Recusados. Chamados pejorativamente de *impressionistas* – em alusão à tela de Monet *Impressão, nascer do sol* –, os artistas assumiram essa denominação e abriram caminho para a arte contemporânea.

A invenção da máquina fotográfica, na década de 1820, representou um acontecimento significativo para a efervescência do contexto artístico do início do século XIX. Até então, os pintores recebiam encomendas de retratos e registros de locais, o que a fotografia viria a fazer melhor, por ser mais fiel à realidade. Desse modo, as artes plásticas libertavam-se da marcante tendência naturalista: mais importante do que a semelhança com aquilo que se pintava ou se esculpia era a maneira como se lidava com cores e formas.

No início do século XX, a desconstrução do naturalismo se expressou em inúmeras tendências, desde o cubismo até o abstracionismo. Daquele tempo para o atual, as linhas das manifestações artísticas se multiplicaram, sobretudo a partir de outros avanços tecnológicos, como analisaremos a seguir, com o advento de novas técnicas de reprodução da imagem.



CLAUDE MONET. FOTO: DEAGOSTINI/GETTY IMAGES - MUSEU MARMOTTAN MONET, PARIS

Impressão, nascer do sol, pintura de Claude Monet, 1872.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. O modo como o pincel é conduzido pelo pintor na tela varia de acordo com os diferentes movimentos artísticos. Compare o tipo de pincelada empregado nas telas de Karpov (página 144), de Monet e de Renoir. Qual delas parece reproduzir a superfície lisa de um registro fotográfico? Explique.
2. Um indício significativo do fim da preocupação naturalista está no tipo de pincelada. Essa frase é correta? Justifique sua resposta.



PIERRE-AUGUSTE RENOIR. FOTO: VCG WILSON/CORBIS/GETTY IMAGES - MUSEU D'ORSAY, PARIS

O baile no Moulin de la Galette, pintura de Pierre-Auguste Renoir, 1876.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Reprodutibilidade técnica e indústria cultural

Na primeira metade do século XX, filósofos alemães da primeira fase da Escola de Frankfurt discutiram como as inovações técnicas surgidas no contexto do modo de produção capitalista interferiram na cultura e na arte.

O frankfurtiano Walter Benjamin, em 1936, no ensaio *A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução*, destacou o conceito de **reprodutibilidade técnica**, que diz respeito às novas técnicas mecânicas de reprodução da imagem, como a fotografia e o cinema. Na década seguinte, os também frankfurtianos Max Horkheimer e Theodor Adorno, na obra *Dialética do esclarecimento*, cunharam a expressão **indústria cultural** para designar um conjunto de técnicas que levam à padronização e à produção em série de obras culturais.

Em uma perspectiva otimista, Walter Benjamin, como veremos, afirmou a relevância das novas tecnologias por meio das quais a cultura se dissemina. Pode-se dizer que, em seu ensaio sobre a reprodutibilidade técnica, há uma admissão das novas maneiras de fazer arte e cultura. Já Max Horkheimer e Theodor Adorno, em uma perspectiva pessimista, denunciaram os riscos para a arte e para a cultura de uma indústria que as transforma em mercadoria.

Benjamin: a reprodutibilidade técnica

As técnicas de reprodução da imagem não constituem novidade. Já existiam há muito tempo nas gravuras em madeira, metal ou pedra de datação remota, na cunhagem de moedas na Antiguidade, nos impressos desde a era de Gutenberg. A diferença é que as cópias realizadas naquelas épocas não alcançavam o volume e a rapidez predominante em reproduções do mundo contemporâneo, facilitadas pela industrialização.

Diante dessas dificuldades iniciais para aceitar como arte o que pode ser reproduzido, o filósofo Walter Benjamin fez uma análise para entender as transformações que ocorriam. No ensaio já mencionado, comentou como as novas técnicas, ao mesmo tempo que causavam impacto nas criações, alteravam o próprio conceito de arte ao possibilitarem uma nova perspectiva estética. Além disso, as mudanças no modo de percepção da arte expressavam as transformações sociais em curso.

Benjamin utiliza o conceito de **aura**, responsável pelas características de *unicidade*, de *originalidade* e de *autenticidade* do objeto de arte. A obra é única por se encontrar em determinados lugar e tempo: *aqui* e *agora*. É original por não se tratar de uma cópia. E é autêntica quando se pode verificar, por meio de técnicas reconhecidas, se foi realizada pelo artista ao qual é atribuída ou se é produto de um falsário. Apenas quando fosse autêntica mereceria o "culto" criado em torno dela. Porém, a aura se dissolve com a reprodução decorrente das novas técnicas industriais, porque não mais se distingue o original da cópia. Assim diz Walter Benjamin:

> Multiplicando as cópias, elas transformam o evento produzido apenas uma vez num fenômeno de massas. Permitindo ao objeto reproduzido oferecer-se à visão e à audição, em quaisquer circunstâncias, conferem-lhe atualidade permanente. Esses dois processos conduzem a um abalo considerável da realidade transmitida – a um abalo da tradição, que se constitui na contrapartida da crise por que passa a humanidade e a sua renovação atual. Estão em estreita correlação com os movimentos de massa hoje produzidos. Seu agente mais eficaz é o cinema.
>
> BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 8. (Coleção Os Pensadores).

No lugar da unicidade da obra, estaria a multiplicidade das coisas produzidas em série. A obra de arte deixa de ser um objeto único apreciado por um espectador único em ambientes de acesso restrito, como o museu. O cinema, por exemplo, tornaria eternamente presente e disponível o ator que, no teatro, teria uma presença única. O mesmo ocorreria com o músico, que atualmente pode ser escutado várias vezes em plataformas digitais. Nessa nova situação, a obra de arte pode ser fruída, então, por um número maior de espectadores/ouvintes. Nesse sentido, ela se democratiza. Benjamin manteve-se, portanto, otimista ao reconhecer que a reprodutibilidade permitiria o relacionamento das massas com a arte, antes território de uma elite.

Aura: do latim *aura*, "ar", "brisa", "halo". Conceito com significados místicos, religiosos e medicinais. No contexto, significa um "halo" que envolve a obra de arte provocando um culto profano à beleza; uma espécie de admiração e estima do público voltadas para determinada obra de arte.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Adorno e Horkheimer: a indústria cultural

Na década de 1940, Max Horkheimer e Theodor Adorno criaram o conceito de **indústria cultural** e advertiram dos riscos da massificação, o que ocorre quando a chamada **cultura de massa** vincula-se à produção industrial. Com isso, tudo se torna objeto de consumo e, por depender do financiamento de empresas ou indústrias, reflete e difunde valores e concepções capitalistas.

A arte, que deveria provocar um efeito de conscientização e de humanização, fica tolhida quando a indústria cultural oferece puro entretenimento, cuja superficialidade entorpece a consciência crítica. Por se tratar de um negócio, a pretensa arte se transforma em mercadoria. Reside aí o vínculo ambíguo de toda arte, cujo destino pode ser progressista ou retrógrado. Nesse sentido, expôs o professor Vladimir Safatle:

> O crítico de arte Pierre Restany afirmou décadas atrás que os artistas se transformariam em "engenheiros dos nossos lazeres". [...] [A arte] paulatinamente assumiria a condição de uma engenharia de lazeres para turistas e pessoas à procura de alguma forma de sessão de beleza terapêutica capaz de nos retirar, por um momento, do universo cinza da vida ordinária e de seu tempo morto.
>
> Assim, por exemplo, a partir principalmente dos anos 1970, os museus se transformaram em centros de entretenimento, onde contemplar uma obra de arte era uma atividade equivalente a ir ao restaurante, descobrir a mais nova sensação arquitetônica ou fazer compras em lojas que ofereciam *design* para a classe média letrada.
>
> SAFATLE, Vladimir. Lugares do que não tem lugar. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 97, n. 32.104, 24 fev. 2017. Ilustrada, p. C6.

Para que essa degradação não ocorra, espera-se que a arte seja crítica e constitua um espaço de resistência à massificação. Essa advertência continua válida para que possamos garantir a **autonomia da arte**, isto é, de obras que não estejam a serviço do consumo e de interesses econômicos, cujo valor artístico se sobressaia ao valor de mercado.

Imagens em contexto

Com a *pop art*, Andy Warhol se apropriou de ícones da indústria cultural, como atores de Hollywood, e objetos de consumo, produzindo uma interação entre arte, entretenimento e mercadoria. A *pop art* é um movimento artístico que surgiu no Reino Unido na década de 1950, mas que alcançou seu auge nos Estados Unidos nas décadas seguintes com pintores como Warhol.



© 2024 - THE ANDY WARHOL FOUNDATION FOR THE VISUAL ARTS, INC./ LICENSED BY AUTVIS, BRASIL.
FOTO: ANGELA WEISS/AFP/GETTY IMAGES. LOCALIZAÇÃO: COLEÇÃO PARTICULAR

Observador diante da obra *Marilyn em sálvia-azul alvejada*, pintura de Andy Warhol dedicada à atriz de Hollywood Marilyn Monroe, 1964. Fotografia de 2022.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Reflexões sobre arte e poder

Torna-se, aqui, necessário refletir sobre o modo como os poderes constituídos podem facilitar ou dificultar que os cidadãos acessem os benefícios da arte, seja como fruidores, seja como realizadores de obras artísticas. Antonio Candido, sociólogo e crítico literário brasileiro, comentou:

> A organização da sociedade pode restringir ou ampliar a fruição desse bem humanizador [a literatura]. O que há de grave numa sociedade como a brasileira é que ela mantém com a maior dureza a **estratificação** das possibilidades, tratando como se fossem **compressíveis** muitos bens materiais e espirituais que são incompressíveis. Em nossa sociedade há fruição segundo as classes na medida em que um homem do povo está praticamente privado da possibilidade de conhecer e aproveitar a leitura de Machado de Assis ou Mário de Andrade. Para ele, ficam a literatura de massa, o folclore, a sabedoria espontânea, a canção popular, o provérbio. Essas modalidades são importantes e nobres, mas é grave considerá-las como suficientes para a grande maioria que, devido à pobreza e à ignorância, é impedida de chegar às obras eruditas.

CANDIDO, Antonio. Direitos humanos e literatura. *In*: FESTER, Antonio (org.). **Direitos humanos e...** São Paulo: Comissão Justiça e Paz: Brasiliense, 1989. p. 122.

Estratificação: em sociologia, processo de divisão da sociedade em grupos distintos de acordo com o prestígio ou a posição social, podendo ser estabelecida também segundo o gênero, a idade etc.

Compressíveis: comprimíveis; o que é capaz de diminuir de volume sob compressão. No contexto, os bens compressíveis são os não essenciais, e os incompressíveis, os que não podem faltar, sob pena de desumanização.

Antonio Candido alertou sobre a importância do contato com a literatura, ao mesmo tempo que reivindicou o livre acesso a todo tipo de manifestação artística em qualquer sociedade que se queira chamar de democrática. A arte deveria ser um bem acessível a qualquer um, independentemente de suas posses, o que está longe de acontecer.

Mesmo após as denúncias feitas pelos frankfurtianos sobre os males da indústria cultural em meados do século XX, ainda se nega às pessoas o contato com expressões artísticas emancipadoras, tal é a força do mercado que dissemina obras de puro entretenimento. Isso sem falar da exclusão a que são relegados cidadãos que não têm sequer a oportunidade de assistir a filmes, peças de teatro ou *shows* de diversos tipos. A cultura em geral, tanto a popular como a erudita, deveria ter canais acessíveis a todos, bem como oferecer condições para todo artista produzir suas obras. **OBJETO DIGITAL** **Infográfico clicável: Dimensões da indústria cultural**



VINCENT BOSSON/FOTOARENA

Cena da ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes, no Theatro Municipal da capital de São Paulo. Fotografia de 2023.

Sugestão

The Square: a arte da discórdia

Direção: Ruben Östlund. Alemanha, 2017. 142 minutos.

Na história, Christian, respeitado curador de um museu de arte contemporânea de Estocolmo, na Suécia, assume a tarefa de promover a exposição *The Square*, cuja atração principal é um quadrado instalado no centro de uma sala vazia e que convida os visitantes a se responsabilizarem pelo próximo. Na narrativa, uma série de acontecimentos inusitados colocam em xeque o objetivo da exposição. Em várias cenas, o filme problematiza a capacidade da arte de conscientizar.

Classificação indicativa do filme *The Square: a arte da discórdia*: não recomendado para menores de 12 anos.

Imagens em contexto

A ópera, originada no século XVI na Itália, é um gênero teatral que combina música e canto – em geral, em italiano, francês ou alemão. Considerada uma arte erudita, é importante que o acesso a ela seja democratizado.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

1. Há relatos dos séculos XVIII e XIX sobre crianças que cresceram sem ter contato com a sociedade. Essas histórias inspiraram filmes como *O garoto selvagem*, do diretor francês François Truffaut, lançado em 1970, cujo roteiro apresenta a trajetória de socialização de uma criança encontrada depois de passar cerca de doze anos sem conviver com outras pessoas. Em razão do isolamento, ele não sabia falar nem andar como bípede. Explique por que a humanização depende do contato com outros seres humanos.

2. Como é possível conciliar tradição e ruptura? Explique e cite exemplos.

3. Considerando todo o universo que a linguagem simbólica e a reflexão abrem para os seres humanos, é possível dizer que os outros animais são mortais no mesmo sentido em que nós somos? Explique em que sentido a consciência da morte nos humaniza.

4. Em dupla, discutam, com argumentos, as teses a seguir. Depois, exponham a posição da dupla à classe.

a. A arte tem por função nos divertir e nos fazer esquecer as dificuldades e os sofrimentos da vida.

b. A arte nos coloca diante da realidade, seja ela prazerosa, difícil ou até terrível.

5. Enuncie as funções da arte e explique por que a função formalista é a que mais caracteriza o fazer artístico.

6. No trecho do romance a seguir, aborda-se a morte do poeta Vladimir Maiakovski, que viveu sob o regime stalinista. Leia-o e responda às questões propostas.

> Alguma coisa demasiado maligna e repelente devia ter se desencadeado na sociedade soviética se seus mais fervorosos cantores começavam a se matar com tiros no coração, enojados [...]. Aquele suicídio era [...] uma confirmação dramática de que tinham começado tempos mais turbulentos, de que os últimos rescaldos do casamento de conveniência entre a Revolução e a arte tinham se apagado, com o sacrifício previsível da arte. Tempos em que um homem como Maiakovski, disciplinado até a autoaniquilação, podia sentir na nuca o desprezo dos donos do poder, para quem poetas e poesia eram aberrações de que, eventualmente, podiam valer-se para reafirmar sua grandeza e de que prescindiam quando não eram necessárias.
>
> PADURA, Leonardo. **O homem que amava os cachorros**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 70.

a. O que significa a afirmação de que a arte e o poder mantinham um "casamento de conveniência"?

b. Quais são os riscos da submissão da arte a um poder a ela externo?

7. Na passagem a seguir, é descrito o personagem Fabiano, retirante nordestino protagonista de *Vidas secas*, romance de Graciliano Ramos publicado em 1938.

> Vivia longe dos homens, só se dava bem com animais. Os seus pés duros quebravam espinhos e não sentiam a quentura da terra. Montado, confundia-se com o cavalo, grudava-se a ele. E falava uma linguagem cantada, monossilábica e gutural, que o companheiro entendia. A pé, não se aguentava bem. Pendia para um lado, para o outro lado, cambaio, torto e feio. Às vezes utilizava nas relações com as pessoas a mesma língua com que se dirigia aos brutos – exclamações, onomatopeias. Na verdade falava pouco. Admirava as palavras compridas e difíceis da gente da cidade, tentava reproduzir algumas, em vão, mas sabia que elas eram inúteis e talvez perigosas.
>
> Uma das crianças aproximou-se, perguntou-lhe qualquer coisa. Fabiano parou, franziu a testa, esperou de boca aberta a repetição da pergunta. Não percebendo o que o filho desejava, repreendeu-o. O menino estava ficando muito curioso, muito enxerido. Se continuasse assim, metido com o que não era da conta dele, como iria acabar? Repeliu-o, vexado: — Esses capetas têm ideias...
>
> [...] O patrão atual [...] berrava sem precisão. Quase nunca vinha à fazenda, só botava os pés nela para achar tudo ruim. O gado aumentava, o serviço ia bem, mas o proprietário descompunha o vaqueiro. Natural. Descompunha porque podia descompor, o Fabiano ouvia as descomposturas com o chapéu de couro debaixo do braço, desculpava-se e prometia emendar-se. Mentalmente jurava não emendar nada, porque estava tudo em ordem, e o amo só queria mostrar autoridade, gritar que era dono. Quem tinha dúvida?
>
> Fabiano, uma coisa da fazenda, um traste, seria despedido quando menos esperasse. Ao ser contratado, recebera o cavalo de fábrica, perneiras, gibão, guarda-peito e sapatões de couro cru, mas ao sair largaria tudo ao vaqueiro que o substituísse.
>
> RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 19-23.

a. Nos dois últimos parágrafos, é narrada a relação de Fabiano com o patrão, que o havia contratado como vaqueiro. De que modo essa relação evidencia o autoritarismo da sociedade brasileira?

b. Que relação é possível estabelecer entre a pobreza da linguagem simbólica de Fabiano e sua condição?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

8. Analise a tirinha e responda às questões propostas.



Obra de arte, tirinha de Orlandeli, 2015.

a. Qual é a crítica presente na tirinha, considerando as noções de valor artístico e de valor de mercado?

b. Que conceito formulado pelos filósofos da Escola de Frankfurt ajuda a compreender a tirinha?

9. **A participação no mercado de trabalho é um tema recorrente no debate sobre a emancipação feminina, que remete não só ao reconhecimento cultural e político da mulher, como também a sua autonomia e a seu poder econômico. Com base nas citações a seguir, das filósofas Nancy Fraser e Sueli Carneiro, e nos conhecimentos constituídos ao longo do estudo deste capítulo, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "A participação da mulher no mercado de trabalho". Na elaboração, selecione informações e argumentos e organize-os de maneira coesa a fim de sustentar seu ponto de vista.**

ODS 5 ODS 8

Texto 1

[...] as normas culturais sexistas e androcêntricas [machistas] estão institucionalizadas no Estado e na economia e a desvantagem econômica das mulheres restringe a "voz" das mulheres, impedindo a participação igualitária na formação da cultura, nas esferas públicas e na vida cotidiana. O resultado é um círculo vicioso de subordinação cultural e econômica. Para compensar a injustiça de gênero, portanto, é preciso mudar a economia política e a cultura.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14-15, p. 234-235, 2006.

Texto 2

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravizadas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras [...]. Mulheres que não entenderam nada quando feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: LORDE, Audre *et al.* **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 314.

Enem e vestibulares

10. (Enem-MEC)

Sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político. E tudo que os homens fazem, sabem ou experimentam só tem sentido na medida em que pode ser discutido. Haverá, talvez, verdades que ficam além da linguagem e que podem ser de grande relevância para o homem no singular, isto é, para o homem que, seja o que for, não é um ser político. Mas homens no plural, isto é, os homens que vivem e se movem e agem neste mundo, só podem experimentar o significado das coisas por poderem falar e ser inteligíveis entre si e consigo mesmos.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

No trecho, a filósofa Hannah Arendt mostra a importância da linguagem no processo de

a. entendimento da cultura.

b. aumento da criatividade.

c. percepção da individualidade.

d. melhoria da técnica.

e. construção da sociabilidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 6

Teorias sobre a crença, a morte e o amor

Neste capítulo, você estudará três assuntos que estão intimamente ligados à realidade humana: a crença, a morte e o amor. Sobre a crença, investigará seus tipos ligados à existência do sobrenatural, desde o mito à religião. A respeito da morte, entenderá os diferentes pontos de vista defendidos por filósofos ao longo da história, de filósofos antigos a contemporâneos. Já sobre o amor, estudará as formas de amor para os gregos antigos e as reflexões propostas por Platão, que são a origem do modo como o Ocidente compreende o tema. Por fim, analisará um texto sobre a relação entre o amor-próprio e o amor pelos outros.

A crença

Bem sabemos como são complicadas as discussões sobre futebol, política ou religião. Cada um tem seu time do coração, opiniões sobre o governo e também sua religiosidade, evocando **crenças** e convicções. Se não houver serenidade e certa disposição para ouvir, a discussão tende para a desavença. É importante reconhecer que ninguém é dono da verdade e que trocar ideias é melhor do que tentar impor as próprias convicções aos outros. Do ponto de vista das religiões, a disposição para ouvir significa o reconhecimento de que sua **fé** não é a única no mundo e de que, se as crenças e as religiões alheias forem respeitadas, no futuro a humanidade será mais tolerante.

Nesta etapa, é proposta uma abordagem de filosofia da religião a fim de apresentar um leque de manifestações religiosas e suas principais características, sem a pretensão de fundamentá-las.

Fé: do latim *fides*, tem a mesma raiz de "fiel" e de "fidelidade", conceitos que pressupõem a confiança. A fé abrange um campo mais amplo que o da religião, porque podemos depositar fé em um amigo ou nos valores que cultuamos. Assim, "má-fé" é uma forma de hipocrisia, pois é utilizada para enganar o outro demonstrando um sentimento que não é real.



DOUG ZIMMERMAN/ISI PHOTOS/GETTY IMAGES

Torcedores do Marrocos instantes antes de o goleiro Yassine Bounou defender o segundo pênalti na partida das oitavas de final que eliminou a Espanha da Copa do Mundo da Fifa 2022, em Al Rayyan, no Catar. Fotografia de 2022.

Imagens em contexto

Em uma situação como a de cobrança de pênaltis, os torcedores são movidos pela crença que depositam em seu time. Nesse momento, eles acreditam que o goleiro de sua equipe defenderá a cobrança. Do lado adversário, os torcedores acreditam que o jogador de seu time fará o gol.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Tipos de crença

É comum pessoas associarem o conceito de crença exclusivamente à vida religiosa: o crente seria aquele que, por exemplo, crê em Deus, na imortalidade da alma, na revelação divina, e assim por diante. O conceito de crença, porém, pressupõe maior amplitude, uma vez que consiste na adesão a uma proposição que se considera verdadeira, o que requer a disposição psicológica de aceitação, de confiança. Por exemplo, se confio em meu médico, tomo o medicamento que ele me prescreveu, não porque compreendo como o remédio age em meu organismo, mas porque reconheço a competência do profissional.

Os diversos graus de crença dependem dos níveis de comprovação racional e objetiva de que se dispõe. O senso comum, pelo qual são emitidas opiniões, baseia-se em crenças que auxiliam a atuação no cotidiano. A vida moral apoia-se em crenças que são submetidas a frequentes reavaliações a fim de mantê-las ou alterá-las. Mesmo a ciência, tão avançada atualmente, depende de crenças, embora as hipóteses científicas sejam mais rigorosas.

Será examinado a seguir um tipo especial de crença: o que se refere ao sentido estrito de confiança na existência do sobrenatural, isto é, naquilo que ultrapassa as leis da natureza. É essa a instância do mistério, de tudo que não depende de compreensão racional e que requer adesão por meio da fé.



Níquel Náusea, tirinha de Fernando Gonsales, 2013. Há diversos tipos de crença que não dizem respeito apenas à vida religiosa, como a crença em horóscopos.

O mito

O **mito** é a forma mais remota de crença. Esse tipo de narrativa predominava em sociedades tradicionais de modo abrangente, constituindo tamanha expressão de poder que compreendia todas as esferas da realidade. O sagrado – a relação entre o indivíduo e o sobrenatural – permeava todos os campos de atividade.

O mito vivo, enquanto serve para a compreensão do mundo em uma comunidade, não é considerado lenda, mas uma verdade sustentada pela crença. A verdade do mito resulta de uma intuição compreensiva da realidade, cujas raízes se fundam na emoção e na afetividade. Expressa o que se deseja ou se teme e representa a atração das pessoas pelas coisas ou o afastamento delas por temor.

Não se trata, porém, de uma intuição qualquer. Opera na dimensão do mistério, pois é sempre um enigma a ser decifrado; por isso, representa o espanto diante do mundo e das forças sobrenaturais que atuam nele.

O mito está impregnado do desejo humano de afugentar a insegurança, os temores e a angústia diante do desconhecido, do perigo e da morte. Em razão disso, os relatos míticos se sustentam na crença em forças superiores que protegem ou ameaçam, recompensam ou castigam. Nesse aspecto, sua função não é, primordialmente, explicar a realidade, mas acomodar e tranquilizar o ser humano em um mundo que lhe parece assustador.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Mito e tradições

Provavelmente, quando os seres humanos pré-históricos pintavam as paredes das cavernas com representações da captura de animais, não tinham a intenção de enfeitar o local em que estavam, mas de imprimir um caráter mágico às cenas desenhadas para garantir o sucesso das caçadas. Assim como os registros rupestres, as danças apresentam significado ritualístico, ora para assegurar a boa colheita, ora para homenagear os mortos, ora para demarcar uma mudança na vida social. É o caso das valsas de casamento e das danças que fazem parte da cerimônia Quarup, realizada pelos povos indígenas do Alto Xingu, no Brasil.

O mito garante a manutenção cotidiana dos costumes e a sobrevivência dos povos tradicionais. Por exemplo, de acordo com um mito **iorubá**, o Rio Níger nasceu da paixão de Oiá por Xangô. Oiá teria sido aconselhada a seguir sempre ao lado de seu marido, Xangô. Enquanto o amasse, ela não poderia retornar ao lugar onde havia nascido, no qual permanecia toda a sua família. Afetivamente dividida, Oiá não respeitou as recomendações e regressou à terra natal, distanciando-se de Xangô. Passado algum tempo, recebeu a notícia da morte de seu amado. Sentindo enorme tristeza, transformou-se no Rio Odô Oiá, conhecido atualmente como Níger. A importância desse rio para os iorubás explica o caráter sagrado de que é investido.

Iorubá: do povo africano iorubá, do sudoeste da República Federal da Nigéria, com grupos espalhados também pela República de Benin e pelo norte da República do Togo.

Portanto, o mito não pode ser confundido com um relato falso ou com uma mentira. Ele só não obedece ao mesmo estatuto dos conhecimentos científicos associados a práticas como a experimentação. De todo modo, o mito é uma forma de explicar determinada realidade complexa e de difícil compreensão, utilizando recursos como a metáfora. Sobre a importância dos mitos para as tradições, o filósofo contemporâneo Edgar Morin comenta:

> [...] os maiores ou os mais profundos mitos contam a origem do mundo, a origem do homem, [...] suas relações com os deuses e com os espíritos. Mas os mitos não falam somente da cosmogênese [ou origem do mundo] nem somente da passagem da natureza à cultura, mas também de tudo o que diz respeito à identidade, ao passado, ao futuro, ao possível, ao impossível, e de tudo o que suscita a interrogação, a curiosidade, a necessidade, a aspiração. Transformam a história de uma comunidade, cidade, povo; tornam-na lendária e, geralmente, tendem a duplicar tudo o que acontece no mundo real e no mundo imaginário para ligá-los e projetá-los no mundo mitológico.
>
> MORIN, Edgar. **O método 3**: o conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 175.



ROMULO FIALDINI/TEMPO COMPOSTO

Oxê de Xangô, escultura nigeriana do século XX.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Com base na citação de Edgar Morin, pode-se dizer que a função exclusiva do mito é explicar a origem no universo? Justifique sua resposta.
2. Na sua opinião, qual a importância dos mitos para a preservação das tradições de uma sociedade? Explique seu ponto de vista.

Classificação indicativa do episódio *Qual a importância dos mitos para as sociedades?*: livre.

Sugestão

Qual a importância dos mitos para as sociedades?

Produção: GNT. Brasil, 2022. 6 minutos.

Nesse episódio do programa *O futuro é ancestral*, a filósofa Katiúscia Ribeiro, doutora em filosofia africana, explica a importância dos mitos para as sociedades, mostrando como eles dialogam com os conhecimentos e os costumes de um povo e traduzem seu comportamento. Para tanto, a filósofa desconstrói a associação equivocada entre mito e mentira. Além disso, Katiúscia aponta a centralidade dos mitos nas diversas culturas africanas e enfatiza que eles podem contribuir para a organização da vida nas sociedades contemporâneas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O mito hoje

O mito permanece nas sociedades complexas do mundo contemporâneo? Para Augusto Comte, fundador do positivismo, o mito pertence a um passado remoto típico do estado teológico, que teria sido superado pelo conhecimento científico.

No entanto, ao criticar o mito e exaltar a ciência, o positivismo deu origem, contraditoriamente, à crença cega na ciência como única forma de saber possível. Trata-se de uma redução extrema do âmbito do conhecimento, pois ao lado da ciência existem formas válidas de compreensão, como o senso comum, a filosofia, a arte e a religião, que não podem ser desprezadas.

Além disso, até hoje o mito permanece vivo na raiz da inteligibilidade humana. A função de fábula persiste em contos populares e no folclore, mas não só. Por exemplo, palavras como *lar*, *amor*, *pai*, *mãe*, *paz*, *liberdade* e *morte* fazem remissão a **valores arquetípicos**, isto é, a modelos universais que existem na natureza inconsciente de todas as pessoas.

Arquetípicos: o termo refere-se a arquétipo, do grego *arché*, "princípio", "origem"; também pode significar "modelo", "paradigma".

Personalidades como artistas, políticos e esportistas, que os meios de comunicação se incumbem de transformar em imagens exemplares, costumam representar todo tipo de anseio: sucesso, poder, liderança, atração sexual etc. Por esse motivo, o imaginário das pessoas é exaltado por figuras mitificadas, como as do guerrilheiro Che Guevara, da princesa Diana e dos jogadores de futebol Pelé e Marta.

O comportamento cotidiano das pessoas é igualmente permeado de rituais, mesmo que secularizados, isto é, não religiosos. Comemorações de nascimentos, casamentos e aniversários, celebrações de ano-novo, festas de formatura e de debutantes, trotes de calouros etc. Examinando as manifestações coletivas no cotidiano dos brasileiros, podem ser descobertos componentes míticos também no Carnaval e no futebol.

Não falta, porém, o lado sombrio dos mitos, que se expressa sob o signo da morte. O governo totalitário de Hitler alimentou o mito ariano da raça pura, desencadeando perseguições que culminaram no genocídio de judeus, ciganos e homossexuais.

Classificação indicativa do filme *King Richard: criando campeãs*: não recomendado para menores de 12 anos.



NAOMI BAKER/GETTY IMAGES

As ginastas estadunidenses Simone Biles (à esquerda) e Jordan Chiles (à direita) reverenciam a brasileira Rebeca Andrade no pódio da cerimônia de premiação do solo feminino de ginástica artística nas Olímpiadas de Paris, na França. Fotografia de 2024. No mundo dos esportes, figuras de destaque costumam representar valores arquetípicos.

Sugestão

King Richard: criando campeãs

Direção: Reinaldo Marcus Green. Estados Unidos, 2021. 145 minutos.

O filme conta a história das irmãs estadunidenses Serena e Venus Williams, campeãs mundiais de tênis, que foram treinadas desde a infância por seu pai, Richard Williams. Pode-se notar, no modo como o enredo é conduzido, a construção de personalidades mitificadas, o que de certo modo é uma das estratégias do próprio gênero audiovisual no qual esse filme se insere: a cinebiografia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sagrado e profano

O desenvolvimento da agricultura, do pastoreio e do comércio de excedentes permitiu que as sociedades se tornassem mais complexas em virtude da especialização das técnicas e dos ofícios, o que provocou a hierarquização de segmentos sociais, valendo-se muitas vezes até mesmo da escravidão.

Em grandes civilizações da Antiguidade, como as mesopotâmicas, a egípcia, a indiana, a chinesa e a hebraica, embora o mito fosse um componente importante da cultura, era nítida a distinção entre o **espaço sagrado** dos santuários e o **espaço profano** da vida cotidiana.

Profano: do latim *profanus*, composto do prefixo *pro*, "defronte de", e *fanum*, "lugar consagrado", "templo"; o que se encontra defronte do templo, isto é, fora dele; o que não é sagrado.

Hesíodo, poeta que teria vivido entre o final do século VIII e o início do século VII a.C., reuniu os mitos gregos na obra *Teogonia*, termo que significa "origem de deus". O sentido dessa palavra implica outro: o de *cosmogonia*. Esse termo, derivado dos vocábulos gregos *kósmos* ("universo") e *gonos* ("origem"), é usado para designar as teorias que têm por objeto explicar a formação do universo, uma vez que os mitos relatam o modo como todas as coisas surgiram do caos – o vazio inicial – para compor a ordem do cosmos.

O politeísmo (a crença em diversos deuses) era professado tanto pela civilização grega, que se formou por volta do segundo milênio antes de Cristo, como por aquelas que a antecederam. Para os habitantes da Grécia antiga, os deuses, moradores do Olimpo, eram imortais, embora agissem de modo semelhante aos humanos: às vezes eram benevolentes, mas moviam-se também por inveja, intriga ou vingança. Entre as obrigações a eles devidas, como oferendas, preces e sacrifícios, destacavam-se as peregrinações aos grandes santuários.

Delfos, dedicado ao deus Apolo, foi um dos mais famosos santuários gregos, por ser o local de consulta ao oráculo, isto é, onde era recebida a resposta de uma divindade, intermediada por uma pitonisa (sacerdotisa com o dom da profecia). Essas respostas eram elaboradas com palavras sábias e muitas vezes ambíguas. Pessoas se deslocavam de longe levando oferendas para o deus Apolo em busca de soluções para questões emocionais, negócios ou política.

Classificação indicativa da série *Grandes mitos gregos*: livre.

Sugestão

Grandes mitos gregos

Direção: François Busnel. França, 2015. 26 minutos (cada episódio).

Série de vinte episódios que apresentam os mitos gregos por meio de animações e imagens de obras de arte, narrando a história dos principais deuses da Grécia antiga, como Atena e Apolo.
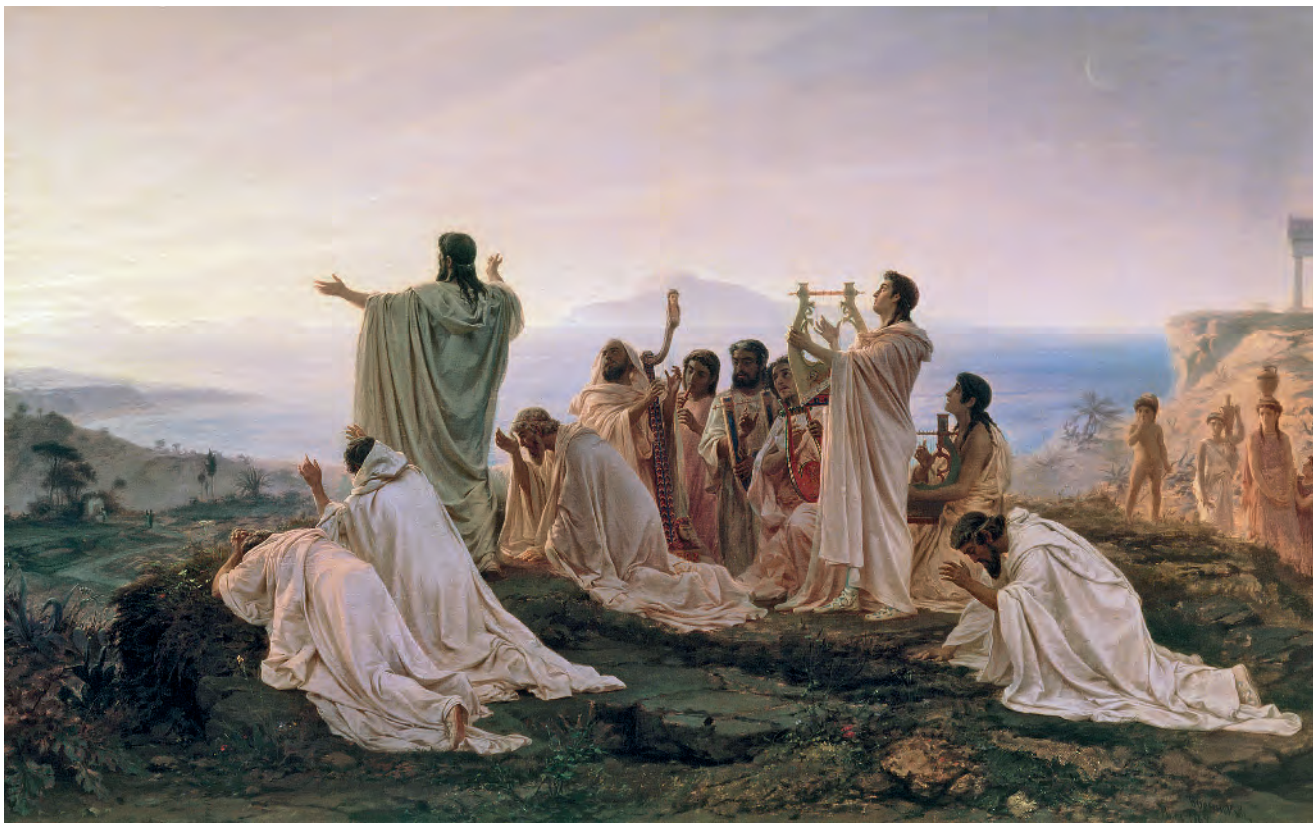


DFLC PRINTS/SHUTTERSTOCK

Ruínas do templo de Delfos, na cidade de Delfos, na Grécia. Fotografia de 2021. Segundo relata Platão na *Apologia de Sócrates*, foi nesse templo que o oráculo revelou não haver ninguém mais sábio do que Sócrates.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Posteriormente, adeptos de outras religiões de mistérios difundiram crenças em reencarnação, vida eterna e salvação pessoal, aspectos que não faziam parte da religião grega oficial. Transmitidas por integrantes da escola filosófica pitagórica, que tinha por base o pensamento de Pitágoras e misturava misticismo às explicações da realidade, essas ideias influenciaram o pensamento de Platão, no século IV a.C.

Há também expressões do sagrado que não se baseiam na existência de um ou mais deuses. Por exemplo, no budismo primitivo, o que se buscava era uma vida correta, fundamentada no afastamento dos desejos e em práticas de aperfeiçoamento pessoal. Ao fechar o ciclo de reencarnações, a existência individual se aniquilaria no Nirvana, ou seja, na extinção do sofrimento, dissolvendo-se na existência universal. Vale destacar o fato de que, para os budistas, o Nirvana não é um lugar, mas um estado da mente de supremo apaziguamento, em que cessam o desejo, o sofrimento e a transmigração da alma.



FEDOR ANDREEVICH BRONNIKOV - GALERIA TRETYAKOV, MOSCOU

Os pitagóricos celebram a aurora, pintura de Fedor Bronnikov, 1869. Apesar da racionalidade existente no pensamento pitagórico, sua escola caracterizava-se por certo misticismo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

É possível conhecer o divino?

Após a separação entre o sagrado e o profano, as religiões constituíram-se com ritos e práticas institucionalizadas. Vale ressaltar o fato de que variam as formas pelas quais as pessoas compreendem o divino, sejam as que se fundamentam na crença em Deus, sejam as que negam a possibilidade de existir um ser divino, sejam as que se abstêm de se posicionar a respeito desse assunto.

Para iniciar, vamos analisar a primeira tendência e, sem pretender esgotar as diversas expressões da crença em divindades, trataremos do teísmo (do grego *théos*, "deus" – religião que admite a crença no divino), do panteísmo (do grego *pan*, "tudo", e *théos*, "deus" – crença de que Deus está em tudo) e do deísmo.

Teísmo

A maioria das religiões é **teísta**, isto é, sustenta sua fé na crença em um ou mais deuses. O monoteísmo (a crença em um só Deus) é adotado por seguidores de religiões prescritivas, no sentido de estabelecerem preceitos, regras e normas a serem cumpridos, como o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. Não por acaso, essas religiões dispõem de um conjunto de doutrinas em seus livros sagrados – respectivamente, a *Torá*, a *Bíblia* e o *Corão* (ou *Alcorão*). Tais livros são considerados sagrados justamente por expressarem a revelação da palavra divina.

O teísmo pressupõe o conceito de transcendência, ou seja, além de criador de todas as coisas, Deus é exterior e superior ao mundo, este, sim, composto de seres imanentes, por estar reduzido à condição concreta, material e dependente de Deus para existir.

Panteísmo

Para explicar o **panteísmo**, é necessário recorrer aos conceitos de transcendência e imanência. Os teístas creem em um Deus transcendente, isto é, possuidor de uma natureza diferente de todas as coisas e separado do mundo. Já os panteístas concluem pela imanência de Deus, ou seja, para eles Deus está em tudo. Eles acreditam que Deus e o mundo são um só.

Para Zenão, filósofo estoico do século III a.C., a natureza encontra-se impregnada da razão divina; portanto, Deus também é corpo, embora seja o mais puro dos corpos, perfeito e inteligente, pelo qual é feito o ordenamento do mundo. Assim comentou a professora Marilena Chaui sobre a concepção estoica de Deus:

> Natureza, mundo, Deus, fogo são o mesmo: a natureza é divinizada e a divindade, naturalizada. Em outras palavras, a física afirma a imanência da natureza ao Deus ou, como dirá mais tarde Sêneca: *Natura sive Deus* – natureza, ou seja, Deus. **Cosmologia** e teologia são inseparáveis. É por isso que o homem pode estar em contato com o Deus e encontrar na ordem que o cerca a possibilidade de também ordenar sua vida e lhe dar um sentido.
>
> CHAUI, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: as escolas helenísticas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 140. v. 2.

Cosmologia: do grego *kósmos*, "universo", e *lógos*, "saber"; estudo do universo.

Em direção semelhante, no século XVII, Baruch Espinosa concebeu Deus como a **substância** que constitui o universo inteiro e não se separa de tudo aquilo que produziu. Para o filósofo, todas as coisas são **modos da substância infinita**; por isso, Deus é causa imanente de seus modos, entre os quais se encontra o ser humano. De acordo com alguns intérpretes, Espinosa de fato era ateu, porque, ao "dissolver" Deus no mundo, acabaria por negá-lo. Outros discordam de que ele tenha sido panteísta ou ateu e defendem a ideia de que o filósofo adotou o **panenteísmo** (atente: não é panteísmo), conceito que traz uma sutileza: tudo está em Deus, sem, no entanto, ser Deus. Por essa perspectiva, Espinosa teria mantido a diferença entre a substância divina e seus modos.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Por que os panteístas têm uma perspectiva imanente de Deus?
2. O que aproxima o pensamento de Espinosa do panteísmo?



MARCIO BINOW DA SILVA/GETTY IMAGES

Monumento de Buda em mosteiro em Ibiraçu, no estado do Espírito Santo. Fotografia de 2022. O panteísmo, assim como o budismo, não é teísta.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Deísmo

O **deísmo** é a religião natural. Os deístas acreditam em Deus como um ser supremo e criador de todas as coisas, deixando-as em seguida à própria sorte; seria, portanto, um "Deus ausente". Desse modo, não estabelecem vínculos com o divino, rejeitam os livros sagrados, os cultos e os sacerdotes. Essa concepção prevaleceu no Iluminismo (século XVIII), embora já houvesse defensores dela no século XVII, na Inglaterra. Entre os representantes do deísmo destacam-se os filósofos John Locke, Voltaire e Jean-Jacques Rousseau, o que não significa que esses pensadores partilhassem experiências comuns, como explica o professor Gilbert Hottois:

> Voltaire e Rousseau eram deístas, mas diferiam em tudo. O Deus de Voltaire é uma inteligência racional que garante a ordem cósmica: ele é o relojoeiro do relógio do mundo. O Deus de Rousseau é interior, afetivo e sensível; ele fala à consciência moral e se manifesta não tanto na ordem, mas na majestade romântica de algumas paisagens. O que une os deístas é a tolerância em matéria de religião e a independência de sua experiência religiosa em relação à instituição religiosa.

HOTTOIS, Gilbert. **Do Renascimento à pós-modernidade**: uma história da filosofia moderna e contemporânea. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008. p. 151.

As imagens de um relógio e de um relojoeiro, usadas por Voltaire, ilustram a defesa do argumento do desígnio, que prova a existência divina por meio de uma comparação, como será visto adiante. Ao comparar o universo com um relógio, certamente seria possível indagar-se sobre a capacidade do hábil relojoeiro, responsável por inventar aquele maquinismo. Do mesmo modo que o relojoeiro deve ter feito um projeto, o universo seria resultado do desígnio de uma inteligência superior: Deus.

Sugestão

Deus

Francisco Catão. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Coleção Filosofias: o prazer do pensar).

Nesse livro, o teólogo Francisco Catão reflete sobre a questão divina partindo de duas diferentes tradições da cultura ocidental: a tradição filosófica constituída desde os gregos antigos e a tradição religiosa dos textos bíblicos.



JENS SCHLUETER/POOL/GETTY IMAGES

Técnica trabalhando em fábrica de relógios em Glashüette, na Alemanha. Fotografia de 2024. Para Voltaire, se a existência do relógio requer a existência do relojoeiro, a existência do mundo exigiria a existência de Deus.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Agnosticismo

Metafísica: do grego *metá physis*, "depois da física"; com o tempo, o sentido de "depois" foi transformado em "além", uma vez que a parte da filosofia chamada de metafísica trata de temas que estão além da física, além do mundo da experiência.

Os adeptos da teoria denominada agnosticismo admitem serem incognoscíveis ou inacessíveis ao entendimento humano as ideias propostas pela **metafísica**, entre elas a da existência divina. A posição assumida por agnósticos, no entanto, pode provocar estranheza, uma vez que a maioria das pessoas professa alguma crença religiosa.

De modo geral, o agnóstico abstém-se de concluir se Deus existe ou não, alegando falta de evidências e impossibilidade racional de conhecê-lo. Ele não crê nem descrê. O filósofo francês André Comte-Sponville se referiu a essa postura com certa ironia: "Se essa posição é mais correta que outras é o que nenhum saber garante. É preciso crer nela, e é por isso que o agnosticismo também é uma espécie de fé, só que negativa: é crer que não se crê". (COMTE-SPONVILLE, André. **Dicionário filosófico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 18).

Neste tópico, é pertinente mencionar Immanuel Kant, autor de grande expressão filosófica do Iluminismo alemão. Na obra *Crítica da razão pura*, ao julgar a capacidade da razão para conhecer, Kant concluiu que todo conhecimento depende em parte dos dados da experiência. Assim, os **conceitos metafísicos** – como as ideias de alma, mundo e Deus – não são acessíveis à razão por não pertencerem ao âmbito de nossa experiência possível. Kant se absteve, então, de argumentar sobre esses conceitos, porque é possível tanto defender a existência de Deus como negá-la, sem que se chegue a uma conclusão.

Seria apressado, porém, qualificar a posição kantiana como agnóstica, uma vez que o filósofo apenas criticava a metafísica ao negar a possibilidade de conhecer aquelas verdades pela razão (as ideias de alma, mundo e Deus). Tanto é que, em outra obra, a *Crítica da razão prática*, os conceitos mencionados foram recuperados como postulados, ou seja, como pressupostos que permitem explicar a lei moral e seu exercício.

Imagens em contexto

Nessa obra onírica de Salvador Dalí, uma colher contendo um minúsculo relógio de bolso de ouro brota de uma parede e contorna uma pedra. O tema desconcertante e aparentemente sem sentido revela uma espécie de alucinação, de irracionalidade onírica. O termo *agnóstico* do título pode ser lido como aquilo que é incognoscível, aquilo que não é assimilado pelo entendimento ou pela razão.



Símbolo agnóstico, pintura de Salvador Dalí, 1932.

© SALVADOR DALÍ, FUNDACIÓN GALA-SALVADOR DALÍ/ AUTVIS, BRASIL, 2024.
FOTO: BRIDGEMAN IMAGES/FOTOARENA. LOCALIZAÇÃO: MUSEU DE ARTE DA FILADÉLFIA, FILADÉLFIA
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ateísmo

Diferentemente do agnóstico, o ateu opina: ele acredita que Deus não existe. Trata-se de uma opinião sem provas, assim como a do crente, que acolhe uma fé sem poder provar sua verdade. Os motivos que levam ao ateísmo variam de pessoa para pessoa ao alegar a insuficiência das crenças vigentes ou por não aceitar qualquer tipo de cerceamento da autonomia de pensar e de escolher seu destino. Há, ainda, justificativas encontradas por quem prefira relacionar-se com o mundo de maneira laica, suportando humanamente – com a razão e o sentimento – a angústia das escolhas, o sofrimento e o enfrentamento da morte.

As posições de agnósticos e ateus nem sempre são bem recebidas, e é comum encontrar na história fatos que confirmam essa reprovação. O Tribunal da Santa Inquisição puniu o ateísmo com severo rigor, e o poder religioso das teocracias contemporâneas também rejeita esse posicionamento, o que exige cautela. O texto a seguir trata do modo como Montaigne, filósofo francês do século XVI, comportou-se diante do poder da religião:

> Sempre que Montaigne alude ao cristianismo, o faz com mais estranha senão maliciosa impertinência. Ocupa-se amiúde com a religião, jamais com Cristo. Nem uma só vez cita-lhe a palavra. É de duvidar que jamais haja lido os Evangelhos, ou melhor, é certo que jamais os leu seriamente. Suas reverências ante o catolicismo exprimem evidentemente muita prudência. Não se devem esquecer as instruções dadas em 1572 por Catarina de Médici e Carlos IX e que provocaram o massacre dos protestantes em toda a França.

GIDE, André. **O pensamento vivo de Montaigne**. São Paulo: Martins Fontes: Edusp, 1975. p. 21.

Não cabe à filosofia dar a palavra final a respeito do ateísmo e do teísmo, mas identificar as divergências e problematizar a discussão, o que, aliás, é sempre desejável em uma sociedade democrática. O que os filósofos criticam é a intolerância religiosa, manifestada quando alguém pretende impor as próprias convicções a outros, seja por professar religião diferente, seja por ser ateu ou agnóstico.



SAMUEL HIRSZENBERG - COLEÇÃO PARTICULAR

Espinosa excomungado, pintura de Samuel Hirszenberg, 1907. Em 1656, acusado de ateísmo, Espinosa foi expulso da comunidade judaica de Amsterdã, nos Países Baixos, onde nasceu e vivia.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. De que modo Espinosa é representado na pintura de Samuel Hirszenberg?
2. Como os judeus aparecem representados nessa mesma pintura? Essa representação reflete tolerância ou intolerância religiosa? Explique.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Deus existe?

A crença em Deus não é unânime, embora a maioria das pessoas seja teísta, entre as quais existem nuances que os filósofos tentam explicar pela razão. Por exemplo, um tema muito discutido é o dos atributos de Deus. A afirmação de que ele é infinito, tudo sabe e tudo pode, é bom e criador tem origem na tradição herdada das religiões monoteístas mais conhecidas. No entanto, nem todas as outras têm a mesma concepção sobre a natureza divina.

Na cosmologia de Aristóteles, do século IV a.C., Deus é o **Primeiro Motor Imóvel** que impulsiona o movimento do mundo. Por não ser movido por nenhum outro, o Primeiro Motor é, segundo Aristóteles, Ato Puro. Ao considerar que para os gregos a matéria é eterna, esse Deus não criou o mundo; apenas lhe deu movimento. Além disso, não se trata do Deus providente que atende a pedidos dos crentes e ama todos os seres porque é "pensamento que se pensa a si mesmo" e, portanto, é indiferente ao mundo.

Outra questão sujeita a muitas controvérsias diz respeito às provas da existência de Deus. Vários teólogos e filósofos se debruçaram sobre argumentos que consistem no encadeamento de proposições que levam a uma conclusão, a fim de provar racionalmente a existência de Deus. A seguir, são apresentados alguns desses argumentos.

Argumento ontológico

Ontológico: relativo a *ontologia*, termo criado no século XVII e adotado como sinônimo de metafísica; no contexto, é o conhecimento do "ser" das coisas (o "ser" de Deus, nesse caso específico).

No século XI, Anselmo, arcebispo de Cantuária, na Inglaterra, elaborou o mais antigo argumento de prova da existência divina, posteriormente denominado argumento **ontológico**. Segundo ele, da ideia que se tem de Deus, pode-se deduzir sua existência. Ao conceber Deus como um ser perfeito – e de tão perfeito nada se pode conceber de mais excelente do que ele –, é possível concluir que Deus deve também ter a perfeição da existência. Logo, Deus existe.

Esse argumento chama-se ontológico porque parte da definição de Deus – portanto, do plano do pensamento – e passa para o plano ontológico – ou seja, para a existência mesma de Deus. É também chamado de argumento *a priori*, por ser elaborado apenas pela razão e não depender de confirmação da experiência.

O argumento ontológico foi retomado em outros momentos da história da filosofia com René Descartes e Gottfried Leibniz, entre outros pensadores, mas também sofreu duras críticas dos mais diversos filósofos. Para Immanuel Kant, por exemplo, a conclusão é indevida, pois a existência não pode estar contida no conceito ou na definição de um ser perfeito.



PJRSTATUES/ALAMY/FOTOARENA

Estátua de Anselmo de Cantuária em pórtico da Catedral da Cantuária, no Reino Unido. Fotografia de 2021. O filósofo foi o criador do argumento ontológico, segundo o qual a existência de Deus decorre de sua perfeição.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Argumento cosmológico

Enquanto o argumento ontológico é *a priori*, os **argumentos cosmológicos** são *a posteriori*, porque partem de dados da experiência, de realidades do mundo (do cosmos) para chegar a Deus. Tais argumentos, descritos nos tópicos a seguir, foram retomados por Tomás de Aquino, na Idade Média, e aceitos por um grande número de filósofos e teólogos da época.

- Relação entre **causa e efeito**. De acordo com esse argumento, pode-se perceber que todo efeito resulta de uma causa; como não é possível levar esse encadeamento ao infinito, deve-se concluir que há um princípio, uma causa que, por sua vez, seja "incausada" e que dê início à sequência causal das coisas, ou seja, Deus.
- A variante do **movimento**. Conforme esse argumento, nada se move por si mesmo, mas tudo que se move é movido por outro; por isso, é preciso admitir um primeiro ser **imóvel**. Os argumentos de causa e efeito e de movimento já aparecem em Aristóteles, ao se referir a Deus, respectivamente, como Primeiro Motor Imóvel e como Ato Puro.
- A versão da **contingência**. De acordo com essa versão, cada ser depende de outro para existir. Só Deus é **necessário**, porque não depende de nenhum outro e fundamenta a existência de todos os demais, que podem ser ou não ser.

Bertrand Russell criticou as provas cosmológicas por existir uma contradição nesse tipo de argumento: a conclusão de que Deus é "incausado" e é causa de todas as coisas invalida o argumento porque nega a premissa de que tudo o que existe tem uma causa. Além disso, o argumento confunde acontecimentos sobrenaturais (Deus) com os naturais (causalidade, movimento e contingência).

Como você estudou, ao criticar a metafísica, Immanuel Kant invalidou as tentativas de explicar a existência e a natureza de Deus por meio da razão. Para ele, a existência de Deus pode ser postulada, não demonstrada; por isso, é objeto de fé.

Argumento do desígnio

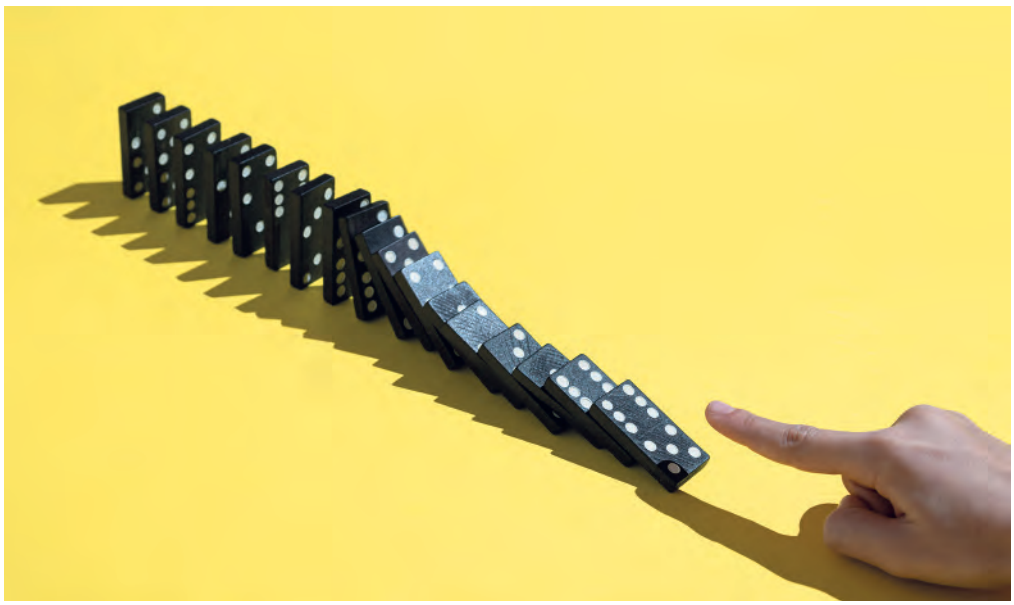
O **argumento do desígnio** é muito comum e tem força de convencimento por se tratar de um tipo de explicação por analogia ou comparação, como a mencionada analogia entre Deus e um relojoeiro.

Apesar da complexidade do mundo, são surpreendentes o funcionamento do organismo dos seres vivos e a maneira como eles interagem; por isso, sempre causam admiração a ordem e a perfeição do universo, com os planetas e a regularidade de seus movimentos. As leis ecológicas, por exemplo, apresentam uma harmonia que não pode ser afetada sob pena de desequilíbrio. Torna-se, portanto, por analogia, impossível negar que tamanha harmonia tenha sido obra de Deus ou afirmar que esse mundo ordenado seja mero resultado de acaso.

O argumento do desígnio provoca adesões e críticas. As últimas são muito semelhantes às que se contrapõem aos argumentos cosmológicos: não há necessidade de ir além das explicações da natureza para buscar uma solução sobrenatural.

Outra objeção deriva da constatação de que o mundo não é tão maravilhoso assim, em razão da inquestionável existência do mal. Como conciliar a bondade e a onipotência de Deus com o mal moral (o sofrimento causado pela injustiça) e com os males naturais (catástrofes provocadas por fenômenos da natureza, epidemias, doenças etc.)? Diante da complexidade dessa questão, ela merece ser abordada com cuidado em um tópico separado.

Contingência: caráter do que não ocorre de maneira necessária, podendo acontecer de forma diferente ou até mesmo não ocorrer.



FRANCESCO CARTA/GETTY IMAGES

Peças de dominó caindo em efeito cascata. Fotografia de 2020. A mão humana seria o primeiro motor dessa cadeia de quedas. Ocorre que, segundo um dos argumentos cosmológicos, há um ser imóvel que atua na primeira geração de movimento e desencadeia os demais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O problema do mal

A questão do mal sempre foi tema de debate entre os crentes, sobretudo em razão da dificuldade em conciliar os atributos divinos da bondade e da onipotência (isto é, a qualidade de quem é todo-poderoso, tem um poder infinito) com a existência no mundo do mal moral e dos males naturais. Muitas foram as justificativas para essa aparente contradição.

Adeptos de algumas religiões optaram por aceitar dois princípios: um do bem e outro do mal. Isso ocorreu com os maniqueus, seguidores do profeta persa Mani (Manes ou, ainda, Maniqueu), que reuniram crenças de diversas religiões.

Em determinadas doutrinas religiosas há a crença em "anjos caídos", ou demônios, que se insurgiram contra Deus e têm como finalidade corromper os seres humanos. O cristianismo introduziu o conceito de pecado original, cometido por Adão e Eva ao desobedecer a Deus. Por essa ousadia, eles foram expulsos do Paraíso e transmitiram a desventura do sofrimento a toda a humanidade.

Para outras religiões, o mal moral decorre do livre-arbítrio concedido por Deus. Por ser livre, o ser humano pode, de acordo com essas crenças, preferir o mal ao bem. Há ainda os que admitem ser o bem absoluto uma promessa para a vida após a morte; assim, os fiéis suportariam os sofrimentos na esperança de vida eterna.

No entanto, a discussão sobre o mal físico levanta um problema que vai além da transgressão pessoal a ser punida: trata-se do mal que resulta de uma catástrofe, como o provocado por terremotos ou *tsunamis*, que atinge indiscriminadamente pessoas moralmente boas ou más. Do mesmo modo, doenças incuráveis acometem crianças e prolongam nelas o sofrimento, e pandemias provocam indistintamente a morte de milhões de pessoas em todo o mundo, entre outros exemplos. Nesses casos, seria justo que os bons fossem vitimados por uma natureza que foi criada por Deus? Há, por isso, quem considere esse tipo de mal um castigo divino para penalizar faltas que as próprias pessoas desconhecem.

São numerosas as teorias com base nas quais se discutem as relações entre Deus e a existência do mal, muitas delas inconclusivas. Na sequência, forneceremos uma breve ideia dos debates já realizados sobre essa questão.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. A chamada teoria maniqueísta, que opõe os princípios do bem e do mal, está enraizada no imaginário das pessoas, ressurgindo, por exemplo, em relatos míticos que tratam do embate entre forças antagônicas. Em que outras situações você percebe a presença do maniqueísmo?
2. Em sua opinião, como um modo de pensar maniqueísta pode afetar as relações humanas? Justifique sua resposta fundamentando-a com argumentos.

Imagens em contexto

Poeta, pintor e gravurista, William Blake é um dos grandes nomes do romantismo inglês. Uma de suas obras mais célebres é *Ilustrações do Livro de Jó* na qual o artista representa, em 22 gravuras, o sofrimento do personagem bíblico Jó, homem justo e sem falhas, porém submetido às mais severas penas. Diante do mal sofrido por ele, surge o enigma do mal: como conciliar onipotência e bondade divinas?



JOHN LINNELL. FOTO: SEPIA TIMES/UNIVERSAL IMAGES/GETTY IMAGES - COLEÇÃO PARTICULAR

O desespero de Jó, gravura de William Blake colorida por John Linnell, 1821.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Agostinho: o mal como "não ser"

Agostinho viveu entre os séculos IV e V e, convertido ao cristianismo, tornou-se bispo de Hipona. Suas especulações foram motivadas pela questão do mal, o que o fez aderir de início à crença dos maniqueus, que admitiam o bem e o mal como princípios fundadores. Posteriormente, rejeitou a crença anterior, para aceitar, então, a ideia da existência de apenas um Deus, deparando-se novamente com o problema de explicar a aparente contradição entre a bondade de Deus e a existência do mal.

Em sua teoria sobre o mal, Agostinho concluiu que o mal é um "não ser", isto é, não tem uma existência real, pois é uma carência, a **ausência do bem**. Argumentou que algo só se corrompe porque antes era bom. Se não fosse, não poderia se corromper, e, caso as coisas fossem privadas de todo o bem, deixariam de existir.

A teoria agostiniana do mal foi criticada por outros pensadores. Immanuel Kant, por exemplo, a rebateu, afirmando que, nos limites da razão, é impossível resolver essa contradição. Restaria ao ser humano reconhecer que o mal existe e, do ponto de vista prático, buscar maneiras de evitá-lo, quando possível.

Paul Ricoeur: espiritualizar a lamentação

No século XX, o filósofo francês Paul Ricoeur explicou a realidade do mal inicialmente nos planos do pensamento, da ação e do sentimento.

Ao tratar do plano do pensamento, Ricoeur repassou as teorias teológicas e filosóficas anteriores, reconhecendo que o enigma do mal não pode ser solucionado. Do ponto de vista da ação, o mal surge como violência (portanto, como objeto da moral): cabem à ética e à política as ações necessárias para sua diminuição. No plano do sentimento, o que resta às pessoas é a resignação diante da condição humana. Ao tratar desse aspecto, Ricoeur analisou as respostas que correspondem a três momentos diante da perplexidade que o mal provoca nas pessoas. Vale observar que a intenção do filósofo foi destacar a mudança qualitativa da lamentação e da queixa que acompanham o indivíduo diante do sofrimento de uma perda afetiva.

A primeira resposta é a de **ignorância** diante do porquê do mal. A pessoa que foi vítima do mal tende a dizer: "Não sei por que as coisas acontecem assim!". Pode ainda afirmar que o mal se deve "ao acaso no mundo". A segunda é a de **lamentação** contra Deus: "Por que Deus permitiu que isso ocorresse?"; "Até quando, Senhor?". O terceiro estágio é o de **espiritualização da lamentação**. Assim disse Ricoeur:

> [Espiritualizar a lamentação] é descobrir que as razões de acreditar em Deus nada têm em comum com a necessidade de explicar a origem do sofrimento. O sofrimento é somente um escândalo para quem compreende Deus como a fonte de tudo o que é bom na criação, incluindo a indignação contra o mal, a coragem de suportá-lo e o ***élan*** de simpatia em relação às suas vítimas; então acreditamos em Deus apesar do mal.
>
> RICOEUR, Paul. **O mal**: um desafio à filosofia e à teologia. Campinas: Papirus, 1988. p. 51.

É evidente que esses questionamentos dizem respeito aos crentes, porque ateus e agnósticos não se dedicariam a eles, a não ser para tomá-los como prova de que Deus não existe, o que, na verdade, não teria condições de evidência, como você estudou.

A reflexão sobre o mal, que intriga há séculos teólogos e filósofos, reaparece no campo da ética, mais propriamente nas discussões sobre os atos morais, a fim de identificar as razões pelas quais tais atos são classificados como bons ou maus.

Élan: ou elã; impulso, movimento afetuoso, inspiração.



ZEV RADOVAN/BIBLELANDPICTURES/ALAMY/FOTOARENA

Escultura assíria representando o demônio Pazuzu, rei dos espíritos maus, século VIII a.C. Nos relatos dos mitos e das religiões de todos os tempos e lugares, são descritos seres malignos que justificam a existência do mal e assombram os humanos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A morte

A morte, essa desconhecida, foi objeto de reflexão de muitos filósofos. Para Sócrates, no século V a.C., a única ocupação do filósofo consistiria em preparar-se para morrer. Seguindo o mesmo raciocínio, mas no século XVI, Michel de Montaigne citou o filósofo e orador romano Cícero: "Diz Cícero que filosofar não é outra coisa senão se preparar para a morte". (MONTAIGNE, Michel de. **Os ensaios**. São Paulo: Martins Fontes, 2019. p. 120).

O tema filosófico da morte não se confunde com a forma mórbida de pensar continuamente na morte, mas de considerar que, diante de sua inevitabilidade, é possível aceitá-la com serenidade, revendo os valores e a maneira pela qual se conduz a vida, distinguindo, nas escolhas de cada um, o fútil do prioritário.

Há pessoas que só reavaliam a vida em situações-limite, como em doenças graves, sequestros ou diante de ameaças que revelem de modo contundente a fragilidade da vida. Outros preferem não pensar na morte porque a consideram um aniquilamento depois do qual nada existe. Mesmo assim, os que não esperam que haja um "além da morte" vivem de acordo com seus valores humanos, muito humanos, ou então decidem aproveitar a vida gozando o momento presente, conforme a exaltação do ***carpe diem***.

***Carpe diem*:** expressão latina criada pelo poeta romano Horácio, que viveu no século I a.C., que significa "colha o dia", "aproveite o momento".

De qualquer maneira, a morte é um enigma que sempre causou assombro. Estudos a respeito dos primórdios da civilização relacionam o registro dos sinais de culto aos mortos ao aparecimento das primeiras angústias metafísicas: a morte não representaria apenas o fim da vida, mas também o limiar de outra realidade.

O recurso à fé religiosa aplaca o temor do desconhecido ao oferecer um conjunto de crenças que levam a convicções capazes de orientar o comportamento humano diante do mistério, prescrevendo maneiras de viver a fim de garantir melhor destino à alma. Desse modo, a angústia da morte favorece a aceitação do sobrenatural, do sagrado, da imortalidade da alma. Com o amparo da fé, a morte pode representar a passagem para a vida eterna no Paraíso, para outro tipo de vida humana ou animal, para o Nirvana etc.



ALBRECHT DÜRER - MUSEU METROPOLITANO DE ARTE, NOVA YORK

Brasão com caveira, gravura de Albrecht Dürer, 1503.

Imagens em contexto

Como elemento inseparável da realidade, a morte sempre foi um tema presente nas criações humanas, como a arte e a filosofia. A gravura de Dürer, por exemplo, exprime o *memento mori*, expressão latina que significa "lembra-te de que vais morrer". Nessa representação, uma mulher é abraçada por uma figura mítica que simboliza a morte e traz no escudo um brasão em formato de crânio no mesmo ângulo da cabeça da jovem. *Memento mori* é uma advertência para que não nos esqueçamos da brevidade da vida.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O tabu da morte

Existem vários significados para o enfrentamento da morte em termos não só pessoais, mas também culturais. Por exemplo, as sociedades tradicionais são marcadas pela predominância da vida comunitária. Inseridas em uma totalidade que lhes dá apoio, as pessoas recorrem a uma série de cerimônias e rituais típicos do grupo a que pertencem e que cercam acontecimentos como nascimento, casamento e morte. Não que isso torne fácil enfrentar o sofrimento da morte, mas contribui para que ela seja encarada de modo mais natural, como parte do cotidiano das pessoas.

É pertinente lembrar que, ainda na primeira metade do século XX, o moribundo permanecia em casa, sua agonia era acompanhada por parentes, amigos e vizinhos, e ele tinha consciência de estar morrendo, porque nada lhe era ocultado. Após o desenlace, o corpo era velado na própria casa, com a presença de crianças. No retorno à normalidade dos dias, a roupa dos parentes próximos indicava o luto: a viúva vestia roupas pretas por um ano e o viúvo exibia uma faixa preta em um dos braços.

Esses costumes começaram a mudar em meados do século XX, como resultado do processo de urbanização, de industrialização e da entrada da mulher no mercado de trabalho, motivo que a afastou por mais tempo dos cuidados do lar. No mundo urbano contemporâneo, o velório não é mais realizado em casa, mas em um espaço próximo ao cemitério. Por não ser costume levar crianças a velórios e cemitérios, elas crescem à margem dessa realidade.

O historiador francês Philippe Ariès aborda a questão do tabu que envolve o tema da morte no clássico *História da morte no Ocidente*, no qual cita o antropólogo Geoffrey Gorer, responsável por um estudo com o provocativo título de *A pornografia da morte*. Gorer analisou uma intrigante inversão: se nas sociedades tradicionais não se falava sobre sexo, posteriormente foi a morte que se tornou um tabu. Segundo Philippe Ariès:

> Antigamente dizia-se às crianças que se nascia dentro de um repolho, mas elas assistiam à grande cena das despedidas, à cabeceira do moribundo. Hoje, são iniciadas desde a mais tenra idade na fisiologia do amor, mas, quando não veem mais o avô e se surpreendem, alguém lhes diz que ele repousa num belo jardim por entre as flores.
>
> ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p. 56.

Nota-se que a "obscenidade" em falar da morte é mais grave quando se trata de doentes terminais. É comum parentes esconderem do paciente sua doença letal e o fim próximo. A tentativa de ocultar a morte iminente talvez explique o requinte de funerárias estadunidenses, que "tomam conta" do morto e o preparam para o velório com serviço de maquiagem, fotos da juventude e até gravações de sua voz, costume que se espalhou por outros países.

Percebe-se nessas mudanças que a grande cidade cosmopolita fragmentou a comunidade tradicional em núcleos cada vez menores, acelerando processos de individualismo.



CARLOS TISCHLER/EYEPIX GROUP/FUTURE PUBLISHING/GETTY IMAGES

Celebração do Dia dos Mortos, na Cidade do México, no México. Fotografia de 2023.

Imagens em contexto

O México mantém a tradição, que remonta ao período anterior à chegada dos espanhóis, de homenagear os mortos com festas, danças e oferendas. De certo modo, preservar essa tradição é uma forma de enfrentar o tabu da morte.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Sugestão

Maria Luiza

Direção: Marcelo Diaz. Brasil, 2019. 80 minutos.

ODS 16

O documentário conta a história de Maria Luiza, a primeira mulher reconhecida como transgênero na história das forças armadas brasileiras. Maria Luiza serviu a aeronáutica por 22 anos até ser aposentada por invalidez. O documentário trata do processo de transição de gênero vivido pela protagonista e de sua luta para ter seu nome social e seu gênero reconhecidos. Como pano de fundo para o documentário, vale mencionar que o Brasil foi, em 2023, pelo 15º ano consecutivo, o país em que mais ocorreram mortes de pessoas transgênero por transfobia.

Classificação indicativa do documentário *Maria Luiza*: não recomendado para menores de 10 anos.

Aqueles que morrem mais cedo

Costuma-se dizer que a morte é democrática por ser um acontecimento que atinge a todos: ricos e pobres. No entanto, seria de fato democrática se decorresse de evento natural, o que não é o caso de assassinatos, de suicídios, de desastres, da imprudência ou da penúria.

O último caso merece atenção, porque *penúria* significa a extrema pobreza, que atinge grande parte da população mundial, provocando fome e doenças endêmicas. Embora muitos não a percebam como resultado de violência social, acomete a população mais pobre de países com desigual distribuição de renda, altas taxas de mortalidade infantil, alimentação inadequada, falta de saneamento básico e precariedade do sistema de saúde tanto para prevenir doenças como para tratá-las.

Estatísticas revelam o crescimento de índices de homicídio de jovens brasileiros de até 29 anos – geralmente pobres e negros – por causa do narcotráfico ou de operações policiais, ao passo que, como se sabe, os grandes chefes de organizações criminosas escapam ilesos de seus atos. De acordo com o *Atlas da violência 2024*, de cada cem jovens entre 15 e 29 anos que morreram no país em 2022, 34 foram vítimas de homicídio. Ao todo, 22.864 jovens foram assassinados nesse ano, em uma média de 62 homicídios de jovens por dia no Brasil. O documento aponta ainda uma escalada da violência letal praticada contra grupos específicos: negros, indígenas, LGBTQIA+, pessoas com deficiência e mulheres.

Além disso, em guerras e massacres, pessoas perdem a vida precocemente, algumas por ideais, outras obrigadas a lutar por causas que desconhecem ou nas quais nem sequer acreditam.



MARCO CANTILE/LIGHTROCKET/GETTY IMAGES

Protesto a favor da paz (em italiano, *pace*) em Nápoles, na Itália, com 5 mil pequenos caixões de papelão para simbolizar a morte de crianças na Faixa de Gaza decorrente de ataques israelenses. Fotografia de 2024. Os ataques de Israel à Faixa de Gaza ocorridos à época foram letais para milhares de crianças palestinas.

Os dados sobre jovens vítimas de homicídio no Brasil foram retirados de: CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. p. 19.
As informações sobre as mortes de pessoas transgênero foram extraídas de: BENEVIDES, Bruna. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. Brasília, DF: Distrito Drag: Antra, 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A proximidade da morte

Se a morte é uma sombra constante para qualquer ser vivente desde o nascimento, sua presença torna-se mais marcante com o envelhecimento. São as pessoas mais idosas, portanto, que percebem com mais nitidez a proximidade da morte.

Há pessoas que se mantêm ativas com a idade avançada e outras que precisam de cuidados especiais conforme envelhecem, em razão de doenças e problemas de mobilidade. A necessidade desses idosos entra em conflito com a situação real de grande parte das famílias. O ritmo acelerado imposto pelo sistema de produção e serviços desde as últimas décadas do século XX obriga trabalhadores a jornadas intensas fora de casa, o que dificulta o atendimento a idosos e doentes. Além disso, vale mencionar a elevação da expectativa de vida e o consequente aumento da parcela da população idosa, com 60 anos ou mais. Segundo dados do Censo, esse grupo representava 15,6% da população brasileira em 2022.

Deve-se comentar que, vítimas de um **etarismo** que os reduz à improdutividade, há idosos que vão viver em asilos ou em hospitais (quando apresentam doenças graves) onde possam usufruir dos avanços da medicina, cada vez mais especializada. Porém, mesmo aqueles que recorrem a técnicas avançadas e a ambientes assépticos que prolongam a vida não escapam à solidão e à impessoalidade do atendimento. Enfermeiros e médicos são eficazes, mas os pacientes idosos frequentemente se encontram afastados da mão amiga, da atenção íntima e sem pressa.

Etarismo: preconceito com base na idade das pessoas; em geral, contra idosos.

No entanto, sabe-se que a maioria dos idosos faz parte da população de baixa renda e, por isso, não tem acesso a muitos desses recursos. Acrescente-se o fato de que nas últimas décadas cresceu o número de idosos com necessidades especiais sem o correspondente atendimento público.

Essa situação não seria uma expressão da morte em vida? Não seria uma espécie de morte simbólica antecedendo a morte fisiológica? Seria o aniquilamento da dignidade humana? O etarismo e a morte social, que colocam o indivíduo à margem e o tornam sem serventia, invisível para a sociedade, podem ser tão nocivos quanto uma doença letal. Além de causarem o desenvolvimento de um mal-estar físico e mental, podem levar à fragilidade e à morte do corpo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Você pesquisador



De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, há no Brasil 18,6 milhões de pessoas com deficiência, o que representa cerca de 9% da população. Essas pessoas infelizmente são vítimas de discriminação em diversas situações. O preconceito contra pessoas com deficiência (capacitismo) se manifesta, por exemplo, no mercado de trabalho, quando são julgadas incapazes de realizarem funções para as quais, na verdade, são plenamente capazes; ele se manifesta, ainda, em barreiras físicas e arquitetônicas que impedem a circulação e a permanência em diferentes lugares, como praças, ruas e edifícios. Além disso, o capacitismo pode alcançar formas graves de violência, justamente porque o agressor conta com as dificuldades dessa parcela da população para acessar os serviços de denúncia e de atenção às vítimas. Segundo o relatório *Atlas da Violência 2024*, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o maior número de vítimas com deficiência tinha, em 2022, entre 10 e 19 anos, sendo alvo de violência doméstica, predominantemente mulheres e com transtorno mental. Reúna-se com mais quatro colegas e, em grupo, pesquisem informações a respeito da violência praticada contra esse segmento da população no Brasil. Na pesquisa, considerem:

- contexto/autoria da violência (doméstica, comunitária e institucional);
- natureza da violência (física, psicológica, negligência/abandono e sexual);
- tipo de deficiência (visual, auditiva, intelectual, física, múltipla e transtorno mental);
- gênero da pessoa com deficiência.

Com base nos dados da pesquisa, produzam uma apresentação, que pode ter o formato de *podcast*, expondo de maneira crítica e analítica o problema da violência contra pessoas com deficiência no Brasil. Na produção, considerem os temas discutidos no capítulo: invisibilidade social e morte simbólica.

Os dados do Censo de 2022 foram retirados de: GOMES, Irene; BRITTO, Vinícius. Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. **Agência IBGE Notícias**, 27 out. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos. Acesso em: 2 jul. 2024.

As mortes simbólicas

A morte, como clímax de um processo, é antecedida por diversas mortes simbólicas que permeiam continuamente a vida humana. São denominadas simbólicas por representarem de diferentes maneiras o sentido que cada um lhes dá, embora todas representem formas de ruptura, de perda. O nascimento é a primeira dessas mortes: rompido o cordão umbilical, a união do feto ao útero materno é substituída pelo enfrentamento do ambiente externo.

Depois disso, muitas perdas e separações marcam a vida: à medida que cresce, a criança vê a relação com os pais modificar-se. A oposição entre velho e novo repete indefinidamente a primeira ruptura e explica a angústia humana diante de sua ambiguidade: ao mesmo tempo que anseia pelo novo, teme abandonar o conforto e a segurança da estrutura antiga a que se habituou.

Os santos, os artistas, os revolucionários e todos nós em alguma medida enfrentamos o desafio da morte, tanto no sentido literal como no simbólico, por sermos capazes de superar a antiga ordem e de construir o novo. Há que se considerar que nem toda perda é um mal. Apesar da dor, ela pode representar transformação e crescimento.

Amor e perda

As relações humanas, sobretudo as amorosas, oferecem um campo fértil para a reflexão sobre a morte. Diversas "mortes" ou perdas permeiam nossa vida, porque todas as relações, mesmo as duradouras, passam por constantes mudanças e, por isso, perdem a cada momento o que expressava o vínculo inicial do amor, dando lugar a outras configurações. Por saber disso, as pessoas sentem ciúme, uma vez que temem a perda de quem amam. Se um indivíduo dá densidade à emoção de determinada pessoa e enriquece a existência dela, o sofrimento surge até mesmo com a ideia da possibilidade de perda.

O risco do amor é a perda, seja pela morte de um dos parceiros, seja pela separação. Esta é dolorosa e difícil, por ser a vivência da morte em uma situação vital: a morte do outro em minha consciência e a minha morte na consciência do outro. Isso ocorre, por exemplo, quando deixamos de amar ou não somos mais amados, ou quando nos separamos em razão de circunstâncias incontornáveis, apesar de o amor recíproco permanecer vivo.

Se uma pessoa sente a perda de forma intensa, precisa de um tempo para se reestruturar, porque a identidade do ser que ama – aquilo que ela é – passa inevitavelmente pela do ser amado. Um período de **luto** é necessário, portanto, para que um novo equilíbrio seja alcançado.

Uma característica dos indivíduos maduros é a de saber integrar a possibilidade da morte no cotidiano da vida. Talvez por isso haja os que evitam o aprofundamento das relações: preferem não viver a experiência amorosa para não ter de lidar com a morte. Sobre isso, o pensador francês Edgar Morin afirmou:

> Nas sociedades burocratizadas e aburguesadas, considera-se adulto aquele que se conforma em viver menos para não ter que morrer muito. Entretanto, o segredo da juventude é este: viver significa arriscar-se a morrer; e fúria de viver significa viver a dificuldade.

MORIN, Edgar. **Les stars**. Paris: Le Seuil, 1957. p. 127. (Tradução nossa).

Imagens em contexto

Gustav Klimt representou a morte espreitando um grupo de pessoas de várias idades (a maioria jovens), que dormem tranquilamente, como que ignorando aquela presença vigilante. As cores mais claras, por meio das quais o grupo é representado, sugerem leveza e a despreocupação daquelas pessoas em relação ao peso da morte, que, em contraposição, aparece encurvada e com tons carregados. Uma interpretação possível sobre o significado dessa obra é que a maioria dos seres humanos, em especial os jovens, não costuma pensar ou refletir a respeito da morte.



GUSTAV KLIMT - MUSEU LEOPOLDO, VIENA

Morte e vida, pintura de Gustav Klimt, 1911.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os filósofos e a morte

Como foi abordado, o tema da morte faz parte das reflexões de muitos pensadores. Mesmo que tenham a fé como um farol, muitas pessoas podem levantar as questões sobre esse assunto do ponto de vista filosófico. Por meio da filosofia, como uma das expressões possíveis da transcendência humana, buscamos o sentido de nossa existência; portanto, a morte não nos pode ser estranha. Admiti-la como acontecimento inevitável conduz à reflexão ética sobre como devemos viver. A seguir, você saberá como esse tema foi investigado por alguns filósofos.

Sócrates e Platão

No diálogo *Fédon* (ou *Da imortalidade da alma*), Platão relata os momentos finais da vida de Sócrates enquanto aguarda a taça de cicuta, o veneno que foi condenado a beber por, segundo a acusação, corromper a juventude e negar os deuses da cidade. Em meio à comoção geral, a serenidade do mestre chama a atenção de todos a tal ponto que Fédon, um dos discípulos presentes, afirma não poder sentir compaixão, uma vez que tem diante dos olhos um homem feliz. É o próprio Sócrates que lhe explica seu estado de espírito como uma questão de coerência, pois:

> [...] quando uma pessoa se dedica à filosofia, no sentido correto do termo, os demais ignoram que sua única ocupação consiste em preparar-se para morrer e em estar morto! Se isso é verdadeiro, bem estranho seria que, assim pensando, durante toda sua vida, que não tendo presente ao **espírito** senão aquela preocupação, quando a morte vem, venha a irritar-se com a presença daquilo que até então tivera presente no pensamento e de que fizera sua ocupação!
>
> PLATÃO. **Fédon**. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 71. (Coleção Os pensadores).

Espírito: termo latino que corresponde à palavra grega *psichê*, "alma", "princípio vital" (material ou espiritual).

Suprassensível: que ultrapassa a realidade sensível, isto é, o que pode ser captado pelos sentidos.

Como Sócrates preparou-se para a morte? Rejeitando os excessos do comer, do beber e do sexo, sem se deslumbrar com riqueza e honras, e buscando a sabedoria. Isso é conhecido por meio de Platão, que dá voz ao mestre, já que Sócrates não deixou registros escritos. Nesse relato, pode-se compreender o caráter moral de sua exposição ao se esforçar para superar as limitações do mundo sensível em direção ao **suprassensível**. A libertação pela morte seria o sinal de outra vida, quando a alma se purificaria ao se separar do corpo.

Vale ressaltar que, de acordo com a obra de Platão, Sócrates não tem muita certeza sobre o que diz a respeito do que virá após a morte, mas afirma a vantagem de aceitar as crenças vigentes e permanecer confiante no destino da alma quando se vive conforme os valores da temperança, da justiça, da coragem, da liberdade e da verdade. Em *Defesa de Sócrates*, outro diálogo de Platão, as últimas declarações do filósofo são:

> Vós também, senhores juízes, deveis bem esperar da morte e considerar particularmente esta verdade: não há, para o homem bom, nenhum mal, quer na vida, quer na morte, e os deuses não descuidam de seu destino. O meu não é efeito do acaso; vejo claramente que era melhor para mim morrer agora e ficar livre de fadigas. [...]
>
> [...] é chegada a hora de partirmos, eu para a morte, vós para a vida. Quem segue melhor rumo, se eu, se vós, é segredo para todos, menos para a divindade.
>
> PLATÃO. **Defesa de Sócrates**. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 33. (Coleção Os pensadores).

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Explique por que o título do tópico é "Sócrates e Platão", mas o conteúdo traz apenas citações de Platão.
2. Segundo Sócrates, qual é a tarefa de quem se dedica à filosofia? De que modo o filósofo a cumpriu?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Epicuro: não temer a morte

Para Epicuro, filósofo grego que viveu no século III a.C., a morte nada significa porque ela não existe para os vivos, e os mortos não estão mais aqui para explicá-la. De fato, quando pensamos em nossa morte, podemos nos imaginar mortos, mas não sabemos como é a experiência do morrer. O filósofo lamenta que a maioria das pessoas fuja da morte como se fosse o pior dos males, porque para ele não há vantagem alguma em viver eternamente. Mais do que ter a alma imortal, vale a maneira pela qual escolhemos viver.

Essas considerações fazem sentido na concepção hedonista de Epicuro. Para ele, o bem encontra-se no prazer. Que tipo de prazer? Hoje, costuma-se dizer que a civilização contemporânea é hedonista por identificar a felicidade com a satisfação imediata dos prazeres, sobretudo pelo consumismo – ao comprar uma bela casa, um carro possante, muitas roupas, boa comida –, e também por ser incapaz de tolerar qualquer desconforto, seja uma simples dor de cabeça, seja o enfrentamento das doenças e da morte.

No entanto, não é esse o sentido do **hedonismo grego**. De acordo com a ética epicurista, os prazeres do corpo são causa de ansiedade e de sofrimento; portanto, para que a alma permaneça imperturbável, é preciso aprender a gozá-los com moderação. Essa atitude levou Epicuro a cultivar os prazeres espirituais, com destaque para a amizade, e os prazeres refinados. Conforme o filósofo grego:

> O sábio, porém, nem desdenha viver, nem teme deixar de viver; para ele, viver não é um fardo e não viver não é um mal. Assim como opta pela comida mais saborosa e não pela mais abundante, do mesmo modo ele colhe os doces frutos de um tempo bem vivido, ainda que breve.
>
> EPICURO. **Carta sobre a felicidade (a Meneceu)**. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p. 31.

Imagens em contexto

O filme *O sétimo selo* é iniciado com uma partida de xadrez entre um cavaleiro e a morte. O cavaleiro, temeroso, negocia a preservação da própria vida caso vença a disputa, em uma atitude nitidamente contrária à de Epicuro, que defendia o não temor à morte e não considerava vantajoso o viver eternamente.

Heidegger: o ser-para-a-morte

Para o filósofo contemporâneo Martin Heidegger, o ser como possibilidade, como projeto, é introduzido na temporalidade. Isso não significa ter um passado e um futuro em que os momentos se sucedem passivamente, e sim que a existência é o ato de se projetar no futuro, ao mesmo tempo que transcende o passado. O existir humano consiste no lançar-se continuamente às possibilidades, entre as quais a situação-limite da morte. O fato inescapável de **ser-para-a-morte** provoca **angústia** por colocar o indivíduo diante do nada, ou seja, do não sentido da existência.

O conceito de angústia diante da morte não deve se confundir com medo de morrer: trata-se do sentimento de um ser que sabe existir para seu fim. De acordo com Heidegger, a **existência autêntica** supõe a aceitação da angústia e o reconhecimento de sua finitude, conduta que orienta as pessoas para um olhar crítico sobre o cotidiano e as leva a assumir a construção da vida.

O **ser humano inautêntico**, em contrapartida, foge da angústia da morte, resguarda-se na impessoalidade, nega a transcendência e repete os gestos de "todo o mundo" nos atos cotidianos. Para esse tipo de indivíduo, a morte está sempre na terceira pessoa, pois ele percebe apenas a morte dos outros. A impessoalidade o tranquiliza porque o instala confortavelmente em um universo sem indagações, ao se recusar a refletir sobre a morte como um acontecimento que atinge todas as pessoas indistintamente.



MOVIESTORE/SHUTTERSTOCK

Fotograma do filme *O sétimo selo*, dirigido por Ingmar Bergman, 1957.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sartre: o absurdo

O filósofo francês Jean-Paul Sartre, influenciado por Martin Heidegger, afirma que a morte é a certeza de que um **nada** nos espera e, por esse motivo, retira todo o sentido da vida, por ser o esvaziamento das infinitas possibilidades que constituem nossos projetos. Diferentemente de Heidegger, conclui pelo **absurdo** da morte e também da vida, que é uma "paixão inútil". Assim explica:

> [...] a morte jamais é aquilo que dá à vida seu sentido: pelo contrário, é aquilo que, por princípio, suprime da vida toda significação. Se temos de morrer, nossa vida carece de sentido, porque seus problemas não recebem qualquer solução e a própria significação dos problemas permanece indeterminada.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 652.

O conceito de náusea, a que Sartre recorre no romance de mesmo nome, exprime o sentimento que se tem quando se toma consciência de que o real é absurdo, desprovido de razão de ser. Numa célebre passagem, Roquentin, o protagonista do romance, ao olhar as raízes de um castanheiro, tem a impressão de existir à maneira de uma coisa, de um objeto. Nesse momento, tudo surge como pura contingência, gratuitamente, sem sentido. No entanto, a consciência do absurdo não significa para Sartre a perda da liberdade para criar projetos de vida, porque estes independem da morte, que não constitui obstáculo para a livre ação.

E por que a consciência da morte não impede o agir com **liberdade**? Ao explicar a condição humana, Sartre rejeita a ideia de que temos uma essência que define a "natureza humana". Isso porque inicialmente somos "nada" – sem essência – e vamos constituindo nosso ser por meio de projetos pelos quais damos sentido e criamos a verdade de nosso existir. Por sermos livres, podemos negar o que somos até o momento e buscar um novo significado para a existência. Nesse contexto, a morte é apenas um fato exterior ao tempo humano e contra o qual a consciência nada pode.



ANDRÉ STEFANO/ARQUIVO DO FOTÓGRAFO

Peça *Why the horse?*, protagonizada por Maria Alice Vergueiro, 2015.

Imagens em contexto

Na peça *Why the horse?*, a atriz Maria Alice Vergueiro, que vivia com Parkinson, encenou de maneira reflexiva o próprio velório, mostrando que suas limitações físicas não a impediam de celebrar a vida, ao mesmo tempo que encarava com serenidade a morte. Parkinson é uma doença degenerativa, um distúrbio do sistema nervoso central que apresenta sintomas motores, afetando o movimento, o que não foi um impeditivo para a atriz continuar exercendo sua profissão, mesmo que com restrições.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O amor

É difícil definir o amor, se considerarmos as diversas conceituações que a palavra recebeu no correr da história, porque a especificidade desse sentimento sempre nos escapa.

Assim disse o filósofo francês contemporâneo Roland Barthes:

> Que é que eu penso do amor? Em suma, não penso nada. Bem que eu gostaria de saber *o que é*, mas, estando do lado de dentro, eu o vejo em existência, não em essência. [...] Mesmo que eu discorresse sobre o amor durante um ano, só poderia esperar pegar o conceito "pelo rabo": por *flashes*, fórmulas, surpresas de expressão, dispersos pelo grande escoamento do imaginário; estou no *mau lugar* do amor, que é seu lugar iluminado: "O lugar mais sombrio, diz um provérbio chinês, é sempre embaixo da lâmpada".

BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. p. 50.

Tentemos algumas delimitações do conceito. Na linguagem comum, *amor* é usado em diversas acepções, desde as acepções materiais – o amor ao dinheiro – até as religiosas, como o amor a Deus. Fala-se, também, do amor à pátria, ao trabalho e à justiça. É bem verdade que, dependendo do sentido, outros termos seriam mais apropriados, como *desejo de posse* do dinheiro, *interesse* ou *gosto* pelo trabalho, *empenho moral* na defesa da justiça, e assim por diante. Analisemos, a seguir, as acepções do amor para os gregos antigos, as quais, de algum modo, atravessaram o tempo e se mantêm nas sociedades contemporâneas.

Tipos de amor para os gregos antigos

São três as principais palavras utilizadas pelos gregos antigos para designar o amor: ***philía***, ***agape*** e ***eros***.

O termo grego *philía*, geralmente traduzido por "**amizade**", refere-se ao amor fraterno típico do cidadão, vivido entre membros de uma comunidade política. Os laços de afeto que o expressam são, em tese, a generosidade, o desprendimento e a reciprocidade, isto é, a estima mútua. Além desse sentido geral, distinguimos a amizade propriamente dita como um vínculo mais forte unindo pessoas que se escolheram pelo que cada uma é. Por isso, Aristóteles explica que a amizade verdadeira é aquela que deseja bem aos seus amigos pelo que eles são e conclui:

> Mas é natural que tais amizades não sejam muito frequentes, pois que tais homens são raros. Acresce que uma amizade dessa espécie exige tempo e familiaridade. Como diz o provérbio, os homens não podem conhecer-se mutuamente enquanto não houverem "provado sal juntos"; e tampouco podem aceitar um ao outro como amigos enquanto cada um não parecer estimável ao outro e este não depositar confiança nele. Os que não tardam a mostrar mutuamente sinais de amizade desejam ser amigos, mas não o são a menos que ambos sejam estimáveis e o saibam; porque o desejo da amizade pode surgir depressa, mas a amizade não.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 382. (Coleção Os pensadores).

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Com base no contexto da citação de Aristóteles, interprete a expressão "provar sal juntos".
2. Como você define o amor? Explique.



PAULA MODERSOHN-BECKER. FOTO: AKG-IMAGES/ALBUM/FOTOARENA - COLEÇÃO PARTICULAR

Duas meninas em vestido branco e azul, segurando-se pelos ombros, pintura de Paula Modersohn-Becker, 1906. Pelo menos desde a cultura grega, considera-se a amizade um dos tipos de amor.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O conceito de *philía* possui nuanças para englobar espécies de amizade além daquelas formadas com base na justiça e que pressupõem relações entre iguais – os cidadãos da pólis – representativas da amizade perfeita, de acordo com Aristóteles. Para abranger um campo maior de relações, refere-se às que são assimétricas por ocorrerem dentro da família grega, uma vez que o pai detém um poder absoluto sobre a mulher, os filhos e os escravizados, em que todos esses lhe prestam obediência. Isso não impede a existência de afeto, sentimento possível entre desiguais. Nesses casos, utilizam-se outros termos como *storgé*, no sentido de "afeição".

Já agape significa "**amor fraterno**". Mais que isso, trata-se do amor incondicional, que tem por base comportamentos e se dá por escolha, sem esperar nada em troca. Esse tipo de amor não pressupõe reciprocidade, porque se ama sem esperar retribuição, assim como independe do valor moral do indivíduo que é objeto de nossa atenção. Pode ser também entendido no sentido de benevolência universal, a fraternidade pela qual zelamos pelos outros. Trata-se de um conceito tardio, que surgiu por influência do cristianismo: para os primeiros cristãos, designava as refeições fraternais entre ricos e pobres, daí o sentido de "caridade", de "amar ao próximo como a si mesmo".

Filósofos contemporâneos revisitaram o conceito, interpretando-o de maneira diversa. Para o filósofo francês contemporâneo Michel Foucault, por exemplo, *agape* reaparece na ética dos prazeres como "cuidado de si", em que se prescreve o respeito ao prazer de si e do outro, com abertura para novas formas de relacionamento e de sociabilidade. Em outras palavras, o conceito implica o reconhecimento de uma interação que não se restrinja a pessoas da mesma origem social e religiosa, mas que permita a coexistência da heterogeneidade e da discordância. Essa ética requer um constante trabalho de mudança de si, no sentido de assimilar o diferente de si mesmo. Foucault destaca a homossexualidade como modo de ser que deve coexistir com outras formas costumeiramente aceitas na sociedade.

Já eros, o **amor-paixão**, refere-se ao que entendemos por relações amorosas propriamente ditas. Diferentemente de outras expressões de amor, a paixão amorosa está associada à exclusividade e à reciprocidade. A força desse impulso é de tal ordem que foi necessário o controle dos instintos agressivos e sexuais para que a civilização pudesse existir. O mundo humano organizou-se com a instauração da lei e, consequentemente, com a interdição, pois as proibições estabelecem regras para tornar possível a vida em comum.

Imagens em contexto

No filme *Retrato de uma jovem em chamas*, a personagem Marienne é contratada para pintar o retrato de Héloïse, que está sendo preparada para um casamento arranjado. Contrária a seu próprio casamento, Héloïse se recusa a posar para o retrato. Marienne, então, finge ser sua companheira de passeios e pinta, de memória, o quadro à noite. Enquanto passam mais tempo juntas, as duas desenvolvem sentimentos profundos e acabam se apaixonando.



LANDMARK MEDIA/ALAMY/FOTOARENA

Fotograma do filme *Retrato de uma jovem em chamas*, dirigido por Céline Sciamma, 2019.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A sexualidade humana, porém, não é simplesmente biológica, não é fruto exclusivo do funcionamento glandular nem se submete à mera imposição de regras sociais. Embora a atividade sexual seja comum aos animais, apenas os humanos a vivenciam como erotismo, como busca psicológica, independente do fim natural dado pela reprodução. A sexualidade humana é a expressão do ser que deseja, escolhe, ama, que se comunica com o mundo e com o outro numa linguagem tanto mais humana quanto mais se exprime de maneira pessoal e única.

Por isso, ao contrário da tradição, que caracteriza o ser humano apenas como racional, poderíamos vê-lo também como "ser desejante", força que o impulsiona a buscar o prazer e a alegria de conquistar o amado. Esse desejo, porém, não visa apenas alcançar o outro como objeto. Mais que isso, procura o reconhecimento do amado, deseja capturar sua consciência, porque o apaixonado deseja o desejo do outro.

Platão: Eros e filosofia

No diálogo *O banquete*, Platão relata um encontro em que os convivas discursam sobre o amor. Aqui destacamos apenas dois dos cinco discursos proferidos pelos personagens: o de Aristófanes, o maior comediógrafo da época, e o de Sócrates, mestre de Platão.

Aristófanes relata um mito sobre a origem do amor. No início, os seres humanos eram duplos e esféricos, e os sexos eram três: um deles constituído por duas metades masculinas; outro, por duas metades femininas; e o terceiro, andrógino, metade masculino, metade feminino. Por terem ousado desafiar os deuses, Zeus cortou-os de alto a baixo, pelo meio, para enfraquecê-los.

Desde a separação, porém, nasceu o desejo de cada ser humano completar-se no outro, o que leva à procura da metade perdida a fim de restaurar a unidade primitiva e desfrutar do amor recíproco. Como os seres iniciais não eram apenas bissexuais, foi valorizado o amor entre seres do mesmo sexo, sobretudo o masculino, como expressão possível desse encontro amoroso.



ANTONIO CANOVA. FOTO: ANTOINE BOUREAU/HANS LUCAS/ GETTY IMAGES - MUSEU DO LOUVRE, PARIS

Psique reanimada pelo beijo do Cupido, escultura de Antonio Canova, 1787-1793. Cupido é o equivalente romano do deus grego Eros.

Sócrates, por sua vez, lembra um diálogo com a sacerdotisa Diotima sobre a origem e a natureza de Eros, deus do amor. Segundo ela, durante o aniversário de Afrodite, Eros nasceu do engenhoso e rico deus Poros e da miserável deusa Pénia. Aos pais, Eros deve a inquietude de tentar sair da situação de pobreza, de falta, e, por meio de certos expedientes, alcançar o que deseja: por isso o amor é uma oscilação eterna entre o não possuir e o possuir, um desejo intenso de qualquer coisa que não se tem e se deseja ter. Daí se explica o fato de Eros ser instável, inventivo, caprichoso.

Sugestão

O banquete

Platão. São Paulo: Editora 34, 2016.

Trata-se de um dos conhecidos diálogos escritos por Platão e tem como tema principal o amor. Ambientado em um jantar oferecido pelo poeta Agatão em Atenas, os convidados, entre eles Sócrates e Aristófanes, discursam sobre a figura de Eros.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Interpretação platônica do mito de Eros

O relato de Aristófanes reforça uma das ilusões da vida amorosa, o desejo de encontrar a própria metade, aquela que irá nos completar e nos retirar da solidão: "ser apenas um, em vez de dois". O encontro amoroso seria a fusão, a completude e, portanto, a felicidade.

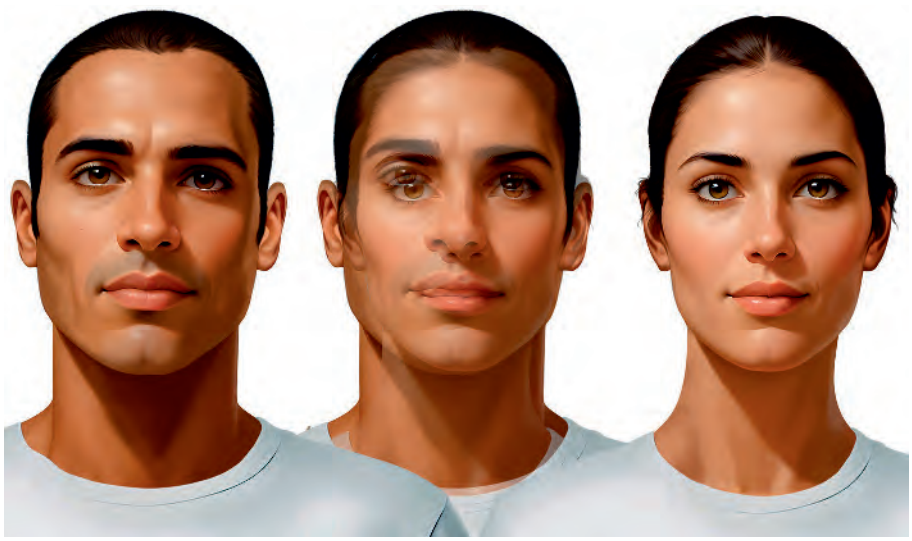
Platão, porém, está interessado na fala de seu mestre. Para Sócrates, o amor não é completude, mas falta: o que deseja deseja aquilo de que é carente. Portanto, o amor não é fusão, como queria Aristófanes, mas busca constante que nunca acaba, porque sempre desejamos aquilo que não temos. Eros é ânsia de ajudar o eu autêntico a se realizar, a se aperfeiçoar.

Nesse sentido, a vontade humana tende para o bem e para o belo, só que o faz de maneira gradual: começa atraído pelos belos corpos – a beleza física – até alcançar a beleza espiritual. No diálogo O *banquete*, defende-se que primeiro há o encantamento despertado pelos belos corpos, seguido pela contemplação das belas leis e dos belos ofícios para, então, passar à beleza da ciência e concluir a trajetória na beleza mesma. Veja o que disse Diotima ao personagem Sócrates, convencendo-o:

> Eis, com efeito, em que consiste o proceder corretamente nos caminhos do amor ou por outro se deixar conduzir: em começar do que aqui é belo e, em vista daquele belo, subir sempre, como que se servindo de degraus, de um só para dois e de dois para todos os belos corpos, e dos belos corpos para os belos ofícios, e dos ofícios para as belas ciências até que das ciências acabe naquela ciência, que de nada mais é senão daquele próprio belo, e conheça enfim o que em si é belo.
>
> PLATÃO. **O banquete**. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 48. (Coleção Os pensadores).

A sacerdotisa faz menção a uma ciência especial – a filosofia –, capaz de reconhecer o que é o belo em si. Nesse estágio, o indivíduo desliga-se da paixão por determinada pessoa ou atividade, ocupando-se com a pura contemplação da beleza. O amor intelectual é, portanto, superior ao amor sensível. Se na juventude predomina a admiração pela beleza física, o verdadeiro discípulo de Eros amadurece com o tempo ao descobrir que a beleza da alma é mais preciosa que a do corpo.

As conclusões de Platão precisam ser compreendidas com base em sua teoria sobre as relações entre corpo e alma: enquanto a alma é superior ao corpo, este nada mais é do que a "prisão da alma". Assim, Platão estabelece a ligação entre o amor físico e a busca da imortalidade: no encontro com o outro unem-se corpos, mas sobretudo ideias, e estas permanecem.



MARCOS AURÉLIO POPART/ARQUIVO DA EDITORA

Uma das concepções de amor, considerada equivocada por Sócrates, é a de "ser apenas um, em vez de dois".

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. O tão falado amor platônico é o amor em que não mais predominam a sensibilidade e as paixões, mas o prazer intelectual e espiritual. Como esse conceito reflete a hierarquia entre corpo e alma na teoria de Platão?
2. Partindo da discussão sobre o bem e o belo, o que se infere da relação entre beleza e virtude para Platão?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O amor-próprio e o amor pelos outros

O texto a seguir é da filósofa estadunidense conhecida pelo pseudônimo bell hooks (escrito em minúsculas). Neste fragmento, ela discute como o amor-próprio é um aprendizado que constitui uma base sólida para a construção do amor pelos outros. Vale mencionar que a obra de bell hooks trata, em larga medida, da intersecção ou sobreposição de opressões baseadas em características sociais como gênero, raça/etnia e classe social.

O compromisso de dizer a verdade estabelece os fundamentos para a abertura e a honestidade, que são a pulsação do amor. Quando podemos nos ver como realmente somos, e nos aceitamos, construímos os fundamentos necessários para o amor-próprio. Todos já ouvimos a máxima: "Se você não se ama, não poderá amar mais ninguém". Soa bem. No entanto, é muito comum sentirmos certo grau de confusão ao ouvir essa afirmação. A confusão surge pois a maioria das pessoas que pensam não serem dignas de receber amor tem essa percepção porque, em algum momento de sua vida, foi socializada por forças fora de seu controle para se ver indigna de amor. Nós não nascemos sabendo como amar alguém, quer se trate de nós mesmos ou de outra pessoa. Contudo, nascemos capazes de reagir ao carinho. Conforme crescemos, podemos dar e receber atenção, afeição e alegria. Aprender como nos amar e como amar os outros dependerá da existência de um ambiente amoroso.

O amor-próprio não pode florescer em isolamento. Não é uma tarefa fácil amar a si mesmo. **Axiomas** simples que fazem o amor-próprio soar fácil só tornam as coisas piores. Eles levam muitas pessoas a se perguntarem por que continuam presas a sentimentos de baixa autoestima e auto-ódio se é assim tão fácil se amar. Usar uma definição prática do amor como as ações que tomamos em favor de nosso crescimento espiritual ou de outrem nos fornece um diagrama para trabalhar a questão do amor-próprio. Quando vemos o amor como uma combinação de confiança, compromisso, cuidado, respeito, conhecimento e responsabilidade, podemos trabalhar para desenvolver essas qualidades ou, se elas já forem parte de quem somos, podemos aprender a estendê-las a nós mesmos.

Axiomas: no contexto, significa o mesmo que "proposições", "afirmações".

A filósofa estadunidense bell hooks. Fotografia de 1996.



KARJEAN LEVINE/GETTY IMAGES

Muitas pessoas consideram útil examinar o passado de modo crítico, especialmente a infância, para mapear a internalização de mensagens que afirmavam que elas não tinham valor, não eram boas o suficiente, eram loucas, estúpidas, monstruosas, e por aí vai. Apenas entender como adquirimos esses sentimentos de inutilidade raramente nos permite mudar as coisas; em geral, é só uma etapa do processo. [...]

Se é importante compreendermos as origens de uma autoestima frágil, também é possível ultrapassar esse estágio (a identificação de quando e onde recebemos socialização negativa) e ainda criar uma base para a construção do amor-próprio. Indivíduos que ultrapassam esse estágio tendem a avançar para o próximo, que consiste em introduzir ativamente em nossa vida padrões de pensamento e comportamento construtivos e positivos. [...]

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O coração ferido aprende o amor-próprio começando por superar a baixa autoestima. Em seu extenso livro *Autoestima e os seus seis pilares*, Nathaniel Branden destaca dimensões importantes da autoestima: "a prática de viver conscientemente, a autoaceitação, a autorresponsabilidade, a autoafirmação, viver com propósito e praticar a integridade pessoal". Viver conscientemente significa pensar criticamente sobre nós mesmos e o mundo em que vivemos. Ousar fazer perguntas básicas a nós mesmos: quem, o quê, quando, onde e por quê. Responder a essas questões geralmente nos fornece um grau de consciência que nos ilumina. Branden afirma: "Viver conscientemente significa buscar estar consciente de tudo o que sustenta nossas ações, propósitos, valores e objetivos – para melhorar nossa habilidade, seja ela qual for – e nos comportarmos de acordo com o que vemos e sabemos". Para viver conscientemente, temos que nos engajar em uma reflexão crítica a respeito do mundo em que vivemos e conhecê-lo mais intimamente.

Com frequência é por meio da reflexão que indivíduos que não se aceitavam tomam a decisão de parar de ouvir as vozes negativas, dentro e fora de si, que os rejeitam e os desvalorizam constantemente. Frases motivacionais funcionam para qualquer pessoa que esteja se esforçando para se aceitar. Embora durante anos eu tenha me interessado por formas terapêuticas de cura e autoajuda, frases motivacionais sempre me pareceram um pouco bregas. Minha irmã [...] me encorajou a dar uma chance para as frases motivacionais e ver se eu experimentaria mudanças concretas na minha percepção. Escrevi frases relevantes para o meu dia a dia e comecei a repeti-las como parte da minha meditação matinal. A primeira da minha lista era: "Estou rompendo com antigos padrões e seguindo adiante com minha vida". Eu não só descobri que elas me davam uma tremenda injeção de energia – uma maneira de começar o dia acentuando a positividade – como também achei útil repeti-las durante o dia caso eu me sentisse particularmente estressada ou caindo no abismo do pensamento negativo. As frases motivacionais me ajudaram a restaurar meu equilíbrio emocional.

A autoaceitação é difícil para muitos de nós. Há uma voz interna que julga constantemente, primeiro nós mesmos e então os outros. Essa voz gosta da indulgência de uma crítica sem fim. Como aprendemos a acreditar que a negativa é mais realista, ela parece mais real do que qualquer voz positiva. Uma vez que começamos a substituir o pensamento negativo pelo positivo, fica claro que, longe de ser realista, o pensamento negativo é totalmente incapacitante. Quando somos positivos, não só aceitamos e afirmamos quem somos, mas também somos capazes de afirmar e aceitar os outros.

Quanto mais nos aceitamos, mais estamos preparados para assumir responsabilidade em todas as áreas da nossa vida. [...] Assumir a responsabilidade não significa negar a realidade da injustiça institucionalizada. Por exemplo, o racismo, o machismo e a homofobia criam barreiras e incidentes concretos de discriminação. Simplesmente assumir responsabilidade não significa que possamos impedir que atos discriminatórios ocorram. No entanto, podemos escolher como reagimos aos atos de injustiça. Assumir a responsabilidade significa que, diante de barreiras, ainda temos a capacidade de inventar nossa vida, de moldar nosso destino de forma que ampliem nosso bem-estar ao máximo. Todos os dias praticamos essa transmutação para lidar com realidades que não podemos mudar facilmente.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021. p. 93-97.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. Em uma frase, sintetize a relação proposta por bell hooks entre amor-próprio, verdade e autoaceitação.
2. Explique a frase de bell hooks: "O amor-próprio não pode florescer em isolamento".
3. Em sua opinião, a autoaceitação e o amor-próprio são indispensáveis para o desenvolvimento do amor por outras pessoas? Argumente.
4. Para bell hooks, quando assumimos responsabilidade em todas as áreas de nossas vidas, estamos aptos para escolher como reagimos a atos de injustiça. Você concorda com a filósofa? Justifique sua resposta utilizando argumentos.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

1. Considerando as teorias dos filósofos estudados no capítulo, responda: por que refletir sobre a morte influencia a maneira como se vive? Justifique sua resposta com base em argumentos.

2. Sabe-se hoje que ainda está distante a possibilidade de "ressuscitar" o morto submetido à técnica denominada criogenia. Reúna-se com mais três colegas e debatam a respeito da seguinte questão: que mundo uma pessoa congelada em 2026 encontraria em 2060, caso o procedimento fosse um sucesso? Façam um exercício de imaginação e, depois do debate, redijam um texto descrevendo os primeiros dias dessa criatura "ressuscitada".

3. Leia a citação e responda às questões.

> Ver a perda como uma fatalidade, ocultar os sentimentos, eliminar a dor e apontar o crescimento possível diante dela podem ser formas de negar os sentimentos que a morte provoca, para não sofrer. Sabe-se que a expressão de sentimentos nessas ocasiões é fundamental para o desenvolvimento do processo de luto. No entanto, as manifestações diante da perda e do luto sofreram alterações no decorrer dos tempos. [...] O século XX, segundo Ariès, traz a representação da "morte invertida". É a morte que se esconde e que é vergonhosa, o grande fracasso da humanidade. Há uma supressão da manifestação do luto, a sociedade condena a expressão e a vivência da dor, atribuindo-lhes uma qualidade de fraqueza. Há uma exigência de domínio e controle. A sociedade capitalista, centrada na produção, não suporta ver os sinais da morte. Os rituais do nosso tempo clamam pelo ocultamento e disfarce da morte, como se esta não existisse. As crianças devem ser afastadas do seu cenário, como se esta não ocorresse.
>
> KOVÁCS, Maria Julia. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992. p. 150-151.

a. Quais seriam, segundo a autora, as atitudes de negação do luto?

b. Explique o que é a "morte invertida", característica do século XX.

c. Por que a sociedade capitalista repele a morte e o luto? Justifique sua resposta.

4. Relacione a citação a seguir com o fenômeno do alto número de amigos angariados nas redes sociais.

> Não se pode ser amigo de muitas pessoas no sentido de ter com elas uma amizade perfeita, assim como não se pode amar muitas pessoas ao mesmo tempo (pois o amor é, de certo modo, um excesso de sentimento e está na sua natureza dirigir-se a uma pessoa só); e não sucede facilmente que muitas pessoas, ao mesmo tempo, agradem muito a um indivíduo só, ou mesmo, talvez, que pareçam boas aos seus olhos. É preciso, por outro lado, adquirir alguma experiência da outra pessoa e familiarizar-se com ela, e isso custa muito trabalho.
>
> ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 384-385. (Coleção Os pensadores).

5. Analise o trecho a seguir e responda às questões.

> Deus já foi mulher. Antes de se exilar para longe de sua criação e quando ainda não se chamava Nungu, o atual Senhor do universo parecia-se com todas as mães deste mundo. Nesse outro tempo, falávamos a mesma língua dos mares, da terra e dos céus. [...] Todos sabemos, por exemplo, que o céu ainda não está acabado. São as mulheres que, desde há milênios, vão tecendo esse infinito véu. Quando os seus ventres se arredondam, uma porção de céu fica acrescentada. Ao inverso, quando perdem um filho, esse pedaço de firmamento volta a definhar.
>
> COUTO, Mia. **A confissão da leoa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 15.

a. Essa passagem apresenta uma cosmologia ou uma cosmogonia? Explique.

b. O fato de esse tipo de história continuar sendo relatado favorece a preservação de tradições culturais? Justifique sua resposta.

6. Considerando a abordagem sobre a morte dada neste capítulo, analise a tela do pintor René Magritte reproduzida a seguir e depois faça o que se pede.



MAGRITTE, RENÉ/AUTVIS, BRASIL, 2024. FOTO: BRIDGEMAN IMAGES/FOTOARENA. LOCALIZAÇÃO: COLEÇÃO MENIL, HOUSTON

Golconda, pintura de René Magritte, 1953.

a. De que maneira é possível interpretar essa tela relacionando-a à perspectiva heideggeriana sobre a existência inautêntica?

b. De que maneira é possível interpretar essa tela relacionando-a à perspectiva sartriana sobre o absurdo?

c. Com base nas duas interpretações, indique os pontos de aproximação e de distanciamento entre as perspectivas de Sartre e de Heidegger.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

7. No trecho a seguir, como os autores defendem a ligação entre crença e moral?

Qualquer crença religiosa implica determinada concepção de moral, pois as crenças em geral – não só as religiosas, mas também as concepções do mundo explicitamente ateias – contêm necessariamente considerações valorativas sob determinados aspectos da vida, considerações que, por sua vez, permitem formular princípios, normas e preceitos para orientar a ação. As religiões de grande tradição histórica, como o cristianismo, o islamismo ou o budismo, dispõem de doutrinas morais muito elaboradas, nas quais se detalham objetivos, ideais, virtudes, normas etc.

CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. **Ética**. São Paulo: Loyola, 2005. p. 42.

Enem e vestibulares

8. (Enem-MEC)

De fato, não é porque o homem pode usar a vontade livre para pecar que se deve supor que Deus a concedeu para isso. Há, portanto, uma razão pela qual Deus deu ao homem esta característica, pois sem ela não poderia viver e agir corretamente. Pode-se compreender, então, que ela foi concedida ao homem para esse fim, considerando-se que se um homem a usa para pecar, recairão sobre ele as punições divinas. Ora, isso seria injusto se a vontade livre tivesse sido dada ao homem não apenas para agir corretamente, mas também para pecar. Na verdade, por que deveria ser punido aquele que usasse sua vontade para o fim para o qual ela lhe foi dada?

AGOSTINHO. O livre-arbítrio. *In*: MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de ética**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Nesse texto, o filósofo cristão Agostinho de Hipona sustenta que a punição divina tem como fundamento o(a)

a. desvio da postura celibatária.

b. insuficiência da autonomia moral.

c. afastamento das ações de desapego.

d. distanciamento das práticas de sacrifício.

e. violação dos preceitos do Velho Testamento.

9. (Enem-MEC)

Os andróginos tentaram escalar o céu para combater os deuses. No entanto, os deuses em um primeiro momento pensam em matá-los de forma sumária. Depois decidem puni-los da forma mais cruel: dividem-nos em dois. Por exemplo, é como se pegássemos um ovo cozido e, com uma linha, dividíssemos ao meio. Desta forma, até hoje as metades separadas buscam reunir-se. Cada um com saudade de sua metade, tenta juntar-se novamente a ela, abraçando-se, enlaçando-se um ao outro, desejando formar um único ser.

PLATÃO. **O banquete**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

No trecho da obra *O banquete*, Platão explicita, por meio de uma alegoria, o

a. bem supremo como fim do homem.

b. prazer perene como fundamento da felicidade.

c. ideal inteligível como transcendência desejada.

d. amor como falta constituinte do ser humano.

e. autoconhecimento como caminho da verdade.

10. (Unesp-SP)

O mundo seria ordenado demais, harmonioso demais, para que se possa explicá-lo sem supor, na sua origem, uma inteligência benevolente e organizadora. Como o acaso poderia fabricar um mundo tão bonito? Se encontrassem um relógio num planeta qualquer, ninguém poderia acreditar que ele se explicasse unicamente pelas leis da natureza, qualquer um veria nele o resultado de uma ação deliberada e inteligente. Ora, qualquer ser vivo é infinitamente mais complexo do que o relógio mais sofisticado. Não há relógio sem relojoeiro, diziam Voltaire e Rousseau. Mas que relógio ruim o que contém terremotos, furacões, secas, animais carnívoros, um sem-número de doenças – e o homem! A história natural não é nem um pouco edificante. A história humana também não. Que Deus após Darwin? Que Deus após Auschwitz?

COMTE-SPONVILLE, André. **Apresentação da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Adaptado).

Sobre os argumentos discorridos pelo autor, é correto afirmar que a existência de Deus é

a. defendida mediante um argumento de natureza estética, em oposição ao caráter ideológico e alienante das crenças religiosas.

b. tratada como um problema sobretudo metafísico e teológico, diante do qual são irrelevantes as questões empíricas e históricas.

c. abordada sob um ponto de vista bíblico-criacionista, em oposição a uma perspectiva romântica peculiar ao Iluminismo filosófico.

d. problematizada mediante um argumento de natureza mecanicista-causal, em oposição ao problema ético da existência do mal.

e. tratada como uma questão concernente ao livre-arbítrio da consciência, em detrimento de possíveis especulações filosóficas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 4

Poder e política

O poder e a política são intrinsecamente interligados. Ambos fazem parte das relações entre pessoas e grupos, atravessando diversas esferas do campo social. De forma geral, **poder** designa as capacidades de agir e de decidir, de ter controle e de exercer domínio, determinando condutas, regras ou comportamentos. Por sua vez, a noção de **política**, derivada do termo grego *politikê*, associado à ideia de *pólis*, refere-se a tudo que é de natureza pública e está ligado à vida em sociedade. Analisar as relações entre poder e política é fundamental para compreender como as sociedades se estruturam e se organizam, além de identificar os caminhos que podem ser percorridos para promover transformações que avancem em direção a uma maior justiça social, liberdade, inclusão e democracia.



MYKE SENA/DPA/PICTURE ALLIANCE/GETTY IMAGES

Marcha das Margaridas, em defesa das mulheres trabalhadoras rurais, em Brasília, no Distrito Federal. Fotografia de 2023. Manifestações políticas como essa são uma forma de lutar coletivamente por direitos e de exercer a cidadania.

A unidade "Poder e política" está presente nos quatro volumes desta coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Confira, no quadro a seguir, os capítulos de cada componente que contribuem para a abordagem da temática desta unidade.

A unidade "Poder e política" na coleção

Componente	Capítulos
História	8. Revoluções, nacionalismo e teorias sociais 9. Poder e reorganização política na América: as lutas por independência 10. A consolidação do Estado brasileiro
Geografia	7. Territórios e fronteiras dos Estados nacionais 8. Fronteiras estratégicas e disputas territoriais
Sociologia	5. Poder, política e Estado 6. Governo e participação política
Filosofia	7. Teorias políticas: Antiguidade 8. Teorias políticas: Idade Moderna e contemporaneidade

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Na prática

As redes sociais são ferramentas digitais com significativo poder de influenciar o comportamento das pessoas e a opinião pública. Por causa dessa alta capacidade de influência, muitos políticos brasileiros (deputados, senadores, prefeitos etc.) têm utilizado essas ferramentas para estabelecer um canal de comunicação direta com seus eleitores. Por um lado, esse canal de comunicação pode proporcionar maiores visibilidade e projeção em relação às decisões tomadas pelos membros dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, repercutindo em debates políticos no país. Por outro lado, as redes sociais também têm sido utilizadas como meio de disseminar desinformação e prejudicar a imagem de grupos opositores. Em que medida a disseminação de notícias falsas no âmbito do poder político pode, por exemplo, ameaçar a democracia? Vamos refletir sobre isso?

GABRIELA BILÓ/FOLHAPRESS



Sessão deliberativa na Câmara dos Deputados, em Brasília, no Distrito Federal. Fotografia de 2024. Deputados têm utilizado as redes sociais para divulgar deliberações realizadas na Câmara.

1. **Converse com seus colegas sobre se vocês, seus familiares e amigos próximos costumam acessar as redes sociais de políticos nas esferas federal, estadual e municipal. Comente os benefícios que esse hábito pode trazer.**
2. **Juntos, discutam em que medida a divulgação de conteúdos que visam à desinformação pode prejudicar o debate público no país. Como as notícias falsas podem ameaçar a democracia?**
3. **Proponham, coletivamente, medidas para exigir maior responsabilidade dos políticos no uso das redes sociais.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 7

Teorias políticas: Antiguidade

A política é um assunto que cada vez mais pessoas julgam conhecer bem; por isso, é comum haver quem se sinta apto a falar com propriedade sobre o tema. No entanto, nem sempre as ideias expressas por essas pessoas têm consistência, em razão do desconhecimento de conceitos necessários para pensar criticamente a atividade política. Neste capítulo, você conhecerá conceitos e teorias políticas fundamentais de filósofos da Antiguidade e que nos ajudam a compreender a realidade hoje, como os conceitos de poder e força, a noção de cidadania e a teoria das formas de governo.

Política para quê?

Nas conversas cotidianas, usamos a palavra *política* com diferentes sentidos. Para alguém muito intransigente, aconselhamos ser "mais político", ou seja, evitar a rigidez e aprender a negociar uma boa solução para um eventual problema ou para tomar a melhor atitude em situações diversas. Costumamos nos referir à "política" da empresa, da escola ou da Igreja como alusão ao modo como essas instituições procedem. A palavra pode ser também empregada com sentido pejorativo, quando pessoas desencantadas a associam indevidamente à "politicagem", isto é, ao exercício equivocado do poder público, em que predominam interesses particulares sobre os coletivos.

Afinal, de que trata a política? Termo oriundo do grego *polis* (que significa "cidade"), refere-se à arte de governar, de gerir o destino da cidade. Ao acompanhar o movimento da história, pode-se constatar que essa definição adquire diferentes nuances conforme o contexto temporal/espacial e as especificidades de cada época e sociedade, bem como variam as expectativas a respeito da atitude do agente político.

Os caminhos para estabelecer a relação entre política e poder são múltiplos, assim como a relação entre poder, força e violência, entre autoridade, coerção e persuasão, entre Estado e governo etc. Assim, faz-se necessário delimitar as áreas de discussão de cada um desses conceitos.

Algumas dessas questões serão abordadas no decorrer do capítulo à medida que forem tratados os problemas com que se ocuparam os filósofos ao longo da história.

Imagens em contexto

Nas últimas décadas, vêm ganhando força as manifestações relacionadas às questões ambientais e a noção de que a crise climática é também um problema político que exige mobilização social. Os manifestantes costumam reivindicar leis ambientais mais rígidas para a fiscalização dos impactos ao ambiente, bem como alterações nos modos produtivos que diminuam a exploração dos recursos naturais.



EVARISTO SA/AFP/GETTY IMAGES

Marcha dos Povos da Terra pela Amazônia, manifestação em defesa do bioma amazônico, em Belém, no estado do Pará. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Poder e força

A política envolve relações de **poder**, que é a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos desejados sobre indivíduos ou grupos humanos. O conceito de poder pressupõe dois polos: o de quem o exerce e o daquele sobre quem é exercido.

O poder é, portanto, uma relação ou um conjunto de relações pelas quais indivíduos ou grupos interferem na atividade de outros indivíduos ou grupos. Para exercê-lo, é preciso ter **força**, entendida nesse contexto como instrumento para o exercício do poder. Quando nos referimos a esse termo, é comum pensarmos imediatamente em capacidade física, coerção ou violência, mas há outros tipos de força. Sobre isso comenta o filósofo francês Gérard Lebrun:

> Se, numa democracia, um partido tem peso político, é porque tem força para mobilizar certo número de eleitores. Se um sindicato tem peso político, é porque tem força para deflagrar uma greve. Assim, força não significa necessariamente a posse de meios violentos de coerção, mas de meios que me permitam influir no comportamento de outra pessoa. A força não é sempre (ou melhor, é raríssimamente) um revólver apontado para alguém; pode ser o charme de um ser amado, quando me **extorque** alguma decisão (uma relação amorosa é, antes de mais nada, uma relação de forças; conferir as *Ligações perigosas*, de Laclos). Em suma, a força é a canalização da potência, é a sua determinação. E é graças a ela que se pode definir a potência na ordem nas relações sociais ou, mais especificamente, políticas.

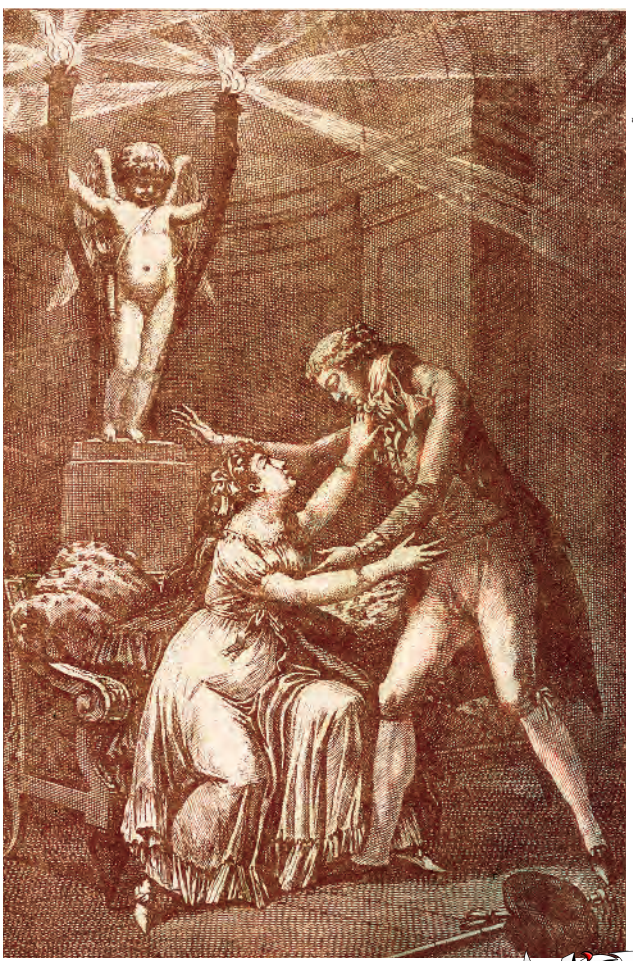
LEBRUN, Gérard. **O que é poder**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 11-12. (Coleção Primeiros passos).

Extorque: conjugação do verbo *extorquir*, que, no contexto, significa conseguir algo de alguém por meio de manipulação, de astúcia.

Explore — RESPONDA NO CADERNO.

1. Por que, em uma situação como a do romance *Ligações perigosas*, o uso do poder dos apostadores sobre a vítima é imoral?
2. Em quais situações o exercício do poder é ético?

Para entender melhor a referência ao livro *Ligações perigosas*, de Choderlos de Laclos, é necessário saber que a história tem como pano de fundo os ambientes luxuosos da nobreza francesa decadente no período que antecedeu a Revolução Francesa, no fim do século XVIII. O romance relata a aposta entre dois nobres cujo desafio é seduzir uma bela mulher casada, tímida e fiel ao marido. No entanto, uma vez desencadeado o jogo de sedução – um jogo de forças –, os acontecimentos fogem ao controle dos "jogadores", porque da atração, ainda que artificialmente provocada, floresce o sentimento verdadeiro. Em uma situação como a desse romance, o uso (ou abuso) do poder dos apostadores para seduzir a mulher é imoral, uma vez que eles têm a finalidade de enganá-la e deixá-la vulnerável. O poder exercido de maneira ética é atrelado ao respeito a todos, não sendo admitidos abusos por parte daqueles que o detêm.



CHARLES MONNET. FOTO: BRIDGEMAN IMAGES/FOTOARENA - COLEÇÃO PARTICULAR

Ilustração de Charles Monnet para o romance *Ligações perigosas*, 1796. Na ilustração, são representados o visconde de Valmont e a marquesa de Merteuil, os dois nobres que tramam um jogo de sedução contra a recatada presidenta de Tourvel.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Institucionalização do poder do Estado

Entre tantas formas de força e poder, vamos destacar as exercidas na política. Desde o início das discussões sobre o poder político na Antiguidade, os termos para designar as distintas formas de governo eram *polis* (pólis, em português), entre os gregos, e *civitas* ("cidade") ou *res publica* ("coisa pública"), entre os romanos. Embora exista o costume de usar o termo *Estado* para nomear diversos tipos de estrutura política, esse conceito começou a ser empregado no final da Idade Média e consolidou-se na Idade Moderna. No século XVI, o florentino Nicolau Maquiavel foi um dos intelectuais que utilizaram essa palavra com mais frequência, atribuindo a ela o significado específico de condição de posse permanente e exclusiva de um território e comando sobre seus habitantes.

Essa designação indicou uma mudança fundamental no conceito de política, pois na maioria das nações medievais o poder do rei era até certo ponto nominal e simbólico, restrito às terras de sua propriedade, ao passo que os senhores feudais dispunham de exército próprio, cunhavam moedas, estabeleciam tributos, decidiam a guerra e a paz e administravam a justiça. Isso significava que eles tinham mais poder que o rei.

No entanto, a fragmentação do poder dos senhores feudais dificultava a prosperidade comercial da burguesia nascente, o que explicava os esforços para fortalecer o poder central, representado pela figura do rei. A formação de monarquias nacionais representou o surgimento do Estado, entendido como a posse de um território sobre o qual se está apto a criar e aplicar leis, recolher impostos e estruturar um exército nacional.

A transição para o Estado moderno, durante os séculos XVI e XVII, também foi marcada por lutas religiosas, que, uma vez superadas, abriram caminho para fundamentar a laicidade do Estado, ou seja, a exclusão das instituições religiosas no processo político e/ou administrativo. De acordo com essa concepção, o poder político centra-se exclusivamente nos interesses da ordem e do bem-estar da população, e não na fé.

Segundo a interpretação do filósofo e sociólogo alemão Max Weber, cujas obras datam do fim do século XIX e início do XX, o Estado moderno é reconhecido por dois elementos constitutivos: a presença do **aparato administrativo** para prestação de serviços públicos e o **monopólio do uso legítimo da força**. Desse modo, com a constituição do Estado, retirou-se dos indivíduos ou dos grupos o papel de "fazer justiça com as próprias mãos", o que representou um ganho no processo civilizatório.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



RAFAEL FELIX/PULSAR IMAGENS

Policiais do Batalhão de Ações Especiais de Polícia observam manifestação contra o aumento de tarifas de transporte público na capital de São Paulo. Fotografia de 2024.

Imagens em contexto

A concepção moderna de Estado transfere a ele o monopólio do uso da força, como no caso da formação de exércitos e de instituições como a Polícia Militar. Entretanto, há outro tipo de força a ser considerada, que é a força da lei, à qual também se subordinam as instituições e os poderes do Estado. O estado de direito faz parte das constituições ocidentais contemporâneas. No artigo 5º, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, consta que: "Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei".

Com o aperfeiçoamento desses atributos do Estado, estabeleceu-se o **princípio da legalidade**, de acordo com o qual o poder legítimo depende do **estado de direito**. Segundo esse conceito, todo julgamento só tem validade se apoiado em leis: "Não há crime, nem pena, sem prévia definição legal". No século XVIII, esse princípio foi muito importante para confrontar o arbítrio de governos absolutistas.

Poder e cidadania

Como o próprio nome indica, cidadão é quem pertence à cidade, independentemente da extensão que possamos dar ao termo. Não só: cidadão é também aquele que participa do poder. Trata-se da dimensão pública pela qual nos envolvemos na discussão de um destino comum. Para que interesses particulares não se sobreponham aos coletivos, o cidadão precisa aprender a distinguir entre público e privado, já que ele é um sujeito de direitos e obrigações, entre os quais podemos destacar:

- **direitos civis:** vida, segurança, propriedade, igualdade perante a lei, liberdade de pensamento, de expressão, de religião, de opinião e de movimento, entre outros;
- **direitos sociais:** saúde, educação, trabalho, lazer, acesso à cultura, proteção em caso de desemprego ou doença etc.;
- **obrigações:** pagamento de impostos, responsabilidade coletiva, solidariedade e participação efetiva no sentido de desempenho da cidadania, que vai muito além do importante ato de votar.

Na sociedade predominaria apatia ou risco de manipulação caso os indivíduos não participassem da comunidade como cidadãos ativos, interessados nas questões políticas das diversas esferas de poder. Para tanto, é necessária a educação política, já que ninguém nasce cidadão.

Como, porém, capacitar-se para o exercício da cidadania ativa? A educação formal exerce um estímulo importante no indivíduo, embora o aprendizado seja possível nos mais diversos espaços: em casa, na rua, no trabalho, na escola. Sempre haverá o que criticar e melhorar em lugares onde prevalecem relações autoritárias, falta de respeito e ausência de compromisso com o bem comum. A atuação coletiva pode ser condição de mútua aprendizagem.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



FAGA ALMEIDA/UCG/UNIVERSAL IMAGES GROUP/GETTY IMAGES

Público participa do Festival Tanabata, ou Festival das Estrelas, que ocorre há mais de 30 anos na ruas da capital de São Paulo. Fotografia de 2024. O lazer e o acesso à cultura são direitos sociais.

Sugestão

Espero tua (re)volta

Direção: Eliza Capai. Brasil, 2019. 90 minutos.

O documentário trata dos protestos de estudantes do Ensino Médio que ganharam força no Brasil em 2015, nos quais os manifestantes reivindicavam, no âmbito dos direitos civis e sociais, mais investimentos em educação e a abertura para que pudessem participar da gestão escolar. O documentário mostra, ainda, as divergências políticas dentro do movimento estudantil.

Classificação indicativa do documentário *Espero tua (re)volta*: não recomendado para menores de 14 anos.

Estado e legitimidade do poder

Consenso: concordância, acordo em relação a uma proposta, uniformidade de opiniões.

Embora seja condição necessária e exclusiva do Estado para o funcionamento da ordem na sociedade, a força física não é suficiente para a manutenção do poder, que precisa ter **legitimidade**, ou seja, certo grau de **consenso** que assegure a obediência dos governados sem a necessidade de recorrer à força.

A legitimação do poder pressupõe, portanto, um fundamento ético pelo qual possa ser validado como justo, o que leva também à justificação jurídica, pela formulação da lei.

Ao longo da história da humanidade foram adotados os mais diversos princípios para conferir legitimidade ao poder:

- nos **Estados teocráticos**, o poder é legitimado pela crença e reflete a vontade de Deus;
- nas **monarquias hereditárias**, o poder é transmitido de geração a geração e mantido pela força das tradições;
- nos **governos aristocráticos**, apenas os melhores exercem funções de mando, e o que se entende por melhores varia conforme o tipo de aristocracia – os mais ricos, os mais fortes, os de linhagem nobre ou, como desejava Platão, os da elite do saber;
- na **democracia**, o poder legítimo tem origem na vontade do povo.

A discussão a respeito do poder legítimo é pertinente na medida em que a obediência, nesse caso, presta-se apenas ao poder consentido, situação na qual é voluntária e, portanto, livre; caso contrário, o cidadão tem direito à resistência.

As transformações na constituição do Estado, bem como as concepções filosóficas utilizadas para criticar o *status quo* (a situação vigente) ou apresentar conceitos para sua recriação, serão tratadas a seguir.

Sugestão

O que é poder?

Gérard Lebrun. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Nesse livro, com linguagem didática, o filósofo francês Gérard Lebrun propõe uma introdução à filosofia política centrada no tema do poder. O autor examina a natureza do poder, suas manifestações, dinâmicas e implicações sociais.



VICTORIA JONES/WPA POOL/GETTY IMAGES

Coroação de Charles III na Abadia de Westminster, em Londres, no Reino Unido. Fotografia de 2023. A monarquia britânica é um exemplo de manutenção do poder pela força das tradições.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A filosofia política na Antiguidade: o cidadão da pólis

Na passagem do século VIII a.C. para o século VII a.C., o nascimento da pólis (a cidade-Estado grega) foi um acontecimento decisivo para a política e a democracia. O fato de ter como centro a ágora (praça pública), local de encontro dos cidadãos e onde eram debatidos assuntos de interesse comum, favoreceu a melhor elaboração do discurso político. Nela estavam, além das instituições políticas, os tribunais, o templo e o mercado para transações comerciais.

Naquele período, os regimes **oligárquicos** ainda não tinham sido extirpados, mas em algumas das cidades-Estado gregas já vinham se consolidando os ideais democráticos. Expressar-se mediante o debate fez nascer a política, que permitia ao indivíduo tecer seu destino em praça pública. Da instauração da ordem humana, estabelecida pelas leis, surgiu o cidadão da pólis, figura inexistente no mundo das sociedades tradicionais e das aristocracias rurais.

Elaborava-se, desse modo, um ideal de justiça pelo qual todo cidadão tinha direito ao poder. A noção de justiça assumia caráter político, e não apenas moral, uma vez que não se referia somente ao indivíduo e aos interesses da tradição familiar, mas a sua atuação na comunidade.

Na pólis, destacavam-se dois locais importantes: a **acrópole** e a **ágora**. A acrópole constituía a parte elevada, na qual se localizava o templo, e servia de ponto de defesa da cidade. Na base dessa área ficava a ágora, a praça central destinada às trocas comerciais, onde os cidadãos se reuniam para resolver problemas legais e debater os assuntos da cidade. Desse modo, eram garantidas a **isonomia** (igualdade perante a lei) e a **isegoria** (igualdade do direito à palavra na **assembleia**).

Finalmente, como uma das consequências dessas novidades, nascia a filosofia nas colônias gregas da Ásia Menor (atualmente, parte asiática da Turquia) e da Magna Grécia (atualmente, sul da Itália). A filosofia surgiu na Grécia, portanto, como resultado de uma longa preparação decorrente de transformações econômicas e sociais que possibilitaram a fundação das primeiras pólis. A abertura para a discussão nas pólis facilitou o exercício da reflexão e da divergência de ideias, terreno propício para seu nascimento. Foi nesse sentido que o historiador francês Jean-Pierre Vernant, especialista em Grécia antiga, afirmou que a filosofia é "filha da cidade".

Oligárquicos: do grego *olýgos*, "pouco", e *arkhé*, "governo"; refere-se ao "governo de poucos".

Isonomia: do grego *ísos*, "igual", e *nómos*, "lei".

Isegoria: do grego *ísos*, "igual", e *agoreúein*, "discursar em praça pública (ágora)".

Assembleia: em grego se diz *ágora*; local de reunião para decidir assuntos do interesse de todos os cidadãos; designa também a praça principal da pólis, onde se instalavam o mercado e os prédios públicos.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Qual a importância da ágora para a democracia grega?
2. Em sua opinião, qual é a importância da experiência grega da isonomia e da isegoria para a reflexão contemporânea sobre a democracia?



SAGA PHOTO AND VIDEO/SHUTTERSTOCK

Vista da acrópole com o templo de Partenon na parte mais elevada, em Atenas, na Grécia. Fotografia de 2022.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atenas no período clássico

No período socrático ou clássico (séculos V a.C.-IV a.C.), o centro cultural grego deslocou-se das colônias da Ásia Menor e da Magna Grécia para a cidade de Atenas, onde atuaram Sócrates e seu discípulo Platão – que, por sua vez, foi mestre de Aristóteles. Foram eles que ampliaram a abordagem dos temas filosóficos ultrapassando as concepções cosmológicas dos primeiros filósofos.

Por serem os primeiros no Ocidente a filosofarem, os gregos também foram os primeiros a refletirem criticamente sobre a política. Assim, costuma-se afirmar que eles "inventaram" a política, ao inaugurarem o ato de refletir racionalmente sobre o poder e sobre a possibilidade de organização humana da vida coletiva. Dessas discussões resultou a elaboração do conceito de democracia, posto em prática no século V a.C. e cujo apogeu foi durante o governo de Péricles em Atenas.

Os cidadãos livres, do mais rico proprietário ao mais humilde artesão, tinham acesso à assembleia. Havia uma **democracia direta**, para a qual não eram escolhidos representantes, uma vez que cada cidadão participava diretamente das decisões de interesse comum. A invenção desse regime representou o momento em que uma política aristocrática foi substituída pela participação de cidadãos, independentemente de sua classe social.

É importante lembrar, porém, que a maior parte da população era excluída do processo político. Grupos como o de escravizados, o de mulheres e o de estrangeiros (metecos), mesmo que estes fossem prósperos comerciantes, não eram considerados cidadãos. Apesar dessas contradições, o ideal democrático representou uma novidade como proposta de poder, orientando as aspirações humanas por sociedades mais justas ao longo do tempo.

Ao se buscar a igualdade perante a lei e o igual direito à palavra na assembleia, nascia o conceito de cidadania. A defesa dessa igualdade consistia, portanto, em uma forma de consolidar a democracia na pólis.

Imagens em contexto

Um dos dispositivos legais criados no contexto da democracia ateniense foi o ostracismo, acionado quando um cidadão era acusado de ameaçar o regime democrático e a estabilidade da pólis. O indivíduo então perdia sua cidadania e seus direitos políticos e era banido da pólis, em exílio por dez anos. Ao final desse período, poderia retornar e reaver seus bens e propriedades. O registro do banimento era feito nos óstracos.



LUISA RICCIARINI/BRIDGEMAN IMAGES/FOTOARENA - MUSEU DA ÁGORA, ATENAS

Óstracos de 482 a.C. Os óstracos eram peças de cerâmica nas quais se escrevia o nome dos cidadãos julgados como ameaça à democracia ateniense e que se desejava banir, donde o termo *ostracismo*.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sócrates: o diálogo público

Sócrates, que viveu no século V a.C., não deixou registros escritos, mas suas ideias foram divulgadas por Xenofonte e Platão, dois de seus discípulos. Platão escreveu vários diálogos nos quais Sócrates figurou como principal interlocutor. Já o autor de comédias Aristófanes o ridicularizou na peça *As nuvens*, ao incluí-lo entre os sofistas – professores da arte de persuadir, tratados por Sócrates como mercenários.

Com base no pressuposto "Só sei que nada sei", que consistia na sabedoria de reconhecer a própria ignorância, Sócrates iniciou a busca pelo saber. Para isso, costumava conversar com todas as pessoas – velhas ou moças, nobres ou escravizadas –, mas seus métodos de indagação provocaram os poderosos de seu tempo, ao se verem contestados por aquele hábil indagador. Desse modo, Sócrates adquiriu inimigos, alguns dos quais o levaram ao tribunal sob a acusação de não crer nos deuses da cidade e de corromper a juventude. Por essa razão, foi condenado à morte.

No diálogo de Platão *Defesa de Sócrates*, o filósofo acusado se lamenta das calúnias das quais foi vítima. Em certa passagem, ele se lembra de quando esteve em Delfos, no Templo de Apolo, local em que as pessoas consultavam o **oráculo** em busca de orientações sobre assuntos religiosos, políticos ou, ainda, o futuro. Lá, seu amigo Querofonte, ao indagar à **pítia** se havia alguém mais sábio do que seu mestre Sócrates, ouviu uma resposta negativa. Surpreso, Sócrates resolveu investigar por si próprio quem se dizia sábio. Sua fala é assim relatada por Platão:

> Fui ter com um dos que passam por sábios, porquanto, se havia lugar, era ali que, para rebater o oráculo, mostraria ao deus: "Eis aqui um mais sábio que eu, quanto tu disseste que eu o era!". Submeti a exame essa pessoa – é escusado dizer o seu nome: era um dos políticos. Eis, atenienses, a impressão que me ficou do exame e da conversa que tive com ele; achei que ele passava por sábio aos olhos de muita gente, principalmente aos seus próprios, mas não o era. Meti-me, então, a explicar-lhe que supunha ser sábio, mas não o era. A consequência foi tornar-me odiado dele e de muitos dos circunstantes. Ao retirar-me, ia concluindo de mim para comigo: "Mais sábio do que esse homem eu sou; é bem provável que nenhum de nós saiba nada de bom, mas ele supõe saber alguma coisa e não sabe, enquanto eu, se não sei, tampouco suponho saber. Parece que sou um nadinha mais sábio que ele exatamente em não supor que saiba o que não sei". Daí fui ter com outro, um dos que passam por ainda mais sábios e tive a mesmíssima impressão; também ali me tornei odiado dele e de muitos outros.
>
> PLATÃO. **Defesa de Sócrates**. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 15. v. 2. (Coleção Os pensadores).

Oráculo: resposta de divindades às perguntas feitas pelos devotos; também se refere ao local sagrado onde é feita a consulta.

Pítia: sacerdotisa do deus Apolo que, em Delfos, pronunciava os oráculos.



JACQUES-LOUIS DAVID - MUSEU METROPOLITANO DE ARTE, NOVA YORK

A morte de Sócrates, pintura de Jacques-Louis David, 1787. Nessa obra, é representado o diálogo contínuo de Sócrates com seus discípulos, mantido até mesmo momentos antes de tomar a cicuta, veneno que o levaria à morte.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Etapas do método socrático

Sócrates introduziu uma novidade na discussão filosófica por meio de seu método, constituído de duas etapas: a da **ironia** e a da **maiêutica**.

- A fase da ironia – termo que em grego significa "perguntar fingindo ignorar" – era a "destrutiva". Diante do oponente, que se dizia conhecedor de determinado assunto, Sócrates afirmava inicialmente nada saber. Com hábeis perguntas, desmontava as certezas até que o outro reconhecesse a própria ignorância ou desistisse da discussão.
- A maiêutica (palavra de origem grega que significa "parto") foi assim denominada em homenagem à mãe do filósofo, que era parteira: enquanto ela dava assistência ao parto de crianças, Sócrates "dava à luz" novas ideias. Em diálogo com seu interlocutor, após destruir o saber meramente opinativo (a *doxa*), o filósofo dava início à procura da definição do conceito, de modo que o conhecimento saísse "de dentro" de cada um. Esse processo está bem ilustrado nos diálogos de Platão, e é pertinente lembrar que, no final, nem sempre se chegou a uma conclusão definitiva, como ocorreu nos chamados "diálogos **aporéticos**".

Aporéticos: o termo diz respeito à aporia (do grego *póros* – "passagem" –, adicionado do prefixo *a*, que indica negação), que significa "impasse", "incerteza". Os diálogos aporéticos não têm continuidade porque o oponente se retira ou não avança na discussão até solucioná-la, sobretudo se o interlocutor se esquiva do debate.

Miríades: refere-se a uma quantidade indeterminada, porém considerada grande.

Não faltaram pessoas para advertir Sócrates dos perigos que enfrentaria caso continuasse com seus diálogos. Na obra *Mênon*, por exemplo, Platão descreve a discussão entre Sócrates e Mênon – um jovem aristocrata – sobre a definição de virtude e a possibilidade de ensiná-la. Em dado momento, Mênon argumenta:

> Sócrates, mesmo antes de estabelecer relações contigo, já ouvia [dizer] que nada fazes senão caíres tu mesmo em aporia, e levares também outros a cair em aporia. E agora, está-me parecendo, me enfeitiças e drogas, e me tens simplesmente sob completo encanto, de tal modo que me encontro repleto de aporia. E, se também é permitida uma pequena troça [zombaria], tu me pareces, inteiramente, ser semelhante, a mais não poder, tanto pelo aspecto como pelo mais, à raia elétrica, aquele peixe marinho achatado. Pois tanto ela entorpece quem dela se aproxima e a toca, quanto tu parece ter-me feito agora algo desse tipo. Pois verdadeiramente eu, de minha parte, estou entorpecido, na alma e na boca, e não sei o que te responder. E, no entanto, sim, **miríades** de vezes, sobre a virtude, pronunciei numerosos discursos para multidões, e muito bem, como pelo menos parecia. Mas agora, nem sequer o que ela é, absolutamente, sei dizer. Realmente, parece-me teres tomado uma boa resolução, não embarcando em alguma viagem marítima, e não te ausentando daqui. Pois se, como estrangeiro, fizesses coisas desse tipo em outra cidade, rapidamente serias levado ao tribunal como feiticeiro.
>
> PLATÃO. **Mênon**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2001. p. 47.

Após essa advertência de Mênon, ao final do diálogo surgiu Ânito – um dos políticos que condenariam Sócrates –, que se retirou em seguida, irritado com as perguntas do filósofo, aconselhando-o a "ter mais cuidado" para "não fazer mais mal aos homens do que bem".

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Sabendo que o termo grego *doxa* se refere à opinião e que o termo grego *episteme* se refere à ciência, a qual deles se associa a maiêutica? Explique.
2. Identifique o momento em que a noção de *doxa* aparece no texto de Platão citado nesta página.

Sugestão

***Podcast* do PPGLM - Filosofia de Sócrates (episódio 48)**

Produção: PPGLM/UFRJ. Brasil, 2022. 98 minutos.

O episódio traz uma entrevista com o professor de filosofia César de Alencar, da Universidade Federal do Amapá, sobre o pensamento socrático. Discute-se a ausência de escritos de Sócrates e como o filósofo grego é conhecido apenas por meio de textos de outros autores. Alencar explora, de um lado, o Sócrates histórico e, de outro, o pensamento socrático nas diferentes narrativas sobre o filósofo, destacando o tema do cuidado de si.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A busca filosófica do conceito

Em suas conversas, tal como foram narradas nos diálogos platônicos, Sócrates privilegia as questões morais; por isso, em muitos diálogos, pergunta o que é, por exemplo, a coragem, a covardia, a piedade, a virtude e a amizade. Tome-se como exemplo a justiça: após enumerar as diversas expressões de justiça, o filósofo quer saber o que é a "justiça em si", o universal que a representa.

Desse modo, a filosofia nascente precisava inventar palavras novas ou usar as do cotidiano, atribuindo-lhes sentido diferente. Sócrates utiliza o termo *lógos* (na linguagem comum, "palavra", "conversa") para designar a razão de algo, ou seja, aquilo que faz com que a justiça seja justiça.

No diálogo *Laques* (ou *Do valor*), também de Platão, os generais Laques e Nícias são convidados a discorrer sobre a importância do ensino de esgrima na formação dos jovens. Sócrates reorienta a discussão ao indagar a respeito de conceitos que a antecedem, como o de educação e o de virtude.

Para tratar das virtudes, Sócrates escolhe uma e indaga: "O que é a coragem?". Laques, famoso pela coragem nas guerras em que serviu o exército ateniense, é apresentado como o indivíduo mais qualificado para definir a coragem, visto que seria notavelmente corajoso. À pergunta de Sócrates, ele responde com facilidade dizendo que o homem corajoso é aquele que enfrenta o inimigo e não foge do campo de batalha. Sócrates cita exemplos de guerreiros cuja tática consiste em recuar e forçar o inimigo a uma posição desvantajosa, mas nem por isso deixam de ser corajosos. Menciona outros tipos que ultrapassam os atos de guerra, como a coragem dos marinheiros e dos que enfrentam uma doença ou os perigos da política e dos que resistem aos impulsos das paixões.

Enfim, o que Sócrates procurava não eram exemplos de casos corajosos, mas o conceito de coragem. Sua atuação filosófica consiste em um método de análise conceitual, por meio do qual se busca a definição de alguma coisa; por isso, a pergunta "o que é?" aparece com frequência em seus diálogos.

O que aprendemos com Sócrates, portanto? Que o conhecimento resulta de uma busca contínua, enriquecida pelo diálogo. Desse modo, o filósofo parte de exemplos e casos particulares para chegar ao universal, ao conceito. Isso é filosofar.

Sugestão

Sócrates: o nascimento da razão negativa

Hector Benoit. São Paulo: Moderna, 2006. (Coleção Logos).

Nesse livro introdutório, o professor Hector Benoit interpreta o pensamento de Sócrates com base nos diálogos escritos por seu discípulo Platão. Benoit destaca o método socrático segundo o qual, para conhecer a essência de alguma coisa, é necessário superar as imagens múltiplas criadas dessa coisa em busca de seu conceito.



PRISMA/UIG/GETTY IMAGES - MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA, ATENAS

Detalhe de vaso grego representando uma batalha, cerca de 600 a.C. A definição socrática do que é a coragem não depende dos exemplos de casos corajosos, como o de um guerreiro que não foge do campo de batalha.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Teoria política de Platão

Nascido de família aristocrática, Arístocles de Atenas ficou conhecido como Platão. Conheceu o esplendor da democracia ateniense, que, no entanto, já entrava em decadência quando, em 404 a.C., a aristocracia assumiu o poder. A derrota de Atenas na guerra contra Esparta e a condenação e a morte de Sócrates, além das convulsões sociais que agitaram a cidade, acentuaram em Platão o descrédito na democracia.

Após a condenação de seu mestre, em 399 a.C., Platão viajou por várias localidades e tentou, em vão, aplicar seu projeto político no governo de Siracusa, na Sicília. Inicialmente bem recebido, após sérias desavenças foi vendido como escravizado. Reconhecido e libertado por um rico armador, não desistiu de seus objetivos, retornando duas vezes à Sicília. Embora mais cauteloso, não obteve sucesso, e a amargura dessas tentativas frustradas transparece em *Leis*, sua última obra. Por fim, retornou a Atenas, onde fundou uma escola então denominada **Academia**.

Os diálogos platônicos abrangem várias áreas de reflexão, constituindo a primeira filosofia sistemática do pensamento ocidental. Em estilo agradável, muitas vezes poético e com alegorias, Platão escreve diálogos em que seu mestre Sócrates, como já mencionamos, é o principal interlocutor. É possível notar a influência socrática nos primeiros diálogos, mas nos demais Platão passa a elaborar as próprias teorias. O pensamento político de Platão encontra-se, sobretudo, nas obras *A República* e *Leis*. No tópico a seguir, vamos dar ênfase à teoria exposta em *A República*.

Sugestão

Platão: por mitos e hipóteses

Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Moderna, 2006. (Coleção Logos).

Nesse livro introdutório, a professora Lygia Araujo Watanabe propõe um estudo do filósofo grego Platão com base em sua biografia, sua obra e seus mestres, entre estes, Sócrates. Além de fragmentos da obra de Platão traduzidos pela própria autora, o livro traz um anexo com atividades para reflexão, um tema para dissertação e uma pequena bibliografia.



MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA, NÁPOLES

Mosaico romano do século I representando a Academia de Platão. O filósofo grego é desenhado sentado ao centro, apontando um bastão para uma esfera celestial e ensinando um grupo de discípulos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Alegoria da caverna

A importância de Platão deriva, sobretudo, da teoria do conhecimento, que fundamenta seu sistema filosófico. Ele cita mitos e alegorias no intuito de tornar mais concreta a exposição e preparar o terreno para a demonstração abstrata de suas ideias. Como exemplo, vamos apresentar a alegoria da caverna, que está no livro VII de *A República*.

Conforme a descrição de Platão, pessoas estão acorrentadas desde a infância em uma caverna, de modo que permanecem no mesmo lugar e olham para a mesma direção, enxergando apenas a parede ao fundo, na qual são projetadas sombras, que elas pensam ser a realidade. Trata-se, entretanto, da sombra de objetos como estatuetas, transportados por transeuntes que passam atrás de um pequeno muro, o qual também esconde uma fogueira. Se a voz de um desses transeuntes ressoasse no fundo da caverna, os prisioneiros certamente acreditariam ser a voz de uma das sombras projetadas. Assim, para tais prisioneiros, toda a realidade conhecida se resume às sombras dos objetos.

Se um dos indivíduos conseguisse se soltar das correntes para contemplar, à luz do dia, os objetos a que correspondem as sombras, seus olhos no início teriam dificuldade para se acostumar ao excesso de luminosidade. Começariam distinguindo as sombras, depois as imagens de pessoas e objetos que se refletem na água, até que seus olhos, já habituados, pudessem contemplar os próprios objetos e, por fim, o céu e o Sol. Podendo, então, enxergar toda a realidade externa à caverna, esse indivíduo lamentaria a condição de seus companheiros de cativeiro, que vivem de ilusões.

Se essa pessoa voltasse à caverna, seus olhos novamente demorariam a se adaptar, de modo que não conseguiria discernir com facilidade as sombras. Os outros prisioneiros ririam da visão confusa do companheiro e acreditariam que ele tivesse sido cegado fora da caverna. Desse modo, se alguém tentasse os libertar, recusariam obstinadamente, imaginando que a liberdade pode cegá-los, como supostamente ocorreu com o companheiro.

Classificação indicativa do filme *Matrix*: não recomendado para menores de 14 anos.

Sugestão

Matrix

Direção: Lilly e Lana Wachowski. Estados Unidos, 1999. 135 minutos.

Pleno de efeitos visuais, o filme é uma ficção científica em que as pessoas ficam conectadas a um computador e vivem em uma realidade virtual, o que leva ao questionamento sobre o que é real. É possível estabelecer uma relação com a alegoria da caverna, de Platão.

Imagens em contexto

Repare nos elementos que representam a descrição da alegoria da caverna de Platão: a chama acesa, os objetos e suas sombras projetadas na parede no fundo da caverna, os cativos, que observam as sombras com credulidade, os homens livres, que contemplam a realidade da caverna, e, mais ao fundo, alguns já fora dela, à luz do dia. Um deles procura, ainda, libertar os cativos de sua condição.



ARCHIVES CHARMET/BRIDGEMAN IMAGES/FOTOARENA - BIBLIOTECA NACIONAL, PARIS

Caverna de Platão, gravura de Jan Saenredam, 1604. Essa gravura é inspirada na alegoria da caverna, de Platão.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Utopia platônica: *A República*

A alegoria da caverna deu margem a interpretações diversas, entre as quais a de representar as etapas da educação de um filósofo ao sair do mundo das sombras para alcançar o conhecimento verdadeiro. Após essa experiência, o filósofo deve voltar à caverna para orientar os demais e assumir o governo da cidade. Por isso, a análise da alegoria pode ser feita de dois pontos de vista: um deles relativo ao conhecimento (ou à epistemologia) e o outro à política.

Do ponto de vista epistemológico, o filósofo volta para despertar nos outros o conhecimento verdadeiro, elevando-os da opinião à ciência, da aparência sensível das coisas (as sombras) ao inteligível (a realidade das ideias), alcançando o verdadeiro conhecimento. Assim, o mundo externo à caverna representa a realidade do mundo inteligível:

> E se interpretares que a subida para o mundo que está acima da caverna e a contemplação das coisas existentes lá fora representam a ascensão da alma em direção ao mundo inteligível terás compreendido bem meus pensamentos, os quais desejas conhecer mas que só Deus sabe se são ou não verdadeiros. As coisas se me afiguram do seguinte modo: na extremidade do mundo inteligível encontra-se a ideia do Bem, que apenas pode ser contemplado, mas que não se pode ver sem concluir que constitui a causa de tudo quanto há de reto e de belo no mundo: no mundo visível, esta ideia gera a luz e sua fonte soberana e, no mundo inteligível, ela, soberana, dispensa a inteligência e a verdade.
>
> PLATÃO. **A República**. Brasília, DF: Editora UnB, 1985. p. 48-51.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Do ponto de vista epistemológico, qual é o significado da caverna e das pessoas acorrentadas?
2. Baseando-se no texto de Platão citado nesta página, responda: na alegoria da caverna, o que representa a metáfora do Sol?

Do ponto de vista político, a análise da alegoria da caverna parte da pergunta: "Como influenciar aqueles que não saíram da caverna?". Cabe ao sábio ensinar, procedendo à educação política, com o intuito de transformar a vida das pessoas e a sociedade, desde que essa ação se oriente pelo modelo ideal contemplado. Além disso, apenas o filósofo deve governar.

Platão imagina, assim, a **utopia** da cidade de **Calípolis**, na qual cada cidadão exerceria o poder de acordo com as suas habilidades, e que deveria ser composta de legisladores, guerreiros e trabalhadores. Platão, porém, tem diversas oposições a artistas e poetas, excluindo-os da cidade ideal.

Utopia: do grego *oû*, "não", e *tópos*, "lugar": significa "em nenhum lugar"; designa aquilo que ainda não existe, mas pode vir a existir.

Calípolis: do grego *kalós*, "belo", "beleza", e *pólis*, "cidade": significa "cidade bela".



PIERO DELLA FRANCESCA - GALERIA NACIONAL DE MARCHE, PALAZZO DUCALE, URBINO

A cidade ideal, pintura de Piero della Francesca, cerca de 1490.

Imagens em contexto

No período do Renascimento, o ideal da construção de uma cidade perfeita, aos moldes de Platão, foi revisitado. Foram feitos até mesmo estudos arquitetônicos na tentativa de projetar uma versão concreta da Calípolis platônica.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O Estado ideal platônico

Platão teve como base o princípio de que as pessoas ocupavam funções e papéis diversos na sociedade por serem de naturezas diferentes; por isso, propôs que o Estado, e não a família, assumisse a educação das crianças até os 7 anos. O Estado as orientaria para que não houvesse casamentos entre desiguais (isto é, entre homens e mulheres pertencentes a diferentes classes de atividades) e criaria instituições para a educação coletiva das crianças.

Essa educação inicial seria direcionada a preparar e encaminhar homens e mulheres para exercer funções fundamentais da vida coletiva em três classes de atividades: as de atendimento às necessidades materiais de subsistência (realizadas por camponeses, artesãos e comerciantes), as de guarda e defesa da cidade (desempenhadas por guerreiros) e as de governo. De acordo com o filósofo, cada classe corresponderia a uma das três partes da alma: a apetitiva, a irascível e a racional.

Todos seriam educados da mesma forma até os 20 anos, e, após a identificação dos tipos de alma, ocorreria a primeira seleção: aqueles que possuíssem "alma de bronze" se dedicariam à agricultura, ao artesanato e ao comércio. Os demais continuariam os estudos por dez anos, até a segunda seleção: aqueles que tivessem "alma de prata" seriam destinados à guarda do Estado, à defesa da cidade. Os que sobrassem das seleções anteriores, por terem a "alma de ouro", seriam instruídos na arte de dialogar. Estudariam filosofia, fonte de toda a verdade, que os elevaria ao conhecimento mais puro.

Aos 50 anos, aqueles que tivessem passado com sucesso pela série de provas seriam admitidos no corpo supremo de magistrados. Caberia a eles o governo da cidade, por serem os únicos a ter a ciência da política. Como homens mais sábios, sua função seria a de manter a cidade coesa. Também seriam os mais justos, uma vez que seriam os conhecedores da justiça. Como virtude principal, a justiça constituiria a condição de exercício das outras virtudes.

Imagens em contexto

A relação entre poder e sabedoria ficou nítida na trajetória de Alexandre Magno (356-323 a.C.), que, antes de se tornar rei, teve como preceptor Aristóteles, o qual, por sua vez, foi discípulo de Platão.



MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA, NÁPOLES

Detalhe de mosaico romano representando Alexandre Magno, século I a.C.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sofocracia: o rei-filósofo

Para Platão, a política é a arte de governar pessoas com o consentimento delas e o político é aquele que conhece a difícil arte de governar. Portanto, só pode ser chefe quem conhece a ciência política. Decorre desse raciocínio considerar a democracia um regime inadequado, porque a igualdade só é possível na repartição dos bens, mas nunca no igual direito ao poder. Para o Estado ser bem governado, é preciso que os filósofos se tornem reis, ou que os reis se tornem filósofos. Desse modo, Platão propõe um modelo aristocrático de poder não de uma aristocracia da riqueza, mas daquela em que o poder é confiado aos mais sábios. Trata-se, portanto, de uma **sofocracia**.

A respeito disso, discorre Platão:

> Será então o momento de conduzir à consumação final aqueles que, aos cinquenta anos, tiverem saído ilesos das provas a que se submeteram. Os que tiverem distinguido em todos os atos de sua conduta e em todos os ramos do conhecimento serão compelidos a dirigir o olhar da alma para o ser que ilumina todas as coisas; a enxergar o Bem em si e a utilizá-lo como modelo para governar, cada um por sua vez, e durante o resto de sua vida, a Cidade, os particulares e a si próprios. Deverão consagrar à filosofia uma grande parte do seu tempo e, chegando a sua vez, carregar nos ombros o peso das funções políticas e da direção das questões públicas tendo em mira apenas o bem da Cidade, com a convicção, não de que executam uma função honrosa, mas de que cumprem um dever **iniludível**.
>
> PLATÃO. **A República**. Brasília, DF: Editora UnB, 1985. p. 84.

Sofocracia: do grego *sophós*, "sábio", e *kratía*, "poder"; designa o governo executado pelos sábios.

Iniludível: que não admite dúvidas.

O rigor do Estado concebido por Platão ultrapassava em muito a proposta de educação. Como para ele a virtude suprema era a obediência à lei, o legislador tinha de conseguir seu cumprimento, em primeiro lugar, pela persuasão, aguardando a atuação consentida dos cidadãos livres e racionais. Caso não o conseguisse, deveria recorrer à força: a prisão, o exílio ou a morte.

Imagens em contexto

Nesse afresco, estão representados os filósofos Platão e Aristóteles (no centro), além de outros como Sócrates, Epicuro, Pitágoras, Heráclito etc. Na representação, Platão aponta para o céu, em alusão ao conhecimento verdadeiro do mundo inteligível, aspecto que determina sua filosofia. Pelo destaque que dá ao mundo das ideias, Platão propõe um modelo de governo em que os filósofos se tornam reis.



RAFAEL SANZIO - PALÁCIO APOSTÓLICO, VATICANO

A escola de Atenas, afresco de Rafael Sanzio, 1510-1511.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Formas de governo

Platão foi o primeiro pensador a refletir, em sua utopia, sobre aquela que seria, segundo ele, a melhor forma de governo: a sofocracia. Observando a política real de seu tempo, ele alertou para o poder degenerado, em que o governo não respeitava as leis nem visava à justiça coletiva, mas defendia o interesse de pessoas ou grupos. O filósofo estava convencido de que, após uma série de governos justos, a tendência era decair, em razão da negligência dos magistrados das cidades, chegando à dissidência interna ou às guerras.

São quatro as formas de governos degenerados descritas no livro VIII de *A República*:

- **timocracia** – governo em que se cultuam o impulso guerreiro e o desejo de honrarias;
- **oligarquia** – exercício do poder destinado aos mais ricos;
- **democracia** – poder atribuído ao povo, entendido como a parcela mais pobre da sociedade;
- **tirania** – governo de uma só pessoa.

Para Platão, na democracia prevalece a demagogia, característica do político que manipula e engana. No livro VIII de *A República*, ele critica essa forma de governo porque, segundo ele, por definição, o povo é incapaz de adquirir a ciência política. De acordo com o filósofo, a pretensão à igualdade democrática é falaciosa, porque a verdadeira igualdade tem como base o valor pessoal, que é sempre desigual, já que uns são melhores do que outros.

Ao tratar da tirania, o filósofo afirma que o governante assume todos os poderes, geralmente, em decorrência dos abusos da democracia. Com o tempo, o tirano age em proveito próprio, gerando a pior forma de governo, sem ter como objetivo o bem comum. Para Platão, o tirano é a antítese do magistrado-filósofo.

Quando analisamos essa classificação, podemos notar que, ao definir essas formas de governo, Platão baseia-se no tipo de "alma" que predomina nos homens que governam. Por esse motivo, ele alerta para os riscos de degeneração do poder: os guerreiros, que são corajosos, podem tornar-se violentos; os oligarcas, por serem mais ricos, acentuam sua cobiça; os pobres, desejosos de liberdade e igualdade, promovem a anarquia, no sentido comum de falta de organização ou de normas. Portanto, o bom governante, de acordo com Platão, é aquele que conhece a virtude e é capaz de agir segundo ela. É corajoso, moderado, justo e sábio.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



AMBROGIO LORENZETTI - SALÃO DA PAZ, PALAZZO PUBBLICO, SIENA

Alegoria do mau governo, detalhe de afresco de Ambrogio Lorenzetti, cerca de 1339.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Analise as figuras presentes na cena retratada no afresco de Ambrogio Lorenzetti, levando em conta a relação de tamanho e a posição que elas ocupam. Quem é o governante e como ele é representado?
2. De que modo a representação do governante dialoga com o título do afresco?

Teoria política de Aristóteles

Aristóteles elaborou uma filosofia política original, recusando o autoritarismo da utopia platônica por considerá-la impraticável e inumana. Fez críticas à sofocracia por Platão ter atribuído poder ilimitado a apenas uma parte do corpo social (a dos mais sábios), alegando que a exclusão da maioria poderia hierarquizar demais a sociedade. Assim como Platão, Aristóteles reservava ao filósofo o exercício mais complexo da racionalidade, mas reconheceu que as pessoas comuns também aspiram ao saber e se deleitam com ele. Não aceitou a dissolução da família nem a dissociação entre a justiça, virtude por excelência do cidadão, e a ***philía*** (amizade).

Em sua obra *Ética a Nicômaco*, Aristóteles reconheceu um vínculo entre a justiça e a amizade. Para ele, esta última é o coroamento da vida virtuosa, possível apenas entre os prudentes e justos, já que a amizade pressupõe a justiça, a generosidade, a benevolência e a reciprocidade dos sentimentos.

Considera que o vínculo entre amizade e justiça se estende ao ponto de vista da política, seja quando se refere às relações dos indivíduos, seja quando se refere às relações dos cidadãos na comunidade. Para Aristóteles, o termo *philía*, embora possa ser traduzido como "amizade", assume sentido mais amplo quando se aplica às relações entre cidadãos: significa a concordância entre pessoas com ideias semelhantes e interesses comuns, que resulta na camaradagem, no companheirismo. Daí a importância da educação na formação ética e política dos indivíduos, que pode prepará-los para a vida em comunidade.

Para o filósofo, a amizade não se separa da justiça. Essas duas virtudes se complementam, fundamentando a unidade que deve existir na cidade. Se a cidade é a associação de iguais, a justiça é o que garante o princípio da igualdade. Justo é o que se apodera da parte que lhe cabe, é o que distribui o que é devido a cada um. Deve-se impedir, portanto, a má distribuição de riquezas e oportunidades, e, dependendo do caso, punir comportamentos injustos.

A justiça está atrelada ao império da lei, em que a razão prevalece sobre as paixões cegas. Retomando a tradição grega, a lei é, para Aristóteles, o princípio que rege a ação dos cidadãos; é a expressão política da ordem natural, seja ela escrita, seja não escrita, transmitida pelo costume.

Sugestão

Aristóteles: a plenitude como horizonte do ser

Maria do Carmo Bettencourt de Faria. São Paulo: Moderna, 2006. (Coleção Logos).

Nesse livro introdutório, a professora Maria do Carmo Bettencourt de Faria explica a filosofia de Aristóteles, que abarcou temas que provocam até hoje a reflexão dos filósofos, como a política, a ética e a questão da natureza e dos princípios fundadores do ser. Para a autora, voltar a Aristóteles significa debruçar-se sobre a própria origem da filosofia no Ocidente.



DELFIM MARTINS/PULSAR IMAGENS

Pátio da Escola Estadual Estado de Alagoas, em Fortaleza, no estado do Ceará. Fotografia de 2022. A educação, segundo Aristóteles, é responsável pela formação ético-política e por preparar para a vida em comunidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Quem é cidadão?

Na obra *Política*, Aristóteles discute o que se pode entender por **cidadania**. No trecho a seguir, ele trata da definição de cidadão.

> Um cidadão integral pode ser definido por nada mais nem nada menos que pelo direito de administrar justiça e exercer funções públicas; algumas destas, todavia, são limitadas quanto ao tempo de exercício, de tal modo que não podem de forma alguma ser exercidas duas vezes pela mesma pessoa, ou somente podem sê-lo depois de certos intervalos de tempo prefixados; para outros encargos não há limitações de tempo no exercício de funções públicas (por exemplo, os jurados e os membros da assembleia popular). Talvez se possa dizer que estas pessoas não são funcionários de modo algum, e que suas funções não lhes dão participação no governo, mas certamente seria ridículo negar a autoridade de quem exerce o poder supremo. Isto, porém, não faz qualquer diferença, pois se trata de uma questão puramente semântica, por não haver denominação comum ao jurado e ao membro da assembleia popular [...].

ARISTÓTELES. **Política**. 3. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1997. p. 78.

Aristóteles advertiu que havia vários tipos de cidadania, dependendo da constituição vigente na cidade, e que essa definição de cidadão se aplicava a uma democracia constitucional (ou politeia, do grego *politeía*).

Ainda que na Atenas democrática os artesãos estivessem entre os cidadãos, caso fossem homens livres e nativos da cidade, Aristóteles preferiu excluí-los da cidadania, assim como os comerciantes e os trabalhadores braçais em geral. Fez isso por dois motivos: porque a ocupação não lhes permitia o tempo de ócio necessário para participar do governo e porque, reforçando o desprezo que os antigos tinham pelo trabalho manual, esse tipo de atividade embruteceria a alma e tornaria quem a exercesse incapaz da prática de uma virtude esclarecida.

Vale lembrar ainda a polêmica justificativa de Aristóteles para explicar a escravidão:

> Se as lançadeiras tecessem e as palhetas tocassem cítaras por si mesmas, os construtores não teriam necessidade de auxiliares e os senhores não necessitariam de escravos

ARISTÓTELES. **Política**. 3. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1997. p. 18.

Para Aristóteles, homens livres e concidadãos aprisionados em guerras não deveriam ser escravizados, mas os "bárbaros" – nome genérico atribuído aos não gregos – poderiam. Por serem considerados inferiores, acreditava-se que apresentavam uma "disposição natural" para a escravidão. O filósofo recomendava apenas que o tratamento do senhor ao cativo não fosse cruel e chegava a valorizar os laços afetivos, como nas antigas famílias dos tempos homéricos, em que os escravizados pertenciam ao lar.

Imagens em contexto

O artista Denilson Baniwa representou a personagem Gioconda da tela do pintor renascentista Leonardo da Vinci como uma mulher indígena (por isso *kunhã*, que significa "mulher" em tupi). A obra é uma crítica à colonização do pensamento pelas ideias gestadas na Europa, as quais foram por muito tempo utilizadas para destituir o indígena de sua cidadania plena.



DENILSON BANIWA - ACERVO DO ARTISTA

Gioconda kunhã, ilustração de Denilson Baniwa, 2019.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Cidadania indígena na Constituição

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Com o fim da ditadura militar e a redemocratização do Brasil, instalou-se no Congresso Nacional, em 1987, uma nova **constituinte**, que tinha como objetivo a elaboração da nova constituição para a República, pautada em princípios democráticos e na expansão da cidadania. Naquele ano, os olhos da opinião pública, da imprensa e das instituições do Estado brasileiro se voltavam para a Assembleia Constituinte, na qual muitos políticos e cidadãos tomavam a palavra para argumentar e defender direitos e interesses de grupos e setores nacionais.

Nesse processo, consolidava-se o movimento de luta pelos direitos indígenas, que haviam sido amplamente ignorados durante o regime militar, tendo os povos indígenas sofrido violências e privações profundas no período. A chamada Constituição Cidadã de 1988, resultado da constituinte, trouxe artigos avançados para a defesa das terras indígenas, que ainda hoje são alvo de disputa e invasões.

Em um exemplo do que seria o exercício da isegoria, em 4 de setembro de 1987, o filósofo e líder indígena Ailton Krenak fez um discurso histórico na tribuna do Congresso, em defesa dos direitos indígenas, para que não fossem ignorados pela nova Constituição. Na ocasião, setores da mídia e da política difamavam a luta indígena, retratando-a como uma busca por privilégios. Em sua fala, Krenak afirmou que se buscava a garantia de justiça e cidadania para os povos indígenas. Leia a seguir trechos do discurso, que na ocasião foi transmitido ao vivo em rede nacional.

Constituinte: assembleia, comissão ou qualquer corpo coletivo reunido com o objetivo de elaborar a Constituição que regerá o Estado.

Sr. presidente, Srs. constituintes, eu, com a responsabilidade de, nesta ocasião, fazer a defesa de uma proposta das populações indígenas à Assembleia Nacional Constituinte, havia decidido, inicialmente, não fazer uso da palavra, mas de utilizar parte do tempo que me é garantido para defesa de nossa proposta numa manifestação de cultura com o significado de indignação – e que pode expressar também luto – pelas insistentes agressões que o povo indígena tem indiretamente sofrido pela falsa polêmica que se estabeleceu em torno dos direitos fundamentais do povo indígena e que, embora não estejam sendo colocados diretamente contra o povo indígena, visam atingir gravemente os direitos fundamentais de nosso povo.

Não estamos chegando agora a esta Casa. Tivemos a honra de, desde a instalação dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, sermos convidados a participar dos trabalhos na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. [...]

Ao longo desse período, a seriedade com que trabalhamos e a reciprocidade de muitos dos Srs. constituintes permitiram a construção, a elaboração de um texto que provavelmente tenha sido o mais avançado que este país já produziu com relação aos direitos do povo indígena. Esse texto procurou apontar para aquilo que é de mais essencial para garantir a vida do povo indígena. [...]

Assegurar para as populações indígenas o reconhecimento aos seus direitos originários às terras em que habitam – e atentem bem para o que

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.





REPRODUÇÃO/TV CÂMARA

Ailton Krenak discursando na Assembleia Constituinte, no Congresso Nacional, em Brasília, no Distrito Federal. Fotografias de 1987. Enquanto falava, Krenak pintou seu rosto de preto, ao mesmo tempo em referência às tradições indígenas e simbolizando luto pela violência praticada contra povos indígenas.

digo: não estamos reivindicando nem reclamando qualquer parte de nada que não nos cabe legitimamente e de que não esteja sob os pés do povo indígena, sob o hábitat, nas áreas de ocupação cultural, histórica e tradicional do povo indígena. Assegurar isto, reconhecer às populações indígenas as suas formas de manifestar a sua cultura, a sua tradição, se colocam como condições fundamentais para que o povo indígena estabeleça relações harmoniosas com a sociedade nacional, para que haja realmente uma perspectiva de futuro de vida para o povo indígena, e não de uma ameaça permanente e incessante.

Os trabalhos que foram feitos até resultar no primeiro anteprojeto da Constituição significaram lançar uma luz na estupidez e no breu que tem sido a relação histórica do Estado com as necessidades indígenas. Avançou no sentido de avançar a perspectiva de um futuro para o povo indígena. E, neste momento, insisto; eu havia optado mesmo por estar aqui e à semelhança da manifestação de luto pela perda seja de um parente, seja da solidariedade, seja de um amigo e, sobretudo, pela perda de um respeito que o nosso trabalho aqui dentro construído, o respeito que tivemos para com esta Casa e que pudemos identificar também nas pessoas que se sensibilizaram com essa questão. [...]

Os Srs. sabem, V. Exas. sabem que o povo indígena está muito distante de poder influenciar a maneira que estão sugerindo os destinos do Brasil. Pelo contrário. Somos talvez a parcela mais frágil nesse processo de luta de interesses que se tem manifestado extremamente brutal, extremamente desrespeitosa, extremamente aética. Eu espero não agredir com a minha manifestação o protocolo desta casa. Mas eu acredito que os senhores não poderão ficar omissos, os senhores não terão como ficar alheios a mais essa agressão movida pelo poder econômico, pela ganância, pela ignorância do que significa ser um povo indígena.

O povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver. Tem condições fundamentais para sua existência e para a manifestação da sua tradição, da sua vida e da sua cultura que não coloca em risco e nunca colocaram a existência sequer dos animais que vivem ao redor das áreas indígenas, quanto mais de outros seres humanos. Eu creio que nenhum dos Srs. nunca poderia apontar atos, atitudes da gente indígena do Brasil que colocaram em risco seja a vida, seja o patrimônio de qualquer pessoa, de qualquer grupo humano nesse país.

E hoje nós somos alvo de uma agressão que pretende atingir na essência a nossa fé, a nossa confiança de que ainda existe dignidade, de que ainda é possível construir uma sociedade que sabe respeitar os mais fracos, que sabe respeitar aqueles que não têm o dinheiro para manter uma campanha incessante de difamação. Que saiba respeitar um povo que sempre viveu à revelia de todas as riquezas. Um povo que habita casas cobertas de palha, que dorme em esteiras no chão, não deve ser identificado de jeito nenhum como um povo que é inimigo dos interesses do Brasil, inimigo dos interesses da nação, e que coloca em risco qualquer desenvolvimento. O povo indígena tem regado com sangue cada hectare dos oito milhões de quilômetros quadrados do Brasil. E os Srs. são testemunhas disso. Eu agradeço a presidência desta casa, agradeço os Srs. e espero não ter agredido com as minhas palavras os sentimentos dos Srs. que se encontram nesta casa.

KRENAK, Ailton. Invocação à terra: Discurso de Ailton Krenak na Constituinte. **Cadernos Selvagem**, 2021. Disponível em: https://selvagemciclo.com.br/caderno27_constituinte/. Acesso em: 22 jul. 2024.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. Quais fatos e argumentos Ailton Krenak menciona para justificar a importância da inclusão dos direitos dos povos indígenas na nova Constituição? Explique.
2. De que modo o discurso de Krenak reflete as noções gregas de isonomia e isegoria?
3. O discurso de Krenak enfatiza a importância da garantia do direito às terras indígenas para a consolidação da cidadania indígena no país. Reúna-se com quatro colegas e façam uma pesquisa a respeito da situação da demarcação das terras indígenas no Brasil. Com base na pesquisa, criem uma apresentação oral no formato de *podcast* analisando de maneira crítica as informações coletadas na pesquisa e explicando a importância do direito ao território para os povos indígenas. Compartilhem o resultado com a turma.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Formas de governo

Como estudioso da política, Aristóteles recolheu informações sobre 158 constituições existentes, além de estabelecer uma **tipologia das formas de governo** que se tornou clássica. Segundo o critério de quantidade, as formas de governo são a **monarquia** (governo de uma só pessoa), a **aristocracia** (governo de um pequeno grupo) ou a **politeia** (governo constitucional da maioria). Conforme o critério axiológico (de valor), as três formas são boas se visam ao interesse comum, e são más, corrompidas e degeneradas se quem governa tem por objetivo o interesse particular. Portanto, a cada uma das três formas boas descritas correspondem, respectivamente, três formas degeneradas:

- **tirania** – governo de uma só pessoa, que visa apenas ao interesse próprio;
- **oligarquia** – governo dos mais ricos ou nobres;
- **democracia** – governo da maioria pobre em detrimento da minoria rica.

No quadro a seguir, essa classificação é sintetizada.

Formas de governo

Critérios de número	Critério de valor: bom	Critério de valor: corrompido
Governo de um	Monarquia	Tirania
Governo de poucos	Aristocracia	Oligarquia
Governo de muitos	Politeia	Democracia

Para Aristóteles, a monarquia, a aristocracia e a politeia constituem igualmente formas corretas e adequadas de exercício do poder. Na monarquia, o rei persegue o bem da pólis; na aristocracia, o governo é controlado pelos mais virtuosos; por fim, na politeia, o poder está nas mãos de muitos e depende da generalização das virtudes entre o povo. Embora preferisse as duas primeiras, o filósofo reconhecia que na politeia, um tipo de regime constitucional, a tensão política que sempre derivava da luta entre ricos e pobres poderia ser mais bem controlada. Nesse aspecto, em um regime no qual se conseguisse conciliar esses antagonismos, seria mais fácil assegurar a paz social.

A conciliaçao de antagonismos sociais visando garantir a paz retoma o critério usado por Aristóteles no campo da ética, segundo o qual a virtude sempre está no **meio-termo**. Aplicando o critério da **mediania** às classes que compõem a sociedade, Aristóteles descobriu na classe média – constituída pelos indivíduos que não são muito ricos nem muito pobres – as condições de virtude para criar uma política estável, uma vez que a possibilidade de ocorrência de revoltas seria menor.



ANDRE DIB/PULSAR IMAGENS

Jovem indígena segura a Constituição brasileira de 1988 durante Ato pela Terra em Brasília, no Distrito Federal. Fotografia de 2022. Segundo Aristóteles, um regime constitucional é aquele no qual a lei detém autoridade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O justo meio

A moral não é uma ciência exata, pois depende de elementos irracionais da alma, como os afetos fortes das **paixões** humanas, a fim de submetê-los à ordem da razão. A propósito, Aristóteles desenvolveu a teoria da mediania – ou *justo meio* –, pela qual toda virtude é boa quando é controlada no seu excesso e na sua falta. Em outras palavras, agir virtuosamente é encontrar a mediania entre dois extremos, que são chamados "vícios". Verifique alguns exemplos:

- a virtude da coragem torna-se excessiva quando é temeridade (audácia excessiva) e deficiente quando é covardia;
- "gastar dinheiro" pode significar a virtude da generosidade, da prodigalidade, ao passo que seus extremos são a dissipação ou a avareza;
- a virtude da temperança é o meio-termo entre voluptuosidade e insensibilidade;
- no trato com os outros, a virtude é a afabilidade, ao passo que seus extremos são a subserviência e a grosseria.

Aristóteles conclui que a virtude é uma espécie de mediania, já que ela visa ao meio-termo:

> A virtude é, pois, uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consistente numa mediania, isto é, a mediania relativa a nós, a qual é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática. E é um meio-termo entre dois vícios, um por excesso e outro por falta; pois que, enquanto os vícios ou vão muito longe ou ficam aquém do que é conveniente no tocante às ações e paixões, a virtude encontra e escolhe o meio-termo.
>
> ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 273. (Coleção Os pensadores).

Ao se referir a um "princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática", Aristóteles reforça o papel relevante de cada um ao definir o que é excesso e o que é falta em uma virtude, porque às vezes devemos nos inclinar para o excesso e outras vezes para a falta. Por exemplo, a irascibilidade (ira, irritação) pode não ser avaliada como excesso em ocasiões nas quais não convém a apatia ou a tolerância. Por sua vez, alguém que costuma agir de modo temerário talvez classifique a prudência de um corajoso como covardia.

Assim, ao estabelecer que a virtude depende da mediania, Aristóteles reconheceu na sabedoria prática a capacidade racional para discernir o meio-termo entre paixões e ações. Por exemplo, é a virtude, como disposição de caráter – isto é, como modalidade de escolha –, que se torna capaz de expressar a cólera no meio-termo: nem de modo violento nem demasiado fraco e, ainda, de acordo com as circunstâncias, o que atribui ao indivíduo moral a sabedoria para discernir a melhor forma de expressar o que sente ou agir.

Conceito grego de bom governo

Tanto Platão como Aristóteles criticaram os maus governos. Platão tentou implantar um governo justo na Sicília e idealizou em *A República* um modelo a ser alcançado. Aristóteles, mesmo recusando a utopia de seu mestre, aspirava igualmente a uma cidade justa e feliz. Assim ele afirmou:

> Se dissemos com razão na *Ética* [*a Nicômaco*] que a vida feliz é a vivida de acordo com os ditames da moralidade e sem impedimentos, e que a moralidade é um meio-termo, segue-se necessariamente que a vida segundo este meio-termo é a melhor – um meio-termo acessível a cada um dos homens. O mesmo critério deve necessariamente aplicar-se à boa ou má qualidade de uma cidade ou de uma constituição, pois a constituição é um certo modo de vida para uma cidade.
>
> ARISTÓTELES. **Política**. 3. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1997. p. 143.

Nessa citação, percebe-se a característica comum às teorias políticas da Grécia antiga, que se orientavam para a busca dos parâmetros de bom governo. De fato, conforme tais teorias, existe uma ligação indissolúvel entre a vida moral e a vida política, na medida em que as questões do bom governo dependem da virtude do bom governante. Em decorrência disso, o bom governante deve ter a virtude da **prudência** (***phrónesis***), pela qual é capaz de agir visando ao bem comum. Trata-se de virtude difícil, nem sempre alcançável.

Tanto Platão como Aristóteles elaboraram, portanto, teorias políticas de **natureza descritiva**, por se tratar de uma reflexão com base na descrição dos fatos, mas também de **natureza normativa** e **prescritiva**, porque pretendiam indicar as boas formas de governo. Tais normas estão estreitamente ligadas à ideia do bom governante.

Paixões: do latim *passio*, "paixão", "passividade", "sofrimento", entendendo-se "sofrimento" não como "dor", mas como algo "que se passa em nós", um sentimento oposto ao de quando somos atuantes, donos de nossas ações.

Phrónesis: termo grego sem correspondente exato no português, embora seja frequentemente traduzido por "prudência" ou "sabedoria prática".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

1. Embora a democracia ateniense tivesse fragilidades, ainda hoje se trata de uma experiência sobre a qual o pensamento atual se debruça. Aponte fragilidades da democracia grega.

2. A respeito da filosofia socrática, responda às questões a seguir.

a. Quais são os dois momentos do método socrático? Explique-os.

b. Em que sentido a busca do conceito é um passo importante no trabalho da reflexão filosófica?

3. Leia o texto a seguir e responda às questões.

O que dissemos a propósito da cidade e de sua construção não é uma quimera vã. Sua execução é difícil, mas viável, como dissemos, de uma única maneira: quando assumirem o poder dos governantes – um ou vários – que, sendo verdadeiros filósofos, desprezam as honras que hoje disputam, por considerá-las indignas de um homem livre e despojado e têm na mais alta estima a retidão – e as honras que dela decorrer – assim como a justiça, que considerarão como a mais importante e a mais necessária de todas as coisas.

PLATÃO. **A República**. Brasília, DF: Editora UnB, 1985. p. 85.

a. Explique em que sentido essa passagem escrita por Platão fundamenta a concepção de sofocracia.

b. Qual é a posição de Aristóteles a esse respeito?

c. A concepção do governante justo faz parte dos pensamentos de Platão e de Aristóteles. Explique como esse aspecto constituiu uma característica importante da concepção política antiga.

4. Com base no texto a seguir, responda às questões.

O pensamento político clássico se deu sempre esses três objetivos: pensar o que é a vida política, o que ela poderia ser e o que ela deveria ser. [...] a política não é apenas uma reflexão sobre uma forma historicamente datada ou uma singularidade etnográfica, a cidade: ela tem escopo universal ou, ao menos, geral. E os "negócios da cidade", para além das particularidades da pólis, têm uma extensão bem maior do que para nós, modernos. Com efeito, dizer "política", para nós, é associar algumas imagens (campanhas eleitorais, lutas partidárias, ambições pessoais) [...]. Para os gregos, toda a esfera da vida pública é, num certo sentido, política, e a esfera da vida privada é muito mais estreita do que para nós: nem a "moral", nem a religião, nem a educação das crianças, por exemplo, estão fora do campo da política.

WOLFF, Francis. **Aristóteles e a política**. São Paulo: Discurso, 2001. p. 7-9. (Coleção Clássicos e comentadores).

a. Qual é a diferença entre a vivência política atual e a dos gregos antigos?

b. Por que os três objetivos do pensamento político clássico são importantes ainda hoje?

5. Escreva um parágrafo sobre o que Aristóteles entende pela noção de "bom governo", concepção que marcou a teoria política grega, a qual se caracteriza por ser descritiva e prescritiva. Explique.

6. Registre as principais características e os conceitos presentes no pensamento político de Platão e no pensamento político de Aristóteles. Em seguida, utilizando os registros, organize um quadro comparativo entre os dois filósofos, indicando as semelhanças e as diferenças entre suas concepções de política.

7. A participação dos cidadãos na democracia é um tema amplamente discutido nos dias atuais, mas que remonta à Grécia antiga. Com base nas citações a seguir e nos conhecimentos constituídos ao longo do estudo deste capítulo, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "A participação popular na democracia". Na elaboração, selecione informações e argumentos e organize-os de maneira coesa a fim de sustentar seu ponto de vista.



Texto 1

[...] é no plano político que a razão, na Grécia, primeiramente se exprimiu, constituiu-se e formou-se. A experiência social pôde tornar-se entre os gregos o objeto de uma reflexão positiva, porque se prestava, na cidade, a um debate público de argumentos. [...] [O pensamento político] marcou profundamente a mentalidade do homem antigo; caracteriza uma civilização que não deixou, enquanto permaneceu viva, de considerar a vida pública como o coroamento da atividade humana. Para o grego, o homem não se separa do cidadão; a *phrónesis*, a reflexão, é o privilégio dos homens livres que exercem correlativamente sua razão e seus direitos cívicos. Assim, ao fornecer aos cidadãos o quadro no qual concebiam suas relações recíprocas, o pensamento político orientou e estabeleceu simultaneamente os processos de seu espírito nos outros domínios.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002. p. 142.

Texto 2

A Constituição Federal estabelece que o poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de representantes eleitos. Sendo titular do poder, o cidadão não exerce participação política apenas por meio do voto, em eleições realizadas a cada dois

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

anos. A manifestação do poder pode também se dar por referendo, plebiscito e iniciativa na criação de leis. Além disso, uma vez eleitos, os candidatos devem ter sua atuação fiscalizada pela sociedade. [...]

Para fiscalizar a atuação dos eleitos, o cidadão pode participar de audiências públicas, acompanhar a discussão e votação de projetos de lei nas Casas legislativas e, no caso dos prefeitos, pode verificar se o dinheiro público está sendo devidamente empregado. Com a tecnologia hoje existente, é possível conferir na internet, em páginas dos órgãos públicos, os gastos efetuados pelas autoridades públicas e o destino que é dado aos recursos.

Além da consulta a *sites* de transparência, o cidadão que souber de indícios e práticas irregulares feitas pelos gestores públicos pode encaminhar essa notícia ao Ministério Público (MP), órgão incumbido constitucionalmente de velar pela correta aplicação da lei. O MP, representando os interesses da coletividade, pode formular denúncias e representações, inclusive ao Tribunal de Contas, mencionando possível mau uso dos recursos públicos.

PARTICIPAÇÃO política do cidadão vai além do exercício do voto. **Tribunal Regional Eleitoral – São Paulo**, 4 fev. 2021. Disponível em: https://www.tre-sp.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Fevereiro/participacao-politica-do-cidadao-vai-alem-do-exercicio-do-voto. Acesso em: 26 set. 2024.

Enem e vestibulares

8. (Enem-MEC)

Vemos que toda cidade é uma espécie de comunidade, e toda comunidade se forma com vistas a algum bem, pois todas as ações de todos os homens são praticadas com vistas ao que lhe parece um bem; se todas as comunidades visam algum bem, é evidente que a mais importante de todas elas e que inclui todas as outras tem mais que todas este objetivo e visa ao mais importante de todos os bens.

ARISTÓTELES. **Política**. Brasília, DF: Editora UnB, 1988.

No fragmento, Aristóteles promove uma reflexão que associa dois elementos essenciais à discussão sobre a vida em comunidade, a saber:

a. Ética e política, pois conduzem à *eudaimonia*.

b. Retórica e linguagem, pois cuidam dos discursos na ágora.

c. Metafísica e ontologia, pois tratam da filosofia primeira.

d. Democracia e sociedade, pois se referem a relações sociais.

e. Geração e corrupção, pois abarcam o campo da *physis*.

9. (Enem-MEC)

O Estado surge pelo fato de ser o homem um animal naturalmente social, político. O Estado provê, inicialmente, a satisfação daquelas necessidades materiais, negativas e positivas, defesa e segurança, conservação e engrandecimento, de outro modo irrealizáveis. Mas o seu fim essencial é espiritual, isto é, deve promover a virtude e, consequentemente, a felicidade dos súditos mediante a ciência.

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Adaptado).

Segundo o autor, é função do Estado garantir o(a)

a. a justiça divina, pregando a salvação eterna dos fiéis.

b. soberania, respeitando a autonomia dos três poderes.

c. propriedade privada, protegendo o direito natural inalienável.

d. vida ética, proporcionando a formação moral dos cidadãos.

e. direito de resistência, suprimindo governos considerados impopulares.

10. (UPF-RS) Aristóteles, ao descrever a democracia ateniense, afirmou:

O fundamento do regime democrático é a liberdade (realmente, costuma-se dizer que somente neste regime participa-se da liberdade, pois este é, segundo se afirma, o fim de toda democracia). Uma característica da liberdade é ser governado e governar por turno; com efeito, constituindo a justiça democrática em ter todos o mesmo, numericamente e não segundo o merecimento, forçosamente tem que ser soberana a multidão e aquilo que é aprovado pela maioria tem que ser o justo. Todos os cidadãos devem ter o mesmo, de modo que, nas democracias, resulta que os pobres têm mais poder que os ricos, posto que são mais numerosos e o que prevalece é a opinião da maioria.

ARISTÓTELES. Política. *In*: PINSKY, Jaime. **100 textos de história antiga**. São Paulo: Global, 1983, p. 87.

Em relação à democracia existente em Atenas (Grécia), é correto afirmar:

a. Era uma democracia direta ou participativa, e não uma democracia representativa, como as atuais; em Atenas os cidadãos participam diretamente das discussões e da tomada de decisões, pelo voto.

b. Todos os indivíduos masculinos eram considerados cidadãos, indiferente da sua origem e condição social.

c. Fazia parte da política a ideia de competência ou de meritocracia, pois uns eram mais sábios e competentes que outros, considerados cidadãos comuns; os primeiros deveriam exercer o poder sobre os segundos.

d. A cidadania ateniense fundamentava-se na igualdade de gênero, garantindo aos cidadãos o pleno direito à participação, independente de sexo, impondo como limite a idade de 21 anos e ser alfabetizado.

e. O fato de não existirem escravizados em Atenas fazia com que a quase totalidade da população daquela cidade-Estado tivesse participação no processo político.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 8

Teorias políticas: Idade Moderna e contemporaneidade

Neste capítulo você conhecerá conceitos políticos criados na modernidade, como o de Estado e o de soberania, e que continuam orientando as instituições, as relações entre países e o exercício do poder. Além disso, estudará temas fundamentais para compreender as sociedades e os governos na contemporaneidade, como contrato racial, democracia e crise da representação política.

Concepções políticas na modernidade

Vamos tratar agora da fundamentação teórica das diretrizes políticas da modernidade, começando pelo pensamento de Nicolau Maquiavel, que, no início do século XVI, defendeu a autonomia da política. Deve-se a ele a divulgação do termo *Estado* na acepção moderna, substituindo os conceitos de pólis grega e de *civitas* romana (também chamada *res publica*, como conjunto das instituições políticas).

O Estado moderno configurou-se pelo monopólio de elaborar e aplicar leis, cunhar moedas, recolher impostos, gerir a administração dos serviços públicos, ter um exército e usar a força legitimamente. Essas atribuições se implantavam desde o final do século XIV na maior parte das monarquias nacionais europeias com o fortalecimento do poder real.

Diferentemente da maioria das nações europeias, a Alemanha e a Itália, no século XVI, permaneceram fragmentadas em vários Estados sujeitos a disputas internas e hostilidades externas. No território italiano dividido, Nicolau Maquiavel observava com apreensão a falta de estabilidade política de diversos principados e de diversas repúblicas, que dispunham cada um da própria milícia, geralmente formada por mercenários. Vamos tratar a seguir do destaque, em suas obras, ao propósito maior de fortalecer a figura de um príncipe capaz de realizar a centralização do poder.

Imagens em contexto

Para a geografia, o território é a porção da superfície terrestre sobre a qual os Estados exercem soberania, ou seja, poder político. Os territórios podem ser delimitados por elementos naturais, como rios e montanhas, ou por elementos artificiais, como estradas, muros e linhas traçadas no chão, que é o caso do limite territorial entre os Países Baixos e a Bélgica retratado na fotografia.



THIERRY MONASSE/GETTY IMAGES

Limite territorial entre os Países Baixos e a Bélgica, em Baarle-Nassau, nos Países Baixos. Fotografia de 2021.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Maquiavel republicano

A afirmação de que Maquiavel foi um republicano, um defensor de governos voltados para o bem comum, talvez cause estranheza. A leitura apressada da obra *O príncipe* desencadeou o mito do maquiavelismo, pelo qual se atribuiu ao pensador a defesa do mais completo imoralismo político. É chamada pejorativamente de "maquiavélica" a pessoa sem escrúpulos, traiçoeira, astuciosa, que, para atingir seus fins, usa de mentira e de má-fé, enganando a todos com tanta sutileza que não se percebe a manipulação da qual se é vítima. Como expressão dessa conduta, a famosa máxima "os fins justificam os meios" foi responsável pela interpretação descontextualizada – e, portanto, simplista – da obra maquiaveliana.

Do mesmo modo, a afirmação em *O príncipe* de que "é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade" pode ser confrontada com as de outra obra, *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Esta foi escrita ao mesmo tempo que *O príncipe* e nela Maquiavel desenvolveu ideias republicanas; por exemplo, no seguinte comentário:

> [...] o príncipe que se pode conceder todos os caprichos é geralmente um insensato; e um povo que pode fazer tudo o que quer comete com frequência erros imprudentes. Se se trata de um príncipe e de um povo submetido às leis, o povo demonstrará virtudes superiores às do príncipe.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Brasília, DF: Editora UnB, 2008. p. 182.



SANTI DI TITO. FOTO: IMAGNO/AUSTRIAN ARCHIVES/GETTY IMAGES - MUSEU DO PALÁCIO DE VECCHIO, FLORENÇA

Retrato de Nicolau Maquiavel, pintura de Santi di Tito, século XVI.

A citação *de O príncipe* no segundo parágrafo foi extraída de: MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe.** São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 64. (Os pensadores).

Pode-se analisar a aparente contradição entre as duas obras como a tentativa de interpretar dois momentos diferentes da ação política, que dependem da boa percepção do governante: inicialmente, a ação do príncipe visaria à conquista e à manutenção do poder a qualquer custo, ao passo que, alcançada a estabilidade, seria possível e desejável a instalação do governo republicano. E mais: o conflito era reconhecido como parte inerente da atividade política, que se realizaria pela conciliação de interesses divergentes. Não seria esse o embrião das ideias democráticas?

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. O que é maquiavelismo e por que esse mito não se aplica a Maquiavel?
2. Você concorda que o conflito é inerente à atividade política? Justifique sua resposta com base em argumentos.



NICOLÒ ORSI BATTAGLINI/BRIDGEMAN/FOTOARENA - MUSEU DE FLORENÇA, FLORENÇA

Pintura de 1490 representando a cidade de Florença, onde nasceu Maquiavel.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A autonomia da política

A priori: no contexto, algo que é dado como pressuposto, afirmado ou estabelecido sem verificação.

Maquiavel desvincula a política da tutela das normas ***a priori*** e da religião para inaugurar outra maneira de conceber a moral na política – nesse caso, os valores não são dados de antemão, mas dependem da realização de interesses coletivos. Nessa perspectiva, a moral política está centrada em critérios de avaliação do que é útil à comunidade: se o que define a moral na política é o bem da comunidade, constitui dever do príncipe manter-se no poder a qualquer custo. Por isso, às vezes pode ser legítimo o recurso ao mal (o emprego da força coercitiva do Estado, a guerra, a prática da espionagem, o método da violência etc.).

Desse modo, o filósofo estabelece uma distinção entre moral política e moral privada, uma vez que a ação política não deve se orientar por qualquer hierarquia de valores predefinida, como até então era proposto nas concepções grega e medieval do "bom governante" e do "governante virtuoso", atrelando a política à moral individual.

Soberania e Estado moderno

Desde o século XVI, as monarquias nacionais da Inglaterra, da Espanha e da França fortaleceram-se fundamentadas na teoria do direito divino dos reis, ao passo que no século seguinte, no plano político, essa teoria recebeu críticas cada vez mais intensas, do mesmo modo que o absolutismo real enfrentava vários movimentos de oposição, apoiados em ideias liberais nascentes.

Nesse período, um conceito importante da modernidade foi o de soberania – o poder de mando em última instância –, desenvolvido pelo jurista francês Jean Bodin, para quem a soberania é responsável por manter a unidade dos membros e partes do corpo da república. O Estado soberano tem a posse de um território no qual o comando de seus habitantes é garantido pela centralização do poder, em que a força se torna poder legítimo e de direito.

Foram importantes no processo de oposição ao absolutismo as **teorias jusnaturalistas**, que tiveram como principal teórico o holandês Hugo Grócio, no início do século XVII. Jusnaturalismo é o mesmo que **direito natural**, conceito já existente, mas que na modernidade passou a se caracterizar pela laicidade, desvencilhando-se dos preceitos religiosos e defendendo uma lei universal ditada pela razão humana, o que forneceu as bases daquilo que viria a ser o direito internacional.

Imagens em contexto

A universalidade dos direitos humanos, contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Organização das Nações Unidas em 1948, remonta à noção de direito natural, que é um direito atribuído essencialmente a todo ser humano, um direito derivado da natureza e que, portanto, é eterno e imutável.



EYAD BABA/AFP/GETTY IMAGES

Funcionário da Organização das Nações Unidas investiga ataque efetuado por exército israelense a uma escola em campo de refugiados palestinos na Faixa de Gaza. Fotografia de 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Teorias contratualistas

Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau foram os pensadores que elaboraram uma vertente teórica derivada do jusnaturalismo: o **contratualismo**, desenvolvido com base na noção de **contrato social**. Com base na hipótese do **estado de natureza**, em que o indivíduo viveria como dono exclusivo de si e de seus poderes, os contratualistas se perguntavam sobre o motivo que teria levado as pessoas a se submeter a um Estado.

Buscavam, portanto, explicar a origem do Estado, ressaltando que, nesse contexto, o termo *origem* não significava "começo" no sentido cronológico, mas no sentido lógico, ou seja, como "razão de ser" ou princípio, o fundamento do Estado. Ao se perguntarem sobre a base legal que conferia legitimidade de poder, esses filósofos afirmavam tratar-se da **representatividade** ou do **consenso unânime**. Vamos analisar o modo como cada um deles, partindo desses conceitos, chegou a conclusões diversas.

Hobbes e o poder absoluto do Estado

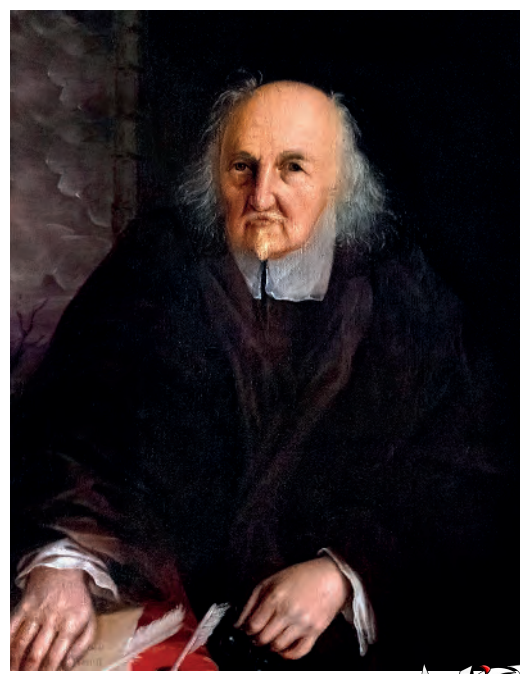
Thomas Hobbes dedicou-se, entre outros assuntos, ao problema do conhecimento, tema básico das reflexões do século XVII, representando a tendência empirista. Neste capítulo, no entanto, vamos nos restringir a examinar sua contribuição para o pensamento político, analisado nas obras *De cive* e *Leviatã*.

Para Hobbes, no estado de natureza, o ser humano tem direito a tudo.

> O direito de natureza, a que os autores geralmente chamam *jus naturale*, é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida; e, consequentemente, de fazer tudo aquilo que seu próprio julgamento e razão lhe indiquem como meios adequados a esse fim.
>
> HOBBES, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 82. (Coleção Os pensadores).

No entanto, a situação de indivíduos deixados à própria sorte é de anarquia, o que gera insegurança, angústia e medo, porque, no local onde predomina a defesa dos próprios interesses, cada um torna-se "lobo para outro lobo". As disputas provocam a guerra de todos contra todos, com graves prejuízos para a indústria, a agricultura, a navegação, a ciência e o conforto dos indivíduos.

Na sequência do raciocínio, Hobbes pondera que o indivíduo reconhece a necessidade de renunciar à liberdade total, contentando-se com a mesma liberdade de que os outros dispõem. A renúncia à liberdade só tem sentido com a transferência do poder por meio de um contrato social. A nova ordem é, portanto, celebrada mediante um pacto, pelo qual todos abdicam de sua vontade em favor de um homem ou de uma assembleia de homens, na condição de representantes de suas pessoas. Por não ser sociável por natureza, o ser humano o seria por artifício: o medo e o desejo de paz levam os indivíduos a fundar um estado social e a autoridade política, abdicando, em favor do soberano, do direito a tudo que contribua para a própria conservação.



IANDAGNALL COMPUTING/ALAMY/FOTOARENA - COLEÇÃO DEVONSHIRE - SALÃO HARDWICK, DERBYSHIRE

Detalhe de pintura inglesa de 1676 representando o filósofo Thomas Hobbes.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Soberania absoluta

Para Hobbes, o poder do soberano deve ser absoluto, isto é, total e ilimitado. Cabe a ele julgar sobre o bem e o mal, o justo e o injusto, e ninguém pode discordar, pois tudo o que o soberano faz é investido da autoridade consentida pelo súdito. Por isso, é contraditório dizer que o governante abusa do poder: não há abuso quando o poder é ilimitado.

Alguns autores identificam Hobbes como defensor do absolutismo real. É necessário desfazer esse mal-entendido. Para Hobbes, o Estado tanto pode ser monárquico, constituído por apenas um governante, como formado por alguns ou muitos governantes (por exemplo, uma assembleia). O importante é que, uma vez instituído, não seja contestado, pois o indivíduo abdica da liberdade ao dar plenos poderes ao Estado a fim de proteger sua vida e suas propriedades.

O poder do Estado é exercido pela força, pois só a iminência do castigo atemoriza os indivíduos. É o soberano quem prescreve leis, escolhe conselheiros, julga, faz a guerra e a paz, recompensa e pune, podendo ainda censurar opiniões e doutrinas contrárias à paz. Quando, afinal, o próprio Hobbes se perguntou se não seria muito miserável a condição de súdito diante de tantas restrições, concluiu que nada se compararia à condição desagregada de indivíduos sem senhor ou às misérias da guerra civil.

Explore **RESPONDA NO CADERNO.**

1. No detalhe do frontispício de *Leviatã*, a figura humana maior representa o soberano. Verifique de que é constituído seu corpo e interprete o que significa essa representação.
2. Na mesma gravura, analise a posição do soberano em relação ao reino.



ABRAHAM BOSSE - COLEÇÃO PARTICULAR

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Detalhe de gravura de Abraham Bosse, utilizada como frontispício da primeira edição de *Leviatã*, de Thomas Hobbes, publicada em 1651.

Sugestão Classificação indicativa do filme *Leviatã*: não recomendado para menores de 14 anos.

Leviatã

Direção: Andrey Zvyagintsev. Rússia, 2014. 140 minutos.

Com o mesmo título da principal obra de Hobbes, o filme contém uma crítica ao abuso de poder. Narra a história dramática de Kolya, um homem simples ameaçado injusta e ilegalmente pelo prefeito corrupto do lugarejo onde vive, que confisca sua propriedade para construir no local um empreendimento para atender aos próprios interesses.

Locke e a política liberal

John Locke, filósofo inglês do século XVII, ocupou-se da epistemologia e representou a tendência empirista na discussão sobre a teoria do conhecimento. Do ponto de vista da teoria política, suas ideias – expressas na obra *Dois tratados sobre o governo civil* – fecundaram os fundamentos do liberalismo e incentivaram as revoluções liberais ocorridas na América e na Europa.

Assim como Hobbes, Locke baseou-se nas dificuldades de viver em estado de natureza, o que exigiria a aceitação comum de um contrato social para constituir a **sociedade civil**.

Diferentemente de Hobbes, Locke não descreveu o estado de natureza como um ambiente de guerra. O que, então, levaria os indivíduos a delegar poder a outrem? Para Locke, os riscos das paixões e da parcialidade são muito grandes no estado de natureza e podem desestabilizar as relações entre as pessoas; por isso, visando à segurança e à tranquilidade necessárias ao usufruto da propriedade, todos consentiriam em instituir o corpo político.

Como jusnaturalista, Locke estava convencido de que os direitos naturais subsistiam para limitar o poder do Estado. Em última instância, justificava o direito à insurreição, caso o governante traísse a confiança nele depositada.



GODFREY KNELLER. FOTO: PHILIP MOULD LTD. LONDON/ BRIDGEMAN IMAGES/FOTOARENA - COLEÇÃO PARTICULAR

Retrato de John Locke, pintura de Godfrey Kneller, cerca de 1704.

Institucionalização do poder e da propriedade

O caráter liberal da política de Locke revela-se na distinção estabelecida entre público e privado, âmbitos que devem ser regidos por leis diferentes. Desse modo, o poder político não deve, em tese, ser determinado por condições de nascimento, assim como cabe ao Estado garantir e tutelar o livre exercício da propriedade, da palavra e da iniciativa econômica.

Um aspecto progressista do pensamento liberal, portanto, é a concepção **parlamentar** do poder político, que se acha nas instituições políticas, e não no arbítrio dos indivíduos. Para Locke, o Poder Legislativo é supremo, e a ele devem se subordinar todas as outras instituições.

Como representante de ideais burgueses, Locke enfatizou a preservação da propriedade, no sentido amplo de "tudo o que pertence" a cada indivíduo, ou seja, sua vida, sua liberdade e seus bens. Logo, mesmo quem não possui bens é proprietário do próprio corpo, da própria vida, do próprio trabalho.

A concepção de liberdade para Locke, entretanto, não é ampla no sentido de seu alcance, pois apenas os que possuem riqueza significativa podem ter plena cidadania, com direito a votar e ser votado. Deve-se ressaltar, desse modo, o elitismo que persiste na raiz do liberalismo, uma vez que a igualdade defendida é de natureza abstrata, geral e puramente formal.

Sugestão

Classificação indicativa da série *Pensamento contemporâneo*: livre.

Pensamento contemporâneo – Raízes da democracia

Direção: Hermes Leal. Brasil, 2011. 26 minutos.

Nesse episódio da série de vídeos *Pensamento contemporâneo*, os professores Yara Frateschi e Adrian Lavalle explicam os fundamentos da noção de democracia com base nas ideias de John Locke, Jean-Jacques Rousseau e Thomas Hobbes.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

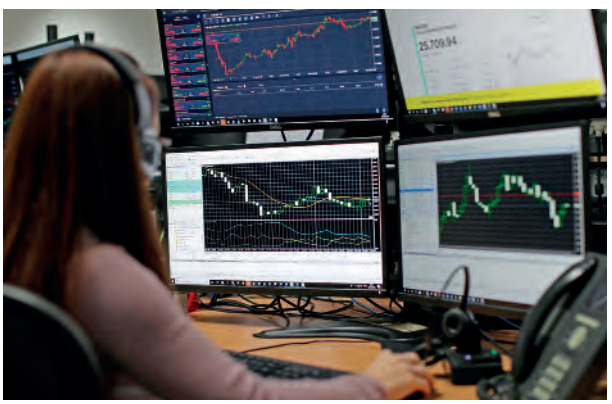
Técnico em finanças, gestão financeira e economia

No século XVII, o filósofo John Locke defendeu o que podemos designar como **liberalismo político**, ao questionar o alcance da autoridade do Estado sobre a vida dos indivíduos. Mais tarde, esse questionamento inspiraria economistas, que o estenderiam para as relações econômicas, levando à criação do chamado **liberalismo econômico**. Os adeptos dessa vertente teórica entendem que as relações de compra e venda de mercadorias variadas, incluindo o trabalho, tendem a se equilibrar por si mesmas, sem a interferência do Estado. Contudo, de acordo com outras correntes teóricas que se desenvolveram nos séculos XIX e XX, sem a regulamentação estatal, a economia acaba controlada por grupos econômicos poderosos que atuam em benefício próprio. Além disso, sempre que crises econômicas se instalam em economias liberais, o que ocorre ciclicamente, os limites de atuação do Estado voltam a ser discutidos visando conter os efeitos sociais dessas crises.

Nesse contexto, o papel dos especialistas em mercado, finanças e economia ganhou relevância, e a análise desses profissionais passou a exercer muita influência nas decisões dos investidores e na política econômica dos governos contemporâneos. Por essa razão, eles estão presentes em indústrias, estabelecimentos comerciais, bancos, seguradoras, instituições financeiras, empresas de planejamento e de consultoria, órgãos públicos e centros de estudo e pesquisa. Conheça algumas funções dos trabalhadores desse campo de atuação.

- **Curso técnico em finanças**. O técnico em finanças recebe formação para, entre outras funções, realizar operações relativas a serviços e produtos financeiros de empréstimos, financiamentos, investimentos etc.; elaborar e analisar fluxos de caixa e demais relatórios financeiros; efetuar lançamentos contábeis, ordens de pagamento e de contas a receber; analisar mercado de capitais, contratos bancários e legislações contábil, tributária, trabalhista e do consumidor; coletar informações e elaborar orçamento empresarial; e confeccionar relatórios de controle de custos, gastos e despesas gerais.
- **Curso superior de tecnologia em gestão financeira**. O profissional formado nesse curso tem como função elaborar relatórios analíticos e indicadores quantitativos para acompanhamento dos resultados financeiros das empresas e tomada de decisões; coletar, organizar e analisar informações gerenciais para construção de orçamento empresarial; qualificar os diversos indicadores econômicos e financeiros para a gestão do negócio; avaliar os custos das fontes de financiamento e de produção a curto e longo prazos; articular soluções de fluxo de caixa; avaliar potenciais de captação e aplicação de recursos; e gerenciar processos financeiros.
- **Curso superior de economia.** Ao se formar em economia, o profissional estará habilitado para analisar dados econômicos e sociais, fazer projeções e orientar decisões de empresas, investidores e governos em vários nichos do mercado. Ele pode atuar examinando setores específicos de negócio, fazendo orçamentos, acompanhando fluxo de caixa, avaliando perfis de clientes e de empresas concorrentes, ponderando riscos e panejando investimentos. Pode também fazer análises de conjuntura econômica mais ampla, considerando dados macroeconômicos como Produto Interno Bruto, inflação e taxa de juros. O economista está habilitado, ainda, para proceder a auditorias, com o objetivo de avaliar a saúde financeira de uma empresa ou de um órgão do governo.

Embora costumem ser associadas a interesses privados, as profissões ligadas aos campos econômico e financeiro têm muita importância no desenvolvimento e na execução de políticas de combate à pobreza, como as relacionadas a estratégias de barateamento da cesta básica, concessão de crédito para pequenos produtores e definição de alíquotas de imposto mais justas.



ISABEL INFANTES/AFP

Profissional monitora dados financeiros em Londres, no Reino Unido. Fotografia de 2019. A negociação de ações na bolsa de valores envolve riscos. Por isso, especialistas na análise do mercado financeiro elaboram previsões e, assim, evitam perdas de capital.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Montesquieu: a autonomia dos poderes

Charles-Louis de Secondat, o barão de Montesquieu, recebeu formação iluminista e ainda jovem se tornou crítico severo e irônico da monarquia absolutista decadente, bem como do clero.

Em *Do espírito das leis*, sua obra mais importante, publicada em 1748, tratou das instituições e das leis. Começou recusando a concepção de **lei natural**, naquele período submetida a uma visão teológica na qual prevaleceria a "vontade divina", para introduzir a noção de leis como "relações necessárias que derivam da natureza das coisas". Em outras palavras, as leis não derivam da natureza nem das divindades, mas das relações políticas. Mais propriamente, o filósofo referia-se às leis positivas – leis e instituições criadas para reger as relações entre as pessoas e legitimadas pelas normas jurídicas.

O trecho da obra *Do espírito das leis* mencionado no segundo parágrafo foi extraído de: MONTESQUIEU. **Do espírito das leis.** São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 33. (Coleção Os pensadores).

Nesse sentido, o "espírito das leis" deriva das relações entre as leis positivas, ao passo que a "natureza das coisas" se refere às dimensões do Estado, ao clima, à organização do comércio e à relação entre as classes. Por exemplo, Montesquieu notou a tendência de criação de governos despóticos em territórios muito extensos ou de solo infértil.

Ao analisar as relações das leis com a natureza e o princípio de cada governo, Montesquieu buscou compreender a diversidade das legislações existentes em diferentes épocas e lugares. Desenvolveu uma teoria de governo que alimentava as ideias do **constitucionalismo**, pelo qual a autoridade é distribuída por meios legais para evitar o arbítrio e a violência.

O filósofo propôs uma definição melhor da separação ou **autonomia dos poderes**, ainda hoje uma das pedras angulares do exercício do poder democrático. Refletindo sobre o abuso de poder pelos reis, Montesquieu concluiu que "só o poder freia o poder"; daí a necessidade de cada poder – Executivo, Legislativo e Judiciário – manter-se autônomo e constituído por pessoas diferentes.

Assim afirmou:

> Quando na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistratura o Poder Legislativo está reunido ao Poder Executivo, não existe liberdade, pois pode-se temer que o mesmo monarca ou o mesmo Senado apenas estabeleçam leis tirânicas para executá-las tiranicamente.
>
> Não haverá também liberdade se o poder de julgar não estiver separado do Poder Legislativo e do Executivo. Se estivesse ligado ao Poder Legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário, pois o juiz seria legislador. Se estivesse ligado ao Poder Executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor.
>
> Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 157. (Coleção Os pensadores).

A proposta da divisão dos poderes não se encontrava em sua obra com a nitidez que se atribuiu a ela posteriormente. Em outras passagens de seus escritos, ele não defendeu uma separação tão rígida, pois o que pretendia de fato era realçar a relação de forças e a necessidade de equilíbrio entre os três poderes.



JAYC75/SHUTTERSTOCK

Escultura representando Montesquieu, criada por Dominique Maggesi, século XIX. Obra exposta em Bordeaux, na França. Fotografia de 2019.

Sugestão

Simulacro e poder: uma análise da mídia

Marilena Chaui. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

No livro, a filósofa Marilena Chaui discute a interferência da mídia nos rumos da sociedade. A mídia, ao atuar como influenciadora da opinião pública, exerce um forte poder político mesmo não fazendo parte dos poderes institucionalizados pelo Estado – Executivo, Legislativo e Judiciário. Suas análises concentram-se nos meios de comunicação de massa tradicionais (revistas, jornais e televisão), mas também abarcam os meios eletrônicos e digitais ao trazer considerações sobre a informática e o sistema de multimídia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O Iluminismo de Rousseau

Jean-Jacques Rousseau, suíço que viveu na França no século XVIII, de certo modo seguiu a tendência iniciada no século anterior, criticando o absolutismo real e fundamentando sua teoria no pacto social que legitimava o governo. Uma diferença significativa entre ele e os outros contratualistas consistiu na defesa do conceito de **vontade geral**. Antes de destrinchar esse assunto, porém, é preciso situar Rousseau em seu tempo.

O século XVIII ficou conhecido como Século das Luzes em razão do desenvolvimento do Iluminismo, Ilustração ou *Aufklärung* (em alemão, "Esclarecimento"). Como as designações sugerem, havia um otimismo na ideia de reorganizar o mundo humano por meio das luzes da razão.

Desde o Renascimento desenrolava-se a luta contra o princípio da autoridade, buscando reconhecer a capacidade do ser humano de orientar-se por si mesmo, sem a tutela religiosa. Livre de qualquer controle externo, sabendo-se capaz de procurar soluções para seus problemas com base em princípios racionais, o ser humano estendeu o uso da razão a todos os domínios: político, econômico, moral e até religioso.

A filosofia do Iluminismo também sofreu a influência da Revolução Científica, de que é expressão Galileu Galilei no século XVII. O método experimental recém-descoberto aliou-se à técnica, o que levou à formação das chamadas "ciências modernas". Posteriormente, a ciência foi responsável pelo aperfeiçoamento da tecnologia, provocando no ser humano o desejo de conhecer melhor a natureza a fim de dominá-la.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Descreva como o filósofo Jean-Jacques Rousseau é representado na pintura de Alexandre Hyacinthe Dunouy.
2. Rousseau desenvolveu estudos sobre botânica e defendeu a superioridade da natureza em relação ao universo da cultura (das ciências e das artes). Pode-se dizer que nessa postura há um otimismo ou um pessimismo em relação às luzes da razão? Explique.



ALEXANDRE HYACINTHE DUNOUY. FOTO:JOSSE/LEEMAGE/AFP - MUSEU MARMOTTAN, PARIS

O filósofo Jean-Jacques Rousseau meditando, pintura de Alexandre Hyacinthe Dunouy, 1795. Rousseau não só gostava de estar em meio à natureza como desenvolveu estudos sobre botânica e defendeu a superioridade da natureza em relação ao universo da cultura (das ciências e das artes).

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Rousseau e a *Enciclopédia*

Na França, a *Enciclopédia*, extensa obra em que se pretendia reunir todo o conhecimento produzido pela humanidade até então, foi um marco do movimento iluminista. O subtítulo "Dicionário analítico de ciências, artes e ofícios" revelou o crescente interesse pelas artes e pelos ofícios naquela época, o que representou a valorização do artesão e do trabalho.

Organizada por Denis Diderot e Jean Le Rond D'Alembert, a *Enciclopédia* contou com mais de cem colaboradores, entre os quais figuras importantes como Montesquieu, Voltaire, Rousseau, o marquês de Condorcet e o barão D'Holbach. Nesse grande projeto enciclopédico, destacou-se a esperança depositada nos benefícios do progresso da técnica e no poder da razão para combater o fanatismo, a intolerância (incluindo a religiosa), a escravidão, a tortura e a guerra.

Rousseau, de certo modo contrariando o espírito iluminista, fez uma crítica severa ao modo como eram desenvolvidas as ciências e as artes nas sociedades de seu tempo, que, segundo ele, contribuíam para corromper os costumes. Foi esse o tema de sua obra *Discurso sobre as ciências e as artes*, vencedora de um concurso realizado pela Academia de Dijon. Nessa obra, Rousseau respondeu negativamente ao desafio proposto pela instituição: "O restabelecimento das ciências e das artes contribuiu para purificar os costumes?".



DENIS DIDEROT, JEAN BAPTISTE LE ROND D'ALEMBERT, FOTO: DEAGOSTINI/GETTY IMAGES - COLEÇÃO PARTICULAR

Tomos da *Enciclopédia*, organizados por Diderot e D'Alembert e publicados entre 1751 e 1772. Em destaque, gravura representando a fabricação de vinho.

O bom selvagem e o contrato social

Jean-Jacques Rousseau, do mesmo modo que Thomas Hobbes e John Locke, contratualistas que o antecederam, examinou o estado de natureza. No entanto, de maneira mais otimista, concluiu: inicialmente, os indivíduos eram livres e independentes, ocupando-se da própria sobrevivência, até o momento em que surgiram a propriedade privada e a sociedade, quando passaram a se beneficiar da exploração de outros, gerando desigualdade e miséria.

Para tratar do estado de natureza, Rousseau elaborou a hipótese do "bom selvagem", um homem que teria vivido tranquilamente antes de se socializar. Essa situação teria perdurado até o surgimento da propriedade. Depois disso, o rico proprietário, para preservar seus bens, propôs um enganoso pacto social que sujeitava os demais à servidão.

Para o filósofo suíço, entretanto, há que se considerar a possibilidade de outro contrato verdadeiro e legítimo, pelo qual o povo estaria reunido sob uma só vontade. Para ser legítimo, o contrato social deveria se originar do consentimento necessariamente unânime: cada associado se alienaria totalmente ao abdicar, sem reservas, de todos os seus direitos em favor da comunidade. Como todos abdicariam igualmente, nenhuma parte perderia nada.

Sugestão

Rousseau: o bom selvagem

Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Humanitas: Discurso, 2007.

Trata-se de uma introdução aos principais temas discutidos por Jean-Jacques Rousseau em suas obras. O livro oferece, além de uma abordagem historicamente contextualizada, uma seleção de textos das obras mais importantes do filósofo suíço.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A citação de Rousseau no primeiro parágrafo foi retirada de: ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. *In*: **Rousseau**: escritos sobre a política e as artes. São Paulo: Ubu, 2020. p. 523

Soberano e governo

Para Jean-Jacques Rousseau, o indivíduo abdicaria de sua liberdade pelo pacto, mas, como seria parte ativa do todo social, ao obedecer à lei, obedeceria a si mesmo e, portanto, seria livre: "[...] a obediência à lei que se prescreveu a si mesma é liberdade". Isso significa que com o contrato o povo não perderia a soberania, porque o Estado criado não estaria separado dele mesmo.

Inalienável: no contexto, significa o mesmo que intransferível.

Em certo aspecto, essa teoria é inovadora por distinguir os conceitos de **soberano** e **governo**, atribuindo ao povo a **soberania inalienável**. Cada associado, mesmo quando se aliena totalmente em favor da comunidade, não perde nada de fato, porque a soberania do povo, manifestada pelo **Legislativo**, é inalienável, isto é, não pode ser representada.

O ato pelo qual o governo é instituído pelo povo não submete este àquele. Em vez disso, não há um "superior", pois os depositários do poder não são senhores do povo, uma vez que podem ser eleitos ou destituídos conforme a conveniência. Os magistrados que constituem o governo estão subordinados ao poder de decisão do soberano e apenas executam as leis (**Executivo**). Verifique o que disse Rousseau:

> [...] o pacto social estabelece entre os cidadãos uma igualdade tal que todos se comprometem sob as mesmas condições e devem gozar dos mesmos direitos. Assim, pela natureza do pacto, todo ato de soberania, isto é, todo ato autêntico da vontade geral, obriga ou favorece igualmente todos os cidadãos, de modo que o soberano conhece somente o corpo da nação e não distingue entre aqueles que o compõem. O que é então, propriamente, um ato de soberania? Não é uma convenção do superior com o inferior, mas uma convenção do corpo com cada um de seus membros. Convenção legítima, pois tem por base o contrato social; equitativa, pois é comum a todos; útil, pois só pode ter como objeto o bem geral; e sólida, pois tem como garantias a força pública e o poder supremo.
>
> ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. *In*: **Rousseau**: escritos sobre a política e as artes. São Paulo: Ubu, 2020. p. 538.

Vista aérea do bairro de Botafogo e da comunidade Santa Marta em primeiro plano. Rio de Janeiro. Fotografia de 2021. Para Rousseau, o primeiro a cercar um terreno e dizer "Isto é meu" foi o fundador da sociedade civil e deu origem a uma série de violências e desigualdades.



CHICO FERREIRA/PULSAR IMAGENS

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Você pesquisador

Rousseau preconizava a participação direta de todos os cidadãos nas decisões legislativas. No Brasil atual, o Poder Legislativo é exercido diretamente, na esfera federal, por deputados federais e senadores, na esfera estadual, por deputados estaduais, e na esfera municipal, por vereadores, aos quais se delega o poder de representar o povo no instante em que são eleitos (no caso dos senadores, são representantes dos estados e do Distrito Federal). Sabendo disso, siga as orientações a seguir.

- Pesquise, na Constituição Brasileira de 1988, formas previstas de a população participar, além do voto, mais diretamente das decisões políticas. É importante procurar também exemplos históricos de aplicação desses direitos políticos.
- Depois, elabore um relatório organizando as informações encontradas, sistematizando-as e consolidando os resultados da pesquisa.
- Com os demais colegas da turma, combine um dia para apresentar e discutir o que vocês descobriram.

Conceito de vontade geral

Jean-Jacques Rousseau preconizou a participação igualitária de todos os cidadãos nas deliberações legislativas relacionadas à comunidade. Distinguiu também dois tipos de existência política no corpo social: como soberano, o povo é ativo e considerado **cidadão**, mas, ao exercer igualmente a soberania passiva, assume a qualidade de **súdito**. Assim, o mesmo indivíduo é cidadão quando faz a lei e súdito quando a ela obedece e se submete.

Na qualidade de povo incorporado, o soberano define a vontade geral, cuja expressão é a lei. Para entender o que vem a ser a vontade geral, é pertinente distinguir antes **pessoa pública** (cidadão ou súdito) de **pessoa privada**.

- A pessoa privada tem uma vontade individual que geralmente visa ao interesse particular e à gestão de bens privados. Ao somar as decisões com base em benefícios individuais, há a vontade de todos (ou vontade da maioria).
- A pessoa pública é o indivíduo que também pertence ao espaço público, participando de um corpo coletivo movido por interesses comuns, expressos pela vontade geral.

Nem sempre, porém, o interesse da pessoa privada coincide com o da pessoa pública, pois o que beneficia a pessoa privada pode ser prejudicial ao coletivo. A vontade de todos, portanto, não se confunde com a vontade geral, pois o somatório de interesses particulares tem natureza diferente daquela do interesse comum.



SALOMON CYTRYNOWICZ/PULSAR IMAGENS

Indígenas participando da Assembleia Nacional Constituinte, responsável por elaborar uma Constituição democrática para o Brasil, no Congresso Nacional, em Brasília, no Distrito Federal. Fotografia de 1988.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Forçado a ser livre

Paradoxo: do grego *para*, "contrário a", e *doxa*, "opinião"; designa uma proposição ou um pensamento que contraria os princípios básicos que orientam o pensamento; o termo também pode ser compreendido simplesmente como contradição.

Pensamento decolonial: corrente de pensamento cujos estudos e cujas pesquisas buscam questionar e descolonizar sistemas de conhecimento, práticas culturais e relações sociais que perpetuam a dominação colonial, mostrando que a independência política das colônias na África, na Ásia e na América Latina não foi suficientemente capaz de romper com práticas colonialistas.

O cerne do pensamento político de Rousseau em *Do contrato social* pode ser sintetizado no seguinte **paradoxo**: a manutenção da autonomia e da liberdade de uma pessoa ao mesmo tempo que ela é capaz de se submeter a uma lei, erguida acima de si, embora por si mesma. A pessoa é livre na medida em que dá o livre consentimento à lei, por considerá-la válida e necessária, como salienta:

> [...] a fim de que o pacto social não seja apenas uma folha de papel, ele contém tacitamente esse compromisso, o único que pode dar força aos outros: aquele que se recusar a obedecer à vontade geral será constrangido a isso por todo o corpo, quer dizer, será forçado a ser livre. Pois é essa a condição que, oferecendo cada cidadão à sua pátria, preserva-o de toda dependência pessoal, condição que faz o artifício e o jogo da máquina política, e a única a tornar legítimos os compromissos civis, os quais, sem isso, seriam absurdos, tirânicos e sujeitos a enormes abusos.
>
> ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. *In*: **Rousseau**: escritos sobre a política e as artes. São Paulo: Ubu, 2020. p. 522.

A concepção política de Rousseau, por sua singularidade, não representa a tradição liberal. Embora fosse contratualista e se posicionasse contra o absolutismo, ultrapassava o elitismo de Locke ao propor uma visão mais igualitária de poder, o que, sem dúvida, empolgou políticos como Maximilien de Robespierre, um dos líderes da Revolução Francesa (1789), e Karl Marx, filósofo alemão que deu fundamento teórico à Revolução Russa (1917).

Aspectos avançados do pensamento de Rousseau estão na denúncia da violência dos que abusam do poder conferido pela propriedade, bem como no questionamento da ideia de representatividade no poder, com base na soberania popular e no conceito-chave de vontade geral.

Na contemporaneidade, no entanto, há pensadores que consideram que o pensamento de Rousseau e o de outros iluministas não foram tão revolucionários assim, visto que esses autores muitas vezes pouparam seus discursos de críticas ao tráfico de escravizados conduzido pelos europeus. Essa denúncia, que parte de filósofos representantes do **pensamento decolonial**, mostra que a igualdade pretendida pelos filósofos do Iluminismo frequentemente era uma igualdade abstrata, que não incorporava, por exemplo, os povos escravizados.

Explore — RESPONDA NO CADERNO.

1. Qual a contradição presente na charge da cartunista Laerte?
2. Interprete a charge comparando-a com o pacto social descrito por Rousseau.



© LAERTE

Charge da Laerte, 2017.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O contrato racial

Em 1997, o filósofo jamaicano Charles Wade Mills publicou um livro que revisitou o conceito de **contrato social** proposto por filósofos modernos como Jean-Jacques Rousseau e Thomas Hobbes, mas o fez a partir de uma perspectiva racial, por isso o título da obra: *O contrato racial*. Para Mills, diferentemente do contrato social imaginado pelos contratualistas clássicos, que é celebrado indistintamente entre todos os cidadãos em condição de igualdade para constituir uma sociedade civil, o **contrato racial** é um contrato que determina qual raça/etnia fica com o quê, constituindo-se como um contrato de exploração de determinada raça/etnia sobre outras.

Para o filósofo, o contrato previsto por aqueles pensadores tinha natureza hipotética, pois servia como uma espécie de exercício mental para estabelecer um quadro de direitos e deveres que moldam a moral dos cidadãos. Ao passo que o contrato racial tem uma natureza violentamente real, pois explica como a sociedade de fato opera por meio de acordos formais ou informais em que pessoas brancas são colocadas em posição civil superior à de pessoas não brancas.

O contrato racial explica, enfim, os pactos estabelecidos entre os brancos para subalternizarem populações categorizadas como não brancas (negros, indígenas etc.), explorando seus corpos, suas terras e seus recursos, e para criarem um privilégio diferencial compartilhado por membros do mesmo grupo racial/étnico.

Nesse tipo de contrato, de um lado, todas as pessoas brancas figuram como beneficiárias do contrato, mesmo que algumas não sejam signatárias dele; de outro lado, o subconjunto não branco é inferiorizado e, em razão disso, não pode figurar como parte genuinamente concordante, já que não foi em nenhum momento convidado para a celebração do pacto que o coloca em nítida desvantagem.

Assim, o contrato racial é um contrato firmado somente entre aqueles categorizados como brancos visando subjugar os não brancos, os quais em vez de sujeitos do acordo tornam-se objetos dele. Trata-se de um pacto da branquitude em prol dela mesma.

Diferentemente do Estado neutro do contratualismo clássico, nesse tipo de contrato formam-se um Estado racial e um sistema jurídico racial que demarcam o lugar de brancos e não brancos na sociedade. Foi, portanto, o pacto que vigorou nos sistemas coloniais a fim de manter a ordem racial que garantia privilégios aos brancos e a escravização dos negros.

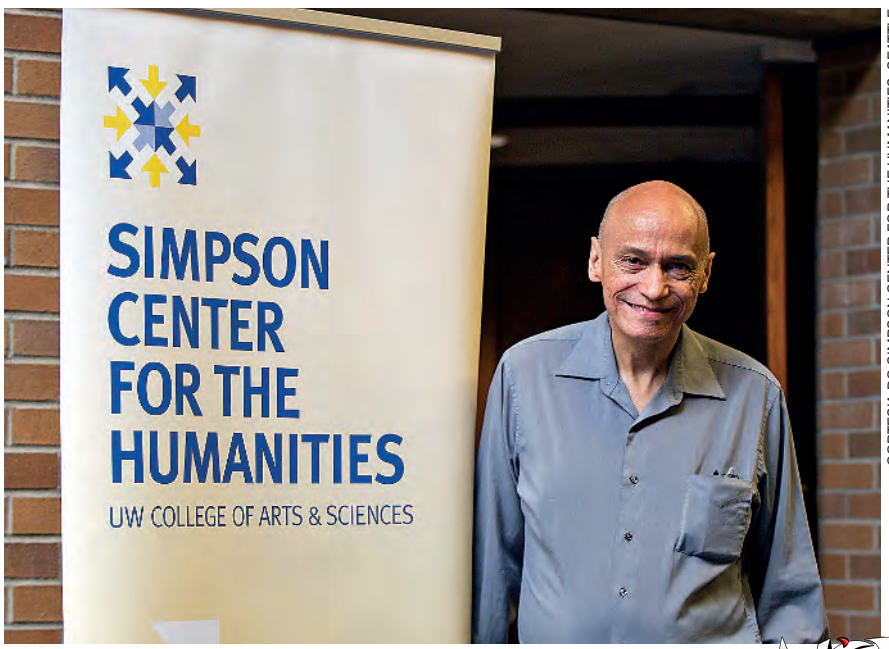
Vale destacar que as sociedades coloniais não foram ainda completamente superadas na contemporaneidade, em que se perpetuam acordos ou atitudes resultantes do contrato racial. Quando a sociedade se mobiliza, por exemplo, para condenar medidas como a Lei de Cotas, sancionada no Brasil em 2012 e que tenta reduzir injustiças sociais nas quais a raça/etnia é um fator decisivo, pode-se dizer que há nessa postura resquícios de um contrato racial que remonta ao passado escravagista.

Sugestão

O pacto da branquitude

Cida Bento. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Nesse livro, a psicóloga brasileira Cida Bento investiga o porquê de pessoas negras não serem contratadas quando disputam vagas com pessoas brancas que têm currículos equivalentes ou mesmo inferiores. Para Cida Bento, existe um acordo não verbalizado de autopreservação de pessoas brancas no poder, fenômeno que a autora designa como pacto da branquitude.



CORTESIA DO SIMPSON CENTER FOR THE HUMANITIES, SEATTLE

O filósofo jamaicano Charles Wade Mills em evento na Universidade de Washington, em Seattle, nos Estados Unidos. Fotografia de 2018.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A superação do contrato racial

Epistêmica: relativo à epistemologia, do grego *episteme*, "ciência", e *lógos*, "teoria". No contexto, a autoridade epistêmica é a autoridade no saber, no campo do conhecimento.

Uma das formas de superação do contrato racial está em desconstruir as falsas verdades que ele difunde para manter o domínio da branquitude. Esse contrato cria o que Charles Mills chama de **autoridade epistêmica branca**, que interpreta erroneamente o mundo conforme os interesses do grupo étnico/racial dominante, criando uma "fantasia racial" a que esse grupo adere por meio de uma "alucinação consensual". É nesse sentido que, no imaginário ocidental, são inventadas Áfricas e Ásias estereotipadas que não existem, ficções da literatura e do cinema que reproduzem preconceitos a respeito de determinados povos.

Essa desconstrução implica também desfazer certas ilusões, como a de que os filósofos iluministas defenderam a ideia segundo a qual todos os seres humanos são livres e iguais, sendo que, à época, a maioria deles não se manifestou de maneira veemente contra o lucrativo tráfico de escravizados do qual a Europa se beneficiava: "os tempos áureos da teoria do contrato (1650-1800) coincidiram com o [...] massacre, a expropriação e a sujeição à escravidão hereditária de homens pelos menos aparentemente humanos" (MILLS, Charles Wade. **O contrato racial**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. p. 105).

Quando essas fantasias e ilusões são desfeitas, vem à tona uma realidade que é muito diferente da difundida oficialmente pela branquitude. Conhecimentos que até então eram associados ao pensamento ocidental passam, assim, a ganhar força na voz de pessoas não brancas. Desse modo, a Europa deixa de ser soberana da filosofia, da ciência, do direito e da própria racionalidade, o que liberta outros povos de relações opressivas que subordinam até seu modo de pensar.

Outra ação fundamental para superar o contrato racial é recusar a categorização de brancos e não brancos. Para Mills, essa divisão esconde a pretensa universalidade da representação humana na figura do branco. Em outras palavras, é como se o jeito certo de ser um humano fosse sendo branco, como se todo aquele que não é branco pertencesse a uma categoria sub-humana. Por isso, no imaginário das pessoas, quando se quer representar um ser humano, logo se representa um indivíduo branco, o que, para Mills, é mais uma artimanha do contrato racial para manter a dominação branca. Sobre isso, explicou a filósofa Sueli Carneiro durante participação na mesa "Continuo preta" realizada em A Feira do Livro 2023, na capital de São Paulo:

> Esse contrato racial é datado, ele nasce, tem origem. Nasce com o colonialismo, com a escravização, com o tráfico transatlântico, com a expansão do Ocidente sobre os povos não brancos. Ele institui o europeu branco como dono da humanidade, como o ser universal. E institui também todos os demais que não são ele como não seres, como seres de outra categoria, desterrados para a zona do não ser. [...] Por isso que o branco se assusta quando é chamado de branco, porque ele não é branco, ele é universal; ele se institui, ele se autodeclarou um ser universal; ele se autodeclarou o ápice da representação humana.

Imagens em contexto

Na pintura de Aline Bispo é representada a Festa da Boa Morte, tradicionalmente celebrada no município de Cachoeira, no estado da Bahia. Trata-se de uma festa religiosa sincrética que incorpora elementos do catolicismo e do candomblé. A superação do contrato racial passa pela afirmação da cultura não branca em sua completude, preconizando desde seus aspectos religiosos até seus saberes filosóficos e científicos.



ALINE BISPO - GALERIA LUIS MALUF, SÃO PAULO

Mães da Boa Morte, pintura de Aline Bispo, 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O projeto democrático contemporâneo

A palavra *democracia* tem origem grega e significa "governo do povo", "governo de todos os cidadãos". A democracia foi uma invenção dos gregos da Antiguidade, que implantaram esse regime na pólis e elaboraram teoricamente seu conceito. Em Atenas, no século VI a.C., a ágora – praça pública – era o local de encontro dos cidadãos, onde se discutiam os problemas da cidade.

A escolha de políticos era feita por sorteio, para que qualquer um pudesse ser alternadamente governante e governado. O regime grego caracterizou-se pela democracia direta – e não pela representativa, como é a nossa –, porque decisões eram tomadas diretamente pela assembleia popular. Prevalecia também o pressuposto de que todos são iguais perante a lei (isonomia) e têm o mesmo direito à palavra (isegoria).

Alguns pesquisadores relativizam o valor da novidade da democracia grega, diante da constatação de que em Atenas, no século V a.C., apenas cerca de 10% dos habitantes eram considerados cidadãos e autorizados a participar das assembleias, já que escravizados, mulheres e estrangeiros eram delas excluídos. No entanto, é notável a invenção desse regime, em que a política aristocrática foi substituída pela participação de cidadãos, independentemente de sua classe social.

Ao longo da história, essa primeira expressão de democracia encontrou teóricos e ativistas que desejaram revivê-la, constituindo-se de maneira lenta e irregular, ora acentuando um valor, ora desprezando outro, diante das exigências de **liberdade**, **igualdade** e **participação**.

Recorremos aqui a um texto do jurista e filósofo italiano Norberto Bobbio, publicado em 1970, para apresentar outra definição de democracia:

> Por democracia se entende um conjunto de regras (as chamadas regras do jogo) que consentem a mais ampla e segura participação da maior parte dos cidadãos, em forma direta ou indireta, nas decisões que interessam a toda a coletividade.
>
> BOBBIO, Norberto. **Qual socialismo?**: discussão de uma alternativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 55-56.

Na sociedade predominaria apatia ou risco de manipulação, caso os indivíduos não participassem da comunidade como cidadãos ativos, interessados nas questões políticas de diversas esferas de poder. Como o próprio nome indica, cidadão é quem pertence à cidade, independentemente da extensão que possamos dar ao termo. Mas não só: cidadão é também aquele que participa do poder. Trata-se da dimensão pública pela qual nos envolvemos na discussão de um destino comum.

Imagens em contexto

Na fotografia, os manifestantes protestam contra nova lei na Grécia que, visando impulsionar o crescimento econômico, ampliou de 40 para 48 o número de horas trabalhadas semanalmente, o que corresponde a seis dias trabalhados por semana. Essa medida do governo grego está na contramão de resoluções adotadas por muitas empresas em outros países da Europa, como Alemanha, Bélgica, Reino Unido, França e Islândia, que estão reduzindo a jornada de trabalho semanal de cinco para quatro dias.



COSTAS BALTAS/ANADOLU AGENCY/GETTY IMAGES

Manifestantes protestam contra a ampliação da jornada de trabalho em Atenas, na Grécia. Fotografia de 2024. Esse tipo de manifestação revela a participação ativa de cidadãos que questionam decisões políticas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Vivemos em uma democracia?

ODS 10

Será que o Brasil é um país democrático? Há quem responda afirmativamente sem titubear. Como justificativa, pode-se argumentar que, após os 21 anos da ditadura civil-militar, que teve início em 1964, o Brasil recuperou a instituição de eleições livres, a liberdade de pensamento e de expressão, a liberdade de imprensa, o ressurgimento de associações representativas, como partidos, sindicatos e diretórios estudantis, e o direito de apresentar reivindicações e participar de greves.

No entanto, diante de tantas desigualdades, é possível afirmar que o Brasil *é* e *não é* uma democracia. Para entender essa aparente contradição, é necessário buscar apoio na distinção entre **democracia formal** e **democracia substancial**, concebida por Noberto Bobbio.

- A democracia formal consiste no conjunto das instituições características desse regime: voto secreto e universal, autonomia dos poderes, pluripartidarismo, representatividade, ordem jurídica constituída, liberdade de pensamento, de expressão e de associação para fins lícitos, pluralismo, e assim por diante. Trata-se, propriamente, das "regras do jogo" democrático, que estabelecem os *meios* pelos quais a democracia é exercida.
- A democracia substancial vincula-se não aos meios, mas aos *fins*, aos resultados do processo. Dentre esses valores, destaca-se a efetiva – e não apenas ideal – igualdade política, social, econômica e jurídica. Portanto, por meio da democracia substancial avaliam-se os conteúdos alcançados: se de fato todos gozam de igualdade perante as leis e têm acesso a moradia, educação, emprego, cultura, poder etc.

Ao analisar as condições de diversos países ao longo do século XX, constata-se que alguns apresentaram conquistas de democracia formal, porém sem que as promessas da democracia substancial tivessem se estendido a todos. Isso ocorreu em países liberais como o Brasil.

Em outros, a democracia substancial implantada não foi acompanhada da democracia formal. Isso ocorreu em democracias para o povo, mas não pelo povo, como as da antiga União Soviética (atual Rússia) e de Cuba. Nessas experiências políticas socialistas, a erradicação do analfabetismo e a ampliação do sistema de saúde caminharam ao lado da censura a intelectuais e da perseguição a dissidentes que recusavam o sistema político vigente. Portanto, para garantir a democracia substancial, a democracia formal foi adiada com a promessa de ser implantada futuramente.

Com base nessas análises, Bobbio completou: "O único ponto sobre o qual uns e outros poderiam convir é que a democracia perfeita – que até agora não foi realizada em nenhuma parte do mundo, sendo utópica, portanto – deveria ser simultaneamente formal e substancial" (BOBBIO, Norberto *et al*. **Dicionário de política.** 2. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1986. p. 329).

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Que crítica social é feita na tirinha?
2. Interprete a tirinha com base no conceito de democracia substancial.



© ADÃO ITURRUSGARAI

Mundo monstro, tirinha de Adão Iturrusgarai, 2008.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Crise da representação política

O conceito de crise envolve aspectos negativos e positivos. Os primeiros dizem respeito à sensação de "desordem", pela qual o indivíduo é impelido a se desacomodar de uma estrutura aceita até então. Porém, uma crise também alerta para o início de algo diferente, com características que precisam ser definidas para a reinvenção de uma nova ordem. Neste estudo, a intenção não é apontar soluções – elas não existem por antecipação –, mas destacar elementos que sinalizam a necessidade de mudança, a fim de preservar a democracia.

Desde o início da segunda década do século XXI, as críticas à legitimidade da representação política têm sido intensificadas. Trata-se de avaliações de âmbito internacional, não restritas à realidade brasileira, que revelam a necessidade de democratizar a democracia: o que se observa é a demanda por mais participação popular. Melhor dizendo, a crise atual, conforme abordam alguns autores, é inerente à expressão *democracia representativa*, por meio da qual se busca conciliar dois conceitos conflituosos: o de democracia e o de representação.

Se entendermos democracia como governo do povo, ao passo que a representação consiste na seleção de alguns que decidem, concluiremos que os critérios para conceder o poder a "alguns" nem sempre são os mais democráticos. Basta conferir a longa luta pela igualdade, perseguida por grupos excluídos, geralmente considerados "inferiores", incapazes de assumir postos de poder.

Essa desigualdade antiga é revelada pelo simples exemplo do esforço em universalizar o sufrágio – no início do Estado liberal, predominou o voto censitário, em que só votavam e podiam ser votados os que detinham posses. No mundo ocidental, muito lentamente se ampliou o acesso ao voto, embora a inclusão de mulheres tenha ocorrido apenas a partir do século XX, além de a conquista desse direito ser bem mais recente para analfabetos. A respeito disso, o filósofo franco-argelino Jacques Rancière escreveu em 2005:

> Essa ampliação significou historicamente duas coisas: conseguir que fosse reconhecida a qualidade de iguais e de sujeitos políticos àqueles que a lei do Estado repelia para a vida privada dos seres inferiores; conseguir que fosse reconhecido o caráter público de tipos de espaço e de relações que eram deixados à mercê do poder da riqueza. [...] Significou também lutas contra a lógica natural do sistema eleitoral, que transforma a representação em representação dos interesses dominantes e a eleição em dispositivo destinado ao consentimento.
>
> RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 73.

De acordo com Rancière, as conquistas graduais de igualdade sempre correram riscos de regressão, porque as democracias se baseiam em Estados que encontram meios de dominação oligárquica, o que se deve ao "ódio à democracia", ou seja, à recusa obstinada de integrar os sempre considerados "inferiores". Isso nos faz lembrar de Platão, que desdenhava da democracia recém-nascida, embora reservasse o poder político para poucos, escolhendo-os entre os mais sábios, e não entre os mais ricos.



EMERSON ROCHA - CORTESIA DO ARTISTA

Mátria I – Restituição, pintura de Emerson Rocha, 2022. A pintura destaca a importância da representatividade na política por meio da figura de uma mulher negra vestindo a faixa presidencial.

Classificação indicativa do documentário *Quem me representa*: livre.

Sugestão

Quem me representa

Direção: Jimi Figueiredo. Brasil, 2021. 25 minutos.

O documentário discute a representação política e o voto no Brasil, problematizando a participação historicamente excludente. O tema da representatividade é abordado de modo a reforçar a necessidade de ampliar o número de mulheres, pessoas LGBTQIA+, negros e indígenas eleitos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ódio à democracia e sentimento antidemocrático

O primeiro dos textos a seguir foi extraído da introdução do livro *Ódio à democracia*, de Jacques Rancière, publicado em 2005, em um contexto de incursões estadunidenses em países islâmicos, como o Afeganistão e o Iraque. Nessa introdução, o filósofo explica o tipo de ódio à democracia do qual ele pretende tratar. No segundo texto, é apresentada a análise feita pelo cientista político Adrian Gurza Lavalle sobre uma pesquisa global conduzida em 2023 pela Open Society Foundations e que constatou que pessoas de 18 a 35 anos estão mais propensas a aceitar regimes autoritários.

Texto 1

[...] É óbvio que o ódio à democracia não é novidade. É tão velho quanto a democracia, e por uma razão muito simples a própria palavra é a expressão de um ódio. Foi primeiro um insulto inventado na Grécia antiga por aqueles que viam a ruína de toda ordem legítima no inominável governo da multidão. Continuou como sinônimo de abominação para todos os que acreditavam que o poder cabia de direito aos que a ele eram destinados por nascimento ou eleitos por suas competências. Ainda hoje é uma abominação para aqueles que fazem da lei divina revelada o único fundamento legítimo da organização das comunidades humanas. A violência desse ódio é atual, não há dúvida. No entanto, não é ele o objeto deste livro, pelo simples fato de que não tenho nada em comum com aqueles que o proferem, portanto, não tenho nada que discutir com eles. [...]

O novo ódio à democracia que é objeto deste livro não pertence propriamente a nenhum desses modelos, embora combine elementos tomados de uns e de outros. Seus porta-vozes habitam todos os países que se declaram não apenas Estados democráticos, mas democracias *tout court* [tais quais]. Nenhum reivindica uma democracia mais real. Ao contrário, todos dizem que ela já é real demais. Nenhum se queixa das instituições que dizem encarnar o poder do povo nem propõe medidas para restringir esse poder. [...] É do povo e de seus costumes que eles se queixam, não das instituições de seu poder. Para eles, a democracia não é uma forma de governo corrompido, mas uma crise da civilização que afeta a sociedade e o Estado através dela. Daí o vaivém que, à primeira vista, pode parecer estranho. Os mesmos críticos que não se cansam de denunciar essa América [ou melhor, Estados Unidos] democrática da qual viria todo o mal a respeito das diferenças, do direito das minorias e da ação afirmativa que mina nosso universalismo republicano são os primeiros a aplaudir quando essa mesma América trata de espalhar sua democracia pelo mundo através da força das armas.

Na realidade, o discurso duplo sobre a democracia não é novo. Nós nos acostumamos a ouvir que a democracia não era o pior dos governos, com exceção de todos os outros. Mas o novo sentimento antidemocrático traz uma versão mais perturbadora da fórmula. O governo democrático, diz, é mau quando se deixa corromper pela sociedade democrática que quer que todos sejam iguais e que todas as diferenças sejam respeitadas. Em compensação, é bom quando mobiliza os indivíduos apáticos da sociedade democrática para a energia da guerra em defesa dos valores da civilização, aqueles da luta das civilizações. O novo ódio à democracia pode ser resumido então em uma tese simples: só existe uma democracia boa, a que reprime a catástrofe da civilização democrática.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 8-10.

Texto 2

Uma recente pesquisa realizada pela [...] Open Society Foundations em 30 países revelou que, ao redor do mundo, os indivíduos entre 18 e 35 anos estão mais propensos a aceitarem regimes autoritários do que pessoas mais velhas. Apesar da informação, o relatório também apontou que 86% das pessoas que participaram do estudo ainda afirmam ter o desejo de viver em uma democracia. Outro ponto importante avaliado pela pesquisa foi o fato de que 71% dos entrevistados afirmaram que os direitos humanos representam valores nos quais acreditam. Etiópia, Turquia, China, Índia e Egito são os cinco países que apresentaram o maior número de indivíduos que acreditam ser importante viver em um governo democrático.

Para além dessas questões, cerca de 70% dos participantes da pesquisa revelaram estar ansiosos sobre como as mudanças climáticas podem afetar suas vidas, e a corrupção segue sendo vista como um dos maiores problemas de diferentes nações. Adrian Gurza Lavalle, professor do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP e pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), explica que é complexo encontrar um consenso no debate internacional acerca dos motivos que poderiam explicar o aumento da descrença da democracia.

"Sabemos que esse é um fenômeno global que está associado a um conjunto de fenômenos que têm sido nomeados como 'ascensão

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

da extrema-direita', 'emergência dos populismos de extrema-direita', 'regressão democrática' e outras denominações semelhantes que buscam entender esse fenômeno, que ainda aguarda uma explicação convincente do ponto de vista de suas causas", explica o especialista.

[...] Lavalle expõe que existem três grandes fatores que podem simplificar essa questão, o primeiro refere-se às questões socioeconômicas, o segundo às questões sociotécnicas e o terceiro aos agentes que estão envolvidos nesse processo.

"As questões socioeconômicas tratam sobre o processo de precarização do mundo do trabalho e o crescimento da desigualdade no mundo. Isso é explicado como um efeito de mais de 40 anos de políticas daquilo que se convencionou denominar de neoliberalismo", comenta o professor. Assim, a partir disso, teria ocorrido um encadeamento intenso de desregulamentação de mercado, concentração de renda e informalização em contextos em que essa situação não era a norma, mas a exceção.

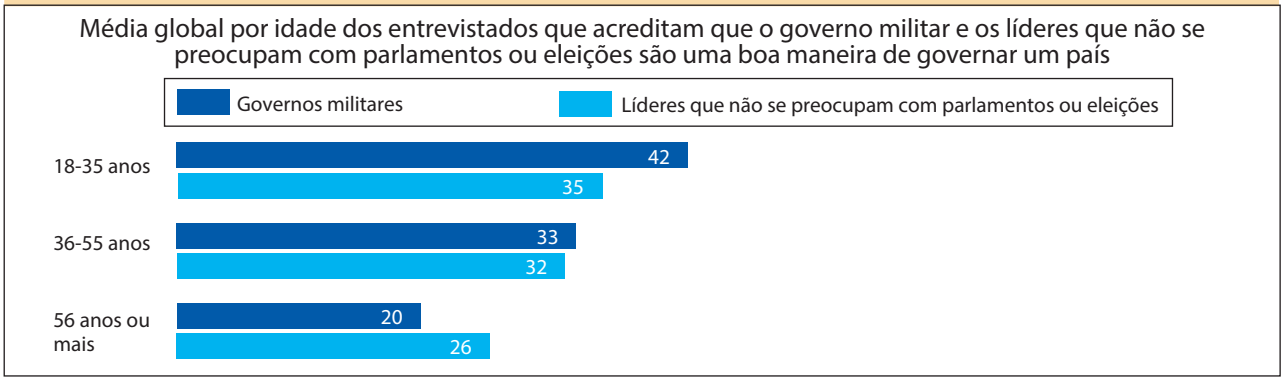
[...] O segundo aspecto associado a esse debate diz respeito às condições sociotécnicas que englobam as redes sociais e o que elas permitem do ponto de vista da comunicação direta entre emissores e receptores. "As redes sociais permitem produzir redes homofílicas, isto é, redes de pessoas que possuem ideias muito semelhantes. Assim, essas redes funcionam como câmaras que retroalimentam certas compreensões de mundo", avalia o pesquisador.

Outro mecanismo que é utilizado por esse sistema é a simplificação e o barateamento do acesso a grupos que necessitavam de um conjunto de filtros na mídia tradicional – assim, atualmente não há, necessariamente, a mediação de certos conteúdos políticos. [...] Por fim, ele diz que esse fenômeno não acontece de maneira espontânea; dessa forma, a ação dos agentes colabora para alimentar essa descrença. Isso acontece pois existem alguns atores que estariam interessados ora em promover essa descrença, ora em se aproveitar dela.

Humberto Dantas, doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo e diretor do Movimento Voto Consciente, adiciona também que parte expressiva da sociedade, em especial a parcela mais jovem, ainda apresenta uma dificuldade em separar frustrações pessoais de desafios de ordem pública.

GALVAO, Julia. Crescimento da descrença na democracia entre os jovens apresenta raízes estruturais. **Jornal da USP**, 29 set. 2023. Disponível em: https://jornal.usp.br/atualidades/crescimento-da-descrenca-na-democracia-entre-os-jovens-apresenta-raizes-estruturais/. Acesso em: 6 jul. 2024.

Mundo: percepções por grupo etário sobre governos militares e líderes que não se preocupam com parlamentos ou eleições – 2023



Fonte: OPEN SOCIETY FOUNDATIONS. **Open society barometer**: can democracy deliver? Nova York Foundations, 2023. p. 19.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. Como Rancière descreve os tipos "antigo" e "novo" de ódio à democracia?
2. Em que sentido podemos dizer que o segundo texto também trata de uma espécie de ódio à democracia? Explique.
3. Calcule, em todos os grupos etários representados, a porcentagem dos que não acreditam que regimes militares sejam uma boa forma de governar. Eles são minoria ou maioria?
4. Em sua opinião, as explicações sobre o novo ódio à democracia e o novo sentimento antidemocrático apresentadas no texto de Rancière são adequadas para compreender a realidade brasileira? Justifique sua resposta com base nos dados apresentados no segundo texto.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
ALEXANDRE SILVA/ARQUIVO DA EDITORA

Como as democracias morrem

Nas sociedades contemporâneas, o ódio à democracia pode assumir duas feições: a do ódio à igualdade ou a do ódio às instituições democráticas, que normalmente somam forças para levar esse tipo de regime à morte.

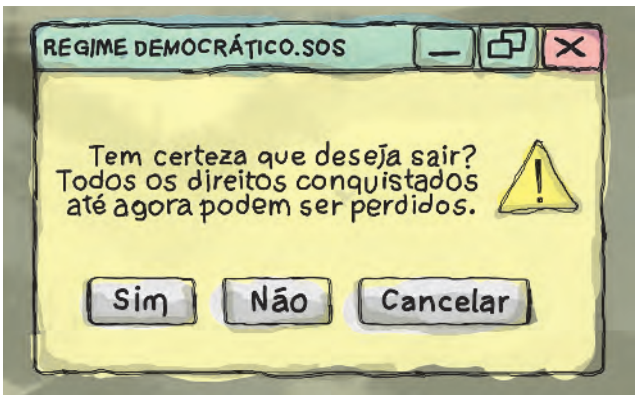
Preocupados com o ódio às instituições democráticas, Daniel Ziblatt e Steven Levitsky, cientistas políticos e professores da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, uniram-se para analisar a seguinte questão: "Democracias tradicionais entram em colapso?". Como resultado dessa análise, publicaram em 2018 o livro *Como as democracias morrem*.

Nessa obra, eles tratam do enfraquecimento das instituições democráticas estadunidenses com base nas conquistas de políticos inclinados para o autoritarismo, considerando sobretudo a eleição de Donald Trump em 2016.

> Os políticos norte-americanos agora tratam seus rivais como inimigos, intimidam a imprensa livre e ameaçam rejeitar o resultado de eleições. Eles tentam enfraquecer as salvaguardas institucionais de nossa democracia, incluindo tribunais, serviços de inteligência, escritórios e comissões de ética. Os estados norte-americanos, outrora louvados [...] como "laboratórios de democracia", correm o risco de se tornar laboratórios de autoritarismo, à medida que os que estão no poder reescrevem regras eleitorais, redesenham distritos eleitorais e até mesmo rescindem direitos eleitorais para garantir que não perderão. E em 2016, pela primeira vez na história dos Estados Unidos, um homem sem nenhuma experiência em cargos públicos, com aparente pouco compromisso no que diz respeito a direitos constitucionais e dono de claras tendências autoritárias foi eleito presidente.
>
> ZIBLATT, Daniel; LEVITSKY, Steven. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p. 126.

Para Ziblatt e Levitsky, regimes democráticos não são rompidos apenas por golpes de Estado, como o ocorrido no Chile, em 1973, que instaurou uma ditadura no país. Segundo eles, o colapso da democracia, na atualidade, é lento e expressa-se muitas vezes por meio de processos legalmente legítimos, como o voto. Os autores comparam as técnicas utilizadas pelos **autocratas** com aquelas empregadas em uma partida de futebol em que o árbitro é capturado, as estrelas do time adversário são retiradas da partida e as regras do jogo são deturpadas em benefício próprio.

Autocratas: do grego *autos*, "por si próprio", e *kratos*, "poder"; designa os governantes que comandam de maneira arbitrária ou tirânica.



RENÂNCIO/FOLHAPRESS

Charge de Renâncio, 2020. A charge apresenta uma metáfora visual por meio de uma janela *pop-up* que alerta sobre os riscos de se sair de um regime democrático.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



AFP/GETTY IMAGES

Militares cercam o Palácio de La Moneda, sede da Presidência da República do Chile, em Santiago. Fotografia de 1973. O episódio marcou o golpe de Estado que depôs o presidente Salvador Allende.

Ziblatt e Levitsky mencionam o caso do primeiro-ministro da Hungria Viktor Orbán, que, após eleito, alterou a composição de vários órgãos independentes e utilizou a maioria partidária que tinha no Parlamento para reescrever a Constituição e as leis eleitorais, consolidando suas vantagens. Assim, os líderes autoritários não precisam mais de conflitos armados para chegar ao poder; bastam eleições. De acordo com Ziblatt e Levitsky, lideranças eleitas subverteram as instituições democráticas em países como Hungria, Venezuela, Geórgia, Nicarágua, Peru, Filipinas, Polônia, Rússia, Sri Lanka, Turquia e Ucrânia.

É urgente, portanto, que as democracias criem mecanismos para impedir o crescimento do autoritarismo legitimado pelas urnas, o que passa pela adoção de medidas, como o fortalecimento de normas que amparam as instituições democráticas e o combate à polarização sectária extrema e às desigualdades racial e étnica.

LEV RADIN/PACIFIC PRESS/LIGHTROCKET/GETTY IMAGES



Invasão do Capitólio, sede do Poder Legislativo estadunidense, em Washington, D.C., por eleitores contrários ao resultado da eleição presidencial de 2020. Fotografia de 6 de janeiro de 2021.

Imagens em contexto

A invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021 foi qualificada como uma tentativa fracassada de golpe de Estado. Centenas de invasores foram acusados de crimes federais e se tornaram réus, muitos sendo condenados e presos.

Imagens em contexto

Assim como o episódio estadunidense, a invasão e destruição de prédios públicos em Brasília – entre eles, o Palácio do Congresso Nacional – no dia 8 de janeiro de 2023 foi qualificada como uma tentativa fracassada de golpe de Estado. Do mesmo modo, centenas de invasores foram acusados e presos.



JOEDSON ALVES/ANADOLU AGENCY/GETTY IMAGES

Invasão do Palácio do Congresso Nacional, sede do Poder Legislativo brasileiro, em Brasília, Distrito Federal, por eleitores contrários ao resultado da eleição presidencial de 2022. Fotografia de 8 de janeiro de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A política na era da comunicação em rede

O recurso às redes sociais, poderosos instrumentos de mobilização, provocou uma mudança no mundo contemporâneo que demanda reflexões. Nota-se que, por meio da "convocação" por via digital de grupos com ideologias semelhantes, consegue-se rapidamente reunir pessoas em locais específicos para tornar públicas ideias e reivindicações.

Pode-se perceber que a era da comunicação por internet veio para ficar – para o bem e para o mal. Destaca-se a necessidade de reconhecer o fenômeno das redes e sua importância contraposto à lentidão burocrática de representações partidárias, mas sem menosprezar o risco de disseminação de ódio e preconceitos impeditivos do diálogo. A violência não se restringe à depredação do patrimônio e às agressões físicas, mas se manifesta também em palavras que humilham e desrespeitam o interlocutor. Esse risco está vinculado à exaltação dos ânimos a ponto de ser rompida a prática de civilidade. Conflitos políticos pressupõem adversários, o que não significa "inimigos", embora muitos debates se desvirtuem com mútuas agressões nos meios virtuais.

Um procedimento nocivo propiciado pela internet é o conhecido fenômeno das *fake news* ("notícias falsas"), divulgadas com a intenção de legitimar pontos de vista que prejudicam pessoas ou figuras públicas. Por exemplo, nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, em 2016, milhões de notícias falsas foram disparadas por robôs para assustar eleitores e levá-los a modificar seu voto. No mesmo ano, fenômeno similar ocorreu no Reino Unido, quando cidadãos britânicos votaram para decidir sobre a separação da comunidade europeia, evento conhecido como "Brexit". As instituições democráticas brasileiras também têm sido prejudicadas pela difusão de *fake news* e tentam, por isso, combatê-las.

No Brasil, em 2024, o Supremo Tribunal Federal, instância superior do Poder Judiciário, propôs um acordo com algumas das maiores empresas de tecnologia da informação (*big techs*). Na ocasião, essas empresas aderiram ao Programa de Combate à Desinformação instituído em 2021 pelo Supremo, que considera que "a desinformação mina a confiança nas instituições e prejudica a democracia ao comprometer a capacidade dos cidadãos de tomarem decisões bem informadas, com impactos sociais, políticos, econômicos e jurídicos de cunho negativo" (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Resolução n. 742, de 27 de agosto de 2021. **Diário da Justiça Eletrônico**, Brasília, DF, n. 172/2021, 27 ago. 2021).

OBJETO DIGITAL
Carrossel de imagens: Ativismo nas redes

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. De que modo as *fake news* comprometem as instituições e prejudicam a democracia? Explique.
2. Em sua opinião, qual o poder e a responsabilidade das *big techs* na difusão de *fake news*? Se necessário, faça uma breve pesquisa para fundamentar sua argumentação com base em dados confiáveis.
3. Na Constituição Federal de 1988, são defendidas a livre manifestação do pensamento e a plena liberdade de informação jornalística. Em sua opinião, o combate às *fake news* fere essas liberdades? Justifique seu ponto de vista.



RICHARD LEVINE/ALAMY/FOTOARENA

Manifestantes seguram cartazes contrários às *fake news* e de apoio à imprensa séria e comprometida com os fatos, em Nova York, nos Estados Unidos. Fotografia de 2017.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A internet não é uma ágora

A declaração de que a internet não é uma ágora foi feita pelo filósofo Renato Janine Ribeiro no livro *A boa política: ensaios sobre a democracia na era da internet*, de 2017. Ribeiro explica que, na ágora ateniense, os cidadãos conseguiam se reunir diretamente para tomar decisões políticas, o que não pôde acontecer nos tempos modernos, em que o elevado número de cidadãos e a grande distância entre eles acabavam inviabilizando essa aproximação. A internet, a princípio, poderia desempenhar uma das funções da ágora grega: a de aproximar os cidadãos. E isso por algumas razões: com o uso da rede é desnecessário o deslocamento físico e, portanto, irrelevante a extensão territorial dos Estados, além de ser possível a presença a distância (remota), criando um espaço em que todos podem falar e ser ouvidos.

Mas, então, por que a internet não funcionou assim até hoje? Ribeiro comenta que há um descompasso em nosso tempo entre as potencialidades tecnológicas e o uso efetivo delas. Ocorre que a internet é incapaz de produzir um espaço amplo de debate como o grego, o que se deve, em parte, às restrições impostas pelos algoritmos, que reforçam para cada usuário uma visão. Na perspectiva do autor, a internet, no máximo, produz seguidores. Ficam em segundo plano a troca de ideias, a discussão e a proposição. Dessa forma, os comentários que a internet gera se limitam à expressão das paixões mais grosseiras. Sem elaboração e refinamento, dão livre vazão ao ódio e à perseguição.

Todavia, poderia não ser assim. Em primeiro lugar, a internet democratiza o espaço de comunicação, na medida em que reduz a distância entre um simples usuário e um empresário que tem recursos para montar a estrutura de um meio de comunicação, como a televisão, o rádio e o jornal. Em segundo lugar, a difusão de ferramentas como a internet substitui o peso da força bruta pelo peso da inteligência. Esses dois fatores, somados, criam condições para fortalecer o diálogo, e é isso que devemos buscar quando usamos a internet, incluindo as redes sociais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



TURKISH PRESIDENCY/MUSTAFA OZTARTAN/HANDOUT/ANADOLU/GETTY IMAGES

À direita, a primeira-dama turca Emine Erdogan durante videoconferência do Conselho Consultivo sobre Resíduos Zero da Organização das Nações Unidas, presidido por ela, em 6 de junho de 2024. A internet "aproxima" as pessoas, o que supostamente poderia ser utilizado para facilitar o desenvolvimento de diálogos plurais e saudáveis.

Crise política e efeitos da pandemia

Completando o clima pouco promissor à vida democrática, em 2020 a economia mundial sofreu os impactos severos da pandemia que teve início no ano anterior e obrigou todos os povos do mundo a enfrentar o choque da doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e batizada pela Organização Mundial da Saúde de "covid-19". "Covid" é a sigla do nome em inglês *corona virus disease* ("doença do coronavírus"), ao passo que "19" se refere ao ano em que o vírus foi descoberto.

Iniciado na China, o surto rapidamente se espalhou por todos os continentes, aumentando exponencialmente o número de infectados pelo vírus, além de ampliar a cada dia a quantidade de mortes causadas pela doença. Na América do Sul, o alcance do vírus foi posterior à época que atingiu a Ásia, a Europa e os Estados Unidos, mas aos poucos o surto revelou-se igualmente destrutivo, sobretudo nos locais onde a recomendação de isolamento social feita por instituições sanitárias para evitar a propagação rápida do vírus não foi cumprida com rigor. Muitos países enfrentaram dificuldades também para ampliar a rede de leitos e adquirir insumos hospitalares.

Nesse ponto, contrapuseram-se dois interesses diferentes: o sanitário e o econômico. Para evitar que o número de pessoas infectadas atingisse patamares incontroláveis, a Organização Mundial da Saúde recomendou o isolamento social. Em contrapartida, empresas – e até mesmo alguns governantes – preferiram tentar salvar a economia já combalida e não incentivaram o isolamento social. A questão de saúde pública tornou-se também uma questão ético-política.

O debate epidemiológico suscitado pela covid-19 não se restringiu à medicina e aos governos, passando a ocupar a opinião pública e a reflexão de filósofos. Em uma série de textos publicados entre fevereiro e abril de 2020 (portanto, no início da pandemia), reunidos na coletânea intitulada *Reflexões sobre a peste*, o respeitado filósofo italiano Giorgio Agamben demonstrou-se preocupado com a possibilidade de medidas restritivas como as de isolamento social se converterem em autoritarismo. Segundo Agamben, o temor de contágio abriria espaço para o estabelecimento de estados de exceção. Para ele, o estado de exceção consiste em situações em que o Estado, diante de circunstâncias excepcionais (guerras, catástrofes, pandemias etc.), serve-se da lei para suprimir dispositivos usuais que limitam sua atuação, podendo comprometer os direitos dos cidadãos.



CHICO FERREIRA/PULSAR IMAGENS

Painel eletrônico com a mensagem "Volte para a casa. Faça a sua parte", em canteiro central de avenida na capital do Rio de Janeiro. Fotografia de 2020. O respeito ao isolamento social tornou-se uma questão ético-política durante a pandemia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Segundo Agamben, a sociedade submetida ao estado de exceção teria uma **vida nua**, isto é, sentindo-se desprotegida, aceitaria perder sua liberdade em troca de mais tempo de vida, em um movimento que reduziria a existência à condição biológica. Depreende-se disso a preocupação de que o medo de contágio poderia levar o povo a consentir em posturas autoritárias de governos dispostos a sufocar liberdades individuais, o que nada tem que ver com a negação da eficiência das medidas sanitárias.

O diagnóstico de Agamben logo se demonstrou precipitado e pouco real, provando que filósofos também estão suscetíveis ao erro e, por isso, podem ser contestados. De qualquer maneira, suas reflexões serviram de gatilho para o posicionamento de outros filósofos e intelectuais, como Alain Badiou, Davi Kopenawa, Bruce Albert, Angela Davis, Judith Butler, Jean-Luc Nancy, Byung-Chul Han e Slavoj Zizek. Todos eles ressaltaram a importância do isolamento promovido pelos governos para que o vírus não se difundisse, o que provocaria mais mortes, além do colapso dos sistemas de saúde.

Em um caminho de crítica distinto do escolhido por Agamben, muitos desses filósofos destacaram como a pandemia intensificou precariedades já existentes, na medida em que grupos sociais mais vulneráveis não só foram expostos mais ao vírus (no transporte público, no trabalho presencial, nas moradias insalubres, pela alta densidade demográfica nos bairros periféricos etc.) como também receberam uma pior assistência dos sistemas de saúde.

Por exemplo, Bruce Albert, coautor do livro *A queda do céu*, escrito com o xamã Yanomami Davi Kopenawa, alertou, em um artigo de abril de 2020 intitulado "Yanomami: os mortos 'desaparecidos' da pandemia", para a subnotificação dos casos e dos óbitos de covid-19 entre os indígenas Yanomami, chamando a atenção para o desamparo dessa população. A contenção da pandemia, nesse caso, foi impossibilitada pela falta de testagem devido à carência de estruturas laboratoriais, o que dificultou o consequente isolamento dos casos positivos, bem como pela aplicação de tratamentos inadequados e pouco eficazes para os doentes.



JOÃO CARLOS MAZELLA/FOTOARENA

Ruas do centro de Recife, no estado de Pernambuco, vazias durante a pandemia de covid-19. Fotografia de 2020.

Sugestão

Coronavírus: explorando a pandemia que mudou o mundo

Átila Iamarino e Sônia Lopes. São Paulo: Moderna, 2020.

Nesse livro, os biólogos Átila Iamarino e Sônia Lopes explicam, com linguagem acessível, a pandemia de covid-19. As explicações vão desde como o corpo humano reage à infecção até o funcionamento das vacinas, passando ainda por assuntos como os grupos mais vulneráveis e o modo como o vírus entrou no Brasil e se espalhou pelo país.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Pandemia e desigualdade

Em um texto intitulado *Traços humanos nas superfícies do mundo*, de maio de 2020, a filósofa estadunidense Judith Butler chamou a atenção dos leitores para a interconexão entre as pessoas por meio da materialidade do mundo. Um exemplo disso são as encomendas deixadas na porta de casa, manuseadas por diversos indivíduos. Segundo Butler, partilhamos as superfícies do mundo: a superfície que uma pessoa toca carrega o traço dela. Esse traço, por sua vez, é transferido para outro indivíduo que venha a tocar a mesma superfície. Por exemplo, em um objeto corriqueiro que tocamos, certamente foram depositados traços de pessoas que não conhecemos, como o trabalho de quem o produziu e o esforço de quem o transportou.

Vale lembrar que, no início da pandemia, havia uma grande preocupação com a transmissão da doença por objetos. As pessoas lavavam as embalagens de produtos comprados em supermercados, evitavam tocar em corrimões e maçanetas etc.

O mundo material que nos conecta também abarca o ar que respiramos. Isso ocorre, por exemplo, quando utilizamos um transporte público ou nos deslocamos pelas ruas de uma cidade densamente povoada. Essa materialidade compartilhada é, no cenário criado pela pandemia de covid-19, fonte de risco de infecção.

OBJETO DIGITAL
Mapa clicável: A dispersão da covid-19 no Brasil

Assim, na perspectiva de Butler, o compartilhamento das superfícies do mundo passa a ser considerado perigoso, pois a possibilidade do contato se torna potencialmente fatal. E não se trata apenas de um contato direto, pessoa a pessoa, mas também pelos objetos que nos conectam. Nesse contexto, para Butler, algumas pessoas estão mais expostas e vulneráveis: trabalhadores que dependem de transporte público, entregadores de alimentos pedidos por aplicativos, pessoas em situação de rua, população carcerária etc. O entregador, por exemplo, assume o risco que aquele que pede comida em casa quer evitar. Não surpreende, portanto, que as desigualdades locais e globais tenham sido aprofundadas durante a pandemia, marcando algumas vidas como descartáveis.

Nas palavras de Butler:

> Antes de mais nada, a pandemia intensifica a luta que opõe o capitalismo e suas desigualdades sistêmicas, a destruição do planeta, a subjugação e a violência colonial aos direitos dos sem-teto e da população encarcerada, das mulheres, pessoas *queer* e trans, todas as minorias cujas vidas são consideradas como não importantes.

BUTLER, Judith. Traços humanos nas superfícies do mundo. *In*: PELBART, Peter Pál (org.). **Pandemia crítica**: outono 2020. São Paulo: Edições Sesc São Paulo: n-1 Edições, 2021. p. 264.



CADU ROLIM/FOTOARENA

Entregador de alimentos pedidos por aplicativos em Sorocaba, no estado de São Paulo. Fotografia de 2020. Segundo Judith Butler, alguns trabalhadores ficaram mais expostos a riscos de infecção durante a pandemia de covid-19.

Classificação indicativa do documentário *Desconectados: os impactos da pandemia na educação brasileira*: livre.

Sugestão

Desconectados: os impactos da pandemia na educação brasileira

Direção: Pedro Ladeira, Paulo Saldaña e Ana Graziela Aguiar. Brasil, 2022. 75 minutos.

O documentário é iniciado apresentando como a desigualdade social e a concentração de renda se intensificaram no mundo ao longo da pandemia de covid-19. A palavra *desconectados* do título remete à necessidade de conexão à internet para que as aulas continuassem de maneira remota. Assim, os estudantes sem acesso à rede ou com acesso de baixa qualidade tiveram seus estudos comprometidos durante esse período.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

1. **O nascimento das pólis e o estabelecimento de um novo ideal de justiça pelo qual todos os cidadãos teriam direito ao poder garantiram a isonomia e a isegoria. Pode-se dizer que atualmente esses dois princípios se estendem a todos os cidadãos no Brasil? Todos os cidadãos têm direito à igualdade perante a lei e podem expor plenamente sua opinião ou participar publicamente das decisões que envolvem a comunidade da qual fazem parte e o país em que vivem?**

2. **Explique por que um país em que predomina a desigualdade de acesso à escola, à saúde e à moradia não pode ser considerado propriamente democrático, mesmo que tenha todas as instituições funcionando.**

ODS 10

3. **No sistema misto de democracia semidireta, são usados mecanismos típicos de democracia direta que atuam como corretivos de distorções na representação política tradicional. São eles: conselhos populares, assembleias, experiências de autogestão, organizações não governamentais e, na esfera legislativa, plebiscitos, referendos e projetos de iniciativa popular. Explique de que maneira a aplicação desses dispositivos se associa à teoria de Jean-Jacques Rousseau sobre a vontade geral.**

4. **Por que o desinteresse pela política pode comprometer a democracia?**

5. **Leia a citação de Locke e atenda às questões.**

> Poderão afirmar que, sendo a idolatria um pecado, não pode ser tolerada. Se disserem que a idolatria é um pecado e, portanto, deve ser escrupulosamente evitada, esta inferência é correta; mas não será correta se disserem que é um pecado e, portanto, deve ser punida pelo magistrado. Não cabe nas funções do magistrado punir com leis e reprimir com a espada tudo o que acredita ser um pecado contra Deus.
>
> LOCKE, John. **Carta acerca da tolerância**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 24. (Coleção Os pensadores).

   a. Que característica do liberalismo pode ser identificada nessa citação de Locke?

   b. Comente exemplos de fatos que ainda ocorrem na política do mundo contemporâneo que contrariam esse princípio.

6. **Analise a tirinha e responda às questões.**



FILIPE ROCHA/ARQUIVO DA EDITORA

Tirinha de Filipe Rocha, 2024.

   a. Qual a crítica apresentada na tirinha? Ela é real em se tratando da realidade brasileira?

   b. Explique de que maneira a teoria da divisão dos três poderes, enunciada por Montesquieu, contribui para que situações como a exemplificada na tirinha não aconteçam.

7. **Leia o texto a seguir, do filósofo Renato Janine Ribeiro, e faça o que se pede.**

ODS 16

> Se há a boa política, também existe a má. Ela se resume no preconceito. O preconceito é o nome que, em nosso tempo, cabe a toda desigualdade injusta. [...] A desigualdade injusta – que culmina na exclusão do outro – encontra álibis [justificativas]. Podemos negar igualdade a alguém por sua pobreza, cor de pele, gênero, nível cultural ou educacional. No entanto, em todos os casos, é pré-conceito, isto é, algo que proclamamos a partir de nossa ignorância. Não é um conceito a que chegamos a partir de estudo, um "pós-conceito", palavra que nem sequer usamos porque é sinônimo de conceito; é algo que finge se colocar no lugar do conhecimento. O problema é que, na política, o preconceito causa males sem conta. Deixa de ser um problema de (mau) conhecimento, torna-se um problema de ação má e de injustiça. Causa fome, doença, mutilação, morte. Não é fortuito que nossa era histórica comece com as Luzes: as grandes revoluções que foram a inglesa, a americana e a francesa estão umbilicalmente ligadas a um conhecimento melhor do homem e do mundo. Conhecendo melhor nossa sociedade, seremos mais éticos.
>
> Evidentemente, não se pode dizer que a raiz dos males na vida social esteja no preconceito. O preconceito é a narrativa que justifica os males, que permite agir mal na política e na ética, mas não é ele que os engendra: palavras e discursos preconceituosos servem de veículo, de condutor, quando muito de multiplicador.
>
> RIBEIRO, Renato Janine. **A boa política**: ensaios sobre a democracia na era da internet. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 30-31.

   a. Segundo Renato Janine Ribeiro, por que o preconceito é prejudicial à política?

   b. Com base nas ideias apresentadas no texto, redija um parágrafo discutindo como a ampliação do espaço democrático de diálogo na internet pode ajudar a combater a má política.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

8. Leia o texto a seguir, em que a psicóloga Cida Bento apresenta o conceito de personalidade autoritária discutido pelo filósofo alemão Theodor Adorno. Em seguida, responda às questões.

A mentalidade fascista presente em cidadãos e cidadãs comuns é o principal tema da publicação *A personalidade autoritária: estudos sobre o preconceito*, de 1950, elaborada por Adorno e vários psicólogos clínicos e sociais. As ideologias políticas, assunto que tradicionalmente não é tema da psicologia clínica, foram o coração dessa ampla e robusta pesquisa baseada em técnicas clínicas conjugadas com a teoria psicanalítica.

Na perspectiva da personalidade autoritária está a convicção de que a visão de mundo de seu próprio grupo é o centro de tudo, e os demais são compreendidos a partir de seu modelo, ou sejam o etnocentrismo. Outra característica é que a personalidade autoritária requer um inimigo, porque precisa sempre projetar "para fora", em grupos considerados "minoritários" e periféricos, a raiva e o ressentimento sociais.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 43-44.

a. De acordo com o texto, qual a convicção da personalidade autoritária?

b. De que forma essa convicção se aproxima do conceito de redes homofílicas apresentado no segundo texto da seção "Trabalho com fontes"?

c. O excerto da psicóloga Cida Bento foi extraído de seu livro *O pacto da branquitude*. Explique como o conceito que dá título à obra se relaciona com o de contrato racial.

9. O texto a seguir, da filósofa estadunidense Judith Butler, trata de uma dimensão paradoxal de espaço criada com a pandemia de covid-19. Com base nele, faça o que se pede.

ODS 3

O isolamento obrigatório coincide com um novo reconhecimento de nossa interdependência global diante do novo tempo e do novo espaço impostos pela pandemia. Por um lado, somos solicitados a nos sequestrarmos em unidades familiares [...], privados de contato social e relegados a esferas de relativo isolamento; por outro lado, enfrentamos um vírus que cruza rapidamente as fronteiras, alheio à ideia mesma de território nacional. O vírus não discrimina. Poderia dizer que nos trata por igual, colocando-nos igualmente em risco de adoecer, perder alguém próximo e viver em um mundo de iminente ameaça. A propósito, o vírus, que se move e ataca, demonstra como a comunidade humana é igualmente frágil. Ao mesmo tempo, no entanto, a incapacidade de alguns Estados e regiões de preparar-se com antecipação [...], o reforço de políticas nacionais e o fechamento das fronteiras (com frequência acompanhado de um racismo temeroso) e a chegada de empresários ansiosos por capitalizar o sofrimento global, tudo isso testemunha a rapidez com que a desigualdade radical [...] encontra formas de reproduzir e fortalecer seus poderes dentro das zonas pandêmicas.

BUTLER, Judith. El capitalismo tiene sus límites. *In*: **Sopa de Wuhan**: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. [*S. l.*]: Aspo, 2020. p. 59-60. (Tradução nossa).

a. Explique como uma pandemia que afeta todo o globo, sem respeitar as fronteiras, pode entrar em conflito com a noção de Estado proposta por Maquiavel.

b. De que maneira os países enfrentaram a pandemia de covid-19 reforçando essa ideia de Estado?

10. Com a democratização e a massificação do acesso à internet, sobretudo por meio de *smartphones*, tornou-se cada vez mais recorrente a disseminação de conteúdos anônimos e sem respaldo científico. As chamadas *fake news* estão cada vez mais presentes no dia a dia, sendo usadas mesmo em períodos eleitorais, visando prejudicar a imagem política de candidatos. Para votar de maneira consciente, é fundamental distinguir as informações verdadeiras das *fake news*.

Descubra o quanto você está preparado para desvendar *fake news*. Reúna-se com dois colegas para solucionar esse desafio. Para isso sigam as etapas listadas adiante.

- Selecionem cinco notícias diferentes compartilhadas por amigos e familiares de vocês.
- Independentemente de como as notícias foram divulgadas (*memes*, vídeos, textos publicados na mídia etc.), verifiquem de onde elas partiram, ou seja, se a autoria delas é atribuída a alguém, se o autor assinou ou consentiu com a publicação do conteúdo.
- Se houver indicação de autor, pesquisem informações sobre ele para conferir se é especialista na área em questão.
- Caso se trate de uma publicação essencialmente escrita, verifiquem se a fonte é confiável, isto é, se foi veiculada em jornais e revistas de grande circulação e com longa tradição editorial ou em *sites* do governo ou de instituições internacionais respeitadas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

- Verifiquem se há no texto falhas de digitação, erros ortográficos ou informações imprecisas (sem dados estatísticos e com muitas generalizações, sem definição, por exemplo, de local e data em que uma pesquisa citada foi realizada). Pode ser que nas notícias selecionadas sejam citadas falas e frases de outras pessoas ou instituições; nesse caso, verifiquem se elas realmente afirmaram o que foi divulgado.
- Façam uma pesquisa e averiguem se fontes confiáveis trazem notícias semelhantes.

OBJETO DIGITAL
***Podcast*: O combate à desinformação**

Após a realização da pesquisa, respondam individualmente às questões a seguir.

a. Em qual(is) dessas notícias você confiaria? Qual(is) pode(m) conter *fake news*? Por quê?

b. Esse mesmo procedimento pode ser efetuado para analisar uma notícia sobre um projeto político executado por algum governante? Justifique.

c. Com base na resposta ao item **a**, como você auxiliaria alguém a identificar *fake news*? Resuma os procedimentos aplicados nesta atividade redigindo um conjunto de instruções.

Enem e vestibulares

11. (Enem-MEC)



LAERTE. Disponível em: www.laerte.art.br. Acesso em: 23 nov. 2021.

A charge ilustra um anseio presente na sociedade contemporânea, que se caracteriza pela

a. situação de revolta individual.
b. satisfação de desejos pessoais.
c. participação em ações decisórias.
d. permanência em passividade social.
e. conivência em interesses partidários.

12. (Unesp-SP)

> Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a direção suprema da vontade geral, e recebemos, enquanto corpo, cada membro como parte indivisível do todo. [...] um corpo moral e coletivo, composto de tantos membros quantos são os votos da assembleia [...]. Essa pessoa pública, que se forma, desse modo, pela união de todas as outras, tomava antigamente o nome de cidade e, hoje, o de república ou de corpo político, o qual é chamado por seus membros de Estado [...].

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os pensadores).

O texto, produzido no âmbito do iluminismo francês, apresenta a doutrina política do

a. coletivismo, manifesto na rejeição da propriedade privada e na defesa dos programas socialistas de estatização.
b. humanismo, presente no projeto liberal de valorizar o indivíduo e sua realização no trabalho.
c. socialismo, presente na crítica ao absolutismo monárquico e na defesa da completa igualdade socioeconômica.
d. corporativismo, presente na proposta fascista de unir o povo em torno da identidade e da vontade nacional.
e. contratualismo, manifesto na reação ao Antigo Regime e na defesa dos direitos de cidadania.

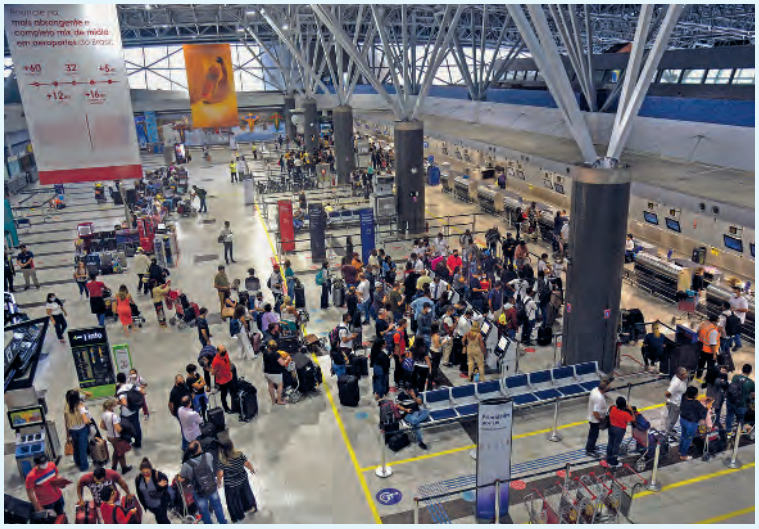
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 5

Globalização, emancipação e cidadania

O termo *globalização* começou a ser utilizado nas décadas de 1980 e 1990 para descrever um fenômeno de internacionalização econômica que envolveu aspectos como o desenvolvimento de novas tecnologias de transporte e de comunicação e informação que transformaram as décadas seguintes.

Ao analisar as consequências locais e mundiais da globalização, observa-se que o início do século XXI tem sido caracterizado por uma intensificação das trocas comerciais e culturais entre nações, mas também pela ampliação das desigualdades econômicas, tecnológicas e sociais, com concentração de riqueza e aumento da pobreza. O avanço nos meios de transporte, por exemplo, facilitou a propagação de doenças, como a covid-19. No âmbito individual, tem sido registrado um crescimento de diversas formas de adoecimento mental causadas principalmente por depressão e ansiedade. Nesse contexto, movimentos voltados para a emancipação e a garantia do exercício da cidadania têm atuado com o objetivo de frear os impactos negativos desse processo.



ISMAR INGBER/PULSAR IMAGENS

Movimentação de passageiros na área de *check-in* do Aeroporto Internacional do Recife, no estado de Pernambuco. Fotografia de 2022. O elevado fluxo internacional de pessoas é um dos fatores que caracteriza o fenômeno da globalização.

A unidade "Globalização, emancipação e cidadania" está presente nos quatro volumes desta coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Confira, no quadro a seguir, os capítulos de cada componente que contribuem para a abordagem da temática desta unidade.

A unidade "Globalização, emancipação e cidadania" na coleção

Componente	Capítulos
História	14. Populismos e ditaduras no Brasil e na América Latina 15. Mundo globalizado 16. Brasil contemporâneo
Geografia	3. Economia global e trocas desiguais 4. O mundo em rede
Sociologia	11. Globalização, cidadania e direitos humanos 12. Sociologia do desenvolvimento
Filosofia	9. Teorias sobre o sujeito 10. A filosofia no mundo globalizado e a pós-modernidade

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Na prática

A homogeneização ou padronização cultural, o excesso de individualismo, o consumo exacerbado e a preocupação constante com a autoimagem são fenômenos contemporâneos que estão direta ou indiretamente relacionados à globalização. Esses fenômenos permeiam as relações interpessoais e influenciam significativamente o modo de vida das sociedades ocidentais, bem como a construção das subjetividades. Alguns pesquisadores têm associado tais fenômenos ao crescimento de diversas formas de adoecimento mental.

Um estudo publicado em 2023 e conduzido por Michael Daly, da Universidade de Maynooth (Irlanda), e Lucía Macchia, da Universidade Cidade de Londres (Reino Unido), revelou o aumento, de 2009 a 2021, do sofrimento emocional em boa parte do mundo. De acordo com o estudo, que entrevistou 1,53 milhão de pessoas em 113 países, houve, no período analisado, aumento da percepção de angústia, tristeza, estresse, preocupação e raiva, sentimentos associados ao chamado sofrimento emocional.

Os dados sobre a pesquisa de Michael Daly e Lucía Macchia foram extraídos de: DALY, Michael; MACCHIA, Lucía. Global trends in emotional distress. **Pnas**, v. 120, n. 14, p. 1-3, 2023.

Apesar de ter sido constatado aumento significativo de sofrimento emocional em todos os grupos demográficos investigados, o estudo apontou, ainda, que as taxas são maiores nas populações mais desfavorecidas. Isso é explicado por desigualdades socioeconômicas que geram insegurança econômica, instabilidade política e coesão social reduzida.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



SUCCESSION PABLO PICASSO/AUTVIS, BRASIL, 2024.
FOTO: AKG IMAGES/ALBUM/FOTOARENA. LOCALIZAÇÃO: MUSEU DA COLEÇÃO DE ARTE DA RENÂNIA DO NORTE-VESTFÁLIA, DÜSSELDORF

Mulher diante do espelho, pintura de Pablo Picasso, 1937. A preocupação excessiva de homens e mulheres com a autoimagem tem sido uma das causas de sofrimento emocional.

1. **Reflita sobre como você lida com o individualismo, o consumo e a autoimagem. Compartilhe sua reflexão com os colegas.**
2. **Juntos, discutam como a angústia, a tristeza, o estresse e a preocupação podem afetar o dia a dia das pessoas.**
3. **Conte para seus colegas o que você costuma fazer para cuidar de sua saúde física e mental. Ouça também o que eles têm a dizer sobre essa mesma questão.**

CAPÍTULO 9

Teorias sobre o sujeito

Neste capítulo, serão abordadas desde a crise da subjetividade, que marcou o século XIX, até questões prementes, como o lugar da mulher e do negro nas sociedades globalizadas. Em um primeiro momento, serão tratados os três "mestres da suspeita", responsáveis por desconstruir a noção moderna de subjetividade. Em seguida, serão analisados a fenomenologia e o existencialismo, essenciais para a compreensão da noção de sujeito constituída no século XX.

A crise da razão e da subjetividade

No turbulento século XX, conhecido como a "era da catástrofe", vivemos duas guerras mundiais e numerosos conflitos, embora o período também tenha sido marcado por reivindicações de muitos movimentos – do feminismo, do poder jovem, das minorias silenciadas por séculos –, o que revolucionou ideias e atitudes. Nesse panorama foi ampliada a chamada **crise da razão**, que havia sido iniciada no final do século XIX com os chamados "mestres da suspeita": Karl Marx, Friedrich Nietzsche e Sigmund Freud. Como, diante de tanta barbárie e injustiça, confiar na racionalidade humana?

O que denominamos "crise da razão" consiste em um colapso da ideia de **subjetividade**, que é a herança mais relevante da modernidade. René Descartes, um dos principais pensadores da Idade Moderna, fundou o conhecimento na subjetividade, isto é, mostrou que o conhecimento nasce do uso da razão pelo sujeito. Entretanto, séculos mais tarde, Marx, Nietzsche e Freud argumentaram que o sujeito não é uma fonte segura para o conhecimento, pois desconfiaram da capacidade racional humana de conhecer a realidade exterior e de ter acesso transparente ao próprio "eu". Por isso, instauraram-se duas crises: a da razão e a da subjetividade.

Houve uma crise daquilo que costumamos denominar "consciência". Para Marx, fatores materiais (isto é, econômicos e técnicos) determinam a consciência, e não o contrário. Já para Nietzsche, o conhecimento que temos das coisas não passa de interpretação. O filósofo critica, ainda, a pretensão da racionalidade de controlar os instintos. Por fim, Freud mostra a limitação do poder da consciência diante do inconsciente.



JOHN WILLIAM WATERHOUSE - GALERIA DE ARTE WALKER, LIVERPOOL

Detalhe de *Eco e Narciso*, pintura de John William Waterhouse, 1903.

Imagens em contexto

A pintura de John William Waterhouse faz referência a Narciso, figura mitológica conhecida pela beleza e pela vaidade. De acordo com o mito de Narciso, relatado pelo poeta romano Ovídio, o belo jovem – também arrogante e orgulhoso – iludia todos os seus pretendentes, fossem ninfas ou rapazes. Responsabilizado pela morte de Eco, uma ninfa por ele apaixonada e que se suicidou após ser desdenhada, Narciso foi condenado a apaixonar-se pela própria imagem refletida nas águas. Ao tentar beijar seu próprio reflexo, o belo jovem, então, se afogou. Narciso pode ser interpretado como uma espécie de exacerbação do sujeito focado em sua própria subjetividade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Marx: materialismo e dialética

Em 1844, os alemães Karl Marx e Friedrich Engels escreveram juntos *A sagrada família*, que deu origem a outras importantes parcerias intelectuais e a uma amizade que os reuniu em torno das mesmas convicções.

Atentos ao seu tempo, observaram que o avanço técnico havia aumentado o poder humano sobre a natureza e sido responsável por riquezas e progresso, mas, contraditoriamente, tinha contribuído para a exploração crescente da classe operária, cada vez mais empobrecida. Marx e Engels destacaram-se também por aproveitar o conceito de dialética elaborado pelo filósofo alemão Friedrich Hegel, que a descrevia como um movimento em que a contradição e a oposição a uma realidade anterior são expedientes responsáveis pelo surgimento de outra realidade. Marx e Engels utilizaram esse conceito para explicar a história por meio da **luta de classes**.

Dando sequência às críticas ao **idealismo**, eles realizaram uma inversão. De acordo com o **materialismo**, o movimento é a propriedade fundamental da matéria e existe independentemente da consciência. A matéria, como dado primário, é a fonte da consciência, e esta é um dado secundário, derivado, uma vez que é reflexo da matéria. Porém, a consciência humana, mesmo historicamente situada, não é passiva: ao tomar conhecimento das relações que o determinam, o ser humano pode agir sobre o mundo, até mesmo no sentido de uma ação revolucionária, exercida contra o que lhe parece determinante.

O materialismo é **dialético** por reconhecer a estrutura contraditória do real, que, em seu movimento constitutivo, passa por três fases: a da tese (afirmação), a da antítese (negação) e a da síntese. O movimento da realidade é explicado, portanto, pelo antagonismo entre o momento da tese e o da antítese, cuja contradição deve ser superada pela síntese. Desse modo, todos os fenômenos da natureza ou do pensamento encontram-se em constante relação recíproca, não podendo ser compreendidos isoladamente, isto é, de maneira dissociada dos fenômenos que os rodeiam. Os fatos pertencem a um todo dialético e, portanto, fazem parte de uma estrutura.

Idealismo: do ponto de vista do conhecimento, nome genérico de diversos sistemas segundo os quais o ser ou a realidade são determinados pela consciência.



Detalhe de *A epopeia do povo mexicano*, mural de Diego Rivera, 1925-1930.

Imagens em contexto

No mural de Diego Rivera, Karl Marx aparece no topo segurando trecho do *Manifesto comunista*, escrito por ele e Engels, segundo o qual "A história de todas as sociedades até hoje é a história da luta de classes". As palavras de Marx parecem guiar um grupo de trabalhadores rebelados, representados à direita do mural. À esquerda, é representada a elite dona das fábricas, com sua ganância e seus vícios.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
DIEGO RIVERA © 2024 BANCO DE MÉXICO DIEGO RIVERA & FRIDA KAHLO MUSEUMS TRUST.
FOTO: JEFFREY ISAAC GREENBERG 17+/ALAMY/FOTOARENA - PALÁCIO NACIONAL, CIDADE DO MÉXICO

Materialismo histórico

O materialismo histórico é a aplicação dos princípios do materialismo dialético ao campo da história. Como o nome indica, portanto, é a explicação da história por meio de fatores materiais, ou seja, econômicos e técnicos. A história não se explica pela ação dos indivíduos, como até então era admitido. Por exemplo, costumava-se explicar a história pela atuação de grandes figuras – como César, Carlos Magno, Luís XIV – ou de grandes ideias – como o platonismo e o cristianismo –, ou, ainda, pela intervenção divina. Marx inverteu esse processo: em vez de ideias, fatos materiais; em vez de heróis, a luta de classes – por exemplo, a contradição entre senhor feudal e servo ou entre capitalista e proletário.

Em razão disso, para Marx, a sociedade estrutura-se em dois níveis: o da **infraestrutura** e o da **superestrutura**.

- A infraestrutura constitui a base econômica e engloba as relações do ser humano com a natureza no esforço de produzir a própria existência. Assim, de acordo com o clima (frio, quente, seco ou chuvoso) e os instrumentos de trabalho (pedra, madeira, metal ou eletrônicos), desenvolvem-se certas técnicas que influenciam as relações de produção, ou seja, o modo pelo qual os seres humanos se organizam na divisão do trabalho social. É nesse sentido que, na história, encontramos relações de senhores e servos e de capitalistas e proletários.
- A superestrutura constitui o caráter político-ideológico de uma sociedade, isto é, a forma como os indivíduos se organizam por meio de crenças religiosas, leis, literatura, artes, filosofia, concepções de ciência etc. Para Marx, essas expressões culturais refletem as ideias e os valores da classe dominante e, desse modo, tornam-se instrumentos de dominação.

Se o marxismo explica a realidade considerando a estrutura material, a ideia é algo secundário, não por ser menos importante, mas por derivar de condições materiais. Em outras palavras, as ideias do direito, da literatura, da filosofia, das artes ou da moral estão diretamente ligadas ao modo de produção econômico.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. De acordo com Marx, pode-se dizer que a infraestrutura e a superestrutura são dois níveis completamente separados? Explique.
2. Quando você está navegando na internet e lê alguma notícia ou algum artigo de opinião publicado por um jornal eletrônico, trata-se de uma situação no nível da infraestrutura ou da superestrutura? Explique.



HANS VON MANTEUFFEL/PULSAR IMAGENS

Salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife. Fotografia de 2021. O direito (ou o conjunto das leis) é uma das formas de expressão da superestrutura, que, por sua vez, reflete a infraestrutura.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Por exemplo: a moral medieval valorizava a coragem e a ociosidade da nobreza ocupada com a guerra, bem como a fidelidade, base do sistema de suserania e vassalagem. Do ponto de vista do direito, o empréstimo a juros era considerado ilegal e imoral em um mundo cuja riqueza era calculada de acordo com a posse de terras. Já na Idade Moderna, com a ascensão da burguesia, o trabalho foi valorizado e, consequentemente, criticou-se a ociosidade. A legalização do sistema bancário, por sua vez, exigiu a revisão das restrições morais aos empréstimos.

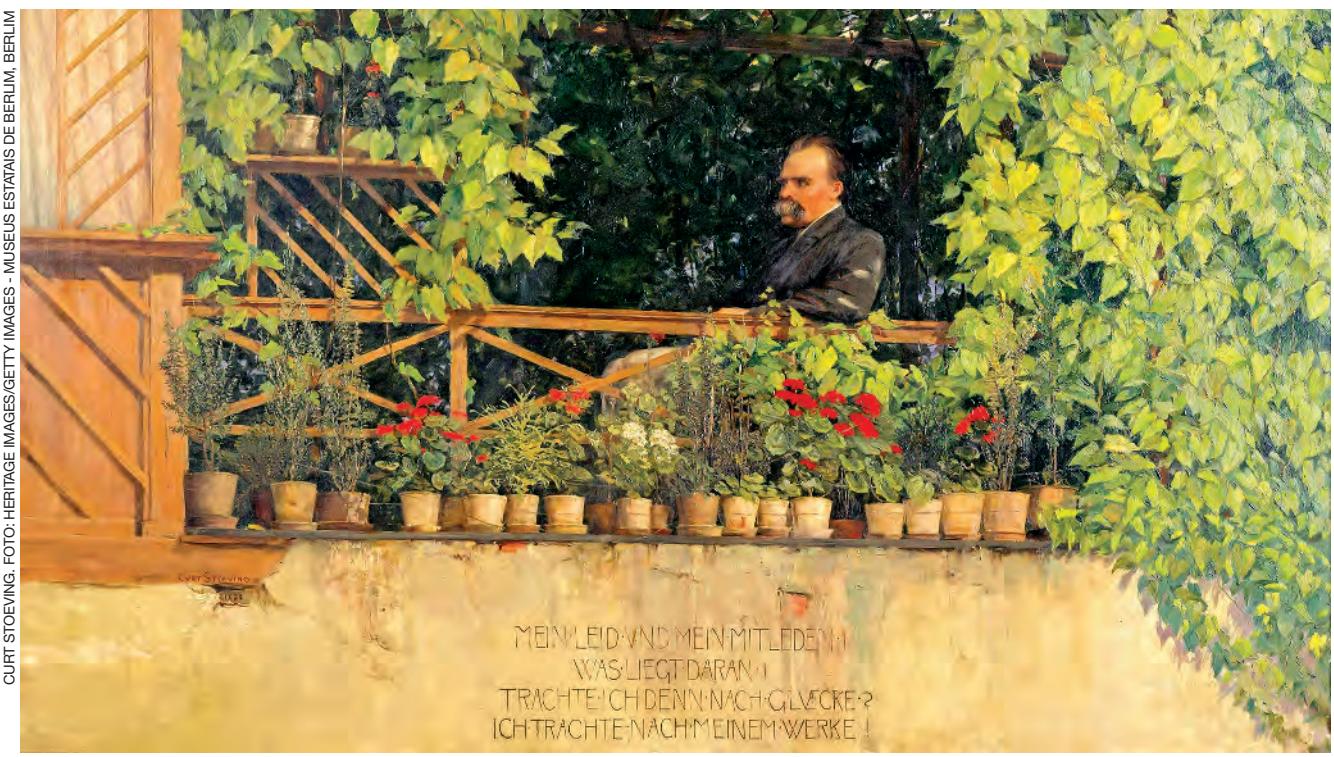
Os exemplos dados dizem respeito à passagem do sistema feudal para o sistema capitalista, que determinou transformações da moral, do direito e das concepções religiosas. Portanto, para estudar a sociedade não se deve, segundo Marx, partir do que os indivíduos dizem, imaginam ou pensam, e sim do modo pelo qual produzem os bens materiais.

Nietzsche: o critério da vida

O filósofo prussiano Friedrich Nietzsche, após estudar filologia e teologia, tornou-se professor de filologia grega na cidade de Basileia, na Suíça, mas abandonou a vida acadêmica em razão da saúde frágil, que se deteriorou ao longo do tempo. Em 1872, publicou seu primeiro livro, *O nascimento da tragédia no espírito da música*, seguido por *O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo*; *Humano, demasiado humano*; *A gaia ciência*; *Para além do bem e do mal*; *A genealogia da moral*; entre outros.

A obra de Nietzsche não é sistemática, o que explica a preferência do autor por **aforismos**, alusões e metáforas, em uma escrita muitas vezes poética, embora contundente e crítica, como ocorre em *Assim falou Zaratustra*.

Aforismos: estilo fragmentário e assistemático composto de textos curtos que exprimem de forma concisa um pensamento filosófico.



Friedrich Nietzsche, pintura de Curt Stoeving, 1894.

Imagens em contexto

Na parte inferior da pintura, há o seguinte trecho, originalmente em alemão, extraído da obra de Nietzsche intitulada *Assim falou Zaratustra*: "Meu sofrimento e meu compadecimento – que importam? Desde quando viso à felicidade? Eu viso à minha obra!".

CURT STOEVING. FOTO: HERITAGE IMAGES/GETTY IMAGES - MUSEUS ESTATAIS DE BERLIM, BERLIM
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Como conhecemos

Friedrich Nietzsche procedeu a um deslocamento do problema do conhecimento, alterando o papel da filosofia. Para ele, o conhecimento não passa de uma interpretação, de atribuição de sentidos, sem jamais ser uma explicação da realidade. Atribuir sentidos é, também, atribuir valores, ou seja, os sentidos são construídos com base em determinada escala de valores que se quer promover ou ocultar.

Se na linguagem comum a metáfora é um ornamento e como tal não tem significado de conhecimento propriamente dito, para o filósofo esse recurso assume um caráter cognitivo: só utilizando esse recurso é possível perceber as coisas no seu devir permanente, porque cada metáfora intuitiva é criada individualmente e, por isso, escapa ao "grande edifício dos conceitos", expressão que denota sua crítica às verdades aceitas desde sempre. O conceito, por sua vez, nada mais é do que "o resíduo de uma metáfora". Assim expressou Nietzsche:

> O que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, [...] antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, **canônicas** e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua **efígie** e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas.
>
> NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre verdade e mentira no sentido extramoral**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 48. (Coleção Os pensadores).

Canônicas: do latim *canon*, "lei", "regra", "padrão".

Efígie: representação da imagem de um personagem real ou simbólico.

Outro aspecto do caráter interpretativo de todo conhecimento é a **teoria do perspectivismo**, que consiste em perseguir uma ideia de diferentes perspectivas. Não existe verdade absoluta, pois essa pluralidade de ângulos não nos leva a conhecer o que as coisas são em si mesmas, mas é enriquecedora por nos aproximar mais da complexidade da vida em seu movimento.

Imagens em contexto

Na gravura de Escher, conforme nosso olhar é desviado perspectivamente para as regiões mais claras ou mais escuras, vemos elementos diferentes se encaixando no todo. Em suas obras, Escher privilegiou a questão do perspectivismo, que, para Nietzsche, nos aproxima da complexidade da vida em seu movimento.



MAURITS CORNELIS ESCHER/ CIRCLE LIMIT II, 1959. 37,8X37,8 CM, WOODCUT. FUNDAÇÃO M. C. ESCHER, BAARN, HOLANDA

O limite do círculo II, gravura de Maurits Cornelis Escher, 1959.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Genealogia

A **genealogia** é o método de decifração proposto por Nietzsche para desmascarar o modo pelo qual os valores são construídos. Por esse método, é possível descobrir lacunas, os espaços em branco mais significativos e o que não foi dito ou foi reprimido. Com isso, é possível identificar o modo como determinados conceitos foram transformados em verdades absolutas e eternas.

Como a vida é um devir – está sempre em movimento –, não é possível reduzi-la a conceitos abstratos, a significados estáveis e definitivos. Portanto, esse método visa resgatar o conhecimento primeiro, que foi transformado em verdade metafísica, estável e intemporal, ou seja, que não está sujeito à ação do tempo. Ao compreender a avaliação que foi feita dos instintos, Nietzsche descobriu que o único critério que se impõe é a vida, e não o ressentimento. Por isso, perguntou-se que sentidos atribuídos às coisas fortalecem nosso "querer viver" e quais o degeneram.

Por exemplo, nada sabemos da natureza ou da essência da honestidade, mas conhecemos numerosas ações individualizadas – e, portanto, diferentes umas das outras – consideradas honestas. Ao reunir todas elas sob o conceito de honestidade, estamos diante de uma abstração. O que perdemos nesse processo é o fato de que, ao colocar nosso agir sob a regência das abstrações, desprezamos as intuições para privilegiar apenas o conceito.

Genealogia: do grego *génos*, "origem", "nascimento", "descendência", e *lógos*, "estudo", "razão". Na obra de Nietzsche, significa o questionamento da origem dos valores.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Por que podemos dizer que o método de Nietzsche é genealógico?
2. Os estudiosos costumam dividir a obra de Nietzsche em três fases, com diferenças sutis de pensamento entre elas: juventude, período intermediário e maturidade. De que modo isso ilustra a ideia de vida como devir? Explique.



MILENA BOEVA/ALAMY/FOTOARENA

Escadaria de edifício projetado pelo arquiteto Ricardo Bofill em Calpe, na Espanha. Fotografia de 2022.

Imagens em contexto

Nesse projeto, o arquiteto Ricardo Bofill se inspirou na chamada escada de Penrose, uma escada que forma um *looping* contínuo, impossível de existir segundo os princípios da geometria tradicional euclidiana. Compreender a vida como um devir é como imaginar uma pessoa se deslocando continuamente em uma escada de Penrose, a cada momento em um nível diferente, nunca em um lugar definitivo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Na história da filosofia e entre os comentadores, é consagrada a expressão "moral de escravos", por isso a adotaremos em vez de "moral de escravizados".

A transvaloração dos valores

Para Nietzsche, a tendência de desconfiar dos instintos culminou com o cristianismo, que acelerou a domesticação do ser humano. Em diversas obras, com seu estilo apaixonado e mordaz, Nietzsche fez uma análise histórica da moral para mostrar as circunstâncias em que o ser humano se enfraqueceu, tornando-se doentio.

Ao criticar a moral tradicional, Nietzsche preconizou a transvaloração de todos os valores, ou seja, a necessidade de criar outros valores. De acordo com a filósofa brasileira Scarlett Marton, especialista na obra de Nietzsche:

> A noção nietzschiana de valor opera uma subversão crítica [...]. Se até agora não se pôs em causa o valor dos valores "bem" e "mal", é porque se supôs que existiram desde sempre; instituídos num além, encontravam legitimidade num mundo **suprassensível**. No entanto, uma vez questionados, revelam-se apenas "humanos, demasiado humanos"; em algum momento e em algum lugar, simplesmente foram criados. Assim o valor dos valores está em relação com a perspectiva a partir da qual ganharam existência. Não basta, contudo, relacioná-los com os pontos de vista que os engendraram; é preciso ainda investigar de que valor estes partiram para criá-los.
>
> MARTON, Scarlett. **Nietzsche**: a transvaloração dos valores. São Paulo: Moderna, 1993. p. 50. (Coleção Logos).

Pelo método da genealogia, Nietzsche denuncia a falsa moral "decadente", "de rebanho", "de escravos", cujos valores seriam a bondade, a humildade, a piedade e o amor ao próximo. Distinguiu, então, a **moral de escravos** e a **moral de senhores**.

Moral de escravos

De acordo com Nietzsche, a moral de escravos é herdeira do pensamento socrático-platônico e da tradição da religião judaico-cristã, porque está alicerçada na tentativa de subjugação dos instintos pela razão: o homem-fera é transformado em animal doméstico. Essa moral estabelece um sistema de juízos de acordo com o qual o bem e o mal são considerados valores metafísicos transcendentes, isto é, independentes da situação concreta vivida.

Negando os valores vitais, movido pela moral de escravos, o indivíduo procura a paz e o repouso, o que provoca passividade e diminuição de sua potência. Na conduta humana, orientada pelo ideal ascético, a alegria é transformada em ódio à vida, o ódio dos impotentes, e a pessoa torna-se vítima do ressentimento e da má consciência, ou seja, desenvolve o sentimento de culpa. Desse modo, ao negar a alegria da vida, assume a mortificação como meio para alcançar a vida do além, em um mundo superior.

Suprassensível: o que está acima de ser captado pelos sentidos.

Sugestão

Classificação indicativa do filme *O cavalo de Turim*: não recomendado para menores de 12 anos.

O cavalo de Turim

Direção: Béla Tarr e Ágnes Hranitzky. Hungria, França, Alemanha e Suíça, 2011. 155 minutos.

O filme trata de um suposto episódio vivido por Nietzsche em Turim, na Itália, quando, ao se deparar com um fazendeiro maltratando o próprio cavalo, teve uma atitude repentina para salvar o animal. No filme, a história central não é a de Nietzsche, mas a do fazendeiro, cuja monotonia da vida condiz com o conceito nietzschiano de moral dos escravos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

EDI SUSANTA/GETTY IMAGES



Teatro de sombra com marionetes em Bali, na Indonésia. Fotografia de 2023. Na moral de escravos, existe um controle da razão sobre nossos instintos visando amansar-nos, como se fôssemos marionetes executando fielmente os movimentos que nos são ordenados.

Moral de senhores

A moral de senhores é a moral positiva que visa à conservação da vida e de seus instintos fundamentais. É positiva porque está apoiada no sim à vida e por se configurar com base no signo da plenitude, do acréscimo. Funda-se na capacidade de criação, de invenção, cujo resultado é a alegria, consequência da afirmação da potência. O indivíduo que consegue se superar é o que atinge o **além-do-homem**. O sujeito além-do-homem consegue reavaliar os valores, desprezar os que o diminuem e criar outros que estejam comprometidos com a vida.

Niilismo e vontade de potência

Com o exposto, talvez se pense que Nietzsche chegou ao extremo de individualismo e amoralismo. Muitos até o chamaram de **niilista**, para acusá-lo de não acreditar em nada e negar os valores, o que é impreciso. Em vez disso, o filósofo atribuía o niilismo aos valores tradicionais de uma moral decadente, com base na qual o ser humano se acomoda na mediocridade que uniformiza tudo.

Melhor dizendo, para o filósofo prussiano, o conceito de niilismo pode ser passivo ou ativo. O passivo exprime o declínio da vontade de potência (ou vontade de poder), expressão que não se confunde com a potência que visa dominar os outros, mas designa as forças vitais, que se encontravam entorpecidas e podem ser recuperadas pelo indivíduo dentro de si em um dizer sim ao mundo. Nesse sentido, a potência é virtude compreendida como força, vigor, capacidade, autorrealização. Se essa moral valoriza a individualidade, isso ocorre tanto para si como para os outros, pois cada um pode ser ele mesmo.

Conforme o professor Gilbert Hottois:

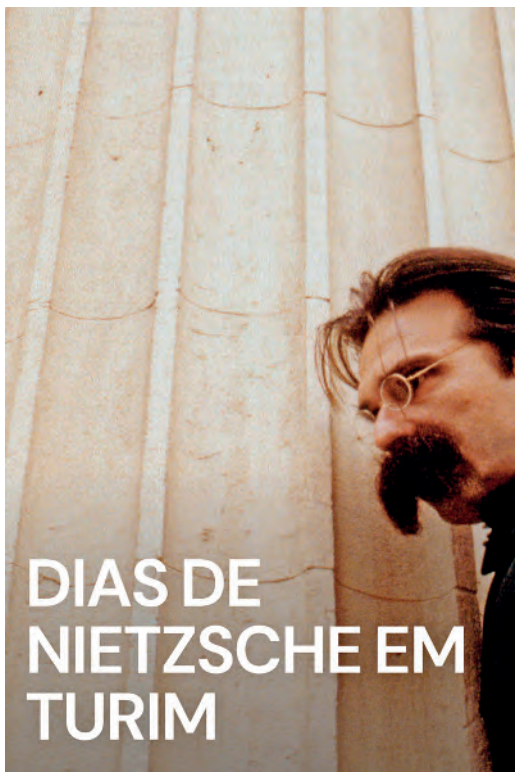
> O super-homem é o homem do niilismo afirmativo, aquele que rompeu com a angústia mortífera da religião e da metafísica. Ele é o indivíduo capaz de pensar e de viver o movimento incessante e múltiplo da vontade de poder. De pensar e de viver como criador, como poeta, como dançarino e como artista.

HOTTOIS, Gilbert. **Do Renascimento à pós-modernidade**: uma história da filosofia moderna e contemporânea. Aparecida: Ideias & Letras, 2008. p. 302-303.

Além-do-homem: do alemão *Übermensch*, "sobre-humano", "que transpõe os limites do humano". Costuma ser usado com o mesmo sentido o termo "super-homem", o qual pode dar margem a mal-entendidos.

Niilista: adepto do niilismo (do latim *nihil*, "nada").

Após a morte de Nietzsche, seu pensamento foi desvirtuado e associado ao antissemitismo, corrente ou atitude política hostil aos judeus. A filosofia de Nietzsche era nitidamente contrária ao racismo e ao nacionalismo germânico, mas sua irmã Elisabeth difundiu as obras com passagens descontextualizadas, ocultando trechos que explicitavam a posição do filósofo. Em razão dessa distorção, a obra de Nietzsche foi considerada, equivocadamente, inspiradora de ideias nazistas.



REPRODUÇÃO/RIO FILMES

Cartaz de divulgação do filme *Dias de Nietzsche em Turim*, dirigido por Júlio Bressane, 2002. Esse filme se passa nos anos que precedem a morte do filósofo, quando ele escreveu a obra *Ecce homo*, com a preocupação de possíveis distorções e apropriações equivocadas de seu pensamento.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. O que Nietzsche entende por "senhores" quando ele usa a expressão "moral de senhores"?
2. Segundo Nietzsche, qual é a consequência da afirmação de nossa potência?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Freud: fundador da psicanálise

O médico austríaco Sigmund Freud viveu em Viena e trabalhou na segunda metade do século XX com o neurologista francês Jean-Martin Charcot, o qual tratava mulheres que, na época, eram consideradas **histéricas** por meio de hipnose. Posteriormente, Freud aperfeiçoou sua compreensão a respeito de doenças psíquicas até criar a teoria psicanalítica com base na hipótese do inconsciente. Para a psicanálise, todos os nossos atos têm uma realidade exterior representada na conduta externa, mas também carregam significados ocultos que podem ser interpretados. Usando uma metáfora, pode-se dizer que a vida consciente é apenas a ponta de um *iceberg*, cuja parte submersa (de maior volume) simboliza o inconsciente.

Outra inovação da psicanálise encontra-se na compreensão da natureza sexual da conduta humana. A energia que preside os atos humanos é de natureza **pulsional**, e Freud a denomina **libido**. É importante entender, porém, que para Freud a sexualidade não se reduz à genitalidade – isto é, aos atos que se referem à atividade sexual propriamente dita –, porque seu significado é muito mais amplo, ao abranger toda e qualquer forma de gratificação ou busca de prazer.

Histéricas: referente à histeria, manifestação psíquica ligada aos impulsos libidinais recalcados, traduzida em sintomas corporais.

Pulsional: relativo à pulsão. Na psicanálise, as pulsões são forças internas que provocam tensões. Entre os diversos tipos de pulsão, destacam-se a de natureza sexual e a de autoconservação.

Libido: do latim *libitus*, "desejo", "vontade". Na psicanálise, conceito de definição complexa entendido como manifestação dinâmica da pulsão sexual na vida psíquica.

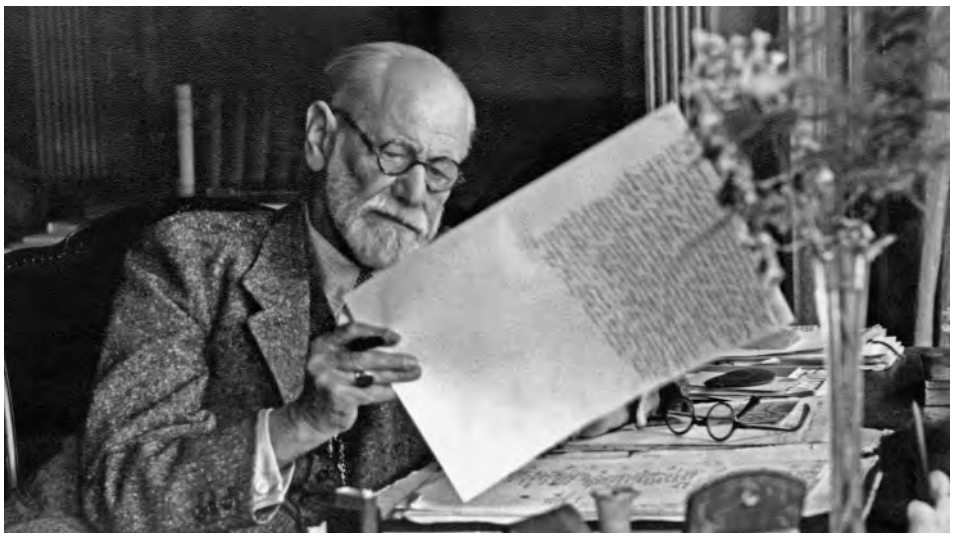
As três instâncias do aparelho psíquico

Ao descrever o aparelho psíquico, Sigmund Freud delimitou três instâncias diferenciadas: **id**, **ego** e **superego**.

- O id (do latim, "isto") constitui o polo pulsional da personalidade, o reservatório primitivo da energia psíquica; seus conteúdos são inconscientes, alguns inatos e outros recalcados.
- O ego (do latim, "eu") é a instância que age como intermediária entre o id e o mundo externo. Em contraste com o id, que contém as pulsões, o ego enfrenta conflitos para adequá-las pela razão às circunstâncias. Por isso, o ego é também a sede do superego.
- O superego (ou "supereu") é o que resulta da internalização das proibições impostas pela educação, de acordo com os padrões da sociedade em que se vive.

As forças antagônicas que agem no ego exigem do indivíduo um ajuste regulador, o **princípio de realidade**, pelo qual equaciona a satisfação imediata dos desejos, adequando o **princípio do prazer** às condições impostas pelo mundo exterior.

Quando o conflito é muito grande e o ego não suporta a consciência do desejo, este é rejeitado, o que provoca o recalque (ou recalcamento), processo que ocorre inconscientemente e não se confunde com a repressão, como você estudará adiante.



BETTMANN/GETTY IMAGES

O médico Sigmund Freud em escritório de sua casa em Viena, na Áustria. Fotografia de 1930.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

No entanto, o que foi recalcado não permanece no inconsciente, pois, sendo energia, precisa ser expandido, e reaparece na forma de sintomas, que podem ser decifrados em sua linguagem simbólica. Caso os sintomas permaneçam obscurecidos pelo desconhecimento das causas, as consequências são as **neuroses** ou até desordens mais graves. Cabe à prática psicanalítica aplicar seu método para que o paciente faça essa descoberta por meio da associação livre.

Um dos conceitos importantes da psicanálise é o complexo de Édipo – inspirado na tragédia grega em que Édipo mata o pai e se casa com a mãe –, que consiste no desejo do menino pela mãe e sua rivalidade com o pai, processo que ocorreria, segundo Freud, dos 3 aos 5 anos de idade. Porém, por ser incestuosa, essa pulsão primária entra em conflito com os **interditos**, e o desejo edipiano é suprimido ou recalcado. Para Freud, esse complexo desempenha um papel fundamental na estruturação da personalidade e na orientação do desejo humano.

Associação livre

Há várias maneiras de sondagem do inconsciente, e, para Freud, os sonhos são "a via régia para o inconsciente", conforme aparece em seu livro *A interpretação dos sonhos*, publicado em 1900. O que recordamos de um sonho é seu conteúdo manifesto, que às vezes nos parece incoerente e absurdo. As deformações contidas nesse conteúdo manifesto, porém, decorrem da resistência, conceito criado para identificar as forças defensivas do ego, que, na vigília, impedem a tomada de consciência dos desejos recalcados no inconsciente. No entanto, todo sonho oculta um conteúdo latente, a ser descoberto pela decifração do simbolismo do que é recalcado.

Algumas pessoas costumam procurar significados fixos para os sonhos, como se houvesse símbolos universais, mas, para Freud, tudo se inicia das associações livres feitas pelo sujeito que sonha. Seguindo o fluxo espontâneo das ideias, ele dá pistas para que se descubra o sentido oculto, enquanto o profissional que o assiste, apoiado pelas regras da prática terapêutica psicanalítica, o auxilia a chegar aos pensamentos latentes do sonho.

Além dos sonhos, atos falhos e chistes são fenômenos psíquicos que fornecem elementos adequados à interpretação. Os **atos falhos** são pequenos deslizes, como esquecimentos, trocas de nomes ou lapsos de linguagem aparentemente involuntários, mas que podem ser interpretados porque "traem" algum segredo. O **chiste** consiste em gracejos feitos sem aparente intenção de ofender ou seduzir, mas que revelam forças agressivas ou eróticas reprimidas.

Neuroses: sofrimento mental decorrente de desejos inconscientes reprimidos pelo superego que procuram uma "válvula de escape" para acessar a consciência.

Interditos: proibições; refere-se ao que é proibido, interditado.



MICHAEL BROSILOW

Encenação da ópera *Édipo rei*, inspirada na tragédia de Sófocles e dirigida por Charlie Newell, em 2019.

Imagens em contexto

A história de Édipo, narrada na tragédia do dramaturgo grego Sófocles, do século V a.C., é uma das ficções mais marcantes do mundo ocidental e serviu à reflexão de muitos pensadores, entre eles, Sigmund Freud. Na história, Édipo se cega após descobrir que tirou a vida do próprio pai e se casou com a própria mãe.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sublimação e repressão

Quando o ego se defronta com conflitos, reage de diversas maneiras. Uma delas é a **sublimação**, que consiste na busca de modos socialmente aceitáveis de realização das pulsões do id, ou de pelo menos parte delas. É o que ocorre quando o indivíduo realiza atividades não relacionadas diretamente à sexualidade, mas que podem lhe dar prazer, como a criação artística e a investigação intelectual, ou valorizadas pela cultura em que vive, como as vinculadas ao trabalho ou à religião.

Outra reação do ego pode ser a **repressão**, que não se confunde com o recalque, apesar de esses conceitos serem muitas vezes usados como sinônimos.

Como você estudou, o processo de recalque é inconsciente. A repressão, por sua vez, resulta de um ato consciente, seja do próprio indivíduo – quando reprime seus desejos por considerá-los contrários a seus valores ou simplesmente impróprios –, seja de autoridades externas, como os pais ou a polícia. Portanto, por ser consciente, é o sujeito que, de modo autônomo, "censura" o desejo em razão de motivações morais ou obedece a agentes externos "repressores".

Sugestão

A razão do sofrimento: Freud *versus* Nietzsche

Produção: Viviane Mosé. Brasil, 2020. 8 minutos.

Nesse episódio do *podcast* *#aespeciequepergunta*, a filósofa Viviane Mosé investiga a causa do sofrimento com base em duas perspectivas contrastantes, a de Sigmund Freud e a de Friedrich Nietzsche. Segundo explica Mosé, para Freud, por nosso potencial ser limitado pelo convívio social e pela vida moral, inevitavelmente sofremos – ou seja, sofremos em razão de nossa limitação. Já para Nietzsche, o sofrimento decorre não propriamente dos limites que nos são impostos, mas da impossibilidade de afirmar a vida por meio da ação.

Psicanálise e cultura

Em *O mal-estar na cultura* – também traduzido como *O mal-estar na civilização* –, Freud refletiu sobre o efeito da repressão dos instintos agressivos e sexuais e seus resultados na cultura, capazes de provocar um estado perigoso de frustração. Ao observar que as forças agressivas e egoístas precisavam ser controladas para possibilitar o convívio humano e a vida moral, Freud se perguntou em que medida essa renúncia poderia ser autodestrutiva a ponto de comprometer a felicidade. Concluiu com pessimismo que é alto o preço pago pelo indivíduo para tornar-se civilizado, mas ponderou:

> O programa que o princípio do prazer nos impõe, o de sermos felizes, não é realizável, mas não nos é permitido – ou melhor, não nos é possível – renunciar aos esforços de tentar realizá-lo de alguma maneira. Para tanto, pode-se escolher caminhos muito diversos, colocando em primeiro lugar o conteúdo positivo da meta, o ganho de prazer, ou o negativo, o de evitar o desprazer.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na cultura**. Porto Alegre: L&PM, 2010. p. 76. (Coleção L&PM Pocket).

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



As ~~fantásticas~~ traumáticas aventuras do filho do Freud, tirinha de Pacha Urbano, 2013.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Identifique o ato falho cometido pelo personagem Freud.
2. Na tirinha, o psicanalista Freud é representado de terno cinza diante de seu paciente. Sabendo disso, explique a inversão que gera humor feita pela tirinha.

Os dados da quantia investida em publicidade no Brasil foram retirados de: CONSELHO EXECUTIVO DAS NORMAS-PADRÃO. **Agências que mais investiram em 2022**. Disponível em: https://www.cenp.com.br/post/cenp-meios-ag%C3%AAncias-que-mais-investiram-em-2022. Acesso em: 3 set. 2024.

Marketing e publicidade e propaganda

As teorias de Freud abriram caminho para os estudos do inconsciente e das pulsões humanas. Com base nesses estudos, puderam ser desenvolvidas técnicas publicitárias persuasivas e eficazes para orientar as ações humanas tanto na esfera do mercado quanto na da política. Utilizando pesquisas de mercado, que captam os desejos e impulsos dos indivíduos, tornou-se possível induzir pessoas a desejar e consumir não só produtos, mas também ideias e projetos políticos. Nos últimos anos, as análises de grandes volumes de dados obtidos em redes de comunicação tornaram mais eficiente a identificação das motivações subjetivas dos comportamentos dos indivíduos, o que possibilitou a criação de estratégias de *marketing* voltadas para subgrupos específicos de consumidores, como os de mulheres, negros, pessoas idosas e pessoas LGBTQIA+.

Com a expansão dos meios digitais, as áreas de atuação dos profissionais de *marketing*, publicidade e propaganda se diversificaram. Apesar de o poder público investir quantias elevadas em publicidade, o serviço é feito por empresas e agências privadas, de modo que a maior parte dos empregos na área está concentrada nelas. Os profissionais dessas áreas podem atuar, por exemplo, nos setores de venda, em agências de comunicação e mídia, em institutos de pesquisa e de análise de mercado e em agências de publicidade e *marketing*. Confira algumas carreiras possíveis.

- **Curso técnico em *marketing***. O curso técnico forma o profissional para projetar, implementar e gerenciar planos e estratégias de *marketing* digital; fazer análises de vendas, preços e produtos; desenvolver projetos de comunicação, fidelização de clientes e relação com fornecedores e outras entidades; operacionalizar apresentação de produtos e serviços em pontos de venda; elaborar estudos de mercado etc.
- **Curso superior de tecnologia em *marketing***. A formação no curso superior possibilita ao profissional, entre outras coisas, coordenar equipes de *marketing*; assessorar os dirigentes da área; gerenciar produtos, serviços e marcas; planejar, executar e avaliar pesquisas e estratégias de mercado; avaliar aspectos econômico-financeiros relacionados à área; planejar estratégias de comunicação com os consumidores e supervisionar as atividades de *marketing*.
- **Curso superior de publicidade e propaganda**. A graduação na área habilita o profissional para intermediar a relação entre os clientes e a agência a fim de definir o escopo da campanha encomendada e a estratégia publicitária a ser adotada; elaborar a campanha publicitária com base nas pesquisas de *marketing*; administrar a campanha de publicidade e as estratégias de venda de um produto; planejar e elaborar estratégias de *marketing* em todas as suas etapas; selecionar veículos de comunicação e firmar acordos de divulgação de um produto ou uma marca; coletar dados sobre o mercado consumidor e avaliar resultados de consumo; produzir peças publicitárias de diferentes naturezas (para veiculação em mídia impressa, digital etc.) e desenvolver estratégias de vendas.

A expansão dos meios digitais provocou alterações substanciais no mercado de trabalho das áreas de *marketing* e publicidade. De um lado, houve retração dos investimentos nas campanhas mais onerosas para os veículos tradicionais e, de outro, aumentou-se a demanda por ações publicitárias em mídias digitais. De acordo com um estudo produzido pelo Conselho Executivo das Normas-Padrão, em 2022, no Brasil, foram investidos em publicidade 21,2 bilhões, sendo 35,7% desse total destinados aos meios digitais.

SONGSAK ROHPRASIT/GETTY IMAGES



Influencer gravando conteúdo na Tailândia. Fotografia de 2022. O *marketing* digital tornou-se cada vez mais dependente da colaboração de *influencers*, pessoas influentes nas redes sociais. Uma das tarefas dos profissionais de *marketing* e publicidade e propaganda consiste em identificar e contratar essas pessoas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Fenomenologia: a reabilitação da consciência

A fenomenologia é um método e uma filosofia propostos pelo alemão Edmund Husserl em 1913, com a publicação da obra *Ideias para uma fenomenologia pura e uma filosofia fenomenológica*. Ele a entendia como o processo pelo qual se investiga o fluxo da consciência ao mesmo tempo que se é capaz de representar um objeto fora de si. Podemos compreender melhor esse processo se examinarmos o conceito de fenômeno como "aquilo que aparece", isto é, "como aquilo que se apresenta imediatamente à consciência".

A fenomenologia opõe-se à filosofia tradicional, pois, de acordo com Husserl, esta se apoia em uma metafísica vazia e abstrata, voltada para a explicação, ao passo que, naquela, o ser humano é o ponto de partida da reflexão. Ao buscar o que é dado na experiência, aquele que vive determinada situação concreta descreve "o que se passa" efetivamente de seu ponto de vista, processo que valoriza a intuição e a afetividade.

A fenomenologia de Husserl

Em sua filosofia, Edmund Husserl criticou o positivismo e o cientificismo, que, ao se aterem aos fatos e às relações entre eles, limitariam o conhecimento científico a uma neutralidade despojada de subjetividade. O filósofo ressaltou, então, as relações entre consciência e objeto, retornando às próprias coisas sem desprendê-las da subjetividade.

Intencionalidade

Para estabelecer a relação entre sujeito e objeto, Edmund Husserl parte de um postulado básico, a noção de **intencionalidade**: toda consciência é intencional por sempre tender para algo, por visar a algo fora de si. Contrariando o que afirmaram os racionalistas (como Descartes), o filósofo alemão declara que não há pura consciência separada do mundo, porque toda consciência é consciência de alguma coisa. Contra os empiristas (como John Locke), argumenta que não há objeto em si, já que o objeto é sempre para um sujeito que lhe dá significado. Dessa maneira, seria resolvida a contradição entre corpo-mente e sujeito-objeto que perdurou na tradição filosófica (com exceção de Baruch Espinosa).



ACERVO SESI LAB, BRASÍLIA

Aparato "Ilusão da parede do café" no museu interativo Sesi Lab, em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2023.

Imagens em contexto

Nessa instalação do museu Sesi Lab, todos os azulejos de cor branca e de cor preta são quadrados e apresentam as mesmas dimensões. É o rejunte na cor cinza que dá a impressão de movimento e de que os azulejos são de tamanhos diferentes ou tortos. Esse aparato é conhecido como "Ilusão da parede do café", por ter sido notado pela primeira vez na parede de uma cafeteria em Bristol, no Reino Unido. Na fenomenologia, o que importa não é como são os objetos em si, mas a consciência que temos deles, como eles aparecem para nós.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Em oposição ao positivismo, a fenomenologia visa à "humanização" da ciência, apoiada em uma nova relação entre sujeito e objeto, ser humano e mundo, considerados polos inseparáveis. Como a consciência é doadora de sentido, fonte de significado, o processo de conhecer nunca termina: é uma exploração exaustiva do mundo. Vale lembrar que a consciência do mundo não se reduz ao conhecimento intelectual, pois a consciência também é fonte de intencionalidades afetivas e práticas.

A teoria fenomenológica influenciou filósofos importantes que seguiram percursos autônomos, porque a herança de Husserl não prosseguiu como pensava o filósofo, uma vez que adquiriu variantes que tornam bastante difícil definir o método fenomenológico, o que cada um entende por subjetividade ou intencionalidade. Na sequência, vamos abordar o pensamento de Martin Heidegger, uma dessas variantes do método fenomenológico.

Heidegger: fenomenologia existencial

No século XIX, diversos pensadores voltaram-se para temas que envolviam o questionamento do racionalismo excessivo da tradição filosófica. O filósofo dinamarquês Sören Kierkegaard, que viveu na primeira metade do século XIX, foi o primeiro a descrever a angústia como experiência fundamental do ser livre ao se colocar em situação de escolha. No século seguinte, os existencialistas buscaram compreender a singularidade da escolha livre.

O filósofo alemão Martin Heidegger, às vezes, é enquadrado entre os existencialistas, embora ele próprio recusasse essa filiação, argumentando que, em sua filosofia, as reflexões acerca da existência não tratam propriamente da existência pessoal, mas constituem análise introdutória ao problema do ser, termo que deve ser compreendido em seu sentido **ontológico**.

Ontológico: para Heidegger, relativo ao ser em si, em sua dimensão ampla e fundamental, em oposição ao ôntico, que se refere aos entes múltiplos e concretos da realidade.

Discípulo de Edmund Husserl, Heidegger adotou o método fenomenológico, apesar de, nele, assumir diferenças significativas por ser de natureza hermenêutica (interpretativa), o que lhe possibilitou elaborar outra concepção da relação entre consciência e mundo, entre sujeito e objeto.



IMAGNO/GETTY IMAGES

O filósofo Martin Heidegger durante conferência em Tubinga, na Alemanha. Fotografia de 1961.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Explique de que modo a fenomenologia se opõe ao positivismo.
2. Por que Martin Heidegger recusa a filiação ao existencialismo?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O “ser-aí”

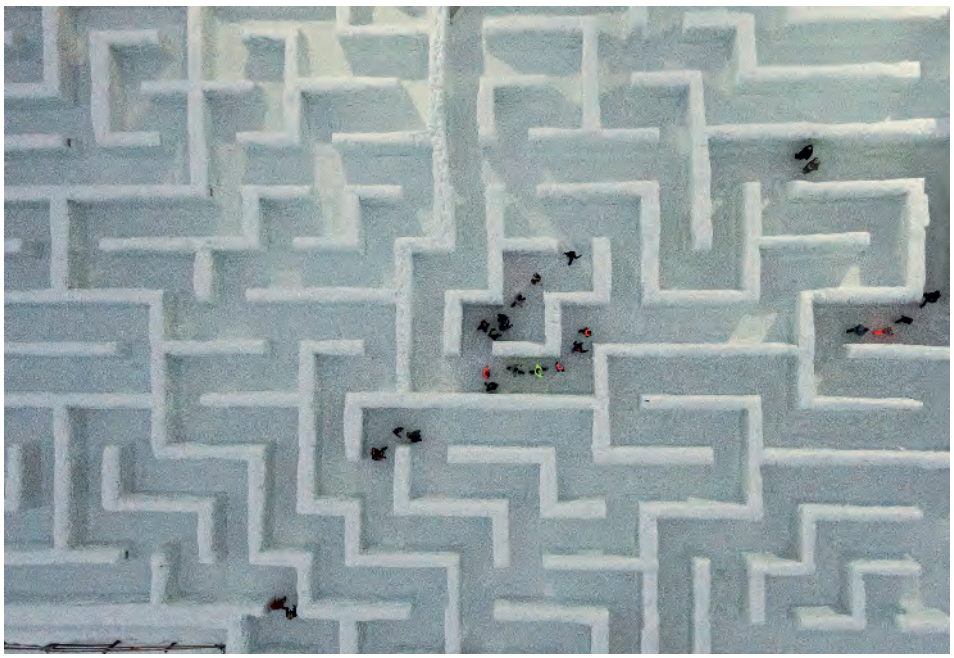
Na obra *Ser e tempo*, publicada em 1927, Martin Heidegger seguiu o método fenomenológico para discutir e elaborar uma teoria do ser. Desde logo, percebeu que o ser humano difere dos animais e das coisas no seguinte sentido: a pedra é sem mundo, o animal é pobre de mundo e o ser humano é criador de mundo. O existir humano é por ele denominado ***Dasein***, expressão alemã de difícil tradução que significa algo como “ser-aí”, isto é, o ser-no-mundo, porque o ser humano não constitui uma consciência separada do mundo. Ser é “estourar”, “eclodir” no mundo.

Facticidade: do latim *factum*, “fato”.

O *Dasein*, como “ser-aí”, é um ser “lançado” no mundo; no entanto, o ser humano não se reduz a uma “coisa”. Por isso, distinguem-se na existência humana dois aspectos inseparáveis: **facticidade** e **transcendência**.

- A facticidade é o conjunto das determinações humanas: nós nos encontramos no mundo tendo um corpo com determinadas características psicológicas, pertencemos a uma família, a um grupo social e estamos situados em um tempo e em um espaço que não escolhemos. Vivemos em um mundo que não criamos e ao qual nos encontramos submetidos em um primeiro instante.
- A transcendência é a ação pela qual o ser humano executa o movimento de ir além dessas determinações, não para negá-las, mas para lhes dar sentido e orientar suas ações nas mais diversas direções. A transcendência é a dimensão da liberdade humana.

Portanto, para Heidegger, o existir humano não se assemelha ao estar das coisas; é projetar-se, inventar-se e, sobretudo, escolher-se como ser de liberdade. Em razão de a liberdade sempre estar situada em um mundo concreto, não há como, então, separar os polos de facticidade e de transcendência.



OMAR MARQUES/ANADOLU/GETTY IMAGES

Visão aérea de pessoas em labirinto de neve em Zakopane, na Polônia. Fotografia de 2024. A transcendência permite libertar-se de caminhos pré-determinados e que conduzem a uma mesma direção.

Sugestão

Classificação indicativa do filme *Dias perfeitos*: não recomendado para menores de 12 anos.

Dias perfeitos

Direção: Wim Wenders. Alemanha e Japão, 2023. 125 minutos.

O filme narra o cotidiano de Hirayama, que leva uma vida tranquila e feliz. Sem ambições materiais e com simplicidade, o dia a dia do protagonista, cuja profissão é de limpador de banheiros públicos, destoa da condição luxuosa vivida pela irmã. Ao ser questionado pela sobrinha pelo distanciamento entre o tio e a mãe, Hirayama responde a ela que “O mundo é formado por muitos mundos”. Implícita nessa frase está a dimensão da liberdade, que permite fazer escolhas e transcender determinações sociais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Temporalidade

Apenas o *Dasein*, o "ser-aí", é um ser no tempo, porque é um ser como possibilidade, como projeto, o que o introduz na dimensão da temporalidade. Isso não significa apenas ter um passado e um futuro em que os momentos se sucedem passivamente uns aos outros, mas que a existência é esse ato de se projetar no futuro e, ao mesmo tempo, transcender o passado, o que não ocorre sem dificuldade. Mergulhado na facticidade, o ser humano tende a recusar seu próprio ser, cujo sentido se anuncia, mas que ainda se acha oculto.

A angústia decorre da tensão entre o que o indivíduo é e aquilo que poderá vir a ser, como dono do próprio destino. Desse modo, a angústia retira o indivíduo do cotidiano e o reconduz ao encontro de si.

> Na angústia – dizemos nós – "a gente sente-se estranho". O que suscita tal estranheza e quem é por ela afetado? [...] Todas as coisas e nós mesmos afundamo-nos numa indiferença. Isto, entretanto, não no sentido de um simples desaparecer, mas em se afastando elas se voltam para nós. Este afastar-se do ente em sua totalidade, que nos assedia na angústia, nos oprime.

HEIDEGGER, Martin. **Que é metafísica?** São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 39. (Coleção Os pensadores).

O impessoal

O conceito de impessoalidade, para Martin Heidegger, refere-se à existência inautêntica da pessoa que se degrada ao viver de acordo com verdades e normas estabelecidas. A **despersonalização** a faz mergulhar no anonimato, que anula qualquer originalidade. É o que o filósofo chamou de mundo do "se" (do "a gente") ao designar a impessoalidade da ação: come-se, bebe-se, vive-se, como todos comem, bebem e vivem. A pessoa autêntica, em contrapartida, projeta-se no tempo, sempre em direção ao futuro. A existência é o lançar-se contínuo às possibilidades sempre renovadas.

Entre as possibilidades, destaca-se a de "ser-com-o-outro", desde que se estabeleça uma relação de solicitude, de cuidado pelo outro, e se favoreça a consciência da própria liberdade, sem se esquecer, porém, de que geralmente é do outro que podem vir as respostas inautênticas, que reforçam as ações impessoais.

Outra possibilidade, privilegiada e inexorável, é a da morte. O "ser-aí" é um "ser-para-a-morte". É a consciência da própria morte que possibilita o olhar crítico sobre a existência. Em contrapartida, é característica da inautenticidade abordar a "morte na terceira pessoa", ou seja, a morte dos outros, evitando tematizar a finitude, deixando, portanto, de questionar a própria existência.

Despersonalização: no contexto, processo de perda das características e dos desejos individuais, que fazem uma pessoa "não ser ela mesma".

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Como a despersonalização é representada na charge?
2. Na crítica da charge, a despersonalização das personagens é resultado de uma escolha individual ou de uma condição social?



Perto de casa, charge de John McPherson, 1999.

© 1999 JOHN MCPHERSON / DIST. POR ANDREWS MCMEEL SYNDICATION

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A questão da técnica

Martin Heidegger criticou o que chamou de triunfo da técnica, ao deixar de ser um meio para se transformar em um fim. Para ele, no mundo contemporâneo, a técnica promoveu "o arquivamento do passado e a apologia do presente" ao valorizar de modo excessivo o progresso, em que só o novo é reconhecido como bom.

Assim comentaram o assunto Reale e Antiseri:

> Para Heidegger, [...] a técnica é o resultado natural daquele desenvolvimento pelo qual, esquecendo do ser, o homem se deixou arrastar pelas coisas, tornando a realidade puro objeto a dominar e a desfrutar.
>
> E esse comportamento, [...] a ameaçar as bases da própria vida, é comportamento que se tornou **onívoro**; trata-se de uma fé, a fé na técnica como domínio sobre tudo.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**: de Nietzsche à Escola de Frankfurt. São Paulo: Paulus, 2006. p. 210. v. 6.

Onívoro: do latim *omnivorus*, "que come tudo ou de tudo"; metaforicamente, "que absorve, consome ou devora tudo".

Essas questões, levantadas em 1950, anteciparam as preocupações atuais com a destruição da natureza, tema também abordado pelos filósofos frankfurtianos.

Sugestão

A náusea

Jean-Paul Sartre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

Nesse romance existencialista, o filósofo Jean-Paul Sartre cria a trama de Antoine Roquentin, um historiador solitário de 30 anos de idade. O personagem, ao registrar em seu diário sensações desagradáveis por ele vividas, aos poucos se defronta com a definição dessas sensações: a náusea, que é a descoberta do caráter contingente (ou seja, do que pode ser ou não ser) do mundo e de si mesmo.

Sartre e o existencialismo

Jean-Paul Sartre escreveu *O ser e o nada*, sua principal obra filosófica, em 1943. Fortemente influenciada pela fenomenologia de Edmund Husserl e pela filosofia de Martin Heidegger, sua teoria gerou uma "moda existencialista", pois Sartre se tornou um renomado romancista e teatrólogo, além de ter destacada atuação política.

A produção intelectual sartriana foi marcada pela Segunda Guerra Mundial e pela ocupação nazista da França. Podemos afirmar que há um Sartre de antes da guerra e outro do pós-guerra, tão forte o impacto que a Resistência Francesa exerceu sobre sua concepção política de **engajamento**: a necessidade de se voltar para a análise da situação concreta, como responsável pelas mudanças sociais e políticas de seu tempo.

Essa concepção também repercutiu na discussão da moral do sujeito concreto. Por isso, para Sartre, não é possível prever o conteúdo da moral, mas apenas indagar se o que se faz é ou não em nome da liberdade.



AFP/GETTY IMAGES

O casal de filósofos franceses Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre na cidade do Rio de Janeiro. Fotografia de 1960. Beauvoir e Sartre, expoentes do existencialismo, estão entre os principais pensadores politicamente engajados do século XX.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A existência precede a essência

Para explicar melhor a concepção de liberdade sartriana, comecemos pela análise de uma ideia fundamental do existencialismo: a existência precede a essência. Segundo as concepções tradicionais, o ser humano tem uma essência, uma natureza universal, do mesmo modo que todas as coisas têm uma essência. Por exemplo, a essência de uma mesa é aquilo que faz ela ser mesa e não cadeira, ou seja, é o ser mesmo da mesa, não importa que ela seja de madeira, de fórmica ou de vidro, grande ou pequena, mas que tenha as características que nos permitem reconhecê-la e usá-la como mesa.

Já no caso do ser humano, Sartre destaca uma situação radicalmente diferente, porque, para ele, a existência precede a essência, diferentemente do que ocorre com as coisas e os animais. O que isso significa? Assim ele escreveu:

> [...] o homem primeiramente existe, se descobre, surge no mundo; e [...] só depois se define. O homem, tal como o concebe o existencialista, se não é definível, é porque primeiramente não é nada. Só depois será alguma coisa e tal como a si próprio se fizer. Assim, não há natureza humana, visto que não há Deus para a conceber. O homem é, não apenas como ele se concebe, mas como ele quer que seja, como ele se concebe depois da existência, como ele se deseja após este impulso para a existência; o homem não é mais que o que ele faz. Tal é o primeiro princípio do existencialismo.
>
> SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1970. p. 216.

Qual é a diferença entre o ser humano, os outros animais e as coisas? Sartre a explica por meio das expressões "ser-para-si" e "ser-em-si". Apenas o ser humano é para-si, por ser consciente e autorreflexivo: só um ser com consciência pensa sobre si, é capaz de pôr-se fora de si. É a consciência que distingue o ser humano das coisas e dos outros animais, que são em-si, por não serem capazes de se colocar do lado de fora para se autoexaminar.

Como só o ser humano é para-si, apenas ele é livre, porque não é nada mais do que seu **projeto**, ou seja, o ser que age tendo em vista as escolhas que faz. Portanto, só o ser humano **existe**. O que acontece ao indivíduo quando se percebe para-si, aberto à possibilidade de construir ele próprio sua existência? Descobre que não há essência ou modelo para orientar seu caminho e, por isso, seu futuro encontra-se disponível e aberto; portanto, está irremediavelmente "condenado a ser livre". Sartre cita a frase de Dostoiévski, em *Os irmãos Karamazov*, "Se Deus não existe, então tudo é permitido", para lembrar que os valores não são definidos nem por Deus nem pela tradição – só ao próprio indivíduo cabe inventá-los.

Projeto: do latim *projectus*, "lançado para a frente"; o prefixo *pro* indica "diante de".

Existe: conjugação do verbo *existir*, do latim *exsistere*, cujo sentido primitivo é "elevar-se para fora de".

Imagens em contexto

A peça de teatro sartriana *Entre quatro paredes* recebeu o nome, em francês, de *Huis clos*, que significa algo como "à porta fechada", "sem saída". Essa peça representa a morte em vida, quando as pessoas renegam a própria liberdade e se recusam a aceitar a liberdade alheia. A ação transcorre no inferno, ambientado em uma sala pouco mobiliada. Trata-se de uma alegoria em que os "mortos", um homem e duas mulheres, em desespero, agridem-se e acusam-se o tempo todo, situação que foi resumida na frase "O inferno são os outros".



LIPNITZKI/ROGER-VIOLLET/AFP

Encenação da peça *Entre quatro paredes*, escrita por Jean-Paul Sartre. Fotografia de 1946.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A angústia da escolha e a má-fé

Ao experimentar a liberdade e ao sentir-se como um vazio – a consciência é nada –, o indivíduo vive a angústia da escolha. Muitas pessoas não suportam essa angústia e fogem dela, aninhando-se na má-fé.

A má-fé é a atitude característica de quem finge escolher, uma forma de "autoengano" daquele que imagina já ter seu destino traçado, que aceita as verdades exteriores, "mente" para si mesmo e simula ser o autor de seus atos, uma vez que aceitou sem críticas os valores estabelecidos. Não se trata de uma mentira propriamente, pois esta supõe outros para quem mentimos, ao passo que na má-fé o indivíduo dissimula para si mesmo, com o objetivo de evitar fazer uma escolha pela qual deva se responsabilizar.

Aquele que recusa a liberdade torna-se desonesto diante de si, desprezível, pois nesse processo recusa a dimensão do "para-si" e torna-se "em-si", de forma semelhante às coisas. Perde a transcendência, que lhe daria autenticidade, e reduz-se à facticidade. Sartre chama espírito de seriedade o comportamento de recusa da liberdade para viver o conformismo e a "respeitabilidade" da ordem estabelecida e da tradição. Esse processo é exemplificado em seu conto *A infância de um chefe*.

Liberdade e responsabilidade

Com base no que foi dito a respeito do existencialismo, poderíamos supor que Sartre defendia o individualismo, ou seja, a ideia de que cada um deveria se preocupar apenas com a própria liberdade e a própria ação. Para evitar esse mal-entendido, ele advertiu:



Calvin e Haroldo, tirinha de Bill Watterson, 1988.

> E, quando dizemos que o homem é responsável por si próprio, não queremos dizer que o homem é responsável pela sua restrita individualidade, mas que é responsável por todos os homens. [...] Com efeito, não há dos nossos atos um sequer que, ao criar o homem que desejamos ser, não crie ao mesmo tempo uma imagem do homem como julgamos que deve ser. Escolher ser isto ou aquilo é afirmar ao mesmo tempo o valor daquilo que escolhemos [...].
>
> [...] Assim, a nossa responsabilidade é muito maior do que poderíamos supor, porque ela envolve toda a humanidade.
>
> SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1970. p. 218-219.

De acordo com alguns autores, a filosofia de Sartre provocou questões diversas decorrentes da concepção de que a consciência humana é livre e capaz de criar valores, mas, ao mesmo tempo, deve se responsabilizar por toda a humanidade, o que parece gerar uma contradição indissolúvel. Essa teoria o colocou nos limites da ambiguidade, pois se, por um lado, a realização humana apoiada na liberdade exige o comportamento moral, por outro, a moral é impossível, visto que os princípios não podem ser os mesmos para todas as pessoas. Sartre sempre prometeu escrever um livro sobre moral, mas não realizou seu projeto.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Sartre concordaria com as falas de Calvin no segundo e quarto quadrinhos? Explique.
2. É possível afirmar que, para Sartre, somos responsáveis apenas por nossa própria ação, respondendo apenas por nossa individualidade? Por quê?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Beauvoir: a mulher e o existencialismo

ODS 5

A filósofa francesa Simone de Beauvoir foi uma das expoentes do existencialismo no século XX, tendo contribuído para a formulação e a consolidação desse tipo de pensamento ao lado de Jean-Paul Sartre, seu companheiro. A originalidade de Beauvoir consiste em aplicar as indagações do existencialismo a questões de gênero, refletindo sobre a condição da mulher.

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

No livro *O segundo sexo*, publicado em 1949, a filósofa investigou o processo de construção dos gêneros, que ultrapassa a dimensão biológica, sem reduzi-los ao sexo feminino ou ao masculino. De uma perspectiva existencialista, Beauvoir compreendeu que as subjetividades femininas se inserem em contextos históricos, o que gera tensão entre a subjetividade da mulher e a história que a transcende, na qual ela está mergulhada. É por meio dessa tensão que podemos compreender a condição da mulher, sem recair em uma naturalização do que é histórico, o que, se ocorresse, implicaria pensar em uma essência tipicamente feminina.

Beauvoir analisa o fato de a mulher ter sido confinada historicamente a uma condição secundária, pois foi na figura do homem que se concentrou o conceito universal de ser humano. A filósofa mostrou de maneira crítica a prevalência de uma concepção **negativa** da mulher – aquela que **não** é um homem –, o que a reduzia à condição de **segundo sexo**, ou seja, de um sexo secundário que **não** é definido em si mesmo.

Para romper com o caminho determinista atribuído às mulheres, Beauvoir chegou à famosa formulação "ninguém nasce mulher: torna-se mulher". Ao afirmar que não se nasce mulher, a filósofa quis dizer que não existe essência nem natureza do feminino que defina de antemão o que é ser mulher. A preocupação de Beauvoir consistiu em romper com o pensamento de fundo biológico que categoriza o macho e a fêmea. Com essa ruptura, ela empreendeu uma reflexão a respeito das características atribuídas à mulher historicamente e que impuseram a ela um destino. O existencialismo de Beauvoir pode ser interpretado como uma filosofia em defesa da liberdade da mulher, já que favorece sua libertação das condições deterministas que lhe foram impostas historicamente. Escreveu a filósofa:

> Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificamos de feminino. Só a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como outro.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. p. 11. v. 1.

Classificação indicativa do filme *Em três atos*: não recomendado para menores de 10 anos.

Sugestão

Em três atos

Direção: Lúcia Murat. Brasil e França, 2015. 75 minutos.

Nesse filme, a leitura de escritos de Simone de Beauvoir sobre o envelhecimento é intercalada com os passos de dança contemporânea de duas bailarinas, a jovem Maria Alice Poppe e Angel Vianna, de 85 anos de idade. O filme trabalha questões existencialistas que contribuem para o combate à discriminação etária (etarismo).



ROSANA PAULINO. FOTO: BRUNO LEÃO - ACERVO DA ARTISTA

Guará vermelho, pintura de Rosana Paulino, 2023. O trabalho da artista plástica Rosana Paulino é motivado por contínuas indagações a respeito do que é nascer – ou tornar-se, segundo o existencialismo – uma mulher negra na sociedade brasileira.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A velhice

ODS 10

O primeiro dos textos a seguir, escrito pela filósofa Simone de Beauvoir, faz parte da introdução de seu livro *A velhice*, que trata da importância de romper com preconceitos etários a fim de que as pessoas idosas ocupem um lugar digno na sociedade. O segundo texto consiste em artigos extraídos do Estatuto da Pessoa Idosa, lei brasileira sancionada no dia 1º de outubro de 2003.

Texto 1

Quando Buda ainda era o príncipe Sidharta, encerrado por ordem de seu pai em magnífico palácio, daí escapou várias vezes a fim de passear de carro pelos arredores. Encontrou logo da primeira vez um homem doente, desdentado, todo encarquilhado e **encanecido**, alquebrado, apoiando-se numa bengala, **tartamudeante** e trêmulo. Espantou-se e o cocheiro explicou-lhe o que vinha a ser um [...] [idoso] e o príncipe exclamou: "Que desgraça é não enxergarem a velhice os seres fracos e ignorantes, ébrios do orgulho da juventude! Voltemos depressa para casa. De que valem **folguedos** e alegria se a velhice vindoura já habita em mim!"

No ancião, Buda reconheceu seu próprio destino pois, tendo nascido para salvar os homens, quis assumir a totalidade da condição humana. Diferia deles neste ponto pois os homens **escamoteiam** os aspectos que nela lhes desagradam. E, estranhamente, a velhice. [...] A velhice surge aos olhos da sociedade como uma espécie de segredo vergonhoso do qual é indecente falar. [...]

É exatamente esta a razão pela qual estou escrevendo este livro: quebrar a conspiração do silêncio. [...]

Deixemos de trapaças: o sentido de nossa vida está em pauta no futuro que nos aguarda. Não poderemos saber quem somos se ignorarmos quem seremos: devemo-nos reconhecer na pessoa [...] [deste homem idoso ou daquela mulher idosa]. Não o podemos evitar se quisermos assumir nossa condição humana em sua totalidade. Isto nos levará a deixarmos de aceitar com indiferença o infortúnio da idade final; sentir-nos-emos envolvidos, como de fato o somos. Este desvalimento denuncia de maneira eloquente o sistema de exploração em que vivemos. [...] [A pessoa idosa] incapaz de prover a suas necessidades representa sempre uma carga. Entretanto, nas coletividades onde predomina uma certa igualdade [...], embora a contragosto, o homem maduro se dá conta de que amanhã sua condição será a mesma que ele hoje atribui ao [...] [idoso]. É este o sentido do conto de Grimm [...]. Um camponês obriga o velho pai a comer numa gamela e apartado da família; surpreende um dia seu próprio filho entretido em juntar pedaços de madeira: "isto é para você, quando ficar velho", explica o menino. O avô, depois disso, recuperou o lugar à mesa. Os membros ativos da coletividade inventam situações de acomodação entre seu interesse imediato e o interesse a longo prazo. [...] O interesse a longo prazo já não funciona no mundo capitalista: os privilegiados, que decidem o destino das massas, não receiam ter de compartilhá-lo. E os sentimentos humanitários, a despeito das tagarelices hipócritas, não intervêm em coisa alguma. A economia baseia-se no lucro, é praticamente a ele que está subordinada toda a civilização: o material humano só desperta interesse na medida em que pode ser produtivo. É, em seguida, rejeitado.

[...] Afirmam-nos que a aposentadoria constitui a época da liberdade e dos lazeres [...]. Mentiras deslavadas. A sociedade impõe à imensa maioria [...] [das pessoas idosas] um padrão de vida tão miserável que a expressão "velho e pobre" quase chega a ser um **pleonasmo** [...]. Os lazeres não oferecem possibilidades novas ao aposentado: na hora em que se vê liberado de constrangimentos, roubam-se ao indivíduo os meios de utilizar sua liberdade. Condenam-no a vegetar na solidão e no tédio, como um legítimo refugo. O fato de ser um homem reduzido à condição de "sobra", de "resto", durante os últimos quinze ou vinte anos de sua existência, comprova a falência de nossa civilização: semelhante evidência nos deixaria interditos se considerássemos [...] [as pessoas idosas] como seres humanos, tendo às suas costas uma

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

existência humana, e não como cadáveres ambulantes. Aqueles que denunciam este nosso sistema mutilador deveriam chamar a atenção para semelhante escândalo. Só se consegue abalar uma sociedade através de uma concentração de esforços na questão do destino dos menos favorecidos. Para demolir o sistema de castas, Gandhi atacou a condição dos párias; para destruir a família feudal, a China comunista emancipou a mulher. Exigir que os homens permaneçam homens quando avançados em anos implicaria uma transformação radical. É impossível chegar a este resultado através de algumas reformas restritas que deixem o sistema intacto: é a exploração dos trabalhadores, a atomização da sociedade [...] que levam a essas velhices desumanizadas. E é por esse motivo que a questão é tão cuidadosamente silenciada; é por isso que se faz necessário quebrar esse silêncio; peço a meus leitores que me ajudem a fazê-lo.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. São Paulo: Difel, 1970. p. 5-6, 10-12.

Encanecido: de cabelos embranquecidos.

Tartamudeante: de voz trêmula.

Folguedos: no contexto, festas, divertimentos.

Escamoteiam: encobrem, ocultam de maneira proposital.

Pleonasmo: uso de termos redundantes.

Texto 2

Art. 1º É instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 2º A pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

[...]

Art. 6º Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta Lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.

[...]

Art. 8º O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente.

Art. 9º É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, 2022. p. 12, 14-15.

OBJETO DIGITAL Vídeo: Estatuto da Pessoa Idosa

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. **Segundo o texto de Simone de Beauvoir, qual o grande equívoco que os jovens e os adultos cometem contra si mesmos quando ignoram ou desprezam a velhice?**
2. **No mesmo livro do qual foi extraído o primeiro texto transcrito, a filósofa Simone de Beauvoir afirmou que a velhice "não representa somente um fato biológico, é também um fato cultural".**
   - **a.** Identifique passagens no texto 1 que reforcem essa ideia.
   - **b.** Explique o teor existencialista dessa formulação.
3. **De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, de quem é a obrigação de assegurar a efetivação dos direitos de uma pessoa idosa?**
4. **Com base nos dois textos, elabore um parágrafo argumentando sobre a importância de a sociedade se preocupar com a parcela idosa da população, garantindo-lhe uma velhice saudável e digna. Em seguida, sugira medidas para combater o etarismo, isto é, o preconceito com base na idade, em geral praticado contra pessoas idosas.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Merleau-Ponty: a experiência vivida

Maurice Merleau-Ponty escreveu *Humanismo e terror*, *A estrutura do comportamento*, *Fenomenologia da percepção*, *As aventuras da dialética*, *O visível e o invisível*. Além disso, participou da fundação da revista *Os Tempos Modernos* com diversos intelectuais franceses, entre eles Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, tendo estabelecido laços de amizade com o criador do existencialismo, até se separarem por divergências ideológicas, apesar de serem ambos da mesma vertente.

O filósofo apropriou-se do método fenomenológico, dando-lhe contornos originais ao criticar seu criador, Edmund Husserl, por prender-se à discussão das essências. De acordo com Merleau-Ponty, é certo que a fenomenologia é o estudo das essências, mas é também "uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra maneira senão a partir de sua facticidade" (MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 1).

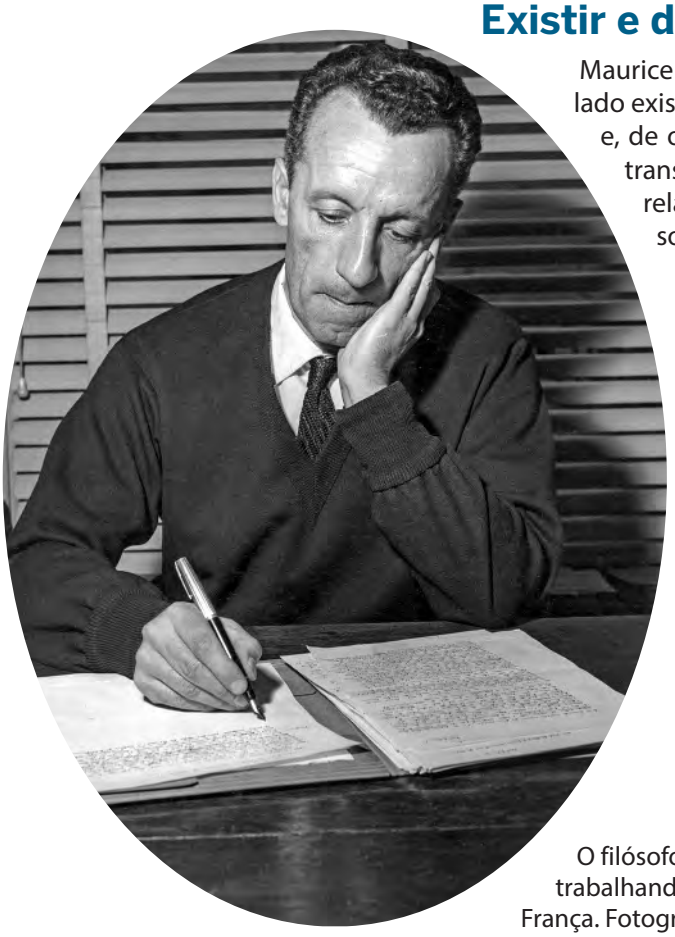
Deve-se a Merleau-Ponty a primeira reflexão densa sobre o **corpo vivido**, em oposição à clássica divisão entre **sujeito** e **objeto**. Por meio da **filosofia do corpo**, o filósofo se dedicou à discussão de temas como conhecimento, liberdade, linguagem, política, estética e intersubjetividade.

Com base no conceito de intencionalidade, propôs compreender melhor as relações entre consciência e natureza, entre interior e exterior. De acordo com o filósofo, o corpo é condição de nossa experiência no mundo, porque não temos um corpo, mas somos nosso corpo. Dessa maneira, o corpo não é uma "coisa" que está no espaço e no tempo, porque ele "habita o espaço e o tempo". O corpo humano é, portanto, aquilo pelo qual o mundo existe para cada um de nós.

Existir e dar sentido ao mundo

Maurice Merleau-Ponty desfez a ideia tradicional de que, de um lado existe o mundo dos objetos, do corpo, da pura facticidade e, de outro, o mundo da consciência e da subjetividade, da transcendência. Ele pretendeu compreender melhor essas relações, que se apresentam por meio de ambiguidade e sobreposição.

A realidade não aparece da mesma maneira à percepção das pessoas, mas ocorre a partir da vivência de cada uma. Não surge por meio de uma consciência clara, mas por um modo de existir e de dar sentido ao mundo, entendendo-se sentido como o núcleo de significação que decorre da pessoa e de sua existência no mundo.



REPORTERS ASSOCIES/GAMMA-RAPHO/GETTY IMAGES

O filósofo Maurice Merleau-Ponty trabalhando em sua casa, em Paris, na França. Fotografia de 1950.

Sugestão

Explicando a fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty

Produção: Casa do Saber. Brasil, 2021. 12 minutos.

No vídeo, o professor Paulo Niccoli Ramirez analisa a perspectiva de Maurice Merleau-Ponty sobre a fenomenologia da percepção e suas relações com o movimento e o corpo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A liberdade

De que modo essas questões se relacionam com a liberdade, entendida como um plano de ação de transformação da realidade vivida? Comecemos pelo exemplo de um operário que toma consciência da exploração a que está submetida sua classe. Para Merleau-Ponty, essa consciência não surge de um esforço intelectual de conhecimento, nem de uma escolha racional, porque, antes disso, o indivíduo viveu as dificuldades de sobrevivência, o medo do desemprego, os sonhos abortados. Ora, se para alguns essa situação aparece como uma fatalidade a que não têm meios de se opor, outros reagem diante dos fatos com reivindicações e greves, a fim de alcançar eventuais conquistas.

A adesão ao movimento operário ocorre antes de o indivíduo ter a consciência explícita da situação, e ele amadurece na coexistência com os outros. A crítica às interpretações tradicionais decorre, portanto, do fato de elas desconsiderarem o projeto existencial, uma vez que a liberdade só se realiza se formos capazes de assumir nossa situação natural e social. Assim o filósofo explicou:

> O que é então a liberdade? Nascer é ao mesmo tempo nascer do mundo e nascer no mundo. O mundo está já constituído, mas também não está nunca completamente constituído. Sob o primeiro aspecto, somos solicitados, sob o segundo, somos abertos a uma infinidade de possíveis. Mas esta análise ainda é abstrata, pois existimos sob os dois aspectos ao mesmo tempo. Portanto, nunca há determinismo e nunca há escolha absoluta, nunca sou coisa e nunca sou consciência nua.
>
> MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 608.

O que entender com essas afirmações? Nascer do mundo constitui nossa **facticidade**, o determinismo que não podemos evitar, porque pertencemos a um mundo já constituído. Mas é nessa realidade dada – e não escolhida – que atuamos para tecer o mundo humano no qual pretendemos viver. Essa é nossa dimensão de **transcendência**.

Merleau-Ponty referiu-se à advertência de que não alcançaremos a liberdade recusando a realidade em que vivemos, porque é nela, e por meio dela, que desvendamos o que recebemos e decidimos livremente como transformá-lo. É verdade que se trata muitas vezes de um salto no desconhecido, mas esse é o desafio de qualquer projeto humano, já que para Merleau-Ponty estamos diante de uma "liberdade situada", e não de um livre-arbítrio sem condicionamentos.

Que conclusão podemos tirar do conceito de intencionalidade, tão valioso à fenomenologia? A compreensão que temos do corpo e da consciência, dos afetos, da liberdade, enfim, do mundo e dos outros não resulta da pura intelecção, mas depende do sentido que descobrimos em cada experiência, dos significados que decifamos ao pensar o mundo, o outro e nós mesmos.

Sugestão

A liberdade

Alexandre Carrasco. São Paulo: Martins Fontes, 2024. (Coleção Filosofias: o prazer do pensar).

Nessa obra, o professor de filosofia Alexandre Carrasco investiga o conceito de liberdade com base nas reflexões de Jean-Paul Sartre e Maurice Merleau-Ponty. O autor explica que, para Merleau-Ponty, a liberdade é uma experiência que se dá por meio do corpo, ao passo que, para Sartre, a liberdade consiste em ultrapassar o domínio do corpo, entendido por ele como pura facticidade.



Calvin e Haroldo, tirinha de Bill Waterson, 1986. Complementando o sentido da tirinha apresentada na página 258, o personagem Calvin discorda da escolha absoluta defendida por Haroldo.

© 1986 WATTERSON / DIST. BY ANDREWS MCMEEL SYNDICATION
© 1986 Universal Press Syndicate

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

1. Com base no conceito de intencionalidade, a fenomenologia contrapôs-se à teoria do conhecimento tradicional. Explique.
2. Explique o significado de facticidade e transcendência e por que, segundo a fenomenologia, esses polos são indissociáveis.
3. Qual é a relação estabelecida por Sartre entre angústia e má-fé?
4. Por que, para Merleau-Ponty, nascer é ao mesmo tempo nascer *do* mundo e nascer *no* mundo?
5. Quando nos deparamos com uma montanha, dependendo de quem somos ou da situação que vivenciamos, podemos percebê-la como algo a escalar, obstáculo, beleza natural, local destinado à preservação ou à especulação imobiliária. Como o conceito fenomenológico de intencionalidade se relaciona com essas diferentes percepções?
6. Diante da desconfiança na capacidade humana de conhecer a realidade e de ter acesso transparente a si mesmo, Sigmund Freud cunhou a expressão *feridas narcísicas*, referindo-se à humilhação sofrida pelo indivíduo em momentos diferentes da história. No século XVI, Copérnico "retirou" a Terra do centro do universo; no século XIX, a teoria da evolução de Darwin "tirou" o sujeito do centro do reino animal; no mesmo século, Karl Marx substituiu a subjetividade livre e autônoma, que havia deixado de ser o centro da história, pela luta de classes. Explique como Freud contribuiu para aprofundar essas feridas narcísicas.
7. Reúna-se com mais quatro colegas e retomem os artigos do Estatuto da Pessoa Idosa transcritos na seção "Trabalho com fontes". Após relê-los, debatam sobre o dever ético presente no artigo 6º. O que vocês fariam caso presenciassem uma situação de violação dessa lei? Para vocês, a quem se refere a expressão "autoridade competente"?

8. Analise o anúncio a seguir.

REPRODUÇÃO/CASA JOSÉ SILVA



Anúncio publicitário de uma rede de lojas da capital de São Paulo para o Dia das Mães de 1958.

a. O que os itens anunciados têm em comum?
b. Que interpretação crítica podemos fazer desse anúncio com base na teoria da filósofa Simone de Beauvoir?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

9. Leia a citação e faça o que se pede.

A maneira nobre de avaliar ressalta o sentimento de plenitude e excesso da própria força. Tomando-se como único ponto de referência, o forte não necessita de aprovação e dispensa qualquer termo de comparação – sabe-se criador de valores. Num primeiro momento, confere valores unicamente a homens; só mais tarde, por extensão, vai atribuí-los aos atos.

MARTON, Scarlett. **Nietzsche**: a transvaloração dos valores. São Paulo: Moderna, 1993. p. 54. (Coleção Logos).

a. Destaque o trecho da citação que contraria a ideia de que os valores são transcendentes. Justifique sua escolha.

b. Com base na citação, diferencie a moral de senhores da moral de escravos.

Enem e vestibulares

10. (Enem-MEC)

Eu poderia concluir que a raiva é um pensamento, que estar com raiva é pensar que alguém é detestável, e que esse pensamento, como todos os outros – assim como Descartes o mostrou –, não poderia residir em nenhum fragmento de matéria. A raiva seria, portanto, espírito. Porém, quando me volto para minha própria experiência da raiva, devo confessar que ela não estava fora do meu corpo, mas inexplicavelmente nele.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Quinta conversa**: o homem visto de fora. São Paulo: Martins Fontes, 1948. (Adaptado).

No que se refere ao problema do corpo, a filosofia cartesiana apresenta-se como contraponto ao entendimento expresso no texto por

a. apresentar uma visão dualista.

b. confirmar uma tese naturalista.

c. demonstrar uma premissa realista.

d. sustentar um argumento idealista.

e. defender uma posição intencionalista.

11. (Enem-MEC)

Texto 1

Gerineldo dorme porque já está conformado com o seu mundo. Porque já sabe tudo o que lhe pode acontecer após haver submetido todos os objetos que o rodeiam a um minucioso inventário de possibilidades. Seu apartamento, mais que um apartamento, é uma teoria de sorte e de azar. Melhor que ninguém, Gerineldo conhece o coeficiente da dilatação de suas janelas e mantém marcado no termômetro, com uma linha vermelha, o ponto em que se quebrarão os vidros, despedaçados em estilhaços de morte. Sabe que os arquitetos e os engenheiros já previram tudo, menos o que nunca já aconteceu.

MÁRQUEZ, Gabriel García. O pessimista. *In*: **Textos do Caribe**. Rio de Janeiro: Record, 1981.

Texto 2

A situação é o sujeito inteiro (ele não é nada a não ser a sua situação) e é também a coisa inteira (nunca há mais nada senão as coisas). É o sujeito a elucidar as coisas pela sua própria superação, se assim quisermos; ou são as coisas a reenviar ao sujeito a imagem dele. É a total facticidade, a contingência absoluta do mundo, do meu nascimento, do meu lugar, do meu passado, dos meus redores – e é a minha liberdade sem limites que faz com que haja para mim uma facticidade.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. (Adaptado).

A postura determinista adotada pelo personagem Gerineldo contrasta com a ideia existencialista contida no pensamento filosófico de Sartre porque

a. evidencia a manifestação do inconsciente.

b. nega a possibilidade de transcendência.

c. contraria o conhecimento difuso.

d. sustenta a fugacidade da vida.

e. refuta a evolução biológica.

12. (Enem-MEC)

Ao mesmo tempo, graças às amplas possibilidades que tive de observar a classe média, vossa adversária, rapidamente concluí que vós tendes razão, inteira razão, em não esperar dela qualquer ajuda. Seus interesses são diametralmente opostos aos vossos, mesmo que ela procure incessantemente afirmar o contrário e vos queira persuadir que sente a maior simpatia por vossa sorte. Mas seus atos desmentem suas palavras.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

No texto, o autor apresenta delineamentos éticos que correspondem ao(s)

a. conceito de luta de classes.

b. alicerce da ideia de mais-valia.

c. fundamentos do método científico.

d. paradigmas do processo indagativo.

e. domínios do fetichismo da mercadoria.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 10

A filosofia no mundo globalizado e a pós-modernidade

Neste capítulo, vamos estudar alguns pensadores contemporâneos que se dedicaram a pensar a filosofia no contexto dos séculos XX e XXI, considerando fenômenos como o mundo globalizado e a pós-modernidade. Vamos conhecer as reflexões de Michel Foucault, Jacques Derrida e Gilles Deleuze, os filósofos da diferença. Em seguida, vamos abordar a influência desses pensadores na teoria de Donna Haraway, Achille Mbembe e Gayatri Chakravorty Spivak. Por fim, serão discutidos temas como o individualismo, o hiperconsumismo e a felicidade.

Globalização e pós-modernidade

Vivemos a era da globalização, na qual o mundo pode ser percebido como uma "aldeia global" (expressão cunhada pelo filósofo canadense Herbert Marshall McLuhan), cujos fluxos foram acelerados pelas novas tecnologias, apesar de a circulação de pessoas e informações não ocorrer de forma igual em todos os espaços. Em época alguma da história foi possível falar na existência de um mercado mundial de produção, distribuição e consumo de bens e em uma cultura da "virtualidade real", que liga todos os pontos do globo e influencia comportamentos, afetando a maneira como as pessoas se comunicam. A contradição desse processo está no fato de que, frequentemente, em vez de unir as pessoas, faz eclodir individualidades cada vez mais solitárias e fragmentadas.

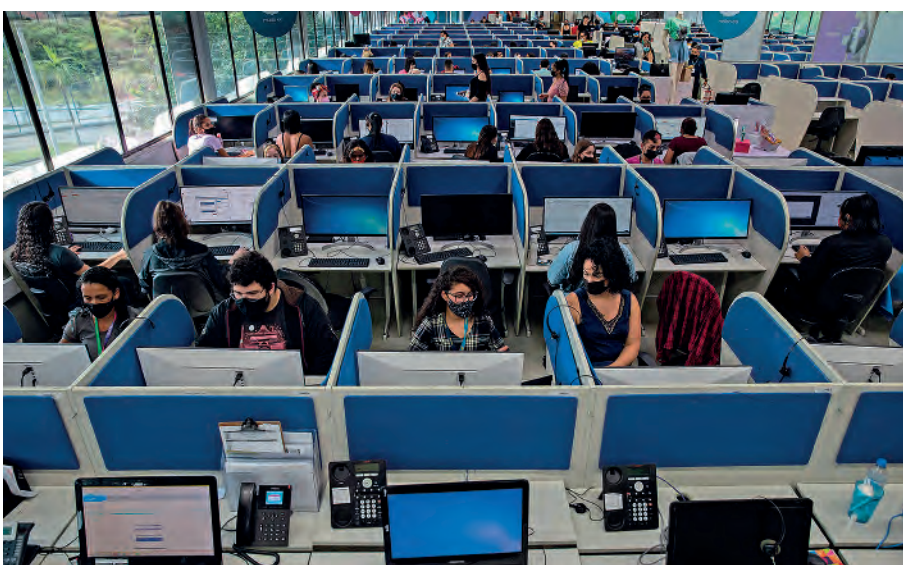
Não é fácil definir o conceito de pós-modernidade, pois há diferentes explicações para o fenômeno. Geralmente, a concepção de pós-modernidade é atribuída a pensadores que se destacaram no debate a partir de meados do século XX, abrangendo vários campos do saber. Em comum entre eles há o estado de espírito que desconfia: não existe mais a esperança depositada no progresso, tampouco faz sentido a ilusão de que a razão haveria de nos orientar em direção a uma sociedade mais harmônica. Tudo parece envelhecido e ultrapassado, cada vez mais distante do sonho iluminista da libertação humana pelo conhecimento.

Os motivos da descrença na razão iluminista encontram-se em exemplos como os da Alemanha letrada na qual emergiu o Holocausto, na constatação de que o mais alto conhecimento da física contemporânea foi capaz de gestar a bomba que devastou Hiroshima e Nagasaki, bem como na percepção de que os princípios morais absolutos e universais se dissolveram na diversidade de valores relativos e subjetivos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Imagens em contexto

As novas tecnologias aceleraram a comunicação e o fluxo de informações e de mercadorias no mundo globalizado. Com isso, elas provocaram mudanças nos padrões de consumo, nas formas de trabalho e nas relações entre as pessoas.



MATHILDE MISSIONEIRO/FOLHAPRESS

Trabalhadores de *e-commerce* de varejo de roupas em Guarulhos, no estado de São Paulo. Fotografia de 2022.

Filosofia pós-moderna

Na filosofia, o pensamento pós-moderno sofreu influência do perspectivismo de Friedrich Nietzsche e de vários filósofos que desvendaram as ilusões do conhecimento, denunciaram a razão emancipadora, incapaz de ocultar sua face de dominação, e questionaram a possibilidade de se alcançar a verdade. No entanto, a partir da década de 1980, outros expressaram de maneira significativa essas rupturas por meio de um processo de "desconstrução" da metafísica tradicional, principalmente do conceito de sujeito e de sua pretensa autonomia.

É necessário, porém, advertir não ser tranquila a classificação de filósofos contemporâneos como pós-modernos, uma vez que ainda não há distanciamento no tempo suficiente para conclusões seguras. Alguns deles não são propriamente pós-modernos, mas apenas se ocupam de analisar as características desse novo modo de pensar e agir.

Há ainda os que recusam explicitamente a concepção de pós-modernidade, como Jürgen Habermas. Em *A modernidade: um projeto inacabado*, o filósofo colocou-se contra o movimento pós-moderno porque, para ele, a tarefa de ousar servir-se da própria razão, iniciada por Immanuel Kant, ainda deveria ser completada como tarefa a ser refeita a cada momento com base no exercício da razão crítica. Em resumo, a proposta de autonomia sustentada pela modernidade não teria sido efetivada, sendo um projeto inacabado. Assim, não teríamos conseguido atingir o que fora proposto na modernidade e, portanto, não faria sentido pensar em pós-moderno.

Já o francês Jean-François Lyotard tematizou a questão da pós-modernidade na obra *A condição pós-moderna*, publicada em 1979. Para ele, o pós-moderno representa a incredulidade diante das grandes narrativas, que se dizem capazes de explicar a realidade de modo absoluto e universal. Tinha sido esse o sonho de Descartes e de todas as teorias radicais, globalizantes, como as construídas por Friedrich Hegel, Karl Marx, Sigmund Freud e até pelas grandes religiões. Contrariando-os, a pós-modernidade aceita o fragmentário, o descontínuo, o caótico.

Outros filósofos como Michel Foucault, Jacques Derrida e Gilles Deleuze serão objeto de atenção mais adiante, ainda que deixando de lado muitos outros que, de certa maneira, representam as perplexidades desse período.



MPI/ARCHIVE PHOTOS/GETTY IMAGES

Destruição provocada pelo lançamento de bomba atômica sobre a cidade de Nagasaki, no Japão. Fotografia de 1945.

Imagens em contexto

O desenvolvimento e o uso de armas de destruição em massa marcam a descrença na grande narrativa da filosofia iluminista, que confiava no poder da razão para melhorar a condição de vida das pessoas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Foucault: verdade e poder

O filósofo francês da contemporaneidade Michel Foucault desenvolveu um método de investigação histórica e filosófica. O ponto de partida de sua pesquisa foi a mudança de comportamentos ocorrida na Idade Moderna, na segunda metade do século XVII, sobretudo em instituições prisionais e hospícios. Suas principais obras são *Arqueologia do saber*, *História da loucura na idade clássica*, *As palavras e as coisas*, *Vigiar e punir*, *História da sexualidade* e *Microfísica do poder*.

Foucault pretendia entender como as ideias de loucura, disciplina e sexualidade foram construídas historicamente em um período que se estendeu do século XVII ao XIX. Suas reflexões o levaram a apresentar uma nova teoria, por meio da qual estabeleceu um nexo entre saber e poder. De acordo com a tradição da modernidade, o saber antecede o poder: primeiro se busca a verdade essencial (saber), da qual decorre a ação (poder). Para Foucault, porém, o saber não se encontra separado do poder, pois este gera o que se passa a considerar como verdade.

Não por acaso, é com o avanço das ciências médicas e psiquiátricas que o aprofundamento do conhecimento do corpo humano é relacionado à vontade de regular, de controlar. As estratégias de poder são, portanto, imanentes à vontade de saber. Como resultado, o poder se encontra em todo lugar e serve para definir o que é a saúde e a doença, o normal e a "perversão".

Sua teoria inicia-se pelo **processo de arqueologia** (do grego *arkhé*, "princípio", "causa original", e *lógos*, "estudo") e se completa com a **tática genealógica**.

- Pelo processo arqueológico, identificam-se, em determinado período, as maneiras de pensar e certas regras de conduta que constituem um "sistema de pensamento".
- A tática genealógica é posterior e completa a investigação, sendo utilizada na tentativa de explicar as mudanças ocorridas para saber como a verdade foi produzida no âmbito das relações de poder.



PHILIPPE LOPEZ/AFP/GETTY IMAGES

Ao lado de uma câmera, policial usa binóculos enquanto monta guarda em Sainte-Soline, na França. Fotografia de 2024. Segundo Foucault, os mecanismos de controle e vigilância são parte da estratégia de poder.

Sugestão

Foucault, neoliberalismo e subjetividade

Produção: Razão Inadequada. Brasil, 2024. 84 minutos.

Nesse *podcast*, a historiadora Margareth Rago propõe um diagnóstico da atualidade com base no pensamento do filósofo francês Michel Foucault sobre os modos de sujeição impostos aos indivíduos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As instituições fechadas

Foucault examinou as condições do nascimento da psiquiatria e elaborou a hipótese de que o saber psiquiátrico não se constituiu para entender o que é a loucura, mas como instrumento de poder que propiciou a dominação do "louco" e seu confinamento em instituições fechadas. Não por acaso, também as pessoas em situação de rua eram recolhidas em asilos, o que representou uma tática de exclusão para separar o "louco" do "não louco", o "perigoso" do "inofensivo", o "normal" do "anormal".

Segundo o filósofo, a mudança decorreu da ascensão da burguesia, que, ao se constituir como classe dominante, precisou de uma disciplina que excluísse os que eram considerados "incapazes" e "inúteis para o trabalho" ("loucos" e pessoas em situação de rua, entre outros). Com o desenvolvimento do processo de produção industrial, a burguesia se interessou por mecanismos de controle mais eficazes, a fim de tornar os corpos dóceis e os comportamentos e sentimentos adequados ao novo modo de produção.

Em *História da loucura*, Foucault relata que, entre os séculos XV e XVI, uma das mais recorrentes expressões literárias e pictóricas sobre a loucura foi a da "nau dos loucos" (ou "nau dos insensatos"). Transportados para locais distantes ou deixados à deriva, os considerados loucos assombravam a imaginação das pessoas. No entanto, na Idade Moderna, aos poucos a loucura foi reduzida ao silêncio, por supostamente comprometer as relações entre a subjetividade e a verdade. Além de expulsa por uma razão dominadora, a loucura passou a ser considerada doença e controlada em instituições fechadas que se espalharam pela Europa nos séculos XVII e XVIII: a nau havia se transformado em hospício. O mesmo tratamento foi dado aos mais pobres e aos desocupados.



HIERONYMUS BOSCH - MUSEU DO LOUVRE, PARIS

Detalhe de *A nau dos loucos*, pintura de Hieronymus Bosch, cerca de 1494-1510.

Imagens em contexto

Na pintura de Hieronymus Bosch, a embarcação transporta a loucura, que está associada ao vício e ao desregramento dos costumes, como revela a representação de um banquete regado a vinho. Nesse banquete, personagens hipnotizados por um pedaço de pão pendurado diante de seus olhos se divertem tentando comê-lo sem as mãos.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Para Foucault, há alguma relação entre mecanismos de controle social e modos de produção? Explique.
2. Ainda hoje, "pessoas diferentes" têm sido objeto de preconceitos ou mesmo excluídas do padrão aceito socialmente. Que "naus-preconceito" ainda navegam em nossos mares?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A sociedade disciplinar

Nos séculos XVII e XVIII, os processos disciplinares assumiram a fórmula geral de dominação exercida em diversos espaços, além do já referido hospício: nas escolas, nos hospitais, nas organizações militares, nas oficinas, na família. Exerceram-se também pela medicalização da sexualidade, ao considerar certos comportamentos sexuais como doenças a serem tratadas, o que normatizava (padronizava ou regulamentava) a vida íntima. O controle do espaço, do tempo e dos movimentos foi submetido ao olhar vigilante, que, por sua vez, se introjetou no indivíduo por meio da disciplina.

A extensão progressiva dos dispositivos de disciplina ao longo daqueles séculos e sua multiplicação na esfera social configuram o que se chama **sociedade disciplinar**, isto é, uma sociedade que disciplina ou controla os corpos e os comportamentos. Desse modo, segundo uma **microfísica do poder**, Foucault constatou que o poder não se exercia de um ponto central, como qualquer instância do Estado, mas estava disseminado em uma rede de instituições disciplinares. São as próprias pessoas, nas relações recíprocas (pai, professor, médico etc.), que fazem o poder circular.

Pelo estudo da **genealogia do saber**, é possível investigar o motivo por que esses discursos se formaram, o modo como eles se difundiram e os poderes que estão na origem deles. Em outras palavras, a genealogia do saber permite reconstituir a maneira como o poder produz o saber.

Ainda no tema da sociedade disciplinar. Foucault criou o termo *biopoder* para caracterizar a força de dominação que age especificamente sobre a vida e o corpo dos indivíduos, sujeitando-os a mecanismos disciplinares promovidos por sociedades e Estados modernos. O biopoder enraíza-se no corpo das pessoas de tal modo que as dociliza e as adestra, possibilitando um controle mais eficaz de seus comportamentos e de seu corpo.

Para Foucault, o mecanismo de biopoder atua sobre os corpos dóceis, facilmente moldados e exemplificados pelo filósofo por meio do corpo do soldado:

> Segunda metade do século XVIII: o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível [...]. [...]
>
> Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada ao corpo – ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se tona hábil ou cujas forças se multiplicam.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987. p. 115-116.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Imagens em contexto

Nessa fotografia dos atletas nazistas, os corpos rigorosamente enfileirados mostram um arranjo disciplinar. No contexto militar, podemos dizer que o biopoder se manifesta, por exemplo, na disciplinarização dos corpos.



UNIVERSAL HISTORY ARCHIVE/GETTY IMAGES

Desfile de atletas nazistas em Nuremberg, Alemanha. Fotografia de 1936.

O controle da sexualidade

Em *História da sexualidade*, Foucault destacou o fato de que na civilização contemporânea se fala muito sobre sexualidade, sobretudo para proibi-la, expressando o biopoder. Isso ocorre nas instâncias da família, da religião e da comunidade. Quanto à ciência, são estabelecidos padrões de normalidade e patologia, bem como classificações de tipos de comportamento. A palavra do "especialista competente" aprisiona os indivíduos, submetendo-os à vigilância e à regulação da sexualidade. Desse modo, o discurso científico naturaliza a sexualidade, isto é, a apresenta como algo natural – e não cultural –, reduzindo-a a uma visão biologizante.

Por exemplo, durante muito tempo a mulher esteve reduzida em sua sexualidade ora como ser submisso ao desejo masculino, ora, no polo oposto, como aquela que gera filhos, presa a um destino biológico. Outro caso é o da homossexualidade. A respeito do discurso construído pela ciência sobre homossexuais, Foucault comentou:

> Foi por volta de 1870 que os psiquiatras começaram a constituí-la [a homossexualidade] como objeto de análise médica: ponto de partida, certamente de toda uma série de intervenções e de controles novos. É o início tanto do internamento dos homossexuais nos asilos quanto da determinação de curá-los. Antes eles eram percebidos como libertinos e às vezes como delinquentes (daí as condenações que podiam ser bastante severas – às vezes o fogo, ainda no século XVIII –, mas eram inevitavelmente raras). A partir de então, todos serão percebidos no interior de um parentesco global com os loucos, como doentes do instinto sexual.
>
> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 233-234.

A noção de verdade para Foucault está, então, ligada a práticas de poder disseminadas no tecido social (os micropoderes). Esse poder não é exercido pela violência aparente nem pela força física, mas pelo adestramento do corpo e do comportamento, a fim de "fabricar" o indivíduo normatizado, isto é, o indivíduo controlado e moldado segundo um padrão considerado "normal".

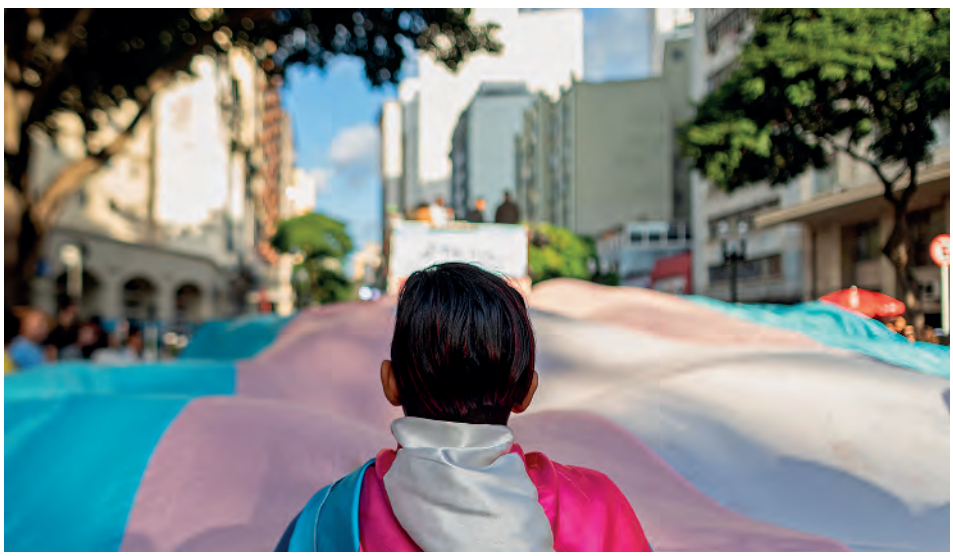
Como se pode notar, o pensamento de Foucault foi fundamental para a conquista de **direitos LGBTQIA+**. Abertamente homossexual, o próprio filósofo resistiu a formas de controle e de dominação dos corpos.

Vale mencionar que, apesar de o primeiro volume de *História da sexualidade* ter sido publicado em 1976, foi só em 1990 que a Organização Mundial da Saúde (OMS) removeu a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, catalogação que lista e codifica todas as doenças conhecidas.

Embora a homossexualidade corretamente tenha deixado de fazer parte dessa listagem, ainda há inúmeros profissionais irresponsáveis e setores homofóbicos e transfóbicos da sociedade com discursos que tentam enquadrar a sexualidade e a identidade de gênero de pessoas LGBTQIA+ como doenças, oferecendo até possibilidades de cura. Esses discursos reconhecidamente preconceituosos são considerados um agravo para a saúde pública, na medida em que afetam a saúde física e mental de suas vítimas. O Conselho Federal de Psicologia proíbe, desde 1999, que profissionais da área apliquem terapias que imponham a heterossexualidade e que façam qualquer relação entre sexualidade e doença ou distúrbio. Além disso, desde 2019, por decisão do Supremo Tribunal Federal, a homofobia e a transfobia são consideradas crimes no Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ALLISON SALES/FOTORUA/FOLHAPRESS



Marcha do Orgulho Trans percorre as ruas do centro da capital de São Paulo. Fotografia de 2024. Na foto, aparece a bandeira do orgulho transgênero, com as cores rosa, azul e branca.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. De que modo a sexualidade se relaciona com o conceito de biopoder? Explique.
2. Para você, como essa conexão entre sexualidade e biopoder pode ser superada?

Derrida: desconstrucionismo

Para o franco-argelino Jacques Derrida, o modelo totalizante da filosofia se esgotou, sendo necessário elaborar outras formas de filosofar. Um de seus focos foi a **desconstrução** da metafísica tradicional, que tem por base as ideias de fundamento e de identidade. A desconstrução estende-se a vários campos do saber, pois em toda teoria há elementos ficcionais que nem sempre são percebidos como tais. Isso significa descobrir o que está dissimulado, oculto nas entrelinhas, processo que enriquece a filosofia sem destruí-la. Aliás, estaria aí justamente a possibilidade de sua renovação.

Recebemos da tradição metafísica um conjunto de oposições (alma-corpo, voz-escrita, voz-pensamento, razão-desrazão), dicotomias ou "pares conceituais" que estabelecem hierarquias, como a ideia de que a alma é superior ao corpo, a valorização da voz em detrimento da escrita e o entendimento de que a razão exclui a loucura. Nessas oposições, Derrida não descobriu normas lógicas e neutras, mas hierarquias de valores que geram violência pela exclusão de um dos lados. A proposta do filósofo era questionar as oposições, negando a exclusão e mostrando que cada noção só tem sentido em relação à outra.

Nas obras *Gramatologia* e *A escritura e a diferença*, publicadas na década de 1960, o filósofo destaca o fato de que a tradição filosófica é logocêntrica, por privilegiar o logos (a razão) como base de toda verdade, e fonocêntrica, por valorizar a voz e a presença em detrimento da escrita, que supostamente seria apenas uma substituta, uma auxiliar delas.

Diante da desvalorização da escritura em relação à voz, Derrida propõe uma desconstrução para identificar a cuidadosa seleção de palavras realizada por quem escreve, seleção que astuciosamente deixa algo de explícito e algo de oculto nos escritos. A leitura rigorosa seria, então, a que se empenha em interpretar as metáforas e trazer à tona as lacunas deixadas pelo texto. A desconstrução de Derrida, portanto, aguça o senso crítico em relação ao que se lê, ao mesmo tempo que refina os instrumentos de interpretação. Além disso, a escrita estende o potencial de comunicação de um pensamento no espaço e no tempo, garantindo que alguém comunique algo mesmo após a sua morte.

Por isso mesmo, desconstruir não é reabilitar a escrita contra a fala, mas recusar a oposição entre as duas, o que ocorre quando nos valemos da ideia de anterioridade ou de superioridade de uma em relação à outra. Tanto é que, para ele, mesmo nas sociedades sem escrita há formas de registrar o número de bens produzidos. Em outras palavras, Derrida condena a subordinação de um polo a outro quando se valoriza a voz em detrimento da escrita, assim como costuma ocorrer em outras oposições, como sujeito-objeto, alma-corpo, razão-sensibilidade etc.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Imagens em contexto

Nessa peça, a atriz Fernanda Montenegro lê dramaticamente trechos da obra *A cerimônia do adeus*, escrita pela filósofa francesa Simone de Beauvoir. A leitura, para Derrida, permite desvendar sentidos que estão implícitos e ocultos no texto.



BRUNO SANTOS/FOLHAPRESS

A atriz Fernanda Montenegro em leitura dramática no auditório Oscar Niemeyer, na capital de São Paulo. Fotografia de 2024.

Alteridade e hospitalidade

É importante realçar o fato de Derrida ter nascido na Argélia – país africano que era, à época, colônia francesa – e pertencer a uma família de judeus argelinos, situação que o expôs à segregação em razão do antissemitismo e de sua condição de imigrante. Na adolescência, já na França, encontrou empecilhos para ingressar na Escola Normal, diante da redução de cotas para judeus. Mais tarde, concluídos seus estudos, tornou-se professor na Sorbonne, em Paris, e em universidades estadunidenses.

A experiência de exclusão marcou o pensamento e o olhar de Derrida para situações de recusa da **alteridade**, como as que atingem o estrangeiro, o imigrante, a mulher, a criança, o idoso e o animal de outra espécie. Como um não cidadão, a relação com o outro não passa de um "traço", de um mero "rastro" do outro em mim. Ele observou que toda exclusão parte da negação do diferente, o que gera, naquele que é negado, o sentimento de pária – pessoa à margem de uma comunidade.

Decorre dessas reflexões o conceito de hospitalidade como um dever moral da humanidade em relação ao outro. Derrida compreende que o estrangeiro é visto pela condição de hóspede ou pela de inimigo. O hóspede, contudo, não está longe de representar uma ameaça, pois pode se converter em abusivo, tornando-se alvo de hostilidade. Para o filósofo argelino, o dever de hospitalidade surge na tentativa de preservar a alteridade, abrindo-se para o estranho e afirmando sua dignidade humana. É nossa incapacidade de acolher a diferença, enxergando nela a perturbação da ordem, que nos leva a excluí-la. Derrida sublinha:

> A hospitalidade pura consiste em acolher aquele que chega antes de lhe impor condições, antes de saber e indagar o que quer que seja, ainda que seja um nome ou um "documento" de identidade. Mas ela também supõe que se dirija a ele, de maneira singular, chamando-o, portanto, e reconhecendo-lhe um nome próprio: "Como você se chama?". A hospitalidade consiste em fazer tudo para se dirigir ao outro, em lhe conceder, até mesmo perguntar seu nome, evitando que essa pergunta se torne uma "condição", um inquérito policial, um fichamento ou um simples controle das fronteiras. [...] Uma arte e uma poética, mas também toda uma política dependem disso, toda uma ética se decide aí.
>
> DERRIDA, Jacques. **Papel-máquina**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. p. 250.

Derrida desenvolveu significativa atuação política, promovendo, por exemplo, a defesa dos direitos de imigrantes argelinos na França ou auxiliando dissidentes intelectuais da antiga Tchecoslováquia que exigiam do governo respeito aos direitos humanos. Além disso, lutou contra o *apartheid*, regime de segregação racial instituído na África do Sul em 1948 e desmontado a partir de década de 1990, sendo as eleições de 1994 as primeiras em que todos (brancos e negros) com 18 anos ou mais tiveram direito ao voto.

Derrida nos ajuda, hoje, a compreender a situação dos refugiados, que são obrigados, por guerras, pela miséria ou por perseguições políticas, étnicas, de gênero, de sexualidade etc., a deixar seus países de origem em busca de proteção, segurança e abrigo em outros lugares. O refugiado, considerando as investigações de Derrida, não deve ser tratado como uma pessoa estranha e colocada à margem da sociedade em que se instala. Por isso, o filósofo considera a hospitalidade o dever moral de acolher a alteridade e a diferença.

Alteridade: do latim *alter*, "outro"; qualidade do que é outro, do que não sou eu.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Com a ajuda do professor de história, explique de que modo o *apartheid* reflete uma recusa da alteridade.
2. A xenofobia – preconceito contra imigrantes – se manifesta na hostilidade e na violência contra aquele que é considerado estranho ou estrangeiro. Explique como o conceito de hospitalidade proposto por Jacques Derrida está na contramão de atitudes xenofóbicas.



LALO DE ALMEIDA/FOLHAPRESS

Refugiados afegãos abrigados no Aeroporto Internacional de Guarulhos, no estado de São Paulo. Fotografia de 2024. O temor da perseguição do regime fundamentalista Talibã no Afeganistão levou milhares de civis a se refugiar.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

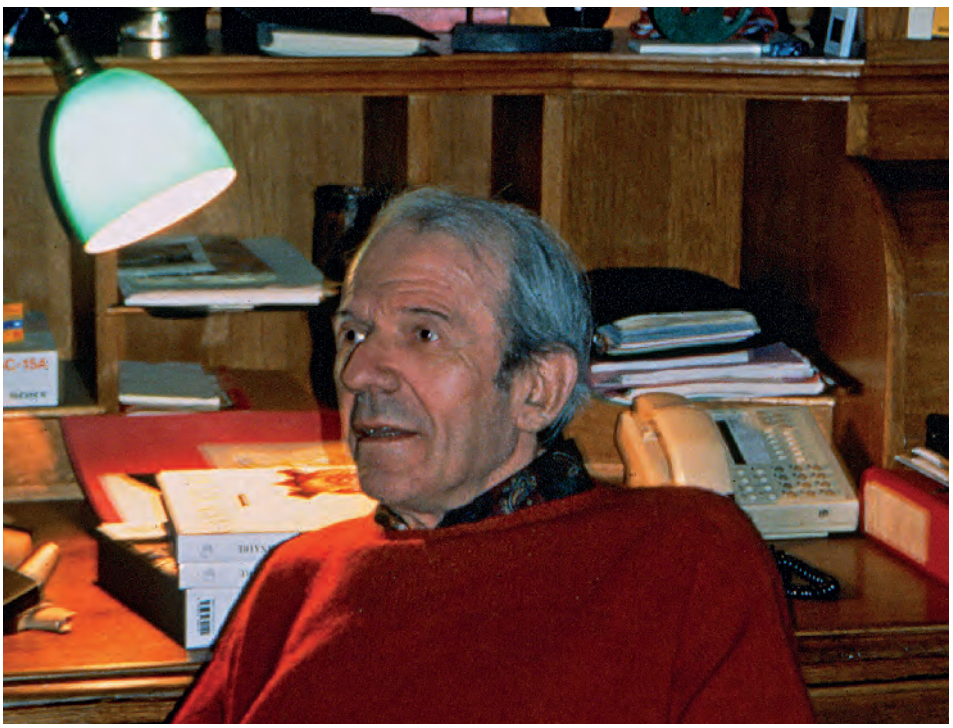
Deleuze: a criação de conceitos

O filósofo francês Gilles Deleuze escreveu sobre filósofos como Espinosa, Kant, Nietzsche e Bergson. São de sua autoria as obras *Lógica do sentido*, *Diferença e repetição* e, em parceria com o psicanalista Félix Guattari, *O anti-Édipo*, *Capitalismo e esquizofrenia*, *O que é a filosofia?* e *Mil platôs*.

Para Deleuze, a vida e o mundo encontram-se em constante processo de criação do novo: a vida é acontecimento, devir, um fazer-se contínuo. Por isso ele criticou a noção metafísica de conceito, aquela que aspira a uma verdade absoluta. Deleuze recusou as definições tradicionais de filosofia como contemplação, reflexão, diálogo ou comunicação para considerá-la a arte de formar, de inventar, de criar conceitos.

Aos filósofos não interessam modelos estáticos nem o comportamento passivo de seguidores de opiniões prontas. Compreende-se, com essas afirmações, que os conceitos mudam e recebem constantes reinterpretações. Assim, ao escrever sobre determinado filósofo, Deleuze identificou e elucidou os conceitos criados, explicitando o problema que levou à invenção desses conceitos. Para Deleuze, fazer filosofia é problematizar. Com a noção de multiplicidade, ele acentuou o movimento em contraposição às essências, as quais caracterizam o ser constituído de uma vez por todas.

Em resumo, para Gilles Deleuze, a filosofia é a disciplina que consiste em criar conceitos, pois eles não existem inteiramente prontos, mas devem ser inventados para a defesa de argumentos e ideias. Assim, ela se torna mais dependente da invenção rigorosa de conceitos e menos subordinada ao amplo exercício de refletir, o qual está pressuposto em qualquer área do saber, em vez de restrito à filosofia. Em outras palavras, a filosofia é mais a atividade de criação do que a de reflexão.



SACHA GOLDMAN/COLLECTION CHRISTOPHEL/AFP

O filósofo francês Gilles Deleuze. Fotografia de 1990.

Ordenar o caos

Segundo Deleuze e Guattari, quando refletimos, procuramos ordenar nosso pensamento para nos proteger do caos e das ideias fugidias. No entanto, a arte, a ciência e a filosofia exigem mais do que isso, uma vez que não buscam certezas definitivas. Baseando-se em um texto do escritor David-Herbert Lawrence, *O caos e a poesia*, os autores afirmaram:

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

[...] os homens não deixam de fabricar um guarda-sol que os abriga, por baixo do qual traçam um firmamento e escrevem suas convenções, suas opiniões; mas o poeta, o artista abre uma fenda no guarda-sol, rasga até o firmamento, para fazer passar um pouco do caos livre e tempestuoso e enquadrar, numa luz brusca, uma visão que aparece através da fenda. [...] Então, segue a massa dos imitadores, que remendam o guarda-sol, com uma peça que parece vagamente com a visão; e a massa dos **glosadores** que preenchem a fenda com opiniões: comunicação. Será preciso sempre outros artistas para fazer outras fendas, operar as necessárias destruições, talvez cada vez maiores, e restituir assim, a seus predecessores, a incomunicável novidade que não mais se podia ver. Significa dizer que o artista se debate menos contra o caos (que ele invoca em todos os seus votos, de uma certa maneira) que contra os "clichês" da opinião.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1992. p. 261-262. (Coleção Trans).

Glosadores: comentadores; no contexto, quem não é criador, os imitadores.

Deleuze e Guattari nos disseram que, do mesmo modo que a filosofia ordena o caos com o conceito, a arte é capaz de romper com as convenções (rasgar o céu) e, ao nos desacomodar, nos convida a ordenar o caos pela sensação (afectos e perceptos) e a apreciar o novo.

Os perceptos são entendidos como um conjunto de percepções e sensações que vão além daquele que as sente: trata-se de dar duração ou eternidade a um complexo de sensações que não pertencem mais a apenas um indivíduo, sendo transmitido a outros por meio da arte. Já os afectos são os chamados devires, que excedem as forças daquele que passa por eles, levando-o para potenciais além de sua própria compreensão: é o que acontece quando nos deparamos com alguma obra de arte que nos toca, por exemplo.

A ciência, por sua vez, tem por objeto as funções para conhecer o real por meio de mensurações. Por provocar tais fissuras, a filosofia, a arte e a ciência são chamadas de "caoides", realidades produzidas em planos que recortam o caos. Por ser um estado caoide por excelência, o pensar se compara sem cessar com o caos, ou seja, a filosofia é uma atividade contínua de criação de conceitos para enfrentar os problemas com que se depara, mas que sempre reaparecem com outras configurações.

Ao dizer que os conceitos são criados de acordo com os problemas, Deleuze reforçou que essa criação se faz no plano da imanência, ou seja, não se busca transcendência alguma, mas apenas situar os elementos no tempo e no lugar onde se vive.

Ao contrário da noção de conceito metafisico, que aspira à verdade, o que Deleuze chamou de conceito é apenas expressão de sentidos e está enraizado na experiência presente e sempre transitória, porque sujeita ao caos.



LOCHON/GAMMA-RAPHO/GETTY IMAGES

O psicanalista francês Félix Guattari. Fotografia de 1987.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sugestão

Foucault, Deleuze e Derrida frente à crise

Produção: Café Filosófico. Brasil, 2017. 44 minutos.

Nesse *podcast*, a filósofa Scarlett Marton analisa o pensamento de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Jacques Derrida, a quem ela se refere como rebeldes. Em razão de seus pontos de vista específicos para tratar das questões que se apresentavam à época, esses filósofos refletiram criticamente sobre os problemas da sociedade em que viviam. Foucault teria proposto uma transgressão em relação às instituições, como as escolas, os hospitais e as prisões. Deleuze teria operado uma transgressão em relação ao próprio fazer filosófico. Já Derrida teria proposto a desconstrução da herança filosófica por meio da crítica da linguagem.

Os três filósofos da diferença

Apesar das divergências existentes entre os três filósofos franceses analisados – Foucault, Derrida e Deleuze –, é possível reuni-los sob a marca da "diferença" em relação a tudo que os antecedeu. Contestaram a filosofia tradicional pelo seu apego à razão e às noções de sujeito, essência e objetividade. Além disso, criticaram toda forma de poder, posicionando-se contra as oposições binárias que perpetuam a hierarquização, como as distinções entre inferior e superior, normal e desviante, sujeito e objeto, voz e escrita.

Como não poderia deixar de ser, Foucault, Derrida e Deleuze sofrem críticas de diversos setores do pensamento contemporâneo, mas também inspiraram inúmeros outros pensadores. A seguir, vamos investigar alguns pensadores que foram influenciados, por exemplo, pelo pensamento de Foucault, como Donna Haraway e Achille Mbembe. Vamos estudar também as reflexões de Gayatri Chakravorty Spivak, tradutora dos textos de Derrida e crítica de Foucault e Deleuze.

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Haraway: feminismo e ambientalismo

ODS 5

A filósofa e bióloga estadunidense Donna Haraway, professora emérita da Universidade da Califórnia, insere-se nos debates atuais sobre feminismo e relações entre as espécies, propondo reflexões originais com base nas conquistas políticas de mulheres e ambientalistas nas sociedades contemporâneas. No contexto em que a globalização e o capitalismo colocam questões não só para as inter-relações humanas – como as de gênero –, mas também para o modo de lidar com outras espécies, Haraway surge como uma voz potente para tratar desses assuntos imprescindíveis, os quais, no entanto, são muitas vezes ignorados ou negligenciados nas pesquisas filosóficas realizadas dentro das universidades.

Os títulos das obras de Haraway contribuem para evidenciar a importância dos temas de gênero e da relação multiespécies em seus trabalhos: *Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*; *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*; *Visões primatas: gênero, raça e natureza no mundo da ciência moderna*; *O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa*; *Quando as espécies se encontram*.



RUSTEN HOGNESS/ACERVO PESSOAL

A filósofa Donna Haraway com seu cachorro de estimação, em Santa Cruz, nos Estados Unidos. Fotografia de 2006.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Manifesto ciborgue

Em 1985, foi publicado o *Manifesto ciborgue*, em que Haraway discutiu o que designou **informática da dominação**. Nesse manifesto, ela propôs uma nova forma de conceber o poder e a política, pautando-se pelo exemplo do ciborgue, um híbrido de máquina e animal.

Por muito tempo o ciborgue existiu no imaginário ocidental como ficção científica. Na primeira metade do século XIX, a escritora britânica Mary Shelley escreveu o romance *Frankenstein,* narrando as experiências de um cientista que fabricou em seu laboratório uma criatura gigante usando partes do corpo humano. A imagem dessa criatura, com dois eletrodos no pescoço, foi imortalizada, em 1931, pelo ator Boris Karloff, em filme homônimo ao romance.

Se a coexistência do animal e da máquina em um organismo teve, um dia, contornos de ficção científica, hoje ela é um fato irrefutável. Temos, por exemplo, dispositivos sendo implantados perto do coração para monitorar o ritmo cardíaco e controlar os batimentos por meio de estímulos elétricos; de maneira corriqueira e menos invasiva, atletas usam roupas e calçados especiais que aumentam seu rendimento. Segundo Haraway, vencer uma prova de atletismo nos Jogos Olímpicos na era do ciborgue não depende apenas da capacidade de correr mais rápido que os concorrentes, e sim da interação de medicina, dieta, práticas de treinamento, vestimentas, fabricação de equipamentos e visualização e controle de tempo, o que evidencia a junção entre corpo humano e máquina.

Sugestão

Frankenstein ou o Prometeu moderno

Mary Shelley. São Paulo: Penguin-Companhia, 2015.

Romance gótico escrito por Mary Shelley em 1818, quando a autora tinha apenas 18 anos de idade. Na história, o estudante de ciências naturais Victor Frankenstein, obcecado pela criação da vida, constrói um novo ser. O romance propõe uma reflexão sobre os limites da invenção humana.



UNIVERSAL/KOBAL/SHUTTERSTOCK

Fotograma do filme *Frankenstein*, dirigido por James Whale, 1931.



TIM CLAYTON/CORBIS/GETTY IMAGES

Imagens em contexto

Para Donna Haraway, o corpo humano está cada vez mais vinculado à tecnologia, como no caso de atletas cujo rendimento é influenciado pelo uso de um vestuário especial.

Corrida de 100 metros com barreira na modalidade feminina nas Olímpiadas de Paris, na França. Fotografia de 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Biotecnopoder

Mas o que o ciborgue tem a ver com a informática da dominação? Considerando que as relações sociais em âmbito mundial são rearranjadas pela ciência e pela tecnologia, Haraway nota que há uma transição, nas sociedades informacionais, das "velhas e confortáveis dominações hierárquicas" para as "novas e assustadoras redes" chamadas de "informática da dominação". Nesse sentido, por exemplo, o trabalho humano é substituído pela robótica. Isso porque, de acordo com Haraway, as redes de poder e a vida social nas sociedades contemporâneas estão atravessadas pelo impacto das inovações científicas e tecnológicas, que interferem no mundo do trabalho, na alimentação, na produção de conhecimento etc. Se Foucault falava de um biopoder, trata-se, para Haraway, de um **biotecnopoder**, e o ciborgue é expressão disso.

De acordo com Haraway, é necessário aprender a interpretar essas redes de poder a fim de construir novas alianças e coalizões, utilizando os desenvolvimentos técnico-científicos para amparar pessoas vulnerabilizadas – principalmente mulheres. Disso decorre a relevância do ciborgue, termo usado como metáfora naquilo que a filósofa denomina **política do ciborgue**.

Segundo ela, a política do ciborgue rompe com os dualismos tradicionais – entre organismo e máquina, mente e corpo, natureza e cultura, homem e mulher, masculino e feminino, macho e fêmea –, propondo a criação de um mundo polimorfo, que se apresenta em uma multiplicidade de formas e produz modos de vida e redes de poder alternativos aos existentes. Sobre esses dualismos então diluídos, verifique a explicação de dois comentadores do *Manifesto ciborgue*:

> Essas dicotomias [dualismos] anteriormente rígidas seriam então desmanchadas, dando espaço a conceitos maleáveis e passíveis de reconstruções, produzindo alternativas às tradicionais concepções de corpos e modos de vida a partir da apreensão da tecnologia no cotidiano. Esse processo de remodelamento de corpos e de relações mostra como os corpos são construídos e podem ser desmontados, colocando à prova sua suposta naturalidade e revelando suas possibilidades políticas. Daí a necessidade de as mulheres apreenderem e se apropriarem da linguagem da tecnociência, tendo como inspiração a figura do ciborgue, de modo a contestar esses dualismos clássicos e alterar as relações de classe, raça e gênero, em uma tentativa de superação das dominações e da construção de um mundo a favor das diversidades.
>
> FONTGALAND, Arthur; CORTEZ, Renata. Manifesto ciborgue. **Enciclopedia de antropologia**, 17 dez. 2015. Disponível em: https://ea.fflch.usp.br/obra/manifesto-ciborgue. Acesso em: 31 jul. 2024.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Compare os conceitos de biopoder e de biotecnopoder.
2. Com base na citação, explique como a figura do ciborgue ajuda a alterar relações de gênero.



SKYNESHER/GETTY IMAGES

Pessoas treinando em academia esportiva na Sérvia. Fotografia de 2024.

Imagens em contexto

A dependência de aparelhos para exercitar e fortalecer a musculatura é um dos indícios de que vivemos na chamada "era do ciborgue".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Manifesto das espécies companheiras

Vale destacar o fato de que Donna Haraway entende por espécies companheiras não apenas os animais de estimação ou de companhia, mas também seres orgânicos, como o arroz, as abelhas e a flora intestinal.

Com uma visão crítica do contexto produtivo predatório, de extermínio da flora e da fauna, Haraway publicou, em 2003, o *Manifesto das espécies companheiras*. Nesse ensaio, a filósofa propõe a ideia de um mundo em que o ser humano tenha consciência de habitar coletivamente o planeta Terra com outras espécies, não no sentido de apenas coexistir ou coabitar, mas no de um **devir-conjunto**, isto é, no de estabelecer interações que promovam transformações conjuntas. Isso requer que o ser humano se deixe afetar pelas demais espécies em suas constantes relações mútuas. Para isso, a humanidade precisa reconhecer nas outras espécies uma **alteridade significativa**, ou seja, um outro que pode provocar mudanças e marcar sua existência, constituir seu ser.

Haraway lança mão do conceito de **simbiogênese** para abordar a relação entre as espécies companheiras. Herdado da biologia evolutiva, esse conceito mostra que a evolução da vida no planeta não ocorreu por meio de competição, e sim por meio de ajuda recíproca. As relações de **simbiose** podem ser constatadas em várias situações, por exemplo, em nosso organismo, que apresenta um **microbioma** formado por numerosas espécies de fungos, vírus e bactérias. Para existir, dependemos, entre outras formas de vida, dos cerca de 100 trilhões de bactérias que constituem nossa flora intestinal, assim como elas dependem de nosso corpo para sobreviver.

Como podemos supor, o conceito de espécies companheiras contribui para desconstruir a oposição tradicional que coloca, de um lado, o ser humano na condição de ser cultural e, de outro, todos os demais seres vivos, enquadrados na noção de natureza. Para Haraway, o que existe é a natureza-cultura, com fronteiras fluidas entre ambas.

Simbiose: do grego *symbíōsis,* "vida em comum"; na ecologia, designa a associação entre dois organismos de espécies diferentes.

Microbioma: nesse caso, trata-se especificamente do microbioma humano, que é o conjunto de microrganismos que habitam o corpo de uma pessoa.



REINHARD DIRSCHERL/ULLSTEIN BILD/GETTY IMAGES

Interação simbiótica do peixe-palhaço com a anêmona-do-mar. Fotografia de 2016.

Imagens em contexto

De acordo com a biologia, a interação simbiótica do peixe-palhaço com a anêmona-do-mar é benéfica para ambas as espécies, pois as anêmonas fornecem aos peixes-palhaço proteção contra predadores, enquanto eles afastam das anêmonas predadores, como os peixes-borboleta.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Mbembe: a razão negra

O camaronês Achille Mbembe é um dos expoentes da filosofia produzida por autores africanos que refletem sobre a questão do racismo e do negro na atualidade. No livro *Crítica da razão negra*, Mbembe contrapôs duas formas do que ele designou "razão negra". De acordo com a primeira delas, há a visão construída ao longo de muitos séculos – que remonta à colonização do continente americano e à escravização dos africanos – de que o negro é um ser inferior ao branco, próximo à animalidade. Esse foi o imaginário construtor da noção de raça, criada pelo homem branco para determinar todos aqueles que não compartilham de sua identidade.

Assim, não faria sentido pensar em uma "raça branca", pois a própria ideia de raça está associada à figura do negro. Por trás desse imaginário está, de acordo com Mbembe, o primeiro tipo de razão negra, fabricado para efetivar uma separação, uma exclusão e uma erradicação, a serviço de uma ideologia de estigmatização sistemática da vida negra, cuja forma institucional mais emblemática no mundo contemporâneo consiste no *apartheid*.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Qual é o título da obra e o que ele significa?
2. Nessa escultura, o artista Flávio Cerqueira representou um corpo negro para denunciar o racismo na sociedade brasileira. Explique essa afirmação, com base nos elementos da obra.

ODS 10



FLÁVIO CERQUEIRA. FOTO: ROMULO FIALDINI/TEMPO COMPOSTO - MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND, SÃO PAULO

Amnésia, escultura de Flávio Cerqueira, 2015.

> Durante vários séculos, o conceito de raça – que sabemos advir inicialmente da esfera animal – serviu, em primeira linha, para nomear as humanidades não europeias. O que então se chamava "estado de raça" correspondia, assim se pensava, a um estado de degradação e a uma defecção [renúncia] de natureza ontológica. A noção de raça permitia representar as humanidades não europeias como se tivessem sido tocadas por um ser inferior. Seriam o reflexo depauperado [esgotado] do homem ideal, de quem estariam separadas por um intervalo de tempo intransponível, uma diferença praticamente insuperável. [...] Mas o negro não existe enquanto tal. Ele é constantemente produzido. Produzi-lo é gerar um vínculo social de sujeição e um *corpo de extração*, isto é, um corpo inteiramente exposto à vontade de um senhor e do qual nos esforçamos para obter o máximo de rendimento.
>
> MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 Edições, 2019. p. 41-42.

A essa designação racial, imposta pela consciência europeia do negro, Mbembe contrapõe uma segunda razão negra, produzida pelo próprio negro consciente de sua exclusão. A segunda razão negra, de acordo com o filósofo, é uma declaração de identidade que corresponde à consciência negra do negro, tendo como horizonte a participação plena e integral na história da liberdade, em um mundo livre do fardo da raça e do racismo. Protagonizando essa razão estão todos os grupos identitários negros que lutam por seus direitos e pelo reparo aos danos sociais historicamente infligidos a eles.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A necropolítica

Em seu ensaio *Necropolítica* – termo criado para tratar de uma política da morte (do grego *nekrós*, "morte") –, Achille Mbembe se serviu das reflexões de Michel Foucault para denunciar o fato de que a racionalidade do biopoder define, por meio de critérios raciais, quem importa e quem não, quem é descartável e quem não é, quem pode sobreviver e quem deve morrer. Foucault identificava como caso máximo de aplicação do biopoder o regime nazista, em que o controle político da mortalidade se exerceu nos campos de concentração, onde judeus, ciganos, homossexuais, comunistas e indivíduos considerados indesejados pelo regime foram mortos, ao passo que Mbembe investigou a colonização e o racismo.

Para Mbembe, o conceito de raça é fundamental para pensarmos a questão do biopoder. Ele defende a ideia de que o racismo esteve sempre presente no imaginário e no exercício político do Ocidente, determinando uma tecnologia que regulou a distribuição da morte. Nesse sistema, as raças consideradas inferiores e subjugadas foram vítimas de uma política que implementou um "fazer morrer".

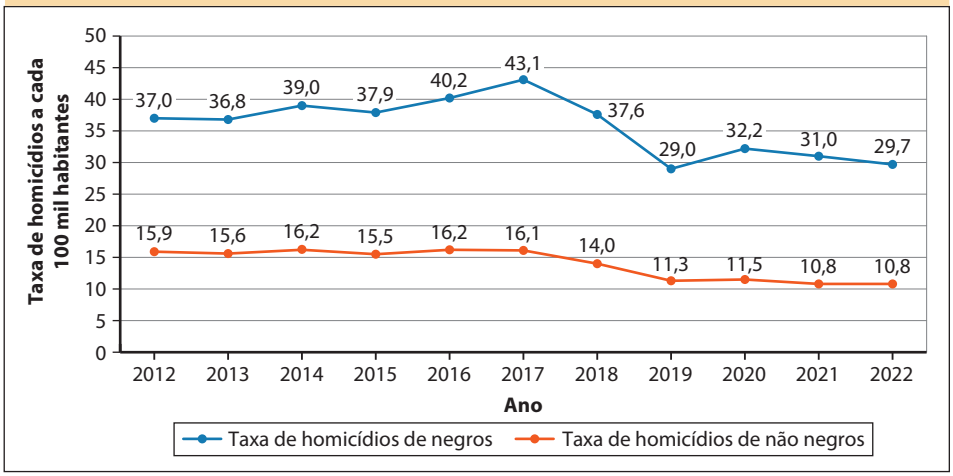
Mbembe explica que a escravização dos negros africanos pode ser considerada uma das primeiras formas de experimentação biopolítica, na medida em que a condição de escravizado, legitimada pelas nações colonizadoras, impunha uma tripla perda: a perda de um "lar", a perda de direitos sobre o próprio corpo e a perda de estatuto político. Nesse sistema, o poder sobre a vida do outro é um poder comercial de posse, tendo em vista que a vida do escravizado se tornou uma propriedade de seu senhor.

Portanto, é no sistema colonial escravagista que o potencial de violência assumiu, por meio da racionalidade ocidental, a forma de um massacre burocrático, ou seja, de um massacre organizado dentro de uma estrutura de poder político. Ocorre que a necropolítica não deixou de existir na contemporaneidade, afetando, nos países que foram antigas colônias, a população negra, maior vítima de homicídios em muitos desses países.

Mbembe comenta, ainda, sobre outros casos emblemáticos de necropolítica nos dias atuais, como a ocupação da Palestina por Israel e a segregação de seu povo, além das guerras contemporâneas. Vale mencionar que um estudo com maior profundidade a respeito da questão judaico-palestina é desenvolvido nos volumes de geografia e de história.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Brasil: taxa de homicídios de negros e de não negros a cada 100 mil habitantes – 2012-2022



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2024**. Brasília, DF: Ipea: FBSP, 2024. p. 53.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Com a ajuda do professor de matemática, responda: sabendo que, segundo dados do Censo, 55,5% da população brasileira era negra em 2022, o que o gráfico revela?
2. De acordo com a leitura do gráfico, é possível estabelecer no Brasil uma relação entre biopoder e raça?

Spivak: o pensamento pós-colonial

A filósofa Gayatri Chakravorty Spivak nasceu em Calcutá, na Índia, em 1942, pouco antes de o país se tornar independente da colonização britânica. Traduziu para o inglês obras do filósofo francês Jacques Derrida e herdou dele o método desconstrucionista. Seus escritos, em geral, abordam o pensamento feminista e **pós-colonial**. Fez parte do grupo **Estudos Subalternos**, fundado no início da década de 1980 na Universidade de Sussex, no Reino Unido, o qual, agregando pesquisadores indianos e britânicos, se dedicou a elaborar uma crítica radical do colonialismo e de suas consequências.

Embora, em 1947, a Índia tenha conquistado sua independência, o fim do domínio colonial não significou uma alteração significativa na ordem social. Transferido o poder para as mãos da elite indiana, a população empobrecida continuou padecendo da mesma relação de subordinação. Visando compreender essa situação, os Estudos Subalternos discutiam a condição presente das massas um dia colonizadas, que permaneciam longe das instâncias de governo e eram continuamente silenciadas, inferiorizadas e marginalizadas.

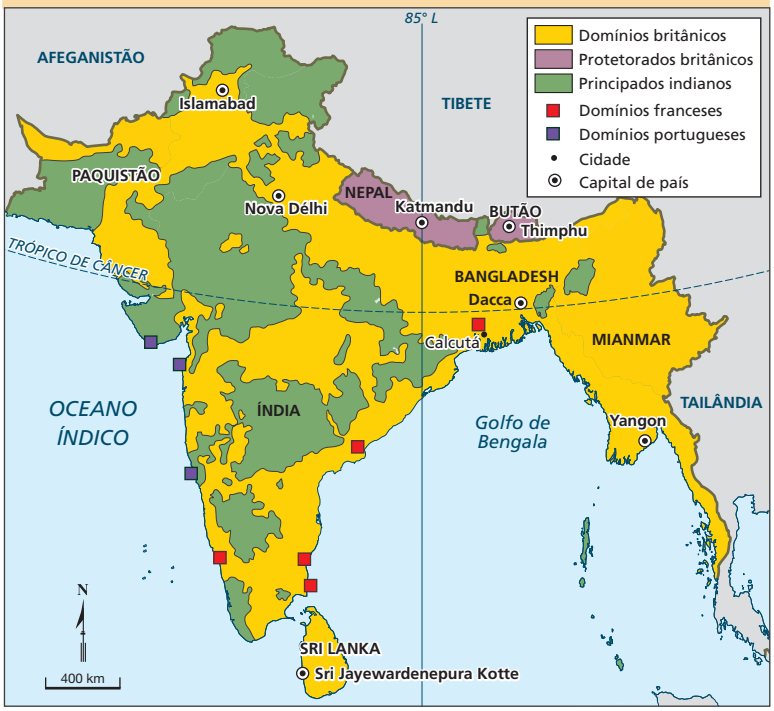
O conceito político-social de subalternidade foi adotado pela primeira vez pelo filósofo marxista italiano Antonio Gramsci na primeira metade do século XX, referindo-se às classes sociais excluídas do poder e cujas palavras não eram ouvidas, em oposição às classes dirigentes. Gramsci tinha em vista, sobretudo, o campesinato.

A partir da década de 1980, com os estudos indianos, o uso do conceito passou a remeter principalmente aos **povos sul-asiáticos** colonizados pelos europeus. Hoje o termo contempla um espectro maior de pessoas e abarca todos os grupos excluídos socialmente, aqueles que tiveram seu poder de fala sufocado pelo grupo hegemônico. Pensadores como Spivak defendem que o grupo dominante controlou as narrativas difundidas como se fossem a verdade histórica, a chamada "história oficial", por meio de suas próprias versões dos acontecimentos. Assim, as investigações a respeito de pessoas subalternizadas englobam, atualmente, latino-americanos, negros, indígenas, mulheres, pessoas LGBTQIA+ etc.

No contexto das reflexões de Spivak, estava em questão discutir como, na história da Índia, os colonizadores britânicos impuseram uma cultura que convertia os indianos em subalternos, seja por meio da imposição de um idioma e de uma maneira de pensar, seja por meio do estabelecimento de uma hierarquia entre um tipo de conhecimento inferior (o do colonizado) e um superior (o do colonizador). Essa cultura, aliás, era a mesma disseminada nas instituições educacionais criadas pelo governo britânico na Índia e que formavam a elite indiana, caracterizada pela autora como "britânica no gosto, na moral e no intelecto".

Dessa maneira, as reflexões pós-coloniais de Spivak propunham a superação de um saber dominante que sujeitou o pensamento das camadas populares indianas. A crítica pós-colonial promovida pela filósofa implicava, portanto, a valorização das experiências e dos saberes genuinamente nativos, ao mesmo tempo que exigia a desconstrução da superioridade das experiências e dos saberes europeus.

Índia: domínios britânicos – 1914



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: HILGEMANN, Werner; KINDER, Hermann. **Atlas historique**: de l'apparition de l'homme sur la terre à l'ère atomique. Paris: Librairie Académique Perrin, 1992. p. 364.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. De acordo com o mapa, quais países europeus tinham, em 1914, domínio sobre territórios que formam a Índia atualmente?
2. Com base em seus conhecimentos geográficos, responda: esses domínios representam a noção de fragmentação ou de unidade política? Justifique sua resposta.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Pode o subalterno falar?

No artigo "Pode o subalterno falar?", Spivak, por meio do método de **desconstrução** herdado de Derrida, rejeita o lugar incômodo assumido pelos intelectuais – em geral, pertencentes a uma elite – que julgam poder falar pelos grupos excluídos. É como se a fala do subalterno – isto é, suas ideias, suas opiniões, seus sentimentos etc. – tivesse sempre de ser intermediada pela voz de outra pessoa, de alguém que se coloca na posição de reivindicar algo pela pessoa ou grupo subalternizado.

Essa atitude, na perspectiva de Spivak, contribuiu para a reprodução de estruturas de poder e de opressão que mantiveram o subalterno silenciado, sem que a ele fosse oferecida a oportunidade de falar por si mesmo e de, assim, ser de fato ouvido.

Spivak questiona, portanto, a cumplicidade dos intelectuais contemporâneos no processo de subalternização dos povos. Em outras palavras, para ela, a maneira como o sujeito do Terceiro Mundo é representado na produção intelectual ocidental é frequentemente cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente. Por isso, na visão da autora, a maior tarefa do **intelectual pós-colonial** não é a de falar no lugar do oprimido, e sim a de criar espaços para que o indivíduo subalternizado se expresse e seja escutado por todos.

Spivak critica, ainda, Michel Foucault e Gilles Deleuze, tomando como base o texto deles intitulado "Os intelectuais e o poder", no qual discutem justamente a função do intelectual diante do silenciamento histórico de saberes. Segundo defende a autora, os filósofos franceses, nesse texto, apesar de reconhecerem a experiência concreta do oprimido e de valorizarem seu saber, ignoram categorias como a de ideologia, determinante para pensar nos instrumentos que impedem o oprimido de ter consciência da opressão, além de terem mantido o contexto europeu como foco de análise. Jacques Derrida, no entanto, seria um contraponto a Foucault e Deleuze, na medida em que rastreou situações de recusa da alteridade que coincidem com o etnocentrismo.

Embora alguns entendam que essa leitura de Spivak sobre Foucault e Deleuze tenha elementos de exagero, a posição da filósofa indiana foi determinante para que os intelectuais realizassem uma **autocrítica** e percebessem o quanto eles se atribuíam o poder enunciativo de falar em nome do oprimido ou mesmo partindo de um lugar que não lhes "pertence" e que, de certo modo, desconhecem.

Você pesquisador

O pensamento pós-colonial e as chamadas perspectivas decoloniais questionam e decolonizam sistemas de conhecimento, práticas culturais e relações sociais que, no presente, ainda são atravessados pela lógica de dominação colonial. Essas teorias buscam, assim, suprimir os efeitos da colonização na África, na Ásia e na América Latina, mostrando que o colonialismo impôs tanto um sistema econômico-político como um conjunto de ideias, valores, sentimentos e comportamentos.

Com base nisso e com a ajuda do professor de sociologia, faça uma **revisão bibliográfica** simples, levantando de maneira sistemática autores e autoras que pertenceram a essas correntes de pensamento. Na revisão, considere as obras produzidas sobre o tema, o ano de publicação e a origem dos autores.



LES KASYANOV/GLOBAL IMAGES UKRAINE/GETTY IMAGES

A filósofa indiana Gayatri Chakravorty Spivak. Fotografia de 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A questão da mulher

Ainda no artigo "Pode o subalterno falar?", Spivak discute a heterogeneidade que constitui o grupo de pessoas subalternizadas na sociedade indiana. Para ela, o termo *subalterno* (ou subalternizado) designa o vasto leque representado pelas camadas mais baixas da sociedade excluídas dos poderes econômico e político. A filósofa destaca, contudo, que há um segmento cuja invisibilidade é agravada por questões de gênero. Para ela, o **sujeito feminino subalternizado** está ainda mais afastado do poder de falar e de ser ouvido.

Para ilustrar seu argumento, Spivak menciona o caso de Bhuvaneswari Bhaduri, jovem envolvida na luta de independência da Índia na década de 1920, cuja história em sua versão real foi suprimida da história oficial da nação e jamais reconhecida e aceita, tendo seu legado, portanto, sido apagado da memória histórica e até da memória de seus familiares. Assim, a filósofa indiana dedicou-se a investigar a história real da jovem, desconstruindo as ficções que dissimulavam sua verdadeira biografia.

Spivak destaca que o silenciamento dessas vozes não quer dizer que elas não tenham resistido, protestado e clamado pelo fim da opressão, e sim que houve um bloqueio na comunicação entre o falante (o oprimido) e o ouvinte (o opressor), bloqueio imposto por este. Por isso, o intelectual pós-colonial deve, de acordo com a autora, desconstruir essa condição e promover uma estrutura em que as pessoas subalternizadas – principalmente as mulheres – falem com liberdade e autonomia e sejam de fato ouvidas.

Lugar de fala

Toda a discussão sobre o intelectual pós-colonial e a mulher subalternizada contribuiu para que outros filósofos e filósofas debatessem um conceito que ecoa as ideias de Spivak: o de **lugar de fala**. Esse conceito aponta para a necessidade de se pensar o contexto social ocupado por aquele que fala, considerando relações de poder e questões de raça, gênero e classe.

Segundo a filósofa brasileira Djamila Ribeiro, Spivak é uma das autoras mais significativas para a formulação do conceito de lugar de fala. Segundo Djamila, essa ideia favorece a ocupação do espaço discursivo por sujeitos oprimidos para expressarem suas próprias ideias, opiniões e sentimentos.

Por exemplo, imaginemos que os legisladores queiram consultar um grupo de indivíduos para discutir o dia a dia do trabalhador doméstico e os problemas enfrentados pela categoria. Nesse caso, ninguém está mais apto a falar sobre o tema do que os próprios trabalhadores domésticos. Por isso, dizemos que tais trabalhadores, nesse tipo de debate, ocupam um lugar de fala que é mais legítimo e frutífero para a discussão do que, por exemplo, o ocupado por seus patrões.



AGENCE OPALE/ALAMY/FOTOARENA

A filósofa brasileira Djamila Ribeiro. Fotografia de 2023.

Sugestão

O que é lugar de fala?

Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

Nesse livro, a filósofa Djamila Ribeiro discute o conceito de lugar de fala, inspirando-se em autoras como Gayatri Spivak e Simone de Beauvoir. De acordo com Beauvoir, a mulher é definida com base no homem – sendo, por isso, inferiorizada e reduzida ao outro do homem –, a filósofa brasileira mostra que a mulher negra ocupa uma posição ainda mais dramática, pois, não sendo homem nem branca, sofre de uma carência dupla que a submete à marginalização social. O lugar de fala reivindicado por Djamila é o da mulher negra, e é desse ponto de vista que parte a filósofa para discutir situações de opressão.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Baudrillard: a violência do global

O filósofo e sociólogo francês Jean Baudrillard dedicou muitas de suas obras a questões fundamentais para a compreensão das **sociedades ocidentais contemporâneas**, concentrando boa parte de suas investigações em temas como o **consumo** e o **mundo globalizado**. Para ele, a globalização das trocas comerciais indica o triunfo do pensamento único, capaz de fazer circular as ideias de democracia e de direitos humanos como se fossem um produto análogo ao petróleo.

O que Baudrillard destacou foi a potência da globalização de dissolver as singularidades em benefício de um processo de **homogeneização global**, neutralizando as diferenças entre as culturas. De acordo com o filósofo, o mecanismo adotado pela globalização é violento, pois requer a supremacia da eficiência da técnica e de uma circulação integral, ao mesmo tempo que persegue toda forma de singularidade.

Ocorre que nem toda sociedade assimila a cultura ocidental indiferenciada (universalizante) imposta pela globalização. Algumas preferem manter espaço aberto para suas práticas e seus costumes particulares. Sociedades assim são tidas como refratárias, por resistirem ao poder de homogeneização da violência do global. Disse Baudrillard:

> Para a potência global, [...] todas as formas singulares são heresias. Por isso, estão fadadas a entrar por bem ou por mal na ordem mundial, ou a desaparecer. A missão do Ocidente (ou, melhor, do ex-Ocidente, pois ele não tem mais, há muito tempo, valores próprios) é submeter por todos os meios as múltiplas culturas à lei da feroz equivalência. Uma cultura que perdeu os seus valores só pode se vingar contra os valores das outras. Mesmo as guerras – como a do Afeganistão – visam antes de tudo, para além das estratégias políticas ou econômicas, a normalizar a selvageria, a alinhar todos os territórios. O objetivo é eliminar qualquer zona refratária, colonizar e domesticar todos os espaços selvagens, seja no espaço geográfico, seja no universo mental.
>
> BAUDRILLARD, Jean. **Power inferno**. Porto Alegre: Sulina, 2007. p. 61.

Baudrillard argumentou, então, que o Ocidente impõe uma ordem mundial, tentando submeter todas as culturas à lei da equivalência, o que provoca a uniformização de comportamentos, valores, pensamentos e sensações. Essa lei, aplicada pelo Ocidente por meio de múltiplas estratégias (entre elas a guerra), se orienta pela cultura ocidental, alinhando todos os territórios conforme seu próprio modo de vida. Para Baudrillard, isso significa uma espécie de colonização do universo mental. Trata-se da manifestação do que ele designa como violência do global.

Sugestão

Geografia: Globalização e seus efeitos

Produção: Brasil Escola Podcasts. Brasil, 2021. 19 minutos.

Esse episódio de *podcast* explica, por meio de uma abordagem focada no conhecimento geográfico, o que é a globalização e quais são seus efeitos no mundo e em nossas vidas.

ZHANGJIN_NET/SHUTTERSTOCK



Modelos em passarela durante desfile da China Fashion Week em Pequim, na China. Fotografia de 2019. Para Baudrillard, o mundo globalizado impõe um processo de homogeneização em que as pessoas se comportam de maneira similar, consomem as mesmas coisas e têm os mesmos gostos, sentimentos, valores etc.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Mutações contemporâneas

As mudanças institucionais ocorridas nas décadas de 1980 e 1990 – por exemplo, as transformações sucedidas no modelo de família em razão de movimentos emancipatórios femininos, além de reivindicações de outras minorias, como as de pessoas LGBTQIA+, negras e indígenas – representaram reações complexas à antiga ordem da sociedade patriarcal. Ao mesmo tempo, o setor de serviços prevalecia com a acelerada entrada na era da informática, da comunicação e da globalização.

Crianças e adolescentes daquele período começaram a ser educados com padrões de conduta diferentes. A família assumiu formatos plurais: divorciados passaram a se casar novamente, formaram-se núcleos monoparentais (constituídos apenas pela mãe ou pelo pai), constituíram-se uniões informais entre homem e mulher e entre pessoas do mesmo sexo etc. Por consequência, também os jovens passaram a se comportar com mais liberdade sexual que os das gerações que os antecederam.

Na mesma época, movimentos estimulados sobretudo por grupos religiosos reivindicaram o retorno aos padrões da família tradicional, a indissolubilidade do casamento e a condenação de uniões homoafetivas. Esse contexto multifacetado repercutiu na configuração das relações amorosas e nas expectativas em torno do que é ser feliz.

É dentro dessa nova perspectiva que precisamos repensar nosso conceito de felicidade, examinar o que permanece de universal nessa busca e quais são os novos riscos que a ameaçam e nos afastam de uma vida feliz.

Você conhecerá, a seguir, alguns obstáculos que se interpõem ao projeto de felicidade.

Individualismo e culto ao corpo

Hedonista: relativo a hedonismo, corrente filosófica que compreende a busca por prazer como finalidade da vida.

Um aspecto marcante da contemporaneidade encontra-se no fato de vivermos em uma época **hedonista** e individualista. Cada um se volta com mais intensidade para si mesmo, em busca da realização imediata dos próprios desejos.

Após longa tradição de desvalorização do corpo e das paixões, de seu controle e normatização por numerosas regras de comportamento, configurou-se a tendência aparentemente transgressiva da liberação e do resgate do corpo. No final do século XX, disseminou-se o culto ao corpo visando garantir bem-estar e beleza.

Não estaria sendo retomada a antiga dicotomia corpo-mente, mas de maneira invertida? De fato, o cultivo do corpo de modo cada vez mais impositivo extrapola a mera preocupação com a saúde ou o bem-estar. O que se observa é a tirania das dietas alimentares, dos exercícios modeladores e da "construção do corpo" por meio de cirurgias plásticas que nunca parecem satisfatórias. Descobre-se o culto da juventude e da beleza pelas gerações que têm medo de envelhecer e de morrer.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Qual o humor produzido pela tirinha de Garfield?
2. Como a tirinha se relaciona com a noção de época hedonista e individualista?



Garfield, tirinha de Jim Davis, 1988.

©1988 PAWS, INC. ALL RIGHTS RESERVED / DIST. BY ANDREWS MCMEEL SYNDICATION
© 1988 PAWS, INC. All Rights Reserved.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A febre das *selfies*

Você já parou para pensar sobre o fenômeno contemporâneo das *selfies*? O interesse de perpetuação da própria imagem sempre existiu, como constatamos na história humana com as máscaras mortuárias, além de pinturas e esculturas voltadas para perenizar a figura de uma personalidade. Também os artistas sempre fizeram autorretratos. Com o advento da fotografia, e especialmente agora, na era do celular, ampliou-se ilimitadamente a possibilidade da reprodução da própria imagem.

Sabemos que o termo *narcisismo* deriva do mito grego de Narciso, que, encantado pela própria imagem refletida nas águas de uma fonte, apaixona-se por si mesmo e, nessa contemplação, consome-se e morre. Freud retomou esse mito, reconhecendo que o amor de si é importante para o desenvolvimento da criança, que necessita ser objeto de amor dos outros e também de si mesma. O problema é não conseguir superar o enclausuramento que impede o contato com os outros e com a cultura da qual faz parte.

Para fazer uma *selfie*, as pessoas procuram o melhor ângulo – ou emolduram-se em um entorno que valoriza seu ego – e, às vezes, se esquecem de apreciar os locais e as exposições que visitam; até mesmo em situações trágicas há quem não resista à repetição do gesto. Com todo esse ritual, constrói-se uma imagem de si mesmo – uma máscara – imediatamente exibida nas redes sociais.

Durante a pandemia de covid-19, em um contexto de isolamento, as *selfies* se tornaram, para muitas pessoas, o único recurso de exposição social. Catalisadoras de interações virtuais, as *selfies* são objeto de curtidas, e quanto mais atraentes elas forem, mais interações gerarão. Por isso, frequentemente as pessoas usam filtros e ferramentas de edição de fotos para manipular a própria imagem e suprimir traços físicos que julgam imperfeitos. Isso acentuou o chamado transtorno dismórfico corporal, uma preocupação excessiva com a aparência e com características mínimas e imperceptíveis.

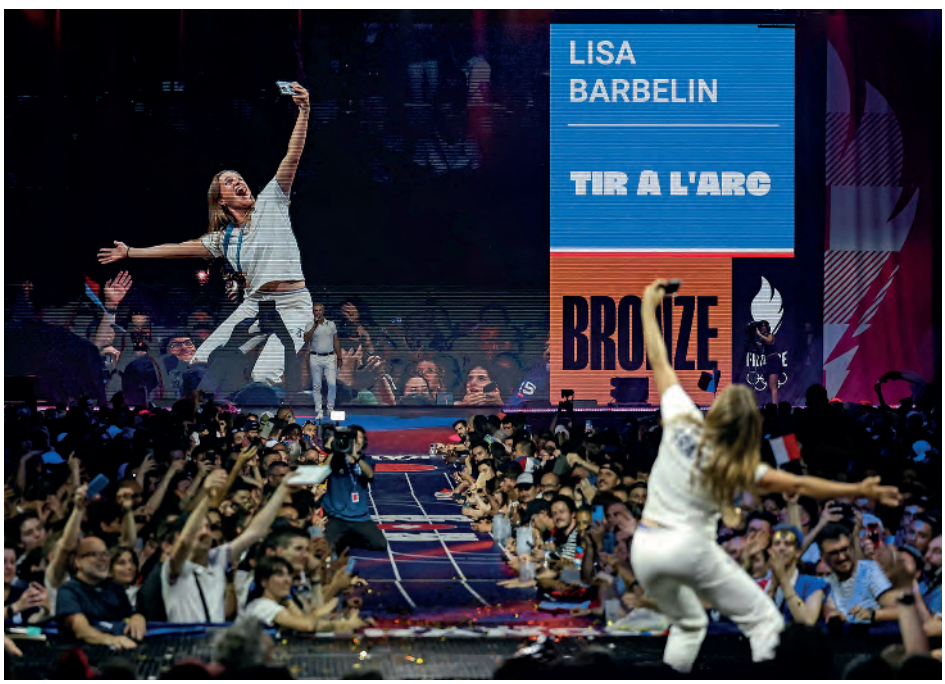
De acordo com uma pesquisa realizada em 2020 pela American Academy of Facial Plastic and Reconstructive Surgery (Academia Americana de Cirurgia Plástica e Reconstrutiva Facial), a pandemia de covid-19 aumentou a busca por procedimentos estéticos, com muitos pacientes relatando que as intervenções teriam como finalidade melhorar suas *selfies*. Não se trata de recusar o mecanismo das *selfies*, mas de refletir sobre o fato de esse costume ter sido exacerbado nos últimos anos, tornando-se uma obsessão, com a possibilidade de comprometer a saúde mental das pessoas.

Sugestão

Filtros e dismorfia

Produção: Mequetrefismos. Brasil, 2021. 4 minutos.

Nesse vídeo, a psicanalista Maria Homem explica brevemente como os filtros em fotos são utilizados para contornar a insatisfação com a realidade. A psicanalista questiona o uso de filtros aplicados às *selfies* por um descontentamento em relação àquilo que se é. Ela nos convida à autoaceitação da própria imagem.



VALENTINE CHAPUIS/AFP/GETTY IMAGES

A francesa Lisa Barbelin tira uma *selfie* comemorando sua medalha de bronze no tiro com arco nas Olímpiadas de Paris, na França. Fotografia de 2024. As *selfies* são um fenômeno contemporâneo que se tornou uma obsessão entre muitas pessoas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Hiperconsumismo

Consumir é um ato que nos permite atender a necessidades vitais, próprias da sobrevivência, como as de alimentar-se, vestir-se e ter onde morar. Mas não só. O consumo abrange tudo o que estimula o crescimento humano em suas múltiplas e imprevisíveis direções.

O consumo degenera em consumismo quando se torna um fim em si mesmo. Nesse caso, provoca desejos nunca satisfeitos. A ânsia do consumo perde toda a relação com necessidades reais, o que leva pessoas a comprar mais do que precisam e, às vezes, a gastar mais do que têm.

Os apelos constantes para consumir novidades tornam tudo descartável e rapidamente obsoleto. Com as facilidades da internet, compram-se e vendem-se coisas, serviços, ideias, sem precisar sair de casa. O sociólogo francês Gilles Lipovetsky afirma:

> Com o capitalismo de consumo, o hedonismo se impôs como um valor supremo e as satisfações mercantis, como o caminho privilegiado da felicidade. Enquanto a cultura da vida cotidiana for dominada por esse sistema de referência, a menos que se enfrente um cataclismo ecológico ou econômico, a sociedade de hiperconsumo prosseguirá irresistivelmente em sua trajetória.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 367.

Como evitar as piores consequências? O diagnóstico de Lipovetsky percorre ainda outros setores da vida, o que nos emaranha mais nessa condição. O sociólogo ressalta que a sociedade do hiperconsumo é também a do hiperindividualismo, do hipertexto, do hipermercado, do hiperterrorismo, da hiperclasse, em um contexto em que a modernização desenfreada e a desregulamentação econômica são escaladas a potências superlativas. Daí o sociólogo dizer que vivemos tempos hipermodernos.



ANTONIO COSSIO/PICTURE ALLIANCE/GETTY IMAGES

Vista aérea de lugar de descarte de roupas usadas no Deserto do Atacama, no Chile. Fotografia de 2021. O hiperconsumismo tem também um impacto ecológico.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Felicidade e autonomia

Ao analisar o que é ser feliz, podemos percorrer alguns momentos da história da filosofia para entender que a felicidade não se separa do processo de constituição da identidade de cada um de nós, da consciência sobre o que queremos para nossa vida, de nossa "experiência de ser". Essa busca, porém, não é solitária, porque se realiza na intersubjetividade: depende das amizades, do amor, do erotismo e, nesse sentido, da experiência do nosso corpo, dos sentimentos e da relação com os outros.

A turbulência e a novidade das mudanças ocorridas a partir das últimas décadas do século XX modificaram de maneira drástica os padrões de comportamento. Há os que denunciam o braço invisível da alienação em condutas aparentemente autônomas. Por essa ótica, concluem não haver propriamente autonomia, porque os mecanismos de repressão se encontram na sociedade e são exercidos como instrumentos de controle dos desejos, estimulando-os ou reprimindo-os.

Outros aceitam as mudanças de modo favorável e refletem sobre essas questões com mais otimismo. Apesar de indicarem os riscos, realçam aspectos positivos da variedade de comportamentos alternativos que possibilitam mais autonomia e personalização. Para Lipovetsky, as mudanças de nosso tempo são inevitáveis. Na atual ordem coabitam fenômenos de massificação e de personalização, de individualismo exacerbado e de individualidade responsável.

Terminamos com a reflexão do filósofo e professor Franklin Leopoldo e Silva:

> [...] quando as pessoas acalmam a ansiedade via consumo estimulado pelo capitalismo, seria justo dizer que elas encontram a felicidade? A escolha de uma profissão pelo único critério da quantidade de ganho a ser obtido significa felicidade? Quando indivíduos, grupos e nações se isolam para usufruir uma qualidade de vida cuja condição é a exclusão e/ou a exploração dos demais, pode-se dizer que vivem felizes?
>
> Essas perguntas poderiam ser respondidas dogmaticamente, pelo sim ou pelo não. Mas não se trata de resolver a questão, e sim de considerar as dificuldades de toda ordem que se apresentam quando examinamos o desejo de felicidade. Essas dificuldades se mostram em toda contundência quando tentamos discernir os critérios da vida feliz e a relação ética entre os meios e os fins. Por isso, como deveria ser evidente, a questão da felicidade é eminentemente ética, até mesmo para aqueles que julgam possível obter a felicidade pessoal pela supressão da ética.

SILVA, Franklin Leopoldo e. **Felicidade**: dos filósofos pré-socráticos aos contemporâneos. São Paulo: Claridade, 2007. p. 9. (Coleção Saber de tudo).

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



© ALEXANDRE BECK

Armandinho, tirinha de Alexandre Beck, 2016. Nessa tirinha, Armandinho propõe uma reflexão: existem relações afetivas "felizes para sempre"? Aliás: existe felicidade "para sempre"?

Consumo individualizado e comércio eletrônico

O texto a seguir, publicado pelo filósofo francês Gilles Lipovetsky em 2015, apresenta uma nova configuração do consumo que é reforçada pelo comércio eletrônico (*e-commerce*). Essa configuração produz um novo tipo de consumidor designado pelo autor como "neoconsumidor". Vale mencionar o fato de que, quatro anos após a publicação do texto de Lipovetsky, o mundo teve de se reorganizar em razão da pandemia de covid-19, sendo adotadas medidas como o aperfeiçoamento do comércio eletrônico, que, nesse período, entrou em franca expansão.

OBJETO DIGITAL
Vídeo: ***Smartphones*: produção e consumo**

Para a maioria, os gostos de necessidade recuam em prol dos gostos da moda, do mais atual, dos prazeres efêmeros, da sede de renovação permanente. Em média, os consumidores renovam seu celular a cada dezoito meses, ao passo que a duração real da vida deles é bem superior. Nesse contexto, o neoconsumidor aparece como um "colecionador de experiências", um consumidor menos obcecado pela ostentação social do que pelos prazeres inéditos. É dessa forma que se manifesta um consumo mais volátil que "estático", menos ostentatório que emocional, menos voltado para o ter do que para os prazeres sempre renovados. Com o capitalismo de sedução triunfa uma estética do consumo inseparável de um consumidor frágil, em perpétuo movimento, que parece mais deslizar no mundo do que estar preso a ele.

Essa dinâmica é ainda reforçada pelas novas ferramentas digitais que libertam o consumidor da obrigação de se deslocar aos pontos de venda. Com o *e-commerce*, o consumidor pode usar a rede para fazer seus pedidos a qualquer hora do dia e da noite, em sua casa diante de seu computador ou na rua, graças a seu *smartphone*. Liberto dos limites espaço-temporais do universo mercantil, o consumo ganha leveza e fluidez sem precedentes.

Além do mais, estamos no momento em que os comportamentos de consumo libertaram-se dos contextos coletivos, das normas religiosas, dos hábitos e das regras de classe que prevaleciam até então. A profusão de escolhas de mercado e a dinâmica de individualização provocaram a dissolução das imposições coletivas e, dessa forma, um novo tipo de consumidor que, livre do peso das convenções e dos conformismos de classe, se impõe como um comprador zapeador e volátil, infiel e descoordenado. Com a mobilidade dos indivíduos na cultura de classes, o consumo é marcado pela individualização das escolhas, pela latitude dos atores em relação às normas coletivas e aos *habitus*. Ao passo que se desfazem os sentimentos de pertencimento de classe, as escolhas dos compradores são cada vez menos determinadas unilateralmente pelo *habitus* de classe e se mostram largamente imprevisíveis, desunificadas, "transfronteiras". O consumo registra, por isso, a vitória hipermoderna da leveza destracionalizada sobre o peso dos controles coletivos. A mobilidade que caracteriza o consumidor contemporâneo é filha do processo de desregulação, destradicionalização e individualização hipermoderna.

Signos distintivos: no contexto, referem-se a elementos que marcam uma posição social na lógica do consumo por ostentação.

Nesse novo contexto, as estratégias antagonistas e as lutas pela apropriação dos **signos distintivos** que, desde sempre, estruturam o campo do consumo passam muitas vezes para o segundo plano. Estamos no momento em que este tende a se esvaziar de sua antiga dimensão conflitante: agora é um consumo mais intimista e hedonista que domina, largamente esvaziado das lógicas de desafio inter-humano, de rivalidade estatutária, de enfrentamento simbólico. Livre do imperativo de exibir uma posição social, menos concorrencial, menos dramatúrgica, o consumo registra uma forte corrente de alívio de seu sentido social honorífico tradicional.

Finalmente, o neoconsumidor quer menos exibir um "peso" social aos olhos dos outros do que ser colocado em movimento e esquecer o peso do presente: às lutas simbólicas de classe sucedem as ambições de tornar mais leve a experiência individual. Agora, o consumo funciona amplamente como paliativo dos desejos frustrados, meio para se "levantar o moral", meio de consolação, pequena embriaguez capaz de fazer esquecer, por um breve

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

instante, as misérias, decepções e frustrações de cada um. Sobre as mudanças incessantes dos bens de consumo, esperamos que elas nos desviem do peso dos dias ao dinamizar, mais ou menos, o cotidiano. O consumo de nossos dias se assemelha a uma viagem: ele aparece como um *trip* [viagem] leve que tem uma função de oxigenação ou de animação do presente. Permitindo combater os tempos mortos da vida, suspender o pesado das rotinas, intensificar ou "rejuvenescer" o presente vivido, o consumo hipermoderno deve ser pensado como instrumento de alívio pontual mais cotidiano da existência.

LIPOVETSKY, Gilles. **Da leveza**: rumo a uma civilização sem peso. Barueri: Manole, 2016. p. 51-53.

DANILO VERPA/FOLHAPRESS



Centro de distribuição de rede varejista de *e-commerce* em Cajamar, no estado de São Paulo. Fotografia de 2021.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Imagens em contexto

Conforme dados divulgados em 2023 pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o comércio eletrônico brasileiro movimentou cerca de 450 bilhões de reais entre 2019 e 2022, tendo sido impulsionado durante o período da pandemia de covid-19.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

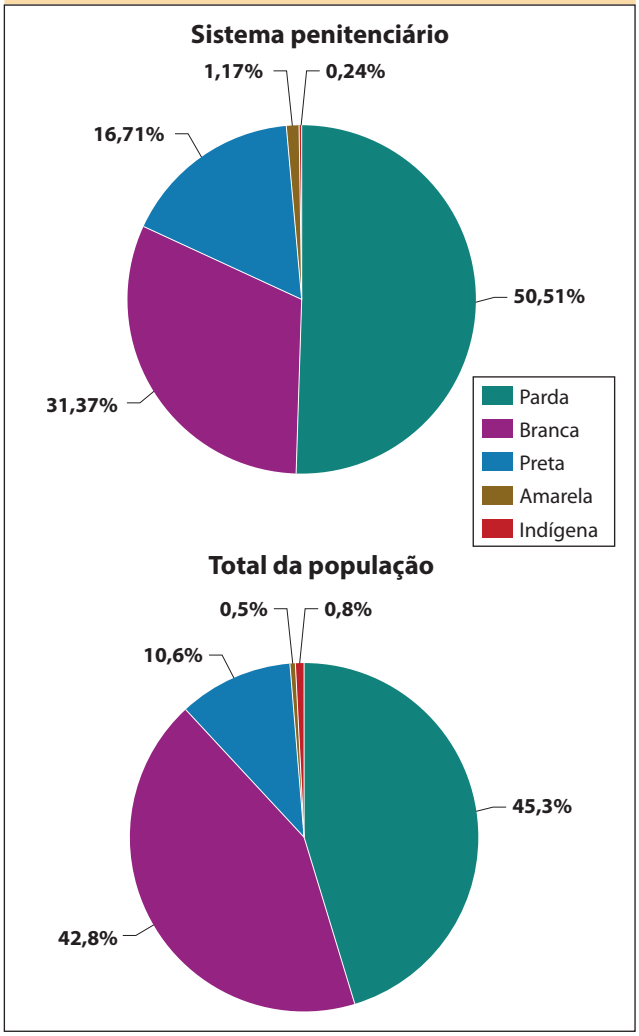
1. Explique como o comércio eletrônico ajuda a reforçar o novo perfil de consumidor.
2. Você concorda que, nas dinâmicas de consumo atuais, o hiperindividualismo se sobrepõe aos desejos cultivados coletivamente?
3. Reúna-se a três colegas e pesquisem dados sobre as categorias de produtos que – sobretudo depois de 2019 – tiveram a maior expansão no comércio eletrônico no Brasil. Elaborem um relatório que sintetize o resultado da pesquisa e sustente uma hipótese para o desenvolvimento de formas mais individualizadas de consumo. Compartilhem o relatório com os colegas e discutam-no.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

1. Em que sentido o desconstrucionismo de Jacques Derrida não significa uma destruição?
2. Por que Deleuze chamou a arte, a ciência e a filosofia de disciplinas caoides?
3. Interprete o gráfico a seguir à luz da teoria de Achille Mbembe.

Brasil: distribuição de pessoas por cor de pele/etnia no sistema penitenciário e no total da população (em %) – 2023



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Dados estatísticos do sistema penitenciário. **Gov.br**, jan./jun. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen. Acesso em: 31 jul. 2024.

4. O filósofo Gilles Lipovetsky opta pelo termo *hipermodernidade*, em vez de *pós-modernidade*, para descrever o processo atual de avanço técnico-científico, a intensificação do poder do mercado global e a individualização das experiências humanas. Com base no conceito de hipermodernidade, elabore um parágrafo interpretando o texto a seguir.

Ninguém negará que o mundo, tal como está, provoca mais inquietação do que um otimismo desenfreado: alarga-se o abismo Norte-Sul, as desigualdades sociais aumentam cada vez mais, a insegurança obceca as consciências, o mercado mundializado reduz o poder que as democracias têm para se governarem. Mas será que isso nos autoriza a diagnosticar um processo de "rebarbarização" do mundo, no qual a democracia não é mais do que uma "pseudodemocracia" e um "espetáculo comemorativo"? [...] Porque a depreciação dos valores supremos não continuará sem limites, o futuro continua em aberto. A hipermodernidade democrática e mercantil não disse a sua última palavra: ela apenas está no início da sua aventura histórica.

LIPOVETSKY, Gilles. Tempo contratempo ou a sociedade hipermoderna. *In*: CHARLES, Sébastien (org.). **Os tempos hipermodernos**. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 105-106.

5. Leia o texto a seguir e responda às perguntas.

No Brasil, cerca de 60% da população adulta possui um índice de massa corporal (IMC) classificado como "sobrepeso", enquanto cerca de 26% possui IMC classificado como "obesidade". O sobrepeso e a obesidade são condições complexas que têm sido encaradas como importantes problemas de saúde pública tanto nacional, quanto internacionalmente. Embora complexo, o diagnóstico de obesidade é definido unicamente pelo IMC, fato que tem sido alvo de críticas por parte da comunidade médica. Além de se tratar de uma medida pouco precisa para aferir a gordura corporal, a construção do IMC enquanto uma ferramenta diagnóstica é permeada por diversas inconsistências e conflitos de interesse.

Diversas construções de significados negativos em torno da gordura fazem com que pessoas com sobrepeso e obesidade estejam sujeitas a sofrer com o chamado "estigma relacionado ao peso corporal". Ele pode ser definido como a desvalorização social de pessoas em decorrência de seu peso corporal considerado elevado, que leva à produção de atitudes discriminatórias e preconceituosas direcionadas a esses indivíduos.

O estigma pode se manifestar na forma de estigma explícito, implícito, internalizado ou estrutural. As duas primeiras formas estão atreladas às relações interpessoais, nas quais o estigma é reproduzido de forma mais ou menos direta e consciente. O estigma internalizado se refere ao processo de internalização do estigma por pessoas com sobrepeso e obesidade, devido à frequente exposição às atitudes discriminatórias de outros indivíduos. Por fim, o estigma estrutural diz respeito à forma

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

como estão organizados os espaços e serviços públicos e privados, os quais são projetados de forma a excluir corpos gordos, limitando suas possibilidades de existência e impedindo o acesso a direitos – tais como saúde, educação, transporte, lazer. Tal configuração excludente leva a um acesso prejudicado à educação e ao trabalho, o que também pode ter por consequência o afastamento de pessoas com sobrepeso e obesidade de espaços de tomada de decisão para a formulação de políticas públicas.

OLIVEIRA, Luana Cordeiro de *et al.* Enfrentamento do estigma relacionado ao peso corporal no cuidado em saúde: impactos de um curso educativo em profissionais de saúde. **DEMETRA**: Alimentação, Nutrição & Saúde, Rio de Janeiro, v. 19, p. 3, 2024.

a. Quais informações o texto apresenta sobre o diagnóstico de obesidade?

b. O estigma estrutural analisado pelo texto nos remete a um conceito do filósofo Michel Foucault. Que conceito é esse? Explique a associação possível.

c. O texto trata da gordofobia, preconceito relacionado ao peso corporal. Em sua opinião e com base no texto, de que modo o estigma contra a população com sobrepeso e obesidade pode ser superado? Argumente de maneira fundamentada em dados científicos. Se necessário, faça uma breve pesquisa.

6. Com base nos dois trechos a seguir e nas reflexões de Donna Haraway sobre os ciborgues, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "A integração entre vida e máquina". Na elaboração, selecione informações e argumentos e organize-os de maneira coesa a fim de sustentar seu ponto de vista.

Texto 1

Pesquisadores da Universidade de Linköping, na Suécia, desenvolveram um neurônio artificial feito de material compatível com tecidos biológicos e o conectaram a um organismo vivo. O neurônio artificial é composto de transistores impressos em polímeros orgânicos. Nele, a troca de partículas eletricamente carregadas (íons) de uma solução cria as condições necessárias para a passagem de um impulso elétrico, como em um neurônio biológico. Para demonstrar que o neurônio artificial funcionava, o grupo do pesquisador italiano Simone Fabiano, especialista em nanoeletrônica orgânica, conectou-o a uma planta carnívora *Dioneia muscipula*, conhecida como papa-moscas. Impulsos elétricos gerados pelo neurônio artificial fizeram as folhas da papa-moscas fecharem, mesmo sem a presença de um inseto (*Nature Communications*, 22 de fevereiro). "Escolhemos a papa-moscas para mostrar como podemos usar o sistema orgânico artificial para controlar o sistema biológico e fazer com que eles se comuniquem na mesma linguagem", afirmou Fabiano em um comunicado à imprensa. Imagina-se que, no futuro, próteses e alguns tipos de robô exigirão integração com sistemas biológicos.

NEURÔNIO artificial controla planta carnívora. **Revista Pesquisa Fapesp**, n. 314, p. 14, abr. 2022.

Texto 2

Em 2018, a atriz Angel Giuffria compartilhou [...] o seguinte ocorrido: durante uma palestra em um dos maiores festivais de inovação e cultura do mundo, o SXSW (South by Southwest), lhe foi negado o uso das tomadas disponíveis no salão porque já havia outras pessoas carregando seus celulares. Detalhe: Angel precisava de uma tomada para carregar seu braço biônico, que já estava ficando sem bateria.

Bem-humorada, a atriz compartilhou sua experiência usando a *hashtag* #CyborgProblems, isto é, "problemas de um ciborgue". Mas o que isso significa? Nos anos 1960, os cientistas Manfred E. Clynes e Nathan S. Kline propuseram o termo "ciborgue" como uma síntese da ideia de um organismo cibernético.

ZUIN, Lidia. A dor e a delícia de ser um ciborgue, muito além da medicina e tecnologia. **TAB UOL**, 24 fev. 2022. Disponível em: https://tab.uol.com.br/colunas/lidia-zuin/2022/02/24/a-dor-e-a-delicia-de-ser-um-ciborgue-muito-alem-da-medicina-e-tecnologia.htm. Acesso em: 31 jul. 2024.

Enem e vestibulares

7. (Enem-MEC)

O leproso é visto dentro de uma prática da rejeição, do exílio-cerca; deixa-se que se perca lá dentro como numa massa que não tem muita importância diferenciar; os pestilentos são considerados num policiamento tático meticuloso onde as diferenciações individuais são os efeitos limitantes de um poder que se multiplica, se articula e se subdivide. O grande fechamento por um lado; o bom treinamento por outro. A lepra e sua divisão; a peste e seus recortes. Uma é marcada; a outra, analisada e repartida. O exílio do leproso e a prisão da peste não trazem consigo o mesmo sonho político.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

Os modelos autoritários descritos no texto apontam para um sistema de controle que se baseia no(a):

a. Formação de sociedade disciplinar.

b. Flexibilização do regramento social.

c. Banimento da autoridade repressora.

d. Condenação da degradação humana.

e. Hierarquização da burocracia estatal.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 6

Conflitos e desigualdades

As informações do banco Mundial sobre as desigualdades em 2023 foram extraídas de: WORLD BANK GROUP. **2023 in nine charts**: a growing inequality. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/feature/2023/12/18/2023-in-nine-charts-a-growing-inequality?intcid=ecr_hp_headerA_2023-12-18-EndofYearCharts. Acesso em: 3 set. 2024.
As informações sobre conflitos armados em 2023 foram obtidas de: RUSTAD, Siri Aas; PEACE RESEARCH INSTITUTE OSLO. **Conflict trends:** a global overview, 1946-2023. Oslo: Prio Paper, 2024.

O Banco Mundial denominou o ano de 2023 de "ano da desigualdade". Diversos países, que já enfrentavam o desafio de reduzir as desigualdades sociais e econômicas internas, se deparam com o processo de recuperação dos danos resultantes da pandemia de covid-19, além dos impactos severos das mudanças climáticas e da insegurança alimentar, tornando a situação ainda mais complexa.

Além disso, 2023 registrou o maior número de conflitos armados desde 1946, conforme um estudo do Instituto de Pesquisa para a Paz de Oslo. Esse estudo indicou que o nível de violência global atingiu os patamares mais elevados desde o período da Guerra Fria.

Esse contexto de intensificação de conflitos e acirramento das desigualdades econômicas e sociais revela a importância da implementação de políticas públicas abrangentes de inclusão social.

A unidade "Conflitos e desigualdades" está presente nos quatro volumes desta coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Confira, no quadro a seguir, os capítulos de cada componente que contribuem para a abordagem da temática desta unidade.



MAHMOUD ZAYYAT/AFP/GETTY IMAGES

Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas na fronteira do Líbano com Israel. Fotografia de 2020. As missões de paz da Organização das Nações Unidas atuam em zonas de conflito com o objetivo de proteger civis.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A unidade "Conflitos e desigualdades" na coleção

Componente	Capítulos
História	11. Do imperialismo ao fim da Primeira Guerra Mundial 12. Da Primeira República ao fim da Era Vargas 13. Da Segunda Guerra Mundial à Guerra Fria
Geografia	11. A Organização das Nações Unidas e os indicadores sociais 12. Conflitos regionais na ordem global
Sociologia	7. Racismo na cidade contemporânea 8. Gênero, sexualidades e identidades
Filosofia	11. Teorias sobre a violência 12. Direitos humanos

Na prática

De acordo com o relatório *Na linha de frente*, elaborado pelas organizações de direitos humanos Terra de Direitos e Justiça Global, o Brasil registrou 1.171 casos de violência contra defensores de direitos humanos entre 2019 e 2022, posicionando o país como um dos mais perigosos do mundo para os ativistas. O estudo mapeou casos de violência direcionados a sujeitos individuais e a coletividades (por exemplo, ataques contra povos indígenas e comunidades quilombolas).

A Constituição Federal de 1988 representa um marco significativo na luta pela garantia dos direitos humanos no país, especialmente se forem consideradas as graves violações que ocorreram ao longo da história brasileira, como durante a escravidão e a ditadura civil-militar.

O texto constitucional assegura os direitos políticos, sociais, econômicos, culturais e civis de todos os cidadãos brasileiros. Entretanto, apesar da previsão legal, os dados apresentados indicam que o cumprimento efetivo dos direitos humanos no Brasil exige vigilância constante por parte da sociedade. É fundamental que a luta pela proteção desses direitos previna as diversas formas de violação e garanta que os avanços conquistados sejam preservados e ampliados.

Os dados sobre os casos de violência contra defensores de direitos humanos no Brasil foram extraídos de: TERRA DE DIREITOS; JUSTIÇA GLOBAL. **Na linha de frente**: violência contra defensores de direitos humanos no Brasil. Disponível em: https://terradedireitos.org.br/nalinhadefrente/. Acesso em: 3 set. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ANDRESSA ANHOLETE/GETTY IMAGES



Manifestantes em Brasília, no Distrito Federal, cobram justiça pela morte do indigenista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista britânico Dominic Phillips. Fotografia de 2022. Bruno e Dominic foram assassinados em 2022 durante expedição pelo Território Indígena do Vale do Javari, no estado do Amazonas. Ambos defendiam os indígenas contra o garimpo e a pesca ilegal.

1. **Reúna-se em grupo e levantem hipóteses que possam explicar as razões pelas quais o Brasil é considerado um dos países mais perigosos do mundo para os ativistas dos direitos humanos.**
2. **Reflitam coletivamente sobre a importância da atuação dos ativistas dos direitos humanos.**
3. **Discutam medidas individuais e coletivas que devem ser adotadas para garantir a vigilância constante no cumprimento efetivo dos direitos humanos no Brasil.**

CAPÍTULO 11

Teorias sobre a violência

Nem sempre é fácil reconhecer a violência presente em nosso cotidiano, porque, muitas vezes, manifesta-se sem o uso de força física. Problemas como a carência da população, o que gera fome e riscos à saúde, e a desigualdade enraizada na estrutura da sociedade e nas instituições do Estado são formas de violência. Neste capítulo, analisaremos a violência em seus múltiplos aspectos, trazendo à tona formas de combatê-la.

A violência que salta aos olhos

É comum as pessoas conversarem sobre um provável crescimento da violência, como se hoje tivesse sido ampliada a capacidade humana de destruição. Reclamamos de falta de segurança diante da incidência de assassinatos, roubos, sequestros, brigas e outros infortúnios. Quase sempre, os acontecimentos que envolvem personalidades famosas ou pessoas de círculos restritos de convivência são os que mais aguçam os temores.

A violência é uma ameaça que nos cerca. Ela não se restringe a assaltos, homicídios e, em casos mais extremos, guerras e terrorismo. Também se manifesta em sociedades desiguais, com altos índices de exclusão e pessoas reduzidas a uma existência sem dignidade. Igualmente a encontramos na intolerância, responsável por discriminação e preconceito. Hoje, ela é visível também no sofrimento da natureza devastada pelas mãos humanas.

Neste capítulo, vamos tratar desses e de outros tipos de violência, alguns deles silenciosos, mas que atingem a sociedade de maneira brutal.



CLEBER SANDES/FOLHAPRESS

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Cartaz homenageando a ativista quilombola e líder religiosa Bernadete Pacífico durante a 44ª Marcha da Consciência Negra Zumbi e Dandara dos Palmares, em Salvador, no estado da Bahia. Fotografia de 2023.

Imagens em contexto

Em agosto de 2023, a ativista quilombola e líder religiosa Maria Bernadete Pacífico, também conhecida como Mãe Bernadete, foi assassinada em Simões Filho, no estado da Bahia. No mesmo mês, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos na América Latina condenou o crime, exigindo do Estado brasileiro investigação rápida e amparo legal para a comunidade quilombola de Bernadete Pacífico. Essa tragédia alertou para a vulnerabilidade de grupos sociais que estão mais expostos à violência e à impunidade.

O que é violência?

O conceito de violência não tem definição simples, por depender de circunstâncias e até dos valores de cada cultura; por isso, a análise de diversas expressões de violência pode nos levar a uma compreensão mais ampla e nítida.

É comum tal conceito ser usado de maneira imprecisa, por exemplo, ao caracterizar como violentas as ocorrências da natureza. Quando se afirma que "a cidade foi varrida por um violento *tsunami*" ou que "a ação violenta do veneno impediu o atendimento médico a tempo de salvar a vítima", o adjetivo *violento(a)* é usado de maneira figurada.

A morte de uma pessoa ou a destruição de uma cidade causa consternação, porém o *tsunami* em si não é violento, pois sua ação não é intencional nem envolve disputa, conflito. Esse fenômeno natural resulta da força das águas do mar, em razão de maremotos profundos que desencadeiam ondas gigantes. Igualmente, o veneno age no organismo vivo de acordo com leis naturais: ao estudar a composição química da substância, é possível prever sua letalidade.

Nos dois exemplos, estamos diante de determinismos da natureza. Apesar de seus efeitos, o *tsunami* e o veneno não são bons ou maus em si, porque eles não "escolhem" destruir e matar. Apenas atos humanos são frutos de **deliberação** e, por isso, podem ser julgados como bons ou maus. A violência é um ato do ser humano livre e, como tal, constitui uma **prática voluntária**.

Por sermos capazes de agir bem ou agir mal, a principal diferença entre os eventos naturais e a agressividade humana está na possibilidade de escolha que envolve cada ato, pois existem meios tecnológicos para prever uma tempestade, mas nem sempre podemos antecipar o ato de um indivíduo, porque a liberdade é uma condição que torna a ação humana imprevisível.

O ato humano violento compõe-se, assim, de um agressor e de sua vítima: ferir, matar, prender, ameaçar, impedir de agir, roubar, destruir bens e humilhar são ações que visam tirar a vida, a liberdade ou a propriedade, atingir a integridade do corpo ou perturbar o espírito e a dignidade de uma ou mais pessoas. Por meio desses exemplos, percebe-se que a violência pode ser física e/ou psicológica.

Existem atos humanos que, embora pareçam violentos para alguns, não são considerados como tais na avaliação de outros. A seguir, analisaremos exemplos que demandam problematização.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



KATSUSHIKA HOKUSAI - MUSEU METROPOLITANO DE ARTE, NOVA YORK

A grande onda de Kanagawa, gravura de Katsushika Hokusai, cerca de 1831.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Analise a gravura de Katsushika Hokusai. Considerando a proporção das representações humanas diante da onda, como você interpreta a gravura?
2. Pode-se dizer que o fenômeno representado na gravura é violento? Explique.

Violência ou tradição?

Em alguns rituais de passagem indígenas, os jovens permitem incisões em seu corpo e sofrem privações intensas durante determinado período. Essas práticas não são julgadas violentas, mesmo que dolorosas, por decorrerem de rituais para a admissão ao mundo dos adultos.

A situação se configura problemática quando condutas desse tipo permanecem ao longo do tempo, mesmo que o grupo já tenha sido inserido em outros contextos. Como exemplo, lembramos o costume da infibulação, realizada com diferentes tipos de mutilação genital feminina e que subsiste em diversas regiões do continente africano como forma de controle social sobre as mulheres.

Certas religiões não admitem a transfusão de sangue, e seus adeptos consideram violência um médico tentar o procedimento à revelia do paciente ou do responsável por ele, ao mesmo tempo que uma decisão fundada em princípios religiosos pode ser condenada pela medicina. Como se vê, o conceito de violência depende muito de tradições, circunstâncias e imperativos religiosos.

Por outra perspectiva, ninguém acusa o cirurgião de cometer violência quando abre o ventre do paciente para extirpar um tumor, pois sua intenção não é ferir, mas salvar, além de contar com o consentimento do doente ou de seus familiares. Do mesmo modo, é o tatuado que decide voluntariamente suportar a dor, seja para pertencer a um grupo, seja simplesmente porque deseja um ornamento para o corpo.

Esportes agressivos, como boxe e corrida de automóveis, colocam em risco a integridade dos praticantes. Nesses casos, porém, a exposição ao perigo faz parte do jogo, desde que obedecidas certas regras. Mesmo assim, o assunto gera polêmicas, pois há casos de morte e de lesões definitivas em razão de acidentes ou da brutalidade explícita, no caso das lutas.

Imagens em contexto

No filme *Menina de ouro*, a personagem Maggie Fitzgerald é uma boxeadora amadora determinada a se tornar profissional, contando com o apoio relutante de Frankie Dunn, um treinador experiente e reservado. Ao longo de sua jornada, Maggie enfrenta desafios pessoais e profissionais, desenvolvendo uma forte ligação com Frankie.

O filme aborda questões relacionadas à perseverança, à busca por propósito e às complexas escolhas éticas envolvendo os limites do apoio e do cuidado na relação entre treinador e atleta.



©WARNER BROS/CINEMATIC/ALAMY/FOTOARENA

Fotograma do filme *Menina de ouro*, dirigido por Clint Eastwood, 2004. Apesar de em todo esporte haver regras para preservar a integridade física, as modalidades de combate – como o boxe – podem ser consideradas agressivas. Julgar essas práticas violentas ou não é uma questão cultural.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Tipos de violência

No tópico anterior, foram citados diferentes exemplos para mostrar que a violência pode se expressar de diversas maneiras e obter avaliações morais de consentimento divergentes. Agora, vamos analisar tipos de violência mais específicos, que são indiscutivelmente assim considerados.

Violência legítima do Estado

O Estado moderno, desde o século XVII, centralizou o poder e assumiu o controle do aparelho repressivo constituído por tribunais, polícia, prisões e exército, tornando-se o único autorizado a usar a violência legítima, desde que mantendo as leis como suporte. Assim como o Estado deve agir conforme a legislação, ninguém está autorizado a "fazer justiça com as próprias mãos". Nesse caso, o ideal civilizatório que se configura é o de garantia do **Estado de direito**, em que imperam a lei, a separação dos poderes e a garantia dos direitos fundamentais do indivíduo e dos direitos sociais e coletivos. Assim, no Estado de direito, os transgressores são obrigados a se submeter a procedimentos legais de julgamento.

Apesar de ser aceita a violência legítima do Estado com o objetivo de manter a ordem social, muitos se questionam sobre os limites da legalidade do uso da força, que não deve ferir valores como justiça, liberdade e dignidade, princípios fundamentais da democracia. Abordaremos alguns desses aspectos na parte final deste capítulo, ao tratar dos **direitos humanos**. Aqui, ressaltamos um problema premente que diz respeito à expressiva população carcerária no Brasil, sujeita a numerosos motins e a violências internas de toda ordem que resultam da disputa de comando entre facções criminosas. Por trás desses eventos, há, por exemplo, a questão do tráfico internacional de drogas.

Conforme diversos estudos e estatísticas levantados por sistemas oficiais como o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), o sistema penitenciário brasileiro tem aprisionado milhares de jovens, em sua maioria homens negros, e, frequentemente, em razão do tráfico de drogas. No capítulo 10, há um gráfico na seção "Atividades" apresentando que 67,22% da população carcerária é negra, o que revela a presença de um biopoder com forte influência do componente racial na sociedade brasileira.

Há muito se sabe da precariedade das instalações prisionais do país, superlotadas, sem condições mínimas de higiene, contrariando a ideia de que a punição ao réu não inclui violações que lhe retirem a dignidade. Além disso, há evidências de que a situação prisional no Brasil não contribui para a ressocialização dos detentos. A ressocialização consiste na reintegração à sociedade de quem saiu da prisão, contribuindo para que volte ao sistema produtivo (trabalho) e ao convívio social, o que dificulta a reincidência e o retorno ao sistema carcerário.



Choque, instalação de Dora Longo Bahia, 2018.

Imagens em contexto

Nessa obra, a artista denuncia situações abusivas de uso da força por parte de órgãos do Estado, que devem atuar dentro dos limites da legalidade e da justiça, seguindo os princípios fundamentais da democracia. De acordo com o artigo 144 da Constituição Federal de 1988, a segurança pública é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, sendo exercida por meio de órgãos como a polícia federal, as polícias civis e as polícias militares.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

DORA LONGO BAHIA. FOTO: EDOUARD FRAIPONT - CORTESIA GALERIA VERMELHO, SÃO PAUO

OBJETO DIGITAL
***Podcast*: Violência escolar**

Violência psicológica

A violência psicológica é praticada sem uso da força física, atuando sobre a consciência para obrigar alguém a agir, pensar ou viver de determinado modo. É empregada, por exemplo, por um chantagista que ameaça tornar público um segredo se a pessoa envolvida não agir como ele determinar.

A violência psicológica manifesta-se em diversas formas de preconceito, pelas quais se expressam o racismo (contra negros, indígenas, imigrantes, judeus etc.), o sexismo e a misoginia (contra as mulheres), a transfobia e a homofobia (contra pessoas LGBTQIA+), o elitismo (contra a população mais carente e moradora das periferias), a gordofobia (contra pessoas com sobrepeso e obesidade) etc. Os grupos discriminados sofrem violência psicológica porque sua autoestima é ferida ao serem ridicularizados, inferiorizados, humilhados e tratados como objetos de desprezo. O preconceito muitas vezes leva à intolerância, que pode se manifestar em agressões físicas. Isso ocorre, por exemplo, em casos de violência doméstica, que atinge mulheres e crianças.

Formas de agressão física, verbal ou moral, muitas vezes de modo repetitivo, sempre estiveram presentes nos mais diversos lugares: no lar, na escola, nas rodas de amigos e no ambiente de trabalho. Por muito tempo, não se deu importância a essas agressões, consideradas maneiras usuais de "amolar" ou "zoar" o amigo, o colega de classe ou de trabalho. Especialistas do comportamento humano e pedagogos há algum tempo se preocupam com esse tipo de conduta, conhecido como *bullying* – termo derivado do inglês *bully*, que designa um tipo de "valentão" que agride alguém física ou verbalmente de modo repetitivo, com intenção de humilhar ou intimidar.

Classificar como expressões de violência costumes considerados "brincadeiras" mostra que essas práticas nunca são ingênuas, pois escondem, em graus diversos, a intenção de ferir o outro, geralmente mais inseguro, frágil ou simplesmente diferente. É assim que o aluno estudioso é zombado por essa característica e que o garoto desajeitado e a menina com sobrepeso recebem apelidos que denotam preconceitos apoiados em padrões fúteis de beleza e de comportamento.

Os exemplos parecem simples, mas esses tipos de violência criam um clima humilhante e perverso, acobertado quando se põe a culpa na vítima: "Fulano é que não leva nada 'na boa'". As consequências costumam ser danosas para crianças, adolescentes e jovens, que ficam inseguros, retraídos, adoecem e até abandonam a escola, sem que familiares descubram os motivos das alterações de humor e de comportamento.

Sugestão

Bullying

Produção: Falando Nisso. Brasil, 2024. 22 minutos.

Nesse episódio do *podcast Falando Nisso*, o psicanalista Christian Dunker aborda a questão do *bullying* e do *cyberbullying*, sendo este último o *bullying* praticado em meio digital.



MIGUEL SCHINCARIOL/AFP/GETTY IMAGES

Parada do Orgulho LGBTQIA+ de São Paulo. Fotografia de 2024. A decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2019, de criminalizar a homofobia e a transfobia é uma resposta à violência de que é vítima a população LGBTQIA+.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Violência digital

OBJETO DIGITAL Infográfico clicável: *Cyberbullying*

Vivemos na era da internet. Pelos mais diversos meios tecnológicos (*smartphones*, *tablets*, computadores etc.), são divulgadas nas redes sociais, com incrível rapidez, notícias, imagens ou comentários como se fossem brincadeiras divertidas ou fofocas, que, replicados sem controle, podem "viralizar" quando despertam mais atenção do que o esperado. Estamos falando agora de *cyberbullying*, mais propriamente o *shaming*, do inglês *shame* ("vergonha").

O *cyberbullying* ocorre em situações nas quais o *bullying* é praticado virtualmente (por exemplo, em redes sociais). Nesses casos, as vítimas podem ser agredidas direta ou anonimamente por seus ofensores, seja por meio de postagens e comentários, seja por meio da publicação de fotografias e *prints* de conversas que revelem algo da intimidade de uma pessoa. Em todas essas situações, há a intenção manifesta de causar violência psicológica, expondo o outro ao ridículo e comprometendo sua vida social. A vítima sofre humilhação e vergonha, e todos os que replicam a agressão com um comentário ou passando adiante a postagem são cúmplices da atitude ofensiva.

Comentários caluniosos, que instigam ódio ou pregam racismo, misoginia, homofobia, transfobia e intolerância religiosa, estão entre os diversos crimes digitais que podem ser denunciados. Ofender jogadores ou artistas negros, desmerecer pessoas de outros estados ou regiões do país e emitir ou divulgar comentários machistas são atitudes que transformam a internet em espaço de hostilidade. Vale lembrar aos desavisados que mesmo os que se escondem sob pseudônimos não saem impunes, pois a Polícia Federal dispõe de delegacias para investigar crimes cibernéticos e, assim, identificar os responsáveis para que respondam judicialmente.

A Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, instituiu medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência praticada nos estabelecimentos educacionais ou similares. Entre essas medidas, passou a vigorar um artigo no **Código Penal** considerando o *bullying* e o *cyberbullying* crimes contra a liberdade pessoal, atribuindo-lhes punições. Verifique o que diz este artigo.

"Intimidação sistemática (*bullying*)

Art. 146-A. Intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais:

Pena – multa, se a conduta não constituir crime mais grave.

Intimidação sistemática virtual (*cyberbullying*)

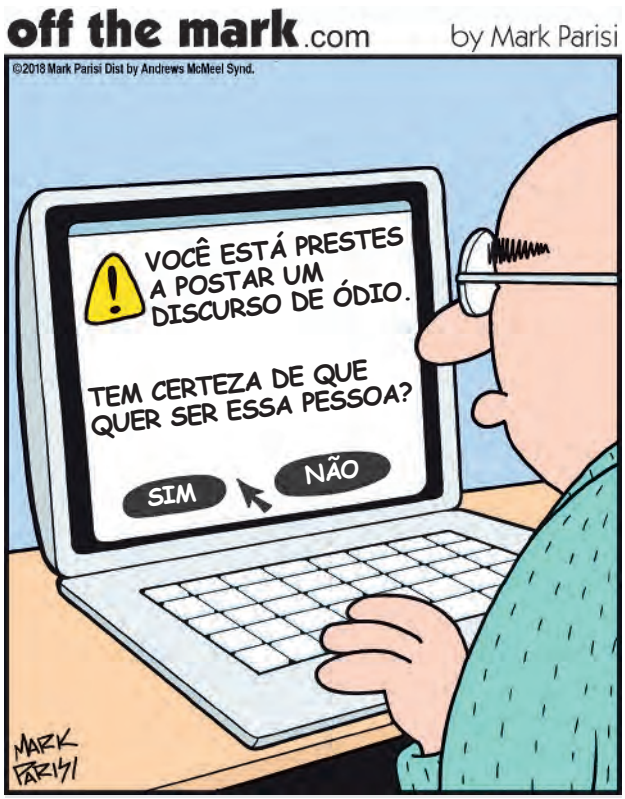
Parágrafo único. Se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social, de aplicativos, de jogos *on-line* ou por qualquer outro meio ou ambiente digital, ou transmitida em tempo real:

Pena – reclusão, de 2 (dois) anos a 4 (quatro) anos, e multa, se a conduta não constituir crime mais grave."

BRASIL. **Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14811.htm. Acesso em: 2 ago. 2024.

Particularmente para os casos de racismo, a Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023, equiparou a injúria racial – praticada contra um indivíduo – ao crime de racismo – praticado contra a coletividade. O crime de racismo está sujeito à pena de reclusão de 2 a 5 anos, além de multa, o que passa a valer também para a injúria racial, que antes tinha pena de 1 a 3 anos de reclusão. Vale lembrar que, na Constituição Federal de 1988, o racismo é considerado crime inafiançável (a fiança é inadmissível) e imprescritível (a vítima pode reclamar de um crime cometido a qualquer tempo sem que se percam os efeitos jurídicos).

Código Penal: conjunto de normas jurídicas que estabelecem quais são os crimes e suas respectivas sanções.



Off the mark.com, charge de Mark Parisi, 2018. O *cyberbullying* e o discurso de ódio praticados pelos chamados *haters* são formas de violência que ocorrem no meio digital, principalmente em redes sociais, que geralmente oferecem sistemas de denúncia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Violência estrutural

Ao caracterizar a violência no início deste capítulo, destacamos o conflito entre dois opositores – o autor e a vítima –, que podem ser constituídos individual ou coletivamente. Nessa relação, um lado tem a nítida intenção de fazer mal ao outro. No entanto, nem sempre esse propósito se revela tão evidente. Há exemplos da violência oculta que atinge os mais pobres, os que moram na periferia das grandes cidades e não têm as mesmas garantias de que segmentos sociais elitizados dispõem. Esse tipo de violência, tão disfarçado que mal temos consciência dele, é o que deriva da **estrutura social**.

A violência estrutural é difícil de ser identificada de imediato, por não ficar evidente quem é o agressor. Geralmente, a vítima não sabe quem pode ser o responsável por sua situação e chega a concordar que todo sofrimento faz parte da "ordem natural das coisas", sem suspeitar de que resulta da ação humana ou do descaso.

Por exemplo, a ausência de saneamento básico, a impossibilidade de acesso à água potável e a falta de condições básicas para a higiene – obrigações do Estado para garantir a saúde da população – expõem adultos e crianças ao risco de contrair doenças. Outro exemplo de violência estrutural é a fome, resultado da ausência de nutrientes fundamentais na alimentação diária, que prejudica o desenvolvimento físico e intelectual das pessoas, além de deixá-las vulneráveis a doenças e à morte precoce.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Quais são os três continentes ou regiões mais afetados pela desnutrição no mundo?
2. Considere as informações do texto sobre o número de pessoas desnutridas na América Latina e no Caribe e compare-as com os dados do gráfico relativos à Ásia. Qual é sua conclusão?

Desigualdade: um flagelo social

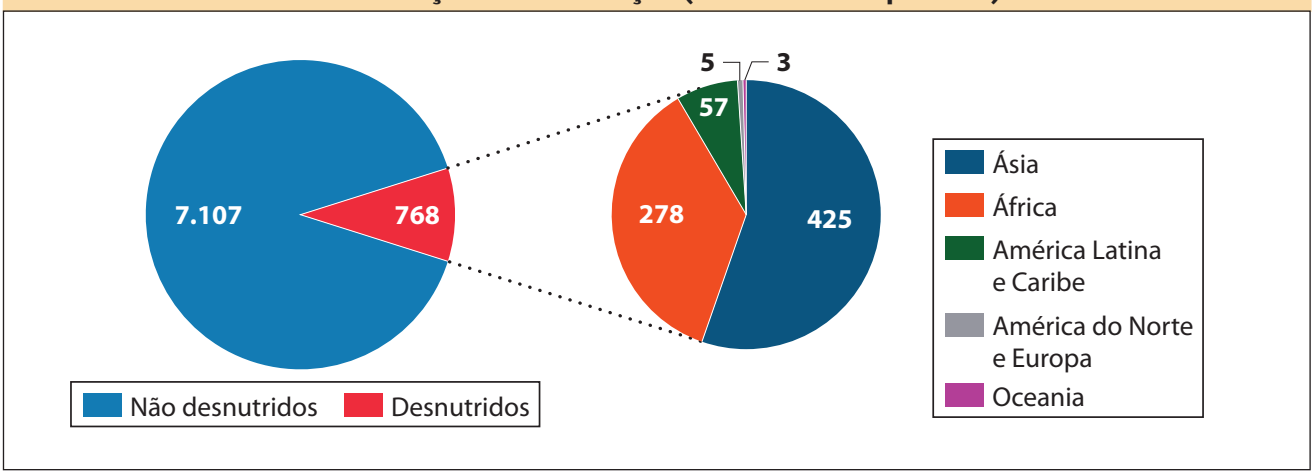
Não pode ser considerado natural nem ser banalizado o fato de haver desigualdades acentuadas, desemprego em massa, trabalho infantil, mendicância, fome e mortalidade infantil. Essas distorções constituem uma espécie de doença da sociedade; são flagelos que revelam falhas de um sistema econômico capaz de acumular riquezas, mas que não se dispõe a distribuí-las com justiça entre os cidadãos. A exclusão de grande parte da população de bens fundamentais para viver com dignidade cria um estado de violência.

No mundo todo, a riqueza é muito mal distribuída. A distorção não é exclusiva do Brasil, porque desníveis desse tipo são comuns em vários países. De acordo com um relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), estima-se que 768 milhões de pessoas no mundo sofreram de desnutrição em 2021. O relatório – o mesmo da fonte dos gráficos a seguir – revela também que, entre 2019 e 2021, os maiores aumentos no número de pessoas desnutridas ocorreram sobretudo na África, na América Latina e no Caribe.

ODS 2

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Mundo: distribuição da desnutrição (em milhões de pessoas) – 2021



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS *et al*. **The state of food security and nutrition in the world 2022**: repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Roma: FAO, 2022. p. 16.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Angela Davis: violência estrutural e interseccionalidade

Angela Davis é uma filósofa e ativista estadunidense cujos trabalhos são atravessados pela reflexão sobre o racismo enraizado na estrutura da sociedade. Seus estudos, bem como sua atuação política, foram decisivos para a construção e a visibilidade do que se entende por movimento negro ou antirracista no mundo todo.

Para combater a discriminação racial e a violência praticada contra afro-americanos, Angela Davis integrou o Partido dos Panteras Negras, que, durante as décadas de 1960 e 1970, atuou nos Estados Unidos pelos direitos civis da população negra e contra a brutalidade policial a que esta era submetida. Em 1971, foi presa como terrorista após ser acusada de envolvimento em um atentado. No ano seguinte, foi inocentada da acusação e libertada depois de uma ampla mobilização em sua defesa, contando com o apoio de personalidades como o músico John Lennon, o grupo Rolling Stones e a artista plástica Yoko Ono.

Um dos principais conceitos trabalhados por Angela Davis é o de **interseccionalidade**. Em sua obra *Mulheres, raça e classe*, publicada em 1981, a filósofa, com o objetivo de criar um novo modelo de sociedade, mostrou a necessidade de não hierarquizar ou isolar opressões que estruturam a sociedade, considerando a intersecção ou o entrelaçamento entre as desigualdades de **gênero**, **raça** e **classe**. Para Davis, deve-se observar a interdependência das relações de poder envolvendo essas três formas de opressão que se combinam.

Em outras palavras, o conceito de interseccionalidade mostra a interação ou sobreposição de fatores sociais como a raça/etnia, o gênero e a classe na construção de opressões dentro da estrutura da sociedade. Assim, tanto mais a pessoa será oprimida quanto mais esses fatores se sobrepuserem. Considera-se, desse modo, que a maior opressão é exercida sobre a mulher negra e pobre, vítima ao mesmo tempo de sexismo, racismo e elitismo. Por isso, segundo Davis, a violência, em todas as suas manifestações (física, psicológica, estrutural etc.), atinge de maneira mais severa essas mulheres, o que requer a construção de medidas políticas para proteger e fortalecer grupos vulnerabilizados.

Sugestão

Libertem Angela Davis

Direção: Shola Lynch. Estados Unidos, 2012. 97 minutos.

O documentário narra a vida da filósofa Angela Davis e seu engajamento na luta contra o racismo nos Estados Unidos. O título do documentário leva o nome da campanha internacional pela libertação de Angela Davis na década de 1970.

Classificação indicativa do documentário *Libertem Angela Davis*: não recomendado para menores de 12 anos.



BETTMANN ARCHIVE/GETTY IMAGES

A filósofa estadunidense Angela Davis (no centro) sendo entrevistada após ser libertada da prisão em San José, nos Estados Unidos. Fotografia de 1972.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Você pesquisador

Neste momento, vamos nos debruçar sobre as relações entre racismo, gênero e violência analisando a forma como a mulher negra é representada em um exemplo de mídia tradicional – a televisão. Para isso, vamos utilizar a **análise do discurso multimodal** como técnica de pesquisa social, a fim de compreender a maneira como os diferentes modos (verbal, visual e sonoro) usados para comunicar uma mensagem interagem criando sentidos complexos que colaboram com a formação de percepções sobre grupos sociais. Para realizar o trabalho, siga os procedimentos indicados.

- Participe de um debate com os colegas da turma sobre os modos como as mulheres negras são representadas na televisão. Para isso, discutam as seguintes questões.
  - **a.** Elas são representadas em situações de protagonismo?
  - **b.** Em que contextos sociais elas estão mais presentes?
  - **c.** A diversidade de posições que elas ocupam na sociedade é retratada?
- Após o debate, reúna-se com cerca de quatro colegas e escolham um exemplo de material veiculado na televisão (comercial, cena de novela, filme etc.). Providenciem uma cópia do vídeo para que ele seja analisado.
- Com a ajuda do professor, elaborem e analisem uma lista de elementos do discurso multimodal (sonoro, visual, verbal, corporal etc.) presentes no material audiovisual escolhido. Vocês devem analisar, por exemplo, os tipos de linguagem, de efeito sonoro, de vestimenta e de postura corporal empregados no vídeo que sejam vinculados à mulher negra e o significado produzido por esses elementos.
- Verifiquem se a diversidade de mulheres negras é apresentada no material, considerando faixa etária, contexto sociocultural etc. Diante disso, tracem um perfil de representação.
- Para organizar as informações, criem um quadro identificando o material analisado por título, duração e forma de veiculação.
- Façam uma sinopse do conteúdo do vídeo e insiram a descrição do perfil da personagem que representa a mulher negra.
- Organizem uma lista com os modos estudados e as mensagens transmitidas por eles.
- Apresentem oralmente para os demais colegas os resultados do estudo e suas conclusões.
- Discutam os efeitos que a representação das mulheres negras na televisão pode gerar na sociedade. Reflitam sobre a questão: essa representação tem servido para reforçar ou atenuar desigualdades?

Abolicionismo penal

Angela Davis defende a ideia de que o **abolicionismo penal** é imprescindível para enfrentar o racismo existente nas instituições penitenciárias dos Estados Unidos. Por abolicionismo penal, ela entende o fim do sistema de justiça criminal estadunidense, que pune e encarcera em massa a população negra a fim de controlá-la e dominá-la.

Segundo Angela Davis, a escravidão persiste em práticas institucionais contemporâneas nos Estados Unidos, como no caso do aprisionamento e da pena de morte, que acometem sobretudo a população negra e contribuem, assim, para a manutenção do racismo. A filósofa questiona, ainda, o fato de o sistema prisional do país ter passado por um processo de privatização, criando um "complexo industrial-prisional" que fez do encarceramento um mecanismo lucrativo. Preservou-se, assim, uma lógica de exploração econômica dos corpos negros que fomenta, na contemporaneidade, uma espécie de economia penal.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Pesquise sobre o complexo industrial-prisional estadunidense. Desde quando ele existe? Quantos indivíduos compõem a população carcerária dessas prisões privatizadas?
2. De que forma esse tipo de sistema prisional impactou os índices de violência nos locais em que ele foi adotado?

Sugestão

Angela Davis

Produção: Mano a Mano. Brasil, 2022. 25 minutos.

Nesse episódio do *podcast Mano a Mano*, o *rapper* Mano Brown entrevista a filósofa estadunidense Angela Davis, abordando questões como feminismo e ativismo negro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sobre essas instituições que reproduzem práticas escravagistas, Davis comenta:

> Existe, eu acredito, uma clara relação entre o surgimento da indústria do complexo carcerário na era do capitalismo global e a persistência de estruturas no sistema de punição que se originou na escravidão. Eu discuto, por exemplo, que a explicação mais convincente para a continuação da rotina da pena capital nos Estados Unidos – que, neste caso, é única entre os países industrializados – é o racismo que liga a pena de morte à escravidão. Uma outra implicação é que nós precisamos pensar de modo diferente sobre os funcionamentos do racismo estrutural contemporâneo – que pode ferir os brancos, bem como [...] [os negros], que são, naturalmente, seu alvo principal. Uma outra implicação é que nós podemos pensar de modo diferente sobre reparações. Uma das maiores prioridades do movimento de reparação deve ser a abolição da pena de morte.

DAVIS, Angela. **A democracia da abolição**: para além do império, das prisões e da tortura. Rio de Janeiro: Difel, 2023. p. 34.

Conforme denunciou Angela Davis, na realidade estadunidense atual, a pena de morte é infligida desproporcionalmente aos negros, refletindo o passado escravagista. A filósofa relata que, no final do século XVIII e no século XIX, se os brancos eram sentenciados à execução por cometerem homicídio, os negros eram condenados à morte em alguns estados por pelo menos 70 crimes diferentes. De certo modo, portanto, a desproporção vigente no sistema punitivo atual é reflexo de práticas adotadas no período da escravidão.

Os Estados Unidos têm particularidades que os diferem de outras nações; entre elas, consta a existência de pena de morte em vários estados. No Brasil, diferentemente, a pena de morte é proibida pela Constituição Federal de 1988 (salvo em caso de guerra declarada, até então inaplicável). Vale mencionar que a última execução por ordem judicial no Brasil foi a de um homem escravizado em 1876.

Embora existam diferenças reconhecíveis entre Estados Unidos e Brasil, se analisarmos a realidade do sistema carcerário nacional – como já dissemos, 67,22% da população carcerária é negra –, constataremos que as observações de Angela Davis se aplicam em parte ao contexto brasileiro.



GEORGE KRAYCHYK/BEACON/UNIVERSAL/KOBAL/SHUTTERSTOCK

Fotograma do filme *Hurricane*, dirigido por Norman Jewison, 1999.

Imagens em contexto

O filme, baseado em fatos reais, narra a história do pugilista Rubin Carter, conhecido como Hurricane. Em 1966, ele foi preso injustamente por assassinato, tendo de travar uma longa disputa judicial por sua liberdade. Em 1985, foi inocentado e libertado.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Escravidão e sistema penitenciário nos Estados Unidos

ODS 10

No texto a seguir, a filósofa estadunidense Angela Davis explica como, nos Estados Unidos, o sistema penitenciário foi construído sobre uma lógica escravagista. Ela discute, entre outros assuntos, a aprovação da Décima Terceira Emenda à Constituição, que entrou em vigor no país em 1865, determinando a proibição da escravidão e de trabalhos forçados, salvo como punição de algum crime pelo qual o réu tivesse sido devidamente condenado.

> [...] as prisões são instituições racistas? O racismo está tão profundamente entranhado na instituição da prisão que não é possível eliminar um sem eliminar o outro? Essas são questões que devemos manter em mente enquanto analisamos as ligações históricas entre a escravidão nos Estados Unidos e os primórdios do sistema penitenciário. A penitenciária como instituição que ao mesmo tempo punia e reabilitava seus internos foi um novo sistema de punição que surgiu no país por volta da época da Revolução Americana [no final do século XVIII]. Esse novo sistema se baseava na substituição das penas capital e corporal pelo encarceramento.
>
> O aprisionamento em si não era novo nem para os Estados Unidos nem para o restante do mundo, mas, até a criação dessa nova instituição chamada penitenciária, ele servia de prelúdio para a punição. As pessoas que seriam submetidas a alguma forma de castigo corporal ficavam detidas até a execução da pena. Com a penitenciária, o encarceramento se tornou a punição em si. Como está indicado na designação "penitenciária", o aprisionamento era encarado como reabilitador, e a prisão penitenciária foi concebida com o objetivo de proporcionar aos condenados condições de refletir sobre seus crimes e, por meio da penitência, remodelar seus hábitos e até mesmo sua alma. Embora alguns defensores do fim da escravidão tenham se posicionado contra esse novo sistema de punição durante o período revolucionário, a penitenciária foi vista de maneira geral como uma reforma progressista, associada à campanha mais ampla pelos direitos dos cidadãos.
>
> De muitas maneiras, a penitenciária foi um enorme avanço em relação às diversas formas de punição capital e corporal herdadas dos ingleses. O argumento de que os prisioneiros iriam se regenerar se tivessem a oportunidade de refletir e trabalhar na solidão e no silêncio, entretanto, desconsiderava o impacto de regimes autoritários de vida e trabalho. Na verdade, havia semelhanças significativas entre a escravidão e a prisão penitenciária. [...] ambas as instituições empregavam formas similares de punição, e os regulamentos das prisões eram, na realidade, muito similares aos Códigos Negros – as leis que privavam os seres humanos escravizados de praticamente todos os direitos. Além disso, considerava-se que tanto prisioneiros quanto escravizados tinham uma propensão acentuada para a criminalidade. As pessoas que cumpriam pena em penitenciárias no Norte, tanto brancas quanto negras, eram representadas popularmente como indivíduos que tinham uma profunda afinidade com negros escravizados.
>
> Nos Estados Unidos em particular, raça sempre desempenhou um papel central na construção de presunções de criminalidade. Depois da abolição [em 1865], os estados antes escravagistas aprovaram uma nova legislação que revisava os Códigos Escravagistas a fim de regular o comportamento de negros livres de formas similares àquelas que vigoravam durante a escravidão. Os novos Códigos Negros

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

proibiam uma série de ações – como vadiagem, ausência no emprego, quebra de contrato de trabalho, porte de arma de fogo e gestos ou atos ofensivos – que eram criminalizadas apenas quando a pessoa acusada era negra. Com a aprovação da Décima Terceira Emenda à Constituição, a escravidão e a servidão involuntária foram presumidamente abolidas. No entanto, havia uma exceção significativa. Na redação da emenda, a escravidão e a servidão involuntária foram abolidas "exceto como punição por crime, pelo qual a parte deve ter sido justamente condenada". De acordo com os Códigos Negros, havia crimes definidos pela lei estadual pelos quais apenas pessoas negras podiam ser "justamente sentenciadas". Assim, ex-escravizados, que tinham acabado de ser liberados de uma condição de trabalho forçado perpétuo, podiam ser legalmente condenados à servidão penal.

Logo após a abolição da escravidão, os estados do Sul se apressaram em desenvolver um sistema de justiça criminal que restringisse legalmente as possibilidades de liberdade para os escravizados recém-emancipados. As pessoas negras se tornaram os principais alvos de um sistema em desenvolvimento de arrendamento de condenados, ao qual muitos se referiam como uma reencarnação da escravidão. Os Códigos Negros do Mississippi, por exemplo, declaravam como vadio "qualquer um que fosse culpado de roubo, tivesse fugido [de um emprego, aparentemente], estivesse bêbado, tivesse conduta ou proferisse discurso imoral, tivesse negligenciado o trabalho ou a família, tivesse usado dinheiro de maneira negligente e [...] todas as outras pessoas indolentes e desordeiras". Dessa forma, a vadiagem era codificada como um crime de negros, punível com encarceramento ou trabalho forçado, às vezes nas mesmas ***plantations*** que antes exploravam o trabalho escravo.

Plantations: no contexto, são as grandes propriedades rurais baseadas na monocultura de exportação.

O estudo que Mary Ellen Curtin realizou sobre os detentos do Alabama durante as décadas que se seguiram à emancipação revela que, antes de os 400 mil escravos negros do estado ganharem a liberdade, 99% dos detentos nas penitenciárias do Alabama eram brancos. Como consequência das mudanças provocadas pela instituição dos Códigos Negros, em um curto período de tempo, a esmagadora maioria dos condenados do Alabama era negra. [...]

[...] Uma prova de que crime continua a ser imputado a cor está nas muitas evocações de "perfil racial" em nosso tempo. É fato que é possível se tornar alvo da polícia por nenhuma outra razão além da cor da pele. Departamentos de polícia em grandes áreas urbanas admitiram a existência de procedimentos formais destinados a maximizar o número de afro-americanos e latinos detidos – mesmo na ausência de causa provável.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2024. p. 27-32.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. Segundo Angela Davis, em que sentido a implementação do sistema penitenciário foi vista como uma "reforma progressista"?
2. Por que, de acordo com Angela Davis, legislações como a Décima Terceira Emenda e os Códigos Negros representavam a "reencarnação da escravidão"?
3. Em sua opinião, as reflexões propostas por Angela Davis podem, de algum modo, ser aplicadas à realidade brasileira? Argumente de maneira consistente. Se necessário, baseie-se em dados estatísticos que apresentamos neste e em outros capítulos já estudados.

Violência extrema

A violência pode alcançar patamares inimagináveis quando, além do horror, do sofrimento e da morte, atinge um grande número de vítimas. Isso ocorre em guerras, massacres e genocídios, como você vai estudar a seguir.

Guerra: a violência institucional

A guerra é uma violência institucionalizada entre unidades sociais organizadas, como grupos ou países que se confrontam de modo violento. É uma atividade militar na qual há regras, como a trégua, o respeito pela população civil e a garantia dos direitos dos prisioneiros, além da instauração de uma ordem jurídica diferente da vigente em tempos de paz. Guerra é o confronto entre nações, ao passo que o conflito entre grupos do mesmo país é chamado de guerra civil.

Os crimes de guerra são definidos por acordos internacionais, como as quatro Convenções de Genebra (1864, 1906, 1929 e 1949) e o Estatuto de Roma (1998), que estabeleceu o Tribunal Penal Internacional. Enquadram-se nessa categoria atos como utilizar gás venenoso, atacar propositalmente civis ou fazê-los reféns, privar prisioneiros de guerra de um julgamento justo ou torturá-los.

Em tese, o conflito bélico se inicia apenas após o fracasso de tentativas diplomáticas de resolver as pendências com diálogo e acordos pacíficos. A diplomacia pode não alcançar seus objetivos, por exemplo, em virtude da prepotência de países hegemônicos mobilizados por interesses econômicos. É o que acontece com os governos que disputam poços petrolíferos e outras riquezas do solo ou a saída para o mar, ou procuram recursos hídricos.

No mundo inteiro, movimentos pacifistas atuam contra as guerras. O pacifismo extremado rejeita todo tipo de violência e classifica a guerra como injustificável em qualquer circunstância. Correntes mais moderadas aceitam – com restrições – a "guerra justa" como resposta à violação de um direito, ou em defesa da liberdade e contra a servidão, ou ainda como último recurso após o uso de medidas econômicas e diplomáticas, embora reconheçam as dificuldades para definir esses limites.



BETTMANN ARCHIVE/GETTY IMAGES

Delegações durante assinatura da quarta Convenção de Genebra, que protege os civis de toda hostilidade em tempo de guerra, no Palácio das Nações em Genebra, na Suíça. Fotografia de 1949.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Guerra justa

O conceito de guerra justa remonta ao pensamento de Agostinho, no século V. Para o filósofo, uma guerra considerada justa seria feita para assegurar a ordem e a paz, aspirando à perfeita harmonia da cidade ideal, a cidade de Deus. E, em sua concepção, somente esse tipo de guerra era aceito.

Ao discutir as relações entre política e religião, na obra *A cidade de Deus*, Agostinho refere-se a duas cidades, a "cidade de Deus" e a "cidade terrena". À cidade terrena, cabe zelar pelo bem-estar das pessoas e pela garantia de justiça. A cidade de Deus, ao contrário do que se poderia pensar, não é apenas o reino de Deus que se sucede à vida terrena, porque as duas cidades constituem dois planos de existência na vida de cada um. Todos vivem a dimensão terrena vinculada à sua história natural, à moral, às necessidades materiais e ao que diz respeito a tudo o que é perecível e temporal. Por sua vez, a dimensão celeste corresponde à comunidade dos cristãos, a qual vive da fé e se inspira no amor a Deus. A cidade terrena é o reino do pecado e será aniquilada no fim dos tempos. A cidade de Deus opõe a graça ao pecado e a eternidade à finitude.

Assim, a fim de que fosse justa e se aproximasse da harmonia da cidade de Deus, a guerra deveria se orientar por alguns preceitos:

- o fim perseguido deveria ser sempre o de restabelecer a paz e a justiça;
- deveria ser travada por necessidade;
- somente poderia ser declarada por um soberano legítimo e sábio.

Mas, afinal, essas ideias não parecem contraditórias? Se a finalidade principal da guerra é justamente a de garantir o seu oposto, a paz, como é possível defendê-la? Para o filósofo, a guerra justa é um mal necessário, visto que tenta restabelecer na cidade terrena a justiça e a paz, rompidas pela violência humana. De todo modo, certamente essa defesa tem um pouco a ver com a época e o mundo cristão de Agostinho. Pode-se dizer que a perspectiva do filósofo estava, de certo modo, em sintonia com o projeto da Igreja de ampliar seu poder político, material e espiritual por meio de guerras religiosas.

No século XVII, o conceito de guerra justa foi retomado em contexto laico por Hugo Grócio. Na obra *O direito da guerra e da paz*, o filósofo defendeu que a guerra tem um caráter jurídico. Assim, quando são esgotadas as possibilidades de solução pela via judicial, a guerra se torna uma alternativa eficaz. Trata-se de uma espécie de duelo judiciário que exige, portanto, regras para ser conduzido. Para Grócio, a guerra justa deve ter regularidade formal e causa justa (por exemplo, a recuperação do que é devido pelo outro Estado). Além disso, criticou a crueldade das guerras religiosas e propôs uma maior humanização do direito de guerra, embora ainda concordasse com medidas cruéis como a escravização dos inimigos.

Imagens em contexto

Nessa iluminura, a cidade de Deus é representada na parte superior, como um mundo celeste onde imperam a ordem e a harmonia. Na parte inferior, é representada a cidade terrena, na qual reinam o caos e a desordem. Essa cidade é dividida em recintos que apresentam ora virtudes, ora pecados capitais.



ARCHIVES CHARMET/BRIDGEMAN IMAGES/FOTOARENA - BIBLIOTECA NACIONAL, PARIS

Iluminura em tradução da obra *A cidade de Deus*, de Santo Agostinho, cerca de 1470.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Quem é bárbaro?

Quando se trata de pensar em uma situação de guerra ou de violência institucionalizada, é comum considerar um dos lados como bárbaro e o outro como vítima. No conflito entre grupos islâmicos e o Ocidente, por exemplo, é evidente o **maniqueísmo**: para os partidários do fundamentalismo islâmico, o islã é a única civilização, e bárbaro é o Ocidente, ao passo que ocidentais intolerantes afirmam a supremacia da civilização ocidental sobre o islã.

Maniqueísmo: comportamento rígido que contrapõe o ser humano em duas categorias – bom ou mau, herói ou bandido – sem examinar os fatos em sua complexidade; os riscos do maniqueísmo são a intolerância e a violência, quando o outro, o diferente, converte-se em inimigo.

Para evitar esse tipo de raciocínio tendencioso, vale refletir sobre a importância da **educação universal**, voltada para a aceitação da diversidade e a convivência das culturas com suas diferenças. Seria essa uma das maneiras de garantir a **civilização** contra a **barbárie**?

Não podemos conceber uma noção absoluta de civilização nem de barbárie. A civilização deve permitir a existência de **diversidade cultural**. Bárbaro é quem não respeita essa ideia, conforme explica o filósofo francês contemporâneo Francis Wolff:

> Por isso o ataque de 11 de setembro é de fato um ataque bárbaro, e por ser bárbaro é que exige uma resposta civilizada. É bárbaro tanto na forma como no fundo, não por ser organizado por uma religião ou cultura bárbara, mas por ser organizado em nome da ideia do Bem absoluto. E ele exige uma resposta civilizada, ou seja, uma luta sem hipocrisia, não em nome da ideia do Bem ou da civilização, mas em nome da luta pela diversidade da humanidade, da qual todas as civilizações são garantia.
>
> WOLFF, Francis. Quem é bárbaro? *In*: NOVAES, Adauto (org.). **Civilização e barbárie**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 43.

Francis Wolff se refere à série de ataques praticados pelo grupo terrorista islâmico Al-Qaeda em 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Ele não questiona o caráter bárbaro do ato terrorista, que não pode ser relativizado. Contesta, sim, qualquer tipo de generalização preconceituosa que veja como bárbara a cultura islâmica apenas por julgá-la estranha à perspectiva ocidental, sob o risco de convertê-la em inimiga. Ao mesmo tempo, questiona a suposta civilidade da resposta dada pelos Estados Unidos, os quais, em defesa do bem contra o mal, iniciaram uma guerra brutal no Afeganistão, país que abrigava o líder da Al-Qaeda, atingindo milhares de civis.

Segundo Wolff, é necessário lembrar que a cultura islâmica, por exemplo, protegeu e conservou escritos de filosofia, medicina e matemática gregas, ao passo que, no mundo cristão, monges nos séculos IX e X rasgavam e queimavam muitos desses escritos, levando o Ocidente a perder uma quantidade significativa dos textos da civilização greco-romana. O filósofo enfatiza, assim, a impossibilidade de uma definição absoluta e maniqueísta do que seja civilização e barbárie. Ele problematiza a maneira simplista e equivocada como esses conceitos são contrapostos por meio da oposição entre o bem e o mal.



MONDADORI PORTFOLIO/GETTY IMAGES - BIBLIOTECA NACIONAL DE FLORENÇA, FLORENÇA

Iluminura representando o filósofo islâmico Avicena, século XIV. Avicena contribuiu para a divulgação da ciência e da filosofia gregas no mundo cristão europeu.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Massacre e genocídio

Além de conflitos e guerras, passamos, ao longo da história, por outros tipos de episódios violentos praticados contra coletividades: massacres e genocídios.

Os **massacres** ocorrem quando prisioneiros são exterminados e/ou quando a população civil é atacada durante a destruição e a pilhagem de cidades.

O **genocídio** é o extermínio deliberado de qualquer grupo étnico. A Convenção de Haia de 1907 definiu o genocídio como crime contra a humanidade e, portanto, sujeito a julgamento em tribunal internacional. De acordo com definição proposta pela Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1946, genocídio é "a recusa do direito à existência de inteiros grupos humanos". Em razão disso, chefes e funcionários nazistas foram levados ao banco dos réus após a Segunda Guerra Mundial. Por exemplo, Adolf Eichmann, oficial nazista responsável pela execução de milhares de judeus nos campos de extermínio, foi declarado culpado por genocídio e condenado à morte em 1962.

Massacres, genocídios e o temor de perseguição estão entre as principais causas que levam as pessoas, na atualidade, a saírem de seus países em busca de refúgio em outras nações.



KAREN MINASYAN/AFP/GETTY IMAGES

Refugiados de Nagorno-Karabakh recebendo ajuda humanitária em Vayk, na Armênia. Fotografia de 2023. Em 2023, a região de Nagorno-Karabakh sofreu uma ofensiva militar do Azerbaijão. Temendo perseguições, parte da população refugiou-se na Armênia.

A violência ilegítima do Estado: totalitarismo e autoritarismo

A democracia não dispõe de um modelo a ser seguido, por ser constituída de opiniões divergentes, com base em situações concretas e tendo em vista o bem comum. Em razão disso, o equilíbrio das forças políticas é sempre instável, sendo necessário manter atenção constante para evitar riscos de **desvio de poder**.

Além disso, a democracia está sempre "por se fazer"; consequentemente, é frágil. Sua fragilidade, porém, não é propriamente "fraqueza" ou "vulnerabilidade", porque ela não se move por imposição e por autoritarismo, mas está aberta à discussão, ao pluralismo, ao conflito não violento, o que representa maturidade política.

Ao mesmo tempo, encontra-se sempre ameaçada pela **intolerância** dos que desejam se impor ilegitimamente pela **força**. Sempre haverá a tentativa de homogeneizar pensamentos e ações, favorecendo determinados grupos que se propõem a "restabelecer a ordem" e a hierarquia, impondo um governo autoritário. Foi o que ocorreu ao longo do século XX, quando surgiram formas de poder diferentes das expressões tradicionais de despotismo e de tirania, por apresentarem características especiais. Tais formas de poder se manifestaram nas experiências de **totalitarismo** ocorridas após a Primeira Guerra Mundial, nas quais governos se utilizaram de violência ilegítima contra os cidadãos.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Explique, com suas palavras, a diferença entre massacre e genocídio.
2. O que significa dizer que a democracia está sempre "por se fazer"?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Regimes totalitários

O totalitarismo foi um fenômeno político do século XX que mobilizou, de modo significativo, diversas sociedades. Ele se instalou na Alemanha, com o regime nazista, e na Itália, com o regime fascista. Na União Soviética, o totalitarismo foi implementado com o stalinismo e, na China, com o maoísmo. Os governos totalitários apresentavam algumas características comuns, listadas a seguir.

- Interferência do Estado em todos os setores: na vida familiar, econômica, intelectual, religiosa e no lazer. Com a intenção de difundir a ideologia oficial, nada restava de privado e autônomo.
- Partido único: rigidamente organizado e burocratizado, promovia a identificação entre o poder e o povo, recusando o pluralismo partidário, característica básica da democracia liberal.
- Criação de organismos de massa sob a tutela do Estado: sindicatos de todos os tipos, agrupamentos de auxílio mútuo, associações culturais de trabalhadores de diversas categorias, organizações de jovens, crianças e mulheres, círculos de escritores, artistas e cientistas.
- Mistificação da figura do líder.
- Censura de notícias e da produção artística e cultural.
- Subordinação ao Executivo dos poderes Legislativo e Judiciário.
- Concentração pelo Estado de todos os meios de propaganda: com o objetivo de veicular a ideologia oficial às massas, forjava convicções inabaláveis, manipulando a opinião pública para garantir o apoio popular.
- Formação da polícia política, que controlava o enorme aparelho repressivo: Gestapo, na Alemanha, Organização para a Vigilância e a Repressão ao Antifascismo, na Itália, e Tcheka, na União Soviética.
- Campos de concentração e de extermínio, como o de Auschwitz, na Polônia, e os de trabalho forçado, como os *gulags* soviéticos.
- Valorização de disciplinas de moral e cívica, visando à educação de crianças e jovens: estímulo à força de vontade, à disciplina e ao amor à pátria.

Raça: divisão arbitrária de grupos humanos com as mesmas características hereditárias. As aspas do texto indicam que o termo é inadequado. De acordo com estudos recentes de etnologia, antropologia e biologia, essa divisão não é científica, mas social e histórica, sendo empregada para sustentar preconceitos.

O nazismo alemão teve conotação fortemente racista, fundamentada em teorias supostamente científicas para valorizar a "**raça**" ariana: pessoas brancas, altas, fortes e inteligentes constituiriam um grupo "mais puro" e superior. Desse modo, justificaram-se a perseguição e o genocídio de judeus e ciganos, considerados inferiores, e de homossexuais, adjetivados como "degenerados".

É importante ressaltar o fato de que o nazismo se fortaleceu em um momento de grave crise econômica e social e foi orientado por uma concepção extremada de nacionalismo, decorrente do desejo de revanche pela humilhação sofrida com a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial. Hitler tinha o propósito de construir a "Grande Alemanha" por meio de um Estado forte, sob o lema "Um povo, um império, um guia". Em meados da década de 2010, o nacionalismo ressurgiu em movimentos neonazistas e xenófobos que se opõem a imigrantes e refugiados.



ROGER VIOLLET COLLECTION/GETTY IMAGES

Adolf Hitler rodeado por admiradores nazistas. Fotografia de 1932. Uma das características principais do totalitarismo é a unificação do povo em torno de uma ideologia encarnada na figura de um líder.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Hannah Arendt: origens do totalitarismo

Hannah Arendt nasceu em 1906 em Hannover, na Alemanha. Era de família judia, embora não tenha recebido uma educação religiosa tradicional. Estudou filosofia na Universidade de Berlim e foi aluna dos filósofos Martin Heidegger e Karl Jaspers. Em 1941, para escapar da perseguição nazista, refugiou-se nos Estados Unidos. Desde a publicação de sua obra *Origens do totalitarismo*, em 1951, Arendt se debruçou sobre esse fenômeno na tentativa de compreendê-lo, tendo como alvo a Alemanha nazista e a União Soviética stalinista.

Nesse livro, a filósofa explicou que o totalitarismo difere de outras formas de opressão política, como o despotismo, a tirania e a ditadura, embora adote métodos de intimidação e instrumentos de violência comuns a esses regimes. Para Arendt, o governo totalitário tem a especificidade de destruir as tradições sociais, legais e políticas do país e de transformar as **massas** em sustentação e vigor do sistema. O que os totalitarismos nazista e stalinista fizeram, segundo a filósofa, foi uma tentativa de dominação humana total e mundial, seja por meio de **estratégias de medo e terror**, como os campos de concentração, seja por meio da **doutrinação**, que requeria a aceitação passiva das massas.

Arendt mencionou, então, o papel decisivo das massas para a manutenção dos totalitarismos. Ela destacou que esses regimes se fortalecem com coletivos desorganizados e desestruturados de indivíduos furiosos e que desprezam a política partidária vigente. A filósofa assim comentou o que entende pelo termo *massa*:

> O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 361.

Desse modo, para Hannah Arendt, os movimentos totalitários demonstraram a força das massas politicamente neutras, indiferentes e desarticuladas, antes subestimadas. Com seu apoio, Adolf Hitler e Josef Stálin não mais precisaram se preocupar em persuadir opositores, podendo recorrer meramente à violência, sem justificar seus atos, já que contavam com o apoio irrestrito das massas acríticas.

A filósofa alemã Hannah Arendt. Fotografia de 1949.



JOHN MACDOUGALL/AFP/GETTY IMAGES

Sugestão

Hannah Arendt: a capacidade de julgar

Produção: Café Filosófico CPFL. Brasil, 2018. 47 minutos.

Nesse vídeo, o professor José Alves de Freitas Neto apresenta o conceito de banalidade do mal, ponto focal do pensamento de Hannah Arendt. Freitas Neto recontextualiza o conceito, trazendo-o para as questões do século XXI que perpassam a moral, a política e a apatia em relação ao outro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A condição de refugiado

O primeiro dos textos a seguir, intitulado originalmente *Nós, refugiados*, foi publicado em 1943 pela filósofa alemã Hannah Arendt, que se refugiou da perseguição nazista nos Estados Unidos. As reflexões propostas partem, então, da própria experiência vivida pela autora. O segundo texto relata a participação da boxeadora refugiada Cindy Ngamba nos Jogos Olímpicos de Paris 2024.

Texto 1

Em primeiro lugar, não gostamos de ser chamados de "refugiados". Nós mesmos nos chamamos de "recém-chegados" ou "imigrantes". Nossos jornais são jornais para "norte-americanos de língua alemã" [...].

Um refugiado costumava ser uma pessoa levada a buscar refúgio por causa de algum ato praticado ou opinião sustentada. Bem, é verdade que tivemos de buscar refúgio; mas não praticamos nenhum ato e a maioria de nós nunca sonhou em ter qualquer opinião política radical. Conosco o significado do termo "refugiado" mudou. Agora "refugiados" são aqueles de nós que foram tão infelizes a ponto de chegarem em um novo país sem recursos e terem de ser ajudados por comitês de refugiados. [...]

[...] Perdemos nosso lar, o que significa a familiaridade de uma vida cotidiana. Perdemos nossa ocupação, o que significa a confiança de que temos alguma utilidade neste mundo. Perdemos nossa língua, o que significa a naturalidade das reações, a simplicidade dos gestos e a expressão espontânea dos sentimentos. Deixamos nossos parentes nos guetos poloneses, e nossos melhores amigos foram mortos em campos de concentração, e isso significa a ruptura de nossa vida privada.

Não obstante, tão logo fomos salvos – e a maioria de nós teve de ser salva diversas vezes – começamos nossas vidas novas e tentamos seguir tão à risca quanto possível o bom conselho transmitido por nossos salvadores. Nos foi dito que esquecêssemos; e esquecemos mais rápido do que qualquer um podia ter imaginado. De forma amigável fomos lembrados de que nosso novo país tornar-se-ia nosso novo lar; e depois de quatro semanas na França ou seis semanas no Estados Unidos, fingimos ser franceses ou norte-americanos. Os mais otimistas entre nós acrescentariam que toda sua vida pregressa fora passada em um tipo de exílio inconsciente e somente seu novo país os ensinava agora como realmente é um lar. É verdade que às vezes levantamos objeções quando nos é dito para esquecer nosso trabalho anterior; e nossos ideais anteriores são normalmente difíceis de abandonar se nosso padrão social está em jogo. Com a língua, porém, não temos dificuldades: depois de apenas um ano os otimistas estão convencidos de que falam inglês tão bem quanto sua língua materna; e depois de dois anos eles juram solenemente que falam inglês melhor do que qualquer outra língua – seu alemão é uma língua da qual quase não se lembram.

Para esquecer mais eficientemente é melhor evitar qualquer alusão a campos de concentração ou internamento que experimentamos praticamente em todos os países europeus – pode ser interpretado como pessimismo ou falta de confiança em sua nova pátria. Além disso, com quanta frequência ouvimos que ninguém gosta de ouvir falar sobre tudo isso; o inferno não é mais uma crença religiosa ou uma fantasia, mas algo tão real quanto casas, pedras e árvores. Aparentemente, ninguém quer saber que a história contemporânea criou um novo tipo de seres humanos – o tipo que é colocado em campos de concentração por seus inimigos e em campos de internamento por seus amigos. [...]

O homem é um animal social, e a vida não é fácil para ele quando os liames sociais são cortados. Os padrões morais são mantidos muito mais facilmente na tessitura de uma sociedade. Pouquíssimos indivíduos têm a força necessária para conservar sua própria integridade se seu *status* social, político e legal estiver completamente confuso. Faltando a coragem para lutar por uma mudança de nosso *status* social e legal, decidimos, em vez disso, tantos de nós, tentar uma mudança de identidade. E esse comportamento curioso torna as coisas muito piores. A confusão na qual vivemos é em parte nosso próprio trabalho.

ARENDT, Hannah. Nós, refugiados. *In*: ARENDT, Hannah. **Escritos políticos**. Barueri: Amarilys, 2016. p. 477-479, 487.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



ULLSTEIN BILD/GETTY IMAGES

Refugiados judeus de origem alemã cuja entrada não foi aceita na fronteira com a Suíça. Fotografia de 1940.

Texto 2

A atleta refugiada Cindy Ngamba garantiu a primeira medalha da história para a Equipe Olímpica de Refugiados em Paris, após triunfar no último domingo (04) em sua luta nas quartas de final e garantir a si mesma pelo menos um bronze.

Competindo na categoria feminina de 75 quilogramas, Ngamba derrotou Davina Michel da França por 5 a 0, marcando uma decisão unânime dos juízes a seu favor. Após um *round* de abertura acirrado, ela venceu o restante da luta contra a sexta cabeça de chave da competição.

"Significa o mundo para mim ser a primeira atleta refugiada a ganhar uma medalha", disse Ngamba após a luta. [...]

"Quero dizer aos refugiados em todo o mundo – [incluindo] refugiados que não são atletas – continuem trabalhando, continuem acreditando em si mesmos, vocês podem alcançar tudo o que quiserem". [...]

Depois de fugir de seu país natal, ela chegou ao Reino Unido aos 11 anos, sem saber falar inglês. Ela enfrentou *bullying* e solidão na escola até descobrir o boxe por acaso em seu clube juvenil local em Bolton. Inicialmente, não havia outras garotas para treinar e ela teve que lutar com garotos, mas logo começou a viajar para lutas. Ela ganhou o primeiro de três campeonatos nacionais ingleses em 2019. [...]

"Cindy nos lembra o que os refugiados podem e conseguem prosperar se tiverem oportunidade e mostrar a contribuição positiva eles fazem para as comunidades que os acolhem ao redor do mundo", disse Jojo Ferris, chefe da Fundação Olímpica de Refugiados. "Este é um grande momento para Cindy, para a Equipe Olímpica de Refugiados do COI e para as 120 milhões de pessoas em todo o mundo que foram forçadas a fugir de suas casas". [...]

Cindy é uma das 37 atletas competindo em Paris como parte da Equipe Olímpica de Refugiados, que foi criada pelo COI na Olimpíada do Rio de Janeiro em 2016 com 10 atletas para dar aos esportistas forçados a deixar seus países de origem a chance de competir no mais alto nível profissional.

BOXEADORA Cindy Ngamba ganha a primeira medalha histórica para a Equipe Olímpica de Refugiados. **Acnur Brasil**, 5 ago. 2024. Disponível em: https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/boxeadora-cindy-ngamba-ganha-primeira-medalha-historica-para-equipe. Acesso em: 9 ago. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. Segundo Hannah Arendt, quais eram os significados do termo *refugiado* antes e depois da perseguição nazista? Com base no segundo texto, qual é o significado do termo atualmente?
2. Para Hannah Arendt, por que os refugiados têm dificuldade de manter a própria identidade?
3. Em sua opinião, de que modo experiências como a da boxeadora Cindy Ngamba no esporte ajudam a preservar a identidade dos refugiados?
4. Reúna-se com mais três colegas e pesquisem informações sobre a Equipe Olímpica de Refugiados, como a data de surgimento da equipe, a nacionalidade dos atletas, os países em que buscaram abrigo, os motivos que os levaram a sair da terra natal, os esportes que praticam etc. Criem um infográfico digital apresentando essas informações de maneira organizada. Não se esqueçam de que um infográfico deve apresentar textos e imagens (fotografias, mapas, gráficos etc.).

Banalidade do mal

Em 1961, Hannah Arendt foi a Jerusalém para assistir ao julgamento do oficial nazista Adolf Eichmann. Suas impressões e reflexões sobre o caso foram registradas no livro *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, publicado em 1963.

O que Arendt interrogava era o contraste entre aquela figura aparentemente apagada e equilibrada de um homem comum e sua capacidade de cometer tantas atrocidades. O que levava pessoas sem qualquer predileção para o atroz a se engajarem em uma política que exigia obediência absoluta? O que as fazia cumprir essas ordens?

A filósofa acreditava que essas pessoas pertenciam às massas politicamente neutras e indiferentes que constituíam a maioria, fato que, por si só, não era causa suficiente para desencadear o totalitarismo. No entanto, a situação mudava quando elas se sentiam pressionadas por crises econômicas, como inflação e desemprego. Nesse caso, mesmo não comprometidas com a política, tornavam-se insatisfeitas e caíam na desesperança do futuro. Para Hannah Arendt, era fundamental compreender essa condição do aparecimento do "homem de massa" na Europa.

> A principal característica do homem de massa não é a brutalidade nem a rudeza, mas o seu isolamento e a sua falta de relações sociais normais. [...]
>
> Os movimentos totalitários são organizações massivas de indivíduos atomizados e isolados. Distinguem-se dos outros partidos e movimentos pela exigência de lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 366-373.

Foi nesse sentido que Hannah Arendt criou o conceito de **banalidade do mal**. Sua intenção não foi negar o horror do Holocausto ou de formas institucionalizadas do terror – pois nenhum mal é banal –, mas mostrar que o mal cometido pode parecer banal. Eichmann cumpria ordens como funcionário dedicado, com total submissão a valores externos, não questionados. Diante dessa constatação, Arendt concluiu que, quanto menos politizados e críticos fossem os indivíduos, mais se deixariam sujeitar às regras cujos fundamentos não buscariam conhecer.

Julgamento do oficial nazista Adolf Eichmann (na cabine de vidro) em Jerusalém, Israel. Fotografia de 1961.



GJON MILI/THE LIFE PICTURE COLLECTION/SHUTTERSTOCK

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Regimes autoritários

Algumas características comuns entre autoritarismo e totalitarismo podem levar a identificações indevidas. Nos regimes autoritários, não há uma ideologia que sirva "para a construção da nova sociedade". Em vez de doutrinação política e incentivo ao engajamento ativista (ainda que dirigido), prevalece nesses regimes a despolitização, que leva à apatia política. Mesmo assim, o clima de repressão violenta gera medo e desestimula a atuação política independente. Sempre que possível, os governos autoritários procuram manter a aparência de democracia: permitem a existência de partidos de oposição, embora estes atuem apenas formalmente, enquanto o partido do governo figura como mero apêndice do Poder Executivo.

No governo autoritário, militares atuam na burocracia estatal, e a elite econômica conta com oficiais das forças armadas nos postos-chave. Desse modo, os militares saem do quartel para integrar a instituição política mais importante da nação. Foi o que aconteceu por ocasião do golpe civil-militar de 1964, que impôs o regime autoritário no Brasil durante duas décadas. Na América Latina, outros países também passaram pela experiência autoritária, como Chile (1973-1990), Uruguai (1973-1985) e Argentina (1976-1983).

Esses regimes se caracterizam pela **ausência de legitimidade**, uma vez que são impostos e mantidos pela **força**, deixando em seu rastro muitos casos de violação de direitos dos cidadãos por meio de tortura, assassinato e desaparecimento. Muitos crimes, ocultados pela rígida censura da época, vieram à luz pelo trabalho de comissões que investigam o período. A produção de livros e documentários revela os fatos e tenta manter viva a memória, ao mesmo tempo que se exige a punição legal daqueles que transgrediram a obrigação do Estado de garantir a segurança e a vida da população. Diferentemente do que ocorreu nos demais países sul-americanos, que conseguiram levar aos tribunais os responsáveis pelos crimes, no Brasil eles nunca foram punidos.

Classificação indicativa do filme *O ano em que meus pais saíram de férias*: não recomendado para menores de 10 anos.

Sugestão

O ano em que meus pais saíram de férias

Direção: Cao Hamburguer. Brasil, 2006. 104 minutos.

O filme narra a vida de um garoto de 12 anos que mora na cidade de São Paulo e tem a vida transformada de maneira drástica e inesperada após seus pais supostamente saírem de férias, sendo, então, deixado sob os cuidados do avô. O que ele não sabe é que seus pais estão, na verdade, fugindo da perseguição da ditadura civil-militar brasileira. O filme suscita uma importante reflexão sobre as profundas consequências das ações de governos autoritários na vida dos cidadãos.



MARCELA CANTUÁRIA. FOTO: VICENTE DE MELLO/CORTESIA DA ARTISTA

Comissão da verdade 2, pintura de Marcela Cantuária, 2018.

Imagens em contexto

A pintura de Marcela Cantuária faz referência à Comissão Nacional da Verdade, um colegiado instituído pelo Estado brasileiro para apurar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Esse período abarca a ditadura-civil militar no Brasil (1964-1985). Na tela, são representadas fotografias em preto e branco dos desaparecidos políticos, mortos pelo regime.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Paz como concórdia

O filósofo alemão Immanuel Kant introduziu seu texto *A paz perpétua: um projeto para hoje*, publicado em 1795, comentando a inscrição "Paz perpétua" acompanhada da pintura de um cemitério na entrada de uma pousada holandesa. Ironicamente, essa inscrição remeteria à ausência perpétua de conflitos apenas em uma situação: a morte. Para Kant, no entanto, não se trata de investigar o que ele designa "paz dos cemitérios", que é a paz alcançada com a destruição ou o extermínio dos oponentes. O interesse do filósofo alemão é analisar a paz perpétua como uma vontade coletiva que faz surgir a **concórdia**.

Assim, o conceito de paz como concórdia de que trataremos não diz respeito à "paz dos cemitérios", tampouco se refere à paz alcançada com a violenta retaliação contra os vencidos. Não se trata, portanto, da paz imposta com uma ordem que mantém a injustiça. Por isso, o termo *paz* não deve ser definido com base em negações, como "ausência de conflito", "supressão de antagonismos" e "não guerra". Em sentido estrito, a paz é um tipo de ordenamento social em que os conflitos são resolvidos mediante discussão e diálogo. Em sentido bem amplo, a paz só é possível onde existe justiça, bem-estar e relações construtivas entre grupos. Ou seja, ela resulta de uma intenção de harmonia que necessita ser construída em conjunto.

O conceito de concórdia adquire um sentido positivo, por ser a **paz compartilhada**, construída pela ação comum com o propósito de não deixar prevalecer a violência no convívio humano. Em resumo, a paz compartilhada presente na noção de concórdia é aquela que busca resolver conflitos fundamentando-se na justiça e no respeito à dignidade humana.

Nos tópicos a seguir, vamos apresentar pensamentos e ações que visaram à paz como concórdia.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Explique por que a concórdia não significa ausência de conflitos e também não se identifica com o conceito comum de paz.
2. Que medidas você pode adotar em seu cotidiano para promover a concórdia?



DEAGOSTINI/GETTY IMAGES - MUSEU NACIONAL DO IRAQUE, BAGDÁ

Detalhe de relevo em trono assírio, século IX a.C.

Imagens em contexto

O aperto de mãos é um gesto milenar que indica concórdia e demonstra compromisso com a paz. O mais antigo registro conhecido dessa prática está em um relevo de um trono assírio do século IX a.C. Nesse relevo, o rei Salmanaser III do Império Assírio aparece apertando a mão de um babilônio para firmar um acordo ou estabelecer o fim de um conflito.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Irenologia: a ciência da paz

A partir da segunda metade do século XX, com o desenvolvimento tecnológico, aumentou-se a capacidade destrutiva das armas, colocando em risco a vida no planeta. Segundo relatório do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo – Stockholm International Peace Research Institute (Sipri) –, estima-se que, no início de 2023, existiam cerca de 12,5 mil ogivas nucleares no mundo, sendo 90% delas pertencentes aos Estados Unidos e à Rússia. Reino Unido, França, China, Paquistão, Índia, Israel e Coreia do Norte também detêm armamentos desse tipo, que se caracterizam pelo alto poder destrutivo e pelas consequências a longo prazo para os indivíduos e o meio ambiente. Embora estudos indiquem a redução geral do número de ogivas nucleares a cada ano, os países continuam modernizando seus arsenais nucleares.

O temor provocado pela radicalização das guerras gerou a atuação mais firme de grupos pacifistas. Após a Segunda Guerra Mundial, alguns estudiosos dedicaram-se a compreender a ideia de paz sem defini-la pela negação, como não guerra. Assim nasceu a **ciência da paz**, ou **irenologia**, nome derivado do termo grego *eirene*, que significa "paz".

Intelectuais de diversas áreas do saber, como ciência política, sociologia, economia, psicologia, história, filosofia e direito internacional, desenvolvem pesquisas multidisciplinares sobre a ciência da paz. A iniciativa para tais estudos partiu da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, da qual participaram filósofos notáveis, como o britânico Bertrand Russell, conhecido pelas suas manifestações públicas contra as armas nucleares.

Paralelamente aos organismos mundiais, grupos da sociedade civil estudam e debatem as causas da violência, além de proporem alternativas não violentas para solucionar conflitos. O grande obstáculo tem sido transformar teorias em práticas, o que pressupõe preparar as novas gerações por meio da educação para a paz.

Uma educação para a paz, na atualidade, requer pensar não só na relação de concórdia entre os indivíduos, mas também na relação harmoniosa entre o ser humano e a natureza.



ROSA GAUDITANO/STUDIO R

Yanomami com beija-flor, fotografia de Rosa Gauditano, 1991.

Os dados sobre ogivas nucleares no mundo foram extraídos de: STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **Sipri Yearbook 2023**: Armaments, Disarmament and International Security. Solna: Oxford University Press, 2023. p. 12.

Imagens em contexto

Nessa fotografia de Rosa Gauditano, a artista registra o momento inusitado em que um beija-flor se aproxima de um jovem Yanomami, na aldeia Demini, no estado de Roraima. A imagem sugere a relação harmoniosa entre essa sociedade e a natureza. Gauditano é conhecida por seus trabalhos que documentam e valorizam as tradições indígenas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Filosofia da não violência

Entre os defensores do pacifismo, destaca-se a figura de Mahatma Gandhi, líder da resistência indiana contra a dominação britânica (1858-1947). Suas principais estratégias eram: não colaboração, greve pacífica, jejum, boicote e **desobediência civil**. Por estarem ancoradas em uma concepção filosófica da "não violência do forte", essas medidas representam algo além de meras táticas de resistência passiva. Por isso, Gandhi preferia referir-se à sua doutrina como *satyagraha*, termo hindi que significa literalmente "força da verdade".



JAYAN MITRA/DINODIA PHOTO/BRIDGEMAN IMAGES/FOTOARENA

O líder indiano Mahatma Gandhi. Fotografia de 1931.

Para Gandhi, o compromisso com a verdade exige a obrigação de defender apenas causas justas e a denúncia de todas as formas de injustiça, tornando transparentes as mentiras e os crimes dos violentos. Além disso, envolve a capacidade de dialogar de modo objetivo e imparcial e a disposição para negociar e mudar de ideia quando preciso.

O líder indiano inspirou-se na obra *Desobediência civil*, publicada em 1849 pelo estadunidense Henry Thoreau. Em 1846, Thoreau foi preso por uma noite por não pagar, ao longo de seis anos, um imposto obrigatório para todos os cidadãos do estado de Massachusetts. Ele entendia que o pagamento desse imposto era uma forma de sustentar a escravidão e de financiar a guerra dos Estados Unidos contra o México, dois empreendimentos considerados injustos e que contrariavam os princípios de liberdade, dignidade e igualdade. Em sintonia com sua defesa abolicionista, Thoreau via na recusa ao pagamento de impostos uma forma não violenta de combater um Estado escravocrata envolvido em uma guerra injusta. Essa era, para ele, uma forma de desobediência civil.

Gandhi conseguiu ampliar o conceito de Thoreau, restrito à ação individual, dando-lhe uma dimensão coletiva. Como advogado, Gandhi reconhecia a importância do respeito ao Estado de direito, porém conclamava as pessoas a desobedecer às leis injustas e a arcar com as consequências, mesmo quando envolviam risco de prisão. A intenção dele com a desobediência civil era sensibilizar a opinião pública para denunciar injustiças.

O grande mérito de Gandhi foi conseguir mobilizar as massas. Na Marcha do Sal (1930), por exemplo, após caminhar a pé durante vários dias até o mar, milhares de indianos recolheram água e a deixaram secar para obter o sal. O propósito era desobedecer às ordens britânicas, que determinavam o monopólio do sal na Índia e proibiam a extração do produto para consumo interno, obrigando os indianos a comprar sua versão industrializada. Centenas de pessoas foram presas, incluindo o líder, mas o povo conquistou seu objetivo: a alteração da lei. Outra vitória importante foi o boicote às roupas de origem britânica, o que promoveu o ressurgimento dos tecidos feitos à mão pelos indianos.



HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES

Apoiadores de Mahatma Gandhi enchendo recipientes com água do mar durante a Marcha do Sal, em Bombaim (atual Mumbai), Índia. Fotografia de 1930.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A luta contra o *apartheid*

As ideias de Gandhi influenciaram muitos ativistas no mundo inteiro. Um deles foi Martin Luther King Junior, líder negro estadunidense que, na década de 1960, empreendeu uma luta contra o *apartheid* em seu país. A palavra *apartheid*, de origem africânder, significa "vidas separadas" e é utilizada para designar o regime de segregação racial adotado na África do Sul entre 1948 e 1994. Essa expressão também é usada em referência à discriminação racial praticada institucionalmente nos Estados Unidos durante a vigência de leis de segregação em estados do sul do país, da década de 1870 a 1965.

Na década de 1960, essas leis negavam à população negra direitos básicos como o de votar, além de determinarem a segregação em espaços públicos e escolas. No transporte público, por exemplo, era reservado por lei um menor espaço para as pessoas negras, que, em caso de lotação, eram obrigadas a ceder seu assento para pessoas brancas. Sobre as leis de segregação racial nos Estados Unidos, o volume de história desta coleção aprofunda o estudo.

Inspirada nos exemplos de Gandhi e Luther King Junior, a sociedade democrática deve assumir os compromissos de repudiar a violência e de construir a paz. A atuação de governos e de movimentos coletivos é importante para uma convivência não violenta. Do mesmo modo, é fundamental a conscientização individual para refletirmos sobre o modo como cada um de nós se relaciona com a família, com os amigos, fora de casa, na rua, na escola, no trabalho, com a natureza, e sobre nosso engajamento na construção de um mundo melhor e mais pacífico.

Respeito pelos direitos humanos, comunicação participativa, tolerância e solidariedade, repúdio ao racismo e a qualquer tipo de discriminação são algumas atitudes que contribuem para manter a concórdia.



MARTIN MILLS/GETTY IMAGES

O líder estadunidense Martin Luther King Junior. Fotografia de 1967.



BETTMANN ARCHIVE/GETTY IMAGES

Rosa Parks em Montgomery, nos Estados Unidos. Fotografia de 1956.

Imagens em contexto

Em 1955, Rosa Parks havia sido presa em Montgomery, nos Estados Unidos, por não ceder seu lugar em um ônibus para que um homem branco se sentasse. O sistema de transporte público local adotava a política de segregação racial, exigindo que pessoas negras se acomodassem apenas nos últimos assentos e se levantassem quando houvesse pessoas brancas em pé. A atitude de desobediência civil de Parks inspirou vários protestos até que se tornou ilegal esse tipo de segregação.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

1. **Qual é a vantagem da "violência legítima" do Estado e quais são seus riscos?**
2. **Por que é possível afirmar que as ditaduras desrespeitam o Estado de direito?**
3. **A frase "Uma mentira cem vezes dita torna-se verdade", atribuída a Joseph Goebbels, ministro do Povo e da Propaganda de Hitler, durante a implantação do nazismo, representa um tipo de violência. Explique qual e por quê.**
4. **Por que a existência do terrorismo praticado por grupos fundamentalistas islâmicos não justifica a rejeição ocidental ao islamismo e, por consequência, às pessoas muçulmanas?**
5. **Atos que negam às pessoas o direito à igualdade são violentos. Mas o motivo da violência também pode ser atribuído ao fato de não se reconhecer a diferença entre as pessoas. Nos itens a seguir, identifique sob que aspectos as pessoas são iguais e em que suas diferenças devem ser respeitadas.**

ODS 10

   a. Criança, adulto e idoso.
   b. Aquele que professa alguma religião e o ateu.
   c. Heterossexual e pessoa LGBTQIA+.
   d. Cadeirante e pessoa sem deficiência.

6. **A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei da Maria da Penha, criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Leia o segundo artigo dessa lei e, com base nele, atenda às questões.**

ODS 16

> Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 9 ago. 2024.

   a. Pesquise o significado do título "Lei Maria da Penha".
   b. Que motivos sociais e históricos justificariam esse tipo de lei? Para enriquecer a resposta, você pode solicitar a ajuda do professor de história.
   c. Pesquise e leia o artigo 7º dessa mesma lei. O que o texto identifica como violência psicológica? Comente como esse tipo de violência nem sempre é reconhecido como tal.

7. **Reúna-se com três colegas e leiam o texto a seguir. Com base nele, produzam um debate – que pode ser gravado em formato de *podcast* – discutindo, de maneira crítica, o tema da intolerância religiosa no Brasil. Para enriquecer a apresentação, utilizem os dados expostos no texto e o que vocês aprenderam sobre o pensamento de Angela Davis (violência estrutural e interseccionalidade).**

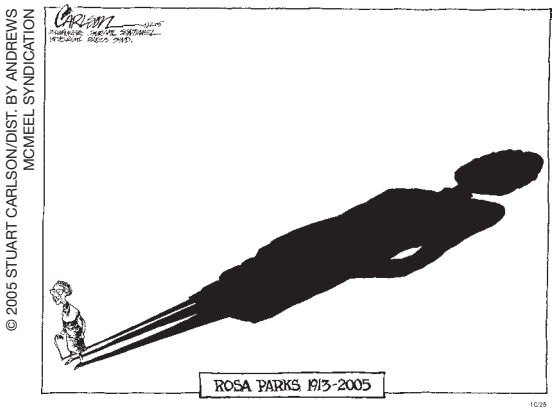
> Vivemos em uma nação que segue criando dificuldades para a superação do racismo. Um estudo recente encomendado pelo Instituto Peregum confirma que no Brasil as pessoas não se dizem racistas (85%), mas reconhecem que o racismo existe (81%). Isso significa que o ato da negação faz com que as pessoas se isentem de encarar um problema que precisa de uma sociedade inteira para ser solucionado. [...]
>
> [...] Lembremos da famosa frase da ativista Angela Davis: "numa sociedade racista não basta não ser racista. É necessário ser antirracista".
>
> Os últimos dados sobre a violência contra as religiões afro-brasileiras, por exemplo, são alarmantes e atestam que estamos naturalizando um problema urgente. Apesar do Brasil ser um país que possui a maior diversidade de práticas religiosas do mundo, dados de 2023 do Disque 100, serviço do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), alertam para um aumento de denúncias e violações de direito à liberdade religiosa, que atingiram respectivamente, 64,5% e 80,7%, em relação ao ano anterior.
>
> Foram três denúncias de intolerância religiosa por dia entre 2021 e 2022. Isso evidencia os crescentes ataques, injúrias, depredações e perseguições aos terreiros e seguidores de tradições como candomblés e umbandas. [...]
>
> A prática antirracista exige que quebremos o silêncio diante de injustiças sociais. A percepção de que vivemos em um país racista nos obriga a reconhecer que estamos comprometidos a nos

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

indignarmos com sua existência. Em relação às religiões afro-brasileiras, quando nos calarmos diante das violências estamos permitindo que, em nome de uma religião, um grupo religioso ataque criminalmente o outro. Temos que parar de naturalizar o racismo religioso no Brasil.

ALEXANDRE, Claudia. Opinião: "É preciso parar de naturalizar o racismo religioso no Brasil". **O Estado de S. Paulo**, 10 abr. 2024. Disponível em: https://www.estadao.com.br/brasil/e-preciso-parar-de-naturalizar-o-racismo-religioso-no-brasil/#:~:text=A%20percep%C3%A7%C3%A3o%20de%20que%20vivemos,religioso%20ataque%20criminalmente%20o%20outro. Acesso em: 12 ago. 2024.

8. **Interprete a charge a seguir com base no conceito de desobediência civil.**



Charge de Stuart Carlson, 2005.

Enem e vestibulares

9. **(Enem-MEC)**

Essa atmosfera de loucura e irrealidade, criada pela aparente ausência de propósitos, é a verdadeira cortina de ferro que esconde dos olhos do mundo todas as formas de campos de concentração. Vistos de fora, os campos e o que neles acontece só podem ser descritos com imagens extraterrenas, como se a vida fosse neles separada das finalidades deste mundo. Mais que o arame farpado, é a irrealidade dos detentos que ele confina que provoca uma crueldade tão incrível que termina levando à aceitação do extermínio como solução perfeitamente normal.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. (Adaptado).

A partir da análise da autora, no encontro das temporalidades históricas, evidencia-se uma crítica à naturalização do(a)

a. ideário nacional, que legitima as desigualdades sociais.

b. alienação ideológica, que justifica as ações individuais.

c. cosmologia religiosa, que sustenta as tradições hierárquicas.

d. segregação humana, que fundamenta os projetos biopolíticos.

e. enquadramento cultural, que favorece os comportamentos punitivos.

10. **(Uema-MA)** **A filósofa Hannah Arendt, em sua análise sobre o mal, expõe dois tipos de pessoas e de ações. Ela toma como exemplo dois personagens da Segunda Guerra Mundial para exemplificar tipos de ações praticadas contra o povo judeu. São: Adolf Hitler e Adolf Eichmann. Uma ação é a perseguição aos judeus que poderia não ser praticada por questão de crença e de princípios enraizados, mas, por motivos outros, fora da ação, apenas para obedecer a um comando, à regra determinada por um líder ou pelo Estado. Arendt identifica Adolf Eichmann, oficial de baixa patente do exército nazista, responsável por organizar a logística do transporte de judeus para os campos de concentração, como exemplo desse tipo de pessoa e de ação.**

O tipo de mal e a definição de ação praticados por Adolf Eichmann, de acordo com a filósofa Hannah Arendt, são, respectivamente,

a. mal radical, porque a ação é fundamentada na crença.

b. mal ontológico, porque acredita na ação como um ser.

c. mal final, porque a crença espera o final da ação.

d. mal banal, porque a ação é seguir regra das autoridades.

e. mal cauteloso, quando a ação é feita por partes.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 12

Direitos humanos

Nesse capítulo, você vai estudar o que são os direitos humanos, quais são suas características, quem eles defendem e como se constituíram ao longo da história. Vai também investigar os progressos e entraves para a concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas. Vale mencionar que no desenvolvimento do capítulo serão mobilizados autores como Immanuel Kant, Olympe de Gouges e Susan Buck-Morss.

Direitos humanos: entre a vigência e a eficácia

Os direitos humanos estão enunciados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Apesar de seus cerca de 80 anos, os direitos humanos são cotidianamente violados, e uma expressiva parcela da população do planeta vive sem essas garantias, a começar pelas do artigo 1º da Declaração: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos".

Além de desrespeitados, os direitos humanos são rejeitados por muitos: para alguns não passam de "direitos de bandidos"; para outros, trata-se de uma invenção hipócrita do Ocidente, cujo verdadeiro objetivo não é garantir direitos, mas expandir valores europeus e liberais, impondo-os arbitrariamente sem considerar a diversidade cultural e as diferentes tradições milenares.

A discussão sobre direitos humanos não pode ser reduzida a esses termos, sob o risco de ser empobrecida. Por isso, é preciso analisar com cuidado os beneficiários desses direitos e a eficácia de sua vigência no cotidiano, como propomos no estudo deste capítulo.



FOTOSEARCH/GETTY IMAGES

Eleanor Roosevelt, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, mostrando a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Fotografia de 1948.

Imagens em contexto

Eleanor Roosevelt, que supervisionou a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, foi diplomata e embaixadora dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas entre 1945 e 1952. Ela também foi primeira-dama, de 1933 a 1945, tendo sido casada com o presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Direitos humanos para quem?

Direitos humanos são para todos os seres humanos. No entanto, o que é o ser humano? Muitos já responderam de forma clássica: "Somos animais racionais". Essa definição nos coloca diante de dúvidas sobre sua precisão, por causa da dificuldade de encontrar uma característica específica e definitiva que nos distinga de todos os outros seres. Analise o comentário do filósofo André Comte-Sponville:

> O que é o homem? Respostas é que não faltam na história da filosofia. É o homem um animal político, como queria Aristóteles? Um animal falante, como também ele dizia? Um animal de duas patas sem penas, como afirmava com graça Platão? Um animal razoável, como pensavam os estoicos e depois os escolásticos? Um ser que ri (Rabelais), que pensa (Descartes), que julga (Kant), que trabalha (Marx), que cria (Bergson)? Nenhuma dessas respostas, nem a soma delas, me parece totalmente satisfatória.

COMTE-SPONVILLE, André. **Apresentação da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 125.

Não reconheceremos nossa natureza como nitidamente definível se considerarmos a incompletude humana, a ambiguidade dos desejos e a possibilidade aberta de decidir de maneira livre. Diante disso, devemos concluir que nosso comportamento também não é plenamente previsível.

Podemos acertar, mas também errar. Estamos disponíveis para construir um mundo melhor, mas igualmente para persistir nas ações movidas por egoísmo, inveja e cobiça. No segundo caso, seríamos menos humanos? Os corruptos, os assassinos e os traidores não seriam seres humanos? Ninguém que pertença ao gênero humano pode ser excluído da noção de humanidade.

Essas questões remetem ao tema dos direitos humanos. Se nos basearmos no princípio de que cada pessoa é única e insubstituível, concluiremos que todos devemos ter direitos iguais e somos dignos de respeito. Quando admitimos que todos somos igualmente cidadãos, reconhecemos também o que é intolerável: a escravidão, a tortura, a submissão doméstica da mulher ao homem, a inferiorização de etnias, a ridicularização de pessoas LGBTQIA+, a corrupção, a calúnia etc.

Por que, então, se o crime é intolerável, há quem defenda o criminoso? Por causa desse questionamento, organizações que têm como bandeira a preservação dos direitos humanos são com frequência acusadas de "defender bandidos". O que as organizações de direitos humanos defendem, porém, não é o crime ou a impunidade, mas, aos acusados, o direito à defesa legal, que lhes garanta um julgamento justo, e, aos condenados, a punição de acordo com os termos da lei e em respeito a sua condição humana. Portanto, o Estado de direito não deve tratar os criminosos de modo cruel, sob o risco de assumir a mesma atitude que deploramos neles.



Natureza morta, infogravura de Denilson Baniwa, 2016.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Analise o título da infogravura de Denilson Baniwa e o que ela representa. Qual é a crítica sugerida?
2. Como essa obra pode ser interpretada sob a perspectiva dos direitos humanos?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
DENILSON BANIWA - MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND, SÃO PAULO

Ofensas aos direitos humanos no cotidiano

Quando se menciona a violação dos direitos humanos, é comum a associação a atos criminosos. No entanto, há ofensas a esses direitos praticadas por pessoas comuns, que, muitas vezes, nem consideram seus atos reprováveis. O desrespeito aos direitos humanos pode ocorrer no meio familiar, escolar, universitário, virtual e nos demais lugares por onde circulamos ou manifestamos nossas opiniões, e ser praticado por pessoas de todos os segmentos sociais.

Na psicologia, estuda-se um tipo de comportamento denominado "síndrome do pequeno poder", que consiste no abuso de autoridade quando se possui alguma forma de poder. Acompanhe a seguir exemplos em que essa síndrome se manifesta.

Em diversas circunstâncias, as mulheres, por imposição histórica e cultural, foram colocadas em posição de dependência de seus maridos ou companheiros – embora as mulheres venham cada vez mais se empoderando e conquistando independência econômica e social. Diante dessa situação, em que se sentem em uma condição de superioridade, muitos homens praticam abusos e violência contra as mulheres. Essa violência está associada à misoginia, que é o ódio, o desprezo ou a aversão à mulher. Vale mencionar que a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, criou instrumentos para coibir e punir atos de violência contra as mulheres. Já a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, incluiu o feminicídio – homicídio de mulheres por causa de seu gênero – no rol de crimes hediondos.

De acordo com a mesma lógica do pequeno poder, constatamos que nem sempre a relação entre pais e filhos é serena, fato confirmado por índices relativamente altos de crianças agredidas ou sujeitas a castigos humilhantes – com a falsa justificativa de educar com "severidade". Além das ocorrências no próprio lar, os excessos podem ter lugar nas escolas, quando estudantes são maltratados e professores sofrem desrespeito e até violência física. Existem empresas que exploram mão de obra infantil, violando os limites de idade mínima estipulados legalmente para o trabalho, e outras que abusam de trabalhadores em situação análoga à escravidão. No ambiente virtual da internet, o risco manifesta-se por meio de redes que incentivam a violência física e psicológica. Vale frisar que o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, visa garantir os direitos de crianças e jovens com até 18 anos.

Também se incluem nessa lógica ofensas aos direitos humanos, como manifestações de racismo, homofobia e transfobia, demonstrando que muitos dos que se definem como "pessoas de bem" – expressão maniqueísta de quem se considera superior aos demais – são capazes de excluir os diferentes por meio de humilhações e agressões, inclusive fatais. Basta conferir o noticiário para perceber uma disseminada cultura de violência e de ódio.

O que dizer de torcidas organizadas, que, na agitação de vangloriar seu time, agridem criminosamente oponentes como se fossem inimigos? Ou de casos de linchamento, em que a turba leva cada um dos participantes a perder o autocontrole, motivada por preconceitos como racismo, homofobia e transfobia ou por intolerância religiosa?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

JUAN MABROMATA/AFP/GETTY IMAGES



Bandeira com os dizeres "Basta de racismo" estendida na arquibancada durante partida de futebol da Copa Libertadores da América, em Buenos Aires, Argentina. Fotografia de 2023.
A presença da bandeira é uma denúncia contra o racismo sofrido por jogadores negros em campo.

O caso específico do trote universitário

Exemplo de ato que pode desrespeitar os direitos humanos é o chamado "trote", evento que marca o início do período letivo de cursos universitários e consiste no acolhimento de novatos, os "calouros" ou "bixos", pelos "veteranos". O que deveria ser uma confraternização pode tornar-se ocasião de ofensas, humilhações, condutas vexatórias e atos de selvageria, com efeitos danosos, como a desistência dos estudos.

No estado de São Paulo, esse tipo abusivo de trote é proibido por lei desde 1999. Em 2024, complementando a lei anterior, foi aprovada nova legislação estadual obrigando as instituições de ensino técnico e superior a tomarem medidas de prevenção e responsabilização diante de casos de violência envolvendo seus estudantes. Há, ainda, discussões recentes para que essa proibição alcance todo o país.

O filósofo Theodor Adorno, testemunha dos tempos da Alemanha nazista, nos advertiu do perigo que representa a identificação cega com o "coletivo" e citou explicitamente a selvageria dos trotes como um dos precursores da violência nazista.

Se no Brasil não tivemos a experiência nefasta do nazismo, recebemos a herança escravocrata que ainda motiva veteranos de universidades prestigiadas a se comportar como senhores de escravizados, desumanizando os calouros e tratando-os como peças, como mercadorias. Sobre esse assunto, comenta o sociólogo José de Souza Martins, professor da Universidade de São Paulo:

> O trote [abusivo], tal como o conhecemos, é o modo incivilizado de introduzir calouros na sociedade transitória e precária da vida de aluno da universidade. A via do deboche, da humilhação do outro, pode ser também indicativa de que os praticantes desses trotes perfilham e aplaudem o que há de pior na sociedade em que vivemos. Não apenas ironizam, mas de fato acreditam que o mundo deveria ser assim. [...] A mesma mentalidade escravista do mercado de cativos do Valongo persiste e insiste. A mentalidade do pelourinho está no centro da cultura do trote. Tivemos mais de um século para aprender a respeitar as diferenças como legítimo direito de cada um e ainda há entre nós quem insista em tratar o outro como peça e mercadoria.

MARTINS, José de Souza. Ritual de moagem. **O Estado de S. Paulo**, 7 mar. 2015. Disponível em: https://www.estadao.com.br/cultura/ritual-de-moagem/. Acesso em: 13 ago. 2024.

A lista de ofensas aos direitos humanos não termina com esses exemplos, que se espalham pelo planeta, e seria vã a tentativa de esgotá-la, mas serve para mostrar que as organizações que tratam dos direitos humanos não têm como tarefa "defender bandidos". Constatamos que intervenções a fim de assegurar a dignidade humana podem muito bem se estender para o território dos que se dizem "do bem" – os que não são socialmente marginalizados. Só que estes, tendo seus direitos garantidos com firmeza, contam sempre com o amparo da lei para defender-se.



MARIANI IDALIN/UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, JOÃO PESSOA

Plantio de mudas durante trote ecológico para recepcionar calouros da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa. Fotografia de 2021. Esse tipo de ato é uma alternativa à tradição de trotes violentos por muito tempo cultivada entre veteranos e calouros.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Educação para a não violência

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.



O primeiro dos textos a seguir trata da aprovação em 2024, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, de projeto de lei que exige de instituições de ensino técnico e superior a adoção de medidas de prevenção e de responsabilização diante de casos de trotes violentos. No segundo texto, publicado em 1967, o filósofo alemão Theodor Adorno reflete sobre a educação necessária para que as atrocidades do Holocausto não se repitam, dispondo de uma análise severa da brutalidade dos trotes.

Texto 1

O texto [do projeto de lei] determina que está vedada a realização de atividades de recepção de novos estudantes no início ou ao longo do ano letivo, os chamados "trotes", em instituições de educação técnica e superior, que envolvam coação, agressão, humilhação, discriminação por racismo, capacitismo, misoginia, ou qualquer outra forma de constrangimento que atente contra a integridade física, moral ou psicológica dos alunos.

Sendo assim, cabe às universidades e aos institutos: a adoção de medidas preventivas para coibir tais práticas dentro e fora de suas dependências; a aplicação e instauração de processo disciplinar contra alunos e funcionários que descumprirem a vedação; e a imposição de penalidades administrativas, o que pode incluir o desligamento da instituição.

Cabe ressaltar que, de acordo com o PL [projeto de lei] aprovado, a entidade que se omitir ou se mostrar negligente no cumprimento das competências previstas será punida administrativamente pelo respectivo sistema de ensino, na forma do regulamento, sem prejuízo de eventuais sanções penais e civis aplicáveis aos seus dirigentes por cumplicidade.

APROVADO projeto de lei que proíbe trotes violentos no estado de São Paulo. **Alesp**, 2 ago. 2024. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=480384. Acesso em: 15 ago. 2024.

Texto 2

A exigência de que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação. [...]

Como hoje em dia é extremamente limitada a possibilidade de mudar os pressupostos objetivos, isto é, sociais e políticos que geram tais acontecimentos, as tentativas de se contrapor à repetição de Auschwitz são impelidas necessariamente para o lado subjetivo. Com isto refiro-me sobretudo também à psicologia das pessoas que fazem coisas desse tipo. Não acredito que adianta muito apelar a valores eternos, acerca dos quais justamente os responsáveis por tais atos reagiriam com menosprezo; também não acredito que o esclarecimento acerca das qualidades positivas das minorias reprimidas seja de muita valia. É preciso buscar as raízes nos perseguidores e não nas vítimas, assassinadas sob os pretextos mais mesquinhos. Torna-se necessário o que a esse respeito uma vez denominei de inflexão em direção ao sujeito. É preciso reconhecer os mecanismos que tornam as pessoas capazes de cometer tais atos, é preciso revelar tais mecanismos a elas próprias, procurando impedir que se tornem novamente capazes de tais atos, na medida em que se desperta uma consciência geral acerca desses mecanismos. [...] A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão crítica. Contudo, na medida em que, conforme os ensinamentos da psicologia profunda, todo caráter, inclusive daqueles que mais tarde praticam crimes, forma-se na primeira infância, a educação que tem por objetivo evitar a repetição precisa se concentrar na primeira infância. [...]

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Facilmente os chamados compromissos convertem-se em passaporte moral – são assumidos com o objetivo de identificar-se como cidadão confiável – ou então produzem rancores raivosos psicologicamente contrários à sua destinação original. Eles significam uma heteronomia, um tornar-se dependente de mandamentos, de normas que não são assumidas pela razão própria do indivíduo. [...] Porém, justamente a disponibilidade em ficar do lado do poder, tomando exteriormente como norma curvar-se ao que é mais forte, constitui aquela índole de algozes que nunca mais deve ressurgir. Por isso a recomendação dos compromissos é tão fatal. As pessoas que os assumem mais ou menos livremente são colocadas numa espécie de permanente estado de exceção de comando. O único poder efetivo contra o princípio de Auschwitz seria autonomia, para usar a expressão kantiana; o poder para a reflexão, a autodeterminação, a não participação.

[...] Mas aquilo que gera Auschwitz, os tipos característicos ao mundo de Auschwitz, constituem presumivelmente algo de novo. Por um lado, eles representam a identificação cega com o coletivo. Por outro, são talhados para manipular massas, coletivos, tais como [os líderes nazistas] Himmler, Höss, Eichmann. Considero que o mais importante para enfrentar o perigo de que tudo se repita é contrapor-se ao poder cego de todos os coletivos, fortalecendo a resistência frente aos mesmos por meio do esclarecimento do problema da coletivização. Isso não é tão abstrato quanto possa parecer ao entusiasmo participativo, especialmente das pessoas jovens, de consciência progressista. O ponto de partida poderia estar no sofrimento que os coletivos infligem no começo a todos os indivíduos que se filiam a eles. Basta pensar nas primeiras experiências de cada um na escola. É preciso se opor àquele tipo de *folk-ways*, hábitos populares, ritos de iniciação de qualquer espécie, que infligem dor física – muitas vezes insuportável – a uma pessoa como preço do direito de ela se sentir um filiado, um membro do coletivo. A brutalidade de hábitos tais como os trotes de qualquer ordem, ou quaisquer outros costumes arraigados desse tipo, é precursora imediata da violência nazista. Não foi por acaso que os nazistas enalteceram e cultivaram tais barbaridades com o nome de "costumes". Eis aqui um campo muito atual para a ciência. Ela poderia inverter decididamente essa tendência da etnologia encampada com entusiasmo pelos nazistas, para refrear essa sobrevida simultaneamente brutal e fantasmagórica desses divertimentos populares.

ADORNO, Theodor. Educação após Auschwitz. *In*: ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 119-122, 125, 127-129.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. **É correto dizer que o texto 1 aborda o combate ao trote em geral? Explique sua resposta.**
2. **Explique qual foi, para Theodor Adorno, o comportamento social que concorreu para a deformação da personalidade dos algozes de Auschwitz.**
3. **De acordo com Adorno, o que é necessário para evitar o surgimento de novos Eichmanns?**
4. **Reúna-se com três colegas e discutam: apesar das diferenças de contextos sociais, o que há de comum entre os trotes tratados pelos dois textos? Elaborem um artigo de opinião analisando criticamente os trotes praticados em instituições de ensino técnico e superior. Para enriquecer o artigo, mencionem as reflexões de Theodor Adorno apresentadas no texto 2.**

Histórico da noção de direitos humanos

A defesa dos direitos humanos é relativamente recente, se considerarmos o século XVIII como marco das ideias iluministas que até hoje estão presentes em diversos projetos civilizatórios. Ao tratar de civilização, vale recordar as ideias de Francis Wolff, que contrapôs o esforço de garantia da diversidade humana à barbárie. Se necessário, leia o tópico "Quem é bárbaro?", do capítulo 11, "Teorias sobre a violência".

A seguir, acompanhe o percurso histórico do que concebemos por direitos humanos, iniciando pela investigação da noção de justiça.

A noção de justiça

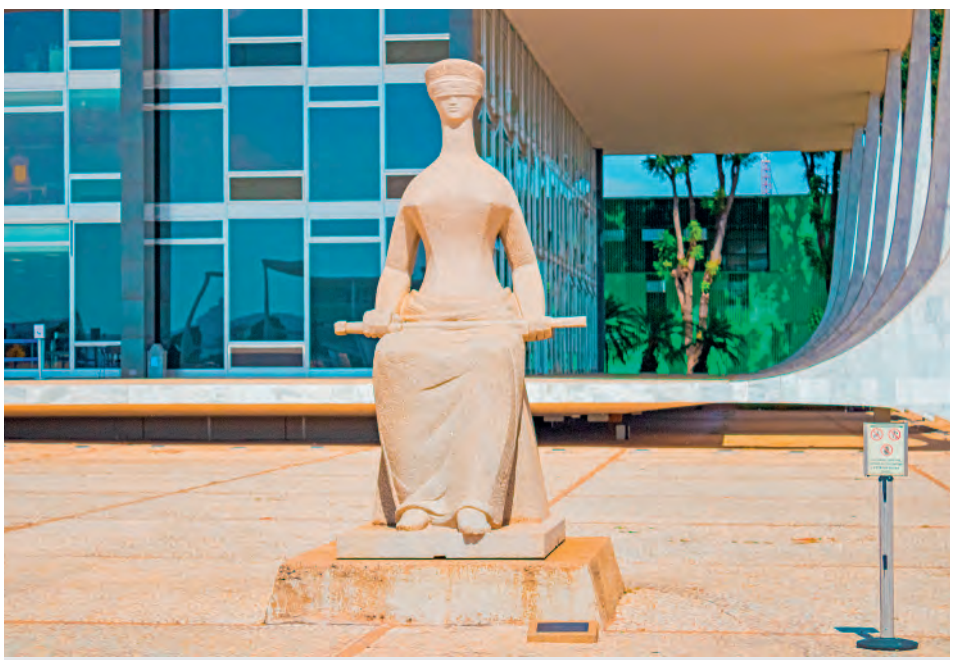
A discussão a respeito das relações humanas nos faz refletir sobre o significado de **justiça**. Entre seus diversos sentidos, a palavra pode ser compreendida como "o ato de dar a cada um o que é seu". Com base nessa afirmação, podemos chegar a conclusões diferentes do que hoje entendemos por justiça. Por exemplo, nos regimes aristocráticos, os nobres eram considerados superiores aos demais. Portanto, cabia-lhes, por justiça, uma quantidade maior de benefícios do que aos demais, que lá estavam para servi-los. A situação era ainda pior em sociedades escravagistas, nas quais a pessoa escravizada era reduzida à condição de "mercadoria" a ser comprada e vendida.

Para evitar distorções ao se aplicar a ideia de justiça, há situações em que é preciso recorrer à **equidade** (do latim *aequitas*, "igualdade"): ser justo é realizar a igual distribuição de benefícios e obrigações, para que todos recebam justamente o que lhes é devido. Assim André Comte-Sponville define a equidade:

> Virtude que permite aplicar a generalidade da lei à singularidade das situações concretas: é um "corretivo da lei", escreve Aristóteles (*Ética a Nicômaco*, v. 10), que permite salvar o espírito desta quando a letra não basta para tanto. É a justiça aplicada, justiça em situação, justiça viva, e a única verdadeiramente justa.
>
> COMTE-SPONVILLE, André. **Dicionário filosófico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 197.

Imagens em contexto

A escultura feita por Alfredo Ceschiatti traz elementos da representação tradicional da justiça, como a venda nos olhos, indicando a imparcialidade, e a espada, que representa o poder.



ALFREDO CESCHIATTI. FOTO: VITORDEMASI/SHUTTERSTOCK - PRAÇA DOS TRÊS PODERES, BRASÍLIA

A justiça, escultura de Alfredo Ceschiatti, 1961, posicionada em frente ao Supremo Tribunal Federal, em Brasília, no Distrito Federal. Fotografia de 2021.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

De acordo com a concepção aristotélica, portanto, a equidade tem a missão de corrigir a justiça legal, a fim de sanar as falhas que esta apresenta em razão de sua generalidade. As alegações universais ou gerais da lei escrita seriam insuficientes para abarcar devidamente os casos particulares. Mesmo que as leis fossem aperfeiçoadas ao longo do tempo, suas correções sucessivas não minimizariam a importância e a necessidade de um olhar particularista, daí a superioridade do critério da equidade em relação ao conceito universalista de justiça.

Pensando em exemplos atuais, as pessoas com deficiência – de locomoção, audição, visão, entre outras – têm direitos especiais: rampas de acesso para cadeirantes, permissão para pessoas com deficiência visual circularem com cães-guias em locais proibidos para animais etc. Do mesmo modo, os casos de tributação em que se aplica o imposto proporcional, de alíquota constante (igual porcentagem para todos), seriam injustos se comparados às tributações de aplicação progressiva, que taxam mais os mais ricos e menos os mais pobres.

A aplicação da justiça implica o cumprimento de obrigações. O motorista deve obedecer às regras de trânsito em respeito à própria segurança, à dos passageiros e à dos pedestres. Caso cometa uma contravenção, deve ser punido com multa ou, dependendo do caso, até com detenção e perda da autorização para dirigir.

Com esses exemplos, percebemos que o conceito de justiça não se restringe às relações éticas entre as pessoas, mas estabelece conexões no âmbito das instituições políticas.

OBJETO DIGITAL
Vídeo: O Estatuto da Pessoa com Deficiência

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS



Assentos para pessoas com deficiência visual acompanhadas de cão-guia na Arena do Futuro, na capital do Rio de Janeiro, durante Jogos Paralímpicos Rio 2016.

Imagens em contexto

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005:

> É assegurado à pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia o direito de ingressar e de permanecer com o animal em todos os meios de transporte e em estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privados de uso coletivo, desde que observadas as condições impostas por esta Lei.

BRASIL. **Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005.** Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11126.htm. Acesso em: 14 ago. 2024.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Pode-se afirmar que, para Immanuel Kant, há uma interação desejável entre os preceitos bíblicos e os preceitos legais? Explique sua resposta.
2. Você concorda quando Kant diz que o ser humano "se eleva acima de todos os outros seres do mundo que não são seres humanos e, no entanto, podem ser usados e, assim, sobre todas as coisas"? Elabore um parágrafo posicionando-se em relação a essa passagem.

Kant: a dignidade humana

Na Idade Média, influenciados pelo cristianismo, os juristas entendiam que a verdadeira justiça não era a humana, mas a divina. Portanto, os textos legais deviam harmonizar-se com as Sagradas Escrituras, optando-se sempre pela solução mais justa de acordo com a religião cristã. Ocorre que as ideias de direito, poder e justiça passaram por mudanças na modernidade.

Desde o século XVI, iniciou-se o processo de **dessacralização** das esferas do saber (arte, ciência, filosofia, política e direito), que se desvinculavam dos dogmas religiosos. Esse movimento se fortaleceu no século XVIII com o Iluminismo, que valorizava a liberdade da razão para ser exercida e se expressar sem as ingerências impostas pela religião.

Vale lembrar que, durante o século XVII e parte do XVIII, a burguesia, que havia ascendido economicamente, não desfrutava dos mesmos privilégios políticos e sociais da nobreza e do clero e lutava contra as pressões de regimes absolutistas. Isso ocorria, por exemplo, na França, na Espanha e em Portugal. Como esperado, o Iluminismo também confrontou o poder absoluto imposto pelos reis. Uma discussão mais aprofundada sobre esse tema pode ser encontrada no capítulo 8, "Revoluções, nacionalismo e teorias sociais", do volume de história.

A noção de autonomia encontrou sua expressão mais evidente no pensamento de Immanuel Kant, expoente do Iluminismo alemão (século XVIII), que defendeu o conceito de dignidade humana. No trecho a seguir, o filósofo explica esse conceito fundamental que deve balizar a conduta do indivíduo autônomo nas relações sociais.

> Todo ser humano tem um direito legítimo ao respeito de seus semelhantes e está, por sua vez, obrigado a respeitar todos os demais. A humanidade ela mesma é uma dignidade, pois um ser humano não pode ser usado meramente como um meio por qualquer ser humano (quer por outros, quer, inclusive, por si mesmo), mas deve sempre ser usado ao mesmo tempo como um fim. É precisamente nisso que sua dignidade (personalidade) consiste, pelo que ele se eleva acima de todos os outros seres do mundo que não são seres humanos e, no entanto, podem ser usados e, assim, sobre todas as coisas. Mas exatamente porque ele não pode ceder a si mesmo por preço algum (o que entraria em conflito com seu dever de autoestima), tampouco pode agir em oposição à igualmente necessária autoestima dos outros, como seres humanos, isto é, ele se encontra na obrigação de reconhecer, de um modo prático, a dignidade da humanidade em todo outro ser humano. Por conseguinte, cabe-lhe um dever relativo ao respeito que deve ser demonstrado a todo outro ser humano.
>
> KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. Bauru: Edipro, 2003. p. 306-307.



TIAGO SANT'ANA. FOTO: MARCIO LIMA - ACERVO DO ARTISTA

Alegoria à retomada (Ivã com cetro sankofa), pintura de Tiago Sant'Ana, 2023.

Imagens em contexto

Nessa pintura de Tiago Sant'Ana, um imponente homem negro empunha um cetro com a representação de sankofa – pássaro da cultura akan com a cabeça voltada para a cauda, o que indica a ideia de resgate. Sugere-se, na obra, a retomada da memória ancestral, a reconquista da dignidade dos povos negros escravizados promovida por seus descendentes.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Desse modo, Kant concebia a importância da responsabilidade individual de preservar a dignidade do outro ser humano. Mas o filósofo não se restringiu à esfera individual, ele estendeu essa responsabilidade para a relação entre as nações.

Em seu opúsculo *A paz perpétua: um projeto para hoje*, observou que toda constituição jurídica é estabelecida conforme o **direito público** dos homens (no que diz respeito a um povo) e conforme o **direito internacional** dos Estados (nas relações estabelecidas entre estes). O direito tem por premissa, portanto, garantir a inviolabilidade da dignidade humana seja nas relações entre os membros de um mesmo Estado, seja nas relações entre diferentes Estados. Kant ressaltou que a dignidade, no âmbito jurídico, não é só um direito, mas também uma obrigação, um dever que impõe o respeito ao outro.

Em consonância com essas ideias, o filósofo abordou, na mesma obra, a hospitalidade que se deve ao estrangeiro:

> Fala-se aqui [...], não de filantropia, porém de direito e hospitalidade, significa aqui o direito de um estrangeiro, à sua chegada no território de outro, de não ser tratado com hostilidade [...]. Não há nenhum direito de hóspede com base no qual se possa fazer essa exigência (para isso requerer-se-ia um contrato particularmente benfazejo para torná-lo uma pessoa da casa), porém um direito de visita, o direito que cabe a todo homem de se propor à sociedade, em virtude do direito da propriedade comum da superfície da Terra, sobre a qual, enquanto superfície do globo, eles não podem se espalhar ao infinito, mas precisam por fim suportar um ao outro, pois originariamente ninguém tem o direito mais do que o outro de estar em um determinado lugar da Terra.
>
> KANT, Immanuel. *In*: GUINSBURG, Jacob (org.). **A paz perpétua**: um projeto para hoje. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 50-51. (Coleção Elos).

O direito de um estrangeiro não ser tratado com hostilidade e o correspondente dever de hospitalidade derivam, assim, do princípio de inviolabilidade da dignidade humana. Essas reflexões de Kant demonstram para nós muita atualidade, diante das crescentes ondas migratórias no mundo hoje.



CORTESIA DO AI WEIWEI STUDIO. FOTO: LIBOR SOJKA/AP/IMAGEPLUS

Lei da jornada, instalação de Ai Weiwei, 2017.

Imagens em contexto

A instalação de Ai Weiwei representa um barco com 258 refugiados atravessando o Mar Mediterrâneo para chegar à Europa. O conceito kantiano de hospitalidade pode ser retomado para analisar a situação dos refugiados hoje em dia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

TRABALHO COM FONTES

Pensar com autonomia

No texto a seguir, Immanuel Kant aborda o Esclarecimento, termo que remete ao Iluminismo, período em que ele foi um dos expoentes. No texto, Kant defende o poder da razão de tirar o indivíduo da heteronomia – quando se guia pela orientação alheia –, a fim de alcançar a autonomia, marca de quem usa o próprio entendimento.

O *Esclarecimento* é a *saída do homem da condição de menoridade autoimposta. Menoridade* é a incapacidade de servir-se de seu entendimento sem a orientação de um outro. Essa menoridade é autoimposta quando a sua causa reside na carência não de entendimento, mas de decisão e coragem em fazer uso de seu próprio entendimento sem a orientação alheia. ***Sapere aude***! Tem coragem em servir-te de teu próprio entendimento! Este é o mote do Esclarecimento.

Preguiça e covardia são as causas que explicam por que uma grande parte dos seres humanos, mesmo muito após a natureza tê-los declarado livres da orientação alheia [...], ainda permanecem, com gosto e por toda a vida, na condição de menoridade. As mesmas causas explicam por que parece tão fácil outros afirmarem-se como seus tutores. É tão confortável ser menor! Tenho à disposição um livro que entende por mim, um pastor que tem consciência por mim, um médico que me prescreve uma dieta etc. [...]. Não me é necessário pensar, quando posso pagar; outros assumirão a tarefa espinhosa por mim; a maioria da humanidade [...] vê como muito perigoso, além de bastante difícil, o passo a ser dado rumo à maioridade, uma vez que tutores já tomaram para si de bom grado a sua supervisão. Após terem previamente embrutecido e cuidadosamente protegido seu gado, para que estas pacatas criaturas não ousem dar qualquer passo fora dos trilhos nos quais devem andar, tutores lhes mostram o perigo que as ameaça caso queiram andar por conta própria. Tal perigo, porém, não é assim tão grande, pois, após algumas quedas, aprenderiam finalmente a andar; basta, entretanto, o exemplo de um tombo para intimidá-las e aterrorizá-las por completo para que não façam novas tentativas.

É, porém, difícil para um indivíduo livrar-se de uma menoridade quase tornada natural. Ele até já criou afeição por ela, e, por suas próprias mãos, é efetivamente incapaz de servir-se do próprio entendimento porque nunca lhe foi dada a chance de tentar. Princípios e fórmulas, estas ferramentas mecânicas de uso racional, ou, antes, de abuso de seus dotes naturais, são os grilhões de uma menoridade permanente. Mesmo aquele que os arrebente não arriscaria mais que um salto sobre o menor dos fossos, pois não está acostumado a semelhante liberdade de movimentação. [...]

Contudo, é possível que um público se esclareça a respeito de si mesmo. Na verdade, quando lhe é dada a liberdade, é algo quase inevitável. Pois aí encontrar-se-ão alguns capazes de pensar por si, até mesmo entre os tutores instituídos para a grande massa, que, após se libertarem do jugo da menoridade, espalharão em torno de si o espírito de uma apreciação racional do próprio valor e da tarefa de cada ser humano, que consiste em pensar por si mesmo. [...]

Para o Esclarecimento, porém, nada é exigido além da *liberdade;* e mais especificamente a liberdade menos danosa de todas, a saber: utilizar *publicamente* sua razão em todas as dimensões. [...]

KANT, Immanuel. Que é Esclarecimento? *In*: MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de ética**: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 95-99.

***Sapere aude*:** expressão latina que significa "ouse saber".

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. Explique o mote do Esclarecimento: "Tem coragem em servir-te de teu próprio entendimento!".
2. Segundo o texto, por que a passagem da menoridade para a maioridade é considerada difícil e perigosa?
3. Em sua opinião, quem são os tutores que, atualmente, impedem a humanidade de pensar com autonomia? Argumente de maneira consistente.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Iluminismo e direitos do homem e do cidadão

Data também do século XVIII a obra *Dos delitos e das penas*, em que o jurista italiano Cesare Beccaria defendeu a aplicação ao direito de ideais iluministas, como a autonomia da razão. O autor se opôs a penas infamantes e cruéis muito comuns na história humana, além de práticas como as torturas e os julgamentos secretos. Declarou-se também contra a pena de morte e a vingança. Aclamado pelos filósofos iluministas franceses quando esteve em Paris, ao retornar à sua terra, Milão, sofreu a acusação de heresia e, por isso, foi perseguido. É significativo refletir sobre o tempo que as ideias demoram para frutificar em razão da intolerância e de preconceitos arraigados.

Pensadores do século XVIII, sobretudo liberais e iluministas, entendiam que os seres humanos desfrutavam de direitos naturais, universais e absolutos. Esse teor é evidente na Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776) e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), da França revolucionária, que trouxe em seu artigo 1º: "Os homens nascem livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum". De acordo com o documento, ninguém mais poderia ser submetido à servidão, à escravidão nem a penas cruéis, além de ter assegurada a liberdade de locomoção, de pensamento e de agremiação, nos limites estabelecidos pela lei.

Em pleno momento da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a escritora autodidata francesa Olympe de Gouges redigiu, em 1791, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, na qual criticou o patriarcado da época e conclamou as mulheres para resistirem à opressão e se rebelarem. Muito combativa, entusiasmara-se com os ideais da Revolução Francesa, mas, com o tempo, passou a denunciar a violência e a pena de morte impostas aos opositores, além do fato de o ideal de igualdade defendido pelos revolucionários não ter se estendido efetivamente às mulheres. Morreu guilhotinada em 1793, para servir como advertência a todas as mulheres, que deveriam sustentar a posição restrita ao lar, sem adentrar a vida pública.

Em sua declaração, Olympe de Gouges escreveu:

> Art. 1º A mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos. As distinções sociais só podem ser fundadas sobre o proveito comum. [...]
>
> Art. 6º A lei deve ser a expressão da vontade geral. Todas as cidadãs e todos os cidadãos devem contribuir, de maneira pessoal ou através de seus representantes, para sua elaboração. Ela deve ser a mesma para todos: todas as cidadãs e todos os cidadãos, sendo iguais a seus olhos, devem ter igualmente acesso a todas as honrarias, cargos e empregos públicos, segundo suas capacidades, e sem outras distinções além de suas virtudes e seus talentos.

GOUGES, Olympe de. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. *In*: ROVERE, Maxime. **Arqueofeminismo**: mulheres filósofas e filósofos feministas (séculos XVII-XVIII). São Paulo: n-1 edições, 2019. p. 257-259.

As declarações mencionadas e numerosos outros discursos e documentos marcaram a ascensão definitiva da burguesia. Essas ideias se fizeram sentir no Brasil em várias tentativas locais de independência e ainda ecoam nos textos jurídicos de muitos Estados.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Compare o artigo 1º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão ao artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, apresentado na abertura deste capítulo. Quais as similaridades e diferenças entre eles?
2. Como a noção de igualdade se manifesta no artigo 6º da Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã?



Olympe de Gouges, desenho de Alexander Kucharsky, século XVIII.

ALEXANDER KUCHARSKY. FOTO: INCAMERASTOCK/ALAMY/FOTOARENA - COLEÇÃO PARTICULAR

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Agrilhoado: acorrentado, preso, escravizado.

Críticas contemporâneas aos iluministas

Os iluministas ficaram conhecidos na história pela defesa incansável da liberdade. Assim, o suíço Jean-Jacques Rousseau é conhecido pela máxima "o homem nasceu livre e por toda parte está **agrilhoado**", com que iniciou a obra *Do contrato social*. Outro iluminista, o francês Denis Diderot, referia-se aos revolucionários responsáveis pela independência dos Estados Unidos (1776) como cidadãos que haviam rompido suas correntes e recusado a escravidão. Para boa parte desses pensadores do século XVIII, como afirma a filósofa estadunidense Susan Buck-Morss na obra *Hegel e o Haiti*, publicada no ano 2000, a escravidão era uma metáfora de uso político, indicando tudo o que havia de mau nas relações de poder. As pessoas escravizadas seriam vítimas de regimes tirânicos que usurparam a liberdade dos cidadãos, valor político considerado supremo e universal pelos iluministas.

OBJETO DIGITAL
Mapa clicável: Africanos escravizados

Sobre Rousseau, lido e apropriado pelos revolucionários franceses, Buck-Morss comenta que o filósofo suíço, apesar de considerar que nenhuma condição humana lhe parecia mais ofensiva do que a escravidão, não condenou de modo veemente a comercialização de africanos escravizados pelos europeus.

Segundo Buck-Morss, Rousseau não destinou nenhuma palavra contra o *Code Noir*, código legislativo francês aplicado aos escravizados nas colônias, promulgado em 1685 e abolido somente em 1848, que, além de legalizar a escravidão, prescrevia ao colonizador uma série de condutas, incluindo marcação a ferro, mutilação e tortura. Para a autora, tudo indica que, ao tratar da liberdade como valor universal, Rousseau contraditoriamente se referia a todos os seres humanos, mas desconsiderava os africanos, os quais eram escravizados de maneira literal, e não metafórica.

Como sugere Buck-Morss, Rousseau certamente conhecia relatos de viajantes da época sobre as atrocidades da escravidão praticadas pelos europeus. E mesmo que desconhecesse tais relatos, havia africanos escravizados domesticamente na França e em outros países da Europa. Diante das evidências, a teoria de Rousseau a respeito do valor supremo da liberdade entrava em choque com a realidade que o circundava. De acordo com a autora, não fazia sentido Rousseau denunciar a morte por tristeza de groenlandeses colonizados e enviados à Dinamarca e, ao mesmo tempo, ignorar a situação dos africanos transportados na condição de objetos em direção ao continente americano.



FRANS HALS. FOTO: ALBUM/FOTOARENA - MUSEU NACIONAL THYSSEN-BORNEMISZA, MADRI

Grupo familiar em uma paisagem, pintura de Frans Hals, 1645-1648.

Imagens em contexto

Nessa tela de Frans Hals, é retratada uma família holandesa no século XVII acompanhada de uma criança africana escravizada em contexto doméstico, revelando que, na modernidade, a adoção de mão de obra escravizada não era uma prática restrita ao continente americano.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Limites da universalização dos ideais iluministas

Para explicar essas contradições, Buck-Morss mostra que os defensores de revoluções políticas acabavam tropeçando no fator econômico da escravidão. Na França da época de Rousseau, por exemplo, mais de 20% da burguesia dependia de atividades comerciais atreladas à exploração de mão de obra escravizada. Havia, então, na Europa, forte dependência da economia escravista.

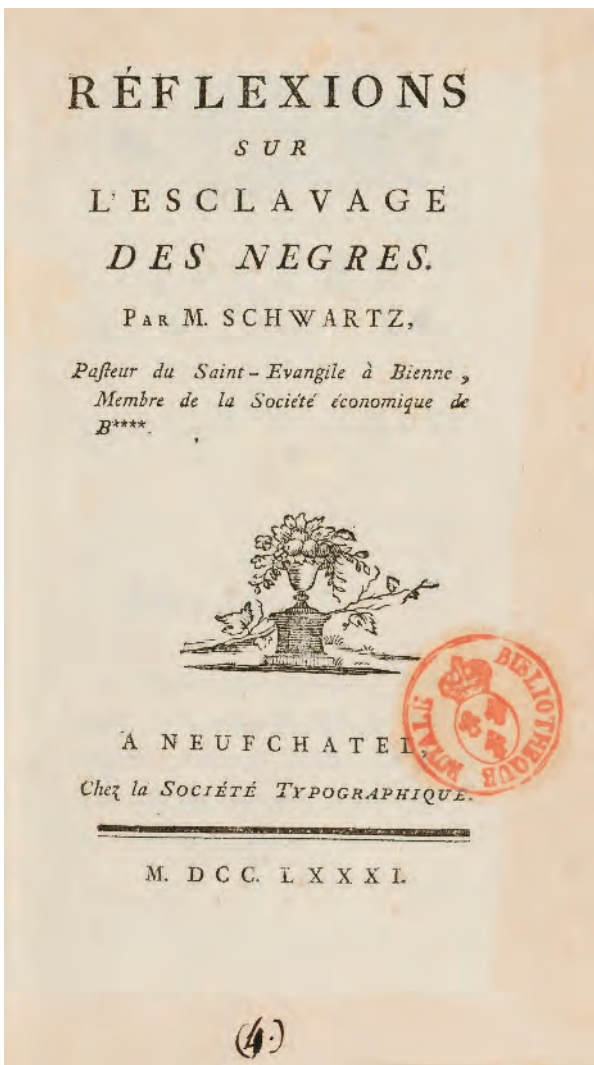
Entretanto, nem todos os pensadores foram omissos. Existiam aqueles que, no século XVIII, denunciavam a escravidão e colocavam na base do conceito de liberdade a noção de igualdade racial. O abade Raynal, por exemplo, redigiu escritos anticolonialistas que prenunciavam o surgimento de um líder negro para vingar todas as violações contra os direitos naturais cometidas no continente americano. Além dele, existia a associação francesa conhecida como Amigos dos Negros, fundada em 1788. Essa associação era composta de escritores influentes como o marquês de Condorcet, Jacques-Pierre Brissot e o conde de Mirabeau, que deploravam a condição dos escravizados nas colônias. Tais exemplos, no entanto, segundo Buck-Morss, consistiram em exceções.

Seguindo a perspectiva da filósofa estadunidense, podemos notar que os ideais de liberdade e de igualdade dos iluministas, que defendiam os direitos do homem e do cidadão, esbarraram em limites étnicos. Essa constatação revela que a universalização dos ideais iluministas foi, para muitos povos, uma falácia.



CHRISTOPHEL FINE ART/UNIVERSAL IMAGES GROUP/GETTY IMAGES - PALÁCIO DE VERSALHES, VERSALHES

Retrato do final do século XVIII representando o marquês de Condorcet, um dos poucos entre os iluministas que elaborou uma crítica contundente à escravidão.



Frontispício do panfleto *Reflexões sobre a escravidão dos negros*, escrito por Condorcet para condenar a escravidão, 1781.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
REPRODUÇÃO/SOCIEDADE TIPOGRÁFICA DE NEUCHÂTEL

Códigos e direitos sociais

Na passagem do século XVIII para o XIX, instalou-se uma nova fase política e jurídica, quando diversos países, sob a influência do pensamento iluminista, promulgaram sua Constituição. Foi nesse período que os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – conquistaram autonomia, substituindo a antiga ordem, em que o rei detinha um controle exclusivo.

Todo cidadão, mesmo sem título de nobreza, podia reivindicar participação em um dos três poderes, com a ressalva de que aquele que integrasse um deles ficaria impedido de participar dos outros dois. Desse modo, concretizava-se a proposta de **divisão dos poderes** concebida por Montesquieu na primeira metade do século XVIII. Constituía-se, então, a liberdade política garantida por lei.

Alguns países promulgaram também códigos de direito, que hierarquicamente estavam submetidos à Constituição ou Carta Magna. Na França, o Código Civil de 1804, também conhecido como Código de Napoleão, entrou para a história como um dos primeiros da era contemporânea, representando uma novidade jurídica significativa. Antes desse código, ao avaliar um caso, os juízes invocavam costumes e valores morais da época, dispositivos legais de códigos antigos e obsoletos, como o Código de Justiniano (do século VI), e o que entendiam como normas de **direito natural**.

Com esse procedimento, o direito vigente era confuso, uma vez que o juiz não tinha elementos que fundamentassem sua decisão. Com a promulgação do Código de Napoleão, o juiz deveria julgar sempre com base na lei registrada em documento.

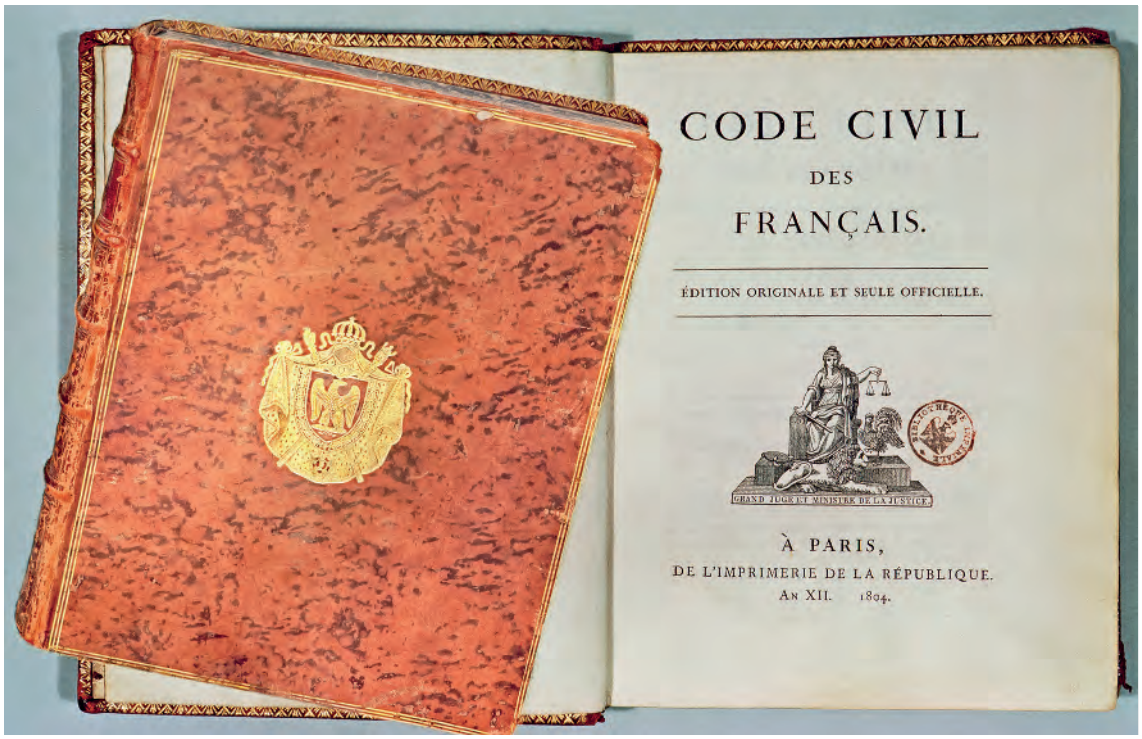
Positivismo jurídico

Com o advento de constituições e códigos, o jurista assumiu novos desafios, porque a noção de direito natural tornou-se estranha ao mundo jurídico e ilegítima como fundamento de decisão. Esboçava-se, assim, a substituição do direito natural pelo **direito positivo**, dando origem à teoria do **positivismo jurídico**.

No século XX, o filósofo e jurista Hans Kelsen propôs a forma mais elaborada do positivismo jurídico, ao sustentar a ideia de que a norma pode ser válida – por estar baseada na lei – mesmo se for injusta. Ele justifica sua posição afirmando que a justiça é um valor relativo: por mudar de acordo com o tempo e o espaço, não pode ser usada como critério adequado para uma decisão. Com Kelsen configurou-se a ciência do direito, a garantia de um direito universalmente válido, independente de reflexões axiológicas, ou seja, baseadas em valores.

Direito natural: concepção de direito defendida por autores como Hugo Grócio (século XVII). De acordo com essa concepção, a justiça deriva da natureza. O direito natural, portanto, é eterno e imutável, válido em qualquer lugar e em todos os tempos, além de ser anterior e eticamente superior ao direito positivo e de seguir uma longa tradição oral.

Direito positivo: a lei ou legislação instituída, que se opõe à lei do direito natural. O termo "positivo" refere-se ao que é existente de fato, estabelecido.



BRIDGEMAN/FOTOARENA - BIBLIOTECA NACIONAL, PARIS

Capa e frontispício do Código Civil dos Franceses de 1804.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

No século XX, a humanidade sofreu os horrores de duas guerras mundiais, e a Alemanha foi palco da extrema barbárie do governo totalitário nazista contra milhões de seres humanos, confinados e executados em campos de extermínio.

Logo após essas atrocidades, em 1948, na recém-criada Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, os Estados-membros assinaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse documento representou um marco na luta pelo respeito à dignidade humana, preconizando a igualdade de direitos, que deveriam ser inalienáveis.

Embora as decisões da Organização das Nações Unidas supostamente não tenham a mesma força que as normas jurídicas instituídas internamente em cada país, as nações participantes da Assembleia firmaram consenso e inspiraram outros tratados de direitos humanos. Qual foi a novidade? Expressar, pela primeira vez, a proteção desses direitos em documento de alcance internacional. Em 1988, por exemplo, a Constituição Brasileira determinou a possibilidade de equivalência de tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos a emendas constitucionais. Essas convenções internacionais adquiriram, portanto, a força de normas jurídicas instituídas internamente.

Desde 1948, a proteção dos direitos humanos deixou de ser matéria de exclusivo interesse interno de um Estado, tornando-se tema relevante para grande parte da comunidade internacional. Aprendemos com o século XX que o Estado, por meio de governos autoritários, pode converter-se no principal violador dos direitos de seus cidadãos.

Desenvolveu-se, então, um sistema jurídico internacional de proteção dos direitos humanos em que os Estados deficientes ou omissos em seu dever de proteger esses direitos passaram a ser juridicamente responsabilizados por suas ações. Sabemos muito bem que acordos e leis não alteram costumes (nem preconceitos) em um passe de mágica, mas é inegável que provocam mudanças, ainda que de forma lenta.



STR/JIJI PRESS/AFP/GETTY IMAGES

Lanternas no Rio Motoyasu, em Hiroshima, no Japão, em cerimônia em memória às vítimas da bomba atômica lançada pelos Estados Unidos na cidade no final da Segunda Guerra Mundial. Fotografia de 2024. A Declaração dos Direitos Humanos foi um dos esforços internacionais para que os horrores da guerra não se repetissem.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. O que significa dizer que os direitos humanos são inalienáveis?
2. Em sua opinião, qual a importância de organismos internacionais e de documentos de alcance internacional para a garantia dos direitos humanos?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Serviços jurídicos, investigação e perícia judicial e direito

Os números de profissionais do Poder Judiciário e de advogados no Brasil foram extraídos de: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em números 2023**. Brasília, DF: CNJ, 2023; ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *Quadro da advocacia*. Disponível em: https://www.oab.org.br/institucionalconselhofederal/quadroadvogados. Acesso em: 12 ago. 2024.

A Constituição Federal de 1988 determina que o Estado deve garantir aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Contudo, em um país como o nosso, marcado pelas desigualdades sociais e por diversas formas de discriminação (racismo, misoginia, capacitismo, etarismo, transfobia, homofobia etc.), essa garantia depende da fiscalização rigorosa do cumprimento da lei e da ação firme de profissionais da justiça.

No Brasil, a estrutura estatal que assegura o funcionamento do Poder Judiciário é grande e oferece muitas oportunidades de emprego em diferentes níveis de formação. Os profissionais, direta ou indiretamente ligados ao sistema jurídico, podem trabalhar com serviços de perícia judicial e de atendimento ao consumidor, bem como em escritórios de advocacia, cartórios e empresas de perícia grafotécnica e documentoscopia, as quais avaliam a autenticidade de documentos e analisam as características gráficas de uma escrita para identificar o autor dela. Verifique a seguir carreiras possíveis desse vasto campo.

- **Curso técnico em serviços jurídicos**. O técnico em serviços jurídicos pode executar atividades administrativas de planejamento, organização, direção e controle em escritórios de advocacia e no departamento jurídico de empresas. Ele pode também prestar suporte e apoio técnico-administrativo, além de acompanhar, gerenciar e arquivar documentos e processos de natureza jurídica.
- **Curso superior de investigação e perícia judicial**. Com essa formação superior técnica, o profissional está habilitado para desenvolver e implementar políticas de prevenção a fraudes de cunho documental e virtual; investigar e identificar crimes de diversas naturezas; isolar e preservar o local onde um crime tenha ocorrido; periciar computadores; identificar armas de fogo e munições; elaborar retrato falado; identificar fraudes no setor empresarial privado e proceder às necessárias correções e às medidas preventivas.
- **Curso superior de direito**. O curso de direito qualifica o profissional para representar seus clientes, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, diante dos tribunais, elaborando o documento de acusação ou defesa, entrevistando as testemunhas e acompanhando os trâmites do processo. Os advogados também instruem seus clientes sobre a legislação. Além disso, responsabilizam-se pela elaboração de contratos, petições e acordos legais, garantindo a segurança jurídica nas negociações entre duas ou mais partes. Os advogados podem, por fim, participar de concursos para ocupar cargos no Poder Judiciário, atuando como promotores, juízes, delegados, defensores públicos etc. É importante registrar que para atuar como advogado, além da graduação, o profissional formado em direito precisa ser aprovado no exame da Ordem dos Advogados do Brasil.

LUCA PEÇANHA/FOTOARENA



Lívia Sant'Anna Vaz, promotora de justiça do Ministério Público da Bahia. Fotografia de 2024. Lívia Sant'Anna Vaz tem se destacado por atuar no combate ao feminicídio e na defesa da igualdade racial e dos direitos humanos.

De acordo com o relatório *Justiça em números 2023*, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça, a força de trabalho do Poder Judiciário brasileiro somava, em 2022, 435.583 profissionais, sendo 18.035 magistrados, 266.338 servidores (incluindo técnicos) e os demais são terceirizados, estagiários, voluntários etc. Em 2024, segundo a Ordem dos Advogados do Brasil, o país contava com cerca 1,46 milhão de advogados em exercício – o maior número de advogados por habitantes no mundo, o que tem como efeito a existência de grande variação salarial nas carreiras da área.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Três gerações de direitos humanos

Os relatos feitos até aqui compõem a descrição das gerações (ou dimensões) dos direitos humanos.

A **primeira geração dos direitos humanos** ocorreu na época da Revolução Francesa, com as ideias de liberdade e autonomia individuais, gestadas desde o século XVII. No século seguinte, as ideias iluministas ampliaram as reivindicações com base na autonomia do sujeito e na garantia de sua dignidade.

A **segunda geração dos direitos humanos** teve início no século XIX, período em que fervilhavam ideias anarquistas, comunistas e socialistas na Europa. Os defensores dessas ideias criticavam os ideais liberais e denunciavam como enganosa a afirmação de que o povo teria participação na política. Para os revolucionários, a suposta liberdade burguesa só era possível à custa da miséria da classe operária, muitas vezes submetida a condições cruéis e desumanas de trabalho e sem acesso a nenhum dos três poderes. Contra a liberdade burguesa, reivindicavam a igualdade material e social de todos os indivíduos.

A questão que ganhava força era, portanto, o confronto entre liberdade e igualdade. As lutas que adentraram o século XX – e repercutiram na elaboração de novas Constituições e leis comuns – trouxeram novidades, como a obrigação do Estado de assegurar a todo e qualquer cidadão direitos econômicos e sociais – como o acesso gratuito e de qualidade à educação e à saúde –, além de fomentar o desenvolvimento cultural e artístico. Vários direitos sociais foram incorporados aos documentos: limitação da jornada de trabalho, garantias contra o desemprego, proteção da maternidade, estabelecimento de idade mínima para trabalhos industriais e noturnos etc.

A ampliação do conceito de cidadania considerou o direito de participação ativa no exercício dos poderes estatais (Legislativo, Executivo e Judiciário) e a liberdade de usufruir de uma série de direitos, como liberdade de pensamento, expressão, culto religioso, associação e iniciativa comercial, que deveriam ser respeitados pelo Estado.

A **terceira geração dos direitos humanos** iniciou-se no século XX, com ênfase nos direitos coletivos. Assim explica a socióloga Maria Victoria de Mesquita Benevides Soares:

> Referem-se esses [direitos coletivos] à defesa ecológica, à paz, ao desenvolvimento, à autodeterminação dos povos, à partilha do patrimônio científico, cultural e tecnológico. Direitos sem fronteiras, ditos de "solidariedade planetária". Assim sendo, testes nucleares, devastação florestal, poluição industrial e contaminação de fontes de água potável, além do controle exclusivo sobre patentes de remédios e das ameaças das nações ricas aos povos que se movimentam em fluxos migratórios (por motivos políticos ou econômicos), por exemplo, independentemente de onde ocorram, constituem ameaças aos direitos atuais e das gerações futuras.

SOARES, Maria Victoria de Mesquita Benevides. Cidadania e direitos humanos. *In*: CARVALHO, José Sérgio (org.). **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 61.



SEAN GALLUP/GETTY IMAGES

Ativista durante Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2023, em Dubai, nos Emirados Árabes. A defesa do meio ambiente faz parte da luta por direitos humanos de terceira geração.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Características dos direitos humanos

Desde 1948, a ordem internacional então criada apresentou a necessidade de traçar características definidoras dos chamados direitos humanos, que, como se costuma dizer, "pertencem a todas e todos e a cada um de nós igualmente". Algumas dessas características referem-se à universalização, à indivisibilidade, à interdependência e à participação, como você vai estudar a seguir.

Universalização

Os direitos humanos não são universais, pois não são eternos, imutáveis, cósmicos nem religiosos, como se pensavam os direitos naturais. Eles são, de fato, valores históricos, por se tratar de invenções humanas em constante processo de construção e reconstrução. No entanto, esses direitos são universalizáveis em determinada época, ou seja, após debate e consenso, podem se aplicar a toda a humanidade. Resultam, assim, de convenção de países que integram a Organização das Nações Unidas em determinado período, o que significa que podem ser alterados após novas discussões.

Indivisibilidade

Os direitos humanos são indivisíveis. Em outras palavras, os direitos civis e políticos, próprios do discurso liberal da cidadania, devem ser conjugados aos direitos econômicos, sociais e culturais, que defendem a igualdade.

Atualmente, reivindicam-se também os direitos à paz, à preservação do ambiente e do patrimônio da humanidade, entre outros. Como você estudou, são direitos de terceira geração que não pertencem a este ou àquele indivíduo, mas ao gênero humano. Cada um desses direitos não se supera nem se exclui; por serem indivisíveis, acumulam-se e são fortalecidos. Não existe, portanto, hierarquia entre eles, como se houvesse um direito "menor".

Sugestão

Direitos humanos e cidadania

Dalmo de Abreu Dallari. São Paulo: Moderna, 2004.

Nessa obra introdutória, o jurista Dalmo de Abreu Dallari apresenta o conceito de direitos humanos e explica de que modo eles se aplicam a pessoas de diferentes culturas em uma ordem democrática. Em seu percurso de investigação, o autor aborda a noção de cidadania na Grécia antiga, na Revolução Francesa e no Brasil atual. Por fim, Dallari analisa alguns direitos essenciais (à vida, à igualdade de oportunidades, à moradia, à terra, ao trabalho em condições justas, à educação, à saúde etc.).



MICHAEL DANTAS/AFP/GETTY IMAGES

Vista aérea de área queimada em Autazes, no estado do Amazonas. Fotografia de 2023. A preservação ambiental é hoje considerada indissociável da preservação de direitos sociais e culturais, muitas vezes atrelados a povos tradicionais que vivem nessas áreas.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Qual a diferença entre dizer que os direitos humanos são universais e dizer que eles são universalizáveis?
2. Os direitos humanos integram os chamados direitos positivos ou os direitos naturais? Explique sua resposta.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Interdependência

Os direitos humanos são interdependentes; ou seja, a realização de um direito muitas vezes requer a realização de outro. Por exemplo, a realização do direito à educação pode depender da realização do direito à informação.

Participação

O *status* do indivíduo modificou-se na nova ordem internacional. Os Estados assumiram a obrigação de garantir o respeito aos direitos humanos dentro de seu território. Porém, se falharem nessa tarefa, o indivíduo que tiver seus direitos violados poderá recorrer a organismos internacionais para se defender do Estado em que nasceu.

O acesso a tais organismos, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, é ainda tímido e deficiente, mas é possível constatar avanços. Em 2012, o Estado brasileiro cumpriu a decisão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos de desvendar os crimes contra a humanidade praticados durante a ditadura no país, instalando a Comissão Nacional da Verdade. A comissão ouviu testemunhas e vítimas e convocou agentes da repressão para prestar depoimentos. Em seu relatório, finalizado em dezembro de 2014, concluiu que, durante o período analisado, foram identificados 434 casos de mortes e desaparecimentos perpetrados pelo Estado.

A democratização da política interna dos países não apenas facilita, como possibilita e estimula a participação da sociedade civil no palco da política internacional. Uma das finalidades desse engajamento é, sem dúvida, o aperfeiçoamento de mecanismos de proteção internacional dos direitos humanos.



© KOBRA, EDUARDO/AUTVIS, BRASIL, 2024
FOTO: RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS. LOCALIZAÇÃO: BOULEVARD ORLA PREFEITO LUIZ PAULO CONDE, RIO DE JANEIRO

Todos somos um, grafite de Kobra na capital do Rio de Janeiro. Fotografia de 2017.

Imagens em contexto

Nesse grafite, Kobra representou cinco etnias, cada uma de um continente. Na fotografia, estão figuradas, da esquerda para a direita, as etnias mursi (África), kayin (Ásia), Tapajó (América), supi (Europa) e huli (Oceania). Esse mural reflete a universalização presente nos direitos humanos, ao mesmo tempo que destaca particularidades de cada povo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Retomando a polêmica

Diante da variedade de ofensas aos direitos humanos abordadas no tópico "Ofensas aos direitos humanos no cotidiano", tornou-se evidente o erro da acusação de que os ativistas em prol dos direitos humanos são "defensores de bandidos". A defesa de quem cometeu algum crime é mais um campo possível e válido de atuação, pois aqueles que infringem a lei não perdem a condição de humanidade: mesmo que seus atos tenham sido bárbaros, permanecem na condição de sujeitos de direitos.

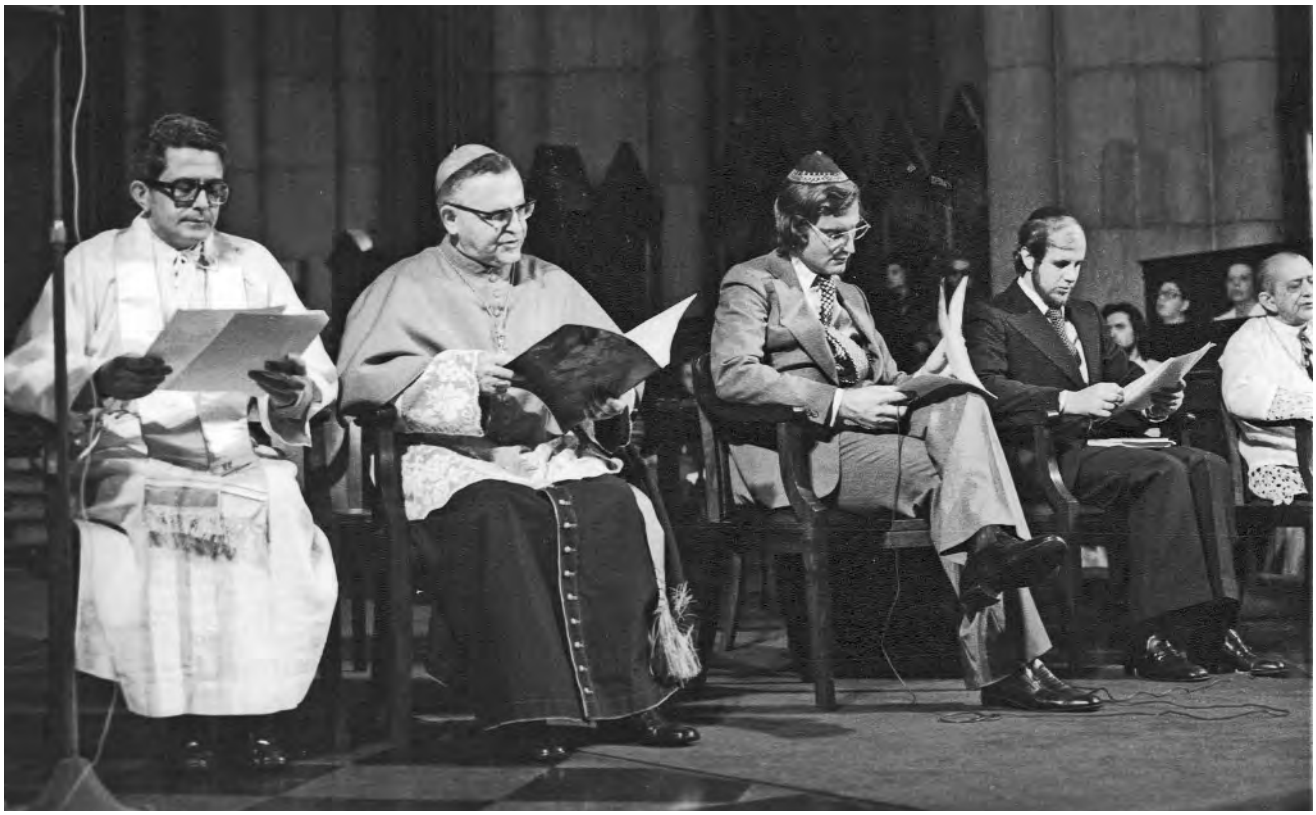
Os advogados não defendem a impunidade, mas visam garantir que os acusados sejam julgados de acordo com as leis, não sofram tortura e, quando devido, sejam penalizados. Por sua vez, a violência contra pessoas presas, muitas vezes praticada pelos que deveriam ser os guardiães do cumprimento da lei, também é condenável.

Costuma-se ainda afirmar que os defensores não têm compaixão pelas vítimas da violência urbana e criminal, o que é infundado. Basta verificar a atuação dos ativistas de direitos humanos durante as ditaduras na América do Sul. Naquela época, eram atendidas vítimas de detenção arbitrária, tortura e assassinato, atos realizados por agentes dos regimes. As vítimas eram advogados, jornalistas, estudantes e religiosos, que pertenciam geralmente à classe média, além de operários que atuavam em movimentos sindicais, camponeses e indígenas.

Com a recuperação da ordem democrática, as atuações a favor dos direitos humanos de civis se expandiram, exigindo soluções jurídicas para ações violentas de vários tipos: não só para as praticadas pela polícia, mas também para as que afetam a sociedade civil sem o uso da força física, como a falta de acesso à educação e à saúde, a desigualdade de gênero, o racismo e o trabalho infantil e análogo à escravidão.

Imagens em contexto

O jornalista Vladimir Herzog foi torturado e assassinado nas instalações do DOI-Codi, no quartel-general do II Exército, na capital de São Paulo, em 1975, durante a ditadura civil-militar brasileira. Em protesto à morte de Herzog, líderes religiosos realizaram um ato ecumênico na Catedral da Sé. O ato se tornou um marco na luta pelos direitos humanos e no combate às violações cometidas pelo regime civil-militar.



ARQUIVO/ESTADÃO CONTEÚDO

Ato ecumênico na Catedral da Sé, na capital de São Paulo, pela morte de Vladimir Herzog. Fotografia de 1975. O ato foi celebrado por dom Paulo Evaristo Arns, pelo rabino Henry Sobel e pelo reverendo James Wright, entre outros religiosos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Classificação indicativa do documentário *Guarani e Kaiowá: pelo direito de viver no Tekoha*: livre.

Hoje, quando alguém expressa em uma rede social ou jornal uma opinião contrária ao governo, quando uma pessoa sem recursos exige da prefeitura do município em que vive os remédios necessários para o tratamento de uma doença, quando alguém escolhe livremente uma profissão, uma cidade para morar, uma religião para seguir e uma escola para frequentar, ou acusa uma fábrica de poluir os rios, essa pessoa, em todos os casos, age de acordo com os direitos humanos ou os reivindica.

Atualmente, podemos emitir nossa opinião política para apoiar ou divergir. Temos acesso ao sufrágio universal e, em parte, à emancipação feminina e à garantia dos direitos de segmentos sociais vulnerabilizados (negros, indígenas, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência etc.). A criminalização da tortura e da violência contra as mulheres também tem sido alcançada com muito esforço. Todos esses são exemplos do longo percurso de construção da justiça social.

No entanto, ainda há muito a ser conquistado. Alguns temas, como a criminalização da homofobia e da transfobia no Brasil, embora já tenham obtido vitória no Supremo Tribunal Federal, encontram resistência em setores da sociedade e até mesmo jurídicos. Os principais empecilhos são quase sempre a arrogância e a incapacidade de superar preconceitos.

Sugestão

Guarani e Kaiowá: pelo direito de viver no Tekoha

Direção: Natália da Luz. Brasil, 2017. 22 minutos.

Lançado no ano em que a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas completou dez anos, esse documentário, produzido com material coletado pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil, denuncia numerosas violações dos direitos humanos na Reserva Indígena de Dourados e em outras aldeias no estado de Mato Grosso do Sul.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

EVARISTO SA/AFP/GETTY IMAGES



Indígenas comemorando a rejeição da tese jurídica do Marco Temporal pelo Supremo Tribunal Federal, em Brasília, no Distrito Federal. Fotografia de 2023.

Imagens em contexto

Segundo a tese jurídica do Marco Temporal, os indígenas só teriam direito aos territórios que já estavam ocupados ou que eram disputados legalmente até 5 de outubro de 1988, a data em que foi promulgada a Constituição Federal. A maioria da corte entendeu que essa tese é contrária aos direitos fundamentais e à preservação da integridade e da identidade dos povos indígenas.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

1. Qual foi a importância de Immanuel Kant para a instauração dos direitos dos indivíduos? Hoje em dia, como o pensamento desse filósofo pode ser atualizado para analisar a condição dos refugiados?

2. O que diferencia o direito positivo do direito natural?

3. Analise os textos a seguir e faça o que se pede.

> Art. 11 A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem; todo o cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na Lei.
>
> DECLARAÇÃO dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. **Universidade Federal de Santa Maria**. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/1789.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

> Art. 19 Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.
>
> DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos [1948]. **Unicef Brasil**. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 13 ago. 2024.

> Art. 5º [...]
>
> IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença [...].
>
> BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988#/CON1988_05.10.1988/art_5_.asp. Acesso em: 13 ago. 2024.

> [...] falar em direito de expressão ou de pensamento não é falar em direito absoluto de dizer tudo aquilo ou fazer tudo aquilo que se quer. De modo lógico-implícito a proteção constitucional [da Constituição brasileira de 1988] não se estende à ação violenta. Nesse sentido, [...] a liberdade de manifestação é limitada por outros direitos e garantias fundamentais, como a vida, a integridade física, a liberdade de locomoção. Assim sendo, embora haja liberdade de manifestação, essa não pode ser usada para manifestações que venham a desenvolver atividades ou práticas ilícitas (antissemitismo, apologia ao crime etc.).
>
> FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 279.

a. Compare o artigo 11 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, com o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. É possível afirmar que a declaração da Organização das Nações Unidas foi inspirada na francesa? Justifique sua resposta.

b. O inciso IX do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 está amparado pelos direitos humanos? Explique sua resposta.

c. Com base na última citação, que apresenta uma análise da Constituição Federal de 1988, comente as limitações da liberdade de expressão e os perigos de exercer esse direito de maneira irresponsável.

4. Analise os textos a seguir e responda às questões.

> Este lento trabalho, no entanto, data pelo menos do tráfico de escravizados. Foi, de fato, ao longo do século XVIII, isto é, em plena época das Luzes, que o tráfico atlântico atingiu seu ponto culminante. O desenvolvimento das novas ideias acerca das relações entre os súditos e a autoridade ocorreu enquanto a França estava profundamente implicada na "máquina triangular", ou seja, na produção da escravatura e da servidão ultramarinas. Em especial Rousseau e Voltaire reconheceram filosoficamente o caráter vil do comércio dos escravizados, mas fingiram ignorar o tráfico então em curso e os grilhões reais que o tornavam possível. Inauguraram uma tradição que mais tarde se tornaria uma das características centrais da consciência imperial – fazer da escravidão uma metáfora da condição humana na sociedade europeia moderna. Esse gesto de metaforização dos acontecimentos trágicos envolvendo os selvagens – e nos quais nossa responsabilidade está implicada – era também um gesto de ignorância e indiferença. Essa dialética da distância e da indiferença dominou o Iluminismo francês.
>
> MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2019. p. 125-126.

> Renunciar à sua liberdade é renunciar à sua qualidade de homem, aos direitos de humanidade, até mesmo aos seus deveres. Não há compensação possível para quem renuncia a tudo. Tal renúncia é incompatível com a natureza do homem, e subtrair toda liberdade de sua vontade é subtrair toda moralidade de suas ações. Enfim, é uma convenção vã e contraditória estipular, de um lado, uma autoridade absoluta e, de outro, uma obediência sem limites. Acaso não está claro que não se está

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

comprometido em nada para com aquele de quem se tem o direito de tudo exigir? [...] Essas palavras, escravidão e direito, são contraditórias, excluem-se de forma mútua.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social ou princípios do direito político. *In*: PIMENTA, Pedro Paulo (org.). **Rousseau**: escritos sobre a política e as artes. São Paulo: Ubu; Brasília, DF: Editora UnB, 2020. p. 512, 515.

a. A primeira passagem é do filósofo camaronês Achille Mbembe. Do pensamento de qual filósofo(a) apresentado(a) ao longo do capítulo ela se aproxima? Justifique sua resposta.

b. No segundo trecho, que relação o filósofo do século XVIII Jean-Jacques Rousseau estabelece entre escravidão e direito? Ele fornece exemplos históricos ou sua análise é feita em termos abrangentes e universais?

c. A passagem de Jean-Jacques Rousseau foi extraída de um capítulo intitulado "Da escravidão", no qual o filósofo não menciona a escravização de africanos ocorrida na época. Em que medida isso contribui para o uso metafórico do termo *escravidão*?

5. Reúna-se a quatro colegas para verificar se os direitos humanos estão sendo respeitados nas proximidades da escola em que vocês estudam. Para isso, orientem-se pelas etapas a seguir.



- Elaborem um mapa da região da escola identificando áreas residenciais ou de comércio, creches, outras escolas, hospitais públicos e/ou privados, parques, praças, cinemas, bibliotecas etc.
- Verifiquem se há alguém nas redondezas vivendo de modo precário ou vulnerável: em situação de rua ou em locais com esgoto a céu aberto, vendendo mercadorias nos semáforos ou pedindo esmolas.
- Com base na leitura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, organizem os direitos humanos de acordo com suas especificidades – por exemplo, direito à vida, direito à moradia, direito ao trabalho em condições justas, direito à educação, direito à saúde, direito ao meio ambiente sadio, direito de receber serviços públicos.
- Criem um quadro organizando a divisão dos direitos humanos proposta por vocês.
- Verifiquem se cada um desses direitos é atendido na região pesquisada, considerando tanto as referências identificadas no mapa (sobretudo aqueles locais que prestam serviços essenciais) como as pessoas que circulam ou vivem no local.
- Com os resultados do item anterior, preencham o quadro para avaliar se os direitos humanos são respeitados integral ou parcialmente nas proximidades da escola.
- Por fim, discutam em sala de aula os procedimentos e as conclusões de cada grupo e analisem se esses mesmos processos poderiam ser aplicados ao município, ao estado ou ao país para verificar se os direitos humanos dos habitantes são respeitados.

Enem e vestibulares

6. (Enem-MEC)

Em sentido geral e fundamental, direito é a técnica da coexistência humana, isto é, a técnica voltada a tornar possível a coexistência dos homens. Como técnica, o direito se concretiza em um conjunto de regras (que, nesse caso, são leis ou normas); e tais regras têm por objeto o comportamento intersubjetivo, isto é, o comportamento recíproco dos homens entre si.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

O sentido geral e fundamental do direito, conforme foi destacado, refere-se à

a. aplicação de códigos legais.

b. regulação do convívio social.

c. legitimação de decisões políticas.

d. mediação de conflitos econômicos.

e. representação da autoridade constituída.

7. (Enem-MEC)

Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do Esclarecimento. A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma condição estranha, continuem, no entanto, de bom grado menores durante toda a vida.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta**: o que é Esclarecimento? Petrópolis: Vozes, 1985. (Adaptado).

Kant destaca no texto o conceito de Esclarecimento, fundamental para a compreensão do contexto filosófico da Modernidade. Esclarecimento, no sentido empregado por Kant, representa

a. a reivindicação de autonomia da capacidade racional como expressão da maioridade.

b. o exercício da racionalidade como pressuposto menor diante das verdades eternas.

c. a imposição de verdades matemáticas, com caráter objetivo, de forma heterônoma.

d. a compreensão de verdades religiosas que libertam o homem da falta de entendimento.

e. a emancipação da subjetividade humana de ideologias produzidas pela própria razão.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Influenciadores digitais

Ao longo deste volume, discutimos as diversas transformações no mundo do trabalho relacionadas à emergência de novas tecnologias e vimos, também, como os momentos de lazer foram influenciados por elas.

Hoje, muitas pessoas passam a maior parte de seu tempo livre usando celulares, fazendo das redes sociais um espaço de entretenimento, e, também, de busca e contato com a informação. Uma pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais constatou que, entre 2016 e 2021, houve aumento do uso de *smartphones*, computadores e *tablets* nas capitais brasileiras. Ao menos 25% dos usuários acessaram a internet por mais de três horas por dia – e o aumento foi mais significativo entre jovens de 18 a 34 anos. Nesse cenário, diversos usuários passaram a ser produtores de conteúdos, veiculando *posts* escritos e vídeos em que falam de seu estilo de vida e dos mais diversos assuntos. Os ***streamers*** e **influenciadores digitais** se tornaram populares, inspirando pessoas e ao mesmo tempo exercendo um significativo poder sobre o comportamento e o pensamento de muitos indivíduos. Por isso mesmo eles precisam ser objeto de análise crítica.

O que é?

Streamers e influenciadores digitais publicam conteúdos e posicionamentos em canais de transmissão, como *sites*, plataformas de *streaming* de vídeo e áudio, além de redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas, procurando influenciar as pessoas para obter benefícios comerciais ou não.

Streamer é quem cria conteúdos em eventos ao vivo na internet – jogando *videogames*, conversando com pessoas específicas, relatando experiências e propondo debates.



FILIPE ROCHA/ARQUIVO DA EDITORA

Influencer é quem possui muitos seguidores, de alguma maneira influenciados por ele, e promove produtos, hábitos e atitudes. *Influencers* costumam falar de um tema específico em suas redes, como beleza, moda, cultura *pop*, vida saudável, culinária, viagens, entre outros. Um *influencer* pode ser um *streamer*, e vice-versa. Pode-se dizer que a diferença central, contudo, é que, em geral, *influencers* publicam conteúdos pré-gravados, nos quais há uma intencionalidade definida previamente.

Contextualizando...

Influencers e *streamers* alcançam um público amplo, gerando tendências de consumo e influenciando, inclusive, as opiniões políticas de seus seguidores. Uma boa parte deles publica conteúdos em plataformas de vídeos e em redes sociais conhecidas por veicular vídeos curtos. Esse contexto de circulação exige a criação de vídeos dinâmicos, que sejam capazes de comunicar uma mensagem de forma rápida e que possam ser compartilhados facilmente pelos usuários das redes.

É importante analisar de forma crítica alguns aspectos dos conteúdos divulgados por *influencers* e *streamers*, para distinguir o que é positivo e o que é negativo.

- **Diversidade e credibilidade dos conteúdos**. Vídeos curtos podem facilitar o acesso a uma diversidade de informações. É possível encontrar desde receitas até tutoriais, notícias e entretenimento. Entretanto, essa mesma característica tem um lado negativo, uma vez que nem todo conteúdo é apropriado para todas as idades. Além disso, nem todas as informações são necessariamente confiáveis, o que aumenta a probabilidade de disseminação de notícias falsas e dados imprecisos.
- **Criatividade e busca pelo sucesso pessoal**. Plataformas de vídeos curtos podem ser um espaço para que diferentes pessoas mostrem seus talentos e suas habilidades, o que, de certo modo, representa uma democratização na maneira de distribuir produções *on-line* sem precisar de intermediários (gravadoras, emissoras, grandes jornais etc.). No entanto, o esforço excessivo na busca por seguidores pode provocar efeitos negativos para a saúde mental. Desse modo, a necessidade de pertencer a determinado grupo pode gerar não aceitação de si mesmo, baixa autoestima e atitudes ou comportamentos distantes ou fora do contexto da realidade de cada indivíduo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

- **Responsabilidade pelo que se diz no ambiente digital**. Produtores de conteúdo são porta-vozes de marcas e também de costumes, o que pode gerar o aumento de hábitos consumistas. Por isso, é importante atentar para a responsabilidade pelo que se veicula e se compartilha no ambiente digital, levando em conta aspectos como a legislação, a privacidade dos usuários e o respeito aos direitos humanos.

Mão na massa

Embora muitos vídeos de *influencers* que circulam nas plataformas da internet sugiram naturalidade e espontaneidade, eles passam por diferentes etapas. O autor pode redigir um roteiro detalhado do que será apresentado e determinar como o vídeo será editado após ser gravado. Por exemplo, um roteiro pode indicar em que momento do vídeo haverá a inserção de letreiros, legendas, transcrições, esquemas visuais, imagens e vídeos de outros criadores e de que forma esses conteúdos devem ser distribuídos ao longo do vídeo.

Um dos formatos de roteiro utilizados para a produção de vídeos da internet é o roteiro de página dividida. Nele, as informações que vão constar no vídeo são distribuídas em duas colunas – uma que descreve os áudios e outra que descreve as imagens que deverão ser sincronizadas com cada um deles. Verifique o exemplo a seguir.

CENA	IMAGEM	ÁUDIO
1	[letreiro com o título do vídeo] *Influenciadores digitais*	[trecho de música como vinheta do vídeo]
2	[imagens de pessoas utilizando celulares em um parque]  FILIPE ROCHA/ ARQUIVO DA EDITORA	[narração] Hoje, muitas pessoas passam a maior parte de seu tempo livre usando celulares, o que fez das redes sociais um espaço de entretenimento e, também, de busca e contato com a informação.
3	[imagem de uma pessoa gravando um vídeo com um celular]  FILIPE ROCHA/ ARQUIVO DA EDITORA	Os *streamers* e *influencers* se tornaram extremamente populares, inspirando pessoas e ao mesmo tempo exercendo um significativo poder sobre o comportamento e o pensamento de muitos indivíduos.

Agora forme um grupo com três colegas de turma e, pensando nos temas trabalhados ao longo deste volume, escolham um que gostariam de transformar em roteiro de vídeo curto. Vocês poderão usar o modelo já apresentado para redigir o que idealizaram. Sigam as indicações a seguir.

1. Definam o tema e o objetivo do vídeo. O vídeo pretende apenas informar sobre um tema ou também terá como finalidade o entretenimento?
2. Considerem para quem o vídeo será apresentado – assim, a linguagem e os aspectos visuais podem ser adequados à idade, aos interesses e ao nível de conhecimento sobre o tema do público-alvo.
3. Pensem na estrutura do vídeo. Como vão introduzir o tema escolhido? Quais tópicos serão desenvolvidos? Como será a conclusão?
4. Redijam a primeira versão do texto. Pensem em uma abordagem criativa, lançando uma pergunta instigante ou contando uma história que possa ser associada ao tema.
5. Reflitam sobre as imagens e os recursos sonoros. Como vocês apresentarão visualmente o tema escolhido? Serão usadas ilustrações, gráficos e trilha sonora? Haverá um apresentador ou apenas uma voz sobreposta às imagens (voz em *off*)?
6. Criem as cenas. Sigam o modelo de roteiro e distribuam o texto e as informações sobre aspectos visuais e sonoros que deverão ser executados no momento de gravar o vídeo.
7. Revisem e façam ajustes. Leiam o roteiro várias vezes, fazendo revisões e ajustes necessários. Certifiquem-se de que o roteiro esteja fluido, com informações precisas e coerentes.

Se desejarem, vocês poderão verificar com o professor a possibilidade de produzir o vídeo e fazê-lo circular entre as turmas da escola.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Direitos humanos no Brasil

Informações e dados sobre violações dos direitos humanos extraídos de: CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea: FBSP, 2024. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf. Acesso em: 14 ago. 2024; BASTA, Paulo Cesar (org.). **Relatório técnico** – Impacto do mercúrio em áreas protegidas e povos da floresta na Amazônia: uma abordagem integrada saúde-ambiente. Rio de Janeiro: Fiocruz: ENSP, 2024.

O Brasil é composto de uma grande diversidade cultural e social que costuma ser celebrada como virtude de nosso país. No entanto, o convívio entre os diferentes grupos que compõem nossa sociedade não é absolutamente pacífico. Segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgado em 2024, a violência contra jovens, mulheres e a população LGBTQIA+ é crescente no Brasil. Nesse âmbito, as taxas de homicídio relativas a esses grupos são ainda mais elevadas quando as pessoas que os compõem são negras. De acordo com a pesquisa do Ipea, em 2022, cerca de 67% do total de mulheres vítimas de homicídio eram negras.

Longe do ambiente mais estritamente urbano, a violência e a segregação também se manifestam. Há inúmeros casos de agressões praticadas contra povos indígenas, por exemplo. Segundo estudo realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2022, cerca de 94% dos indígenas de três aldeias Yanomami estavam contaminados por mercúrio utilizado em garimpos ilegais existentes na região.

Esses são alguns cenários em que os direitos previstos pela Constituição Federal de 1988 são desrespeitados no Brasil. A persistência e o agravamento desse quadro devem ser objeto de atenção de todos os cidadãos, motivo pelo qual é importante que você e seus colegas se envolvam, formem opiniões e encontrem meios de somar forças aos que se dedicam a proteger a legislação e a construir uma sociedade mais justa, pautada pelo respeito aos direitos humanos.

Para isso, vamos promover seminários com o tema "Direitos humanos no Brasil". Esses seminários, que serão apresentados em sala de aula, podem ser gravados em arquivos de áudio e usados para a criação de *podcasts* a serem divulgados nas redes sociais da escola. Para realizar o seminário, você e sua turma formarão grupos que, por meio da técnica de análise documental, verificarão a maneira como o tema dos direitos humanos tem sido tratado pela imprensa e pela justiça brasileira.



EVARISTO SA/AFP/GETTY IMAGES

Manifestantes na Primeira Marcha de Mulheres Indígenas em Brasília, no Distrito Federal. Fotografia de 2019. O protesto foi realizado para chamar a atenção para os conflitos nas terras indígenas. Nessa ocasião, ocorreu o encontro entre esse movimento e o da Marcha das Margaridas, formado por trabalhadoras rurais que lutam por melhores condições de vida para mulheres do campo e da floresta.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Objetivos

- Identificar alguns problemas sociais relacionados a violações dos direitos humanos no Brasil.
- Pesquisar, selecionar e avaliar fontes documentais que tratam de violações aos direitos humanos no país.
- Sistematizar as fontes selecionadas por meio de análise documental.
- Realizar seminários para discutir, de forma contextualizada e crítica, a realidade brasileira no que diz respeito aos direitos humanos.
- Compartilhar informações de relevância social sobre o tema dos direitos humanos no Brasil por meio da publicação de *podcasts*.

Procedimentos

1. A turma toda deve se reunir para discutir o tema "Direitos humanos no Brasil". Resgatem os conceitos e exemplos apresentados ao longo das aulas. Nessa discussão, considerem:

- Que violações aos direitos humanos vocês percebem como mais frequentes no contexto brasileiro?
- Quais grupos sociais estão mais expostos a essas violações?
- Que ações podem ser tomadas para proteger as pessoas que têm seus direitos desrespeitados?
- Que medidas seriam importantes para preservar os direitos de todos que vivem no Brasil?

Antes de iniciarem a discussão, selecionem alguns colegas para que atuem como observadores e anotem os pontos que mais se sobressaiam durante a discussão.

2. Com base nas anotações dos observadores, elejam três tópicos dentro do tema "Direitos humanos no Brasil" para que a turma investigue. Conheçam a seguir alguns exemplos de tópicos que poderiam fazer parte da discussão.

- Direitos da população migrante.
- Direitos da população carcerária.
- Discriminação voltada ao gênero.
- Discriminação étnica.
- Discriminação etária.
- Desigualdades no acesso a moradia, saúde, educação etc.

3. Os tópicos escolhidos pela turma serão pesquisados e apresentados em forma de seminários.

- As pesquisas devem ser focadas em tipos específicos de fontes: leis ou projetos de lei; textos jornalísticos; textos de materiais didáticos (livros ou conteúdo didático publicado em portais de educação na internet).

Exemplos de tópicos e tipos de fonte

Exemplos de tópicos	Exemplos de tipos de documento
Direitos das mulheres	Texto jornalístico
Direitos dos migrantes	Texto de material didático
Discriminação étnica	Texto de projeto de lei

- Cada grupo se encarregará de um tópico e utilizará como fonte um tipo específico de documento. Então, cruzando os três tópicos com os três tipos de documento do exemplo, teremos nove abordagens diferentes, que corresponderão a nove grupos. Vamos a um exemplo de organização:
- Grupo 1: estudará como os direitos das mulheres estão presentes nos textos jornalísticos.
- Grupo 2: pesquisará como os direitos das mulheres estão presentes nos textos de materiais didáticos.
- Grupo 3: investigará como os direitos das mulheres estão presentes nos textos de projetos de lei.

Assim, sucessivamente, deve haver o cruzamento de todos os tópicos e tipos de documento.

4. Com os grupos formados, é hora de iniciar a pesquisa e a **análise documental**.

- A análise documental é uma técnica utilizada para pesquisar, avaliar e categorizar documentos sob determinado critério. Assim, comecem definindo um recorte para o levantamento dos documentos. Por exemplo, se um grupo deve analisar textos jornalísticos sobre os direitos dos migrantes, é conveniente escolher uma mídia específica (jornal, revista ou mídia digital) e determinar o período que o levantamento vai abranger (textos publicados neste ano, no ano passado, nos últimos meses etc.). Esse procedimento tem como objetivo reduzir, de forma criteriosa, o volume de documentos a analisar.
- Em seguida, iniciem a leitura das fontes selecionadas. Para facilitar sua análise, dividam esse procedimento em etapas: identificação, contextualização e interpretação.
  - ✓Identificação: como é produzida essa fonte? Por quem? Em que época/sociedade? Para quem se destina? Por meio de questionamentos como esses, vocês poderão identificar cada fonte.
  - ✓Contextualização: vocês não devem atribuir significados para essas fontes que não condizem com sua época de produção e com o grupo social que as produziu. Por isso, durante a análise, sempre se lembrem das condições específicas do momento de produção de uma fonte, inserindo o

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

evento em um quadro mais amplo de referências sociais, culturais e econômicas.

✓Interpretação: com base nos apontamentos obtidos nas etapas anteriores, escrevam um pequeno texto com a interpretação que vocês fizeram das fontes, problematizando a produção, a divulgação e a recepção delas.

- Depois, utilizando o texto produzido anteriormente, iniciem o fichamento das fontes. Lembrem-se de que um fichamento deve apresentar as informações básicas sobre o texto (título, autor, edição, ano de publicação), uma síntese de seu conteúdo e algumas palavras-chave que possam contribuir com sua categorização.
- Comparem os fichamentos para identificar semelhanças na abordagem dada pelos textos aos tópicos de estudo. Verifiquem se há omissões, ou seja, assuntos que seriam pertinentes ao tópico, mas que não aparecem nos textos ou são tratados de forma secundária. Essas comparações devem compor a análise dos documentos selecionados.
- Os fichamentos e a análise serão o conteúdo do seminário que será apresentado à turma.

5. O seminário é um evento cuja composição faz uso da escrita, da oralidade e da apresentação de informações visuais para levar e discutir um assunto a um público, proporcionando uma reflexão sobre algum tema. Ao planejarem a apresentação do grupo, considerem os aspectos elencados a seguir.

- Vocês devem se reunir com o professor e os outros grupos para estabelecer data e horário da apresentação, respeitando esse agendamento com rigor.
- O texto que servirá como base para a apresentação oral pode estar escrito em uma ficha de apoio para os apresentadores, mas ele não deve ser apenas lido. É importante que vocês ensaiem previamente suas falas para que o seminário seja fluido, cativante e convincente.
- Todos os integrantes do grupo devem conhecer a totalidade do assunto a ser apresentado e podem complementar a fala de colegas da equipe, mas sem interrupção.
- Ajustem o vocabulário e a dinâmica do seminário ao público ouvinte. Evitem o uso de expressões repetitivas (vícios de linguagem) e cuidem para que o tom e o volume da fala sejam adequados ao espaço, para não tornar a exposição monótona.
- Mantenham uma postura respeitosa, que transmita seriedade e confiabilidade.
- Respeitem o tempo estabelecido para a apresentação de forma rigorosa.
- Gravem, com o auxílio dos membros do grupo destacados para essa tarefa, o áudio dos seminários para a posterior criação do *podcast*. É importante testar, antes da apresentação oficial, formas de captação de áudio (por exemplo, uso de *smartphones*).



LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS

Apresentação de seminário sobre educação e inclusão na vida escolar na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), na capital do Rio de Janeiro. Fotografia de 2024. O seminário é uma técnica bastante útil à atividade escolar e acadêmica, pois permite que grupos de estudantes e pesquisadores compartilhem seus conhecimentos e suas análises de temas e documentos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

6. A última etapa é a edição dos áudios para a criação do *podcast*, que é um formato de distribuição de conteúdo por meio digital.

Um *podcast* se assemelha a um programa de rádio, mas difere dessa mídia tradicional por ser mais independente, ou seja, não é feito ou patrocinado necessariamente por empresas de mídia, e as apresentações e discussões realizadas evidenciam as opiniões e/ou os gostos pessoais de seus participantes. O público-alvo também é diferente: se um programa de rádio normalmente busca atingir um público amplo, um *podcast* pode ser mais direcionado, oferecendo uma comunicação mais objetiva para determinado segmento.

Outra característica do *podcast* é que ele não precisa ser transmitido ao vivo: pode ser gravado e depois carregado em um *site*, e seu ouvinte pode fazer o *download* e escutá-lo quando quiser. Além disso, um *podcast* não precisa ter tempo definido, podendo ter 10 minutos ou 2 horas de duração, por exemplo.

Vocês realizarão a edição do áudio gravado durante o seminário considerando as características de um *podcast*. Para isso:

- utilizem, se necessário, um programa de edição e mixagem de áudio (há várias opções gratuitas que podem ser encontradas na internet);
- durante a edição, excluam momentos com longas pausas, repetições excessivas de palavras (como no caso dos vícios de linguagem), assuntos repetidos, trechos com pouca qualidade de som, entre outros;
- regulem e equalizem o volume das falas, excluam ruídos e acrescentem efeitos sonoros se julgarem conveniente. Também poderão iniciar o *podcast* com uma fala de introdução ao seminário e finalizar o material com uma conversa entre os membros do grupo, com suas considerações finais sobre o evento e sobre o que foi discutido entre o grupo e os espectadores, ressaltando a relevância do tema para a sociedade brasileira.

CURIOSITY/SHUTTERSTOCK



Com a popularização do acesso à internet nas últimas décadas, novas formas de divulgar e obter informações também se difundiram, como o *podcast*, recurso que você e seus colegas utilizarão para divulgar informações e análises sobre a temática dos direitos humanos no Brasil.

Compartilhamento

Entre as opções gratuitas para a edição e a mixagem do áudio, está o Audacity (em inglês), disponível em: https://www.audacityteam.org/. Acesso em: 14 ago. 2024.

- Divulguem o *podcast* na escola, em sessões coletivas.
- Também é possível divulgar o *podcast* nas redes sociais da escola ou, então, criar uma rede social especificamente para isso.
- Para que mais pessoas tomem conhecimento dos *podcasts*, podem ser divulgadas mensagens nas redes sociais. Outra possibilidade é disparar mensagens para as listas de *e-mail* dos alunos e da comunidade escolar.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

Obra crítica aos ideais do Iluminismo ou Esclarecimento que demonstra como o ser humano substituiu o horizonte mitológico pelo ideal de progresso racional que produziu o uso instrumental da razão.

ADORNO, Theodor. Educação após Auschwitz. *In*: ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Transcrição de uma palestra de 1965 em que Adorno reflete sobre como a brutalidade do Holocausto foi possível e repensa o papel da educação para evitar esse tipo de fenômeno.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

Livro de 1958 que traz uma análise crítica da condição humana na modernidade europeia, apresentando suas três atividades fundamentais: o labor, o trabalho e a ação.

ARENDT, Hannah. Nós, refugiados. *In*: ARENDT, Hannah. **Escritos políticos**. Barueri: Amarilys, 2016.

Texto publicado em 1943 durante a fuga do Holocausto para os Estados Unidos em que a filósofa narra a condição do povo judeu na situação de refugiado.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Clássico que descreve e analisa os governos totalitários, especialmente o nazismo alemão e stalinismo russo, e traça algumas condições que propiciam o surgimento desse tipo de governo.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

Descreve a concepção cultural sobre a morte no pensamento ocidental, da Idade Média até o advento da modernidade.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os pensadores).

Escrita para Nicômaco, filho de Aristóteles, a obra é um tratado de filosofia prática que serve como um manual, apresentando reflexões sobre o modo de vida que conduz à felicidade.

ARISTÓTELES. **Política**. 3. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1997.

Uma das primeiras obras da tradição ocidental a analisar e debater as instituições públicas, as formas de governo e os governantes capazes de promover a boa vida em comunidade. Essa obra decorre da concepção do ser humano como, por natureza, um animal racional e político.

BACON, Francis. **Novum organum**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os pensadores).

Estabelece as diretrizes de sua metodologia filosófica que se tornaram as premissas do método experimental e fundamentaram a ciência moderna.

BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

Analisa certas concepções culturais de experiências amorosas presentes na filosofia, na literatura etc., e os discursos que as acompanham, dimensionando o papel da linguagem no entendimento ou expressão desse sentimento.

BAUDRILLARD, Jean. **Power inferno**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

Ensaio sobre manifestações da violência a partir da experiência do terrorismo após os ataques de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. O ensaio relaciona violência, guerra e terrorismo com as questões de ordem política, econômica, midiática e o interesse de agentes difusos.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. São Paulo: Difel, 1970.

Livro publicado pela filósofa francesa Simone de Beauvoir aos 62 anos de idade, para discutir o tema da velhice sob uma perspectiva existencialista.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

Análise e reflexão sobre a condição psicológica, sociológica, histórica e política da mulher moderna como gênero subalterno no interior das sociedades patriarcais do Ocidente.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os pensadores).

Examina o estatuto da obra de arte a partir do momento em que as novas tecnologias de reprodução intensificam a mercantilização da arte, focando no caso da fotografia e do cinema e ressignificando o papel do artista e da *performance* artística.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Análise crítica do papel do homem branco na manutenção do racismo estrutural por meio de um pacto velado identitário que bloqueia as possibilidades de emancipação e emancipação das minorias.

BRESSIANI, Nathalie. Nancy Fraser e o feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas**: Mulheres na Filosofia, Campinas, v. 6 n. 3, p. 77-98, 2020.

Artigo que sistematiza os principais argumentos da teórica crítica feminista estadunidense Nancy Fraser.

BUCK-MORSS, Susan. **Hegel e o Haiti**. São Paulo: n-1 Edições, 2017.

Livro que discute a ausência de tratamento suficiente do tema da escravidão no Iluminismo europeu.

BUTLER, Judith. Traços humanos nas superfícies do mundo. *In*: PELBART, Peter Pál (org.). **Pandemia crítica**: outono 2020. São Paulo: Edições Sesc São Paulo: n-1 Edições, 2021.

Reflexão sobre a pandemia de covid-19 e seus impactos sobre as relações humanas, especialmente no âmbito do trabalho, e as subjetividades que surgiram a partir do fenômeno analisado.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

Análise do estatuto do racismo por meio da ideia foucaultiana de dispositivo, estipulando a oposição entre normal e anormal por meio da relação racial, sendo o branco a representação da norma, que gera exclusão e dominação por meio de instrumentos como o epistemicídio.

CASSIRER, Ernst. **Antropologia filosófica**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

Obra que investiga a interação humana com símbolos, compreendendo que é a construção e a relação com diversos sistemas simbólicos que moldam a percepção do mundo e formam a base da experiência humana.

CHAUI, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1.

Introdução à história da filosofia partindo do pensamento dos pré-socráticos até a filosofia aristotélica.

CHAUI, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

Reflexão sobre ideologia e autoritarismo no Brasil desde a formação da Primeira República, passando pela ditadura civil-militar e pela democratização até chegar aos impasses políticos e sociais da atualidade.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Porto: Afrontamento, 1975.

Clássico da sociologia e da etnologia que descreve a existência de sociedades complexas e bem desenvolvidas que não tinham um Estado, contrariando a ideia de que uma sociedade sem Estado seria desprovida de organização política.

COMTE-SPONVILLE, André. **Apresentação da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Introdução à filosofia por meio da reflexão sobre seus grandes temas ou áreas de interesse, como a moral, a arte, a política, o conhecimento, a sabedoria etc.

COMTE-SPONVILLE, André. **Dicionário filosófico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Coletânea de verbetes de termos, expressões e conceitos clássicos da história da filosofia ocidental, destrinchados para o leitor leigo.

CRARY, Jonathan. **24/7**: capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Ubu, 2016.

O livro trata do estado de vigilância constante (24 horas por dia, 7 dias por semana) exigido pelas sociedades produtivas no capitalismo tardio.

DAVIS, Angela. **A democracia da abolição**: para além do império, das prisões e da tortura. Rio de Janeiro: Difel, 2023.

Coletânea de entrevistas com a filósofa sobre o problema do encarceramento, a escravização e outras formas de privação da liberdade e o papel do Estado no combate e na manutenção desses fenômenos.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2024.

Análise crítica da prática do encarceramento e da punição ao crime como forma de opressão. De acordo com a autora, o encarceramento reproduz certa lógica escravocrata e potencializa outras formas de violência, como o racismo e a desigualdade econômica.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1992.

Investigação sobre o que melhor caracteriza a experiência filosófica em contraposição com a arte e a ciência, sendo que sua função seria a de renovar o debate de ideias pela produção de novos conceitos e problemas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

DERRIDA, Jacques. **Papel-máquina**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

Reflexão sobre a função do livro físico e da escrita na nova era tecnológica e sobre as modificações que os universos digital e virtual promovem na produção literária.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os pensadores).

Livro que resume algumas ideias já apresentadas por Descartes sobre a metodologia ideal para se conduzir o pensamento humano na produção de conhecimento verdadeiro, seguindo um horizonte rigoroso e matemático de operações sistemáticas.

DESCARTES, René. **Princípios da filosofia**. Lisboa: Edições 70, 1997.

Penúltima obra de Descartes, trata-se de um apanhado daquilo que havia estabelecido no *Discurso do método* e nas *Meditações metafísicas* acerca da capacidade humana de conhecer o mundo.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

Exame sobre o sentido e a relevância do lazer, entendido como uma dimensão fundamental da vivência humana que possui caráter multifacetado.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

Análise da situação do proletariado inglês da época (1845) com o avanço da industrialização, elemento central da transformação das formas de produção que controlavam as condições de trabalho.

EPICURO. **Carta sobre a felicidade (a Meneceu)**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

Trata-se de um tratado filosófico escrito no gênero carta por Epicuro a seu colega Meneceu, em que o autor antigo discorre sobre a felicidade, o prazer e a possibilidade de a filosofia ajudar o ser humano a alcançar uma vida boa.

EPSTEIN, Isaac. **Divulgação científica**: 96 verbetes. Campinas: Pontes, 2002.

O livro traz 96 verbetes que abordam temas da pesquisa científica na atualidade; entre eles, "Alfabetização científica", "Inteligência artificial" e "Transgênicos".

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Coletânea célebre de textos de Michel Foucault que aborda a questão da natureza e do exercício do poder nas sociedades capitalistas, além de sua relação fundamental com a ideia de verdade, utilizando-se da metodologia genealógica.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

Apresentação das primeiras reflexões de Foucault sobre sua teoria do poder, entendido pela maneira como são produzidos a verdade e o desejo, sendo analisado por meio das instituições de cárcere e vigilância.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

O livro aborda a influência que a política, a economia e a cultura exercem sobre a construção da ciência e do paradigma científico.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

Artigo de Nancy Fraser que discute demandas por reconhecimento e redistribuição, visando à redução da desigualdade e ao empoderamento de grupos sociais historicamente subalternizados.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na cultura**. Porto Alegre: L&PM, 2010. (Coleção L&PM Pocket).

Clássico que analisa o adoecimento oriundo das interações e conflitos entre os indivíduos e seus projetos de vida e as demandas sociais, indicando a brutalidade do processo de socialização do desejo.

GIDE, André. **O pensamento vivo de Montaigne**. São Paulo: Martins; Edusp, 1975.

Comentário sobre a vida e a obra de Montaigne, por meio de uma análise ampla de sua única obra publicada, os *Ensaios*.

GOMBRICH, Ernst. **A história da arte**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.

Trata-se um livro de história da arte que abarca o período que vai da Antiguidade ao século XX.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Coletânea de textos da filósofa entre 1979 e 1994 de diversos estilos e formatos que analisam criticamente a situação da mulher afro-latino-americana.

GUSDORF, Georges. **A agonia da nossa civilização**. São Paulo: Convívio, 1978.

Análise da condição humana no século XX, que o autor descreve como agonística diante da fragmentação e dissolução dos valores tradicionais e das transformações produzidas pelo avanço tecnológico.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Estudo sobre o estatuto da crise de identidade que sucedeu a fragmentação cultural ocorrida após a modernidade.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis , RJ: Vozes, 2015.

Descrição e exame do imperativo social do alto desempenho que produz não só a depauperação como se torna a origem de novas formas de sofrimento, adoecimento e esgotamento.

HARAWAY, Donna. **O manifesto das espécies companheiras**: cachorros, pessoas e alteridade significativa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

O livro expõe o pensamento multiespécies da filósofa estadunidense Donna Haraway, que defende uma relação estreita e harmoniosa entre as espécies, ligadas por aquilo que ela designa como "alteridade significativa".

HEIDEGGER, Martin. **Que é metafísica?** São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os pensadores).

Conferência de 1929, que apresenta questões centrais da ontologia heideggeriana, como a retomada do problema do ser, e reflete sobre aspectos da existência humana, como a finitude, a consciência de si e a relação com o mundo.

HERÁCLITO. **Fragmentos (Sobre a natureza)**. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

Reunião de fragmentos de *Sobre a natureza*, a única obra escrita pelo filósofo pré-socrático Heráclito de que se tem conhecimento, reconhecida pelo seu tom obscuro.

HOBBES, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural,1974. (Coleção Os pensadores).

Clássico de 1651 cujo título remete ao monstro bíblico Leviatã. Nesse livro, Hobbes defende a ideia de que o poder soberano do Estado serviria para acabar com o caos e a anarquia nas sociedades, uma vez que o ser humano teria uma tendência natural para o egoísmo e o conflito.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.

Publicado em 2000, o livro apresenta uma reflexão sobre o amor na atualidade, entendido como ato político que não seria irracional ou puramente afetivo, mas expressa uma atitude a favor de transformações e do cuidado humano.

HOTTOIS, Gilbert. **Do Renascimento à pós-modernidade**: uma história da filosofia moderna e contemporânea. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

História da filosofia que parte do estudo sobre o Renascimento para narrar as experiências filosóficas modernas e contemporâneas, desembocando na filosofia pós-moderna.

KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. Bauru: Edipro, 2003.

Obra de filosofia prática do pensamento crítico de Kant, que apresenta os fundamentos de sua teoria moral, baseada na ideia de dever para indicar o poder da razão humana de elaborar normas universais para a ação.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os pensadores).

Obra do criticismo kantiano publicada em 1781 e que trata da faculdade humana de conhecer e dos limites do conhecimento.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta**: o que é Esclarecimento? Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

Texto de 1784 em que o filósofo alemão descreve os ideais do Iluminismo, ou Esclarecimento, que depositam grande esperanças na razão como a faculdade capaz de guiar a ação humana autônoma.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Narrativa de cunho autobiográfico que descreve experiência de contato entre o povo Yanomami e o homem branco, destacando a violência e a destruição provocadas por esse contato, tanto para os Yanomami como para a natureza.

KOVÁCS, Maria Julia. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

Obra que aborda o tema da morte sob a perspectiva da influência que a consciência da finitude tem na psique humana e como ambas se relacionam e se ressignificam.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Obra que compila cinco textos originados de entrevistas, palestras e transmissões ao vivo realizadas por Ailton Krenak entre 2017 e 2020: *Não se come dinheiro, Sonhos para adiar o fim do mundo, A máquina de fazer coisas, O amanhã não está a venda* e *A vida não é útil.*

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Obra que reúne cinco textos produzidos por Ailton Krenak entre 2020 e 2021: *Saudações aos rios, Cartografias para depois do fim, Cidades, pandemias e outras geringonças, Alianças afetivas* e *O coração no ritmo da terra*.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Obra que critica a noção de humanidade apartada da natureza e identifica nela a origem da crise socioambiental do Antropoceno. Krenak defende a importância do reconhecimento da diversidade e a recusa da superioridade do ser humano aos demais seres.

LEBRUN, Gérard. **O que é poder**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros passos).

Introdução à reflexão filosófica sobre o conceito de poder, tendo como marco inicial a reflexão de Maquiavel e abarcando debates atuais sobre o tema na perspectiva de liberais e marxistas.

LIBERA, Alain de. **Pensar na Idade Média**. São Paulo: Editora 34, 1999. (Coleção Trans).

Estudo sobre a formação do debate intelectual do medievo, especialmente a Baixa Idade Média, e a influência das ideias medievais na atualidade.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Análise do ideal de hiperconsumismo nas sociedades capitalistas como dimensão central na formação das subjetividades contemporâneas, prometendo a felicidade plena, mas tendo como consequência um diagnóstico amplo de adoecimento e desilusão.

LIPOVETSKY, Gilles. **Da leveza**: rumo a uma civilização sem peso. Barueri: Manole, 2016.

Análise da "ideologia da leveza", ou seja, do ideal contemporâneo de elogio a dietas, ao desprendimento, à desaceleração, que surge como imperativo, tornando-se um verdadeiro peso para aqueles que não conseguem atender a essas demandas.

LOCKE, John. **Carta acerca da tolerância**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os pensadores).

Ensaio sobre a separação política entre o poder do Estado e o poder religioso, que analisa os problemas da intervenção religiosa na esfera pública, mas também aborda a tolerância e o respeito às práticas espirituais.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os pensadores).

Enquanto o primeiro tratado refuta algumas ideias da época, este segundo lida com a teoria política sobre as origens da sociedade civil e seus fundamentos, com base na noção de direito natural e das teses acerca do contrato social.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

Nesse ensaio, a filósofa Audre Lorde discute a condição da mulher na sociedade estadunidense com base em opressões associadas à idade, à raça, à classe e ao gênero.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

História da filosofia que abarca o longo período que vai dos pré-socráticos ao filósofo contemporâneo Wittgenstein.

MARÍAS, Julián. **História da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Clássica obra espanhola de história da filosofia, publicada pela primeira vez em 1941. A edição brasileira teve revisão técnica do professor Franklin Leopoldo e Silva.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Brasília, DF: Editora UnB, 2008.

Comentário filosófico que apresenta uma análise histórico-política sobre a cidade de Roma, em que Maquiavel trata da política de sua época a partir dos escritos historiográficos de Tito Lívio.

MARTON, Scarlett. **Nietzsche**: a transvaloração dos valores. São Paulo: Moderna, 1993. (Coleção Logos).

Livro introdutório sobre a filosofia de Nietzsche e que apresenta trechos da obra do filósofo alemão.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 Edições, 2019.

Ensaio que analisa a construção da categoria de negro em paralelo às de raça e escravidão, criticando o eurocentrismo naturalizado da produção cultural e científica e promovendo uma visão negra de mundo.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Elogio da filosofia**. Lisboa: Guimarães, 1998 (adaptado).

Aula inaugural do filósofo no Collège de France que define quem é o filósofo e qual é sua função, defendendo a importância da atitude constante de questionamento e curiosidade diante do mundo.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Tratado fenomenológico que aborda a questão do ser por meio da analítica da capacidade sensitiva e afetiva do ser humano, dando ênfase para a importância do corpo para além do pensamento.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MILLS, Charles Wade. **O contrato racial**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

Análise da tradição contratualista sob a perspectiva do identitarismo branco, examinando como o pacto social da branquitude permite uma concepção de liberdade e igualdade que exclui grande parte da população.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os pensadores).

Obra que apresenta a famosa teoria sobre a separação funcional dos poderes do Estado em três âmbitos, estabelecendo que eles devem ser exercidos por pessoas distintas e de forma que haja equilíbrio e controle recíproco entre as instâncias.

MORIN, Edgar. **O método 3**: o conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 2008.

Reflexão sobre os caminhos da produção de conhecimento e suas interações com a filosofia, a ciência e os saberes individuais que retoma e examina questões clássicas da epistemologia.

NIETZSCHE, Friedrich. **Os pré-socráticos**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os pensadores).

Conjunto de aforismos e fragmentos de Nietzsche sobre os filósofos pré-socráticos, oriundos de textos de juventude do autor, que é filólogo de formação.

NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre verdade e mentira no sentido extramoral**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os pensadores).

Obra do período de juventude de Nietzsche em que o filósofo reflete sobre a função da verdade e da mentira na cultura a partir da ideia de que a verdade não seria mais do que uma demanda humana sem correspondência no universo.

NOVAES, Adauto (org.). **Civilização e barbárie**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Livro organizado por Adauto Novaes que traz uma série de artigos problematizando filosoficamente os temas da civilização e da barbárie.

OSBORNE, Harold. **Estética e teoria da arte**. São Paulo: Cultrix, 1970.

Trata-se de uma introdução de viés histórico sobre temas da estética e da teoria da arte.

PARMENIDES. **Da natureza**. São Paulo: Loyola, 2002.

Escrito em versos, trata-se de um poema filosófico sobre a natureza (*physis*), objeto de estudo central dos pré-socráticos, mas que também aborda a questão da verdade, da opinião e do estatuto do ser.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Estudos sobre a condição de operários, mulheres e prisioneiros durante a França do século XIX, entendidos como grupos sociais distintos, mas que ocupam lugar periférico no poder.

PLATÃO. **A República**. Brasília, DF: Editora UnB, 1985.

Apresentação da teoria política de Platão, que expõe e descreve os possíveis regimes de governo da época, divididos entre corruptos e justos, mas que também reflete sobre qual seria o governo e o governante ideais.

PLATÃO. **Defesa de Sócrates**. São Paulo: Abril Cultural, 1972. (Coleção Os pensadores).

Descrição feita por Platão do julgamento, da sentença e da morte de Sócrates, escrita em forma de diálogo, cujo personagem central é o próprio Sócrates, o qual defende sua atuação na cidade e enfrenta com serenidade sua sentença de morte.

PLATÃO. **Fédon**. São Paulo: Abril Cultural, 1972. (Coleção Os pensadores).

Diálogo platônico que aborda a morte de Sócrates e lida com a questão da imortalidade da alma, apresentando a influência órfica e pitagórica na concepção de metempsicose ou reencarnação.

PLATÃO. **Mênon**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2001.

Diálogo que tematiza a questão da natureza do conhecimento, abordando a teoria das reminiscências, e reflete sobre a virtude.

PLATÃO. **O banquete**. São Paulo: Abril Cultural, 1972. (Coleção Os pensadores).

Obra que apresenta a teoria platônica sobre o amor como *eros*, isto é, o desejo pelo que nos falta e a esperança de obtê-lo como forma de preencher nossa incompletude e aplacar nossa inquietação.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

Ensaio de 2005 que trata como a expansão da democracia produziu uma classe de privilegiados que, diante da inclusão social crescente, passaram a odiar o regime.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**: de Nietzsche à Escola de Frankfurt. São Paulo: Paulus, 2006. v. 6.

Clássico renomado que apresenta em sete volumes a vida e a obra dos principais autores da história da filosofia, enfatizando seus conceitos centrais e apresentando esquemas e resumos que auxiliam a fixação dos conteúdos pela exploração visual das ideias.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

RIBEIRO, Renato Janine. **A boa política**: ensaios sobre a democracia na era da internet. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Coletânea de artigos escritos nas últimas duas décadas que refletem sobre as possibilidades da democracia diante das potências e dos problemas oriundos da "virtualização" da vida compartilhada.

RICOEUR, Paul. **O mal**: um desafio à filosofia e à teologia. Campinas: Papirus, 1988.

Ensaio sobre o problema do mal pensado para além da sua dimensão moral e especulativa, demonstrando que a questão exige uma mudança de perspectiva pela união entre pensamento e ação.

RONAN, Colin. **História ilustrada da ciência da Universidade de Cambridge**: Oriente, Roma e Idade Média. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. v. 2.

A obra constrói um panorama ilustrado do desenvolvimento da ciência e do pensamento científico considerando os povos antigos do Oriente, a Roma antiga e a Europa medieval.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. *In*: **Rousseau**: escritos sobre a política e as artes. São Paulo: Ubu, 2020.

Obra-prima do pensador francês em que ele apresenta sua perspectiva sobre o contrato social e defende a tese de que o povo deve ser soberano e portador da vontade geral.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1970.

Fundamentado em uma palestra realizada em 1945, trata-se de uma apresentação sobre o sentido e o significado do existencialismo francês com foco em como essa corrente adota uma perspectiva humanista fundamental.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

Tratado de ontologia em que Sartre realiza um estudo fenomenológico do ser em paralelo com seu determinante mais fundamental, o nada, a partir do modo como ele se mostra para a consciência humana.

SILVA, Franklin Leopoldo e. **Felicidade**: dos filósofos pré-socráticos aos contemporâneos. São Paulo: Claridade, 2007. (Coleção Saber de tudo).

Livro que discute o modo como os filósofos conceberam a felicidade desde os pré-socráticos aos contemporâneos.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

Clássico da psicologia comportamental, a obra traz as concepções e teses fundamentais de Skinner sobre o comportamento humano.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

Nesse ensaio, Spivak reflete sobre o lugar ocupado pela mulher indiana na sociedade pós-colonial.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

Análise da atual relação entre o ser humano e a natureza em meio a processos de exploração e destruição que produzem impactos como eventos climáticos extremos.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

Tratado sobre o surgimento da filosofia grega a partir do paradigma da instauração do discurso racional, em contraposição com o discurso mitológico, que não desapareceu, mas foi superado.

ZIBLATT, Daniel; LEVITSKY, Steven. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Estudo contemporâneo sobre o estatuto das democracias mediante a dificuldade de se estabelecer os limites que definem quando há ruptura democrática, visto que os mecanismos políticos estão cada vez mais difusos e multiformes.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

SUPLEMENTO PARA O PROFESSOR

Durante o Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, espera-se que os estudantes consolidem o aprendizado dos anos anteriores, desenvolvam autonomia intelectual para refletir sobre a realidade complexa que os cerca e tenham condições de exercer a cidadania conscientemente e traçar um projeto de vida.

Para os estudantes, esse desafio é potencializado por outros apresentados durante a adolescência, fase da vida de grandes transformações físicas, emocionais e psicológicas: as mudanças do corpo, as relações afetivas, dúvidas quanto ao futuro profissional e muitos outros motivos geradores de conflitos internos, às vezes incompreendidos por quem está ao redor.

Para os professores, a difícil missão de estabelecer uma estratégia de trabalho sustentável que garanta o diálogo com estudantes de perfis tão diferentes se torna mais árdua pelas cobranças de resultados, pela dificuldade de se manter atualizado(a) devido aos inúmeros afazeres exigidos pelo ofício (dentro e fora das salas de aula e nem sempre em condições adequadas) e pela necessidade de acompanhar as políticas educacionais em constante transformação.

Para ser uma ferramenta de auxílio ao docente, esta coleção une o trabalho de autores e autoras experientes dos quatro componentes curriculares de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas com o objetivo de subsidiar uma experiência de ensino-aprendizagem que seja realmente significativa, colaborando com o trabalho do professor para o efetivo desenvolvimento das competências e habilidades esperadas para os estudantes do Ensino Médio e contribuindo para a formação de indivíduos críticos, participativos e comprometidos com a construção de um mundo mais justo, tolerante e sustentável.

Desejamos a todos uma excelente jornada.

Os autores

SUMÁRIO

Pressupostos teórico-metodológicos da coleção MP003

O entendimento da coleção sobre ensino-aprendizagem MP003
O estudante no centro do processo MP003
A aprendizagem precisa ser significativa MP003
Conhecimento integrado MP003
O enfrentamento de situações-problema MP004
O estímulo à interação e à cooperação MP004
Instrumentalizar o estudante MP004

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio MP005
As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas MP006
Entendendo como avaliar os diferentes graus de complexidade das competências da BNCC MP009
A BNCC na coleção MP010

A prática docente no século XXI MP011
Juventudes e as culturas juvenis MP011
As tecnologias digitais MP012
Práticas para o ensino MP014
Sugestões de práticas para o desenvolvimento de ambientes inclusivos MP020
O ensino interdisciplinar MP024

A coleção MP025
As unidades temáticas MP025
Sugestões de cronogramas para uso da coleção MP027
Elementos que compõem o livro do estudante MP030

Pressupostos teórico-metodológicos do livro de filosofia MP033

O que é a filosofia e por que estudá-la? MP033
O ensino de filosofia MP033
O livro didático de filosofia MP034
A filosofia na LDB e na BNCC MP035
Leituras complementares MP036

Orientações específicas e respostas MP039

UNIDADE 1 **Natureza em transformação** MP039
Capítulo 1 O estudo da natureza na Antiguidade e na Idade Média MP039

ESTRATÉGIA DE ESTUDO **Esquema comparativo** MP042
Capítulo 2 O estudo da natureza a partir da Idade Moderna MP042

UNIDADE 2 **Trabalho, ciência e tecnologia** MP046
Capítulo 3 Trabalho e lazer MP046
Capítulo 4 Ciências MP049

UNIDADE 3 **Sociedade, política e cultura** MP053
Capítulo 5 Cultura, linguagem e arte MP053
Capítulo 6 Teorias sobre a crença, a morte e o amor MP057

UNIDADE 4 **Poder e política** MP061
Capítulo 7 Teorias políticas: Antiguidade MP061
Capítulo 8 Teorias políticas: Idade Moderna e contemporaneidade MP064

UNIDADE 5 **Globalização, emancipação e cidadania** MP068
Capítulo 9 Teorias sobre o sujeito MP068
Capítulo 10 A filosofia no mundo globalizado e a pós-modernidade MP071

UNIDADE 6 **Conflitos e desigualdades** MP076
Capítulo 11 Teorias sobre a violência MP076
Capítulo 12 Direitos humanos MP080

EDUCAÇÃO MIDIÁTICA **Influenciadores digitais** MP084

MOVIMENTAÇÃO **Direitos humanos no Brasil** MP084

Referências bibliográficas comentadas MP086

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA COLEÇÃO

O entendimento da coleção sobre ensino-aprendizagem

Todos que tiveram o magistério como escolha profissional foram movidos pelo desejo de fazer diferença na vida dos jovens e, de algum modo, colaborar para construir um mundo mais justo, democrático e igualitário. Entretanto, a realização desse anseio depende do desenvolvimento de um trabalho que faça sentido para os estudantes e desperte neles a vontade de serem os protagonistas de suas vidas e sujeitos transformadores da realidade. Como conseguir isso? Que conteúdos selecionar para ensinar aos estudantes? Qual método utilizar? Quais ferramentas e estratégias podem ser empregadas para incentivar os jovens para o estudo? Como saber se os objetivos estão sendo alcançados? Essas e outras questões vêm sendo debatidas intensamente pelos pensadores da educação desde que o ensino tradicional passou a ser questionado com o advento da Escola Nova no final do século XIX.

O chamado escolanovismo produziu uma grande variedade de ramificações e projetou os nomes de pensadores da educação como Célestin Freinet, John Dewey, Lev Vygotsky e Jean Piaget, cuja produção intelectual se orientou pela negação de um modelo educativo centrado na figura do professor, na memorização e na valorização exclusiva dos conteúdos informativos. Essas ideias influenciaram muitos teóricos da educação e tiveram grande repercussão nas práticas pedagógicas dos séculos XX e XXI – e embasaram teoricamente essa coleção, como será apresentado a seguir.

O estudante no centro do processo

A presente coleção foi concebida tomando como ponto de partida o pressuposto de que o aprendizado só se dá efetivamente quando ocorre o ativamento de processos mentais que provoquem a internalização do conhecimento. Essa ativação depende de o estudante ter um papel central no seu processo de aprendizagem, o que significa levar em conta suas experiências pessoais e conhecimentos adquiridos dentro e fora do espaço escolar. Como afirma Zabala,

> Aprender a elaborar uma representação pessoal do conteúdo objeto da aprendizagem, fazê-lo seu, interiorizá-lo, integrá-lo nos próprios esquemas de conhecimento. Essa representação não inicia do zero, mas parte dos conhecimentos que os alunos já têm e que lhes permitem fazer conexões com os novos conteúdos, atribuindo-lhes certo grau de significância. As relações necessárias a estabelecer não se produzem automaticamente – são o resultado de um processo extremamente ativo realizado pelo aluno, o que há de possibilitar a organização e o enriquecimento do próprio conhecimento. [...]
>
> ZABALA, Antonio. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 98-99.

Baseando-se nesse pressuposto, a coleção pretende estabelecer uma comunicação mais próxima com os estudantes, buscando referências de seu cotidiano e propondo atividades que os convidem a expor seu ponto de vista, investigar e refletir, compartilhando suas conclusões.

A aprendizagem precisa ser significativa

A ideia de que a aprendizagem só é sólida quando ocorre de maneira significativa foi elaborada pelo psicólogo estadunidense David Ausubel (1918-2008). Segundo sua teoria, que será apresentada com mais detalhes no tópico "Práticas para o ensino", as novas informações se integram à mente por meio de conceitos organizadores, que funcionam como uma espécie de armação, nas quais novas informações e conceitos se ajustarão em rede. Com o aprendizado, as tramas dessa rede vão se remodelando, multiplicando as conexões, de modo que toda a estrutura vai se tornando mais complexa e, portanto, capaz de acomodar mais e mais informações novas. Assim, a coleção tem a preocupação não só de investigar os **conhecimentos prévios** dos estudantes, como também de introduzir ou ampliar conceitos próprios da área de Ciências Humanas e Sociais, como *Estado*, *hierarquia*, *ética*, entre outros, demandando seu emprego nas reflexões e argumentações propostas nas atividades.

Conhecimento integrado

A concepção da estrutura cognitiva humana sustentada por Ausubel contraria a compartimentação tradicional do conhecimento em disciplinas isoladas, pois a ideia de articulação em rede pressupõe a intercomunicação dos saberes e o estabelecimento de relações entre os conceitos. Por conseguinte, **uma aprendizagem significativa** robusta deve ocorrer dentro de uma **perspectiva interdisciplinar**, como explica Juares da Silva Thiesen:

> Na sala de aula, ou em qualquer outro ambiente de aprendizagem, são inúmeras as relações que intervêm no processo de construção e organização do conhecimento. As múltiplas relações entre professores, alunos e objetos de estudo constroem o contexto de trabalho dentro do qual as relações de sentido são construídas. Nesse complexo trabalho, o enfoque interdisciplinar aproxima o sujeito de sua realidade mais ampla, auxilia os aprendizes na compreensão das complexas redes conceituais, possibilita maior significado e sentido aos conteúdos da aprendizagem, permitindo uma formação mais consistente e responsável.
>
> THIESEN, Juares da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 545-598, set./dez. 2008. p. 551. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/swDcnzst9SVpJvpx6tGYmFr/?lang=pt. Acesso em: 11 set. 2024.

Corroborando esse entendimento, a coleção busca favorecer a interdisciplinaridade, sugerindo atividades que exigem a mobilização de conceitos e informações relativos a diferentes componentes curriculares das várias áreas do conhecimento. Essas propostas interdisciplinares estão devidamente indicadas na parte do suplemento "Orientações específicas e respostas" para cada capítulo.

O enfrentamento de situações-problema

Ausubel sugeriu que uma estratégia eficiente para transformar as estruturas cognitivas é provocar discordâncias ou **conflitos cognitivos**, quer dizer, apresentar evidências ou situações que coloquem em xeque os conhecimentos prévios dos estudantes, despertando neles incertezas e compelindo-os, assim, a buscar o reequilíbrio, recorrendo à reflexão e à investigação, cujo efeito final é a reconstrução do conhecimento.

Efeito semelhante pode ser obtido por meio da proposição de **situações-problema** para as quais os estudantes não dispõem de solução imediata, sendo instigados a se apropriar de conhecimentos elaborados de base científica e a aplicar seus recursos cognitivos a fim de encontrar respostas originais para o desafio apresentado.

O enfrentamento de situações-problema pode colaborar ainda para sensibilizar os estudantes em relação a questões contemporâneas de interesse social, tirando-os de posições mais individualistas e promovendo situações para reflexão sobre seu papel como **sujeitos históricos**, capazes de agir e transformar a realidade.

Nas palavras de Paulo Freire,

> [...] a prática problematizadora [...] propõe aos homens sua situação como problema [...] como incidência de seu ato cognoscente, através do qual será possível a superação da percepção mágica ou ingênua que dela tenham. A percepção ingênua ou mágica da realidade da qual resultava a postura fatalista cede seu lugar a uma percepção que é capaz de perceber-se. E porque é capaz de perceber-se enquanto percebe a realidade que lhe parecia em si inexorável, é capaz de objetivá-la. Desta forma, aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se "apropriam" dela como realidade histórica, por isto mesmo, capaz de ser transformada por eles. O fatalismo cede, então, seu lugar ao ímpeto de transformação e de busca, de que os homens se sentem sujeitos.
>
> FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 82. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. p. 103-104.

Ciente do papel da educação na consolidação da democracia e da formação de sujeitos conscientes de seu potencial transformador para construir um país mais justo e sustentável, esta coleção se empenha em apresentar aos estudantes diversos desafios e problemas concretos experimentados pela população brasileira ou por determinados segmentos dela e convocá-los a refletir sobre soluções possíveis. Por exemplo, a seção "MovimentAção" oportuniza a investigação de problemas atuais relacionados ao cotidiano dos estudantes (como o descarte e a gestão do lixo, no livro de geografia, e o trabalho informal, proposta apresentada no volume de história), demandando produções que apresentem sugestões para tratar o problema. Da mesma forma, muitas das propostas apresentadas nos boxes "Você pesquisador", "Explore" e na seção "Atividades" convidam o estudante a pensar sua realidade a fim de transformá-la.

O estímulo à interação e à cooperação

Outro princípio que rege a coleção é o de que o processo de ensino-aprendizagem se desenrola em um **contexto de interação social e cultural**. Segundo Vygotsky,

> [...] toda função em desenvolvimento cultural da criança aparece em cena duas vezes, em dois planos; primeiro no plano social e depois no psicológico, a princípio entre os homens como categoria interpsíquica e logo no interior da criança como categoria intrapsíquica. Isso se refere igualmente à atenção voluntária, à memória lógica, à formação de conceitos e ao desenvolvimento da vontade.
>
> VIGOTSKI, Lev Semionovic. **Obras escogidas III**: problemas del desarrollo de la psique. Madri: Visor, 1995. p. 150. (Tradução nossa).

Sendo assim, o pleno desenvolvimento das capacidades cognitivas do adolescente depende de ele encontrar oportunidades diversas de interagir com seus pares e professores para debater ideias, confrontar hipóteses, trocar opiniões e argumentar. Por isso, a coleção considera a importância de incentivar a cooperação entre os estudantes e promover em sala de aula situações de diálogo e debate sobre temas associados a questões sensíveis do presente.

Instrumentalizar o estudante

Se por um lado se concebe o papel central dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem e a necessidade de o conhecimento ser assimilado de maneira significativa, por outro deve-se reconhecer o valor do conhecimento sistematizado e a **competência do professor** para planejar e coordenar o trabalho pedagógico que permitirá ao estudante estar devidamente instrumentalizado para conquistar autonomia e desenvolver ao máximo suas potencialidades. Isso significa procurar, simultaneamente, equilibrar a aquisição de conhecimentos acadêmicos relevantes e sólidos, sem os quais não há material para reflexão, e o amadurecimento de habilidades sem as quais não se pode desenvolver competências. Perrenoud enfatiza a necessidade de perseguir esse equilíbrio ao afirmar que,

> [...] para entender o mundo e agir sobre ele, não se deve, ao mesmo tempo, apropriar-se de conhecimentos profundos e construir competências suscetíveis de mobilizá-los corretamente? A figura do especialista o atesta: ele se define, simultaneamente, como um cientista, um erudito, alguém que "leu todos os livros" e acumulou tesouros de conhecimentos por meio da experiência; alguém que tem intuição, senso crítico, *savoir-faire* e o conjunto de capacidades que permitem antecipar, correr riscos, decidir, em suma, agir em situação de incerteza.
>
> PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 11.

Por essa razão, a presente coleção procura assegurar aos estudantes informações relevantes e consistentes sobre os temas selecionados e, ao mesmo tempo, oferecer grande variedade de situações e atividades voltadas para a aquisição de habilidades e domínio de procedimentos fundamentais para a construção de competências.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a Educação Básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, assegurada inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria, e determinou a progressiva universalização do Ensino Médio gratuito. Até então, conforme a Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, o Ensino Médio (antigo segundo grau) não era obrigatório.

Quase uma década após a promulgação da constituição, a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), segundo as quais a educação é entendida como um processo formativo abrangente que se desenvolve "na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais". Quatro anos depois, seguindo o movimento de promoção de reformas educacionais que permitissem ao país melhorar os índices de escolarização e nível de conhecimento de seus jovens para superar o quadro de extrema desvantagem em relação aos países desenvolvidos, foram publicados os *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio* (PCNEM), que reconheceram um novo contexto para os anos finais da Educação Básica e reiteraram a necessidade de um ensino contextualizado para a formação integral dos estudantes.

Contudo, no início da segunda década do século XXI, o modelo predominante para o Ensino Médio no Brasil ainda era essencialmente aquele que se estabeleceu durante a Primeira República (1889-1930): os estudantes são agrupados em turmas de acordo com a idade, e a progressão de um ano para outro depende da assimilação de conteúdos dos diversos componentes curriculares. Esses são ministrados por docentes especialistas em horários delimitados e preestabelecidos, havendo pouca ou nenhuma interação entre os componentes curriculares. O conhecimento assim ministrado, em geral, adquire contornos tecnicistas e é apresentado de maneira fragmentada, sem relação com a realidade vivida pelos jovens, parecendo-lhes frequentemente distante e destituído de sentido (Gerhard; Rocha, 2012).

Nesse contexto, em 16 de fevereiro de 2017 foi sancionada a Lei n. 13.415, que instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, estabelecendo os pressupostos do que foi chamado "o novo Ensino Médio", que tem como base o incentivo ao **ensino integral**, a **articulação com a formação técnica profissional**, a **flexibilização do currículo** e a **ampliação da carga horária**. Além disso, a lei que estabeleceu a reforma do Ensino Médio instituiu que os objetivos de aprendizagem essenciais para essa etapa da educação devem ser os definidos pela BNCC.

A BNCC foi homologada em 2017, e por meio desse documento foram definidas **dez competências gerais da Educação Básica**, que se relacionam e se desdobram no tratamento didático para todas as etapas da Educação Básica, ou seja, dos anos iniciais do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, com o objetivo de desenvolver atitudes e valores nos termos já previstos desde a LDB. A BNCC entende como competência a capacidade de mobilizar conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do mundo do trabalho e do exercício da cidadania.

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2018. p. 9-10.

Em dezembro de 2018, foi aprovada a BNCC para o Ensino Médio, que, além da continuidade do desenvolvimento progressivo dessas competências gerais, determinou como objetivo do Ensino Médio a preparação básica dos estudantes para o trabalho e o exercício da cidadania, bem como a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos durante o Ensino Fundamental. Assim como rege a lei, o documento estabeleceu competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes ao longo da última etapa da Educação Básica em **quatro áreas do conhecimento**: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Desse modo, impôs-se uma reestruturação para o Ensino Médio, na qual a ênfase do processo de ensino-aprendizagem deslocou-se do conteúdo informativo para o desenvolvimento de competências e habilidades; e, no lugar da antiga segmentação das disciplinas, definiu-se o ensino por áreas.

Em julho de 2024 foi sancionada a Lei n. 14.945, que reestruturou a Política Nacional para o Ensino Médio. Após um processo de consulta pública, a lei alterou parcialmente a BNCC para essa etapa do ensino. Resumidamente, aumentou a carga horária da Formação Geral Básica, explicitou o ensino de todos os componentes curriculares em suas respectivas áreas do conhecimento e determinou a construção de diretrizes para a oferta dos Itinerários Formativos.

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Segundo a BNCC, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é integrada por filosofia, geografia, história e sociologia, com o propósito de ampliar e aprofundar as aprendizagens essenciais desenvolvidas durante o Ensino Fundamental, e sempre orientada por uma formação ética.

Considerando a maior maturidade cognitiva dos estudantes e sua capacidade de articular informações e conhecimentos, espera-se que durante o Ensino Médio eles possam ampliar seu repertório conceitual, desenvolver as capacidades para perceber de forma mais acurada a realidade e realizar raciocínios mais complexos, além de dominar a leitura de diferentes linguagens, fator essencial para os processos de simbolização e abstração.

Tendo em vista esses aspectos e as aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes nessa etapa da educação formal, a BNCC definiu as seguintes categorias fundamentais da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas a serem tematizadas e problematizadas.

- **Indivíduo, natureza, sociedade, cultura e ética**: categorias que permitem aos estudantes a análise crítica sobre a sociedade em que vivem e sobre eles mesmos como indivíduos, além da compreensão das diferentes formas de organização social baseadas em valores, tradições, práticas, hábitos e formas específicas de manejar a natureza. Portanto, essas categorias são próprias da constituição das Ciências Humanas e Sociais, quando possibilitam a compreensão da produção do indivíduo como ser social, da forma como as diferentes sociedades se organizam no espaço físico-territorial, das especificidades das relações que estabelecem com o meio e as suas consequências ambientais.
- **Política e trabalho**: categorias importantes por mediarem a vida em sociedade, em que se pressupõem iniciativas individuais e coletivas. A política deve ser compreendida como meio de inserção do indivíduo no coletivo, de prática da cidadania e como forma das lógicas de poder estabelecidas entre diferentes grupos, o que inclui os tipos de organização dos Estados e o estabelecimento de governo. A dimensão do trabalho pode ser compreendida por diversas perspectivas: filosófica, histórica e sociológica, entre outras, por se relacionar às formas de dominação e transformação da natureza, de produção de riqueza, de humanização ou de alienação.
- **Tempo e espaço**: categorias essenciais para o estudo das Ciências Humanas uma vez que permitem a identificação de contextos, a análise de acontecimentos e a compreensão de processos, bem como as suas rupturas e permanências. Durante o Ensino Médio os estudantes devem desenvolver a compreensão de dimensões simbólicas e abstratas do tempo, bem como das noções que diferentes sociedades têm dele, ultrapassando a percepção uniforme de linearidade. Em relação ao espaço, espera-se que se tornem capazes de entender as suas dimensões históricas e culturais, além de suas representações cartográficas, pois a trajetória de diferentes grupos humanos (migrações, ocupações, disputas, produção e distribuição de produtos, relações de trabalho etc.) realiza-se em um determinado espaço e em um tempo específico.
- **Território e fronteira**: categorias indispensáveis para a compreensão de processos identitários relacionados a territorialidades e de estabelecimento de fronteiras de diferentes significados (territoriais, culturais, econômicas, sociais, entre outras). Espera-se que os estudantes possam compreender que território, além de significar uma porção da superfície terrestre relacionada à sobrevivência, à identidade e à segurança de diferentes grupos humanos (nações, povos, Estados), como categoria engloba noções de lugar, região, limites políticos e administrativos, sendo, portanto, suporte de esquemas abstratos de organização espacial da realidade (cidades, estados, países). De forma associada, fronteira deve ser entendida como uma categoria historicamente construída que pode ser expressa nas dimensões territoriais, mas também culturais, econômicas, sociais e políticas – muitas delas, permeáveis e móveis.

Tendo como base essas categorias, e para assegurar aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, a BNCC definiu para o Ensino Médio **seis competências específicas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, que devem ser articuladas às competências gerais da Educação Básica. Cada uma das competências específicas se desenvolve por meio de um conjunto de habilidades.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS PARA O ENSINO MÉDIO

Compência específica 1	Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.
Habilidades	**(EM13CHS101)** Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. **(EM13CHS102)** Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos. **(EM13CHS103)** Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros). **(EM13CHS104)** Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço. **(EM13CHS105)** Identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades. **(EM13CHS106)** Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
Competência específica 2	Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.
Habilidades	**(EM13CHS201)** Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles. **(EM13CHS202)** Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneos (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais. **(EM13CHS203)** Comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras). **(EM13CHS204)** Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas. **(EM13CHS205)** Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis. **(EM13CHS206)** Analisar a ocupação humana e a produção do espaço em diferentes tempos, aplicando os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos, casualidade, entre outros que contribuem para o raciocínio geográfico.
Competência específica 3	Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.
Habilidades	**(EM13CHS301)** Problematizar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em metrópoles, áreas urbanas e rurais, e comunidades com diferentes características socioeconômicas, e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que promovam a sustentabilidade socioambiental, o combate à poluição sistêmica e o consumo responsável. **(EM13CHS302)** Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais –, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade. **(EM13CHS303)** Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo e à adoção de hábitos sustentáveis.

Continuação

Habilidades	**(EM13CHS304)** Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável. **(EM13CHS305**) Analisar e discutir o papel e as competências legais dos organismos nacionais e internacionais de regulação, controle e fiscalização ambiental e dos acordos internacionais para a promoção e a garantia de práticas ambientais sustentáveis. **(EM13CHS306)** Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta (como a adoção dos sistemas da agrobiodiversidade e agroflorestal por diferentes comunidades, entre outros).
Competência específica 4	Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.
Habilidades	**(EM13CHS401)** Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos. **(EM13CHS402)** Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica. **(EM13CHS403)** Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos. **(EM13CHS404)** Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.
Competência específica 5	Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
Habilidades	**(EM13CHS501)** Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade. **(EM13CHS502)** Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais. **(EM13CHS503)** Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos. **(EM13CHS504)** Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.
Competência específica 6	Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
Habilidades	**(EM13CHS601)** Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país. **(EM13CHS602)** Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual. **(EM13CHS603)** Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.). **(EM13CHS604)** Discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação nos países, considerando os aspectos positivos e negativos dessa atuação para as populações locais. **(EM13CHS605)** Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo. **(EM13CHS606)** Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2018. p. 571-579.

Entendendo como avaliar os diferentes graus de complexidade das competências da BNCC

A capacidade humana para decidir e agir depende de uma série de processos mentais que configuram nossas competências, sejam elas de natureza prática ou teórica. Contudo, essas competências não são inatas. Elas devem ser aprendidas e desenvolvidas, e a escola desempenha papel importante nesse processo.

O conceito de competência

Ao nascer, todos os indivíduos contam com esquemas hereditários que servem de ponto de partida para a construção de outros esquemas mais complexos que constituirão aquilo que Pierre Bordieu chamou de *habitus*, quer dizer, "um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações" (Bourdieu, 1983). O *habitus* se constitui assim como um lote de esquemas mais ou menos formatados para lidar com situações determinadas que, por meio de transferência analógica e mediante algumas adaptações, pode ser mobilizado no enfrentamento de situações novas. Todavia, à medida que estas se singularizam e os esquemas disponíveis já não podem ser simplesmente adaptados para enfrentá-las,

> [...] há uma tomada de consciência, ao mesmo tempo do *obstáculo* e dos *limites* dos conhecimentos e dos esquemas disponíveis, ou seja, a passagem para um funcionamento reflexivo. Nasce, então, um *processo de procura* que culmina, na melhor das hipóteses, em uma ação original por sucessivas aproximações, recorrendo-se até à teoria e ao cálculo formal.
>
> Esse trabalho de reflexão, que está no centro das competências mais valorizadas, também depende do *habitus*, na medida em que o controle reflexivo da ação, a conscientização e o pensamento formal passam pela implementação de esquemas de pensamento, avaliação e julgamento. Trata-se, portanto, dos esquemas mais gerais do sujeito, que permitem a abstração, o relacionamento, a comparação, o raciocínio, a conceituação; em outras palavras, os esquemas que constituem a *lógica natural* ou a inteligência do sujeito.
>
> PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 26.

A capacidade de orquestrar com autonomia e destreza um conjunto de esquemas organizados é, portanto, o que constitui uma competência. Em nível elevado, a articulação de um conjunto de competências permite que o sujeito, diante de um desafio singular, seja capaz de elaborar uma resposta original e até inédita.

Desenvolvendo competências na escola

Não raro, os estudantes questionam por que razão precisam saber algum conteúdo escolar. A questão é pertinente, pois o conhecimento não se integra automaticamente a sistemas mais elaborados de pensamento que auxiliem o jovem a entender o mundo e seu papel nele, nem se constitui mecanicamente em recurso a ser mobilizado para solucionar problemas ou enfrentar situações cotidianas.

Para que ocorra a aquisição de uma competência, os estudantes devem fazer mais do que exercícios de fixação e de aplicação do conhecimento escolar. Eles precisam associar seus aprendizados de maneira sistemática e contínua a práticas sociais, o que significa expô-los a questionamentos e situações que, para serem enfrentados, exigem a ativação sinérgica de recursos variados (informações, modelos, métodos, procedimentos, teorias, tecnologias, habilidades psicossociais, cognitivas etc.). Como afirma Perrenoud,

> [...] a escolaridade geral pode e deve [...] contribuir para construir verdadeiras competências. Não é uma simples questão de motivação ou de sentido, mas sim uma questão didática central: aprender a explicar um texto "para aprender" não é aprender, exceto para fins escolares, pois existem tantas maneiras de explicar ou de interpretar um texto quantas perspectivas gramaticais. Se esse aprendizado não for associado a uma ou mais práticas sociais, suscetível de ter um sentido para os alunos, será rapidamente esquecido, considerado como um dos obstáculos a serem vencidos para conseguir um diploma, e não como uma competência a ser assimilada para dominar situações da vida.
>
> PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 45.

A construção de competências de alto nível pode ocorrer por meio de um componente curricular em particular, ou pode se dar transversalmente, promovendo-se a transferência de conhecimentos de diversas naturezas, ou mobilizando-os por meio dos estudos de conteúdos disciplinares para enfrentar situações complexas da realidade.

Trabalhando as competências da BNCC

A BNCC estabelece **competências gerais** para serem trabalhadas no decorrer de todo o Ensino Básico e **competências específicas** para serem trabalhadas por área do conhecimento a cada etapa da Educação Básica.

As competências gerais, mais abrangentes, serão desenvolvidas progressivamente desde a entrada da criança no universo escolar, para que, ao término do Ensino Médio, lhe seja assegurada educação integral e formação adequada, de modo a tornar-se um adulto preparado para atuar com responsabilidade e consciência, tanto na vida profissional e pessoal, quanto na vida pública, como cidadão.

As **competências específicas** são o pilar das **competências gerais**, e sua aquisição depende do aprendizado de informações, conceitos, métodos, habilidades, procedimentos e atitudes que estão vinculados às diferentes áreas do conhecimento. Por exemplo, nas Ciências Humanas, espera-se que, ao concluir o Ensino Médio, os estudantes tenham adquirido os recursos básicos para "identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos" (**competência específica 5 das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, BNCC). Essa é uma das condições básicas para que ele se torne um cidadão capaz de "exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza" (**competência geral da Educação Básica número 9**, BNCC).

Ora, quais são os recursos necessários para os estudantes desenvolverem a competência específica mencionada anteriormente? A resposta para essa questão será elaborada pelos professores ao definirem os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais dos diferentes componentes curriculares que poderão favorecer o desenvolvimento de habilidades, como a de "analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade" (habilidade **EM13CHS501** da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, BNCC) ou a de "analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais" (habilidade **EM13CHS502** da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, BNCC).

E aqui está uma das vantagens de fazer um planejamento por habilidades e competências: não é necessário se prender a um único currículo ou mesmo repetir as sequências canônicas de conteúdos. É possível até introduzir conteúdos novos, considerando os interesses, conhecimentos prévios e perfil de seus estudantes e as oportunidades de realizar propostas interdisciplinares em conjunto com seus pares. Assim, um professor de história pode decidir desenvolver a habilidade **EM13CHS501** tanto analisando com seus estudantes o depoimento de Adolf Eichmann no Tribunal de Nuremberg quanto debatendo a decisão dos Estados Unidos de utilizar bombas atômicas contra o Japão na Segunda Guerra Mundial, enquanto o professor de sociologia trabalha com notícias de jornais que discutem as relações entre ética e administração pública. As possibilidades são quase infinitas e favorecem a construção de cursos muito mais motivadores e significativos para os estudantes sem abrir mão de conteúdos informativos importantes, além de promover a mobilização de recursos variados para a resolução de problemas reais.

A BNCC na coleção

Os quatro volumes desta coleção foram organizados por unidades temáticas norteadas pelas categorias da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas consideradas fundamentais pela BNCC. Uma vez que tempo e espaço são categorias inerentes à tratativa de qualquer tema da área, a coleção tem como temas: **natureza em transformação**, **globalização**, **emancipação e cidadania**, **trabalho**, **ciência e tecnologia**, **poder e política**, **sociedade, política e cultura** e **conflitos e desigualdades**. A relação estabelecida entre as categorias e o modo como são trabalhadas em cada componente curricular estão explicados no tópico que apresenta a estrutura da coleção.

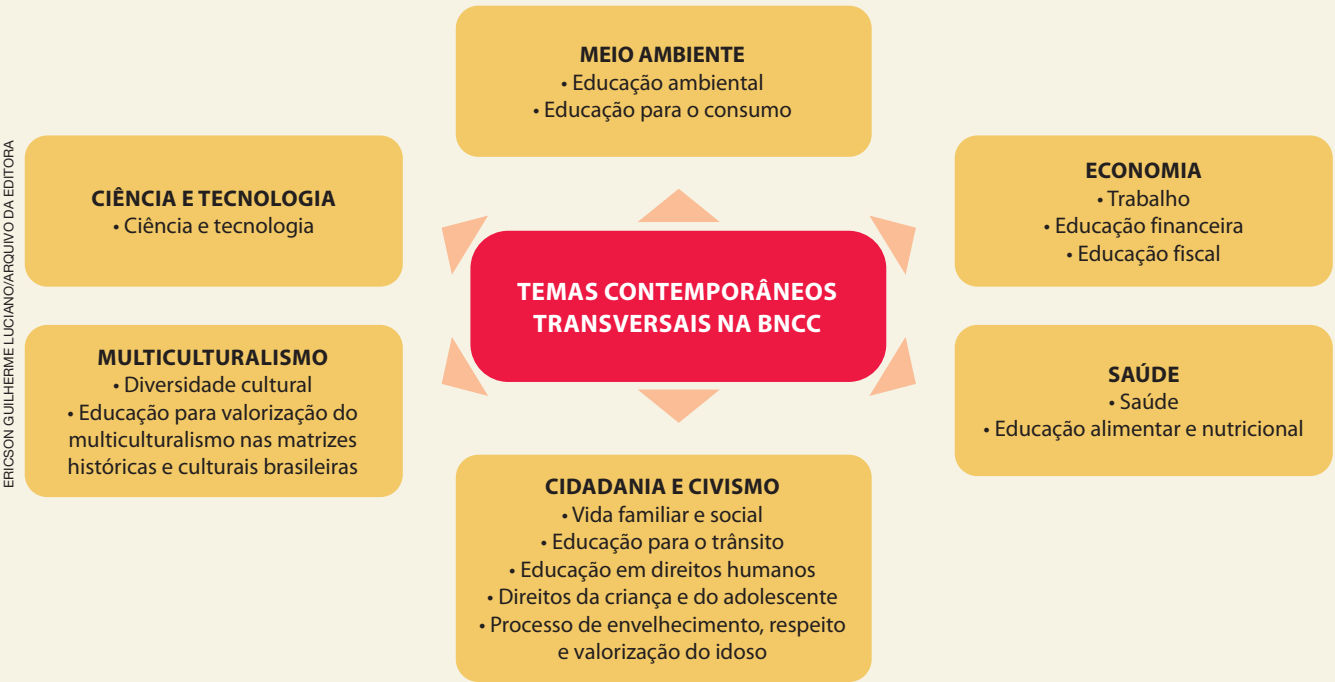
Os volumes são independentes, apresentando os objetos de conhecimento de um único componente curricular em cada um deles, mas sempre considerando uma perspectiva de abordagem interdisciplinar tanto entre os quatro componentes das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas como com outras áreas do conhecimento.

Cada um dos volumes que compõem a coleção considera a progressão das abordagens dos conteúdos e sua articulação com as competências e habilidades, possibilitando arranjos flexíveis, para que escola e professores organizem seus cursos com autonomia, de acordo com sua realidade. Em cada um deles, é objetivado o aprofundamento dos conhecimentos do Ensino Fundamental de forma relacionada à atualidade, além de apresentar abordagens novas referentes aos componentes de filosofia e sociologia, introduzidos nessa etapa dos estudos. Para que se efetive um processo significativo da aprendizagem, a coleção oferece numerosas oportunidades de pesquisa, análise e produção não só de textos, mas de outros objetos.

No conjunto dos volumes, são trabalhadas todas as competências gerais da Educação Básica, bem como as competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e suas respectivas habilidades. Nas orientações específicas de cada um deles, são explicitados os elementos dos capítulos e sua articulação com as referidas competências e habilidades.

Além das categorias, competências e habilidades estabelecidas para cada área do conhecimento na etapa final da Educação Básica, a BNCC reforçou a obrigatoriedade do trabalho com os **Temas Contemporâneos Transversais**, preconizados na legislação educacional do país desde a década de 1990 pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Em 2019, com o objetivo de orientar as redes em relação ao trabalho com esses assuntos, o Ministério da Educação publicou um documento intitulado *Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos*. Nessa publicação, os quinze temas contemporâneos transversais foram agrupados em seis macroáreas temáticas, conforme o esquema no final da página. O documento ressalta que os referidos temas não devem ser trabalhados de forma rígida, em estruturas fechadas, mas integrados às diferentes áreas do conhecimento, cabendo às redes de ensino verificar a melhor forma de incorporar o desenvolvimento obrigatório desses temas aos seus currículos.

Para auxiliar o trabalho dos educadores nesse aspecto, além de propostas de atividades nos boxes "Explore" e na seção "Atividades", esta coleção apresenta a seção "Em pauta", desenvolvida com o objetivo de promover leituras, principalmente de notícias, reportagens, artigos jornalísticos e demais publicações institucionais não acadêmicas, que propiciam discussões proveitosas, muitas vezes relacionadas aos temas contemporâneos transversais. As oportunidades para a abordagem de temas contemporâneos transversais estão indicadas na parte "Orientações específicas e respostas" deste suplemento.



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC**: contexto histórico e pressupostos pedagógicos 2019. Brasília, DF: MEC/SEB, 2019. p. 13.

A prática docente no século XXI

Hoje está estabelecida a concepção de que a sala de aula deve ser um espaço de trocas e diálogo e que a assimilação do conhecimento é mais efetiva quando os estudantes são envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, o papel do docente como condutor do aprendizado se transfigurou, derivando para a concepção do **professor como administrador do processo de ensino-aprendizagem**. Se a princípio parece não haver muita diferença entre as duas concepções, deu-se, de fato, um alargamento das atribuições dos profissionais da educação e uma ampliação das competências necessárias ao exercício do magistério.

Com a constatação de que os estudantes são diferentes uns dos outros e não aprendem em ritmos idênticos nem por meio das mesmas estratégias, o professor passou a ter a responsabilidade de planejar e administrar o percurso a ser feito por seus estudantes, individualmente e em grupo, organizando e dirigindo as situações de aprendizagem. Assim, cabe a ele mapear os diferentes processos de aprendizagem nas turmas pelas quais é responsável, identificar casos singulares, criar estratégias diversificadas que considerem as características dos estudantes para envolvê-los e mantê-los ativos, avaliá-los por meio de diferentes instrumentos, corrigir os rumos do curso com base nos resultados obtidos e assegurar condições para que todos progridam.

Muitos professores temem que essa multiplicação de demandas resulte em uma redução do seu papel em sala de aula. Perrenoud afasta esse risco lembrando que o abandono do modelo tradicional de aula

> [...] não invalida o recurso a um ensino magistral, que é, às vezes, a situação de aprendizagem mais pertinente, considerando-se os conteúdos, objetivos visados e as imposições. A aula deveria, entretanto, tornar-se um dispositivo didático entre outros, utilizado conscientemente, mais do que o emblema da ação pedagógica, qualquer outra modalidade sendo exceção.
>
> PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 19.

A complexidade das tarefas que se acumulam exige ainda que os professores busquem trabalhar em equipe com muito mais intensidade e estabeleçam uma relação maior de diálogo e troca com as famílias dos estudantes, com o objetivo de mantê-las informadas e envolvidas no processo de ensino-aprendizagem dos jovens.

Outro ponto a se destacar é a necessidade de os docentes se manterem atualizados – porque dos assuntos da atualidade é que emergirão as situações-problema a serem propostas em sala de aula – e perseguirem uma formação contínua para acompanhar o ritmo das transformações tecnológicas e dos novos conhecimentos produzidos em diversas áreas de pesquisa associadas à educação. Mais uma vez, sabendo-se da impossibilidade de todos estarem sempre atualizados sobre tudo, é do trabalho coletivo dinâmico, da troca vigorosa de conhecimentos e experiências entre os educadores, que uma nova escola poderá surgir e desempenhar papel relevante na formação das futuras gerações.

Juventudes e as culturas juvenis

Com o objetivo de tornar a aprendizagem significativa para os estudantes, as novas propostas educacionais para o Ensino Médio orientam escolas e professores a perseguirem a contextualização dos conhecimentos trabalhados em sala de aula, especialmente valorizando o universo no qual os estudantes estão inseridos e que lhes é familiar. Em outras palavras, a aprendizagem será potencializada se os programas escolares considerarem os interesses, as preocupações, as aspirações e as atividades cotidianas que conformam as culturas juvenis.

Certamente, quando se mencionam as culturas juvenis, logo vêm à mente aquelas manifestações culturais que já integraram o estereótipo do jovem contemporâneo: o *skate* e o futebol, o *funk*, o *hip hop*, o uso contínuo dos *smartphones* e das redes sociais e os jogos digitais, por exemplo. Elaborar projetos que considerem essas manifestações é, sem dúvida, fundamental, mas não suficiente. É necessário ter consciência de que esse conjunto de manifestações culturais representa um recorte do universo dos jovens, não dando conta dele em sua integridade e em sua complexidade. Deve-se ter em mente que há outros aspectos importantes da experiência juvenil bastante distintos desses. Por exemplo, deve-se considerar que os jovens brasileiros frequentam espaços religiosos, festas em casas de amigos e reuniões em praças e outros locais públicos. Ao mesmo tempo, muitos deles podem nunca ter ido a uma biblioteca, ao teatro ou ao cinema. É importante levar em conta as múltiplas realidades brasileiras nas quais os jovens estão inseridos, pois, se essa diversidade for desprezada pela escola, parte significativa dos jovens não será atraída pelas atividades propostas pelos professores.

A juventude em suas muitas faces

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) definiu a adolescência como a fase que se estende dos 12 aos 18 anos. Embora a adolescência possa estar contida na ideia de juventude, não deve ser confundida com ela. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o fator etário pode ser flexibilizado de acordo com as condições de vida do indivíduo. Reconhece-se, portanto, que a experiência de ser jovem varia muito em função de renda, gênero, raça e até endereço, principalmente em um país ainda marcado por enormes desigualdades como o Brasil. Por essa razão, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) evidenciaram a importância de não se adotar uma caracterização específica e homogênea com referência ao público dessa etapa do ensino. Ao contrário, elas destacam que esses jovens devem ser percebidos como sujeitos que têm valores, comportamentos, visões de mundo, interesses e necessidades específicas.

A heterogeneidade das experiências juvenis no nosso país implica, portanto, um desafio de dimensões consideráveis para os professores, porque requer que eles tenham capacidade de escuta e de observação para identificar as características específicas do grupo de jovens com o qual estão trabalhando, além de flexibilidade para adaptar os programas, garantindo que o conhecimento transmitido seja significativo para os estudantes e dialogue com a realidade deles. Desse modo, o educador que trabalha na zona rural precisará planejar seu curso de maneira diferente da de um colega que dá aulas em um grande centro urbano; aquele que está alocado em uma escola da periferia terá eventualmente de propor situações-problema diversas das que cabem a uma escola em um bairro de classe média; e todos deverão se lembrar de que, dentro de uma mesma sala de aula, estudantes brancos e negros, do sexo masculino e feminino enfrentarão desafios e dúvidas distintos, o que se refletirá em diferentes interesses e pontos de vista sobre uma mesma questão.

Contudo, se é fato que a juventude é multifacetada, não se pode negar a existência de certas condições que são compartilhadas pela maior parte dos jovens do presente e estão associadas ao período histórico que atravessamos. A juventude de hoje não está sujeita, como as gerações passadas, a determinadas regras sociais que a obrigam a se adaptar a formas prescritivas de entrada na vida adulta. Segundo o cientista social José Machado Pais, os jovens ingressam nela por caminhos erráticos, marcados por idas e vindas, avanços e recuos, que estão relacionados com a transitoriedade das relações profissionais e afetivas do presente. Para ele, a tendência de os jovens relativizarem tudo é a resposta a uma realidade pouco palpável, marcada pela impermanência e a consequente incerteza sobre o futuro. Diante da dificuldade de planejar o dia de amanhã, o jovem tende então a viver o aqui e agora, tomando caminhos incertos e cheios de desvios e mudanças de sentido (Pais, 2006).

Outro fenômeno que marca a experiência dos jovens no presente é a tendência ao prolongamento do tempo de permanência no lar paterno em comparação com os jovens de algumas décadas atrás. Colaboram para isso diversos fatores: a extensão dos ciclos escolares decorrente do ingresso de um número maior de jovens no Ensino Superior, a insegurança do mundo do trabalho, a dificuldade de acesso à moradia e as transformações nas relações familiares, por exemplo (Botelho; Araújo; Codes, 2016).

Além do exposto, deve-se considerar que a transição entre a infância e a vida adulta é marcada pelas mudanças biológicas, que ocasionam alterações físicas. Essas transformações provocam uma nova percepção do jovem em relação a si e, consequentemente, uma modificação na forma como ele se relaciona com o mundo ao seu redor. Em um contexto que supervaloriza o corpo e pressiona os indivíduos a buscarem todos os meios moldá-lo conforme padrões idealizados, as transformações corporais típicas da adolescência são fatores de ansiedade e insegurança que afetam os jovens.

Essa característica da experiência juvenil potencializa o impacto das redes sociais na vida dos jovens. Para eles, sua identidade passou a ser definida pela aparência, e sua existência confunde-se com a visibilidade que conseguem nas mídias, especialmente as digitais. Assim, quando não conseguem estar em evidência, os jovens experimentam uma sensação de invisibilidade e morte. Pela mesma lógica, quando sua aparência é reprovada, muitas vezes entendem que são destituídos de qualquer talento ou valor.

Somam-se a essa busca de uma identidade o desenvolvimento de formas mais abstratas de raciocínio e a capacidade de se descentrar, o que significa rever preconceitos e conhecimentos que têm diante de situações novas. Como consequência, o jovem questiona mais, confronta a autoridade dos pais e professores, argumenta. Não é de espantar, portanto, que na última década os jovens estiveram mais organizados e mobilizados para exigir mais protagonismo e participação na vida pública. Todas essas variadas questões devem estar presentes no debate provocado pelo material didático.

Juventudes, culturas juvenis e a escola

Quando os jovens são perguntados em pesquisas sobre a confiança que têm nas instituições sociais, apontam a escola como a instituição na qual depositam mais confiança (Novaes, 2006). Porém, por outro lado, afirmam não ter a ilusão de que os estudos lhes garantirão um emprego no futuro. Se a aquisição dos conhecimentos escolares não é mais entendida como caminho para a segurança financeira e a estabilidade, o que a escola pode oferecer aos jovens? Que caminho ela precisa tomar para voltar a ter sentido para os estudantes?

Para acessar o jovem e conquistá-lo para o trabalho escolar é necessário transformar não só a dinâmica das escolas, como a própria abordagem pedagógica. Muitos professores se queixam, não sem razão, da indisciplina. Parte do problema, certamente, está relacionada a causas sociais que escapam das responsabilidades das instituições escolares. Uma parcela dessas dificuldades, porém, pode ser minimizada, e até eliminada, se os estudantes encontrarem na escola um espaço de acolhimento e de escuta e onde suas experiências e seus conhecimentos sejam levados em consideração. Nesse aspecto, a presente coleção busca ser um instrumento para contribuir com a ação docente que dialogue com os jovens, suas realidades e experiências.

Para trabalhar culturas juvenis, as aulas precisam ser construídas levando-se em consideração o que os estudantes já sabem e têm a dizer, suas aflições, suas dúvidas e sua necessidade de se mover e criar. A título de exemplo, o professor pode apresentar aos estudantes fotos de pichações pela cidade e perguntar se eles consideram aquilo bonito. Alguns manifestarão no debate uma série de informações fundamentais para o educador identificar conhecimentos prévios: sua concepção de belo, sua percepção das territorialidades no espaço urbano, seu entendimento sobre o que é espaço público, entre outras. A seguir, o professor pode exibir exemplos de manifestações artísticas que ressignificam a pichação e repetir a questão, obtendo mais informações. Nessa segunda etapa, uma nova provocação pode ser feita: "pichação é arte?". A partir daí, uma série de dúvidas e polêmicas abrirão portas para os professores trabalharem temas distribuídos entre as várias áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas de maneira desafiadora, delegando para os estudantes tarefas com o objetivo de eles recolherem dados, informações e argumentos para sustentar seus pontos de vista: as pichações nas paredes dos edifícios romanos na Antiguidade e sua relação com a política, o conceito filosófico de estética, a noção de belo entre os gregos antigos, o conceito geográfico de território, entre outras inúmeras possibilidades que contemplam as habilidades e competências definidas na BNCC para o Ensino Médio. Ao longo do processo, o docente determinará quais são as informações fundamentais que ele oferecerá em aula para subsidiar as investigações dos estudantes e quais serão obtidas pelos jovens como resultado de pesquisa, leitura de textos, análise de imagens etc., e compartilhadas com os colegas por meio de seminários, painéis, apresentações multimídia ou outras consideradas adequadas para atingir os objetivos desejados.

É importante observar que, em uma proposta como a utilizada no exemplo, a provocação inicial não se esgotou nela mesma. Ela serviu como disparadora de uma série de dúvidas e polêmicas que incentivaram a participação dos estudantes, mantendo-os engajados e dando-lhes a oportunidade de contribuírem com seus conhecimentos e sua visão de mundo, além de promoverem a aquisição de conhecimentos que poderão subsidiar reflexões sobre suas inquietações íntimas: "quem define, afinal, o que é feio ou bonito?", "que espaço eu ocupo na cidade?", "como eu manifesto minha insatisfação?". Em suma, para que os objetivos de uma educação integral se concretizem, é necessário que a escola seja um espaço de acolhimento, de promoção do respeito aos indivíduos e aos seus direitos e de reconhecimento dos estudantes como interlocutores legítimos, dando-lhes, assim, oportunidade para que sejam protagonistas de seu processo de escolarização.

Sugestões

Livro

Culturas juvenis: múltiplos olhares

Afrânio Mendes Catani; Renato de Sousa Porto Gilioli. Campinas: Editora Unesp, 2008.

Apresenta análises de expressões de diferentes grupos juvenis do espaço urbano em busca de compreender as diferentes juventudes, reconhecendo as culturas jovens como legítimas e relacionando-as a aspectos diversos como educação, entrada no mercado de trabalho, formações familiares e violência.

Site

Observatório da juventude UFMG

Disponível em: https://observatoriodajuventude.ufmg.br/. Acesso em: 24 ago. 2024.

O programa de ensino e extensão da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais realiza, desde 2002, pesquisas e projetos relacionados ao tema juventude e educação. Por meio de seu portal, o programa disponibiliza publicações, vídeos e materiais didáticos do seu acervo.

As tecnologias digitais

As tecnologias digitais e a computação são indissociáveis da vida contemporânea. O constante aprimoramento dessas tecnologias e a transformação ocasionada por elas abrangem as dimensões individuais, sociais e do mundo do trabalho. Um modelo de educação que pretenda uma formação ampla e integral de seus educandos não pode ignorar esse aspecto da atualidade.

Especialista no assunto, o professor José Armando Valente (2019) assinala que a ampliação do acesso aos dispositivos e, consequentemente, o aumento do uso das tecnologias digitais, inclusive na área educacional, não foram suficientes para o desenvolvimento do pensamento lógico dos estudantes e não têm contribuído para a compreensão das especificidades do funcionamento dessas tecnologias.

A constatação de Valente nos faz refletir sobre a dificuldade de adequação do campo educacional em relação ao novo. Muito antes dele, Edgard Morin (2001) destacou saberes necessários para a educação do futuro que não estavam previstos nos currículos escolares. Além de tratar sobre a importância de uma abordagem integrada das diferentes áreas do saber para a construção de um conhecimento pertinente à vida, Morin destacou a importância da formação para que os jovens consigam enfrentar o desconhecido. A mesma preocupação é expressa na BNCC:

> Essa constante transformação ocasionada pelas tecnologias, bem como sua repercussão na forma como as pessoas se comunicam, impacta diretamente o funcionamento da sociedade e, portanto, o mundo do trabalho. [...]. É preciso garantir aos jovens aprendizagens para atuar em uma sociedade em constante mudança, prepará-los para profissões que ainda não existem, para usar tecnologias que ainda não foram inventadas e para resolver problemas que ainda não conhecemos.
>
> BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2018. p. 473.

Ao tratar dos aspectos que caracterizam a computação e as tecnologias digitais, a BNCC considera conhecimentos, habilidades, atitudes e valores organizados em três eixos de aprendizagem, os mesmos dos referenciais da Sociedade Brasileira de Computação (SBC, 2017):

- **Cultura digital**: relacionada ao uso fluente das tecnologias digitais da comunicação e informação de forma ética e responsável, compreendendo seus impactos sociais.
- **Mundo digital**: corresponde à compreensão em relação ao processamento da transmissão e da distribuição de informações de maneira segura por meio de diferentes dispositivos físicos (computadores, celulares etc.) e virtuais (internet, redes e nuvens de dados, entre outros), bem como do seu uso de forma competente e eficaz.
- **Pensamento computacional**: abrange o desenvolvimento das habilidades necessárias para resolver problemas de forma metódica e sistemática por meio do desenvolvimento de algoritmos: um conjunto de procedimentos lógicos para a solução de um problema em etapas.

A dimensão da cultura digital torna-se inerente às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas uma vez que objetivos de aprendizagem da área estão voltados para a formação ética e cidadã dos jovens, o que compreende estudos e práticas norteados pelas ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, compreensão e reconhecimento das diferenças e combate a preconceitos de qualquer natureza (BNCC).

Nesse sentido, um aspecto da cultura digital que não pode ser negligenciado pelas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é o comportamento ético no uso de tecnologia digital. Deve-se enfatizar a questão fundamental do respeito à autoria e do combate à prática do plágio, inclusive abordando os problemas de ordem legal. De acordo com Danielle dos Santos Veloso da Costa e Tiago de Oliveira (2019), a educação acerca do plágio no Ensino Superior se mostrou mais eficiente do que as estratégias de detecção e penalização, o que sugere que iniciar esse trabalho ainda na Educação Básica pode favorecer a construção de uma consciência ética sobre o uso dos recursos digitais de pesquisa e produção textual. Também merece destaque o uso responsável das redes sociais, ensinando os estudantes a selecionarem informações confiáveis e a identificarem estratégias de desinformação – as chamadas *fake news* –, que nos últimos anos vêm representando um risco considerável à estabilidade social e política das democracias pelo mundo, pois

> Os propósitos políticos, ideológicos e até comerciais dos fabricantes de desinformação encontram-se com a polarização social em torno de determinadas ideias e convicções e dessa interseção surgem as partilhas de desinformação que proliferam nas redes sociais. O funcionamento destas redes propicia o afunilamento das discussões que desembocam numa polarização dos utilizadores em grupos que são ilhas no imenso oceano da informação. E estas ilhas não comunicam entre si, vivem em isolamento, voltadas para si mesmas, sem se questionarem e atraindo mais e mais habitantes que se identificam com elas.
>
> [...]
>
> Deste modo, o mundo em volta parece confirmar as suas próprias concepções, reforçando a convicção nas mesmas, favorecendo visões monolíticas do mundo, o pensamento único e a cristalização de ideias e crenças. Sendo escasso o confronto com ideias diversas, fica de parte a reflexão e potencia-se o fechamento do debate público que tende a resumir-se a barricadas defendidas por lados opostos de argumentação, que não dialogam e apenas se confrontam de forma beligerante.
>
> Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). **A desinformação – contexto europeu e nacional**. Lisboa, 4 abr. 2019. p. 36. Disponível em: https://www.parlamento.pt/Documents/2019/abril/desinformacao_contextoeuroeunacional-ERC-abril2019.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.

A **educação digital** de cidadãos precisa se tornar parte integrante da educação escolar, cabendo às instituições de ensino a incumbência de adaptar seus currículos e desenvolver estratégias para ensinar os estudantes a reconhecer as responsabilidades e funções dos meios de comunicação, analisar criticamente o conteúdo de postagens em redes sociais, pesquisar a veracidade das informações difundidas pelos meios digitais nos *sites* de checagem de fatos e investigar dados e informações em fontes fidedignas. Neste sentido, a coleção tem uma seção específica para esse trabalho – "Educação midiática", além de atividades que demandam produção e compartilhamento de conteúdos digitais, de forma crítica, significativa e ética.

Sugestões

Publicação

Jornalismo, *fake news* & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo

Cherilyn Ireton e Julie Posetti (ed.). Paris: Unesco Publishing, 2019. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647. Acesso em: 24 ago. 2024.

A publicação aborda questões relevantes da comunicação digital relacionadas às estratégias do falseamento da informação e oferece dinâmicas diversificadas para ensinar estudantes de jornalismo – que podem ser adaptadas ao ciclo básico – a desenvolver o pensamento crítico, compreender a lógica dos meios digitais e reconhecer e combater o falseamento da informação.

As compreensões relativas ao mundo digital, por se relacionarem a aspectos mais técnicos, estão contidas nas competências e habilidades de outras áreas do conhecimento. Mas as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas podem contribuir, apresentando práticas de produção e compartilhamento seguro de informação por meio de propostas de produções digitais.

Já o pensamento computacional, por ser uma forma ordenada de análise e resolução de problemas – não se reduzindo necessariamente a soluções automatizadas aplicadas por computadores –, pode ser desenvolvido de maneira estruturada por todas as áreas de conhecimento. Assim, esta coleção possibilita o exercício do pensamento computacional no contexto escolar, por meio de: atividades que levam os estudantes à decomposição de um problema para que apreendam o tema e, então, elaborem uma resposta; e atividades de pesquisa, por meio das quais os estudantes tenham que realizar uma abstração, ou seja, filtrar e separar dados eliminando os que não são relevantes, concentrando-se, assim, nos elementos realmente importantes para a solução do problema (o desenvolvimento da proposta de atividade).

Práticas para o ensino

Sabemos que são muitos os desafios para a implementação do ensino voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades para a formação cidadã. O ensino no país passa por dificuldades relacionadas à falta de estrutura física e de recursos didáticos nas escolas, e há necessidade de formação continuada e de valorização dos profissionais da área. Somam-se aos fatores estruturais mencionados, dificuldades e problemas locais, seja da comunidade, seja da instituição de ensino, seja da própria turma de estudantes.

Com o objetivo de subsidiar o trabalho diário dos professores, apresentaremos sugestões para **facilitar a prática docente**, como formas de **mapear os conhecimentos prévios dos estudantes** e usar essa informação para o **planejamento de aula**, a **proposição de formas de organização da turma além do modelo enfileirado**, as **práticas de pesquisa** e o **desenvolvimento da análise**, **inferência** e **argumentação**, e os **métodos de avaliação**.

Levantamento dos conhecimentos prévios e estruturação da aprendizagem

Na década de 1960, o pesquisador David Paul Ausubel ganhou notoriedade ao propor o conceito de **aprendizagem significativa**, que questionava o modelo mecânico baseado exclusivamente na memorização e repetição de informações. Ele defendeu que nenhum conhecimento novo é aprendido de maneira permanente e sólida se não estiver articulado à rede de conceitos e informações preexistentes dos estudantes, como foi exposto anteriormente. De acordo com o pesquisador, o armazenamento de informações assemelha-se a uma teia, na qual cada novo fio só tem firmeza se estiver bem atado a outros e desde que todos estejam igualmente entrelaçados entre si. No centro dessa teia estarão os conceitos estruturantes, os *subsunçores*, que permitem a sustentação dos demais conceitos a eles interligados. À medida que novos fios vão se amarrando à trama já existente, toda a teia se alarga e sua estrutura se torna mais complexa e resistente. Assim, "Ausubel vê o armazenamento de informações na mente humana como sendo altamente organizado, formando uma hierarquia conceitual na qual elementos mais específicos de conhecimento são relacionados (e assimilados) a conceitos e proposições mais gerais, mais inclusivos" (Moreira, 2001, p. 7-8).

Todavia, os estudantes também precisam aprender conteúdos para os quais não têm nenhuma base que lhes sirva de ancoragem. Nesse caso, é preciso construir essa base de algum modo, seja por meio do estímulo à descoberta por meio da experimentação, seja pela aprendizagem por repetição, que se dá de maneira mecânica. Nesse último caso, os *subsunçores* serão, em um primeiro momento, frágeis e dispersos, mas servirão de suporte para novas informações que, tendo a que se amarrar, ou seja, sendo significativas, poderão começar a se organizar em rede. Com o tempo, aqueles primeiros *subsunçores* terão se desenvolvido com o aporte de novos conhecimentos, ganhando robustez e servindo para ancorar de maneira crescente novas informações.

Com o objetivo de favorecer o primeiro contato do estudante com o conhecimento que lhe será apresentado, Ausubel propõe o uso de *organizadores prévios*, que, *grosso modo*, são materiais introdutórios selecionados pelas experiências ou informações familiares ao estudante. Esses organizadores servem de ponte, aproximando os novos conteúdos à rede de conceitos e informações que o estudante já possui. Se o novo conteúdo apresentado for totalmente estranho ao estudante e este não o atrelar a nenhum *subsunçor*, ancorando-o à sua estrutura de conhecimento, provavelmente ele ficará "solto", esvaziado de sentido, e o estudante será no máximo capaz de reproduzi-lo, sem conseguir mobilizá-lo em qualquer operação mental. Desse modo, o estudante que não aprendeu de maneira significativa, por exemplo, a composição da sociedade feudal, poderá ser capaz de citar as três ordens do feudalismo em uma questão, mas não será capaz de reconhecer referências que as identifiquem em uma fonte primária. Em outras palavras, o estudante terá informações memorizadas, mas pode não estabelecer significado entre elas e não as compreenderá de fato.

Ausubel entende que cada vez que uma nova informação é aprendida ou que um conceito é revisado em um contexto significativo, toda a estrutura cognitiva do estudante se reorganiza de uma forma que a compreensão daquilo que está sendo estudado se aprofunda e alarga. Para o pensador,

> O desenvolvimento de conceitos é facilitado quando os elementos mais gerais, mais inclusivos de um conceito são introduzidos em primeiro lugar e, posteriormente, este é progressivamente diferenciado, em termos de detalhes e especificidade. Segundo Ausubel, o princípio *diferenciação progressiva* deve ser considerado ao se programar o conteúdo, quer dizer, as ideias mais gerais e mais inclusivas da disciplina devem ser apresentadas no início para, somente então, serem progressivamente diferenciadas, em termos de detalhes e especificidade.
>
> MOREIRA, Marco A.; MASINI, Elcie F. Salzano. **Aprendizagem significativa**: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Centauro, 2001. p. 29.

Além disso, para que a aprendizagem seja efetiva, deve-se também planejar a programação dos conteúdos a serem ensinados explorando-se o emprego de conceitos em diferentes contextos e as relações entre ideias e informações, ou seja, mobilizando-se os conteúdos para que fomentem o pensamento, a reflexão, naquilo que Ausubel chama *reintegração integrativa*. Esse princípio é especialmente importante em situações de aprendizagem nas quais os conceitos introduzidos em aula contrariam ideias já estabelecidas na estrutura cognitiva dos estudantes, fazendo-os remodelar toda a cadeia de ideias associada àquele conceito e ajustar sua compreensão. Para simplificar, podemos dizer que a aprendizagem é um processo que se dá de maneira progressiva: à medida que os estudantes vão acomodando os novos conceitos à sua estrutura cognitiva, ela também se reorganiza e se transforma.

Desse modo, em primeiro lugar, é necessário **averiguar os conhecimentos prévios** dos estudantes, a fim de **identificar quais conceitos e informações já integram suas estruturas cognitivas**. Embora pareça um caminho seguro perguntar diretamente aos estudantes o que eles sabem sobre determinado assunto ao introduzi-lo, essa não é a melhor estratégia, pois nem sempre os jovens têm consciência do que sabem ou deixam de saber sobre diversos temas. Muitos conhecimentos não estão isolados na mente dos estudantes, mas articulados a outros, de modo que não podem ser facilmente identificáveis, emergindo somente quando mobilizados pelo pensamento. Assim, é preciso criar estratégias que ativem esses conhecimentos prévios para que eles se manifestem. Isso pode ser conseguido com o apoio de textos ou de materiais audiovisuais, acompanhados por provocações que instiguem os estudantes a verbalizar suas ideias.

Na coleção, a "Abertura de Unidade" cria um momento valioso para esse trabalho ao apresentar uma situação-problema relacionada aos temas que serão estudados, a fim de que os estudantes compartilhem experiências e opiniões sobre as questões levantadas. Os professores devem ficar atentos aos conhecimentos difundidos pelo senso comum que podem ser questionados nesse momento de sensibilização e anotar o que poderá ser mais bem esclarecido ao longo dos estudos. Para que o trabalho em relação ao levantamento de conhecimentos prévios seja efetivo para toda a turma, é importante provocar a participação dos estudantes menos comunicativos, pedindo que apresentem seus pontos de vista.

Apresentar uma **situação-problema** ou provocar uma dúvida por meio da oferta de informações que contrariem o senso comum levará os estudantes a expressar seus conhecimentos de modo mais espontâneo. Nessa situação, o professor terá a oportunidade de examinar esses conhecimentos em um contexto dialógico, o que lhe permitirá colher uma quantidade maior de elementos para preparar as próximas aulas.

Uma vez identificados os conhecimentos prévios dos estudantes, deve-se avaliar como eles podem ancorar os conceitos que serão trabalhados nas aulas seguintes. Recomenda-se **priorizar**, quando possível, **os conceitos mais gerais e inclusivos**, tomando-se o cuidado de evitar detalhamentos desnecessários que sobrecarregam o estudante e dificultam a construção de uma estrutura cognitiva organizada. Por exemplo, se o programa de história prevê desenvolver o conceito de absolutismo, deve-se partir daquilo que os estudantes já entendem sobre o conceito mais geral de Estado; se o tema de estudo da área de sociologia for as ações afirmativas e as políticas públicas de inclusão social, as reflexões podem ser propostas a partir dos conceitos de igualdade/desigualdade.

A seguir, o professor identificará os conceitos subordinados àqueles mais gerais, traçará sua ordenação hierárquica e estabelecerá as relações existentes entre eles. Os conceitos serão então apresentados aos estudantes de modo progressivamente diferenciado, ou seja, a cada desdobramento dos conteúdos mais gerais e inclusivos, o estudante entrará em contato com informações mais detalhadas e específicas, sempre resgatando as relações que ligam os conceitos dos vários níveis dessa organização. Nos exemplos anteriores, depois de trabalhar o conceito de Estado com base nas informações preliminares coletadas das falas dos estudantes, pode-se trabalhar conceitos como justiça, lei e poder antes de definir absolutismo; partindo de uma discussão sobre igualdade/desigualdade, é possível tratar de discriminação, direitos e exclusão antes de chegar ao foco das políticas afirmativas.

É importante destacar que a participação dos estudantes nesse processo deve ser ativa, posto que a aprendizagem se dá por uma progressiva assimilação e acomodação das novas informações à estrutura cognitiva do indivíduo, o que só é possível mediante o ato de pensar. Por isso, a aula será mais eficiente se for deslocada do centro do curso para ser usada estrategicamente, com o objetivo de ajudar os estudantes a estabelecerem conexões depois de terem, por exemplo, lido textos variados, examinado gráficos e estatísticas, analisado mapas, explorado fotografias e extraído informações importantes de cada uma dessas atividades. Tomemos o caso do tema do absolutismo proposto anteriormente: digamos que, depois de discutirem uma notícia atual sobre uma situação de tensão entre o Executivo e o Judiciário, os estudantes sinalizaram ter alguns conhecimentos prévios sobre os poderes do Estado e suas respectivas funções. Em vez de explicar já de início o que é absolutismo e listar suas características, pode-se solicitar aos estudantes que leiam um trecho de uma lei estabelecendo o monopólio régio sobre algum produto das colônias francesas e interpretem a famosa frase de Luís XIV – "O Estado sou eu" – para, depois, compararem a organização do Estado e o funcionamento do governo francês dos séculos XVII e XVIII com os atuais e apontarem diferenças entre os dois. Só então, ao final dessa dinâmica, a aula expositiva será empregada com a função de amarrar e organizar as reflexões e conclusões parciais dos estudantes para, com a participação deles, chegar ao que se entende por Estado absolutista.

A proposta de atividades que induzem os estudantes a se manifestarem, organizarem e elaborarem reflexões também dará ao professor subsídios para observar que atitudes eles têm em relação ao estudo e às relações interpessoais, que procedimentos dominam e quais habilidades cognitivas têm desenvolvidas. Com as informações coletadas dessa observação, o professor terá condições para planejar a melhor forma de organizar os estudantes, identificar os procedimentos que precisam ser ensinados ou exercitados e as habilidades que devem ser estimuladas.

Proposição de formas de organização da turma além do modelo enfileirado

Provavelmente, a maior parte do professorado guarda na memória a disposição das carteiras enfileiradas nas salas de aula da sua infância. Esse modelo se tornou dominante no século XIX, quando a lógica da produção em série, derivada da Revolução Industrial, foi reproduzida na educação. O modelo enfileirado pode favorecer algumas situações, mas definitivamente não colabora para o desenvolvimento de uma aula dinâmica, em que os estudantes debatam temas ou desempenhem atividades coletivas. O emprego de metodologias ativas, como a **sala de aula invertida**, na qual o professor delega para casa o trabalho individual (que pode ser a leitura de um texto, a realização de uma pesquisa, assistir a uma explanação gravada em videoaula etc.) e usa o tempo de aula na escola para atividades participativas, exige a adaptação do espaço para que possam se desenvolver. As salas de aula podem então ser organizadas de acordo com formatos variados, dos quais destacamos algumas possibilidades, lembrando que a escolha por um formato ou outro deve ter relação com o objetivo da atividade proposta pelo professor.

- **Sala de aula em ferradura**: produz a organização de um anfiteatro (é possível variar fazendo duas fileiras em U) e é especialmente interessante para aulas dialógicas em que o professor deseja contar com a participação dos estudantes, mas sem perder a função de gerenciador da dinâmica, como nas propostas de abertura de unidade dessa coleção. Essa forma de organização também favorece atividades em que os estudantes devem apresentar seminários e dramatizações, pois libera o espaço do centro da sala para que o grupo em evidência se movimente e tenha a atenção e participação dos colegas.
- **Sala de aula organizada em círculo**: é a ideal para debates e rodas de conversa porque garante que todos os estudantes vejam uns aos outros e possam interagir. A dinâmica será mais interessante se o professor ficar fora do círculo, sempre atrás do estudante que está com a palavra, pois esse posicionamento impede que os estudantes dirijam suas falas ao professor e os induz a falar olhando para os colegas, reforçando seu protagonismo. Além disso, a permanência do professor fora do círculo facilita a observação da dinâmica da turma e o registro dos conhecimentos mobilizados pelos estudantes durante o debate.
- **Sala de aula organizada em dois círculos concêntricos**: empregada para atividades em que o grupo do círculo central é designado para debater um problema, enquanto o grupo de fora observa e avalia a dinâmica do debate. Dependendo do objetivo do professor, a posição dos grupos pode ser invertida em um segundo momento para que todos os estudantes experimentem ambas as situações.
- **Sala de aula organizada em duplas**: bastante utilizada no cotidiano escolar, principalmente para atividades compartilhadas, é um modelo que favorece a integração dos estudantes e, ao mesmo tempo, a concentração na tarefa realizada. Ela é muito útil para atividades que têm como objetivo reduzir a defasagem de aprendizagem de parte dos estudantes porque os próprios colegas podem realizar com eles um trabalho dirigido de monitoria.
- **Sala de aula organizada em trios ou quartetos**: recomendada para trabalhos de análise de mapas, imagens, textos e outros materiais em que se almeja a troca de ideias entre os estudantes, mas de maneira mais contida, sem correr o risco de dispersão de parte deles. Essa organização também facilita o atendimento mais personalizado pelo professor, que pode circular entre os trios ou quartetos para sanar dúvidas ou observar como os estudantes trabalham o material que têm em mãos: se levantam hipóteses e como o fazem, se estabelecem relações com as informações que já aprenderam, se comparam dados oferecidos por diferentes fontes etc.
- **Sala de aula em grupos de quatro ou seis**: é excelente para a prática de jogos pedagógicos em equipes e para trabalhos de pesquisa porque permite aos estudantes trabalhar em cooperação, mas dividindo tarefas entre si. Esse tipo de formação facilita a organização do espaço para os estudantes utilizarem simultaneamente vários recursos, como *tablets*, livros e até *smartphones*, se o professor julgar conveniente e adequado.
- **Sala de aula dinâmica**: indicada para atividades que envolvam o conjunto dos estudantes em diferentes funções, como a organização de mostras e feiras, e exijam uma mobilidade maior em sala de aula. Para isso, pode-se organizar estações de trabalho pelas quais os estudantes circularão. Assim, enquanto um grupo monta um painel, outro grupo pode selecionar e emoldurar fotos, enquanto um terceiro se dedica a elaborar uma linha do tempo, por exemplo.

Práticas de pesquisa

A pesquisa, utilizada no ambiente escolar muito antes do advento das chamadas metodologias ativas, é um processo autônomo e objetivo para a busca de informações, conhecimentos e soluções. Contudo, os resultados são frequentemente questionáveis, porque na maioria das vezes se resumem à reprodução acrítica de informações localizadas sem grandes dificuldades, quando os principais objetivos do levantamento de informações são sua apuração, organização, análise e interpretação. Certamente, um dos principais motivos para a falta de êxito das atividades escolares de pesquisa é a falta de clareza quanto aos seus objetivos e métodos. Existem dois tipos de pesquisa: a quantitativa e a qualitativa. A pesquisa quantitativa consiste em quantificar/medir informações para determinado objetivo, ou seja, prioriza dados numéricos que podem ser utilizados para o estudo de opiniões, tendências, comportamentos etc. Para tanto, realiza-se a coleta de dados de forma estruturada por meio de elaboração de questionários objetivos, com perguntas fechadas (cabe ao pesquisado escolher uma das alternativas oferecidas no questionário). Já a pesquisa qualitativa se dedica à coleta e à investigação de aspectos mais subjetivos do comportamento humano e/ou dos fenômenos sociais, isto é, aborda questões que não podem ser conhecidas somente pela contabilização numérica dos dados. As pesquisas qualitativas podem ser realizadas de diferentes formas, como o estudo de caso, no qual se busca analisar uma situação específica de forma aprofundada.

Para que os estudantes possam se apropriar de diferentes métodos de pesquisa e compreender suas diferenças de aplicação, são apresentadas ao longo da coleção, por meio do boxe "Você pesquisador" e da seção "MovimentAção", diferentes propostas com as respectivas orientações metodológicas no suplemento para o professor, na parte dedicada às orientações específicas do volume. Além disso, na seção "Atividades" apresentamos solicitações de pesquisas com objetivos claros estabelecidos para que as oportunidades práticas sejam frequentes, oferecendo aos estudantes a oportunidade de exercitar a curiosidade intelectual, de analisar informações investigadas, e refletir sobre elas, de formular hipóteses e propor soluções criativas, em suma, de construir seu conhecimento. Desse modo, as práticas de pesquisa, exercícios fundamentais para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes, são recorrentes na coleção.

Sugestões

Livro

Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada

Maria do Rosário Knechtel. Curitiba: InterSaberes, 2014.

Além de tratar dos aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa, a autora aborda a relação entre a prática de pesquisa e o ensino, além de compartilhar suas experiências como professora e pesquisadora.

Desenvolvimento da inferência e da argumentação

Para que o estudante seja capaz de analisar dados e informações pesquisadas e de construir argumentos com base em fatos, dados e informações confiáveis, como preconiza a BNCC, ele precisa, em primeiro lugar, ser um **leitor competente**, capaz de interagir com os diferentes tipos de texto para responder adequadamente às demandas escolares e sociais.

Leitura inferencial

Espera-se que os jovens do Ensino Médio sejam leitores proficientes, capazes de identificar diferentes tipos textuais e produzir sentido em suas leituras. Mas é sabido que, país afora, a realidade das salas de aula é composta de jovens de diferentes perfis e experiências, o que pode interferir diretamente na capacidade de leitura, que depende tanto da decodificação de informações explícitas como das implícitas. Do mesmo modo, a capacidade de inferência dos estudantes depende de suas experiências, memórias, impressões e conhecimento, pois trata-se de um processo cognitivo que consiste em chegar a uma conclusão tendo como referência a verificação de evidências, ou seja, corresponde a depreender alguma ideia a partir de uma base de informação incompleta ou limitada. Portanto, há inferência quando associamos informações explícitas no texto a conhecimentos prévios e, por meio dessa operação, criamos sentido para o que está sendo informado pelo texto. Assim, a inferência está na leitura, e não no texto em si.

Dessa forma, o professor deve buscar identificar se as dificuldades de leitura eventualmente apresentadas pelos estudantes se originam no texto (por sua estrutura, linguagem ou outras características) ou são próprias do jovem (Rangel, 2005).

Na maioria das vezes, os professores que não têm formação na área de Linguagens e suas Tecnologias encontram dificuldades em auxiliar os estudantes a atingir os níveis inferenciais desejados, insistindo no fornecimento de informações relacionadas ao assunto do texto lido inadequadamente ou tentando fazê-los buscar na memória conhecimentos prévios sobre o assunto lido. Contudo, lembrar de referências relacionadas ao assunto não é suficiente para fazer inferências. O estudante precisa ser capaz de estabelecer conexões entre as ideias para dar sentido ao que leu.

Para um **primeiro diagnóstico**, pode-se tentar identificar diferenças de perfis leitores por meio da aplicação de questionários no início do curso, perguntando sobre hábitos de leitura: "Você gosta de ler?", "Por quê?", "Em sua casa há material de leitura?", "Quais?", "O que você costuma ler?", "Onde costuma ler?", entre outras. Também pode-se entregar um texto com questões de interpretação e análise para aprimorar o diagnóstico. As respostas permitirão identificar os que merecerão mais atenção na sequência das aulas.

É importante orientar os estudantes a **estabelecer estratégias para leitura**, como a construção de fichamentos, esquemas ou resumos, para estimular a identificação do tema e das ideias centrais dos textos lidos. Algumas dessas estratégias estão na seção "Estratégia de estudo", presente nos quatro volumes da coleção.

Para aqueles com mais dificuldades, recomenda-se uma conversa individual sobre o diagnóstico, explicando que o objetivo é o aprimoramento dele e que, para que você tenha condições de auxiliá-lo a superar as dificuldades e a alcançar metas estabelecidas em parceria, ele deverá dedicar-se a algumas tarefas e entregá-las para acompanhamento. Nesses casos, pode-se começar com resumos e progredir para fichamentos.

Outra possibilidade para trabalhar com turmas compostas de diferentes perfis de leitores é a **análise coletiva de diferentes tipos de texto**. O professor deve solicitar uma primeira leitura individual e, na sequência, incentivar os estudantes com menos fluência (sem que saibam, claro, que esse é o critério da escolha) a fazerem perguntas sobre o texto para que sejam respondidas em conjunto pela turma. Assim as compreensões e interpretações são compartilhadas. Nesse momento, a figura docente é importantíssima para esclarecer o sentido de termos desconhecidos, retomar as informações explícitas no texto, garantir que a atividade não se limite a um grupo reduzido de indivíduos e corrigir interpretações equivocadas. Nesse caso, em vez de fornecer respostas, o recomendável é fazer perguntas que ajudem os estudantes a alcançar o objetivo desejado. Para os leitores mais fluentes, é recomendável direcionar perguntas mais desafiadoras, de modo que não se sintam desestimulados.

Para que a dinâmica produza os efeitos esperados, é necessário que o professor faça com a turma a leitura prévia do material a ser analisado, avaliando o nível de dificuldade, que estabeleça objetivos a serem alcançados e que elabore previamente perguntas com diferentes níveis de dificuldades para usar durante a atividade, direcionando-as aos estudantes de acordo com a proficiência de cada um. A avaliação dos resultados da dinâmica é fundamental para o aprimoramento da prática e para que os diagnósticos sejam atualizados frequentemente. Além de contribuir com o desenvolvimento da proficiência leitora, as atividades coletivas de análise favorecem o desenvolvimento da capacidade da crítica e da empatia.

A coleção oferece momentos diversificados de propostas de atividades que desenvolvem a leitura inferencial para seleção do professor: desde atividades – na bateria de atividades ao final dos capítulos – que exigem a análise de diferentes tipos textuais até – em seções como "Trabalho com fontes" e "Em pauta" – propostas de atividades divididas em duas partes, sendo a primeira direcionada a procedimentos próprios da análise por meio de questões organizadas em níveis de dificuldade que permitem as operações de identificação, contextualização, interpretação e análise.

Argumentação

Assim como a capacidade para decifrar informações, a aptidão para utilizá-las é essencial à vida em sociedade e, por isso, também deve ser desenvolvida ao longo da trajetória estudantil. A argumentação é a forma pela qual as pessoas defendem pontos de vista, cobram demandas e justificam ações.

> Mais recentemente, o estudo da argumentação se apresenta sob duas formas: uma relacionada à retórica e outra ligada à ciência. Quanto à retórica, a argumentação é entendida como sua parte fundamental. De acordo com esse ponto de vista, o discurso é definido como um conjunto de atos de linguagem planejados e dirigidos a um público em determinado contexto. Diferentes etapas do processo conduzem ao discurso argumentado: a etapa propriamente argumentativa (a procura de argumentos), a textual (a organização dos argumentos), a linguística (a colocação da argumentação em palavras e frases), a memorização (o trabalho do orador para o público). A análise do discurso produzido é a estrutura final do discurso, que compreende a introdução, a narração dos fatos e a conclusão, tudo orientado para o esclarecimento da posição do argumentador.
>
> [...] Se a argumentação se sustenta, fala-se de demonstração, se não se sustenta trata-se de sofisma ou paralogismo. O sistema de normas científicas é a teoria do silogismo válido, obra de Aristóteles. O silogismo se apresenta sob a forma de três proposições/enunciados em que a conclusão é inferida das outras proposições, que são as premissas. Com suas condições de validade, o silogismo é a essência dos estudos científicos.
>
> BARBISAN, Leci Borges. Uma proposta para o ensino da argumentação. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 111-138, jun. 2007. p. 112.

Atualmente as diversas linhas de estudo dedicadas à argumentação (fundamentadas na retórica, na lógica, na pragmática, na conversação e na filosofia) concordam quanto ao objetivo dela: agir sobre o receptor dos argumentos, procurando modificar de alguma forma seu pensamento ou comportamento, e considerar a linguagem o instrumento para alcançar o propósito (Barbisan, 2007). A seguir, alguns tipos de recurso argumentativo.

- **Causa e consequência**: fundamenta-se na apresentação de motivos, razões e seus respectivos efeitos.
- **Analogia**: utilizada para estabelecer relações de semelhança entre ideias, fatos ou situações diferentes para concluir algo.
- **Enumeração**: consiste em enunciar dados, eventos, informações que podem comprovar/justificar as suas afirmações.
- **Comparação**: baseia-se na apresentação das semelhanças e diferenças das variadas informações utilizadas na argumentação.
- **Comprovação**: dá-se pela apresentação de pesquisas, estudos, dados, que são utilizados para a confirmação do que está sendo afirmado.
- **Citação**: fundamenta-se na menção de pessoas com reconhecido saber/experiência em relação ao assunto abordado, por isso também é um recurso chamado "argumento por autoridade".
- **Exemplificação**: consiste em apresentar relatos de situações/experimentos/dados que representem o que está sendo defendido pela argumentação, normalmente utilizado em defesas de teses que precisam de esclarecimentos por meio de exemplos concretos.

É importante apresentar aos estudantes os principais tipos de argumentação antes de atividades práticas, orais ou escritas. A primeira pode ser realizada por meio das atividades de debate ou pelo desenvolvimento oral das atividades, em que o professor deve ficar atento às exposições de ideias e auxiliar os estudantes a desenvolver ou ampliar sua capacidade argumentativa, estimulando a construção de argumentos por meio de "operadores argumentativos", expressões que ligam as ideias. Isso pode ser feito com perguntas, por exemplo, "Por quê?", "Como?", "Qual é o efeito disso?", "Isso acontece quando?", solicitando exemplos e sugerindo relações: "Semelhante a...", "Diferente de...", "Da mesma forma que...", entre outros.

A estratégia de direcionar perguntas aos estudantes também os ajuda a identificar fragilidades argumentativas sem que o professor precise apontá-las diretamente. Por exemplo, se um estudante atribui a um grupo social específico algum comportamento, pergunte-lhe se ele pode afirmar que todos os indivíduos daquele grupo apresentam o mesmo comportamento ou peça a ele que fundamente a afirmação com dados concretos, como porcentagens.

Já a prática escrita pode ser realizada recorrendo à formulação de respostas, dissertações e formalizações dos resultados de pesquisas. Nesse caso, é importante que os estudantes tenham *feedback* do material produzido, usando o mesmo critério de estímulo das atividades orais, por meio de apontamentos que os façam refletir sobre os pontos a serem aprimorados. Desse modo, indique claramente as fragilidades argumentativas, tais como digressões, incoerências internas, uso de informações não confiáveis, entre outras – por exemplo: "Faltou explicar como", "Poderia ter fornecido exemplos", "Deveria ter apresentado dados que comprovem tal afirmação" etc.

Desse modo, os estudantes de diferentes perfis receberão o retorno e o incentivo adequados ao seu nível de proficiência. Diferentemente de uma avaliação que somente atribui uma nota ou indica o que está certo ou errado, o trabalho para o aprimoramento da argumentação deve ser complementado com orientações para que os jovens busquem informações confiáveis para a construção de seus argumentos.

Métodos de avaliação

Como já mencionado, até meados do século XX, a concepção de educação dominante considerava os professores detentores absolutos do conhecimento, cabendo aos estudantes o papel de receptores passivos. Dentro dessa lógica educativa, a avaliação pretendia medir o quanto dos conteúdos transmitidos havia sido absorvido pelos estudantes e a destreza com que eles eram capazes de reproduzir as informações recebidas de seus mestres. Desse modo, as avaliações consistiam, basicamente, em exames orais e escritos e tinham como objetivos classificar os estudantes e selecionar aqueles considerados aptos para prosseguir os estudos.

A necessidade de mensurar o conhecimento para obter referências que permitissem desenvolver políticas públicas de educação ganhou corpo nos Estados Unidos quando o impacto causado pela Revolução Industrial se converteu em pressão para ampliar a oferta de mão de obra técnica. A lógica que então passou a guiar a educação foi a mesma aplicada ao gerenciamento industrial e pautou-se por três critérios fundamentais: a sistematização, a padronização e a eficiência. Como consequência, buscou-se criar instrumentos que tornassem possível medir a eficiência dos professores e das escolas. Assim, desde o começo do século XX, testes objetivos e padronizados passaram a ser aplicados com a finalidade de avaliar quantitativamente a aprendizagem dos estudantes.

Todavia, na década de 1960, o baixo desempenho dos estudantes das escolas da periferia das cidades estadunidenses conduziu estudiosos a questionar a adequação dos instrumentos e estratégias de avaliação empregados para avaliar o sistema escolar, sobretudo dos testes padronizados (Vianna, 2015). Desde então, a preocupação com a avaliação da aprendizagem ganhou relevância e passou a ser tema de estudo especializado.

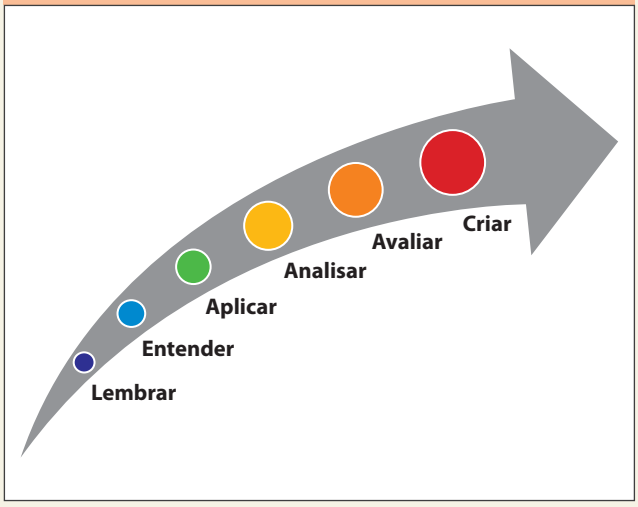
Desde o fim dos anos 1940, o educador estadunidense Ralph Tyler defendia a diversificação dos instrumentos de avaliação, argumentando que a educação envolvia, além da aprendizagem de conteúdos informativos, vários outros aspectos do desenvolvimento do estudante, como as habilidades psicomotoras. Defendia também que a avaliação não deveria ser realizada apenas ao ser concluído o processo de ensino, mas no decorrer dele.

A compreensão do ensino como processo também esteve na base das ideias dos pesquisadores estadunidenses Lee Joseph Cronbach e Benjamin Samuel Bloom. Na década de 1950, Cronbach propôs que a avaliação servisse para nortear ajustes nos cursos e melhorar sua eficiência. Além disso, ressaltou a importância de avaliar não meramente o que o estudante sabe, mas como mobiliza e aplica o conhecimento, inclusive a novas situações (Vianna, 1989).

Contemporâneo de Cronbach, Bloom liderou uma equipe multidisciplinar e propôs uma classificação da aprendizagem em três domínios: o cognitivo, o psicomotor e o afetivo. Cada um desses campos se subdividiria em níveis de complexidade crescente, e os três domínios se desenvolveriam, ao longo do processo educativo, de maneira interativa e simultânea (Bloom, 1974). Sua preocupação era favorecer o planejamento das práticas educativas para que elas se dessem de maneira consciente e segundo uma escala de exigências compatíveis com aquilo que os estudantes pudessem fazer em cada uma das fases do seu desenvolvimento.

Assim, de acordo com os estudos de Bloom, as capacidades cognitivas dos estudantes passariam por um amadurecimento progressivo, partindo das mais simples às mais complexas, que caracterizariam a maturidade cognitiva. O resultado desses estudos originou a taxonomia dos objetivos educacionais. Assim, na ilustração a seguir, é possível verificar o caminho pelo qual o estudante passa, iniciando com um processo de menor complexidade cognitiva para gradativamente exercitar as de maior complexidade.

Taxonomia de Bloom Revisada – domínio cognitivo



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: RIGHI, Flávia Pereira; DICETTI, Tanara da Silva; BULEGON, Ana Marli. Mapeamento de produções científicas acerca de atividades e ferramentas digitais na educação na perspectiva da taxonomia de Bloom. **ReTER**, Santa Maria, v. 2, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reter/article/view/65642/html. Acesso em: 27 ago. 2024.

Bloom estabeleceu três funções para a avaliação: a diagnóstica, a formativa e a somativa, que serão explicadas na sequência. É importante pontuar, no entanto, que, embora a definição de objetivos claros para a prática pedagógica e a revisão contínua do curso sejam importantes para a obtenção de maior eficiência do ensino, não se deve ter a ilusão de que os resultados computados pelos docentes são inquestionáveis e absolutos. É preciso ter em mente que no processo avaliativo há sempre certa dose de subjetividade, que entre aquilo que o estudante produz e o que o professor aceita ou rejeita há um espaço razoável de modulação – que pode favorecer o trabalho pedagógico se usado para adaptar os critérios avaliativos às necessidades dos estudantes. Assim, o docente pode avaliar com mais rigor um estudante que atingiu sem dificuldades os objetivos definidos do curso, ao passo que pode adequar sua exigência para outro que precisou empenhar mais esforço para progredir, a fim de não o desestimular. Porém, para uma avaliação verdadeiramente formativa, é importante que o professor abandone práticas muito centralizadoras e estabeleça com os estudantes uma relação mais horizontal, mais cooperativa, para que desenvolvam maior capacidade de autoavaliação (Perrenoud, 1999).

É importante destacar também que, sejam quais forem as ferramentas de avaliação utilizadas, espera-se que o professor produza um histórico dos conteúdos conceituais aprendidos e dos que ainda não foram dominados pelos estudantes, das dificuldades procedimentais percebidas (por exemplo, ler uma imagem ou elaborar um gráfico embasado em um conjunto de dados) e do nível de desenvolvimento das habilidades cognitivas de cada estudante (habilidade de estabelecer relações, de fazer comparações, de interpretar, classificar etc.). Registros sobre o envolvimento do estudante com as aulas e atividades, a frequência e dedicação das tarefas, entre outras atitudes de trabalho, também são importantes para buscar meios de corrigir a conduta dos estudantes diante de seu processo de aprendizagem.

O trabalho de avaliação pode ser ampliado com o compartilhamento de registro entre os professores – se não for possível com todos, pelo menos com os da mesma área de conhecimento. Antes de partir para uma nova etapa dos estudos, o docente deve analisar atentamente os registros do resultado das avaliações dos estudantes, considerando seu histórico de resultados individuais, nos quais identifique dificuldades persistentes e avanços. Deve também analisar os resultados de cada estudante no contexto da turma, observando se há dificuldades que se repetem no grupo, uma vez que isso pode indicar uma ineficiência das estratégias de ensino empregadas e sinalizar a necessidade de revisá-las. Também é recomendado que o professor convoque os estudantes (alguns ou todos, dependendo da disponibilidade de tempo) para discutir com eles seus resultados, mostrando-lhes os registros e incentivando-os a pensarem sobre o próprio processo de aprendizagem. Essa etapa será mais proveitosa se os estudantes realizarem autoavaliação e levarem suas impressões para a conversa.

As avaliações formativas foram tratadas com destaque considerando o objetivo de formação integral dos estudantes. Contudo, o trabalho docente para verificar a melhor maneira de apoiar o desenvolvimento dos estudantes pode ser feito por outros tipos de avaliação, com funções distintas.

Avaliação diagnóstica

A avaliação diagnóstica deve ser feita principalmente no início do período letivo ou no começo de um novo assunto, a fim de identificar os conhecimentos prévios dos estudantes e definir conceitos e habilidades que deverão ser trabalhados com base na realidade observada, bem como definir as estratégias mais adequadas para cada grupo específico de estudantes. Sugere-se que a avaliação diagnóstica sirva como baliza para planejar as aulas. Embora a aplicação de pequenos testes e questionários – a forma mais comum de averiguação de conhecimentos – tenha sua utilidade, é recomendável lançar mão de instrumentos variados de avaliação, escolhendo os que sejam mais coerentes com os objetivos estabelecidos e tenham mais afinidade com as etapas anteriores da sequência didática determinada.

Avaliação formativa

A avaliação formativa deve ocorrer ao longo do processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo de verificar se os objetivos anteriormente estabelecidos estão sendo cumpridos e fazer possíveis ajustes de rotas, inclusive oferecendo subsídios para que o professor possa orientar melhor seus estudantes e ajudá-los a tomar consciência do próprio percurso, corrigindo-o. Uma ferramenta para a realização das avaliações formativas é o uso de rubricas. Resumidamente, são indicadores para verificação de critérios específicos em diferentes níveis, como as sugeridas para a seção "MovimentAção", nas orientações específicas do volume de geografia.

Exemplo de rubricas

Nível / Critérios	Plenamente satisfatório	Satisfatório, com poucas ressalvas	Pouco satisfatório, com muitas ressalvas	Insatisfatório
Abrangência da pesquisa	Ampliou significativamente o conhecimento sobre a produção, a coleta e a destinação do lixo de acordo com a abrangência estipulada.	Apresentou conhecimento sobre a produção, a coleta e a destinação do lixo, porém de forma pouco profunda.	Apresentou pouco conhecimento sobre a produção, a coleta e a destinação do lixo.	Não realizou ou não apresentou pesquisa de acordo com os itens solicitados.
Fontes selecionadas	Indicou fontes confiáveis para todas as informações citadas.	Indicou fontes confiáveis para a maioria das informações citadas.	Indicou fontes confiáveis para a minoria das informações citadas.	Não indicou fontes de pesquisa confiáveis.

Fonte: Material da própria coleção.

Avaliação somativa

A avaliação somativa é realizada ao final do período letivo ou no fechamento de um assunto, buscando fazer um balanço geral do desenvolvimento do estudante, tendo como referência os objetivos propostos. É importante sublinhar que, nessa concepção de avaliação, o estudante não é objeto dela, mas sujeito ativo, estando permanentemente em contato com o educador, interagindo com ele e participando do próprio processo de aprendizagem.

Avaliação comparativa e ipsativa

É ainda possível trabalhar com outras formas de avaliação não teorizadas por Bloom, claro. Existem, por exemplo, a avaliação comparativa e a ipsativa, explicadas na sequência.

A **avaliação comparativa** deve ser realizada de maneira rotineira e ágil na forma de testes, questionário curto, perguntas orais, lições para casa, registro escrito das principais informações aprendidas no dia, entre outros métodos que ofereçam ao professor e aos estudantes um indicativo do aproveitamento da aula. Trata-se de uma avaliação de aspectos pontuais que permita oferecer pistas da eficiência das estratégias de ensino-aprendizagem empregadas e sinalizar a necessidade de reforçar alguma informação ou retomar algum conceito, por exemplo. No entanto, deve-se ter sempre em mente que os estudantes não respondem todos de maneira idêntica às mesmas intervenções pedagógicas e que toda aprendizagem se dá como processo, não se encerrando em uma única aula ou ao final de uma única atividade.

A **avaliação ipsativa** tem como alvo o processo de aprendizagem individual dos estudantes. Assim como a avaliação formativa permite ao professor avaliar os próprios métodos e corrigir as rotas que planejou para seu curso, a avaliação ipsativa fornece elementos para o professor verificar se os estudantes estão fazendo conquistas em relação a si mesmos, ou seja, se estão compreendendo melhor os conceitos e empregando-os com mais propriedade do que haviam feito em momentos anteriores, se estão desenvolvendo alguma habilidade operatória que lhes faltava ou se estão aprimorando sua capacidade de expressão oral e escrita, por exemplo. Para poder realizar a avaliação ipsativa, é importante que o professor tenha critérios de avaliação claros e utilize métodos de registro do progresso individual de seus estudantes ao longo do ano letivo.

Sugestões

Livro

Desenvolvimento da criatividade e do pensamento crítico dos estudantes: o que significa na escola

Vários autores. São Paulo: Fundação Santillana, 2020.

A publicação é resultado do projeto homônimo realizado pelo Centro de Pesquisa e Inovação em Educação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No segundo capítulo, "Criatividade e pensamento crítico: dos conceitos às rubricas de fácil compreensão e uso pelo professor", são apresentados os resultados de cinco anos de pesquisas em onze escolas do mundo que resultaram na criação de um banco de rubricas testadas.

Avaliações em larga escala

Não podemos esquecer que os estudantes serão submetidos a avaliações em larga escala e devem estar preparados para isso. No contexto da renovação das políticas educacionais e dos debates sobre como avaliar o desenvolvimento dos estudantes e de que forma os resultados apurados seriam utilizados, foram implementadas as avaliações em larga escala no país. O Saeb foi o primeiro, em 1990, seguido pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), denominada Prova Brasil, e pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), em 2005, que, por sua vez, se articulam com o Ideb, instituído em 2007, iniciativas justificadas pela necessidade de monitorar o funcionamento de redes de ensino e fornecer subsídios à formulação de políticas educacionais com dados sobre as aprendizagens dos estudantes. A partir de 2019, as avaliações em larga escala identificadas pelas siglas ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização), Anresc e Aneb foram unificadas pelo Saeb.

Nesse mesmo movimento, em 1998, aconteceu a primeira edição do **Exame Nacional do Ensino Médio** (**Enem**). Em 2004, o recém-criado Programa Universidade para Todos (ProUni) passou a utilizar a nota do Enem para concessão de bolsa de estudos integrais e parciais. Em 2013, o exame foi adotado como critério de seleção pelas instituições federais de educação superior.

A avaliação educacional em larga escala para o estabelecimento de políticas públicas adequadas para a última etapa da Educação Básica converteu-se, dessa forma, no maior exame admissional do Ensino Superior do país. Além disso, em 2014 foi criado o Enem Portugal, um programa de acordos que permite que a nota individual do exame seja utilizada no processo seletivo de instituições de educação portuguesas.

O exame do Enem é dividido em quatro provas objetivas (Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias), somadas a uma redação dissertativo-argumentativa, que é corrigida individualmente com pontuação máxima de 1.000 pontos.

As notas máximas e mínimas das provas objetivas variam a cada ano e são calculadas por meio da Teoria de Resposta ao Item (TRI), que designa um nível de dificuldade para cada questão. De acordo com o *site* do Ministério da Educação, esse método busca priorizar a coerência no desempenho dos estudantes. Se alguém acerta as questões mais difíceis, mas erra aquelas consideradas fáceis, provavelmente escolheu aleatoriamente as respostas das que acertou, ou seja, não foi uma resposta fruto de seu conhecimento efetivo. Por isso, terá uma nota inferior à de um estudante que acertou o mesmo número de questões consideradas mais fáceis, mas errou as mais complexas. Assim, duas pessoas que fizeram a mesma edição do Enem e tiveram número igual de acertos podem ter notas diferentes.

Considerando essa nova realidade dos estudantes de Ensino Médio, que atualmente está bastante relacionada ao Enem, a coleção aborda os conteúdos da área do conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas de forma integrada, reproduz questões do Enem e apresenta outras elaboradas no mesmo formato do exame, a fim de que os estudantes sejam familiarizados com sua configuração, além de terem os conhecimentos, competências e habilidades exigidos para a sua realização. Caso o professor queira reforçar esse trabalho, pode adotar em avaliações periódicas o formato de questões de múltipla escolha com análise de excertos e imagens e propostas de dissertações que abordem questões da atualidade relacionadas à área do conhecimento.

Sugestões de práticas para o desenvolvimento de ambientes inclusivos

A passagem da infância para a adolescência é marcada por um conjunto de transformações físicas, cognitivas, sociais e psicológicas bastante impactante para o indivíduo. Nessa fase, o jovem pode sentir-se inseguro em relação ao seu corpo, deslocado e ter dificuldades para se socializar. Pode também ter necessidade de se autoafirmar e de conquistar aprovação de seus pares. Ao mesmo tempo, com o amadurecimento cognitivo, torna-se capaz de refletir sobre si e elaborar explicações para o mundo a sua volta, o que amplia sua habilidade de argumentação e negociação por um lado, mas, por outro, torna-o mais resistente às hierarquias e regras consolidadas socialmente.

A depender da relação que estabelece no processo de interação social na família, na escola e nas relações de amizade, as situações de tensão aumentam e, em determinadas circunstâncias, podem se converter em episódios violentos. Essas situações todas são estressantes para o jovem e, quando experimentadas de maneira contínua e cumulativa, podem desencadear psicopatologias como ansiedade, depressão, transtornos alimentares e de conduta. Não raramente, inclusive, é na adolescência que os jovens se expõem a situações de risco, como abuso de álcool e drogas, prática de sexo inseguro e envolvimento com comportamentos delinquentes. Um estudo desenvolvido pelo Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs/Fiocruz Bahia), em colaboração com pesquisadores de Harvard e publicado pela *The Lancet Regional Health – Americas*, no início de 2024, apontou que, entre 2011 e 2022, um total de 147.698 jovens brasileiros entre 10 e 24 anos tiraram a própria vida, o que representou uma elevação anual de 6% nas taxas de suicídio nessa faixa de idade em relação ao período anterior. No mesmo intervalo de tempo, as notificações por autolesão cresceram 29% ao ano, indicando um caminho inverso ao observado em países fora do continente americano, onde as taxas tenderam a reduzir em média 36%.

Uma pesquisa sobre o estresse emocional entre adolescentes conduzida em 2015 pelas psicólogas Ana Paula Justo e Sônia Regina Fiorim Enumo, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, com um grupo de 83 estudantes entre 12 e 15 anos, apontou que cerca de metade do grupo avaliado apresentava algum tipo de sofrimento psíquico, cujas causas mais recorrentes foram dificuldades para se relacionar com seus pares e/ou familiares e preocupações emocionais, especialmente as relacionadas à autoimagem. O fracasso escolar também foi apontado pelos adolescentes como fator de desgaste emocional. Para as autoras do estudo, esse tipo de estresse prediz o desenvolvimento de problemas emocionais em adolescentes, funcionando como fatores de risco. Dessa forma, medidas que evitem o efeito acumulativo do risco podem contribuir para a diminuição do número de eventos estressores. Podem também colaborar na elaboração de intervenções eficazes para a promoção de estratégias de enfrentamento adaptativas para os adolescentes (Justo; Enumo, 2015). Resultados como os da pesquisa mencionada indicam que a saúde mental dos jovens não deve ser negligenciada pela escola. É no espaço escolar que muitos dos fatores de estresse se desenrolam, mas é igualmente nele que muitos jovens podem receber orientação e apoio adequados para aprender a lidar com seus sentimentos e dúvidas.

O enfrentamento ao *bullying* e ao *cyberbullying*

Entre as principais causas de desconforto e, em situações mais graves, de ansiedade e depressão em jovens, está o *bullying*. O termo, emprestado da língua inglesa, designa "um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento" (Fante, 2010, p. 28).

O *bullying* envolve sempre uma relação assimétrica em que a vítima se encontra em uma situação de fragilidade diante do seu opressor, sendo incapaz de reagir. Ele se manifesta das mais diferentes formas, como insultos, intimidações, ridicularização, exclusão das atividades coletivas, ameaças, emprego de violência física, entre outras.

Dentro da escola, é importante que o *bullying* não seja confundido com simples desentendimento entre estudantes. Enquanto estes são pontuais e geralmente apresentam uma causa, o *bullying* é caracterizado pela repetição seguida e sistemática de agressões gratuitas contra um indivíduo ou grupo em particular, sem que a(s) vítima(s) encontre(m) meios de se defender.

A prática do *bullying* pode acontecer abertamente dentro da sala de aula e no pátio, aos olhos de todos, e muitas escolas apostam na vigilância ostensiva para combatê-la. Todavia, justamente para evitar punições, é mais comum que os agressores ajam dissimuladamente ou busquem espaços mais reservados para coagir a vítima, como corredores, banheiros, ruas no entorno da escola, onde podem agir com mais liberdade e potencializar o medo e a sensação de impotência provocados pelos abusos.

Nas modernas sociedades, a prática do *bullying* foi notavelmente potencializada pelas redes sociais, o chamado *cyberbullying*, ao ampliar a exposição da vítima e invadir até mesmo sua vida privada, não lhe permitindo sentir-se protegida em nenhum lugar. O sofrimento é tão intenso que pode culminar com o suicídio.

Segundo Cláudia Prioste, os adolescentes envolvidos em caso de *cyberbullying* entrevistados em sua pesquisa acadêmica mostraram

> [...] dificuldade no manejo de conflitos intersubjetivos. Vivendo em uma sociedade que estimula a impulsividade e a inveja, as redes sociais tornam-se instrumentos para expressão de pulsões destrutivas e invejosas. Na maioria das vezes, aqueles que praticam *cyberbullying* não têm dimensão da projeção quase infinita dos conteúdos disseminados na internet, não sabem que uma postagem pode ser retransmitida de maneira descontrolada. Além disso, são insensíveis ao sofrimento que podem causar ao outro. [...] Muitos jovens também pensam que a prática de *cyberbullying* não terá qualquer consequência em suas vidas, pois devido à idade, eles são inimputáveis perante a lei. [...]
>
> PRIOSTE, Cláudia. **O adolescente e a internet**: laços e embaraços no mundo virtual. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2016. p. 160-161.

O combate ao *bullying* exige a observação cuidadosa da dinâmica de sala de aula pelo professor. Deve-se estar atento a qualquer estudante que sinalize nervosismo excessivo sem razão aparente, inibição, isolamento, reclamações frequentes de dor de barriga, enjoos ou dor de cabeça, choros, falta de motivação, irritação contínua, sinais de automutilação, entre outros comportamentos que sinalizam desconforto ou sofrimento.

Atividades em equipe são ocasiões propícias para identificar a prática do *bullying*, pois a vítima não se encaixa automaticamente em nenhum grupo, pede para fazer a atividade sozinha ou é rejeitada pelos colegas ou recebida friamente nos grupos, quando estes são determinados pelo professor. Não se deve esperar que as vítimas de *bullying* venham espontaneamente se queixar de seus algozes aos adultos, pois muito frequentemente sentem medo ou vergonha de externar sua dor. Por essa razão, é muito importante também que os educadores sejam muito cautelosos ao lidar com os estudantes, evitando tanto a exposição dos envolvidos quanto a omissão. Em grupos nos quais as relações não sejam harmônicas, deve-se evitar gracejos com estudantes, mesmo em tom bem-humorado, porque os adolescentes podem interpretar isso como uma licença para a ridicularização e a provocação de colegas. O combate ao *bullying* deve começar pela prevenção.

> [...] o ideal é que todas as escolas tomem a iniciativa de prevenir a violência antes que ela se instale em seu meio e inviabilize o processo educativo, chegando ao ponto de não conseguir resolver, de um modo geral, as questões ligadas principalmente aos conflitos interpessoais, gerando violência. Para tanto, a escola deveria ser um espaço democrático no qual o ensino se estendesse para além da instrução, a convivência fosse tratada de maneira democrática e os valores humanísticos fossem transmitidos pela educação dos sentimentos e das emoções.
>
> FANTE, Cleo. **Fenômeno *bullying***: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas: Verus Editora, 2010. p. 96.

Isso significa que o papel dos educadores (professores, coordenadores e gestores) se estende para além do ensino de conteúdos informativos e do desenvolvimento das habilidades cognitivas, sendo fundamental investir também no ensino das habilidades socioemocionais, igualmente preconizadas pela BNCC, por exemplo, por meio das **competências gerais da Educação Básica 8** e **9**.

É importante destacar que o ensino de habilidades socioemocionais não se confunde com a correção da conduta do estudante, quer dizer, não tem relação com a lógica ainda imperante no sistema de ensino brasileiro pela qual se busca corrigir o comportamento dos jovens lançando mão da punição e da recompensa. O objetivo não é apenas coibir os maus comportamentos, mas estimular o adolescente a valorizar a solidariedade, a cooperação, a aceitação das diferenças (sejam elas quais forem), as saídas dialógicas e pacíficas para situações em que haja conflito de interesses e a busca do consenso na tomada de decisões que afetam a coletividade.

A educação socioemocional constrói-se sobre bases humanistas, de modo que a solidariedade, a empatia e a aceitação das diferenças sejam promovidas pelo trabalho pedagógico. Para isso, a cultura da paz não deve ser ensinada como se fosse um conteúdo informativo; precisa necessariamente ser vivenciada no cotidiano da escola. Para tanto, é necessário garantir aos estudantes um ambiente de acolhimento e escuta, em que a competição seja substituída pela cooperação e as falhas sejam encaradas como parte natural do desenvolvimento do sujeito. Nos casos de condutas inadequadas, o professor deve provocar a reflexão sobre o porquê das atitudes do estudante e convidá-lo a tentar compreender como elas afetaram outras pessoas ou lhes causaram algum tipo de dano. Para isso, é importante que o professor se lembre de dirigir perguntas aos estudantes, em vez de lhes dar lição de moral, e evite julgamento precipitado. É prudente ter sempre em mente que

> [...] se a violência é um comportamento que se aprende nas interações sociais, também existem maneiras de ensinar comportamentos não violentos para que se possa lidar com as frustrações e com a raiva, e ensinar habilidades para que os conflitos interpessoais possam ser solucionados por meios pacíficos.
>
> FANTE, Cleo. **Fenômeno *bullying***: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas: Verus Editora, 2010. p. 93.

Seguem algumas sugestões para trabalhar as habilidades socioemocionais dos estudantes e prevenir o *bullying*.

Rodas de conversa

A roda de conversa é uma dinâmica que deve ser feita regularmente em sala para fomentar o hábito do diálogo e da negociação como caminho para a resolução de problemas, o que pode reduzir situações de tensão entre estudantes ou contribuir para sua resolução. Deve-se solicitar a eles que se sentem em círculo, de maneira que possam olhar uns para os outros, e providenciar um objeto que possa ser arremessado sem o risco de causar ferimentos, como uma bola de tênis ou de queimada. Só poderá falar o estudante que estiver com o objeto, e, se alguém quiser pedir a palavra, deverá levantar a mão. A pessoa que está com o objeto – portanto com o direito de fala – escolherá o próximo a falar. Contudo, o objeto só poderá passar três vezes pela mão da mesma pessoa. A conversa deve ser iniciada por meio de uma situação-problema a ser avaliada pelos estudantes: "Por que aconteceu?", "Poderia ter sido evitada?", "Como pode ser corrigida?", "Que compromissos cada um pode assumir para restaurar a paz?". A conversa não deve ter foco nos indivíduos em particular; a atenção de todos deve estar voltada à experiência coletiva. Durante a dinâmica, é importante o docente identificar os sentimentos e emoções dos estudantes que pedem a palavra, mas também dos que não o fazem. Deve-se ter especial atenção aos jovens que se encolhem, aos que debocham, aos agressivos. Caso o professor perceba alguém especialmente afetado pela discussão, deve chamá-lo para uma entrevista individual assim que possível. O tempo deve ser administrado de forma que os estudantes possam chegar a alguma conclusão.

Representação de sentimentos

Para trabalhar situações de *bullying* ou de episódios de hostilidade entre os estudantes, pode-se recorrer a uma dinâmica de representação de sentimentos, que consiste em desenhar o contorno de um corpo humano em tamanho natural em folha de papel pardo, recortá-la e colocá-la no centro da sala, da quadra ou do pátio com os estudantes sentados em volta.

Cada estudante deve receber um cartão correspondendo a um quarto de cartolina branca e um pincel atômico, para que registrem uma frase ou palavra que já o magoou. A seguir, um estudante por vez deve levar seu cartão até o centro e colocá-lo junto ao boneco. Ao fazê-lo, tem que amassar um pouco uma parte do boneco de papel. Depois de todos terem deixado suas palavras ou frases, falarão sobre o que sentiram e sobre a interpretação que fazem do boneco todo amassado.

Trocas de cartas: respostas aos sentimentos

Nessa dinâmica, os estudantes devem escrever uma carta relatando um dia na escola para uma pessoa com quem elas se sintam bem. Na carta, devem relatar o que sentem em cada momento da rotina escolar. Todavia, não devem colocar no texto nenhum nome, nem o próprio. Todos os nomes devem ser trocados por XXXX e a carta deve ser digitada e entregue impressa. Em uma aula posterior, o professor distribuirá as cartas aleatoriamente entre os estudantes para que eles leiam e respondam, seguindo as mesmas orientações da primeira escrita. O docente deve redistribuir as respostas entre os estudantes, sem se preocupar com que as respostas cheguem às mãos de quem escreveu a primeira carta. Ao final, numa roda de conversa, os estudantes compararão as experiências lidas.

Entrevista individual

Caso ocorra uma situação de agressão ou conflito violento em sala de aula, recomenda-se evitar ao máximo o confronto com os estudantes e a exposição dos envolvidos na situação. Em primeiro lugar, deve-se interceder de maneira que os ânimos sejam acalmados, solicitando ao estudante agressor, ou àquele que se mostrar mais descontrolado, que tente recuperar o equilíbrio fora da sala. É preciso deixar claro que ele não está sendo punido; a solicitação é apenas para que consiga se reorganizar internamente. Ao neutralizar o foco de tensão, o professor precisará mostrar firmeza e serenidade para a turma, pois os estudantes precisam se sentir seguros em situações de desarmonia.

Quando possível, o docente deve chamar os estudantes envolvidos na situação de conflito para conversas privadas, mostrando interesse em escutar seus argumentos, sem elaborar qualquer julgamento. É preciso esperar os estudantes terem tempo para refletir sobre o episódio antes de escutá-los pela segunda vez, ajudando-os a avaliar racionalmente a situação vivenciada.

Por uma educação antirracista

Durante muitos anos, a tese da democracia racial, forjada no começo do século XX, predominou no Brasil. Contudo, desde pelo menos a década de 1960, ganharam força estudos que denunciaram a existência de uma profunda desigualdade de caráter estrutural e sistêmico no país, defendendo que a democracia racial não passa de um mito. Dados estatísticos sustentam essa crítica.

Segundo o IBGE, em 2019, o número de desempregados negros ou pardos (13,6%) era superior ao de brancos (9,35%). Entre a população empregada, os brancos ganhavam em média 73,4% a mais do que os trabalhadores negros ou pardos, dos quais 47,4% se encontravam em situação de informalidade contra 34,5% de brancos. Em relação à educação, apenas 75,6% dos estudantes negros e pardos matriculados no Ensino Médio estavam no ano correspondente ao da sua idade, enquanto, entre aqueles que apresentavam algum atraso, a porcentagem de negros e pardos era 10% maior do que a de brancos. Na saúde, a situação não é diferente: um relatório do Ipea de 2023 demonstrou que a população mais pobre e negra tem menos acesso a serviços de saúde do que a branca, tanto pela falta de disponibilidade de profissionais e equipamentos públicos quanto pela dificuldade de se locomover até os estabelecimentos de saúde de alta complexidade, que geralmente estão localizados nas regiões centrais, ocupadas pela população branca de maior renda.

Dados como esses se tornam mais impressionantes se levarmos em conta que 55,5% dos brasileiros se autodeclararam negros e pardos no levantamento do censo do IBGE publicado em 2022, o que mostra a urgência de se adotarem medidas de combate à discriminação racial.

A escola desempenha papel relevante na formação de cidadãos conscientes das desigualdades que integram a estrutura da nossa sociedade. Cabe a ela desenvolver estratégias, tanto para valorizar a história e a cultura africanas e de afrodescendentes, quanto para assegurar que crianças e adolescentes negros e pardos se sintam representados no espaço escolar e nos conteúdos estudados.

Desde 2003, a legislação determina que as escolas incluam em seus currículos o ensino da história e da cultura africanas (Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003). Todavia, levantamentos dos institutos Geledés e Alana divulgados em 2023 constataram que apenas 29% das prefeituras desenvolvem um projeto sólido de educação antirracista, 18% nem incluem a história e a cultura dos negros em seus currículos e as demais tratam do tema apenas de maneira esporádica.

Para oferecer uma educação antirracista, em primeiro lugar, a comunidade escolar deve reconhecer a necessidade e a importância desse conteúdo e reavaliar os currículos escolares para assegurar que ela seja sistematicamente incorporada nele, o que significa não tratar temáticas e personagens negros como um parêntese nos conteúdos tradicionalmente ensinados, mas garantir que ela atravesse a experiência escolar.

No Ensino Médio, várias estratégias podem ser adotadas com o objetivo de oferecer uma educação antirracista. Em primeiro lugar, deve-se assegurar espaço para a expressão da voz e o exercício de protagonismo para estudantes negros e pardos pois,

> [...] preconceitos, violência, marginalização, ensino de má qualidade, dificuldade em aceitar traços fenotípicos, limitação do vocabulário, necessidade de conciliar trabalho e estudos, são alguns dos desafios que os/as jovens negros/as precisam superar em sua vida escolar. Os efeitos psicológicos que essas condições provocam moldam a conduta e a maneira como esses indivíduos pensam, produzem e sentem. Por não acreditarem em si, apresentam dificuldades de realizar determinadas atividades ou se recusam a assumir posições de liderança ou protagonismo. [...].
>
> OLIVEIRA, Marinês Barbosa de; FERREIRA, Leandro Tiago Gomes. "Com ciência negra": saberes, práticas e filosofias africanas e afrodescendentes: reflexões sobre a autoestima de adolescentes negros e negras no âmbito do Projeto Afrocientistas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, Curitiba, v. 15, edição especial, p. 195-212, 2023. p. 203. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1497. Acesso em: 11 set. 2024.

Por conseguinte, facilitar a ocupação de um lugar de liderança e demonstrar interesse pelas experiências pessoais, pelos saberes familiares e pelas opiniões dos jovens negros pode encorajá-los a se engajar nas atividades escolares e mudarem a percepção que têm de si mesmos.

Em segundo lugar, a abordagem de vários assuntos pode tomar como ponto de partida manifestações culturais de matriz africana, teorias das mais diversas áreas do saber e conhecimentos técnicos e científicos africanos ou desenvolvidos por personalidades negras. Isso significa explorar um universo de informações que vai além das manifestações culturais de raiz africana já familiares aos estudantes, como a capoeira, o samba e o candomblé, e avançar para campos da produção humana cujo estudo, em geral, é marcado por forte eurocentrismo, como a filosofia e as ciências em geral. Assim, nesta coleção, por exemplo, trabalha-se também com os conhecimentos produzidos por filósofos africanos como Achille Mbembe e afrobrasileiros como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro.

É importante destacar que não é necessário, em todas as abordagens envolvendo a população negra, explorar a questão do racismo. Basta que os estudantes tenham referências para deduzir que os povos africanos e seus descendentes também são detentores de saberes complexos, têm produção intelectual e conseguem projeção em diversas áreas do conhecimento e da produção humanas.

Além das sugestões apresentadas, cabe avaliar a importância que o currículo tem dado aos temas relacionados à história e à cultura africanas porque, muitas vezes, o apego ao hábito leva os professores a enfatizarem os assuntos valorizados pela tradição eurocêntrica e a reduzirem o tempo e a atenção que dedicam ao estudo de questões associadas aos países e povos da África e América Latina. Como apontado por Joelson Alves Onofre,

> O silenciamento cultural no currículo, efetivado na prática escolar, parte do pressuposto descabido de que a cultura hegemônica e dominante deva prevalecer sobre as demais culturas consideradas minoritárias. Essa realidade, presente em muitas instituições escolares, reforça a defesa de uma estrutura curricular rígida que desconsidera todo tipo de manifestação e de experiência cultural advinda do meio popular.
>
> ONOFRE, Joelson Alves. Repensando a questão curricular: caminho para uma educação antirracista. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 4, p. 103-122, jan./jun. 2008. p. 114. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/563/457. Acesso em: 11 set. 2024.

Em razão das considerações apresentadas, são enfatizados, em capítulos distintos da coleção, os saberes e as contribuições das culturas consideradas minoritárias. Além disso, os estudantes de Ensino Médio precisam também analisar dados da realidade brasileira que favoreçam a formação de uma consciência sobre o problema da desigualdade racial. Por isso, trabalhos com dados estatísticos, gráficos e tabelas que apresentem um retrato do problema são fundamentais e devem ser acompanhados de incentivo a fim de que os estudantes pesquisem e proponham soluções para os problemas detectados, o que é realizado nesta coleção nos diferentes componentes curriculares.

A inclusão dos estudantes com deficiência

Antes da década de 1970, crianças e adolescentes com deficiência, quando não eram apartados do universo escolar, eram geralmente encaminhados para instituições filantrópicas ou para escolas especializadas, onde eram privados da convivência com crianças e jovens sem deficiência.

A proposta de educação inclusiva nasceu nos Estados Unidos em 1975, defendendo a inserção de crianças e jovens com deficiência nas escolas regulares. Contudo, a inserção não se traduzia em inclusão social, uma vez que o sistema educacional não realizava qualquer alteração para receber esses estudantes.

A defesa da inclusão social ganhou novos contornos na década de 1990, quando as deficiências passaram a ser entendidas como manifestação normal da diversidade humana e definiu-se que eram as escolas que deveriam desenvolver estratégias para adaptar os sistemas de ensino-aprendizagem aos estudantes com deficiência, e não os estudantes com deficiência se conformarem ao sistema existente. Assim, a inclusão

> [...] envolve um processo de reforma sistêmica, incorporando aprimoramentos e modificações em conteúdo, métodos de ensino, abordagens, estruturas e estratégias de educação para superar barreiras, com a visão de oferecer a todos os estudantes uma experiência e um ambiente de aprendizado igualitário e participativo, que corresponde às suas demandas e preferências. [...]
>
> INSTITUTO ALANA. **Os benefícios da educação inclusiva para estudantes com e sem deficiências**. Disponível em: https://alana.org.br/wp-content/uploads/2019/10/os-beneficios-da-educacao-inclusiva.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.

Apesar de a legislação assegurar às crianças e adolescentes com deficiência o direito à educação e determinar que as escolas regulares devem proporcionar todas as condições necessárias à sua inclusão no ambiente escolar, a educação inclusiva ainda enfrenta vários obstáculos no país, como o despreparo das instituições de ensino, de diferentes profissionais, incluindo professores, para receberem estudantes com deficiência, o preconceito por parte de pais e estudantes sem deficiência – traduzido em rejeição e hostilidade às crianças e jovens com deficiência – e a dificuldade dos familiares dos estudantes com deficiência de administrarem as relações com outros pais, com a escola e com os próprios filhos.

Para os professores, os desafios são muitos e não existe uma fórmula capaz de dar conta de todos eles. Dependendo da deficiência dos estudantes presentes em suas turmas, eles terão de assumir posturas diferentes, desenvolver em sala metodologias e dinâmicas de ensino variadas e definir para os estudantes com deficiência objetivos diversos daqueles estabelecidos para os demais. A título de exemplo, se o docente tiver em sala um estudante surdo, quando for dar uma orientação ou explicação para a turma precisará se lembrar de ficar em uma posição que facilite a leitura labial pelo estudante com deficiência; se tiver outro com limitações de mobilidade, haverá de levar isso em consideração quando quiser mudar a disposição das carteiras em sala para uma atividade específica; no caso de trabalhar com um estudante com Transtorno do Espectro Autista, talvez seja preciso lhe oferecer orientações por escrito, curtas e objetivas.

Todavia, para além das adaptações específicas, o professor precisará entender a sala de aula como um espaço orgânico, em que a aprendizagem ocorre por meio das interações e trocas entre todos os sujeitos e que aos estudantes com deficiência devem ser asseguradas oportunidades de contribuir para o crescimento coletivo.

Segundo Pilar Arnaiz Sánchez,

> Um dos principais problemas enfrentados atualmente por muitas escolas é a visão delas sobre a atenção à diversidade, ainda estreitamente relacionada ao modelo clássico, denominado médico-psicológico, que caracterizou a educação especial. Essa perspectiva legitima as NEE [Necessidades Educativas Especiais] descontextualizadas do resto da classe e impregna a percepção social que se tem delas. Por isso, as práticas associadas ao movimento da integração escolar tornam-se, em muitos contextos, reduzidas às práticas realizadas a partir de uma perspectiva individualista, caracterizada por perceber o aluno com deficiências como o centro de toda a atenção. É muito comum que durante as aulas o trabalho realizado por um aluno com NEE esteja descontextualizado dos trabalhos feitos por seu grupo, ou que estes alunos recebam geralmente os apoios fora da sala de aula, com outros alunos da escola que também têm dificuldades. Este tipo de planejamento da atenção à diversidade é entendido a partir de uma perspectiva individualista, centrada no aluno, que tolera processos de instrução diferentes, especiais, segregados e sempre dirigidos aos alunos com deficiências.
>
> SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. Educação inclusiva na Espanha. *In*: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy; BARREIROS, Débora. **Tornar a educação inclusiva**. Brasília, DF: Unesco, 2009. p. 94.

Para romper com essa perspectiva criticada pela especialista em educação inclusiva, o foco do trabalho pedagógico com os estudantes com deficiência deve ser transferido das suas dificuldades para as suas habilidades e capacidades, de maneira que eles possam ter um papel ativo na dinâmica do grupo. Isso significa que um estudante com importante comprometimento intelectual pode não conseguir contribuir com os colegas em uma análise de dados estatísticos, mas pode compilar e organizar a bibliografia pesquisada em ordem alfabética, ou que um estudante autista com habilidade artística talvez não mostre nenhum interesse por produzir um relatório, mas pode ter um desempenho extraordinário criando um infográfico.

Contudo, se o sistema de ensino se mantiver engessado em um modelo baseado na exposição de conteúdos pelo professor e na assistência passiva dos estudantes, preocupado exclusivamente com os resultados quantitativos dos estudantes e buscando obter de todos eles resultados semelhantes, os jovens com deficiência dificilmente serão efetivamente incluídos. A inclusão pressupõe a existência de um sistema de ensino no qual os estudantes sejam protagonistas do processo de ensino-aprendizagem e estejam envolvidos em aulas dinâmicas, que lancem mão de metodologias ativas e criem oportunidades para eles contribuírem com suas experiências pessoais, talentos e interesses de maneira colaborativa e interativa. Ao professor caberá menos o papel de palestrante e mais o de investigador, dedicando-se a administrar as situações de aprendizagem, observar, analisar e avaliar os estudantes e redirecionar o planejamento das aulas conforme considerar necessário para favorecer a aprendizagem dos seus estudantes.

Outro ponto a ser enfatizado é que o estudante com deficiência deve ser entendido não como objeto sobre o qual o professor exercerá uma ação, mas como sujeito participante de sua própria aprendizagem, capaz de expressar suas necessidades, indicar seus interesses e manter com o professor uma relação de diálogo e negociação, auxiliando-o a encontrar as melhores soluções para o enfrentamento dos desafios que tem pela frente.

Sugestões

Site

Biblioteca do Cetens – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Disponível em: https://ufrb.edu.br/bibliotecacetens/noticias/64-11-livros-gratuitos-sobre-educacao-inclusiva. Acesso em: 25 ago. 2024.

A Biblioteca Universitária do Centro de Energia e Sustentabilidade compõe o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (SIB/UFRB). A instituição tem como finalidade fornecer serviços para estudantes, professores e pesquisadores de dentro e fora da universidade. Em seu acervo, encontram-se livros gratuitos sobre educação inclusiva para *download*.

O ensino interdisciplinar

A ciência contemporânea tem sido marcada de maneira crescente pela interdisciplinaridade, que torna as fronteiras entre as diversas áreas do conhecimento permeáveis, permitindo que conhecimentos de uma disciplina joguem luz sobre outra, transformando-a e enriquecendo-a. As pesquisas no campo da arqueologia, por exemplo, multiplicaram-se notavelmente graças ao emprego de uma gama de conhecimentos químicos, físicos e biológicos na datação de artefatos arqueológicos e no mapeamento genético de populações nativas de várias regiões do planeta.

A busca por abordagens interdisciplinares também tem sido valorizada no campo da educação, pois leva para dentro da escola a efetiva experiência da realidade vivida pelos indivíduos, visto que não há divisão disciplinar da vida. Todos os conhecimentos se articulam para permitir aos sujeitos compreenderem o seu mundo e agirem na vida social.

A atual proposta do Ensino Médio de estabelecer como objetivo da educação o desenvolvimento de competências e de abordar os objetos de conhecimento considerando-os dentro das áreas do conhecimento favorece a interdisciplinaridade, pois dá ao professor maior liberdade para definir as questões e os problemas que irão nortear o trabalho pedagógico, e, por conseguinte, abre uma infinidade de possibilidades de exploração dos conteúdos a serem estudados.

Se a escola pretende oferecer aos estudantes condições de entender o mundo em sua complexidade e tomar decisões por uma visão mais holística, ela precisa assegurar, em primeiro lugar, que as barreiras que separam o conhecimento acadêmico das experiências de vida dos estudantes sejam rompidas e os conteúdos escolares sejam usados como chave de interpretação de problemas reais, que afligem os jovens. Isso não significa renunciar ao rigor conceitual tampouco desprezar o conhecimento produzido na academia. Trata-se de tornar esse conhecimento aplicável, de maneira que os estudantes o valorizem e vejam sentido nele.

O processo de globalização, o alto grau de desenvolvimento tecnológico, os graves desequilíbrios ambientais e a complexidade das relações sociais, políticas e econômicas dentro de cada país e entre todos eles exigem respostas originais e criativas, que sejam capazes de considerar todos esses aspectos simultaneamente.

Sugestões para o trabalho interdisciplinar considerando o planejamento individual e o coletivo

Há vários caminhos que possibilitam a interdisciplinaridade. Os professores podem desenvolver de maneira colaborativa com seus pares e com a participação dos estudantes projetos estruturados em torno da definição de um conceito, pautados por algum questionamento ou interesse dos jovens, orientados para a resolução de um problema específico ou tendo como objetivo a produção de algum produto em particular. Segundo Hernández, a função de um projeto é

> [...] favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares em relação a 1) o tratamento da informação, e 2) a relação entre os diferentes conteúdos em torno de problemas ou hipóteses que facilitem aos alunos a construção de seus conhecimentos, a transformação da informação procedente dos diferentes saberes disciplinares em conhecimento próprio.
>
> HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho**: o conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p. 61.

Para o desenvolvimento de um projeto, os professores podem dar muita autonomia para os estudantes, atuando como gerenciadores e orientadores do processo de aprendizagem, ou podem dosar a liberdade de trabalho deles, utilizando metodologias como as da aula invertida com atividades dirigidas para serem realizadas no âmbito de cada componente curricular, a fim de conduzir o trabalho pedagógico na direção do objetivo a ser alcançado. A decisão de como encaminhar o projeto dependerá de uma série de fatores a serem considerados caso a caso, de acordo com o perfil dos estudantes, o funcionamento do estabelecimento de ensino, a disponibilidade de recursos didáticos, entre outros.

Uma preocupação que eventualmente aflige os professores é que o desprendimento do currículo tradicional possa resultar em uma educação deficitária para os seus estudantes. Ora, a construção do planejamento baseada no desenvolvimento de competências e norteada por problemas do presente não significa o descarte dos conteúdos clássicos dos diferentes componentes curriculares. Pelo contrário, o objetivo da flexibilização é a possibilidade de rearranjar aqueles conhecimentos para que eles sejam colocados a serviço da reflexão e da busca por soluções para problemas reais do presente, tornando-se significativos aos estudantes e, assim, favorecendo uma aprendizagem mais sólida e efetiva. Por conseguinte, para Japiassu,

> [...] do ponto de vista integrador, a interdisciplinaridade requer equilíbrio entre amplitude, profundidade e síntese. A amplitude assegura uma larga base de conhecimento e informação. A profundidade assegura o requisito disciplinar e/ou conhecimento e informação interdisciplinar para a tarefa a ser executada. A síntese assegura o processo integrador.
>
> JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 65-66.

Nesta coleção, em todos os capítulos dos volumes há indicações de momentos em que os conteúdos de determinado componente curricular se relacionam com os demais componentes. Além disso, as propostas de atividades levam muitas vezes os estudantes a mobilizarem conhecimentos oriundos de diferentes áreas do saber para a sua realização, uma vez que muitas das propostas partem, por exemplo, da atualidade e demandam que os estudantes a analisem e compreendam. Além disso, as sensibilizações propostas nas Aberturas de Unidade envolvem os quatro componentes curriculares de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e as seções finais dos volumes, "Educação Midiática" e "MovimentAção", apresentam propostas interdisciplinares, em que a última traz a proposta de desenvolvimento de projetos.

A coleção

Como já mencionado, a coleção é composta de quatro volumes, organizados em seis unidades temáticas, que têm como base as categorias fundamentais da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas preconizadas pela BNCC. Cada volume é dedicado a um componente curricular da área.

As unidades temáticas

A seguir, apresentamos as seis unidades temáticas e seus objetivos. Eles guiaram a seleção de conteúdos dos diferentes componentes curriculares da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – filosofia, geografia, história e sociologia – em cada uma dessas unidades. Assim, o arranjo das unidades temáticas apresenta ao docente formas de articulação do seu respectivo componente curricular com outros da área, facilitando seu planejamento individual e o coletivo.

Conflitos e desigualdades

A promoção de sociedades justas, pacíficas e inclusivas é objetivo reiterado por tratados internacionais, como o plano de ação global da Organização das Nações Unidas (ONU) para o desenvolvimento sustentável que ficou conhecido como *Agenda 2030*. No entanto, as notícias frequentemente destacam desigualdades, conflitos, guerras e violências cotidianas. Esse paradoxo ilustra a complexidade das sociedades humanas, uma vez que esses ideais, apesar de universais, não são inatos, e buscar alcançá-los requer um esforço contínuo. A construção de uma sociedade mais justa e equânime é uma questão central nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, especialmente em contextos de disparidades sociais significativas, como os encontrados no Brasil.

Nesse sentido, a unidade foi organizada com o objetivo de explorar diversos conflitos históricos que transformaram a organização social e os valores das sociedades contemporâneas, examinando criticamente diferentes formas de violência, tensões e desigualdades no mundo atual e como impactam as relações de poder e afetam diversos grupos sociais, tanto em várias partes do mundo quanto no Brasil. O objetivo é auxiliar os estudantes a desenvolver uma análise sobre essas questões, de modo que compreendam e se posicionem em relação a elas, com respeito aos direitos humanos e em prol da construção da cultura de paz.

Nos capítulos do componente curricular história, são analisadas as origens dos principais conflitos do século XX, destacando a relação entre eles e os desdobramentos do imperialismo nos continentes africano, americano e asiático no século XIX. Também é abordado o surgimento de regimes totalitários na Europa, bem como a configuração da ordem mundial bipolar resultante da disputa de poder entre os Estados Unidos e a União Soviética. Além disso, é analisado o processo de formação da República Brasileira, com foco nas revoltas e exclusões sociais durante a Primeira República, assim como nos avanços e retrocessos da Era Vargas.

Nos capítulos de geografia, o foco reside na criação e no papel da Organização das Nações Unidas (ONU), explorando suas formas de atuação e os desafios que enfrenta atualmente, promovendo a análise e a discussão sobre conflitos em diversas regiões do mundo e o impacto deles no aumento da violência global.

Na perspectiva da sociologia, o tema é abordado por meio do estudo sobre desigualdade racial e de gênero na sociedade brasileira, problematizando o racismo e o preconceito no cotidiano. São exploradas as noções de etnia, multiculturalismo, interculturalidade, gênero e sexualidade, entre outras, e discute-se a importância dos movimentos sociais na identificação das desigualdades e na transformação das estruturas de poder e dominação econômica, cultural e política.

No volume do componente curricular filosofia, os capítulos dedicados ao tema analisam as diversas dimensões da violência e as estratégias para combatê-las, além de investigar teorias sobre os direitos humanos, suas características e formas de violação.

Globalização, emancipação e cidadania

O termo *globalização* designa um fenômeno de conexão entre diferentes localidades do mundo viabilizado pelas inovações tecnológicas, especialmente nos setores de comunicação, informação e transporte. Essa integração global possibilita a difusão de conhecimentos diversos, favorecendo o compartilhamento de informações relevantes, como as de pesquisas científicas e as denúncias de corrupção e de violação de direitos; propicia a organização da sociedade civil pelas mais diversas causas, assim como as trocas comerciais e a ampliação de diferentes negócios; e, em meio aos mais diversos tipos de troca, possibilita os intercâmbios culturais. Contudo, essa integração também resultou na concentração de riqueza por pequenos grupos economicamente favorecidos e na submissão daqueles que deles são financeiramente dependentes e, consequentemente, mais vulneráveis. Outro aspecto a ser considerado no mundo globalizado é a rápida disseminação de doenças provocando pandemias.

Apesar de um fenômeno tão complexo como a globalização poder ser descrito por inúmeros outros fatores, não há dúvidas sobre a abrangência de seus impactos nas diferentes dimensões da vida humana, como a cultural, a econômica e a social, entre outras. Por isso, esse é um dos grandes temas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, abordado nesta unidade na perspectiva de seus diferentes componentes curriculares. Por se referir a interações econômicas e políticas em uma lógica internacional, que têm diferentes impactos nas esferas locais, o tema globalização é abordado de forma crítica e analítica, considerando suas relações com os conceitos de emancipação e cidadania.

Nos capítulos de história, são estudados os processos políticos do Brasil e de outros países da América Latina, como a Argentina e o Chile, ao longo do século XX, além das consequências sociais e econômicas desses processos, que perduram nesses países. Também são abordados o fenômeno da globalização e as desigualdades resultantes da economia globalmente interconectada. Por fim, são analisados os desafios sociais, políticos e econômicos enfrentados pelo país no contexto do mundo globalizado.

A abordagem do tema pela geografia se dá por meio da análise dos processos que permitiram a ampliação de um sistema de integração econômica do espaço mundial e as transformações provocadas pelos avanços tecnológicos nas redes de transporte e de comunicação globais.

Nos capítulos de sociologia são abordadas diferentes perspectivas teóricas sobre a globalização, considerando seus aspectos econômicos, sociais e culturais, inclusive sob a ótica do respeito aos direitos humanos. Além disso, são apresentados conceitos necessários para a compreensão dos arranjos do sistema capitalista mundial e as relações econômicas estabelecidas entre os países.

Na perspectiva da filosofia, o tema é desenvolvido por meio dos estudos de importantes pensadores dos séculos XIX, XX e XXI que se dedicaram à reflexão sobre a noção de sujeito e de subjetividade, e de questões que permeiam as sociedades globalizadas e os fenômenos da pós-modernidade.

Natureza em transformação

Refletir sobre a transformação da natureza pela ação humana e sobre o processo pelo qual os indivíduos se constroem como seres sociais marca o desenvolvimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, desde a dedicação dos primeiros filósofos ao pensar sobre a natureza e a essência do ser humano até os tempos atuais, em que lidar com os impactos dessa transformação ao longo do tempo se tornou uma questão premente.

Por meio do componente curricular história, esse tema é desenvolvido no estudo do surgimento da espécie humana, da formação das sociedades e das relações que elas estabeleciam com a natureza; bem como das teorias que explicam o povoamento da América e os modos de vida das sociedades e civilizações indígenas do continente antes da colonização europeia.

Nos capítulos de geografia, são exploradas as dinâmicas dos componentes físico-naturais, destacando-se as estruturas geológicas, as formas de relevo, os sistemas climáticos e as características dos biomas existentes no Brasil e no mundo, e discutem-se os impactos das intervenções humanas na natureza e a urgente necessidade de promover o uso dos recursos naturais de forma sustentável para garantir o futuro das próximas gerações. Por fim, é apresentado o panorama da produção e do consumo de energia, as consequências das mudanças climáticas e as discussões atuais que permeiam a agenda ambiental na escala global.

No volume de sociologia, nos capítulos dedicados ao tema, aborda-se a lógica capitalista de mercado e sua dinâmica em relação à natureza, considerando as desigualdades sociais que contribuem para a situação de fome e insegurança alimentar no mundo. Discutem-se, também, de maneira crítica, os efeitos da reprodução do pensamento colonial, que impôs não apenas um sistema econômico e político aos povos colonizados, mas também uma forma de pensar e de sentir pautada na exploração predatória da natureza. Nessa perspectiva são abordadas diferentes formas de ver e viver no mundo, como as das comunidades tradicionais.

Nos capítulos de filosofia desta unidade temática, são apresentadas concepções sobre a natureza com base em estudos e reflexões dos filósofos desde a Antiguidade até a contemporaneidade. Discute-se também a relação dos povos tradicionais com a natureza, para que os estudantes tenham condições de analisar a relação das sociedades ocidentais com o meio ambiente.

Poder e política

A popularização da internet nas últimas décadas promoveu transformações significativas nas diversas dimensões da vida social. Nesse contexto, as relações de poder e as formas de participação política também foram afetadas de diferentes modos: a organização dos movimentos sociais e a criação de ações de massa utilizando-se das redes sociais, o uso das ferramentas digitais como instrumento de dominação política e a fiscalização das ações do Estado por parte da sociedade civil são algumas das consequências dessa expansão.

Nesse cenário, algumas perguntas emergem: o que significa fazer política na atualidade? Como as transformações mencionadas afetam as sociedades e os jovens que dela fazem parte? Tais perguntas nortearam a elaboração dos capítulos deste livro, visando dar aos jovens condições para o exercício pleno da cidadania.

Os capítulos de história abordam a formação dos movimentos revolucionários na Europa nos séculos XVII, XVIII e XIX, os processos de formação de nações politicamente independentes na América e a consolidação e declínio do poder imperial brasileiro no século XIX.

Na perspectiva da geografia, o tema é desenvolvido por meio da análise da relação entre Estado, poder e território, discutindo os processos que levaram à configuração atual das fronteiras nacionais e à emergência da ordem mundial multipolar. Além disso, são analisados conflitos atuais relacionados às disputas territoriais e os novos significados para o conceito de território a partir das vivências e modos de vida das comunidades tradicionais.

Nos capítulos de sociologia, os conceitos de política, poder e Estado e as principais formas históricas do Estado Moderno são estudados, bem como as características das diferentes formas e sistemas de governo e sistemas políticos. Por fim, são analisados alguns aspectos da democracia no Brasil.

Em filosofia, são abordados conceitos e teorias políticas desenvolvidas na Antiguidade, na Idade Moderna e na contemporaneidade necessários para a compreensão das relações sociais e de poder ao longo do tempo e nos dias atuais.

Sociedade, política e cultura

Os capítulos propostos nesta unidade trabalham as dimensões sociedade, política e cultura, importantes categorias dos estudos desenvolvidos no campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A ideia de cultura engloba múltiplos significados e interpretações. De maneira geral, pode ser entendida como a "ação de cultivar saberes, práticas e costumes em um determinado grupo" (BNCC, 2018, p. 566). Discutir a noção de cultura envolve, necessariamente, refletir sobre a sociedade, pois as duas se desenvolvem mutuamente. Da mesma forma, é essencial considerar a dimensão política, pois ela está constantemente articulada às relações sociais e às manifestações culturais. Essas três dimensões são inerentes às organizações humanas e devem ser estudadas e compreendidas em conjunto.

Nos capítulos de história, são analisados os impactos das trocas comerciais e culturais nos processos de aproximação e de conflito entre diferentes povos e na formação de sociedades na Ásia, África e Europa durante a Antiguidade e a Idade Média. Também são discutidas as profundas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que marcaram a transição para a Idade Moderna na Europa. Por fim, é realizado um estudo das relações de dominação e comércio durante o processo de expansão marítima europeia, que resultou na ampliação da circulação de pessoas, ideias e culturas entre os povos dos continentes europeu, africano, asiático e americano.

Na perspectiva da geografia, o tema é tratado por meio do estudo de deslocamentos populacionais e os desafios enfrentados por imigrantes e refugiados na atualidade. Também são apresentadas as transições demográficas ocorridas nos séculos XX e XXI e seus impactos sociais, políticos, econômicos e culturais. Além disso, discute-se o processo de urbanização, destacando-se os principais problemas enfrentados pelas cidades em diversas partes do mundo. Há, ainda, uma análise do processo de formação da população brasileira, enfatizando a diversidade étnico-cultural como resultado do encontro das populações indígenas, africanas, europeias e asiáticas, incluindo os fluxos migratórios passados e contemporâneos.

Nos capítulos de sociologia, a produção do conhecimento e os diversos métodos de análise da realidade são discutidos sob a perspectiva do componente curricular. Também são abordados os movimentos políticos e sociais que questionam a hierarquização de diferentes tipos de saberes, dentro de contextos sociais, políticos, econômicos e culturais dominantes. Além disso, propõe-se um debate sobre o papel da sociedade e da cultura na formação dos indivíduos, com ênfase nos processos de socialização e controle social. Por fim, são analisados diversos significados e formas culturais, assim como suas relações com o poder e a ideologia.

Em filosofia, o tema é desenvolvido por meio da noção de cultura baseada em aspectos como linguagem, comportamento, arte, tradição e ruptura. Também são tratados aspectos da condição humana, apresentando diferentes perspectivas filosóficas sobre a crença, a morte e o amor.

Trabalho, ciência e tecnologia

Além de ser um conceito de grande importância na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, o trabalho é assunto de total relevância para os estudantes do Ensino Médio, visto que parte deles já está atuando no mercado e outros entrarão nele em breve. Analisar as mudanças históricas e discutir os novos arranjos nas relações de trabalho é importante para que reconheçam situações de exploração e de falta de condições adequadas a que muitos trabalhadores estão sujeitos no desempenho de suas funções. Além disso, a análise da relação entre trabalho, ciência e tecnologia é necessária para as escolhas profissionais e para a construção de seu projeto de vida. Ademais, em uma era marcada pelo rápido desenvolvimento científico e tecnológico, é importante que os jovens reflitam sobre os impactos desses avanços em suas vidas e sobre as implicações éticas no uso da ciência e da tecnologia.

Nos capítulos de história, é analisado o conceito de escravidão e suas práticas ao longo do tempo, além de outras formas de trabalho compulsório, como as utilizadas na América durante o processo de colonização europeia. Também, as transformações ocorridas no mundo do trabalho durante as revoluções industriais nas relações de trabalho são estudadas.

De forma complementar, nos capítulos de geografia discute-se a dinâmica atual da atividade industrial no Brasil e no mundo e analisam-se as perspectivas para o mercado de trabalho na contemporaneidade.

Nos capítulos de sociologia, são analisadas as transformações do trabalho no mundo contemporâneo, bem como são examinados os diferentes sistemas de estratificação social, atentando às desigualdades sociais presentes nas sociedades modernas e contemporâneas, com destaque para o contexto socioeconômico brasileiro.

Na perspectiva da filosofia, o tema é desenvolvido por meio do estudo do trabalho como condição humana de existência, suas transformações ao longo do tempo e sua relação com a noção de lazer, e a análise de valores éticos e políticos em relação ao desenvolvimento científico.

Sugestões de cronogramas para uso da coleção

De acordo com as DCNEM, as instituições e redes de ensino ficam livres para definir seus arranjos curriculares, bem como a distribuição da carga horária, desde que atendidas as determinações da BNCC. Desse modo, as possibilidades de arranjos são inúmeras. Considerando a quantidade média de aulas dos quatro componentes curriculares de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, apresentamos sugestões de cronogramas de trabalho para a parte de formação básica da BNCC em cursos semestrais, trimestrais ou bimestrais. Vale lembrar que são sugestões, sendo o docente aquele que consegue determinar o melhor uso do material didático que tem em mãos.

Curso semestral em três anos

Componente curricular	Semestre 1	Semestre 2
História	**Capítulo 1** A origem da humanidade e as transformações da natureza **Capítulo 2** O povoamento do continente americano e os recursos naturais	**Capítulo 3** Fluxos e conexões: comércio e cultura na Ásia, na África e na Europa antigas e medievais **Capítulo 4** Formação do Estado Moderno, Renascimento e Reforma Protestante **Capítulo 5** A expansão marítima europeia e a colonização da América
Sociologia	**Capítulo 1** Produção de conhecimento **Capítulo 2** Indivíduo, sociedade e cultura	**Capítulo 3** Trabalho e desigualdades **Capítulo 4** Estratificação social
Filosofia	**Capítulo 1** O estudo da natureza na Antiguidade e na Idade Média **Capítulo 2** O estudo da natureza a partir da Idade Moderna	**Capítulo 3** Trabalho e lazer **Capítulo 4** Ciências
Geografia	**Capítulo 1** Tempos da natureza e ação humana **Capítulo 2** Os desafios da sustentabilidade e a agenda ambiental	**Capítulo 3** Economia global e trocas desiguais **Capítulo 4** O mundo em rede

Componente curricular	Semestre 3	Semestre 4
História	**Capítulo 6** Formas de trabalho na América **Capítulo 7** Revolução Industrial e transformações no mundo do trabalho	**Capítulo 8** Revoluções, nacionalismo e teorias sociais **Capítulo 9** Poder e reorganização política na América: as lutas por independência **Capítulo 10** A consolidação do Estado brasileiro
Sociologia	**Capítulo 5** Poder, política e Estado **Capítulo 6** Governo e participação política	**Capítulo 7** Racismo na cidade contemporânea **Capítulo 8** Gênero, sexualidades e identidades

Continuação

Filosofia	**Capítulo 5** Cultura, linguagem e arte **Capítulo 6** Teorias sobre a crença, a morte e o amor	**Capítulo 7** Teorias políticas: Antiguidade **Capítulo 8** Teorias políticas: Idade Moderna e contemporaneidade
Geografia	**Capítulo 5** Indústria, tecnologia e trabalho **Capítulo 6** Inovação tecnológica e transformações espaciais no Brasil nos séculos XX e XXI	**Capítulo 7** Territórios e fronteiras dos Estados nacionais **Capítulo 8** Fronteiras estratégicas e disputas territoriais

Componente curricular	Semestre 5	Semestre 6
História	**Capítulo 11** Do imperialismo ao fim da Primeira Guerra Mundial **Capítulo 12** Da Primeira República ao fim da Era Vargas **Capítulo 13** Da Segunda Guerra Mundial à Guerra Fria	**Capítulo 14** Populismos e ditaduras no Brasil e na América Latina **Capítulo 15** Mundo globalizado **Capítulo 16** Brasil contemporâneo
Sociologia	**Capítulo 9** Sociedade e meio ambiente **Capítulo 10** Críticas à colonialidade	**Capítulo 11** Globalização, cidadania e direitos humanos **Capítulo 12** Sociologia do desenvolvimento
Filosofia	**Capítulo 9** Teorias sobre o sujeito **Capítulo 10** A filosofia no mundo globalizado e a pós-modernidade	**Capítulo 11** Teorias sobre a violência **Capítulo 12** Direitos humanos
Geografia	**Capítulo 9** Migrações, sociedades multiculturais e dinâmicas populacionais **Capítulo 10** Brasil: diversidade cultural	**Capítulo 11** A Organização das Nações Unidas e os indicadores sociais **Capítulo 12** Conflitos regionais na ordem global

Curso trimestral em três anos

Componente curricular	Trimestre 1	Trimestre 2	Trimestre 3
História	**Capítulo 1** A origem da humanidade e as transformações da natureza **Capítulo 2** O povoamento do continente americano e os recursos naturais	**Capítulo 3** Fluxos e conexões: comércio e cultura na Ásia, na África e na Europa antigas e medievais **Capítulo 4** Formação do Estado Moderno, Renascimento e Reforma Protestante	**Capítulo 5** A expansão marítima europeia e a colonização da América
Sociologia	**Capítulo 1** Produção de conhecimento **Capítulo 2** Indivíduo, sociedade e cultura	**Capítulo 3** Trabalho e desigualdades	**Capítulo 4** Estratificação social
Filosofia	**Capítulo 1** O estudo da natureza na Antiguidade e na Idade Média **Capítulo 2** O estudo da natureza a partir da Idade Moderna	**Capítulo 3** Trabalho e lazer	**Capítulo 4** Ciências
Geografia	**Capítulo 1** Tempos da natureza e ação humana **Capítulo 2** Os desafios da sustentabilidade e a agenda ambiental	**Capítulo 3** Economia global e trocas desiguais	**Capítulo 4** O mundo em rede

Componente curricular	Trimestre 4	Trimestre 5	Trimestre 6
História	**Capítulo 6** Formas de trabalho na América **Capítulo 7** Revolução Industrial e transformações no mundo do trabalho	**Capítulo 8** Revoluções, nacionalismo e teorias sociais **Capítulo 9** Poder e reorganização política na América: as lutas por independência	**Capítulo 10** A consolidação do Estado brasileiro

Continua

Continuação

Sociologia	**Capítulo 5** Poder, política e Estado **Capítulo 6** Governo e participação política	**Capítulo 7** Racismo na cidade contemporânea	**Capítulo 8** Gênero, sexualidades e identidades
Filosofia	**Capítulo 5** Cultura, linguagem e arte **Capítulo 6** Teorias sobre a crença, a morte e o amor	**Capítulo 7** Teorias políticas: Antiguidade	**Capítulo 8** Teorias políticas: Idade Moderna e contemporaneidade
Geografia	**Capítulo 5** Indústria, tecnologia e trabalho **Capítulo 6** Inovação tecnológica e transformações espaciais no Brasil nos séculos XX e XXI	**Capítulo 7** Territórios e fronteiras dos Estados nacionais	**Capítulo 8** Fronteiras estratégicas e disputas territoriais

Componente curricular	Trimestre 7	Trimestre 8	Trimestre 9
História	**Capítulo 11** Do imperialismo ao fim da Primeira Guerra Mundial **Capítulo 12** Da Primeira República ao fim da Era Vargas	**Capítulo 13** Da Segunda Guerra Mundial à Guerra Fria **Capítulo 14** Populismos e ditaduras no Brasil e na América Latina	**Capítulo 15** Mundo globalizado **Capítulo 16** Brasil contemporâneo
Sociologia	**Capítulo 9** Sociedade e meio ambiente	**Capítulo 10** Críticas à colonialidade	**Capítulo 11** Globalização, cidadania e direitos humanos **Capítulo 12** Sociologia do desenvolvimento
Filosofia	**Capítulo 9** Teorias sobre o sujeito	**Capítulo 10** A filosofia no mundo globalizado e a pós-modernidade	**Capítulo 11** Teorias sobre a violência **Capítulo 12** Direitos humanos
Geografia	**Capítulo 9** Migrações, sociedades multiculturais e dinâmicas populacionais	**Capítulo 10** Brasil: diversidade cultural	**Capítulo 11** A Organização das Nações Unidas e os indicadores sociais **Capítulo 12** Conflitos regionais na ordem global

Curso bimestral em três anos

Componente curricular	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4
História	**Capítulo 1** A origem da humanidade e as transformações da natureza	**Capítulo 2** O povoamento do continente americano e os recursos naturais	**Capítulo 3** Fluxos e conexões: comércio e cultura na Ásia, na África e na Europa antigas e medievais **Capítulo 4** Formação do Estado Moderno, Renascimento e Reforma Protestante (início)	**Capítulo 4** Formação do Estado Moderno, Renascimento e Reforma Protestante (continuação) **Capítulo 5** A expansão marítima europeia e a colonização da América
Sociologia	**Capítulo 1** Produção de conhecimento	**Capítulo 2** Indivíduo, sociedade e cultura	**Capítulo 3** Trabalho e desigualdades	**Capítulo 4** Estratificação social
Filosofia	**Capítulo 1** O estudo da natureza na Antiguidade e na Idade Média	**Capítulo 2** O estudo da natureza a partir da Idade Moderna	**Capítulo 3** Trabalho e lazer	**Capítulo 4** Ciências
Geografia	**Capítulo 1** Tempos da natureza e ação humana	**Capítulo 2** Os desafios da sustentabilidade e a agenda ambiental	**Capítulo 3** Economia global e trocas desiguais	**Capítulo 4** O mundo em rede

Continua

Continuação

Componente curricular	Bimestre 5	Bimestre 6	Bimestre 7	Bimestre 8
História	**Capítulo 6** Formas de trabalho na América	**Capítulo 7** Revolução Industrial e transformações no mundo do trabalho	**Capítulo 8** Revoluções, nacionalismo e teorias socialistas **Capítulo 9** Poder e reorganização política na América: lutas por independência (início)	**Capítulo 9** Poder e reorganização política na América: lutas por independência (continuação) **Capítulo 10** A consolidação do Estado brasileiro
Sociologia	**Capítulo 5** Poder, política e Estado	**Capítulo 6** Governo e participação política	**Capítulo 7** Racismo na cidade contemporânea	**Capítulo 8** Gênero, sexualidades e identidades
Filosofia	**Capítulo 5** Cultura, linguagem e arte	**Capítulo 6** Teorias sobre a crença, a morte e o amor	**Capítulo 7** Teorias políticas: Antiguidade	**Capítulo 8** Teorias políticas: Idade Moderna e contemporaneidade
Geografia	**Capítulo 5** Indústria, tecnologia e trabalho	**Capítulo 6** Inovação tecnológica e transformações espaciais no Brasil nos séculos XX e XXI	**Capítulo 7** Territórios e fronteiras dos Estados nacionais	**Capítulo 8** Fronteiras estratégicas e disputas territoriais

Componente curricular	Bimestre 9	Bimestre 10	Bimestre 11	Bimestre 12
História	**Capítulo 11** Do imperialismo ao fim da Primeira Guerra Mundial **Capítulo 12** Da Primeira República ao fim da Era Vargas (início)	**Capítulo 12** Da Primeira República ao fim da Era Vargas (continuação) **Capítulo 13** Da Segunda Guerra Mundial à Guerra Fria	**Capítulo 14** Populismos e ditaduras no Brasil e na América Latina **Capítulo 15** Mundo globalizado (início)	**Capítulo 15** Mundo globalizado (continuação) **Capítulo 16** Brasil contemporâneo
Sociologia	**Capítulo 9** Sociedade e meio ambiente	**Capítulo 10** Críticas à colonialidade	**Capítulo 11** Globalização, cidadania e direitos humanos	**Capítulo 12** Sociologia do desenvolvimento
Filosofia	**Capítulo 9** Teorias sobre o sujeito	**Capítulo 10** A filosofia no mundo globalizado e a pós-modernidade	**Capítulo 11** Teorias sobre a violência	**Capítulo 12** Direitos humanos
Geografia	**Capítulo 9** Migrações, sociedades multiculturais e dinâmicas populacionais	**Capítulo 10** Brasil: diversidade cultural	**Capítulo 11** A Organização das Nações Unidas e os indicadores sociais	**Capítulo 12** Conflitos regionais na ordem global

Reforçando, os cronogramas apresentados são apenas propostas. Outra possibilidade de organização de curso, por exemplo, poderia ser a organização do trabalho em torno das unidades dos livros, sendo uma mesma unidade trabalhada ao mesmo tempo pelos diferentes professores. Para cronogramas, cada docente é aquele que melhor sabe que organização de curso funciona para sua realidade em sala de aula.

Elementos que compõem o livro do estudante

Cada volume da coleção destina-se a um dos quatro componentes curriculares da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Cada um dos volumes desenvolve as mesmas seis unidades temáticas, divididas em capítulos. O trabalho pedagógico é organizado por seções e boxes com propósitos específicos, apresentados a seguir.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A coleção tem o compromisso de evidenciar a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a relação do conteúdo abordado com tais metas de desenvolvimento sustentável, que devem ser efetivadas até 2030. No início de cada livro da coleção, por meio de ícones e textos explicativos, um infográfico apresenta aos estudantes os ODS e seus objetivos. Ao longo dos livros, os ícones são associados aos textos e às atividades, indicando como eles estão relacionados a determinado ODS. Neste suplemento, as "Orientações específicas e respostas" apresentam textos explicativos sobre essas possibilidades de trabalho em cada capítulo dos volumes.

Abertura de Unidade

As unidades temáticas são apresentadas nas Aberturas de Unidade com base na perspectiva do componente curricular de cada livro. Isso é feito por meio de textos, imagens e questionamentos que demandam uma reflexão inicial dos estudantes a partir de uma situação-problema, articulando o tema da unidade a questões da atualidade. Um quadro indica quais capítulos dos demais volumes compõem a unidade temática. Desse modo, a Abertura de Unidade possibilita desenvolver a interdisciplinaridade entre os componentes da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, pois, compartilhados por todos os componentes curriculares dessa área, tais temas articulam toda a coleção, favorecendo também o desenvolvimento dos Temas Contemporâneos Transversais.

Abertura de Capítulo

Na lateral da primeira página de cada capítulo, um texto apresenta os assuntos que serão abordados, estabelecendo conexões com a unidade temática comum a todos os volumes e com os assuntos estudados em capítulos anteriores. Dessa forma, o estudante pode estabelecer relações entre o capítulo que vai estudar em um componente e outros do mesmo volume ou coleção, ampliando sua compreensão sobre as relações intrínsecas entre os objetos de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Sugestão

Ao longo dos capítulos, a coleção apresenta sugestões de *sites*, livros, filmes, *podcasts* e jogos que aprofundam e ampliam o estudo dos assuntos abordados. As indicações também contribuem para ampliar o repertório cultural dos estudantes, e muitas delas dialogam com as culturas juvenis, contribuindo para engajar os jovens em seus estudos de forma mais prazerosa.

Imagens em contexto

Ao longo dos capítulos são apresentados comentários sobre as relações entre a(s) imagem(ns) presente(s) na página e os assuntos abordados no texto, informações adicionais sobre as imagens e informações complementares sobre o assunto representado na imagem. O objetivo é incentivar os estudantes a compreender como os elementos visuais que compõem a coleção – fotografias, charges, obras de arte, mapas, gráficos e outros – podem ser analisados e explorados como fontes de informação, tratando-se, portanto, de elementos que contribuem para o saber tanto quanto o texto.

Explore

Propostas de atividades relacionadas a citações, ilustrações, gráficos, mapas e demais elementos que compõem os livros da coleção são apresentadas ao longo dos capítulos no boxe Explore. Essas atividades promovem a análise de tais recursos e as conexões entre o assunto abordado e as questões da atualidade. As atividades sugeridas proporcionam ao professor possibilidades de orientar o trabalho pedagógico desenvolvido durante o estudo do capítulo e de identificar dificuldades e progressos dos estudantes, incentivando o acompanhamento do percurso deles antes das atividades finais dos capítulos.

Você pesquisador

Propõe práticas de pesquisa de maneira articulada com algum dos assuntos abordados no capítulo. Tais práticas colocam o estudante como protagonista da construção de sua aprendizagem, incentivando o desenvolvimento da autonomia e valorizando a investigação científica, ao mesmo tempo que propiciam a apropriação dos procedimentos epistemológicos e técnicos da área pelos estudantes. Esse boxe se apresenta como um momento oportuno de exercício da **Competência Geral da Educação Básica 7**.

Em pauta

A seção promove leituras e discussões a respeito de temas contemporâneos relacionados aos assuntos do capítulo por meio de diferentes tipos de texto (notícias, reportagens, artigos jornalísticos, publicações institucionais e outros). Dessa forma, a seção propicia a interdisciplinaridade e o trabalho com os Temas Contemporâneos Transversais.

Trabalho com fontes

A seção propõe a análise de diferentes fontes direcionada por questões que permitem as operações de identificação, contextualização, interpretação e análise. Por meio da seção e do trabalho com fontes diversas, os estudantes podem compreender que muitos materiais que talvez eles não considerassem como documentos podem ser fontes de estudo na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, favorecendo a compreensão deles sobre os objetos de conhecimento dessa área.

Trabalho e juventudes

A seção apresenta campos profissionais relacionados ao assunto estudado no capítulo. São explorados aspectos como o histórico de tal campo, as possibilidades de atuação e os caminhos para formação profissional, a fim de que os jovens possam conhecer e ampliar suas possibilidades de escolha para o futuro. O objetivo é apresentar diferentes campos de atuação profissional como modo de reforçar as relações entre a formação educacional e o mundo do trabalho, temática especialmente importante nesse segmento de ensino. O trabalho com essa seção contribui, portanto, para o desenvolvimento da **Competência Geral da Educação Básica 6**, ao incentivar o estudante a se analisar e a compreender suas próprias aptidões e interesses relacionados ao mundo do trabalho, e do Tema Contemporâneo Transversal **Trabalho**.

Atividades

Com propostas de diferentes formatos (questões de associação, análise, interpretação, debates, dissertações, entre outros), as atividades apresentam estratégias para mobilização dos assuntos abordados no capítulo, promovendo situações nas quais os estudantes possam exercitar a autonomia na aprendizagem e desenvolver diferentes habilidades. Também são apresentadas questões do Enem e de vestibulares, importantes para o trabalho com esse segmento de ensino. As atividades proporcionam o exercício das competências gerais e específicas e das habilidades das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, além da interdisciplinaridade e de reflexões sobre os Temas Contemporâneos Transversais.

Estratégia de estudo

Entre os capítulos 1 e 2 de todos os volumes da coleção, essa seção apresenta diferentes métodos para sistematização, organização e estabelecimento de conexões entre os assuntos estudados, indicando as situações de uso de diferentes estratégias e propondo práticas para que os estudantes se apropriem delas e as incorporem na sua rotina de estudos. Essa seção foi desenvolvida tendo o objetivo de promover a autonomia e o protagonismo do estudante, aspectos que, como mencionado neste suplemento, embasam esta coleção.

Educação midiática

No final dos quatros volumes, a seção Educação midiática propõe percursos de trabalho que contribuem para adquirir as habilidades necessárias ao desenvolvimento de competências para utilização das tecnologias digitais voltadas a comunicação, pesquisa e criação de conteúdo de forma crítica, significativa, reflexiva e ética. São propostas pedagógicas que mobilizam a interdisciplinaridade, principalmente com a área de **Linguagens e suas Tecnologias**. Além disso, essa seção possibilita o desenvolvimento da **Competência Geral da Educação Básica 5**, ao incentivar os estudantes a analisar criticamente as ferramentas digitais presentes em seu cotidiano e, por meio das atividades propostas, produzir conhecimentos relacionados às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.

MovimentAção

No final dos volumes, a seção MovimentAção apresenta propostas estruturadas de trabalho colaborativo visando criar oportunidades de intervenção cidadã dos estudantes no meio em que vivem, ao mesmo tempo que competências e habilidades são mobilizadas promovendo a expressão dos estudantes por meio das diferentes elaborações e criações. Dessa forma, a seção propicia a valorização do protagonismo dos estudantes e da interdisciplinaridade. As propostas de trabalho em grupo e com etapas favorecem, sobretudo, o desenvolvimento das **Competências Gerais da Educação Básica 9** e **10**.

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO LIVRO DE FILOSOFIA

O que é a filosofia e por que estudá-la?

"O que é a filosofia?" e "Por que estudar filosofia?": essas são perguntas recorrentes feitas pelos estudantes aos professores de filosofia. Ambas são, por si mesmas, perguntas filosóficas, pois remetem seja à raiz de um conceito – o de filosofia –, seja a um exame crítico da noção de "utilidade".

Sobre a primeira pergunta, ela busca abarcar em um conceito universal a pluralidade de filosofias, ou seja, procura um denominador comum para a multiplicidade de pensamentos e teorias da chamada história da filosofia. Com essa indagação em mente, no livro *O que é a filosofia*, publicado em 1991, os filósofos franceses Félix Guattari e Gilles Deleuze responderam que a filosofia é toda investigação que tem como tarefa fundamental a exposição ou colocação de um problema por meio da criação de conceitos. Assim, a filosofia tem como matéria-prima problemas que ela encontra entre os fenômenos naturais, sociais e culturais, problemas com que nos deparamos no mundo e que dizem respeito à ciência, à política, à arte, à religião etc., o que revela de antemão a natureza transdisciplinar da filosofia. Essa matéria-prima é trabalhada pelo filósofo por meio da invenção de conceitos, que são os instrumentos comumente utilizados na investigação filosófica. De acordo com Guattari e Deleuze:

> O filósofo é o amigo do conceito, ele é conceito em potência. Quer dizer que a filosofia não é uma simples arte de formar, de inventar ou de fabricar conceitos, pois os conceitos não são necessariamente formas, achados ou produtos [...]. Os conceitos não nos esperam inteiramente feitos, como corpos celestes. Não há céu para os conceitos. Eles devem ser inventados, fabricados ou antes criados, e não seriam nada sem a assinatura daqueles que os criam. Nietzsche determinou a tarefa da filosofia quando escreveu: os filósofos não devem mais contentar-se em aceitar os conceitos que lhes são dados, para somente limpá-los e fazê-los reluzir, mas é necessário que eles comecem por fabricá-los, criá-los, afirmá-los, persuadindo os homens a utilizá-los. [...] Que valeria um filósofo do qual se pudesse dizer: ele não criou um conceito, ele não criou seus conceitos?
>
> DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 13-14.

Essa definição – entre outras possíveis – de filosofia, que confere um solo comum à pluralidade de filosofias, leva-nos a outra questão: por que estudar filosofia? Em outras palavras, qual a utilidade de se criar conceitos partindo de problemas encontrados na realidade?

No mundo atual, dominado pela imagem, pelo efêmero, pela velocidade e voltado para soluções imediatas e pragmáticas, esse tipo de indagação causa certo desconforto, já que a filosofia pode parecer inútil aos estudantes, na medida em que é voltada para a abstração dos conceitos. Soma-se a esse cenário o fascínio que o mundo virtual exerce sobre as pessoas. A internet abre portas para diversas possibilidades de informação, entretenimento, interação e para o contato direto com amigos e desconhecidos, sendo nós partícipes de uma revolução digital que cotidianamente coloca à disposição um novo recurso tecnológico.

Diante desse panorama, contudo, a filosofia se coloca como importante recurso crítico em relação tanto ao pragmatismo das soluções imediatas quanto à virtualidade do mundo digital. Além disso, pode-se vislumbrar um aspecto prático da filosofia, uma vez que o exercício da crítica fomenta discussões para enfrentar desafios éticos, jurídicos, políticos e estéticos, o que contribui, entre outras coisas, para o combate a diferentes formas de violência e de opressão.

Em que pesem as características dos novos tempos, a riqueza do cotidiano é fonte dos numerosos temas que favorecem a argumentação filosófica. Paralelamente ao utilitarismo e à virtualidade que impregnam a mentalidade contemporânea, nota-se o crescente interesse pelo debate filosófico quando são feitos questionamentos envolvendo assuntos polêmicos sob a perspectiva ético-política. Por exemplo, o confronto entre países democráticos e os submetidos a tiranias laicas ou religiosas certamente desperta discussões em torno do que é certo ou errado na política, bem como os impasses em torno do uso de inteligência artificial circulam pela mídia e tornam-se tema em revistas, jornais e redes sociais, provocando controvérsias de natureza ética.

Nos capítulos deste livro, são esboçadas algumas justificativas sobre a importância do estudo da filosofia ao mesmo tempo em que se destaca sua especificidade: a capacidade de problematizar (isto é, fazer emergir um problema filosófico) e de exercitar a argumentação com base nos conceitos legados pela tradição filosófica. Desse modo, o livro convida à participação autônoma e ativa dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem, por meio da argumentação constante na elaboração de respostas de atividades, na redação de textos dissertativo-argumentativos e em debates. Tal movimento pode ser notado desde as "Aberturas de unidade", que transformam temas de discussão em situações-problemas.

O ensino de filosofia

O ensino de filosofia, para que não seja uma mera transmissão de conteúdos historicamente construídos, não pode estar dissociado da ação de filosofar e, por isso, requer um significado propriamente filosófico. Isso indica que, no ensino de filosofia, o filosofar deve ser interpretado como processo, em vez de resumido à compreensão e reprodução de filosofias como produtos historicamente construídos, como se elas compusessem um conjunto de teorias já elaboradas a serem transmitidas passivamente de geração em geração.

Para distinguir os dois modelos de educação em jogo, aquele que vê o ensino como transmissão de conteúdos e aquele que reconhece o papel ativo do estudante no processo de ensino-aprendizagem, o educador Paulo Freire criticou, em seu livre

Pedagogia do oprimido, publicado em 1974, o que ele identificou como uma concepção de educação bancária, segundo a qual os educandos são vistos como depósitos de conhecimento, devendo memorizar/arquivar conteúdos. Em contraposição a esse tipo de educação, o ensino de filosofia que carrega em si um significado propriamente filosófico deve não só combater a educação bancária, como estar comprometido em despertar no estudante o espírito inquietante do questionamento filosófico, da atitude crítica e da criação ou transformação de conceitos.

O professor Sílvio Gallo, em seu artigo *A filosofia e seu ensino: conceito e transversalidade*, publicado em 2006, traduz essa necessidade do ensino de filosofia em três alertas:

- **atenção ao filosofar como ato/processo**: ensinar filosofia consiste em ensinar o ato/processo do filosofar, mostrando que a filosofia continua viva e ativa e não pode ser tomada somente como um conjunto de conhecimentos historicamente construídos e passíveis de transmissão. Nesse sentido, é esperado que professores e estudantes assumam a atitude crítico-reflexiva adotada pelos próprios filósofos;
- **atenção à história da filosofia**: ensinar filosofia requer, também, ensinar a história da filosofia, pois, para aprender o ato de filosofar, é necessário primeiramente conhecer as várias filosofias criadas ao longo da história. A história da filosofia é, por assim dizer, o produto que o ato de filosofar (processo) não pode dispensar. Sem esse substrato, as intervenções dos estudantes permaneceriam espontaneístas, girando em torno do que eles já sabem;
- **atenção à criatividade**: ensinar filosofia implica estimular o desenvolvimento de novos pensamentos e a criação de novos conceitos. É saudável, ainda, a ruptura com a tradição, buscando construir algo de novo em um diálogo crítico e criativo com a história do pensamento filosófico.

Neste livro, há uma preocupação constante em respeitar essas premissas. No tópico seguinte, são discutidas a presença dos dois primeiros alertas no livro didático, que, imbricados, revelam a íntima conexão, no ensino de filosofia, entre forma (o processo de filosofar) e conteúdo (o produto, a história da filosofia), superando a ilusória dicotomia entre método e conteúdo, entre teoria e prática. Sobre o terceiro alerta, diversas atividades deste livro incentivam os estudantes a tomarem de empréstimo conceitos cunhados por filósofos de diferentes contextos para compreenderem fenômenos atuais, transformando cuidadosamente a aplicação desses conceitos para não cometer anacronismos e imprecisões.

O livro didático de filosofia

O livro didático de filosofia deve, então, preconizar uma atitude crítico-reflexiva em que professores e estudantes se convertem em professores-filósofos e estudantes-filósofos, sem impor interpretações ou perspectivas de mundo, e sim apresentando a história da filosofia de modo a estimular a postura crítica a respeito dos assuntos estudados. Com a ajuda do livro didático como uma das ferramentas para intermediar o processo, estabelece-se uma via de mão dupla: o estudante aprende com o filosofar do professor e o professor aprende com o filosofar do estudante. Sobre o papel de filósofo ocupado por professor e estudante, afirma Alejandro Cerletti:

> Ensinar significa retirar a filosofia do mundo privado e exclusivo de uns poucos para colocá-la aos olhos de todos, na construção coletiva de um espaço público. Por certo, em última instância, cada um escolherá se filosofa ou não, mas deve saber que pode fazê-lo, que não é um mistério insondável que apenas alguns atesouram.
>
> CERLETTI, Alejandro. **O ensino de filosofia como problema filosófico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 87.

Com vistas a essa autonomia e ao frescor do pensamento, é significativo, portanto, apresentar aos estudantes uma pluralidade de filosofias, considerando a diversidade de gênero, nacionalidade e/ou raça e etnia. Neste livro, os professores e estudantes encontrarão discussões de pensadores que compõem o cânone tradicional da filosofia e também daqueles cuja relevância nas discussões contemporâneas tem contribuído para a ampliação do cânone, como Achille Mbembe, Angela Davis, Charles Mills, Donna Haraway, Gayatri Chakravorty Spivak, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Susan Buck-Morss.

Entende-se, assim como Vânio Borges em seu estudo *O livro didático de filosofia: do senso comum à consciência filosófica*, publicado em 2022, que o livro didático esbarra em limites associados ao tempo e à cultura no qual foi produzido. Tais limites se manifestam, por exemplo, na seleção de autores e temas considerados mais representativos da tradição filosófica, o que leva à aproximação de alguns autores e ao distanciamento de outros. Por isso, a fim de contornar essas dificuldades, visa-se, na escolha dos temas e das filosofias abordadas, delinear um horizonte de ampliação do cânone que valoriza também as reflexões de filósofos e filósofas de contextos não hegemônicos. Assim, os estudantes se defrontarão com filósofos(as) que, por exemplo, contestam a tradição política moderna a partir de uma perspectiva racial, como Charles Mills e Susan Buck-Morss, o que ajuda a desconstruir hierarquias epistêmicas e possibilita que os estudantes desenvolvam seus estudos de maneira crítica e transformadora, identificando as tensões implicadas no próprio fazer filosófico. Esse movimento, no entanto, será efetuado sem que seja ignorada a importância de os estudantes entrarem em contato com a história da filosofia já consagrada.

Vale ressaltar a opção por uma abordagem híbrida que conjuga problemas, temas e história da filosofia, mas que dá ênfase à abordagem temática. Nesse sentido, a história da filosofia é tratada como referencial, e não como foco. Isso significa que são privilegiados temas ou áreas de investigação filosófica, mas sem desprezar a história da filosofia, que permanece como referencial constante dos temas escolhidos, permeando todos os capítulos para descortinar o pensamento vivo do filósofo nas relações com sua sociedade e sua época. Essa opção dá mais liberdade ao professor por se desprender da estrita cronologia, o mesmo tempo que permite estabelecer ligações fecundas entre o pensamento dos filósofos e os problemas vividos atualmente.

De todo modo, em ambas as perspectivas – história da filosofia ou filosofia temática –, é indispensável que o livro didático de filosofia propicie o contato com textos filosóficos e textos considerados artísticos, jornalísticos, políticos etc., mas que possam ser lidos de maneira filosófica. Esses textos aparecem neste livro bem articulados com os assuntos tratados e, no caso de publicações originais em idioma estrangeiro, foram selecionadas traduções confiáveis e rigorosas, sem, contudo, perder o tom didático. O professor Franklin Leopoldo e Silva adverte sobre a importância dessas leituras:

> Aqui, trata-se da difícil tarefa da leitura dos próprios textos filosóficos. Ninguém ignora as imensas dificuldades envolvidas nessas leituras, o mais das vezes áridas e de difícil compreensão, exigindo em muitas ocasiões um domínio razoável de terminologia específica. Apesar de tudo isso, não há como fugir à necessidade dessas leituras, se se quiser proporcionar ao aluno uma visão razoavelmente precisa do pensamento dos autores tratados e dos diferentes estilos de reflexão, coisas que só de forma um tanto abstrata são apreendidas através da leitura de manuais de história da filosofia. Cabe ao professor recortar textos de maneira a proporcionar uma compreensão mínima do assunto tratado, balanceando este recorte com os critérios da viabilidade didática e da importância estratégica dos textos.
>
> SILVA, Franklin Leopoldo e. História da filosofia: centro ou referencial? *In*: NIELSEN NETO, Henrique (org.). **O ensino de filosofia no 2º grau**. São Paulo: Sofia: Seaf, 1986. p.161-162.

Por fim, é importante frisar que o livro didático é apenas um dos recursos disponíveis para a construção das aulas. Ele não dispensa a criatividade do professor, que certamente saberá encontrar outros procedimentos para dinamizar suas aulas e incentivar a participação dos estudantes. Por exemplo, para sensibilizar os estudantes no estudo de um tema filosófico, há uma diversidade de filmes, documentários, letras de música, obras de arte, trechos de livros, histórias em quadrinhos, *podcasts* e páginas da internet que pode ser mobilizada a fim de contribuir para um estudo mais significativo. Este livro oferece algumas sugestões nessa direção, embora possam ser enriquecidas com o repertório cultural do professor.

A filosofia na LDB e na BNCC

Neste suplemento, na parte correspondente aos pressupostos teóricos-metodológicos da coleção, foi iniciada uma discussão sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, considerando a implementação histórica desses documentos e a relevância deles, seja para o Ensino Médio, seja para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Trata-se, agora, de discutir a importância desses documentos especificamente para o ensino de filosofia.

Sobre a LDB, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, vamos nos deter em seu artigo 2º, de acordo com o qual:

> A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 ago. 2024.

No que se refere à filosofia a pergunta é a seguinte: pode-se dizer que um dos objetivos da filosofia no Ensino Médio é ensinar cidadania? Esse questionamento não visa negar a importância de educar para a cidadania, mas convém saber como fazê-lo. A educação para a cidadania não se reduz necessariamente à leitura de textos específicos sobre cidadania, embora estes não sejam desconsiderados. O ensino de filosofia tem como objetivo desenvolver a competência discursivo-filosófica. Não há cidadania se não for alcançada a autonomia do pensar crítico, que, na filosofia, tem o seu diferencial pelo recurso à tradição filosófica. Ao levantar problemas, a filosofia instiga a indagação e fortalece a capacidade de conceituação e argumentação.

Em relação à BNCC do Ensino Médio, a natureza do documento integra filosofia, sociologia, história e geografia em uma perspectiva de área – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Mesmo que o foco seja as diretrizes comuns para todos os componentes curriculares que fazem parte da área, há momentos no texto da BNCC explicitamente dirigidos à filosofia ou ao pensamento filosófico, como os listados a seguir.

No texto descritivo da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas:

> A política está na origem do pensamento filosófico. Na Grécia Antiga, o exercício da argumentação e a discussão sobre os destinos das cidades e suas leis estimularam a retórica e a abstração como práticas necessárias para o debate em torno do bem comum. Esse exercício permitiu ao cidadão da pólis compreender a política como produção humana capaz de favorecer as relações entre pessoas e povos e, ao mesmo tempo, desenvolver a crítica a mecanismos políticos como a demagogia e a manipulação do interesse público.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC/SEB, 2018. p. 567.

> A categoria trabalho, por sua vez, comporta diferentes dimensões – filosófica, econômica, sociológica ou histórica: como virtude; como forma de produzir riqueza, de dominar e de transformar a natureza; como mercadoria; ou como forma de alienação.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC/SEB, 2018. p. 568.

Na descrição da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5**:

> O exercício de reflexão, que preside a construção do pensamento filosófico, permite aos jovens compreender os fundamentos da ética em diferentes culturas, estimulando o respeito às diferenças (linguísticas, culturais, religiosas, étnico-raciais etc.), à cidadania e aos direitos humanos. Ao realizar esse exercício na abordagem de circunstâncias da vida cotidiana, os estudantes podem desnaturalizar condutas, relativizar costumes e perceber a desigualdade, o preconceito e a discriminação presentes em atitudes, gestos e silenciamentos, avaliando as ambiguidades e contradições presentes em políticas públicas tanto de âmbito nacional como internacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC/SEB, 2018. p. 577.

Nas habilidades de **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**:

> **(EM13CHS101)** Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. [...]
>
> **(EM13CHS103)** Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC/SEB, 2018. p. 572.

Como serão mostradas nas orientações específicas de unidades, capítulos e seções, os momentos transcritos anteriormente não impedem, contudo, o ensino de filosofia de mobilizar as demais competências e habilidades da BNCC. Pelo contrário, a homologação desse documento em 2017 e as mudanças no Ensino Médio, consolidadas pela Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024, fundamentam-se em uma concepção pedagógica alicerçada em competências e habilidades e que não se restringe aos componentes curriculares de filosofia, sociologia, história e geografia, mas abarca todos eles por meio da noção de área – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Nessa direção, a filosofia contribui particularmente com sua vocação transdisciplinar.

A abordagem filosófica se distingue das demais pela potência crítica, ao proceder à problematização, atributo que lhe é específico. Com isso, ela percorre todos os campos da cultura, em busca de realizar uma experiência singular do pensamento. Sob esse aspecto, ela é por excelência transdisciplinar, encontrando-se além de cada disciplina, não no sentido de lhes ser superior, mas de abordá-las em seu conjunto: tudo pode ser assunto de filosofia. Por exemplo, as ciências

despertam indagações filosóficas sobre o que é o método científico; as aplicações práticas da biologia se defrontam com questões éticas; o fazer artístico provoca a reflexão sobre o que é a arte; a literatura e a história, ao discutirem as diversas formas de pensar, sentir e agir, estimulam a reflexão filosófica sobre a natureza do tempo, da imaginação, da criatividade, da liberdade e assim por diante.

Finalmente, vale comentar que as unidades deste livro foram organizadas em torno das categorias fundamentais da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas elencadas pela BNCC, categorias que podem ser interpretadas como temas filosóficos – transformados em situações-problemas nas aberturas de unidade, como já dissemos – e para os quais foram mobilizados conceitos extraídos da história da filosofia. Esses temas são: conflitos e desigualdades, globalização, emancipação e cidadania, natureza em transformação, poder e política, sociedade, política e cultura, e trabalho, ciência e tecnologia.

Leituras complementares

As duas leituras a seguir, precedidas de comentários nossos sobre o tema geral discutido, são complementares para um maior aprofundamento das orientações filosóficas e pedagógicas deste livro.

Texto complementar

Metodologia do ensino de filosofia

No texto a seguir, Sílvio Gallo trata da importância de os estudantes entrarem em contato diretamente com os textos filosóficos. O autor discute, ainda, como outros gêneros textuais e outras linguagens podem auxiliar na compreensão do pensamento filosófico.

Ler um texto filosófico pressupõe a retomada do pensamento vivo de um filósofo, mesmo que ele pertença a épocas muito distantes. A leitura filosófica significativa investiga os pressupostos do texto, exercita a capacidade de problematização, o que sugere a apropriação do texto de maneira metódica. Vale mencionar que esse movimento pode ser identificado em muitas das seções "Trabalho com fontes" deste livro.

Sabemos que o filosofar exige compromisso com o cotidiano; portanto, não é de se estranhar que o professor de filosofia recorra a textos não filosóficos para lançar sobre eles um "olhar filosófico". O rigor da abordagem filosófica aparece em diferentes expressões textuais e até mesmo imagéticas, de modo que se favoreça uma leitura diferenciada ao interpretar fatos, avaliar pressupostos, identificar problemas, propor soluções e levantar questionamentos que possibilitem uma visão crítica de mundo, esforços que podem ser reconhecidos em várias das seções "Em pauta" deste livro.

> [...] Se insisto que um bom ensino de filosofia é aquele que propicia aos alunos uma experiência do pensamento conceitual, que tem como objetivo possibilitar que eles se orientem no pensamento, insisto também que a experiência própria com o pensamento conceitual só é possível no trato com os conceitos já criados. Dizendo de outro modo: uma aula que trabalhe muito bem a sensibilização dos alunos para um determinado tema pode render resultados muito interessantes e ser muito produtiva; se, porém, ela não levar ao contato com o conceito, não será uma aula de filosofia. E para um contato inicial com o conceito, precisamos ir aos textos dos filósofos, que são a materialização do movimento conceitual no pensamento. [...]
>
> Muitas vezes os professores se preocupam se seus alunos têm condições de ler um texto filosófico, um texto clássico. O problema é que nós queremos, de antemão, que eles façam a leitura que nós mesmos fazemos, uma leitura de especialistas. E, reafirmo, não é esse o objetivo da filosofia no Ensino Médio. Precisamos é possibilitar a eles que leiam, acreditar em sua capacidade de ler e de pensar sobre o que leram. Uma vez mais, acho interessante lembrar Deleuze, quando afirma, em *Diálogos*, que precisaríamos quebrar a reverência que temos ao livro, tratando-o como a um CD: não se trata de compreender, mas de gostar ou não gostar. Um texto, uma música, nos toca ou não nos toca, nos afeta positiva ou negativamente. E o importante é que esse afetar provoque um pensamento. Dizendo de outro modo: na aula de filosofia lemos um texto filosófico não para interpretá-lo ou entendê-lo, em sentido cartesiano, mas para que ele nos faça pensar. Pensar com ele, pensar contra ele, pensar apesar dele. Mas pensar, fundamentalmente pensar.
>
> Permitam-me lembrar uma iniciativa interessante: uma obra publicada na França, infelizmente não traduzida aqui no Brasil. Uma artista plástica francesa, Jacqueline Duhême, amiga de Deleuze, decidiu tomar frases de Deleuze e com elas fazer um livro infantil. Escolheu então algumas frases, especialmente de *O que é a filosofia?* e *Diálogos*, e pintou uma imagem a partir de cada uma das ideias ali expressas. O resultado foi o livro *L'oiseau philosophie: Duhême dessine Deleuze* (O pássaro filosofia: Duhême desenha Deleuze). A ideia subjacente ao livro é aquela expressa por Deleuze de que é necessária uma compreensão não filosófica da filosofia para que ela possa se constituir. Sobre o livro, ele comentou:

> Este livro me agradou muito, especialmente porque vejo nele uma invenção maravilhosa na qual tanto mais quero me reconhecer quanto menos eu nela interfiro... A escolha dos textos que vocês fizeram, Martine Laffon e você [Jacqueline Duhême], parece-me muito bela: textos muito curtos e de aparência difícil, aos quais o desenho é capaz de conferir uma clareza rigorosa, na mesma medida que uma ternura. Não é para haver aí uma sequência lógica, mas uma coerência estética.

É curioso observar a reação de um adulto escolarizado, principalmente se for um acadêmico, diante de uma frase como: "Pensar é sempre seguir uma linha de bruxa"; "Não é necessário ser sábio, saber ou conhecer este ou aquele domínio, mas aprender isso ou aquilo em domínios muito diferentes"; "Os conceitos são exatamente como os sons, as cores ou as imagens, são intensidades que lhe convêm ou não, passam ou não passam"; "Temos grama na cabeça, não uma árvore...". Mas a reação da criança que não reverencia o texto é completamente diferente. Ainda mais quando as palavras são emolduradas por coloridas e sugestivas imagens. Texto e imagem, assim compostos, são um convite a pensar, a deixar as ideias fluírem.

É um pouco como a proposta do pequeno livro que, penso, o professor de filosofia pode compor para suas aulas: textos, fragmentos de textos de filósofos, ou ainda frases conceituais, emolduradas por imagens, músicas e sons, trechos de filmes, tudo isso compondo possibilidades de construção de um pensamento que possa tornar-se conceitual.

Enfim, nesse registro do ensino de filosofia há muitos recursos didáticos a serem utilizados e eles são importantes e constitutivos da prática do professor, mas nenhum deles deve ser transformado em modelo ou manual. Não há como definir de antemão as regras de uso, nem ditar como o professor deve se portar em seu manejo. O arsenal, o "saco de utilidades" é aquilo que o professor tem à mão para "compor" sua aula, a cada momento e segundo as circunstâncias.

GALLO, Sílvio. **Metodologia do ensino de filosofia**: uma didática para o ensino médio. Campinas: Papirus, 2013. p. 148-151.

Texto complementar

A argumentação e o ensino dialógico da filosofia

No texto a seguir, Patricia Del Nero Velasco e Maurício Colenghi Filho discutem a importância do debate e da argumentação para um ensino dialógico de filosofia.

Aprender a debater é, inicialmente, um exercício de reconhecimento do outro, de concessão da palavra, já que, no diálogo verdadeiro, além de falar, as pessoas se dispõem também a ouvir e a trocar ideias. O diálogo oferece a oportunidade de organizar o pensamento, discordar do outro até reformular convicções, no caso de reconhecer melhores argumentos que os seus. Trata-se de um exercício da cidadania, se lembrarmos que a filosofia grega nasceu na ágora, espaço público em que eram discutidos os destinos da pólis.

No entanto, é comum, nos debates em sala de aula, muitos falarem ao mesmo tempo, além de não ser dada a chance aos mais tímidos de expor seu pensamento. Nas classes muito irrequietas, é importante começar o debate por pequenos grupos e só depois abrir a discussão plenária, quando todos já tiverem oportunidade de se expressar, articulando ideias. Dependendo do caso, convém escolher um estudante para coordenar o debate, anotar a ordem da fala dos participantes e controlar o tempo de cada um e as etapas dos trabalhos.

> Como companheiro de viagem dos seus estudantes no exercício do filosofar, o professor tem algumas funções a ele atribuídas. Na primeira etapa da atividade filosófica em sala de aula – a da possibilidade de irrupção do problema filosófico – o professor deve saber contar histórias, empreender narrativas. Na segunda etapa, no trato com o conceito, ele deve saber estabelecer pequenas "perturbações" no contrato didático e, finalmente, na terceira etapa da viagem, a da capacidade de argumentar, o professor deve fazer-se um "parteiro" de ideias, nos moldes do velho Sócrates de Atenas, na Grécia antiga.

> Era assim que Sócrates filosofava e auxiliava seus interlocutores a filosofarem. Apresentava razões para suas teses e também pedia de seus interlocutores que demonstrassem as razões de suas conclusões sobre problemas filosóficos. Solicitava essas razões de seus debatedores, mas, no entanto, de forma ao mesmo tempo sagaz e generosa, auxiliava-os a apresentarem essas razões apontando equívocos, lacunas e contradições na argumentação. Lançava mão de exemplificações, analogias e perguntas concisas

e diretas, formuladas a partir das asserções do interlocutor, com o intuito de que este último analisasse as fragilidades e erros do seu pensamento e o retomasse de forma mais consistente. Era o eficaz método socrático da ironia e da maiêutica, na tentativa de explicitar melhor o conceito através da argumentação.

Em suma, ninguém saía de um diálogo com Sócrates da mesma maneira que entrou. Saía com um conhecimento autoconstruído. Nem sempre esses diálogos levavam de fato a uma conclusão efetiva, a um consenso ou ao convencimento do interlocutor por Sócrates. O mais importante, na atividade dialógica socrática, era o benefício de cada um de abandonar a *dóxa* – termo grego que designa opinião, conhecimento impreciso e sem fundamento – e se colocar no caminho da *episteme*, do conhecimento refletido e crítico que aspira à sabedoria.

Através dos diálogos socráticos que conhecemos pelas obras de Platão, temos exemplos de como Sócrates procedia com o seu método e se fazia um "parteiro de ideias". No diálogo Górgias [...], por exemplo, na interlocução entre Sócrates e Polo, e que depois é retomada na discussão com Cálicles, o filósofo demonstra argumentativamente as razões que o levam a defender a tese de que "é melhor sofrer uma injustiça que praticá-la" (MARCONDES, 2009, p. 21). Em outro diálogo, intitulado Menão [...], Sócrates está dialogando com o próprio Menão sobre se é possível ensinar a virtude (*aretè*). Diante das dificuldades para se construir uma tese, Sócrates muda a questão para o seu interlocutor e pergunta: "o que é a virtude?". Na sequência, Menão apresenta exemplos do que seria a virtude e Sócrates argumenta contra essa tentativa de definir um conceito (no caso, o de virtude) por meio de exemplos. Sócrates conduz o diálogo levando seu interlocutor a compreender que precisaria de uma definição geral para o conceito, capaz de tornar os exemplos compreensíveis como casos particulares de um tipo universal e abstrato. Deveriam buscar, juntos, um conceito. Estava lançado o desafio do filosofar.

São nos moldes socráticos que o professor de filosofia deve requisitar dos seus estudantes a argumentação. Os meios para isso são vários: debates, produções audiovisuais, produção de texto em diversos gêneros etc. A partir das reflexões dos estudantes, o professor pode fazer-se um "Sócrates" não para pensar por eles ou conduzi-los a pensar como o professor gostaria que pensassem, mas para ajudá-los, a partir do diálogo, a depurar as argumentações, adentrando ainda mais no caminho da experiência filosófica.

Nessa perspectiva, a metodologia dialógica adotada pelo professor favorece tanto a prática argumentativa quanto a problematização filosófica, fomentando, igualmente, o espírito colaborativo em sala de aula. Nas palavras de Lipman:

> No diálogo [...] o desequilíbrio é provocado a fim de forçar um movimento progressivo. [...] cada argumento evoca um contra-argumento que se impulsiona a si mesmo além do outro e impulsiona o outro além de si mesmo.
>
> Uma conversa é uma troca de sentimentos, pensamentos, informações, interpretações. Um diálogo é um exame, uma investigação, um questionamento. [...] Aqueles que se envolvem em um diálogo fazem-no de maneira colaborativa (LIPMAN, 1995, p. 336).

Assim sendo, se, por um lado, escapa ao professor a pretensão socrática de conseguir que seus interlocutores se questionem a si mesmos, examinando seus conhecimentos e ações, por outro, os participantes envolvidos no diálogo em sala de aula acabam por exercitar uma série de habilidades imprescindíveis à formação: refletir, ouvir atentamente, enxergar alternativas, fundamentar pontos de vista, rever posições, aceitar posicionamentos diferentes dos seus etc. Logo, o ensino e a aprendizagem da argumentação, por meio do diálogo, implicam, em última instância, em um compromisso político de todos os participantes:

> É um compromisso com a liberdade, com o debate aberto, com o pluralismo, com o autogoverno e com a democracia. Só na medida em que os indivíduos têm a experiência de dialogar com outros iguais, de participar da investigação pública partilhada é que são capazes de, eventualmente, desempenhar um papel ativo na formação de uma sociedade democrática (SHARP, 1996, p. 44-45).

VELASCO, Patrícia Del Nero; COLENGHI FILHO, Maurício. A argumentação e o ensino dialógico da filosofia. **EID&A** – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, n. 18, p. 99-101, abr. 2019.

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS E RESPOSTAS

UNIDADE 1 NATUREZA EM TRANSFORMAÇÃO

A abertura da unidade (páginas 12 e 13) visa incentivar os estudantes a conhecerem a concepção de natureza dos povos indígenas. Para desenvolver essa discussão, os estudantes devem ser orientados a se reunir em grupos e realizar uma leitura coletiva da passagem escrita por Ailton Krenak. A análise deverá abranger todos os aspectos mencionados pelo autor, que ilustra como a natureza é percebida e compreendida por comunidades tradicionais indígenas.

Competências e habilidades trabalhadas na abertura

Ao propor uma reflexão sobre a concepção de natureza para os povos indígenas, ao compará-la com a das sociedades ocidentais e ao refletir sobre o impacto das ações humanas na natureza, a abertura favorece o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 6**, e das **competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3** e **6**.

Respostas e comentários

1. Espera-se que os estudantes identifiquem que, para os povos indígenas, a natureza é percebida por meio da interação entre o corpo do indivíduo e os fenômenos naturais, ou seja, a natureza é o espelho da própria existência individual. Ao comparar essa visão com a perspectiva das sociedades ocidentais contemporâneas, especialmente considerando a exploração abusiva da natureza, os estudantes devem levar em conta a crise ambiental, marcada pelas mudanças climáticas, pela perda de biodiversidade, pela poluição e pela produção de um excesso de resíduos.
2. A turma deve ser orientada a refletir sobre a importância de ampliar a participação dos povos indígenas nos principais debates da agenda ambiental global, como a Conferência das Partes e a Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente. A inclusão desses povos é crucial para aumentar a visibilidade das questões relacionadas à justiça social, ambiental e territorial, além de possibilitar a difusão de saberes sobre as práticas tradicionais de manejo sustentável e a dinâmica da biodiversidade.

Capítulo 1 O estudo da natureza na Antiguidade e na Idade Média

Competências e habilidades trabalhadas

Ao valorizar a construção histórica do conceito de natureza em sentido amplo, considerando desde a Grécia antiga, com os pré-socráticos, até o final da Idade Média, o capítulo favorece o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 1**.

Ao enaltecer as diversas práticas culturais por meio da discussão sobre a importância e o valor da ciência e filosofia árabe e islâmica (páginas 30 a 33), o capítulo trabalha com a **competência geral da Educação Básica 3**.

O boxe "Explore" (página 18) desenvolve as **competências gerais da Educação Básica 4** e **6** ao promover o uso de diferentes linguagens para expressar ideias e estimular o desenvolvimento da empatia, a resolução de conflitos e o acolhimento da diferença, além de instigar a participação dos estudantes no debate público de forma crítica, respeitando as diferentes posições, em sintonia com o exercício consciente e responsável da cidadania. O mesmo ocorre na atividade 7 da seção "Atividades" (página 35), que solicita a redação de uma dissertação sobre o posicionamento do Ocidente em relação à contribuição cultural islâmica. A escrita da redação também ajuda no desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 7**, por valorizar a argumentação para defender pontos de vista que respeitem e promovam os direitos humanos.

Além disso, a análise dos dois textos propostos na atividade 7 (página 35) fomenta a comparação de diferentes fontes com vistas à compreensão de ideias filosóficas, o que permite desenvolver a habilidade **(EM13CHS101)**. Essa mesma habilidade também é trabalhada ao analisar e comparar diferentes narrativas sobre o conceito de natureza ao longo do tempo e do espaço para melhor compreender ideias filosóficas e processos históricos, culturais e ambientais que resultaram nas sociedades atuais. Ao descrever a cosmologia aristotélica (páginas 20 a 22), ao analisar o papel dos alquimistas (página 27), e ao apresentar a ciência e a filosofia árabe

e islâmica (páginas 30 a 33), o capítulo permite aos estudantes observar o modelo de natureza em diferentes tempos e lugares, possibilitando-lhes comparar esses modelos e estudar suas interdependências. Também permite compreender como cada modelo de natureza pode depender do meio cultural e social em que se encontra.

A seção "Trabalho com fontes" (página 28), ao propor a comparação de um trecho de *O nome da rosa* e de um texto filosófico sobre o pensamento de Guilherme de Ockham, trabalha a habilidade **(EM13CHS103)**, fomentando a composição de argumentos relativos a processos culturais e epistemológicos com base em diferentes fontes.

A habilidade **(EM13CHS105)** também é desenvolvida ao longo do capítulo, pois visa promover a análise crítica de oposições dicotômicas, como fé *versus* razão, ou seja, o papel que a fé e a razão desempenham na obtenção de conhecimento sobre a natureza (páginas 26 e 27), e exploração econômica *versus* preservação ambiental, presente na atividade 1 da seção "Atividades" (página 34), que solicita aos estudantes a utilização do conceito de *physis* da filosofia pré-socrática para trabalhar essa dicotomia. A atividade 1 do boxe "Explore" (página 32) e a atividade 7 da seção "Atividades" (página 35) permitem problematizar a oposição dicotômica Ocidente/Oriente, explicitando suas ambiguidades.

Já ao propor a análise do mapa da filosofia grega nos períodos pré-socrático e clássico (página 15) e ao apresentar a imagem do teto do Salão dos Embaixadores do Real Alcázar de Sevilha (página 30), o conteúdo contribui para o desenvolvimento da habilidade **(EM13CHS106)**, pois permite o acesso a informações geográficas, culturais e arquitetônicas de diferentes culturas, ampliando o repertório e aprimorando a percepção e a análise de imagens pelos estudantes.

Por fim, a atividade 7 da seção "Atividades" (página 35), além das habilidades já mencionadas, também desenvolve a habilidade **(EM13CHS502)** ao promover a reflexão sobre os motivos pelos quais a influência da cultura islâmica fora ofuscada, o que dá margem para os estudantes desnaturalizarem e problematizarem formas de discriminação, bem como identificarem ações que promovam os direitos humanos.

Temas contemporâneos transversais

O capítulo possibilita desenvolver o tema contemporâneo transversal **Educação ambiental**. Ao trabalhar a construção filosófica do conceito de natureza, o texto fornece matrizes conceituais e epistemológicas de compreensão da realidade física que nos cerca. Também propicia maneiras de comparar a interação do ser humano com a natureza considerando outras visões de mundo, diferentes da controladora e da exploratória, característica da modernidade capitalista. A atividade 1 da seção "Atividades" (página 34) requer esse tipo de comparação e análise ao solicitar que os estudantes, com base no conceito de *physis* dos pré-socráticos, que avaliem a dicotomia entre exploração econômica e preservação da natureza.

Trabalho interdisciplinar

O capítulo assegura o trabalho interdisciplinar por meio do desenvolvimento da habilidade de **língua portuguesa (EM13LP01)** ao permitir que os estudantes relacionem o texto com suas condições de produção e seu contexto sociocultural e histórico, promovendo a compreensão tanto dos argumentos produzidos quanto dos pontos de vista defendidos. Isso ocorre no boxe "Explore" (página 25) referente a uma citação do filósofo Robert Grosseteste, que requer que os estudantes relacionem a citação com o conteúdo estudado sobre o filósofo no capítulo.

A habilidade de **língua portuguesa (EM13LP05)** também é mobilizada na maior parte do trabalho com textos filosóficos, pois o conteúdo, em momentos oportunos, solicita aos estudantes que analisem argumentos e se posicionem de forma crítica. As atividades 1 e 4 da seção "Trabalho com fontes" (página 29) favorecem o aprimoramento dessa habilidade ao demandar dos estudantes a análise dos argumentos do protagonista de *O nome da rosa*, de Umberto Eco, em relação à ciência, estabelecendo uma analogia com as teorias de Guilherme de Ockham.

A atividade 2 da mesma seção, por sua vez, mobiliza a habilidade de **língua portuguesa (EM13LP06)** ao propor a análise do efeito de sentido decorrente do uso expressivo da linguagem – no caso, a ironia – para ampliar a construção de conhecimento.

Também é acionada a **competência específica de Ciências da Natureza e suas Tecnologias 2** ao propor o estudo da cosmologia e da ciência de Aristóteles (páginas 20 a 23).

O capítulo desenvolve a habilidade de **Ciências da Natureza e suas Tecnologias (EM13CNT201)** mediante a apresentação das diferentes concepções de mentalidade científica, desde os primeiros filósofos pré-socráticos, que se voltaram à análise da natureza, passando por Aristóteles, Grosseteste, Roger Bacon e Guilherme de Ockham.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A atividade 1 da seção "Atividades" (página 34), por trazer à tona o tema da preservação ambiental em sentido amplo, considerando tanto a vida terrestre como a vida na água, contempla as prerrogativas estabelecidas pelo **ODS 14 Vida na água** e pelo **ODS 15 Vida terrestre**.

Respostas e comentários

Explore (p. 15)

1. Nasceram na região da Jônia: Tales, Anaximandro e Anaxímenes, em Mileto; Pitágoras, em Samos; Heráclito, em Éfeso. Na região da Magna Grécia, nasceu Parmênides, em Eleia.
2. Tales, Anaximandro, Anaxímenes, Pitágoras, Heráclito e Parmênides são filósofos do período pré-socrático.
3. Esses filósofos, conhecidos como filósofos naturalistas, tinham como centro de investigação a natureza e buscavam o princípio de todas as coisas (*arkhé*). Eles divergiam entre si a respeito do que consideravam ser tal princípio.

Explore (p. 18)

1. O humor da tirinha está no contraste apresentado entre as falas do primeiro e do terceiro quadrinhos. No primeiro, o personagem representado como uma figura maléfica diz entender que cada um tem uma opinião, em uma atitude caracterizada como compreensiva. No terceiro quadrinho, rompendo com a conotação positiva do primeiro quadrinho, o personagem diz ter criado a internet, demonstrando uma atitude maliciosa, já que atualmente os debates na internet são com frequência motivados por disputas nocivas e discursos de ódio.
2. Para Parmênides, a opinião (*dóxa*) é o caminho do não ser, pois é instável, mutável e efêmera. A via da verdade (*alétheia*) é a do ser: estável, imutável e eterna. Com base nessas noções, uma interpretação possível é que a tirinha evidencia que a internet intensificou a presença da *dóxa* dificultando a busca pela *alétheia*.

Explore (p. 22)

1. O universo seria composto de um conjunto finito de esferas, sendo a última esfera a das estrelas fixas.
2. No modelo geocêntrico aristotélico, a Terra, imóvel, ocupa o centro do universo, e a esfera do Sol se movimenta ao redor da Terra.
3. De acordo com Aristóteles, o movimento da última esfera externa a das estrelas fixas é determinado por Deus, o Primeiro Motor Imóvel, sendo esse movimento transmitido às esferas contíguas, até chegar à Lua, que está na última esfera interna.

Explore (p. 25)

1. As lentes de aumento possibilitam ler letras pequenas a grande distância, bem como contar areia, grãos, sementes ou qualquer espécie de objetos diminutos.
2. A citação de Grosseteste está de acordo com a mentalidade científica na medida em que descreve a relevância da descoberta de instrumentos ópticos, como as lentes de aumento e de diminuição, as quais podem auxiliar na fase de observação durante uma investigação científica.

Trabalho com fontes (p. 28)

1. Umberto Eco escolheu um frade franciscano para representar a Escola de Oxford, instituição pela qual passaram figuras importantes como Robert Grosseteste, Roger Bacon e, mais tarde, Guilherme de Ockham. Esses pensadores constituíram exceções nos estudos de ciência na Idade Média por se afastarem da tradição escolástica e valorizarem a experimentação. Certamente a escolha do nome do personagem principal do romance de Eco se deve a Guilherme de Ockham, que, assim como Guilherme de Baskerville, reforçou a importância da observação e do contato com os dados da experiência para a construção do conhecimento.
2. No romance de Eco, o frade Guilherme de Baskerville era crítico da concepção tradicional de ciência de sua época, refém das certezas promovidas pela autoridade religiosa, a qual, por assim dizer, submetia a razão à fé. Movido por novo espírito científico, Guilherme valorizava a dúvida como instrumento de pesquisa e de criação de hipóteses.
3. Paola Müller aborda a compreensão de Guilherme de Ockham sobre o conhecimento intuitivo, destacando a importância da experiência direta (primeiro parágrafo) e do contato direto ou indireto com um dado da experiência (início do terceiro parágrafo).
4. Os estudantes devem refletir sobre a compreensão que se tem hoje de ciência. A produção de conhecimento científico está associada à pesquisa e ao trabalho conjunto de cientistas em laboratórios, o que inclui observar fenômenos, realizar experimentos, elaborar hipóteses, testar etc. Todo esse trabalho é muito baseado na experimentação e, portanto, aproxima-se do que pensavam Guilherme de Baskerville e Guilherme de Ockham. Incentive os estudantes a lançarem mão de argumentos consistentes e, se necessário, pesquisem informações em fontes seguras para que possam defender seus pontos de vista de maneira bem fundamentada.

Explore (p. 32)

1. De acordo com o professor Danilo Marcondes, os cristãos medievais da Europa Ocidental, imersos em um mundo fragmentado desde as invasões bárbaras, tinham menos conhecimento a respeito da filosofia e da ciência gregas do que os árabes.
2. Danilo Marcondes atribui o desenvolvimento da filosofia escolástica à influência do pensamento árabe.

Atividades (p. 34)

1. Os filósofos pré-socráticos lançavam um olhar cosmológico sobre a *physis*, a fim de tentar desvendá-la, de buscar encontrar, por exemplo, o(s) princípio(s) de todas as coisas (a *arkhé*). Essa perspectiva está muito mais próxima de um gesto de reverência em relação à natureza do que de exploração. Assim, o pensamento dos filósofos pré-socráticos talvez seja mais compatível com a noção de preservação ambiental do que com a noção de uso econômico, até porque essa noção surgiria apenas na Idade Moderna e seria consolidada com o modo capitalista de produção, como é analisado no capítulo 2 deste livro.
2. Para Aristóteles, em toda transformação haveria algo que muda e algo que permanece, e, pelo princípio de não contradição, um ser não poderia ser e não ser ao mesmo tempo, desviando-se, portanto, da concepção de Heráclito. Além disso, Aristóteles recusava a noção de imutabilidade de Parmênides, por ter reduzido o movimento ao mundo sensível.
3. O relato mítico é marcado pelo recurso ao verso e à imaginação, ao passo que o discurso filosófico recorre à prosa e à reflexão. A autora do trecho, contudo, pondera sobre essa distinção. Apesar de não representar uma regra geral, ela toma o caso de Parmênides e de Empédocles para lembrar que esses dois filósofos utilizaram o verso em suas obras filosóficas.
4. **a.** A filosofia tem uma estrutura que privilegia o racional; porém, a citação de Marilena Chaui traz a afirmação de que elementos do mundo mítico-religioso, como seitas de mistérios, sábios e adivinhos, persistiram com os primeiros filósofos, cujo discurso fundamentado no *lógos* não representou, portanto, uma ruptura radical com as formas de saber anteriores.
   b. O trecho da filósofa expressa que a formação da filosofia é concomitante ao nascimento da pólis: o filosofar estaria atrelado ao envolvimento dos primeiros pensadores nas discussões e decisões políticas de suas cidades.
5. Alain de Libera argumenta que definir a Idade Média como "idade das trevas" seria injusto, tendo em vista que o conhecimento se desenvolvia, apesar de pouco difundido. Por exemplo, na Escola de Oxford, a ciência medieval deu início ao rompimento com a tradição antiga ao valorizar a experimentação, ruptura que se efetivaria alguns séculos depois. Isso mostra que é errônea a ideia de que a Idade Média foi um período de estagnação total, apesar de reconhecer que havia muitas limitações na circulação do conhecimento.
6. **a.** Nos primeiros três quadrinhos, por meio de exclamações ditas pelos personagens em tom agressivo, há a oposição de palavras: "Deus" e "homem"; "fé" e "razão"; "céu" e "Terra", todas elas pertencentes ao campo semântico da religião. No último quadrinho, apenas um dos termos não se insere nesse campo semântico: "almoço", que, diferentemente dos demais, sempre acompanhados de exclamação, vem seguido de uma interrogação, configurando uma pergunta: "Almoço?". O interlocutor responde com vocabulário religioso: "Amém!", demonstrando que os personagens parecem ter uma relação amigável. O efeito de humor é, portanto, produzido pela quebra de paradigma entre os três primeiros quadrinhos e o último.
   b. Os conceitos de fé e razão aparecem na tirinha em um debate acirrado. Pelo teor da fala dos personagens e por suas

expressões, eles parecem defender duas instâncias inconciliáveis. De fato, a oposição entre os conceitos levantados pelos personagens só se desfaz no último quadrinho, que tem tom humorístico.

c. Averróis manteve a mente aberta diante dos embates entre fé e razão. Ele não se identificava com a posição inconciliável expressa na tirinha, pois admitia que o filósofo pode ter sua fé pessoal. Porém, frisava que as verdades da razão não deveriam se subordinar à fé: o filósofo não deveria submeter sua atividade aos dados da fé, visto que só a razão e a experiência fundamentariam as conclusões da filosofia.

7. A proposta de dissertação estimula a reflexão sobre o fato de o Ocidente desconsiderar a relevante contribuição islâmica para a estruturação do saber na Idade Média. No texto 1, o filósofo medievalista Alain de Libera aponta que os estudantes franceses de origem árabe não têm acesso à filosofia islâmica desenvolvida naquele período e que tal situação precisa ser alterada. O texto 2 traz dados sobre a atuação da Casa da Sabedoria de Bagdá, que durante longo período foi o principal polo de avanço em diversas áreas, como filosofia, matemática, astronomia, fato que grande parte dos ocidentais ignora. Espera-se que os estudantes problematizem esse desconhecimento, explorando as razões pelas quais a influência da cultura islâmica é relegada a segundo plano.

8. Alternativa **c**.

9. Alternativa **c**.

Sugestões

Livro

O sonho da razão: uma história da filosofia

Anthony Gottlieb. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

A obra aborda, entre outras questões, a ideia de natureza na história da filosofia, desde a Antiguidade até o início da filosofia moderna, no século XVII.

ESTRATÉGIA DE ESTUDO

ESQUEMA COMPARATIVO

Por meio da elaboração de um esquema comparativo (páginas 36 e 37), espera-se que os estudantes identifiquem semelhanças e diferenças entre pensamento dedutivo e indutivo. Como semelhança, devem citar que ambos constituem formas racionais de analisar e formular compreensões sobre a realidade. No entanto, no pensamento dedutivo, as ideias gerais produzem observações específicas. No pensamento indutivo, por outro lado, parte-se de observações específicas e, baseando-se nelas, elabora-se uma afirmação de natureza mais geral. Em relação à técnica de elaboração, oriente os estudantes a realizarem um trabalho prévio de leitura e interpretação de várias fontes que apresentem a definição dos conceitos a serem estudados. Nesse processo, eles podem anotar os tópicos compreendidos para inseri-los no esquema. Vale ressaltar que a produção de um esquema é uma estratégia de análise, ou seja, de decomposição de um todo – nesse caso, o conceito – em seus elementos componentes. Em uma analogia, na análise, desmonta-se o brinquedo para entender como suas partes funcionam. Na síntese, tenta-se reconstruir o brinquedo na expectativa de que ele volte a funcionar. Assim, na elaboração de um esquema, desmonta-se o texto para compreender cada uma de suas partes. Em seguida, elas serão os componentes de construção do esquema.

Capítulo 2 O estudo da natureza a partir da Idade Moderna

Competências e habilidades trabalhadas

O estudo do capítulo contribui para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 7**, seja na seção "Trabalho com fontes" (página 64) sobre as polêmicas envolvendo questões climáticas e ambientais, seja na seção "Atividades" (página 66) – especificamente as seguintes atividades: 2, sobre o desenvolvimento tecnológico que pode ao mesmo tempo trazer benefícios e causar riscos e danos às pessoas e ao meio ambiente; 4, sobre a relação entre consumo e felicidade; e 5, sobre consumo e hábitos sustentáveis –, na medida em que os estudantes são convidados a refletir e a elaborar argumentos com base em fatos, dados e informações confiáveis que promovem a consciência socioambiental e o consumo responsável.

Já a proposta do boxe "Você pesquisador" (página 63), uma pesquisa-ação em que os estudantes precisarão interferir, juntos, na realidade, buscando transformá-la a fim de solucionar um problema ambiental, contribui para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 10**.

Em relação ao desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**, o capítulo contribui para o desenvolvimento de uma argumentação crítica e de resistência em relação à lógica capitalista de exploração do meio ambiente, mobilizando a habilidade **(EM13CHS103)**, conforme a atividade 4 da seção "Trabalho com fontes" (página 65). Além disso, a competência é mobilizada, de uma forma mais procedimental , em diálogo com a habilidade **(EM13CHS106)**, na interpretação de um gráfico sobre a área da Amazônia Legal desmatada (página 59).

No que se refere à **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3**, seu desenvolvimento é favorecido em pelo menos dois momentos: na apresentação do boxe "Você pesquisador" (página 63), que problematiza hábitos e práticas individuais e coletivas com o objetivo de incentivar práticas sustentáveis, mobilizando a habilidade **(EM13CHS301)**; e no tópico "Responsabilidade individual" (página 63), que possibilita discutir os impactos socioambientais de práticas agroextrativistas, considerando o modo de vida de sociedades indígenas e quilombolas, mais alinhados a modelos socioeconômicos que promovem a sustentabilidade ambiental, favorecendo o trabalho com a habilidade **(EM13CHS302)**.

Essa mesma competência pode ser mobilizada, ainda, ao se propor uma discussão sobre o estímulo do consumismo por meio da publicidade, como na atividade 5 da seção "Atividades" (página 66), contribuindo para o trabalho com a habilidade **(EM13CHS303)**.

Vale dizer que a todo momento são valorizados pelo texto-base os princípios da ética ambiental e do consumo responsável, mobilizando a habilidade **(EM13CHS304)**, o que ocorre de modo mais evidente no tópico "Ética aplicada" (página 58). E, ao tratar do debate sobre desenvolvimento sustentável surgido na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU), no tópico "Ética ambiental: ecoética" (página 59), os estudantes têm a oportunidade de discutir o papel de organismos internacionais na garantia e promoção de práticas sustentáveis, favorecendo o desenvolvimento da habilidade **(EM13CHS305)**.

O capítulo também contribui para o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5** ao permitir aos estudantes analisar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais e tecnológicas no mundo contemporâneo, em diálogo com a habilidade **(EM13CHS504)**, ao propor, por exemplo, no tópico "Razão cognitiva × razão instrumental" (página 56), um estudo crítico da razão instrumental implicada nas transformações culturais e tecnológicas do mundo contemporâneo, o que representa um risco para o meio ambiente.

Além disso, o trabalho se efetiva na proposta da seção "Trabalho com fontes" (página 64), sobre questões ambientais na contemporaneidade e a relação com nosso comportamento individual e coletivo, e em propostas de atividades que trabalham os temas meio ambiente, desenvolvimento tecnológico e consumismo, na seção "Atividades" (página 66).

Temas contemporâneos transversais

O tema contemporâneo transversal **Educação ambiental** atravessa todo o capítulo, como no boxe "Explore" (página 59), sobre o desmatamento na Amazônia Legal, e nas atividades 2 e 3 da seção "Atividades" (página 66), que tratam, respectivamente, dos riscos que o desenvolvimento tecnológico pode trazer para o meio ambiente e de uma perspectiva crítica dos povos Yanomami sobre a atuação exploratória de garimpeiros. Já o tema contemporâneo transversal **Educação para o consumo** é trabalhado na atividade 5 da seção "Atividades" (página 66), que identifica o consumo consciente a hábitos sustentáveis.

Trabalho interdisciplinar

O capítulo estabelece, no tópico "Ecoética e cosmopolítica" (página 60), uma conexão entre o conceito de política, herdado das **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, e o conceito de ecologia, herdado das **Ciências da Natureza e suas Tecnologias**. Afora esse momento, os boxes "Explore" (páginas 56 e 59) permitem discutir a importância da preservação e avaliar os efeitos da ação humana e de políticas ambientais para a garantia da sustentabilidade do planeta, contribuindo para mobilizar a habilidade de **Ciências da Natureza e suas Tecnologia (EM13CNT206)**. Vale mencionar também que, tanto no boxe "Explore" (página 51) como na atividade 6 da seção "Atividades" (página 67), os estudantes são convidados a analisar pinturas, uma tela de Claude Monet e outra de Leonardo da Vinci, o que propicia o trabalho com as habilidades de **Linguagens e suas Tecnologias (EM13LGG601)** e **(EM13LGG602)**, na medida em que tais análises permitem o desenvolvimento de uma visão histórica sobre manifestações artísticas e a fruição destas. Por fim, na atividade 5 da seção "Atividades" (página 66), os estudantes analisam um texto do geógrafo Milton Santos, o que favorece a interdisciplinaridade com geografia.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O tópico "Ecoética e cosmopolítica" (página 60), por discutir uma interação saudável entre o ser humano e o meio ambiente por meio de uma ecologização das práticas, está em sintonia com o **ODS 15 Vida terrestre**.

No boxe "Você pesquisador" (página 63) é trabalhado o **ODS 11 Cidades e comunidades sustentáveis**, tendo em vista que a pesquisa-ação busca mapear problemas ambientais que afetam a comunidade ou a escola e desenvolver planos de ação que fomentem práticas sustentáveis.

Já na atividade 5 da seção "Atividades" (página 66), é mobilizado o **ODS 12 Consumo e produção sustentáveis**, considerando que o texto de Milton Santos e a análise proposta trazem reflexões que contribuem para a conscientização em relação ao desenvolvimento sustentável e a estilos de vida em harmonia com a natureza.

Respostas e comentários

Explore (p. 40)

1. Durante a Idade Média, prevaleceu a concepção de universo finito, esférico e hierarquizado.
2. A concepção aristotélico-ptolomaica da astronomia pressupunha a hierarquia do mundo sublunar e supralunar, sendo este último superior ao primeiro. No entanto, a concepção moderna de Galileu "democratizou" o espaço físico ao tornar todos os espaços idênticos e igualmente sujeitos à medida e à geometrização.

Explore (p. 43)

1. Espera-se que os estudantes argumentem que não basta um sentimento ou uma sensação para qualificar algo como verdadeiro do ponto de vista do conhecimento. Para concluirmos que um conhecimento é verdadeiro precisamos investigá-lo por meio de critérios racionais.
2. O primeiro quadrinho apresenta aquela que, no método cartesiano, é a primeira intuição: "Penso, logo existo". Ocorre que essa intuição consiste em uma ideia clara e distinta. A certeza dela não vem de um sentimento, como mostra o último quadrinho, e sim do próprio pensamento. Lembremos que Descartes é um filósofo racionalista, que enfatiza o papel da razão na construção de conhecimentos.

Explore (p. 47)

1. Diferentemente da tradição desde os gregos, que estabelecia a dicotomia corpo e consciência, Espinosa nega a superioridade do espírito sobre o corpo e suas paixões, pois um afeto (corpo) jamais é vencido por uma ideia (espírito), mas um afeto forte é capaz de destruir um afeto fraco, do mesmo modo que as paixões alegres nos tornam ativos e fazem nossas relações felizes.
2. Espinosa recorreria à noção de tristeza, expressa por sentimentos como ódio, medo, ressentimento etc., ou seja, paixões que denotam o enfraquecimento do *conatus* e, portanto, a "diminuição de nosso ser". Nesses casos, deixamos de ser autônomos, isto é, não nos governamos por nossa própria lei.

Explore (p. 51)

1. A relação entre impressionismo e empirismo é possível, tendo-se em vista que ao pintor impressionista interessa transpor para a tela a primeira impressão que se forma na sua retina, quando lança o olhar para a natureza. Sua mente é, como diriam os empiristas, uma folha em branco. As pinceladas curtas, soltas, as manchas de cor e a ausência de contorno correspondem às impressões sensíveis – o ponto de partida do conhecimento, segundo a matriz empirista.
2. Um artista impressionista como Claude Monet preocupa-se mais em representar as impressões que as coisas causam nele do que representar as coisas como elas realmente são. Nesse sentido, há uma prevalência das qualidades subjetivas em relação às objetivas.

Explore (p. 56)

1. Uma mentalidade em que predomina a razão instrumental é incompatível com a preservação do meio ambiente, pois considera que os seres humanos devem agir sobre a natureza visando apenas à eficácia, à produtividade e à competitividade.
2. As respostas a essa atividade são múltiplas e dependem da realidade vivida pelos estudantes. Se eles vivem em sociedades que valorizam a preservação do meio ambiente, consequentemente integram uma realidade na qual predomina a razão cognitiva; se, ao contrário, vivem em sociedades que exploram irresponsavelmente o meio ambiente, integram uma realidade na qual predomina a razão instrumental.

Explore (p. 59)

1. Nota-se uma evolução preocupante do desmatamento na Amazônia Legal no período de 2015 a 2021. Em 2021, comparativamente a 2015, o desmatamento na Amazônia Legal saltou de 6,2 mil km^2 para 13 mil km^2, mais do que dobrando.
2. O aumento do desmatamento na Amazônia Legal revela certa negligência ou mesmo conivência de poderes públicos, especialmente entre os anos de 2019 a 2021, em que foram registrados os maiores patamares. Isso revela a necessidade de intervenção estatal regular e estratégica para bloquear atividades que prejudiquem a preservação do meio ambiente, sobretudo aquelas que são ilegais e que colocam em risco a vida dos povos indígenas da região.

Explore (p. 61)

1. Segundo Davi Kopenawa, no Ocidente os conceitos de política e de verdade estão dissociados, porque os discursos dos ocidentais não passam de "falas emaranhadas" que buscam enganar.
2. Os estudantes podem mencionar que o ponto de vista defendido por Kopenawa se baseia na historicidade das relações entre indígenas e não indígenas, permeada, entre outros aspectos, pela exploração e pela opressão dos povos indígenas desde a chegada dos homens brancos ocidentais à América no final do século XV. Essas relações não pouparam o uso de artimanhas e de falsos discursos para que os europeus consolidassem seu domínio.

Você pesquisador (p. 63)

Nesse boxe, os estudantes serão apresentados a uma técnica de investigação científica que visa não somente a seu preparo para o prosseguimento dos estudos em nível superior, mas também à formação de um indivíduo crítico, que saiba produzir conhecimentos, avaliar informações e agir de forma propositiva e engajada diante dos desafios de seu entorno. Nesse sentido, a pesquisa-ação se apresenta como uma prática de pesquisa que permite a aplicação imediata dos conhecimentos produzidos, ao mesmo tempo que rompe com a dicotomia entre os pesquisadores e os pesquisados, entre a realidade que é objeto de estudo e aquele que a observa.

Para colocar a atividade em prática, sugerimos a ferramenta do *design thinking*. Para conduzi-la, oriente os estudantes a escrever, numa nota adesiva, um problema que afeta a comunidade. Em seguida, faça circular uma cartolina para que todos colem suas notas adesivas. É interessante solicitar a eles que escrevam o que pensam sem ler as anotações dos colegas, evitando, assim, que sejam sugestionados.

Em conjunto com os estudantes, leia todas as notas e crie grupos que tenham feito anotações com conteúdo semelhante. O trabalho com as notas adesivas facilita esse momento, pois permite que elas sejam destacadas e coladas à medida que os grupos e as categorias forem surgindo. Com as categorias de problemas identificadas, conduza uma discussão entre os estudantes, de modo a perceber qual delas pode ser alvo de intervenção. Escolha um problema que realmente esteja ao alcance da turma, independentemente de ter sido o mais mencionado ou de ser o que mais afeta a comunidade.

Em seguida, oriente os estudantes a pesquisar a questão. Essa pesquisa pode ocorrer aliando o levantamento de fontes na internet e conversas com as pessoas envolvidas no problema. Eles deverão registrar tudo o que for levantado, por meio de fotografias, anotações, gravações de depoimentos etc. É interessante que eles produzam um dossiê sobre a questão para que consigam ter o máximo de informações a fim de desenhar a solução planejada.

Após a pesquisa, os estudantes deverão repetir o processo com as notas adesivas para sugerir soluções. Eles poderão inserir quantas notas quiserem. É comum que alguns tenham dificuldade em propor algo, enquanto outros demonstrem facilidade. Conduza, novamente, a categorização das soluções e verifique a mais factível, considerando disponibilidade de tempo e de recursos, além da disposição dos envolvidos.

Os estudantes vão desenvolver um plano de ação sobre como implementar a solução, designando tarefas, identificando as pessoas responsáveis por sua implementação e definindo prazos para a verificação dos resultados.

Em um processo de pesquisa-ação, os resultados da ação devem ser monitorados e reavaliados constantemente, ou seja, a ideia é estabelecer uma cultura de aperfeiçoamento constante.

Trabalho com fontes (p. 64)

1. Isabelle Stengers designa a Terra como Gaia e a analisa como um ser vivo que têm um regime de vida próprio e no qual todos os elementos que o constituem estão emaranhados, como se fossem células, órgãos etc.
2. A hipótese consiste em: "Ofendida, Gaia é indiferente à pergunta 'quem é responsável?' e não age como justiceira". É por isso que, apesar de os Estados Unidos e o continente europeu terem sido os maiores responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa ao longo da história, "as primeiras regiões da Terra a serem atingidas serão as mais pobres do planeta, sem falar de todos esses viventes que não têm nada a ver com a questão".
3. Para Stengers, o imperativo do crescimento anestesia, massacra e desonra dimensões da vida em nome do progresso ilimitado. Fazendo uma analogia com Espinosa, isso provoca a passagem do ser humano de uma perfeição maior para uma menor, o que corresponde ao afeto da tristeza. Vale lembrar que, na filosofia espinosana, a tristeza nos afasta de nossa potência de agir, por gerar ódio, temor, inveja, remorso etc.
4. Essa é uma oportunidade de discutir o imaginário criado pelo capitalismo e difundido amplamente, como as ideias de que é possível um progresso ilimitado e de que isso levaria necessariamente as pessoas a desenvolver maior qualidade de vida. Para Isabelle Stengers, esses são os feitiços do capitalismo, que capturam a imaginação e impõem um único tipo de relação produtiva-consumista com o mundo. Nessa equação de produção e consumo

ilimitados, a natureza sairia prejudicada, visto que seus recursos seriam tratados como inesgotáveis. Para resistir a essa agressão ao meio ambiente, seria preciso enfrentar o imaginário capitalista, servindo-se de mecanismos de desenfeitiçamento. Em defesa de outra perspectiva, os estudantes podem discordar de Stengers e argumentar que o capitalismo não é capaz de enfeitiçar os sujeitos, pois supostamente mantém aberto o espaço para a livre escolha; além disso, muitas sociedades capitalistas proporcionaram avanços científicos responsáveis até mesmo por ampliar a expectativa de vida das populações. Qualquer ponto de vista assumido pelos estudantes deve ser fundamentado em argumentos consistentes.

Atividades (p. 66)

1. Embora Descartes colocasse tudo sob suspeita – até mesmo a existência do mundo, de Deus e do próprio corpo –, ele levantava hipóteses com o objetivo de chegar a uma verdade inquestionável. Sua atitude questionadora era, portanto, a de uma dúvida metódica, que não o caracterizaria como um filósofo cético.

2. Os estudantes podem citar, entre inúmeros exemplos: o domínio do processo de fissão nuclear, que permitiu tanto o desenvolvimento da energia nuclear como o de instrumentos bélicos, colocando em risco a natureza e o ser humano; o avanço da informática, que aproximou a comunicação humana, mas também a tornou superficial, além de permitir a troca de informações sigilosas que podem comprometer a privacidade de um indivíduo ou mesmo a soberania de um país; o desenvolvimento de tecnologias de transporte, permitindo ampliar a mobilidade, mas prejudicando a natureza, em razão da queima de combustíveis fósseis e da reconfiguração do espaço geográfico.

3. Para os Yanomami, segundo o texto de Eduardo Viveiros de Castro, a ação exploratória dos "Brancos" sobre a natureza tem contribuído para desencadear uma vingança do planeta – daí as secas e as inundações. Com a destruição do meio ambiente e a extinção de animais, ocorreria o fim da humanidade. Na perspectiva dos indígenas dessa etnia, o ser humano está imbricado com o meio ambiente, ou seja, sua existência é imanente à natureza, e isso não só porque seu bem-estar depende dela, mas porque, conforme o perspectivismo ameríndio, as categorias de humanidade e animalidade estão mescladas.

4. **a.** Para o filósofo e economista francês Serge Latouche, a "felicidade quantificada" faz parte do programa da sociedade de crescimento, que tem como valor a "maior felicidade para o maior número" de pessoas. Essa felicidade estaria atrelada a uma ideologia que reivindica o aumento do consumo de bem-estar, favorecendo o surgimento de novas necessidades, por vezes ilusórias. As pessoas, então, ficariam presas em um ciclo incessante e vazio de busca por felicidade quantificada, expressa em termos de quantidade de consumo.

b. Os estudantes podem responder que a concepção de falência da felicidade quantificada requer colocar em xeque a ideia de crescimento ilimitado, que cria a cada momento novas necessidades ilusórias e impõe um ciclo sem fim de busca por felicidade. Nesse sentido, seria necessário criar concepções menos quantificáveis de felicidade, desarticuladas da intensidade de consumo e do volume de riquezas, uma concepção que garantiria níveis mais perenes e duradouros de bem-estar.

5. No trecho apresentado, o geógrafo Milton Santos evidenciou que os hábitos de consumo variam conforme o tempo. O geógrafo ponderou que consumir é seguir convenções sociais, e não apenas necessidades. Assim, muito do que se consome atualmente não provém de uma necessidade material, mas de um impulso construído pela publicidade. Considerando que boa parte do que o ser humano consome hoje nas sociedades ocidentais é supérfluo, não seria difícil abandonar esses impulsos em benefício da sustentabilidade. Quanto menor for o consumo supérfluo, menores serão os danos causados ao meio ambiente, reduzindo o impacto da produção de objetos que não são essenciais à sobrevivência e ao bem-estar humanos.

6. **a.** Na pintura *Virgem dos rochedos*, a profundidade da representação, estampando camadas de estalagmites que se perdem em um infinito azulado, revela um "Leonardo artista". Ao mesmo tempo, a fidelidade científica com que são traçadas as formações rochosas – talvez o registro pictórico mais impressionante de estruturas geológicas à época – revela um "Leonardo cientista". É possível observar na dedicação científica de Leonardo da Vinci um esforço semelhante ao de Galileu Galilei para desvendar as leis e os segredos da natureza, servindo-se do potencial da razão.

b. Na pintura de Leonardo da Vinci, a figura humana é posicionada centralmente e dela provém a claridade que ilumina a representação. Esse local de destaque corresponde ao antropocentrismo próprio da época, que coloca o ser humano como centro de interesses e decisões, de onde devem irradiar as atitudes que interferem na natureza. Decorre disso, por exemplo, o ideal baconiano de controle da natureza por meio do conhecimento das leis que regem o universo, legitimado pela máxima "saber é poder".

7. Alternativa **a**.

8. Alternativa **a**.

Sugestões

Site

MapBiomas Brasil

Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/o-projeto/. Acesso em: 2 set. 2024.

Rede colaborativa formada por organizações não governamentais (ONGs), universidades e empesas de tecnologia para mapear e monitorar áreas queimadas e desmatadas no Brasil.

UNIDADE 2 TRABALHO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O texto da abertura (páginas 68 e 69) apresenta aos estudantes uma oportunidade de conhecer alguns dos resultados da *Pesquisa Juventudes e o Mercado de Trabalho*, realizada em 2022 pelo Observatório de Juventude de Fortaleza, no Ceará. Um dos objetivos da abertura consiste em levar os estudantes a compreender alguns dos anseios e das expectativas dos jovens em relação ao mundo do trabalho e a visão das organizações a respeito das juventudes. Com base nos resultados apresentados, os estudantes são incentivados a refletir sobre os questionamentos realizados na pesquisa, a partir do contexto socioeconômico vivenciado pelas juventudes da comunidade em que vivem.

Respostas e comentários

1., **2.** e **3**. Para desenvolver a discussão proposta na abertura, é preciso orientar os estudantes a se reunir em grupos e a refletir sobre as perspectivas dos jovens da comunidade em que vivem em relação ao futuro do mercado de trabalho. Espera-se que eles possam relatar os anseios, as expectativas e os medos que percebem entre os jovens com os quais se relacionam no dia a dia, dentro e fora da comunidade escolar. Em seguida, os grupos devem levantar medidas que possam ajudar a melhorar as oportunidades, considerando os desafios do mercado de trabalho local. A ampliação de programas de qualificação profissional destinados aos jovens, a criação de redes de conexão entre as juventudes e as empresas contratantes e o incentivo ao empreendedorismo jovem podem ser algumas medidas indicadas pela turma. Para finalizar o debate, os grupos devem ser orientados a refletir sobre a importância dos estudos para o futuro profissional dos jovens. Espera-se que eles possam considerar o contexto socioeconômico local e a capacidade que os estudos e a educação formal têm de gerar oportunidades de trabalho e o aumento da renda.

Capítulo 3 Trabalho e lazer

Competências e habilidades trabalhadas

Todo o capítulo desenvolve a **competência geral da Educação Básica 1** ao tratar do saber e da ação humana no mundo, bem como do conceito de lazer ao longo do tempo. Essa competência também é desenvolvida no boxe "Explore" (página 76), que requer a interpretação do texto de John Locke para explicar a ideia de valorização do trabalho; no boxe "Explore" (página 82), por meio do qual os estudantes devem explicar a transição do trabalho industrial para o escritório, e nas atividades 3 e 7 da seção "Atividades" (páginas 92 e 93).

A **competência geral da Educação Básica 2** é acionada na seção "Em pauta" (páginas 90 e 91), na qual os estudantes analisam o trabalho do cuidado, e na proposta 2 da seção "Atividades" (página 92), que requer um levantamento de tipos de lazer preferidos por jovens.

Uma vez que o capítulo trata das relações de trabalho e dos processos de desumanização e objetificação dos trabalhadores, por meio, por exemplo, dos boxes "Explore" (páginas 76, 82 e 86), mobiliza a **competência geral da Educação Básica 6**.

Além disso, o capítulo dialoga com as **competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**, **4** e **5**. A habilidade **(EM13CHS101)** é mobilizada quando os estudantes comparam diferentes fontes, como nos boxes "Explore" (páginas 72, 76 e 86), na seção "Em pauta" (páginas 90 e 91), que, por meio de dois textos, aborda a divisão do trabalho e a opressão à mulher negra, e na atividade 6 da seção "Atividades" (página 92), que utiliza um texto sociológico para fomentar a compreensão dos desafios do mercado de trabalho na era digital.

As atividades da seção "Em pauta" (página 91) e a atividade 7 da seção "Atividades" (página 93) mobilizam a habilidade **(EM13CHS103)** ao requerer dos estudantes, respectivamente, que elaborem hipóteses sobre o mercado de trabalho no Brasil e sobre as relações de opressão integradas nesse mercado e que argumentem sobre a coisificação do trabalhador.

A habilidade **(EM13CHS202)** é desenvolvida mediante a avaliação dos impactos da tecnologia na dinâmica de sociedades, como no boxe "Explore" (página 71). Já a habilidade **(EM13CHS401)** pode ser desenvolvida por meio da análise dos impactos da informatização na precarização do trabalho culminando na sociedade do cansaço (páginas 80 a 86). Ao constatar os impactos das transformações tecnológicas nas relações de trabalho na contemporaneidade (página 83), os estudantes mobilizam a habilidade **(EM13CHS403)**.

O capítulo ainda trabalha as habilidades **(EM13CHS502)** e **(EM13CHS503)** ao incentivar os estudantes a observar situações da vida cotidiana, problematizar desigualdades e identificar tipos de opressão no mercado de trabalho, especificamente contra a mulher negra, como na seção "Em pauta" (páginas 90 e 91).

Temas contemporâneos transversais

O capítulo favorece o desenvolvimento do tema contemporâneo transversal **Trabalho**, uma vez que trata de relações de trabalho, precarização do trabalho e mudanças de paradigmas nas relações trabalhistas. A seção "Em pauta" (páginas 90 e 91) aborda o tema contemporâneo transversal **Educação em direitos humanos** ao discutir a

estruturação do mercado de trabalho do ponto de vista de gênero e de raça/etnia, bem como a opressão sofrida pela mulher negra.

O tema contemporâneo transversal **Saúde** é abordado na menção à saúde psíquica relacionada à sociedade do cansaço (página 84), ao tratar de como as cobranças por desempenho e produtividade impactam a saúde das pessoas, como na atividade 4 da seção "Atividades" (página 92), e ao abordar o impacto das demandas da sociedade contemporânea quanto ao sono (páginas 86 e 87). Do mesmo modo, esse tema contemporâneo transversal também é desenvolvido na reflexão sobre a importância do lazer na saúde das pessoas (página 88).

Trabalho interdisciplinar

O capítulo sustenta o trabalho interdisciplinar por meio do desenvolvimento da habilidade de **Linguagens e suas Tecnologias (EM13LGG303)**, na seção "Em pauta" (páginas 90 e 91), que promove a reflexão sobre a divisão do trabalho e a opressão sobre a mulher negra, e na atividade 7 da seção "Atividades" (página 93), que trata da coisificação do trabalhador. A habilidade de **Linguagens e suas Tecnologias (EM13LGG602)** é trabalhada por meio do exame de uma pintura de Edvard Munch, na atividade 6 da seção "Atividades" (página 93).

A habilidade de **língua portuguesa (EM13LP01)** é desenvolvida no boxe "Explore" (página 72), o qual requer a relação de uma música de Chico Buarque com a situação atual dos trabalhadores. O mesmo ocorre no boxe "Explore" (página 76) e na seção "Em pauta" (páginas 90 e 91), que, ademais, mobilizam a habilidade de **língua portuguesa (EM13LP05)**, também acionada na atividade 4 da seção "Atividades" (página 92), que propicia a relação entre desempenho e sofrimento psíquico, assim como na atividade 7, que contém dois textos filosóficos para análise.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os tópicos "A era informacional e a precarização do trabalho" (página 83) e "A sociedade 24/7" (página 86), assim como a atividade 7 da seção "Atividades" (página 93), trabalham o **ODS 8 Trabalho decente e crescimento econômico**, pois refletem criticamente sobre a condição do trabalhador. Os tópicos "A sociedade do cansaço" (página 84), "A sociedade 24/7" (página 86) e "Uma civilização do lazer?" (página 88) permitem trabalhar o **ODS 3 Saúde e bem-estar** ao propor uma reflexão sobre os impactos na saúde da chamada "sociedade do desempenho". A seção "Em pauta" (páginas 90 e 91) relaciona-se ao **ODS 5 Igualdade de gênero** e ao **ODS 10 Redução das desigualdades**, ao tratar da desumanização do trabalho imposta por grupos dominantes a grupos oprimidos.

Respostas e comentários

Explore (p. 71)

1. No caso de um médico operando um paciente por meio de um braço robótico, a fase do desenvolvimento da técnica em questão é a automação, pois não se trata de uma situação como a do uso de um martelo, que aumenta a potência do braço.
2. A inteligência artificial, por consistir no desenvolvimento de programas computacionais capazes de reproduzir atividades humanas, como criar e tomar decisões, insere-se na etapa da automação.

Explore (p. 72)

1. É possível levantar questões sobre as dificuldades e os perigos de um trabalho como o da construção civil, em que, muitas vezes, o operário não conta com proteção adequada, ainda que obrigatória por lei, seja pelo fato de ele próprio se recusar a utilizá-la, seja porque nem sempre é requerida pelo empregador. Além de sequelas físicas e morte, resultantes de acidentes que poderiam ter sido evitados, há a morte simbólica, representada por, entre outros aspectos, salários baixos, assistência médica precária e ritmo de trabalho intenso.
2. O fato de esses trabalhadores estarem expostos a riscos de morte e a acidentes mostra que vivem uma situação de vulnerabilidade. Além disso, é tristemente significativo o fato de que os operários da construção civil constroem prédios, embora nem sempre disponham de moradia própria em condições dignas.

Explore (p. 76)

1. Na citação de John Locke, o trabalho é valorizado quando seu resultado é reconhecido como propriedade de quem o executou.
2. O corpo aparece como propriedade fundamental do sujeito, ao que se soma a "obra de suas mãos".

Explore (p. 79)

1. O curso da história é explicado por fatores materiais, que dizem respeito a aspectos econômicos e técnicos e pela luta de classes.
2. A infraestrutura é a base econômica sobre a qual estão assentadas as relações de produção, e é sobre ela que se erguerá toda a superestrutura, isto é, o conjunto de crenças religiosas, de pensamentos filosóficos, de concepções científicas e artísticas, de leis etc.
3. A superestrutura opera como um conjunto de expressões culturais que refletem os valores da classe que controla a infraestrutura, reproduzindo o modo de pensar dessa classe e mantendo-a em situação privilegiada.

Explore (p. 82)

1. Fatores como a automação diminuíram os postos de trabalho nas atividades agrícolas e industriais, o que favoreceu o deslocamento de mão de obra para o setor de comércio e serviços, destacando-se as diversas atividades realizadas em escritórios.
2. Com a automação, a robótica e a microeletrônica, tendo em vista que o trabalhador precisa, cada vez mais, controlar simultaneamente diversas máquinas e diferentes processos, a polivalência converteu-se em uma qualidade do trabalhador.

Trabalho e juventudes (p. 85)

A pandemia de covid-19 impactou os negócios em todo o mundo, sinalizando novas tendências no mercado que deverão influenciar o trabalho realizado pelos profissionais de recursos humanos e administração. Entre as mudanças destaca-se o crescimento da responsabilidade social, a preocupação com a inclusão dos grupos minorizados e a demanda da sociedade por ações que efetivamente demostrem o compromisso das empresas com o ambiente e a sociedade.

O perfil de quem busca uma formação profissional em recursos humanos e administração é diversificado e inclui estudantes que apresentam afinidade tanto com a área de Matemática e suas Tecnologias quanto com a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. São carreiras adequadas para jovens organizados e metódicos, que gostam de exercer liderança e controlar processos. Proatividade, facilidade de tomar decisões, pragmatismo e habilidade para administrar conflitos e lidar com grupos diversificados de pessoas são características que favorecem aqueles que optam por seguir essas carreiras.

Na escola, o professor pode observar o comportamento dos estudantes em qualquer atividade coletiva na qual eles assumam protagonismo e sejam responsáveis pela organização de algum evento. Observe, por exemplo, quais alunos elaboram cronogramas, criam planilhas com distribuição de funções, verificam as tarefas feitas e por fazer, fazem mediação de conflito e incentivam os colegas na realização de uma atividade. São características que ajudam a identificar aqueles a quem as carreiras em recursos humanos e administração podem ser sugeridas.

Explore (p. 86)

1. Segundo a perspectiva crítica de Jonathan Crary, para o modelo capitalista, o estado constante de vigília, sem a interrupção do sono, desde que não houvesse déficit cognitivo ou psíquico, poderia aumentar a produtividade da sociedade, que funcionaria de maneira permanente, 24 horas ao longo dos sete dias da semana.
2. Por um lado, o estudante pode argumentar que o organismo humano não é produtivo quando privado de sono, que pesquisas desconsideram a necessidade humana de conciliar diferentes atividades, incluindo o lazer e o repouso. Por outro lado, pode endossar a crítica de Crary ao modelo capitalista, defendendo que, em muitas funções, o capitalismo não exige trabalhadores totalmente funcionais, pois requer apenas a repetição irrefletida de alguns movimentos, levando o organismo a operar como uma máquina. Independentemente do ponto de vista sustentado, o estudante deve lançar mão de argumentos consistentes.

Explore (p. 88)

1. O tempo liberado transcorre, por exemplo, no transporte e em compromissos sociais, atividades com algum nível de obrigatoriedade. Já o tempo livre, utilizado para o lazer, resulta da subtração do tempo de trabalho e do tempo liberado.
2. Espera-se que o estudante defenda que o lazer é uma atividade humana imprescindível, tendo em vista que, por exemplo, contribui para o equilíbrio psicológico, para o desenvolvimento pessoal e para o bem-estar.

Em pauta (p. 90)

1. O trabalho de cuidados é visto, na sociedade brasileira, como uma atribuição dos familiares e sobretudo dos membros femininos.
2. O trabalho de cuidados, remunerado ou não, recai principalmente sobre as mulheres negras. No caso do trabalho de cuidados não remunerado, as mulheres dedicam quase o dobro de horas semanais (21,7 horas) em relação ao tempo dedicado pelos homens (11 horas). No grupo de mulheres, as mulheres negras gastam 22,3 horas por semana nessa função, ao passo que as mulheres brancas gastam 21 horas semanais.
3. Segundo o conceito de ideologia de Karl Marx, as concepções e os valores da classe dominante são universalizados de modo que as classes dominadas os assimilem como se fossem seus, levando os grupos subalternizados a sentir, pensar e agir conforme os interesses de quem detém o poder, o que, ainda, contribui para ocultar o conflito entre as classes. O conceito de ideologia é, portanto, compatível com a ideia apresentada no texto de Audre Lorde sobre um pedaço do opressor que está enraizado no oprimido.
4. Os estudantes podem constatar que, na realidade de amigos e familiares, ocorre o que descreve a nota informativa da Secretaria Nacional de Cuidados e Família: a mulher exerce, quase que exclusivamente, as atividades de cuidados. É possível, porém, que a realidade constatada seja outra, como em famílias sem a presença materna e feminina ou, então, em que as funções são distribuídas com maior igualdade de gênero. Tendo em vista as múltiplas e diversas conformações familiares na sociedade brasileira, é necessário encaminhar a discussão com cuidado e sem preconceitos. De todo modo, as hipóteses levantadas pelos estudantes devem considerar as evidências apontadas pela nota informativa. Caso decidam criar um *podcast*, podem utilizar ferramentas como *smartphones* e editores de áudio.

Atividades (p. 92)

1. O suplício eterno a que Sísifo foi condenado simboliza todo trabalho inútil que precisa ser sempre refeito. Do mesmo modo, o trabalho imposto, por não resultar de escolha, é realizado em benefício do outro, e não para si mesmo. Isso ocorre nas linhas de montagem fordistas, em que o produto do trabalho pertence ao proprietário dos meios de produção, e, ainda hoje, em toda forma de trabalho fragmentado que impede a visão do processo produtivo e inibe o recurso à criatividade pessoal. Nesse sentido, do trabalho alienado não resulta alegria, tampouco a humanização do trabalhador.
2. Não se trata de discutir as atividades em si – embora algumas apresentem risco maior de alienação –, mas de analisar a postura do indivíduo diante delas: há pessoas que praticam determinada atividade só porque está na moda; outras, porque se sentem na obrigação de participar; há as que recorrem a passatempos para evitar o tédio. O importante é perceber em que sentido se trata de uma atividade voluntária, prazerosa e que ativa a sensibilidade e a criatividade.
3. **a.** Considerando as inúmeras diferenças entre os trabalhadores dos dois períodos, pode-se lembrar que a luta daqueles proletários era contra a longa jornada de mais de catorze horas. No sistema atual, os funcionários

de uma empresa são requisitados a qualquer momento pelo celular e por *e-mail*, de modo a ter – mesmo quando não percebem – sua jornada de trabalho estendida indevidamente.

b. A tecnologia pode estimular o comportamento extremado de alguns funcionários, que se tornam *workaholics* – viciados em trabalho, perdendo os limites entre trabalho e lazer, entre vida pessoal e atividade profissional. Do ponto de vista do desigual benefício, a empresa ganha mais que o funcionário, pois ele, mesmo com bom salário, perde muito tempo da vida pessoal, como o tempo do ócio criativo que revitaliza a imaginação, além de ficar mais exposto ao estresse e a doenças cardíacas.

4. A pressão por desempenho exercida tanto pela sociedade do trabalho quanto pelo indivíduo sobre si mesmo é causa de sofrimentos psíquicos como a depressão, uma vez que produz esgotamento e frustração, quando o sujeito se percebe incapaz de executar seus próprios projetos, apesar de se empenhar para realizá-los. Além disso, o paradigma do desempenho caminha ao lado do sentimento de liberdade porque faz o indivíduo crer ser o único responsável por tomar iniciativa e atingir níveis satisfatórios de desempenho, o que ativa um processo de autoexploração.

5. Para Engels, além de não ser dono daquilo que produz, o operário está alienado do ato de produção que ele mesmo executa. Nas fábricas, ele deixa de ser o centro de si mesmo, tornando-se uma engrenagem do processo. Se analisarmos as condições de trabalho nas fábricas da época (século XIX), podemos constatar que os operários se tornaram instrumentos de exploração e foram espoliados de sua liberdade e de sua criatividade durante a atividade produtiva. Já o trabalho de subsistência dos indígenas nas sociedades tradicionais se baseia tanto na não alienação daquilo que se produz, por ter como finalidade o consumo do próprio grupo, quanto na não alienação do ato de produção, uma vez que os indígenas depositam nessas atividades suas próprias motivações.

6. O sociólogo Ricardo Antunes discute um problema enfrentado pela expansão dos trabalhos *on-line* e dos aplicativos: a perda, por parte desses trabalhadores, de direitos trabalhistas historicamente conquistados. Segundo Antunes, mesmo que esses trabalhadores possuam os próprios instrumentos de trabalho e se iludam com uma suposta autonomia empreendedora, estão a serviço de uma empresa privada que explora sua mão de obra. Em resposta a esse novo desafio, surgem discussões sobre a regulamentação feita pelo Estado para esse tipo de trabalho, na tentativa de assegurar algum direito trabalhista a esses trabalhadores da era digital.

7. O autor do texto 1, o economista indiano Amartya Sen, recebeu o prêmio Nobel de Economia em 1998 por suas contribuições à teoria da decisão social e do *welfare state*. Já os autores do texto 2 são os frankfurtianos Max Horkheimer e Theodor Adorno, que trabalharam com conceitos marxistas como alienação e coisificação. Comparando os dois trechos, embora se trate de pensadores de orientação diferente e de épocas distintas, os questionamentos se assemelham na constatação de que, na sociedade capitalista, prevalecem os interesses de produtividade e de dominação. Amartya Sen critica o uso indiscriminado da expressão contraditória *capital humano*, uma vez que se encontra restrita ao mundo da economia, enquanto a ideia suplementar de desenvolvimento de capacidades humanas sugere objetivos muito além da mera produção de mercadorias, como o desenvolvimento social e político. De acordo com a crítica dos frankfurtianos, em que a técnica é o fator principal, a pessoa deixa de ser fim para se tornar meio para atingir o lucro, o que indica um processo de coisificação.

8. **a.** Espera-se que os estudantes apontem a predominância do azul e do marrom, bem como o traço pouco definido, o que pode indicar a massificação (ou seja, a perda de individualidade) dos trabalhadores representados. O uso das cores e desse tipo de traço pode suscitar tristeza, confusão, sentimento de invisibilidade, opressão, entre outros. Os estudantes podem citar diversos sentimentos, desde que os justifiquem com elementos da obra.

b. Edvard Munch retrata a opressão e a ansiedade dos trabalhadores, representados com rostos pálidos – que mais parecem fantasmas após um dia exaustivo – executando um movimento automático de retorno para suas casas. Nesse sentido, a tela conecta-se à ideia de desumanização causada pelo trabalho.

9. Alternativa **a**.

Sugestões

Livro

Séculos de transformações

Ian Mortimer. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

Nesse livro, o autor mostra variadas transformações técnicas e tecnológicas que impactaram cada século, ao longo de mil anos.

Filme

Dois dias, uma noite

Direção: Jean-Pierre Dardenne e Luc Dardenne. França, Bélgica e Itália, 2014. 95 minutos.

O filme, que acentua o individualismo e a competitividade dos ambientes de trabalho, narra o que acontece com Sandra, operária de uma fábrica belga, durante o processo em que é demitida, demissão que pode ser revertida caso ela convença os colegas de trabalho a abrir mão do bônus de mil euros devido pela empresa.

Capítulo 4 Ciências

Competências e habilidades trabalhadas

O capítulo contribui para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 1** ao explorar a construção histórica da ciência e do método científico para explicar a realidade física e social em busca de uma sociedade mais justa – por exemplo, por meio da charge relacionada ao boxe "Explore" (página 96); do trabalho envolvido na elaboração de teorias físicas referente ao boxe "Explore" (página 103); da seção "Em pauta" (página 115), que trata da relação entre a inteligência artificial e a degradação de aspectos do trabalho; e da atividade 6 da seção "Atividades" (página 120), que requer pesquisa sobre procedimentos científicos em comunidades de povos originários no continente americano.

A **competência geral da Educação Básica 2** é desenvolvida no boxe "Explore" (página 99), ao propor aos estudantes a observação de um experimento científico, no boxe "Você pesquisador" (página 106), que sugere uma pesquisa utilizando-se a entrevista, método típico das Ciências Humanas, e na análise crítica promovida na seção "Em pauta" (página 115).

O capítulo desenvolve a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1** por meio da análise de um mapa e da reflexão sobre o papel e a importância da comunidade científica propostas no boxe "Explore" (página 95). A habilidade **(EM13CHS101)** é trabalhada na seção "Em pauta" (página 115), ne

boxe "Explore" (página 116), que promove uma reflexão sobre o uso das tecnologias atualmente, e na atividade 8 da seção "Atividades" (página 121), que traz um texto sobre a produção de medicamentos para tratar doenças negligenciadas.

Já a habilidade **(EM13CHS102)** é trabalhada no boxe "Explore" (página 95), cuja proposta combate a noção de ciência etnocêntrica; e na atividade 6 da seção "Atividades" (página 120), que trata da ciência desenvolvida por povos originários americanos.

As habilidades **(EM13CHS103)**, **(EM13CHS202)** e **(EM13CHS403)** são mobilizadas na seção "Em pauta" (página 115), pois ela incentiva os estudantes a compor hipóteses sobre impactos negativos da inteligência artificial no mercado de trabalho e no cotidiano escolar.

A habilidade **(EM13CHS106)** é desenvolvida no boxe "Explore" (página 95), que trabalha com um mapa, no boxe "Explore" (página 119), relacionado ao *ranking* de produção científica das universidades brasileiras, e na atividade 8 da seção "Atividades" (página 121), que contém um informe científico da Fiocruz.

Temas contemporâneos transversais

O tema contemporâneo transversal **Ciência e tecnologia** perpassa todo o capítulo, por meio de assuntos como a classificação das ciências, o método experimental das ciências da natureza, tratado no boxe "Explore" (página 99), os procedimentos utilizados em ciências humanas, a comunidade científica, a cooperação internacional e os impactos negativos da prevalência de interesses econômicos na ciência. Ele também é trabalhado na seção "Em pauta" (página 115), sobre inteligência artificial e relações de trabalho.

Trabalho interdisciplinar

O capítulo garante o trabalho interdisciplinar com **Ciências da Natureza e suas Tecnologias**, sobretudo ao tratar dos procedimentos e métodos das ciências da natureza, especialmente a física. O boxe "Explore" (página 99), ao propor a análise de um experimento, mobiliza a habilidade **(EM13CNT301)**. Já a atividade 8 da seção "Atividades" (página 121) permite desenvolver a habilidade **(EM13CNT303)**, uma vez que requer a interpretação de um texto de divulgação científica. Além disso, o boxe "Você pesquisador" (página 106) possibilita o trabalho interdisciplinar com **língua portuguesa** por solicitar aos estudantes que realizem uma pesquisa, registrem os passos e comuniquem os resultados, desenvolvendo a habilidade **(EM13LP30)**.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Por incentivar boas práticas no contexto escolar ao discutir o uso de inteligência artificial, a atividade 3 da seção "Em pauta" (página 115) propicia o trabalho com o **ODS 4 Educação de Qualidade**. Já a atividade 8 da seção "Atividades" (página 121) relaciona-se ao **ODS 3 Saúde e bem-estar** ao denunciar o desinteresse econômico em financiar pesquisas para tratamento de doenças negligenciadas.

Respostas e comentários

Explore (p. 95)

1. Os fios que ligam laboratórios/instituições são os dados, as informações, o aparato tecnológico ou os profissionais eventualmente compartilhados e intercambiados entre as instituições representadas. A cooperação intensa da comunidade científica internacional durante a pandemia de covid-19 garantiu a agilidade para o sequenciamento genético do vírus, a compreensão da progressão e dos sintomas da doença, a busca de tratamentos e a descoberta de vacinas, desenvolvidas em menos de um ano.
2. A comunidade científica estabelece relações entre seus membros a fim de comunicar os resultados de suas pesquisas, para que sejam submetidos a exame crítico. As relações constantes entre os pares ocorrem por diversos meios: congressos, revistas, unidades de pesquisa etc.
3. A comunidade científica é exemplo de como a ciência avança por meio de teorias provisórias, que superam o caráter infalível do conhecimento científico. Nessas comunidades, a busca por respostas nunca cessa, podendo ajudar tanto a construir modelos científicos como a romper com eles.

Explore (p. 96)

1. No laboratório representado à esquerda, o cientista anota informações do experimento que realiza. No laboratório à direita, o cientista parece um homem de negócios registrando dados financeiros.
2. A charge ironiza um aspecto atual do trabalho científico: cientistas fazem parcerias com o setor privado, que movimentam milhões de dólares com os *royalties* de marcas e patentes.

Explore (p. 99)

1. A coluna de aproximadamente dez metros de água doce representa a pressão atmosférica naquela localidade, por isso a água não ultrapassava essa altura no exemplo dos poços de água em Florença. Vale mencionar que essa cidade italiana tem uma altitude de cinquenta metros, o que é pouco significativo em termos de variação de pressão atmosférica em relação ao nível do mar. Embora o texto forneça subsídios suficientes para os estudantes, o diálogo com o(a) professor(a) de **Ciências da Natureza e suas Tecnologias** pode ser enriquecedor para compreender detalhes da investigação de Torricelli.
2. A formulação de uma hipótese requer conhecimentos prévios; ela não surge espontaneamente, do nada. Assim, não é algo evidente, que "salta aos olhos", tampouco pode ser mistificada, como se envolvesse um processo misterioso.

Explore (p. 103)

1. Segundo Pierre Duhem, o trabalho envolvido na elaboração de teorias físicas é caracterizado como lento, complicado (ou complexo), consciente e secular, ou seja, depende de esforços acumulados ao longo dos séculos e, igualmente, poderá repercutir por séculos, mesmo que de maneira provisória.
2. Para Duhem, as leis da física mudam de sentido ao longo do tempo, podendo ser rejeitadas por outras teorias. Isso mostra que essas leis jamais são inabaláveis, e sim provisórias.

Explore (p. 105)

1. Espera-se que os estudantes considerem que não é possível ter consciência e visão objetiva do período histórico em que se vive, já que cada um também é um sujeito de seu tempo, com crenças e valores da própria época. Eles podem argumentar, ainda, que as mudanças atuais são tão aceleradas que dificultam entender todo o processo histórico presente antes que ele sofra novas mudanças.

2. Nas últimas décadas, houve muitas mudanças relativas à produção e à circulação de informações, transformando hábitos e o modo de se relacionar com o outro. Os estudantes podem citar como exemplos o impacto da democratização do acesso à internet e o surgimento de um grande e robusto segmento empresarial voltado para a *web*, o que pode requerer anos para ser bem compreendido no que tange ao significado dessas mudanças na vida das próximas gerações.

Você pesquisador (p. 106)

O objetivo da atividade é desenvolver uma prática de pesquisa – a entrevista –, considerando duas subjetividades: a do pesquisador/entrevistador e a do objeto de pesquisa (isto é, o entrevistado). Assim, o intuito da entrevista é, antes, de alcançar uma ampla e analítica percepção do tema escolhido, compreender a relação entre as subjetividades envolvidas e como elas interferem no processo de pesquisa. Portanto, oriente os estudantes a prestar atenção na condução da entrevista, preocupados mais com o processo do que com os resultados. A última etapa, de avaliação, permite aos estudantes contato com uma das dificuldades enfrentadas para estabelecer o método das Ciências Humanas: o choque entre subjetividades e suas experiências/vivências singulares.

Explore (p. 110)

1. A quebra de expectativa se dá pela onomatopeia, que, junto à fala do rato, induz à ideia de que há milho sendo jogado ao solo para alimentar os animais; no segundo quadrinho, é revelado que se trata de uma pessoa aparando as unhas.
2. Por condicionamento (reflexo condicionado clássico), os animais representados na tirinha associam um ruído específico ("Tic! Tic! Tic!") à hora de se alimentar. O humor é provocado porque o som, em vez de emitido pela voz de uma pessoa que alimentaria as aves, é, na verdade, o ruído de unhas sendo cortadas.

Explore (p. 110, inferior)

1. Os dois contextos citados por Skinner são a guerra ou o militarismo e a propaganda.
2. Espera-se que os estudantes reconheçam que são ainda questões atuais e que as respostas emocionais provocadas por condicionamento continuam sendo exploradas na publicidade e em estratégias bélicas.

Em pauta (p. 115)

1. Para Vladimir Safatle, o uso abusivo de inteligência artificial pode aprofundar a espoliação do trabalho humano, servindo-se da imagem e da personalidade de trabalhadores em replicações infinitas, mesmo após a morte. Além disso, corre-se o risco de provocar uma precarização generalizada, pois as criações artificiais desvalorizam e/ou dispensam a contratação de mão de obra humana.
2. O estudante pode concordar com a visão de Safatle, expondo que é necessário regular o uso de inteligência artificial em contratos de trabalho, a fim de que as empresas não explorem, de maneira irrestrita, a imagem/personalidade de trabalhadores. Se discordar da perspectiva sustentada pelo filósofo, pode considerá-la alarmista, pois a questão da incorporação dessa tecnologia nas relações de trabalho é relativamente recente. O importante é que o estudante defenda seu posicionamento com argumentação consistente.
3. No contexto escolar, as ferramentas de inteligência artificial que mais podem ser utilizadas de maneira irresponsável, comprometendo a qualidade dos estudos, são *softwares* capazes de responder de diferentes maneiras a todo tipo de perguntas. Nesse sentido, os estudantes podem propor condutas éticas que inviabilizem o uso desses *softwares*. Como se trata de condutas a serem assumidas intimamente por cada um, em sua esfera de consciência e autorresponsabilidade, o ideal é que ampliem a conscientização e provoquem coletivamente a sensação de que algo errado está sendo feito quando esses instrumentos são usados em detrimento do próprio desenvolvimento pessoal dos estudantes. Assim, em busca de maior eficácia, pode ser adequado que a formulação das condutas seja acompanhada dos prejuízos caso os estudantes algum dia optem por não segui-las.

Explore (p. 116)

1. A questão visa fomentar o debate entre os estudantes. Mediante a facilitação de atividades mecânicas com o uso da automação, as vantagens dos produtos da técnica se refletem na saúde, no aprendizado e no compartilhamento de informação proporcionados pelas tecnologias da informação e comunicação, por exemplo. As desvantagens, por outro lado, para além da ficção científica, relacionam-se diretamente ao cotidiano, como a crescente dependência das tecnologias digitais, o impacto na saúde mental e física – por exemplo, com as redes sociais –, bem como a perda de empregos ocasionada pela automatização da mão de obra.
2. Os estudantes, por um lado, podem defender que os aplicativos tornam a vida mais prática, especialmente nas grandes cidades, facilitando tanto o fluxo de pessoas, serviços e mercadorias (caso de aplicativos de entrega, de trânsito e de transporte) como a comunicação entre os indivíduos (caso de aplicativos de trocas de mensagem). Por outro lado, os aplicativos podem deixar o pensamento mais "preguiçoso" (por exemplo, em vez de memorizar um percurso, são usadas ferramentas digitais que traçam um caminho automaticamente), o que está em sintonia com a reflexão de Miguel Nicolelis. Aplicativos de redes sociais podem, ainda, padronizar comportamentos, desestimulando a espontaneidade e a inteligência.

Explore (p. 118)

1. A charge representa uma pressão extrínseca ao conhecimento científico, o poder religioso, responsável por censurar o pensamento de muitos cientistas durante a Idade Moderna, como o do astrônomo Galileu Galilei.
2. Ao levantar a hipótese heliocêntrica, ou seja, de que o Sol é o centro do universo e de que, portanto, a Terra gira em torno dele, Galileu questionou a teoria aristotélica adotada pela Igreja, que afirmava que a Terra seria o centro do universo.

Explore (p. 119)

1. As quinze instituições mencionadas são universidades públicas brasileiras.
2. Por serem instituições de Ensino Superior, há compromisso com o saber e os valores cognitivos, e o caráter público dessas pesquisas tende a garantir-lhes maior alinhamento com o bem comum, assegurando valores políticos e econômicos de interesse público. Os estudantes podem mencionar que, em instituições privadas de ensino, as pesquisas podem ser financiadas por empresas, o que pode interferir no andamento e na divulgação dos resultados obtidos. Ainda que o financiamento privado possa ocorrer em instituições públicas de ensino, há regras mais rígidas para evitar influências desse tipo, garantindo maior neutralidade para as pesquisas.

Atividades (p. 120)

1. Searle comparou um programa (*software*) com o sistema físico que o executa (*hardware*) para dizer que a mente humana não equivale a programas por possuir conteúdos mentais.

2. As duas tendências de configuração dos métodos das Ciências Humanas são a naturalista, que enfatiza a experimentação e a medida, deixando de lado aspectos qualitativos, e a humanista, baseada nos aspectos de compreensão e interpretação. No caso mencionado, a defesa da psicanálise como disciplina científica se aproximaria mais da primeira tendência, e a visão dos que discordam, da segunda.

3. A ciência contemporânea exige grande investimento, como comprova a necessidade de subvenções de governos ou patrocínios de empresas privadas. Os motivos são a exigência de inúmeros profissionais competentes de diversas áreas do conhecimento e o elevado custo de recursos tecnológicos para a realização de infindáveis experiências. Desse modo, a ciência contemporânea está distanciada da figura do sábio solitário em seu laboratório: agora, são equipes de trabalho que realizam as pesquisas.

4. **a.** A ciência tem a vantagem de buscar explicações mais elucidativas da realidade e o faz pelo rigor do método científico, com o recurso do raciocínio matemático, da lógica e da experimentação. No entanto, exatamente por isso, distancia-se do mundo vivido, da percepção e do conhecimento vivenciados por meio de emoções e sentimentos estéticos, que, na mesma medida, são subjetivos e importantes para o ser humano.

b. O texto de Kneller contrapõe dois polos do conhecimento: a subjetividade da apreciação estética, baseada em sentimentos e emoções; e, de outro lado, a objetividade científica, que busca a abstração, o geral, a lei, a teoria (por exemplo, "raios luminosos, coeficientes de refração e forças gravitacionais ou hidrodinâmicas").

5. **a.** Os estudantes podem propor uma reescrita que, ao mesmo tempo, interprete a formulação. A ciência é neutra do ponto de vista cognitivo, mas sua aplicação não é neutra, porque deve visar ao bem coletivo e evitar prejuízos à natureza, ou seja, a aplicação da ciência pressupõe avaliações éticas e políticas.

b. As descobertas das ciências são neutras por se referirem a um valor cognitivo, pelo qual se busca a explicação da realidade. Já a atividade da ciência não é neutra, porque deve examinar os meios usados e os fins a que se destinam essas descobertas, com base em valores éticos e políticos que orientam a escolha das pesquisas e sua aplicação.

6. Apesar de o conceito por trás da noção de ciências e de os métodos adotados pelas comunidades científicas se fundarem no pensamento desenvolvido durante a Idade Moderna no Ocidente por nomes como Galileu Galilei, René Descartes e Francis Bacon, as ciências já eram praticadas por outras sociedades e em outros tempos. Pesquisar exemplos disso e debatê-los é uma ótima oportunidade para romper preconceitos e estereótipos.

7. Filósofos e cientistas, embora procurem compreender o mundo e seus fenômenos, recusam-se a se instalar no saber absoluto e inquestionável, o que revela a natureza provisória e em constante revisão do conhecimento. A aplicação do método científico, embora seja rigorosa e tenha um compromisso com a verdade, deve estar aberta à dúvida, desde que ela seja amparada no mesmo tipo de rigor.

8. **a.** As doenças endêmicas que afetam as populações pobres da África, da Ásia e da América Latina, por ficarem restritas a essas regiões, não despertam o interesse de países ricos, com maior poder de financiar pesquisas na área de saúde e tecnologia. Além disso, os pacientes que contraem essas enfermidades, por possuírem baixa renda, não geram o retorno financeiro desejado pela indústria farmacêutica. Assim, como o texto aponta, são poucos os novos medicamentos que surgem para as doenças endêmicas tropicais. Fica evidente que a ciência não está comprometida apenas com valores cognitivos, pois há também uma lógica econômica e política operando por trás de seu desenvolvimento.

b. As populações mais pobres já são vitimizadas por carência de saneamento básico e atendimento médico para prevenção e tratamento de doenças mais simples, o que diminui a autonomia de sua subsistência, projetada na incapacidade para o trabalho e na falta de acesso à educação para sair da miséria. Cria-se, por um lado, o círculo vicioso de não haver dinheiro para financiamento de pesquisas ou de poder de influência política e, por outro, a permanência no estado de dependência. Além disso, é claro, essa paralisia continua causando elevado prejuízo humano, com números expressivos de doentes e óbitos.

9. Alternativa **a**.

10. Alternativas 01, 02, 04 e 08.

Sugestões

Livros

A fabricação da ciência

Alain Chalmers. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

A obra discute o papel do cientista muito além da pesquisa pura em laboratório. Entre outros debates, o autor mostra que atualmente a necessidade de captar recursos materiais para a realização de pesquisas torna a atividade científica dependente de contatos institucionais e de ampla divulgação, destacando a dimensão política e social da ciência.

O valor da ciência

Henri Poincaré. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

Nesse livro, o autor expõe, em diversos ensaios, questões relativas à filosofia da ciência e à filosofia da matemática.

UNIDADE 3 SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA

A abertura da unidade (páginas 122 e 123) apresenta as noções de culturas juvenis e de juventudes, incentivando os estudantes a refletir sobre as formas de expressão dos jovens como um importante meio de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. Essa temática objetiva levar os estudantes a pensar sobre as diferentes manifestações culturais das quais participam ou que existem no meio em que estão inseridos quais manifestações são protagonizadas pelos jovens, o quê eles expressam por meio delas e de que modo as culturas juvenis são instrumentos políticos para promover mudanças na sociedade.

Respostas e comentários

1. Os estudantes devem identificar as culturas juvenis existentes no município onde vivem, bem como as principais linguagens e expressões utilizadas por elas (música, cinema, teatro, dança, religião, esporte, moda, tecnologia etc.).
2. Os estudantes devem indicar de quais dessas culturas juvenis participam e as razões pelas quais se identificam com elas. Os valores, as formas de expressão artística, o tipo de linguagem utilizada e as práticas envolvidas podem ser alguns dos fatores indicados.
3. Os estudantes devem relatar se já perceberam formas de preconceito associadas às culturas juvenis, especialmente por parte de gerações que possam considerá-las algo estranho ou pouco familiar. O incentivo à valorização e ao respeito à pluralidade das culturas juvenis (e, consequentemente, à pluralidade das juventudes) pode ser uma das medidas mencionadas para ajudar a descontruir preconceitos. O desenvolvimento dessa discussão é uma oportunidade de encorajar os estudantes a refletir sobre as próprias identidades e a realizar descobertas sobre si, compreendendo o contexto social, econômico, cultural e político no qual estão inseridos. Incentive os estudantes a retomarem as experiências pessoais e a participar da discussão mobilizando a escuta respeitosa, a fim de proporcionar um debate em que todos possam intervir de forma democrática.

Capítulo 5 Cultura, linguagem e arte

Competências e habilidades trabalhadas

A **competência geral da Educação Básica 1** é desenvolvida nos tópicos "Iris Young: o reconhecimento das diferenças" (página 133) e "Nancy Fraser: reconhecimento e redistribuição" (página 134), que expõem as reflexões dessas autoras para combater injustiças e modificar o meio social e cultural. Essa competência também aparece no boxe "Explore" (página 135), que ajuda os estudantes a entender como mudar os paradigmas machistas na publicidade pode ser uma política de reconhecimento, e no boxe "Explore" (página 137), que favorece o entendimento de aspectos da realidade social (desigualdade, exclusão e discriminação) por meio da compreensão do termo *interseccionalidade*.

A **competência geral da Educação Básica 2** é desenvolvida por meio do boxe "Explore" (página 126), no qual os estudantes devem formular hipóteses sobre como a evolução biológica entende a particularidade da história humana em relação às demais espécies, e também no boxe "Explore" (página 131), que trata de como tornar a participação feminina mais igualitária na política. Esse boxe também dialoga com a **competência geral da Educação Básica 7** ao estimular a argumentação com base em dados e a formulação de uma solução que promova os direitos humanos. Essa mesma competência é mobilizada no boxe "Explore" (página 135), que requer a compreensão da diferença entre distribuição e reconhecimento para a estruturação de argumentos sobre a criação de políticas que objetivam a redução das desigualdades, e na atividade 9 da seção "Atividades" (página 151), que demanda a elaboração de uma dissertação baseada em dois textos filosóficos sobre a participação da mulher no mercado de trabalho.

Ao comparar diferentes fontes para compreender eventos históricos, o tópico "Paternalismo e autoritarismo na cultura brasileira", bem como o boxe "Imagens em contexto" (ambos na página 142) permitem trabalhar a habilidade **(EM13CHS101)**.

A habilidade **(EM13CHS102)**, por sua vez, é desenvolvida no boxe "Explore" (página 137), que requer a identificação da origem da luta atual de mulheres e homens negros por seus direitos, e na seção "Em pauta" (página 139), sobre a inserção feminina no cânone filosófico.

Já a habilidade **(EM13CHS103)** é trabalhada no boxe "Explore" (página 131) e na seção "Em pauta" (página 139), que fomentam a elaboração de hipóteses sobre as mulheres na política e sobre o acesso das mulheres ao topo da carreira acadêmica e ao ensino universitário de filosofia, o primeiro com base em uma tabela e, a segunda, por meio de um texto de Helena Celestino.

Tanto o boxe "Explore" (página 126) como a atividade 3 da seção "Atividades" (página 150) ressaltam a dicotomia cultura *versus* natureza, desenvolvendo a habilidade **(EM13CHS105)**. Os boxes "Explore" (páginas 130 e 131) e a atividade 8 da seção "Atividades" (página 151), por sua vez, proporcionam a discussão crítica, baseados, respectivamente, em uma imagem sobre ruptura cultural, uma tabela sobre mulheres na política em diversos países e uma tirinha a respeito do valor artístico e do valor de mercado das obras de arte, de modo que diferentes linguagens e gêneros textuais sejam mobilizados conforme a habilidade **(EM13CHS106)**.

A habilidade **(EM13CHS303)** é desenvolvida por meio do tópico "Adorno e Horkheimer: a indústria cultural" (página 148) e da atividade 8 da seção "Atividades" (página 151), que tratam da indústria cultural.

A **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4** é desenvolvida na seção "Em pauta" (página 139), a qual versa sobre o baixo percentual feminino na área acadêmica de filosofia, mobilizando a habilidade **(EM13CHS401)**, e na atividade 9 da seção "Atividades" (página 151), sobre a participação da mulher no mercado de trabalho, mobilizando a habilidade **(EM13CHS404)**.

Tanto o boxe "Explore" (página 131) quanto a atividade 9 da seção "Atividades" (página 151) permitem o desenvolvimento das habilidades **(EM13CHS502)** e **(EM13CHS503)** ao promover a análise de situações da vida cotidiana, de valores e condutas para desnaturalizar e problematizar formas de desigualdade, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-la. O boxe "Explore" (página 135), que requer a identificação de uma política de reconhecimento de direitos das mulheres e a argumentação sobre as estratégias que devem ser empregadas na formulação de políticas contra as desigualdades, trabalha a habilidade **(EM13CHS502)**, igualmente desenvolvida na seção "Em pauta" (página 139), que, por tratar de igualdade de gênero, desenvolve também as habilidades **(EM13CHS503)** e **(EM13CHS606)**.

Por fim, o boxe "Explore" (página 142), sobre autoritarismo e paternalismo na sociedade brasileira com base em um texto de Marilena Chaui, e a atividade 7 da seção "Atividades" (página 150), que trata do mesmo tema por meio de um trecho de *Vidas secas*, possibilitam o trabalho com as habilidades **(EM13CHS502)** e **(EM13CHS602)**; já o boxe Explore (página 137), ao incentivar reflexões sobre as demandas e o protagonismo social e cultural das populações afrodescendentes no Brasil contemporâneo, desenvolve a habilidade **(EM13CHS601)**.

Temas contemporâneos transversais

O capítulo dialoga com o tema contemporâneo transversal **Diversidade cultural**, por exemplo, no tópico "Iris Young: o reconhecimento das diferenças" (página 133) e na discussão sobre o binômio exclusão e inclusão (páginas 140 e 141), além da seção "Em pauta" (página 139) e da atividade 9 da seção "Atividades" (página 151), que versam sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho. O tema contemporâneo transversal **Educação em direitos humanos** é desenvolvido tanto na seção "Em pauta" (página 139) quanto na atividade 9 da seção "Atividades" (página 151) e no boxe "Explore" (página 131), que abordam os direitos das mulheres e a busca por igualdade de gênero.

Trabalho interdisciplinar

Os primeiros tópicos do capítulo dialogam com a área das **Ciências da Natureza e suas Tecnologias**, sobretudo com biologia, ao abordar a dicotomia natureza *versus* cultura. De forma mais explícita, o boxe "Explore" (página 126) pede aos estudantes que, utilizando o conceito de evolução biológica, expliquem a particularidade da história humana em relação à existência dos outros animais, bem como as diferenças entre humanidade e animalidade com base no binômio natureza e cultura, desenvolvendo as habilidades **(EM13CNT201)**, **(EM13CNT202)** e **(EM13CNT208)**.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Ao tratar de ruptura e emancipação feminina (página 130), do feminismo nos Estados Unidos (página 132) e no Brasil (página 136), do papel das mulheres na filosofia (página 139) e da mulher no mercado de trabalho na atividade 9 da seção "Atividades" (página 151), o capítulo permite desenvolver o **ODS 5 Igualdade de gênero**. Essa mesma atividade, por tratar da igualdade de gênero no trabalho, dialoga com o **ODS 8 Trabalho decente e crescimento econômico**. O tópico "Injustiças bidimensionais" (página 135) permite trabalhar o **ODS 10 Redução das desigualdades**, ao passo que o tópico "Sueli Carneiro: das mortes preveníveis e evitáveis" (página 138) relaciona-se com o **ODS 2 Saúde e bem-estar**.

Respostas e comentários

Explore (p. 126)

1. Os seres humanos distinguem-se dos animais das outras espécies por terem consciência da finalidade de suas ações, concebendo-as previamente como pensamento e possibilidade. Embora o texto forneça subsídios para os estudantes responderem à atividade, o diálogo com o(a) professor(a) de biologia pode ser de grande contribuição.
2. A animalidade segue determinações ou condicionantes biológicos como os instintos, vinculando-se ao domínio da natureza, ao passo que a humanidade se libera desse domínio ao transformar a natureza em cultura.
3. Pelo fato de a humanidade adentrar no universo da cultura, ela escapa de determinações biológicas, no sentido de que suas ações são conscientes da finalidade, e não apenas determinadas por reflexos e instintos. De todo modo, a diversidade étnica e cultural reforça que somos seres que conseguem escapar de padrões de conduta atribuídos à espécie, multiplicando nossas possibilidades de ação no mundo.

Explore (p. 129)

1. Para Émile Durkheim, os resultados da experiência humana são transmitidos de geração para geração por meio de livros, monumentos, utensílios etc., acumulando-se com o tempo. Por exemplo, mesmo após morrer, a experiência individual de um cientista pode ser comunicada a outras pessoas. Assim, a experiência humana supera a experiência individual.
2. Quando trata da sabedoria humana acumulada, Durkheim se refere a livros, monumentos, utensílios e conhecimentos transmitidos de geração para geração; em resumo, à cultura.

Explore (p. 130)

1. Os óculos escuros, o sorriso artificial e o *smartphone* empunhado para tirar uma *selfie* são elementos do mundo contemporâneo globalizado que destoam da escultura grega, operando uma ruptura com o que se espera de uma representação tradicional da Antiguidade grega.
2. Ao incrementar a escultura antiga com trejeitos e objetos contemporâneos, além do comportamento atual de tirar *selfies*, o artista ironiza os hábitos de consumo da atualidade e as formas de exposição da autoimagem em redes sociais.

Explore (p. 131)

1. Em 2023, o Brasil ocupava a posição 129 do *Ranking* de participação de mulheres no parlamento, com representação política feminina de apenas 17,7%. A taxa é inferior à da Arábia Saudita (19,9%), mesmo este país tendo concedido o direito ao voto para as mulheres apenas na década de 2010.
2. De acordo com a tabela, apenas em três países a porcentagem de mulheres nas câmaras baixas ou únicas supera a de homens: em Ruanda, em Cuba e na Nicarágua. Essa informação revela a predominância masculina na política, espaço em disputa pelas mulheres.
3. Espera-se que os estudantes apontem a necessidade de criação de políticas públicas que assegurem maior espaço para as mulheres na política e uma participação mais igualitária. Vale explicar que, no Brasil, existem leis que tentam ampliar o número de mulheres em mandatos políticos, como a Lei nº 12.034/2009, determinando que cada partido ou coligação tenha um mínimo de 30% de candidaturas de mulheres, e a Emenda Constitucional nº 117, de 2022, que impõe aos partidos políticos a aplicação do fundo partidário para promoção e difusão da participação política das mulheres e a divisão do tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão no percentual mínimo de 30% para candidaturas femininas.

Explore (p. 135)

1. A proibição de conteúdos machistas em publicidade diz respeito a uma política de reconhecimento, pois se insere em uma dimensão cultural de combate à desvalorização da figura da mulher em representações que sexualizam, banalizam e objetificam os corpos femininos.
2. Espera-se que os estudantes se baseiem no conceito de Nancy Fraser de injustiças bidimensionais, ou seja, as injustiças que derivam tanto da estrutura político-econômica da sociedade como de padrões culturais. Para solucionar esse tipo de injustiça, é necessário aplicar conjuntamente políticas de redistribuição, que assegurem poder material, e políticas de reconhecimento, que combatam preconceitos.

Explore (p. 137)

1. Lélia Gonzalez investiga o feminismo negro no Brasil intercruzando questões de raça, gênero e classe, por isso sua perspectiva é interseccional.
2. Para Lélia, a luta atual de mulheres e homens negros em defesa de seus direitos remete às formas de resistência político-culturais das comunidades escravizadas.

Em pauta (p. 139)

1. O texto de Helena Celestino traz uma crítica das pesquisadoras e das professoras universitárias de filosofia no Brasil, para quem o cânone filosófico que prevaleceu na academia excluiu intencionalmente o papel das mulheres na história da filosofia, o que revela os interesses da composição majoritariamente masculina do meio acadêmico filosófico do país.
2. Assim como a exclusão das mulheres no cânone filosófico reflete os interesses da composição majoritariamente masculina do meio acadêmico filosófico no Brasil, sua inserção requer a luta por direitos para as estudantes e professoras, a fim de alcançar postos de maior prestígio na área. Conforme a pesquisa da doutora Carolina Araujo, as mulheres têm mais dificuldade de chegar ao topo da carreira acadêmica de filosofia.
3. Uma boa fonte de pesquisa de biografias de filósofas é a *Enciclopédia Mulheres na Filosofia* (disponível em: https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/; acesso em: 13 jun. 2024). Nesse *blog*, há ainda entrevistas e *podcasts* úteis para a elaboração dos seminários. Vale lembrar que o objetivo não é apresentar apenas dados biográficos das filósofas pesquisadas, mas discutir as reflexões promovidas por cada uma, contextualizando-as historicamente. A elaboração de um texto para a apresentação de seminário organiza as informações a serem expostas aos demais grupos. A etapa posterior, de debate, visa suscitar questões pendentes ou lacunares para que o texto preliminar seja aperfeiçoado em uma versão final e publicado em uma revista produzida de forma coletiva pelos estudantes.

Explore (p. 142)

1. Para Marilena Chaui, a estrutura da sociedade brasileira é organizada por meio de uma forte hierarquia na qual as relações se dão na forma de tutela. Assim, o governante se torna tutor do governado, que passa a concebê-lo como uma espécie de pai. O político paternalista, por sua vez, retira a liberdade e a autonomia dos cidadãos, agindo com autoritarismo.
2. Na propaganda do governo de Getúlio Vargas, à esquerda, o presidente é representado acima das crianças, o que mostra uma forte hierarquia entre governante e governados, reforçada por uma postura paternalista.

Explore (p. 146)

1. Na tela de Karpov, as pinceladas são superficiais, precisas e sem volume, ao passo que nas telas de Monet e Renoir elas são soltas, rápidas e volumosas. Por isso, é na tela de Karpov que se tentou reproduzir a superfície lisa de um registro fotográfico.
2. Quando a pincelada passou a ser solta, rápida e volumosa, ela deixou de reproduzir a superficialidade de um registro fotográfico e, por essa razão, abandonou a preocupação naturalista de imitar a realidade. A frase, portanto, está correta.

Atividades (p. 150)

1. Apesar de sermos indivíduos, ou seja, organismos indivisíveis, separados dos outros, só construímos nossa humanidade por meio do contato e da convivência com outros seres humanos, inseridos em determinada cultura. A descoberta de si não se separa da descoberta do outro e de um mundo cultural preexistente. É em meio à sociedade que cada indivíduo aprende os gestos, as posturas, a fala, a leitura e a escrita, construindo códigos que possibilitam a construção da ciência e da arte, por exemplo.
2. Toda ação humana parte de um solo comum que pressupõe a língua, os valores, a técnica e os saberes herdados, que são conservados e também superados pela crítica, por exemplo: as transformações na arte, na concepção de ciência, nas técnicas, nas religiões; a diversidade dos povos etc. A conciliação entre esses dois aspectos antagônicos – tradição e ruptura – é mais lenta nas sociedades com fortes tradições, que levam mais tempo para ser alteradas, embora não sejam isentas de inovações. Deve-se salientar que as rupturas radicais sempre geram conflitos, sobretudo entre diferentes gerações.
3. Os animais não têm consciência de que vão morrer; portanto, a morte, para eles, é um acontecimento fisiológico. Diferentemente do que ocorre com os animais, nós podemos antecipar nossa experiência de morte pelo pensamento, por isso ela adquire sentidos que superam o aspecto fisiológico. Além disso, temos a noção de que a morte pode ocorrer não apenas na velhice, mas desde que nascemos. A consciência da morte "humaniza" o indivíduo porque o faz amadurecer e pensar sobre a maneira como conduz a própria vida. É possível mencionar, ainda, a particularidade humana das mortes simbólicas, dependentes do sentido que cada um lhes dá, sempre considerando as perdas inevitáveis que nos acompanham na existência. Simbolicamente, enfrentamos diversas "mortes": a passagem da infância para a vida adulta, da mocidade para a velhice; a perda de um emprego, de um amor etc.
4. **a.** Essa tese é defendida por aqueles que entendem a arte apenas como entretenimento, de modo a ocultar aquilo que incomoda. Nesse sentido, só serviria para passar o tempo, caracterizando-se como um valor pragmático, e não estético. De certo modo, essa opção nos aliena, já que visa ocultar o enfrentamento das dificuldades. A "arte" que visa estritamente à passividade agrada ao mercado.
   b. Ao nos colocar diante da alegria ou do sofrimento, a arte nos leva a compreender os aspectos que fazem parte da vida e que merecem se tornar tema artístico. Esse enfrentamento nos retira da passividade e nos humaniza, estimulando nossa sensibilidade e enriquecendo nossa fantasia e imaginação.
5. Pode-se dizer que a arte apresenta três funções: a função naturalista (arte como imitação da realidade); a função pragmática (privilegia a aplicação utilitária da arte, por exemplo, os aspectos morais, pedagógicos, políticos etc.); e a função formalista (a avaliação estética se funda nos aspectos formais da obra). A função formalista é a que mais caracteriza o fazer artístico, porque trata dos elementos vinculados exclusivamente à apreciação estética, ao prazer e ao gosto, que são alcançados por meio da sensibilidade e não visam a interesses utilitários ou naturalistas.
6. **a.** A afirmação significa que a arte e o poder estavam ligados: a primeira serviria ao segundo, e suas obras teriam por função afirmar e fortalecer as conquistas e as ideias dos que estivessem no poder. Trata-se, portanto, de uma visão pragmática da arte.
   b. O principal risco é a perda de autonomia da arte, que se tornaria submissa a ditames alheios a ela. Sua qualidade como obra deixaria de contar, pois importaria obedecer a uma função previamente estabelecida. É uma situação muito difícil para o artista, como se depreende do trecho citado, e para a arte e a sociedade como um todo.
7. **a.** O patrão de Fabiano relaciona-se aos berros com ele e o trata como um bem atrelado à propriedade. A subordinação resignada de Fabiano, que se desculpa mesmo diante da injustiça da qual é vítima, mostra o reconhecimento de uma autoridade que lhe pode aplicar qualquer malefício. Essa relação desigual e hierárquica, de mando e obediência, é fruto do autoritarismo da sociedade brasileira.
   b. A pobreza da linguagem simbólica de Fabiano é tão acentuada que se compara à dos animais. Essa linguagem é fundamental para a constituição do sujeito humano. Quando são negadas as oportunidades para enriquecer a linguagem, a capacidade de compreender e agir sobre o mundo é drasticamente diminuída. É esse o resultado da miséria em que vive Fabiano, que chega a se incomodar com o fato de o filho ter ideias.
8. **a.** Na tirinha, o personagem se mostra indignado pelo fato de uma peça que não tem nenhum valor artístico ter um valor de mercado tão alto.
   b. O conceito de indústria cultural ajuda a compreender a tirinha, pois nela é representada uma obra de arte que perdeu sua autonomia para se subordinar ao consumo e a interesses econômicos (valor de mercado).

9. No desenvolvimento da dissertação, o estudante pode atentar tanto para o conceito de reconhecimento, como formulado por Iris Young, quanto para a conciliação entre reconhecimento e redistribuição, proposta de Nancy Fraser. É importante os estudantes destacarem que, para a inserção da mulher no mercado de trabalho, convergem elementos de ordem cultural e econômica, seja por existirem profissões de menor prestígio social consideradas tipicamente femininas, seja por ainda ser necessária uma forte luta pela igualdade salarial das mulheres. Como expõe Sueli Carneiro na segunda passagem, tal discussão pode revelar as assimetrias nas experiências femininas, como as experiências de mulheres brancas e de classe média que durante séculos foram impedidas de exercer atividades laborais fora das próprias casas, em contraposição às de mulheres negras escravizadas ou libertas, obrigadas a trabalhar.

10. Alternativa **e**.

Sugestões

Livro

Mulheres, raça e classe

Angela Davis. São Paulo: Boitempo, 2016.

Nesse livro, a filósofa estadunidense Angela Davis aborda questões relacionadas a mulheres negras e pobres, destacando como essas características – gênero e raça – são determinantes para as maiores exclusões sociais sofridas pelas mulheres negras.

Filme

As sufragistas

Direção: Sarah Gavron. Reino Unido, 2015. 106 minutos.

Retrata a luta de mulheres, na década de 1920 no Reino Unido, pelo direito ao voto e por igualdade. Ao sofrerem agressão por parte da polícia, as manifestantes decidem se rebelar publicamente.

Capítulo 6 Teorias sobre a crença, a morte e o amor

Competências e habilidades trabalhadas

O capítulo favorece o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 1** no boxe "Explore" (página 154), por incentivar a valorização e a utilização dos conhecimentos historicamente construídos para entender e explicar a realidade: ao compreendermos a função do mito, explicamos estruturas sociais, crenças e laços existentes em determinada comunidade. Essa competência também é observada no boxe "Explore" (página 164), que estimula a compreensão das relações humanas considerando o modo de pensar maniqueísta, e na atividade 3 da seção "Atividades" (página 180), por possibilitar a compreensão das características da sociedade capitalista e das relações humanas com base na mudança da visão predominante sobre a morte no século XX.

O boxe "Você pesquisador" (página 169) mobiliza a **competência geral da Educação Básica 2** por instigar os estudantes a recorrer à abordagem própria das ciências ao propor uma pesquisa sobre violência contra pessoas com deficiência, assim como a atividade 2 da seção "Atividades" (página 180), na medida em que esta suscita a curiosidade intelectual e a imaginação.

Já a seção "Trabalho com fontes" (página 178) discute a importância de conhecer a si mesmo, da autoaceitação e do amor-próprio para viver bem e aceitar/amar a alteridade, valorizando o cuidado de si, a autocrítica, a empatia, o respeito aos outros, a autonomia e a responsabilidade, o que contribui para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 8**, **9** e **10**. As atividades 3 e 4 dessa seção (página 179) desenvolvem a argumentação sobre um assunto que implica o cuidado de si e, portanto, contemplam a **competência geral da Educação Básica 7**.

O capítulo também contribui para o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1** no boxe "Explore" (página 154), que analisa os mitos e suas funções na formação da identidade e da cultura de um povo, desenvolvendo a habilidade **(EM13CHS104)**, e na atividade 3 da seção "Atividades" (página 180), a qual permite o desenvolvimento de aspectos da habilidade **(EM13CHS101)**, ao buscar identificar e analisar diferentes fontes para a compreensão de processos e eventos históricos, culturais e sociais, e da habilidade **(EM13CHS103)**, porque visa elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a tais processos.

A **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5** é acionada ao longo do tópico "É possível conhecer o divino?" (página 157) por meio do desenvolvimento da habilidade **(EM13CHS502)**, ao incentivar o debate sobre crença e fé, desnaturalizando preconceitos, e no boxe "Explore" (página 161), sobre a pintura *Espinosa excomungado*, de modo a abordar a intolerância religiosa. Já o boxe "Você pesquisador" (página 169), ao requerer a análise de situações em que haja violência física ou psicológica contra pessoas com deficiência, permite o trabalho com as habilidades **(EM13CHS501)**, **(EM13CHS502)** e **(EM13CHS503)**, sobretudo por valorizar a convivência democrática, a solidariedade e o respeito às diferenças.

Temas contemporâneos transversais

O tema contemporâneo transversal **Educação em direitos humanos** apresenta-se ao longo do texto por propiciar a reflexão sobre liberdade religiosa e trabalhar o respeito às diferenças e a tolerância que o assunto exige,

assim como nas discussões suscitadas pelo tópico "É possível conhecer o divino?" (página 157). A tolerância religiosa e a diversidade de crenças também podem ser trabalhadas no boxe "Explore" (página 154), sobre a função do mito e sua importância para a preservação de tradições nas sociedades, e no boxe "Explore" (página 161), em que a tolerância religiosa é trabalhada em conexão com uma pintura que retrata Espinosa. Por sua vez, o boxe "Você pesquisador" (página 169) desenvolve o tema ao tratar de violência contra pessoas com deficiência. Já as atividades da seção "Trabalho com fontes" (página 179) permitem trabalhar o tema sob o viés da dignidade pessoal, do tratamento igual perante a lei, do direito à liberdade de expressão e crença, entre outros.

O tópico "Aqueles que morrem mais cedo" (página 168) discute a morte prematura de jovens em decorrência da pobreza ou da violência vinculadas a questões sociais, de raça/etnia e de gênero. Permite, portanto, o desenvolvimento do tema contemporâneo transversal **Direitos da criança e do adolescente**, por apresentar direitos básicos dos jovens, como alimentação, segurança, educação e saúde.

Por fim, o tema contemporâneo transversal **Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso** dialoga com o tópico "A proximidade da morte" (página 169), ao trabalhar o etarismo e as necessidades de assistência e de cuidados durante essa etapa da vida.

Trabalho interdisciplinar

O capítulo dialoga com **Linguagens e suas Tecnologias** por meio do boxe "Explore" (página 161), que relaciona a interpretação de uma pintura às características da vida social e política europeia no século XVII, algumas delas – como a intolerância religiosa –, presentes em diversas sociedades até os dias de hoje desenvolvendo a habilidade **(EM13LGG604)**. A seção "Trabalho com fontes" (página 178), por meio de um texto de bell hooks, analisa o amor-próprio e a autoaceitação como bases das relações com os outros, requerendo dos estudantes a análise do texto a fim de relacioná-lo à realidade sociocultural que vivenciam, o que desenvolve a habilidade **(EM13LP01)** de **Língua Portuguesa**. Por fim, o boxe "Você pesquisador" (página 169) requer o recolhimento de dados sobre violência, a análise dessas informações e a comunicação dessa análise, possibilitando trabalhar a habilidade **(EM13LP30)**.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O documentário indicado no boxe "Sugestão" (página 168), por abordar a luta de Maria Luiza para ter seu nome social e gênero reconhecidos no Brasil, dialoga com o **ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes**, o que também ocorre no boxe "Você pesquisador" (página 169), por tratar do tema da violência contra pessoas com deficiência.

Respostas e comentários

Explore (p. 154)

1. De acordo com Edgar Morin, os mitos não apenas relatam a origem do universo e dos seres humanos, como também propõem reflexões a respeito da identidade, do passado, do futuro e de outros aspectos do mundo real, conforme as projeções e as explicações formuladas por uma comunidade ou um povo.
2. Espera-se que os estudantes comentem que os mitos contribuem para a transmissão de conhecimentos e de formas de compreender o mundo, bem como preservam a identidade de um povo. Nesse sentido, são fundamentais para perpetuar costumes e tradições de uma sociedade.

Explore (p. 158)

1. Para os panteístas (do grego *pan*, "tudo", e *théos*, "deus"), Deus está em tudo, portanto, não poderia existir de maneira transcendente em relação às coisas. Assim, Deus tem de estar de maneira imanente nas coisas, pois ele e o mundo são um só.
2. Para Espinosa, Deus não se separa de tudo aquilo que criou, pois ele existe de maneira imanente em tudo o que cria, o que de certo modo aproxima o pensamento espinosano do panteísmo.

Explore (p. 161)

1. Na pintura de Samuel Hirszenberg, Espinosa é representado com o semblante tranquilo, concentrado na leitura de um livro, sem se incomodar com o que se passa ao redor.
2. Os judeus são representados com feições assustadas e receosas diante de Espinosa, que fora excomungado e expulso da comunidade judaica sob a acuação de ateísmo. Todos tentam se afastar do filósofo, e um deles se curva, estendendo o braço como que para pegar uma pedra, o que sugere que esta seria lançada contra o filósofo, em um ato de reprovação. A representação dos judeus na tela reflete, portanto, intolerância religiosa em relação às ideias defendidas por Espinosa.

Explore (p. 164)

1. O tema do maniqueísmo está presente em contos infantis, novelas, filmes e séries, em jogos de *videogame*, em romances etc.
2. O modo de pensar rigidamente dicotômico do maniqueísmo pode infantilizar as relações humanas, deixando de percebê-las em sua complexidade, bem como afetar as relações entre os povos, o que ocorre em casos de xenofobia, quando o "outro" – o diferente, o estrangeiro – é visto como ameaçador, ao passo que o semelhante ou o familiar estaria do lado do "bem".

Você pesquisador (p. 169)

Caso não seja possível gravar um *podcast* utilizando *smartphones*, deve ser elaborado um texto ou relatório, contendo a análise das informações pesquisadas. O *Atlas da Violência 2024* pode servir de base para essa análise. Nele, constam dados sobre os itens citados (contexto, autoria e natureza da violência, tipo de deficiência e gênero da pessoa com deficiência). No *podcast* ou no texto, os estudantes devem destacar os grupos vulnerabilizados (pessoas com transtornos mentais, mulheres, faixa etária de 10 a 19 anos etc.). É importante demonstrar por que essas pessoas estão mais expostas à violência, o que inclui os temas discutidos no capítulo: invisibilidade social e morte simbólica. Vale refletir também sobre a interseccionalidade das opressões, pois a deficiência se mescla a outras características sociais (gênero, raça/etnia, idade e classe social), o que intensifica situações de vulnerabilidade. Visando identificar formas de abuso e violência contra pessoas com deficiência praticadas de maneira banalizada no cotidiano, é desejável que os estudantes comentem sobre a retenção de medicamentos, o excesso de medicação e a negligência em relação a necessidades básicas diárias, como higiene pessoal etc.

Explore (p. 171)

1. O tópico trata do pensamento de Sócrates e de Platão sobre a morte. Ocorre que Sócrates não escreveu nada, e seu pensamento pode ser conhecido por ele ser protagonista de muitos diálogos escritos por Platão, cujas reflexões são explicitadas frequentemente por meio da voz de Sócrates, seu personagem.
2. De acordo com Sócrates, a tarefa de quem se dedica à filosofia é preparar-se para morrer. Sócrates a cumpriu ao rejeitar os excessos do comer, do beber e do sexo, bem como ao não se deslumbrar com riqueza e honras e ao buscar a sabedoria.

Explore (p. 174)

1. A expressão "provar sal juntos" é metafórica e significa que só se conhece uma pessoa ao passar com ela dificuldades, situações difíceis, provando juntos o sabor (o "sal") dessas adversidades.
2. Possivelmente o estudante dará uma definição subjetiva de amor, com base em experiências pessoais, sobretudo por se tratar de um sentimento com múltiplas possibilidades de conceituação. Entretanto, a definição de um conceito busca abarcá-lo de maneira universal e, por isso, tende a ser objetiva. É adequado, portanto, que o estudante procure a objetividade na resposta.

Explore (p. 177)

1. Considerando a hierarquia platônica de superioridade do mundo das ideias em relação ao mundo sensível, o amor intelectual é superior ao amor sensível, ou seja, a alma se sobrepõe ao corpo.
2. Para Platão, há uma relação íntima entre o bem e o belo, sendo que este se estende do corpo à virtude das leis.

Trabalho com fontes (p. 178)

1. Para bell hooks, podemos nos aceitar e construir as bases do amor-próprio quando encontramos a verdade do que realmente somos.
2. "O amor-próprio não pode florescer em isolamento" significa que o amor-próprio, bem como o amor pelos outros, depende da interação para surgir. Segundo bell hooks, o amor é uma combinação de confiança, compromisso, cuidado, conhecimento, respeito e responsabilidade, que, para se desenvolverem, dependem da relação com o outro. Mas essas qualidades também podem ser trabalhadas e desenvolvidas em nós mesmos, por meio do amor-próprio.
3. Espera-se que o estudante defenda seu ponto de vista fundamentando-se em argumentos. Ele pode concordar com bell hooks, para quem a autoaceitação e o amor-próprio são indispensáveis para o desenvolvimento do amor pelo outro. Na proposta da autora, o amor-próprio requer autoaceitação: quando nos aceitamos e afirmamos quem somos, tornamo-nos capazes de aceitar e afirmar os outros.
4. Espera-se que o estudante defenda seu ponto de vista com argumentos consistentes. Se concordar com bell hooks, deve comentar que, apesar das barreiras impostas pela sociedade (racismo, machismo, homofobia e transfobia), podemos escolher reagir a essas injustiças, afirmando nossa raça/etnia, nosso gênero, nossa sexualidade etc. e, assim, moldar nosso destino e determinar nossa trajetória na contramão do preconceito, o que implica autoaceitação e amor-próprio.

Atividades (p. 180)

1. As teorias estudadas no capítulo revelam que o entendimento sobre a morte está atrelado a diferentes modos de guiar a vida. Para Sócrates, filosofar era se preparar para morrer, o que envolvia rejeitar os excessos, duvidar das honrarias e riquezas e buscar constantemente a sabedoria. Epicuro, ao entender que a morte nada significaria para os vivos, reforçou a importância de uma vida prazerosa, cultivando o espírito e as amizades. Para Heidegger, a angústia diante da morte e a consciência da própria finitude levariam o indivíduo a realizar uma existência autêntica, que suporia uma atitude crítica diante do mundo. Sartre, por

sua vez, entendia a morte como um nada, diante do qual o ser humano seria impotente, porém livre para constituir a própria vida e, assim, constituir-se.

2. Em todos os tempos, houve pessoas que tentaram driblar a morte. Os alquimistas medievais, por exemplo, procuravam descobrir a fórmula do "elixir da longa vida" ou da "eterna juventude". Atualmente, há empresas que comercializam a crioconservação de pessoas e de animais mortos. Que condições existenciais teria um "ressuscitado" pela criogenia? Ao morrer, o indivíduo é o complexo da cultura em que viveu e da história que construiu, mas, ao "ressurgir", encontrará outro mundo que tentará entender e com o qual precisará interagir. Como ele seria recebido ou mesmo "acolhido"? Essas questões podem guiar o exercício de imaginação dos estudantes.

3. **a.** A negação do luto, segundo a autora, incluiria alguns discursos e práticas diante da morte de alguém querido: considerar que a perda é uma fatalidade, sem problematizá-la devidamente; ocultar o sofrimento e a dor; e insistir no fato de a perda ter a função de provocar um desenvolvimento pessoal naquele que sobreviveu.

b. A "morte invertida" seria a tentativa de esconder a morte, tornar o luto vergonhoso, como se fosse um sinal de fraqueza cuja expressão é completamente inadequada.

c. A sociedade capitalista é voltada para a produtividade e, por isso, o processo de luto, que retira o indivíduo dessa cadeia incessante de produção, é malvisto. Os mortos também deixam de interessar por não participarem das engrenagens de consumo e produção.

4. Sugere-se ao estudante ampliar a resposta levando em conta uma realidade que era estranha a um filósofo que viveu no século V a.C. Mesmo assim, pode haver elementos consensuais em seus argumentos e poderão ser feitas observações de acordo com a experiência pessoal de cada estudante, de modo a selecionar os contatos e aprofundá-los. Pode-se discutir, também, a importância da comunicação face a face, pela qual percebemos gestos e reações impossíveis de notar na comunicação a distância.

5. **a.** O mito segundo o qual as mulheres tecem o céu com seus ventres arredondados narra a constituição do universo. Por isso, trata-se de uma cosmogonia.

b. Essa história é um mito que pertence a determinada cultura e, como tal, garante a manutenção de costumes e a sobrevivência das tradições de um povo. Quando os mitos e os costumes de uma sociedade começam a ser esquecidos, a manutenção de sua cultura está ameaçada.

6. **a.** A multidão de homens de chapéu-coco caindo do céu, vestidos da mesma maneira e repetindo a mesma postura corporal, lembra, na ausência de singularidade física e de gestos particulares, a impessoalidade de que trata Heidegger, de acordo com quem o ser humano inautêntico vive na impessoalidade, apenas reproduzindo os gestos dos outros.

b. A aparente falta de sentido em numerosos homens indistinguíveis caindo do céu pode remeter à ideia sartriana de que o real é absurdo, isto é, desprovido de razão de ser.

c. Ambos os filósofos abordam a morte como um elemento central para a compreensão da existência humana: para Heidegger, a morte é uma situação-limite que provoca angústia e força o indivíduo a confrontar sua finitude; para Sartre, a morte é o nada que retira o sentido da vida. No que concerne aos pontos de distanciamento, os estudantes podem apontar o significado da morte e/ou o contraste entre absurdo e autenticidade. Para Heidegger, a consciência da morte pode levar a uma existência autêntica, na qual o indivíduo assume a construção de sua vida e confronta a angústia de forma produtiva. Já para Sartre, a morte torna a vida absurda, retirando-lhe qualquer sentido, pois elimina as infinitas possibilidades dos projetos humanos. Assim, enquanto Heidegger vê na morte uma possibilidade de transcendência e autenticidade, Sartre a vê como a supressão de qualquer significado. *Golconda* pode ser interpretada, na perspectiva sartriana, como uma representação do absurdo, ao passo que na perspectiva heideggeriana pode ser vista como uma expressão da impessoalidade e da necessidade de buscar autenticidade.

7. O vínculo entre crença e moral decorre do conjunto de regras e prescrições morais que faz parte das crenças e das religiões e que orientam o comportamento dos crentes/fiéis. Vale explicar que nem toda concepção moral se baseia nas crenças de alguma religião. A moral ligada à religião chama-se moral confessional, enquanto a que não tem suporte na religião se chama moral laica. O pluralismo representa a aceitação de diferentes concepções morais em convivência pacífica. A moral religiosa ou confessional baseia-se na revelação divina e a moral laica é cívica. As duas compartilham o respeito e a consideração por todos, a garantia de liberdade e de direitos básicos para todos. O risco de não aceitar o pluralismo é o fundamentalismo, que, ao impor sua crença ao outro, coloca em risco os pilares da democracia.

8. Alternativa **b**.

9. Alternativa **d**.

10. Alternativa **d**.

Sugestões

Livro

Tratado de história das religiões

Mircea Eliade. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

O livro apresenta aspectos sociológicos e históricos dos fatos religiosos, listando suas estruturas fundamentais e as diversidades culturais das quais eles dependem.

Filme

Santo forte

Direção: Eduardo Coutinho. Brasil, 2017. 122 minutos.

Documentário sobre religião em que o diretor registrou a declaração de moradores de uma comunidade carioca, provocados a falar sobre suas religiosidades. O resultado é um rico mosaico em que católicos, evangélicos, umbandistas e adeptos de outras crenças falam espontaneamente sobre sua relação com o sagrado e com o sobrenatural.

UNIDADE 4 PODER E POLÍTICA

A abertura da unidade (páginas 182 e 183) aborda a relação entre poder e política. Essa discussão tem por objetivo investigar a função das redes sociais no campo político, problematizando o uso cotidiano de ferramentas digitais por parte dos políticos brasileiros. Os estudantes têm a oportunidade de discutir as vantagens e desvantagens da criação de um canal digital de interação entre os políticos e os eleitores, destacando o potencial das redes sociais para a disseminação de desinformação, especialmente em relação a grupos opositores. Essa discussão inicial é significativa para os estudantes abordarem temas da atualidade, mobilizando o autoconhecimento e as habilidades necessárias para desenvolver um debate coletivo, com escuta ativa e respeito a diferentes pontos de vista.

Respostas e comentários

1. Para desenvolver essa discussão, os estudantes devem ser incentivados a se organizar em grupos e a relatar aos colegas se as redes sociais são utilizadas por eles e por pessoas de seu entorno como meio de promover interação com membros dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Eles devem identificar as redes sociais empregadas nas interações e descrever como essas interações ocorrem, destacando os benefícios de utilizar canais digitais. O conhecimento sobre decisões políticas e debates realizados na atualidade bem como o compartilhamento de opiniões podem ser exemplos indicados pelos estudantes nesse questionamento inicial.
2. Os grupos devem ser orientados a identificar os prejuízos no debate público provocados pelo compartilhamento de conteúdo que visa à desinformação nas redes sociais. Espera-se que reconheçam que a propagação de desinformação pode causar incertezas e desconfianças em relação a governos e instituições. Além disso, essa prática pode comprometer a ética e a equidade dos debates e processos políticos, prejudicando o respeito aos diferentes posicionamentos dos grupos envolvidos.
3. Medidas como a exclusão de conteúdos ilegais pelas plataformas digitais e a punição para aqueles que disseminam intencionalmente desinformações podem ser sugeridas pelos estudantes como estratégias para enfrentar esse problema.

Capítulo 7 Teorias políticas: Antiguidade

Competências e habilidades trabalhadas

O capítulo trabalha a **competência geral da Educação Básica 1**, caracterizada por utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo para entender a realidade e colaborar para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva, ao tratar de formas de governo e do poder do Estado na Antiguidade. Essa competência também é desenvolvida em dois contextos: no boxe "Explore" (página 189), que aciona os conceitos de isonomia e isegoria para discutir a democracia contemporânea, e na seção "Em pauta" (página 202), que estabelece a relação desses conceitos com o discurso do pensador e ativista indígena Ailton Krenak. Nessas circunstâncias, também é trabalhada a **competência geral da Educação Básica 9**, ao permitir o exercício da empatia e do diálogo, promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com valorização da diversidade. Aspectos da **competência geral da Educação Básica 10**, que visa tanto ao agir pessoal e coletivo com autonomia e responsabilidade como à tomada de decisões com base em princípios democráticos e inclusivos, também podem ser trabalhados no capítulo, por permitir a reflexão sobre o que é política, cidadania e a inclusão de diferentes povos na participação cidadã, conforme os tópicos "Política para quê?" (página 184), "Poder e cidadania" (página 187), "A filosofia política na Antiguidade: o cidadão da pólis" (página 189) e a seção "Em pauta" (página 202).

A **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**, sobretudo a habilidade **(EM13CHS101)**, é desenvolvida no capítulo, que possibilita analisar e comparar diversas fontes e narrativas em distintas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos políticos. Isso ocorre, por exemplo, por meio do tópico "Institucionalização do poder do Estado" (página 186); do boxe "Explore" (página 185), referente ao romance *Ligações perigosas* e relacionado ao conceito de poder ético; do boxe Explore (página 196), o qual se vale da interpretação da alegoria da caverna, de Platão; e das atividades 3, 4 e 8 da seção "Atividades" (páginas 206 e 207), as quais requerem a interpretação de textos filosóficos para acionar conhecimentos construídos durante o estudo do capítulo.

Já a habilidade **(EM13CHS103)**, que visa à elaboração de argumentos relativos a processos políticos, sociais etc., com base na sistematização de dados e informações, é mobilizada na atividade 7 da seção "Atividades" (página 206), que requer do estudante argumentação sobre participação popular na democracia. Essa habilidade também é desenvolvida no boxe "Explore" (página 199), por incentivar os estudantes a identificarem elementos do afresco para compreender processos políticos.

A **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5**, por sua vez, é trabalhada na seção "Em pauta" (página 202), por meio da habilidade **(EM13CHS503)**, por identificar uma forma de violência contra povos indígenas e o uso político dessa violência, e também desenvolvendo a habilidade **(EM13CHS502)**, pelo fato de o texto da seção analisar a conduta da sociedade brasileira e problematizar o preconceito e a discriminação contra os povos indígenas, objetivando identificar ações que promovam a cidadania desses povos. A seção desenvolve a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6**, por intermédio da habilidade **(EM13CHS601)**, ao explorar a demanda por protagonismo político dos povos indígenas no Brasil desde a formação da Constituição de 1988. A habilidade **(EM13CHS603)** é desenvolvida ao longo do capítulo, pelo fato de o texto analisar a formação do Estado, da cidadania, do poder, entre outros conceitos, na Grécia antiga e no Brasil contemporâneo. A mesma habilidade é contemplada no boxe "Explore" (página 185), que trabalha a ética no exercício do poder, e no boxe "Explore" (página 189), que trata dos conceitos de isonomia e isegoria.

Temas contemporâneos transversais

A leitura do capítulo incentiva o trabalho com o tema contemporâneo transversal **Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras** no boxe "Imagens em contexto" (página 201), relacionado à ilustração *Gioconda kunhã*, de Denilson Baniwa, e na fotografia de um jovem indígena segurando o texto da Constituição brasileira (página 204). Em ambos os casos, os povos originários brasileiros são representados em busca de afirmação, visibilidade e participação política. Também é possível trabalhar esse tema na seção "Em pauta" (página 202), sobre a demanda pela defesa das terras indígenas e a importância dessas terras para assegurar a cidadania dos povos originários.

O tema contemporâneo transversal **Educação em direitos humanos** é trabalhado em todo o capítulo, uma vez que o texto lida com temas como poder do Estado e cidadania, assuntos diretamente relacionados a direitos humanos básicos como liberdade individual, liberdade de informação, entre outros. O tópico "Poder e cidadania" (página 187) também desenvolve esse tema contemporâneo transversal ao abordar os tipos de direitos que perfazem a vida do cidadão e explicitar formas de atuação ativa da cidadania, assim como o tópico seguinte, "Estado e legitimidade do poder" (página 188), relativo à legitimidade do poder. Por fim, a seção "Em pauta" (página 202), por tratar da garantia de cidadania para os povos indígenas, também dialoga com o tema.

Trabalho interdisciplinar

O capítulo tem interdisciplinaridade com **Linguagens e suas Tecnologias**, na seção "Em pauta" (página 202), que demanda a análise de um discurso do filósofo indígena Ailton Krenak, desenvolvendo a habilidade **(EM13LGG101)**. O boxe "Explore" (página 185), ao dialogar com o romance *Ligações perigosas* para trabalhar o conceito de poder ético, e o boxe "Explore" (página 199), ao examinar o afresco *Alegoria do mau governo*, desenvolvem a habilidade **(EM13LGG201)**. Ao propor a criação de um *podcast*, a atividade 3 da seção "Em pauta" (página 203) trabalha a habilidade de **língua portuguesa (EM13LP17)**.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Ao tratar do importante papel da constituinte para a elaboração da nova Constituição do Brasil após o fim da ditadura militar, a seção "Em pauta" (página 202) propicia o trabalho com o **ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes**, o qual também dialoga com a atividade 7 da seção "Atividades" (página 206), que trata da participação dos cidadãos na democracia.

Respostas e comentários

Explore (p. 185)

1. A descrição da sinopse de *Ligações perigosas* mostra uma situação em que o poder dos nobres (representado pela sedução amorosa) é usado para enganar outra pessoa. A mulher alvo desse jogo não tinha consciência do que estava de fato acontecendo e, ao ser enganada, teve sua dignidade desrespeitada.
2. Não é justo manipular as pessoas, sobretudo quando são frágeis e suscetíveis. Se o poder é usado para esse fim, é possível classificá-lo como imoral. O poder exercido de maneira ética pressupõe o respeito a todos os indivíduos e não aceita abusos.

Explore (p. 189)

1. A democracia exige um cidadão ativo, participante, capaz de exercer sua autonomia e ciente dos atos do governo. É na ágora que o cidadão participava da democracia grega, o que pressupõe a transparência das decisões em razão de os debates serem presenciais.
2. A experiência grega da isonomia e da isegoria mostrou a possibilidade de dar voz e ação ao cidadão, contrariamente ao que ocorre nos regimes autocráticos. Além disso, esses conceitos pressupõem a igualdade dos cidadãos perante a lei, o que é, ao mesmo tempo, um princípio das democracias contemporâneas e um desafio a ser colocado em prática.

Explore (p. 192)

1. As respostas múltiplas que, nos diálogos platônicos, os interlocutores de Sócrates dão a uma mesma questão consistem em um saber meramente opinativo (*doxa*), ou seja, trata-se de um conhecimento no campo das impressões e da crença. Para Sócrates, por meio da maiêutica, é necessário elevar-se ao conhecimento filosófico, o qual está no campo da ciência (*episteme*).
2. A noção de *doxa* aparece na multiplicidade de discursos que Mênon profere sobre a virtude sem, contudo, saber o que ela significa: "E, no entanto, sim, miríades de vezes, sobre a virtude, pronunciei numerosos discursos para multidões, e muito bem, como pelo menos parecia. Mas agora, nem sequer o que ela é, absolutamente, sei dizer".

Explore (p. 196)

1. A caverna significa o mundo visível, e as pessoas acorrentadas dentro dela simbolizam a fase do conhecimento em que a razão está presa ao mundo sensível, o mundo das aparências, que é ilusório. Somente ao se libertar das aparências é que o ser humano pode chegar ao mundo inteligível, das ideias, onde reside a verdade.
2. A metáfora do Sol representa a ideia do Bem, a mais geral de todas as ideias e a mais elevada em perfeição.

Explore (p. 199)

1. O governante está na posição central e em proporções maiores. Certamente mergulhado no imaginário cristão da Idade Média, esse afresco representa o governante como o próprio demônio, tanto pela expressão como pela presença de chifres.

2. A representação do governante dialoga com o título do afresco por retratá-lo com traços demoníacos (o mal), o que leva à interpretação de ele ser um tirano e, portanto, protagonizar um mau governo.

Em pauta (p. 202)

1. Krenak cita as insistentes agressões que historicamente os povos indígenas vêm sofrendo no país e argumenta que esses grupos reivindicam o direito ao território em que vivem, suas áreas tradicionais de ocupação. Faz ainda o elogio da constituinte, indicando que ela vinha fazendo avanços positivos em relação à questão indígena. Para afastar a difamação feita por parte da imprensa e de setores políticos, destaca a vulnerabilidade dos povos indígenas diante do Estado e das instituições que enfraqueceram seus direitos, de modo que a nova Constituição estivesse voltada para a defesa das minorias e dos grupos vulneráveis.

2. Pelo próprio ato de discursar e procurar exercer, em assembleia pública, a fala e, por meio da persuasão, fortalecer a causa indígena na constituinte, Krenak atua conforme o princípio da isegoria, o direito de expressão e manifestação pública. Sua fala reivindica o direito indígena à isonomia, na medida em que clama pela igualdade perante a lei, que deve, na nova Constituição, ser formulada de modo a assegurar a cidadania aos povos indígenas.

3. Espera-se que, ao realizar a pesquisa, os estudantes identifiquem avanços e entraves na questão da demarcação das terras indígenas, bem como reconheçam a vulnerabilidade a que estão expostos grupos que não têm seu direito à terra garantido. Um exemplo recente é o caso dos Yanomami, cujas terras foram invadidas pelo garimpo, o que impôs condições de violência, doença e desnutrição. Com base no discurso de Krenak, é possível argumentar que as terras indígenas são fundamentais para garantir os modos de vida, a manutenção da cultura e da tradição dos povos indígenas. Krenak menciona diversas vezes que essa é a possibilidade de que haja um futuro e uma perspectiva para a população indígena no país. Cada grupo pode concentrar a pesquisa a respeito da demarcação de terras indígenas em uma macrorregião (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). Caso não seja viável a elaboração de um *podcast*, que deve ter, no máximo, dez minutos, os estudantes podem fazer uma apresentação oral em sala de aula, ou uma roda de conversa, mas, para isso, precisam redigir um roteiro, para que não se percam no tempo de exposição. Se elaborados os *podcasts*, estes devem ser compartilhados com o restante da turma.

Atividades (p. 206)

1. A primeira experiência de democracia, realizada em Atenas, foi fugaz e incompleta, por se restringir a uma pequena parte da população, constituída pelos cidadãos excluindo mulheres, escravizados e estrangeiros.

2. **a.** Os dois momentos do método socrático são a ironia e a maiêutica. No primeiro, Sócrates simula nada saber, ao passo que seu interlocutor se considera conhecedor. Enuncia então hábeis questões que desmontam o discurso de seu oponente e o leva a reconhecer a própria ignorância ou a abandonar a discussão. Enquanto, no final da primeira etapa, o oponente descobre ter apenas opinião – e não conhecimento –, Sócrates inicia o segundo momento do método, a maiêutica, em que ambos dão início à procura do conceito.

b. Ao buscar o conceito, o filósofo vai além de um exemplo, para encontrar o que é comum em vários exemplos, ou seja, aquilo que faz determinada virtude ser virtude e um ato de coragem ser coragem. A intenção do processo é separar opinião e verdade, percepção e pensamento.

3. **a.** Ao atribuir o poder aos mais sábios, ou seja, aos filósofos, Platão defende uma sofocracia. Sendo apenas um ou vários, para Platão, são os filósofos que desprezam as honras e que agem com justiça.

b. Aristóteles não defende a sofocracia. Prefere a politeia, o governo constitucional da maioria dos cidadãos.

c. A concepção de governante justo constituía característica importante na política antiga porque predominava a política normativa, segundo a qual o bom governo depende das virtudes do bom governante, entre elas a justiça. Isso não significa que, na política atual, a justiça seja menos importante, mas ela hoje constitui um elemento que se concretiza por meio das instituições democráticas, não sendo necessariamente uma virtude pessoal do governante.

4. **a.** Segundo o texto, a vivência política nos dias de hoje é, muitas vezes, limitada a campanhas eleitorais, lutas partidárias e ambições pessoais, ao passo que, para os gregos, toda a vivência pública seria política, uma vez que aspectos como moral, religião e educação das crianças, que hoje dizem respeito à vida privada, eram considerados de esfera pública e, portanto, tinham valor político.

b. Espera-se que o estudante considere que pensar o que é a vida política consiste em traçar um panorama de como ele mesmo coloca em prática essa vivência: que tipo de visão tem da sociedade; se acompanha as decisões políticas do país, do estado, do município e da comunidade onde está inserido; se tem opiniões sobre os rumos políticos; se ele se opõe ou é favorável às medidas aplicadas pelos governantes; como expõe publicamente seus pensamentos etc. Ao abordar essas questões, ele acaba refletindo sobre como poderia ser a vida política e o que ela deveria ser. Esse exercício é importante para perceber que é possível agir politicamente com o intuito de aperfeiçoar o modelo político existente ou mesmo transformá-lo.

5. Os gregos buscavam parâmetros comuns de bom governo, baseando-se em uma ligação intrínseca entre a vida moral e a política. Assim, o bom governo, o regime justo e a cidade boa dependeriam da virtude do bom governante; ele que deveria ser prudente, capaz de agir visando ao bem comum. Por isso, a teoria política grega é de natureza descritiva: trata-se de uma reflexão com base na descrição dos fatos. E é também de natureza normativa e prescritiva, porque pretende indicar quais são as boas formas de governo. Em razão disso, a teoria política grega esteve estreitamente ligada à ideia de bom governante.

6. O quadro deve incluir as seguintes semelhanças: ambos mantêm a concepção normativa, na qual existem normas para o bom governo que, por sua vez, depende da formação do governante bom e justo. E as diferenças: Platão defende a sofocracia (o poder dos mais sábios, dos filósofos); Aristóteles prefere a politeia, o governo constitucional da maioria dos cidadãos.

7. É interessante que, na dissertação, o estudante comente que, nas democracias diretas do mundo grego antigo, o cidadão participava em debates públicos de argumentos. A vivência política do cidadão era integral, abarcando sua vida privada. Atualmente, a participação é interpretada, muitas vezes, como restrita ao voto, o que o texto 2 questiona e discute, já que há outras formas de participar politicamente, como no plebiscito, no referendo e na iniciativa popular, além da possibilidade de fiscalizar os poderes públicos.

8. Alternativa **a**.

9. Alternativa **d**.

10. Alternativa **a**.

Sugestões

Livro

Filosofia política

José Antônio Martins. São Paulo: Martins Fontes, 2015. (Coleção Filosofias: o prazer do pensar).

No livro, o professor José Antônio Martins introduz as principais reflexões filosóficas sobre política. Partindo da Antiguidade grega, atravessa também as particularidades da Idade Média e da Idade Moderna para chegar aos temas da reflexão política atual.

Filme

Sócrates

Direção: Roberto Rosselini. Itália, 1971. 120 minutos.

Essa cinebiografia de Sócrates narra especialmente o julgamento e a condenação do filósofo grego. Há um vídeo extra, da distribuidora brasileira do filme, com um depoimento de Roberto Bolzani, professor de filosofia antiga da Universidade de São Paulo (USP), explicando a relação do filme com os diálogos de Platão em que Sócrates aparece como personagem.

Capítulo 8 Teorias políticas: Idade Moderna e contemporaneidade

Competências e habilidades trabalhadas

Ao trabalhar o desenvolvimento histórico de conceitos políticos como cidadania, divisão de poderes, contrato social e democracia, o capítulo desenvolve a **competência geral da Educação Básica 1**, por meio dos tópicos "Montesquieu: a autonomia dos poderes" (página 215), que apresenta o conceito de separação e autonomia dos poderes, e "O contrato racial" (página 221), que discute pacto racial, motivo de injustiças e preconceitos contra populações não brancas. Essa competência é desenvolvida também no boxe "Explore" (página 220), que requer a intepretação de uma charge sobre pacto social; no boxe "Explore" (página 224) relativo a uma tirinha sobre democracia substancial; e na atividade 5 da seção "Atividades" (página 235), que explora um texto de John Locke sobre tolerância.

A **competência geral da Educação Básica 7** é contemplada no boxe "Você pesquisador" (página 219), sobre formas de participação popular na Constituição brasileira, no boxe "Explore" (página 230), sobre *big techs* e sua relação com as *fake news*; e na atividade 5 da seção "Atividades" (página 235), que também mobiliza a **competência geral da Educação Básica 9** por ensejar a discussão sobre tolerância política, empatia, diálogo e respeito ao outro.

A **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1** é desenvolvida no boxe "Explore" (página 216), que requer a compreensão da postura de Rousseau frente à razão humana, mobilizando as habilidades **(EM13CHS101)**, por analisar uma pintura para compreender uma ideia filosófica, e **(EM13CHS106)**, por utilizar fonte iconográfica para transmitir e difundir conhecimento. O boxe "Você pesquisador" (página 219) mobiliza a habilidade **(EM13CHS101)** ao trabalhar maneiras de participação popular na democracia por meio de exemplos históricos, bem como a habilidade **(EM13CHS103)**, uma vez que é preciso selecionar informação e compor argumentos relativos aos processos vinculados à democracia brasileira. Os boxes "Explore" (páginas 220 e 224), por relacionarem-se, respectivamente, a uma charge e a uma tirinha, trabalham a habilidade **(EM13CHS101)**, assim como a atividade 8 da seção "Atividades (página 236), que contém um texto de Cida Bento o qual o estudante precisa relacionar ao conceito de redes homofílicas presente na seção "Trabalho com fontes" (página 226), que, por sua vez, também desenvolve tal habilidade ao demandar a análise de dois textos sobre o ódio à democracia. Ao solicitar aos estudantes que façam cálculos e tirem conclusões baseadas em um gráfico, essa seção desenvolve também a habilidade **(EM13CHS106)**. O boxe "Explore" (página 230), que convida à elaboração de hipóteses e argumentos sobre as *big techs* e suas relações com as *fake news*, desenvolve as habilidades **(EM13CHS103)**, **(EM13CHS202)** e **(EM13CHS403)**, por tratar do impacto da tecnologia nas sociedades contemporâneas. A habilidade **(EM13CHS202)** é trabalhada também na atividade 10 da seção "Atividades" (página 236), por meio da qual os estudantes podem observar como lidam com as *fake news*.

Já as discussões sobre o contexto histórico no qual se deu a gênese do liberalismo econômico e os limites e alcances do Estado na economia contidas na seção "Trabalho e juventudes" (página 214) favorecem a aquisição das habilidades **(EM13CHS101)** e **(EM13CHS102)**.

A **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5** é desenvolvida nos tópicos "A superação do contrato racial" (página 222) e "Crise da representação política" (página 225), que identificam modos de combate a formas de injustiça e preconceito por meio da adoção de princípios democráticos e inclusivos. O boxe "Explore" (página 209), por tratar de questões éticas e de convivência democrática, assim como o boxe "Vocês pesquisador" (página 219), que investiga a participação direta do povo nas decisões políticas, desenvolvem a habilidade **(EM13CHS501)**. Já o boxe "Explore" (página 224), relativo à democracia substancial e a uma tirinha sobre invisibilidade social, desenvolve a habilidade **(EM13CHS501)**, também explorada na seção "Trabalho com fontes" (página 226) sobre sentimento antidemocrático, que, por tratar de autoritarismo na sociedade, também mobiliza as habilidades **(EM13CHS602)** e **(EM13CHS603)**. O boxe "Explore" (página 230), por relacionar-se a conceitos de liberdade de expressão e ao problema ético envolvendo *fake news*, permite desenvolver as habilidades **(EM13CHS501)**, **(EM13CHS502)** e **(EM13CHS504)**. A atividade 7 da seção "Atividades" (página 235), ao tratar a relação entre preconceito e política, fomenta as habilidades **(EM13CHS501)** e **(EM13CHS502)**.

Por fim, o boxe "Você pesquisador" (página 219), ao suscitar a análise da Constituição Federal quanto à participação popular na democracia, desenvolve a habilidade **(EM13CHS603)**, também desenvolvida no boxe "Explore" (página 220), que permite refletir sobre exclusão social e cidadania, e no boxe "Explore" (página 224), ao provocar uma reflexão sobre a relação entre vulnerabilidade social e a efetividade do regime democrático. A atividade 6 da seção "Atividades" (página 235), por seu turno, discute a necessária independência e a harmonia dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mobilizando a habilidade **(EM13CHS603)**. Por último, a atividade 8 da mesma seção (página 236), ao analisar a constituição da personalidade autoritária e a ideia de pacto da branquitute, desenvolve a habilidade **(EM13CHS602)**.

Temas contemporâneos transversais

O tema contemporâneo transversal **Educação em direitos humanos** dialoga com o boxe "Você pesquisador" (página 219), que aborda a participação popular na política; o boxe "Explore" (página 220), sobre pacto social e igualdade perante a lei; o boxe "Explore" (página 230), que promove a reflexão sobre liberdade de pensamento e de manifestação; e com a atividade 3 da seção "Atividades" (página 235), que discute a participação popular na democracia.

Já o tema contemporâneo transversal **Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras** relaciona-se com os tópicos "O contrato racial" (página 221) e "A superação do contrato racial" (página 222) e com a

atividade 7 da seção "Atividades" (página 235), que trata da relação entre preconceito e política.

O tema contemporâneo transversal **Saúde** é tratado no tópico "Crise política e os efeitos da pandemia" (página 234) e na atividade 9 da seção "Atividades" (página 236).

Por fim, o tema contemporâneo transversal **Ciência e tecnologia** dialoga com as discussões sobre as *big techs* e sua relação com as *fake news* e com a democracia, por meio do boxe "Explore" (página 230) e da atividade 10 da seção "Atividades" (página 236).

Trabalho interdisciplinar

O trabalho interdisciplinar com **Linguagens e suas Tecnologias** é desenvolvido nos boxes "Explore" (páginas 220 e 224), relacionados, respectivamente, a uma charge sobre sociedade e relações de poder e a uma tirinha sobre invisibilidade social, mobilizando as habilidades **(EM13LGG102)** e **(EM13LGG202)**. Por sua vez, o boxe "Você pesquisador" (página 219), por incentivar o debate sobre participação popular na democracia, aciona a habilidade **(EM13LGG303)**, também mobilizada no boxe "Explore" (página 230) por estimular o debate sobre o papel das *big techs* na difusão de *fake news* e sua relação com a democracia. Essa atividade também desenvolve a habilidade **(EM13LGG702)**, igualmente trabalhada pela atividade 10 da seção "Atividades" (página 236). A interdisciplinaridade com **Matemática e suas Tecnologias** se dá, por exemplo, na atividade 3 da seção "Trabalho com fontes" (página 227), que mobiliza a habilidade **(EM13MAT102)** ao solicitar a análise de pesquisa estatística.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Ao abordar o impacto das desigualdades no exercício da democracia, o tópico "Vivemos em uma democracia?" (página 224) e a atividade 2 da seção "Atividades" (página 235) dialogam com o **ODS 10 Redução das desigualdades**. Já o **ODS 3 Saúde e bem-estar** é explorado na atividade 9 da seção "Atividades" (página 236). Por fim, a atividade 7 dessa mesma seção (página 235), ao permitir a reflexão sobre preconceito, política e má política, permite o trabalho com o **ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes**.

Respostas e comentários

Explore (p. 209)

1. *Maquiavelismo* é um termo pejorativo que identifica alguém traiçoeiro e astucioso que visa manipular pessoas segundo o próprio interesse. Esse mito não se aplica a Maquiavel, por descontextualizar seu pensamento, sobretudo se considerarmos apenas a obra *O príncipe*. Como a Itália estava vulnerável à conquista de seus principados e repúblicas, o filósofo reconheceu que, para conquistar o poder, a violência se fazia necessária, mas tendo por objetivo instaurar a república, voltada para o bem comum, concepção expressa na obra *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*.
2. Espera-se que o estudante argumente que a atividade política não é feita apenas de consensos; a divergência é necessária, pois caracteriza o convívio democrático entre uma multiplicidade de grupos sociais. O conflito, em si, não é negativo. Deixa de ser salutar, contudo, quando atrelado a uma polarização irracional, apaixonada, dando espaço para disputas agressivas de opinião.

Explore (p. 212)

1. Na gravura, o corpo do soberano é formado pelos súditos do reino. Empunhando os símbolos do poder civil e do religioso, o soberano é representado como um gigante cuja carne é a mesma de todos os que a ele delegaram a missão de os defender.
2. O soberano é representado acima do reino e voltado para ele, ao passo que os súditos são representados de costas para o reino.

Trabalho e juventudes (p. 214)

Profissionais dos campos econômico e financeiro precisam ter visão sistêmica e analítica, facilidade para relacionar dados, inferir e fazer projeções. Além disso, é importante ter conhecimentos sólidos na área de **Matemática e suas Tecnologias**, mas também conhecimentos de geopolítica, história e sociologia. Habilidade para trabalhar com planilhas, gráficos e tabelas são desejáveis. Ser metódico e ter iniciava para solucionar problemas são outras características que podem beneficiar o profissional.

A aptidão dos estudantes para as carreiras ligadas à economia pode ser examinada em atividades escolares nas quais eles sejam estimulados a desenvolver análises e propor soluções para problemas, resolver desafios matemáticos, examinar gráficos e tabelas, fazer levantamento de custos e orçamentos (por exemplo, de eventos comemorativos e formatura) e debater sobre temas como imposto, salário mínimo, papel das *commodities* na economia brasileira e disputas econômicas entre China e Estados Unidos.

Explore (p. 216)

1. Rousseau é representado em meio à natureza, isolado, em posição meditativa.
2. Ao defender a superioridade da natureza em relação à cultura, que engloba as ciências e as artes, Rousseau demonstra pessimismo em relação às luzes da razão, insuficientes para a elevação moral da humanidade.

Explore (p. 220)

1. A fala do balão maior é contraditória, pois expõe ideias opostas: "pacto que envolva a sociedade" e "com a óbvia exceção daquele pessoalzinho ali". Os demais balões complementam a segunda ideia, reforçando a contradição.
2. A charge mostra as dificuldades de implementar um pacto social como o descrito por Rousseau, que envolve todos os cidadãos, revelando, de certo modo, sua natureza ideal.

Explore (p. 224)

1. A tirinha denuncia o desamparo e a invisibilidade social da população em situação de rua.
2. A existência dessa população invisibilizada e desamparada, sem moradia, sem educação e sem trabalho, coloca em xeque as promessas de democracia substancial.

Trabalho com fontes (p. 226)

1. Jacques Rancière descreve o tipo "antigo" de ódio à democracia como o ódio ao regime democrático, no sentido de considerá-lo inferior e uma ameaça à ordem de outros regimes, como a aristocracia, a monarquia hereditária e a teocracia. O tipo "novo" diz respeito ao ódio que surge internamente nas democracias, proveniente dos que se queixam do povo e de seus costumes, e não das instituições do Estado democrático.
2. O segundo texto trata do ódio à democracia como regime político, pois há pessoas mais propensas a aceitar regimes autoritários.
3. Espera-se que os estudantes percebam que o cálculo deve levar em conta o oposto do que mostra o gráfico. No grupo etário de 18 a 35 anos, 58% das pessoas (100% - 42%) não acreditam que regimes militares sejam uma boa forma de governar.

No grupo etário de 36 a 55 anos, o índice sobe para 67%, e é de 80% no grupo etário acima de 56 anos. Assim, em todos os grupos etários, a maioria não acredita que regimes militares sejam uma boa forma de governar.

4. O Brasil não apresenta o mesmo histórico de conflitos e invasões militares que os Estados Unidos, o que não o aproxima da vertente do bom governo democrático descrita no texto. Entretanto, a democracia brasileira, assim como a estadunidense, supostamente teria sido corrompida pela sociedade democrática, que deseja que todos sejam iguais e que todas as diferenças sejam respeitadas. É importante que o estudante reforce criticamente que essa visão de ódio à democracia é nociva para os Estados democráticos e está em desacordo com o artigo 5º da Constituição brasileira. Nesse sentido, é dever de todo cidadão prezar pela Constituição e combater o sentimento antidemocrático. O estudante deve, assim, reconhecer como negativa a propensão a aceitar governos autoritários descrita no segundo texto.

Explore (p. 230)

1. As *fake news* produzem desinformação, que mina a confiança nas instituições e prejudica a democracia, não só por fragilizar as instituições democráticas diante da opinião pública, como por comprometer a capacidade dos cidadãos de tomar decisões bem fundamentadas.
2. As *big techs* criam as plataformas digitais por meio das quais as *fake news* se disseminam; são, portanto, responsáveis pelo suporte no qual as informações falsas são publicadas, tendo grande poder sobre o que é divulgado. Por isso, é necessário que desenvolvam mecanismos de controle do que é publicado, combatendo *fake news* e todo tipo de conteúdo que fira os direitos humanos e outros preceitos importantes para os Estados, como as Constituições Federais.
3. Espera-se que o estudante argumente que o combate às *fake news* não fere a livre manifestação do pensamento nem a plena liberdade de informação jornalística, pois esse tipo de liberdade, para ser exercido, precisa ser responsável e se amparar no compromisso com a verdade.

Atividades (p. 235)

1. Observa-se que, onde há injustiça social, como em países com distribuição desigual de renda (por exemplo, o Brasil), as pessoas mais vulneráveis não têm acesso à educação de qualidade e, ainda que tenham, não encontram espaço para suas reivindicações, tampouco igualdade no campo jurídico. Basta observar que a população carcerária é majoritariamente pobre, o que não significa que ocorram mais crimes entre as classes menos abastadas, mas que os ricos conseguem evitar o encarceramento. Quanto à isegoria, os movimentos de rua desencadeados por contatos em redes sociais têm inaugurado uma nova maneira de se fazer ouvir, embora apresentem contradições em razão do caráter polarizado, o que prejudica o debate democrático.
2. Um país com todas as instituições funcionando pode ser uma democracia formal; porém, se a desigualdade predomina a ponto de inviabilizar viver com dignidade, ele não atingiu a democracia substancial, ou seja, não é inteiramente democrático.
3. Rousseau é crítico da ideia de representação política, uma vez que, segundo seus argumentos, a vontade do povo, expressa por meio da vontade geral, é soberana, o que implica não delegar a ninguém o poder de decisão. Em outras palavras, todos os cidadãos desempenham igualmente o Poder Legislativo, objetivando o interesse comum. Assim, dispositivos típicos de democracia direta que tendem a corrigir distorções de representação política na esfera legislativa, como plebiscitos, referendos e projetos de iniciativa popular, aproximam a prática política da teoria de Rousseau sobre a vontade geral.
4. À medida que os cidadãos deixam de participar da política e de fiscalizar seus governantes, permitem que o poder sirva aos interesses de poucos, dando espaço para governos autoritários, os quais tendem a estimular o desinteresse pela política, incentivando a apatia dos indivíduos para permanecer no poder.
5. **a.** A secularização do poder, sua desvinculação da religião.
   b. A ingerência de questões religiosas na política ainda existe nas modernas teocracias, como nos governos do Irã, do Afeganistão e da Arábia Saudita. Isso ocorre mesmo quando não são governados por sacerdotes, pois os preceitos religiosos continuam determinando o comportamento dos indivíduos quanto ao modo de vestir, de falar e até de pensar. Também podemos identificar a influência da religião nas democracias ocidentais, quando grupos religiosos variados pressionam o governo a legislar de acordo com suas opiniões sobre questões polêmicas, como aborto, eutanásia e união civil de pessoas LGBTQIA+. Vale lembrar que as religiões do Ocidente também têm seus grupos fundamentalistas, caracterizados pelo radicalismo de suas posições e pela intolerância a outras crenças e a comportamentos que consideram "desviantes".
6. **a.** A crítica da tirinha está no fato de que uma mesma pessoa exerce o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, o que é incompatível com a realidade brasileira, na qual esses poderes são independentes e harmônicos entre si. Contudo, análises sugerem a mescla entre esses poderes em situações específicas da política brasileira; por exemplo, quando o Poder Executivo legisla por meio de medidas provisórias.
   b. Montesquieu concebeu a teoria da divisão dos três poderes contra os governos absolutistas, nos quais o exercício do poder não encontrava freio. Para o filósofo, quando o poder é dividido entre Executivo, Legislativo e Judiciário – exercidos com autonomia por pessoas diferentes –, um limita o outro, de modo que não haja

espaço para a tirania e o abuso de poder. Dessa forma, a situação exemplificada pela tirinha, em que um líder investido de autoridade comanda os três poderes, encontraria obstáculos em um Estado como o concebido por Montesquieu.

7. a. De acordo com Renato Janine Ribeiro, o preconceito é prejudicial à política porque culmina na exclusão e gera injustiças, causando fome, doenças e mortes.

b. O potencial democrático de uso da internet está em propiciar o diálogo entre as pessoas, contribuindo para o debate e o desenvolvimento coletivo de propostas. O bom uso dessa ferramenta, por favorecer o conhecimento, tende a se chocar contra a má política. Por meio de discussões saudáveis e bem fundamentadas, a internet como espaço democrático de diálogo combate os preconceitos da má política, que pretensamente justificam uma série de desigualdades e injustiças.

8. a. De acordo com o texto, a personalidade autoritária tem a convicção de que a visão compartilhada por seu próprio grupo é a correta e a central, de modo que sirva de modelo para todas as pessoas.

b. Essa convicção de que o próprio pensamento é o correto e o central, compartilhada pela personalidade autoritária, se aproxima do conceito de redes homofílicas apresentado por Adrian Gurza Lavalle no segundo texto da seção "Trabalho com fontes", para quem essas redes são compostas de pessoas com ideias muito semelhantes, funcionando como câmaras que retroalimentam uma mesma compreensão de mundo. O pensamento autoritário, por acreditar que a maioria pensa ou deve pensar como ele e que apenas uma minoria pouco significativa discorda de suas ideias, atua nutrindo redes homofílicas.

c. O pacto da branquitude, tal como o contrato racial, é um pacto celebrado entre membros da etnia/raça que se autoproclama superior (no caso, a branquitude) para preservar seus privilégios.

9. a. A concepção de Estado foi difundida na modernidade por Maquiavel e passou a compreender grandes extensões submetidas a um centro de poder, com o monopólio de fazer e aplicar leis, cunhar moedas, recolher impostos, administrar os serviços públicos, compor um exército e ser o único a deter o uso legítimo da força. O Estado é, portanto, limitado por suas fronteiras a um território nacional, que não são respeitadas por uma pandemia, uma vez que a doença infecciosa em questão se espalha por todos os Estados indiscriminadamente, mesmo que afete mais os países com população mais vulnerável. Vale mencionar que o combate eficaz de uma epidemia dessa magnitude, muitas vezes, exige soluções globais.

b. Alguns Estados, embora nem sempre de maneira eficaz, enfrentaram a pandemia reforçando as políticas nacionais e fechando as fronteiras para impedir o acesso de pessoas oriundas de países com muitos casos de covid-19, medidas alinhadas com o conceito de Estado proposto por Maquiavel.

10. A atividade visa auxiliar os estudantes a distinguirem informações verdadeiras de falsas nos conteúdos a que têm acesso, seja naqueles provenientes de mídias tradicionais ou digitais, seja naqueles de redes sociais, incluindo vídeos e *memes* compartilhados. As *fake news* são nocivas não só por disseminar mentiras que podem agredir a imagem das pessoas, como por causar transtornos que repercutem na vida política local, como os boatos propagados em períodos eleitorais para comprometer candidaturas, ou informações incorretas sobre doenças ou saúde, que colocam vidas em risco. Para receber e apurar informações difundidas em redes sociais, o Ministério da Saúde criou o portal digital Saúde com Ciência. Levar os estudantes a selecionarem notícias de conotação científica se baseia no grau de periculosidade das *fake news* quanto a temas relevantes da medicina, da nutrição e da educação física, sobretudo os relacionados a dietas muitas vezes voltadas à autoimagem em detrimento da saúde. Outra justificativa para essa escolha se deve ao fato de que, no tratamento desses temas, é mais difícil encontrar a mesma parcialidade vista em notícias de cunho político, por exemplo.

11. Alternativa **c**.

12. Alternativa **e**.

Sugestões

Livro

Ideias políticas na era romântica: ascensão e influência no pensamento moderno

Isaiah Berlin. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

O livro apresenta um panorama histórico das ideias presentes nos séculos XVIII e XIX, abordando as aproximações e os distanciamentos entre política, ciência e teologia que moldaram o pensamento do século XX.

Filme

Uma noite de doze anos

Direção: Álvaro Brechner. Uruguai, Argentina e Espanha, 2017. 122 minutos.

Baseado em fatos reais, o filme narra os doze anos em que José Mujica (que foi presidente do Uruguai entre 2010 e 2015), Mauricio Rosencof e Eleuterio Huidobro passaram presos, completamente isolados e torturados pela ditadura civil-militar uruguaia (1973-1985). A história reflete a gravidade de um regime que põe fim à democracia.

UNIDADE 5 GLOBALIZAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E CIDADANIA

A abertura da unidade (páginas 238 e 239) aborda fenômenos contemporâneos associados à globalização e ao aumento de diversas formas de adoecimento psíquico e emocional na atualidade. Com base na pesquisa de Michael Daly e Lucía Macchia, os estudantes têm a oportunidade de refletir sobre os sintomas de sofrimento emocional que têm se intensificado nas últimas décadas.

Competências e habilidades trabalhadas na abertura

Além de promover uma discussão sobre as consequências da globalização nas relações interpessoais, na construção das subjetividades e no modo de vida das sociedades ocidentais contemporâneas, a abertura da unidade incentiva a autorreflexão e a autocrítica e possibilita refletir sobre situações em que os estudantes possam reconhecer as próprias emoções e as dos outros, dialogando com a **competência geral da Educação Básica 8**.

Respostas e comentários

1. e **2.** Para desenvolver a discussão, recomenda-se que os estudantes se organizem em pequenos grupos para que possam relatar suas percepções sobre angústia, tristeza, estresse, preocupação e raiva. Em seguida, eles devem analisar como esses sintomas podem afetar o cotidiano das pessoas. Espera-se que se baseiem nas próprias experiências e nas de familiares e amigos. No entanto, é preciso criar um ambiente propício para a reflexão pessoal, em que os estudantes se sintam confortáveis para se expor e compartilhar experiências pessoais com os colegas. A turma também deve ser incentivada a refletir sobre como lidar com o individualismo, o consumo e a autoimagem. Os estudantes devem identificar, por exemplo, como equilibram seus interesses individuais em contextos coletivos, como gerenciam suas necessidades reais e supérfluas em relação ao consumo de produtos e qual é o nível de preocupação com sua própria imagem perante os outros.

3. Cada estudante deve ser instigado a compartilhar suas práticas diárias de autocuidado, em relação tanto à saúde física como à mental. Espera-se uma variedade de respostas, refletindo a natureza individualizada do autocuidado. De todo modo, práticas comuns como a atividade física regular, sono adequado e alimentação saudável podem ser frequentemente mencionadas pelos estudantes.

Capítulo 9 Teorias sobre o sujeito

Competências e habilidades trabalhadas

Ao utilizar o conceito marxista de superestrutura para explicar uma realidade cultural (a leitura de notícias ou artigos de opinião na internet), o boxe "Explore" (página 242) desenvolve a **competência geral da Educação Básica 1**; assim como na seção "Trabalho e juventudes" (página 251), por utilizar a teoria freudiana de inconsciente para avaliar o desenvolvimento do *marketing* em nossa sociedade; no boxe "Explore" (página 255), ao apropriar-se do conceito de despersonalização para explicar uma injustiça social; e na atividade 8 da seção "Atividades" (página 264), que requer do estudante que relacione o texto de Simone de Beauvoir a um anúncio, tratando da condição da mulher, desenvolvendo as habilidades **(EM13CHS101)**, **(EM13CHS103)** e **(EM13CHS106)** da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**.

A **competência geral da Educação Básica 7**, por sua vez, é desenvolvida na seção "Trabalho com fontes" (página 260) por solicitar aos estudantes que, com base no Estatuto da Pessoa Idosa e em um texto filosófico sobre a velhice, argumentem sobre a importância de a sociedade proteger as pessoas idosas e sugiram medidas para combater o etarismo, e na atividade 7 da seção "Atividades" (página 264), ao propor uma discussão sobre o dever ético em relação às pessoas idosas e o que deveria ser feito em caso de violação aos direitos dessa população.

Ao trabalhar com a noção de subjetividade, o capítulo permite desenvolver a **competência geral da Educação Básica 8**, por propiciar a reflexão sobre autoconhecimento, possibilitando a compreensão das emoções individuais e alheias. Isso ocorre, por exemplo, no tópico "Freud: fundador da psicanálise" (página 248) e por meio da análise da pintura *Eco e Narciso*, de John William Waterhouse (página 240).

A seção "Trabalho com fontes" (página 260) mobiliza aspectos da **competência geral da Educação Básica 9** ao promover a empatia, o respeito às pessoas idosas, o acolhimento e a valorização dessa parcela da população.

Os boxes "Explore" (páginas 250 e 255), por requererem a interpretação, respectivamente, de uma tirinha e de uma charge relacionadas ao conceito de ato falho de Freud e à ideia filosófica de despersonalização, permitem trabalhar as habilidades **(EM13CHS101)** e **(EM13CHS106)** da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**. Essas habilidades também são desenvolvidas no boxe "Explore" (página 258), que se vale de uma tirinha para aprofundar o conhecimento do conceito de liberdade e responsabilidade individual em Sartre. A seção "Trabalho com fontes" (página 260), por demandar tanto a análise de um texto filosófico e de um trecho do Estatuto da Pessoa Idosa como a argumentação sobre combate ao etarismo, desenvolve as habilidades **(EM13CHS101)** e **(EM13CHS103)**, também acionadas na atividade 7 da seção "Atividades" (página 264), por meio da qual o estudante precisa argumentar sobre o que faria se presenciasse a violação do Estatuto da Pessoa Idosa.

O boxe "Explore" (página 255), que por intermédio de uma charge retrata o problema da despersonalização do sujeito ligado às injustiças de classes sociais, permite desenvolver a habilidade **(EM13CHS502)**; a seção "Trabalho com fontes" (página 260), por suscitar a análise de situações da vida cotidiana em que se manifestam preconceito e violência contra a pessoa idosa, além de investigar formas de combater esse preconceito, aciona as habilidades **(EM13CHS501)**, **(EM13CHS502)** e **(EM13CHS503)**; a atividade 7 da seção "Atividades" (página 264), por promover o debate de uma questão ética ligada à proteção ao idoso, desenvolve as habilidades **(EM13CHS501)**, **(EM13CHS502)** e **(EM13CHS503)**; e, por fim, a atividade 8 da mesma seção (página 264), por buscar desnaturalizar um tipo de preconceito contra a mulher e uma forma de violência simbólica, permite trabalhar as habilidades **(EM13CHS502)** e **(EM13CHS503)**.

Temas contemporâneos transversais

O capítulo possibilita o desenvolvimento do tema contemporâneo transversal **Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso** na seção "Trabalho com fontes" (página 260), por permitir aos estudantes que debatam sobre a relação da sociedade com pessoas idosas e sobre o problema do etarismo, e na atividade 7 da seção "Atividades" (página 264), por incentivar o debate acerca da ação ética ao se confrontar com violações do Estatuto da Pessoa Idosa.

Trabalho interdisciplinar

O capítulo propicia o trabalho interdisciplinar com **Linguagens e suas Tecnologias** no boxe "Explore" (página 255), que trabalha as habilidades **(EM13LGG101)** e **(EM13LGG102)** ao apresentar um problema social e uma visão de mundo ligada a uma classe social por meio de uma charge, e também as habilidades **(EM13LGG201)** e **(EM13LGG202**), por utilizar esse recurso verbo-visual sensível ao contexto de seu uso e apontar a relação de poder existente diferentes segmentos da sociedade. A atividade 8 da seção "Atividades" (página 264), que contém uma propaganda de Dia das Mães e requer a análise da condição da mulher utilizando um texto de Simone de Beauvoir como apoio, promove o desenvolvimento das habilidades **(EM13LGG102)**, por analisar visões de mundo e ideologias presentes nos discursos como forma de ampliar a interpretação crítica da realidade, e **(EM13LGG202)**, por mostrar uma relação de poder existente na sociedade. Esta atividade permite aos estudantes se posicionarem criticamente em relação à visão de mundo contida na propaganda, desenvolvendo a habilidade **(EM13LGG302)**. A seção "Trabalho com fontes" (página 260), por sua vez, desenvolve as habilidades **(EM13LGG303)** e **(EM13LGG304)** por propor aos estudantes que, com base em dois textos, analisem e discutam a relação da sociedade com as pessoas idosas, bem como os preconceitos e violências de que esse grupo é vítima.

O trabalho interdisciplinar com **língua portuguesa** ocorre por meio da seção "Trabalho com fontes" (página 260), que mobiliza a habilidade **(EM13LP05)**, por requerer do estudante a análise e a interpretação do texto de Simone de Beauvoir, e a habilidade **(EM13LP26)**, porque permite a interpretação do documento normativo Estatuto da Pessoa Idosa. O capítulo também promove a interdisciplinaridade com **arte**, por exemplo, nos boxes "Imagens em contexto" (páginas 241 e 244), respectivamente por meio da análise de um detalhe do mural *A epopeia do povo mexicano*, de Diego Rivera, à luz do conceito de luta de classes – que também permite o trabalho interdisciplinar com história –, e com a análise da gravura de Maurits Escher em conexão com a noção de perspectivismo de Nietzsche.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Ao tratar criticamente do caminho determinista atribuído às mulheres, o tópico "Beauvoir: a mulher e o existencialismo" (página 259) propicia o trabalho com o **ODS 5 Igualdade de gênero**. A seção "Trabalho com fontes" (página 260), ao discorrer sobre a velhice, o etarismo e a dignidade da pessoa idosa, dialoga com o **ODS 10 Redução das desigualdades**.

Respostas e comentários

Explore (p. 242)

1. Na teoria de Marx, a infraestrutura e a superestrutura não são dois níveis completamente separados, pois a superestrutura (o caráter político-ideológico da sociedade) reflete a infraestrutura (a base econômica da sociedade).
2. A leitura de uma notícia ou de um artigo de opinião em um jornal eletrônico é uma situação contemplada pelo nível da superestrutura, uma vez que os meios de comunicação fazem parte da estrutura ideológica. Caso haja na turma estudantes que nunca acessaram um jornal eletrônico, a resposta pode ser pensada considerando a leitura de uma notícia ou de um artigo de opinião publicados em um jornal impresso.

Explore (p. 245)

1. O método de Nietzsche é genealógico porque ele questiona e investiga a origem dos valores.
2. A divisão da obra de Nietzsche em três fases que demonstram caminhos diferentes de pensamento ilustra o devir da vida, que está em constante movimento, pois indica que nossos pensamentos não são estáveis e definitivos.

Explore (p. 247)

1. Para Nietzsche, a moral dos senhores é a moral daqueles que escolhem afirmar a vida. O uso desse termo não contempla nenhuma perspectiva de sociedade dividida em classes, como na oposição feita por Marx entre senhor feudal e servo.
2. Para Nietzsche, a afirmação de nossa potência está apoiada em um sim à vida, resultando em alegria e na autossuperação, condição na qual conseguimos reavaliar os valores e desprezar aqueles que diminuem nossa potência.

Explore (p. 250)

1. O primeiro quadrinho da tirinha representa uma situação de ato falho quando o psicanalista Sigmund Freud diz "caso cínico" em vez de "caso clínico".
2. Em vez de o paciente de Freud cometer um ato falho, é o próprio psicanalista que o faz.

Trabalho e juventudes (p. 251)

Nas últimas décadas, estratégias de *marketing* associadas à tecnologia digital abriram um novo campo de trabalho, mas também colocaram em risco instituições democráticas em todo o mundo. Por isso, ao tratar dos campos profissionais de *marketing* e de publicidade e propaganda é interessante debater os aspectos éticos das profissões.

Para quem pretende estudar publicidade e propaganda, criatividade, versatilidade e proatividade são características importantes. Em *marketing*, o interesse por tecnologias digitais e o gosto por trabalhar com planilhas e gráficos

são diferenciais. Para ambos os profissionais, habilidade comunicativa é fundamental, assim como pragmatismo e facilidade para trabalhar em equipe. Além disso, eles devem ter habilidade para fazer associações, analogias, análises, identificar padrões e realizar classificações.

Atividades que solicitam aos estudantes o desenvolvimento de campanhas em grupo e a análise de dados variados oferecem oportunidades para identificar os estudantes que têm aptidão para essas profissões. Situações em que os estudantes precisam organizar eventos (festivais de música, exposições de arte, competições esportivas etc.) também possibilitam reconhecer características importantes desenvolvidas pelos profissionais dessas áreas.

Explore (p. 253)

1. O positivismo se atém à investigação dos fatos de maneira supostamente neutra, despojada de subjetividade, ao passo que a fenomenologia rompe com a separação entre sujeito e objeto, pois a consciência é doadora de sentido.
2. As investigações de Heidegger não estipulam como central a questão da existência pessoal – o que, em tese, o filiaria ao existencialismo –, já que seu pensamento está comprometido com questões ontológicas, isto é, que dizem respeito ao ser em si.

Explore (p. 255)

1. Na charge, os operários vestem o mesmo uniforme e são representados com a mesma postura apática, sugerindo despersonalização, o que é reforçado pela tarefa repetitiva e pouco especializada.
2. Na charge, a despersonalização das personagens não é resultado de uma escolha feita por elas, pois é uma condição que lhes é imposta pelo trabalho. Evidências disso são a postura imperativa do chefe/patrão, localizado em uma sala acima dos chão da fábrica, o uso de uniformes e o movimento repetitivo na linha de produção.

Explore (p. 258)

1. Sartre discordaria de Calvin, pois ele defendia que o ser humano é livre e, por isso, responsável pelos próprios atos.
2. Não. Para Sartre, a nossa responsabilidade não recai apenas sobre nossa própria liberdade e nossa própria ação, pois somos responsáveis por todos os seres humanos.

Trabalho com fontes (p. 260)

1. Os jovens e adultos que ignoram ou desprezam a velhice não se dão conta de que, no futuro, essa será sua própria condição.
2. **a.** Alguns dos trechos que demonstram que a velhice é um fato cultural: "A velhice surge aos olhos da sociedade como uma espécie de segredo vergonhoso do qual é indecente falar"; "[A pessoa idosa] incapaz de prover a suas necessidades representa sempre uma carga"; "O fato de ser um homem reduzido à condição de 'sobra', de 'resto', durante os últimos quinze ou vinte anos de sua existência, comprova a falência de nossa civilização"; "semelhante evidência nos deixaria interditos se considerássemos [...] [as pessoas idosas] como seres humanos, tendo às suas costas uma existência humana, e não como cadáveres ambulantes"; "Exigir que os homens permaneçam homens quando avançados em anos implicaria uma transformação radical".

   b. A perspectiva existencialista de Simone de Beauvoir já a havia feito teorizar sobre como o processo de construção dos gêneros ultrapassa a dimensão biológica, ao propor que as subjetividades femininas se inserem em determinados contextos históricos e que representam um fato cultural. Nesse texto sobre a velhice, a autora volta a empregar esse movimento, mostrando que a velhice não é só um fato biológico, mas também uma construção social.
3. De acordo com o artigo 3º do Estatuto da Pessoa Idosa, é da família, da comunidade, da sociedade e do poder público a obrigação de assegurar a efetivação dos direitos de uma pessoa idosa.
4. O envelhecimento é um processo biológico natural pelo qual irão passar todas as pessoas que não morrerem precocemente. Espera-se, assim, que todos possam envelhecer, sobretudo considerando-se a ampliação da expectativa de vida, que tem aumentado o número de pessoas idosas e evidenciado a naturalidade do processo de envelhecimento das sociedades. Assim, essa parcela da população compõe um segmento desejável e em expansão, o que revela a necessidade de criar políticas sociais públicas para garantir o envelhecimento saudável e em condições dignas. Como medidas para combater o etarismo, podem ser mencionados: o dever de todo cidadão de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação ao Estatuto da Pessoa Idosa que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento; a criação de políticas públicas que garantam espaços de sociabilidade para as pessoas idosas, de modo que elas não fiquem apartadas de contextos sociais; e a promoção nas mídias tradicionais e digitais de uma imagem positiva e não estereotipada da velhice, com pessoas idosas ativas, independentes, produzindo, criando conhecimento e cultura.

Atividades (p. 264)

1. A teoria do conhecimento, herdada desde a modernidade, apoiou-se na contradição corpo-espírito. A fenomenologia, com o conceito de intencionalidade, pretendia superar esse impasse, indicando que não há pura consciência, mas que toda consciência é intencional, porque sempre tende para algo fora de si. Do mesmo modo, não há objeto em si, como pensavam os empiristas, pois todo objeto é sempre para um sujeito que lhe dá significado. Em resumo, para os fenomenólogos, não existe o dualismo corpo e mente.
2. A facticidade é a dimensão de "coisa" que todo ser humano tem: o corpo, as características psicológicas, a situação social etc. A transcendência é o movimento de ir além dessas determinações, dando-lhes um sentido. Na fenomenologia, os dois polos são indissociáveis porque nossa liberdade é sempre situada.
3. Para Sartre, o exercício da liberdade humana provoca angústia porque não há receitas para viver e decidir. Sentindo-se sozinho para criar seu projeto de vida, para "se fazer", já que não tem essência; por ter medo, o indivíduo recusa a angústia da escolha e, assim, recusa a liberdade ao aceitar os padrões vigentes sem questioná-los. Desse modo, apenas finge escolher, mente para si mesmo quando simula que é autor dos próprios atos. Sartre refere-se a esses indivíduos como desprezíveis e vítimas do "espírito de seriedade": o "sério" é aquele que assumiu um ar de respeitabilidade ao aceitar, sem críticas, a ordem estabelecida.
4. Para Merleau-Ponty, o ser humano nasce *do* mundo por causa de sua facticidade, dos determinismos que não escolheu, mas também nasce *no* mundo porque ele e o mundo estão indissoluvelmente ligados, uma vez que existir é dar sentido ao mundo, transcender sua facticidade e se fazer por meio dos outros e de sua história em comum com eles.
5. O conceito de intencionalidade atribui ao sujeito a responsabilidade de dar significado aos objetos, contrariando os empiristas

e a dicotomia que polarizava a relação entre sujeito e objeto. Husserl fundou o conceito de intencionalidade na ideia de "dirigir-se para", de "visar alguma coisa". Por isso, de acordo com os fenomenólogos, ao olhar para uma montanha, o modo como ela é vista depende da intencionalidade da consciência que a observa, isto é, do modo como a pessoa visa a montanha.

6. O próprio Freud, com a teoria do inconsciente, retirou o ser humano do centro de si mesmo, aprofundando suas feridas narcísicas. Para Freud, a existência do inconsciente solaparia a ideia de que o indivíduo é senhor de seus desejos, pois muitos deles são recalcados no inconsciente. O indivíduo também não seria mais o soberano de sua consciência, como pretendia Descartes, tendo em vista o vasto terreno aberto pelos sonhos, que ocultam muito daquele inconsciente que tentamos decifrar.

7. De acordo com o artigo 6º do Estatuto da Pessoa Idosa, "Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta Lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento". Dessa maneira, é um dever agir comunicando à autoridade competente – que pode ser, dependendo da gravidade do caso, algum representante do poder público ou alguma autoridade policial – se presenciar qualquer violação do Estatuto da Pessoa Idosa. Tanto a Polícia Civil como a Polícia Militar recebem denúncias de abusos, violência psicológica e agressões físicas e verbais contra pessoas idosas. Atrelado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, há o Disque 100, um canal gratuito para o encaminhamento de denúncias de violações aos direitos humanos. Espera-se, portanto, que os estudantes debatam sobre a ação, e não sobre a omissão, caso testemunhem violações desse tipo.

8. **a.** Todos os itens anunciados pertencem à realidade doméstica; são itens para a casa.

b. O anúncio de Dia das Mães traz apenas itens domésticos, como se a realidade da mulher estivesse restrita a esse universo, revelando uma perspectiva sobre a mulher construída historicamente, determinada por certo contexto social que, nesse caso, confina a mulher ao lar. O existencialismo de Simone de Beauvoir mostra que essa perspectiva é reducionista. A filósofa sustenta a necessidade de romper com esses estereótipos socialmente criados, os quais atribuem características ao gênero feminino e impõem a ele um destino.

9. **a.** "[...] o forte não necessita de aprovação e dispensa qualquer termo de comparação – sabe-se criador de valores". Esse trecho mostra que os valores não são transcendentes, mas criados.

b. A moral dos escravos consiste na subjugação dos instintos pela razão e busca a paz e o repouso, o que gera passividade. Afirma que os valores são metafísicos e transcendentes. A moral dos senhores, por outro lado, é positiva, visa à conservação da vida e de seus instintos fundamentais, além de ser criadora de valores.

10. Alternativa **a**.

11. Alternativa **b**.

12. Alternativa **a**.

Sugestões

Livros

As fontes do *self*: a construção da identidade moderna

Charles Taylor. São Paulo: Loyola, 1997.

A obra fornece um panorama histórico sobre a formação, o desenvolvimento e a complexidade da identidade do sujeito no mundo moderno. Para tanto, o autor analisa três elementos: o surgimento na noção de subjetividade, o aparecimento do sujeito comum como protagonista da própria vida e a natureza como origem da moral.

O estrangeiro

Albert Camus. São Paulo: Record, 1979.

A narrativa, que ganhou o prêmio Nobel de Literatura, conta a história de um homem que, ao cometer um crime, se depara com o absurdo da condição humana. Isso significa que a condição existencial do ser humano se caracteriza pela ausência de sentido, de modo que não há certezas nem garantias.

Capítulo 10 A filosofia no mundo globalizado e a pós-modernidade

Competências e habilidades trabalhadas

Ao utilizar o conceito de biopoder para explicar o controle sobre a sexualidade, o boxe "Explore" (página 271) possibilita trabalhar o preconceito contra pessoas LGBTQIA+, desenvolvendo a **competência geral da Educação Básica 1**. O mesmo ocorre na atividade 3 da seção "Atividades" (página 292), ao acionar o conceito de necropolítica de Achille Mbembe na interpretação do gráfico sobre distribuição de pessoas por cor de pele/etnia no sistema penitenciário brasileiro, e na atividade 4 da mesma seção (página 292), por usar o conceito de hipermodernidade de Gilles Lipovetsky para compreender características socioeconômicas da sociedade contemporânea.

A **competência geral da Educação Básica 2** é desenvolvida no boxe "Explore" (página 281), que requer a análise e a interpretação de um gráfico para elaborar hipóteses. A seção "Em pauta" (página 290), ao propor uma pesquisa sobre comércio eletrônico no Brasil pós-pandemia de covid-19 e a elaboração de hipóteses sobre consumo individualizado, e a atividade 6 da seção "Atividades" (página 293), na qual os estudantes devem dissertar e argumentar sobre a integração entre ser humano e máquina, também desenvolvem essa competência.

Já a **competência geral da Educação Básica 4** é trabalhada nos boxes "Explore" (páginas 280 e 281): o primeiro vale-se da linguagem artística para provocar uma reflexão crítica sobre o racismo, e o segundo utiliza a linguagem gráfica para abordar o mesmo tema.

A **competência geral da Educação Básica 7**, por sua vez, é acionada na seção "Em pauta" (página 290), ao estimular uma pesquisa sobre consumo individualizado e uma reflexão sobre consumo consciente, no boxe "Explore" (página 281) e na atividade 3 da seção "Atividades" (página 292), que utilizam dados para analisar o racismo no Brasil.

A **competência geral da Educação Básica 8** é desenvolvida no boxe "Explore" (página 271), que trabalha o tema da repressão da sexualidade, relacionado, portanto, à saúde emocional, e na atividade 5 da seção "Atividades" (página 292), por discutir a obesidade e o estigma causado por essa condição.

Em relação às **competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, tanto o boxe "Explore" (página 281) como a atividade 3 da seção "Atividades" (página 292) desenvolvem as habilidades **(EM13CHS102)** e **(EM13CHS106)** da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**, ao requererem argumentação com base na leitura e interpretação de gráficos. O boxe "Explore" (página 286), que apresenta uma tirinha relacionada ao hedonismo e ao individualismo, e a seção "Em pauta" (página 290), por requerer a análise de um texto filosófico, desenvolvem a habilidade **(EM13CHS101)**. Essa seção também promove as habilidades **(EM13CHS103)** e **(EM13CHS302)** ao requisitar dos estudantes que elaborem hipóteses e argumentem sobre formas individualizadas de consumo.

A habilidade **(EM13CHS202)** é trabalhada nos tópicos "*Manifesto ciborgue*" (página 277) e "Mutações contemporâneas" (página 286), que, respectivamente, promovem discussões sobre a relação entre máquina e corpo humano, o culto ao corpo e a mania das *selfies*; no boxe "Explore" (página 278), sobre biotecnopoder e sobre como a figura do ciborgue altera as relações de gênero; na seção "Em pauta" (página 290), por discutir como o comércio eletrônico modificou o consumo; e na atividade 6 da seção "Atividades" (página 293), por trabalhar a interação máquina e ser humano, possibilitando explorar dificuldades sociais que pessoas com membros artificiais enfrentam no cotidiano.

Já o boxe "Explore" (página 282), ao promover a análise de um mapa com os domínios britânicos na Índia em 1914 e uma reflexão sobre a fragmentação ou unidade do território, permite o desenvolvimento das habilidades **(EM13CHS204)** e **(EM13CHS206)**. Os tópicos "Mbembe: a razão negra" (página 280) e "Spivak: o pensamento pós-colonial" (página 282) problematizam e desnaturalizam o preconceito e a violência contra negros e mulheres, desenvolvendo as habilidades **(EM13CHS502)** e **(EM13CHS503)**. A habilidade **(EM13CHS502)** é acionada também no boxe "Explore" (página 269), a respeito de exclusão e preconceito; no boxe "Explore" (página 273), por problematizar a xenofobia; no boxe "Explore" (página 280), ao abordar o racismo na sociedade brasileira; na atividade 3 da seção "Atividades" (página 292), relativa ao preconceito no sistema penitenciário brasileiro; na atividade 5 da mesma seção (página 292), sobre preconceito contra pessoas obesas; e, por fim, no boxe "Explore" (página 281), o qual permite trabalhar a habilidade **(EM13CHS503)**. Esse boxe, sobre a relação entre biopoder e raça no Brasil, mobiliza também a habilidade **(EM13CHS606)**. Por último, o tópico "Lugar de fala" (página 284) permite trabalhar a habilidade **(EM13CHS601)**.

Temas contemporâneos transversais

O tema contemporâneo transversal **Educação em direitos humanos** é trabalhado ao longo de todo o capítulo, por exemplo, no tópico "A necropolítica" (página 281), que possibilita discutir o direito à vida, à liberdade, à igualdade e à dignidade; no tópico "A questão da mulher" (página 284), que permite refletir sobre os direitos à igualdade e à liberdade; no boxe "Explore" (página 281), que trabalha a diferença nas taxas de homicídio de negros e de não negros; e, por fim, na atividade 3 da seção "Atividades" (página 292), sobre a população carcerária no Brasil, apontando a presença do racismo no sistema penitenciário brasileiro.

O tema contemporâneo transversal **Saúde** dialoga com o tópico "O controle da sexualidade" (página 271), ao possibilitar a promoção de debates sobre saúde emocional e física ligados à diversidade sexual, e com a atividade 5 da seção "Atividades" (página 292), sobre obesidade.

Por fim, o tema contemporâneo transversal **Ciência e tecnologia** é desenvolvido nos tópicos "*Manifesto ciborgue*" (página 277) e "Biotecnopoder" (página 278), sobre como a tecnologia influencia as relações humanas, no boxe "Explore" (página 278), que relaciona biopoder e biotecnopoder, e na atividade 6 da seção "Atividades" (página 293), que demanda uma redação sobre a interação entre o ser humano e a máquina.

Trabalho interdisciplinar

A interdisciplinaridade com **Linguagens e suas Tecnologias** ocorre ao longo de todo o capítulo, por exemplo, no boxe "Explore" (página 280), que, com base na análise de uma escultura, promove reflexão sobre o racismo na sociedade brasileira, desenvolvendo a habilidade **(EM13LGG102)**, e sobre as relações de poder, acionando a habilidade **(EM13LGG202)**. O boxe "Você pesquisador" (página 283) trabalha as habilidades **(EM13LGG101)**, **(EM13LGG102)** e **(EM13LGG202)** ao permitir a análise de discursos em diálogo com a perspectiva decolonial na produção do conhecimento.

Por fim, o boxe Explore (página 281), ao propor a análise de gráfico apresentado em relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, trabalha a habilidade **(EM13MAT102)** de **Matemática e suas Tecnologias**.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Ao abordar as reflexões baseadas em conquistas políticas de mulheres na contemporaneidade, o tópico "Haraway: feminismo e ambientalismo" (página 276) propicia o trabalho com o **ODS 5 Igualdade de gênero**. O boxe "Explore" (página 280), ao propor a análise de uma escultura que denuncia o racismo na sociedade brasileira, dialoga com o **ODS 10 Redução das desigualdades**.

Respostas e comentários

Explore (p. 269)

1. Segundo Foucault, com a ascensão da burguesia e o desenvolvimento do processo de produção industrial, a nova classe dominante desenvolveu mecanismos de controle mais eficazes, adequados ao novo modo de produção. Há, portanto, uma relação entre os mecanismos de controle social da burguesia e o modo de produção capitalista, de modo que aqueles considerados "incapazes" e "inúteis para o trabalho" eram confinados em instituições fechadas.
2. As naus simbolizam a segregação do diferente: os rejeitados por etnia, religião, posição social, sexualidade e deficiência. Pode-se comentar, por exemplo, sobre o preconceito decorrente da crise mundial de imigração, com a intensificação desse processo na Europa e sua repercussão em outros continentes.

Explore (p. 271)

1. Para Foucault, o biopoder se expressa na sexualidade para proibi-la, o que ocorre na família, na religião e na comunidade. Nesse sentido, foram criados padrões de normalidade e classificações de tipos de comportamento que regulam a sexualidade, produzindo corpos dóceis e fabricando indivíduos normatizados, o que afeta principalmente mulheres e pessoas LGBTQIA+.
2. Espera-se que o estudante mencione que o caráter proibitivo da conexão entre sexualidade e biopoder pode ser superado por meio de leis que assegurem a liberdade e a dignidade da mulher e de pessoas LGBTQIA+, bem como de uma legislação que puna ofensas a tal liberdade, como fez o Brasil, em 2019, com a criminalização da homofobia e da transfobia. Medidas como essa devem ser acompanhadas de mudanças na mentalidade preconceituosa de determinados setores da sociedade, o que requer a participação de formadores de opinião e da mídia para reforçar uma imagem positiva da mulher e da população LGBTQIA+.

Explore (p. 273)

1. O *apartheid* representa uma recusa da alteridade por ter estabelecido a segregação racial na África do Sul em 1948. Instituído por políticos brancos do Partido Nacional, proibiu a participação política de pessoas negras, impedidas de votar e de se candidatar; proibiu as relações sexuais e casamentos entre brancos e não brancos; estabeleceu um sistema de classificação da população segundo a categoria racial, dividindo-a em brancos e não brancos; demarcou áreas residenciais destinadas a brancos e não brancos nas cidades; instituiu as *townships*, áreas nas periferias de cidades brancas destinadas aos trabalhadores domésticos e a outros trabalhadores negros; determinou que as populações negras se submetessem administrativamente a reservas conforme suas origens étnicas, criando nove reservas em terras desprezadas pelos brancos; impôs às pessoas negras o uso de um passaporte para circular no país (incluindo informações como a reserva de origem, o local de trabalho e as permissões obtidas ou não para circular em áreas destinadas a brancos); demarcou lugares públicos (praias, bibliotecas, parques e escolas) a brancos e não brancos, destinando aos não brancos uma educação de qualidade inferior. Portanto, no contexto do *apartheid*, a população branca (composta de cerca de 3 milhões de pessoas) rejeitava a alteridade composta da maioria da população da África do Sul, formada por cerca de 11 milhões de pessoas negras e 2 milhões de indianos e mestiços.
2. Para Derrida, a hospitalidade é um dever moral que envolve o acolhimento da diferença e da alteridade. Isso implica assegurar aos imigrantes o respeito à sua dignidade humana, o que é incompatível com atitudes xenofóbicas.

Explore (p. 278)

1. O conceito de biopoder, formulado por Michel Foucault, caracteriza a força de dominação exercida sobre a vida e o corpo dos indivíduos. Já o conceito de biotecnopoder, formulado por Donna Haraway, trata da informática da dominação, ou seja, da força exercida pelas inovações científicas e tecnológicas sobre a vida e o corpo das pessoas.
2. A figura do ciborgue, ao mesclar organismo e máquina, rompe com esse dualismo tradicional, instaurando um novo estatuto que ajuda a romper também com a dualidade masculino e feminino, a qual contribuiu historicamente para a dominação do homem sobre a mulher. Assim, a figura do ciborgue ajuda a superar formas de dominação em favor da diversidade.

Explore (p. 280)

1. O título da escultura é *Amnésia*, referindo-se a algo que foi esquecido e que, no contexto da obra, diz respeito à ancestralidade e à própria negritude.

2. A escultura de um garoto negro jogando tinta branca sobre si é feita em bronze. É uma crítica ao racismo, que recusa o corpo negro e confere ao corpo branco um lugar privilegiado na sociedade. Essa escultura denuncia o embranquecimento social historicamente imposto à população negra, que levou muitos a não reconhecerem a própria negritude e a ancestralidade – daí o título do trabalho.

Explore (p. 281)

1. Os dados revelam que, apesar de pouco mais da metade da população brasileira ser negra em 2022 (55,5%), a proporção de homicídios de pessoas negras é consideravelmente maior. No mesmo ano, foram assassinadas cerca de 11 pessoas não negras a cada 100 mil habitantes, ao passo que o número de negros assassinados foi de quase 30 (2,75 vezes maior, considerando os dados não arredondados: 10,8 e 29,7).
2. Sim. O Estado e a sociedade brasileira, como a maior parte do mundo ocidental, estão permeados de aparatos de controle que permitem a administração e a disciplinarização dos corpos. O biopoder se conjuga à raça/etnia, por exemplo, no índice de negros vítimas de homicídio no país em 2022, 2,75 vezes superior ao índice de não negros – segundo dados do *Atlas da violência 2024*. Esses percentuais indicam que nosso passado escravagista não foi superado, uma vez que a população negra ainda é mantida em uma zona de exclusão e de violência (de "estigmatização sistemática" e "erradicação", nos termos de Achille Mbembe).

Explore (p. 282)

1. Índia, Reino Unido, França e Portugal.
2. Sim. Embora a maior parte do que hoje é a Índia estivesse sob domínio do Reino Unido, há uma grande fragmentação política, já que França e Portugal também tinham possessões na região, além de alguns principados controlados pelos próprios indianos.

Você pesquisador (p. 283)

Espera-se que os estudantes incluam autores como os escritores martinicanos Aimé Césaire (*Discurso sobre o colonialismo*, 1950) e Frantz Fanon (*Pele negra, máscaras brancas*, 1952); o filósofo argentino, radicado no México, Enrique Dussel (*Filosofia da libertação*, 1977); o teórico literário palestino-estadunidense Edward Said (*Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, 1978); a filósofa indiana Gayatri Chakravorty Spivak (artigo "Pode o subalterno falar?", 1985); a brasileira Lélia Gonzalez (artigo "Por um feminismo afro-latino-americano", 1988); o sociólogo peruano Aníbal Quijano (*Colonialidade e modernidade/racionalidade*, 1992); o antropólogo colombiano Arturo Escobar (*Encontrando o desenvolvimento*, 1995); o filósofo jamaicano Charles Mills (*O contrato racial*, 1997); o semiólogo argentino Walter Mignolo (*A ideia de América Latina*, 2005); o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres (*Sobre a colonialidade do ser*, 2007); o filósofo camaronês Achille Mbembe (*Crítica da razão negra*, 2013); a filósofa brasileira Sueli Carneiro (*Dispositivo de racialidade*, 2023). Vale destacar que a revisão bibliográfica deve ser organizada de maneira sistemática, o que pode ser feito por meio da ordenação das fontes conforme o ano de publicação.

Explore (p. 286)

1. O humor está na contraposição: Garfield, contrariamente a seu dono, não se reconhece em nada na figura deste.
2. Em uma época hedonista e individualista, a preocupação com a aparência física tornou-se constante, a ponto de forçar associações entre a aparência de um animal de estimação e a de seu dono.

Em pauta (p. 290)

1. De acordo com o texto de Gilles Lipovetsky, o novo consumidor ou "neoconsumidor" é caracterizado por ter prazeres efêmeros que se renovam de maneira contínua. O comércio eletrônico, por romper distâncias e eliminar a necessidade de deslocamento, confere fluidez ao consumo e colabora com esse perfil de consumidor em perpétuo movimento e ávido por prazeres inéditos.
2. A tese de Gilles Lipovetsky é a de que, na hipermodernidade, os consumidores são movidos por dinâmicas de individualização, não por imposições coletivas. Os hábitos de consumo são marcados mais por escolhas individuais e menos pelo sentimento de pertencimento de classe. O estudante pode endossar esse ponto de vista mostrando, por exemplo, que a publicidade em redes sociais é cada vez mais personalizada, atendendo a perfis individualizados. De maneira contrária, o estudante pode se opor à visão de Lipovetsky e defender a ideia de que a publicidade tende a formar padrões de consumo, a unificar desejos e a homogeneizar comportamentos.
3. De acordo com dados da pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros (**TIC Domicílios**: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros 2022. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023), em 2022, 67 milhões de usuários de internet no Brasil (45% do total de usuários) compraram produtos ou serviços *on-line* no período de doze meses anteriores à pesquisa, sendo a categoria de produtos mais comprados a de roupas, calçados e material esportivo (64%). Com base na hipótese sustentada, os estudantes podem mostrar que essa categoria, em geral, dispõe de produtos diversificados para atender a um consumo individualizado, que depende das

características físicas, da personalidade e dos gostos do consumidor. É importante que, no relatório, os estudantes apresentem o resultado consolidado da pesquisa, conectando-o à hipótese formulada. A discussão dos relatórios pode ser orientada analisando as categorias de produtos que cada grupo mencionou.

Atividades (p. 292)

1. Derrida faz a crítica ao modelo totalizante da filosofia e à metafísica tradicional, apoiada na ideia de fundamento e identidade. Cabe ao filósofo identificar o que está dissimulado, o que possibilitaria a renovação da filosofia. Um dos aspectos em que ocorre a dissimulação está no conjunto de oposições (como alma-corpo, razão-paixão), que geram violência pela exclusão de um dos lados.

2. Essas disciplinas são caoides para Deleuze porque não temem o caos; ao contrário, provocam a abertura de fendas para tratá-las, respectivamente, pela sensação, pelas funções e pelos conceitos, em um movimento contínuo.

3. O biopoder se conjuga à raça, por exemplo, no fato de 55,9% da população brasileira ser composta de pretos e pardos, ao passo que, em 2023, 67,22% da população carcerária era preta ou parda, segundo dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais. O biopoder, para Foucault, consiste em um poder praticado pelo Estado sobre a vida e os corpos das pessoas sob seu controle. No caso, o biopoder está na estrutura do sistema prisional, que leva a população negra (pretos e pardos, pelo critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ao cárcere em percentual proporcionalmente superior ao da população branca, controlando e disciplinando de modo mais intenso os corpos dos detentos negros. Nota-se, portanto, a ligação entre os conceitos de raça e de biopoder, como demonstrou Achille Mbembe.

4. Tomando como ponto de partida o exame da hipermodernidade e da intensificação do mercado, da individualidade e da tecnologia, o texto de Lipovetsky faz pensar se o mundo ocidental tem recusado um processo civilizatório para assumir a barbárie, levando a refletir também sobre a realidade das democracias, divididas por um abismo social em que impera a desigualdade. Os estudantes podem comentar a crescente autonomia do indivíduo, que conduz à individualização, desde que relativizem a questão, dada a dependência irredutível dos sujeitos em relação a fatores econômicos e políticos, sem os quais não poderiam exercer sua liberdade.

5. **a.** De acordo com o texto, o diagnóstico de obesidade, apesar de complexo, tem sido definido exclusivamente pelo índice de massa corporal, calculado ao se dividir o peso (em quilogramas) pela altura (em metros) ao quadrado. Essa medida, no entanto, é considerada imprecisa pela comunidade médica para aferir gordura corporal.

b. Discute-se no texto que o estigma estrutural contra pessoas com sobrepeso e obesidade está relacionado à maneira como estão organizados os espaços e serviços públicos e privados, de modo a excluir os corpos gordos e a impedir o acesso a direitos como saúde, educação, transporte e lazer. A noção de estigma estrutural se aproxima do conceito foucaultiano de biopoder, segundo o qual há uma força de dominação que age sobre a vida e o corpo dos indivíduos.

c. A resposta a essa questão deve combater a reprodução de estigmas e preconceitos. O estudante pode comentar que o estigma contra a população com sobrepeso e obesidade pode ser superado, por exemplo, por meio de políticas públicas que garantam a elas o acesso a espaços e serviços públicos e privados com infraestrutura adequada.

6. Ambos os textos exemplificam a integração entre vida e máquina partindo de perspectivas diferentes. O primeiro refere-se a uma pesquisa cujos resultados podem estimular a criação de dispositivos que integrem vida e máquina. O segundo texto revela um caso concreto de integração entre vida e máquina. Na elaboração da dissertação, os estudantes podem comentar tanto o desenvolvimento de pesquisas, projetando situações futuras, como questões enfrentadas por pessoas cujo organismo está vinculado de maneira direta a máquinas. A colaboração do professor de Ciências da Natureza e suas Tecnologias é bem-vinda para explicar que plantas não apresentam neurônios, mas suas células se comunicam ao trocar compostos químicos, de modo semelhante aos neurônios no sistema nervoso dos animais.

7. Alternativa **a**.

Sugestões

Livro

Tecnologia e o mundo da vida: do jardim à Terra

Don Ihde. Chapecó: UFFS, 2017.

Obra que trata da relação entre o ser humano e a tecnologia. Com viés filosófico, o autor reflete sobre o fenômeno da tecnologia com base nos objetos particulares, observando a concretização das relações entre os seres humanos e as tecnologias, bem como o impacto do uso delas na ciência e para a sociedade.

Site

Instituto Internacional de Neurociências

Disponível em: https://www.institutosantosdumont.org.br/. Acesso em: 21 set. 2024.

No Rio Grande do Norte, o Instituto Internacional de Neurociências desenvolve diversas pesquisas sobre a interface cérebro-máquina. No *site*, pode-se acompanhar as publicações científicas do instituto.

UNIDADE 6 CONFLITOS E DESIGUALDADES

A abertura da unidade (páginas 294 e 295) apresenta um panorama da luta pela garantia dos direitos humanos no Brasil, mostrando o importante papel da Constituição Federal de 1988 e dados recentes sobre os níveis de violência contra ativistas no país. O objetivo é ilustrar a necessidade e a importância da vigilância contínua no cumprimento dos direitos humanos, considerando o histórico de graves violações que moldaram a história brasileira.

Competências e habilidades trabalhadas na abertura

Ao promover o respeito aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos, em especial as coletividades socialmente vulnerabilizadas, a abertura da unidade contribui para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 9**. Além disso, ao identificar ações que promovem os direitos humanos e ao estimular o combate à violência, são desenvolvidas as habilidades **(EM13CHS502)** e **(EM13CHS503)**. Por fim, ao ressaltar a necessidade de proteção jurídica de povos indígenas e comunidades quilombolas, a abertura contempla a habilidade **(EM13CHS601)**.

Respostas e comentários

1. Para desenvolver a discussão, os estudantes devem se organizar em grupos e formular hipóteses que expliquem os elevados índices de violência contra ativistas de direitos humanos no Brasil. Possíveis hipóteses incluem a forte cultura da violência, desigualdades sociais e econômicas, conflitos fundiários, falta de conscientização sobre a importância dos direitos humanos e falhas no sistema judiciário.
2. Oriente os grupos a discutir o papel dos ativistas de direitos humanos, reconhecendo a importância fundamental de suas ações. Esses ativistas são essenciais para relatar e dar visibilidade às formas de violação, sensibilizar a sociedade, apoiar as vítimas e avançar no debate sobre justiça e igualdade social.
3. Os estudantes devem reconhecer que medidas tanto individuais como coletivas são fundamentais para assegurar a vigilância constante no cumprimento dos direitos humanos no Brasil. Entre as medidas individuais, podem ser citadas denúncias de violações, conscientização e apoio a instituições independentes. Medidas coletivas podem incluir a ampliação dos sistemas de monitoramento, campanhas educativas e a universalização do acesso à justiça. A discussão proposta nesta etapa inicial da unidade oferece aos estudantes a oportunidade de compreender o panorama dos direitos humanos no Brasil, desenvolver o pensamento crítico e se engajar na construção de uma sociedade mais pacífica, igualitária e inclusiva.

Capítulo 11 Teorias sobre a violência

Competências e habilidades trabalhadas

Ao utilizar conceitos de diferenciação dos tipos de violência construídos historicamente para explicar a distinção da violência sofrida por diversos grupos sociais na atualidade, o tópico "Tipos de violência" (página 299) desenvolve a **competência geral da Educação Básica 1**, também acionada no boxe "Explore" (página 311), sobre os motivos de a democracia estar constantemente em construção, e na atividade 8 da seção "Atividades" (página 323), que demanda a interpretação de uma charge à luz do conceito de desobediência civil, instigando a promoção de uma sociedade mais justa.

A **competência geral da Educação Básica 2** é desenvolvida no boxe "Você pesquisador" (página 304), sobre a representação de mulheres negras na mídia tradicional televisão; no boxe "Explore" (página 304), que aborda o complexo industrial-prisional estadunidense e seus impactos nos índices de violência; e na atividade 6 da seção "Atividades" (página 322), sobre a Lei Maria da Penha.

A **competência geral da Educação Básica 4** é mobilizada na atividade 4 da seção "Em pauta" (página 315), que solicita a elaboração de um infográfico digital sobre a Equipe Olímpica de Refugiados, e na atividade 7 da seção "Atividades" (página 322), ao solicitar a produção de um *podcast* sobre intolerância religiosa. Essa atividade, por requerer argumentação sobre o tema, aciona também a **competência geral da Educação Básica 7**, parcialmente presente no boxe "Você pesquisador" (página 304), por propiciar a coleta de dados e a análise para defender um ponto de vista sobre a representação da mulher negra na televisão brasileira.

Por fim, a **competência geral da Educação Básica 9** é desenvolvida na atividade 4 da seção "Em pauta" (página 315) ao oportunizar o exercício da empatia em relação aos refugiados e a promoção dos direitos humanos, e no boxe "Explore" (página 318), que, ao propor o exercício de promover a concórdia no cotidiano, estimula a solução de conflitos, o diálogo e o respeito ao outro.

Ao trabalhar conceitos socias e culturais como *bullying* e *cyberbullying*, o tópico "Violência digital" (página 301) desenvolve a habilidade **(EM13CHS101)** da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**, habilidade também acionada na seção "Trabalho com fontes" (página 306), na qual se analisa um texto de Angela Davis relacionando-o ao cenário das penitenciárias brasileiras; na seção "Em pauta" (página 314), que contém um texto sobre a condição dos refugiados; na atividade 6 da seção "Atividades" (página 322), que, por meio de um trecho da

Lei Maria da Penha, viabiliza compreender o histórico de violência contra as mulheres no Brasil; e no boxe "Explore" (página 302), que requer a análise de um gráfico sobre desnutrição no mundo, permitindo, além disso, desenvolver a habilidade **(EM13CHS106)**. O boxe "Você pesquisador" (página 304), ao propor análise crítica sobre a representação das mulheres negras em programas de televisão, abordando o racismo, o machismo e o papel da tecnologia na difusão de valores e de cultura, trabalha as habilidades **(EM13CHS202)** e **(EM13CHS103)**, esta última desenvolvida também no boxe "Explore" (página 304), sobre o complexo industrial-prisional estadunidense e seus impactos nos índices de violência.

Ao analisar aspectos éticos em relação a outros povos e ao apresentar condutas consideradas expressão ou de violência ou de tradição, o tópico "Violência ou tradição?" (página 298) dialoga com as habilidades **(EM13CHS501)** e **(EM13CHS503)**. Esta última habilidade também é desenvolvida nos tópicos "Violência legítima do Estado" (página 299) e "Violência psicológica" (página 300); no boxe "Explore" (página 302), que aborda a desnutrição, um tipo de violência, e as regiões do planeta mais afetados por ela; e no boxe "Você pesquisador" (página 304), ao debater os fatores sociais e culturais que interferem na representação da mulher negra na televisão, permitindo também explorar a habilidade **(EM13CHS502)**, ao problematizar e desnaturalizar o preconceito contra essa população.

A seção "Trabalho com fontes" (página 306), por abordar aspectos éticos e culturais ligados à fundação e à manutenção do sistema prisional dos Estados Unidos, assim como a violência que esse sistema exerce contra a população negra, desenvolve as habilidades **(EM13CHS501)** e **(EM13CHS503)**. Esta última habilidade também é desenvolvida no boxe "Explore" (página 311) sobre a diferença entre massacre e genocídio; na atividade 6 da seção "Atividades" (página 322), relacionada à violência contra a mulher; e na seção "Em pauta" (página 314), ao propiciar a reflexão sobre a condição dos refugiados e sobre a violência praticada pelo Estado contra seus cidadãos. Já a atividade 4 da seção "Atividades" (página 322), ao suscitar a diferenciação entre terrorismo fundamentalista islâmico e populações praticantes do islamismo, desenvolve a habilidade **(EM13CHS501)**. A atividade 5 da mesma seção (página 322), por estimular o reconhecimento das diferenças e o direito à igualdade, mobiliza a habilidade **(EM13CHS502)**.

O boxe "Você pesquisador" (página 304), por identificar características do racismo e do machismo na sociedade brasileira, permitindo, por meio de pesquisa, analisar características socioeconômicas, desenvolve as habilidades **(EM13CHS601)** e **(EM13CHS606)**, esta última também explorada na seção "Trabalho com fontes" (página 306), por requerer análise do racismo no Brasil. A seção "Em pauta" (página 314), ao discutir tanto o papel do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados e sua atuação como a aplicação dos direitos humanos, desenvolve as habilidades **(EM13CHS604)** e **(EM13CHS605)**, esta também desenvolvida na atividade 5 da seção "Atividades" (página 322), que discute a igualdade e a dignidade de indivíduos pertencentes a grupos que apresentam diferenças entre si. Por último, a atividade 7 da mesma seção (página 322), sobre liberdade e tolerância religiosa, desenvolve as habilidades **(EM13CHS605)** e **(EM13CHS606)**.

Temas contemporâneos transversais

O tema contemporâneo transversal **Educação em direitos humanos** dialoga com todo o capítulo, por exemplo, nos tópicos "Violência legítima do Estado" (página 299) e "A violência ilegítima do Estado: totalitarismo e autoritarismo" (página 311), tema que também permeia a discussão sobre o abolicionismo penal, defendido por Angela Davis, como apresentado na seção "Trabalho com fontes" (página 306), e na seção "Em pauta" (página 314), sobre refugiados. Por fim, o tema também é mobilizado nas atividades 5 e 7 da seção "Atividades" (página 322), ao abordar, respectivamente, o respeito às diferenças e a liberdade religiosa.

Trabalho interdisciplinar

O trabalho interdisciplinar com **Linguagens e suas Tecnologias** ocorre, por exemplo, no boxe "Explore" (página 302), que permite a análise de um gráfico sobre a desnutrição no mundo, desenvolvendo a habilidade **(EM13LGG102)**, também trabalhada no boxe "Você pesquisador" (página 304), que requer a análise de discursos televisivos sobre a representação da mulher negra, boxe que mobiliza as habilidades **(EM13LGG202)** e **(EM13LGG302)** ao identificar relações de poder social por meio da análise de programas de televisão e da maneira como circulam e reproduzem a prática do racismo e do machismo. As habilidades (**EM13LGG101)** e **(EM13LGG102)** são exploradas na seção "Trabalho com fontes" (página 306) por meio da interpretação de um texto de Angela Davis e da aplicação de sua teoria ao contexto penitenciário brasileiro. A seção "Em pauta" (página 314), que inclui um texto de Hannah Arendt e um informe do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados sobre uma atleta da Equipe Olímpica de Refugiados, trabalha as habilidades **(EM13LGG703)**, ao demandar a elaboração de um infográfico digital, e **(EM13LGG101)**, também acionada na atividade 7 da seção "Atividades" (página 322) por meio de um texto de jornal sobre racismo religioso, viabilizando, ainda, aspectos da habilidade **(EM13LGG102)**.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O tópico "Desigualdade: um flagelo social" (página 302), por retratar a violência causada pela desnutrição no mundo, dialoga com o **ODS 2 Fome zero e agricultura sustentável**. A seção "Trabalho com fontes" (página 306), ao estimular a reflexão sobre o impacto das desigualdades raciais no sistema penitenciário, permite o trabalho com o **ODS 10 Redução das desigualdades**, também contemplado na atividade 5 da seção "Atividades" (página 322), sobre o respeito às diferenças. Por fim, o tópico "Irenologia: a ciência da paz" (página 319) tem relação com o **ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes**, também mobilizado na atividade 6 da seção "Atividades" (página 322), sobre a Lei Maria da Penha.

Respostas e comentários

Explore (p. 297)

1. A gravura representa a força da natureza, por meio da grandiosidade da onda, diante da fragilidade humana (pescadores dentro dos barcos).
2. Apesar da força e do potencial destrutivo de uma onda gigante como a representada, não é correto caracterizar um fenômeno natural como violento, uma vez que a violência é uma prática voluntária, um ato do ser humano livre.

Explore (p. 302)

1. O continente asiático é o mais afetado pela desnutrição, com 425 milhões de pessoas em estado de insegurança alimentar, seguido pela África (278 milhões de pessoas) e pela região da América Latina e do Caribe (57 milhões de pessoas).
2. Apesar de a Ásia apresentar o maior contingente de pessoas afetadas pela desnutrição, a América Latina e o Caribe, assim como a África, tiveram destaque no crescimento do número de pessoas desnutridas entre 2019 e 2021.

Você pesquisador (p. 304)

As mídias tradicionais, como a televisão, ao transmitirem informações de interesse público e fornecerem entretenimento de massa, colaboram para a formação de noções que, uma vez disseminadas, interferem no modo como nos vemos e entendemos o mundo. Seus efeitos sobre a opinião pública e seu poder de influência sobre os comportamentos individuais e coletivos são amplamente discutidos pelas ciências humanas. Nesse sentido, diversos setores da sociedade têm se organizado para tencionar o poder dos grandes conglomerados de mídia convocando-os a contribuir para a mitigação de problemas sociais, entre eles o racismo. Assim, a ideia de que a população negra deve ser representada de modo coerente com sua posição e dignidade social tem ganhado força e influenciado a produção de comerciais, novelas, filmes etc.

Nessa atividade, espera-se que os estudantes, com base na técnica de análise do discurso multimodal (interação de imagens, sons e textos para criar significados complexos), percebam o papel dos meios de comunicação na criação/desconstrução de estereótipos que reforçam a discriminação e a violência. Para auxiliar os estudantes a compreender esse conceito, comente que um enunciado como "vamos conversar" pode adquirir diferentes sentidos se acompanhado de uma expressão facial séria ou bondosa, ou de uma música calma ou assustadora. Essa interação permite a ampliação do efeito comunicativo e uma rápida assimilação da mensagem. Para ajudar os estudantes com a atividade prática, considere o debate inicial como um momento de mobilização dos conceitos prévios, mas também como possibilidade de confrontar diferentes pontos de vista para motivar a realização do trabalho.

Os estudantes devem ser orientados sobre os modos mais pertinentes de elaborar a lista de itens para a análise multimodal em função do material audiovisual escolhido. Ajude-os a explorar os aspectos que podem compor um modo. Por exemplo, no modo visual, eles podem analisar o cenário em que a personagem aparece, o tipo de roupa que veste, como interage, suas expressões faciais, gestos, o tipo de enquadramento da câmera e a iluminação do ambiente. No modo sonoro, o volume, a entonação, as pausas e a velocidade da fala também são nuances a analisar. O modo verbal compreende o tipo de linguagem escolhida (coloquial ou formal), se adequada ou não à norma culta.

Evidencie a intencionalidade dos criadores do vídeo na seleção e uso dos modos para transmitir eficientemente uma mensagem complexa em um curto período de tempo, o que leva o espectador a assimilar a informação de forma instantânea e acrítica.

Durante a condução das análises, ajude os estudantes a perceberem se há diversidade de mulheres negras representadas, se elas ocupam variadas posições sociais, se estão inseridas em diferentes contextos culturais, religiosos e profissionais, se apresentam perfis físicos variados e faixas etárias distintas, ou seja, se a representação da mulher negra condiz com a realidade social do Brasil ou se está atrelada a estereótipos que reservam espaços e contextos em que a presença da mulher negra é permitida e outros em que sua aparição é vedada. Ao final da atividade, convide os estudantes a pensar na função social dos meios de comunicação e sobre seu poder e responsabilidade para desconstruir desigualdades e conflitos.

Explore (p. 304)

1. Nos Estados Unidos, as prisões privadas começaram a operar na década de 1980, durante um período de expansão das políticas de encarceramento em massa. Desde então, essas instituições têm lucrado consideravelmente, mesmo com a recente queda no número de detentos. Em 2022, 8% da população estadunidense carcerária se encontrava em prisões privatizadas, o que correspondia a cerca de 90 mil indivíduos, movimentando mais de US$ 5 bilhões anualmente. (Dados extraídos de: BUDD, Kristen M. Private Prisons in the United States. **The sentencing project**, Washington, 21 fev. 2024. Disponível em: https://www.sentencingproject.org/reports/private-prisons-in-the-united-states/. Acesso em: 17 out. 2024).
2. O sistema prisional privado tem um impacto controverso sobre os índices de violência. Embora as prisões privadas sejam frequentemente defendidas como soluções mais eficientes e econômicas, estudos apontam que elas não necessariamente resultam em menores índices de criminalidade ou reincidência. Em alguns casos, prisões privadas priorizam o lucro sobre a reabilitação dos detentos, o que pode contribuir para a perpetuação de problemas sistêmicos, como o aumento da violência e a ausência de programas eficazes de reintegração. Além disso, a existência de um mercado lucrativo para prisões privadas pode incentivar políticas de encarceramento mais rígidas, afetando negativamente a sociedade como um todo.

Trabalho com fontes (p. 306)

1. Para Angela Davis, diante de punições como castigos corporais e a pena capital, herdadas dos britânicos, a implementação do sistema penitenciário, que se baseia na privação da liberdade, poderia ser interpretada como uma reforma progressista.
2. De acordo com Angela Davis, se, por um lado, legislações como a Décima Terceira Emenda à Constituição e os Códigos Negros proibiam a escravidão, por outro lado, permitiam o trabalho forçado para punir crimes cometidos por pessoas negras, o que a autora designa "servidão penal".
3. Conforme o tópico "Abolicionismo penal" (página 304), apesar das diferenças reconhecíveis entre Estados Unidos e Brasil – por exemplo, legislações distintas –, as reflexões de Angela Davis podem, em parte, ser aplicadas ao contexto brasileiro. No Brasil, bem como nos Estados Unidos, os brancos são a menor parcela étnico-racial da população carcerária. Na argumentação, os estudantes podem mobilizar o dado apresentado no gráfico da seção "Atividades" do capítulo 10 (página 292) e retomado no tópico "Violência legítima do Estado" (página 299) deste capítulo segundo o qual, em 2022, 67,22% das pessoas encarceradas no Brasil eram negras.

Explore (p. 311)

1. Massacre e genocídio são violências praticadas contra coletividades: o massacre ocorre quando prisioneiros de guerra e a população civil são atacados/exterminados, ao passo que o genocídio consiste no extermínio deliberado de um grupo étnico.
2. Dizer que a democracia está sempre "por se fazer" significa que os cidadãos, em um regime democrático, devem estar abertos à discussão e aceitar o pluralismo de ideias e a existência de embates e conflitos, desde que estes não sejam violentos.

Em pauta (p. 314)

1. Hannah Arendt explica que, antes da perseguição nazista aos judeus, refugiado era aquele que praticava algum ato ou sustentava alguma opinião contrária à de seu país e, por isso, buscava refúgio em outra nação. Após a experiência dos judeus na Alemanha, refugiado tornou-se o indivíduo vulnerabilizado que, sem recursos e exposto a uma série de violências, precisa se abrigar em outro lugar. Atualmente, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados define refugiados desta forma: "São pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados" (ACNUR. Quem ajudamos: refugiados. **Acnur**, [2024]. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/. Acesso em: 9 ago. 2024).
2. De acordo com Hannah Arendt, os refugiados têm dificuldade de manter a própria identidade porque perdem o lar, a ocupação ou o trabalho, o idioma, afastam-se de familiares e amigos, são constrangidos a esquecer as adversidades pelas quais passaram e têm seus liames social, político e legal rompidos.
3. Espera-se que os estudantes argumentem que situações como a da boxeadora Cindy Ngamba preservam a dignidade do refugiado, pois o esporte possibilitou-lhe recuperar a autoestima e prosperar, escapando da solidão e de experiências hostis como o *bullying*. Além disso, o esporte proporciona um trabalho ou uma ocupação, o que, segundo Hannah Arendt, reflete a confiança de que se tem alguma utilidade neste mundo.
4. A Equipe Olímpica de Refugiados surgiu em 2015 por meio de uma parceria entre o Comitê Olímpico Internacional e a Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, a equipe fez sua primeira participação, com 10 atletas competindo. Na edição de Tóquio, em 2021, eram 29 atletas. Já nos Jogos Olímpicos de Paris, em 2024, a delegação contou com 37 atletas. Os estudantes devem pesquisar os atletas dos jogos mais recentes. Se não for viável a produção de um infográfico digital, pode-se produzir um painel.

Explore (p. 318)

1. O conflito é inerente à vida humana, seja no âmbito pessoal, social ou político. Pode-se dizer que o conflito é a essência da democracia, regime político que permite a divergência de opiniões. A concórdia, portanto, pressupõe o diálogo possível diante desses conflitos. O conceito de concórdia não se confunde com o de paz quando esta pode ter sido resultado da chamada "paz dos cemitérios", em que o opositor é vencido após a morte de muitos.
2. Espera-se que os estudantes comentem situações cotidianas envolvendo seu contexto familiar, escolar e também o convívio com os amigos. Promover a concórdia não é evitar os conflitos ou escondê-los, mas criar condições para diálogos e trocas saudáveis, mesmo diante de divergências.

Atividades (p. 322)

1. A vantagem da violência legítima do Estado é que ela é institucionalizada; portanto, submetida a leis. Desse modo, retira-se dos indivíduos a possibilidade de fazer justiça com as próprias mãos, e todos os acusados passam por um processo regular. Os riscos são o abuso de poder, já que o Estado tem sob seu controle as corporações militares, além do risco de o Executivo extrapolar seus poderes para controlar o Judiciário e o Legislativo.
2. Na democracia, o cidadão não perde o poder, apenas o transfere provisória e rotativamente a seus representantes, além de não perder o direito – e o dever – de participação ativa, de discordar e criticar. As ditaduras não respeitam o Estado de direito porque não se pautam nas leis, mas no arbítrio imposto pela violência.
3. Por tratar-se de uma mentira intencionalmente produzida pela repetição, além da transgressão moral, representa uma violência psicológica, porque provoca a manipulação do povo a fim de incutir a doutrina nazista. A consequência dessa mentira repetida foi a rejeição de vários segmentos sociais e, por fim, a decisão de entrar em guerra, dando início à Segunda Guerra Mundial.
4. Há uma tendência indevida à generalização ao estender o repúdio às ações terroristas promovidas por grupos radicais *jihadistas* à totalidade da população muçulmana. A religião islâmica é uma entre tantas outras e merece ser respeitada, assim como seu povo deve ser reconhecido em suas diferenças.
5. É importante que os estudantes mencionem que todos são iguais em sua humanidade e, ao mesmo tempo, diferentes em vários aspectos, como:
   a. em necessidades que variam conforme a idade: criança (educação, proteção); adulto (autonomia, trabalho); idoso (atendimento de saúde, aposentadoria);
   b. no direito a pensamentos e crenças diferentes;
   c. no direito de viver e expressar livremente a orientação sexual e a identidade de gênero;
   d. no direito ao acesso fácil a todos os locais públicos.
6. a. O título refere-se à farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, espancada seguidamente pelo homem com quem foi casada, que por duas vezes tentou assassiná-la. Ao ficar paraplégica, teve coragem de denunciá-lo e levar avante um movimento que culminou com a promulgação da lei.
   b. Historicamente, desde a Antiguidade até a contemporaneidade, com raras exceções, vivemos em sociedades centradas no

poder masculino. Apenas nas últimas décadas, em um movimento fortalecido no século XX, a emancipação da mulher vem ocorrendo. Mesmo assim, não se trata de mudança abrangente em razão da persistência de fortes traços de sexismo e misoginia que impedem a devida integração social desse segmento constituído por cerca de metade da população mundial. O ambiente doméstico e familiar aparece nas estatísticas como local de altos índices de agressão física, psicológica e moral.

c. No artigo 7º, inciso II, da Lei Maria da Penha, a violência psicológica é entendida como qualquer conduta que cause à mulher "dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação". O comentário do estudante é pessoal e visa identificar, nas relações comuns, formas de controle tidas como amorosas, mas que, na verdade, são formas de constrangimento.

7. Espera-se que os estudantes abordem o tema da intolerância religiosa focando a violência praticada no Brasil contra as religiões de matriz africana, em especial o candomblé e a umbanda. A fim de apurar o nível crítico, devem ser incorporadas, ainda, reflexões de Angela Davis sobre a violência estrutural e a interseccionalidade. Vale destacar que o tema da religião pode suscitar defesas apaixonadas das próprias crenças, o que deve ser evitado, pois o tema do debate é a necessidade de se abrir para a alteridade e de combater a intolerância religiosa, sobretudo, a que tem fundamento racial.

8. Na charge, a pequena figura de Rosa Parks tem uma sombra gigantesca, uma metáfora para o fato de sua atitude particular de desobediência civil ter tido grande repercussão, motivando protestos que, coletivamente, exigiam o fim de leis de segregação racial nos Estados Unidos. Em Montgmomery, no ano de 1955, quando o transporte público local adotava a política de segregação racial, Rosa Parks foi presa por se recusar a ceder seu assento em um ônibus para que um homem branco pudesse se sentar.

9. Alternativa **d**.

10. Alternativa **d**.

Sugestões

Livro

Sobre a violência
Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
Nesse livro, a filósofa busca compreender e avaliar a questão da violência a partir do momento histórico em que vive, de ideologias políticas extremadas. Para tanto, aborda a origem e a manutenção da violência, diferenciando-a de poder.

Filme

Invictus
Direção: Clint Eastwood. Estados Unidos, 2009. Duração: 133 minutos.
Filme baseado no livro *Playing the Enemy: Nelson Mandela and the Game that Made a Nation*, de John Carlin. Em um momento em que a África do Sul continuava um país dividido em decorrência do *apartheid*, o então presidente Nelson Mandela utiliza o evento da Copa do Mundo de Rúgbi para promover a união da população, fomentando um sentimento de pertencimento e a construção da nação.

Capítulo 12 Direitos humanos

Competências e habilidades trabalhadas

A **competência geral da Educação Básica 1** é trabalhada ao longo de todo o capítulo, que apresenta a construção histórica e jurídica dos direitos humanos e alguns obstáculos que impedem a sociedade de se tornar mais justa e igualitária. É desenvolvida também na seção "Em pauta" (página 328), que, por meio de dois textos, aborda o trote violento, e na atividade 3 da seção "Atividades" (página 346), por permitir, com base em três textos, entre eles a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, uma reflexão sobre a liberdade de expressão e seus limites.

As **competências gerais da Educação Básica 2** e **7** são desenvolvidas na seção "Em pauta" (página 328), por promover a análise crítica para investigar causas e elaborar hipóteses sobre o trote violento, bem como por desenvolver a argumentação sobre a promoção de direitos humanos, e na atividade 5 da seção "Atividades" (página 347), ao solicitar aos estudantes que verifiquem se os direitos humanos são atendidos na região escolar e discutam as conclusões.

A **competência geral da Educação Básica 9** é mobilizada no boxe "Explore" (página 335), que, ao propor a leitura da Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã à luz do conceito de igualdade, permite trabalhar o diálogo e a empatia em relação ao combate à violação dos direitos das mulheres.

A seção "Trabalho e juventudes" (página 340), por sua vez, permite desenvolver a **competência geral da Educação Básica 6** ao apresentar as áreas de serviços jurídicos, de investigação e perícia judicial e de direito, auxiliando na apropriação de conhecimentos sobre as relações do mundo do trabalho e permitindo aos estudantes realizarem escolhas alinhadas ao seu projeto de vida.

A seção "Em pauta" (página 328) aciona a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**, por meio das habilidades **(EM13CHS101)**, **(EM13CHS102)** e **(EM13CHS103)**, por permitir comparar duas fontes distintas – o trecho de uma lei sobre trote violento e um texto de Theodor Adorno – para entender a violência associada ao trote e levar os estudantes a argumentar sobre essa prática nas instituições de ensino brasileiras. A seção "Trabalho com fontes" (página 334), por meio de um texto de Immanuel Kant sobre a autonomia do ser humano, promove o desenvolvimento da habilidade **(EM13CHS101)**, habilidade também mobilizada no boxe "Explore" (página 335), que, por intermédio da leitura de dois documentos históricos sobre direitos humanos, suscita a compreensão dos conceitos de liberdade e de igualdade no século XVIII, mobilizando também a habilidade **(EM13CHS104)**. Já a atividade 3 da seção "Atividades" (página 346), ao apresentar três textos para análise e argumentação sobre a liberdade de expressão contida na Constituição Federal de 1988 e os perigos de seu uso irresponsável, permite desenvolver as habilidades **(EM13CHS101)** e **(EM13CHS103)**, sendo esta última também acionada na atividade 5 da mesma seção (página 347), que requer a verificação do respeito aos direitos humanos nas proximidades da escola, a sistematização de dados e o debate acerca da aplicação da pesquisa ao município, estado ou ao país.

Ao discutir os fundamentos éticos e os valores defendidos nas sociedades, o tópico "Direitos humanos para quem?" (página 325) desenvolve a habilidade **(EM13CHS501)**. O tópico "Ofensas aos direitos humanos no cotidiano" (página 326), por abordar violações aos direitos humanos cometidas contra crianças, mulheres, entre outros, trabalha a habilidade **(EM13CHS503)**. A seção "Em pauta" (página 328), por possibilitar aos estudantes analisar a falta de ética e de solidariedade nos trotes das instituições de ensino brasileiras bem como as formas de intolerância e preconceitos presentes nessas práticas, mobiliza as habilidades **(EM13CHS501)**, **(EM13CHS502)** e **(EM13CHS503)**. Já o tópico "Kant: a dignidade humana" (página 332), ao tratar da ética na relação entre os seres

humanos, aciona a habilidade **(EM13CHS501)**, também desenvolvida na seção "Trabalho com fontes" (página 334), por solicitar aos estudantes que identifiquem os fatores que entravam a plena autonomia humana na atualidade, e no boxe "Explore" (página 335), ao promover a comparação entre documentos sobre a liberdade e a igualdade, o que viabiliza uma análise crítica sobre a garantia dos direitos das mulheres atualmente, trabalhando a habilidade **(EM13CHS503)**. A atividade 3 da seção "Atividades" (página 346), ao promover a discussão sobre os fundamentos da liberdade de expressão e os perigos do abuso desse direito, oportuniza o debate sobre o impasse ético gerado pelo uso irresponsável dessa liberdade nas redes sociais, ensejando aspectos da habilidade **(EM13CHS504)**.

A habilidade **(EM13CHS605)** é acionada ao longo do capítulo, sobretudo nos tópicos "Direitos humanos para quem?" (página 325), "Ofensas aos direitos humanos no cotidiano" (página 326), "Histórico da noção de direitos humanos" (página 330) e "Kant: a dignidade humana" (página 332), além da seção "Trabalho com fontes" (página 334), sobre pensar com autonomia; no boxe "Explore" (página 335), por possibilitar a discussão sobre a efetiva aplicação dos direitos humanos na sociedade (mais especificamente, os direitos das mulheres); no boxe "Explore" (página 342), ao incentivar a discussão sobre a universalização dos direitos humanos e oportunizar questionar os entraves a esse ideal; e nas atividades 3 e 5 da seção "Atividades" (páginas 346 e 347), a primeira por discutir liberdade de expressão, e a segunda ao requerer pesquisa sobre a proteção de determinados direitos humanos nas proximidades da escola.

A seção "Em pauta" (página 328), ao tratar do trote violento, permite a análise dos conceitos de justiça e dignidade humana e de características da sociedade brasileira, levando os estudantes a buscar meios de enfrentar o problema e que promovam maior empatia, desenvolvendo, assim, as habilidades **(EM13CHS605)** e **(EM13CHS606)**. O boxe "Explore" (página 339), por sua vez, ao discutir o papel dos organismos internacionais na defesa e na promoção dos direitos humanos, desenvolve a habilidade **(EM13CHS604)**. A atividade 3 da seção "Atividades" (página 346), por possibilitar comparar o conceito de liberdade de expressão em diferentes tempos, também aciona a habilidade **(EM13CHS603)**. Por fim, a atividade 4 da mesma seção (página 346), ao trabalhar com textos sobre liberdade *versus* escravidão, promove a análise da violação de direitos humanos cometida contra os escravizados, mobilizando a habilidade **(EM13CHS605)**, assim como a demanda pela efetiva proteção aos direitos da população negra ainda longe de ser concretizada, referindo-se à habilidade **(EM13CHS601)**.

Temas contemporâneos transversais

O tema contemporâneo transversal **Educação em direitos humanos** é trabalhado ao longo de todo o capítulo, por exemplo, na seção "Em pauta" (página 328), ao incentivar o debate acerca de violações cometidas contra os direitos humanos nos trotes violentos em instituições de ensino no país; no boxe "Explore" (página 339), por permitir a discussão do papel dos organismos internacionais na promoção e garantia dos direitos humanos; e na atividade 5 da seção "Atividades" (página 347), por incentivar os estudantes a pesquisarem a efetividade da aplicação de direitos humanos na região em que estudam.

Trabalho interdisciplinar

O capítulo tem interdisciplinaridade com **Linguagens e suas Tecnologias** em vários pontos, por exemplo, mobilizando a habilidade **(EM13LGG101)** no boxe "Explore" (página 335), ao comparar o conceito de liberdade em três distintos documentos históricos compreendendo a intenção de sua produção e a quem majoritariamente os documentos se destinavam, e na atividade 3 da seção "Atividades" (página 346), que apresenta três textos sobre liberdade de expressão, de diferentes épocas e meios de circulação, e pede que se analise a influência de um sobre o outro. A habilidade **(EM13LGG201)** é desenvolvida no boxe "Explore" (página 325), ao apresentar uma obra de arte como meio para compreender o tema direitos humanos. Já as habilidades **(EM13LGG202)** e **(EM13LGG203)** são exploradas no boxe "Explore" (página 335), por suscitar a comparação de dois documentos históricos sobre liberdade e igualdade escritos sob diferentes perspectivas, uma masculina e uma feminina, permitindo também a análise de busca por legitimidade do exercício da cidadania por parte das mulheres.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Ao tratar da educação para a não violência por meio da questão dos trotes violentos em instituições de ensino brasileiras, a seção "Em pauta" (página 328) propicia o trabalho com o **ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes**, também contemplado na atividade 5 da seção "Atividades" (página 347), que convida os estudantes a investigar se os direitos humanos são respeitados nas proximidades da escola e se a pesquisa pode ser estendida ao município, ao estado ou até a todo o país.

Respostas e comentários

Explore (p. 325)

1. Denilson Baniwa, da etnia que lhe empresta o sobrenome, se apropria da expressão *natureza morta*, que caracteriza um tipo de pintura na qual são representados objetos inanimados, como frutas e flores, para fazer uma crítica ao desmatamento das florestas brasileiras, que coloca em risco a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas.
2. Uma leitura possível é que, na infogravura que simula uma imagem de satélite a área desmatada forma a silhueta de um indígena, representado com o corpo estendido no chão, como uma vítima de violência. Desse modo, a expressão *natureza morta* seria empregada com sentido denotativo. Há também um sentido metafórico que remete à perda das tradições dos povos originários devido à devastação da natureza. Assim, o artista chama a atenção para os problemas enfrentados pelos povos nativos nas florestas, lembrando que os direitos humanos também foram criados para defender a vida e a cultura indígenas. Vale salientar que os estudantes podem propor outras interpretações, desde que as justifiquem com elementos da obra.

Em pauta (p. 328)

1. O texto 1 aborda a prevenção e a responsabilização de trotes violentos, "que envolvam coação, agressão, humilhação, discriminação por racismo, capacitismo, misoginia, ou qualquer outra forma de constrangimento que atente contra a integridade física, moral ou psicológica dos alunos", não do trote em geral.
2. Para Adorno, os mecanismos que tornaram possível a obediência irrestrita aos líderes nazistas se aproveitaram da identificação cega com o coletivo. A mentalidade manipulada das massas foi entranhada desde cedo pela violência que acompanhou a adesão ao grupo, fazendo com que os indivíduos se sentissem filiados e pertencentes ao coletivo a ponto de perderem a individualidade.
3. De acordo com Adorno, a educação é a maneira de evitar o retorno do horror. E, desde a infância, ela deve ser dirigida à reflexão e à crítica. Kant já aconselhava, no século XVIII, a ousar saber por si próprio, o que significa assumir sua autonomia de pensamento e ação. Vale discutir com os estudantes o sentido da expressão *não participação*, utilizada após o termo *autodeterminação*. Nesse contexto, Adorno não se refere à desejada participação do cidadão na vida pública, mas à participação cega do coletivo, que leva o indivíduo a perder sua autonomia e sua capacidade de crítica.

4. O texto 1 diz respeito ao combate aos trotes violentos cometidos pelos estudantes "veteranos" sobre os "calouros" nas instituições de ensino técnico e superior no Brasil, mais particularmente no estado de São Paulo. No texto 2, Adorno repudia os trotes que infligem dor física pelo alto teor de coletivização, que leva a comportamentos brutais, aceitos de maneira acrítica e obstinada, tanto pelos que agem sadicamente como pelos que sofrem a violência, os quais, por sua vez, repetirão o ciclo no ano seguinte, sob a justificativa do costume. Para o filósofo, esses costumes prenunciam e preparam para a violência nazista. Ambos os textos tratam de trotes violentos cometidos por uma coletividade em ritos de iniciação. Vale salientar que o artigo de opinião é típico de jornais e revistas e requer tipologia textual dissertativo-argumentativa. Recomenda-se a elaboração de um texto com cerca de trinta linhas em modalidade escrita formal da língua portuguesa.

Explore (p. 332)

1. Para Immanuel Kant, o direito deve ser dessacralizado, isto é, dissociado dos dogmas religiosos enunciados em documentos como a *Bíblia*. Isso está em sintonia com sua defesa iluminista do poder da razão em detrimento da ingerência da fé. Para o filósofo, não há, portanto, interação desejável entre os preceitos bíblicos e os preceitos legais.
2. Espera-se que os estudantes comentem que a passagem destacada segue a mentalidade moderna que separa a humanidade da natureza e identifica os demais seres vivos e os recursos do ambiente como objetos a serem explorados. Essa cisão entre o sujeito (o ser humano) e o objeto (tudo que não é humano) é hoje duramente criticada por ambientalistas. É necessário, no entanto, compreender que o texto kantiano estava inserido no contexto da Alemanha do final do século XVIII e que não pode ser tomado anacronicamente, sem considerar seus limites ou com base na mentalidade atual e nas questões mais prementes da contemporaneidade. Além disso, naquela época, a questão ambiental não era uma preocupação das sociedades, tampouco considerada um problema filosófico.

Trabalho com fontes (p. 334)

1. Explicitado no texto de Kant, esse lema representa o ideal iluminista de valorização da autonomia de pensamento e ação. Para Kant, a autonomia "é o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda a natureza racional", significando também que o ser racional é sempre fim e nunca meio para o que quer que seja. Ao se referir à coragem, Kant realça o fato de que muitos não assumem sua autonomia por preguiça ou covardia, por isso diz: "Ouse saber!" e, como decorrência, "Ouse agir!".
2. A passagem para a maioridade pode ser difícil e perigosa devido à tendência de evitar confrontos e permanecer na comodidade dos modelos de conduta impostos pelo costume. Preconceitos arraigados também impedem a emancipação e a autonomia humana. Por sua vez, esse salto para o desconhecido pode ter consequências não desejadas, embora, para Kant, um erro não nos deva impedir de tentar novamente, evitando, assim, toda tutela imposta.
3. Os estudantes podem considerar suas próprias experiências para identificar pessoas, instituições ou doutrinas que impedem – ou pretendem impedir – a autonomia do pensar. As diversas instâncias podem ser a família, a comunidade, o Estado, a Igreja e a mídia. O agravante ocorre quando, por exemplo, o Estado se torna autoritário, e a religião, fundamentalista.

Explore (p. 335)

1. O artigo 1º tanto da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão como da Declaração Universal dos Direitos Humanos apresenta formulações similares, evidenciando que a declaração de 1789 influenciou a elaboração e a ampliação do conceito de direitos humanos da declaração de 1948. A diferença entre as formulações está, sobretudo, no grupo de pessoas que elas abarcam: a primeira contempla o homem (gênero masculino), e a segunda, toda a humanidade.
2. De acordo com Olympe de Gouges, a lei deve ser a mesma para todos e todas, contemplando tanto os cidadãos como as cidadãs. Por isso, as mulheres e os homens têm igualmente o direito de acesso às honrarias, aos cargos e empregos públicos, para os quais devem ser avaliados apenas critérios como a capacidade e o talento, sem distinção de gênero.

Explore (p. 339)

1. A inalienabilidade dos direitos humanos significa que todos são dignos deles e que ninguém pode voluntariamente recusá-los, desistir deles ou retirá-los de outra pessoa.
2. Espera-se que os estudantes comentem que organismos internacionais podem atuar quando Estados violam os direitos humanos de seus cidadãos ou são omissos em relação a essa violação por parte de determinados segmentos da sociedade. Além disso, documentos de alcance internacional como a Declaração Universal dos Direitos Humanos inspiram a defesa desses direitos e podem ganhar a força de normas jurídicas instituídas internamente.

Trabalho e juventudes (p. 340)

De acordo com dados publicados pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Brasil registrou só no primeiro trimestre de 2023 o número alarmante de 121 mil denúncias de violação dos direitos humanos. A gravidade do quadro já havia sido apontada no relatório de 2021 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que concluiu que a situação de violência observada no país está, em larga medida, atrelada à discriminação estrutural de grupos específicos da sociedade (mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+, comunidades quilombolas, povos indígenas, camponeses e trabalhadores rurais, pessoas em situação de rua e moradores de favelas ou periferias) e a um modelo de segurança e justiça que assimila e reproduz a discriminação. Para mudar essa situação, os jovens candidatos às carreiras associadas direta ou indiretamente ao exercício da justiça devem ter uma formação mais crítica, reflexiva e humanista.

O estudante que pretende seguir carreira em direito ou em áreas correlatas deve desenvolver habilidades como a escuta, a empatia e o autocontrole emocional. Responsabilidade, organização e boa gestão de tempo são qualidades desejáveis. Além disso, é importante ter disponibilidade para tarefas investigativas e desenvoltura na escrita, demonstrando facilidade para se expressar e argumentar. Conhecimentos gerais e boa formação em história, filosofia e sociologia colaborarão para uma formação mais completa do profissional.

Para que o professor reconheça nos estudantes as habilidades fundamentais para as áreas no campo da justiça, ele deve estar atento às atividades de debate e às simulações de tribunais judiciários e de pleitos eleitorais, às situações de mediação de conflito e tomada de decisões coletivas, às discussões sobre regras da escola e às eleições de grêmio escolar. Atividades envolvendo o levantamento de dados objetivos e o arrolamento de informações para subsidiar trabalhos de pesquisa também oferecem oportunidade para identificar estudantes com habilidade para as áreas em questão.

Explore (p. 342)

1. Os direitos humanos não são universais no sentido de serem eternos e imutáveis. Assim, esses direitos são passíveis de reconstrução. Isso não quer dizer que eles não sejam universalizáveis, pois os direitos humanos devem se estender a toda a humanidade, sem excluir ninguém.

2. Os direitos humanos não são eternos e imutáveis como os direitos naturais. Além disso, estão positivados, ou seja, estabelecidos em uma legislação instituída, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Eles integram, portanto, os chamados direitos positivos.

Atividades (p. 346)

1. Immanuel Kant, principal pensador do Iluminismo alemão, realçou a importância da autonomia e da preservação da dignidade humana, aplicadas igualmente a todos, sem exceções. Seu conceito de hospitalidade ajuda a pensar a situação muitas vezes precária dos refugiados no mundo, frequentemente tratados com xenofobia, tendo em vista que o filósofo defendia o direito de propriedade comum da superfície da Terra, sinalizando que ninguém tem mais direito do que qualquer outro de estar em determinado lugar do planeta.

2. O direito natural considera os direitos universais e absolutos, eternos e imutáveis, ou seja, válidos em qualquer lugar e em todos os tempos. Para o positivismo jurídico, não existe direito imutável que derive da própria natureza, porque a justiça se define por leis criadas pelo ser humano, instituídas pela norma escrita e variáveis conforme os costumes e a sociedade de cada país.

3. **a.** Nos artigos transcritos, as duas declarações tratam do direito à liberdade de expressão. Ambas defendem a livre comunicação de opiniões, sendo que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão explicita que os cidadãos podem responder juridicamente se exercerem essa liberdade com abusos. Certamente o texto da declaração francesa inspirou a declaração da Organização das Nações Unidas, como evidenciam outros artigos.

b. A liberdade de expressão reivindicada pela Constituição brasileira de 1988 encontra amparo no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assegurando aos brasileiros o direito de se expressar e emitir opiniões livremente. Assim, pode-se dizer que, no que diz respeito à liberdade de expressão, os dois documentos estão em sintonia.

c. Na última citação, o professor de direito constitucional Bernardo Gonçalves Fernandes explica que a liberdade de expressão encontra limitações, uma vez que não se confunde com um direito absoluto de dizer tudo aquilo que se deseja. A liberdade de expressão deve ser limitada quando evoca ações violentas que ameaçam a garantia de outros direitos fundamentais e incentivem práticas criminosas. O exercício irresponsável da liberdade de expressão pode implicar atitudes ilícitas como apologia ao crime, antissemitismo etc., casos em que é vedado se expressar livremente, sob pena de responder juridicamente por abusar do direito de opinar.

4. **a.** A passagem do filósofo camaronês aproxima-se do pensamento de Susan Buck-Morss, pois ela afirma que os iluministas se valiam do termo *escravidão* como metáfora de uso político, indicando tudo o que havia de negativo nas relações de poder, compreensão similar à metaforização denunciada por Mbembe.

b. No trecho de Jean-Jacques Rousseau, a renúncia à liberdade é compreendida sob uma perspectiva jurídica, ou melhor, de nulidade jurídica. Ele defende a ideia de que não existe o direito de escravizar, porque a relação entre escravidão e direito é mutuamente excludente. Assim, não se pode dizer que o escravizado tem o dever de obediência. Nessa passagem, a análise de Rousseau é feita em termos abrangentes e universais, sem o uso de exemplos históricos ou concretos de escravização.

c. O fato de a análise de Rousseau ser conduzida em termos abrangentes e sem recorrer ao exemplo concreto da escravização de africanos, tendo em vista que o tráfico atlântico de pessoas escravizadas alcançou o auge no século XVIII, contribui para o uso metafórico do termo *escravidão*. Como foi apresentado no estudo do capítulo por meio das reflexões de Susan Buck-Morss, a palavra *escravidão* foi usada pelos iluministas, entre eles Rousseau, como metáfora para designar tudo o que havia de mau nas relações de poder, incluindo a condição de sujeição de um povo a um tirano. No trecho selecionado, fica evidente esse uso metafórico dissociado da realidade do tráfico atlântico, até porque não se pode afirmar que um escravizado africano tenha renunciado à liberdade, tal como um cidadão poderia renunciar ao seu poder de decisão, já que a escravidão real foi imposta de maneira profundamente violenta, ou seja, não implicou escolha.

5. A atividade visa reconhecer pontos fortes e fragilidades de aplicação e efetividade dos direitos humanos na região escolar. Para facilitar a sua execução e verificar se os estudantes chegaram a resultados semelhantes, o ideal é que a atividade seja realizada em grupos de até cinco integrantes, contando com a orientação do professor. Se algumas regiões forem comprometidas por violência, isso inviabiliza saídas de campo para o cumprimento do segundo item, demandando outras estratégias, como o mapeamento mental da área da escola por parte dos estudantes, conforme a circulação deles pela região, valendo-se ainda de recursos como *sites* de visualização de mapas com imagens de satélite. É necessário destacar que a atividade se serve dos princípios do pensamento computacional, que consiste em utilizar fundamentos da computação para resolver problemas, preconizando quatro pilares (decomposição, reconhecimento de padrões, abstração e algoritmo). Tanto ao identificar os espaços da região e as pessoas que por ali vivem ou circulam, quanto ao organizar os direitos humanos segundo suas especificidades, os estudantes efetuarão a decomposição do problema, o que possibilitará o reconhecimento de padrões no lugar investigado. A abstração e o algoritmo são desenvolvidos especialmente no último item, quando os estudantes confrontarão os procedimentos de cada grupo e verificarão se podem ser aplicados para resolver problemas similares em maior escala (município, estado e país).

6. Alternativa **b**.

7. Alternativa **a**.

Sugestões

Livro

A afirmação histórica dos direitos humanos

Fábio Konder Comparato. São Paulo: Saraiva, 2017.

O livro recupera, no plano da história, o processo de construção do conceito de dignidade humana, considerando os direitos fundamentais como sua garantia. Redigido por um jurista, o livro suscita uma ampla reflexão filosófica sobre a vigência dos direitos humanos e sua anterioridade lógica em relação aos direitos civis estabelecidos pelo ordenamento jurídico de Estados particulares.

Filme

A vida é bela

Diretor: Roberto Benigni. Itália, 1997. Duração: 116 minutos.

O filme se passa no contexto da Segunda Guerra Mundial e narra a história de Guido, um judeu que vive na Itália fascista e é capturado e enviado junto com seu filho Giosué para um campo de concentração. A fim de distrair o pequeno Giosué dos horrores que estão vivendo, Guido utiliza seu bom humor para fazer a criança acreditar que estão participando de um jogo e precisam vencer a competição.

EDUCAÇÃO MIDIÁTICA

INFLUENCIADORES DIGITAIS

O objetivo desta seção é desenvolver habilidades para a participação crítica e cidadã no ambiente digital, reconhecendo as maneiras de produção e circulação de conteúdos nos diferentes serviços *on-line* e refletindo sobre o contato cotidiano com esses conteúdos.

Neste livro, propomos um debate a respeito dos influenciadores digitais (*influencers*), com uma leitura crítica de sua participação nas redes sociais e a realização de um roteiro de vídeo – este poderá ser executado pelos estudantes, caso haja possibilidade.

Sobre o poder dos *influencers*, sugerimos a leitura do artigo "Marketing de influência: a era do "*digital influencer*", de Vanessa Santos de Assis e Andressa Ferreira, publicado em *Anais do Encontro de Marketing Crítico da UESB* (Vitória da Conquista, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 22 e 23 de outubro de 2019).

O desenvolvimento de um pensamento crítico sobre o poder de *influencers* na atualidade permite o trabalho com o tema contemporâneo transversal **Ciência e tecnologia**.

Nesta seção, ao refletir sobre a popularidade e o alcance dos influenciadores digitais e ao criar um roteiro de vídeo curto, os estudantes desenvolvem as **competências gerais da Educação Básica 4** e **5**, e as habilidades **(EM13CHS106)** – que prevê o uso de tecnologias digitais para acessar e difundir informações e conhecimentos – e **(EM13CHS401)**, que propõe a análise das relações de diferentes sujeitos e grupos sociais com as inovações tecnológicas.

MOVIMENTAÇÃO

DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

O trabalho com a seção tem por objetivo que os estudantes aperfeiçoem estratégias de pesquisa, o que colabora para a autonomia de aprendizagem. Além disso, ao explorar a técnica da análise documental, a seção ajuda os estudantes a adquirirem a disciplina necessária para a avaliação e a sistematização metódica de informações, favorecendo o desenvolvimento de uma posição crítica diante dos conteúdos encontrados. A abordagem também permite que eles se aproximem de textos de diferentes gêneros (jornalístico, científico, técnico) e os impulsiona a transpor as informações escritas para a oralidade.

Em um primeiro momento, anote na lousa as palavras-chave que forem surgindo ao longo do debate. Quando a palavra se repetir, sinalize a recorrência com algum sinal gráfico (grifando, circulando etc.). Esse procedimento ajudará a turma a visualizar os tópicos sobre os quais ela tem mais interesse no âmbito dos direitos humanos no Brasil.

Apresente aos estudantes os gêneros textuais com os quais eles trabalharão, demonstrando as diferenças entre um texto didático, jornalístico e um técnico (projetos de lei). Oriente que os grupos escolham os gêneros conforme suas habilidades.

Aproveite o momento da análise documental para ajudar os estudantes a construírem uma referência bibliográfica e a realizar um fichamento. Apresente exemplos e mostre que cada tipo de gênero textual exigirá um formato de referência e de fichamento. No momento da comparação dos textos, incentive-os a perceber os pontos de convergência e de divergência entre as diferentes fontes, criando um perfil que resuma como o tema é analisado por aquela fonte.

Para a realização da atividade, sugerimos o seguinte cronograma, que deve ser pensado e adaptado de acordo com a realidade escolar.

Sugestão de cronograma

Aula 1	Debate, definição dos tópicos e formação dos grupos.
Atividade extraclasse	Análise documental: pesquisa e coleta das fontes, seleção e curadoria do material.
Aulas 2 e 3	Análise documental: leitura e fichamento das fontes.
Aula 4	Análise documental: análise dos fichamentos (revisão) e elaboração da síntese que irá subsidiar o seminário.
Aula 5	Organização das informações pelo grupo e distribuição das tarefas para realização do seminário.
Atividade extraclasse	Preparação do seminário e ensaios para verificação da adequação das falas, do tempo e dos equipamentos de gravação de áudio.
Aulas 6 e 7	Realização dos seminários em sala de aula.
Atividade extraclasse	Edição e divulgação dos *podcasts*. Você pode marcar um momento extraclasse com cada grupo para verificar o material produzido por eles, dando sugestões e orientando eventuais correções até a etapa de publicação dos áudios.

Competências e habilidades trabalhadas

A seção propõe: realizar uma análise documental sobre a maneira como o tema dos direitos humanos é tratado pela imprensa e pela justiça brasileiras; discutir os resultados da análise em seminários; e transformar os registros em áudio dos seminários em *podcasts*. No início desse processo, os estudantes sistematizarão informações por meio do método da análise documental, o que será valioso em outros momentos da vida escolar. Já nos seminários, haverá espaço para a produção coletiva de conhecimentos. O compartilhamento desses conhecimentos poderá ocorrer pela produção de um *podcast*, que repercutirá a discussão entre os estudantes. Todo o trabalho envolvido nessas etapas contribuirá, portanto, para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 4**.

Os estudantes não familiarizados com os *podcasts* passarão a conhecer esse formato de distribuição de conteúdo digital, compreendendo suas características, o que garantirá uma boa gravação e um produto final equivalente. Eles poderão, ainda, seguir as recomendações de edição, escolher um programa de edição e mixagem de áudio disponível na internet e produzir o *podcast* para materializar e compartilhar as investigações da turma sobre temas em direitos humanos. Trata-se de uma experiência de utilização de tecnologias digitais de informação e comunicação para conceber um produto, exercendo autoria e protagonismo, o que contribuirá para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 5**.

O texto introdutório da seção e o trabalho como um todo discutem conflitos e violações dos direitos humanos, destacando que

a violência e a discriminação que afetam mulheres, pessoas negras, pessoas LGBTQIA+, povos indígenas, entre outros grupos, dizem respeito a todos os cidadãos brasileiros, pois contradizem os princípios da Constituição Federal de 1988. Assim, os estudantes serão sensibilizados a participar da atividade ao mesmo tempo que exercitam a cidadania, almejando a construção de uma sociedade mais justa, baseada no respeito aos direitos humanos, o que contribuirá para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 7**.

O trabalho da seção mobiliza, ainda, a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5**, na medida em que trata da necessidade de identificar e combater formas de injustiça, adotando princípios pautados no respeito aos direitos humanos **(EM13CHS502)**. Além disso, a seção requer o levantamento de medidas para a promoção dos direitos humanos e de ações de proteção às pessoas mais suscetíveis à violação desses direitos, de modo que possibilita discutir e avaliar esses mecanismos **(EM13CHS503)**, o que permite, por fim, a compreensão da necessidade de analisar impasses ético-políticos concernentes à sociedade brasileira **(EM13CHS504)**.

Trabalho interdisciplinar

O trabalho com a seção permite o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao componente **língua portuguesa**, ao possibilitar que os estudantes estabeleçam relações de interdiscursividade e intertextualidade para explicitar posicionamentos – nesse caso, identificando as diferentes abordagens usadas pelas fontes para tratar dos tópicos pesquisados sobre direitos humanos **(EM13LP04)**. Além disso, a realização do seminário estimula o trabalho com a habilidade **(EM13LP14)**, que trata da produção de textos orais considerando sua adequação ao gênero e ao contexto em que é empregado.

Avaliação

Para avaliar se o trabalho foi bem conduzido pelos estudantes, construa com eles uma lista de metas. Organize-a considerando os campos atitudinal, conceitual e procedimental, tanto no âmbito individual como no coletivo (grupo). Essas metas podem ser traduzidas em questões que ajudam os estudantes a refletirem sobre o desenvolvimento das atividades. Verifique, a seguir, alguns exemplos de metas/questões que podem ser formuladas seguindo etapas do trabalho.

Discussão

Atitudinal	Debateram de forma ordenada, respeitando a ordem de fala?
Conceitual	Mobilizaram conteúdos desenvolvidos ao longo das aulas em suas argumentações?
Procedimental	Foram capazes de identificar os temas mais recorrentes nas falas ao longo da discussão para selecionar os tópicos de interesse da turma?

Análise documental

Atitudinal	Cooperaram na divisão de tarefas e se auxiliaram em suas dificuldades?
Conceitual	Mobilizaram os conteúdos trabalhados nas aulas para interpretar e analisar os textos?
Procedimental	Foram capazes de organizar, sintetizar e comparar as informações levantadas?

Seminário

Atitudinal	Apresentaram bom entrosamento no momento da apresentação?
Conceitual	Demonstraram ampliar os conceitos trabalhados em sala sobre direitos humanos após o trabalho de análise documental?
Procedimental	Foram capazes de expor um texto oral de forma clara, cativante e adequada ao público?

Sugestões

Livro

Introdução à análise argumentativa: teoria e prática

Marcus Sacrini. São Paulo: Paulus, 2023. v. 1.

O livro analisa os elementos gerais que compõem os argumentos e o que estrutura as discussões argumentativas.

Vídeo

Criação de *podcasts*

Disponível em: https://eaulas.usp.br/portal/video?idItem=26747. Acesso em: 22 out. 2024.

Nesse vídeo, o professor Fabio Gregori explica como criar *podcasts* com finalidade pedagógica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS

ALVES, Flávia Jôse Oliveira *et al*. The rising trends of self-harm in Brazil: an ecological analysis of notifications, hospitalisations, and mortality between 2011 and 2022. **The Lancet Regional Health Americas**, *[s. l.]*, v. 31, mar. 2024.

Analisa as taxas de notificações e internações relacionadas a lesões autoprovocadas e suicídio no Brasil entre 2011 e 2022, bem como investiga diferenças sociodemográficas dos registros.

ARANTES, Paulo Eduardo (org.). **A filosofia e seu ensino**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Educ, 1995.

O livro reúne artigos sobe o ensino de filosofia no Brasil escritos por Paulo Eduardo Arantes, Franklin Leopoldo e Silva, Salma Tannus Muchail, Celso Fernando Favaretto e Ricardo Nascimento Fabbrini.

BARBISAN, Leci Borges. Uma proposta para o ensino da argumentação. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, jun. 2007.

Trata da argumentação tendo em perspectiva sua relação com a linguística e o ensino.

BLOOM, Benjamin Samuel *et al*. **Taxonomia de objetivos educacionais**. Domínio cognitivo. Porto Alegre: Globo, 1974.

Obra que categoriza os objetivos educacionais em diferentes níveis de complexidade, orientando a avaliação da aprendizagem.

BORGES, Vânio. **O livro didático de filosofia**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Dialética, 2022.

O autor analisa os livros didáticos de filosofia aprovados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2015.

BOTELHO, Rosana Ulhôa; ARAÚJO, Helton Ellery; CODES, Ana Luiza Machado de. Sair ou não sair da casa dos pais: explorando a questão à luz de bases informacionais censitárias – Brasil 1991, 2000 e 2010. *In*: SILVA, Enid Rocha Andrade de; BOTELHO, Rosana Ulhôa (org.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília, DF: Ipea, 2016.

Apresenta a continuidade de pesquisas realizadas pelo Ipea para subsidiar a análise voltada à formulação e à avaliação das políticas públicas para a juventude brasileira.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. *In*: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

Obra de sociologia voltada para a educação que aborda as formas de conhecimento e suas relações com o mundo social.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 65. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2024. *E-book*.

Carta Magna que rege o ordenamento jurídico do Brasil e estabelece regras para garantir os direitos dos diferentes grupos sociais do país.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 set. 2024.

Estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 19 set. 2024.

Aprova o Plano Nacional de Educação com vigência de dez anos.

BRASIL. **Lei nº 14.945**, **31 de julho de 2024**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14945.htm. Acesso em: 19 set. 2024.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de reestruturar a Política Nacional para o Ensino Médio.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2013.

Documento que norteia a Educação Básica do país e estabelece as diretrizes para a Base Nacional Comum Curricular.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC, 2000.

Conjunto de diretrizes para subsidiar o trabalho de educadores.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC; SEB, 2018.

Documento normativo que define as aprendizagens essenciais para as crianças e os adolescentes durante a Educação Básica.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC**: contexto histórico e pressupostos pedagógicos 2019. Brasília, DF: MEC/SEB, 2019.

Contextualiza a criação dos temas contemporâneos transversais, detalhando o porquê e como devem ser inseridos na Educação Básica nacional.

CERLETTI, Alejandro. **O ensino de filosofia como problema filosófico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Nesse livro, a questão do ensino de filosofia é tratada como um problema filosófico, o que requer do professor, em sala de aula, a adoção de uma série de decisões filosóficas.

COSTA, Danielle dos Santos Veloso da; OLIVEIRA, Tiago de. Plágio no meio educacional e as medidas que vêm sendo adotadas para combatê-lo no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 435-445, jul. 2019.

Aborda o tema do plágio no meio educacional e analisa formas de combatê-lo.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

O livro trata da concepção dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari a respeito do que é filosofia. Para eles, a filosofia é a atividade de criação de conceitos.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. Inferência na leitura. *In*: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; COSTA VAL, Maria da Graça; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro (org.). **Glossário Ceale**: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014. Disponível em: https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/. Acesso em: 31 out. 2024.

Apresenta termos e conceitos de alfabetização, leitura e escrita para educadores.

FANFANI, Emílio Tenti. Culturas jovens e cultura escolar. *In*: SEMINÁRIO ESCOLA JOVEM: UM NOVO OLHAR SOBRE O ENSINO MÉDIO, 7 a 9 jun. 2000, Brasília, DF. **Anais** [...]. Brasília, DF: MEC, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EmilioTentiF.pdf. Acesso em: 19 set. 2024.

Trata sobre a relação entre a oferta educacional escolar para os jovens do Ensino Médio e as suas expectativas e necessidades.

FANTE, Cleo. **Fenômeno *bullying***: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas: Verus, 2010.

Apresenta um panorama internacional situando o Brasil em relação ao *bullying* e mostra uma proposta de programa para aplicação ao combate deste no ambiente escolar.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 82. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Obra que marcou formulações teóricas sobre as práticas educacionais, discute a necessidade do estabelecimento da relação entre professores e estudantes em parâmetros diferentes dos relacionados à autoridade.

GALLO, Sílvio. A filosofia e seu ensino: conceito e transversalidade. **Ethica**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 17-35, 2006.

O artigo aborda o ensino de filosofia como ato/processo, bem como de sua relação intrínseca relação com a história da filosofia e da necessidade de romper de maneira criativa com a tradição.

GALLO, Sílvio. **Metodologia do ensino de filosofia**: uma didática para o Ensino Médio. Campinas: Papirus, 2013.

Nesse livro, o autor expõe sua proposta de pensar filosoficamente o ensino de filosofia, compreendida como experiência do pensamento conceitual.

GERHARD, Ana Cristina; ROCHA FILHO, João Bernardes. A fragmentação dos saberes na educação científica escolar na percepção de professores de uma escola de Ensino Médio. **Investigações em ensino de ciências**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 125-145, 2012. Disponível em: https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/210/144. Acesso em: 30 set. 2024.

O artigo busca ampliar a compreensão da relação entre a atuação docente e a fragmentação dos saberes na educação científica escolar.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho**: o conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Apresenta reflexões sobre práticas do autor como educador com o objetivo de discutir princípios para a organização de currículos fundamentados em projetos.

INSTITUTO ALANA. **Os benefícios da educação inclusiva para estudantes com e sem deficiências**. Disponível em: https://alana.org.br/wp-content/uploads/2019/10/os-beneficiosda-educacao-inclusiva.pdf. Acesso em: 19 set. 2024.

Identifica pesquisas que evidenciam os benefícios da educação inclusiva também para estudantes sem deficiência.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

Defende uma abordagem interdisciplinar, argumentando que a fragmentação do ensino em componentes curriculares desconectados leva a uma compreensão limitada da realidade por parte dos jovens.

JUSTO, Ana Paula; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Problemas emocionais e de comportamento na adolescência: o papel do estresse. **Boletim da Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 35, n. 89, jul. 2015.

Estudo que investiga o estresse como fator preditivo no surgimento de problemas emocionais e comportamentais entre adolescentes.

KOHAN, Walter Omar. **Filosofia**: o paradoxo de aprender e ensinar. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Nesse livro, o autor trata da relação da filosofia com o saber, refletindo sobre a relação entre quem ensina e quem aprende.

MOREIRA, Marco Antonio; MASINI, Elcie Fortes Salzano. **Aprendizagem significativa**: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Centauro, 2001.

Aborda a teoria de Ausubel, segundo a qual uma aprendizagem só será significativa se puder ser conectada a algum saber prévio do indivíduo ou aspecto relevante para ele.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2001.

A obra propõe uma reflexão sobre os desafios da educação no século XXI, abordando diretrizes consideradas essenciais para todos que atuam na educação.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. *In*: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (org.). **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

Trata das diferentes conformações das culturas juvenis no mundo contemporâneo.

OLIVEIRA, Marinês Barbosa de; FERREIRA, Leandro Tiago Gomes. "Com ciência negra": saberes, práticas e filosofias africanas e afrodescendentes: reflexões sobre a autoestima de adolescentes negros e negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, Curitiba, v. 15, edição especial, p. 195-212, abr. 2023. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1497/1391. Acesso em: 19 set. 2024.

Discute a desidentificação de estudantes negros com as áreas de ciência e de tecnologia, denunciando o eurocentrismo dos currículos e o apagamento dos saberes produzidos por pessoas negras.

ONOFRE, Joelson Alves. Repensando a questão curricular: caminho para uma educação antirracista. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 4, p. 103-122, 2020. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/563/457. Acesso em: 19 set. 2024.

O artigo traz uma reflexão teórica sobre a promoção de uma educação antirracista com base no currículo escolar.

PAIS, José Machado. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. *In*: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (org.). **Culturas Jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

O artigo aborda as diferentes formas de expressividade e construção de identidade entre os jovens.

PERRENOUD, Phillipe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Aborda as perspectivas e dificuldades para a instituição de uma educação voltada para o desenvolvimento de competências.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Trata de práticas inovadoras de ensino que priorizam o desenvolvimento de competências indispensáveis para a superação do fracasso escolar e o desenvolvimento da cidadania.

PORTA, Mario Ariel Gonzáles. **A filosofia a partir de seus problemas**: didática e metodologia do estudo filosófico. São Paulo: Loyola, 2007.

O livro trata de uma das opções metodológicas para o ensino de filosofia: a filosofia a partir de seus problemas.

PORTAL GELEDÉS. **Pesquisa inédita mostra engajamento das secretarias de Educação com aplicação da Lei nº 10.639**. Disponível em: https://www.geledes.org.br/pesquisa-inedita-mostra-engajamento-das-secretarias-de-educacao-com-aplicacao-da-lei-10-639/. Acesso em: 19 set. 2024.

Apresenta o resultado da pesquisa sobre o engajamento e o preparamento das secretarias municipais de ensino para a atender à Lei nº 10.639, de 2003, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afrodescendente no país.

PRIOSTE, Cláudia. **O adolescente e a internet**: laços e embaraços no mundo virtual. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2016.

Trata do interesse e dos hábitos dos jovens ao usar a internet por meio de informações recolhidas por pesquisa etnográfica.

RANGEL, Jurema Nogueira Mendes. **Leitura na escola**: espaço para gostar de ler. Porto Alegre: Medição, 2005.

A obra discute a importância da leitura no ambiente escolar e aborda estratégias para fomentar o interesse pela leitura.

RODRIGO, Lidia Maria. **Filosofia em sala de aula**: teoria e prática para o ensino médio. Campinas: Autores Associados, 2009.

Centrado na prática docente, o livro aborda a importância do equilíbrio entre aulas expositivas e aulas participativas, além de sugerir textos teóricos e de propor atividades para o trabalho em sala de aula.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. Educação inclusiva na Espanha. *In*: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy; BARREIROS, Débora. **Tornar a educação inclusiva**. Brasília, DF: Unesco, 2009.

Trata de necessidades educativas inclusivas no sistema educacional espanhol, analisando o significado de diversidade.

SILVA, Franklin Leopoldo e. História da filosofia: centro ou referencial? *In*: NIELSEN NETO, Henrique (org.). **O ensino de filosofia no 2º grau**. São Paulo: Sofia: Seaf, 1986.

Nesse artigo, o autor propõe dois diferentes métodos para o ensino de filosofia: aquele que lança mão da história da filosofia como centro e aquele que se serve dela como referencial.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMPUTAÇÃO. **Referenciais de formação em computação**: Educação Básica. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2017. Disponível em: https://www.sbc.org.br/images/ComputacaoEducacaoBasica-versaofinal-julho2017.pdf. Acesso em: 30 set. 2024.

O documento apresenta os principais eixos da área de computação e sugere formas de abordá-los ao longo da Educação Básica.

THIESEN, Juares da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 545-598, set./dez. 2008.

Aborda a interdisciplinaridade como importante movimento de rompimento com as tradicionais práticas educacionais.

VALENTE, José Armando. Pensamento computacional, letramento computacional ou competência digital: novos desafios da educação. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 43, p. 147-168, 2019.

Aborda as concepções de pensamento computacional, letramento computacional e competência digital e sua importância no desenvolvimento de competências essenciais aos jovens.

VELASCO, Patrícia Del Nero; COLENGHI FILHO, Maurício. A argumentação e o ensino dialógico da filosofia. **EID&A**, Ilhéus, n. 18, p. 99-101, abr. 2019.

Nesse artigo, os autores destacam a importância da argumentação para o ensino dialógico da filosofia, que valoriza a construção do pensamento no diálogo entre estudantes e professores.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Introdução à avaliação educacional**. São Paulo: Ibrasa, 1989.

O livro discute, de modo prático, questões relativas à avaliação educacional.

VIANNA, Heraldo Marelim. Avaliação educacional: uma perspectiva histórica. *In*: BROOKE, Niguel; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita (org.). **Avaliação da Educação Básica**: a experiência brasileira. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

O autor apresenta uma síntese histórica da evolução da avaliação educacional.

VIGOTSKI, Lev Semionovic. **Obras escogidas III**: problemas del desarrollo de la psique. Madri: Visor, 1995.

Apresenta as ideias de Vigotski sobre o desenvolvimento das funções psíquicas e intelectual das crianças e sua relação com as interações sociais e a condição de vida.

ZABALA, Antonio. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Apresenta proposições sobre como aprimorar a ação educativa docente, considerando suas condicionantes.

ISBN 978-85-16-14004-5

